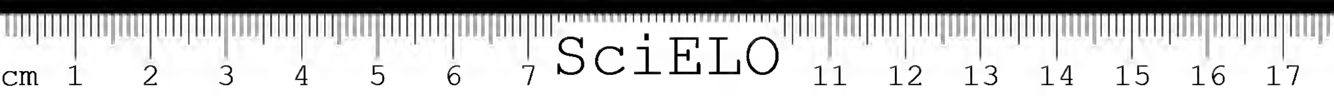



cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII JANEIRO - FEVEREIRO 1969

Máquina de colhêr frutos, projetada pelo Departamento de Agricultura dos EUA.



ÍNDICE

pág

16 de janeiro de 1897 3
Ministro é porta-voz dos agricultores 4
Reforma Agrária no Vietnã do Sul 6
Livros e Publicações 8
Reminiscências — Presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura — Luiz Marques Poliano 9
Destacada Atuação do Inda 10
Cultura do Abacaxi 13
Maior Produção com Melhores Práticas de Ordenha — Dr. Fernando L. Oliver 15
As Colheitas Mecânicas — Sam W. Morris 18
Mais uma Região-Problema — Kurt Repsold 20
Leite — Otto Frensel 22
Biblioteca Agrícola 24
Irrigação por Gotejamento 25
Plantas Ceríferas em geral — Cunha Bayma 28
A Foto Internacional 31
Fundipra 32
Climas do Maranhão (Sul) e Goiás (Norte) 35
Considerações Sôbre o meio Ecológico Brasileiro — Guilherme E. Hermsdorff 38
Solos e Saneamento — F. Glade Loughrs 46
Agricultura na Guanabara 48
Instantâneos de gente da roça — Seu Florêncio — D. Carminha 49
Curso de Cinematografia Educativa — Prof. Sylvio do Valle Amaral 50
Notícias e Informações 51
Legislação Agrícola 58

NOSSA CAPA:

Máquina de colhêr frutos, projetada pelo Departamento de Agricultura dos EUA. Ajudada por quatro homens, ela pode colhêr, num terreno plano, a mesma quantidade que dez pessoas podem fazê-lo manualmente.

(Vide artigo na pág. n.º 18)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

Janeiro—Fevereiro — 1969

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo

LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo

KURT REPSOLD

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

"REVESPE"

Representação de Revistas Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 604 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 42-2981 e 42-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente	— FLAVIO DA COSTA BRITTO
2.º Vice-Presidente	— KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente	— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— LUIZ GUIMARAES JÚNIOR
3.º Secretário	— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
4.º Secretário	— SUBAEL MAGALHAES DA SILVA
1.º Tesoureiro	— RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALBERTO TORRES FILHO
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
LUIZ HERMANY FILHO
OSMAR LOPES REZENDE
JOÃO BATISTA LUSARDO
JÚLIO CÉSAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS	*OCUPANTES*
1 — ENNES DE SOUZA	— Rafael da Silva Xavier
2 — MOURA BRASIL	— Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	— Geraldo Goulart da Silveira
4 — BARÃO DE CAPANEMA	— Kurt Repsold
5 — ANTONINO FIALHO	— Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLAU BELLO	— Armênio da Rocha Miranda
7 — SYLVIO RANGEL	— Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEÃO	— Frederico Murtinho Braga
9 — LAURO MULLER	—
10 — MIGUEL CALMON	— Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	— Edgard Teixeira Leite
13 — SIMÕES LOPES	— Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	— Jayme Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	— Paulo Simões Lopes
16 — TRAJANO DE MEDEIROS	— Luiz Hermanny Filho
17 — PAULINO CAVALCANTI	— Luiz Guimarães Júnior
18 — FERNANDO COSTA	— Iris Meinberg
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	— Júlio César Covello
20 — GUSTAVO DUTRA	— Oswaldo Balarin
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE	— José Augusto Bezerra de Medeiros
22 — IGNÁCIO TOSTA	—
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO	— Fábio Luz Filho
24 — JOSÉ BONIFÁCIO	— Mário Penteado de Faria e Silva
25 — LUIZ DE QUEIROZ	— Francisco de Assis Iglésias
26 — CARLOS MOREIRA	—
27 — ALBERTO SAMPAIO	— Honório Monteiro Filho
28 — NAVARRO DE ANDRADE	—
29 — ALBERTO TORRES	— Rômulo Cavina
30 — SÁ FORTES	— Otto Frensel
31 — THEODORO PECKOLT	— Oswaldo Lazzarini Peckolt
32 — RICARDO DE CARVALHO	— Rômulo Joviano
33 — BARBOSA RODRIGUES	— José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA DE CAMPOS	— Sylvio Fróes Abreu
35 — AMÉRICO BRAGA	—
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	—
37 — MELLO LEITÃO	— João Carlos Bello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	— Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	— Flávio da Costa Britto
40 — GETÚLIO VARGAS	— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: *Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acôrdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Kurt Repsold; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.*

16 DE JANEIRO DE 1897

Na data acima, há portanto 72 anos, fundava-se no Rio de Janeiro a Sociedade Nacional de Agricultura.

Tem sido uma vida longa, difícil e trabalhosa mas, por outro lado compensadora, pela grande messe de resultados proveitosos à vida agropecuária do Brasil.

Muito tem sido feito, mas ainda é grande a tarefa da instituição, inspirada e realizada pelo espirito esclarecido, eivado do mais legitimo patriotismo, de Antonio Ennes de Souza.

O notável engenheiro e os idealistas que o acompanharam na emprêsa, legaram ao País obra duradoura e digna da admiração e aprêço de todos os brasileiros.

"Alguma coisa que dure mais de 10 anos no Brasil não é muito comum, devendo ser preservada. Se houver empenho — e êste é o nosso caso na Sociedade — esta obra deve continuar" — afirmava um seu antigo presidente tôda vez (e não foram poucas) que crises financeiras assoberbavam a instituição.

O seu otimismo tinha fundamento legítimo, porque depois desta sentença, — e já lá se vão mais de 30 anos, — a SNA perdura, vigorosa e entusiasta.

Tem vencido inúmeros percalços, porque o empenho, a que se referia o Presidente otimista, tem sido sempre presente no pensamento e na ação dos seus assessôres. Aí está a razão pela qual vem resistindo e firmando-se cada vez mais, na perseguição do seu grande objetivo: o bem da agricultura brasileira.

Ministro é porta-voz dos agricultores

Ao dar conhecimento ao povo dos Estados Unidos, pela televisão, dia 11 de dezembro, dos nomes componentes do seu Secretariado, e os motivos que o levaram à escolha feita, o Presidente eleito dos nossos vizinhos do Norte, Sr. Richard Nixon, usou das seguintes expressões, ao referir-se ao Dr. Clifford Hardin, seu Secretário da Agricultura:

"Ao escolher o Secretário da Agricultura — revelou — lembrei-me de uma promessa feita durante a minha campanha, qual a de que o Secretário da Agricultura seria um homem que, ao invés de encarar sua responsabilidade como a de *falar* pelo *Presidente aos Agricultores*, venha a reconhecer que sua responsabilidade é a de *falar pelos agricultores ao Presidente* dos Estados Unidos".

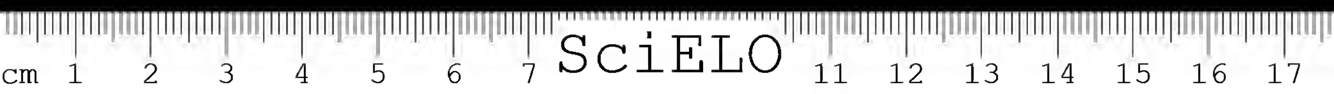
Ora, aí está uma garantia àquele que nos Estados Unidos cultiva e cria, pois o seu Ministro, segundo a vontade do Presidente, não será apenas um titular de Secretaria no sentido clássico, mas um agente dos anseios e das necessidades dos agricultores e criadores, uma afirmação de que não ficarão êles sujeitos aos azares da sorte ou das manobras de quantos queiram interferir negativamente na atividade de que em grande parte depende a vida da nação.

Note-se que a parcela da população que atua na agropecuária nos Estados Unidos é de menos de 10% e, tendo tal pronunciamento ocorrido após a eleição, teremos de concluir que Nixon não está agindo eleitoralmente e a sua fala está, òbviamente, isenta de demagogia.

Num país que, dentro do certíssimo conceito de Henry Ford, vem desenvolvendo a sua economia firmado paritàriamente na agricultura e na indústria, deduz-se que o equilíbrio entre a vida dos campos e a das cidades, vale dizer da agricultura e das demais classes econômicas, é condição precípua para que esta mantenha o seu lugar como fator decisivo do progresso na pátria de Lincoln.

É que os americanos têm a noção exata do papel da agricultura, que além de alimentar mais de 200 milhões dentro do país ainda assume, espontâneamente, a responsabilidade de atender à alimentação de grandes áreas subnutridas no mundo inteiro.

Assim, o nôvo Chefe do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos vai tomar conta do seu cargo certo de que terá de defender os agricultores e



criadores contra todos os fatôres capazes de estiolarem a sua nobre atividade.

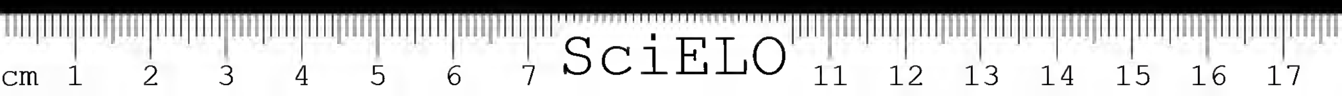
Por isso, não lhe passará jamais pela cabeça que se criem impostos asfixiantes sôbre o produto da terra; que se tabelem gêneros de primeira necessidade, como o leite e a carne, sem que o Executivo venha em seu socorro, subvencionando-os, se preciso, a fim de que a produção não decresça, antes aumente; não permitirá jamais o nôvo secretário que se estabeleçam barreiras fiscais no trânsito dos produtos entre unidades estaduais (será que isto existe nos E.U.?), como acontece em alguns países, concorrendo para o desânimo do produtor; também não perderá nenhuma oportunidade para fazer sentir ao Presidente que os técnicos, a começar pelos agrônomos e veterinários, na sua indispensável atividade, precisam receber a paga justa do seu trabalho; encaminhará, sem dúvida, o nôvo Secretário, ao chefe do executivo americano tôdas as sugestões que tendam à maior simplificação — já bem grande nos Estados Unidos — da comercialização da produção, com o banimento de intermediários e de dificuldades fiscais e burocráticas; insistirá junto ao seu chefe imediato para que o Govêrno adote medidas práticas e oportunas visando à melhoria da produção, ampliando o crédito agrícola — já tão desenvolvido nos Estados Unidos, a ponto de exportar seus salutares exemplos, e inclusive aperfeiçoando o instituto do seguro agrário.

Ainda mais, o Secretário de Agricultura de Nixon não permitirá — e nesse sentido estará no seu papel de porta-voz autorizado do homem do campo — que o agricultor receba do distribuidor ou do comerciante o baixo preço por êstes oferecido pelo seu produto, e que seja obrigado a pagar preços elevados pelos materiais de que não pode prescindir para o desenvolvimento normal do seu trabalho.

Desta forma agirá o Secretário Hardin, porque assim o quer o chefe do govêrno dos Estados Unidos — onde a agricultura é atividade vitoriosa, em que a produção agropecuária é considerada e honrada como decisiva para o progresso e a segurança nacional, e que, por isso, é estimulada, protegida e defendida contra todos os fatôres adversos.

Ora, o que quer o Presidente Nixon para os agricultores dos Estados Unidos é exatamente, e apenas, o que todos os agricultores de todos os países querem de todos os seus Ministros da Agricultura.

Bem haja a agricultura americana.



Especial para "A Lavoura"

REFORMA AGRÁRIA NO VIETNAME DO SUL

Um programa global de reforma agrária entrou em vigor no Vietname do Sul, no ano de 1968. Durante o último trimestre do ano mais agricultores receberam o título de propriedade das terras que vinham cultivando nos 21 meses anteriores. Estão sendo distribuídos títulos de propriedade — principalmente de terras de cultivo de arroz — expropriadas por lei ou adquiridas pelo govêrno francês.

O aceleramento do programa pode ser atribuído a um acôrdo de projeto firmado entre os Estados Unidos e a República do Vietname, do dia 8 de julho, em virtude do qual foram concedidos 33 milhões de piastras para fotografia topográfica aérea, visando à determinação dos lotes de terra.

Mediante a descentralização do processo de distribuição e a simplificação dos procedimentos administrativos, o govêrno vietnamita espera ultimar, até 1970, os planos para outorga dos títulos de propriedade de terras a agricultores num total de 163.000 hectares que atualmente constituem propriedade governamental.

A primeira distribuição, de acôrdo com o programa, foi realizada no dia sete de setembro último, quando o Presidente Nguyen Van Thieu entregou títulos de propriedade de aproximadamente 800 hectares de terras a 394 agricultores em Vi Duc, na província de Chuong Thien. Desde então o total elevou-se para aproximadamente .... 25.000 hectares distribuídos durante 1968.

Os novos proprietários pagarão a terra segundo um plano de 12 anos, em prestações mensais, durante os quais não serão cobrados juros ou impostos.

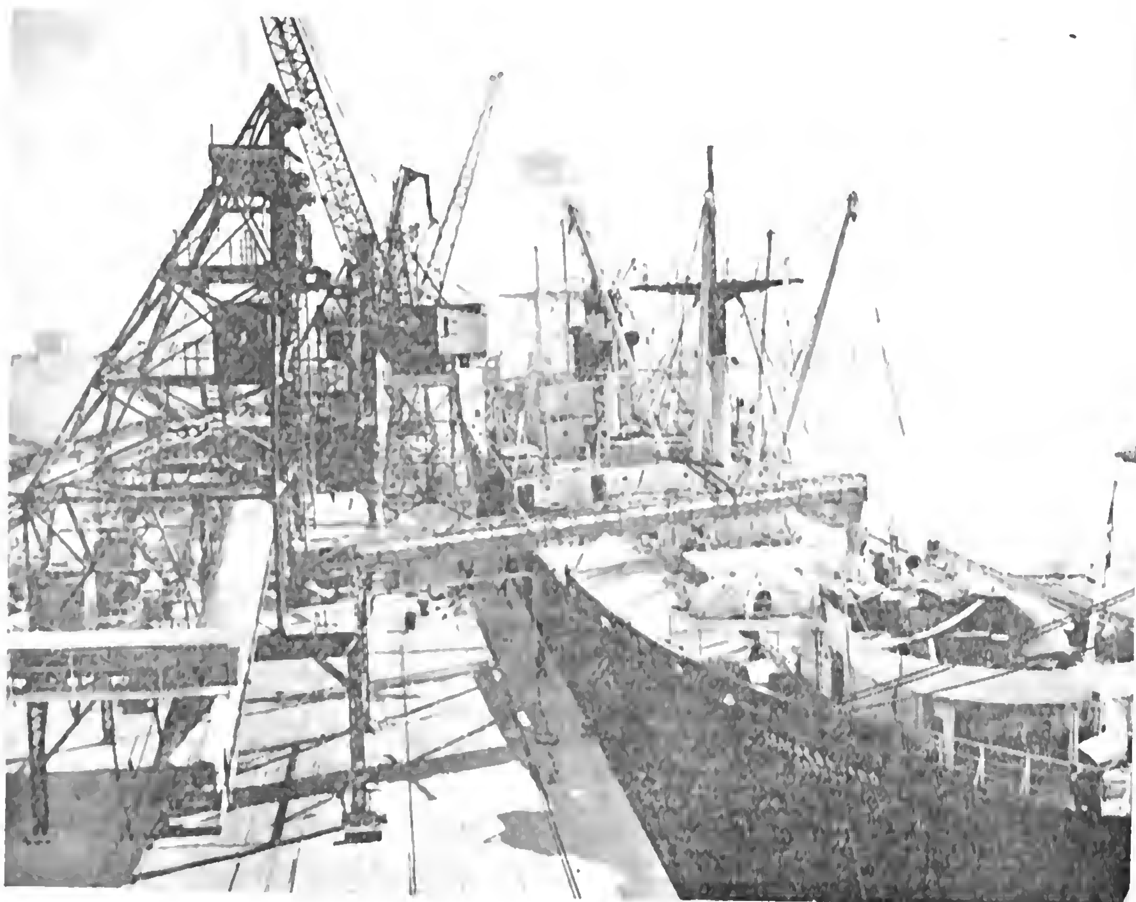
No ano de 1968 o govêrno sul-vietnamita dedicou sua atenção a outros dois elementos de um programa de reforma agrária a longo prazo. Um dêles consiste em uma nova política no que diz respeito à propriedade da terra, considerando-se um argumento que levava alguns camponeses a apoiarem os vietcongs. Êstes, quando se apoderavam de uma determinada região, entregavam as terras àqueles, que as cultivavam ou a famílias que não eram possuidoras de terras. Recuperadas essas terras pelo govêrno sul-vietnamita, procedia-se a sua devolução aos legítimos proprietários. Assim, os cultivadores viam-se obrigados a abandoná-las quando os proprietários não concordavam com o seu arrendamento. Essa política foi modificada por um decreto da Direção Geral de Terras, ratificado pelo Gabinete, através do qual são congelados por um determinado período a ocupação e o arrendamento de terras, eliminando-se, assim, uma causa potencial do apoio prestado pelos camponeses ao Vietcong.

Outra mudança consiste em uma nova proposição para um programa de compras voluntárias, que venha a permitir, finalmente, a transferência da propriedade de um milhão de hectares para aquêles que cultivam as terras. De acôrdo com êste programa, são oferecidos incentivos aos proprietários de terras para que as vendam voluntàriamente aos camponeses que nelas labutam. O pagamento inicial corresponderia a uma entrada de 20 a 30 por cento e o restante garantido pela safra de arroz, que protegeria o vendedor dos riscos da inflação.

Presume-se que os camponeses estejam ansiosos por adquirirem a propriedade da terra, e os proprietários mostram-se dispostos a vendê-la se para isso obtiverem justa compensação.

Foi recentemente designada pelo govêrno uma comissão especial para considerar qual o tipo de legislação e financiamento considerados necessários para pôr em prática o citado plano.

PÔRTO DE SANTOS BATE NÔVO RECORDE



Carregador mecânico de milho com capacidade de 150 t/h. Iguais a êste existem mais 5 no pôrto de Santos, dois em cada posição de atracação dos navios recebedores.

Nôvo recorde na exportação de milho pelo pôrto de Santos, verificou-se em 1968, ano em que a exportação atingiu 621.198 t, contra 480.201 t em 1963, recorde anterior.

É interessante registrar-se que, apesar do congestionamento havido no segundo semestre de 1968, a exportação de milho foi feita com muita rapidez e eficiência, tanto assim que todos os navios recebedores pagaram prêmios ('dispatch money') aos exportadores.

Êsse fato atesta a eficiência dos serviços do pôrto e a cooperação de todos os empregados da Companhia Docas de Santos e das entidades responsáveis pela exportação de milho.

Livros e Publicações

Anais da I Reunião Anual da SBE.

Publicação da Sociedade Brasileira de Entomologia, sôbre a "Reunião" acima, realizada em Piracicaba de 2 a 5 de setembro de 1968. 90 p., in 8.º, Piracicaba, 1968.

SALÁRIO-FAMÍLIA

(Benefício a funcionário em razão de seu dependente) Corsíndio Monteiro da Silva, Serviço de Documentação do DASP. 178 p., in 8.º, Imprensa Nacional, Rio, 1968.

ACUMULAÇÃO DE CARGOS, Indicador de Pareceres da Comissão de, vol. VI, Seção de Publicações, 92 p., in 8.º, Rio, 1968.

AS PLANTAS CURAM

A. Balbach. A Editôra M.V.P. acaba de lançar a 23.ª edição desta obra. Outros livros "As Frutas Curam" e as "Hortaliças Curam" êstes prometidos no Prefácio. É trabalho que difunde conselhos sôbre o uso das plantas no tratamento da saúde humana, e com tal objetivo orienta o leitor na medicina vegetariana.

PLANO DE REFORMA AGRÁRIA da Área Prioritária de Emergência do Estado do Ceará, Anteprojeto do .... Apresentado pelo Dr. Cesar Reis de Cantanhede Almeida, então Presidente do Ibra, é, como se vê da apresentação do trabalho "de cunho impessoal", um "repositório de planos e idéias", distribuído a "um limitado círculo de interessados cujas atividades se relacionem com a implantação da Reforma Agrária nas Áreas Prioritárias".

294 p., mult., in-fol, Rio, 1968.

CURSO RÁPIDO DE COOPERATIVISMO RURAL
CURSO RÁPIDO DE CONTABILIDADE AGRÍCOLA

Pedro Goulart da Silveira Filho. Apostilhas mimeografadas das aulas proferidas em 1968, na EIIWB, pelo Professor referido. São 10 aulas em cada volume, contendo inclusive modelos e gráficos, de grande utilidade não só para os que fizeram os ditos cursos, como para quantos se interessem por aquelas atividades.

FINANCIAMENTO AGRÍCOLA E TÍTULOS DE CRÉDITO RURAL — Lauro Muniz Barreto

II.º volume — Repositório da legislação brasileira sôbre o assunto, que o autor "disciplina que atravessa e todo mundo fase de natural evolução".

Leis, portaria, Resoluções e modelos, bem como a jurisprudência se contêm neste volume de 406 p., in 8.º, da Editôra Max Limonad, São Paulo, 1968.

Luiz Marques Poliano

Presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura

Durante os 72 anos de existência da Sociedade Nacional de Agricultura, passaram pela sua presidência 14 titulares, inclusive interinos e provisórios.

Ennes de Souza, Moura Brasil, Barão de Capanema, Antonino Fialho, Wenceslau Bello, Sílvio Rangel, Lauro Müller, Miguel Calmon, Lyra Castro, Augusto Ramos, Pacheco Leão, Ildefonso Simões Lopes, Arthur Tôrres Filho, Luiz Simões Lopes (atual).

O Presidente que mais tempo permaneceu no cargo foi Ildefonso Simões Lopes — 1926 a 1943 — embora licenciado, de 1930 até aquêle ano, quando faleceu. Durante a sua licença, assumiu a presidência o Dr. Arthur Tôrres Filho, falecido em 1960, sendo pois êste o presidente que durante maior espaço de tempo de fato dirigiu os destinos da SNA, primeiro, como Vice-presidente em exercício (13 anos) e depois como efetivo (17 anos), num total de 30 anos.

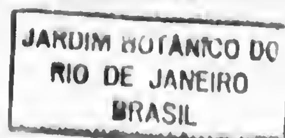
Durante a passagem de Tôrres Filho, pelo mais alto cargo eletivo da Sociedade, numerosos e importantes serviços lhe ficaram a dever a Casa e o País, como a remodelação do Hôrto Frutícola da Penha, e a sua conseqüente transformação na atual Escola de Horticultura "Wenceslao Bello"; a criação do Serviço Social Rural; a implantação no Brasil do movimento associativo, resultante do Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, e que culminou com a fundação da Confederação Rural Brasileira, hoje Confederação Nacional da Agricultura; a construção da "Casa da Agricultura" — para sòmente citar os principais.

À data do seu falecimento, Tôrres Filho havia presidido a Sociedade durante a metade dos seus 63 anos de existência.

Em compensação, o brasileiro que menos tempo ocupou a presidência foi o Barão de Capanema — Guilherme Schüch de Capanema, que estêve à frente da instituição apenas de 19 de março a 25 de abril, ou seja 37 dias. Foi o Presidente da Junta Governativa da sociedade, que funcionou no interregno das presidências Moura Brasil e Antonino Fialho.

O organizador, criador e instalador do Telégrafo no Brasil era um homem que, a par de suas múltiplas cogitações e trabalhos no terreno técnico e científico, dedicava boa parte do seu tempo às coisas da Agricultura, tendo colaborado ativamente nesta revista e tratado de numerosos assuntos pertinentes aos assuntos rurais destacando-se a "Memória sôbre a Cana de Açúcar" apresentada na Sessão do Imperial Instituto de Agricultura, em 30 de Janeiro de 1867.

Faleceu a 28 de junho de 1908.



DESTACADA ATUAÇÃO DO INDA

O MARANHÃO DESTACA A ATUAÇÃO DO INDA NO ESTADO

O processo de desenvolvimento agrário no Estado do Maranhão, encontra no Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) o seu mais objetivo esteio na efetivação de planos e programas específicos e equacionados nas necessidades do Estado, no campo da agricultura.

O presidente do INDA, dr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, com o assessoramento dos departamentos técnicos, como da atuação das Delegacias Regionais, tem conseguido obter com a sua permanente presença nos Estados e alguns dos seus municípios, o sentido real da infra-estrutura regional. E com êsses elementos colhidos nas fontes, vem liberando os convênios e verbas que atendam objetivos que são prioritários da ajuda do govêrno federal.

Nada mais natural a euforia expressada pelos jornais do norte e nordeste brasileiro, sobretudo, divulgando as verdades históricas que estão reerguendo o desenvolvimento nos Estados e Municípios, atendendo aspirações de colonos e agricultores devotados ao trabalho da criação e plantações e até da industrialização de produtos nativos sempre relegados ao esquecimento e entravando o anseio produtivo do trabalhador e agricultor brasileiro; agora, tornando-se realidades empolgantes que transformaram as fisionomias regionais em quadros agitados na alegria produtiva.

O exemplo do Maranhão é sintomático. Mostram os jornais que o INDA ajuda a soerguer o Estado. E da análise que fazem, esclarecem todos os sentidos nos quais o INDA se apresenta como propulsor do afioramento de riquezas e aprimoramento sócio-econômico.

Vale a pena, demonstrando o trabalho do órgão desenvolvimentista agrário, no interêsse nacional, sob a presidência do dr. Dix-Huit Rosado, recolher uma síntese da análise dos jornais do Maranhão, para que o povo brasileiro também conheça a transformação que se realiza, com grandeza, nos Estados da União.

CONVÊNIOS COM O MARANHÃO

— Com o Govêrno do Estado, o INDA coopera em planos de elevado sentido sócio-econômico. Assim, nos planos de eletrificação rural em que atua a CEMAR, plantou uma usina hidrelétrica, em Barra do Corda, a qual será concluída brevemente; ativa os movimentos cooperativistas atendendo com recursos colaborados com a Divisão de Assistência ao Cooperativismo; e com a Secretaria de Agricultura, entre outros planos e convênios, destaca-se a revenda de material agropecuário para os lavradores do Estado.

— Com a Escola Técnica Federal do Maranhão, está ajudando na construção da Usina Pilôto, para o aproveitamento do côco babaçu, que é riqueza abundante no Estado. O prédio já está construído, onde se instalará a Usina, como adquirida a maior parte do material e aparelhos essenciais para a mesma.

— Com a COHEBE, destacando-se as obras mais importantes no Estado, apontam as duas agrovilas, no Núcleo Colonial de Barra do Corda, cujo plano visa melhorar as condições de moradia dos rurícolas e de meios de acesso dos campos de trabalho para rendimentos mais compensadores das culturas. Já contando com 90 prédios novos, modernos, bem construídos, sendo 87 casas para colonos, 2 residências para professôres e 1 grupo escolar, que se distribuem entre as duas agrovilas: a de Boa Sorte e a de Lagoa dos Currais. E neste plano, o INDA com a COHEBE selecionam colonos da região, atraem migrantes nordestinos que são selecionados para ocuparem as agrovilas.

— Com a Prefeitura de Presidente Dutra, o INDA coopera, em convênios na construção do Ginásio Agrícola do município, onde a agricultura é a principal atividade da região e que se ressente dos fatôres educacionais, motivando o êxodo rural, mas com o Ginásio, o problema será solucionado.

— Com a Prefeitura de Codó também se constrói outro Ginásio Agrícola, pois as condições sócio-econômicas da região justificam a iniciativa.

— Com a Fundação SESP e a Prefeitura de Barra do Corda, atende ao saneamento das águas. E com a Prefeitudo do município, constrói escolas, oficinas, estradas, proporcionando aos rurícolas uma assistência ampla e variada.

A versatilidade dos trabalhos da autarquia do Ministerio da Agricultura, atende assim, aos planos do govêrno federal, como ao próprio espírito e verso da Carta de Brasília, como expressam os observadores e economistas maranhenses.



DINAMIZAÇÃO RURAL TEM INDA COMO GERADOR DE ESTIMULOS PRÁTICOS

Sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, sob a presidência do sr. Dix-huit Rosado Maia, vem cumprindo seu programa de órgão estimulador do desenvolvimento agrário nacional, cobrindo tôdas as áreas da agricultura, de norte ao sul do país, nos seus múltiplos e complexos aspectos, além de conjugar esforços na complementação do processo de integração das atividades federais, atendendo, assim, ao equacionamento e solução dos problemas de conjuntura pelos quais o Govêrno se empenha.

Sendo a dinamização da agricultura, pelo desenvolvimento, uma das grandes metas prioritárias, o trabalho desenvolvido pelo INDA se amplia no atendimento de tôdas as aspirações da família rural, em suas áreas de atividades, como se envolve nos esquemas que ditam aos escoamentos de produções atendendo, assim, a recursos de melhoria de estradas rodoviárias, postos fluviais, silos e armazenamentos; como está presente na orientação de alcance social que ditam as normas associativas, cooperativas e colonizadoras. E dentro desta programação, incentiva, como estabelece, as normas criativas de aves ao gado, as possibilidades e práticas industriais, de pequenos aos grandes portes. Levando mais a alvorada do melhor conceito de civilização e de melhor índice cultural e de nível de vida, aos redutos do interior brasileiro marginalizado da grandeza do progresso, que é estabelecido pela eletrificação, rural que se aproveita as próprias regiões de condensação populacional.

Muitos outros aspectos podem ser observados na atuação do INDA por tôdas as regiões brasileiras, sobretudo nos elevados trabalhos da extensão rural, nas escolas de várias aplicações de ensino, inclusive técnico e universitário, instaladas e ampliadas em vários Estados e Municípios, além de cursos de preparo de liderança e de conhecimentos das virtudes sindicalistas de sadios princípios, como da difusão das práticas religiosas no sentido da justaposição dos conhecimentos na fraternidade comunitária, no respeito aos direitos e às famílias, como nas atividades produtivas. Encorajando, ainda a juventude, na participação dos trabalhos dos clubes agrícolas e nos planos de interiorização e conhecimentos exatos das comunidades de campanhas como as do Plano Rondon.

As roupagens que hoje apresentam várias localidades brasileiras, em todos os Estados e Territórios, transformados em meios de trabalho e produção, vivendo a alegria de serem úteis e melhor atendidas por seus próprios esforços, traduzem em fatos um Brasil que se renova e se apresenta para um futuro de grandeza, sobretudo porque a dinamização rural não é um projeto para estudos, mas programas que se atualizam e se desdobram em realizações visíveis.

O trabalho do INDA é a presença do sentido assistencial atuante, presente pelos recursos que se aplicam com objetividade, recursos das taxas que se transformam numa cooperação para grandeza de todos, pois o progresso da Nação se soma com a parcela de produção agrária que é o baluarte, viga-mestra de tôdas as parcelas; e êsse progresso é a própria grandeza de cada agricultor, de cada família, como da própria população que forma o todo da nacionalidade brasileira.

O sentido da administração do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA —, com seu convênios, liberações de recursos, análises de projetos e planos e desenvolvimento de programas regionais, está atuante e desprendido, voltado ao espírito de renovação dos costumes e das realizações de alta significação, na afirmação de emancipação sócio-econômico e financeira e da própria independência nacional, para reafirmar a voz do Brasil como Nação líder entre as que o são no nosso Continente e no Mundo.

TITULAÇÃO DE GLEBAS PARA COLONOS NOS NÚLEOS DO INDA JÁ SOMA 4.317 TITULAÇÕES

A posse da terra, em pequenas glebas, pelos colonos, é uma aspiração de famílias agrícolas que procuram a fixação na terra e a garantia do seu trabalho produtivo agropecuário, como do amparo da própria família. E

não é outra a preocupação do Govêrno Federal e o trabalho que vem desempenhando o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-INDA, normalizando a situação jurídica de áreas ocupadas pelos Núcleos Coloniais sob a sua administração e titulando as pequenas glebas para os colonos das mesmas, buscando no amparo efetivo dos colonos nos lotes que ocupam o melhor rendimento produtivo que é de interêsse nacional.

O trabalho que é dos mais complexos, pois exige por parte do órgão desenvolvimentista um levantamento sério e pesquisado da verdadeira capacitação do colono e sua família, como da situação do solo e das áreas próprias, como esquematização comunitária, complementada com a legalização jurídica dos lotes para a entrega a cada um dos beneficiados sem qualquer preocupação futura, vem contando com o empenho do presidente do INDA, dr. Dix-Huit Rosado Maia e os departamentos competentes, esforços e dedicação ao bom desempenho da tarefa que já soma o total de 4.317 titulações a colonos dos Núcleos do INDA.

O gabinete da Presidência do INDA, pode oferecer um levantamento dêsse trabalho, cuja síntese demonstra que, em 1967, foram titulados para o Estado de Mato Grosso, 199 títulos a colonos do Núcleo de Dourados; e em 1968, os processos concluídos ofereceram 1.637 para Mato Grosso (Dourados), 260 para Goiás (Ceres), 19 para a Bahia (Jaguaquara), somando 1.916 titulações; e mais, em 1968, para entrega de títulos em 1969 corrente: 1.883 em Mato Grosso (Dourados), 103 para Santa Catarina (Papuan), 110 para a Bahia (Queimadas e Geremoabo), 10 para o Paraná (Marquês de Abrantes), 58 para o Pará (Guaná) e 38 para o Ceará (Pio XII), somando o total de 2.202 títulos.

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ES.

Com base em convênio firmado anteriormente com a ESCELSA — Emprêsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A — o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou celebração de Têrmo Aditivo àquele convênio visando a transferir ao govêrno espírito-santense as responsabilidades que lhe cabem decorrentes do financiamento para obras de eletrificação rural no programa que vem sendo executado de comum acôrdo pelos vários órgãos.

SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA

De acôrdo com seu programa de apoio às entidades que operam pelo desenvolvimento agropecuário o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aprovou a contribuição de recursos no valor de 40 mil cruzeiros à Sociedade Paulista de Agronomia a fim de que aquela entidade possa adquirir área imobiliária necessária ao desenvolvimento de suas atividades.

INDA: CASAS PARA SERVIDORES NO DF

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — visando ao confôrto de seus funcionários que serão transferidos para o Distrito Federal assinou convênio na capital da República, objetivando à construção de cem casas residenciais para atender a seus servidores que virão da Guanabara para Brasília. As residências estarão situadas no setor de indústria e comércio locais, sendo seu custo orçado em 900 mil cruzeiros novos, com término previsto até o fim do presente ano.

INDA DESENVOLVE FORMAÇÃO DE LÍDERES RURAIS

Um plano-pilôto visando à formação de líderes rurais será desenvolvido pelo INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — através de um sistema de clubes agrícolas e para o qual a autarquia aplicará cêrca de 20 mil cruzeiros novos, sendo beneficiado com a medida grande número de jovens que operam nas áreas rurais. Entre a aplicação dêsses recursos para a formação de jovens líderes destaca-se a criação de bôlsas de estudo que serão estimuladas com a oferta de troféus, insígnias, medalhas, além de outros prêmios àqueles que participarem do empreendimento da autarquia de desenvolvimento agrário, visando-se, sobretudo, à formaçãoção de nova mentalidade entre os jovens do campo e à compreensão de alto significado da produção agrícola, no desenvolvimento do País.

O trabalho será executado visando o deficiente crescimento da produção rural em relação ao crescimento populacional, considerando-se o fato que enquanto um atinge a 2 por cento, o outro cresce na base de 3 por cento, resultando a disparidade negativa.

RECURSOS PARA ELETRIFICAÇÃO RURAL: RN

Dentro do programa de estudos e projetos de eletrificação para as áreas do Nordeste o INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — aprovou suplementação de recursos no valor de cinco mil cruzeiros novos a serem incorporados ao previsto no convênio celebrado entre a autarquia e a CERNE — Cia. de Eletrificação Rural do Nordeste. Tais recursos serão aplicados na realização de estudos e projetos de eletrificação rural no Rio Grande do Norte, objetivando levantamento topográfico e projeto definitivo a fim de estender a energia de Paulo Afonso à Estação Experimental de Seridó.

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO VALE DO MOGI: SP.

Destinado à conclusão de obras de eletrificação rural no Estado de São Paulo o INDA aprovou celebração de convênio com o Departamento de Águas e Energia Elétrica daquele estado para concessão de recursos na importância de 160 mil cruzeiros novos, os quais serão empregados em obras de eletrificação rural da Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Mogi.

CULTURA DO ABACAXI

(Ananás sativus Schult)



Plantação de abacaxi

O abacaxi, planta da família das bromeliáceas, é originário do Brasil, região de Mato Grosso, sul de Minas Gerais e São Paulo, constituindo, sem dúvida, uma das principais frutas brasileiras.

O abacaxizeiro apresenta sistema radicular fasciculado, com talo carto e grosso, onde são inseridas as fôlhas em forma de calha, formando seu conjunto na parte aérea uma espiral, no ápice da qual sai uma inflorescência que dará origem a um fruto composto. O fruto é o resultado da união de númeroS recem fôlhas modificadas, mais frutos simples, denominados frutilhos. No ápice do fruto aparecem fôlhas modificadas, mais curtas e estreitas de cujas exilas surgem as mudas vulgarmente conhecidas como filhotes.

No talo da planta, logo acima do solo, sai um outro tipo de mudas, chamadas de rebentões e que frutificam nos anos seguintes no da primeira safra.

Variedades — Dentre as variedades conhecidas e cultivadas destacamos, pela sua aceitação no mercado, as seguintes:

a) Amarelo comum ou Boituva;

b) Pérola ou Branco de Pernambuco;

c) Smooth Cayenne

A variedade boituva produz frutos de casca verde-escura, 1,5 kg, perfumados, casca amarelo-louro, polpa amarela, ricos em açúcares e ácidos. A planta apresenta fôlhas providas de espinhos agressivos.

A variedade Pérola produz frutos de casca verde-escura, bastante perfumados, polpa amarelo-pálido, quase branca, sabor muito doce, sem acidez. Maturação mais precoce que a boituva. Fôlhas com espinhos menos agressivos que a variedade anterior.

Variedade Smooth Cayenne — produz frutos de polpa amarela, com pouco perfume, ricos em açúcares e ácidos, seus frutos são grandes, pêso entre 2 e 3 kg. A planta tem fôlhas pràticamente sem espinhos que só aparecem nas proximidades das pontas.

Solo — O abacaxi pode ser plantado em qualquer tipo de solo, exigindo apenas que seja permeável, não sujeito a encharcamentos, tolerando mesmo solos de acidez elevada.

Mudas — O abacaxi é multiplicado vegetativamente, através de mudas, principalmente das mudas chamadas filhotes, que normalmente são colhidas juntamente com os frutos, ocorrendo que não apresentem o desenvolvimento desejado para seu plantio no local definitivo, istoé é, que possuam tamanho de 20 a 25 cm., daí lançarmos mão de recursos como ceva e enviveiramento.

Ceva — consiste em deixar que as mudas cresçam nas plantas após a colheita dos frutos, até apresentarem o desenvolvimento para o plantio no campo.

Cura das mudas — É uma operação indispensável e que consiste em deixá-las expostas ao sol, durante duas a três semanas depois de colhidas. Com essa medida será eliminado o excesso de umidade, bem como evidenciará as mudas que estiverem com ataque adiantado de brocas ou outras lesões, refugando-se tôdas aquelas que apresentarem exudação gomosa.

Seleção — Além do descarte das mudas que apresentarem lesões, ou perdido o cartucho formado pelas fôlhas internas, há necessidade de uma seleção por tamanho, a fim de que no plantio sejam formados lotes uniformes, o que muito contribuirá para uma uniformização da frutificação.

Os rebentos constituem ótimas mudas, devendo no entanto, ser verificado se estão isentos de pseudococcus.

Enviveiramento — Recurso do qual lançamos mão para

Maior Produção com Melhores Práticas de Ordenha

Como aumentar a produção com melhor trato das vacas leiteiras antes da ordenha.

A vaca leiteira é um animal especial e sensível. É como uma máquina, que trabalha continuamente, a fabricar leite. Tão depressa termina a ordenha começa a produzir leite para a seguinte. Quer dizer: o animal não descansa. Ainda mais, não dorme. Após acabar de comer sua ração de pasto, erva picada ou alimento, retira-se para um local tranqüilo e começa a digerir o que ingeriu.

A digestão da vaca é diferente daquela do indivíduo humano. Ela tem um estômago dividido em quatro partes; nós possuímos um. À proporção que come, passa o alimento para um dêles, chamado rume. Dali vai à bôca, onde o remastiga e o dispõe para a digestão nos outros três compartimentos do estômago. Para o fazer tem que pensar e isso exige esteja desperta. Por isso êsse animal jamais dorme.

Quanto mais tranqüila esteja a vaca melhor lhe será a digestão e o aproveitamento do que comeu; se o alimento fôr abundante, de alta qualidade, a produção será maior.

Siga estas práticas de manejo antes das ordenhas

1. Forneça às vacas suficiente ração de alta qualidade, como pasto, erva de corte e alimento concentrado.

2. Não as incomode, nem permita que se o faça quando em ruminação.

3. Dê-lhes água fresca para que possam tomar o quanto queiram, tôdas as vêzes que desejam e sem muito caminhar.

Recorde-se: o leite é 87 por cento de água. Caso o animal não possua água suficiente para sustentar-se e produzi-lo, a produção diminui.

4. Se as vacas estão no pasto, arranje-lhes sombra para as horas de calor. Expostas a altas temperaturas durante o dia produzem menos leite.

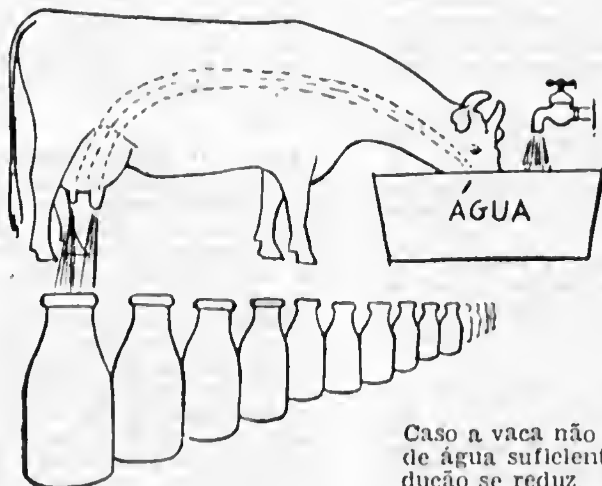
5. Obtenha-lhes proteção contra a chuva, vento e frio.

6. Evite que os cães e rapazes as molestem.

7. Nunca lhes bata ou assuste.

Práticas de manejo pouco antes da ordenha e durante essa

Antes de entrarmos nisso vamos explicar como a vaca "baixa" o lei, a fim de poder-se melhor entender o porquê das práticas que vamos levar a efeito.



Caso a vaca não disponha de água suficiente, a produção se reduz.

---

aproveitar mudas pequenas, deixando-as no viveiro até que alcancem o tamanho ideal para plantio no campo. No viveiro a terra deve ser arenosa a fim de facilitar o enraizamento e posteriormente o arrancamento. O espaçamento entre mudas será de 15 a 20 cm., e entre as linhas de 40 cm.

Época de plantio — Plantar o mais cedo possível, dentro do período das chuvas, de acôrdo com a disponibilidade de mudas, que se obtém por ocasião da colheita.

Sistema de plantio — O plantio pode ser feito em linhas simples ou em linhas duplas, observando a recomendação de que em terrenos de declive, essas linhas devem ser de nível.

O plantio em linhas duplas proporciona um melhor escoramento das plantas entre si, principalmente quando plantadas em triângulo, dificultando no entanto, a capina no meio das plantas, daí a recomendação do uso de cobertura morta no plantio em linhas duplas.

Há uma série de práticas de manejo com as vacas leiteiras, entre cada ordenha, momentos antes da ordenha e durante ela, que determinam o aumento da produção leiteira.

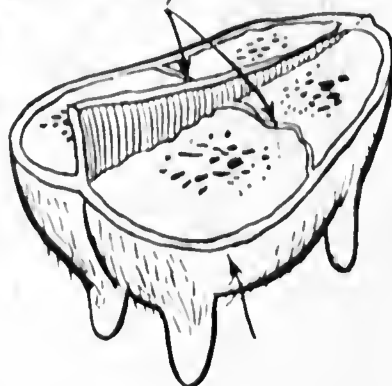
O propósito dêste artigo é difundir tais práticas.

Dr. Fernando L. Oliver
Zootécnico, Serviço de Extensão Agrícola
Universidade de Pôrto Rico

Como é o úbere por dentro

O úbere está dividido em quatro compartimentos separados entre si. Dentro de cada um dêles há um grupo de células semelhantes a ramalhetes de uvas, conhecidas pelo nome de Alvéolos. Êsses se ligam todos a um conduto maior por meio de tubinhos e todos formam como que uma espécie de ramalhete denominado lobinhos ("lobulinhos"). Ligam-se êsses a um conduto maior graças a outros condutos e formam um lóbulo. Os lóbulos, por sua vez, vão ter à estrutura chamada cisterna ou recipiente maior. Existem, ademais, pequenos músculos nas têtas, que agüentam o leite dentro do úbere antes da ordenha.





COMO É O ÚBERE INTERNAMENTE

Para que a vaca solte o leite é preciso "apojá-la" devidamente.

Como ocorre o apôjo

Quanto a vaca se "apoja", os nervos do úbere enviam uma mensagem ao cérebro; êsse faz com que a glândula pituitária segregue certo hormônio denominado *oxitocina*, que corre pelo sangue. Quando chega ao úbere a *oxitocina* obriga os músculos que rodeiam os alvéolos a se contraírem e êsses soltam o leite. Dos alvéolos o líquido vai para o conduto pequeno, dêsse a um conduto maior do lóbulo e daí à cisterna. *O hormônio oxitocina é que faz a vaca soltar o leite.* Seu efeito dura apenas 5 a 6 minutos na circulação do sangue do animal. Tão pronto desaparece o efeito da *oxitocina*, os músculos em redor dos alvéolos se relaxam e a vaca não solta mais leite.

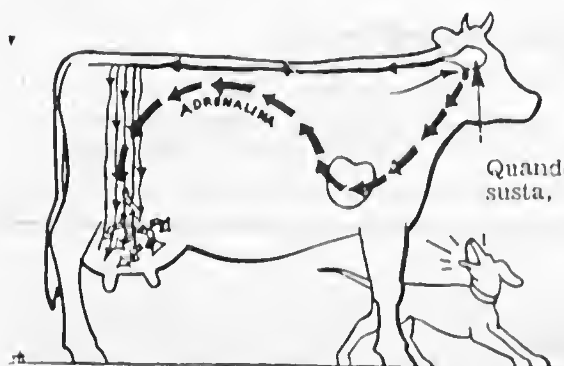
A ordenha rápida extrai a maior quantidade de leite, e assim é preciso realizá-la enquanto dura no sangue da vaca o efeito da *oxitocina*, que se produz como resultado do "apôjo".

A lentidão na ordenha por empregados deficientes quando se ordenha à mão, ou com máquinas defeituosas, pode custar ao produtor de leite considerável baixa na produção do rebanho.

A adrenalina prejudica os efeitos da oxitocina

Quando o animal se assusta, recebe uma pancada que lhe causa dor, ou ainda se excita de qualquer modo, glândulas existentes sôbre os rins, denominadas supra-renais, segregam certo hormônio denominado adrenalina. *A adrenalina prejudica os efeitos da oxitocina.* Se a vaca se excita antes da ordenha, não pode baixar todo o leite, quando se "apoja", pois a adrenalina evita a ação total ou parcial da *oxitocina*. Caso o animal se excite durante a ordenha, sucede igual fato. Por isso, com freqüência, ouvimos dizer que a vaca "esconde o leite".

A adrenalina prejudica os efeitos da oxitocina



Quando a vaca se assusta, recebe um golpe ou se excita ocorre a secreção de adrenalina.

Quando a vaca se "apóia" os nervos do ubre enviam uma mensagem ao cérebro. Mensagem para o cérebro.



O cérebro faz com que a glândula pituitária segregue a oxitocina; esta corre pelo sangue e chega ao ubre.



Ordenhe a mão um jorro ou dois de cada têta em uma caneca de teste.

.. *Siga estas normas:* ..

1. Não bata nas vacas ao trazê-las do pasto ao estábulo para a ordenha. Evite que os cães ladrem e os empregados gritem.

2. Permita descansem pelo menos meia hora à sombra, antes da ordenha. Quanto mais à vontade e tranqüilas, melhor será o efeito da *oxitocina* e maior a produção.

3. "Apoje" bem para assegurar que elas baixem a maior quantidade possível de leite. Em estábulos comerciais a melhor forma de conseguir "apôjo" é lavar e dar massagens no úbere antes da ordenha. A massagem convém ser feita com um pano úmido em solução de água clorada.

4. Antes de principiar a ordenha, seque bem o úbere e as mãos. Imediatamente ordenhe à mão um jato ou dois jatos de cada têta em uma "caneca de teste", a fim de comprovar se o leite possui coágulos. A presença dêsses pode indicar mastite. Caso o animal a possua, tire-a da linha de ordenha e ordenhe-o por último. Se não a tiver comece logo a ordenhá-lo. A perda de alguns minutos entre o início de "apôjo" e a ordenha pode reduzir a produção do animal.

5. Caso se ordenhe à máquina, retorne à vaca que está com ela, após 2 1/2 a 3 minutos. O animal comum, acostumado à ordenha com máquina, deve ser ordenhado em 3 ou 4 minutos.

6. O ordenhador deverá estar presente quando os copos ("copas") da máquina começam a mostrar o final da operação. Logo que se note isso convém massagear o úbere para permitir o escorrimento completo do leite. *Se o empregado e o animal ficam bem adestrados ao escorrimento à máquina, a produção será maior e se evita perder tempo com* o *escorrimento manual.* A maior parte das vacas são escorridas à máquina em 20 segundos.

Faça isto:

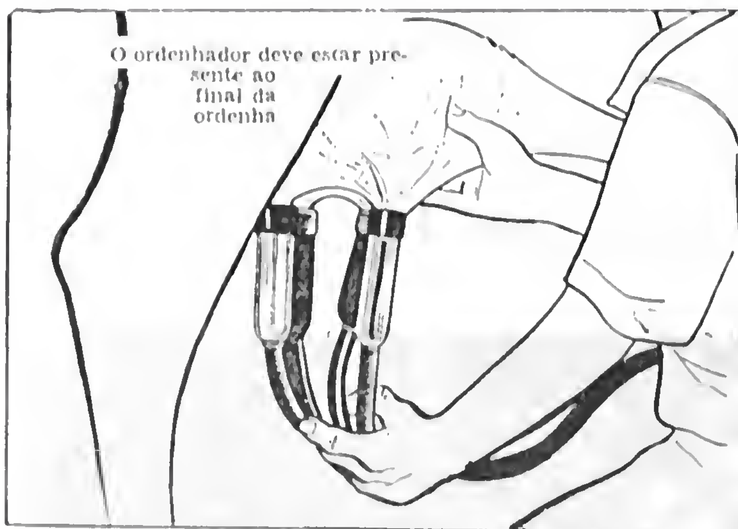
1. Assegure-se de que a vaca se ordenha totalmente. O deixar-se leite no úbere por

incompleta ordenha faz com que o animal produza menos nas ordenhas subseqüentes. Caso isso se repita em cada operação a vaca se secará antes do tempo.

2. Não deixe a máquina prêsa por tempo superior ao necessário. Isso pode causar dano aos tecidos do úbere e produzir mastite.

3. Ao despregar os copos da máquina de ordenha, enxague-os com água corrente e logo mergulhe-os em água clorada para sua completa desinfecção.

4. Para terminar o serviço com o animal mergulhe cada têta em pequeno jarro com água clorada. Troque o líquido para cada têta.



Conselhos úteis:

1. A vaca é um animal que, de costume, se adapta perfeitamente à rotina. Por exemplo, ordenhe seus animais sempre à mesma hora, no mesmo estábulo e, caso possível, com o mesmo homem. Não altere a rotina da ordenha, pois afeta a produção.

2. Adestre as novilhas para uma ordenha rápida. Se postas em linha de ordenha um mês antes do parto, irão acostumando-se à rotina daquele serviço e podem adestrar-se melhor em seguida ao parto .

3. Seria conveniente ordenhar primeiro as vacas de têtas "brandas", cujo trabalho é rápido, e deixar para último lugar aquelas de têtas "duras", que exigem mais tempo. A rapidez da ordenha, "dureza" ou "brandura", é característica hereditária. Aconselhamos ao criador de gado selecionar crias de vacas de ordenha rápida para substituições.

4. As vacas com mastite devem ordenhar-se após terminada a ordenha num dos animias sãos.

5. Terminada a ordenha, solte as vacas em área de repouso ou no pasto, sem apressá-las nem tampouco baterlhes.

6. *Limpe e desinfete bem todo o equipamento de ordenha antes de guardá-lo.*

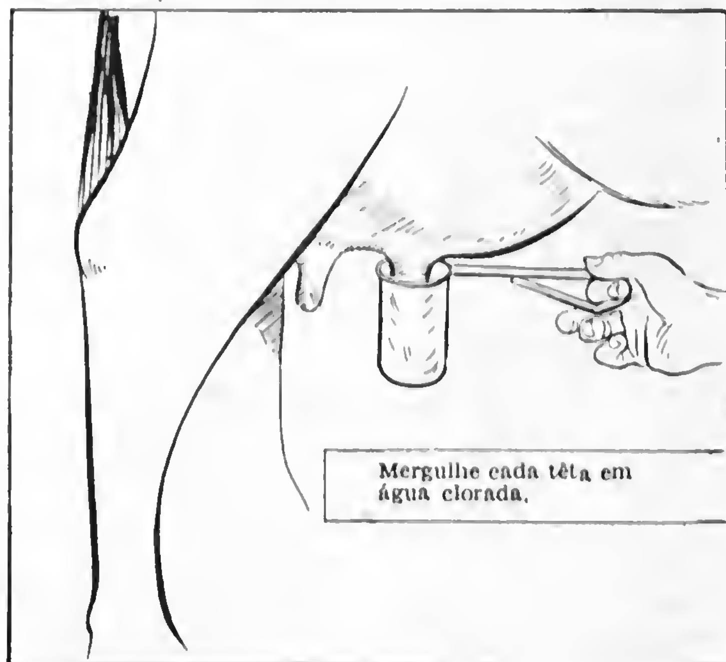
Esta série de passos assegurará ordenha rápida, eficiente e higiênica, evitará a transmissão de mastite de vacas enfêrmas e as sãs as auxiliará a conseguir leite mais puro. Também redundará em maior produção, pois dessa forma se obtém do animal a maior quantidade de leite de tetal, que tem armazenado no úbere.

A vaca retém normalmente no úbere entre 20 e 25% de leite conhecido por leite residual ou leite complementar; com ordenha insuficiente, entretanto, pode reter até uns 40% dessa substância.

Seguindo essas práticas de ordenha se conseguiu que a vaca retenha no úbere entre 5 a 10% de leite residual.

Isso, amigo, pode representar produção extra de 2 a 3 litros por vaca, por ordenha, que no seu estábulo representaria muito maior número de litros de leite diários com as mesmas vacas.

Pense bem no caso e julgue se vale a pena lançar em prática melhor cuidado no manejo de nossas vacas, antes, durante e após a ordenha.



Mergulhe cada têta em água clorada.

SAM W. MORRIS

AS COLHEITAS MECÂNICAS



Máquina de colhêr frutos, projetada pelo Departamento de Agricultura dos EUA. Ajudada por quatro homens, ela pode colhêr, num terreno plano, a mesma quantidade que dez pessoas podem fazê-lo manualmente.

Durante muitos séculos a agricultura foi um trabalho que exigia mãos fortes e costas ainda mais fortes. Semear, cultivar, fertilizar e colhêr eram tarefas que tinham de ser feitas com as mãos. Mas quando chegou a revolução tecnológica, a agricultura, principalmente nos EUA foi simplificada, com as máquinas substituindo os homens em muitas fazendas. A mecanização foi grandemente responsável pela agricultura próspera e progressiva dos EUA, onde um homem produz o bastante para alimentar 39 pessoas.

Como a colheita é a parte da agricultura mais difícil de ser mecanizada, sòmente nos últimos anos têm sido feitos grandes progressos nesse campo, nos EUA. Hoje, máquinas de todos os tamanhos, formas e preços podem ser encontradas em muitas fazendas de cultura de frutas e plantação de vegetais, usadas na colheita de frutas dos arbustos ou arrancando raízes de vegetais do solo, ou arrecadando nozes que caíram no chão.

O equipamento utilizado nos EUA pode colhêr muitas espécies de frutas e vegetais, da maçã à batata, da azeitona ao aspargo.

A completa mecanização da colheita ainda está longe de ser conseguida, apesar dos recentes progressos no projeto e fabrico de máquinas. Muitos anos ainda são necessários para que a colheita de cereais esteja totalmente mecanizada.

Como a mão-de-obra competente para o trabalho agrícola continua a reduzir-se e os salários a aumentarem, um número cada vez maior de agricultores se volta para a colheita mecânica, para conseguir lucros razoàvelmente bons.

Alguns donos de pomares de frutos delicados, por exemplo, informaram que cêrca de 50 por cento de suas receitas são utilizados para pagar os apanhadores. Plantadores de pepinos dizem que pagam mais de dois terços do valor da colheita para fazer a apanha manual.

Mas a colheita manual principalmente em pequenos sítios, continuará a predominar sôbre a colheita mecânica, até que sejam desenhadas, aprefeiçoadas e produzidas máquinas com preços ao alcance dos agricultores. Muitas máquinas para colheita de uma grande variedade de frutos e vegetais ainda estão em fase experimental, ou com apenas um protótipo construido. Os fabricantes relutam em construí-las, a menos que tenham a certeza de que número suficiente de compradores estará disposto a pagar preços que variarão entre 1.000 e 50.000 dólares, dependendo do tamanho e da complexidade do equipamento.

Os que costumam usar as máquinas de colhêr dão conta das consideráveis economias em suas atividade agrícolas. O equipamento não apenas consegue colhêr mais por dia, como reduz os custos da colheita. A máquina colhe uma tonelada de tomates, por exemplo, ao custo de 9,84 dólares, enquanto a colheita manual custa 17,11 dólares. Uma colheitadeira de nozes pode apanhar mais de 1.800 quilos por dia, ao passo que um colhedor só consegue apanhar 68 quilos. Num dia de trabalho de oito horas, um colhedor médio consegue apanhar 135 quilos de feijão, mas a máquina, com dois ho-

apenas pode colher 9 000 quilo...

Uma máquina de colher revolucionou a indústria de tomates da Califórnia. Mais de 800 máquinas colhem anualmente cêrca de 80 por cento do total das 3 120 000 toneladas de tomate, nesse Estado, no valor de mais de 125 milhões de dólares. As colheitadeiras mais aperfeiçoadas podem colher até 200 toneladas de tomates por dia. Pràticamente todo o tomate colhido por máquinas vai para as fábricas de processamento. Os tomates destinados aos mercados e quitandas são colhidos manualmente, para não serem machucados.

Cada vez mais cientistas e engenheiros concordam sôbre as vantagens de adaptar a colheita à máquina em lugar de adaptar a máquina à colheita. Frutas e vegetais estão sendo genèticamente redesenhados a fim de serem colhidos com mais facilidade pela máquina.

Os engenheiros acreditam eventualmente que as colheitadeiras poderão ser equipadas com sensibilizadores eletrônicos para discriminar entre frutos e vegetais maduros e verdes. Um dos maiores desenvolvimentos esperados é que seja a colheitadeira multifuncional, que pode colher várias espécies diferentes de frutos.

Embora nos países em desenvolvimento a agricultura ainda use quase exclusivamente o processo manual e a mecanização poderia fazer produzir mais alimentos, tão necessários, tal mecanização não deverá chegar a um alto grau, durante muitos anos.

Várias razões se aliam para isso. Primeiro, a maior parte dos agricultores nos países em desenvolvimento não pode comprar o mais simples equipamento mecânico agrícola. Falta-lhes também a total compreensão sôbre a agricultura mecanizada. Em virtude de a mão de obra ser abundante e barata nessas regiões, não há necessidade urgente de mecanização da agricultura. Em muitos lugares, a agricultura se faz em pequenas propriedades. As grandes emprêsas agrícolas, como as dos EUA, são raras. Em muitos países, a agricultura é uma atividade de subsistência; o lavrador produz sòmente os alimentos necessários para si e sua família.

Apesar de tudo, a agricultura mecanizada surgirá nos países em desenvolvimento, quando se considerar que a maquinaria poderá liberar o homem para atividades mais lucrativas, na indústria e em outros campos.

MAIS UMA REGIÃO-PROBLEMA

KURT REPSOLD

Vice - Presidente da S.N.A

Especial para "A Lavoura"

Já não era sem tempo que se promovesse uma intensiva campanha, conduzida à base de planejamentos técnicos, para a implantação e generalização, entre nós, dos diferentes métodos da irrigação. País tropical, com grandes e imprevisíveis irregularidades climáticas, o Brasil não tem sido até agora alertado, de forma ampla e por vêzes que pela categoria e pela autoridade se fizessem ouvir, sôbre a importância que para o progresso agropecuário do País representa o fator hídrico. Viveram, e vivem ainda na sua quase totalidade, nossos produtores agrícolas, aos azares do bom ou do mau tempo. Por isso mesmo nossa economia agrária sempre se caracterizou pela inconstância, sem jamais conseguir zonear-se devidamente e criar tradição — fatôres decisivos para a conquista permanente de mercados, mormente no exterior.

Os grandes projetos de irrigação que estão agora sendo executados no Nordeste, iniciarão uma nova era e, certamente, modificarão o fácies daquela região, ensejando condições e possibilidades de desenvolvimento para as explorações agropastoris, e criando ambiente e situação para fixação do homem à gleba, libertando-o das dolorosas e deprimentes *retiradas*, tantas vêzes sofridas e repetidas por ocasião dos anos de *sêca*.

Necessário se faz alertar, todavia, que não é apenas o Nordeste a região que necessita e reclama empreendimentos corajosos e, por todos os títulos meritórios, com relação à água, seu disciplinamento e sua utilização.

Outras regiões há que, embora sob aspectos diferentes, têm, por igual, na hidrografia, o fator limitante de tôda a produção agrária. Tal acontece, por exemplo, com o Estado da Guanabara e certa parte do Estado do Rio de Janeiro, interdependentes sob êsse aspecto, como sob muitos outros, e em que êsse fator constitui problema comum a ambos, demandando estreita e mútua cooperação para uma solução condizente.

Devem perdurar ainda na lembrança de muitos, principalmente daqueles que tiveram a desdita de os sofrer, os catastróficos resultados das últimas enchentes ocorridos nessa vasta e fértil região. Tudo foi de roldão. Numerosas vidas preciosas se perderam, enlutando famílias inteiras. Bens materiais desapareceram na voragem. Plantações e criações foram arrastadas pelas enxurradas. Propriedades inteiras ficaram soterradas sob espêssas camadas de areia, sumindo o solo arável.

É de ressaltar, com tôda a justiça, que na oportunidade o Poder Executivo, através de diversos setores, mobilizou todos os recursos a seu alcance para socorrer os mais atingidos e minorar os efeitos calamitosos da catástrofe. Por intermédio do Ministério do Interior e após levantamento dos prejuízos sofridos, foram indenizados os lavradores mais atingidos, promovendo ainda aquêle órgão facilidades para que obtivessem financiamentos destinados à realização de novas plantações.

Ditas medidas, pela primeira vez tomadas no País com tanta presteza e eficiência, não solucionam, porém, os problemas fundamentais; servem apenas para evitar que haja uma deserção completa por parte dos agricultores, em busca de locais onde corram menos riscos, numa revivescência do antigo nomadismo, inadmissível nos dias de hoje.

Essa região, fàcilmente delimitável, é constituída pela zona rural do Estado da Guanabara e pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro da chamada Baixada Fluminense. É de topografia plana, em sua maior parte, e tem como linde natural as serras que a contornam, formando, com irregularidades, é evidente, um semicírculo, cujo centro é a Baía da Guanabara. Possui várias bacias hidrográficas, desaguando seus rios principais ou na Baía da Guanabara ou diretamente no Oceano Atlântico. Periòdicamente êsses rios, sobretudo nas épocas de verão, inundam grandes áreas causando vultosos prejuízos. Vêzes há, como aconteceu em 1967, que as chuvas torrenciais provocaram grandes deslizamentos nas encostas das serras. É evidente que êsses deslizamentos, somados ao assoreamento normal dos rios, provocados pela continuada erosão, teriam que resultar, como aliás aconteceu, em verdadeira calamidade. Não é crível que um problema de tamanha gravidade continue eternamente sem solução, exigindo, vez por outra, custosas medidas de emergência. Urge que se o encare de frente e se procure resolvê-lo de forma definitiva. Já é hora, pois, de o Govêrno considerar também essa região, a exemplo do que fêz com o Nordeste e a Amazônia, como uma *região-problema* e lhe conceda uma atenção especial. Não é necessário mesmo que lhe sejam proporcionados incentivos fiscais extraordinários, como aconteceu com as outras regiões. Bastará a criação de um órgão colegiado, com autonomia suficiente

para realizar os levantamentos indispensáveis; o equacionamento infra-estrutural do problema; o planejamento da execução dos trabalhos de cada uma dessas bacias hidrográficas de per si; o orçamento de aplicação de recursos de cada órgão componente, e, por fim, o estabelecimento de uma ordem de prioridade. O somatório dos recursos financeiros dos órgãos, que obrigatòriamente integrariam o colegiado, é de crer, seria suficiente para que em poucos anos o problema estivesse totalmente solucionado.

É evidente que para que haja uma perfeita sinergia, sem dualidades e sem desperdícios, haverá necessidade de existir um comando coordenador único; êste, por fôrça da própria estrutura administrativa e em face das demonstrações de eficiência até agora dadas, deverá caber, sem dúvida, ao Ministério do Interior.

Do referido colegiado deverão participar evidentemente os dois govêrnos dos Estados interessados; o Ministério da Agricultura, através do INDA e do IBRA; o Ministério do Interior, pelo DNOCS e pela presidência da própria organização; a ABCAR, e, finalmente, o órgão representativo da Classe Rural, que é a Confederação Nacional da Agricultura.

O planejamento e a programação dos trabalhos a executar, terão, é óbvio, de ser precedidos de um rigoroso levantamento da atual situação de cada uma das bacias, desde as encostas das serras por onde descem as águas, até a desembocadura do canal principal. No planejamento deverão ser visados principalmente: reflorestamento das encostas e obra de defesa contra a erosão; proibição de culturas predatórias acima de determinadas cotas de altitude; disciplinamento das águas superficiais com a redução de sua velocidade e aproveitamento de seu potencial energético; desassoreamento dos rios componentes da bacia e a retificação dos respectivos leitos de conformidade com o melhor aproveitamento do volume de água; drenagem dos baixios com a observância das regras prescritas pela pedologia; implantação de sistemas coletivos de irrigação, e, como conclusão, a execução de uma moderna política de reforma agrária, à base de estudos sôbre o melhor aproveitamento econômico das terras.

Uma vez completados êsses trabalhos, deverá ser criada, para cada uma das bacias, uma emprêsa de economia mista que cuidará da manutenção de todo o sistema e controlará a distribuição da energia e da água de regadio, emprêsa essa a ser mantida à custa da contribuição dos próprios beneficiados — proprietários agropecuários e habitantes dos centros populacionais. Só assim poderá ser evitado o grande mal que sempre destrói as iniciativas brasileiras — a descontinuidade.

Se bem conduzido um programa dessa natureza, o progresso de tôda a região atingida e os benefícios de seu desenvolvimento econômico tornar-se-ão visíveis em pouco tempo, e mais, certos aspectos sociais que, de dia a dia, se agravam e aprofundam, desaparecerão como por encanto.

Para que tudo isso possa ser concretizado, entretanto, é mister que um verdadeiro estadista, de personalidade marcante e com suficiente autoridade, empunhe essa *bandeira* e assuma a direção de tôdo o movimento.

LEITE

Por OTTO FRENSEL (*)
Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura

Com cinco singelas letras designamos o mais precioso alimento pôsto à disposição dos sêres humanos pela Natureza. Como tudo que é precioso na Natureza, também o leite se compõe principalmente de água, veículo, também aqui, dos preciosos componentes do alimento ideal: gordura, açúcar (lactose), caseína, albumina, sais minerais. Entretanto, êstes cinco componentes básicos, por sua vez, são compostos dos mais preciosos elementos os quais, justamente, dão ao leite o seu elevado e justo valor alimentar. Assim, a gordura não é apenas o que o nome indica, mas um complexo de triglicerídios, compreendendo os mais variados ácidos, como: caprônico, caprílico, caprínico, laurínico, mirístínico, palmitínico e muitos outros, atingindo mais de uma centena, além dos componentes semelhantes à gordura, denominados lipídios ou seja os fosfatídios, as esterinas, os primeiros compreendendo a lecitina e os seus componentes, e as segundas a colesterina e outros. A seguir vêm as proteínas com os seus derivados, como as albuminas, incluindo a caseína, a lacto-albumina e a lactoglobulina com os seus elementos fracionais, incluindo principalmente os indispensáveis amino-ácidos. O seu açúcar, chamado lactose, é outro composto de uma série de outros açúcares que seria longo enumerar aqui. Temos também os sais minerais: cálcio, magnésio, sódio, potássio, fosfato, citrato, bicarbonato, cloreto, sulfato etc., combinados com os demais componentes do leite, de maneira a formar um conjunto altamente precioso. Além disso ainda temos uma série de outros ácidos e elementos traços, de cobalto, cobre, ferro, manganês, flúor, iôdo, selênio, igualmente indispensáveis à boa saúde. Finalmente temos as preciosas vitaminas em número de 17, pois o leite é uma das mais preciosas fontes de vitaminas. Seguem-se a enzimas, os hormonios e os gases, complementos indispensáveis ao alimento ideal. Êste quadro é completado com a flora microbiana natural do leite.

O leite é, portanto, um dos raros alimentos que contém quase todos os elementos indispensáveis à manutenção de uma vida sã. A sua albumina contém todos os amino-ácidos indispensáveis à manutenção da vida. E de tal forma que um adulto pode cobrir com o consumo diário de um litro de leite tôda a sua necessidade de albumina animal e a metade de tôda a sua necessidade de albumina.

Uma palavra especial a respeito da gordura do leite, a qual se torna especialmente valiosa, em virtude de sua composição, pois esta permite uma assimilação completa pelo organismo humano. Em virtude de seu baixo ponto de fusão, sendo fluida já à temperatura do corpo humano, esta gordura do leite é uma das melhores e mais fàcilmente digestíveis gorduras alimentares. Encontra-se finalmente disseminada no leite, motivo por que é ràpidamente absorvida pelo corpo humano.

O seu açúcar composto, a lactose, regula o aproveitamento do conteúdo de cálcio, bem como o funcionamento dos intestinos e da flora bacteriana benéfica.

Um litro de leite, consumido diàriamente, fornece ao corpo humano tôdas as suas necessidades de vitaminas e de sais minerais, destacando-se entre êstes o cálcio, de forma altamente assimilável.

Assim estas cinco letras, que compõem a palavra LEITE, representam a verdadeira base de uma alimentação saudável. E a Natureza sábia nos mostra o acêrto dessa afirmação, ao fornecer aos sêres, no primeiro estágio de sua vida, justamente êste precioso alimento líquido. Mais tarde, infelizmente, às vêzes tarde demais, novamente o ser humano se lembra dêle, quando já na etapa final procura no leite o alimento da sobrevivência. Eis por que devemos incluir, em tôdas as idades, o leite em nossa alimentação diuturna. Sem recorrer a artifícios prejudiciais, podemos diversificar o seu paladar e a sua atuação, usando leite aromatizado com sumos de frutas ou consumindo-o acidificado sob variadas formas.

Quando em março de 1929 — há quase quarenta anos — iniciamos pelas colunas do nosso veterano "BOLETIM DO LEITE" a campanha que denominamos de "BEBA MAIS LEITE" no Rio de Janeiro, fizemo-lo inspirados por idênticas campanhas que tinham tido início nos Estados Unidos em 1916, atingindo nos anos seguintes uma série de países europeus. Estas campanhas se mantêm até hoje apesar do elevado consumo de leite e derivados naqueles países, em comparação com o nosso. A nossa campanha, concretizada, após o trabalho promocional inicial em fins de 1931, durou apenas até 1936. Os resultados, contudo, foram muito além de nossa expectativa, poi , o

consumo do Rio de Janeiro aumentou de 113.000 litros para 180.000 litros diários, o que, descontado o aumento natural de 5% que, então se verificava, graças ao aumento populacional, representava um aumento de 37% em menos de cinco anos, pagando largamente todo o custo da campanha e beneficiando os produtores e os consumidores. Foi a primeira e única campanha anônima de um homem só, jamais concebida.

Mesmo passados quarenta anos, insistimos na necessidade dessa campanha, pois dois são os fatôres que causam o nosso tão baixo consumo de leite e derivados: falta de produtividade e falta de hábito. Não admitimos falta de poder aquisitivo, pois inúmeras beberagens e conservas têm elevado consumo a preços muito superiores ao do leite e seus derivados, especialmente considerando o real valor alimentício e sanitário dêstes.

Nunca, jamais, em tempo algum, aquêles países que, ao menos em matéria alimentar, consideramos como os mais adiantados, acharam mal gasto o dinheiro e o esfôrço empregado em suas campanhas em prol do aumento e manutenção do consumo de leite e derivados. Uma campanha perene dessa natureza sòmente pode causar os maiores benefícios aos sêres humanos em tôdas as suas idades. Não podemos querer produtividade, sem saúde, nem saúde, sem alimentação adequada.

(*) Presidente da Associação Brasileira de Lacticinistas (Filiada da Federação Internacional de Lacticínios); Diretor de Área da Sociedade Internacional de Lacticínios — DSI; Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura; Redator do "Boletim do Leite" ABI 1.246; Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara: 2.235); Ordem dos Velhos Jornalistas.

(Contribuição para a Semana do Leite, realizada em Pôrto Alegre).



BIBLIOTECA AGRÍCOLA

Com a mudança do Ministério da Agricultura para Brasília, a sua biblioteca se transferiu para o Planalto.

A Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, considerando que a antiga Capital não poderá prescindir de uma livraria especializada à altura dos seus foros culturais, resolveu dar à sua Biblioteca a maior expansão possível.

Desde logo, firmou convênio com a Confederação Nacional da Agricultura com tal finalidade, e o trabalho da expansão se desenvolve em ritmo acelerado, inclusive com a organização e breve publicação da Bibliografia Agrícola do Brasil, relativa a 1968.

A Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura, franqueada ao público, ocupa uma área de 220 m² e dispõe de 182 m² de estantes, sendo o seu quadro de funcionários composto de duas bibliotecárias e três auxiliares.

O acervo, ao fim de 1968, representava-se, entre periódicos e obras, na maioria encadernados, de 16.056 unidades, inclusive 110 mapas.

O Executor do Convênio solicita a todos os autores notícias dos seus trabalhos, caso não prefiram enviar-lhe exemplares.



Os tubos plásticos para irrigação pelo método Blass de gotejamento ou instilação nas raízes (drip-root) se estendem através um campo arado na região sêca de Arava em Negev, Israel

IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO

Recentes estudos mostram notáveis ganhos em produção graças ao novo método de irrigação por instilação nas raízes, adotado em Israel.

Notícias de Tel Aviv informam que relatórios recentes provenientes de centros agrícolas e estações experimentais em Israel mostram os resultados revolucionários conseguidos com o uso do nôvo sistema de irrigação denominado "drip-root" e que foi introduzido nas áreas áridas agrícolas do país durante os últimos anos graças a S. Blass, autoridade em tal assunto, que foi grandemente auxiliado por seu filho Yeshayahu e pelo Kibbutz Hatzerim.

As repartições do Ministério da Agricultura e os centros agrícolas coletivos e comunais registram aumentos de produção desde a ordem de 15% para algumas qualidades de algodão até 200% para pepinos de inverno e também grande melhoria na qualidade dos produtos de tôda a espécie colhidos nas áreas que se utilizam dessa irrigação.

O seu criador informou que o primeiro embarque de tubos foi enviado recentemente para a Iplex Plastic Industries of Australia que adquiriu os primeiros direitos estrangeiros



Tubo principal para distribuição de água e fertilizante no métodos Blass "drip-root" sangrado para uma distribuição por baixo da terra feita por outros tubos subsidiários mais finos para irrigar os sulcos num campo em Neguev, Israel.

para o sistema israelense para a sua exploração intensa em tôdas as áreas daquele continente, onde a água seja escassa. Durante os próximos meses espera-se em Israel a visita de enviados de emprêsas privadas e funcionários de ministérios de agricultura de diversos países com o propósito de examinar as instalações em funcionamento e estudar as possibilidades de seu uso em seus países.

O uso do Método Blass em Israel, principalmente em Neguev, triplicou nos últimos três anos e, no momento, já atinge a 2,500 acres (cada acre corresponde a 4,000 m2) a área beneficiada pelo sistema, que está sendo ràpidamente adoptado nas regiões áridas agrícolas do país.

Os principais beneficiários do Método Blass têm sido as cultivadores de pomares em regiões onde a irrigação é imprescindível e que incluem tôda espécie de frutas: cítricas, ameixas, peras, pêssegos e damascos. Os estudos mostram que houve uma média de 12% de aumento nas colheitas de laranjas durante os seis anos em que se usou essa espécie de irrigação, tendo, além disso, havido também uma economia de 17% na água usada. Verificou-se que a qualidade da fruta resultou muito melhor e mais uniforme e que a maturação se processou com menos duas a três semanas do que antes do uso do Método Blass. Isso tem uma importância capital para os agricultores que podem, dessa forma, enviar suas frutas aos mercados muito antes do tempo normal, conseguindo assim preços muito melhores.

Com base em dados fornecidos pelas estações agrícolas do govêrno, a Hebrew University Faculty of Agriculture também forneceu recentemente informações sôbre os resultados dêsse tipo de irrigação para uma série de lavouras diferentes.

Em lugares que antes produziam oito toneladas de pepinos de inverno a colheita resultou em 20 toneladas com a irrigação "drip-root", o que, em parte, é atribuido à ausência de pragas e doenças causadas pelas fôlhas molhadas quando se usava o método normal de irrigação por meio de esguichos ou nebulizadores.

Nas experiências com produtos agrícolas de um modo geral, houve aumento de quase 50% nos pimentões e hoje essa lavoura já adotou o Método Blass para tôda a região sêca de Israel em Arava, entre Eilat e o Mar Morto.

Um estudo sôbre os campos de milho mostrou que a produção do tipo A ultrapassou o dôbro e que as outras qualidades de milho aumentaram em 26%.

Uma localidade onde se cultiva a vinha informou que além de aumento na produção tornou-se muito mais fácil o preparo do campo para o cultivo em comparação com o que acontecia quando se usava a irrigação convencional.

Na Estação Experimental de Gilat, dedicada ao algodão, verificou-se que com o uso do "drip-root" as colheitas aumentaram 17%, o que foi atribuído à redução em danos causados às plantas pelos antigos métodos de irrigação por borrifo.

O Método Blass adota o uso de tubos de plástico muito finos e não sujeitos à corrosão, colocados em sulcos rasos e que transferem às plantas e árvores diretamente as gotas dágua já misturada com fertilizante. O equipamento necessário, incluindo os tubos plásticos, filtros, fertilizantes e aparelhagem simples para pressão, custa cêrca de 300 dólares por acre (4,000 m2) de pomar ou vinhedos e uns 900 dólares para os hortigrangeiros.

Já se chegou à conclusão que tôdas as vantagens já mencionadas em qualidade e quantidade são o bastante para que o equipamento se pague logo no primeiro ano de uso, embora o seu custo inicial torne um pouco difícil sua adoção mais geral.

O Método "drip-root" foi concebido por Simcha Blass, fundador e antigo diretor executivo de TAHAL, a principal companhia de Israel para o planejamento de águas e consultoria internacional, e foi recentemente melhorado pelo seu filho, Yeshayahu, para aplica-

Uma esplêndida safra de tomates nascidos no solo desértico de Israel irrigado por meio de tubos plásticos pelo sistema Blass "drip-root".



ção em tôda a espécie de irrigação agrícola. O equipamento para o Método Blass é, todo êle, fabricad pelo Kibbutz Hatzerim, perto de Beersheba.

Todos os pedidos de informações sôbre visitas de inspeção aos sistemas em uso em Israel devem ser dirigidos ao Sr. S. Blass, no Kibbutz Hatxerim.

COLHEDEIRAS DE ARROZ

Chegou a segunda remessa de 100 colhedeiras, de um total de 300 adquiridas pelo Ministério da Agricultura na Iugoslávia, dentro do convênio de trocas comerciais entre os dois países, com o objetivo de aproveitar os saldos comerciais brasileiros.

As colhedeiras importadas pelo M A., chegaram ao Rio a bordo do cargueiro "Corina", acondicionadas em 100 caminhões, e deixaram a Guanabara pela Av. Brasil com destino aos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás. O ministro Ivo Arzua concedeu entrevista a bordo do "Corina", exibindo filmes que mostravam as colhedeiras em operação.

No desembarque das máquinas, estiveram presentes os governadores dos Estados a que as mesmas se destinam. Essas máquinas, utilizadas na colheita do arroz de sequeiro, com capacidade para 700 sacas diárias, reduzirão o tempo necessário à execução da tarefa, graças ao alto índice de mecanização .

BANCO DO NORDESTE

O Banco do Nordeste divulgou o balanço relativo a 1968, cujos resultados acusam grande crescimento das contas movimentadas aos vários ramos da atividade econômica.

As aplicações totais ascenderam ao montante de ...... NCr$ 868 milhões, correspondendo a uma elevação de 65% sôbre o ano pasado. Por atividade financiada, os resultados são os seguintes: Crédito Geral — 330 milhões de cruzeiros novos, destinados à comercialização de produtos agrícolas e industriais, aos serviços básicos e para refôrço do capital de giro do comércio regional; Crédito Rural — NCr$ 246 milhões, aplicados em investimentos e custeio de safras e rebanhos, em empréstimos diretos aos produtores. Através da rêde de cooperativas, os agropecuaristas da região foram ainda beneficiados com financiamentos no total de NCr$ 28 milhões; Crédito Industrial — NCr$ 264 milhões, para implantação, modernização e aumento do parque industrial e na infra-estrutura da região. No Programa de Assistência à Pequena e Média Emprêsa, as aplicações foram de NCr$ 16 milhões, com a interveniência dos Agentes Financeiros (Bancos e Companhias de Desenvolvimento Estaduais), que fizeram repasses de 258 subempréstimos.

RECOMPOSIÇÃO DAS PASTAGENS DO RIO GRANDE DO SUL

A Universidade Federal de Santa Maria vai promover cursos de especialistas para a recomposição das pastagens dos campos do Rio Grande do Sul. A informação prestada pelo reitor José Mariano da Rocha Filho, acrescenta que o plano está inserido no Projeto Oswaldo Aranha, que já dispõe de recursos da ordem de 2 milhões de dólares do Fundo Especial das Nações Unidas e 5 milhões de cruzeiros novos do Govêrno brasileiro.

O programa será aplicado pelo Centro de Pesquisas Rurais da UF de Santa Maria e beneficiará, inicialmente, tôda a zona pastoril da região oeste do Rio Grande, notadamente os municípios de Cruz Alta, Alegrete e Frederico Westphalen, nos quais serão criadas estâncias especiais de experimentação. Também as estações que a Universidade mantém em São Borja, General Vargas e Jaguaribe serão utilizadas.

PLANTAS CERÍFERAS EM EM GERAL

Cunha Bayma

Mais de trinta vegetais são mencionados por autores estrangeiros, na lista de plantas que produzem cêra, cuja exploração não é econômica neste sentido, ou nunca foi tentada.

Entre nós, Gregório Bondar enumera várias palmeiras, como o catolé (*Cocos picrophylles*, B. Rud.), a ariri ou licurioba das caatingas (*Coco vagans*, Bondar), a licurioba-uçu (*Cocos tostana*, Bondar), a licurioba suarltima (*Cocos schizophyla*) — tôdas capazes de fornecer cêra mediante raspagem das fôlhas, como se faz com o licuri.

O grande botânico João Geraldo Kulman, com quem tivemos a satisfação de privar, falecido há pouco, constatou a presença de cêra, em relativa abundância, nos cachos do buritizeiro (*Mauritia vinefera L*), em outras palmeiras como a Côcos Martiana e a Côcos eriespalha, e em numerosas espécies outras.

Em dois casos, porém, o velho botânico teve grande entusiasmo e não menores esperanças. Foram os casos da Heliconia pulverulenta e do Caa-Uaçu (*Calathea lutea*, Meyer).

Da primeira, encontrada nas florestas do Distrito Federal, fomos ver, de uma feita, as primeiras multiplicações cultivadas por Kulman, no Jardim Botânico, das quais já possuía êle amostras de cêra fundida e pó cerífero recolhidos da face inferior das fôlhas, de comprimento em tôrno de meio-metro. É planta da família das musáceas, de porte herbáceo, encontrada em touceiras de oito, dez e doze hastes, e de multiplicação facilitada pelos rizomas.

A cêra da Heliconia foi pesquisada pelos químicos Antenor Machado e Raul Machado, do Instituto de Química e do Instituto de Óleos do Ministério da Agricultura. Kulman, a princípio, fêz certo mistério de sua descoberta, por isso que via, na possibilidade da cultura em grande escala e da rapidez de desenvolvimento vegetativo daquela musácea, uma provável revolução na produção brasileira de cêras duras.

Outro entusiasmo daquele botânico, a quem o País deve assinalados serviços, diz respeito ao Caa-Uaçu (*Calathea lutea*, Meyer), que foi encontrar nas várzeas do Rio Purus, cujos caboclos, segundo informações locais, fazem com cêra recolhida da face inferior das fôlhas sêcas dessa planta, antes mencionada nas obra de Pio Correia e de Paul Le Coente.

É mais um similar da carnaúba, sem qualquer significação econômica.

Seria longo mencionar tôdas as plantas que, no ambiente brasileiro, exsudam pó cerífero e não têm valor industrial relativamente a esta particularidade.

Da família das gramíneas, ainda há que citar os bambus. E, das palmáceas, há o burida-praia (*Diplethemium maritimum*), o *Mauritiel la Martiana*, o *Mauritiella aculeata* e outras do mesmo gênero, observadas por Kulman. Nas leguminosas, encontra-se a espécie *Parkia gigato carpa*, Ducke, uma das árvores de grande porte, que ocorrem na Região Amazônica.

Na lista das trinta plantas mencionadas por autores estrangeiros a que aludimos não estão incluídas estas citadas sob a rubrica de plantas "ceríferas em geral".

CÊRA DE CANDELILA — Candelila é o similar da carnaúba que há tempos vem sendo empregado nas indústrias à base de cêras vegetais de alta dureza.

Provém ela de algumas plantas arbustivas da família das euforbiáceas. São espécies que ocorrem na região semi-árida do México, no Sul do Texas, em Arizona e na região Sudeste de California.

O pó cerífero cobre tôda a superfície do arbusto, exceto as raizes. A cêra é extraída por processo bastante rudimentar, que principia por mergulhar os feixes ou molhos de plantas em água fria, fervida em seguida, na superfície da qual a cêra vem a flutuar. Depois de resfriar, remove-se e seca-se.

Êsse produto pode ser extraído também a fogo direto, sob vapor ou pela ação da benzina.

O rendimento extrativo varia de 3,5 a 5%.

A candelila bruta é de côr escura. Quando refinada, apresenta-se com aspecto lustroso, tem cheiro aromático, é dura, quebradiça e, uma vez aquecida, tem cheiro parecido com aquêle da cêra de abelha.

Análise, segundo Warth:

	CÊRA CANDELILA	
	STANDARD	REFINADA
Ponto de fusão	65 a 68,89	70 a 72,22
Gravidade específica	0,982 a 0,993	58,6
Índice de saponificação	46 a 66	19,6
Índice de acidez	11 a 19	37,8
Índice de iôdo	16 a 36	0,005
Cinzas		

Segundo Bennet, a candelila não se saponifica nem se emulsiona tão ràpidamente como a carnaúba. Nem tampouco se mistura bem com a cêra licuri. E o tipo comercial é mais ou menos como aquêle conhecido no Nordeste sob a denominação vulgar de arenosa, contém certa quantidade de água que, antes do emprêgo, é preciso eliminar pela ação do calor.

Anteriormente, fizemos referência ao fato de a candelila ser extraída de diferentes espécies de plantas, pelo que nos parece bem oportuno a transcrição, data vênia, do valor médio das análises desta cêra, procedentes de três daquelas espécies, como se lê na obra antes mencionada, de Albin Warth:

	CANDELILA DE		
	"Fedilanthus pavonis"	"E anti-syphilitica"	"E cerifera"
Índice de saponificação	58,1	105,7	60,7
Índice de iôdo	19,8	5,4	17,4
Densidade a 15ºC	0,9857	0,9530	0,9838
Ponto de fusão	67,5	77,2	68,0

Conquanto bem mais mole que a cêra de carnaúba (ponto de fusão de 85 a 86ºC.), é a candelila a cêra vegetal que se coloca em segundo lugar no consumo geral dos Estados Unidos.

CÊRA DE CANA — A cêra de cana é aquela substância branca e pulverulenta que se encontra no exterior dos colmos, sobretudo perto dos nós da *Saccharum* s.p.

Desde o século passado, já era descrita por Avequin, sob a denominação de cerosina, com os característicos de cêra muito dura, amarelada, com o pêso específico de 0,961 e ponto de fusão de 82ºC. Há muito tempo, pois, que se reconhece nessa substância um similar da cêra de carnaúba, com tôdas as possibilidades de sua aplicação industrial.

Até hoje, porém, apesar da imensa tonelagem de cana que se produz e se industrializa no mundo açucareiro, não se tem processo prático e econômico de extrair essa cêra que existe na proporção de um quilo por tonelada de colmo — segundo Howard Paire, citado pelo Agrônomo Raul Machado, do Instituto de Óleos.

Muitas investigações e tentativas têm sido feitas neste sentido, por isto que é simplesmente fabulosa a quantidade do que seria mais um valioso subproduto da indústria açucareira. Só duas das usinas de Cuba têm um potencial para 600 toneladas por ano.

Uma das primeiras idéias foi extraí-la antes da moagem, ou depois de o caldo já conter alta percentagem de cêra em suspensão. Na primeira hipótese, seria por processo de raspagem e o produto obtido seria quase puro.

idéia inexeqüível, na prática industrial.

A cêra em suspensão, no caldo, do qual se separa na clarificação, fica tôda na parte residual, quer dizer, nas tortas resultantes dos filtros-prensas e dos rotativos. Em trabalhos realizados em Java, Wijinberg encontrou, nessas tortas, 12% de cêra bruta, de possível extração por meio de dissolventes orgânicos, como o bissulfureto ou tetracloruretο de carbono, o clorofórmio etc. (Cross).

Esta cêra bruta, por cristalização da benzina, foi separada em duas frações, das das quais resultaram 30% de pêso da verdadeira cêra de cana que, uma vez refinada, se apresentou com todos os característicos de perfeito similar da carnaúba.

CÊRA DE CARANDÁ — Durante muitos anos a palmeira-carandá foi considerada como um sinônimo da carnaubeira. Está constatado, entretanto, que o carandá produz aquela substância, embora em proporção três ou quatro vêzes mais baixa do que a Copernicia cerífera, segundo Medeiros Trancoso, do Instituto de Óleos, em cujo Boletim n.º 3 publicou "Algumas Observações sôbre o Carandá em Mato Grosso". Para obtenção de 15 quilos de cêra, é preciso bater 9.000 palhas e olhos de carandá. São duas cêras muito semelhantes na aparência, com característicos físicos e químicos tão aproximados que não deixam dúvidas quanto às possibilidades de aplicação industrial da primeira nos mesmos derivados em que é empregada a segunda.

O carandá é nativo na região do Chaco, onde se conheceu por carandaí, à margem do Rio Paraguai, em cuja baixada ocorre em grupos mais ou menos esparsos. Em Pôrto Guarani, porém, forma grandes e cerradas concentrações, que penetram no interior paguaio até 200 quilômetros de profundidade, continuando com a mesma densidade além da Baía Negra, penetrando em distâncias desconhecidas em terras bolivianas (segundo Casimiro Brodziak Fº).

Na região brasileira do Sudeste de Mato Grosso há carandàzais também nativos e de grande densidade, desde o Pantanal até as imediações de Campo Grande. Encontram-se ali as três variedades: prêto, amarelo e branco.

A maior ocorrência dessa espécie, segundo Valério de Almeida, está no vale do Nhabilieque, entre êsse rio e Paraguai, numa extensão de mais de 250.000 hectares, com uma população calculada entre 12 e ? milhões de palmeiras.

O rendimento em cêra, por Palmeira — carandá, é dado como bem menor do que o da carnaubeira, que é, por si mesmo, pequeno. Já vimos que a média geral desta anda em tôrno de 150 gramas por pé e por safra, podendo atingir 200 gramas em certas zonas nordestinas. Isto com os processos extrativos rotineiros. Em outras palavras — são necessárias de 2.000 a 5.000 palhas para obtenção de 15 quilos de cêra.

Talvez por esta razão, e também por várias outras, alguns dos carandàzais de Mato Grosso e do Paraguai têm sofrido apenas tentativas de exploração, logo frustradas.

No Paraguai tem havido interêsse, mas não melhores resultados — desde a produção experimental de 1945, em pequena fábrica instalada a 60 quilômetros ao Sul de Pôrto Murtinho, até os propósitos de seu Govêrno em 1952, manifestados em plano de fomento econômico, no sentido de facilitar a produção e exportação da cêra do C. australis.

Nesse intervalo, duas firmas fizeram insignificantes quantidades do produto, até 1950, quando as estatísticas dos Estados Unidos registraram a importação de 1.297 quilos daquele similar da carnaúba, no valor de US$ 270.000.

Entre 1949 e 1953 cessaram tôdas as transações comerciais com cêra, naquele país, por fôrça de uma questão judicial entre detentores de três patentes de máquinas para extrair cêra das fôlhas, até que houve um vencedor, em fevereiro daquele último ano.

Tudo ali resolvido, continua a cêra de carandá sem aparecer nos mercados internacionais, pela razão simples de que não é produzida. Os carandàzais continuam servindo para fornecimento de postes telegráficos ou telefônicos, construção de habitações rurais, cêrcas, currais, dando fôlhas para confecção de chapéus, fibras para fabricação de cordas etc.

Insistimos em opinar que o baixíssimo rendimento extrativo explica tudo.

ORIZICULTORES

A 2 de fevereiro, na fazenda do Sr. Florindo Torres, no km 58 da Rodovia Quinta-Taim, foi realizada uma reunião de orizicultores na Zona Sul, à qual estiveram presentes os secretários de Agricultura e da Fazenda do Estado, além de dirigentes do IRGA.

Entre os principais assuntos debatidos, figuram os novos custos de produção, as perspectivas de revisão dos preços mínimos e a comercialização da próxima safra.

AMPARO À PECUÁRIA

O presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), informou que serão aplicados êste ano pelo estabelecimento no mínimo ......

NCr$ 200 milhões, em financiamentos às cooperativas do País, além da instalação de mais duas agências do banco, uma em Manaus e outra em Campo Grande (Mato Grosso), região pecuária onde se vem acentuando o sentido de associação de criadores em entidades cooperativas, que poderão valer-se da assistência creditícia do BNCC.

A FOTO INTERNACIONAL



Alimentando as trutas — Na lagoa de sua fazenda perto de East Jordan, Michigan, Russell Hughes diverte-se diàriamente quando chega para dar comida à sua enorme criação de trutas. Estas já sabem a hora que seu dono aparece e ao primeiro sinal de alimento jogado à água, o cardume movimenta-se intensamente cortando a superfície calma da lagoa para alimentar-se. A criação de trutas nos Estados Unidos torna-se cada vez maior e oferece indiscutíveis possibilidades comerciais. (Foto do IPS, especial para A LAVOURA).

FUNDIPRA

Normas para financiamento com recursos do "Fundo de Desenvolvimento da Industrialização de Produtos Agropecuários e de Pesca"

O Banco do Brasil S/A., através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), utilizando recursos próprios e fundos obtidos por meio de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), concederá financiamentos para custeio de inversões fixas, obedecidas as seguintes normas:

1. *BENEFICIÁRIOS*

1.1. Poderão beneficiar-se emprêsas, inclusive cooperativas de produtores, que se proponham a fazer inversões fixas destinadas à instalação, expansão e/ou modernização de pequenas e médias indústrias de produtos agropecuários, florestais e pesqueiros e seus ramos conexos, auxiliares ou complementares.

1.2. Consideram-se pequenas e médias indústrias aquelas cujo montante anual de vendas não seja inferior a 750 nem superior a 240.000 vêzes o maior salário-mínimo vigente no País. Ésses limites não se aplicam às cooperativas.

2. *LIMITE DOS FINANCIAMENTOS*

2.1. Os financiamentos, que poderão cobrir indistintamente investimentos em cruzeiros novos e/ou em divisas, se limitarão a 75% dos gastos de inversões fixas previstos no projeto, devendo os beneficiários participar com recursos próprios em montante não inferior a 25%.

2.2. A critério da Direção Geral da CREAI, quando se trate de projetos a serem executados, a redução da contribuição de 25% a cargo do beneficiário, a que se refere o item precedente.

2.3. Admitir-se-á que a participação dos beneficiários se realize mediante a utilização de recursos oriundos de incentivos fiscais previstos na legislação vigente, quer de caráter regional, quer setorial.

3. *CRITÉRIOS DE SELEÇÃO*

3.1. Na seleção dos projetos tomar-se-ão em consideração os seguintes aspectos:

a) utilização preponderante de matérias-primas ou subprodutos nacionais;
b) existência de mercados nacionais e/ou estrangeiros para o produto industrializado, sem ter que recorrer a novos subsídios à exportação;
c) criação de oportunidade de emprêgo para a mão-de-obra local;
d) contribuição para baratear os preços dos bens de consumo, mediante o aumento da produção e/ou produtividade e/ou redução dos custos de transporte ou eliminação de gastos de distribuição;
e) substituição ou redução de importações e contribuição para aumento das exportações;
f) fomento do desenvolvimento sócio-econômico regional, mediante melhor aproveitamento de recursos naturais.

3.2. Dar-se-á preferência aos projetos a serem executados em regiões próximas aos centros produtores de matérias-primas e em zonas de mais baixo nível de desenvolvimento sócio-econômico.

4. *FINALIDADE*

4.1. Os empréstimos se destinam a cobrir gastos, em cruzeiros ou divisas, para inversões fixas relativas a:

a) obras de construção civil.
b) máquinas e equipamentos, inclusive despesas de transporte, seguros, instalação etc.
c) móveis e utensílios;
d) veículos, exclusive automóveis de passeio.

4.2. Poderão destinar-se, também, à cobertura de gastos atinentes às seguintes inversões, desde que o custo destas, em conjunto, não ultrapasse 50% do valor do projeto:

a) terreno;
b) assistência técnica (em valor não excedente de 2,5% do montante dos gastos globais do projeto);
c) encargos financeiros do projeto durante o período de utilização e carência do financiamento.

4.3. Os financiamentos não poderão ser utilizados para:

a) fomento da produção do café, banana (fruta comestível "in natura") ou cacau, incluindo seu

processamento primário, nem para o aumento da produção de açúcar bruto ou refinado;

b) gastos gerais de administração dos financiados;

c) capital de trabalho;

d) refinamento de divisas;

e) aquisição de indústrias já instaladas;

f) aquisição de edifícios já construídos, salvo na hipótese de evidente conveniência para a economia do projeto e desde que o respectivo custo, somado ao do "terreno", "assistência técnica" e "encargos financeiros" (referidos no item 4.2) não ultrapasse 50% do valor do projeto;

g) compra de maquinaria obsoleta

h) pagamento de dívidas, dividendos ou recuperação de capitais; e

i) obras, aquisição e serviços realizados antes da elaboração do projeto.

5. *CONDIÇÕES GERAIS*

5.1. *Prazo* — mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos;

5.2. *Período de utilização e carência* — o prazo previsto para a implantação do empreendimento, acrescido de até 12 meses.

Observação — Quando se trate de projetos a serem executados em zonas menos desenvolvidas do País, os prazos máximos previstos nos itens 5.1. e 5.2 podem ser dilatados para 12 (doze) anos e para 24 meses, respectivamente.

5.3. *Juros* — 12% a.a., exigíveis ao final de cada semestre civil e na liquidação do contrato.

5.4. *Correção monetária* — a taxa que fôr fixada pelas autoridades monetárias (atualmente 10% a.a.) exigível nas mesmas épocas em que o forem os juros.

5.5. *Comissão de compromisso* — 1% ao ano, calculada sôbre o valor do empréstimo ou sôbre os saldos não utilizados, a partir da data da sua contratação até à da utilização.

5.6. *Comissão* — incidirá a comissão de 2% ao ano nos financiamentos de valor superior ao equivalente a US$ 200,000.00 (duzentos mil dólares) ou nos que beneficiem firmas com volumes de vendas anuais superiores a .... 120.000 vêzes o maior salário mínimo do País, bem como nos de qualquer valor destinado ao custeio de importações não procedentes dos Estados Unidos da América ou dos demais países membros do BID.

5.7. *Garantia* — consistirá de hipoteca, penhor industrial, alienação fiduciária ou outras que o Banco do Brasil considere apropriadas, devendo seu valor acobertar a operação de tal forma que o montante da dívida não ultrapasse 75% do valor que o Banco atribuir aos bens vinculados. (Em princípio, os bens novos serão aceitos pelos respectivos valôres de custo e, os já integrantes do patrimônio da emprêsa, pelos respectivos valôres contábeis corrigidos na forma da legislação atinente à reavaliação de ativo, podendo o Banco optar, quanto a êstes, pelos valôres inferiores que lhes venham a ser atribuídos na avaliação.)

5.8. *Utilização* — o crédito será desembolsado de uma só vez ou em parcelas, à medida das necessidades de custeio das obras e aquisições programadas, na conformidade do cronograma de aplicação do projeto.

Os desembolsos posteriores aos primeiros estarão sujeitos à comprovação da regular aplicação do anterior e dos recursos próprios correspondentes.

A utilização das parcelas destinadas ao custeio de importações será feita por forma que enseje a sua transferência pela CREAI diretamente para a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, para aplicação no fechamento do contrato de câmbio.

5.9. *Reembôlso* — amortização do empréstimo se processará de preferência em prestações mensais e sucessivas e, se necessário, em escalas de valôres crescentes.

5.10. *Seguros* — obrigatório para todos os bens integrantes da garantia.

6. *APRESENTAÇÃO DOS PEDIDOS*

6.1. Os interessados apresentarão seus pedidos de financiamento à Agência do

Banco do Brasil que jurisdicione a zona de localização da indústria.

6.2. Tais pedidos deverão acompanhar-se de "projeto" em 3 vias, elaborado de forma aceitável, calcado no roteiro que será fornecido pela Agência do Banco, conservando os interessados, entretanto, liberdade de utilizar qualquer outra forma de exposição que contenha, pelo menos, as informações ali solicitadas. Também poderão satisfazer êsse requisito, apresentando os mesmos projetos que tenham sido elaborados para efeito de obtenção dos incentivos fiscais regionais ou setoriais (tais como os proporcionados pela SUDENE, SUDAM, SUDEPE, GRUPOS EXECUTIVOS etc.). Se fôr da conveniência mútua do Banco e do proponente, poderá dispensar-se a apresentação do "projeto", caso em que será indicado funcionário do Banco para colhêr os elementos considerados indispensáveis ao julgamento do pedido, mediante remuneração prèviamente fixada pela Agência, a ser custeada pelo interessado.

6.3. O Banco do Brasil, se julgar conveniente, fará realizar as diligências comumente adotadas nas operações da CREAI (exame de escrita e avaliação dos bens oferecidos em garantia), correndo as despesas respectivas por conta dos proponentes, sem compromisso de final deferimento do empréstimo solicitado.

7. *CONDIÇÕES ESPECIAIS*

7.1. Os bens sujeitos a importação, que forem necessários para a execução dos projetos, poderão provir tanto dos países membros do BID, como de outros países a serem oportunamente indicados pelo BID ao Banco do Brasil.

7.2. Nas importações por via marítima, provenientes dos Estados Unidos, pelo menos 50% da tonelagem bruta deverão ser transportados por navios mercantes de bandeira norte-americana, sempre que tais navios estejam disponíveis a fretes considerados justos e razoáveis.

7.3. Sendo o caso, caberá ao beneficiário do financiamento diligenciar tôdas as providências necessárias à importação, inclusive o fechamento de câmbio e a emissão de carta de crédito, que deverão ser feitos obrigatòriamente na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, bem como a obtenção da licença de importação, junto à CACEX. A CREAI poderá fornecer ao mutuário documento que ateste a sua condição de beneficiário do empréstimo para a finalidade, visando a facilitar a tramitação dessas providências junto ao Câmbio e à CACEX.

7.4. Não serão suscetíveis de financiamento as importações de máquinas e equipamentos que contem com similar de fabricação nacional.

7.5. Com o objetivo de assegurar o máximo rendimento aos recursos aplicados: sanar deficiências tecnológicas porventura existentes na indústria assistida; proporcionar meios para utilizar as melhores técnicas de produção e assegurar adequado assesoramento técnico, administrativo e contábil às emprêsas beneficiárias, o Banco do Brasil, como condição para a concessão do financiamento, poderá estabelecer, se julgar necessário, que a emprêsa providencie a aquisição de assistência técnica adequada, proporcionável por pessoa ou entidade que considere capacitada. O custo dessa assistência técnica poderá ser incluído como parcela financiável do projeto, observado o disposto no item 4.2., retro.

7.6. Os beneficiários deverão entregar ao Banco, dentro dos 90 dias que se seguirem ao encerramento de seu exercício financeiro, cópia de seu balanço e respectiva demonstração de lucros e perdas e outras informações que lhes forem oportunamente solicitadas.

7.7. Aos beneficiários caberá dar publicidade ao fato de que o empreendimento está sendo financiado com a cooperação financeira do Banco e do BID dentro dos objetivos gerais da Aliança para o Progresso, podendo a publicidade consistir em avisos, que assinalem o fato, afixados nos locais onde estejam sendo executadas as obras do projeto.

IRRIGAÇÃO CEARÁ

O Departamento de Obras Contra as Sêcas anunciou a conclusão, até o ano que vem, da primeira etapa do projeto de irrigação da área banhada pelo maior rio intermitente do Nordeste — o Banabuiú — na zona de influência do vale de Jaguaribe.

As escavações do canal principal, de 14 quilômetros, já iniciadas, visam a levar as águas do açude Banabuiú para irrigar as áreas a jusante da barragem, assegurando a expansão das atividades agrícolas locais. Três mil e duzentas pessoas poderão melhorar, assim, seus rendimentos.

A área escolhida para execução do projeto foi a de Morada Nova, a 215 quilômetros de Fortaleza. Servida de energia elétrica da CHESF e de infra-estrutura considerada "razoável", a região dispõe de um bilhão e quinhentos milhões de metros cúbicos de água, acumulada no açude Banabuiú.

A renda familiar local oscila entre NCr$ 20 e 80 mensais e a produção se acha concentrada na agricultura extrativa, não havendo qualquer indústria, exceção feita de uma incipiente confecção artesanal de objetos de palha de carnaúba.

CLIMAS DO MARANHÃO (SUL) E GOIÁS (NORTE)

(Estudo realizado no C. Nacional de Pesquisas)

Iniciaremos neste ponto a descrição dos Climas Aw de Savana (inverso sêco) encontrado no interior do Brasil.

Pedro Afonso — 8.º 58' S — 48.º 11' W — 187ms

Não há observações de temperatura, mas estranhamente só da umidade com média 79,5%; o elemento supera 80% de Outubro a Abril e 85% de Dezembro a Março, Fevereiro tendo mesmo .... 87,4%. Desde Junho e até Setembro os valôres ficam abaixo de 75%, com mínimo .... 65,4% em Agôsto. A nebulosidade tem média 5,2, e se conserva de Novembro a Março acima de 6,0 com 7,4 em Fevereiro. Mas em tôrno de 4,0 desde Maio até Setembro. o inverno tendo valôres 2,8 de Junho a Agôsto.

São quase idênticas as freqüências de dias encobertos (68) e claros (64). Os primeiros ocorrem à taxa 11-13 de Dezembro a Fevereiro, mas só 1-2 nos meses de inverno. Já os segundos têm freqüência 13-16 nos meses de Junho a Agôsto e sòmente 1 nos que correspondem ao verão. É precario o registro das precipitações, faltando o relativo a Outubro e portanto o total do ano. Mas de Novembro a Abril todos os meses superam 100mm (237 em março), de Maio a Setembro caindo menos que 50mm cada mês, ou menos de 10 em Junho ou Julho, o primeiro sob 2mm. Já o maior total em 24 horas atingiu 120mm, no inverno nenhum dia ultrapassando 40mm.

São 68 os dias de chuva, à taxa de 10-12 por mês de Novembro a Março, ou 0-1 no inverno, notando-se 45 dias com mais de 10mm. Parecem contudo suspeitos tais registros, e com mais razão o de trovoadas, evidentemente errado (sòmente 14 por ano, 2-3 em cada mês de verão, 0 nos de inverno). Não houve anotações de nevoeiros, enquanto o orvalho alcança 247 dias, ocorrendo pràticamente tôdas as noites, de outubro a Maio, e apenas com 5-7 dias por mês de Junho a Setembro.

A precariedade dos dados desaconselha qualquer síntese do clima de Pedro Afonso.

Carolina — 7º 20' S — 47º 28' W — 19m.

É algo mais elevada, em relação aos outros postos, a média anual, com 26º, 2. Os meses de Agôsto e Setembro permanecem muito quentes, com 27º,6 e 27º,8 repectivamente, sendo êste o extremo superior. Já o inferior, de 25º,3, ocorre em Fevereiro, resultando numa amplitude anual de 2º,5. O período mais fresco, em média, é o verão, todo abaixo de 26º, e o mais quente, como vimos, o da primavera, Agôsto a Outubro superando 26º,5. A dupla onda tem máximo em Maio e mínimo em Junho.

É também muito acentuada a temperatura máxima, 33'1, com o período mais quente durante o dia se situando de Junho a Outubro, acima de 33º,5. Em Agôsto a média alcança 36º,2, e em Setembro 35º,6. Os dias mais suportáveis correspondem ao período Dezembro-Março, com máximas abaixo de 32º, descendo para 31º,0 em Fevereiro. A amplitude é assim elevada, no valor de 5.º,2.

As mínimas têm média 20º,5, e superam geralmente 21º de Setembro a Abril, chegando a 21º,5 em Novembro. No período de inverno ficam abaixo de 20º, descendo a 17º,8 em Julho, sob amplitude portanto 3º,7. Há uma imperceptível segunda onda de Janeiro (21º,0) a Abril (21º,3). Dêsse modo, só no inverno são as noites geralmente frescas.

A amplitude diária é de 12º,7, mantendo-se mais elevada de Maio a Outubro, acima de 12º, chegando a 17º,3 em Julho. Mas fica abaixo de 11º de Novembro a Abril, com 9º,9 em Fevereiro. A máxima absoluta atingiu 39º,7 (Outubro), e apenas de Janeiro a Abril não supera 37º, podendo ultrapassar 39º de Agôsto a Outubro.

Climas do Maranhão (Sul) e Goiás (Norte)

Quanto à mínima absoluta, 10°,5 foram registrados em Julho, um valor de 11°,5 tendo ocorrido em Agôsto. De Outubro a Abril o termômetro não declina abaixo de 16°, podendo se situar aquém dos 14° de Maio a Agôsto. Do conjunto resulta uma amplitude absoluta de 29°,2.

É precária, como vimos, a estatística dos dias quentes, o observador fixando em 20 a contagem dos diversos meses, no total de 248. Trata-se de um êrro flagrante, pelo contraste com a média das máximas, de 33°,1.

Já o número de noites quentes é de 164, em média 16-19 nos meses de Setembro a Dezembro, 13-16 para os de Janeiro a Maio, e só 3-8 nos de inverno. Daí decorrem cêrca de 10 noites frescas nos diversos meses de primavera, 15 nos de verão e outono, e perto de 25-27 nos do inverno, o que constitui uma taxa muito elevada.

O vento é quase nulo, sob média 0,4 m.p.s., variando de 0,7 (Julho) a 0,3 m.p.s. no período chuvoso: daí decorrem condições de calor opressivo. Contudo, 8 ventanias são registradas, 1 em cada mês, salvo no período de Maio a Agôsto, sob 0. A unidade relativa, de média anual 76,7%, se conserva superior a 80% de Novembro a Abril, ou 85% no verão (86,5% em Fevereiro).

De Junho a Setembro permanece abaixo de 70%, descendo a 58,1% em Agôsto. Os meses de Julho-Agôsto são pois bem secos.

A nebulosidade permanece apenas regular, com 5,1 e ultrapassa 6,0 de Novembro a Abril, com 7,4 em Fevereiro. Já no inverno se mantém inferior a 3,0, sob 2,4 em Julho. Oscila portanto 5,0 com notável amplitude anual.

É de 1591mm o total da precipitação, os meses de Outubro a Abril tendo mais que 100mm, e Dezembro a Março acima de 200, com 279 no último. Já no período Maio-Setembro todos os meses registram menos que 50mm, e Junho apenas 9. A sêca é nítida no inverno, com 9-12 — 15mm apenas, em Junho-Julho-Agôsto.

Quanto à maior precipitação em 24 horas, alcançou apenas 80mm. Antes de prosseguirmos no assunto, convirá lembrar as freqüências de dias cobertos e claros: a dos primeiros atinge 70 por ano, havendo 11-12 dias encobertos nos vários meses do verão, de Dezembro a Março, mas 0 nos três de inverno, e 2-8 nos restantes.

Já os dias claros totalizam 63, sendo naturalmente mais freqüentes, 13-16 nos meses do inverno, e declinando a 7-2-1 nos da primavera, e 0 nos do verão, Janeiro a Março.

Voltando agora aos dias de chuva, encontraremos 106, dos quais 52 superando 10mm. De Outubro a Abril há sempre mais que 10 dias por mês, com 15-16-17 em Janeiro-Fevereiro e Março. No inverno apenas 1 em cada mês, de Junho a Agôsto.

São 45 as trovoadas registradas anualmente, às taxa 5-8 mensalmente de Outubro a Março, e só 0-1 na fase de inverno, com 0 em Julho. Os nevoeiros sempre raros, 10 por ano, ou 1 cada mês, salvo no inverno. O orvalho porém freqüente, com 105 dias, à taxa de 10-14 por mês, declinando para 2-3 no fim do inverno.

Carolina tem pois um clima intolerável, muito quente, sobretudo de dia, chuvoso e sem vento. Apenas o inverno, à noite, é mais suportável, o ar sêco e a alta temperatura

tornando porém os dias muito penosos.

Barra do Corda — 5º. 30' S — 45º 16' W — 82m

Temperatura média 25º,3, com valôres mais elevados na primavera, quando o período Setembro-Novembro registra normais acima de 27º (Outubro 27º,4). A fase mais fria corresponde ao inverno, com Junho 24º,6, e o mínimo de Julho 24º,2, do que decorre uma amplitude anual de 3º,2. É fraca a segunda ondulação, mínimo em Março e máximo Abril, mas com oscilação 0º,2. No verão e outono os valôres se conservam em tôrno a 25º,5.

Já as máximas não atingem os índices de Carolina, pois se situam na média 32º,5. São mais elevadas durante a primavera, superando 34º de Agôsto a Outubro, com Novembro ainda sob 33º,6. Mas já no verão, ou melhor, de Janeiro a Maio, as máximas permanecem reduzidas, em tôrno a 31º,3 (Fevereiro 31º,0), elevando-se justamente no inverno, com 32º,0 em Junho. Situam-se dêsse modo abaixo de 32º de Janeiro a Maio, e acima de 34º de Agôsto a Outubro, daí resultando uma amplitude 3º,8, com onda única.

As mínimas têm média 20º,8 e são mais elevadas na primavera, (22º,1 em Outubro-Novembro), declinando no verão (em tôrno a 21º,9 de Dezembro a Abril; mas atingem o menor valor no inverno, cujo trimestre se apresenta abaixo de 19º, com Julho 17º,3. É assim de 4º,8 a amplitude anual.

Segue-se uma amplitude diária média de 11º,7, menor no verão (9º,2 em Fevereiro), e máxima no inverno (16º,1 em Agôsto). Mas a amplitude se mantém acima de 13º de Junho a Setembro, e abaixo de 10º de Janeiro a Abril.

Vejamos a máxima absoluta, que alcançou 39º,4 (Outubro), podendo-se esperar mais que 38º de Setembro a Dezembro, e menos de 37º desde Março até Junho. Já a mínima absoluta apresentou registro de 12º (Agôsto), valôres abaixo de 13º tendo ocorrido nos meses de Julho a Novembro (em Setembro só 14º,8). De Dezembro em diante, até Abril, as mínimas não declinaram abaixo de 18º, salvo em Fevereiro, que apresentou 17º,6.

A amplitude absoluta foi assim de 27º,4.

Os dias permanecem todos quentes (365 por ano), Barra do Corda escapando ao centro de dias mais frios do Tocantins. Mas cêrca de 100 noites são frescas, pois as quentes somam 264, situadas pràticamente tôdas de Outubro a Abril, muito embora em cada um dos meses citados duas a três noites suportáveis possam ocorrer. Em Maio temos 9 noites frescas, outras 8 se verificando em Setembro. O período de inverno é, contudo, agradável, pois Junho-Julho-Agôsto têm respectivamente 8-4-6 noites quentes, ou seja, 22-27-25 de condições frescas.

Os ventos permanecem fracos, sob média de 0,8m.p.s., pràticamente constante nos vários meses. Mas 6 ventanias ocorrem normalmente, distribuídas de Outubro a Março, no período chuvoso.

A umidade é elevada, de média 79,4%, e ultrapassa 80% de Dezembro a Maio, ou mesmo 85% de Fevereiro a Abril (86,4% em Março). Desde Junho torna-se menor que 80%, condição mantida até Novembro, enquanto o mínimo se verifica em Setembro (70,4%). O período realmente mais sêco decorre de Julho a Novembro.

Vejamos a nebulosidade: sob 5,6 de média anual, permanece mais acentuada de Novembro a Abril, ultrapassando 6,0, ou mesmo 7,0 no período Janeiro a Março (7,5 no último). É mais fraca, abaixo de 4,0 no inverno (Junho a Agôsto), descendo para 3,2 em Julho. A amplitude anual atinge pois 4,3, o inverno sendo muito limpo.

A insolação totaliza 2053 horas, com maior índice em Julho (243 horas) e menor em Fevereiro (120). Os meses de inverno são os mais insolados todos acima de 200 horas, já no trimestre Janeiro-Março só 132-120-138 horas sendo observadas.

Temos assim 87 dias encobertos, os meses do verão registrando todos mais que 10 dias (Dezembro a Abril), com 15 em Fevereiro ou Março. Nos demais meses há sempre 3 a 7 dias (primavera), ou 5 (Maio), mas apenas 2-1-1 em Junho-Julho-Agôsto. Os dias encobertos ocorrem aliás em dôbro dos claros, êstes com 42 por ano, mais comuns no inverno (8-12 nos vários meses), contra apenas 2-3 nos meses de primavera. No verão pràticamente não se registram dias claros.

Vejamos a precipitação: já bem reduzida, dada a proximidade da área B, alcança apenas 1097mm, os meses de verão registrando acima de 100mm (Dezembro a Abril), com 213 em Março. A sêca decorre de Maio a Novembro, todos abaixo de 70mm; e torna-se bem mais nítida no inverno, com 16mm em Junho e 7 apenas em Julho ou Agôsto. Quanto à maior precipitação em 24 horas atingiu 168mm, nunca ultrapassando os totais diários no inverno, o índice 50mm.

Há em Barra do Corda 114 dias de chuva dos quais 36 superam 10mm. De Dezembro a Abril pode-se esperar mais que 10 dias cada mês, com 19 em Março, e 17 em Janeiro ou Fevereiro. Os meses de Maio a Novembro têm todos menos que 10 dias, e o período de inverno 3-2-1 (Junho-Julho-Agôsto).

Resta-nos examinar as trovoadas. São relativamente freqüentes, face aos dias de chuva, pois totalizam 96 por ano, os meses de Novembro a Abril tendo todos mais que 10 dias (15 de Março), e os restantes menos que 7, em cada mês de inverno só 1 ocorrendo. Os nevoeiros são duas vêzes menos freqüentes, somando 48 por ano, e quase não ocorrem na primavera (1-2 por mês), surgindo sobretudo no outono (7 a 11 mensalmente).

O orvalho, por fim, totaliza 134 dias, tornando-se mais raro na primavera (5-8 dias por mês) e mais comum no inverno (15-17 cada mês), o verão e outono registrando 10-12 mensalmente.

Considerações sôbre o meio ecológico brasileiro

(GUILHERME E. HERMSDORFF)

Desde as primeiras letras até os bancos universitários, procura-se inculcar no espírito da juventude brasileira ser o Brasil um dos países mais ricos do mundo, quer por sua extensão geográfica, quer por suas terras, quer por sua flora, quer ainda por suas faunas terrestre e marítima.

Êsse falso conceito implica, inexoràvelmente, na maior injustiça que se pode fazer nos nossos patrícios. E é contra isso que nos insurgimos.

Com efeito, fôsse aquêle conceito verdadeiro, recairia exclusivamente sôbre o nosso povo o triste privilégio de, juntamente com o Paquistão e a Índia, sermos considerados os três grandes países subdesenvolvidos da atualidade. Subdesenvolvido é expressão diplomática que se traduz, na realidade, por atrasado.

Nós nos orgulhamos de nossa grande extensão territorial, e também, já de nossa numerosa população. Mas extensão territorial e população têm muito pouco pêso no conceito geral das nações.

A respeito da exuberância de nossas terras, dizia o inolvidável Oswaldo Aranha: — "O Brasil é um grande arquipélago, pequenos oásis separados por grandes desertos."

Graças, entretanto, a êsses oásis, isto é, onde o meio ambiente é mais propício, ou menos ingrato, é que o Brasil, os brasileiros estão construindo a maior civilização existente em clima subtropical.

Para demonstrar essa verdade, basta comparar o Estado de São Paulo com o Nordeste.

A grande riqueza do Estado de São Paulo, tão merecidamente exaltada e admirada por todos, é por acaso, devida à maior aptidão e capacidade de trabalho dos seus habitantes, comparativamente às dos habitantes do resto do País, especialmente aos do Norte?

Há quem, tolamente, afirme isso, baseado no fato que, para aquêle Estado, foi encaminhada grande parte dos imigrantes estrangeiros recebidos pelo Brasil. O exemplo de muitas outras regiões onde o elemento alienígena é, proporcionalmente, mais denso, não lhes convence da injustiça.

Nós, entretanto, acreditamos que, se se mudasse tôda a população do Estado de São Paulo para o Nordeste e a dêste para aquela região, se alguma coisa digna de registro se modificasse, seria em detrimento do Nordeste. Êsse conceito, em nós arraigado, pode ser aplicado às diversas regiões mais adiantadas do Sul do País, quando comparadas às do Norte.

Aliás, é preciso que se note que as diferenças existentes no desenvolvimento econômico entre as várias regiões do Brasil não constituem exclusividade brasileira; elas existem, guardadas as proporções, em todos os demais países, mesmo nos mais ricos e desenvolvidos, como acontece nos Estados Unidos, bastando comparar a prosperidade e a produtividade dos habitantes do Norte e do Centro com as dos habitantes das zonas de alguns de seus estados sulinos.

E por quê a vida é difícil e dura no Brasil, trazendo como seu corolário a pobreza, sobretudo no Norte?

A explicação é fácil. A maior parte do nosso País está situada na zona subtropical. Nessa zona a Natureza parece ter-se preocupado em apresentar ao homem uma imagem enganosa a respeito de sua capacidade produtiva, ou de sua fertilidade.

A terra pode ser perfeitamente comparável com a máquina, ou com qualquer outro ser vivo. Ela, como êstes, não pode trabalhar ininterruptamente sem um devido descanso, ou nôvo suprimento de energia sob a forma de adubos fertilizantes, sob pena de se esgotar e tornar-se improdutiva. Lembramos que, na lenda bíblica, até Deus necessitou de descanso, depois do sexto dia de trabalho.

Nas zonas tropicais e subtropicais úmidas, a desenfreada concorrência pela vida, durante todo o ano, não permite que a terra tenha os benefícios invernais do descanso das zonas temperadas ou frias, resultando disso o seu rápido esgotamento. Sendo, ali, a concorrência pela vida muito intensa, os vegetais crescem em busca da luz, mas suas raízes são superficiais, por falta de elementos nutritivos nas camadas mais profundas. O humus de que necessitam, pràticamente, só lhes é fornecido por aquilo que êles próprios fabricam, isto é, pelas fôlhas que caem. É um verdadeiro circuito fechado.

Assim, a exuberante aparência das florestas dessas regiões está longe, muito longe, de corresponder à fertilidade do terreno que as suporta.

Derrube-se a floresta e, em seu lugar, faça-se uma cultura qualquer. No primeiro ano a colheita será bastante farta; continue-se o cultivo e a pro-

---

Barra do Corda tem pois um clima quente, mas não em excesso, sendo mais suportável que Carolina. Há cêrca de 100 noites frescas por ano, mas todos os dias são quentes. Tornam-se desfavoráveis a escassa ventilação e a alta umidade, sòmente reduzida no inverno. Êste corresponde ao típico de Aw: quente de dia, sêco, limpo, e fresco à noite. O total pluviométrico é relativamente reduzido.

Sòmente possuímos alguns dados da altura de chuva no Piauí:

Amarante — Total de 1 440mm, os meses de Novembro a Abril superando .... 100mm, e os de Janeiro a Abril 200 (máximo 274 em Março). De Maio a Outubro todos os meses registram menos que 100mm, com apenas 5 em Julho ou Agôsto.

Oeiras — Já bastante mais sêco, totaliza 923mm, de Novembro a Março superando 100mm por mês, com máximo em Fevereiro (178). De Abril a Outubro sempre menos de 100mm, baixando os registos a sòmente 1mm em Julho ou Agôsto. O clima é quase do tipo B.

dução cai quase verticalmente, até se tornar antieconômica, visto que a pequena camada humosa que existia foi ràpidamente esgotada, além de calcinada pelos ardentes raios solares.

Considere-se, ainda, que, sendo a concorrência vital nessas regiões muito mais intensa do que nos climas temperados ou frios, qualquer espaço livre é logo ocupado pela vegetação bravia, exigindo do homem um grande esfôrço para defender sua cultura. Um dos nossos mais interessantes poetas que se ocuparam das coisas caipiras, Catulo da Paixão Cearense, ao cantar a região nortista, retrata bem êsse fato no verso — "A terra era tão boa que até era preciso um home vivê com a enxada na mão."

Se somarmos essas dificuldades à incessante luta contra as pragas da lavoura, aos insetos e às doenças que grassam nessas zonas quentes e úmidas, não se pode deixar de reverenciar os brasileiros dessas regiões, descalços, mal alimentados e mal agasalhados, tendo como únicos instrumentos agrícolas o machado e a enxada, mas que, ainda assim, são capazes de produzir alguma coisa.

E nas regiões quentes e sêcas do nosso sertão, como se passam as coisas? As dificuldades, embora sob outros aspectos, permanecem. A vida do sertanejo não é menos árdua, nem menos digna de admiração.

Quando os primeiros europeus, chegados ao Brasil, depararam com aquela região sêca, coberta de uma rala vegetação xerófila, a chamaram de *desertão*. Com o decorrer do tempo, êste têrmo perdeu o *de* e ficou *sertão*.

Para explicar a formação do nosso sertão, culpa-se o índio que, com suas queimadas para limpeza do terreno necessário para suas plantações, esteriliza a terra, transformando-a em um semideserto.

Esta hipótese peca pelo absurdo e por duas fortes razões: primeira, pela fraca densidade silvícola naquela região; segunda, porque queimadas não esterilizam a terra.

Com efeito, as queimadas feitas pelos índios foram sempre muito restritas e, se por falta de aceiros bem construídos, acidentalmente elas se tenham propagado às florestas, que muitos supõem terem lá existido, tais incêndios tanto poderiam ser causados pelos índios como por uma simples combustão espontânea, ou, ainda, por efeitos de raios.

Na hipótese de isto ter acontecido, por qualquer dos motivos acima citados, em que pêse a opinião da imensa maioria daqueles que se ocupam com os problemas do solo, o fato que julgamos incontestável é que queimadas não esterilizam a terra.

Para demonstrar o que afirmamos, afirmação essa que será tida por muitos como absurda, sem, entretanto, destruí-la, basta examinar a própria dinâmica, por assim dizer, do fogo.

O fogo queima para cima e não para baixo; por baixo êle recebe o necessário suprimento de oxigênio, sem o qual se extingue.

Se, por um lado, com o calor dêle irradiado, uma tênue camada de matéria orgânica existente no solo é destruída, por outro, as cinzas provenientes da combustão dos vegetais por êle queimados de certo modo compensam aquêle prejuízo. Ademais, não se observa a pronta germinação das sementes existentes no solo que foi sujeito à queimada, logo após as primeiras chuvas? Fôssem elas calcinadas e, evidentemente, não germinariam.

Não chegamos a ponto de afirmar que a limpeza de um terreno bravio por meio do fogo seja melhor para cultura do que a que se faz sem o recurso da queima. Mas afirmamos, sem medo de errar, que no ambiente brasileiro e na atual situação aquêle processo quando feito, naturalmente, com critério e na ocasião oportuna, é muito mais prático e econômico do que êste.

Se, portanto, foi o índio quem ensinou ao nosso camponês o processo de se limpar econòmicamente o terreno bravio, por meio da queima, a fim de cultivá-lo, não se pode dizer que êle não nos tenha transmitido nada de útil. O que nos cabe fazer é observar e estudar com os devidos cuidados êsse assunto, a fim de ensinar aos nossos agricultores como aplicá-lo convenientemente.

Afastada que foi a hipótese acima, como causadora da formação do nosso sertão, cumpre-nos substituí-la por outra, que julgamos muito mais racional e aceitável.

O nosso sertão foi formado exatamente como tantas e tantas outras regiões similares existentes no globo, onde não havia índios, nem se usavam os processos de queimadas. A formação dêsses desertos, ou semidesertos, é devida às condições naturais resultantes da rotação da Terra, das correntes marinhas e do regime dos ventos.

A corrente marinha mais bem conhecida e estudada é a do Gôlfo Stream. É fato corriqueiramente sabido que, graças a essa corrente, as costas ocidentais da Europa gozam de um clima muito mais ameno do que as orientais americanas, de igual latitude; é sabido que a

condensação de vapôres, exalados de suas águas tépidas, forma os conhecidos nevoeiros, tão perigosos à navegação no mar do Norte e imensas nuvens saturadas de água; é sabido que pela rotação da Terra e correntes aéreas, essas nuvens começam a descarregar suas cargas de água nas Ilhas Britânicas, tomando depois a direção do norte da Europa, para se voltarem, então, em direção ao sul, pela parte ocidental da Rússia e da Ucrânia para, finalmente chegarem, inteiramente sêcas, aos países árabes, onde a falta de chuvas gerou os desertos, que se continuam nos da África, sempre em direção da grande elipse aérea, formada pelo vento sêco. Do lado do Pacífico, no continente sul-americano, o mesmo se observa no Peru e no Chile: as nuvens vindas de leste, no embate da cordilheira dos Andes, ali deixam suas águas, antes de chegarem àquelas regiões sêcas e desérticas da costa pacífica.

Em nosso Nordeste, como em todo o sertão, o fenômeno é idêntico, felizmente em muito menor escala, e quase cíclico, provocando as terríveis sêcas a que tôda aquela região está sujeita. É, portanto, na rotação da Terra, na direção das correntes marinhas e no regime dos ventos, que se encontra a explicação da formação do nosso sertão. Se, entretanto, a primeira dessas causas é invariável, as duas outras não o são, e é graças à variação das duas últimas que aquela região, só periòdicamente, é assolada pelas sêcas; do contrário, tôda ela já se teria transformado em um nôvo Saara.

Um fenômeno interessante, aliás, se passa naquela região e que vem comprovar, se acaso isso fôsse preciso, quão necessário é o descanso periódico da terra.

Quem não conhece o Nordeste e lá chega durante um período de sêca, não pode admitir que aquela terra seja capaz de produzir alguma coisa de útil. Entretanto, logo que caem as primeiras chuvas, o sertanejo, que se retirou durante a sêca, volta aos seus pagos e se apressa em fazer sua cultura, seguro que está de obter uma farta colheita. É que a terra descansou, como descansam anualmente as das regiões frias e temperadas durante o inverno, quando a Natureza hiberna, proporcionando o descanso da terra e dilatando sua capacidade produtiva.

Em resumo, não é o fogo e, muito menos, a incapacidade ou indolência do brasileiro a causa da pequena produção agrícola por hectare cultivado, no Brasil.

Essas causas são devidas ao clima, à falta de adubos baratos, à dificuldade de se combater de modo eficiente a erosão, à impossibilidade de se obter implementos agrícolas adequados, à inexistência de uma propaganda educativa adaptada às nossas condições ecológicas, etc. Tudo isso, somado às dificuldades de transportes, ou ao seu elevado preço, com a ganância dos intermediários, com as doenças e pragas que atacam as lavouras e o próprio homem, faz com que desapareça o estímulo, mola real da vontade de progredir.

Vivemos em um meio ecológico inteiramente diferente daqueles existentes nos países mais adiantados e pretendemos empregar aqui os mesmos processos agrícolas por êles utilizados. É um êrro que só pode trazer-nos prejuízos e dissabores, como dissabores e prejuízos trouxe a muitas regiões das margens do Mediterrâneo, ao importarem os processos agrícolas do Egito.

Com efeito, o Egito, como nação mais adiantada da época, sempre fêz, e continua fazendo, a cultura incessante do seu solo arável, sem se preocupar com a sua regeneração pela adubação, nem com a erosão, visto que o Nilo disso se encarregava, e se encarrega. Em outras regiões mediterrâneas, porém, com o emprêgo dos métodos egípcios, suas terras de tal forma se esgotaram e erosaram que, de antigos celeiros de Roma, se transformaram em magras pastagens de cabras.

Assim, acreditamos que só a demorada experiência, feita de modo científico em nosso meio, e corretamente propagada e aplicada, poderá fazer com que o nosso País possa concorrer vantajosamente com os países agrícolas mais produtivos e adiantados.

Estamos assistindo, atualmente, ao quase milagre da transformação de uma região semidesértica em um verdadeiro jardim, o que prova o inestimável valor da técnica e da perseverança do homem, a ponto de quase dominar a Natureza, conforme vem demonstrando o recém-criado Israel. Técnicos brasileiros que lá vão voltam deslumbrados com o que viram; técnicos israelenses aqui aparecem com a pretensão de nos ensinar como trabalhar a terra.

Realmente, pergunta o observador menos atento, como puderam os judeus, em tão curto tempo, transformar aquela região inóspita em tão rica e produtiva, enquanto o brasileiro, em zonas muito mais propícias, pouco mais de nada consegue?

A intensa propaganda que se faz, no mundo inteiro, a respeito dos progressos de Israel e sobretudo entre nós, chega a nos causar um injustificado complexo de inferioridade.

E por isso, sòmente por isso, julgamos conveniente tecer algumas considerações em tôrno dêsse assunto.

A criação do Estado de Israel veio atender ao milenar anseio do povo judeu, espalhado em todo o mundo. Se êsse país não prosperasse, ruiria por terra o mito tão caro aos israelitas de serem "o povo eleito de Deus". Ficaria, sim, evidenciado que o seu grande legislador, Moisés, ou se teria enganado, ou tinha sido ludibriado por Jeová, ao apontar aquela terra como sendo a da "Promissão".

Daí, a canalização de imensos capitais de todo o mundo judaico para sustentar êsse mito, bem como a superioridade do povo judeu sôbre os demais e sobretudo, sôbre seus irmãos semitas, os árabes.

Dêem ao brasileiro êsses mesmos recursos e êle, certamente, fará muito mais e melhor.

Vale a pena perguntar: quais os recursos estranhos que o brasileiro recebe para comprar, ao menos, a sua enxadinha? Quem desejar conhecê-los leia "Radiografia do Brasil", do eminente general Anápio Gomes.

Para demonstrar que a inegável prosperidade de Israel, sobretudo agrícola, está sendo feita à custa de investimentos astronômicos, oriundos dos judeus de todo o mundo, para efeito de propaganda, basta perguntar: em que país, onde e quando se notabilizaram os judeus por serem notáveis agricultores?

Nos Estados Unidos, onde se encontra a maior concentração judaica do mundo e onde as terras são ubérrimas, produziram e produzem êles alguma coisa de notável na agricultura? Existem aqui no Brasil judeus nas fainas agrícolas, com qualquer êxito particular?

As respostas são sempre pela negativa, visto que, fora de Israel, êsse povo, pràticamente, só se dedica ao comércio, à indústria, ou às finanças.

Não vemos, pois, a mínima razão para qualquer desprimorosa comparação entre o judeu e o brasileiro, sobretudo quando feita sôbre assuntos agrícolas.

Temos o ponto de apoio, dêem-nos o meio, a alavanca, e alimentaremos o mundo.

Duas coisas, hoje, se transformaram em verdadeiro pesadelo da humanidade: a sua completa destruição pela bomba atômica, como admite Bertrand Russel e o espectro da fome, como prevê Malthus.

Não acreditamos em nenhuma dessas predições pessimistas.

Recusamos aceitar a possibilidade da primeira, porque é inadmissível que a loucura humana chegue a ponto de derrogar a lei mais observada por todos os sêres vivos: a preservação da espécie. Em todo caso, se isso acontecer, não tem a importância que normalmente se lhe empresta; será, apenas, a repetição daquilo que já aconteceu a tantas outras espécies, pois tudo o que tem um comêço tem, fatalmente, um fim.

Não acolhemos a segunda, porque, muito antes de se atingir o ponto crítico de saturação *humanidade-alimento*, os diferentes governos, forçosamente, tomarão medidas eficientes e radicais que impedirão a proliferação excessiva de seus governados.

Tais medidas, aliás, já estão sendo postas em prática por certos países, ainda que timidamente, como acontece na Índia, com a propagação de anticoncepcionais, enquanto outros diminuem a severidade das leis contra os processos abortivos. E se tais medidas, pelo menos no Ocidente, não têm caminhado mais ràpidamente, é devido à oposição da Igreja. Esta, entretanto, já pressentiu que sua intransigência nesse particular tem que ser atenuada, até desaparecer por completo. A aguda percepção do papa João XXIII sentiu isso, indicando o caminho ao seu sucessor, que o vem trilhando com os cuidados que caracterizam os altos dirigentes do poder espiritual.

De qualquer maneira, ainda algumas décadas se escoarão até que tais medidas sejam postas em vigor. Enquanto isso, a população mundial cresce quase assustadoramente, e o espantalho da fome mais e mais se aproxima.

Se considerarmos que, atualmente, a humanidade retira a quase totalidade de sua alimentação dos produtos da terra e muito pouco do mar; se atentarmos que 71% da superfície do nosso planêta é coberta pelas águas e apenas 29% pela parte sólida; se ponderarmos que dêsses 29% grande parte são desertos de areia, desertos de gelos e desertos de florestas; se observarmos que, ainda dêsses 29% se subtraem as partes ocupadas pelas cidades, pelas indústrias e rochas improdutivas, inaproveitáveis para a produção de alimentos, vemos que, relativamente, muito pouco da superfície emergida do nosso planêta é, ou pode ser aproveitada para a agricultura.

A solução imediata do problema encontra-se, pois, no mar.

Das diferentes hipóteses da origem da vida, desde o mito bíblico da criação de Adão à imagem do seu Criador, até uma possível origem sideral, a mais aceita e a que melhor se adapta ao nosso modo de pensar é que ela, a vida, tenha tido início no mar e, por sucessivas mutações, atingiu a terra firme, evoluindo nesse nôvo ambiente, até chegar à sua manifestação mais perfeita — o *Homo-sapiens*. É o darwinismo, já pràticamente demonstrado pela paleontologia, cujo melhor exemplo é o do cavalo, que partindo do Coriphodon, no comêço da era terciária, ou cenozóica, no período eoceno, se encadeia perfeitamente até os atuais Equídeos.

Realmente, comparado com a terra, o mar apresenta um ambiente muito mais vasto e propício à vida; nêle, ela existe em todo o seu volume; na terra, ela só existe em sua superfície. Nêle, a Natureza encontrou o laboratório propício para tôdas as suas extravagâncias, ensaiando as mais variadas formas de vida; nêle, encontram-se os maiores animais do nosso planêta. E se nêle, o sistema nervoso, o cérebro, a inteligência não se desenvolveu tanto quanto na terra, é porque nêle a vida é menos árdua, faltando-lhe, pois, o estímulo das dificuldades.

Um biologista americano já disse, e com tôda a razão, que tôda a riqueza dos Estados Unidos se apóia apenas na película de terra de vinte centímetros de espessura que o recobre. E é nessa película, certamente ainda mais tênue, que cobre a maior parte emergida do nosso planêta, que a humanidade está retirando a quase totalidade de sua subsistência.

Sem perder de vista o meio terrestre que, aliás, se torna dia a dia mais exíguo pelo aumento das populações e pela contínua erosão a que está sujeito, o homem, quer queira, quer não, tem que procurar sua alimentação no meio líquido. Sôbre isto não pode haver divergência. O estudo do mar se impõe, portanto, como única solução para a sobrevivência da humanidade.

Em relação àquilo que nos toca mais de perto, isto é, o caso especial do Brasil, esta imposição se manifesta com maior intensidade.

Com efeito, no que se refere à decantada riqueza agrícola do nosso solo, já nos manifestamos. Naquilo que se aplica à nossa flora e à nossa fauna, dá-se o mesmo, e nem podia ser de outra maneira.

A riqueza de nossas extensas florestas, salvo pequenas manchas de essências coníferas homogêneas, como ocorre no Estado do Paraná, só é admissível quando consideradas botânicamente. Econômicamente, pouco valem.

É bem verdade que na Amazônia se encontram preciosas madeiras, cujas qualidades e belezas não têm similares em outra qualquer parte. Êsses

valiosos exemplares encontram-se, porém, dispersos aqui e ali e inteiramente bloqueados por uma quase impenetrável muralha de outros exemplares de pouco ou nenhum valor econômico, o que dificulta de tal maneira a retirada daqueles, que a sua exploração se torna antieconômica.

Representassem aquelas madeiras a riqueza que muitos lhes atribuem, a previdência dos govêrnos já teria criado órgãos adequados para a sua exploração e defesa, tal como fêz para a Araucária brasiliense, com a criação do Instituto do Pinho.

Não sabemos se durante a difícil e dramática construção da Estrada de Ferro Madeira — Mamoré, grande parte dos seus dormentes foram ou não de eucaliptos, importados da Austrália, como muitos afirmam. Basta, entretanto, essa suposição para mostrar quão difícil e antieconômica é a exploração das florestas daquela imensa região.

Regra geral, florestas e águas são consideradas como fontes de riqueza e energia nas diversas regiões do globo. Na região amazônica, entretanto, essa regra faz exceção. A floresta, como já vimos, está longe de representar ali a riqueza econômica que aparenta; os seus rios, por falta de desníveis, não se prestam para a produção de energia, servem apenas como estradas navegáveis, aliás, em sua grande maioria só para embarcações de pequeno calado. A prova disso é que, em tôdas as cidades e povoações daquela imensa região, inclusive Belém e Manaus, a produção de energia elétrica é feita por motores movidos a óleo.

Nós nos orgulhamos de possuir o mais caudaloso rio do mundo, o rio Amazonas, aquêle "gigante Briareu, que ao norte avulta", do poeta. É, realmente, o mais volumoso mas, também, o mais pernicioso; as suas barrentas águas levam, anualmente, para o oceano milhões de toneladas da carne e do sangue de nossas terras.

No que se refere à fauna, quase que se pode repetir o que foi dito sôbre a flora: bastante fornida em relação ao número de espécies, sobretudo dos representantes alados, mas escassa em relação ao número de seus representantes. Assim nos revelam os relatórios da Comissão Rondon, bem como o livro "Nas selvas do Brasil", do falecido presidente dos Estados Unidos, Teodoro Roosewelt, descrevendo suas caçadas no interior do nosso País.

Também, a respeito de nossos mares, a Natureza só nos foi pródiga em relação à sua extensão; o próprio número de baías, enseadas e de portos naturais é restrito. Em peixes, salvo a zona costeira dos Estados do Rio Grande do Sul e parte do de Santa Catarina, êles são muito pobres, e a razão dessa pobreza é fàcilmente explicável.

Com efeito, para que haja fartura de peixe não basta que haja fartura de água, é preciso, também, que haja fartura de alimento, coisa que os mares brasileiros não têm.

Na esteira sem fim da Natureza, onde "nada se cria e nada se perde, tudo se transforma", os produtos orgânicos que chegam ao mar, são logo atacados pelas bactérias que os reduzem aos estados de nitratos, fosfatos, silicatos, etc., os quais tombam para o fundo e de lá voltam para as camadas superiores, em virtude do movimento vertical das águas, chamado ressurgência.

Nas camadas superiores, penetradas pela luz, êsses sais minerais nutrientes são apanhados pelas algas que, graças à fotossíntese, os sintetizam formando o fitoplancton, verdadeira pastagem marinha que alimenta os peixes herbívoros, os quais, por sua vez, vão alimentar os peixes carnívoros.

O fenômeno da ressurgência é provocado pelas correntes marinhas, pelas diferenças de temperatura e de salinidade das águas, pelos ventos e pela rotação da Terra. Não fôsse êsse fenômeno, no mar não haveria vida. Onde êle é intenso, intensa é a vida; onde êle é escasso, escassa a vida é. E, infelizmente, nos mares brasileiros, êle é escasso.

Realmente, as correntes marinhas que correm para os mares brasileiros, com exceção de uma pequena parte do Sul do País, a corrente de águas frias vindas das Malvinas, aliás, logo desviada para Leste, devido à rotação da Terra, são tôdas de águas quentes, que se mantêm na camada superior, por serem mais leves. E como o nosso clima é subtropical, a diferença de temperatura entre o inverno e o verão não é suficientemente grande para resfriar a camada superior e fazê-la mergulhar sob a inferior a fim de energi-la com seus ricos elementos de sais minerais nutrientes para a formação do fitoplancton, alimentação básica para a multiplicação dos pe- xes.

Resta-nos quase que sômen- o vento e a rotação da Terr- esta última fôrça aument- seus efeitos à medida que afasta da linha do Equador, o- de ela é quase nula, para pr- vocar a ressurgência. Assi- principalmente no verão, qua- do predomina o vento Nordes- nossas águas superficiais s- arrastadas para Leste, à med- da que avançam para o S- empurradas pelo vento, send- então, substituídas por águ- mais profundas que trazem sais nutrientes para a formaç- do fitoplancton.

Mas, infelizmente para n- no reino de Netuno, Eolo te- pouco prestígio; sua influênc- não vai além de 40 a 50 metr- de profundidade. Além disso, sôbre a plataforma marinh- que a pesca é mais fácil e pr- dutiva e, em nossos mares, e- é relativamente estreita.

Aí está a razão da relati- pobreza piscícola dos mar- brasileiros.

Há um país sul-americano, Peru, que nestes últimos an- se tornou o maior produtor d- pescado do mundo, volumétr- camente falando, apesar de s- frota de barcos pesqueiros s- relativamente pequena

Pessoas altamente conceitu- das mostram-se espantad- quase escandalizadas, com ês- fato, quando comparam a e- tensão de nossas costas e nossa produção de peixe, em r- lação às daquele país, term- nando, invariàvelmente, p- acusarem nossos governos nossos pescadores.

A relação existente entre nossa extensão territorial extensão costeira, é tão evide- te que não necessita demons- tração.

A relação existente entre nossa produção agrícola e a d- Estados Unidos, tão freqüen- quão absurdamente compar- das, só tem o mérito de dim- nuir o nosso agricultor, pel- motivos já vistos.

Assim, vamos apreciar as r- zões da produção de peixe Peru, quantitativa e qualita- vamente, e o que isto signific- para a alimentação de seus h- bitantes, em confronto com produção brasileira.

A produção mundial de pe- ca marítima, em 1964, segun- estatísticas da F.A.O., f- calculada em 51.600.000 to- ladas. Os principais países pr- dutores foram, em tonelad- Peru, com 9.130.700; Jap- 6.334.700; China Continent- 5.800.000; Rússia, 4.400.00-

Estados Unidos, 2.638.000; Noruega, 1.608.100; India, ... 1.320.100; União Sul-Africana, 1.254.500; Canadá, 1 210.700; Espanha, 1.196.600; Chile, . . . 1.160.900; Dinamarca, ... 1.010.200; seguindo-se os demais países produtores, com menos de um milhão de toneladas. A produção brasileira, talvez por ser muito reduzida, ou por falta de estatísticas, não foi incluída.

Admitindo-se que muitos países onde a pesca se acha organizada não foram incluídos nessas estatísticas, vê-se que o Peru produz quase a quinta parte de todo o pescado colhido no mundo.

Vale a pena perguntar se essa enorme produção é conseguida graças ao grande número e melhor aparelhamento de seus barcos pesqueiros, aliados à maior capacidade e habilidade de seus tripulantes, em relação aos demais países.

A frota pesqueira do Peru, no ano daquelas estatísticas, era constituída de 1.109 embarcações, com a arqueação bruta de 66.046 toneladas; a do Japão, segundo país produtor, era de 409.035 unidades, com a arqueação de 1.790.570 toneladas. Há, pois, uma relação aproximada de uma embarcação peruana para cada 368 japonêsas, e de uma tonelada de arqueação bruta do primeiro, para cada 27 do segundo.

Quanto ao aparelhamento dessas duas frotas e capacidade e habilidade de suas respectivas tripulações, o máximo que se pode admitir é a equivalência.

Donde, então, vem tamanha disparidade produtiva? Simplesmente do fato de serem as costas do Peru banhadas por uma corrente marinha que, aliada a outros felizes fatôres, as tornam excepcionalmente piscosas: a corrente de Humboldt.

O Peru goza de um privilégio pouco invejável; é um país pobre que tem por sina enriquecer os demais. Com o ouro dos incas, abarrotou os cofres da Espanha; com o guano e a farinha de peixe, fertiliza solos estrangeiros.

Essa corrente de águas frias, ricas em sais minerais, ao atingir as costas do Peru, mergulha sob as águas mais quentes ali existentes, expulsando-as e provocando uma violenta ressurgência, que enriquece extraordinàriamente com elementos nutrientes as camadas superiores atingidas pela luz.

O fitoplancton encontra, assim, um meio excepcionalmente propício para a sua proliferação. Forma-se, então, ali a mais rica pastagem marinha para peixes herbívoros existente no globo, os quais nada mais têm a fazer senão crescerem e se multiplicarem.

A quantidade dêsses peixes é tamanha que para ali atraiu o corvo de peito branco das regiões subantárticas, que de tal maneira se desenvolveu nas ilhas costeiras daquele país que, hoje, representa ali a maior concentração de vertebrados existente no mundo.

Essas aves, em número de milhões, hoje sob severa proteção do Estado, com seus excrementos ricos em azôto, depositados no ambiente sêco daquelas ilhas, visto que lá quase nunca chove, produzem anualmente mais de um têrço de milhão de toneladas de adubo, que é exportado para o estrangeiro.

Sendo os peixes herbívoros relativamente pequenos, cujos tipos principais pertencem às famílias clupeidas e ciprinidas, tais como, sardinha, arenque, anchova, tainha, etc. que vivem em imensos cardumes superficiais e, portanto, de fácil captura por meio de rêdes mas, que, entretanto, são menos apreciados para o consumo humano do que os carnívoros, êstes geralmente vivendo em águas mais profundas, considerados como peixes finos, justamente o contrário do que acontece em terra, onde os animais herbívoros são mais estimados para a alimentação do que os carnívoros, a quase totalidade da produção pesqueira peruana é transformada em óleo e farinha de peixe, e remetida para o exterior, onde vai lubrificar máquinas industriais e servir para o fabrico de rações para os animais domésticos ou, ainda, para a produção de adubo.

Essa grande produção tem, portanto, fins comerciais e não de subsistência; em conseqüência, o seu valor, calculado em dólares, representa aproximadamente apenas a metade da produção japonêsa.

Continua, assim, o peruano, principalmente a população do interior, composta em sua quase totalidade de índios, ou de seus mestiços, a viver subalimentado e maltrapilho, sua miserável vida nas escarpadas e inóspitas regiões daquele país, mascando a fôlha de coca, para enganar a fome que lhe corrói as entranhas. A riqueza em proteína animal, que a Natureza tão pròdigamente encaminha para aquêle país faz, apenas, a fortuna de uns poucos privilegiados, nada valendo para a imensa maioria de seus infelizes habitantes.

Vê-se, assim, que o problema não consiste apenas em se retirar do mar produtos alimentares; o problema, certamente muito mais difícil, consiste na distribuição eqüitativa dêsses produtos para se atingir ao suprimento mínimo de proteína animal a tôda população humana do globo.

Outro exemplo de um grande e conhecido pesqueiro, agora diferente pela qualidade do peixe colhido, é dado pelos célebres bancos de Terra Nova, bancos êsses formados por duas correntes marinhas que se chocam: a corrente de águas frias, vinda da península do Labrador, com a corrente de águas tépidas de um dos braços do Gulf Stream.

Os peixes estenotérmicos e estenoalinos trazidos por uma e outra dessas correntes, ao encontro de ambas, têm os seus ambientes bruscamente modificados, devido às rápidas diferenças de temperatura e de salinidade das águas em que viviam, ficando inteiramente tontos e incapazes de se defenderem da voracidade dos peixes carnívoros, como o bacalhau que, então, para lá corre, a fim de se aproveitar da fartura de alimentos. Daí, a celebridade dêsses bancos para a pesca do tão apreciado "gado de Netuno".

O mar, comparado à terra, é um mundo irrequieto. Na terra, salvo alguns espasmos, produzidos por tremores, ou convulsões vulcânicas, tudo é sossêgo. O mar está sempre em movimento, em todo o seu volume. Durante muito tempo se acreditou que sua zona abissal era um mundo inabitado, negro, quieto e silencioso. As primeiras observações feitas em mares fechados, como no Mediterrâneo, assim demonstravam. Não foi, pois, sem certa surprêsa que os cientistas, ao sondarem os oceanos, verificaram a presença de sêres vivos em todo o seu volume. Muitos admitiam que os sêres habitantes das grandes profundidades, submetidos que eram a tremendas pressões, deveriam ter formas inteiramente diversas dos habitantes das camadas superiores.

Nada disso aconteceu. Nenhuma classe, nem uma só ordem foi acrescentada às já conhecidas. A respeito de sua quietude, o mergulho realizado em meados de 1967 por cientistas franceses no batiscafo "Arquimedes", e que bateu todos os recordes de observações feitas em profundidade, até o

presente, verificou, nos mares do Japão, a 9.269 metros de profundidade, a existência de correntes marinhas com a velocidade variável entre três milímetros até alguns centímetros por segundo.

Também, os sêres observados nessa grande profundidade foram catalogados como sendo de organização perfeitamente similar à dos exemplares das camadas superiores. Alguns dêsses sêres eram providos de grandes olhos pedunculados, cuja utilidade, naquela completa escuridão, os cientistas não puderam explicar. O absoluto silêncio, ali, era completo, pelo menos para a percepção do ouvido humano.

Em 1960, Jacques Piccard, filho de célebre Prof. Piccard, inventor do batiscafo, a bordo do "Trieste" já havia conseguido chegar ao fundo da grande fossa das Marianas, no Pacífico, situada a 11.437 metros, sob o nível do mar, porém, êsse grande mergulho parece ter tido por finalidade bater recordes, enquanto aquêle foi realizado objetivando pesquisas científicas.

E assim, ainda que lentamente, os mistérios do mar vão sendo desvendados.

Já foi dito que quando não há renovação de sais nutrientes na camada marinha atingida pela luz, não há formação de fitoplancton; onde não há fitoplancton, não há zooplancton; onde não há zooplancton, não há peixe. E como o fenômeno da ressurgência, em nossas águas, só é provocado pela movimentação das mesmas por efeito do vento combinado pela rotação da terra, ou por ligeiras modificações da salinidade ou, ainda, por ocasionais mudanças de pressão atmosférica, isto é, por fôrças que menos fôrças têm para provocá-lo, as nossas águas, como não pode deixar de ser, são pobres em peixe.

A dedução dessas condições naturais é que a indústria da pesca, nas costas brasileiras, é muito mais difícil e menos lucrativa do que parece à primeira vista.

Solos e mares brasileiros, portanto, se assemelham e se equivalem.

Teòricamente necessitamos de produzir, diàriamente, mais 850 toneladas de proteína animal, para fornecer o necessário equilíbrio dêsse alimento à nossa população, visto que, pelos cálculos feitos, o brasileiro recebe por dia, em média, apenas 20 gramas, quando o mínimo indispensável dêsse alimento básico é de 30 gramas.

É muito difícil que possamos conseguir, em pouco tempo, a produção necessária para preencher êsse grande vazio alimentar, porém, muito mais difícil, ainda, é a sua distribuição eqüitativa por tôda a população. As classes mais abastadas, os habitantes das zonas mais desenvolvidas, sempre terão, ao seu dispor, mais proteína animal que os demais. Resulta disso que aquêle mínimo diário de 30 gramas, previsto para cada habitante ou seja o aumento de 850 toneladas, terá que ser acrescido de muito.

Como obter, então, êsse considerável aumento?

Se o brasileiro recebe em média, atualmente, 20 gramas de proteína animal e precisa de 30, é evidente que a nossa produção de carne e de peixe terá que ser aumentada de mais um têrço.

É claro que sòmente isto não bastaria, visto que vários outros problemas, de difícil solução, logo se apresentariam, tais como: capitais, transportes, armazenagens, distribuição, capacidade aquisitiva dos consumidores, etc., cujas considerações seriam demasiadamente longas, dentro do âmbito do presente trabalho.

Assim, vamos ater-nos sòmente no que se refere ao aumento de carne bovina, admitindo que as outras espécies comestíveis acompanhem o mesmo ritmo de crescimento.

Pelas estatísticas feitas, por estimativa em 1965, pelo Ministério da Agricultura, o rebanho nacional era constituído de: .. 90.505.000 de bovinos; .... 62.544.000 de suínos; 32.312.000 de ovinos e caprinos e ...... 262.000.000 de aves.

O abate, nos estabelecimentos registrados naquele Ministério, foi de: 7.843.000 de bovinos; 8.769.000 de suínos; .... 2.088.000 de ovinos; e .... 15.266.000 de aves, o que correspondeu à produção de .... 1.496.849 toneladas de carne bovina; 595.850 de suína; .... 33.821 de ovina; e 18.075 toneladas de aves.

Temos, assim, para o ano de 1965, uma produção de ...... 2.144.595 toneladas de carne. Essa produção, entretanto, deve ter sido muito maior, visto que grande número de pequenos matadores e de abates feitos no interior do País, escapam aos dados estatísticos.

O desfrute anual do rebanho brasileiro, em relação àquelas estatísticas e aos bovinos, é de pouco mais de 8%, mas como nelas não entra grande parte dos animais abatidos no interior, os técnicos admitem como sendo êle de, aproximadamente, 13%, isto é, um dos mais baixos do mundo, visto que nos Estados Unidos e na Nova Zelândia êle atinge 40% e na Argentina 35%.

Bastam êsses dois exemplos para mostrar que a importância do nosso rebanho bovino consiste mais em seu número do que em sua produção.

Duas são as causas dessa inferioridade: a fraqueza de nossas pastagens, além do descuido com as mesmas e o nosso sistema criatório.

Sôbre a primeira causa já nos referimos, ainda que superficialmente; sôbre a segunda, quase que poderíamos dizer ser um reflexo da primeira.

O sistema de criação de bovinos, no Brasil, salvo raras exceções, é o extensivo, tomando-se êsse têrmo em sua mais alta aplicação, visto que, em grande parte, pode-se dizer que êle se aproxima mais de uma indústria extrativa do que de uma indústria criatória. Um pouco mais de cuidado com a nossa indústria pastoril e teríamos o vazio atual de produção de proteína animal preenchido.

Quanto à indústria pesqueira em nosso País, pelas suas dificuldades naturais e hábitos alimentares do nosso povo, ela é, e será ainda por muito tempo, apenas supletiva, no que se refere à produção de proteína animal, conforme já fazem em alta escala, o Japão, Portugal, Espanha e os países escandinavos.

Existe uma perfeita relação entre o progresso e a capacidade de aquisitiva de um povo e o consumo de carne; tôda vez que aquelas condições melhoram, verifica-se aumento no consumo dêsse alimento.

Segundo estatísticas de 1945, o australiano e o zeelandês eram os povos que mais carne consumiam, com a média anual de 140 quilos por habitante; seguiam-se o argentino e o uruguaio, com 110, países em que a indústria pastoril constitui a principal riqueza. Nos Estados Unidos êsse consumo foi calculado em 77 quilos; na Inglaterra, em 60; na Alemanha, em 49; na França, em 44.

Em países como o nosso, êsse cálculo se torna bastante difícil. É provável, entretanto, que tal consumo ande pela casa dos 28 quilos, e muito irregu-

larmente repartidos. É, pois uma quantidade insignificante, considerando-se que o Brasil é um País produtor de carne, face no seu numeroso rebanho.

No presente trabalho, seguimos o brocardo: — Os fatos são mais importantes quando contrariam as idéias ou hipóteses aceitas, do que quando as confirmam. — Apesar disso, temos a certeza de que seus leitores (se os houver), nos considerarão pessimistas ou mesmo, derrotistas, para usar um têrmo mais em voga. Ninguém, entretanto, ficaria mais satisfeito do que nós se nos convencessem do contrário, não com palavras sazonadas de um patriotismo mal interpretado, mas sim, com a evidência dos fatos.

Bibliografia sumária

Albert Boyer — Les Pêches Maritimes. Col. "Que sais-je? n.º 199.

Alain Lassara — Biologia et Pêches. Col. "Que sais-je?"

Amílcar de Magalhães, Coronel — Pelos Sertões do Brasil — Pôrto Alegre, 1930.

Henry Rouy — La Viande — Col. "Que sais-je?, n.º 374 — Paris.

Jacques Bouteloup — Vagues, Marées e Courants Marins — Col. "Que sais-je-" — Paris.

Jean-Marie Perès — La Vie Dans les Mers — Col. "Que sais-je?" n.º 72 — Paris.

Joubin L. — La Vie Dans les Océans — Paris, 1919.

Paul Bougis — Le Plancton — Col. "Que sais-je?" n.º .... 1.211.

Pierre Gourou — La Terre et l'Homme en Extrême-Orient — Paris, 1947.

Pierre Gourou — Les Pays Tropicaux — Paris, 1948.

William Vogt — O Caminho da Sobrevivência — S. Paulo, 1951.

Theodoro Roosevelt — Nas Selvas do Brasil — Rio, 1945.

Wells e Huxley — A Ciência da Vida — Rio, 1940.

FRUTAS CÍTRICAS — COMERCIALIZAÇÃO

O Grupo de Trabalho que estuda os problemas relativos à produção e comercialização de frutas cítricas, criado na Secretaria da Agricultura e integrado por agrônomos estabeleceu as relações de acidez-sólidos solúveis e porcentagem de suco para os seguintes citros: laranjas pêra, hamlim, bahia, baianinha, barão e lima, bem como tangerina e pomelos.

Entrosando-se com as demais comissões que tratam dos vários aspectos da cultura de citros, o Grupo de Trabalho fêz diversas recomendações sôbre a comercialização de frutas cítricas no Estado, tendo em vista a execução da portaria n.º 327-A, do Ministério da Agricultura, estabelecendo a obrigatòriedade do registro das casas de embalagem ("packinhouses") junto à Secretaria da Agricultura e das firmas atacadistas.

SOLOS E SANEAMENTO

O destino do conteúdo dos esgotos no local e os aterros sanitários depende do solo como agente purificador.

F. Glade Loughry

Tecnologista de solos, Departamento de Saúde de Pensylvania, Harrisburg, Pensylvania

Os habitantes das cidades retiram-se para os subúrbios a fim de poderem escapar à vizinhança aglomerada e conseguir não só ar fresco, também existência agradável. Freqüentemente, verificam que, ao invés disso, perderam facilidades sanitárias e serviços que têm como garantidos.

Quando o sistema sanitário sofre perturbações ou a água de poços fica com gôsto desagradàvelmente suspeito, o sonho começa e desvanecer-se. E se os esgotos contaminam o ar, a desilusão é completa.

Podem, ainda, ocorrer mais surprêsas. A coleta de restos e lixo pode não ser adequada, em conseqüência do custo da remoção. Ou um local de destino mal localizado e com funcionamento deficiente talvez seja motivo de incômodo, produzindo odores ou fumaças desagradáveis, a procriar môscas e ratos, a poluir a água com cheiro de material putrefato.

Decreto Sôbre Esgotos ("Sewage Facilities Act")

O rápido desenvolvimento da população nas zonas que eram anteriormente áreas rurais, em redor das cidades, tornou críticos, em muitos Estados, ditos problemas. Pennsylvania julgou necessário estabelecer nova legislação para enfrentar assuntos de saúde nos arredores, aparecidos com a rápida urbanização.

O *Decreto Sôbre Esgotos*, de Pennsylvania, de 1966, providencia a respeito do planejamento e da regulagem dos sistemas de esgotos individuais e comunitários. Determina que as municipalidades submetam planos desenvolvidos para a resolução das necessidades relativas a esgotos nas respectivas jurisdições. Exige licenças para que pessoas instalem ditos sistemas e autoriza o Departamento de Saúde de Pennsylvania a adotar normas, regulamentos, padrões e métodos.

O *Decreto Sôbre Esgotos* responsabiliza mais de 2.500 municipalidades do referido Estado. As cidades, distritos e bairros podem agir cooperativa ou conjuntamente para realizar as providências do Decreto.

O Departamento de Saúde do Estado é responsável pela execução do Decreto no caso de municipalidades que não tenham meios para sua aplicação, ou que não lhe sigam as regras e os preceitos. Existem verbas destinadas a reembolsar as municipalidades de metade do custo, não só com as despesas locais, mas também com os planos oficiais.

Os projetos municipais estão sendo organizados graças a comissões de planejamento e firmas consultantes. A taxa de crescimento é o principal fator quando se estabelecem datas para o término dos planos. Exige-se que êsses mostrem:

1) — Áreas onde já existem sistemas de esgotos.

2) — Áreas onde estão planejados para que funcionem dentro de dez anos.

3) — Áreas onde os sistemas comunitários não estão planejados para o referido período.

O estudo do solo é básico

Onde não existe o sistema de esgotos públicos, o plano deve incluir a avaliação de solos em têrmos da respectiva capacidade quanto à descarga local do conteúdo dos esgotos. Isso é, via de regra, baseado nos levantamentos detalhados feitos pelo Serviço de Conservação de Solos. Em algumas áreas críticas, onde os estudos do solo não têm sido realizados, verbas convenientes foram entregues às municipalidades a fim

de auxiliá-las a fazer ajustes com tal Serviço, de modo a acelerar os levantamentos de solos.

A consideração de solos inclui também a expedição de licenças para novos sistemas de esgotos individuais, conforme determinado pelo Decreto quanto a lotes inferiores em tamanho a um acre. Tradicionalmente, a descarga no local inclui uma fossa séptica com manilha num campo de distribuição, que serve para filtragem do material afluente abaixo da superfície.

Os levantamentos do solo constituem o elemento principal para instruir as solicitações de licenças. Devem ser incluídas informações detalhadas a respeito do tipo de solo, espessura do lençol d'água segundo a estação do ano, profundidade do leito de rocha firme, inclinação e coeficiente de filtragem. Onde o levantamento do solo fôr disponível, tais dados podem dêle ser extraídos e sujeitos a exame local para confirmação.

Muitos solos possuem características que os tornam claramente impróprios para sistemas-padrões de descarga de esgotos abaixo da superfície. Incluem:

1) — Lençol d'água alto; 2) — pouca espessura das rochas impermeáveis; 3) — aclives instáveis e encharcados; 4) — subsolo vagarosamente permeável; 5) — inundação por curso d'água, que transborda; 6) — reduzida profundidade quanto à camada muito permeável, tal como calcário fendido ou cascalho grosso, que não filtra e purifica o material afluente.

Sinal fidedigno

A presença de características do solo, que indiquem tais condições, é usualmente mais garantida do que exames limitados, possìvelmente tendenciosos, executados sob condições cujo contrôle é medíocre. Por exemplo, a densidade, a estrutura laminar e o mosqueado, fàcilmente reconhecíveis, dizem mais a respeito da permeabilidade de um local do que testes de filtragem executados a reduzidas profundidades durante a estação sêca, quando a água pode escorrer lateralmente em um solo frouxo, acima da camada firme dêsse. Também o solo mosqueado, que indica umidade relacionada com a estação, mostra local de fraca qualidade, mesmo se a inspeção fôr em solo sêco.

Alguns solos que, por definição, são profundos, bem drenados, permeáveis e sôbre inclinações pequenas ou moderadas, constituem grandes riscos quanto a sistemas de descarga no local. O coeficiente de filtragem, para ser usado no preparo de uma rêde de manilhas para dado volume de materiais afluentes, pode ter base em exame padrão do Laboratório de Exame de Solos da Universidade Estadual de Pennsylvania.

Certos solos de materiais mistos varíam tanto dentro de pequenas distâncias que interpretações gerais não convém sejam usadas em confiança. Exigem perícia no local a fim de se localizar zona segura para uma rêde de manilhas.

Alternativa para a fossa séptica convencional e o sistema de rêde de manilhas é preciso considerar-se em alguns casos. Um dêsses é nas áreas onde os esgotos estão planejados para instalação em dois, cinco ou dez anos, e os construtores necessitam manter o impulso para justificar o eventual preparo de esgotos. Outro caso é para a hipótese de lotes que tenham permanecido abertos em certa área de desenvolvimento devido a locais de características fracas. Aqui a pergunta é, muitas vêzes: "Por que se nega para êste lote quando os vizinhos possuem fossas sépticas, que jamais trouxeram quaisquer dificuldades?".

Ocorre também a necessidade de medidas temporárias que funcionarão durante algum tempo, enquanto os esgotos estão definitivamente programados para breve término.

Outro processo quanto à fossa séptica e ao tanque de filtragem é o tanque de aeração. Tal equipamento realiza a melhor tarefa na decomposição química dos resíduos. Bom sistema destrói 85 a 90 por cento do material de esgôto, biològicamente degradável.

Um sistema de aeração também fornece afluente mais seguro onde a rêde de manilhas inclui calcário com fendas ou camadas de cascalho limpo, que não filtram aquêle material. Nesse caso, um filtro de areia nos sulcos de distribuição espalha e retarda dito afluente, de modo que fique mais tempo em contato com o solo.

Outras alternativas incluem o bombeamento do afluente para certo local onde é encontrado solo satisfatório; enchimento da área com solo permeável para conseguir-se camada suficiente acima do lençol d'água ou acima do cascalho; e fossas de manutenção. Essas ficam dispendiosas se empregadas durante longo período porque é preciso seja todo o material de esgôto bombeado para vagonetes e conduzido aos esgotos, onde será recebido pela estação de tratamento.

Toneladas que se desperdiçam anualmente

A descarga de resíduos sólidos é outro aspecto do problema, que cresce com a mudança de tecnologia e com o aumento de população. A estimativa de produção total, por ano, de tais resíduos vai de 3/4 de tonelada para mais de uma tonelada, per capita.

O atêrro sanitário constitui forma econômica para o destino de resíduos sólidos. Eis métodos alternativos: incineração, preparo de composto e rações com restos de alimentos, destinados a porcos.

O solo é de grande importância quanto a todos êsses métodos. A incineração e as rações com restos de alimentos reduzem o volume do material, mas ainda deixam resíduos, que precisam ser aterrados ou depositados no solo. O composto produz substância útil para a agricultura.

O atêrro exige cuidadosa seleção de local e estrito contrôle de operação a fim de evitar que apareçam outros problemas. Muitas pessoas confundem o atêrro com o amontoamento e reagem à proposta de local próximo para isso, dizendo: "Ponham em qualquer outra zona".

Além do problema emocional, há circunstâncias a serem superadas na localização e funcionamento de um atêrro sanitário. Os restos de alimentos, que se decompõem, o lixo e os resíduos industriais produzem vasta gama de produtos desagradáveis. Um bom solo pròpriamente usado possui grande efeito renovatório sôbre produtos intermediários.

Se a reação puder ser aeróbica, a maior parte da matéria orgânica se desdobra em dióxido de carbônio e água. Caso o atêrro sanitário ficar abaixo do lençol d'água, o metano é o principal produto gasoso e substâncias solúveis combinadas com a água produzem repugnante material negro. Se houve excesso de água, êsse escapa do enchimento e polui a água, tanto subterrânea como superficial.

Bom atêrro sanitário fornece localização para sólidos em uma escavação onde podem ser comprimidos e cobertos diàriamente com 6 polegadas de terra, pelo menos. Isto evita fogos acidentais, espalhamento de papéis, propagação de môscas e ratos, bem como escape de odores. A cobertura final necessita ter, pelo menos, dois pés de solo.

As condições dêsse, apropriadas para locais de atêrro, são tais que fazem competição com as boas terras para agricultura, localização e indústrias, rodovias e muitas emprêsas de recreação. O solo deve ser profundo, bem drenado, de textura média ou medianamente grossa, sôbre encostas reduzidas ou moderadas, sem muitas pedras ou calhaus, jamais inundado por correntes d'água não tendo como base rocha com grandes canais ou camadas de seixos que não possam filtrar material putrefato.

Traduzido da revista "SOIL CONSERVATION — Devoted To The Wise Use of Land And Water Resources" (preparado pela Divisão de Informação, Serviço de Conservação do Solo, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América setembro de 1968, volume 33, n.º 2, páginas 31 e 32).

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para março e abril

OLERÍCOLAS

Março — Nos canteiros de sementeiras são semeados: acelga, alface, beterraba, couve, chicória, jiló, mostarda, repôlho, salsa e tomate. Semeia-se diretamente no campo em canteiros: espinafre, rabanete, abóbora, milho verde, plantando-se ainda batata doce.

Abril — Repicagem e transplante generalizado de folíáceas, continuando-se o semeios das mesmas espécies, e mais do brócolo. Planta-se chuchu, para a formação de novas latadas.
Inicia-se o semeio da cenoura e do nabo em local definitivo, bem como do agrião sem água, que irá até setembro.

FRUTÍCOLAS

Março — Prosseguem os tratos culturais do pomar, primeira capina, planta-se abacaxi das mudas obtidas da última colheita. Inicia-se a colheita das laranjas precoces, tais como lima, baianinha e hamli. Semeia-se mamão e colhem-se ainda: goiaba, abio, banana, carambola, fruta-de-conde, jaca, mamão, maracujá. Termina a colheita do caju e do sapoti.

Abril — Inicia-se a colheita de tangerina e pitanga, prosseguem as colheitas de abacate, banana, goiaba, mamão e jaca. Termina a colheita da fruta-de-conde, abio e jaboticaba.

SEU FLORÊNCIO

D. Carminha
Ilustração de Luiz Sá

"Antes andar à toa, que ficar à toa. Saber de informação é uma coisa, muito outra, de observar. Vendo o que anda por cá, de feito, eu, que conheci, antes de sua chegada, estas terras no abandono, posso, no respeito puro da verdade, dizer que devíamos trocar o nome das nossas fazendas. A sua tomava o de Maravilha, a minha o de Mirante — que boa vista dela se tem".



Identifiquei-o, então. Aquêle senhor — magro, têso, meão, cabelos brancos bastos e longos, bigode cortado rente, barbicha bem aparada, que, botas altas, culote e casaco de brim cinza, camisa branca esporte, ligeiro, apeara de um bem tratado alazão, dos vivos, entrara no alpendre, sorridente, cordial, com lhaneza cativante, pedira licença, colocara no cabide o chapéu de palha fina, clara e o relho de couro trançado, com castão de prata, apertara-me, firme, a mão, insistira em que voltasse a me sentar, fizera o mesmo e, de entremeio, disparara todo aquêle verbo — era seu Florêncio.

Entrado na casa dos oitenta, rijo de corpo, ágil de espírito, conservado como poucos, era tido como alguém que valia a pena se conhecer. Uma forte, original, rara personalidade de homem interiorano, de alto gabarito, dos velhos tempos. Figura marcante de uma época, tinha singularidades dignas de registro. Tendo-lhe dito o quanto me alegrava a visita, com que me distinguia, saiu-se com essa: "Foi por curiosidade: para conhecer, em pessoa, o mundão de benfeitorias que está fazendo; por cortezia: a fim de retribuir a que fêz, domingo passado, à minha propriedade, quando eu estava de viagem; e por interêsse: como vou explicar".

"O povo diz que o senhor ajudou, no pêso bruto do bôlso, o prefeito a eleger-se. Será que tem mando para conseguir, dêle, um favor grande?"

"O que quero é pouco. Não traz gasto de dinheiro público. Não prejudica ninguém. Mas, não vai ser fácil de obter."

"Nunca suportei ajuntamento. Amontoado de gente não é comigo. Para quem como eu ama a solidão, nela sempre viveu, dói, a fundo, pensar que, mais hoje mais amanhã vai para o cemitério: morar de eterno, em povoado de defunto. Veja se há jeito de me garantir o enterramento na Maravilha. Já tenho, at, um alto de morro escolhido. Estou pronto a dar, à municipalidade, uma contribuição especial

para ter o direito de lá colocar a minha cruz".

Assegurando-lhe eu que podia ter certeza de que não mediria esforços no levar avante o propósito de atendê-lo, antecipou agradecimentos asseverando que "confiava alcançaríamos afinal êxito, vez que em minha indispensável intervenção seria, sobremodo, ajudado por N.S. da Glória, sua madrinha que, no fundamental, jamais lhe faltara." Contou, então, para ilustrar o afirmado: "moço, ainda, assumi a direção dos trabalhos num garimpo, em Goiás. Lá se empregavam acima de 200 pessoas, gente vinda nunca se indagava de onde; tinha de tudo. Para o carrêgo — considerado humilhante — da água de beber, do manancial até o acampamento, foi estabelecido, com prévio conhecimento geral e sem qualquer protesto, que a tarefa far-se-ia em rodízio. Decorridos mais de 2 meses, um sujeito, tido por facínora perigosíssimo, chegada a sua vez, negou-se, diante da turma, em frontal desacato, a fazer aquêle serviço. Me vi morto ou assassino, o pessoal todo com os olhos em mim, curioso da providência que eu tomaria. Aí, naquela angústia, de repente, minha madrinha, Nossa Senhora, acudiu, me iluminou. Gritei: vosmecês que carregaram água e mais os que estão por cumprir sua parte no trato é que decidem se o homem, aqui, vai ou não. Foi, a ponta de faca, mas foi".

Teve, finalmente, mais esta: sem motivo perceptível, no inevitável trecho da conversa sôbre a situação do país, súbito ergueu-se, em pertigou-se e, de imediato sentou-se com naturalidade. Adiante renovou-se êste estranho, perturbador procedimento. Face à confusão, à perplexidade, já, indisfarçáveis, em que me encontrava, num sorriso envolvente, seu Florêncio justificou-se: "É que, esquisitice minha, perdoe, tenho por uso pronunciar ou ouvir de pé, o nome da pátria." E, levantando-se mais uma vez disse: "Brasil".

CURSO DE CINEMATOGRAFIA EDUCATIVA

(Como usar filmes na educação)

A película cinematográfica educativa constitui poderosa arma — a serviço do bem — nas mãos dos que sabem empregá-la, eis indiscutível verdade, hoje em dia.

A fim de divulgar as potencialidades de tão eficiente instrumento, o Prof. Sylvio do Valle Amaral — pioneiro dos cursos de cinematografia educativa no Brasil, pois sistematizou o ensino dessa matéria — a vem lecionando desde 1959, através de numerosas aulas, palestras etc., realizadas em várias cidades da nossa Pátria.

Também na atualidade, ninguém mais — pelos menos de boa fé — ignora o formidável valor do aludido meio para desenvolver a agricultura.

Por isso mesmo, tal educador, que:

a) Ministra, há vários anos, a disciplina "O CINEMA E A EDUCAÇÃO RURAL" na Escola de Horticultura Wenceslao Bello (mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura), situada na Guanabara

b) Tem divulgado o "CURSO DE CINEMATOGRAFIA EDUCATIVA" em numerosas instituições, oficiais ou não (Escola Normal Júlia Kubitschek, Colégio Bennett, Secretaria de Educação e Cultura do Govêrno do Estado da Guanabara, Escola do Serviço Público do DASP etc.),

resolveu estender o oferecimento de tais cursos, não só às Secretarias de Educação e às de Agricultura dos diversos Estados, mas também a quaisquer outras entidades ligadas ao ensino, inclusive de agricultura e assuntos correlatos; escol cooperativas, entidades classe, repartições públic clubes etc.

Alguns tópicos do respec vo Programa dão modes idéia de sua utilidade, co se vê:

— Bibliografia: livros, lhetos e periódicos. Biblio cas relacionadas com educ ção, agricultura etc.

— Filmografia de tem vários, inclusive agrícolas.

— Projeções luminosas e geral.

— Entidades onde se p dem conseguir filmes, dia mes e diapositivos (gratuid de e aluguel) e venda. C tálogos e listas a elas re tivos.

— A cinematografia e educação rural. A Escola d Horticultura Wenceslao Be e seu curso pioneiro sôb essa matéria. O Cinema R ral do Ministério da Agric tura.

— O filme cinematográfic educativo e a agricultu brasileira.

— O uso correto de filme em reuniões.

— Cinematografia silenci sa, sonora e tridimensiona

Aos interessados em int grar o ensino, inclusive agr cola, com as modernas técn cas da cinematografia (d cuja eficácia é prova sua ad ção pelos mais adiantado países do mundo), solicita-se dirigirem-se ao referido edu Prof. Sylvio do Valle Amar Rua Figueiredo Magalhães cador no endereço abaixo:

643, 8.º and., ap. 805 (ZC-07) Copacabana

Telefone: 237-6262

Rio de Janeiro — Guanabara — Brasil

Notícias e Informações

ABATE DE VACAS

Aprovando exposição de motivos do ministro da Agricultura, o presidente da República assinou decreto estabelecendo que, durante o ano de 1969, "fica proibido, em todo o território nacional, o abate de fêmeas bovinas, até cinco anos de idade, assim consideradas as reses que não apresentam os dentes incisivos igualados, incluindo-se na proibição as bezerras". O decreto regula o abate de gado bovino e fixa a percentagem permitida para o abate de vacas em todo o País.

REFLORESTAMENTO

A campanha de reflorestamento do Ministério da Agricultura, através do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), será intensificada em 1969, segundo revelou o ministro Ivo Arzua, ao informar que em 1968 foram aprovados 430 projetos com base nos incentivos fiscais concedidos para o setor, correspondendo a um investimento superior a NCr$ 180 milhões.

O ministro afirmou que será dinamizado o sistema de assistência do IBDF, que tem a incumbência de promover a proteção à fauna e à flora, de manter as reservas florestais para conservação da Natureza e estimular o plantio de áreas sem vegetação, e que a Estação Florestal de Experimentação de Santa Cruz, na Guanabara, já dispõe, para venda aos interessados, de grande quantidade de sementes de essências florestais.

ENGORDA EM CONFINAMENTO

Por proposta do general Alberto de Assunção Cardoso, o Conselho Nacional do Abastecimento aprovou um plano de abastecimento de carne aos grandes centros consumidores, a ser cumprido êste ano. O plano foi considerado bom pelos técnicos porque contempla as áreas de produção, uma vez que sugere financiamentos para a engorda de bois no período da entressafra. Aliás, será dada ênfase especial ao sistema de engorda do gado confinado, que deverá processar-se em grande escala no ano em curso.

SUDENE PERNAMBUCO: 41 PROJETOS AGRO-PECUÁRIOS APROVADOS

1 — Usina São José S/A (Investimento total projetado: NCr$ 4.391.288,00); 2 — Sociedade Mousinho de Avicultura Ltda., NCr$ 325.000,00); 3 — Cia. Avícola Industrial — COAVI (NCr$ 200.000,00); 4 — Sociedade Agrícola Melhoramento do São Francisco Ltda. (NCr$ 520. 255,00); 5 — Aurélio e Filho S/A, Agricultura — AFISA............ (NCr$ 1.454.712,00); 6 — Sociedade Agro-Pecuária Canaan Ltda. (NCr$ 135.341,00); 7 — Indústria e Comércio de Alimentos S/A NCr$ 400.000,00); 8 — Cia. Agro-Avícola de Igarassu Ltda. (NCr$ 185.413,00); 9 — Aviz-Agro-Pecuária Ltda. (NCr$ 240.000,00); 10 — Fazenda Brasileira S/A, ... (NCr$ 797.184,00); 11 — Agropecuária S. Clara Ltda., ... (NCr$ 534.000,00); 12 — Fazenda Tamboatá .... (NCr$ 1.187.778,00); 13 — Apoti Agro-Pecuária S/A — APESA (NCr$ 290.460,00); 14 — Moura Agro-Industrial Ltda. (NCr$ 223.312,00); 15 — Empreendimentos Rurais S/A — ERUSA (NCr$ 1.992.000,00); 16 — Agro-Pecuária Cliper Ltda. (NCr$ 351.371,00); 17 — Agro-Pecuária Fazenda Pau-Ferro S/A, ... (NCr$ 837.000,00); 18 — Indústrias Reunidas Otaviano Duarte S/A — IRODUSA (NCr$ 1.776.000,00); 19 — Sociedade Avícola S. Inácio S/A. — SOASI .... (NCr$ 407.700,00); 20 — Fazenda Carioca S/A, ... (NCr$ 320.000,00); 21 — Agro-Pecuária Antonio Alexandre Filho Ltda. (NCr$ 570.000,00); 22 — João Dario Agro-Pecuário Ltda. — JUDAPE ...... (NCr$ 570.000,00); 23 — Fazenda Pedra Comprida ...... (NCr$ 1.107.000,00); 24 — Emprêsas Reunidas Aliança Ltda. (NCr$ 273.000,00); 25 — Agro-Pecuária S. Luzia Ltda. .... (NCr$ 540.000,00); 26 — Cia. Agro-Pastoril Vale do Moxotó (NCr$ 1.380.000,00); 27 — Agro-Pecuária São José S/A (NCr$ 1.677.500,00); 28 — Musaíba S/A — Agro-Industrial (NCr$ 610.000,00); 29 — Pecuária S. Antonio dos Palmares S/A (NCr$ 580.000,00); 30 — Fazendas Reunidas de Taquaritinga S/A............ (NCr$ 1.112.000,00); 31 — Cia. Agro-Industrial Gameleira S/A (NCr$ 1.363.000,00); 32 — Sociedade Avícola Jalves Ltda. (NCr$ 400.000,00); 33 — Gonçalves Santiago e Filhos S/A

(NCr$ 570.000,00); 34 — Indústrias de Alimentos Balanceados Ltda.; 35 — Fazenda Riacho do Meio S/A. .... (NCr$ 500.000,00); 36 — Carlos Burle & Cia. Ltda. .... (NCr$ 830.500,00); 37 — Granja Vale da Esperança Ltda... (NCr$ 760.000,00); 38 — Pernambuco Nelore Ltda. ...... (NCr$ 241.854.000,00); 39 — Organização Beltrão — ORBEL (NCr$ 450.000,00); 40 — Fazenda Catulunha S/A... (NCr$ 2.290.000,00); 41 — Emprêsa Agro-Pecuária Ltda.... (NCr$ 1.362.000,00).

ABELHAS AFRICANAS

A Prefeitura de Araçatuba solicitou à população daquela cidade que se organizasse para localizar e exterminar um enxame de abelhas africanas que causou a morte de alguns bois naquela cidade do interior paulista.

Quando os animais apareceram mortos, sem causa aparente, os pecuaristas locais providenciaram exames de laboratório, nos quais foi atestada a presença do veneno altamente tóxico das abelhas africanas. A partir disso, o povo passou a procurar as abelhas, que foram localizadas em plena zona urbana de Araçatuba. Um grupo do Corpo de Bombeiros local retirou o enxame à noite e queimou-o.

GIRASSOL

O plantio do girassol em Pernambuco foi tema de uma reunião programada na sede do Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco, entre o industrial José Alimonda, o diretor, Sr. Ursulino Dantas Veloso, e técnicos daquele órgão. O IPA tem realizado uma série de experimentos, com diferentes variedades de girassol, buscando determinar as que melhor se adaptam às condições de solo e clima da região nordestina. O industrial José Alimonda está promovendo uma campanha visando ao desenvolvimento da cultura do girassol, cuja industrialização permite o aproveitamento da torta para ração de animais e do óleo para alimentação humana.

PRODUÇÃO AGRICOLA AUMENTADA

O Ministério da Agricultura recebeu os dados preliminares sôbre a produção agrícola do ano passado mostrando que dez dos onze principais produtos, excluindo-se o café, apresentaram altas substânciais na sua produção, e apenas o cacau sofreu uma queda.

É a seguinte a estimativa da produção agrícola:

PRODUTO	1967 (toneladas)	1968 (toneladas)
Algodão	1.692.068	1.814.313
Amendoim	750.741	778.453
Trigo	629.301	743.842
Soja	715.608	735.618
Milho	12.824.500	13.124.210
Batata	1.466.521	1.578.940
Feijão	2.553.577	2.530.660
Cana	77.034.000	81.034.000
Cacau	194.692	183.376
Arroz	6.791.990	6.974.861
Mandioca	27.268.193	29.104.610

ASSISTÊNCIA A PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES BOVINOS

Representando o Banco Interamericano do Desenvolvimento, o Sr. Jaime Trujilo desembarcou em Salvador em fins de janeiro, a fim de assistir ao início das atividades do Banco Econômico da Bahia no setor do crédito rural orientado, com recursos oriundos do BID, Banco Central da República e do próprio BEB.

Sôbre o programa a ser aplicado, declarou que visa ao atendimento de pequenos e médios produtores dentro da política do Govêrno Federal de desenvolver as atividades agropecuárias do País.

PLANO-DIRETOR DA AGRICULTURA CEARENSE

O secretário da Agricultura, agrônomo Mauro Botelho, entregou ao governador Plácido Castelo o primeiro plano-diretor de agricultura, para o biênio 69/70, elaborado e a ser executado por aquela pasta.

O referido plano prevê a coordenação de esforços de todos os órgãos federais, estaduais e municipais, que atuam no Ceará, para atingir objetivos que implicam no incremento da agricultura de subsistência e da pecuária.

Segundo o secretário da Agricultura, o plano dá prioridade à cotonicultura, com cuidados especiais para a melhoria do algodão arbóreo, a produção de sementes das fibras 34/4 e 34/6, bem como a criação de campos próprios para a produção de sementes selecionadas, em cooperação com particulares, cooperativas agrícolas e prefeituras municipais, o que ficará sob a responsabilidade das residências agrícolas do interior do Estado. Também dará prioridade à proteção da cultura do feijão, milho e mandioca.

AFTOSA E RAIVA NO PARANÁ — VACINAÇÃO

A Secretaria da Agricultura distribuiu mais de 65 mil doses contra aftosa, outras 79 mil cristal violeta e 434 contra a raiva, num total de **145 mil** doses de vacinas que objetivam a redução da incidência de várias moléstias contagiosas no rebanho paranaense.

Cento e trinta e seis Postos Rurais do Fundo de Equipamento Agropecuário, cobrindo todo o interior do Estado, estão realizando êsse trabalho de vacinação, dentro do primeiro objetivo do FEAP, que é "promover aos agricultores e criadores do Estado a assistência de que tanto carece o meio rurícola, no sentido de possibilitar sua própria redenção sócio-econômica.

GADO DE CORTE — INCREMENTO

O emprêgo de NCr$ 122 milhões em 367 projetos de desenvolvimento da pecuária de corte, beneficiando criadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, foi examinado durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE), presidida pelo ministro da Agricultura, com a participação de representantes do Ministério do Planejamento, Banco Central, Banco do Brasil, e dos pecuaristas daqueles cinco Estados.

MAIS FÉRTIL O SOLO MINEIRO

O Grupo de Trabalho do Ministério da Agricultura, que está estudando o Subprojeto de Calcário, concluiu o levantamento técnico dos Municípios de Patos de Minas, Patrocínio, Araguari e Itauiutaba, onde foram levantadas as jazidas e os moinhos de cálcario, visando a dimensionar a produção e o mercado agrícola da região.

O levantamento foi feito pelo agrônomo Marcos Eustáquio Andrade, do Ministério da Agricultura e pelo geólogo Marcelo Guimarães Melo, da CODEVALE, que voltaram bem impressionados com a fertilidade e a topografia dos municípios visitados, os quais apresentam condições excelentes para uma boa agricultura, servindo mesmo como Região-Pilôto do Plano a ser executado no Estado.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE RURAL

Os resultados da pesquisa agronômica obtidos em 1968, propiciando o aumento da produtividade nas culturas do trigo, algodão, soja e arroz, e a programação dos Institutos de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias, do Ministério da Agricultura, durante o ano de 1969, foram discutidos na Guanabara, com a participação de pesquisadores em agricultura de tôdas as regiões do País.

O ministro da Agricultura destacou, na reunião, que pretende dar grande desenvolvimento aos trabalhos de pesquisas e experimentação agropecuárias no decorrer de 1969, e anunciou o início das atividades dos novos institutos instalados em Colombo, no Paraná, e em Campo Grande, em Mato Grosso, com área de atuação sôbre os Estados de São Paulo e Paraná, e Mato Grosso e Território de Rondônia, respectivamente.

MENOS CAFÉ EM ESTOQUE

Inverteu-se em 1968 a tendência quanto aos estoques governamentais de café: em lugar de manter-se a contínua elevação dos "excedentes", retiraram-se dos armazéns 11 milhões de sacas. No início do Ano-Convênio, o estoque era de 62 milhões de sacas, e 12 meses depois (setembro de 1969) caíra para 51 milhões.

Ao mesmo tempo, o IBC iniciou a execução de um plano de eliminação dos armazéns inadequados e utilização dos próprios da Autarquia. No Ano-convênio, de outubro de 1967 a setembro de 1968, foram retiradas de armazéns de terceiros 5.903.717 sacas, o que significa uma economia anual de NCr$ 6 milhões.

APLICAÇÃO B.N.C.C.

O presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC),afirmou que as aplicações do BNCC em 1968 foram 40 vêzes maiores do que as de 1963, ano anterior à Revolução, e que os financiamentos do banco, no ano passado, beneficiaram mais de um milhão de associados em cooperativas de produção agropecuária, pesca, artesanato e consumo.

As aplicações do BNCC atingiram, em 1968, NCr$ 165 milhões, e representam um acréscimo de 65% sôbre NCr$ 4.263 milhões, no ano de 1967, quando alcançaram NCr$ 100 milhões, sendo que sòmente para o fomento e amparo à produção agropecuária e atividades pesqueiras foram destinados, no ano passado, NCr$ 148 milhões.

BUROCRACIA X BATATINHA

Nota de Samuel Soares, no "O Jornal" de 31/1, diz textualmente:

"É inextirpável no espírito dos nossos burocratas a displicência criminosa com que tratam problema da maior transcendência em favor do interêsse coletivo. Agora mesmo, cheganos de Florianópolis a notícia de que sessenta mil quilos de batatinhas, importados da Alemanha, pelo Ministério da Agricultura, foram atiradas a uma fogueira. E, isso, pela simples razão de que estavam podres. Há mais de 8 meses que se esperava fôssem satisfeitas exigências burocráticas para o transporte do produto do Rio de Janeiro para o pôrto de Itajaí. O prejuizo em espécie foi superior a NCr$ 10.000,00.

Essa importância foi jogada fora por efeito único e exclusivo da incúria da burocracia empedernida, que, a despeito de tudo, ainda impera em nossa terra. A produção de batatas de todo o Estado foi altamente prejudicada, por isso que o plantio foi sobremodo modesto, por falta de elementos para a semeadura. São, portanto, justas as queixas dos prejudicados, que enviaram protesto coletivo às autoridades. O que é triste asinalar é que fato como êste não é inédito, senão que sua repetição se está tornando monótona e intolerável.

SOBE A EXPORTAÇÃO DE CARNE

As exportações brasileiras de carne bovina atingiram, no ano passado, a importância de 45 milhões de dólares, registrando um aumento de 375 por cento com relação às vendas de 1967 e se constituindo no maior volume comercializado nos últimos quinze anos.

O crescimento do mercado importador da Grã-Bretanha, aliado à maior penetração do produto brasileiro no País, bem como a diminuição do ICM nos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, foram, entre outros, os fatôres que favoreceram o comércio de carne bovina.

MAMONA BAIANA

O Grupo de Estudos da Mamona estimou em 180 mil toneladas a próxima safra do produto na Bahia, de acôrdo com a análise dos fatôres que interferem na produção.

A estimativa levou em conta não sòmente a área atualmente cultivada e a favorabilidade das condições ecológicas, como também os estímulos decorrentes da fixação do preço mínimo para os produtores.

AMÉRICA LATINA AUMENTA A PRODUÇÃO RIZÍCOLA

A safra latino-americana de arroz de 1968/69 deverá apresentar cifras mais elevadas que a anterior, principalmente na Argentina, onde a superfície plantada aumentou de 492.500 para 572.500 hectares.

Números ainda incompletos da safra 67/68 mostram para os latino-americanos as seguintes produções: México 404 mil toneladas (contra 383 mil em 66/67), Argentina 282 mil (214 mil em 66/67), Brasil 6.890.000 (contra 6.451.000 em 66/67) e Colômbia 652 mil (669 mil em 66/67).

O nível mundial de preços de arroz, no entanto, só poderá ser corretamente avaliado até que se esclareça a situação do fornecimento segundo informações do Boletim do Arroz, publicado

pela Divisão de Gêneros do Secretariado da Commonwealth em Londres.

MUNICIPALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A atração de investimentos públicos municipais para a solução integrada dos problemas agropecuários peculiares a cada região é o principal objetivo do projeto "Municipalização da Agricultura", encaminhado ao presidente Costa e Silva pelo ministro da Agricultura, sr. Ivo Arzua, e cuja execução deverá ser iniciada êste ano, em caráter experimental, em áreas selecionadas no Estado do Paraná.

Segundo o ministro, o projeto permitirá a expansão do mercado de trabalho para técnicos especializados, através da criação de Centros Integrados de Técnicos Agrícolas, com a contratação de especialistas pelas próprias prefeituras, em regime de "ajuda recíproca", e propiciará o desenvolvimento dos Clubes Agrícolas para Jovens, como primeiro passo para integrar os municípios no espírito da Revolução Tecnológica.

SERINGUEIRAS EM SÃO PAULO

O Estado de São Paulo, que é o maior consumidor de borracha natural do país, vai iniciar êste ano a exploração dêste produto, facilitando a aquisição de materiais para os plantadores, com a colaboração de outros órgãos estatais e do escritório técnico da agricultura (ETA).

A Secretaria da Agricultura decidiu apoiar os produtores pioneiros, vendendo a preço de custo os instrumentos acessários à coleta e beneficiamento do látex, até a fase de distribuição comercial.

A seção de plantas tropicais do Departamento de Orientação Técnica do Instituto Agronômico de Campinas, visando a incentivar o plantio de seringueiras em território paulista, vai instalar 10 centros-pilotos modernos de preparo do látex, para evitar que técnicas arcaicas sejam adotadas pelos seringueiros. Dois conjuntos laminadores de borracha já foram instalados nos municípios de Colina e Bálsamo, onde a produção da borracha está em plena expansão.

VERMINOSE DIZIMA GADO

Noticia o Diário do Comércio de Belo Horizonte que o que aconteceu recentemente no Nordeste de Minas, em oito municípios situados entre os vales do Mucuri e Jequitinhonha, causou impacto na pecuária. Vinte milhões de cruzeiros novos foram perdidos na região, devido à morte de cem mil cabeças de gado de raça zebuína. O responsável foi um minúsculo verme — Dytio-caulus Viviparus — causador de terrível verminose pulmonar.

As fazendas dos municípios de Pavã, Machacalis, Águas Formosas, São José do Pam-Pam, Felixburgo, Umbaratiba e parte de Teófilo Otôni foram as mais atingidas. Dez por cento do rebanho bovino foram dizimados. A pecuária da região é composta quase exclusivamente de gado zebuíno de corte. Há exceções, pois alguns criadores começaram a introduzir o gado holandês.

A verminose pulmonar é já muito conhecida dos fazendeiros. Houve uma epidemia em 1949 pela primeira vez. Ressurgiu dez anos depois, causando sérios prejuízos. No ano passado, ocorreu pela terceira vez. Aos primeiros alarmes, a Secretaria da Agricultura enviou sete professôres da Escola de Veterinária da UFMG, e 23 formandos, para verificar a causa da mortalidade dos rebanhos. O diagnóstico foi um só: veminose pulmonar e gastrintestinal.

CNA CONGRATULA-SE COM COSTA E SILVA

O senador Flávio Brito presidente da Confederação Nacional da Agricultura, congratulou-se com o presidente da República pelo recente ato que reduziu os juros dos empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil aos pequenos e médios produtores rurais.

JAPONÊS VEM CRIAR GADO

Ambiciosos projetos de criação de gado por firmas japonêsas deverão ter início em breve no Brasil e Paraguai.

Porta-voz de uma das trinta firmas investidoras do projeto disse que as preparações para o início do trabalho em março ou abril estão se processando e a aprovação dos planos pelo Govêrno japonês era esperada para breve.

INDÚSTRIA + AGRICULTURA

Técnicos do Govêrno concluíram os levantamentos dos dados definitivos seguindo os quais o produto bruto interno em 1968 cresceu no ano que passou em tôrno de 6,7%. O desenvolvimento da indústria nacional cresceu 15%, enquanto que o da agricultura foi de 2% apenas, diminuto, portanto, tendo em vista a perda de grandes safras com a escassez de chuvas no período de plantio. Deve-se levar ainda em conta uma diminuição acentuada na produção de café (o que é fator positivo) e de cacau. O comércio cresceu 8 % e comunicações de transportes tiveram índice semelhante: 8%.

A persistirem as atuais condições, acreditam os técnicos que em 1969 o desenvolvimento industrial continuará nos melhores níveis. E a agricultura deverá reagir favoràvelmente, tendo em vista as perspectivas de boas safras.

PROFESSÔRES PRIMÁRIOS ESTUDAM AGRICULTURA

Mais de uma centena de professôres primários da capital e do interior do Estado, em solenidade no Departamento de Produção Animal, em São Paulo, receberam os certificados a que fizeram jus, por terem freqüentado o Curso de Férias promovido por aquêle órgão da Secretaria da Agricultura do Estado.

O curso, que teve a duração de 20 dias, versou sôbre os métodos de criação de abelhas e aves (galinhas de postura e frangos de corte), cunicultura, laticínios e piscicultura, bem como aspectos econômicos de cada uma dessas atividades. Seu objetivo foi o de dar aos professôres primários ligados ao meio rural, conhecimentos úteis sôbre variados assuntos de interêsse da agricultura.

AGRICULTURA PAULISTA NÃO PAGA MAIS ICM

O secretário da Agricultura de São Paulo declarou que "o último decreto do Governador Sodré, isentando os produtos agrícolas do ICM na primeira operação, é uma medida excelente, porque aliviará os produtores de um ônus que lhes era insuportável".

Preconizou que a vantagem da isenção revertesse integral-

mente em favor dos produtores. "Na verdade, disse, o preço do produto para o agricultor tem sido baixo sem que da fato se beneficie o consumidor. A agricultura precisa receber preços que tenham correlação adequada com o do mercado e o custo de produção".

IICA NO BRASIL

O ministro da Agricultura e o diretor geral do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas analisaram o programa cooperativo do IICA para o desenvolvimento das zonas tropicais, baixas e quentes do Brasil, cuja sede se localiza em Belém, Pará.

Outro programa analisado foi o de desenvolvimento rural e reforma agrária, que vem sendo financiado com recursos da Organizações das Nações Unidas, decidindo-se que o IICA observará sua execução, gradativamente, nos próximos cinco anos.

AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR EM PERNAMBUCO

Os técnicos da Associação dos Produtores de Açúcar de Pernambuco estão considerando excelentes os índices de produção da indústria agro-açucareira do Estado em 1968, em comparação com os resultados do ano anterior.

As usinas pernambucanas produziram, até 31 de dezembro do ano findo, 95,3 quilos de açúcar por tonelada de cana esmagada, e 8.802.741 sacos do produto em seus vários tipos refinados, enquanto, até a mesma data do ano anterior, a produção foi, no primeiro item, 92,8 quilos por tonelada de cana esmagada e, no segundo item, 8.480.369 sacos do produto.

Segundo fontes da Associação dos Produtores de Açúcar de Pernambuco, ilustrando as informações com mapas de produção do IAA, houve, em 1968, um progresso geral também com relação à produção de cada usina isoladamente, inclusive as recentemente instaladas, como a de Caxangá, do IBRA, que iniciou o ano com a produção baixíssima de 70 quilos por tonelada de cana, terminando o ano com 86,1 quilos, quase a média do Estado.

PÊSSEGO NO RIO GRANDE DO SUL

Noticia-se que está em vias de ser solucionado o problema dos produtores de pêssego da Região Sul. Foram concluídos entendimentos entre o Govêrno Estadual e os industriais brasileiros e argentinos, na FIERGS.

INDUSTRIALIZAÇÃO RURAL EM MINAS

O secretário da Agricultura do Estado informou que o Gerca e o Banco de Desenvolvimento liberaram NCr$ 8 milhões para execução de um plano de industrialização rural de algumas áreas do Estado.

Acrescentou aquêle titular que durante a reunião de secretários de Agricultura dos Estados da Região Centro-Sul, com os ministros Ivo Arzua e Delfim Netto, foi debatido de modo especial o problema da industrialização rural, como processo de fixação do homem no campo e sua melhoria econômica.

SUÍNOS NO BRASIL

Com um rebanho de 63 milhões de cabeças, o Brasil possui agora o título de maior criador de suínos do mundo, tendo ultrapassado os Estados Unidos da América — com seus 53 milhões de cabeças — que eram país de maior população suína até então.

Além disso, o Brasil reúne mais porcos do que todos os demais países latino-americanos, pois 80 por cento dos rebanhos do continente estão no Brasil. Sendo o porco grande consumidor de milho, a produção do milho terá de acompanhar o crescimento da criação.

Todavia, o nosso consumo de carne de porco é baixo: não vai além de 7 quilos por pessoa por ano, enquanto nos Estados Unidos atinge a 28 quilos.

AVICULTORES GAÚCHOS PEDEM FINANCIAMENTO

A Associação Gaúcha de Avicultores vem pleiteando das autoridades creditícias do Estado diferentes condições de financiamento para a criação de pintos, indispensável ao galeto do "primo canto", de alto consumo local. Em ofício dirigido ao sr. dr. J. A. de Mendonça Filho, diretor do Banco do Brasil, observaram que os atuais financiamentos concedidos se limitam ao prazo de 12 meses. Os produtores de pintos, entretanto, desejam que o prazo seja reduzido para 90 dias, pois, quando um avicultor tem um empréstimo do Banco do Brasil não pode obter outro enquanto não saldar o primeiro. Os financiamentos, segundo deixaram entrever, deveriam ser concedidos por 90 dias, saldáveis de trinta em trinta. O banco financiaria, assim, a ave, desde o nascimento até a venda, que é de 75 dias.

ACAR: BILHÕES PARA A AGRICULTURA GOIANA

A aplicação de 6 bilhões de cruzeiros velhos em crédito agrícola supervisionado, sob a responsabilidade da ACAR-Goiás, representa um grande passo na tecnização da agricultura goiana, com perspectivas de aumento considerável na produtividade das práticas agropastoris. Esta observação é do sr. Manoel dos Reis e Silva, Presidente do Banco do Estado de Goiás, estabelecimento que atuará como agente financeiro do Banco Central, para aplicação dos mencionados recursos.

Para se habilitar ao empréstimo o produtor terá de apresentar um projeto, o qual é elaborado com a assistência da ACAR-Goiás, entidade encarregada da supervisão do crédito. Os empréstimos não se destinam ao custeio, mas a investimentos diversos, inclusive em melhoria. O Banco do Estado de Goiás já está recebendo propostas.

AGRICULTURA E DÓLAR

O presidente do Sindicato Rural de Ribeirão Prêto, deputado federal Sérgio Cardoso de Almeida, falando sôbre a elevação da taxa do dólar, assim se expressou: "O reajuste cambial efetuado pelo Govêrno federal merece todo o apoio dos produtores rurais".

E continuou: "A política financeira inaugurada pelo ministro da Fazenda, estabelecendo câmbio flexível, possibilita o incremento de nossas exportações, fator vital para o escoamento da nossa produção, o que se torna impossível sem essa nova orientação governamental. Sem colocação no mercado externo para nossas safras de algodão e cereais seria impraticável a sua comercialização, considerando que produzimos quantidades consideráveis dêsses produtos, além das necessidades do consumo interno."

A isenção do ICM na exportação, decretada pelo govêrno do Estado de São Paulo, ao lado da política flexível de câmbio, torna os produtores rurais do Estado aptos a colocarem sua produção no mercado externo sem os prejuízos e uma estagnação ruinosa à economia brasileira.

INDÚSTRIA DE CURTUME

Dirigentes do Sindicato da Indústria do Curtimento de Couros e Peles de São Paulo oficiaram ao ministro da Agricultura solicitando vigência imediata para o artigo quarto do decreto lei 4.714, que estabelece uma série de penalidades a quantos infrijirem o regulamento sôbre marcação do gado bovino a fogo.

Sustentam os industriais que o adiamento do início da vigência daquele dispositivo legal, pleiteado por grupos interessados, vem trazendo sérios prejuízos à categoria econômica. E salientam que não há razão para mais três anos de espera, já que o texto da lei 4.714 foi promulgado em 1965, e só a primeiro do mês passado entrou em vigor seu artigo quarto.

CAI A PRODUÇÃO DE CANA NA BAHIA

Noticia-se que diversas usinas de açúcar da Bahia estão ameaçadas de paralisação em decorrência da redução verificada na produção canavieira. Tal redução é calculada em 50%.

O presidente do Sindicato dos Usineiros, Octavio Junqueira Aires, estima em mais de 50 mil sacas o "deficit" da produção açucareira baiana, prevendo o colapso da safra dêste ano, tal como ocorreu com a do ano passado.

MINISTRO ARZUA VAI A FORMOSA

Os principais aspectos da produção agropecuária do Brasil e na China, o acréscimo de 2,7% na colheita brasileira de arroz em 1968 e a posição do produto no mercado internacional foram os temas analisados pelo ministro Ivo Arzua com o embaixador Shem Yi, que estêve no Ministério da Agricultura para, em nome do Govêrno chinês, convidá-lo a conhecer o desenvolvimento do setor agropecuário do país. O ministro Ivo Arzua prometeu ao embaixador estudar a possibilidade de atender ao convite, possìvelmente em abril ou maio próximos, quando, durante uma semana, poderá verificar em Taiwan as áreas de plantio de arroz e os métodos empregados pelos agricultores chineses.

INTERVENÇÃO EM ENTIDADE AGRÍCOLA PAULISTA

O ministro Jarbas Passarinho atendeu a dois pedidos do delegado regional do Trabalho de São Paulo, general Moacir Gaia: o primeiro era intervenção na Federação de Agricultura do Estado de São Paulo — FAESP — e o segundo sua demissão do cargo.

O general Moacir Gaia explicou que sua demissão não tem qualquer ligação com as medidas que serão tomadas contra a FAESP. Deixará a Delegacia Reginal do Trabalho porque foi eleito superintendente da Fundação Centro Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

PRODUÇÃO DE SEMENTES NA BAHIA

O Govêrno do Estado, através da Secretaria da Agricultura, firmou convênio com o Ministério da Agricultura, a Superintendência do Vale do São Francisco, o Projeto Contap IV e a Universidade do Mississipi — EUA — Visando à execução de um programa integrado para a produção de sementes selecionadas na Bahia.

O convênio, na parte relativa a "finalidades e objetivos" diz textualmente que "tôdas as partes convenantes reconhecem que existe um interêsse geral em acelerar o desenvolvimento de uma indústria de sementes no Estado da Bahia. Reconhece-se também que, num plano integrado, os órgãos técnicos no Estado já iniciaram um programa permanente de sementes, no qual tôdas as partes envolvidas desejam contribuir".

FAEB APÓIA CRÉDITO RURAL MAIS BARATO

O presidente da Federação da Agricultura da Bahia, sr. Walke Araújo, declarou que "ao reduzir as taxas dos empréstimos a pequenos e médios ruralistas, respectivamente, o Govêrno Federal colocou em execução poderoso dispositivo que irá acelerar não só o desenvolvimento das estruturas pr[imárias] da produção, como fa[vorecer] o crescimento da eco[nomia], objetivo básico da atu[al] administração.

O sr. Walke Araújo man[ifestou] a satisfação dos agric[ul]tores baianos pelas medid[as] adotadas durante reunião co[m] o Presidente da República ref[e]rentes à criação de incentiv[os] creditícios para dinamizar [as] atividades agropecuárias.

SOJA — INCREMENTO

O ministro da Agricultura l[i]berou NCr$ 25 mil para a for[]mação de campos de demon[s]tração de culturas melhorad[as] de soja em Sta. Catarina.

A medida faz parte de u[m] planejamento para a expans[ão] da cultura do produto, devid[o] principalmente, à possibilid[a]de de colocação no mercado i[n]ternacional de excedentes e[x]portáveis. No atual ano agríc[o]la as exportações de soja re[n]deram ao país NCr$ 30 m[i]lhões.

MAL DESCONHECIDO ATA[]CA CITRICULTURA PAULI[S]TA

Continua preocupando as a[u]toridades e os citricultores pa[u]listas o definhamento das pla[n]tas cítricas de Araraquara, d[e]vido à doença de causa virót[ica] que, localizada em agôsto [de] 67, no bairro Cabeceira de R[...] na região do Estado, ainda [é] uma incógnita.

O mal atingiu tal propor[ção] que recentemente foi motivo [de] conferência na FAEP, tal a [di]zimação dos pomares arar[a]quarenses. Na ocasião, a S[ra.] Vitória Rosseti, chefe da Se[ção] Fitossanitária, do Institu[to] Biológico do Estado, relatou [os] sintomas da doença dando co[n]ta dos estudos a cargo da c[o]missão especialmente design[a]da pela Secretaria da Agric[ul]tura, da transmissibilidade [e] das medidas de contrôle q[ue] devem ser adotadas com [ur]gência.

Os citros atacados para[m] de crescer, as nervuras de su[as] fôlhas amadurecem, as raíz[es] finas apodrecem e apresent[am] diminutas e numerosas pont[ua]ções salientes no lenho da tr[on]co. Enquanto os estudos pr[o]seguem, as medidas preconi[za]das para circunscrever a doe[n]ça recomendam, apenas, o a[r]rancamento das árvores atac[a]das, a pulverização com inse[ti]cida à base de metoato e pr[...]

bição da saída de mudas dos pomares de Araraquara, Américo Brasiliense, Rincão e Santa Lúcia.

COOPERATIVAS DE SÃO PAULO PREPARAM DOCUMENTO-BASE

O cooperativismo bandeirante continua preparando o documento base que será apresentado ao prof. Delfim Netto. Constará de uma ampla exposição sôbre o movimento, sua participação na batalha da produção e a colaboração para o maior abastecimento do país. A UCESP designou várias comissões para tratar do assunto.

UIRAPURU: VERSÃO AGRÍCOLA

Os ministros Marcio de Souza e Melo e Ivo Arzua da Aeronáutica e Agricultura, respectivamente, assinaram o convênio objetivando o desenvolvimento da versão agrícola do avião "Uirapuru", Aerotec-122, de fabricação nacional.

Na ocasião, o Ministro da Agricultura assinalou a compreensão existente entre o Ministério da Aeronáutica e o Ministério da Agricultura, visando à expansão da aviação agrícola em nosso país, informando que já existiam no Brasil cêrca de 17 pilotos formados para o Ministério da Agricultura e, brevemente, outras turmas serão formadas para consolidar a aviação agrícola em todo o território nacional.

GAMELEIRA TEM EXPOSIÇÃO EM JUNHO

O Govêrno de Minas Gerais, através da Secretaria de Agricultura, vai fazer realizar em Belo Horizonte no Parque da Gameleira, entre 8 a 15 de junho próximo, a IV Exposição Estadual Agropecuária e a 1.ª Feira de Animais com 72 "stands" e pavilhões para máquinas, implementos agrícolas e animais.

O parque da Gameleira será completamente remodelado para o certame, que vai promover o leilão do gado em exposição, além de oferecer crédito e outros benefícios aos fazendeiros expositores ou visitantes.

TERRA PARA DEZ MIL

Por fôrça de decisão judicial, dez mil famílias do sudoste do Paraná, ocupando uma área de 278 quilômetros quadrados, terão agora seus títulos de posse de terras definitivamente legalizados, já que a operação de compra dessa área compreende as glebas Missões e Chopin, pela firma Sociedade Pinho e Terras Limitada, foi considerada nula pela Justiça Federal.

Suscitada através de ação ordinária promovida pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) a decisão do Poder Judiciário invalidou ainda outra pretensão daquela firma, que reclamando a propriedade da área desejava obter da União uma indenização no montante de NCr$ 36 milhões.

PATOLOGIA ANIMAL

Já estão funcionando os dois laboratórios do Centro Agropecuário da Fundação Rural de Campos, que se dedicam às pesquisas e diagnósticos de patologia animal e química de solo.

A Fundação Rural de Campos construiu o Centro Agropecuário, reunindo técnicos e assessôres do Ministério e da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio, da ACRRJ e PLANAM, conjuntamente com o EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural), em acôrdo com o Govêrno do Estado e Banco Cooperativo dos Plantadores de cana do Norte Fluminense.

FINANCIAMENTO A COOPERATIVAS

O Banco do Nordeste do Brasil financiou, na terceira semana de janeiro, as seguintes cooperativas: Agro-Pecuária de Altino, no montante de........ NCr$ 19.150,00, para aquisição de gado para cria; Agro-Pecuária de Aliança, no montante de NCr$ 38.500,00, para aquisição de material agrário; Agro-Pecuária de Limoeiro, no montante de NCr$ 600.000,00, para custeio agrícola e NCr$ ...... 100.000,00, para aquisição de gado para engorda. Até fins de janeiro o BNB tinha em estudo 27 propostas de financiamento, no montante de.... NCr$ 9.300.000,00.

ZEBU EM EXPOSIÇÃO

A comissão organizadora da XII Exposição Agropecuária de Uberlândia vem recebendo a adesão e pedidos de inscrição de criadores de vários municípios do Triângulo Mineiro e de outras cidades, como é o caso de São José do Rio Prêto e Barretos. A grande mostra de raça Zebu será realizada no período de 5 a 13 de abril próximo, no Parque de Exposição da Av. Vasconcelos Costa, que está sendo preparado pela comissão e pela diretoria do Sindicato Rural.

FINANCIAMENTO PARA O VALE DE JEQUITINHONHA

Um financiamento de ...... NCr$ 1,5 milhão para incrementar a agricultura na região vai ser estudado na Itália, através do levantamento e estudos feitos pelos 357 estudantes do Projeto Rondon que estiveram no Vale, e terá a finalidade de incrementar o setor agrícola daquela região e principalmente a educação social e sanitária dos 750 mil habitantes do Vale. Para tanto, vêm para o Brasil técnicos e estudantes estrangeiros, principalmente da Itália, com novos métodos e maquinaria agrícola, para o perfeito desenvolvimento do programa.

DISTRIBUIÇÃO DE MIREX

A Companhia Agrícola Importadora e Colonizadora (CAIC) continua distribuindo o formicida Mirex, importado através do convênio Instituto Brasileiro do Café — Secretaria da Agricultura — Fundo de Expansão Agropecuária, como parte da campanha de combate às formigas cortadeiras. Até o momento a Secretaria da Agricultura já realizou 3 importações do produto, com um total de 44.732 kg em grande parte já adquiridos pelos interessados. Há ainda estoque suficiente para atender à demanda atual, devendo os ruralistas interessados na sua aquisição dirigir-se diretamente à CAIC. O preço é de NCr$ 99,88 por barrica de 22,7 kg.

A LAVOURA
1897 - 1969
72 ANOS

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias, demais atos oficiais dos governos federal, do Guanabara e de São Paulo, relativos ao 1.º semestre de 1968.

GOVÊRNO FEDERAL

AÇÚCAR — Cotas de Comercialização — Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe — Safra de 1968/69.

O IAA estabeleceu, para os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, na safra de 1968/69, as cotas de comercialização.

Para as usinas do Estado do Rio Grande do Norte, as cotas mensais de comercialização terão vigência a partir de 1-8-68.

Para as usinas do Estado da Paraíba, no período contado entre 15 a 31-8-68, inclusive, as saídas de açúcar serão equivalentes a 50% das respectivas cotas mensais vigorando estas a partir de 1-9-68.

Para as usinas do Estado de Sergipe, as cotas mensais de comercialização vigorarão a partir de 1-8-68 (MIC—IAA — Ato n.º 19, de 31-7-68 — DO-II de 20-8-68, p. 1.836).

AÇÚCAR CRISTAL — Cotas de Comercialização para os Estados de Minas Gerais e Paraná — Safra 1968/69.

O IAA estabeleceu as cotas mensais de comercialização de açúcar cristal para os Estados importadores de Minas Gerais e Paraná, para o período de 1-7-68 a 31-12-68 (MIC IAA — Ato n.º 14, de 14-6-68 — DO-II de 10-7-68, p. 1.517).

AÇÚCAR CRISTAL — Cotas de Comercialização para o Estado do Rio de Janeiro — Safra 1968/69.

O IAA estabeleceu as cotas mensais de comercialização de açúcar cristal para o Estado do Rio de Janeiro, para o período de 1-7-68 a 30-6-69 (MIC—IAA — Ato n.º 15, de 14-6-68 — DO-II de 10-7-68, p. 1.519).

AÇÚCAR CRISTAL — Cotas de Comercialização para o Estado de São Paulo — Safra — 1968/69.

O IAA estabeleceu as cotas mensais de comercialização de açúcar cristal para o Estado de São Paulo, para o período de 1-7-68 a 30-6-69 (MIC—IAA — Ato n.º 17, de 25-6-68 — DO-II de 10-7-68, p. 1.521).

AÇÚCAR — Excedentes de Fabricação.

O IAA autorizou as usinas da Região Centro-Sul a prosseguir a moagem até o volume das respectivas cotas oficiais de produção, ficando o contingente adicional retido nas próprias usinas ou em armazéns gerais até sua incorporação às disponibilidades para consumo, após o encerramento da safra, dentro do regime de cotas mensais de comercialização.

O volume de produção que eventualmente ultrapassar o total dos saldos de autorização não utilizados em cada Estado será considerado excedente da safra de 1968/69 e antecipação de produção da safra 1969/70, ficando retido nas respectivas usinas e ... mazéns gerais, para incorporação às disponibilid... destinadas à comercialização a partir do início ... referida safra de 1969/70 (MIC—IAA — Resolução ... 2.012, de 29-8-68 — DO-II de 26-9-68, p. 2.179).

AÇÚCAR — Exportação de Demerara — Especific... ções Técnicas — Safra 1968/69.

O IAA estabeleceu especificações técnicas para ... fabricação do açúcar demerara, destinado à expor... ção para mercados externos, a serem adotados a p... tir da safra de 1968/69.

Todo o açúcar demerara que apresente polar... ção abaixo de 96º ou fator de segurança superior ... 0,25 será recusado (MIC—IAA — Ato n.º 12, de 6-... DO-II de 1-8-68, p. 1.698).

AÇÚCAR — Fábricas — Cessação de Atividade ... Cancelamento no Cadastro de Produtores.

O IAA cancelará, definitivamente, através de p... cesso instaurado, ex-officio, pela Divisão de Estu... e Planejamento, as inscrições no Cadastro de Pro... tores de usinas de açúcar que hajam cessado ... atividade agrícola e industrial durante duas sa... consecutivas e não tenham incorporado provisór... mente suas cotas oficiais aos limites de outras fáb... cas, ressalvados os casos em que tal paralisação ... nham resultado por motivo de fôrça maior, a ju... do IAA.

É obrigatória, na instrução do processo, a ... mação pessoal do proprietário ou representante le... da usina, para que se pronuncie no prazo de 10 d... sôbre as razões da paralisação. A intimação só p... derá ser feita por edital nos casos de o propriet... se achar em lugar incerto e não sabido e não ... representante legal, no caso de pessoa jurídica ... edital será publicado, obrigatòriamente, em jornal ... grande circulação na capital do Estado localização ... usina.

Instaurados ex-officio os processos, a Divisão J... rídica os encaminhará, no prazo de 8 dias, às resp... tivas Procuradorias Regionais, para fins de necess... instrução.

Caberá, então, às Inspetorias Fiscais Regionais ... Divisão de Arrecadação e Fiscalização a que as ... nas estejam jurisdicionadas, a intimação do propr... tário ou representante legal da usina, observado ... prazo de 30 dias para essa medida ou para cump... mento das diligências necessárias em cada caso qu... do solicitadas pelas Procuradorias Regionais.

Encerrados os processos, a Divisão de Estudo ... Planejamento cadastrará, no prazo de 30 dias, o ... lume das cotas oficiais relativas às usinas de ca... unidade da Federação, cujas inscrições foram de... nitivamente canceladas, elaborando, em seguida, ... respectivos quadros de distribuição dêsse volume e... tre as demais fábricas da mesma categoria, exist... tes em cada Município ou Estado. Tais quadros ser...

encaminhados à Presidência do IAA, que os submeterá à homologação de Conselho Deliberativo (MIC—IAA — Resolução n.º 2 014, de 19-9-68 — DO-II de 21-10-68, p. 2.417).

AÇÚCAR — ICM — Safra de 1968/69 — Desconto

O IAA resolveu estabelecer, para o efeito de desconto do ICM incidente sôbre a cana utilizada na produção de açúcar demerara, na safra de 1968/69, as seguintes normas:

Na primeira quinzena, contada do início da produção do açúcar demerara, o IAA, ao pagar ao produtor o preço oficial de liquidação, descontaria a importância de NCr$ 2,58 por saco de açúcar de 60 quilos brutos, a qual equivale ao valor de NCr$ 3,87 por tonelada de cana, convertido ao nível de rendimento básico de 90 quilos de açúcar por tonelada de cana.

Na segunda quinzena, e assim sucessivamente, o desconto do ICM continuará sendo feito nas mesmas bases.

A partir da segunda quinzena será feita a correção do valor descontado na quinzena anterior, mediante a apresentação, pela usina ou cooperativa centralizada de vendas, à Delegacia Regional do IAA, de carta informando a tonelagem efetivamente utilizada na fabricação da parcela de açúcar demerara entregue na quinzena anterior, importando, a não apresentação da carta, na perda do benefício da correção do valor acima aludido (MIC—IAA — Ato n.º 23, de 5-9-68 — DO-II de 24-9-68, p. 2.141).

AÇÚCAR — Lavoura Canavieira — Concessão de Áreas de Terra — Distribuição aos Trabalhadores Rurais.

O IAA resolveu que os trabalhadores rurais da lavoura canavieira, com mais de 1 ano de serviço contínuo na emprêsa, terão direito ao uso, a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente à plantação e à criação necessária à sua subsistência e à de sua família, sendo levado em consideração o número de dependentes do trabalhador.

As emprêsas industriais proprietárias de usinas e os fornecedores de cana, poderão, dentro de 90 dias, fazer doação de áreas certas a cooperativas que venham a ser constituídas pelos trabalhadores.

A concessão será revogada se o trabalhador contemplado não der à área a destinação adequada, bem como no caso de abandono de emprêgo e de dispensa amigável ou judicial, sendo a reocupação, salvo acôrdo entre as partes, processadas perante o IAA.

Após o prazo de 6 meses, o IAA sòmente autorizará a concessão de financiamento diretamente aos produtores quando comprovarem o cumprimento dos requisitos aprovados nêste Ato (MIC—IAA — Ato n.º 18, de 1-7-68 — DO-II de 25-7-68, p. 1.655).

AÇÚCAR — Livros Fiscais.

O IAA aprovou os novos modelos de livros fiscais H 404 a H 408, cujo uso e escrituração se farão de acôrdo com instruções expedidas pela Divisão de Arrecadação e Fiscalização do IAA. A impressão gráfica dos livros deverá ser feita por iniciativa dos usuários, podendo o IAA imprimi-los para eventuais vendas aos interessados.

Os livros estarão sujeitos a têrmos de abertura e de encerramento, lavradoa pela Fiscalização do IAA. As fábricas e seus depósitos não anexos são obrigados a escriturá-los, sob pena de multa. Tal multa valerá, também, para as refinarias ou estabelecimentos que beneficiem açúcar, que não mantenham e escriturem o livro H 406, no qual deverão registrar seu movimento de açúcar, especificando, diàriamente, as entradas e saídas, assim como as quantidades refinadas ou beneficiadas (MIC—IAA — Resolução n.º 2.013, de 5-9-68 — DO-II — de 21-10-68, p. 2.411).

AÇÚCAR — Mel Rico Invertido — Exportação — Safra 1968/69.

O IAA fixou, na safra 1968/69, um contingente de 200 mil toneladas de mel rico invertido destinado à exportação, obedecendo o seguinte programa de fabricação: 100 mil toneladas métricas para entrega ao IAA até 31-12-68 e 100 mil toneladas métricas a partir de janeiro de 1969 até o encerramento da safra. O contingente global de 200 mil toneladas métricas será atribuído pela Delegacia Regional do IAA em Pernambuco às usinas indicadas pela Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco, até o volume das respectivas autorizações de produção de açúcar demerara, convertido com base na relação de 10 sacos por tonelada de mel rico invertido (inverted high test molasses).

O preço oficial de liquidação da tonelada métrica de mel rico invertido foi fixado em NCr$ 209,54 na condição PVU já incluída a parcela de NCr$ 25,32 relativa ao ICM incidente sôbre a cana utilizada na fabricação de mel rico na proporção de 6.543 toneladas de cana por tonelada de mel rico, sendo deduzido o impôsto no ato do pagamento do preço oficial de liquidação do mel rico.

Foi também estabelecido um sistema de ágios e deságios partindo do nível básico de 76% de açúcares totais, sendo a liquidação do ágio ou deságio feita após a liquidação da operação no exterior (MIC—IAA — Ato n.º 22, de 3-9-68 — DO-II de 21-9-68, p. 2.140).

AÇÚCAR — Preço — Homologação pela SUNAB.

A SUNAB homologou os novos preços de venda de açúcar cristal fixados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool nas Regiões Centro-Sul e Norte—Nordeste — ver — BLA n.º 23, p. 117 e 31, p. 191.

Os preços de faturamento do açúcar cristal *standard* por saco de 60 quilos são fixados em NCr$ 20,65 na Região Centro—Sul e NCr$ 24,89 na Região Norte—Nordeste.

Quando a venda do açúcar se destinar à saída para outros Estados, os preços oficiais de faturamento, por saco de 60 quilos serão de NCr$ 20,16 na Região Centro—Sul e NCr$ 24,01 na Região Norte—Nordeste.

Os tipos de açúcar de qualidade superior terão os seguintes ágios sôbre o preço oficial de liquidação de açúcar cristal *standard*:

1 — Cristal superior	5%
2 — Cristal triturado ou moído	6%
3 — Cristal superior peneirado	10%
4 — Cristal especial	15%
5 — Granulado americano comum de produção direta, não refinado	15%
6 — Granulado americano superior, de produção direta, não refinado	20%
7 — Refinado amorfo de primeira	24%
8 — Refinado amorfo extra (tipos finos)	30%
9 — Refinado granulado	38%

(MA—SUNAB — Portaria n.º 900, de 22-7-68 — DO de 30-7-68, p. 6.537).

AÇÚCAR — Substâncias Purificantes da Cana.

A Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos permitiu, na fabricação de açúcar, o emprêgo de substâncias destinadas a inibir enzimas e micro-organismos existentes nas moendas. São as seguintes as substâncias permitidas:

1.º) Combinação de clonoditiocarbonato dissódio 2.5 ppm — etileno-diamina 1.6 ppm — N-metilditiocarbamato de potássio 3,5 ppm;

2.º) Combinação de Etilenobisditiocarbamato dissódio 3.0 ppm. — dimentilditiocarbamato de sódio 3.0 ppm (MS—CNNPA — Resolução n.º 21, de 1968 — DO de 22-7-68, p. 6.215).

legislação agrícola

AÇÚCAR — Usinas — Livros de Certificado de Pesagem e Registro de Canas de Fornecedores.

O IAA instituiu para as usinas os livros de Certificado de Pesagem e de Registro de Canas de Fornecedores, em substituição aos modelos em uso. O livro de Certificado de Pesagem será impresso sob a forma de talonários ou blocos em 3 vias, ficando uma com o fornecedor, outra no escritório e outra na balança da fábrica. O livro de Registro de Canas de Fornecedores poderá obedecer ao sistema de fôlhas sôltas ou ser encadernado em 4 vias, sendo duas destinadas à fábrica, uma ao fornecedor e outra ao Instituto do Açúcar e do Álcool.

A falta dos livros acima referidos, pela usina, importará em penas de multa (MIC—IAA — Resolução n.º 2.011, de 15-8-68 — DO-II de 26-9-68, p. 2.178).

AGRÔNOMOS — Engenheiros, Arquitetos e Técnicos — Habilitação Profissional — Registro Provisório e Definitivo — Carteira Profissional e Cartão de Identidade.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia estabeleceu normas para o registro de habilitação ao exercício profissional. O registro deve ser requerido pelo diplomado ao Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia sob cuja jurisdição pretenda exercer sua atividade.

O requerente deverá instruir o seu requerimento com as seguintes informações e documentação:

I — nome por extenso;
II — nacionalidade;
III — naturalidade;
IV — estado civil;
V — data do nascimento;
VI — filiação;
VII — residência;
VIII — título constante do diploma;
IX — data da formatura;
X — nome e localização da escola, faculdade, instituto ou estabelecimento de grau médio pelo qual se formou.

O requerimento deve ser instruído com a documentação seguinte:

a) original do diploma de formatura ,devidamente registrado e/ou revalidado;
b) certidão autenticada do currículo escolar;
c) carteira de identidade expedida na forma da Lei, por autoridade civil ou militar ou carteira de estrangeiro;
d) quitação eleitoral e quitação com o serviço militar, se fôr nacional;
e) 4 fotografias, de frente, nas dimensões de 0,03 x 0,04 m;
f) 4 fotografias, de frente, nas dimensões de 0,02 x 0,02 m;

Os documentos em língua estrangeira, devidamente legalizados, devem ser traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado.

O diplomado, quando estrangeiro, deve apresentar prova de autorização para permanência definitiva no País.

O título profissional dos diplomados pelas escolas estrangeiras de engenharia, arquitetura, agronomia ou pelos estabelecimentos de grau médio será o que constar no diploma ou adaptado para o mais semelhante em uso no País.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia fornecerá aos profissionais inscritos carteira profissional que terá fé pública como documento de identidade, assim como cartão termoplástico de identificação.

O registro provisório, que deve ser requerido ao Presidente do Conselho Regional respectivo com a certidão de conclusão de curso e os demais documentos exigidos para o registro definitivo, permitirá o exercício da profissão pelo prazo de 180 dias. Será fornecido um cartão de registro provisório, de acôrdo com os modelos estabelecidos pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (MTPS-CFEAA-Resolução n.º 168, de 17-5-68 — DO-II de 15-7-68, p. 1.552).

ALCOOL — Safra 68/69 — Plano de Defesa

O IAA fixou os novos preços para compra de álcool, melaço e méis ricos, da safra 1968/69, bem como os contingentes dêsses produtos destinados à exportação.

O IAA pagará aos produtores de álcool os seguintes preços, incluindo impostos, quando incidentes:

GRADUAÇÃO	PREÇOS
GL 15ºC	NCr$ p/litro
Igual ou superior a 99,5º	0,16,44
De 96º a 99,4º	0,15,12
De 94º a 95,9º	0,12,00

O álcool abaixo de 94º a 15ºC terá o seu preço ajustado às condições existentes no mercado (MIC-IAA — Resolução n.º 2.015, de 17-10-68 — DO-II de 30-10-68, p. 2.476).

ALGODÃO — Preços Mínimos — Exportação

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil comunica que, a partir de 4.10.68, passarão a vigorar as seguintes bases mínimas de preços para a exportação de algodão em pluma da região setentrional do País, em dólares americanos ou seu equivalente em outras moedas, FOB, por libra-pêso:

Tipos da fibra	Seridó 40/42 mm	Seridó 38/40 mm	Seridó 36/38 mm	Seridó 34/36 mm	Sertão 32/34 mm	Sertão 30/32 mm	Matas
2	0,31,40	0,30,40	0,29,40	0,27,40	0,26,00	0,25,70	0,24,40
3	0,30,40	0,29,40	0,28,40	0,26,40	0,25,00	0,24,70	0,23,40
4	0,29,40	0,28,40	0,27,40	0,25,70	0,24,50	0,24,20	0,22,90
5	0,27,90	0,20,90	0,25,90	0,24,30	0,23,10	0,22,80	0,21,50
6	0,25,40	0,24,40	0,23,40	0,21,80	0,20,60	0,20,30	0,19,00
7	0,22,90	0,21,90	0,20,90	0,19,50	0,18,10	0,17,80	0,16,50
8	0,20,40	0,19,40	0,18,40	0,17,00	0,15,60	0,15,30	0,14,00
9	0,19,90	0,18,90	0,17,90	0,16,50	0,15,10	0,14,80	0,13,50

(MF-CACEX — Comunicado n.º 248, de 27.9.68 — D. O. — II de 4.10.68, p. 2.240).

ALGODÃO — *Preços mínimos* — Amendoim — Arroz Farinha de Mandioca — Feijão — Girassol — Milho — Soja — Mamona

Algodão, amendolm, arroz, farinha de mandioca, feijão, girassol, milho, soja e mamona das Regiões Central e Meridional da safra de 1968-69 tiveram assegurada a garantia de preços mínimos para financiamento e aquisição.

Os preços mínimos líquidos são aquêles que deverão, efetivamente, ser pagos aos produtores ou suas cooperativas, sendo livres de despesas de frete, comissão de Agente Financeiro, ônus eventuais, despesas complementares de remoção, expurgo e reexpurgo, impôsto de circulação de mercadorias e taxa de providência social rural.

Conceitua-se por safra de 1968/69 a colheita correspondente ao ano agrícola compreendido no período de 1.8.68 a 31.7.69. Para o amendoim e o feijão, cujo ciclo vegetativo permite duas colheitas anuais, fica entendido como safras 1968-69 as safras das águas e das sêcas (Decreto n.º 63.145, de 22.8.68 — DO de 20.8.68, p. 7.554).

AMENDOIM — (V. Algodão)

ANIMAIS VIVOS — Seguro — Transporte Marítimo e Fluvial.

A Superintendência de Seguros Privados estabeleceu novas condições contratuais para o seguro de animais vivos, transportados por via marítima ou fluvial (MIC-SUSEP Circular n.º 33, de 25.9.68 — DO II de 17.10.68, p. 2.357).

ARROZ — (V. Algodão)

BORRACHA — Importação — Preços

A Lei n.º 5.227, de 18.1.67, que dispõe sôbre a política econômica da borracha e regula sua execução, teve os dispositivos abaixo modificados, na seguinte forma:

"Art. 22 — Verificada pelo Conselho Nacional da Borracha a necessidade do consumo anual de borrachas e calculado o suprimento dessas matérias-primas que pode ser atendido pela produção de origem nacional de acôrdo com as exigências técnicas industriais e as possibilidades de exportação, o suprimento de borrachas vegetais e sintéticas importadas será regulado pela Superintendência da Borracha, mediante condições, quantidade e preços fixados pelo Conselho Nacional da Borracha.

§ 1.º Nos casos das borrachas e látices vegetais e químicos que tenham similares ou sucedâneos nacionais, o Conselho Nacional da Borracha determinará, para os produtos importados, preços equivalentes aos fixados para os oriundos da produção nacional.

§ 2.º O nivelamento dos preços previsto no parágrafo anterior será autorizado pelo Conselho Nacional da Borracha, de uma só vez, até outubro de 1968, ou de forma parcelada. Neste caso, 10% da diferença serão cobrados até setembro de 1968, 10% até janeiro de 1969 e o restante no primeiro quadrimestre de 1969, ou em parcelas iguais e trimestrais, até dezembro do mesmo ano.

§ 3.º Nos casos de borracha e de látices químicos sem similares nacionais, a Superintendência da Borracha poderá requerer ao Conselho de Política Aduaneira, mediante autorização do Conselho Nacional da Borracha, a isenção ou redução de direitos para a parcela cuja importação seja imprescindível.

Art. 28 ....

V — Fixar os preços das borrachas que forem adquiridas pela Superintendência da Borracha;

VI — Fixar os preços de venda das borrachas químicas, de produção nacional e de procedência estrangeira, adquiridas pela Superintendência da Borracha".

As importações de borracha e látices vegetais e químicos que tenham similares nacionais serão feitas pelos interessados com a interveniência da Superintendência da Borracha, que cobrará a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (TORMB), atribuindo-lhe um valor que assegure o nivelamento dos preços. Os pedidos de reajuste de preços dos artigos de borracha não serão considerados se não comprovada a impossibilidade de absorção nos custos de aumento, porventura decorrente do preço da matéria-prima (Lei n.º 5.459, de 21.6.68 — DO de 30.9.68, p. 8.521).

BORRACHA — Impôsto de Importação — Isenção

O Conselho de Política Aduaneira isentou do impôsto de importação a quota de 23.500 toneladas, pêso sêco, de borracha natural ou sintética, assim discriminada:

Borrachas vegetais:	T (Pêso sêco)
a) de uso especial	1.080
b) para formação de Estoque de Reserva, na forma do art. 15 da Lei n.º 5.227, de 1967	12.000

Borrachas sintéticas:	
a) tipo Butil	5.088
b) tipo Nitrílicas	1.088
c) tipo Cloropreno	1.508
d) látices sintéticos	1.500
e) outros tipos não produzidos no País (Thiocol, Silicone, Niton, Urepan etc.)	1.500

a ser importada dentro das quotas individuais fixadas pela Superintendência da Borracha, e com sua autorização, em cada importação (MF-CPA — Resolução n.º 518, de 22.8.68 — DO de 10.9.68, p. 8.032).

BORRACHA — Látices — Exportação e Importação — Abolição do "Visto"

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aboliu o *visto* da Superintendência da Borracha na exportação de todos os produtos constantes das divisões 2.21 e 7.10 a 7.19, da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias e na importação dos abrangidos pelas divisões 7.10 a 7.19.

Esta forma aplica-se, também, aos produtos que façam parte integrante de equipamentos, máquinas, instrumentos ou veículos de qualquer natureza, tanto na exportação como na importação.

Estão isentos de licenciamento prévio da CACEX os seguintes produtos: borrachas naturais (vegetais); latex de seringueira (látice); polímetro de butadieno (buna); borrachas sintéticas (químicas) e manufaturas de borracha, ebonite e semelhantes.

A importação de borracha e látices vegetais e sintéticos, de qualquer natureza ou origem, dependerá de apresentação à CACEX da Guia de Recolhimento da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (MF—CONCEX — Resolução n.º 33, de 20-6-68 — DO de 2-7-68, p. 5.445).

BORRACHA — Vegetal — "Cernambi Tipo Côcho" — Reajuste de Preços — Limite Máximo de Comercialização

O Conselho Nacional da Borracha reajustou o preço básico de borracha *Cernambi tipo côcho* em 16% e fixou o limite de 30% como margem máxima de comercialização para a constituição do preço regulador.

A resolução vigorará pelo prazo de 18 meses, findos os quais voltará a vigorar o Preço Básico anterior (MIC-CNB — Resolução n.º 15, de 12.7.68, — DO—II de 26-7-68, p. 1.668).

BUBALINOS — Importação (Zebuínos — Ovos — Sêmen — Grupo de Trabalho Interministerial).

Para o estudo da importação e exportação de animais, ovos, sêmen e outros materiais de reprodução e de multiplicação animal foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial, constituído de representante do Ministério da Agricultura, do Ministério do Exército, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Indústria e do Comércio (Decreto n.º 82.433, de 19-3-68 — DO de 20-3-68, p. 2.293).

CACAU — Exportação — Liberação para Embarque

A Comissão de Marinha Mercante estabeleceu que nenhum embarque de café ou cacau em grãos para o exterior, por via marítima, poderá ser feito sem a prévia aprovação do nome do navio pela Comissão de Marinha Mercante, autorizado de *Liberação para embarque* apôsto às respectivas Guias de Embarque (MT-CMM- Resolução n.º 3.268, de 1.7.88, — DO — II de 10.7.68, p. 1.5101.

CAFÉ — (V. Cacau — Exportação — Liberação para Embarque)

CAFÉ — Compra — Safra 1988/89

O IBC fixou novos preços de comprar a partir de 1.º de novembro, para os cafés das quotas despolpado e comum da safra 1968/69, desde que devidamente registrados na autarquia. Os cafés da quota comum, vendidos no IBC, ganharão um prêmio de NCr$ 1,00 por tipo e os vendedores dos cafés despachados a partir de 1.º de abril de 1969 serão ressarcidos das despesas financeiras e de armazenagem (MIC-IBC — Resolução n.º 448, de 10-10-68 — DO—II de 24-10-68, p. 2.445).

CAFÉ — Convênio Internacional de 1968

O Convênio Internacional do Café de 1968, firmado pelo Brasil em 28.3.66, foi aprovado pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo n.º 38, de 25.9.68 — DO de 27.9.68, p. 8.465).

CAFÉ — Data de Embarque

O IBC resolveu que será considerada como data de embarque aquela que estiver consignada na *Relação*

legislação agrícola

Diária de Embarque, modêlo 04-3, preenchida pela Agência do IBC no respectivo pôrto (MIC-IBC — Resolução n.º 442, de 9-7-68 — DO — II de 22-7-68, p. 1.613).

CAFÉ — Exportação — Cambiais — Preços — Safra 1968-69

O IBC resolveu que as cambiais representativas da exportação de café, da safra de 1968-69 e anteriores, serão adquiridas pelo Banco do Brasil e demais bancos autorizados, pelos preços em cruzeiros novos, por saca de 60,5 quilos brutos de café verde de grão ou equivalente em café torrado, aos preços mínimos de registro básico.

Os níveis de remuneração aos exportadores aplicar-se-ão, exclusivamente, às operações registradas no IBC, a partir de 22.8.68, cujas cambiais forem contratadas com base nas novas taxas afixadas pelo Banco do Brasil se as operações registradas com câmbio já contratado, forem liquidadas nas condições estabelecidas anteriormente.

As reduções consentidas (reintegro) serão liquidadas às taxas inversas (vendas) que corresponderem às dos contratos de câmbio das exportações respectivas (MIC-IBC- Resolução n.º 446, de 23.8.68 — DO — II de 30.8.68, p. 1.943).

CAFÉ — Exportação — Cambiais — Preços — Safra 1966-69

O IBC alterou o § 2.º do art. 2.º da Resolução n.º 446, de 23.8.68 (ver BLA n.§ 36, p. 261), que passa a ter a seguinte redação:

"§ 2.º As reduções consentidas (reintegro) serão liquidadas às taxas de compra fixadas pelo Banco do Brasil S.A., na data do registro das respectivas declarações de venda" (MIC-IBC — Resolução n.º 447, de 26-8-68 — DO — II de 3-9-68, p. 1.962).

CAFÉ — Garantia de Preços — Prorrogação

O IBC decidiu manter, para os importadores, os preços dos cafés embarcados entre 1.º de outubro a 31 de dezembro de 1968.

As eventuais indenizações por diferença de preços serão calculadas trinta dias após o embarque da mercadoria (MIC-IBC — Resolução n.º 450, de 10.10.68 — DO — II de 24.10.68, p. 2.446).

CAFÉ — Regulamento de Despacho — Preços para Venda ao IBC — Safra 1968/69

O IBC fixou as normas relativas ao faturamento e despacho dos cafés produzidos na safra de 1968/69, inclusive preços para venda ao IBC (MIC-IBC — Resolução n.º 441, de 28.6.68 — DO — II de 10.7.68, p. 1.521).

CAFÉ SOLÚVEL — Trigo — Economia Pública e Particular

A concordata e a paralisação da atividade fabril da "DOMINIUM S/A" Indústria e Comércio fêz cessar o contingente de sua contribuição para o mercado de exportação de café solúvel.

Essa paralisação atinge profundamente a receita cambial e a renda tributária estadual e municipal, causando graves danos às finanças públicas.

A suspensão das atividades fabris da emprêsa, especialmente nos setores do café solúvel e do trigo, constitui fator de inquietação social, pondo em risco a segurança nacional.

As fraudes de variada natureza, quer na captação de recursos, pelo oferecimento de vantagens fixas e antecipadas ao capital risco, quer nas manipulações cambiais e sonegações fiscais, foram devidamente comprovadas.

A DOMINIUM S/A Indústria e Comércio, a CBI Distribuidora de Títulos e Valôres S/A, já em liquidações, em íntimo conluio lesivo da economia popular e da confiança pública no mercado de capitais, colocaram, no mercado, ações falsas, não correspondentes ao capital da Sociedade, no momento de sua emissão.

A colocação de ações, como foi feita, caracteriza a realização, nos mercados financeiros e de capitais, de operações de natureza das executadas pelas instituições financeiras.

A fim de ser efetuada a intervenção do Banco Central do Brasil ou a liquidação extrajudicial das referidas emprêsas foi estendido o regime do art. 45 da Lei n.º 4.595, de 31.12.64.

O ato de intervenção porá fim, automàticamente, ao processo da concordata judicial, sem prejuízo da suspensão das exigibilidades, no respectivo prazo.

O interventor terá, no que couber, também as atribuições de representação e administração, conferidas ao liquidante extrajudicial, cabendo-lhe providenciar o reinício da operação industrial e comercial, promover as medidas administrativas e judiciais para o ressarcimento da Fazenda Pública e o resguardo dos investimentos da poupança popular (Decreto-lei n.º 354, de 1-8-68 — DO — de 2-8-68, p. 6.697).

CARNE BOVINA — Comercialização — Consolidação de Resoluções e Portarias da SUNAB

A SUNAB consolidou em um só ato, tôdas as Resoluções e Portarias anteriormente baixadas e que envolveram tôdas as fases de comercialização da carne bovina (MA-SUNAB — Portaria n.º 992, de 23.8.68 — DO de 20.9.68, p. 8.309).

CARNE BOVINA — Comercialização — Estocagem — Cibrazem

A SUNAB atribuiu à Companhia Brasileira de Armazenamento a administração geral do Setor Executivo de Produtos da Carne (MA-SUNAB — Portaria n.º 842, de 3.7.68 — DO de 10.7.68, p. 5.792).

CARNE BOVINA — Comercialização — São Paulo

A SUNAB considerou, para efeito da comercialização da carne bovina, como abrangidos no Estado de São Paulo, os seguintes municípios: Arujá — Atibaia — Barueri — Boituva — Bom Jesus dos Perdões — Bragança Paulista — Cabreúva — Caieiras — Cajamar — Campinas — Campo Limpo — Carapicuíba — Cotia — Cubatão — Diadema — Elias Fausto — Embu — Embuguaçu — Ferraz de Vasconcellos — Francisco Morato — Franco da Rocha — Guararema — Guarujá — Guarulhos — Ibiúna — Igaratá — Itanhaém — Itapecerica da Serra — Itaquaquecetuba — Itariri — Itatiba — Itu — Itapeva — Jacareí — Jarinu — Joanópolis — Jundiaí — Juquitiba — Louveira — Mairinque — Mairiporã — Mauá — Mogi das Cruzes — Mongaguá — Morungaba — Nazaré Paulista — Osasco — Pedreira — Peruíbe — Piedade — Pinhalzinho — Pirapora do Bom Jesus — Poá — Praia Bela — Praia Grande — Ribeirão Pires — Rio Grande da Serra — Salto — Santana do Paraíba — Santo André — Santos — São Bernardo do Campo — São Caetano do Sul — São José dos Campos — São Roque — São Vicente — Sorocaba — Suzano — Taboão da Serra — Valinhos — Vargem — Vinhedo — Votorantim.

A medida entrou em vigor em 23.9.68 (MA-SUNAB — Portaria n.º 1.019, de 3.9.68 — DO de 20.9.68, p. 8.311).

CITRICULTURA — Comissão Nacional

O Ministro da Agricultura criou a Comissão Nacional de Citricultura, face à necessidade de maior entrosamento no sassuntos ligados à produção, industrialização, comercialização e exportação de Citrus e as dificuldades que se apresentam nesses setores e que exigem soluções imediatas, dado o caráter de alta perecibilidade dêsses produtos (MA-GB — Portaria n.º 271, de 19.8.68 — DO de 28.8.66, p. 7.699).

COOPERATIVA — Estoque de Gêneros

A SUNAB incluiu as Cooperativas na obrigação de fornecer, mensalmente, boletins de seus estoques de arroz, feijão, banha animal, milho e óleos vegetais comestíveis (MA-SUNAB — Portaria n.º 891, de 18.7.68 — DO de 25.7.68, p. 6.369).

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Foi criada e estabelecida a constituição do Conselho de Desenvolvimento da Agricultura (CDA), com sede em Brasília, que terá a função de órgão permanente de consulta para assuntos relacionados como desenvolvimento agropecuário, cabendo-lhe colaborar na formulação dos critérios gerais que deverão presidir a conces-

são de estímulos governamentais, na especialidade, e na aplicação coordenada dos referidos estímulos, objetivando acelerar o processo de desenvolvimento da agricultura nacional (Decreto n.º 63.191, de 28.8.68 — DO de 29.8.68, p. 7.728).

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA — Regulamento.

Foi aprovado o regulamento do CDA, órgão colegiado composto de Plenário, Secretaria Executiva e Órgãos Consultivos Especiais, com a finalidade de, em nível consultivo, examinar os assuntos de interêsse do desenvolvimento agropecuário do País (Decreto n.º 63.376, de 8-10-68 — DO de 16-10-68, p. 9.068).

CONSELHO INTERMINISTERIAL DE PREÇOS — Sistema Regulador — Mercado Interno — Extinção da CONEP.

O Conselho Interministerial de Preços tem atribuição para fixar e fazer executar as medidas à implementação da sistemática reguladora de preços.

Será integrado pelos Ministros da Fazenda, da Indústria e do Comércio, da Agricultura e do Planejamento e Coordenação Geral.

Junto ao CIP funcionará uma Comissão Consultiva, presidida pelo Presidente do Conselho — Ministro da Indústria e do Comércio — e integrada por representantes das Confederações Nacionais: Indústria e Comércio, Agricultura, Trabalhadores na Indústria, Trabalhadores no Comércio e Trabalhadores na Agricultura.

Os membros da Comissão Consultiva serão indicados pelas respectivas entidades de classe e designados pelo Presidente do Conselho.

Na análise e avaliação do comportamento dos preços, o Conselho Interministerial terá por base o princípio de compatibilização entre a evolução de preços e a correspondente variação de custos.

Será mantido um sistema de acompanhamento estatístico da evolução de preços e custos de produtos e serviços, elaborados índices correspondentes a cada setor.

O CIP poderá requisitar das emprêsas, firmas individuais ou seus estabelecimentos, em caráter confidencial, assegurando sigilo, o fornecimento de documentos, informações ou esclarecimentos que julgar necessários ao acompanhamento e à análise da evolução dos preços.

Para fins de análise, e, quando fôr o caso, de aprovação, poderá ainda requisitar das emprêsas e estabelecimentos a apresentação prévia dos aumentos de preços programados.

Serão considerados aprovados os reajustes que não forem apreciados e decididos pelo Conselho Interministerial dentro de 45 dias, contados da data em que tiverem sido apresentados os documentos e informações definidos pelo Conselho como sendo os necessários à análise.

Nos casos de aumento de preços acima das correspondentes alterações de custo e de falta de atendimento, não justificada, das requisições, ou ainda quando se apurar fraude de documentos ou informações, o Conselho Interministerial promoverá, quando fôr o caso, o restabelecimento dos níveis de preços anteriores e a adoção, pelos competentes órgãos e entidades da Administração Pública, dar providências administrativas, fiscais e judiciais legalmente cabíveis, inclusive as que regulam a intervenção no domínio econômico e a repressão ao abuso do poder econômico.

O CIP, antes de adotar as tais medidas, provocará, por escrito, manifestação da emprêsa ou firma individual responsável, no prazo máximo de 10 dias sôbre a ocorrência motivadora.

A CONEP (Comissão Nacional de Estímulos à Estabilização de Preços) ficará extinta em 30-10-68 (Decreto n.º 63.190, de 29-8-68 — DO de 30-8-69, p. 7.771).

CRÉDITO RURAL — Cooperativas de

O Banco Central do Brasil organizou o funcionamento das Cooperativas de Crédito Rural, que prestarão assistência financeira a pessoas físicas e jurídicas dedicadas a atividades agrícolas, pecuárias e extrativas, inclusive a pesca, através da concessão de empréstimos por contratos, cédulas de crédito rural, notas promissórias rurais, duplicatas rurais e conhecimentos de embarque e de depósito. As Cooperativas de Crédito Rural terão um sistema especial de operação; cada contrato ou cédula de crédito rural será sempre que possível vinculado a uma garantia real e acompanhado de um orçamento, sendo o crédito concedido em parcelas, à medida das necessidades, e fiscalizado diretamente pela Cooperativa ou por intermédio de assistência especializada. Serão também, concedidos créditos destinados, exclusivamente, à comercialização, tornando-se necessário comprovar que os produtos negociados são realmente produzidos pelos associados da cooperativa. Outros créditos complementares, ainda que não destinados a atividades especìficamente agrícolas, poderão ser concedidos, para o que as cooperativas terão uma reserva correspondente a 20% de suas aplicações (MF—BCB — Resolução n.º 99, de 19-9-68 — DO-II de 26-9-68, p. 2.161).

CRÉDITO RURAL — Aplicação de Recursos pelos Estabelecimentos Bancários — Normas.

O Banco Central do Brasil estabeleceu as seguintes normas a serem observadas pelos estabelecimentos bancários, na aplicação dos recursos destinados ao crédito rural:

a) o saldo das aplicações em operações de comercialização não poderá exceder a duas vêzes o valor do maior saldo dos empréstimos de custeio e/ou investimento, verificado nos últimos seis meses, não se computando para efeito dêsse cálculo o custeio e/ou investimento de lavoura de café e cana-de-açúcar;

b) a composição das aplicações em operações de custeio e/ou investimento será de, no mínimo, 70% em financiamentos de valor até o equivalente a 500 vêzes o maior salário-mínimo vigente no País, nos créditos a produtores rurais, e a 5.000 vêzes quando se tratar de financiamentos a cooperativas;

c) idêntico percentual será observado nas operações de comercialização, elevados, porém, os limites individuais a 600 e a 10.000 vêzes o maior salário-mínimo vigente no País, nos casos, respectivamente, de financiamentos aos produtores rurais ou às cooperativas;

d) dentro dos limites estabelecidos nas alíneas b e c, anteriores, os Bancos manterão um mínimo de 10 por cento do total de suas aplicações em crédito rural em operações a pequenos produtores, diretamente ou através de suas cooperativas, até o limite individual de NCr$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros novos), ou 50 vêzes o valor do maior salário-mínimo vigente no País;

e) ficam limitadas a 10 por cento do total dos recursos que cada banco reservar ao crédito rural as aplicações destinadas à aquisição de camionetas, jipes e gado bovino de qualquer categoria e para quaisquer finalidades, não se considerando, entretanto, dentro dêsse percentual os financiamentos para aquisição de reprodutores machos e matrizes, desde que rigorosamente enquadrados nas normas baixadas pelo Banco Central do Brasil.

II — Mediante autorização expressa do Banco Central do Brasil, os estabelecimentos bancários que não possuírem setor especializado em crédito rural, poderão operar exclusivamente em financiamento à comercialização, até o montante de 50% dos recursos destinados ao crédito rural, obedecidas as disposições da alínea c, do item anterior. Em conseqüência, ficarão sujeitos ao recolhimento, em espécie, na forma do item II da Resolução 69, de 22-9-67, DO-II de 27-9-67 (ver BLA — 1968, p. 442) — (II — As Instituições que não desejarem cumprir a obrigação expressa no item I, recolherão as somas correspondentes ao Banco Central, para crédito do FUNAGRI, vinculada sua aplicação à finalidade específica. Êsses recolhimentos renderão juros de (6% ao ano) de importância equivalente aos recursos não aplicados.

III — Fica assegurado o prazo de seis meses a contar desta data, para que as instituições financeiras adaptem suas aplicações em crédito rural às presentes normas (MF—BCB — Resolução n.º 97, de 20-8-68 — DO-II — de 27-8-68, p. 1.909).

CRÉDITO RURAL MANUAL — Instituições Financeiras.

O Banco Central do Brasil baixou instruções regulamentando o prática do crédito rural pelas instituições financeiras, estabelecendo o prazo de 90 dias para que as referidas instituições manifestem expressamente, por escrito, ao Banco Central do Brasil, sua intenção de operar em crédito rural, devendo fazer prova, dentro de 180 dias, de que satisfazem as seguintes exigências: comprovar a existência de setor especializado em crédito rural, especificando as respectivas modalidades de operações; indicar os recursos próprios destinados a cada modalidade e sua origem; estabelecer normas básicas para as operações, difundindo-se junto às suas dependências e dispor de assessoramento técnico competente (MF—BCB — circular n.º 120, de 20-8-68 — DO-II de 27-8-69, p. 1.909).

DIREITO AGRÁRIO — Comissão Especial

O Gabinete do Ministro da Agricultura criou uma Comissão Especial para proceder aos estudos conclusivos sôbre Direito Agrário, inserido na Carta de Brasília, propondo as medidas para a sua efetiva implantação no País.

A Comissão Especial que terá o prazo de 180 dias para concluir seus trabalhos, será presidida pelo representante do IBRA e constituída de representantes do INDA, IBRA, CNA, CONTAG, IBDA e por dois assessôres jurídicos da Secretaria de Economia do Estado da Guanabara (MA—GB — Portaria n.º 322, de 3-10-68 — DO de 11-10-68, p. 8.932).

ENSINO AGRÍCOLA — Preenchimento de Vagas — Agricultores.

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou seus filhos, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% a agricultores ou seus filhos, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

A preferência estender-se-á aos portadores de certificados de conclusão do 2.º ciclo dos estabelecimentos de ensino agrícola, candidatos à matrícula nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidas pela União.

Em qualquer caso, os candidatos atenderão às exigências legais vigentes, inclusive as relativas aos exames de admissão de habilitação (Lei n.º 5.465, de 3-7-68 — DO de 4-7-68, p. 5.537).

ENSINA AGRÍCOLA E VETERINÁRIO — Unificação de Normas.

O Gabinete do Ministro da Educação e Cultura estabeleceu normas de unificação e atualização do ensino agrícola de grau médio, a cargo da Diretoria do Ensino Agrícola (DEA).

Para o ingresso na primeira série dos cursos ginasial agrícola e de economia doméstica rural, as inscrições para o exame de admissão deverão ficar abertas durante o mês, 90 dias antes da data prevista para o início do ano letivo.

O pedido de inscrição será dirigido ao Diretor da escola, em requerimento firmado pelo pai, mãe, tutor legal do candidato ou responsável, acompanhado de: certidão de nascimento; atestado de sanidade física e mental; atestado de vacinação antivariólica; dois retratos e títulos que tiver.

Ao candidato habilitado será conferido o "Certificado de Aprovação em Exame de Admissão" e o que concluir os cursos do 1.º e 2.º ciclos do ensino técnico agrícola e de economia doméstica rural será contemplado com um "Diploma".

Os Colégios Agrícolas subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, a partir da vigência desta Portaria, não mais farão realizar exames de admissão para ingresso no curso ginasial, iniciando a supressão gradativa dêsse curso (MEC—GB — Portaria n.º 667, de 19-9-68 — DO de 23-10-68, p. 9.306).

ERVA-MATE — Exportação — Cancelamento de Quotas.

Foram canceladas as quotas, ou saldos de quotas, de erva-mate beneficiada e cancheada com destino aos mercados do Uruguai e Chile, adjudicados aos exportadores e não utilizadas pelos mesmos durante os 1.º e 2.º trimestres de 1968 (MA—IBDF — Portaria n.º 523, de 27-9-68 — DO-II de 16-10-68, p. 2.343).

EQÜIDEOS — Anemia Infecciosa — Trânsito

O Gabinete do Ministro da Agricultura aprovou instruções referentes às medidas que devem ser observadas em relação ao trânsito de eqüídeos nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e na região Sul do Estado de Mato Grosso, afetados pela anemia infecciosa eqüina (MA—GB — Portaria n.º 201, de 25-6-68 — DO de 5-7-68, p. 5.614).

EQÜINOS — Abate — Fiscalização.

A Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional estabeleceu normas gerais para o abate de eqüinos, proibindo o abate de fêmeas até 10 anos de idade bem como o de potras e de fêmeas de qualquer idade que estejam em perceptível estado de gestação, excluídas as fêmeas que demonstrem ser portadoras de deficiências orgânicas, de vícios ou defeitos fisiológicos que as invalidem para reprodução ou estejam afetadas por doenças que justifiquem o seu abate como medida profilática.

É assegurado ao Exército e às Polícias Militares prioridade, para adquirirem nos matadouros animais que julgarem necessários às suas organizações pagando o preço corrente do abate.

Serão aplicadas, aos estabelecimentos violadores das normas vigentes, as penalidades previstas no Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (ME—CCCN — Portaria n.º 50, de 23-7-68 — DO de 1-8-68, p. 6.650);

EXPOSIÇÕES E FEIRAS — Calendário Plurienal

O Calendário Plurienal de Exposições e Feiras Agropecuárias é destinado a coordenar e disciplinar realização de Exposições e Feiras Agropecuárias (Decreto n.º 62.874, de 20-6-68 — DO de 10-7-68, p 5.769)

FARINHA DE MANDIOCA — (V. Algodão).

FIBRAS JUTA E MALVA — Frete de Cabotagem Marítima — Cubagem.

A Comissão de Marinha Mercante determinou, para fins de aplicação de frete de cabotagem marítima, a cabotagem de 1.350 m3 por tonelada, de fibra de juta e malva, em fardos ou feixes (MT—CMM — Resolução n.º 3.275, de 28-6-68, DO-II de 16-7-68, p. 1.560);

GADO DE CORTE — Normas para Programação de Pesquisas e Estudos.

O Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias fixou a seguinte ordem de prioridade para o gado de corte: 1.º) pesquisas sôbre alimentação; 2.º) pesquisas sôbre sistemas de criação, manejo e instalações e 3.º) pesquisas sôbre melhoramento genético.

Nos trabalhos e melhoramento de raças, nos estabelecimentos oficiais, os animais deverão ter fichas zootécnicas individuais, com dados de performance, e deverão ser controlados pelo Serviço de Registro Genealógico da raça.

Trabalhos experimentais poderão, também, ser realizados em fazendas particulares, quando representativas da região, cabendo aos órgãos de pesquisa a elaboração e contrôle dos projetos (MA—DPEA — Portaria n.º 100, de 19-6-68 — DO de 22-7-68, p. 6.207).

GIRASSOL — (V. Algodão).

IBRA — Cartas de Anuência — Autorização — Brasília.

O IBRA autorizou o Delegado Regional de Brasília a expedir "Cartas de Anuência" ao Banco do Brasil e estabelecimentos congêneres de acôrdo com o modêlo aprovado, a fim de assegurar aos ocupantes regulares, na área de jurisdição da Delegacia, financiamentos às atividades agropecuárias (MA—IBRA — Portaria n.º 125, de 22-8-68 — DO-II de 29-8-68, p. 1.931).

IBRA — Imóvel Rural — Financiamento a Herdeiros e Legatários.

O IBRA está autorizado a conceder, com recursos próprios ou prover junto a outros órgãos públicos e estabelecimentos de crédito, financiamento a um ou mais herdeiros ou legatários que hajam adquirido ou venham a adquirir por sucessão o domínio de fração de imóvel venal, insuscetível de ser dividido, a fim de serem indenizados os demais condôminos que concordarem com a cessão das parcelas ideais que lhe cabem.

O requerimento deverá ser dirigido ao IBRA, provando a anuência dos demais condôminos, não podendo o financiamento ser concedido, em nenhuma hipótese, para aquisição de área superior a 2 módulos do imóvel partilhado, por herdeiros ou legatários (Decreto n.º 63.058, de 30-7-58, DO de 31-7-68, p. 6.569, e retificado no de 5-8-68, p. 6.753).

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ — Sacaria Nova — Financiamento.

O IBC comunica às Cooperativas de Cafeicultores registradas em sua Divisão de Cooperativismo, que se acha aberta a operação de financiamento de Sacaria Nova, cujas normas de processamento se encontram nos Serviços Regionais de Assistência a Cafeicultores (MIC—IBC — Comunicado n.º 36, de 13-8-68 — DO-II de 22-8-68, p. 1.892).

INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS — Do Oeste — Mato Grosso e Rondônia.

Subordinado ao Escritório de Pesquisas e Experimentação do Ministério da Agricultura, foi criado o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Oeste (IPEAO) a localizar-se no Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, com jurisdição sôbre o Estado de Mato Grosso e Território de Rondônia (Decreto n.º 63.140, de 21-8-68 — DO de 22-8-68, p. 7.466).

IRRIGAÇÃO — Desenvolvimento dos Projetos Integrados — Grupo Especial de Trabalho.

Os Ministros do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda, do Interior e o da Agricultura criaram Grupo Especial de Trabalho com a finalidade de proceder, no prazo máximo de 30 dias, a um levantamento dos estudos e projetos prioritários de irrigação, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento integral dos vales já considerados no Orçamento Plurianual de Investimentos, e de integrar os órgãos federais em nível nacional e local, que devam desenvolver ações específicas em cada projeto, assegurando o seu desenvolvimento harmônico e integrado.

As atribuições principais do Grupo de Trabalho são: fazer o levantamento dos projetos de irrigação, já considerados prioritários, definindo, por projeto, as responsabilidades que caberão a cada órgão federal no desenvolvimento dêsses projetos, dentro das atribuições específicas de cada unidade administrativa, devendo, inclusive, estudar as necessidades de reformulação nos orçamentos federais, a fim de ajustá-los às atribuições de cada órgão e atender ao desenvolvimento dos projetos; e as funções básicas de estudar e propor, dentro do prazo estabelecido, a forma de funcionamento, de um Grupo Executivo Permanente, com a participação dos órgãos técnicos dos Ministérios interessados, em nível nacional e local, com o objetivo de assegurar perfeita integração dos órgãos da Administração federal, na execução dos projetos de irrigação (MPCG—MF—MI—MA—GB — Portaria Interministerial n.º 206, de 30-9-68 — DO de 9-10-68, p. 8.827).

JACARÉ — Proibição.

A SUDEPE proibiu a pesca de tartaruga de água doce, tracajá, muçuã, em tôda a região amazônica. No Estado de Mato Grosso fica proibida a captura e abate de jacarés pelo prazo de 2 anos.

A comercialização de peles de jacarés existentes e em estoque, nas firmas registradas para êsse comércio, fica sob contrôle dos órgãos de fiscalização da SUDEPE ou dos convênios com os Estados.

O trânsito de peles só se fará acompanhado de guia própria, na qual se declare o estoque anterior, a quantidade em trânsito e o saldo, além do destino, valor e destinatário (MA—SUDEPE — Portaria n.º 361 de 10-7-68 — DO-II de 22-7-68, p. 1.612).

JUTA — Grupo Executivo para Racionalização da sua Economia.

Foi criado o Grupo Executivo para a Racionalização da Economia da Juta, junto ao Ministério do Interior, para dar cumprimento às recomendações do Grupo de Trabalho da Juta. O Grupo Executivo recém-criado será constituído por um representante dos Ministérios do Interior, da Agricultura, da Indústria e do Comércio, da Fazenda, dos Transportes, das Relações Exteriores e do Planejamento, participando, ainda, do mesmo, representantes dos Estados do Amazonas e do Pará (Decreto n.º 63.103, de 15-8-68 — DO de 15-8-68, p. 7.219).

JUTA — Malva — Amazônia — Preços Mínimos — Safra de 1969.

Foi assegurada a garantia de preços mínimos à Juta e Malva, da Região Amazônica, da safra de 1969.

As operações de aquisição ou financiamento estão livres de quaisquer despesas adicionais, inclusive impôsto de circulação de mercadorias e taxas de previdência social rural. O prazo para realização das operações expirará em 1-3-70 para a juta e 1-6-70 para a malva (Decreto n.º 63.270, de 23-9-68 — DO de 27-9-68, p. 8.465).

LÃ EM BRUTO — Impôsto de Importação — Isenção.

O Conselho de Política Aduaneira isentou do impôsto de importação a quota de 4.140 toneladas de lã, em bruto, a ser distribuída segundo critério adotado pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

O desembaraço aduaneiro com o tratamento ora previsto, será autorizado até 31-10-68.

A aplicação da quota, poderá ser suspensa a qualquer tempo, se necessário, para garantir a colocação de 15 de produção nacional, no mercado interno (MF—CPA — Resolução n.º 551, de 27-6-68 — DO de 25-7-68 p. 6.364).

LEITE "IN NATURA" — Vasilhame — Recolhimento e Transporte — Estado de Minas Gerais.

A SUNAB regulou e disciplinou a distribuição do leite "in natura", proibindo a qualquer distribuidor, entrepostos ou usinas, no Estado de Minas Gerais, recolher ou transportar, para qualquer fim, vasilhame litografado ou marcado por qualquer processo indelével, cuja marca não seja de sua propriedade. As firmas que beneficiam e distribuem o leite "in natura", no Estado de Minas Gerais, e que mantêm os vasilhames em poder de seus revendedores, ficam obrigadas a devolver-lhes por litro restituído e contra a entrega, o numerário exigido como caução do vasilhame estocado.

A inobservância do preceituado sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei Delegada n.º 4, de 26-9-62 (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.007, de 30-8-68 — DO de 3-9-68, p. 7.860).

MADEIRA — Exportação — Proibição.

O Conselho Nacional de Comércio Exterior resolveu proibir as exportações de madeira em toros roliços ou não; em blocos para laminação; em peças

serradas sem esquadrar ou refilar; em peças serradas em esquadrias e/ou em peças aplainadas ou serrilhadas com espessuras superiores a 0,076 milímetros ou 3 polegadas das referências botânicas adiante indicadas, normalmente comercializadas sob denominações diversas, tais como:

Orelha-de-onça; Mocitaiba; Mussataiba, Dalbergia sp.; Tinger's ears; Pitomba; Pitomba vermelha; Pitomba-amarela, Zollernia sp; Pau-santo-vermelho; Zollernia ilicifolia; Orelha-de-onça; Mocitaiba; Pau-Ferro, Caessalpinia férrea; Iuúna; Caessalpina leostachia; Glúna; Sebastião-Arruda; Jacarandá-rosa; Pau-rosa, Dalbergia frutiens; Cega-machado; Pau-de-fuso; Pau-violeta, Dalbergia cearensis; Violeta; Pau-Brasil; Ibirapitanga; Caesalpina echinata; Pau-de-pernambuco; Jacarandá-do-pará, Dalbergia Spruceana.

A proibição das exportações de peças de jacarandá em blocos, para laminação, e em peças serradas sem esquadrar ou refilar, aplica-se às peças de quaisquer dimensões (MF—CONCEX — Resolução n.º 38, de 2-10-68 — DO de 11-10-68, p. 8.929).

MAMONA — (V. Algodão).

MANTEIGA — Comercialização.

A SUNAB tornou obrigatória a aplicação da fórmula CLD em todo o território nacional, com relação à manteiga produzida em qualquer região do País, e a importação do estrangeiro, de qualquer tipo ou espécie, inclusive a reembalada, beneficiada ou enriquecida, seja qual fôr a embalagem e forma de comercialização.

Fica estabelecida, para o atacadista, a margem de lucro máximo de até 10% e para o varejista de até 20%.

A venda de manteiga importada, só será permitida depois que o comerciante estiver de posse da autorização expedida pelo órgão da SUNAB, cujo número será obrigatòriamento citado na nota fiscal.

O atacadista e o fabricante que venderem diretamente ao consumidor, terão, apenas, a margem percentual de lucro atribuída ao varejista, não sendo permitido acrescer, considerar ou computar nenhuma margem percentual de lucro.

Nas vendas ao consumidor, os estabelecimentos que comerciam com manteiga, ficam obrigados a manter afixada tabela de preços dessa mercadoria, em local visível e de fácil acesso ao público.

A presente determinação entrará em vigor no dia 2-8-68 (MA—SUNAB — Portaria n.º 923, de 26-7-68 — DO de 30-7-68, p. 6.538, e reproduzida no de 2-8-68, p. 6.716).

METEOROLOGIA — Taxas Contribuitórias — Aprovação de Tabela.

O Gabinete do Ministro da Agricultura aprovou a tabela para a cobrança de taxas contribuitórias decorrentes do fornecimento de dados meteorológicos, prestados pelo Escritório de Meteorologia (MA—GB — Portaria n.º 162, de 17-5-68 — DO de 2-8-68, p. 6.716).

MILHO — Exportação, Padronização e Classificação.

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou as novas especificações de padronização, classificação e fiscalização do milho destinado à exportação (MF—CONCEX — Resolução n.º 36, de 22-8-68 — DO de 30-8-68, p. 7.790).

MILHO — (V. Algodão).

OVOS — Informação — (V. Bubalinos).

PARQUE NACIONAL INDIGENA DE TUMUCUMAQUE — CRIAÇÃO — Delimitação de Area.

O Parque Nacional Indígena do Tumucumaque, criado no Estado do Pará, terá a característica principal de área reservada aos indígenas, devidamente delimitada, cabendo sua administração à Fundação Nacional do Indio.

Reserva Florestal do Tumucumaque fica mantida, em tudo que não contrariar as finalidades do Parque Nacional Indígena.

São consideradas áreas reservadas aos índios os parques ou reservas florestais, criadas em leis ou decretos, desde que nelas habitem, no todo ou em parte tribos indígenas (Decreto n.º 62.998, de 16-7-68 — DO de 19-7-68, p. 6.131).

PARQUE NACIONAL INDIGENA DE TUMUCUMAQUE — Delimitação de área — Decreto n.º 62.998, de 1968 — Alteração.

O Decreto n.º 62.998, de 1968 teve alterado o parágrafo único do art. 1.º, que passou a ter a seguinte redação:

A área reservada ao Parque será delimitada: a Oeste, na nascente do Rio Marapi, na serra de Tumucumaque, fronteira com o Suriname, descendo o seu curso até a confluência com o Rio Paru de Oeste; ao Sul da confluência do Rio Marapi com o Rio Paru de Oeste, uma linha ideal, na direção oeste-nordeste, até atingir a confluência dos Rios Citaré e Paru de Leste; a Este, da confluência do Rio Citaré, e Paru de Leste subindo o leito dêste último até a cachoeira de Macori; desta, em linha reta, ate atingir a cachoeira de Macaé, no alto curso do Rio Jari, daí pela fronteira do Território do Amapá com o Estado do Pará, subindo o Rio Jari até os limites com o Suriname; ao Norte pela fronteira do Suriname, da nascente do Rio Marapi, até o ponto da fronteira, do Território do Amapá, Estado do Pará e o Suriname, na Serra do Tumucumaque; incluindo-se no Parque Nacional Indígena do Tumucumaque a área compreendida numa faixa de dez quilômetros, paralela à margem direita do rio Marapi, à margem esquerda do rio Paru e do rio Jari (Decreto n.º 63.369, de 8-10-68 — DO de 16-10-68, p. 9.066).

PECUÁRIA — Raças Bovinas de Origem Indiana — Registro Genealógico.

O escritório de Produção Animal prorrogou até 30-8-71 o fechamento dos livros do Serviço de Registro Genealógico das raças bovinas de origem indiana mantidos pela Associação Brasileira de Criadores de Zebu com sede em Uberaba, Minas Gerais.

A partir de 30-8-69 só serão atendidos pelo referido Serviço de Registro os criadores que tiverem suas produções normalmente controladas ou as comunicações de coberturas regularmente remetidas ao órgão competente (MA—EPA — Portaria n.º 8, de 22-8-68 — DO de 16-9-68, p. 8.183).

PESCA — Projetos Pesqueiros — Cobrança de Percentual sôbre Incentivos Fiscais.

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca determinou a cobrança de um percentual de 2% sôbre o valor dos incentivos fiscais concedidos, o qual deverá incidir sôbre os projetos já aprovados, em fase de implantação, podendo ser pagos em parcelas coincidentes como cronograma do desembôlso do projeto (MA—SUSEPE — Portaria n.º 488, de 28-8-68 — DO 11 de 11-9-68, p. 2.054).

PESCA — Região de Cananéa — Entreposto de Pesca — Local.

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca tornou obrigatória a comercialização do pescado descarregado em Cananéa através do Entreposto Federal de Pesca situado naquele pôrto, sendo apreendido como contrabando qualquer descarregamento que não seja feito através do referido entreposto (MA—SUSEPE — Portaria n.º 513, de 30-8-68 — DO-II de 11-9-68, p. 2.055).

PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS MERIDIONAL — Instituto de São Paulo e Paraná.

Subordinado ao Escritório de Pesquisa e Experimentação do Ministério da Agricultura, foi criado o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias Meridional (IPEAME), a localizar-se no Estado do Paraná, com jurisdição sôbre os Estados do Paraná e São Paulo (Decreto n.º 63.139, de 21-8-68 — DO de 22-8-68, p. 7.466).

PINHO — Exportação — Excedentes.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal resolveu que os remanescentes dos contingentes exportáveis de madeira de pinho atribuído aos exportadores que operam no Vale do Rio Uruguai, em função das médias anuais de exportação do produto realizada no qüinqüênio 1962-66 que deixaram de ser exportados mediante remessa pelo sistema de balsa, poderão ser exportados via terrestre, mediante embarque em caminhões ou vagões.

Para as vendas da madeira correspondente ao remanescente e aos contingentes a partir de agôsto do corrente ano deverão ser observados os seguintes preços mínimos por 1.000 p2, FOB, Uruguaiana, estabelecidos para o setor Fronteira do Rio Grande do Sul.

Argentina.

I e II — US$ 132,00.
Fórmula A — 50% de primeira e segunda — US$ 121,00; 5% de terceira — US$ 121,00.
Fórmula B — 40% de primeira e segunda — US$ 113,00. 40% de terceira — US$ 113,00; 20% de quarta — US$ 113,00.

Uruguai.

I e II — US$ 150,00; III — US$ 130,00 e IV — US$ 120,00.

Fica vedada a formação de balsa ou jangada, no Rio Uruguai, com madeira de pinho destinada à exportação, em quantidade superior ao contingente exportável de cada emprêsa (MA—IBDF — Portaria n.º 402, de 1-8-68 — DO-II de 22-8-68, p. 1.887).

PINHO — Exportação — Índice de Participação.

O Conselho Nacional de Comércio Exterior resolveu que, para fins de aplicação dos percentuais estabelecidos sob o título Tradição, fixados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, os índices de participação das emprêsas que exportam madeira de pinho serão revistos em 31-12 de cada ano, em função das quantidades do produto efetivamente exportadas pelas emprêsas, e, a partir de 1.º de janeiro do respectivo ano, para os mercados destinatários (MF — CONCEX — Resolução n.º 37, de 2-10-68 — DO de 11-10-68, p. 8.928).

PINHO — Exportação — Instalações para Estoque.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal resolveu que as emprêsas exportadoras deverão possuir, nos portos ou pontos de exportação, instalações adequadas, com capacidade para abrigar estoque de madeira de pinho em quantidade correspondente a 3 vêzes a média mensal de exportação, apurada no qüinqüênio 1962-66, que deverá ser obrigatòriamente mantido pelos exportadores. As disponibilidades mínimas do produto, em volume correspondente a duas vêzes a média mensal de exportação, deverão ser depositadas, obrigatòriamente, no pôrto ou ponto de exportação onde a emprêsa concorre à distribuição e vendas e no rateio de contingentes exportáveis. A outra parcela correspondente à média mensal de exportação poderá ser considerada em trânsito, desde que a emprêsa comprove a sua aquisição perante os órgãos do Instituto, mediante apresentação de Nota Fiscal ou outro documento reconhecido legítimo pelo Fiscal acompanhada das Guias de Produção, ou Guias Florestais, emitidas pelo IBDF.

A inobservância das exigências estabelecidas implica na aplicação da suspensão da emprêsa na participação da distribuição de vendas e do rateio de contingentes exportáveis até que regularize a situação, perdendo a emprêsa faltosa o direito às quotas.

Os contingentes disponíveis em razão da suspensão serão redistribuídos às demais que forem consideradas aptas, proporcionalmente aos seus índices percentuais (MA—IBDF — Portaria n.º 489, de 8-9-68 — DO-II de 17-9-68, p. 2.095).

PINHO — Exportação — Regulamentação.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal resolveu que os capitais estipulados no item I da Resolução n.º 20 do CONCEX, em cada uma de suas parcelas, abrangem a variação de volume compreendido dentro da faixa entre a parcela menor e a maior, exceto no que se refere às cifras NCr$ 175.000,00, no Atlântico, e NCr$ 125.000,00, nos demais setores, que abrangem as quantidades médias anuais que não excedam de 600.000 p2;

a) para os volumes médios anuais de exportação superiores a 600.000 p2 e inferiores a 1.200.000 p2, os capitais mínimos requeridos são de NCr$ 200.000,00, no Atlântico, e de NCr$ 150.000,00, nos setores Oeste, Vale do Rio Uruguai e Fronteira do Rio Grande do Sul;

b) a comprovação do capital mínimo deverá ser feita dentro do prazo estabelecido na alínea d, item I, dessa Resolução, mediante declaração de sua ficha cadastral no Banco do Brasil, que deverá ser entregue pela firma interessada à Delegacia Estadual do IBDF, no Estado em que o exportador tem sua matriz, cabendo a esta anotar no respectivo cadastro e fazer a comunicação à Administração Central do Instituto;

c) para fins de apuração do Capital Mínimo Requerido, considera-se aquelas não comprometidas (reservas exigíveis).

No cálculo dos estoques médios e das médias anuais de exportação de madeira de pinho, bem como na apuração dos índices percentuais de participação, considerar o ano em que a firma iniciou as suas exportações, no qüinqüênio 1962-66, observando-se as seguintes normas:

a) elevar para ano inteiro as frações de ano, nos casos de firmas que iniciaram as suas operações de exportação de pinho em época posterior ao mês de janeiro de 1962;

b) considerar os cinco anos por inteiro, na hipótese de firmas que, em qualquer um dos anos compreendidos pelo qüinqüênio, interromperam ou cessaram as suas operações de exportação de pinho.

As instalações adequadas para armazenar estoque de madeira de pinho compatível com o movimento comercial de cada firma que desejar continuar a participar da exportação, em condições perfeitamente satisfatórias que evitem a desclassificação ou o desmerecimento da madeira e possibilitem o atendimento das especificações mais rigorosa requeridas pelos compradores do exterior. (MA—IBDF — Portaria n.º 489, de 6-9-68 — DO-II de 8-10-68, p. 2.262).

PINHO — Níveis de Produção — Reflorestamento.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal elevou, a partir de 1-8-68, de 50% para 75% o nível de produção autorizada de pinho e de outras madeiras.

Os projetos técnicos de reflorestamento deverão prever o plantio a partir do exercício de 1969 em quantidade suficiente para cobrir o consumo de madeira em cada ano de atividade, podendo, porém, o plantio cobrir uma obrigação de reflorestar relativa a mais de um exercício (MA—LBDF — Portaria n.º 401, de 29-7-68 — DO-II de 13-8-68, p. 1.787).

PINHO SERRADO — Aumento de Produção — Autorização.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal resolveu autorizar, a partir de 1-8 do corrente ano, o aumento de 25% na produção de pinho serrado, a ser calculado com base nos níveis médios apurados e constantes das atuais Guias de Produção Autorizadas.

O acréscimo da produção, somado à atual quota, não poderá ultrapassar o volume correspondente a 15% da produção prática da respectiva serraria (MA—IBDF — Portaria n.º 380 de 17-7-68 — DO-II de 1-8-68, p. 1.692).

PLATAFORMA SUBMARINA — Exploração e Pesquisa — Pedidos de Licença — Fiscalização.

Dependem de autorização ou audiência prévia do Ministro da Marinha a exploração e pesquisa na plataforma submarina, nas águas do mar territorial, e nas águas interiores do Brasil, entendendo-se como pesquisa tôdas as atividades de estudo e prospecção,

legislação agrícola

inclusive filmagens e gravação para fins científicos ou investigações limnográficas e oceanográficas.

Os pedidos de licença ou de audiência prévia do Ministério da Marinha, por parte de qualquer órgão público, autarquia, entidade paraestatal, entidade privada, pessoa física ou jurídica brasileira ou estrangeira, para execução de exploração ou pesquisa deverão ser enviadas ao Ministério da Marinha com antecedência mínima de 60 dias do início previsto para o programa dos trabalhos.

Para estrangeiro, que seja pessoa física ou pessoa jurídica, o pedido deve ser encaminhado à representação diplomática brasileira junto ao govêrno do respectivo país com a antecedência mínima de 180 dias, sendo o pedido encaminhado ao Ministério da Marinha e ao Presidente da República, ouvindo-se ainda outros Ministérios, conforme o caso, tendo cada Ministério, inclusive o da Marinha, o prazo de 30 dias úteis, a partir da data do recebimento do expediente, para opinar sôbre o pedido.

O pedido de licença ou de audiência prévia do Ministério da Marinha deverá conter, obrigatòriamente, as seguintes especificações:

I — Nome da entidade responsável pela exploração ou pela pesquisa e suas anteriores atividades;

II — Nome da entidade que pretende financiar a exploração ou pesquisa e anteriores financiamentos já concedidos para atividades de pesquisa e exploração no Brasil;

III — Nome dos exploradores, pesquisadores ou técnicos, citando suas especialidades e curriculum vitae;

IV — Roteiro previsto para a execução da exploração ou da pesquisa e no qual constem assinalados os locais de trabalho (posições das estações oceanográficas, locais ou derrotas onde se pretende efetuar a exploração ou pesquisa). Tal roteiro deve ser apresentado em carta náutica de escala conveniente à apreciação do que se pretende fazer;

V — Planos e finalidades que regem a exploração e/ou pesquisas;

VI — Discriminação da exploração e/ou das pesquisas, citando os métodos e técnicas que serão utilizados;

VII — Discriminação de todo o instrumental que será empregado na exploração, ou na pesquisa;

VIII — Discriminação do tipo de navegação que será utilizado quando forem empregados navios ou aeronaves estrangeiros;

IX — Duração prevista para os trabalhos;

X — Datas previstas para escala em portos ou aeroportos nacionais;

XI — Datas previstas para escala no último pôrto ou aeroporto estrangeiro antes do início dos trabalhos em território nacional e no primeiro pôrto ou aeroporto estrangeiro após seu término, no caso de exploração ou pesquisa por entidades estrangeiras;

XII — Particularidades técnico-científicas e estruturais de qualquer navio ou aeronave a ser utilizado e fotografias dos mesmos;

XIII — Compromissos de serem reservadas vagas a bordo do navio ou aeronave que pretende efetuar os trabalhos a fim de que elementos indicados pelo Ministério da Marinha e por outros Ministérios interessados os acompanhem, parcial ou totalmente;

XIV — Compromissos de fornecer à Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, que passa a ser a Instituição Nacional Designada do Brasil junto à Comissão Oceanográfica Intergovernamental patrocinada pela UNESCO, cópia de tôdas as informações obtidas por ocasião dos trabalhos realizados na plataforma submarina do País, nas águas do mar territorial ou nas águas interiores;

XV — Compromissos de fornecer ao Ministério das Minas e Energia os resultados obtidos por prospecção geofísica que incluam dados sôbre recursos minerais, para efeito do disposto no art. 3.º do Decreto n.º 55.837, de 12 de março de 1965; aos demais Ministérios e órgãos serão enviadas cópias dos dados que lhes possam interessar;

XVI — Os têrmos do contrato, convênio ou acôrdo estabelecido para execução da exploração ou pesquisa, mediante cópia autêntica dos mesmos, nos casos em que tenham êles sido firmados;

XVII — Compromissos assumidos pela entidade responsável pelos trabalhos, de cumprir Leis e Regulamentos do País e o presente Decreto.

A fiscalização da exploração e da pesquisa será exercida pelo Ministério da Marinha e observadores indicados por outros Ministérios interessados, podendo tomar a iniciativa de exercer fiscalização qualquer autoridade naval, se necessário, apreendendo quaisquer embarcações que estejam efetuando explorações ou pesquisas sem autorização dada por quem de direito, assim como o material de pesquisa recolhido.

O prazo de 180 dias para os pedidos encaminhados à representação diplomática brasileira por pesquisadores estrangeiros será exigido para os casos em que a partida dos exploradores ou pesquisadores de seus países de origem se realiza após o dia 6-12-68 (Decreto n.º 63.164, de 26-8-68 — DO de 26-8-68, p. 7.559).

PRODUTO AGROPECUÁRIO — Exportação.

Nenhum órgão governamental poderá adotar medidas restritivas ou impeditivas à exportação de produtos agropecuários que prejudiquem a execução dos contratos celebrados com importadores estrangeiros, exceto nos casos de comprovada necessidade de defesa sanitária.

Os contratos poderão contemplar prazo até 3 anos, devendo os planos ser submetidos à CACEX.

O preço do produto será aquêle vigorante no mercado externo na ocasião do embarque, podendo ser fixado, para o prazo contratado, com reajustes periódicos (Decreto n.º 62.940, de 2-7-68 — DO de 5-7-68, p. 5.599).

REFORMA AGRÁRIA — Grupo de Trabalho.

Foi constituído Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a aceleração da reforma agrária, devendo sugerir, até o dia 18-12-68, medidas conclusivas decorrentes da análise dos principais obstáculos de natureza administrativa, institucional e financeira que têm dificultado a execução daquela reforma.

Serão também examinadas as normas legais e regulamentares em vigor, as áreas prioritárias para fins de reforma agrária, as medidas para maior amparo dos trabalhadores rurais, a tributação específica e sua aplicação e os projetos de reforma em execução e em estudo, com vistas à elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (Decreto n.º 63.250, de 18-9-68 — DO de 18-9-68, p. 8.235).

RESERVA INDÍGENA — Criação — Estado de Mato Grosso.

Foram criadas diversas áreas no Estado de Mato Grosso para que nelas sejam localizadas sete tribos indígenas, ficando a Fundação Nacional do Índio incumbida de tomar as medidas necessárias para êsse fim (Decreto n.º 63.368, de 8-10-68 — DO de 16-10-68, p. 9.065).

RESERVA INDÍGENA — Interdição — Estado do Pará.

Foi determinada a interdição, temporária, da área habitada pelos índios Suruí, nos municípios de Marabá e São João de Araguaia, no Estado do Pará. A medida objetiva possibilitar à Fundação Nacional do Índio a regularização definitiva das terras compreendidas naquela área (Decreto n.º 63.387, de 8-10-68 — DO de 16-10-68, p. 9.065).

RESERVAS INDÍGENAS — Terras — Interdição Temporária para.

Foram interditadas, temporàriamente, para efeito das providências de pacificação das tribos indígenas

Cintas Largas e Nambiquaras, as terras situadas em áreas limítrofes do Estado de Mato Grosso e Território de Rondônia, ficando delegado à Fundação Nacional do Índio o poder de polícia, nas referidas áreas, durante o período necessário à pacificação das tribos (Decreto n.º 62.995, de 16-7-68 — DO de 18-7-68, p. 6.073).

SANIDADE ANIMAL — Convênio — Intercâmbio.

O Congresso Nacional aprovou o texto do Convênio Interamericano de Sanidade Animal, assinado no Rio de Janeiro a 18 de julho de 1967 (Decreto Legislativo n.º 34, de 17-9-68 — DO de 19-9-68, p. 8.257; e DCN-II de 18-9-68).

SÊMEN — Importação (V. bubalinos).

SINDICATOS RURAIS — Transformação das Associações Rurais em órgãos Sindicais Patronais — Prazo.

O prazo concedido às Associações Rurais e seus órgãos superiores que requeiram a sua investidura como entidades sindicais representativas dos empregadores rurais foi estendido até o dia 8-2-69 (Lei n.º 5.481, de 10-8-68 — DO de 14-8-66, p. 7.176).

SISAL — Preços mínimos — Safra de 1968-69.

A garantia de preços mínimos básicos e os correspondentes preços mínimos líquidos para as diversas regiões produtoras de sisal fica assegurada para financiamento e aquisição da safra 1968-69, que teve início em 1-7-68 e cuja comercialização se estenda até 30-6-69.

Preço mínimo básico para as operações de financiamento e aquisição do sisal:

I — De NCr$ 0,22 por quilo de fibra de sisal beneficiada, sêca, do tipo 3, da classe "longa", preço que representa o limite mínimo a ser pago pelos rebeneficiadores ao produtor ou as suas cooperativas;

II — De NCr$ 73,00 por fardo de 200 quilos de fibra de sisal, rebeneficiada, sêca, do tipo 3, da classe "longa", preço êste para a fibra acondicionada em fardos de, aproximadamente, 200 quilos líquidos e densidade não inferior aos níveis fixados pela Comissão de Financiamento da Produção, a qual só poderá financiar ou adquirir partidas do produto acondicionado em fardos.

TABELA N.º 1

SISAL REBENEFICIADO
NCr$/fardo de 200 kg

ESTADO	Preço mínimo líquido
Ceará	54,78
Rio Grande do Norte	56,57
Paraíba	56,24
Pernambuco	56,57
Alagoas	55,88
Sergipe	56,89
Bahia	55,48

TABELA N.º 2
SISAL REBENEFICIADO
NCr$/fardo de 200 kg

Praças	Retôrno correspondente ao frete
Salvador	2,00
João Pessoa	1,60
Campina Grande	1,00

(Decreto n.º 62.929, de 1-7-68 — DO de 2-7-68, p. 5.433).

SOJAS — Preços Mínimos (V. Algodão).

SUNAB — Colaboradores da

A SUNAB constituiu um Grupo de Colaboradores escolhidos entre pessoas de comprovada idoneidade, cujas atividades se restringirão à constatação das irregularidades e comunicação das mesmas à autoridade competente da SUNAB, sendo vedado autuar ou multar o infrator.

Os colaboradores selecionados ficarão vinculados à autoridade que os escolher e seus nomes serão publicados no Boletim de Serviço, após a assinatura do "Têrmo de Compromisso" (MA—SUNAB — Portaria n.º 788, de 19-6-68 — DO de 12-7-68, p. 5.893).

TARTARUGA — (V. Jacaré).

TRIGO — Abastecimento — Distribuição dos Moinhos

Não sofrerão alterações as quantidades básicas de trigo, previstas, mas não asseguradas, para cada zona de consumo.

As cotas de trigo dos moinhos foram fixadas, com base nas quais serão processadas as distribuições do cereal durante o segundo semestre de 1968.

A portaria SUPER N.º 79, de 24-1-68, foi revogada (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.039, de 11-9-68 — DO de 13-9-68, p. 8.143).

TRIGO — Fixação de Cotas — Distribuição — 2.º Semestre de 1968.

A SUNAB manteve inalteradas as quantidades básicas de trigo, previstas, mas não asseguradas, em cada zona de consumo (Portaria SUPER N.º 137, de 1967, art. 3.º), fixando as cotas de trigo dos moinhos, com base nas quais serão processadas as distribuições do cereal durante o 2.º semestre de 1968 (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.039, de 11-9-68 — DO de 13-9-68, p. 8.143).

TRIGO — (V. Café Solúvel — Economia Pública e Particular).

TRIGO — Liberação de Resíduos.

A SUNAB liberou por 30 dias, a cota de resíduos de trigo em todos os moinhos do País (MA—SUNAB — Portaria n.º 939 de 2-8-68 — DO de 23-8-68, p. 7.540).

TRIGO — Preço de venda aos moinhos.

A SUNAB fixou em NCr$ 278,00, por tonelada métrica, o preço de venda aos moinhos, nos portos de descarga, do trigo em grão importado ou a importar pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

O trigo de produção nacional destinado à industrialização será entregue aos moinhos, nos locais de estocagem, mediante faturamento, aos preços abaixo indicados, por tonelagem métrica:

Pêso hectolitro	Preço NCr$
78	276,00
77	273,24
76	270,51
75	267,81
74	265,13
73	262,48
72	259,85
71	257,25
70	254,68
69	252,13
68	249,61
67	247,12
66	244,64
65	242,20

O preço de venda será acrescido das despesas portuárias e quando o trigo fôr entregue ensacado, os preços serão acrescidos do valor correspondente à sacaria que é fixada em NCr$ 0,75, por saco nôvo de, no mínimo, 400 gramas ou em valor proporcional, quando de pêso NCr$ 0,60 e de NCr$ 0,42, respectivamente.

Fica facultado aos moinhos o adicionamento de até mais 3% de fécula de mandioca ou farinha de raspa de mandioca à tonalidade de farinha de trigo de sua produção, destinada à panificação.

A *comissão de equipamento* fixada em NCr$ 9,00, será incluída nos preços de venda aos moinhos.

As normas e preços ora fixados, entrarão em vigor em 22-7-68 (MA—SUNAB — Portaria s/n.º, de 10-7-68 — DO em 15-7-68, p. 5.948).

legislação agrícola

VETERINARIO — Exercício da Profissão.

Foram estabelecidas disposições sôbre o exercício da profissão de médico-veterinário e criados os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, órgãos que expedirão a carteira profissional obrigatória ao exercício das atividades profissionais.

São da competência privativa do médico-veterinário: a prática da clínica em tôdas as suas modalidades; a direção dos hospitais para animais; a assistência técnica e sanitária aos animais sob qualquer forma; o planejamento e a execução da defesa sanitária animal; a direção técnica sanitária de estabelecimentos onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim, animais ou produtos de sua origem; a inspeção e fiscalização sanitária, higiênica e tecnológica de todos os produtos de origem animal nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização; a peritagem sôbre animais e exames técnicos em questões judiciais; as perícias, exames e pesquisas de animais inscritos em competições ou exposições pecuárias; o ensino, a direção, o contrôle e a orientação dos serviços de inseminação artificial; a regência de cadeiras ou disciplinas especificamente médico-veterinárias, bem como a direção das respectivas secções e laboratórios; a direção e a fiscalização do ensino da medicina veterinária e agrícola-médio nos estabelecimentos de trabalho cujo objetivo seja a indústria animal; a organização de reuniões destinadas ao estudo da medicina veterinária, bem como assistência técnica do Ministério das Relações Exteriores, no País e no estrangeiro.

Constituem, ainda, competência do médico-veterinário: as pesquisas, o planejamento, a direção técnica, e fomento, a orientação e a execução dos trabalhos relativos à produção animal e indústrias derivadas; o estudo e a aplicação de medidas de saúde pública no tocante às doenças de animais, transmissíveis ao homem; a avaliação e peritagem para fins de crédito e de seguro; a padronização e a classificação dos produtos de origem animal; a responsabilidade pelas fórmulas e preparação de rações e sua fiscalização; a participação nos exames de animais para inscrição nas Sociedades de Registro Genealógicos; os exames periciais dos subprodutos da indústria animal; as pesquisas e trabalhos de biologia geral, zoologia e zootecnia e bromatologia animal; a defesa da fauna; os estudos e organização de trabalho sôbre economia e estatística ligados à profissão; a organização da educação rural relativa à pecuária.

As anuidades serão pagas pelos médicos-veterinários aos respectivos Conselhos, até o dia 31 de março de cada ano, acrescidas de 20% quando fora dêsse prazo. A ausência do País não isenta o profissional do pagamento, isenta-o apenas, do acréscimo acima referido.

Os estabelecimentos cuja atividade seja passível de ação de médico-veterinário deverão fazer prova de que têm a seu serviço profissionais habilitados pelo respectivo Conselho. Os infratores de tal determinação serão passíveis de multa que variará de 20% a 100% do valor do salário-mínimo regional, independentemente de outras sanções legais.

As taxas, anuidades ou quaisquer emolumentos serão fixados pelo Conselho Federal de Medicina-Veterinária.

As penas disciplinares, de competência exclusiva dos Conselhos Regionais, são a advertência confidencial, a censura confidencial, a censura pública, a suspensão do exercício profissional até 3 meses e a cassação do exercício profissional, *ad referendum* do CFMV. Da imposição da penalidade caberá recurso, no prazo de 30 dias, contados da ciência, para o Conselho Federal, com efeito suspensivo nos dois últimos casos citados (Lei n.º 5.517, de 23-10-68 — DO de 25-10-68, p. 9.401).

VINHO — Vindima de 1968 — Graduação Alcoólica

O gabinete do Ministro da Agricultura determinou que na vindima de 1968 seja permitida a gradaação alcoólica para os vinhos de mesa até 13 graus G. L. (MF—GB — Portaria n.º 239, de 27-6-68 — DO de 13-8-68, p. 7.140).

ZEBUINOS — Importação — (V. Bubalinos).

ESTADO DA GUANABARA

AVES E OVOS — Frigomóveis de aves abatidas — feiras-livres.

O Departamento de Abastecimento estabeleceu a lotação e a distribuição dos frigomóveis de aves abatidas e ovos, nas ferrovias, determinando, ainda, que as permissões não utilizadas por mais de quatro feiras consecutivas serão consideradas nulas, devendo os permissionários regularizar a indicação dos responsáveis por veículo e a afixação de tabelas de preços para as frações de pêso de 50 gramas (SE—NAB — Ordem de Serviço "N" n.º 49, de 12-9-68 — DO—GB de 19-9-68, p. 14.429).

CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUÁRIA (II) — Áreas de Execução — Carta de Brasília.

Foram aprovadas as faixas de atuação e as áreas de execução, em âmbito estadual, fixadas na reunião preparatória ao II Congresso Nacional de Agropecuária, bem como os objetivos e metas da Carta de Brasília.

A Secretaria de Economia coordenará a execução e organizará, até 31-8-68, o sistema de contrôle e avaliação dos resultados dessa execução (Decreto Estadual "N" n.º 1.102, de 29-7-66 — DO—GB de 31-7-68, p. 11.737).

FEIRAS-LIVRES — Documentos em mãos de despachantes oficiais.

O Departamento de Abastecimento determinou que os despachantes oficiais, quando houver necessidade de apresentação de documentos de seus clientes feirantes, deverão fornecer aos mesmos, um recibo provisório, com validade máxima de 10 dias, do qual deverá constar o nome, feiras, matrículas e classe de feirante, bem como a natureza dos documentos, a razão de retenção e data e assinatura do despachante responsável (SE—DA — Ordem de Serviço "E" n.º 37, de 26-7-68, DO—GB de 5-8-68, p. 11.965).

FEIRAS-LIVRES — Localização.

O Departamento de Abastecimento estabeleceu para as feiras-livres realizadas em logradouros das 1.ª RA (Zona Portuária), 2.ª RA (Rio Comprido), 4.ª RA (Botafogo), 5.ª RA (Copacabana), 6.ª RA (Lagoa), 7.ª RA (Tijuca) e 9.ª RA (Vila Isabel), o sistema de um só tabuleiro, por matrícula, para tôdas as classes de feirantes nelas lotados (SE—NAB — Ordem de Serviço "E" n.º 39, de 30-7-68 — DO—GB de 7-8-68, p. 12.159).

FEIRAS-LIVRES — Localização — Restrições de Espaço.

O Departamento de Abastecimento, estabeleceu para as feiras-livres realizadas em logradouros das 1.ª RA a 9.ª RA, o sistema de um só tabuleiro por matrícula para tôdas as classes de feirantes nelas lotados.

Aos feirantes produtores é permitida a utilização de 2 tabuleiros, no caso de comprovada capacidade de produção, a critério do Departamento de Abastecimento e mediante autorização especial.

Estas determinações entrarão em vigor no dia 1-9-68, devendo os feirantes produtores interessados solicitar tal autorização nos têrmos fixados.

A ordem de serviço "E" n.º 39, de 30-7-68, foi revogada — ver BLA n.º 33, p. 228 (SE—NAB — Ordem de Serviço "E" n.º 42, de 9-8-68 — DO—GB de 16-8-68, p. 12.654).

GADO — ICM — Produtos e Subprodutos — Matadouro de Santa Cruz.

A Secretaria de Finanças resolveu que a pauta a que se refere o item 1.º da Portaria "N" n.º 12, de 7-5-68 (ver BLA n.º 22, p. 111), fica reduzida para NCr$ 2,00 quando se referir a vitelo, aplicando-se esta determinação aos débitos fiscais ainda não quitados (SFI—GB — Portaria "N" n.º 21, de 30-7-68 — DO—GB de 2-8-68, p. 11,802).

IBRA — Fazenda Nacional de Santa Cruz — Escrituras Laudêmio — Registro de Imóveis.

A corregedoria da Justiça do Estado da Guanabara resolveu que seja exigida pelos Cartórios de Notas, em quaisquer hipóteses, e como condição essencial para que se lavrem escrituras que envolvam transferência de domínio útil de áreas apuradas pela União Federal, a apresentação pelos interessados do prévio assentimento do senhorio direto, consubstanciado no competente alvará de licença expedido pelo IBRA certificando o pagamento do laudêmio devido tal como previsto em lei.

Os Registros de Imóveis transcreverão essas escrituras, observando rigorosamente aos mandamentos da legislação concernente ao aforamento de bens públicos (TJEG—CJGB — Circular n.º 186, de 11-9-68 — DO—GB II de 23-9-68, p. 13.765).

VETERINARIA — Tabela de preços públicos.

O Departamento de Veterinária fixou novos preços para os serviços executados pelo Serviço de Patologia da Divisão de Zooneses e Inspeção Veterinária, compreendendo pesquisas para diagnóstico de doença de animais, necrópsias, vacinas biópsias, consultas técnicas, cirurgia, radiografia, curativos, sepultamento e cremação, bem como SE—DV — Ordem de Serviço "N" n.º 4, de 18-10-67 — DO—GB de 25-1-68, p. 1 050).

ESTADO DE SAO PAULO

BATATAS "IN NATURA" — ICM — Exportação — Isenção.

Ficam isentas do impôsto de circulação de mercadorias até 30-11-68, as saídas de batatas in natura para o exterior (Decreto Estadual n.º 50.368, de 13-9-68 — DO—SP de 17-9-68, p. 3).

BORRACHA — ICM — Operações dentro do Território Paulista.

A Coordenação de Administração Tributária resolveu que o regime especial instituído pela Instrução GR—7, de 20-6-68, da Secretaria de Finanças (ver BLA n.º 27, p. 149), fica estendido à movimentação e comercialização, dentro do território paulista, de mais de 3.000 toneladas de borracha vegetal importadas pela Superintendência da Borracha. Nas saídas de borracha para fora do Estado, a Superintendência da Borracha deverá recolher o ICM em consonância com a legislação em vigor (SF—CAT — Instrução n.º 6, de 24-9-68 — DO—SP de 25-9-68, p. 9).

CAFÉ CRU — ICM — Quota dos Municípios Produtores — Distribuição.

Relativamente às saídas de café cru, a quota pertencente aos municípios produtores será distribuída com base na produção de cada um na safra antecedente, segundo dados certificados pela Secretaria da Agricultura.

Do Instante, deduzir-se-ão 20%, que serão distribuídos entre os municípios em que se localizarem agências compradoras do IBC, na proporção das operações dessa natureza realizadas com cafés depositados em seus respectivos territórios, e aquêles em que se processe a saída do produto para o exterior, também apurados com base em elementos referentes à saída anterior.

As distribuições das quotas e da percentagem serão feitas mensalmente, segundo índices percentuais anualmente afixados por ato do Secretário da Fazenda, e o saldo, atualmente existente na conta especial, será distribuído de conformidade com o disposto no presente decreto (Decreto Estadual n.º 50.374, de 19-9-68 — DO—SP de 20-9-68, p. 5).

CHA PRÊTO — ICM — Exportação — Isenção — Prorrogação do Prazo.

Fica prorrogado, até 31-12-68, o prazo de isenção do ICM nas exportações de chá prêto para o exterior (Decreto Estadual n.º 50 419, de 25-9-68 — DO—SP de 26-9-68, p. 4).

CITRUS — Aparecimento de Novas Doenças — Interdição de Pomares — Araraquara.

O Gabinete da Secretaria da Agricultura determinou a interdição dos pomares cítricos da zona Araraquara, atacados pela doença "definhamento dos citros", bem como da Fazenda Fortaleza no Município de Cajobi SAG—GB — Ato s/n.º, de 28-9-68 — DO—SP de 24-9-68, d. 13).

CITRICULTURA — Moléstia Desconhecida — Grupo de Trabalho.

O Gabinete do Governador do Estado instituiu, junto ao Gabinete do Secretário da Agricultura, um grupo de trabalho para estudar as causas de moléstia desconhecida que ataca os laranjais de Araraquara e de Cajobi (Palácio do Govêrno — GB — Resolução n.º 2.125 de 10-10-68 — DO—SP de 11-10-68, p. 11).

EMBALAGEM DE PRODUTOS — Grupo de Trabalho

O Gabinete do Palácio do Govêrno instituiu Grupo de Trabalho para estudos das diversas embalagens dos produtos agropecuários (Palácio do Govêrno — GB — Resolução n.º 2.127, de 10-10-68 — DO—SP de 11-10-68, p. 11).

FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUARIAS — Regulamentação.

A Secretaria de Agricultura regulamentou, para todo o território do Estado de São Paulo, a instituição de Feiras e Exposições Agropecuárias e Produtos Derivados, obrigando a participação da Secretaria de Agricultura, bem como fixando o Calendário Oficial Anual dos referidos certames (SA—GB — Portaria s/n.º, de 5-8-68 — DO—SP de 6-8-68, p. 12).

FORRAGEM — Entressafra — Comissão Especial.

O Gabinete do Palácio do Govêrno instituiu Comissão Especial incumbida de promover estudos e apresentar soluções visando no uso e produção adequada de forragens na entressafra (Palácio do Govêrno — GB — Resolução n.º 2.128, de 18-10-68 — DO—SP de 11-10-68, p. 12).

INDÚSTRIA PECUARIA — Financiamento — Limite Máximo — Alteração.

O Conselho do Fundo de Expansão Agropecuário estabeleceu em NCr$ 200.000,00 o limite máximo, por proposta, para financiamento dos itens constantes das prioridades estabelecidas na Resolução n.º 923, de 10-3-67, com exceção dos itens 3, 4.1.2 e 4.2, relativos a projetos de industrialização agropecuária e em NCr$ 1.000.000,00, o limite máximo, por proposta, para financiamento às indústrias agropecuárias, constantes dos itens 3, 4.1.2 e 4.2, das prioridades estabelecidas na mesma Resolução.

Ficam revogadas as Resoluções n.ºs 437, de 31-8-64; 448, de 31-8-64; 541, de 25-3-65; 810-A, de 18-8-66; 898, de 27-1-67, 995, de 3-8-67; 1 047, de 18-10-67 e n.º 1 214, de 16-4-68, esta última publicada no BLA n.º 21, p. 105.

Nas solicitações de empréstimos por interessados já beneficiados por financiamentos ainda não liquidados, diretamente ou como participante de condomínio, o valor das novas operações não poderá exceder de 30% do limite máximo de financiamento vigente na época de sua aprovação (SA—FEA — Resolução n.º 1 268, de 2-8-68 — DO—SP de 14-8-68, p. 12).

JUTA — Sacos de — ICM — Isenção — Prorrogação de Prazo.

Foi prorrogado até 31-12-68, o prazo de isenção do ICM, relativamente às saídas de sacos fabricados com juta, promovidas pelos respectivos fabricantes (Decreto Estadual n.º 49.955, de 10-7-68 — DO—SP de 11-7-68, p. 7).

LEITE CRU — ICM — Saída — Regime Especial "Ex-Officio".

A Coordenação de Administração Tributária autorizou a adoção do regime especial para a saída de leite cru.

O regime especial de que tratam estas Instruções sòmente se aplica ao estabelecimento destinatário de leite cru, ambos situados em território paulista, o segundo doravante denominado entreposto.

Fica dispensada a emissão de Nota do Produtor, relativamente às saídas de leite cru com destino ao entreposto.

No transporte de leite cru do estabelecimento produtor ao entreposto, deverá ser exibida, em substituição à Nota do Produtor, autorização autenticada pela repartição fiscal, contendo as seguintes indicações:

legislação agrícola

a) o título: "Autorização para transporte de leite cru sem nota do produtor — Instruções CAT n.º 8—68" (SF—CAT — Instrução n.º 8, de 2-10-68 — DO—SP de 3-10-68, p. 12).

LEITE — Festa — Batatais.

Foi instituída a "Festa do Leite", a ser realizada, anualmente, no mês de julho em Batatais (Lei Estadual n.º 10-176, de 23-7-68 — DO—SP de 24-7-68, p. 2).

MOTOMECANIZAÇÃO AGRICOLA — Serviços de — Gratuidade.

O Gabinete da Secretaria da Agricultura baixou instruções sôbre serviços de motomecanização agrícola a serem proporcionados gratuitamente a cada interessado pelo Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura.

Foram limitados ao valor máximo de 30 salários-mínimos vigentes na Capital, sendo de 400 salários-mínimos anuais o valor máximo global que poderão atingir as concessões gratuitas.

No corrente exercício, o valor máximo global das concessões gratuitas limitar-se-á a 140 salários-mínimos (SAG—GB — Ato s/n.º, de 16-9-68 — DO—SP de 24-9-68, p. 13).

MOTOMECANIZAÇÃO AGRICOLA — Tabela — Preços de

A Secretaria de Agricultura fixou e aprovou a tabela de preços dos serviços de motomecanização agrícola e o aluguel de implementos postos à disposição dos interessados pelo Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (DEMA) (SA—GB — Ato s/n.º de 22-8-68 — DO—SP de 23-8-68, p. 11).

PECUARISTA — Nota do Produtor — Nota Fiscal Avulsa — Livro "Registro do Movimento de Gado" — Prazo para Regulamentação.

Os Gabinetes dos Departamentos da Receita e dos Serviços do Interior recomendam à Fiscalização que aceite, até 31-7-68, no trânsito de mercadoria, a Nota do Produtor ou a Nota Fiscal Avulsa, desde que o documento seja emitido com observância das condições previstas no regulamento do impôsto de circulação de mercadorias.

Recomendaram, ainda, que a Fiscalização promova a inscrição dos pecuaristas mesmo sem a exibição do Registro do Movimento de Gado, onde se verificar a falta do livro, notificando os interessados a apresentá-lo, para autenticação, até 31-7-68. (GB—GI—GB — Comunicado s/n.º de 1-7-68, DO—SP de 2-7-68, p. 10).

REFLORESTAMENTO — Financiamento — Alterações.

O Conselho do Fundo de Expansão Agropecuária alterou o item 2.3 da Resolução n.º 293, de 10-3-67, que passa a vigorar com a seguinte redação:

2.3 — Reflorestamento
Essências: Pinus e Eucaliptus
Limites por interessado e por ano agrícola:
Eucaliptus — 5.000 pé mínimo de 250.000 máximo.
Pinus — 50.000 mínimo e 500.000 máximo.

O Reflorestamento será financiado apenas em áreas cujas condições não possibilitem melhor aproveitamento das terras (SA—FEA — Resolução n.º 1.269, de 2-8-68 — DO—SP de 14-8-68, p. 12).

REFLORESTAMENTO — Pinus e Eucaliptus — Financiamento — Prazos de Resgate.

O Fundo de Expansão Agropecuária alterou o item 2.3 da Resolução n.º 293, de 10-3-67, que passará a vigorar com a seguinte redação:

2.3 — Reflorestamento
Essências: Pinus e Eucaliptos
Limite máximo por interessado e por ano agrícola:
Eucaliptos — 1.200.000 pés, máximo
Pinus — 1.200.000 pés, máximo.

Para financiamento não serão observados limites mínimos de plantio e o reflorestamento será financiado em áreas cujas condições não possibilitam melhor aproveitamento das terras.

A Resolução n.º 8, de 18-1-62, foi alterada na parte que trata de prazos de resgate de financiamento, no sentido de fixar os prazos de amortização e resgate: 7 anos para investimentos em reflorestamentos com pinus, sendo 3 anos de carência, contados da data do respectivo contrato; 5 anos para investimentos em reflorestamentos em eucaliptos, sendo 2 anos de carência, contados da data dos respectivos contratos; 18 meses para investimentos em reflorestamentos com pinus e eucaliptos, quando o interessado se utilizar de incentivos fiscais previstos na legislação em vigor (SA—FEAP — Resolução n.º 1.312, de 2-10-68 — DO—SP de 8-10-68, p. 10).

SEMENTES E MUDAS — ICM — Grupo de Trabalho

O Palácio do Govêrno criou, na Secretaria de Agricultura, Grupo de Trabalho incumbido de fazer o levantamento das leis referentes à incidência do ICM no comércio de sementes e mudas, a fim de propor soluções capazes de compatibilizar êsse tributo com as leis federais e estaduais (Palácio do Govêrno — Resolução n.º 2.131, de 17-10-68 — DO—SP de 18-10-68, p. 3).

TÉCNICOS EM AGRICULTURA — III Encontro de — Oficialização.

A Secretaria de Agricultura oficializou o III Encontro de Técnicos em Agricultura a reunir-se, sob o patrocínio das emprêsas privadas, com a colaboração das entidades de classe e órgãos oficiais ligados às atividades rurais, nos dias 21, 22 e 23 de agôsto de 1968, na cidade de Serra Negra (SAG—GB — Portaria s/n.º de 4-7-68 — DO—SP de 5-7-68, p. 14).

TECNOLOGIA AGRICOLA — Seminário de Promoção de Alimentos — Grupo de Trabalho.

O Gabinete do Palácio do Govêrno instituiu Grupo de Trabalho na Secretária de Agricultura, para estudar a conveniência da realização da Bienal de Tecnologia Agrícola concomitante com o Seminário de Promoção de Alimentos (Palácio do Govêrno—GB) — Resolução n.º 2.122, de 2-10-68 — DO—SP de 3-10-68, p. 8).

TERRAS ALUVIAIS E VALES — Exploração e Uso

Fixando a política para a exploração e uso das planícies aluviais e vales do Estado, o Grupo de Trabalho de Uso Integrado de Águas-Solo, terá a incumbência de coordenar, no plano técnico, todos os estudos dos vales e bacias; propor prioridade para aproveitamento das terras aluviais; propor política de uso e exploração racional das terras aluviais e vales do Estado (SAG — Portaria s/n.º de 22-7-68 — DO—SP de 23-7-68, p. 11).

TERRAS PUPLICAS — Legitimação de Posse — Convênios — Autorização.

Fica a Secretaria da Justiça autorizada a firmar convênios com os municípios para a discriminação de terras públicas localizadas no circulo municipal e legitimação de posses alí encontradas.

Será dada preferência a convênios para a legitimação de posse de terras devolutas situadas no circulo municipal apuradas em ações discriminatórias já findas, propostas pela Fazenda Estadual (Decreto Estadual n.º 50.199, de 14-8-68 — DO—SP de 15-8-68, p. 3).

TRIGO — ICM — Regime Especial — Aquisição pelo Banco do Brasil.

A Coordenação da Administração Tributária resolveu autorizar a observância do regime especial para o pagamento do ICM incidente sôbre as operações efetuadas dentro do Estado e relativas à Circulação do trigo adquirido pelo Banco do Brasil.

O impôsto incidente sôbre as sucessivas saídas de trigo de produção paulista, quando decorrentes de compra, venda ou simples remessa realizada pelo Banco do Brasil, será por êste recolhido após a venda do produto a moinho situado no município de São Paulo, sendo a base de cálculo do impôsto o valor da operação.

O recolhimento do tributo será efetuado na Capital, até o primeiro dia seguinte ao da venda, mediante guia modêlo 3, preenchida em 6 vias, contendo, além dos demais requisitos exigidos, o nome, endereço e número de inscrição do Estado e no CGC do estabelecimento adquirente; o preço unitário; a quantidade vendida e o valor total de operação e, ainda, o nome do município produtor. O presente regime especial vigorará de 25-9 a 31-12-68 (ST—CAT — Instrução n.º 7, de 25-9-68 — DO—SP de 26-9-68, p. 18).

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII

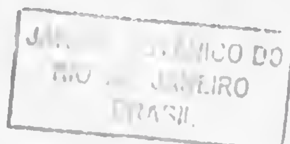
MARÇO ABRIL 1969



Uva do São Francisco

242

ÍNDICE



Reforma Agrária ... 2
Eng.º Ildefonso Simões Lopes ... 5
INDA — Homenageia 2.º Ano do Govêrno Costa e Silva ... 6
O Leite Cru — Uma Vergonha Nacional — Otto Frensel ... 9
Brasil terá Centro de Pesquisa Agrícola ... 10
Reminiscências — Um Precursor — Luiz Marques Poliano ... 11
Histórico — Marcelo Mendonça Raposo ... 12
Pesquisa Agrícola Obtém Expressivos Resultados nos Estados Unidos ... 19
Uso do Café ... 20
No Rio-Mar ... 21
Movimento Sindical Rural ... 22
INDA-SNA ... 23
Agricultura na Guanabara ... 24
Instantâneos de Gente da Roça — Tempos Mudados — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá ... 25
"A Lavoura" — Há 70 anos ... 26
A Feto Internacional ... 27
Solo e Saneamento — F. Glade Loughry ... 28
Flevoland Meridional ... 31
Livros e Publicações ... 32
Vida Cara — Remédios Inócuos — J. Sampaio Fernandes ... 33
Associação Brasileira de Juízes de Animais ... 34
Climas de Goiás — Adalberto Serra ... 35
Cultura do Caqui ... 40
Notícias e Informações ... 41
Legislação Agrícola ... 49
Agrônomos — Definem-se sôbre Reforma do Ensino — Eng.º Agrônomo José Calil ... 56

NOSSA CAPA:

Uva do São Francisco brevemente entrará nos mercados do sul.

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

MARÇO — ABRIL — 1969

Presidente da Sociedade
Eng.º Agrônomo

LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo

KURT REPSOLD

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

"REVESPE"

Representação de Revistas Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 601 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 42-2981 e 42-7050

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

REFORMA AGRÁRIA

Êste tema explosivo tem estado em evidência há anos nas cogitações do govêrno, do congresso e das classes interessadas, em todo o Brasil. Também outras classes e entidades inteiramente alheias à matéria a têm usado como meio de agitação e de propaganda política.

A lei vigente — o Estatuto da Terra — deverá ser substituída, segundo se anuncia, por uma outra, prometida como uma das metas prioritárias do Govêrno atual.

A nosso ver competiria, em primeiro lugar, aos nossos dirigentes e às classes interessadas definirem claramente o que se deve entender por reforma agrária, no seu todo e em seus variadíssimos aspectos. Para saber-se afinal por onde deve ser atacado o intricado problema, explorado pela chamada "classe política" e até por governos anteriores, com a predominância da idéia de que a "reforma" se resume no retalhamento de grandes propriedades, para posterior entrega dos lotes resultantes aos homens sem terra, para que êsses as trabalhem e as façam produzir.

Seria êsse, segundo um tal consenso simplista o caminho — pensam muitos — para que o homem do interior se transforme, de pária da vida brasileira, no agricultor próspero, capaz de atender às necessidades mínimas de sua família, e de propiciar o aumento da produção agrícola, pelo seu trabalho pessoal como proprietário rural, para afinal, concomitantemente, alcançar-se o indispensável aumento da nossa baixíssima produtividade.

A menos que, ao lado da distribuição dos lotes rurais, melhor diríamos da substituição da grande pela pequena propriedade, acudissem os responsáveis pela alta governança brasileira ao nosso lavrador deseducado, doente e sem recursos, com os meios capazes de lhe dar vitalidade e de o fazer utilizar adequadamente a terra, para que esta produza, e o compense pelo seu trabalho.

E neste capítulo, uma série inumerável de medidas conseqüentes, dependentes da aplicação maciça e variada de vultosos recursos, teria de ser adotada, sem o que a simples outorga do título de propriedade dos lotes rurais — a nosso ver — resultaria inócua.

Ocorre-nos, a propósito, a pergunta: seria apenas a subdivisão das grandes pelas pequenas propriedades o caminho certo para o aumento da produtividade agrícola e para a redenção do homem do interior?

É fato sabido que os Estados Unidos, de há muito, vêm *diminuindo* o número das suas propriedades rurais, e ao mesmo passo *aumentando* a área das que restaram. Porque só assim, segundo o entendimento dos técnicos do seu Departamento de Agricultura, poderá a atividade agrícola comportar o emprêgo generalizado da tecnologia, da mecanização e da comercialização dos produtos.

Dados já um tanto ultrapassados nos informam que, naquele país, havia, em 1941, 6.097.000 fazendas, reduzidas em 1953 para 5.384.000. No mesmo período, o tamanho médio da fazenda norte-americana crescia de 174 acres para 211. Decorridos três lustros, é possível que êstes números estejam muito modificados em favor da grande propriedade nos dias que correm.

Essa orientação, que colocou os americanos do norte na posição de celeiro do mundo, não seria talvez de fácil aplicação no Brasil, pois, para uma transformação, como a que lá se operou, teríamos de dispor de recursos financeiros e técnicos, inclusive humanos, com que, tudo indica, não poderemos contar tão cedo.

Mas há outro aspecto da reforma agrária que merece meditação. Por exemplo, o da entrega definitiva da terra ao seu futuro explorador. Em



EDITORIAL

tôrno do Estado da Guanabara, e mesmo dentro de sua área, alguns núcleos coloniais foram criados e o que se viu é que os seus beneficiários, após algum tempo, à vista da valorização das terras, passaram a reloteá-las e a fazer com elas negócios imobiliários, deixando a agricultura para trás.

Por que não seguirmos, no caso, o exemplo do cinturão verde de Brasília (se é que ainda perdura a orientação inicial), onde a terra é simplesmente *arrendada*, pelo prazo de trinta anos, renovável e transmissível, se realmente aproveitada na exploração agrícola?

Outro caso importante é a forma do pagamento da terra desapropriada. Um resumo da futura lei, divulgada pela imprensa, fala do pagamento em títulos ao detentor da área da propriedade e, em dinheiro, apenas das *benfeitorias*.

Haveria o risco de prejuízos resultantes do arbítrio que existirá certamente na avaliação de umas e de outras. Tôdas as leis se apresentam geralmente boas e justas. A sua execução — digamos, os seus resultados —, contudo, dependem do elemento humano que a interpreta e aplica, daí surgindo intoleráveis injustiças que conviria fôssem desde logo prevenidas.

O pagamento em títulos específicos é modalidade que não repugnaria aos nossos foros de nação onde ainda existe o direito de propriedade se fôssem fàcilmente liquidáveis. Porque, se assim não acontecer, quando a desapropriação atingir os níveis desejáveis, isto é, quando forem atendidos *todos* os sem terra, a sua profusão será tão grande que passarão a valer muito pouco. O que, então, farão com êsses papéis os seus detentores? Se tal viesse a ocorrer teríamos não uma desapropriação, mas uma autêntica espoliação — perdoem-nos a expressão malsinada.

Parece-nos que uma reforma agrária no Brasil deveria, antes de mais nada, cuidar de problemas básicos comuns à grande maioria dos brasileiros que labutam no campo. A terra, num país da extensão territorial do Brasil, afigura-se-nos, mesmo, problema secundário num plano de reforma agrária.

Por que, desde logo, não se aparelhar o Ministério da Agricultura e outros organismos oficiais ligados ao problema com meios e condições mínimas ao atendimento das necessidades mais prementes da vida rural do Brasil, como a educação, a saúde, o crédito, a assistência técnica e o fomento prático e em larga escala, ao invés de, como vem acontecendo, tolher-se a ação daquela Secretaria de Estado, com a retirada progressiva e crescente do seu âmbito de ação de setores vitais sôbre os quais não tem hoje qualquer ingerência?

Dêem-se ao Ministério da Agricultura recursos humanos e financeiros para que possa êle dedicar-se com afinco a uma profunda "Organização Agrária", ordenada e sem paixões, e, então, a distribuição da terra a agricultores capazes seria o corolário de uma legítima política de Reforma Agrária.

Veja-se o exemplo da Holanda. Após a conquista da terra ao mar, o Estado prepara as glebas destinadas aos agricultores e, sòmente depois de trabalhadas e testadas pela técnica e pelos recursos oficiais, oferecendo condições de exploração, é que são entregues aos seus destinatários sempre assistidos e amparados pelo poder público.

A terra, parece-nos, é afinal um componente da prática agrícola, dentre os inúmeros fatôres indispensáveis a uma agricultura atraente, progressista e rentável.



SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente	— FLAVIO DA COSTA BRITTO
2.º Vice-Presidente	— KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente	— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— LUIZ GUIMARAES JÚNIOR
3.º Secretário	— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
4.º Secretário	— SUBAEL MAGALHAES DA SILVA
1.º Tesoureiro	— RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

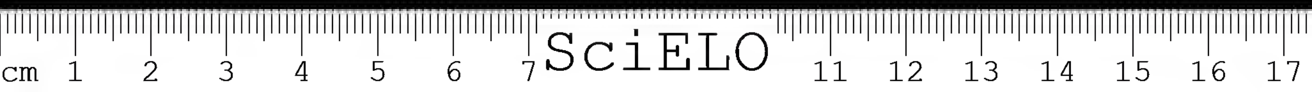
DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALBERTO TORRES FILHO
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITAO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
LUIZ HERMANY FILHO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAO BATISTA LUSARDO
JÚLIO CÉSAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS	*OCUPANTES*
1 — ENNES DE SOUZA	— Rafael da Silva Xavier
2 — MOURA BRASIL	— Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	— Geraldo Goulart da Silveira
4 — BARAO DE CAPANEMA	— Kurt Repsold
5 — ANTONINO FIALHO	— Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLAU BELLO	— Armênio da Rocha Miranda
7 — SYLVIO RANGEL	— Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEÃO	— Frederico Murtinho Braga
9 — LAURO MULLER	—
10 — MIGUEL CALMON	— Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	— Edgard Teixeira Leite
13 — SIMÕES LOPES	— Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	— Jayme Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	— Paulo Simões Lopes
16 — TRAJANO DE MEDEIROS	— Luiz Hermanny Filho
17 — PAULINO CAVALCANTI	— Luiz Guimarães Júnior
18 — FERNANDO COSTA	— Iris Meinberg
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	— Júlio César Covello
20 — GUSTAVO DUTRA	— Oswaldo Balarin
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE	— José Augusto Bezerra de Medeiros
22 — IGNÁCIO TOSTA	—
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO	— Fábio Luz Filho
24 — JOSÉ BONIFACIO	— Mário Penteado de Faria e Silva
25 — LUIZ DE QUEIROZ	— Francisco de Assis Iglésias
26 — CARLOS MOREIRA	—
27 — ALBERTO SAMPAIO	— Honório Monteiro Filho
28 — NAVARRO DE ANDRADE	—
29 — ALBERTO TORRES	— Rômulo Cavina
30 — SA FORTES	— Otto Frensel
31 — THEODORO PECKOLT	— Oswaldo Lazzarini Peckolt
32 — RICARDO DE CARVALHO	— Rômulo Joviano
33 — BARBOSA RODRIGUES	— José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA DE CAMPOS	— Sylvio Fróes Abreu
35 — AMÉRICO BRAGA	—
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	—
37 — MELLO LEITAO	— João Carlos Bello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	— Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	— Flávio da Costa Britto
40 — GETÚLIO VARGAS	— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acôrdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Kurt Repsold; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.



ENG.º ILDEFONSO SIMÕES LOPES



O "Diário Popular" de Pelotas de 26 de fevereiro último, insere e data venia **transcrevemos, o seguinte notícia:**

"Foi inumado nesta cidade, com íntimo e singelo cerimonial, o saudoso republicano histórico Doutor Ildefonso Simões Lopes, cujos restos mortais foram agora transportados do Rio de Janeiro pelos filhos do ilustre extinto, doutôres Álvaro e Luís Simões Lopes, que se encontram presentes entre nós.

Era velho desejo do saudoso varão pelotense repousar no seu mausoléu do cemitério de Pelotas, junto aos seus entes queridos, na terra onde nasceu e que tanto soube dignificar e amar profundamente. Tanto que, nos últimos instantes de sua preciosa vida, lamentou, pesaroso, não se encontrar na terra querida onde nascera. Da bela residência herdada de seus progenitores, fêz benemérita doação à utilíssima Creche São Francisco de Paula. Esta é uma das quarenta e tantas instituições pias mantidas quase exclusivamente pela generosidade do nosso povo. Confirma isso o que disse Ildefonso Simões Lopes em erudita conferência na Biblioteca Pública:... "Terra de uma caridade clássica e sem limites...".

Foi, pois, plenamente cumprida, por seus dignos filhos, sua derradeira vontade de vir repousar definitivamente ao lado de seus venerandos pais, os beneméritos conterrâneos Visconde e Viscondessa da Graça, de sua idolatrada espôsa, de sua querida filha, bem como de seus irmãos, tios, sobrinhos, inúmeros parentes e dedicados amigos, a quem dedicou, durante sua existência, especial afeição e carinho".

Logo após o seu falecimento, a 4 de dezembro de 1943, foi o ilustre brasileiro e saudoso Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura sepultado no jazigo n.º 1.837 — F — Quadra 2 do cemitério de São João Baptista, nesta cidade do Rio de Janeiro.

Quando das comemorações do centenário de seu nascimento, a 19 de novembro de 1966, como parte do programa então realizado, uma grande romaria visitou o seu túmulo, tendo, na ocasião, usado da palavra o antigo deputado pelo Rio Grande do Sul, Prof. Raul Bittencourt, que pronunciou de improviso, lindo e comovido discurso, em nome não só da SNA como da Fundação Getúlio Vargas, da FARSUL e da Liga de Defesa Nacional.

Com a trasladação, agora, dos seus restos para Pelotas, cumpriu-se a vontade final do ilustre homem público. Esta nota é complemento das notícias que, a propósito do seu centenário, "A Lavoura" publicou nos números de nov/dez de 1966 e jan/fev. de 1967.

INDA

HOMENAGEIA 2º ANO DO GOVÊRNO COSTA E SILVA COM INTENSA ATIVIDADE NO SUL DO PAÍS

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, através de seu presidente, sr. Dix-Huit Rosado, participando das comemorações do segundo aniversário do govêrno do Marechal Artur da Costa e Silva, cuja sede foi instalada nessa ocasião no Paraná, fêz entrega de um total de NCr$ 1.962.380,82 em recursos financeiros destinados a atividades de desenvolvimento agrário no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, incluindo-se nesta programação assinatura de diversos convênios, inauguração de vários empreendimentos de vulto e entrega de cem títulos de posse a colonos do Núcleo Colonial de Papuan, em Santa Catarina.

PARANÁ E S. CATARINA

No Estado do Paraná o presidente do INDA fez entrega de um total de NCr$ ...... 731.059,18, dos quais NCr$ 200 mil para eletrificação rural a cargo da Cooperativa Mista Agropecuária de Witmarsum; NCr$ 10 mil para manutenção do Hospital Vicentino de Paula; NCr$ 50 mil para administração de curso sôbre plantas tóxicas a cargo da Universidade do Paraná; NCr$ 37.153,26 ao Departamento de Águas e Energia Elétrica para aplicação em programa de eletrificação rural de Pelotina e ao mesmo Departamento de Energia Elétrica mais uma parcela de NCr$ 258.905 92 que serão empregados em eletrificação rural na área de Arapoti; NCr$ 25 mil para instalação de Cursos de Treinamento por intermédio da Obra Cultural Santa Maria e NCr$ 150.000,00 para a Sociedade Rural Norte do Paraná adquirir máquinas perfuratrizes, sendo assinados na mesma ocasião os seguintes convênios: com a Secretaria de Agricultura, para aplicação no ensino agrícola — NCr$ 40 mil; com a Sociedade Rural Norte do Paraná, para agropecuária — NCr$ 50 mil; e com a Universidade do Paraná, visando à instalação e manutenção de Centro de Treinamento — setor de ensino agrícola superior — cêrca de NCr$ .... 100.000,00. Santa Catarina recebeu do INDA, nessa oportunidade, só para aplicação em eletrificação rural, a importância de NCr$ ..... 325.647,64, participando o sr. Dix-Huit Rosado da inauguração da linha de Eletrificação Rural Curitibanos/Núcleo Celso Ramos/ Estadual/ Triticola e efetuando a entrega de 100 títulos de posse aos colonos dos lotes rurais do Núcleo de Papuan.

RIO GRANDE DO SUL

Dentro da programação com a qual o INDA, ao mesmo tempo que desenvolve sua política de atuação no sul do País, presta justa homenagem ao dinâmico govêrno do marechal Artur da Costa e Silva, congratulando-se com o transcurso do seu segundo aniversário, foram destinados e liberados NCr$ .... 715.574,00 para os programas de desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul, com a seguinte distribuição: à Cia. Estadual de Energia Elétrica, para a segunda etapa de trabalhos de eletrificação rural, NCr$ 100 mil; para o Projeto de Eletrificação Rural de Ibirubá — NCr$ 100 mil; para a SASE, para instalação de Cursos de Treinamento, NCr$ 75 mil à Secretaria de Agricultura — trabalhos de levantamento de solos, NCr$ 88 mil; com a mesma Secretaria de Govêrno para Cursos de Treinamento Agrícola, NCr$ 100; destinados à Universidade Federal do RS para emprêgo em treinamento profissional no nível superior NCr$ 74 mil; para cursos de treinamento na Faculdade de Zootecnia da Pontifícia Universidade Católica, NCr$ 60 mil; a serem aplicados no término das obras do Aprendizado Agrícola Pres. Dutra, em Taquari, NCr$ 31.574,00; para aplicação no programa de clubes agrícolas da Juventude Rural a cargo da Secretaria de Educação e Cultura NCr$ 22 mil; recursos destinados ao DAC — Secretaria de Economia — para a assistência ao cooperativismo NCr$ 50 mil e à Sociedade Rio-Grandense de Assistência aos Lázaros (ajuda financeira) cêrca de NCr$ 15.000,00.

Além da entrega de recursos e assinaturas de convênios o presidente do INDA compareceu à inauguração de uma rêde elétrica em Ibirubá, com 28 km de extensão, a qual beneficiará 130 propriedades rurais e 4 indústrias; inauguração da aparelhagem de raios X do Hospital Beneficente Anes Dias, em Ibirubá, equipamento doado pelo INDA; instalação do Serviço de Conservação de Solos, fruto de acôrdo entre a autarquia e órgãos governamentais gaúchos,

também no município de Ibirubá, inauguração de linha de eletrificação rural no município paranaense de Palmeira, na Rodovia do Café, a 55 km de Curitiba, e inauguração do Pavilhão de Atividades Rurais e de Técnicas Agrícolas e Industriais do Aprendizado Agrícola Presidente Dutra, na localidade Taquari, todos empreendimentos realizados graças à ação integrada do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.

OUTORGA DE ESCRITURA

Foi autorizada pelo INDA — Instituto Nacional do Desenv lvimento Agrário — outorga de esritura definitiva da Chácara Urbana 13-A, da Gleba Um de Bloco situado no Núcleo de Papuan. Foram beneficiados com a providência inúmeros cessionários daquele Núcleo, localizado no Município de Treze Tiliamo, Estado de Santa Catarina. Mesma providência foi tomada em favor de vários cessionários de lotes rurais de segunda zona do Núcleo Colonial de Dourados, Mato Grosso.

APROVADOS PROJETOS DE LOTEAMENTOS EM SÃO PAULO

O Conselho Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, aprovou, em recente reunião, os projetos de loteamentos denominados "Jardim Somara" e "Jardim Reimberg", localizados no subdistrito de Santo Amaro, município de São Paulo, Estado de São Paulo. Estas áreas serão aproveitadas para a formação de 817 lotes urbanos, para fins de expansão residencial e comercial.

LAVRADORES RECEBEM LOTES DO INDA

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, atendendo decisão do seu Conselho Diretor, resolveu autorizar a outorga de escrituras definitivas a 24 lavradores, de igual número de lotes rurais da Segunda Zona do Núcleo Colonial de Dourad s, no Estado de Mato Grosso.



Flagrante da assinatura do Convênio: pelo INDA o Presidente Dix-Huit Rosado e pelo MEC o Ministro Tarso Dutra.

INDA firma Convênio com MEC — Ensino Agrícola —

Cumprindo programação de apoio integrado para desenvolvimento do ensino agrícola em vários níveis o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura celebraram dois convênios, nos quais a autarquia contribuirá com um total de NCr$ ... 198.000,00 em recursos. Os documentos firmados pelo presidente do INDA, sr. Dix-Huit Rosado e pelo Ministro da Educação, sr. Tarso Dutra, prescrevem a aplicação de NCr$ 98.000,00 para as obras de ampliação das instalações do Colégio Agrícola de Uberlândia e NCr$ ...... 100.000,00 para as obras de ampliação do Centro de Treinamento de Professôres de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul.



O Sr. Dix-Huit Rosado em palestra com o Ministro Tarso Dutra pela ocasião da assinatura do Convênio.

EXPANSÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou projeto de loteamento que visa à formação de 86 lotes para fins de expansão residencial e comercial no Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, área de 45 mil metros quadrados, denominada Vila Nova Independência.

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO NORDESTE

Objetivando o prosseguimento das obras de eletrificação rural do Rio Grande do Norte, realizadas pela Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste, através de convênios com o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, resolveu o INDA prorrogar a vigência dos aludidos convênios até junho do ano em curso.

Idêntica providência foi adotada, com prazo até dezembro do ano em curso, para realização de estudos para eletrificação rural no Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe.

LÍDERES RURAIS PARA O RJ

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, através de sua Delegacia Regional do Estado do Rio de Janeiro, promoveu a realização de um curso de caráter intensivo para a formação de Técnicos destinados aos Clubes Agrícolas.

As atividades curriculares compreenderam matérias de implantação de práticas agrícolas, organização, zootécnica, veterinária e economia doméstica, estudo da liderança e líderes, relações humanas, processos de comunicação e recursos audiovisuais Cêrca de 29 treinandos concluíram o curso, em solenidade realizada no dia 1 de março de 1969, na Universidade Rural.

NÔVO NÚCLEO DE COLONIZAÇÃO

Mais uma unidade de colonização oficial vem tendo sua instalação providenciada pelo INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — e cuja localização beneficiará a área compreendida à margem direita da rodovia Uberlândia — Monte Alegre, na região do Triângulo Mineiro. Situado em terras oficialmente consideradas de utilidade pública, o nôvo núcleo será implantado conforme convênio firmado entre a autarquia de desenvolvimento agrário e o Govêrno mineiro.

EXTENSÃO RURAL NO NORDESTE

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — concedeu autorização visando prorrogação do prazo de vigência de convênio celebrado entre a autarquia e a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, situada em Juàzeiro, na Bahia. O documento prevê desenvolvimento e emprêgo de recursos em atividades de extensão rural, na área daquele Estado nordestino.

INDA APROVA PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA

Em decisão de seu Conselho Diretor o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou o Plano Nacional de Assistência Técnica e Diretrizes Gerais para Integração de Serviços de Assistência Técnica denominados, respectivamente, pelas siglas PLANATE e ISATE. Através da ISATE ficam aprovadas as diretrizes gerais a serem consideradas nos têrmos de ajuste a se estabelecerem entre a autarquia e as entidades associativas do meio rural de 1.º e 2.º graus, Cooperativas Agropecuárias e Sindicatos, visando à integração de programas de assistência técnica nas respectivas unidades da Federação.

INDA AJUDA FLAGELADOS DE ALAGOAS

Em face das tristes ocorrências provocadas pelas enchentes em Alagoas o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — abriu crédito de NCr$ ...... 50.000,00 em recursos à disposição do govêrno alagoano para ajuda aos flagelados daquela região. É o seguinte o teor do telegrama enviado pelo presidente do INDA ao governador Lamenha Filho:

"Levando em consideração necessidade providências urgentes autorizei ajuda cinqüenta mil cruzeiros novos *ad referendum* Colendo Conselho Diretor INDA pt Portador aí amanhã entregará cheque Palacio sds Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia presidente do INDA.

XXXI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DE CAMPO GRANDE

Visando ao maior brilhantismo da XXXI Exposição Agropecuária e Industrial de Campo Grande, em Mato Grosso, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou contribuição de recursos financeiros na importância de NCr$ 10.000,00. O acontecimento, que é promoção da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, será realizado de 20 a 27 de abril próximo. A mesma associação receberá do INDA NCr$ 18.000,00 para construção de um poço artesiano e caixa de distribuição.

INDA DESTINA RECURSOS PARA AGROPECUÁRIA

Em cerimônia realizada no gabinete da presidência do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — foi celebrado convênio entre a autarquia e o Banco Nacional do Crédito Cooperativo — BNCC — pelo qual o INDA destina cêrca de NCr$ 500.000,00 para financiamento de empreendimentos agropecuários, a serem veiculados e movimentados por aquêle estabelecimento oficial de crédito. Participaram do ato além dos presidentes dos dois órgãos o sr. Dix-Huit Rosado Maia pelo INDA e o Sr. José Pires de Almeida pelo BNCC, o coordenador da autarquia, sr. João Seabra de Mello, o diretor do Banco, sr. José Tocantins, e outros funcionários do gabinete da autarquia federal de desenvolvimento agrário.

O LEITE CRU

uma vergonha nacional!

OTTO FRENSEL

Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura.

Por incrível que possa parecer, mas não a quem lida com os lacticinios brasileiros há cinqüenta anos, como o autor destas linhas, o nosso artigo com o título acima, que se encontra no número (135) de setembro de 1958, não passou de mais uma pregação no deserto, continuando tão atual, como há dez anos passados. É o que nos ocorre diante da leitura do seguinte documento que foi dirigido por lacticinistas paranaenses ao Sr. Ministro da Agricultura em maio do ano passado:

"Com base nas justificativas abaixo, vimos propor nova redação ao atual Art. 509, do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, baixado pelo Decreto n.º 30.691, de 29-3-52, modificado pelo Decreto n.º 1.255, de 25-6-62.

Diz atualmente o referido texto:

"Art. 509. Nas localidades onde existir usina de beneficiamento de leite, não é permitida a venda de leite cru, não podendo a autoridade estadual ou municipal dar concessão para o comércio dêste tipo de leite".

É sabido que a pasteurização do leite visa a defender a saúde do povo. Impõe-se a medida, òbviamente, o que dispensa maiores justificativas.

Todavia, temos notado, na prática, que o dispositivo está incompleto para satisfazer as necessidades que o progresso vem trazendo neste vasto Brasil. É necessário que a legislação atinente à matéria se adapte às reais necessidades, acompanhando o progresso.

Propomos a seguinte redação para o artigo:

"Art. 509. Nas localidades onde existir usina de beneficiamento do leite, não é permitida a venda de leite cru. A proibição estende-se, também, às localidades circunvizinhas, que sejam atendidas com leite pasteurizado, ainda que nestas não haja usina. Não podendo, nestes casos, a autoridade estadual ou municipal dar concessão para o comércio de leite cru".

Impõe-se a nova redação pela situação atual do País, em franco desenvolvimento.

Com a existência de mais e maiores usinas de leite, principalmente de cooperativas organizadas pelos próprios produtores, pode-se perfeitamente atender às necessidades de um município ou localidade, bem como localidades circunvizinhas.

Por exemplo: No município de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, há usinas de pasteurização e beneficiamento de leite capazes de atender ao consumo da cidade pròpriamente dita e cidades circunvizinhas. Não fôsse essa possibilidade no ABC, ou seja, nas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, poderia fàcilmente proliferar o leite cru, o que seria um contrasenso. Mas a legislação específica não atende a estas particularidades, daí a necessidade da nova redação proposta. Há conveniência de se estender a obrigatoriedade do consumo de leite pasteurizado mesmo nas localidades circunvizinhas, ainda que não haja usina própria, mas que perfeitamente possa ser atendida, a bem da saúde da massa consumidora, do povo.

Em nosso Estado, o Paraná, dá-se a mesma circunstância. No norte do Estado, há uma seqüência de cidades em franco progresso e desenvolvimento, mas nem tôdas dotadas de usinas de beneficiamento. Ora, para se instalar uma usina de beneficiamento em cada localidade ou município, não é possível, dado o volume de investimentos, e o estabelecimento beneficiaria um **quantum** antieconômico de leite, o que tornaria deficitária e impossibilitaria o seu normal funcionamento, aliás como vem acontecendo, em alguns casos.

Fàcilmente se infere a necessidade de se tornar obrigatório o **consumo exclusivo** de leite **pasteurizado** também nestas localidades, nas circunvizinhanças, das em que haja usina de leite.

A saúde acima de tudo! Defendê-la é imperativo nacional.

Poderíamos citar outras localidades neste vasto País, que se encontram em idênticas situações, mas quer nos parecer que os exemplos são objetivos, representam a realidade, e o óbvio não precisa ser aprovado.

Submetemos às Autoridades constituídas a aprecia-

ção da proposição, contando mereça a necessária atenção que o caso requer.

A adaptação do dispositivo legal no sentido de tornar obrigatório o consumo de leite pasteurizado é um imperativo na defesa da saúde do Povo Brasileiro, e o que se pretende alcançar nesta legislação específica".

Façamos votos para que os autores dessa exposição tenham mais sorte e não venham a se considerar, muito em breve, componentes do grupo dos pregadores no deserto. Parece incrível que uma causa tão justa, que visa a proteger o produtor e o consumidor, não consiga sequer fazer executar o Artigo 509 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal que data de 29 de março de 1952. Alguém já se lembrou de fazer a conta das crianças mortas ou dos doentes sobreviventes, causados por tamanho desleixo de 16 anos?

Entretanto, como cúmulo de ainda maior gravidade, em carta de 30 de agôsto p.p., o Sr. Dr. Paulo Ebling Rodrigues, Secretário Executivo do GELACTISUL — Grupo Executivo da Política de Desenvolvimento da Produção, Beneficiamento, Industrialização e Consumo de Leite e Lacticínios, entre outras, nos faz a seguir gravíssima comunicação:

"Recentemente a proibição da venda de leite cru por parte da Secretaria de Saúde em um município dêste Estado, onde opera usina de beneficiamento de leite, deu origem a um mandado de segurança por parte dos "leiteiros" aos quais foi concedida a liminar e em recursos "ex-ofício" na 4.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado tiveram a sentença mantida por voto unânime dos três desembargadores que arbitraram o assunto. Ficou assim estabelecida a jurisprudência sôbre o assunto e levantada a tese de que o "Comércio de leite cru não é ilegal mesmo nas cidades onde exista estabelecimento de beneficiamento de leite". Esta tese defende a ilegalidade do Artigo 509 do Decreto Federal n.º 30.691 de 30 de março de 1952, inclusive, em face do Código Brasileiro de Alimentos e leis anteriores que tratam de saúde pública".

Apoiamos integralmente as sugestões para que se procure enfrentar tão grave situação e, como primeiro passo neste sentido, fazemos a presente divulgação, esperançosos de que, ao menos desta vez, sejam lidas e meditadas as nossas presentes linhas, tendo presentes os justos direitos ao menos das inocentes crianças do Brasil de amanhã!

BRASIL TERÁ CENTRO DE PESQUISA AGRÍCOLA

Realizou-se, nos salões da Sociedade Hípica de Campinas, a reunião para a comunicação da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Agrícolas da Elanco.

Para tanto, estiveram reunidos naquela cidade paulista, representantes do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Prefeitos de cidades vizinhas a Campinas e autoridades locais. Na ocasião, o Sr. Hans Schlochauer, gerente-geral, participou aos presentes os planos para as atividades do Centro Brasileiro de Pesquisas Agrícolas da Elanco. Êste centro não se limitará a uma localidade única mas conduzirá experiências em várias áreas do país e terá como principais objetivos: o aperfeiçoamento e a adaptação de produtos agrícolas novos para as condições brasileiras; a pesquisa e o estudo de novas técnicas agrícolas; o intercâmbio cultural entre pesquisadores e estudantes de agricultura, principalmente o intercâmbio internacional de conhecimentos, uma vez que o Centro Brasileiro estará ligado aos outros Centros de Pesquisas da Elanco nos Estados Unidos e aos outros pesquisadores da companhia na Europa, Médio Oriente, Oriente e África.

A gerência do Centro Experimental estará a cargo do Dr. Aldo Alves, engenheiro agrônomo formado pela Escola Luís de Queiroz, de Piracicaba, e doutorado na Purdue University nos Estados Unidos, sob a supervisão do Dr. Raymond Donald Hicks, ex-docente da Universidade de Missouri, EUA. Estiveram presentes ao evento, além dos diretores da emprêsa no Brasil, os Srs. Cliff Birkett, vice-presidente da Elanco Internacional, Jackson Nave, Diretor de Área da América Latina e Dr. Edwin Adler, diretor de Pesquisas do Centro de Pesquisas Agrícolas da Lilly, em Greenfield, Indiana, EUA, que se encontram há duas semanas em nosso país para conhecer melhor as condições de nossa agricultura. O Centro Brasileiro de Pesquisas Agrícolas da Elanco será o sexto em todo o mundo e o primeiro na América Latina.

Luiz Marques Poliano

UM PRECURSOR

O fundador e primeiro presidente da SNA — o Dr. Antônio Ennes de Souza — era um republicano extremado. E tão extremado que, derrubada a nossa mansa e democrática Monarquia, sob a qual vivemos durante mais de sessenta anos, mandou arrancar do gradil do Campo de Santana os escudos do Império, substituindo-os pela estrêla republicana. Disto resultou um chocante anacronismo: enquanto no escudo do regime implantado por Deodoro se lia a era de 1889, no ferro artístico que encimava (e ainda hoje) os portões do belo parque, se achava inscrito o ano de 1873 — data de inauguração do parque, planejado por Glaziou.

A fobia monárquica do Dr. Ennes de Souza o levava a excessos, como o de mandar fundir as matrizes dos célebres "olhos de boi" — de alto valor filatélico, já naquela época, dado o fato de que o nosso país foi um dos primeiros a seguir o exemplo da Inglaterra, adotando o sêlo postal.

Os gradis, um prefeito os removeu recentemente, corrigindo a aberração. Mais recentemente ainda, o atual Governador os restabeleceu, sem as armas da República, é claro. Foram, assim, sanados dois erros: o da data e o da liberdade que os marginais de tôda espécie tiveram, retirados os gradis, de tornar o jardim impraticável às famílias e principalmente às crianças.

Mas a digressão já vai longe e o que nos interessa é ressaltar o pioneirismo do fundador da SNA no setor da assistência social no Brasil, que êle realmente o foi, nos albores do século, quando na direção da Casa da Moeda.

As violências citadas, deploráveis, inegàvelmente, não nos devem contudo levar a uma condenação sumária e de plano ao antigo professor de Metalurgia da Escola Politécnica, pois muita coisa fêz êle de bom para o Brasil.

A começar, evidentemente, pela sua idéia e ação, ao fundar a SNA, demonstrando profunda devoção aos problemas agrícolas, então muito agravados com a abolição da escravatura.

Sofreu oposição e injustiças, inclusive na Casa da Moeda, onde teve de enfrentar processos até de *desfalque!*

Relatemos o fato: em comêço de 1900, desapareceram da quase tricentenária casa de cunho do Brasil, selos adesivos e de consumo, logo lançados no mercado. A comissão de sindicância nomeada para apurar a irregularidade, convencionou capitular como desfalque um *furto de material*, já que os selos não haviam sido sequer arrolados na Tesouraria.

Apesar da tendenciosidade e do empenho da Comissão, o Dr. Ennes foi responsabilizado apenas *moralmente*, após a identificação dos operários e funcionários da Repartição, autores do delito.

No decorrer do processo a Comissão atentou para assuntos completamente estranhos ao objeto do inquérito, para fazer acusações ao Diretor, acusações essas que, hoje, seriam elogios e muito enalteceriam a personalidade do ilustre doutor em Ciências Físicas e Naturais, pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Zurique.

Eis uma das acusações que hoje constituem matéria obrigatória de lei e até de programas de govêrno: "Mantinha-se no estabelecimento uma escola de instrução primária, freqüentada pelos aprendizes operários em horas de trabalho, correndo a despesa do material e pessoal por conta dos cofres da União". Verificou também a Comissão a "existência de uma farmácia onde, segundo o livro de registro, aviavam-se, desde 1893, centenas de receitas, sem que os empregados e os operários e até o próprio médico do estabelecimento indenizassem os cofres públicos do valor dos medicamentos adquiridos no mercado".

Pela conclusão da Comissão, nesse tempo, era crime alfabetizar e dar assistência médica...

O Dr. Ennes de Souza se mostrava, assim, adiantado de seus contemporâneos em mais de meio século. E o resultado dêste seu trabalho ficou patenteado nos anos a seguir, quando os aprendizes que alfabetizou, e aos quais deu assistência médica, se transformaram nos esplêndidos artífices e artistas que, muitos dêles, chegaram aos nossos dias.

Café

"HISTÓRICO"

Marcelo Mendonça Raposo

O café, não obstante as controvérsias, segundo Rogério de Camargo e Adalberto de Queiroz Teles Jr., no livro: "O Café no Brasil — Sua aclimatação e industrialização — Vols. I e II — Série Estudos Brasileiros n.º 4 — SIA — Ministério da Agricultura — 1953 — 1.252 páginas, é originário da Etiópia, na África.

A sua introdução no Brasil remonta ao século XVIII, quando trazido, em 1727, pelo sargento-mor Francisco de Mello Palheta, da Guiana Francesa, que ali havia ido em missão oficial. Vieram em mãos daquele sargento-mor, além de grãos, cinco mudinhas de café que foram plantadas em Belém do Pará, com sucesso. No ano imediato deu-se também o plantio do café no Estado do Maranhão e, em seguida, em Estados vizinhos a êste, até que em 1770 foi a sua cultura introduzida na Bahia.

A caminhada do café não parou, tomou vulto e já no fim do século XVIII deu-se o início do seu plantio nos Estados do Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Com a sua implantação nestes dois últimos Estados, surgiram também as primeiras lavouras comerciais. Sôbre a introdução da cultura cafeeira no Estado de São Paulo não há referências exatas sôbre a época em que isto se verificou, havendo a suposição de que tal tenha ocorrido por volta do ano de 1790.

No Brasil o café tem se destacado sempre como uma cultura migratória. De início o líder na produção foi o Estado do Rio de Janeiro, até 1894, passando, sucessivamente, esta liderança a Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Paraná.

Esta característica migratória da lavoura cafeeira, inclusive com o abandono das plantações que já não ofereciam bons resultados para o lançamento de outras em terras novas e vigorosas, trouxe o desbravamento de áreas, as quais permitiram fôssem ampliadas as nossas agricultura e pecuária.

Não obstante a expansão do café entre nós, na forma acima citada, só depois de 1820 é que o Brasil foi considerado, realmente, um país produtor de café. Do Brasil Colônia, consta que se remetiam, de tempos em tempos, algumas partidas de café para Portugal, mas em quantidades tão pequenas que não foram anotadas na época. A verdadeira era do café no Brasil começou logo após a proclamação da nossa Independência e sabe-se que já em 1850 éramos o primeiro produtor do mundo, com uma colheita que representava 45% da produção mundial, posição que ainda sustentamos até o presente instante, apesar dos fatôres adversos com que tem contado a nossa principal atividade agrícola.

Ainda sôbre a implantação da cultura cafeeira no Brasil, vamos encontrar no livro "Cultivo e Adubação do Cafeeiro", de C.A. Krug e outros, edição do Inst. Brasileiro de Potassa — Experimentações e Pesquisas — São Paulo — 1963 — 259 páginas, as seguintes considerações:

... "Embora, em contrapartida, o café com a sua migração, fôsse tornando as antigas zonas de produção em regiões estagnadas ou mesmo decadentes, não restam dúvidas que foi êle o principal propulsor do desenvolvimento então verificado em tôda a economia brasileira, o que se deu não só pela abertura de novas áreas e incorporação dêsses extensos recursos naturais na economia do País, mas principalmente pela alta soma de divisas propiciadas pela venda do café, nos mercados estrangeiros.

Os dados apresentados no quadro a seguir permitem apreciar não só a evolução da produção no Brasil, mas também a mudança de importância dos vários Estados em sua produção, à medida que o cultivo ia se deslocando à procura de terras novas e férteis.

Por êsses dados pode-se verificar que foi efetivamente quando o café se adentrou no Estado de São Paulo que se constatou um grande incremento de sua produção que, na ocasião, atingiu o máximo na safra de 1933/34 (veja parte inferior no quadro, onde constam os anos de maior produção — no período analisado — do Estado do Rio, de São Paulo e do Paraná), quando São Paulo produziu 21,8 milhões de sacas, volume que até hoje não foi atingido por qualquer outro Estado produtor. Nessa época, a pro-



Colheita bem feita e na época oportuna influi muito na qualidade do café

dução paulista representava parcela significativa da produção nacional. Na década de 30, com as grandes produções verificadas, o setor café enfrentou a sua maior crise, repetindo-se, em escala bem mais intensa, os reflexos de ciclos de alta produção e baixos preços, que já em ocasiões anteriores tinham determinado uma série de intervenções governamentais, no mercado de café. Naquela ocasião, a coincidência de grande produção com acentuada queda no consumo mundial, motivada pela crise econômica de 1929, tornou o problema mais profundo, acarretando sérias repercussões, na economia de nossa agricultura. A partir dessa ocasião, inicia-se nova fase de transição dêsse setor com a implantação de uma nova agricultura comercial, baseada principalmente no algodão, rompendo assim o tipo tradicional de monocultura que então vinha prevalecendo de maneira nítida. Com as alterações na estrutura de típica fazenda de café, foram igualmente se intensificando outros cultivos comerciais para atender o próprio mercado interno — arroz, milho, frutas, oleaginosas etc.

Essa difícil fase da cafeicultura brasileira se estendeu praticamente até o fim da 2.ª Guerra Mundial, quando, em face de incrementos na procura mundial de café e da diminuição de colheitas, verificaram-se novas fases de preços remuneradores, o que determinou nova corrida para o café, não só em São Paulo, mas principalmente no norte do Paraná. A êsse respeito podem-se citar dados bastante elucidativos, pois êsse Estado que apresentava no qüinqüênio de 1950/54 uma produção média de 3,3 milhões de sacas atingira no fim do qüinqüênio seguinte, isto é, na safra de 1959/60, a sua produção recorde, isto é, 20,4 milhões de sacas, cabendo ainda ressaltar que esta evolução seria ainda mais impressionante se não ocorressem as geadas de 1953 e 1955. Foi igualmente com essa grande produção paranaense que terminou o período de hegemonia de São Paulo na produção nacional de café.

QUADRO 1 — Produção Exportável de Café no Brasil — 1.000 sacas 60 Kg.

Média de décadas e safras	Estado do Rio	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Outros	Total Brasil
1881/90	3.626	1.853	—	—	—	—	5.479
1891/00	3.114	4.116	—	—	—	—	7.230
1901/10	1.094	9.252	2.772	511	—	202	13.831
1911/20	812	9.305	2.446	670	—	158	13.391
1921/30	945	11.131	3.445	1.249	175	309	17.254
1941/50	469	7.874	2.638	1.655	1.062	364	14.062
1951/60	242	8.618	3.261	14.923	5.867	527	20.438
1880/81	4.402	1.204	—	—	—	—	5.606
1933/34	905	21.850	4.062	1.859	600	358	29.634
1959/60	362	15.601	4.494	1.907	20.410	947	43.816

FONTE: Instituto do Café do Estado de São Paulo D.N.C. e I.B.C.

Naquela mesma safra de 1959/60 o Brasil obteve a sua produção recorde, com colheita de 43,8 milhões de sacas, volume superior ao consumo dêste mesmo período. O recorde anterior tinha sido já assinalado de 29,6 milhões — na safra de 1933/34 — nível êsse que no entanto foi posteriormente suplantado, por mais duas vêzes — 29,8 milhões em 1960/61 e 35,9 milhões na safra seguinte de 1961/62.

Essas grandes produções obtidas, superiores às possibilidades de absorção pelos mercados importadores, determinaram a acumulação de grandes excedentes que novamente pressionaram o mercado, causando nova fase de preços desfavoráveis aos cafeicultores, que vem caracterizando a corrente situação interna do café".

Esta situação de produção trazendo excesso sôbre o que se pode exportar vem preocupando as autoridades governamentais, fazendo com que sejam adotadas medidas que possam corrigir tal situação, sendo uma delas adotada em 1961, a "Erradicação e Diversificação".

ERRADICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO

Esta surgiu de estudos feitos pelo Instituto Brasileiro do Café com a criação do Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA).

As metas principais do GERCA na execução de seu Plano Diretor previam: a erradicação, em dois anos, de 2 bilhões de cafeeiros antieconômicos — considerando-se, como tal, os cafèzais cuja produção por mil pés não excedesse a 360 kg (6 sacos de café beneficiados), na média dos três anos que antecederam a introdução do plano; a renovação de 500 milhões de cafeeiros em bases racionais, com a possibilidade de produção de 6 milhões de sacas; a diversificação de cultura nas áreas liberadas pela erradicação. Na fonte em que obtive estas informações sôbre a "Erradicação e Diversificação" — Subsídios Para Uma Política Nacional do Café — do Departamento de Estudos Econômicos e Sociais da C.S.A. — Confederação Nacional da Agricultura — Rio de Janeiro — abril de 1967 — 202 páginas, diz mais, entre outras considerações, o seguinte: além dêsses objetivos principais, previa o plano outras metas secundárias, compreendendo um conjunto de investimentos em setores de industrialização de produtos agropecuários, com objetivo de solucionar o problema sócio-econômico de mão-de-obra ociosa decorrente da liberação das áreas de cultura, bem como a instalação de cursos de aperfeiçoamento para dirigentes de cooperativas e agrônomos.

A erradicação e a recuperação de áreas por ela liberadas se processaram e a situação disto é a que mostramos no quadro abaixo:

BRASIL

QUADRO II — ERRADICAÇÃO — Situação em 31.12.66

ESTADOS	CAFEEIROS — 1000 pés	ÁREA LIBERADA-ha
São Paulo	224.420	304.762
Minas Gerais	230.564	241.538
Paraná	125.772	161.062
Esp. Santo	67.903	60.429
Outros	54.887	50.720
Total	723.546	818.517

FONTE: Relatório do GERCA 1966

Como se pode notar, o Estado de Minas Gerais foi o que até 1966 contribuiu com o maior número de cafeeiros à erradicação, não apresentando porém maior área liberada, cujo índice pertence a São Paulo. Isto naturalmente conseqüência de diferença de espaçamento entre cafeeiros, de um Estado para o outro.

Não obstante êste esfôrço há uma recente advertência a respeito do mesmo, trazida pela revista *Coopercotia*, ano XXV — n.º 227 — setembro 1968, entitulado "Hora de parar e pensar — Café chega ao ponto crítico" — de autoria de Mauro de Souza Barros, encerrando as seguintes considerações: "Nos últimos cinco anos o Brasil produziu 119 milhões de sacas de café, contra uma demanda de 114 milhões (84 milhões para exportação e 30 milhões de consumo interno). A estimativa de colheita para 1968/69 gira em tôrno de 15 milhões a 17 milhões de sacas, ou seja,

milhões menos que nossa cota de exportação. Necessitamos ainda de mais 11 milhões para completar a cota e atender ao consumo interno — que varia de 6 milhões a 8 milhões atualmente — e que serão retirados dos estoques do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

RENOVAÇÃO — situação em 31/12/66

ESTADOS	CAFEEIROS 1.000 pés	ÁREA ha
São Paulo	1.095	1.132
Minas Gerais	1.235	1.154
Paraná	169	177
E. Santo	77	78
Outros	90	103
Total	2.666	2.644

FONTE: Relatório do GERCA — 1966

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS LIBERADAS PELA ERRADICAÇÃO DE CAFEEIROS
Situação de 31.12.65

CULTURAS SUBSTITUTIVAS	ÁREA HA	%
Pastagem	318.851	44,21
Milho	134.815	18,70
Arroz	59.487	8,25
Algodão	42.788	5,93
Feijão	31.209	4,33
Cana-de-açúcar	26.119	3,62
Mandioca	18.186	2,52
Amendoim	17.403	2,42
Mamona	8.822	1,22
Café	4.023	0,56
Reflorestamento	3.386	0,47
Outras culturas	56.021	7,77
TOTAL	721.170	—

FONTE: Divisão de Estatística do IBC — resumo

Verifica-se, assim, que já se chegou quase ao equilíbrio entre a produção e as necessidades atuais, precisando levar em conta que estas poderão e deverão crescer. Evidentemente, o deficit pode ser coberto pelos estoques do IBC. Mas parece que ninguém é capaz de dizer ao certo se temos em estoque de 20 milhões ou 40 milhões de sacas boas para bebida.

De qualquer maneira, pode-se afirmar que êstes estoques não são inesgotáveis (uma parte deve ser mantida para atender à flutuação de safras) e que talvez tenha chegado a hora de o govêrno parar para pensar. Deve prosseguir na política de erradicação e de desestímulo à produção através de preços baixos? Dentro das bases atuais, poderemos assegurar para o futuro produção que permita não só manter como ampliar nossas vendas ao exterior e também no mercado interno?

Nossas necessidades são claras; precisamos dispor anualmente pelo menos de 27 milhões de sacas para atender aos nossos atuais compromissos externos e internos. Os estoques diminuem, a produção nos últimos anos e também a previsão para 1968/69 demonstram que, com exceção de 1965/66, ano bom com 37,8 milhões de sacas, não produzimos o suficiente para nossas necessidades. No conjunto, de 1963/64 e 1968/69 (esta última safra como previsão), nosso deficit é de 2 milhões de sacas: produção, 135 milhões de sacas, exportação e consumo interno, 141 milhões de sacas.

Foi objetivo do govêrno eliminar a superprodução, tendo utilizado a erradicação e a política de preços como fatôres de pressão para consegui-lo, ao mesmo tempo em que procurava colaborar na estabilização internacional do comércio do produto.

De certa forma, ambos os objetivos, em suas linhas gerais, já foram atingidos. É preciso agora verificar se o remédio ainda deve continuar a ser aplicado no plano interno, pois no externo não sòmente batemos o recorde de exportação de café neste ano (quase 20 milhões de sacas), como temos boas possibilidades de ampliar os mercados novos que, atualmente, por decisão do Convênio Internacional do Café (CIC), não estão sujeitos a cotas. No setor do solúvel podemos concorrer, e bem, com o café africano.

O café tem sido desde o século passado um dos sustentáculos da economia brasileira. Embora sua posição em valor já não seja a mesma, devido ao avanço de outros produtos agrícolas e também do setor industrial, ainda é o principal item de nossa receita de dólares. Uma política bem equilibrada, interna e externamente, poderá não só melhorar a situação do cafeicultor, com reflexos diretos na economia interna, como também assegurar nossa maior participação no mercado externo.

Em que pesem o conceitos emitidos pelo autor do trabalho a que acabo de me referir, na minha modesta opinião, acho que a erradicação e a diversificação são medidas que virão dar ao Brasil dias mais tranqüilos quanto aos problemas da sua produção cafeeira. É que pela erradicação estão sen-

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO
(mil sacas)

	PRODUÇÃO SEGUNDO O MOVIMENTO DE REG. NO IBC.		EXPORTAÇÃO (safra comercial)
1963/64	23.153		18.868
1964/65	18.063		12.419
1965/66	37.776		16.521
1966/67	17.596		16.421
1967/68	23.000	(estimativa)	19.957
1968/69	16.000	(previsão)	20.000
TOTAL	135.588		104.886

NOTA: o consumo interno, de 1963/64 a 1968/69, é estimado em 37 milhões de sacas que, somados no total da exportação, dão 114 milhões de sacas.

do eliminadas, principalmente, as lavouras cujos resultados em cruzeiros não dão para cobrir as despesas do seu custeio, deixando livres áreas que serão usadas em outras lides agropecuárias, para o plantio, principalmente, de víveres tão necessários a uma população cuja expansão é acelerada, apresentando, no momento, índice de crescimento de aproximadamente 3,5% ao ano. Também as pastagens serão nelas introduzidas em proveito da melhoria da alimentação do nosso rebanho de gado leiteiro e de corte. Com melhor forrageamento, por certo, teremos mais leite para consumo e para o fabrico e de seus derivados, sobretudo, a manteiga e o queijo. Também haveria mais carne para a nessa mesa, como também poderemos ir com ela aos mercados internacionais em busca de mais divisas, desde que sejam afastados alguns óbices a êste respeito, principalmente a febre aftosa.

Se os países cafeeiros tivessem pensado, antes, em medidas controladoras da produção com vistas à superprodução, o problema não teria atingido a gravidade que apresenta e estariam livres dos acôrdos, como o estabelecido pelo Convênio Internacional do Café de 1962 e o que lhe deu continuação, o Convênio Internacional do Café de 1968, recém-firmado por governos de países produtores e importadores de café, integrantes da Organização das Nações Unidas, cujos objetivos são: (Fonte: Convênio Internacional do Café-1968 — Fac-simile dos documentos: ICC-II-26 (P) e II-26 (E) — Rev. 2 da OIC de 28 de fevereiro de 1968 — Inst. Brasileiro do Café — Departamento Econômico, 60 páginas, Anexo A — Quotas básicas de exportação; Anexo B — Países de destino não sujeitos a quotas, mencionados no artigo 40, Capítulo VII, Anexo C — Distribuição de votos por países exportadores e importadores e, finalmente, anexo de texto em inglês):

1 — alcançar um equilíbrio razoável entre a oferta e a procura de café, em bases que assegurem fornecimentos adequados aos consumidores e mercados para o café, a preços equitativos, aos produtores, e que resultem a longo prazo, no equilíbrio entre a produção e o consumo;

2 — minorar as sérias dificuldades causadas por onerosos excedentes e expressivas flutuações dos preços de café, prejudiciais tanto a produtores como a consumidores;

3 — contribuir para o desenvolvimento dos recursos produtivos e para elevar e manter os níveis de emprêgo e de renda nos países-membros estimulando, dêsse modo, a obtenção de salários justos, padrões de vida mais elevados e melhores condições de trabalho;

4 — ajudar a elevar o poder aquisitivo dos países produtores de café pela manutenção dos preços em níveis equitativos e pelo incremento do consumo;

5 — estimular o consumo do café por todos os meios possíveis;

6 — em geral, reconhecendo a relação entre o comércio do café e a estabilidade econômica dos mercados de produtos industriais, incentivar a cooperação internacional com respeito aos problemas mundiais do café.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

A implantação da lavoura cafeeira no Brasil, de início com as facilidades da grande extensão de terras virgens e do braço escravo e, posteriormente, à Abolição, do braço do colono, principalmente europeu, não atendeu à política de menos cafeeiros e mais café. Cuidou-se da lavoura extensiva, que mudaria tão logo fôsse apresentando sintomas de decadência e conseqüente baixa produção.

A lavoura extensiva caracterizou-se por grandes plantações, lançadas sem os cuidados devidos às sementes que dariam os nossos cafeeiros, sem a observância de outras práticas culturais e de manejo adequado do solo, havendo fazendas que arrolavam no seu acervo lavouras constituídas de 100 mil ou mais cafeeiros. Esta maneira extensiva com que foram lançadas as lavouras cafeeiras trouxe em conseqüência a redução da produtividade das mesmas, chegando o Brasil a ter um baixo índice de produção por área e por número de cafeeiros, surgindo, então, as lavouras de ca

fé chamadas deficitárias, isto é, cujo rendimento não dá para cobrir as despesas de manutenção da propriedade agrícola. Foram estas lavouras que trouxeram a média baixa de produção de 20 arrôbas (30 kg) de café beneficiado por mil pés, entre nós.

Felizmente, já estamos alertados para isto e o chamado para a maior produtividade já foi feito. A orientação hoje a seguir é fazer-se uma recuperação da cafeicultura em bases técnicas para obter-se um máximo de produção por unidade de área cultivada. Para tanto, já dispomos de ensinamentos técnicos e os agricultores já estão possuídos da mentalidade de que é necessário, e mesmo vital, melhorar os métodos do uso e manejo do solo e da cafeicultura que nêle se desenvolver.

Com variedades mais produtivas, novos sistemas de plantio que permitam a conservação do solo, melhores práticas de trato dos cafezais, sistemas adequados de colheita, seca, benefício e padronização do produto colhido, aliados às facilidades do crédito rural, o Brasil tirará a sua lavoura cafeeira das dificuldades a que chegou, para colocá-la na posição almejada.

Nada de cultura migratória, mesmo porque as terras virgens do Brasil, férteis por estarem protegidas pelas matas, já não existem mesmo. Agora, a lavoura cafeeira tem que se fixar. O regime extensivo que a caracterizou tem que dar lugar ao regime intensivo, isto é, do emprêgo das melhores técnicas de trabalho e, assim, maior rendimento da produção por área plantada.

MELHORIA DA QUALIDADE

A qualidade do café no Brasil é coisa que ficou, até bem pouco tempo, em plano secundário, pois do que mais se cuidou foi de se ter quantidade.

Produto exportável, valendo ouro, sem o fantasma da concorrência, o Brasil plantou café a valer, caracterizando-se mesmo por ser um país monocultor desta extraordinária rubiácea, chegando a ter safras muito além dos limites comportáveis pelo mercado consumidor estrangeiro. A êste respeito, segundo dados do IBC, em 1960, o Brasil teve uma safra registrada de 44.130 milhões de sacas de café. Decorrente desta safra e de outras anteriores e posteriores surgiu, então, a superprodução de café no Brasil.

O pior é que esta superprodução sempre se caracterizou por cafés baixos, do tipo 7, 7/8 e 8, além de apresentarem bebida "Rio" que gozam de uma retração no seu consumo pelos mercados mais exigentes e que pagam melhor preço.

Esta superprodução cafeeira tem trazido sérios proble-



Aspecto de um cafèzal nôvo plantado segundo os preceitos da técnica agronômica

mas à nossa economia, chegando o Brasil, para corrigi-la, à medida extrema de queimar alguns milhões de sacas de café em grão. Hoje, o Govêrno brasileiro, procurando aliviar os efeitos da mencionada superprodução, adotou o critério do acúmulo de estoques, isto é, adquire do produtor o excedente da produção exportável, havendo dados estimados pelo IBC que os estoques de café acumulados no Brasil atingiram em 1966 a casa dos 67 milhões de sacas.

A meu ver o Brasil precisa enveredar firme para o rumo da "QUALIDADE", isto é, se esforçar para que a sua produção cafeeira seja representada, em maior escala, por cafés finos, diminuindo assim o número de sacas de café que possa produzir.

Com café fino, isto é, isento de defeito, com boa seca, e de bebida suave, o Brasil poderá ir, com menor número de sacas, aos mercados estrangeiros e obter recursos, em ouro, mais vultosos do que os obtidos, no momento, com maior número de sacas de cafés inferiores.

As cooperativas que estão sendo organizadas no setor de nossa cafeicultura virão ajudar-nos muito na solução de seus problemas, inclusive na maior atenção para o problema da qualidade do café.

As cooperativas que estão sendo constituídas abrangem 3 campos:

a) — *Cooperativas de produção*, abrangendo a organização dos produtores agrícolas, através do exercício coletivo de seu trabalho, com recursos financeiros dos próprios associados ou de créditos obtidos pela cooperativa, em terras que a sociedade possua ou em propriedade por arrendamento;

b) — *cooperativas de consumo*, que têm por objetivo a eliminação do intermediário nas trocas e a abolição do lucro;

c) — *cooperativas de crédito*, que têm, igualmente, por finalidade a eliminação do intermediário, com vistas, porém, à obtenção, para seus associados, das vantagens do auxílio mútuo e da gestão direta, fomentando o crédito direto às cooperativas de produção e consumo e concedendo empréstimos aos associados, a juros baixos.

Além dêsses três tipos clássicos, há as cooperativas mistas, associações que preenchem duas ou mais das finalidades acima.

AMPLIAÇÃO PELO BRASIL DE PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

O café tem sido a mola real do desenvolvimento do Brasil. Tudo o que temos de desenvolvimento pode ser levado a crédito das divisas que nos têm sido trazidas pelas exportações cafeeiras. É o café ainda no presente momento o produto de exportação que canaliza para o nosso tesouro a maior percentagem de dólares — moeda forte, que no momento regula a vida econômica do mundo —, contribuição essa que se tem situado acima de 50%.

Ainda hoje, apesar de todo o nosso surto industrial, o papel da cultura cafeeira na obtenção de cambiais ouro e desenvolvimento do país é fundamental. Uma idéia mais precisa a respeito é obtida dos seguintes dados fornecidos pelo Ministério da Fazenda (SEEF), citado por José Carlos Gonçalves no seu trabalho "Agrônomo renovou café-Desafio", publicado no Correio Agro-Pecuário, ano VII, n.º 145, novembro de 1968 — São Paulo.

Em que pêse a alta responsabilidade do café no nosso panorama econômico e social, o Brasil não deve se contentar com os resultados dêle advindos.

Deve ir mais além, procurando promover a diversificação de produtos na sua pauta de exportação.

Anos	Café	Outros produtos	total
1960	713	556	1.269
1961	710	693	1.403
1962	643	571	1.214
1963	747	659	1.406
1964	760	670	1.430
1965	707	888	1.595
1966	734	1.007	1.741
1967	710	942	1.652

Assim procedendo, sendo o café um produto de procura elástica, estaremos nos resguardando de possíveis dificuldades conseqüentes de oscilações de procura exterior, oriundos de desajustamentos financeiros que possam vir a sofrer os nossos países compradores.

Essa diversificação deve inclusive dar preferência a produtos manufaturados, visto ser muito mais interessante a exportação dos mesmos do que a remessa de produtos primários para o exterior e ainda atingir a reconquista de situações que por nós foram perdidas no mercado internacional, como sejam o caso do cacau, o da borracha natural, e outros.

Especial para A LAVOURA

Pesquisa agrícola obtém expressivos resultados nos Estados Unidos

A agricultura e seus campos correlatos estão repletos de dificuldades, que constituem desafios para os pesquisadores. Mas, nos EUA, têm sido encontradas todos os dias respostas para êsses problemas.

Fazendo uma resenha das realizações dos cientistas durante o ano de 1968, autoridades do Serviço de Pesquisas Agrícolas, agência do Govêrno dos EUA, disseram que o que foi por êles conseguido beneficiou milhões de agricultores, consumidores e indústrias, não apenas no EUA, mas também em muitos outros países.

Entre as muitas vitórias conseguidas pelos pesquisadores norte-americanos, salientam-se as seguintes:

Foi encontrado um nôvo modo de resolver um dos principais problemas da colheita mecânica — o de como fazer cair o fruto mais fàcilmente. Os cientistas descobriram que a aplicação de vitamina C provoca a queda, e também aumenta o conteúdo de vitamina C do fruto, de 4 a 8 por cento.

Entomologistas continuaram a descobrir meios mais seguros e eficientes de dizimar os insetos sem o uso de produtos químicos. Descobriram que uma substância denominada JUVABIONE, encontrada na madeira de certas árvores, evita os insetos. Pesquisas vêm sendo feitas, agora, para verificar a possibilidade de JUVABIONE ser sintetizado a preço que permita produção em larga escala, para extermínio de insetos daninhos.

Os entomologistas aprenderam também que vespas



Um cientista do Serviço de Pesquisas Agrícolas dos EUA compara a melhor espécie de aveia comercializada nos EUA, a Garland (vista acima), com a aveia selvagem procedente de Israel. As espécies selvagens, que se cruzam fàcilmente com as espécies cultivadas, contêm mais proteína, grãos maiores e maior resistência às doenças (Foto IPS).

que atacam outros insetos mas não os homens podem ser usadas para exterminar a broca da alfafa e o piolho Rhodesgrass. Descobriu-se que um besouro parasitário procedente da Europa é inimigo natural da môsca que ataca as colheitas.

Testes feitos com vacas leiteiras mostraram que elas dão de 15 a 20 por cento mais leite, durante os meses quentes do verão, se suas cabeças e pescoços forem mantidos em compartimentos refrigerados a 15 graus centígrados. Êsses compartimentos, geralmente de plástico, para a cabeça apenas, representam despesa muito menor do que refrigerar todo o estábulo.

A "SIMAZINA" exterminadora de ervas daninhas pode aumentar o conteúdo protéico de vários alimentos, em 10 a 50 por cento. Segundo os cientistas, êste é um nôvo meio de melhorar a alimentação nos países em desenvolvimento.

Por terem conseguido identificar o organismo causador da artrite reumática nos suínos, os cientistas esperam conseguir os meios de combater doenças de aleijões nos sêres humanos.

Derivados do óleo de soja e do óleo de linhaça foram transformados em material para a fabricação de produtos como adesivos, filmes, plásticos etc.

Pelo ajuste da acidez dos tomates, os pesquisadores foram capazes de fazer o processamento de tomates na consistência desejada, desde o suco pouco pastoso à gelatina compacta.

As águas servidas começam a ser um problema de menor importância para as cidades e fazendas, resultado das pesquisas levadas a efeito por engenheiros, que descobriram um meio de extrair água limpa das águas usadas.

Uma espécie de aveia selvagem da região mediterrânea está sendo utilizada para criar novas variedades, que apresentam maior índice de proteína por hectare do que qualquer outro grão. A aveia selvagem contém quase duas vêzes a proteína das melhores espécies comercializadas, tem grãos muito maiores e maior resistência às doenças. (IPS)

USO DO CAFÉ

Segundo nota do IBC, o café foi primitivamente usado como alimento sólido depois como vinho, mais tarde como remédio, e, finalmente, como bebida. Para servir de alimento, o fruto inteiro era esmagado, acrescentava-se-lhe gordura e dava-se em moldes, a forma esférica à espécie de argamassa obtida. Cada uma dessas bolas, mais ou menos do tamanho das de bilhar, servia para alimentação de um homem durante um dia. E com essa provisão alimentícia, as populações nômades lançavam-se, sem temor de inanição, às longas jornadas através dos desertos em que os oásis escasseavam. Ainda hoje, há tribus africanas que assim utilizam o café como alimento.

Já estava inventado (nihil novi sub sole), há quinhentos anos, o famoso comprimido alimentar, desejado pelos displicentes que reputam as refeições um enfado, entre as contingências iterativas da vida material, ao invés de uma delícia gastronômica, um afago dos mais agradáveis aos sensórios do gôsto e do olfato.

Depois, fêz-se com o fruto do cafeeiro uma espécie de vinho, obtido, pela fermentação da casca da polpa. A seguir, aplicou-se às cascas sêcas do café a água fervente.

Mais tarde, começou-se a torrar as sementes sêcas com as quais juntando-se as cascas, fazia-se uma decocção. Só posteriormente é que se triturou o café em pilões.

O aparecimento do moinho é de data relativamente recente.

IRRIGAÇÃO NO CEARÁ

O Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas — DNOCS — recebeu da Sondotécnica o projeto complementar de aproveitamento do Açúde Pereira de Miranda, no vale do Curu, e que beneficiará 500 hectares de terra.

As terras a serem irrigadas serão desapropriadas e divididas em lotes médios de seis hectares, cada um dos quais deverá ser explorado por uma família e uma subfamília — o filho casado, que sucederá o proprietário inicial. A família será orientada diretamente por um órgão a ser criado no local e que terá a seus cuidados o sistema de educação dos colonos e os recursos para ali implantar modernos métodos de agricultura.



Comboio de "montarias" sôbre o rio-mar, de volta de Manaus

NO RIO-MAR

Quando o paroara não dispõe do material para instalar a "feitoria" ou a "barraca", vive sob a escassa tolda da "montaria" ou da "igarité..."

São, "algumas, pequenas, a não terem mais de 2,5 m a 3,00 m de tamanho, uma largura máxima de 0,40 a 0,50, muito rasas, delas havendo cuja maior altura, em perpendicular, do fundo à linha das bordas, não será maior de 0,20 a 0,33 ou a 0,40".

A Canoa (de pesca) também não "é forçoso seja aquela descrita, mais especialmente na pescaria usada e por isso chamada canoa de pesca. Servem-se de qualquer quando é preciso e vêem-se grandes "montarias" e também igarités ocupadas na pesca. Estas todavia, não têm as vantagens daquelas, o silencioso deslisar, o veloz correr, o manejo fácil, a evolução rápida, a possibilidade de entrar e mover-se nos mais estritos e mais rasos riachos ou lagos, de encostar às beiras mais baixas, em até de ser "varada" ou levada aos empuxões, de uma daquelas bacias para outras, através e sôbre os esteiros de capim que as separam. A ubá, canoa de um só tronco, mal afeiçoada às formas de embarcações, é hoje quase desusada, sobretudo no baixo Amazonas, onde as montarias a substituíram".

Estas notas foram extraídas do opúsculo, muito raro, de José Veríssimo — "A Pesca na Amazônia", da série "Monografias Brasileiras", impresso no Rio em 1895.

MOVIMENTO SINDICAL RURAL

Segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura, o movimento rural no Bra apresentou, em 31 de dezembro do ano passado, o seguinte quadro:

Estados	*Entidades com pedido de investidura*	*Entidades com carta sindical*	*Entidades c/ carta sind. e est. aprov.*	*Entidades c/ eleições realizadas*	*Total d entidad*
T. F. Rondônia	...	...	1	1	2
Acre	...	...	8	...	8
Amazonas	2	...	5	7	14
Pará	...	3	3	7	13
Maranhão	9	2	18	10	39
Piauí	30	...	5	11	46
Ceará	17	...	15	9	41
Rio Grande do Norte	7	...	8	12	27
Paraíba	10	1	27	18	56
Pernambuco	17	...	14	9	40
Alagoas	9	...	12	...	21
Sergipe	24	...	14	5	43
Bahia	14	...	40	21	75
Espírito Santo	3	...	1	33	37
Guanabara	3	...	...	1	4
Rio de Janeiro	6	5	11	33	55
Minas Gerais	26	34	62	87	209
São Paulo	22	11	87	62	182
Paraná	33	1	24	63	121
Santa Catarina	55	...	8	55	118
Rio Grande do Sul	22	2	20	33	77
Mato Grosso	9	1	26	6	42
Goiás	1	...	36	5	42
Distrito Federal	...	...	...	1	1
TOTAL	319	60	445	489	1.313

No total das entidades, contam-se 22 federações que realizaram eleições, que aprovar seus estatutos, e que solicitaram investidura.

Está no último caso a Guanabara, que ainda não dispõe da sua Federação.

PROJETOS APROVADOS PELA SUDENE

A 103.ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada no Recife, aprovou investimentos da ordem de NCr$ 51 milhões que vão produzir em tôrno de 1.523 novos empregos. O Conselho aprovou, também, solicitação ao superintendente da SUDENE, General Tácito de Oliveira, para providenciar a publicação, no *Diário Oficial*, da regulamentação dos incentivos fiscais e financeiros constantes da lei que aprovou o IV Plano Diretor.

Os financiamentos aprovados se referem a 23 projetos industriais, 4 agropecuários e 5 a pequenas indústrias. No curso da reunião, o conselheiro Rubens Costa comunicou que a renda *per capita* no Nordeste está em progressão, correspondendo, hoje, a 62 por cento da renda *per capita* média nacional. Também a participação nordestina na renda tributária brasileira subiu de 5 por cento, em 1963, para 7 por cento em 1968.

IMÓVEIS RURAIS

Ascendia a quase 3,4 milhões de unidades o número de imóveis rurais existentes no Brasil em 1968, ocupando uma área total da ordem de 316,2 milhões de hectares, com a média de 93,20 h Quanto à estrutura agrá 2,6 milhões dos imóveis rais eram minifúndios, mil latifúndios por exploração, 76 mil estavam clas cados como emprêsas ru e 223 eram latifúndios dimensão. Dados do IB indicam que a área total minifúndios superava a fa de 32,8 milhões de hecta sendo de 16,67 ha a área dia dos minifúndios. Os fúndios por exploração pavam uma área total de 235,4 milhões de hectare área média era de 315,64 h tares. Já as emprêsas rur figuravam na relação IBRA com a área total 23,2 milhões de hectares área média de 306,21 ha.

SEIS BILHÕES DE INVESTIMENTOS

Deverão ser investidos no Nordeste durante os próximos cinco anos cêrca de NCr$ 6 bilhões em projetos industriais e agropecuários, sendo que no ano passado, foram aplicados cêrca de NCr$ 1,2 bilhão dêsse montante.

A informação é da SUDENE, que adiantou inclusive que a totalidade dos projetos em desenvolvimento no ano passado proporcionou trabalho estável para 6 mil pequenos agricultores, através de implementos agrícolas e sementes selecionadas conforme o III Plano Diretor aprovado.

No mesmo período, foram liberados pela SUDENE recursos da ordem de NCr$ 39 milhões que se destinaram à realização de projetos de infra-estrutura da região, através da construção de rodovias, obras de saneamento e esgôto e de energia elétrica. As aplicações dos incentivos fiscais atingiram em 68 o ponto máximo de NCr$ 304 milhões aplicados, ou cêrca de uma vez e meia tôdas as liberações realizadas entre os anos de 62 a 67.

Foram aprovados 148 projetos do setor industrial, totalizando NCr$ 955 milhões e dando oportunidade para criação de 21.472 novos empregos. Dêste total, NCr$ 504 milhões foram investidos com recursos fornecidos através de deduções do impôsto de renda, captados inclusive durante os anos anteriores.

Os novos investimentos aprovados beneficiarão Pernambuco, com NCr$ 342 milhões em 51 projetos; Bahia, com recursos da ordem de NCr$ 256 milhões aplicados em 33 projetos industriais; Ceará, NCr$ 134 milhões e cêrca de 20 projetos de investimento; Paraíba, NCr$ 57 milhões e 16 projetos; Rio Grande do Norte, com 9 projetos e cêrca de NCr$ 52 milhões; Minas Gerais, 4 projetos com NCr$ 10 milhões aplicados; Sergipe, também 4 projetos no total de 39 milhões; e Piauí, um projeto e cêrca de NCr$ 500 mil de inversões.

Paralelamente, durante o ano de 68, foi dado início ao programa de desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, sendo aprovados 320 financiamentos no total de NCr$ 22,2 milhões. Como resultado, foram criados 2 216 novos empregos, em pequenas e médias emprêsas.

Foi criado um nôvo mecanismo para dinamizar as pesquisas dos recursos naturais do Nordeste, a Fundação para Pesquisas de Recursos Naturais, que contou com fundos da própria autarquia, além de recursos oriundos dos incentivos fiscais. No setor de pesquisa mineral foi descoberta jazida de níquel na Paraíba, e tiveram início as sondagens para quantificação das manchas de cobre detectadas no norte da Bahia.

Também em 68, foi concluído o inventário hidrogeológico básico, computando .... 433 km² de bacias da região e com capacidade de atendimento a 50 mil pessoas.

INDA - SNA



A 16 de abril, os Presidentes Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia e Luiz Simões Lopes, respectivamente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e da Sociedade Nacional de Agricultura, firmaram Convênio com a duração de 12 meses, objetivando à expansão das atividades da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", mantida pela citada Sociedade, no Estado da Guanabara, através da realização de cursos de capacitação agrícola.

O clichê fixa o exato momento da assinatura do Convênio. Estão presentes o Presidente do INDA à cabeceira; à esquerda, o Presidente da SNA e o Diretor da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", Sr. Luiz Marques Poliano; à direita, os Srs. José Xavier da Silva e Agapito da Veiga, do setor jurídico daquela Autarquia.

ELEIÇÃO NA S.R.B. (SP)

O último pleito realizado na Sociedade Rural Brasileira ofereceu o seguinte resultado:

Para o Conselho Superior, foram eleitos Felipe Rodrigues Siqueira Netto, Nelson Ottoni de Rezende, José Mario Junqueira de Azevedo, Celso Garcia Cid, Chakib Aschcar, Clóvis Sampaio Vidal e Paulo da Rocha Camargo — com mandato de 9 anos; Ulysses Ferreira Guimarães, José Telles de Menezes, Arnaldo de Andrade Junqueira, Hélio Rubens Junqueira Caldas, Mario Cintra Leite, João Teixeira Posses e Antonio Carlos Quartim Barbosa — suplentes, com mandato de 3 anos; e Ernesto de Paula Guimarães Jr. — para a vaga existente, com mandato de 6 anos.

A Diretoria ficou assim constituida: Presidente — Roberto Rezende Junqueira; vice-presidente — Afonso Junqueira Franco, Fábio de Salles Meirelles e Salvio de Almeida Prado; 1.º secretário — Renato Ticoulat Filho; 2.º secretário — Hélio Rubens Junqueira Caldas; 3.º secretário — Arnaldo Zancaner; 1.º tesoureiro — Alcides Prudente Pavan; 2.º tesoureiro — Ulysses Ferreira Guimarães; 3.º tesoureiro — Fábio Lima Verde Guimarães. Departamentos Especializados: de Café — José Francisco Malta; de Pecuária de Corte — José Telles de Menezes; de Pecuária de Leite — Hélio Moreira Salles; de Algodão — Sérgio Cardoso de Almeida; de Avicultura — Antonio Carlos Corrêa; de Cereais — Antonio Carlos Quartim Barbosa; de Fruticultura — José Pires de Almeida; de Silvicultura — Sérgio Assumpção de Toledo Piza; de Atividades Diversas — Sebastião Ivan do Amaral Bueno; de Serviço Social Rural — José Olímpio Dias Gonçalves; de Conservação do Solo — Agenor Nogueira Filho; de Assistência Econômica — Roberto Matarazzo; e de Serviço de Registro Genealógico das Raças de Origem Indiana — Carlos do Amaral Cintra.

AGRICULTURA NA GUANABARA
Calendário para Maio e Junho

OLERÍCOLAS

Maio — Planta-se: alface, acelga, beterraba, bertalha, brócolos, cenoura, chicória, couve, ervilha, espinafre, mostarda, nabo, rabanete, repôlho, salsa e vagem.

Junho — Início da segunda estação de plantio, com o preparo dos terrenos para novas culturas, continuando-se ainda o semeio e o plantio de hortaliças de fôlha.

FRUTÍCOLAS

Maio — Planta-se morango e enxertos de abacate e videira. Inicia-se a colheita do caqui e graviola. Colhe-se abacate, banana, mamão, tangerina e condêssa.

Junho — Durante êsse mês dá-se aos trabalhos de preparo do solo para a formação de novos pomares, iniciando-se a poda e a adubação dos pomares.

É boa época para formação de sementeiras a fim de se obter cavalos cítricos para enxertia. Termina a colheita do abacate e tangerina.

Instantâneos de gente da roça

TEMPOS MUDADOS

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

Seu Valdemiro foi quem trouxe, há mais de 30 anos, para o vale, a criação de galinhas Legornes, introduzindo na região um nôvo gênero de atividade econômica que em pouco se alastrou por todo o distrito, transformando-o no maior produtor de aves e ovos do País. Estudioso do assunto, vivia a ler compêndios especializados e artigos de revistas nacionais e estrangeiras, objetivando aprimorar os plantéis, melhorar a ração, modernizar os cuidados veterinários pelo uso de vacinas, vitaminas, sais minerais etc. Tinha especial predileção pela construção de pinteiros e galinheiros e raro não experimentar qualquer planta ou sugestão que lhe caísse à vista como última novidade no assunto. Assim, certo dia, iniciou com especial carinho um "nôvo galinheiro", todo em tijolo, coberto com telhas francesas, piso em cimento, com água corrente e luz para ativar a postura, caiado e imunizado contra quaisquer germes nocivos à criação. Contente com a obra, já no seu término, dando as derradeiras instruções, vê chegar-se a êle, meio cerimonioso, um velho empregado a quem indaga o que estava achando de tudo aquilo. "Tá uma beleza! Inté queria pedi a mecê pra deixá eu mais Maria morá aí e botá as galinha lá em casa".



Êste fato ocorreu-me, ontem, ao mostrar aos meus filhos, que passavam férias na fazenda, um nôvo tipo de habitação para colono que é uma verdadeira unidade rural, constante de casa espaçosa com sala, 3 quartos e dependências completas, tôda em tijolo, telhas, piso em vermelhão, portas e janelas em côr, água encanada, espaço exterior para galinheiro moderno, cocheira, chiqueiro higiênico, barracão para depósito de caixaria, instrumental de lavoura etc. e, tendo, ainda, na frente da casa um terreiro tão grande que serve, até, para campo de futebol ou jôgo de malha! Encantado com tudo o garôto menor não se conteve e disse: "Oh! mãe, porque você não vem morar aqui e manda o seu Ercílio lá para a nossa casa?"

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

ABRIL 1899

"A LAVOURA" noticia o seu 3.º aniversário. **A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL**, G. V. (Germano Vert); **SERICICULTURA** — Bicho do Sêda indígena, Dr. Luiz Pereira Barretto; **A TUBERCULOSE DO GADO**, S. C.; **O CONGRESSO DOS LAVRADORES PAULISTAS**, Dr. Campos da Paz; **A PESTE DOS SUÍNOS**, notas do Dr. Campos da Paz, em tôrno de estudos sôbre o assunto realizado em Turim; **SÔBRE UMA NOVA MOLÉSTIA DO FUMO**, Carlos Spegazzini, Botânico da Officina-Químico-Agrícola de Buenos Aires — Tradução da Dr. Salvador Barradas; **ESTRUMEIRAS**, G. V. (Germano Vert); **A LAVOURA E O COMÉRCIO DA CAPITAL** — carta da Dr. Germano Vert, a propósito da tentativa infrutífera da venda no Rio de uma partida de batatas produzidas em Minas pela Dr. João Pinheiro; **DESTOCADORES, ARREIOS E TRAÇÃO, O PHYLLOXERA EM HAMBURG, FEIJÃO DR. MOURA BRASIL**, Redação; **ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL** — a SNA recebe o título de Sócio fundador.

MAIO

CONGRESSO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO, Dr. Campos da Paz; **AS PESTES IMPORTADAS** (Aspidiotus perniciosus, o **Phyllaxera vastatrix** e a **Margara des vitiu**), ilustrado — Germano Vert; **O PREÇO DO CAFÉ** — Antonio de Medeiros; **A AGRICULTURA NO SERTÃO DA BAHIA**, Spinola Teixeira (Tese inaugural), Dr. Sérgio de Carvalho; **CONGRESSO DOS LAVRADORES** (Conclusão) — Dr. Campos da Paz; **O TRIGO-ARROZ**, G. V. (Germano Vert); **MULTIPLICAÇÃO DAS PLANTAS** — G. V. (Germano Vert); **A SOJA** — Dr. Aristides Caire; **UM INIMIGO DAS PIMENTEIRAS** (**cantharis atomaria, ilustrada**); **BIBLIOTECA DA SNA** — E. Jacy Monteiro, **SOCIEDADE DE AGRICULTURA DE GOIÁS, IMPORTAÇÃO DE ALFAFA, EXPOSIÇÃO DE JUIZ DE FORA, PRODUÇÃO DE FEIJÃO** (Redação).

REMUNERAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Se de um lado reconhece-se a presença do profissional sem qualificação para o exercício do magistério, de outro é imperioso proclamar os ridículos níveis salariais do magistério superior.

Êsses níveis, incompatíveis com a dignidade da função, sem dúvida alguma são responsáveis pelo pouco interêsse que o magistério vem despertando nos melhores profissionais.

Aqui, precisamente, necessita-se analisar o assunto com extremo cuidado porque a implantação do regime de trabalho em dedicação exclusiva, se não fôr muito bem manejada, poderá levar a essa forma de trabalho altamente desejável, precisamente aquêles docentes incapazes de obterem melhor remuneração fora do magistério.

Por essas razões preconizam-se níveis salariais efetivamente adequados e seleção muito judiciosa na adjudicação de regimes especiais de trabalho, para que uma medida eficiente não seja transformada em sinecura de incapazes.

PESQUISA

A pesquisa agrícola necessita ser estreitamente vinculada com a Universidade para serem evitadas dualidades e até mesmo competição de projetos, enquanto importantes aspectos da tecnologia da produção carecem de melhor elucidação.

A vinculação da pesquisa à Universidade dará, ademais, maior eficiência e segurança ao ensino.

RELACIONAMENTO ENTRE OS INTEGRANTES DA VIDA UNIVERSITÁRIA

É realmente chocante deparar-se com o triste quadro que muitas escolas apresentam motivado pela incapacidade de diálogo entre os integrantes da vida universitária.

Nesse sentido, a FAEAB apela veementemente aos mais velhos para que se coloquem na posição de educadores e desçam à planície do diálogo; aos jovens estudantes para que usem sua extraordinária fôrça criadora no sentido da dedicação ao estudo, ao trabalho e à luta pelos altos objetivos que o desenvolvimento nacional lhes reserva.

A FOTO INTERNACIONAL



A exploração das minas de carvão está sofrendo uma verdadeira revolução com o emprêgo do "mineiro contínuo", isto é, de uma máquina especial como nos mostra a foto acima. Trata-se de algo capaz de produzir oito toneladas de carvão por minuto! A referida máquina altera todos os métodos convencionais, pois, de acôrdo com sua estrutura, ela escava as paredes da mina de carvão, carrega o material escavado para o recipiente que vemos atrás dos braços escavadores, e o joga em condições de uso imediato a seguir. Em um minuto produz oito toneladas de carvão. (Foto IPS, especial para a A LAVOURA.)

SOLOS E SANEAMENTOS

Da instalação de canais e nivelamento de cada lote depende a sanidade do solo.

F. Glade Loughry

Tecnologista de solos do Departamento de Saúde do Estado, em Harrisburg, Pennsylvania.

Há cidadãos que se mudam dos centros urbanos para os subúrbios, procurando fugir à pictórica vizinhança, em busca de ar livre e melhor vivência. Quase sempre essas pessoas verificam, ao invés disso, que perderam certas facilidades sanitárias e serviços que lhes eram garantidos.

Quando enfrentam um sistema sanitário rudimentar ou as águas do poço se apresentam com sabor desagradável e suspeito, começa o sonho a se desvanecer. E quando a poeira imunda do vizinho tinge o ar, a desilusão é completa.

Mas pode haver ainda mais surprêsas. A coleta do lixo e dos detritos caseiros pode não corresponder às exigências sanitárias em virtude do custo elevado das instalações. Ou, então, um dispositivo mal assentado e mal operado pode se transformar em incômodo permanente, produzindo maus odôres ou fumaça e favorecendo a proliferação de môscas e ratos, além de poluir as águas com resíduos nauseantes.

Lei de Facilidades Sanitárias: — A rápida expansão da população nas antigas áreas rurais que circundam as cidades torna êsse problema de suma gravidade em muitos Estados.

O Estado de Pennsylvania verificou ser de absoluta necessidade o estabelecimento de nova Legislação para enfrentar o problema de saúde provocado pela rápida urbanização das áreas vicinais nos grandes centros. A Lei de Facilidades Sanitárias promulgada em 1966 prevê meios de planejamento e regularização do Sistema Sanitário Privado e das comunidades. Ela determina que as municipalidades se submetam a planos compreensivos para atender as necessidades de cada jurisdição. Determina também que é necessária permissão para que qualquer cidadão instale tal sistema e autoriza o Departamento de Saúde a adotar regras, regulamentos, tipos-padrões e maneira de proceder.

Essa Lei atribui responsabilidade a mais de 2.500 municipalidades do Estado.

As cidades, vilas e povoados podem agir conjuntamente, ou por meio de cooperativas, na execução dos dispositivos da referida Lei.

Ao Departamento de Saúde compete obrigar as municipalidades faltosas a cumprirem as normas legais, bem como aquelas que estiverem se afastando dos padrões ou da regulamentação.

Estão sendo postos à disposição dos municípios, como adiantamento, os necessários fundos Estaduais destinados às despesas correspondentes à metade dos gastos na execução das obras, bem como dos planos oficiais.

Os planos municipais estão sendo preparados por comissões especiais, inclusive as firmas consultoras. A taxa de crescimento representa o fator principal na fixação dos dados para a complementação dos planos.

Ditos planos são obrigados a estabelecer o seguinte:

1) Áreas onde já existem sistemas de rêde sanitária;

2) Áreas onde tais sistemas são planejados para serem feitos dentro de 10 anos.

3) Áreas em que os sistemas comunitários não estão sendo planejados para 10 anos.

O Levantamento do Solo é a Base — Onde não existe serviço público sanitário, o plano deve incluir uma avaliação dos solos em têrmos de capacidade para a instalação dos respectivos dispositivos.

Isto é geralmente baseado nos dados apresentados pelo Serviço de Conservação dos Solos.

Para certas e restritas áreas, nas quais o Serviço de Conservação dos Solos não dispõe de dados, são garantidos fundos próprios para convênios com o referido Serviço a fim de consegui-los com urgência.

Nas considerações sôbre os solos acham-se também incluídos os têrmos de autorização de novos sistemas individuais de acôrdo com a Lei, com relação a lotes de menos de um acre.

Tradicionalmente, o dispositivo para um lote tem sido uma fossa séptica com escoamento das emanações por meio de manilhas colocadas na subsuperfície do campo.

O estudo do solo é o principal instrumento na proteção às aplicações autorizadas.

Devem ser fornecidas informações detalhadas a respeito do tipo de solo, profundidade dos lençóis de água em cada estação, profundidade do leito das rochas, declives e capacidade de escoamento.

Quando já existem estudos sôbre o solo podem-se aproveitar os dados correspon-

dentes, sujeitos todavia, a uma verificação local para confirmação.

Muitos solos apresentam características tais que os revelam nitidamente impróprios para a aplicação dos dispositivos do sistema padrão.

As principais características incluem:

1) Lençol de água à flor da terra;
2) Rochas impermeáveis quase à superfície;
3) Declives muito acentuados;
4) Subsolo de permeabilidade muito lenta;
5) Sujeito a enchentes; e
6) Proximidade de camadas muito permeáveis, tais como fendas calcárias ou cascalho volumoso que não filtra ou purifica as emanações.

Um Guia Seguro — A presença de forma de solo que apresentam essas condições torna-se uma maior garantia do que testes incompletos, feitos sob condições precárias.

Por exemplo: o reconhecimento facial da espessura, da estrutura laminar e das camadas de côres diferentes diz melhor acêrca da permeabilidade de um sítio do que testes de escoamento feitos a pequenas profundidades durante estações sêcas, quando a água pode espalhar-se lateralmente em solos frouxos, acima da cavidade. Além disso, o solo em camadas de côres diferentes, indicando umidade sazonal, identifica sítios pobres, mesmo quando a inspeção é realizada em época de sêca.

Alguns solos que por definição são profundos, bem drenados, permeáveis, e apresentam declives pouco acentuados, não oferecem qualquer perigo para aplicação dos dispositivos do sistema em lotes desiacados. A taxa de escoamento a ser empregada no planejamento da rêde destinada a um dado volume de emanações pode ser baseada nos dados relativos a testes-padrões do Laboratório de Caracterização de Solos, da Universidade Estadual da Califórnia.

Outros solos oriundos de diversos tipos de rochas (mistos) variam de tal modo a pequenas distâncias que não se pode usar com confiança uma interpretação geral. Requerem que se faça um exame em cada lote para a localização de pontos garantidos para as canalizações.

Em certas circunstâncias, deve-se considerar bem qual o tipo mais conveniente, se o sistema de fossas sépticas ou as canalizações.

Um se destina a áreas onde o planejamento das instalações é feito para 2, 5 ou 10 anos e os construtores precisam manter alterações ou trocas para justificar a construção eventual de canais. O outro é para lotes que permaneceram baldios em áreas em desenvolvimento, dada a pobreza do local. Aqui a questão é, muitas vêzes, a seguinte: "Por que se negar permissão para dado lote quando a vizinhança possui fossas sépticas que nunca deram a menor alteração?"

Além do mais, há necessidade de medidas temporárias a serem aplicadas nos locais onde existam planejamento definitivo para uma rápida complementação.

Uma alternativa entre a fossa séptica e o sistema de filtro são os tanques de arejamento. Tal aparelhamento às vêzes realiza melhor trabalho na destruição dos resíduos.

Um bom sistema destrói 85 a 90% do material miasmático.

O sistema de arejamento evita emanações onde a tubulação se acha em solos calcários contendo rachaduras, ou em leitos de puro cascalho que não têm capacidade de filtrar as emanações.

Nessas condições, um filtro de areia colocado no fôsso de distribuição faz com que os resíduos se espalhem lentamente, de sorte a permitir sua maior permanência em contacto com o solo.

Outra solução seria bombear os resíduos num ponto do solo em condições favoráveis, encher uma área, com solo permeável para se conseguir suficiente profundidade acima do lençol de água ou acima do cascalho, reforçando a fossa.

O refôrço das fossas seria muito dispendioso, se usado durante períodos prolongados, porque todo o material a esgotar deverá ser bombeado em caminhões-tanques e conduzido a um sistema onde pudesse ser recebido mediante um dispositivo de tratamento.

Toneladas de Resíduos por Ano — A destinação da matéria sólida se constitui em outro aspecto do problema, o qual se amplia de acôrdo com a evolução tecnológica e crescimento da população. Calcula-se que a produção total, anual, da matéria sólida oscila entre 3/4 a uma tonelada *per capita*.

Fossos sanitários são uma maneira econômica de absorver a matéria sólida.

Outros métodos seriam a incineração e a formação de compostos para a alimentação de porcos.

O solo, todavia, é fator importante em todos êsses métodos. A incineração e a formação de alimentos reduz o volume do lixo, mas ainda deixa resíduos que precisam ser consumidos nos fossos sanitários ou no próprio solo.

Os compostos residuais bem preparados são muito úteis na agricultura.

Os canais sanitários exigem cuidadosa escolha de local e absoluto contrôle da operação a fim de evitar-se o surgimento de outros problemas.

Muita gente pensa que a formação de canais sanitários equivale a enterrar o material e agem escolhendo sítios próximos, dizendo: "Bota isto aí em qualquer lugar."

Além do problema emocional, há reais percalços a serem sobrepujados na locação de canais sanitários.

Excrementos decompostos, lixos e resíduos industriais apresentam uma vasta variedade de produtos nefastos.

Um bom solo, pròpriamente usado, produz um grande efeito renovador nos produtos intermediários.

Se a reação puder ser mantida aeróbica, a maior parte da matéria orgânica se transforma em dióxido de carbono e água.

Se os fossos sanitários estiverem abaixo do lençol de água, a metana é o principal gás produzido, e os produtos solúveis combinam com a água para formar uma lixívia escura e prejudicial. Se

houver excesso de água a lixívia ressurge do canal e vai poluir a superfície da água e a água do solo.

Um bom fôsso sanitário é feito de tal modo que mantenha a matéria sólida na barragem, onde ela pode se tornar compacta e ser coberta, diàriamente, pelo menos, por seis polegadas de solo. Isto evita incêndios acidentais, movimento de papéis pelo vento, propagação de môscas e ratos e maus odôres.

A última camada precisa de pelo menos dois pés de solo (48 polegadas). As condições dos solos que são adaptáveis a instalação de fossos sanitários são tais que os mesmos competem com as boas terras para agricultura, para instalação de prédios destinados a indústria, estradas de rodagem, e muitas outras instalações para recreação.

O solo deve ser profundo, bem drenado, de textura mediana ou levemente áspera, com pequenas elevações, poucas pedras ou cascalho, nunca sujeito a cheias e sem rochas subterrâneas com grandes fendas ou leitos de cascalho que não permitem a filtração da lixívia.

Traduzido de "Soil Conservation", U. S. Dept. of Agriculture, Sept. 1968, vol. 33, n.º 2).

ATIVIDADES DOS CLUBES 4-S

Os 55 mil sócios dos quase 2.500 Clubes 4-S, em 1969, atuarão em 1.200 municípios de 19 Estados, realizando trabalhos que visam à melhoria das comunidades, em número de 1.400, contando com o apoio das autoridades e dos órgãos de nível local, além da orientação de técnicos e dos serviços de Extensão Rural e de líderes adultos de cada área.

Os Clubes 4-S que realizarem os melhores trabalhos serão premiados pela Sears Roebuck S/A, que renovou o seu patrocínio a êsse tipo de trabalho desenvolvido pela juventude rural. Em nível municipal serão premiados, com certificados, 1.400 Clubes, em nível estadual haverá 21 Clubes premiados com coleções de livros e o Clube vencedor nacional receberá uma taça.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária
1.ª e 2.ª Convocações

Ficam os Senhores Sócios convocados para as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária que se realizarão na sede da Sociedade a 16 de junho do corrente ano, às 15 e 18 horas, respectivamente, para a seguinte ordem do dia:

ORDINÁRIA

a) Relatório do Presidente
b) Parecer da Comissão de Contas (1968)
c) Interêsses Sociais

EXTRAORDINÁRIA

a) Alteração nos Estatutos

Caso não haja número na 1.ª convocação, ficam, desde já, convocados os senhores sócios para o dia 23 do mesmo mês, às mesmas horas, no mesmo local e para a mesma ordem do dia, quando as reuniões se realizarão com qualquer número.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1969

a.) Luiz Simões Lopes — Presidente.

RETIFICAÇÕES

"Maior produção com melhores práticas de ordenha"

No trabalho publicado sob o título acima, no número anterior, por descuido da revisão, deixou de ser inserta, ao pé do artigo, a nota que se segue, o que agora fazemos:

"Os direitos autorais para o idioma português foram gratuitamente cedidos ao Prof. Sylvio do Valle Amaral, a quem "A Lavoura" deve esta publicação".

Fundadores da CNA

Também por um lapso na revisão, no artigo sob o título acima, deixou de ser mencionada como fundadora a FARP (Federação das Associações Rurais do Paraná). Assinaram a ata de fundação, a 27 de setembro de 1952, o Dr. Miguel Matiskey, vice-presidente, e Silvano Alves da Rocha Loures, delegado da prestigiosa entidade da terra dos pinheirais.

Aqui fica a indispensável correção.



Ceres domina hoje o que antes era reino de Netuno.

FLEVOLAND MERIDIONAL

As obras do Zuiderzee — transformado no Lago Yssel — compreendem a construção de 4 "polders": oriental, Flevoland oriental, Flevoland meridional e Markerwaard.

A superfície conjunta dêstes "polders" é de 202.000 hectares: somando-se-lhes o Wieringermeer, terminado em 1930, teremos em todos 222.000 hectares.

Os "polders" Wieringermeer e Nordoriental constituem, desde há tempos, florescentes zonas agrícolas. O Flevoland oriental foi pôsto parcialmente em expansão.

O "polder" Flevoland meridional se encontra em etapa menos avançada. O dique que o rodeia foi terminado em 1967 e atualmente se desenvolve nêle uma operação de bombeamento, programada para terminar no ano passado.

O Flevoland meridional é constituído de 90% de ótimas terras de trabalho, enquanto que o ocidental atinge apenas a 80%.

Ao fim dêste ano deverão ser postas em execução as operações de cultivo. Durante o qüinqüênio 1970/75 será desenvolvida a etapa de exploração parcial das terras pelo govêrno. Caso tudo corra bem, começará em 1975 a distribuição das áreas agrícolas aos particulares. Por essa época já estará terminada a distribuição das terras do Flevoland oriental. As máquinas nêle empregadas para o arroteamento e início das culturas passarão a funcionar no nôvo "polder".

As culturas tiveram início na zona oriental do "polder". Realizada esta tarefa, e distribuídas as novas terras, imediatamente será atacada a zona ocidental.

O trabalho preparatório realizado pelo Estado, com alto grau de mecanização das atividades correspondentes, se desenvolve em etapas compreendendo cêrca de 20.000 hectares em cada uma delas.

Estas notas, extraídas no n.º 7/68 da "Gazetilha Agrícola da Holanda", fazem-nos lembrar da anedota segundo a qual Deus fêz o mundo, mas o holandês criou a Holanda...

Livros e Publicações

CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ — 1968
Publicação do Instituto Brasileiro do Café — (Departamento Econômico). Fac-simile dos documentos: ICC-II-26 (P) E II — Rev. 2 da DIC de 28 de fevereiro de 1968 — 59 p., in 8.º — Original em inglês.

—

CULTURA DA AMOREIRA — Luiz Paolieri — Eng.º Agrônomo. Folheto da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Serviço de Sericicultura, Av. das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 3900 — Campinas.

—

CONTRIBUIÇAO AO ESTUDO DOS CARACTERÍSTICOS BIOMÉTRICOS DO BICHO-DA-SÊDA SOB INFLUÊNCIA DA ALIMENTAÇAO — Ermelino Scarpelli — Diretor do Serviço de Sericicultura — Oldemar Cardim Abreu e Pedro Abramides — Engenheiros Agrônomos. Boletim Técnico de Sericicultura n.º 49 do Serviço de Sericicultura da Secretária da Agricultura do Est. de São Paulo. Av. das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 93909 e 93900 — 13 págs., in 8.º — Campinas, São Paulo — 1967.

—

GUIA DOS DEFENSIVOS DA LAVOURA — Jalmirez G. Gomes — Publicação do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária — Serviço de Defesa Sanitária Vegetal. Seção de Produtos Fitossanitários. Suplemento 1966/1967 — Rio de Janeiro.

ESTUDO COMPARATIVO SÔBRE A FIAÇÃO DA SÊDA COM EMPRÊGO DE ÁGUA SUBTERRANEA E DA ÁGUA TRATADA DE CAMPINAS — Arnaldo Borgonovi, Sericicultor Chefe da Seção de Indústria e Comércio. Boletim Técnico de Sericultura n.º 50 do Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Avenida das Amoreiras, 165 — C. Postal, 360 — tel. 93909 e 93900 — 10 págs., in 8.º — Campinas — São Paulo — 1967.

—

PESQUISAS RELATIVAS À INCUBAÇÃO ARTIFICIAL E NATURAL DOS OVOS DO BOMBYX MORI L. — Oldemar Cardim Abreu e Nivaldo Alves Bonilha, Engenheiros Agrônomos; Boletim Técnico de Sericicultura N.º 31 do Serviço de Sericicultura, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo — Avenida das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 93909 e 93900, 69 págs., in 8.º — Campinas — São Paulo — 1962 — pub. 1968.

—

A CRIAÇÃO DO BICHO-DA-SÊDA PRODUZ RENDIMENTO RAPIDO E COMPENSADOR — Luiz Paolieri, Engenheiro Agrônomo. Boletim Técnico de Sericicultura n.º 38 do Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Avenida das Amoreiras, 165 — C. Postal, 360 — tel. 93909 e 93900 — 21 págs. in 8.º — Campinas — São Paulo — 1966 — pub. em 1968.

CRIAÇÃO DO BICHO-DA-SÊDA — Luiz Paolieri — Engº Agrônomo. Folheto da Secretaria da Agricultura de São Paulo. Serviço de Sericicultura — Av. das Amoreiras. 165 — C. Postal 360 — tel. 3900 — Campinas.

—

PÊSSEGO — CARTILHA DO PRODUTOR — Publicação do Escritório de Pesquisas e Experimentação do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul — Ministério da Agricultura Série Extensão n.º 16 — Junho 1968, 27 p., in 8.º — Pelotas — RS.

—

INFLUÊNCIA DAS RAÇAS SÔBRE A PUREZA DA SÊDA "GREGE" — (Ens. realizado no S. de S. no periodo de 1965/66) Arnaldo Borgonovi — Sericultor Chefe da Seção de Indústria do Comércio do Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Est. de São Paulo. Av. das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 93909 e 93900 — 13 págs., in 8.º — Campinas — São Paulo — 1966 — pub. em 1968 — Boletim Técnico de Sericultura n.º 48.

—

TRIGO, 68 — Recomendações de Variedades e Épocas de Plantio PARANÁ — SANTA CATARINA — RIO GRANDE DO SUL — Publicação do Escritório de Pesquisas e Experimentação do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul — Ministério da Agricultura — Circular n.º 38 — Junho 1968, 15 p., in 8.º — Pelotas — RS

VIDA CARA

REMÉDIOS INÓCUOS

J. Sampaio Fernandes

Ao acompanhar pela imprensa diária os esforços de órgãos controladores de preços, que jogam fora inùtilmente centenas de milhares de contos em tabelar, montar máquina de repressão, fiscalizar e... concordar com as inevitáveis altas, quando melhor seria que tais milhares de contos se empregassem no estímulo real ao aumento da produção, na melhor organização dos mercados de distribuição, no melhor policiamento dos campos onde medram a miséria, o analfabetismo, a prepotência de donos que exploram o trabalhador, pois ainda há disto.

A incultura agrícola do trabalhador, que tira dez de onde, com práticas modernas e assistência técnica, poderia retirar cem, lembrei-me do célebre romance de Alexandre Manzoni "I PROMESSI SPOSI", história milanesa, onde entre outras coisas verídicas e históricas daquela época em que os espanhóis dominavam grande parte da Europa mediterrânea, nos conta o episódio da revolta milanesa então governada por Dom Gonçalo Fernandez de Cordoba. Vale a pena transcrever algo do texto do romance, baseado em fatos reais então ocorridos.

"Era aquêle o segundo ano de colheita escassa"... "E qualquer das colheitas ainda não acabara de ser enceleirada, já as provisões para o exército, e o desperdício que sempre as acompanha, faziam-lhe dentro um tal vazio, que logo a penúria se fazia sentir e com a penúria êsse seu doloroso como inevitável mas salutar efeito, o encarecimento"...

"Mas quando se chega a um certo ponto... nasce em muitos a opinião de que a razão disso não é a escassez." Esquece-se que ela foi temida, predita; supõe-se sem mais nem menos que há grão bastante, e que o mal provém de não ser êle vendido em quantidade suficiente para o consumo; suposições essas que não estão nem no céu nem na terra, mas que lisongeiam a um tempo a cólera e a esperança"... Os açambarcadores de grão (grão é o trigo, fundamental na economia alimentar européia), reais ou imaginários, os possuidores de terra que não o vendiam todo num dia, os padeiros que compravam, em suma todos aquêles que o tivessem um pouco ou bastante, ou que passassem por tê-lo, a êstes se lançava a culpa da escassez e do encarecimento, êstes eram o alvo da queixa geral, a abominação da multidão, mal e bem vestida"... "Os magistrados alguma coisa faziam: como, por exemplo, estabelecer o preço máximo de alguns gêneros, cominar penalidades a quem recusasse vender, e outras ordenações dêsse gênero. Como porém tôdas as providências do mundo, por mais rigorosas que sejam não têm a virtude de diminuir a necessidade do alimento, nem de fazer surgir gêneros fora da estação; e, como essas, em particular, não tinham a virtude de atraí-los de onde pudesse haver superabundantes; assim o mal perdurava e crescia"... "A multidão atribuía um tal efeito à insuficiência e à fraqueza dos remédios"... "e pedia outros mais decisivos e generosos"... "Na ausência de Dom Gonçalo, o grão-chanceler Antônio Ferrer... que haver pão a um preço justo" (e quem não veria?) é em si coisa desejável e pensou, aqui o equívoco que uma ordem sua pudesse bastar para produzi-lo. Fixou a *meta* (assim chamam à tabela de preços) do pão ao preço que seria justo se o trigo se vendesse comumente a trinta e três liras o alqueire — e vendia-se até a oitenta. Fêz como uma mulher que, já não sendo jovem, pensasse rejuvenescer alterando a sua certidão de batismo".

Ordens menos insensatas e menos iníquas haviam mais de uma vez, pela própria resistência das coisas, ficado sem execução"...

Não vale a pena transcrever mais, pois basta o que ficou dito para mostrar que a ilusão dos tabelamentos é velha, dêles derivando o câmbio negro, a sonegação, sempre que o preço não é o justo, que a mercadoria é escassa e que de onde não há não é possível tirar. Como tenho acentuado muitas vêzes, nos meus trabalhos, os tabelamentos só são compreensíveis em tempo de calamidade pública: uma guerra, um bloqueio, uma epidemia, como a gripe espanhola, que tudo desorganizou. Fora de tais circunstâncias é um incentivo ao câmbio negro, é um desestímulo ao produtor e ao comércio honesto. Seu proveito é nulo, mais de fachada, mais para meia dúzia, do que para o conjunto da população que quer o artigo e o paga, embora com sacrifício. Preços livres alentam a concorrência. Os comerciantes vão à procura dos artigos onde se encon-

Associação Brasileira de Juízes de Animais

Fundou-se em Belo Horizonte, a 13 de dezembro último, a Associação que traz o título acima.
Visa a nova entidade aos seguintes objetivos:

a) Manter um quadro de juízes, constituído por técnicos de reconhecido valor, especializados para julgar as diferentes raças, das espécies animais econômicamente exploradas no país, que normalmente são apresentadas em Exposições a fim de poder atender às solicitações das Entidades organizadoras de tais certames, de modo a proceder a um julgamento criterioso, dentro de uma unidade de doutrina, objetivando o melhoramento da pecuária nacional.

b) Traçar diretrizes para julgamento das diferentes raças, econômicamente exploradas, visando sempre ao aprimoramento dos respectivos plantéis.

c) Estabelecer um perfeito entrosamento com as Associações de raças e Entidades congêneres, determinando uma única doutrina sob o ponto de vista técnico-científico, que leve à meta desejada para cada uma das raças econômicamente exploradas.

d) Organizar periòdicamente cursos de juízes, dentro de normas e critérios, que atendam às exigências estabelecidas por diretrizes básicas, para cada raça, de modo a ter juízes capazes de julgá-las.

e) Manter constante contato com as autoridades técnicas do Ministério da Agricultura, Ministério do Exército, Secretarias de Agricultura dos Estados e outras Entidades interessadas, de modo a estar em dia com as orientações dadas por estas organizações governamentais, e Entidades de classes de caráter nacional que orientam o registro genealógico das diferentes raças no que diz respeito ao melhoramento dos respectivos rebanhos.

f) O julgamento deverá ser procedido por juiz único; entretanto êste poderá ter dois assessôres, como auxiliares, embora a responsabilidade seja sempre do titular.

g) Os juízes, quando designados para julgar, perceberão um *pro labore* pelos seus serviços técnicos profissionais prestados durante a exposição que obedecerá a regulamentação própria.

Os estatutos foram aprovados em assembléia-geral daquela data, tendo sido presidente da mesa o Dr. Pedro Bertolucci.

Daqui fazemos os melhores votos pela prosperidade da ABJA.

---

trem êles, dêles cuidam, porque sabem que seu lucro está garantido. Com tabelamentos, mais menos arbitrários, com intervenções nos mercados produtores, os comerciantes se retraem. Aparece a escassez, os preços sobem, muitas vêzes sem razão, só porque os tabelamentos afugentaram a mercadoria. Mas é difícil conseguir incutir tais verdades na cabeça de pessoas bem intencionadas mas despreparadas para a função econômica. Hélio Beltrão, que se não me engano é filho do velho amigo e companheiro da Sociedade Nacional de Agricultura, Heitor Beltrão, tão cedo roubado à convivência dos seus amigos e admiradores, deve conhecer tais problemas, mas creio que não pode intervir no assunto, assoberbado por outros e prementes problemas. Esperemos.

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO EST. DO RIO

Está sendo iniciada a construção do núcleo rural de Funchal, em Cachoeiras de Macacu, que será o primeiro núcleo da Cooperativa de Eletrificação Rural que abrange aquêle município e o de Itaboraí, no Estado do Rio.

Esta obra será a primeira execução efetiva de eletrificação rural integrada no sistema cooperativista que se realiza no vizinho Estado. Apóia-se em um ano e meio de trabalhos de levantamento de cadastros, elaboração de projetos e de consecução e vinculação de verbas, realizado pela Secretaria das Minas e Energia através da Divisão de Eletrificação Rural.

Adalberto Serra

CLIMAS DE GOIÁS

(Estudo realizado no C. Nacional de Pesquisas)

Iniciaremos neste ponto a descrição dos Climas Aw de Savana (inverso sêco) encontrado no interior do Brasil.

PÔRTO NACIONAL — 10° 43'S — 48°25'w — 238 m. — Clima Aw.

A temperatura média tem um valor anual de 25°,6, os mensais oscilando de 27,6 (Setembro) a 24,3 (Julho), com uma amplitude anual de 3°,3.

A dupla onda térmica significa nôvo mínimo de 24°,9 (Fevereiro), quase tão intenso quanto o do Inverno, e máximo secundário em Abril (25°,7), numa oscilação de 0°,8. A temperatura se eleva desde Agôsto, tendo a Primavera como estação mais quente. Declina então sob as chuvas, voltando a crescer, quando estas vão terminando, para cair depois durante o Inverno. Os índices superam, como dissemos, 26° de Agôsto a Outubro, ficando abaixo de 25° em Junho e Julho.

A média anual das máximas é bastante elevada (33°,0), com valôres mensais desde 31°,0 (Fevereiro) até 35°,9 (Setembro), e amplitude de 4°,9. As tardes mais quentes correspondem à fase Agôsto-Setembro, superando 35°, as mais frescas ao verão chuvoso, com Dezembro a Março pouco acima de 31°. Na verdade, a partir de Novembro e até Abril, as máximas estão abaixo de 32°,5, superando 33° de Maio a Outubro, e 35° como vimos, em Agôsto-Setembro.

Como sempre, o Inverno pouco influi no elemento, a sêca reforçando mesmo os valôres.

As mínimas têm média anual de 20°,0 e tornam-se mais elevadas em Novembro (21°,7), menores em Julho (15°,9), daí resultando 5°,8, para a amplitude anual. A fase chuvosa é tôda de mínimas mais altas superando 21° de Outubro a Abril; mais é o inverno que trará o declínio, com Junho a Agôsto aquém de 17°,6. Dêsse modo, só as mínimas explicam a queda da temperatura média na estação fria, contrariada pelas máximas.

A posição continental permite uma amplitude diurna de 13°,0 com extremos 18°,6 (Agôsto) e 9°,6 (Fevereiro). O elemento permanece reduzido na época das chuvas, em tôrno a 10° de Novembro a Abril, e mais acentuado na sêca, superando 15° de Junho a Setembro. Quanto à máxima absoluta alcançou 42°,8 (Agôsto), e apenas em Fevereiro e Março nunca chegou a 38°, limite superado nos demais meses. Em verdade, Agôsto a Outubro constitui a época dos maiores extremos, acima de 40°.

A mínima absoluta já desceu a menos de 10°, pois temos registro de 9°,5 (Julho). Aliás, de Maio a Agôsto, por ocasião das grandes friagens, valôres de 10° a 11° costumam ocorrer, enquanto de Novembro a Abril nunca desceram aquém de 15°. É assim de 33°,3 a amplitude absoluta.

Todos os dias do ano são quentes (351), os mais frescos (14) ocorrendo de Novembro a Abril, sem dúvida em fases de muita chuva. Quanto às noites quentes somam 237, o que resulta em 128 frescas, verificadas sobretudo de Maio a Setembro. Tais meses têm 16 e 11 noites frescas, e todo Inverno cêrca de 28, com apenas 2 quentes cada um. Os ventos são muito fracos, em média 0,7 mps., valor pràticamente constante nos vários meses, sem registro de ventanias.

A umidade relativa de média anual 76,7%, é mais reduzida no inverno, ficando de Julho a Setembro abaixo de 70% (com 60,8% em Agôsto). Supera 80% de Novembro a Abril, com máximo 86,4% em Fevereiro. Oscila dêsse modo com as precipitações.

A nebulosidade média é 7,7, elevada como vemos, e atinge o máximo 9,0 em Fevereiro, com mínimo 5,7 em Junho o que resulta em amplitude 3,3. A fase mais encoberta transcorre de Outubro a Março, acima de 8,0, e a mais limpa, ainda assim nublada, de Maio a Agôsto, abaixo de 7,0 ou melhor, em Junho-Julho, aquém de 6,0. Isto significa um forte total de dias encobertos, 204 por ano, os meses de Outubro

a Março tendo em média 23 dias cada. Mas sob rápido declínio para 11 de Maio, notam-se 4 ou 6 dias em Junho e Julho, recrudescendo a 11 em Agôsto. Não é necessário explicar tal oscilação, ligada às fases de chuva e sêca.

Mesmo neste último período, os dias claros são raros, 1-2 por mês de Maio a Agôsto, e 0 nos restantes, totalizando 8 por ano. Isto significa que mesmo o inverno será nublado. É forte a insolação (2.612 horas) com máximos de 314 (Agôsto) e mínimo 129 (Fevereiro). A fase das chuvas tem os menores índices, abaixo de 200 horas mensais de Outubro a Março, enquanto a sêca registra os maiores, além de 250 horas cada mês, de Maio a Agôsto.

Chove bastante em Pôrto Nacional, numa altura de 1.813 mm, com máximo 298 mm (Janeiro) e mínimo de 0 em Junho. Os meses de Dezembro a Março têm todos mais que 250 mm., nenhum alcançando 300, enquanto na época sêca os meses de inverno registam cada um menos de 10 mm, estando abaixo de 50, tanto Maio como Setembro. É pois de Outubro a Abril a fase chuvosa, e o inverno a de sêca.

Quanto à maior altura em 24 horas, atingiu 101 mm, registrados em Janeiro, todos os meses podendo coletar acima de 50 mm, com exceção de Junho a Julho. Chove quase um dia em cada três, no total de 131 por ano, dos quais 58 superam 10 mm. De Outubro a Abril chove sempre mais de 10 dias cada mês, atingindo 20 de Dezembro a Março. Mas durante o Inverno, nenhuma precipitação ocorre (sòmente 1 dia em Agôsto). Isto confirma o período chuvoso de Outubro a Abril.

A trovoada é tão freqüente quanto a chuva (134 dias por ano), os vários meses de Outubro a Março registrando em média 18 dias cada. O período Maio-Agôsto é pouco trovejado, de 0 a 4 dias por mês.

Já o nevoeiro, bastante raro, 22 casos por ano, ocorre apenas de Outubro a Maio, e sòmente os meses de Fevereiro a Abril registram cada um 4-5, enquanto nenhum se forma de Junho a Setembro. É um fenômeno portanto de verão, sob a maior umidade, as máximas reduzidas permitindo o declínio até a condensação.

O orvalho por fim, ocorre no total de 133 dias por ano, sendo mais freqüente (14 a 15 dias por mês) de Novembro a Junho, e mais raro, 1 ou 2 dias em Agôsto e Setembro.

Conclui-se que P. Nacional tem um clima quente, dia e noite, úmido mas não em excesso, com céu bastante encoberto e chuvas pesadas. Máximas e Mínimas de extremos acentuados, sendo elevada a insolação. Há contudo cêrca de 130 noites frescas por ano, contra raros dias em tais condições. Mais de 200 são encobertos, chovendo um dia cada três, e notando-se poucos dias claros. Não é portanto recomendável o clima.

PALMA — 12° 33'S — 47° 47' W — 271 m. — Clima Aw.

A temperatura média anual é de 24°,0, com maior valor mensal de 25°,8 em Outubro, e menor 22°,2 em Julho, sob amplitude anual de 3°,6. A fase mais quente é a Primavera, quando de Setembro a Dezembro as temperaturas superam 25°,0, e a mais fresca Maio a Agôsto (menos de 24°,0), ou melhor Junho-Julho, aquém de 23°,0.

Em ordem decrescente temos a Primavera (acima de 25°), o Verão (24 a 25°), Outono (24°), e Inverno (menos de 23°). Mal se registra a dupla onda, de amplitude 0°,1. Mas de qualquer modo os dados são suspeitos.

Apenas temos valôres das máximas, com média anual 32°,7, oscilando os índices mensais de 35°,1 (Setembro) a 31°,5 (Fevereiro), sob amplitude 3°,6. A dupla onda indica máximos em Setembro e Maio, mínimos Fevereiro e Julho, mas a segunda ondulação é fraca, de amplitude 1°,2. Por isso mesmo, as tardes quentes correspondem à Primavera acima de 34° de Agôsto a Outubro, e as mais frescas ao Verão, com 32° ou menos de Dezembro a Março, Fevereiro sendo o de menor índice. A sêca traz elevação à tarde, acima de 32° de Abril a Julho, e ainda maior aquecimento a partir de Agôsto. O inverno atua sòmente pelo declínio de 0°,2 entre Maio (32,7) e Julho (32,5). (Não há observações de mínima ou da amplitude). A máxima absoluta atingiu 40°,3 (Setembro), e índices acima de 39° podem ocorrer em geral de Agôsto a Janeiro, mas só aquém de 37° de Maio a Julho.

Quanto aos dias quentes totalizam 314, com cêrca de 50 frescos, e aliás igualmente distribuídos, a uma taxa de 5 por mês (Setembro a Fevereiro), ou sòmente 3-4 (Março a Agôsto). Persistem assim sérias dúvidas quanto à qualidade das observações.

O vento é regular, com média anual 2,2 mps, ligeiramente maior na Primavera (2,4 em Setembro) e menor no Outono (2,0 em Abril). Isto corresponde a 18 ventanias por ano, geralmente associadas às trovoadas, em taxas de 2-3 cada mês no período chuvoso (Outubro a Março), e apenas 0-1 na fase de sêca, Abril a Setembro.

Quanto à umidade permanece elevada, em média 78,6%, e oscila de 84,6% (Fevereiro) a 68,0% (Setembro), apresentando de Novembro a Abril índices acima de 80%; mas de Julho a Setembro abaixo de 75%, só no último mês ficando aquém de 70% como já vimos. Já a nebulosidade é bem menor que em P. Nacional, sob média anual de 4,8, e extremos 6,7 (Fevereiro) ou 2,5 (Julho), numa amplitude anual 4,2. Mesmo durante a fase chuvosa, de Novembro a Março, a cobertura se conserva pouco superior a 6, caindo no período Junho-Agôsto a 2,5.

De tão fracos índices, resultam apenas 57 dias encobertos por ano, a taxas mensais 8-10 de Novembro a Março e 0-2 no período sêco,

Maio a Setembro. Quanto aos dias claros já são em maior número, 67 por ano, apenas 1 mensalmente de Novembro a Março, mas totalizando 14 dias em cada um dos meses de Inverno. Não possuímos dados de insolação.

A precipitação atinge 1.553 mm e se concentra de Novembro a Março, os meses dêste período tendo mais que 200 mm (máximo 288 em Dezembro). Abril e Outubro, de transição, registam respectivamente 100 e 132, mas na fase de sêca ocorrem 11 em Maio e 29 em Setembro, os meses do Inverno registrando cada um menos de 5 mm (mínimo Junho com 1 mm.)

Atingiu contudo 260 mm (em Novembro) a maior altura recolhida em 24 horas, só no período Junho a Setembro nunca tendo qualquer precipitação diária superado 50 mm.

Chove pouco, relativamente, um dia em cada quatro (84 por ano, dos quais 52 acima de 10 mm). Temos em média 12 a 14 dias chuvosos em cada um dos meses de Novembro a Março, mas só 7-8 em Abril e Outubro, e 0-1 nos de Maio a Agôsto.

As trovoadas ocorrem sob média de um dia cada cinco, pois totalizam 73 por ano. Em verdade a taxa do verão é maior, um cada três, dado que de Outubro a Março todos os meses têm de 9 a 11 dias.

Enquanto isso, apenas 0-2 se verificam nos do período Maio a Agôsto.

Os nevoeiros são apenas 31 no total do ano, a contagem mensal quase constante de 2-4 dias, não se notando uma preferência acentuada, apenas leve aumento para 3-4 no período Janeiro-Abril. É freqüente o orvalho, somando 201 dias, em média 15-16 cada mês, salvo em Abril a Maio, com respectivamente 20 e 25 dias.

Palma é assim quente, com máximas elevadas, sobretudo na Primavera, bastante úmida, mas céu raramente coberto, apenas nublado.

Vento acentuado, e chuvas apenas regulares, um dia cada quatro, como vimos, quase sempre com trovoadas. De cada cinco dias um é claro, em média (no Inverno, um cada dois). Há sòmente 50 dias frescos por ano, de tudo resultando clima apenas pouco melhor que o de Pôrto Nacional.

TAGUATINGA — 12° 16' — 45° 54 w — 605 m. — Clima Aw.

É de 24°,3 a temperatura média anual, com extremos de 26°,3 (Setembro) e 23°,1 (Julho), numa amplitude 3°,2. Transcorre de Agôsto a Outubro o período mais quente, com 24,7 — 26°,3 — 25°,6. Desde Novembro as temperaturas se mantêm próximo de 24°, assim persistindo até Maio mas é nítida a ondulação secundária, com mínimo 23°,6 em Fevereiro e máximo 24°,4 em Abril sob 0°,8 de amplitude. Nos períodos Dezembro-Fevereiro e Junho-Julho, os valôres ficam abaixo de 24°,0, superando 25° em Setembro e Outubro.

A média das máximas, devido à altitude, já é bem menor que nos postos anteriores, pois se limita a 30°,9, com extremos 33°,6 (Setembro) e 29°,6 (Fevereiro), significando uma amplitude anual de 4,0. As máximas, a partir de Fevereiro (29,6) crescem lentamente, com o declínio das chuvas até Maio (30°8), o Inverno, embora sêco, trazendo fraca redução para 30°,5 (Julho). Mas a volta do Sol, sob escassa nebulosidade, eleva bruscamente os índices para 32°,1 (Agosto) e 33°,6 (Setembro), só então as fortes chuvas causando decréscimo para 30°,3 (Novembro) e 29°,8 (Dezembro).

Resumindo: máximas acima de 32° na Primavera (Agôsto a Outubro), e abaixo de 30°,5 no período Novembro-Março, de tardes mais frescas.

Quanto às mínimas, as observações são duvidosas, pois embora registrem média análoga à de P. Nacional (20°,4) com maior valor em Setembro (22°,0) e menor Julho (18°,8) sua amplitude é bem inferior, de 3°,2, contra 5°,8 em P. Nacional.

Assim devem ser postos de parte os valôres, para uma análise exclusiva do seu comportamento: permanecem mais elevados na Primavera (Setembro 22°,0, Outubro 21°,7), declinando com as máximas sob o refôrço das chuvas, e se conservando em tôrno de 20°,5 de Dezembro a Abril. Tem início então o decréscimo do Inverno, até 18°,8 (Julho), mas só neste mês e no anterior encontramos índices abaixo de 20°, pois Agôsto já registra 20°,3.

Será assim de 10°,4 a amplitude diurna (P. Nacional 13°,0, com mínimas mais exatas). No entanto, duvidosos como sejam, não deixaremos de transcrever os valôres: acima de 11° no período Junho e Outubro (11°,7 em Setembro), e abaixo dos 10° de Novembro a Março 9°,1 em Fevereiro).

A máxima absoluta quase alcançou 40° (39°,9 em Novembro), e índices acima de 37° podem ocorrer de Agôsto a Dezembro, mas nunca ultrapassando 36° de Maio a Julho.

A mínima absoluta observada foi 10°,7 (Julho), mas o elemento é precário, como sabemos. Aliás só neste mês e em Junho (14°,3) — ocorrem leituras abaixo de 15°. Em todos, contudo, pode o termômetro descer aquém de 17°, temperaturas entre 16° e 17° tendo sido registradas de Agôsto a Abril. Resultam por fim 29°,2 para a amplitude absoluta (em P. Nacional 33°,3).

Todos os dias são quentes (350), apenas 15 frescos ocorrendo, e distribuídos à razão de 1-2 cada mês. A altitude permite no entanto quase 200 noites frescas por ano, dado que as quentes totalizam 163, à razão de 12-15 todos os meses (20 contudo em Setembro e Outubro), mas reduzidas para 8-5 em Junho-Julho. Há pois que esperar uma noite fresca em cada duas, salvo no Inverno, quando quase todas o são:

Climas de Goiás

NOITES FRESCAS

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jn.	Jl.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
17	16	18	15	19	22	26	18	10	11	15	15	202

Sob êste ponto de vista o clima é agradável, portanto. Mesmo os ventos, dada a situação em planalto, têm uma velocidade maior que em P. Nacional, com 1,6 m.p.s. (Média anual), variando de 2,6 (Julho) a 1,0 (Novembro).

Permanecem de Junho a Setembro acima de 2,0 m.p.s. de Novembro a Abril em tôrno a 1,0. Mas ocorrem apenas 5 ventanias por ano, 1 cada mês, de Novembro a Março.

A umidade, dada a proximidade da área sêca B, já se encontra bem mais reduzida que em Pôrto Nacional, com media anual 65,0%.

Varia aliás de 80,0% (Fevereiro) a 45,6% (Agôsto), sob 35% de amplitude. Só em Novembro, a época chuvosa permitirá medias superiores a 70%, e que assim se mantêm até Abril. Em Maio já temos 61%, e no Inverno 54% (Junho) 53% — (Julho) e 45,6% — Agôsto, com Setembro ainda sêco: 47%, e Outubro igualmente 61%.

A nebulosidade se apresenta regular, entre os valôres de Palma e P. Nacional, sob media anual 5,8; oscila entre 8,0 (Novembro) e 2,7 (Julho), numa amplitude 5,3. Elevada no período Outubro a Março, acima de 7,0, cai ràpidamente em Maio, mantendo-se de Junho a Agôsto em tôrno a 3,0, para subir bruscamente em Outubro.

Há assim um número mais acentuado de dias encobertos que em Palma, mas longe da freqüência de P. Nacional. Temos a contagem global de 121, a taxas quase constantes, entre 15-19 de Outubro a Março (19 em Novembro), contra 1-3 de Maio a Agôsto (1 em Junho ou Julho), tudo acompanhando os períodos de chuva (no total 107), ou de sêca (sob apenas 14 dias encobertos).

Quanto aos dias claros, são 65, e após a escassa contagem do período úmido (1-2 cada mês, de Outubro a Abril), tornam-se mais freqüentes, com 12-15 nos meses de Inverno, Junho e Agôsto. Não há porém registros de insolação nesta localidade.

Examinando as precipitações constata-se uma altura anual de 1.681, mm, os vários meses, de Outubro a Abril, tendo acima de 100 mm (Novembro a Março além de 200), sendo mais chuvoso Dezembro (313 mm). O periodo Maio a Setembro é bastante sêco, todo com menos de 15 mm, exceto no último mês, de 36. Mas chove só 5 mm em Julho ou Agôsto e 0 em Junho.

Quanto à maior precipitação em 24 horas alcançou 85 mm (Fevereiro), mais que 50 podendo ocorrer em qualquer mês, excluindo o período Maio a Agôsto, abaixo daquele nivel. Em Junho a maior precipitação diária foi de 3 mm.

Chove 107 dias por ano, sobretudo de Novembro a Março (15-18 dias cada mês), os de transição, Abril e Outubro, tendo 9 dias cada. De Maio a Agôsto a freqüência mensal se situa em 0-2, o primeiro valor correspondendo a Junho e Julho. Há no total 55 dias com mais de 10 mm.

Nota-se um número regular de trovoadas, 89, quase constante de Outubro a Março, a taxas de 12-13 por mês, com declinio para 0-2 no periodo Maio a Agôsto. O nevoeiro é muito raro, 3 dias no conjunto do ano, todos no Verão.

Quanto ao orvalho, mais freqüente, com 104 dias, ocorrendo sobretudo no período quente, à razão de 13-17 dias por mês de Novembro a Abril, mas nunca se formando de Junho a Setembro, justamente a fase mais sêca, abaixo de 60%.

Em resumo, Taguatinga é quente, com máximas em média 31º. Na verdade, todos os dias permanecem aquecidos, o que não impede a existência de 200 noites frescas. É de 20º a média das mínimas, com extremas da escala termométrica 40º e 11º. Clima sêco, sobretudo no Inverno, e precipitação regular, mas não muito freqüente, menos de um dia cada três sendo chuvoso. Poucas trovoadas, tudo dando uma impressão favorável das condições climáticas, bem melhores que na planície, sôbre Palma ou P. Nacional.

GOIAS — 15º 56'S — 50º 08w — 520 ms. — Clima Aw.

A antiga capital do Estado foi abandonada em grande parte devido ao seu clima inconveniente. Vejamo-lo em resumo. É de 23º,6 a média anual da temperatura, com valôres mensais oscilando de 25º,0 (Setembro) a 21º,3 (Julho), sob portanto 3º,7 de amplitude. A segunda ondulação é fraca: mínima 23º,8 (Janeiro), máximo 24º,2 (Abril). O período mais quente, acima de 24º, ocorre na primavera, Setembro a Novembro, estabilizando-se os valôres em tôrno a 24º no Verão e Outono (êste mais quente), e declinando para menos de 22º em Junho e Julho, pois Agôsto já tem 23º,1.

Quanto às máximas situam-se na normal de 31º,8, variando de 34º,1 (Setembro) a 30º,0 (Dezembro), com amplitude 4º,1.

São mais quentes as tardes na Primavera, com Agôsto a Outubro acima de 33º, e mais frescas no Verão, em tôrno a 30º. O valor se eleva no Outono, quando ocorre o máximo secundário (32º,3 — Abril), declinando ao mínimo 31º,4 em Julho. As médias são pois de 32º no Outono e 31º,5 no Inverno; o elemento tendo uma evolução análoga à da média.

Já as mínimas possuem média anual bastante baixa, indicativa do Planalto, com 16,6. Serão mais quentes as madrugadas em Dezembro (18º,3), e mais frias em Julho (12º,9), numa amplitude 5º,4. Na verdade o valor fica pràticamente estacionário, entre 17º,9 e 18º,3 de Outubro a Março, pouco se reduzindo em Abril (17º,4). O declínio ocorre a partir de Maio (15º6), com Junho 13º3, Julho — 12º,9 e Agôsto — 14º,2; Setembro já tem noites mais quentes, sob 17,1.

Existe aliás uma segunda onda, de mínimo Janeiro

Climas de Goiás

(17°,9), máximo Março (18°,2).

Vemos desse modo que o Planalto apresenta máximas elevadas mesmo no Inverno, com mínimas baixas. Na Primavera a máxima é mais acentuada, o que ainda não ocorre com a mínima, devido à reduzida nebulosidade. No Verão, pelo contrário, declina a máxima e cresce a mínima, tudo devido à maior cobertura.

A amplitude diurna, de média anual 15°,2, é assim menor no Verão (11°,7 em Janeiro), e se mantém de Novembro a Março entre 11°,7 e 13°,4.

Mas no Outono sobe ràpidamente até o máximo em Agôsto (19°,2), cabendo dizer que no Inverno permanece acima de 18°, caracterizando a continentalidade da região.

Foi registrada a máxima absoluta de 40°,0 (Outubro), e valôres acima de 38° podem ocorrer desde Agôsto até Abril, no periodo Maio a Julho o elemento nunca ultrapassando 36°. Quanto à mínima absoluta desceu a 4°,9 (Julho), valôres abaixo de 10° podendo se registrar desde Abril até Outubro, ou menores que 6° nos meses de Inverno.

De Novembro a Março porém, a mínima é sempre superior a 11°.

Do conjunto resultou 35°,1 para a amplitude absoluta.

Há cêrca de 50 dias frescos, a taxas mensais variáveis, de 3 nos meses da Primavera, a 5 nos do Verão, pois os dias quentes somam 315 por ano. Quanto às noites apenas 54 se apresentam quentes, com 311 frescas, portanto. Tôdas o são aliás no periodo Maio a Agosto, e em média 25 a 22 nos meses restantes, o número das noites quentes (0 no Inverno) variando de 4 (Abril) a 9 (Dezembro).

Os ventos permanecem muito fracos, sob média anual 0,8 m.p.s., sempre abaixo de 1,0 de Outubro a Abril, e acima de Maio a Agôsto, com mínimo de 0,4 (Novembro) e máximo 1,3 (Julho). A região é assim desfavorecida quanto à circulação, nenhuma ventania ocorrendo normalmente. A umidade acentuada, sob média 77,3%, tem máximo em Dezembro 85,3% e mínimo Agôsto — 65,0%; permanece de Novembro a Abril acima de 80%, mas abaixo dos 70% de Julho a Setembro, numa amplitude anual de 20%.

É esta ainda que explica a nebulosidade apenas regular (5,9), de extremos 8,3 — Dezembro e 3,2 — Julho, com amplitude elevada, de 5,1. Na verdade permanece quase encoberto o céu de Novembro a Março, acima de 7,5 em média, com Dezembro e Janeiro superando 8,0. Mas em Maio e Setembro temos apenas 4,2 e 4,6, mas durante o Inverno a fraca cobertura de 3,2.

A contagem anual dos dias encobertos atinge assim 127, com freqüências mensais 17 a 21 de Novembro a Março, mas abaixo de 5 desde Maio até Agôsto (1 em Junho). No periodo citado, o total apenas atinge 8 dias. Já os dias claros se concentram no Inverno, com 11-12 — cada mês, e apenas 7-8 em Maio ou Setembro, e mesmo o de Dezembro a Março. O total do ano é ùnicamente de 56.

A insolação, forte em Goiás, dado que totaliza 2.406 horas, registra em Agôsto 270, e em Dezembro 132 horas.

Todos os meses, de Abril a Agôsto, têm mais que 200, e Dezembro a Fevereiro menos que 150 horas.

Tal variação se deve à época das chuvas, êste elemento somando 1.785 mm/ano, com extremas em Janeiro (332) e Julho (apenas 2 mm). Os meses de Novembro a Março superam 200 mm (Dezembro a Janeiro mais que 300), enquanto os de Maio a Agôsto registram abaixo de 20 mm (Junho e Julho) 4 e 2, respectivamente).

Foi porém muito elevada a maior precipitação recolhida em 24 horas (377 mm em Março), com valôres acima de 100 de Janeiro a Abril, mas abaixo daquele índice nos demais meses.

Os dias de chuva somam 114, com freqüências 17-18 nos meses de Dezembro a Março, e 0-1 nos do Inverno, Junho a Agôsto. O total de Abril a Setembro se reduz a 18 dias, valor idêntico ao de Janeiro. Cêrca de metade das observações (60 dias) corresponde a mais de 10 mm em 24 horas.

A trovoada, por outro lado é rara, apenas 42 ocorrências por ano, em média 4-6 nos vários meses de Setembro a Março, só 1 nos de Maio a Agôsto (0 em Julho). Não há registros de nevoeiros (2 dias por ano, ambos no Verão), ou mesmo de orvalho, com apenas 5 dias, todos no Verão.

Diremos assim que Goiás possui um clima quente de dia mas fresco à noite, chuvoso e úmido, nublado, com máximas e mínimas acentuadas (40° e 5°).

Insolação forte e ventos fracos tornam as condições desagradáveis à tarde. Quanto à chuva não é muito freqüente, e as trovoadas raras. A experiência dos habitantes não recomendou o clima, tendo sido a cidade abandonada como capital.

(Continua)

CENTRAL DE INSEMINAÇÃO

Ainda no 1.º semestre dêste ano, a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio entregará aos pecuaristas do Norte fluminense a 1.ª Central de Inseminação Artificial do Estado do Rio, estando as obras de construção em fase adiantada. A Central n.º 1 está sendo construida no município de Cordeiro.

Êsse órgão, segundo o Secretário de Agricultura, Sr. Edmundo Campelo, permitirá a melhoria dos rebanhos bovinos do Estado do Rio, de modo rápido e econômico, em razão do alto preço de um reprodutor importado.

A Secretaria de Agricultura oferecerá, por outro lado, ampla assistência técnica aos criadores que se interessarem em aplicar a inseminação artificial, visando com isso ao melhor aproveitamento do sêmen utilizado. A Secretaria de Agricultura já dispõe de reprodutores selecionados para a produção do sêmen, mas já cogita da importação de outras espécies, particularmente da Dinamarca.

CULTURA DO CAQUI

(Diospyros Kaki L.)

Eng. Agron. Almiro Gonçalves de Castro — Chefe do Serviço de Horticultura do Departamento de Agricultura do Estado da Guanabara.

Embora a cultura do caquizeiro seja antiga no Estado, serão relativamente pouco numerosos os pomares existentes. Localizam-se quase todos nas encostas das Serras do Viegas e Bangu, sendo a variedade cultivada, conhecida pelo nome de "Estrêla". Aliás, esta variedade nada mais é do que a "Roma Forte", muito cultivada no Estado de São Paulo. Esporàdicamente, são encontradas em todo o Estado árvores da variedade "Caipira", utilizada no Estado de São Paulo como porta-enxêrto. As introduções realizadas pelo Serviço de Horticultura da variedade de "Taubaté" foram coroadas de êxito, podendo assim ser recomendada a sua cultura.

Propagação — No Estado da Guanabara a propagação do caquizeiro é realizada por rebentos de raizes. O ideal é a muda enxertada. De qualquer forma o transplante se realiza no período de pausa vegetativa observado com a queda de tôdas as fôlhas nos meses de julho e agôsto.

Solos — O caquizeiro vegeta admiràvelmente bem nas encostas de nossas serras, de solos profundos.

Espaçamento — Nos terrenos de média fertilidade o espaçamento mais indicado é o de 6 x 6 m; nos solos pobres, 5 x 5 m é o ideal. Tendo em vista que o cultivo se realiza em terrenos inclinados, é indispensável o plantio em nível ou em terraços.

Coveamento — Pelo menos um mês antes do plantio das mudas se fará a abertura das covas, cujas dimensões ideais serão de 60 x 60 x 60 cm, incorporando-se à seguinte adubação:

Estêrco de galinha bem curtido	20 kg
Farinha de ossos	800 g
Sulfato de amônio	150 g
Cloreto de Potássio	50 g

Os adubos deverão ser perfeitamente misturados entre si. e, em seguida, com a terra das camadas superficiais da cova, utiliza-se esta mistura para enchê-la novamente. A época de plantio para as mudas de raiz nua (enxertos ou rebentos de raiz), vai de julho a agôsto. No plantio, cuidados especiais deverão ser tomados para que a muda fique cêrca de 5 cm mais elevada em relação ao nível do solo, e tenha suas raizes bem distribuídas na cova. É indispensável a rega da muda duas vêzes por semana quando não chove. A cobertura do solo da cova com palha ou capim é interessante a fim de evitar a rápida evaporação e, conseqüentemente, o ressecamento da terra.

Tratos culturais — O solo deve ser mantido suficientemente livre do mato, mediante carpas superficiais. As carpas profundas atingem as raizes, provocando uma imediata brotação da zona traumatizada.

A adubação é feita, preferìvelmente no início das águas, com 200 gramas da fórmula 10-5-20, podendo ser repetida em janeiro, quando a árvore se apresenta bem carregada.

Poda — Iniciada a brotação da muda, torna-se necessário, desde cedo, cuidar da planta, de maneira a deixá-la com um tronco único e 3 pernandas inseridas entre 50 e 80 cm do chão. Para tanto, executam-se tantas desbrotas quantas necessárias, durante o período de vegetação. No fim do primeiro ano, em julho, os 3 ramos principais são podados a um têrço ou a metade do seu comprimento, deixando-se depois crescer em cada um dêles, dois ou três ramos secundários. Êstes são por sua vez podados, estimulando-se, assim, a formação dos ramos terciários. O importante é constituir um esqueleto básico de ramos, dando à copa a forma de vaso medianamente aberto e tornando-a capaz de sustentar cargas pesadas.

A poda de frutificação, que é executada, anualmente, no inverno, deve-se limitar apenas a uma limpeza geral dos ramos secos, decrépitos, doentes, entrelaçados, e ladrões, de maneira a se manter o interior da copa sempre bem arejado.

Colheita e destanização — A colheita na Guanabara começa em março indo até maio. Os frutos devem ser cuidadosamente colhidos com tesoura de poda, quando mostram coloração amarelo-avermelhada. As primeiras produções se verificam a partir do 2.º ano.

Para se proceder à destanização de pequenos lotes de caquis taninosos, para o consumo local, como é o caso da Guanabara, é suficiente aplicar sôbre o cálice 2 cc de vinagre não pasteurizado, deixando-os armazenados sôbre tabuleiros de madeira, em local quente, durante 2 a 8 dias.

As melhores variedades chegam a produzir cinco caixas grandes de caquis por planta.

Boletim Técnico n.º 1

Notícias e Informações

CONVÊNIO ASSINADO

O Ministro Ivo Arzua assinou Convênio com a Sociedade Nacional de Agricultura e o Fundo Federal Agropecuário para incremento do ensino agrícola médio. Êsse Convênio é a continuação de outros anteriores, assinados em diferentes gestões do Ministério da Agricultura e se desenvolvem na Escola de Horticultura Wenceslao Bello, mantida há longos anos na Guanabara por aquelas entidades.

EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS EM MINAS, ESTADO DO RIO E ESPÍRITO SANTO

Em Minas Gerais, o calendário para 1969 é o seguinte:

Maio:

3 a 10 — Uberaba (XXXIV Exposição Agropecuária) — (XI Exposição Nacional de Zebu)

16 a 24 — Patos de Minas (V Exposição Agropecuária) — (XI Festa Nacional do Milho)

25 a 28 — Volta Grande (I Concurso Leiteiro)

25 a 1/6 — Curvelo (XIX Exposição Agropecuária — (I Exposição Estadual de Zebu)

25 a 1/6 — Barbacena (II Exposição Agropecuária)

31 a 7/6 — Juiz de Fora (XI Exposição de Gado Holandês)

Junho:

1 a 5 — Divinópolis (I Exposição Agropecuária)
8 a 15 — Belo Horizonte (IV Exposição Estadual Agropecuária)
13 a 16 — Capitão Enéas (II Feira de Gado)
17 a 20 — Coração de Jesus (II Exposição Agropecuária)
18 a 22 — Laginha (II Exposição Agropecuária)
25 a 29 — Governador Valadares (II Exposição Agropecuária)
29 a 6/7 — Leopoldina (XXXIII Exposição Agropecuária)

Julho:

2 a 6 — Sete Lagoas (IX Exposição Agropecuária)
6 a 9 — Heliodora (IV Semana Ruralista)
6 a 12 — Itajubá (III Exposição Agropecuária)
12 a 16 — Dores do Indaiá (V Exposição Agropecuária)
16 a 20 — Luz (III Exposição Agropecuária)
20 a 22 — Pirapora (IV Exposição Agropecuária)
20 a 24 — Monte Carmelo (III Exposição Agropecuária)
20 a 27 — Carangola (XXII Exposição Agropecuária)
23 a 30 — Guaxupé (IV Exposição Agropecuária)
24 a 27 — Morada Nova de Minas (XI Exposição Agropecuária)
27 a 31 — Pitangui (III Exposição Agropecuária)

Agôsto:

3 a 10 — Ponte Nova (XIV Exposição Agropecuária)
3 a 10 — Pouso Alegre (VIII Exposição Agropecuária)
6 a 10 — Lagoa da Prata (I Exposição Agropecuária)
6 a 10 — Conselheiro Pena (II Exposição Agropecuária)
13 a 17 — Bom Despacho (II Exposição Agropecuária)
13 a 17 — Bambuí (I.ª Exposição Agropecuária)
19 a 24 — Itanhandu (II Exposição Agropecuária)
20 a 24 — Januária (II Exposição Agropecuária)
20 a 24 — Pedro Leopoldo (VI Exposição Agropecuária)
20 a 26 — Arcos (I Exposição Agropecuária)
27 a 30 — Itapecerica (I Exposição Agropecuária)
31 a 7/9 — Muriaé (XXIII Exposição Agropecuária)

Setembro:

3 a 7 — Unaí (IX Exposição Agropecuária)
3 a 7 — Formiga (IX Exposição Agropecuária)
7 a 10 — Janaúba (I Exposição Agropecuária)
7 a 14 — Caxambu (XXI Exposição Agropecuária) — (IX Exposição Estadual de Gado Holandês)
10 a 15 — Itaguara (II Exposição Agropecuária)
11 a 14 — Francisco Sá (I Exposição Agropecuária)

17 a 21 — Aimorés (III Exposição Agropecuária)
18 a 21 — Porteirinha (I Exposição Agropecuária)
21 a 28 — Três Corações (IV Exposição Agropecuária)
24 a 28 — Passos — (XII Exposição Agropecuária)

Outubro:

1 a 5 — Nanuque (I Exposição Agropecuária)
8 a 12 — Contagem (IV Exposição Agropecuária)
12 a 18 — Alfenas (XIII Exposição Agropecuária)

Boa Esperança (Aniversário da Cidade) — Ainda sem data definitiva.

No Estado do Rio: Miracema (3 a 7 de maio); Itaperuna (10 a 14 de maio), com o VIII Concurso Leiteiro; Itaboraí (22 a 25 de junho); Paraíba do Sul (25 a 29 de junho); Cordeiro (13 a 17 de julho); juntamente com a II Exposição Estadual; Barra do Piraí (26 a 30 de julho); Bom Jesus do Itabapoana (13, 14 e 15 de agôsto); Campos (20 a 23 de agôsto); Casimiro de Abreu (14 e 15 de setembro), com a Festa da Banana; Resende (28-9 a 1-10); Carmo (9 a 13 de outubro), com Concurso Leiteiro. Ainda com datas marcadas estão as Exposições de Itaocara, Cachoeiras de Macacu, São Fidélis e a Festa da Laranja, em Itaboraí. Haverá, também, entre os dias 19 a 20 de junho, o Concurso Leiteiro de Macuco.

No Espírito Santo: Vitória — de 24 de maio a 1 de junho; Castelo — de 30 de maio a 2 de junho; Castelo — de 30 de maio a 2 de junho; Muqui — de 22 a 25 de junho; Cachoeiro — de 24 a 29 de junho; Mimoso — de 10 a 13 de julho; Afonso Cláudio — de 27 a 31 de julho; São Mateus — de 17 a 22 de setembro; Guaçuí — de 25 a 29 de setembro; Iúna — no mês de outubro, em data a ser marcada.

A Divisão de Promoção e Produção está comunicando aos criadores no sentido de preparar os animais e que os funcionários já estão recebendo as inscrições.

DISTRIBUIÇÃO DE LOTES DE TERRA

Começaram a ser distribuídos aos lavradores do Estado do Rio os primeiros 700 títulos definitivos de propriedade de lotes rurais, que serão entregues pelo Ministério da Agricultura, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Os títulos foram distribuídos pelo ministro Ivo Arzua, da Agricultura, durante solenidade realizada no Núcleo Colonial de São Bento, em Caxias, dentro da programação comemorativa do segundo aniversário do atual govêrno e do quinto do movimento de março de 1964.

Segundo o ministro, a entrega dos títulos "representa a materialização dos ideais revolucionários de março de 1964, estabelecidos no Estatuto da Terra, e a decisão do govêrno Costa e Silva de promover a justiça social através da utilização da terra como instrumento de trabalho em benefício do soerguimento econômico e social do homem do campo".

BNB EM ALAGOAS

As aplicações em Alagoas do Banco do Nordeste do Brasil atingirão NCr$ 54 milhões e US$ 1.500.000, sendo NCr$ 33.400.000,00 e .... US$ 1.500.000 em Maceió; NCr$ 8.400.000,00 em Arapiraca, NCr$ 4.200.000,00 em Batalha; NCr$ 5.200.000,00 em Mata Grande e .... NCr$ 3.000.000,00 em Penedo.

PESTE NO CEARÁ

Notícias do interior do Ceará informam que os rebanhos daquele Estado estão sendo dizimados por uma peste não identificada e que pode alastrar-se aos Estados vizinhos. Segundo essas notícias, sòmente numa fazenda morreram duas mil reses. A peste teria começado no município de Jerumem, espraiando-se depois até Floriano, Picos e Pastos Bons, todos no Ceará. A doença ataca preferencialmente animais acima de dois anos, e, quanto mais gordos, mais ameaçados.

INSTITUTO DE PESQUISAS EM SETE LAGOAS

Durante sua última visita a Minas Gerais, o Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, que se fazia acompanhar de destacadas autoridades de seu Ministério e do Estado, inaugurou a Usina de Beneficiamento de Sementes do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste, localizada em Sete Lagoas, e destinada a produzir sementes melhoradas de arroz, milho, feijão, girassol, trigo, soja e sorgo, para distribuição aos agricultores dos Estados de Minas Gerais e Goiás.

CONSTRUÇÃO DE TRÊS CENTRAIS AGRÍCOLAS

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC — recebeu do Banco Central .. NCr$ 2,7 milhões, para a construção de três Centrais de Serviços Agrícolas, integrantes do Programa Mogiana de Desenvolvimento, visando a elevar o grau de tecnologia e de produtividade da agropecuária na área de ação da Cooperativa Central dos Cafeicultores da Mogiana.

O programa, que utilizará US$ 56 milhões, está dividido em três projetos, o primeiro destinado à instalação de 20 centrais de serviços agrícolas com financiamento da USAID, Banco Central e recursos próprios, o segundo a ser aplicado em crédito orientado para pequenos e médios agricultores com financiamento do BID e o terceiro destinado à prestação de assistência técnica através da FAO.

CRÉDITO RURAL

O V Seminário de Bancos e Instituições de Assistência Técnica à Agricultura, realizado recentemente em Caxambu, sob o patrocínio do Banco Central do Brasil, com a participação de 46 estabelecimentos bancários e numerosas entidades assistenciais, particulares e ofi-

ciais, apresenta um saldo positivo para o aprimoramento das atividades agropecuárias no país. Aprovaram os participantes do certame o princípio fundamental de que o crédito agrícola deve ser conjugado à prestação de assistência técnica ao nível do agricultor. Chegou-se ainda a uma forma prática para promover a articulação de crédito rural com a assistência técnica, de modo adequado e a custos eqüitativos. Diante da notória escassez dos serviços oficiais de extensão e do pleno reconhecimento da necessidade de melhoria da produtividade agrícola, três alternativas foram aprovadas em Caxambu: ampliação dos serviços oficiais de assistência técnica e extensão rural, para que dêles se pudessem valer as rêdes bancárias oficial e privada; organização, pelos próprios bancos, de seus serviços de assistência técnica; utilização, pela rêde bancária, de serviços técnicos privados.

ESTIMATIVA DE SAFRAS BOAS SAFRAS

A estimativa dos técnicos do Govêrno é a de que será, quando menos razoável, para os mais moderados, a safra agrícola dêste ano na região Centro-Sul do país. A safra está pràticamente assegurada, não dependendo mais de chuvas para sua colheita. Prevêem os técnicos, com base nas estimativas de safras, que o desenvolvimento agrícola do país êste ano deverá ser em tôrno dos seis por cento, quando no ano passado êle não passou de 3,9%.

NOVA MODALIDADE DE CRÉDITO

Financiamento de Oportunidade Econômica é a nova modalidade de crédito rural que o Banco Regional de Brasília acaba de estabelecer, visando ao atendimento de mutuários de baixo rendimento, incapazes de conseguir empréstimos em outros Bancos, por não oferecerem as garantias por êles exigidas.

Apoiado em convênios que mantém com a Secretaria de Agricultura da PDF e com a Associação de Crédito e Assistência Rural do DF, o BRB está oferecendo empréstimos aos agricultores e pecuaristas de sua área de ação, dando-lhes assistência permanente de técnicos, para uma melhor planificação de suas atividades.

De acôrdo com o seu programa de ação, o BRB dedica-se, no âmbito do Distrito Federal, ao financiamento das operações da pecuária, tanto no que se refere ao custeio, como aos investimentos do setor. Tomando por base o teto de vinte mil cruzeiros novos por pessoa ou emprêsa, o estabelecimento financia as operações relativas à aquisição de rações, sal, arame farpado, medicamentos veterinários, formação ou melhoramentos de pastagens, formação de capineiras, construção de silos e estábulos; aquisição de máquinas e equipamentos de longa duração; obras de irrigação e açudagem; aquisição de gado leiteiro; custeio da mão-de-obra; adubação verde mediante plantio de leguminosas; conservação do solo e aquisição de gado para recria.

TAXAS

As taxas de juros cobradas pelo BRB nas operações relativas à horticultura e aquisição de pequenos animais são calculadas na base de 12% ao ano, com um acréscimo de 1% correspondente à taxa de fiscalização do Funagri-Funferti. Também de 12% são os juros referentes às operações de financiamento da pecuária de leite, engorda, confinamento e recria de animais. Neste caso, porém, a taxa de fiscalização é de 6% destinados ao Fundepe. Quando do financiamento de máquinas agrícolas em geral, implementos, tratores, material para irrigação, máquinas para instalação, ampliação e modernização de agro-indústrias, os juros são de 12% ao ano, acrescidos de taxa de igual valor exigida pelo Finame.

EXPORTAÇÃO DE CARNE

O Ministro Ivo Arzua informou que a exportação de carne bovina quase duplicou em relação a 1966, e triplicou em confronto com o volume exportado em 1967, quando houve uma queda sensível de vendas ao exterior. Em 1968 foram exportadas cêrca de 65 mil toneladas, para 33 mil em 1966 e 19.378 em 1967.

Quanto ao pinho serrado — frisou o Ministro Arzua — se considerarmos o volume exportado, acusou incremento de 27% em relação a 1967, porém o volume de divisas produzidas com a exportação atingiu em 1968 cêrca de 41% a mais que no ano anterior.

Também a exportação de peixes frescos, frigorificados ou congelados, passou de 1.663 toneladas para 2.884 toneladas em 1968 representando um acréscimo de 63,6% no valor em dólares, que foi de US$ 732 mil em 1967 e US$ .. 1.197.890 em 1968.

Outro resultado favorável foi obtido, segundo o Ministro Ivo Arzua, no aumento das exportações de camarão e lagosta, que juntos superaram em 103% a receita em dólares obtida em 1967, a qual passou de US$ 3.620 mil para US$ 7.367.980,00, no ano passado.

ICM MENOR PARA O CHARQUE

O presidente do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, general Gastão Pereira dos Santos, informou que espera obter a redução no ICM para a exportação do charque, dentro do território nacional. Diz o presidente do Instituto que talvez a própria secretaria da Fazenda esteja fazendo um estudo neste sentido, devido à importância econômica da exportação do charque, para a economia do Rio Grande. Disse também que a safra de charque dêsse ano já está quase que totalmente colocada. E falando sôbre a venda de carne gaúcha para o Rio de Janeiro, o general Gastão Pereira dos Santos explicou que ainda não está bem claro sôbre a quem caberá pagar o tribu-

lo reduzido de 6,5%, se a SUNAB ou os frigoríficos. Se êle fôr pago pelos frigoríficos, os fazendeiros é que arcarão com a despesa. Mas, se fôr a SUNAB, isso não acontecerá e o Estado terá vantagens, pelo volume de vendas e a conquista do mercado nacional.

SAFRA CAFEEIRA 69/70

Começam a surgir as especulações em tôrno da safra cafeeira 1969/70. Um fato ao mesmo tempo curioso e alarmante é que estudos realizados por um grupo de trabalho designado pela Comissão Consultiva do Instituto Brasileiro do Café revelam que as necessidades anuais médias de café do Brasil são da ordem de 26 milhões de sacas, contra possibilidades médias de produção de 22 milhões de sacas, apenas.

Os 26 milhões de sacas necessárias se destinam à cobertura da cota do Brasil no abastecimento do mercado internacional — cêrca de 19 milhões — à demanda interna — mais ou menos 6 milhões — e mais um milhão para atender ao incremento vegetativo do consumo no plano interno e externo. No entanto, para o IBC, as possibilidades de produção no momento são as seguintes: Paraná, 12 milhões de sacas; São Paulo, 6 milhões; Minas Gerais 2 milhões; e outros Estados produtores (entre êles o Espírito Santo), 2 milhões.

A Secretaria de Agricultura de São Paulo informou que a safra paulista dificilmente ultrapassará 5,6 milhões de sacas. Notícias chegadas do Paraná, ainda que não confirmadas oficialmente, dizem que o Estado não produzirá mais de 9/10 milhões de sacas. Assim, verifica-se que há uma expectativa de deficit a médio prazo e que é bastante provável que tenhamos de utilizar, depois de muito tempo, os estoques oficiais, estimados hoje em mais ou menos 54 milhões de sacas ainda aproveitáveis.

ALGODÃO ARBÓREO

Foi liberada pela Sudene a primeira parcela do convênio assinado com o Govêrno do Rio Grande do Norte, cuja execução será feita pela Ancar-RN, para instalação de 654 hectares de algodão arbóreo nos municípios de Cruzeta, Florânia, Parelhas, Jardim do Seridó, Acari e Currais Novos.

Serão feitos também ensaios de adubação química e orgânica — êstes últimos com torta de mamona — assistidos pela Secretaria de Agricultura, nos municípios de Florânia, Currais Novos, Acari e São Vicente, sendo selecionados 20 campos de primeiro ano e igual número para campos de dois anos.

O agrônomo João Batista Gurgel foi indicado pelo Govêrno do Estado para ser executor do convênio, que contará com uma verba de NCr$ 20.200 mil, na quota estipulada como primeira parcela. O total do convênio soma NCr$ 57.200 mil.

Ainda êste ano, serão instalados em Acari, Currais Novos e Jardim do Seridó, 100 hectares de campos básicos para plantio de sementes puras, vindas do município de Cruzeta, onde o Ipeane mantém uma estação experimental e que servirão para campos de multiplicação a serem instalados a partir do próximo ano.

DENÚNCIA À SUDENE

Em documento que entregaram à Sudene, os empresários de projetos agropecuários da Paraíba denunciaram uma autêntica extorsão no mercado da captação dos recursos das deduções do Impôsto de Renda, para investimentos em seus empreendimentos.

Os empresários paraibanos sugerem à Sudene "encontrar o meio viável de, compulsòriamente, aplicar êsses recursos no setor agropastoril". Consideram que a adoção dessa medida "daria um sentido frutífero aos enormes gastos efetuados na elaboração dos projetos e, do outro lado, justificaria o elevado custeio dos departamentos encarregados e responsáveis pelas soluções à problemática da atividade agrária nordestina".

Afirma o documento, assinado por doze empresários:

A vertente exposição incorpora a um só tempo, uma denúncia aos entraves que estão comprometendo o êxito da programação dêsse organismo no setor agropecuário, como ainda um apêlo ao vosso reconhecido descortino da problemática sócio-econômica de nossa região.

MAIS CRÉDITO PARA O CAMPO EM SÃO PAULO

O presidente do Banco do Estado de São Paulo, Sr. Lélio de Toledo Piza, divulgou os planos do órgão para financiamento da comercialização da safra agrícola de São Paulo e Estados vizinhos, incluindo, no Rio Grande do Sul, a carne e a lã.

Já foram expedidas instruções às agências do banco, que de acôrdo com a orientação do Governador Abreu Sodré, estão autorizadas a operar à taxa de 16%, incluindo juros e comissões, pelo prazo de 120 dias.

CENTRO DE TELECOMUNICAÇÕES QUE AJUDARÁ A PREVER O TEMPO

O Ministro da Agricultura, Ivo Arzua, inaugurou a Estação de Telecomunicações de Niterói, construída pelo Escritório de Meteorologia para transmissão de mensagens meteorológicas.

Em seu discurso, o Sr. Ivo Arzua ressaltou a importância da meteorologia para a agricultura e as vantagens que a estação inaugurada trará para o país. Revelou ainda que serão inauguradas até junho as Estações de Telecomunicações do Recife, Belém e Cuiabá. Estas estações fazem parte do plano do Govêrno federal para dinamizar as transmissões de mensagens sôbre condições meteorológicas no país.

AGRICULTORES SE UNEM POR ELETRICIDADE

A primeira Cooperativa Central de Eletrificação Rural do país foi constituída em Brasília, para unir agricultores e criadores numa maior utilização de eletricidade em seus trabalhos. A Cooperativa Central contratará com emprêsas concessionárias a compra de quotas de energia

elétrica em baixa ou alta tensão; transmissão, distribuição e venda da energia a tarifas acessíveis; construção, manutenção e exploração de linhas de transmissão e rêdes de distribuição; além de empréstimos para atingir suas finalidades ou para suas filiadas comprarem aparelhos de baixa tensão.

ABOLIÇÃO DO ICM NO EST. DO RIO

Desde o mês de abril, não está sendo mais cobrado ICM na primeira transação, efetuada na fonte, para produtos agropecuários "in natura". Isto foi o que constou de um decreto-lei assinado pelo governador fluminense e publicado no Diário Oficial. Responsável pela iniciativa é o secretário Edmundo Campelo Costa, da Agricultura. A extinção do ICM para produtos rurais virá inclusive baratear o custo de certos alimentos obrigatórios na mesa fluminense, tais como o arroz, o feijão, a farinha, os grãos em geral e os hortigranjeiros.

AGROPECUÁRIA NO CEARÁ

A agropecuária no Ceará será ainda êste ano beneficiada com o programa de empréstimos do Banco do Estado e da Secretaria da Agricultura aos pequenos e médios plantadores e criadores. Os financiamentos atingem um total de NCr$ 60.905 milhões, que vão ser aplicados, preferencialmente, aos 60 municípios que não receberam êsses incentivos, no ano passado. Os principais setores serão a melhoria de plantéis de corte e de leite, suinocultura, pesca e avicultura. No setor agrícola, receberão prioridade os pequenos e médios cultivadores de algodão, caju, banana e verduras.

POLITICA ALGODOEIRA

Os técnicos do setor econômico-financeiro começaram a se reunir procurando elaborar um plano de comercialização externa da safra de algodão dêste ano, que é uma das maiores dos últimos tempos. O Govêrno viu-se compelido a proceder a êsses estudos, em face do comportamento dos exportadores que tendem a baixar os preços do algodão no mercado internacional, com o que a receita de divisas sofrerá uma queda, ao mesmo tempo em que sôbre os produtores recairão grandes prejuizos. É que, pressionado pelo exportador, o produtor é compelido a vender algodão a preços mais baratos.

PRODUÇÃO DE CAFÉ PARANAENSE

A safra cafeeira do Paraná para êste ano não deverá ultrapassar os nove ou 10 milhões de sacas. As previsões feitas pela Secretaria de Agricultura do Estado indicam, porém, que a sua qualidade poderá ser considerada ótima. De qualquer forma, o que parece certo é que o Instituto Brasileiro do Café terá que lançar mão dos estoques governamentais para poder cumprir seus compromissos na cota de exportação prevista pelo Acôrdo Internacional, que é de mais ou menos 14 milhões de sacas no ano Convênio 1969/70.

PESQUISAS DA SUDENE

A Sudene conforme já foi anunciado, deverá ampliar consideràvelmente êste ano o seu programa de pesquisas, valendo ressaltar um importante trabalho que desenvolverá na região de Pacajus, sôbre o cajueiro, que é a principal fonte de recursos naturais daquela zona.

Aquela autarquia, através de seus técnicos, pretende elaborar com relação à cajucultura os seguintes estudos: contrôle da autrocnose, influência da urteração NP no desenvolvimento do cajueiro, possibilidades de retardamento da deterioração do hipocarpo do caju, ensaio sôbre a filtração do suco para emprêgo na fabricação da cajuina e introdução ao estudo morfológico de matrizes.

PRODUÇÃO DE LEITE

A produção de leite no País, êste ano, deverá ultrapassar a casa dos 8,5 bilhões de litros, conforme a estimativa de técnicos do Ministério da Agricultura, tendo em vista que o crescimento do produto nos últimos anos vem apresentando uma média de 20 por cento.

PRODUÇAO DE TRIGO

A produção de trigo do Rio Grande do Sul representou, no ano passado, 74% de tôda a colheita da região Centro-Sul, com um total de .. 642.500 toneladas, para .... 861.772 toneladas colhidas nos três Estados produtores, incluindo Paraná e Santa Catarina.

Os dados estão contidos em relatório elaborado por técnicos do Ministério da Agricultura, após proceder ao levantamento estatístico das últimas colheitas.

AUMENTO DA CULTURA DE ALGODÃO

O aumento de 130% na produção algodoeira de Minas Gerais, e de 12% na de arroz, a segunda em volume da região centro-sul, foram os principais resultados obtidos nas colheitas do ano passado, segundo revelam dados levantados pelos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura.

O levantamento mostra ter havido em 1968 redução de 11% no volume de produção de batata inglêsa, resultante em parte da menor área cultivada, que baixou de 10 mil hectares em 1967, para 9.300 ano passado enquanto o índice de rendimento também baixou de 10.300 para 9.900 quilos por hectare.

TAMBÉM O ARROZ

A colheita de algodão mineiro passou de 84 mil toneladas em 1967 para 193.600 toneladas ano passado, ou seja, mais 130% em relação àquele primeiro ano. A área plantada, que em 1967 foi de 188 mil hectares, atingiu 243 mil hectares em 1968, representando um incremento de 29%. Os índices de rendimento por hectare subiram 78%, passando de 447 para 796 quilos.

A safra de arroz, a segunda em volume (apenas supe-

rada pela de Goiás), atingiu 1.099.500 toneladas, contra 905.500 em 1967, representando incremento de 12%. A área plantada passou de ... 748.900 hectares para ...... 912.500 hectares, superior em 22% à do ano anterior.

CRESCE POUCO A AGRICULTURA PAULISTA

"O govêrno está preocupado com a agricultura, uma vez que o crescimento da produção bruta paulista em 1968 foi de 8% em relação ao ano de 67, mas nesse crescimento a agricultura não teve participação", declarou o secretário da Agricultura, sr. Antonio Rodrigues Filho, ao presidir em Rio Prêto o lançamento oficial do Plano Regional de Assistência Técnica à Agricultura — PRATA.

ISENÇÃO PARA OS REBANHOS

A importação de animais reprodutores "exclusivamente para a melhoria dos rebanhos" está isenta de impôsto, de acôrdo com a regulamentação do Decreto-lei n.º 37 (18 de novembro de 1966) assinada pelo Presidente da República, estendendo, também, êste benefício à compra no mercado internacional de sementes e espécies vegetais.

No documento, fica o Conselho de Política Aduaneira autorizado, desde que por solicitação do Ministério da Agricultura, a suspender a isenção, na hipótese de ficar comprovado que a importação esteja prejudicando a produção nacional.

INCENTIVOS DA SUDENE

Desde 1966, até hoje, a SUDENE aprovou 161 projetos agropecuários, com investimentos globais da ordem de NCr$ 261,6 milhões, dos quais NCr$ 182,3 milhões provenientes dos incentivos fiscais dos artigos 34/18 dos planos diretores da autarquia.

Dos Estados nordestinos, o que mais recebeu incentivos agrícolas foi o da Bahia, com 24, seguido por Minas Gerais, com 14. Os projetos dos demais Estados estão assim distribuídos: Maranhão, 2; Ceará, 9; Rio Grande do Norte, 1; Paraíba, 8; Pernambuco, 7; Alagoas, 1 e Sergipe, 1.

PESQUISA BRASILEIRA

A revista "Foreign Agriculture", do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, dedicou duas páginas inteiras ao progresso da citricultura no Brasil. Declara que a industrialização brasileira nésse particular avançou enormemente durante o período da Revolução. E assim, escreve, "em pouco tempo o Brasil se tornou um dos grandes exportadores mundiais de suco de laranja, triplicando a exportação entre 1963 e 1967". Com isso, "lucrou o País 6,7 milhões de dólares, exportando principalmente para a Alemanha Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Holanda e França". Trecho significativo: "O suco de laranja é hoje um dos mais fortes itens da exportação brasileira de alimentos, excedida apenas pelo café solúvel, manteiga de cacau e carne".

CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira, vista de maneira global, teve um crescimento real de 7 por cento em 1968, acompanhando, por conseguinte, a recuperação do nível de atividade que se estendeu por três trimestres de 1967, em resposta às medidas de política econômica implementadas por uma boa safra agrícola.

Esta conclusão é de um grupo de técnicos do Ministério da Fazenda, em estudo concluído recentemente, e que aponta o setor industrial como tendo utilizado plenamente a sua capacidade, na maioria dos ramos, exigindo investimentos para a continuação de sua expansão.

CAMPEÕES DA IRRIGAÇÃO

Irrigação é uma prática destinada a prover o solo de água necessária ao melhor crescimento das plantas. Além disso, protege as colheitas em certos períodos de muita sêca, refresca o ambiente, dilui os adubos no solo e ajuda a controlar certos inimigos das plantas.

E esta prática está tão difundido que calcula-se que atualmente existam 162 milhões de hectares irrigados em todo o mundo. Os cinco países de maiores áreas irrigadas são: China 55 milhões de hectares; Índia — 25 milhões (só êstes dois já somam a metade da área mundial irrigada); Estados Unidos da América — 14 milhões; Paquistão — 12 milhões; e URSS — 6,5 milhões.

GADO HOLANDÊS

Um avião da emprêsa argentina "Entre Rios" trouxe dos Estados Unidos 21 novilhas de raça holandesa, adquiridas pelo proprietário da Granja São Martinho, de Campinas, que pagou de frete a importância de 11 mil dólares, ou mais de 40 mil cruzeiros novos. A idade das novilhas, que já se encontram na granja, varia de 24 a 26 meses e os animais se destinam à reprodução.

AGRÔNOMOS ESTRANGEIROS EM CAMPINAS

Vinte agrônomos da República de Formosa, China, visitaram o Instituto Agronômico da Secretaria da Agricultura, em Campinas visando a conhecer os resultados de pesquisas e ensaios realizados sôbre agricultura tropical. Os técnicos percorreram as seções de algodão, fotointepretação e genética, seguindo depois para a estação experimental de Limeira, para constatar as novas conquistas em tôrno das frutas cítricas, sabendo-se que o centro de pesquisas agronômicas, que lá existe, possui a maior coleção de variedades cítricas do mundo num só local e em número aproximado de 600 unidades.

O agricultor francês Marcel Gignaud, que também é estudante e que se encontra há alguns meses no Brasil, estêve no Instituto Agronômico com a finalidade, segundo disse, de conhecer "o maior centro de pesquisas agronômicas tropicais do mundo" e do qual já ouvira falar em seu país. Gignaud, que é descendente de agricultores e cujos pais possuem uma fazenda na Bretanha, afirmou que pretende levar

algumas lições para tentar melhorar os condições agrícolas de sua propriedade, notadamente em relação a algumas frutas que podem perfeitamente adaptar-se às regiões de sua província.

CURSOS PARA MELHORAR A PECUÁRIA

A Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco visando a proporcionar aos criadores, vaqueiros e vacinadores, o domínio de novas técnicas no manuseio do gado, promoveu, nos últimos meses, Cursos de Prática Veterinária nos Municípios de Lajedo, Jurema, Calçados, Angelim, Canhotinho, Salgueiro, Surubim e Itamaracá.

Os nove cursos realizados no ano passado proporcionaram o conhecimento de novas técnicas a 135 criadores, vaqueiros e vacinadores dos diversas regiões fisiográficas do Estado.

DÓLARES PARA PECUÁRIA

O Banco Mundial poderá liberar financiamento de 40 milhões de dólares destinados à pecuária brasileira, e do qual, uma têrça parte irá para o Rio Grande do Sul. Os técnicos Don Stoops e Renato Rossi declararam que durante os quatro dias em que permaneceram no Estado do Rio Grande do Sul, puderam colhêr todos os elementos necessários à elaboração do relatório, e que o entregarão à direção do BIRD, objetivando aquêle financiamento. Os técnicos do Banco Mundial visitaram, em companhia do delegado regional do CONDEPE, diversos estabelecimentos rurais gaúchos.

DIREITO AGRÁRIO

Sob os auspícios da Fundação Getúlio Vargas a Associoção Latino Americana de Direito Agrário e o Instituto de Direito Público e Ciência Política farão realizar, entre os dias 19 de março e 17 de abril, o "Curso de Direito Agrário" para diplomados em Curso Superior e oficiais das Fôrças Armadas. Vinte estudantes poderão participar do Curso a ser ministrado por especialistas em Direito Agrário.

Os interessados poderão inscrever-se, a partir de segunda-feira, dia 10 na sede da ALADA — IDPCP — 11.º andar da Fundação Getúlio Vargas — Praia de Botafogo, no horário de 9 às 11,30 e de 14 às 17.

PROGRAMA

Março 19 — 1. Dados sociológicos, jurídicos e econômicos do Direito Agrário.

20 — 2. Direito Agrário Comparado: Direito Interno e Direito Comparado.

26-27 — 3. Direito Agrário: Sindicalização e Cooperativismo; Sindicatos Agrários, as Emprêsas Agrícolas, trabalhadores na agricultura.

Abril 2-3 — 4. Direito Agrário e Política de Desenvolvimento; Desenvolvimento Agrário e Industrial, Crédito Rural, Impôsto Territorial Rural, Integração Latino-americana.

9-10 — 5. A Emprêsa Agrária e os princípios do Estatuto da Terra; Propriedade familiar e grande emprêsa em face da Conjuntura Brasileira; Iniciativa Privada e Estatização na Agricultura; Medida da Intervenção do Estado.

16-17 — 6. Direito Agrário e Reforma Agrária; Órgãos de Execução; IBRA e INDA; Justiça Agrária; Política de Ocupação da Terra.

OVELHAS PARA O KWAIT

Cinqüenta mil capões (ovelhas machos) estão sendo embarcadas pelo Brasil para o Kwait, no primeira grande exportação dêste tipo já realizada pelo nosso País. Até maio serão embarcadas mais sete mil cabeças, cada uma ao preço de quatro dólares e setenta centavos. O Brasil não faz vendas maiores ao Kwait porque ainda não existem navios devidamente preparados para o transporte vivo das ovelhas.

De maio a outubro a exportação será suspensa, pois é a época do ano em que a lã mais cresce. E a venda de lã é mais vantajosa do que a venda do animal.

DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES

A Secretaria de Agricultura de Pernambuco iniciou a distribuição de 1,5 milhão de quilos de sementes selecionadas de feijão, algodão e milho, nas Zonas do Agreste e Mata do Estado, utilizando, para isso, uma frota de sete caminhões, o que possibilitará o plantio de uma área de 66 mil hectares, para fundação do próxima safra, informou o secretário Danilo Sedrim.

Por sua vez, o Departamento de Produção Vegetal já concluiu a distribuição de 300 toneladas de algodão arbóreo, feijão, milho e arroz na região sertaneja, onde a época de plantio antecede à do Agreste e Mata e, de acôrdo com convênio firmado com o IBC estão sendo distribuidas 714 toneladas de sementes em 50 municípios da zona cafeeira de Pernambuco.

BOA SAFRA DE CACAU

A Bahia poderá ter uma das maiores safras de cacau desde as primeiras colheitas, se as condições climáticas persistirem até o início do recolhimento dos frutos.

A safra que todos consideram uma repetição da de 1959, poderá atingir o montante de 170 mil toneladas, proporcionando divisas consideráveis para o Brasil com a respectiva exportação.

Já nos países produtores de cacau do continente africano as chuvas que cairam intermitentemente determinaram redução considerável na safra 1967-70.

Em Ghana, a safra, que era estimada em 330 mil toneladas, desceu para 305 mil enquanto, na Nigéria, a redução foi de 220 para 170 mil. Em Camarões, a situação, também não é das melhores.

ANO FLORESTAL: 100 MILHÕES DE MUDAS

O Diretor do Instituto Estadual de Florestas, do Estado de Minas, informou à Federação das Indústrias de Minas Gerais, que a entidade que dirige está empenhada na obtenção de cem milhões de mudas no próximo Ano

Florestal. As mudas serão conseguidas através de culturas feitas em viveiros e sementeiras próprios e de outros instalados no interior do Estado, em convênio com as Prefeituras Municipais e emprêsas privadas.

Disse ainda que o IEF está empenhado na formação de uma nova mentalidade florestal, meta que já começa a apresentar resultados: há interêsse para o problema e os municípios mineiros procurarem integrar-se, em número cada vez maior, na atual campanha.

MELHORANDO O ABASTECIMENTO

Duas novas unidades armazenadoras de produtos agrícolas construídas pela CAGESP, cada uma com capacidade para 10.000 toneladas foram inauguradas pelo governador Abreu Sodré nas cidades de Paraguaçu Paulista.

Assim, a capacidade estática da rêde estadual de armazenamento terá um aumento de 320 mil sacas, ampliando-se consideràvelmente as facilidades de estocagem, conservação e comercialização das safras agrícolas.

CRÉDITO RURAL EDUCATIVO

Até o fim de 1969 serão aplicados, cêrca de 15 milhões de cruzeiros novos em Crédito Rural Educativo por cinco Bancos com a co-participação da Extensão Rural no Rio Grande do Sul.

Êste investimento é decorrente de um convênio firmado entre a ASCAR e os Bancos do Brasil, BIRDE, União dos Bancos Brasileiros, Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Banco Nacional do Comércio.

Durante o ano de 1968, já foram aplicados cêrca de 7 milhões e meio de cruzeiros novos, dentro das modalidades do convênio no Estado. Êste montante atingiu 85 municípios do Rio Grande do Sul, onde a ASCAR mantém Escritórios de Extensão Rural. Horizontina e Santa Rosa foram os dois municípios onde se verificou o maior número de empréstimos durante o período. O primeiro, com 344 empréstimos num montante de 565 milhões antigos, e o segundo com 316 empréstimos com uma verba de 478 mil cruzeiros novos.

O Crédito Rural Educativo está sendo desenvolvido em três modalidades: Crédito Rural Orientado, Crédito Habitacional e Crédito Juvenil. Enquanto o Crédito Rural Orientado é utilizado principalmente para investimentos mais reprodutivos, visando a maior produtividade e rentabilidade das emprêsas rurais, o Crédito Habitacional é destinado para a melhoria do nível habitacional, tanto a construção ou terminação de residências rurais, melhoramentos e instalações hidrossanitárias. Finalmente, o Crédito Juvenil tem por objetivo a capacitação dos jovens rurais em atividades agrícolas criatórias, sociais e domésticas, bem como de preparação para uso do crédito como um instrumento educativo. Esta parte está sendo efetivada através dos associados dos Clubes 4-S, que somam 278 Clubes com 7.700 associados em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

ESTOCAGEM DE CARNE

O plano de estocagem de carne de boi não prevê êste ano a participação direta do govêrno federal. Das 35 mil toneladas que garantirão o abastecimento no período mais crítico da engorda — de agôsto a janeiro — 27 mil (77%) se constituirão de boi em pé e não de carne frigorificada.

Como em anos anteriores, a estocagem visa ao consumo dos grandes centros consumidores: Guanabara, São Paulo e Belo Horizonte. Mas pela primeira vez o Govêrno, através da SUNAB, não se compromete a adquirir carne e estocá-la em câmaras frigoríficas "com o objetivo de regular o mercado, a fim de se evitar a elevação dos preços no período de entressafra".

AJUDA DIRETA AO CAMPO

Cêrca de 50% dos financiamentos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento êste ano no Brasil destinados à agricultura, contrariando totalmente a política anterior do BID, que preferia financiar, principalmente, os projetos relativos à construção de hidroelétricas.

No ano de 1967, 15% dos financiamentos concedidos pelo BID ao Brasil foram destinados a projetos agrícolas, mas nos anos de 1968 e 1966 nenhum financiamento foi dado à agricultura.

EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS

Segundo a FAO, continuará ainda por muitos anos a atual situação do comércio internacional de produtos agrícolas, com os países em desenvolvimento no papel de exportadores dêsses produtos, e os países industrializados absorvendo a oferta. No momento, os países ricos da Europa Ocidental e a URSS absorvem cêrca de quatro quintos das exportações da Ásia, África e América Latina.

O Brasil está, segundo a FAO, entre os que têm alguma possibilidade de romper o esquema pouco animador para os países em desenvolvimento traçado pelo estudo. Isto se deve ao comércio exterior de produtos brasileiros manufaturados, cuja importação não apresenta grande diferença no período ... 1963-67, mas que assinala mudança substancial na exportação.

Segundo ainda o estudo da FAO, as exportações brasileiras no setor passaram de 112 mil toneladas em 1963, para 780 mil toneladas em 1967, indicando que o Brasil tem boas perspectivas de industrialização dentro dos próximos anos.

MELANCIA

A safra paulista de melancia de 1967/68 foi da ordem de 40.200 toneladas, correspondentes a uma área cultivada de 1.250 alqueires, segundo dados da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao 1.º semestre de 1968.

GOVÊRNO FEDERAL

AÇÚCAR — Comercialização — Pernambuco e Alagoas — Safra 1968/69 — 1.º Período

O Presidente do I.A.A. estabeleceu as cotas de comercialização nos Estados de Pernambuco e Alagoas para o primeiro período da safra de 1968/69.

Determinou, também que os saldos finais das cotas mensais de comercialização fixadas para a safra de 1967/68, não utilizados até 31-8-68, ficam cancelados e incorporados às disponibilidades. As cooperativas centralizadoras de vendas e as usinas não cooperadas, dos Estados de Pernambuco e Alagoas, poderão usar nos meses posteriores os saldos das cotas básicas de comercialização não utilizados em cada mês do período.

A Divisão de Arrecadação e Fiscalização do I.A.A. procederá ao levantamento das saídas de açúcar cristal verificadas entre 1-9-68 e 31-10-68, para apurar os saldos individuais positivos ou negativos das cotas mensais de comercialização agora estabelecidas. Se os saldos apurados em 31-10-68 forem positivos, poderão ser usados nos meses posteriores; se negativos, será obrigatória sua compensação dentro das cotas básicas de comercialização dos meses posteriores do primeiro período.

Todo açúcar cristal saído além das cotas mensais de comercialização agora fixadas será considerado clandestino, sujeito à apreensão pelo I.A.A.; não sendo possível, ficará o infrator sujeito a multa equivalente ao valor do açúcar comercializado, excedente da respectiva cota mensal (MIC — IAA — Ato n.º 27, de 7-11-68 — DO-II de 5-12-68, pág. 2.763).

AÇÚCAR — MEL — Autorizações Individuais — Pernambuco e Alagoas — Safra 1968/69

O Presidente do Conselho Deliberativo do I.A.A. modificou as autorizações individuais de produção de açúcar e mel rico invertido, deferidas às usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas, na safra 1968/69.

No Estado de Pernambuco, a produção autorizada será de 14,4 milhões de sacos de açúcar, sendo 5,7 milhões no tipo demerara. Os 8,7 milhões de sacos mencionados constituir-se-ão de 6,48 milhões em açúcar do tipo demerara e 2,22 milhões produzidos em mel rico invertido na correspondência de 10 sacos por tonelada métrica. Tal correspondência não poderá ser excedida, inclusive as parcelas de demerara que resultam de permuta com açúcar cristal entre usinas cooperadas, ou entre a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e usinas não cooperadas.

No Estado de Alagoas, a produção autorizada totalizará 7,2 milhões de sacos de açúcar, dos quais 3,4 milhões serão produzidos no tipo cristal e 3,8 milhões no tipo demerara. Até 31-12-68, a produção de açúcar demerara compreenderá um contingente máximo de 6 milhões de sacos, sendo 4 nas usinas de Pernambuco e 2 nas de Alagoas.

A produção de mel rico invertido nas usinas selecionadas será realizada dentro do seguinte programa: a) 122 mil toneladas métricas produzidas e entregues até 31-12-68 ao I.A.A.; b) 100 mil toneladas métricas produzidas e entregues ao I.A.A. após 31-12-68 e até o encerramento da safra de 1968/69 no Estado de Pernambuco (MIC—IAA — Resolução n.º 2.016, de 7-11-68 — DO-II de 5-12-68, pág. 2.764).

AÇÚCAR DEMERARA — Especificações — Pernambuco e Alagoas — Safra 1968/69

O Presidente do I.A.A. estabeleceu as especificações técnicas para a produção de açúcar do tipo demerara nas usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas, durante a safra de 1968/69, devendo as Inspetorias Técnicas Regionais dêsses Estados recusar definitivamente todo açúcar do tipo demerara que apresente polarização inferior a 96,º ou fator de segurança em desacôrdo com as normas estabelecidas (MIC—IAA — Ato n.º 24, de 24-9-63 — DO-II de 5-12-68, pág. 2.762).

AÇÚCAR — Refinarias do Estado da Guanabara — Cotas Mensais Compulsórias

O Instituto do I.A.A. fixou novas cotas mensais de açúcar do tipo Standard, a serem adquiridas compulsòriamente pelas refinarias autônomas da Guanabara encarregadas de abastecer a Guanabara, Niterói, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e municípios limítrofes. Em conseqüência, ficam alteradas as cotas mensais de comercialização daquele produto da safra 1968/69, (MI—IAA — Ato n.º 26, de 23-10-68 — DO-II — de 6-11-68, pág. 2.556).

AGRO-INDÚSTRIA DO NORDESTE — Grupo Especial da Regulamentação

O Grupo Especial para Racionalização da Agro-indústria Canavieira do Nordeste (GERAN) executará programas ou medidas que visem à melhoria de sua produtividade, à solução dos problemas sociais correlatos e à modificação da respectiva estrutura de produção (Decreto n.º 63.915, de 26-12-68 — DO de 27-12-68, pág. 11.264).

AGRÔNOMOS, ENGENHEIROS E ARQUITETOS — Carteira Profissional — 2.ª Via

Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia foram autorizados, pelo Conselho Federal, a expedir segunda via de carteira profissional, cartão provisório de registro ou de identificação, quando ocorrer extravio, inutilização ou deterioração dos originais (MTPS—CFEAA — Resolução n.º 173, de 18-10-68 — DO-II de 7-11-68, pág. 2.577).

BATATAS — Importação — Alemanha Ocidental

O Ministro da Agricultura autorizou a reimportação, no corrente ano, de sementes de batata da República Federal da Alemanha num total de 12.060 caixas, para atender à continuação do programa de produção de sementes de batata alemã iniciado em 1966 em diversos Estados (MA—GB — Portaria n.º 354, de 7-11-68 — DO de 19-11-68, pág. 10.051).

legislação agrícola

BORRACHA — Importação — Suplementação

O Superintendente da borracha autorizou a indústria de artefatos de borracha, sediada no País, a importar borrachas vegetais para suplementação da safra nacional do produto até o limite de 3.700 toneladas. Dêsse total, 1.200 ficarão reservadas à indústria leve e as 2.500 restantes à indústria pesada.

São permitidas a cada firma da indústria leve importações até o limite de duas quotas de consumo, observando o maior consumo mensal verificado no período janeiro-outubro de 1968, e para a indústria pesada até o equivalente a um mês baseado no consumo verificado no mesmo período.

As borrachas importadas de acôrdo com os critérios referidos terão seus preços equiparados aos das mesmas matérias-primas produzidas no País, nêles incluída a TORMB e excluído o ICM. O importador recolherá à Superintendência da Borracha a diferença entre o preço CIF fabricado, produto importado e o preço do produto nacional equivalente pôsto fábrica, sob a forma de TORMB. Tal diferença será calculada tomando-se por base o preço da borracha do Estoque de Reserva, em confronto com o preço estimado na importada, ambos CIF fábrica, do consumidor na data do pedido de importação.

Ao processar a Guia de Recolhimento para depósito no Banco da Amazônia, o importador efetuará o pagamento da TORMB referente à equiparação de preços entre as borrachas nacionais e importadas, sendo-lhe facultado o recolhimento mediante garantia cambial com vencimento até 30 dias a contar da expedição da guia.

A importação poderá ser feita diretamente ou por intermédio de importadora registrada na superintendência (MIC—SB — Portaria n.º 19, de 16-12-68 — DO-II de 26-12-68, pág. 2.969).

CACAU — Exportação — Especificações

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou as novas especificações de padronização, classificação e fiscalização do cacau destinado à exportação. Abrangem essas normas os requisitos referentes à qualidade do produto, suas características e defeitos, coleta de amostras, embalagem, marcação da sacaria e armazenagem (MF—CONCEX — Resolução n.º 42, de 14-11-68 — DO de 4-12-68, pág. 10.505).

CAFÉ — Via Ouro da Ficha-Registro

O I.B.C. comunicou que a partir do 1.º de novembro de 1968, as Vias Ouro da Ficha-Registro permanecerão em poder da Agência que tiver feito o registro do café, mantendo-se sua utilização nos processos de exportação, consumo de bordo e interno e nos demais casos em que fôr exigida a entrega daquele documento (MIC—IBC — Comunicado n.º 52, de 23-10-68 — DO-II de 5-11-68, pág. 2.547).

CARNE — Fixação de Preços — Rondônia e Goiás

A SUNAB estendeu ao Território de Rondônia e ao Estado de Goiás a comercialização da carne bovina, quanto à fixação de preços máximos de venda e contrôle do abastecimento (MA—SUNAB — Portaria .... n.º 1.249/50, de 19-11-68 — DO de 9-12-68, pág. 10.595).

CARNE BOVINA — Fixação de Preços — Estado do Rio

A SUNAB considerou, para efeito da comercialização da nova carne bovina, os seguintes municípios do Estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis — Araruama — Barra do Piraí — Barra Mansa — Cabo Frio — Campos — Cachoeira de Macacu — Duque de Caxias — Itaboraí — Itaguaí — Itaperuna — Macaé — Magé — Niterói — Nilópolis — Nova Iguaçu — Nova Friburgo — Paraíba do Sul — Petrópolis — Rezende — Rio Bonito — São Gonçalo — São João de Meriti — Teresópolis — Três Rios — Valença — Volta Redonda — (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.138, de 17-10-68 — DO de 12-11-68, pág. 9.870).

CARNE BOVINA — Preços — Distrito Federal

A SUNAB estendeu ao Distrito Federal o ordenamento do artigo 8.º da Portaria n.º 992, de 1968, (ver BLA n.º 39, pág. 301), que consolidou as Resoluções e Portaria que envolveram tôdas as fases de comercialização da carne bovina (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.282, de 29-11-68 — DO de 23-12-68, pág. 11.091).

CARNE OVINA — Fixação de preços — Guanabara

A SUNAB fixou para o Estado da Guanabara o preço máximo de NCr$ 2,00 o quilo, por venda da carne de carneiro ao consumidor (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.134, de 17-10-68 — DO de 12-11-68, pág. 8.870).

ENSINO AGRÍCOLA — Preenchimento de Vagas — Agricultores

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária mantidos pela União reservarão, preferencialmente, cada ano, para matrícula na 1.ª série, 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos dêstes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na Zona Rural; nos estabelecimentos de ensino médio mantidos pela União 30% das vagas restantes serão reservadas, preferencialmente, para agricultores ou filhos dêstes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuem estabelecimentos de ensino médio (Decreto n.º 63.788, de 12-12-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.874).

FEIJÃO — Exportação — Especificações

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou as novas especificações de padronização, classificação e fiscalização do feijão destinado ao exterior (MF — CONCEX — Resolução n.º 40, do 14-11-68 — DO de 4-12-68, pág. 10.503).

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL — Delegação de Podêres

O I.A.A. delegou competência ao chefe do Gabinete da Presidência, ao Diretor da Divisão Administrativa, ao Diretor da Divisão de Estudo e Planejamento, ao Diretor de Exportação, ao Diretor da Divisão de Assistência à Produção, ao Procurador Geral, do Diretor da Divisão de Arrecadação e Fiscalização e à todos os Diretores da Divisão de Arrecadação e Fiscalização e a todos os Diretores de Divisões (MIC — IAA — Ato n.º 25, de 18-10-68 — DO-55 de 8-11-68, pág. 584).

IRRIGAÇÃO — Agricultura — Grupo Executivo — Criação

Foi criado o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), com a finalidade de planejar, orientar e supervisionar a atuação integrada dos sistemas dos órgãos federais nos setores de engenharia, agricultura e crédito, vinculados aos Ministérios do Interior, da Agricultura, do Planejamento e Coordenação Geral, e da Fazenda, visando o desenvolvimento da agricultura irrigada. O GEIDA funcionará junto à Secretaria-Geral do Ministério do Interior e será dotado de um Conselho Técnico-Administrativo constituído por dois representantes do Ministério do Interior, dois do Ministério da Agricultura, um do Ministério das Minas e Energia, um do Ministério da Fazenda e um do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, ao qual caberá a coordenação de medidas e ações de caráter interministerial e de uma Secretaria-Executiva.

Compete ao GEIDA: a) estudar, em caráter sistemático, as linhas básicas da Política Nacional de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola, em suas diversas fases, submetendo-as à apreciação dos Senhores Ministros de Estado; b) selecionar os projetos integrados de irrigação, inclusive os que deverão ser apresentados às agências externas de financiamento; planificar as metas físicas dos projetos, as necessidades, de recursos financeiros em tôdas as etapas para a implantação e desenvolvimento dos projetos integrados de irrigação, com o objetivo básico de se alcançar o máximo aproveitamento do solo e da água; c) estabelecer critérios relativos à implantação da pequena, média e grande irrigação, sua estruturação e organização; d) promover a compatibilização do programa nacional da agricultura irrigada com as políticas setoriais para o desenvolvimento econômico e social; e)

supervisionar a atuação integrada dos diversos órgãos e meios de execução do programa de irrigação para o desenvolvimento agrícola; e f) estabelecer normas e diretrizes e propor legislação específica inclusive referentes a obrigações tributárias, organização de fundos financeiros, incentivos fiscais para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

A Secretaria Executiva do GEIDA, que funcionará como órgão executivo do Conselho Técnico, disporá de um Secretário-Executivo e de um Secretário-Adjunto, designados de comum acôrdo pelo Ministério do Interior e pelo Ministério da Agricultura. Compete ao Secretário-Executivo adotar tôdas as providências técnicas e administrativas para o pleno funcionamento do GEIDA, dando cumprimento ás funções que lhe foram cometidas pelo Conselho Técnico. Êste providenciará no sentido de serem criados Comitês regionais e locais para execução dos trabalhos. O Ministério do Interior e o Ministério da Agricultura providenciarão em conjunto com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério da Fazenda no sentido de atribuir recursos iniciais para manutenção do GEIDA, devendo o Conselho Técnico, através da Secretaria Executiva, estudar e propor a consignação de recursos para desenvolvimento dos trabalhos, que servirão, inclusive, de contrapartida aos recursos externos que forem obtidos para desenvolvimento dos projetos integrados de irrigação.

e o estoque no último dia da semana (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.164, de 24-10-68 — DO de 5-11-68, pág. 9.662).

LEITE "IN NATURA" — Boletim de Entradas e Saídas — Pernambuco e Paraná

A SUNAB resolveu que as firmas beneficiadoras e distribuidoras de leite "in natura" em Pernambuco e no Paraná serão obrigadas a apresentar semanalmente boletim referente às entradas e saídas do produto. O boletim especificará o estoque anterior à semana em que fôr emitido, total de entradas e saídas diárias e estoque no último dia da semana (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.251/52, de 19-11-68 — DO de 6-12-68, pág. 10.595).

LEITE "IN NATURA" — Estatística — Boletim Semanal

A SUNAB estabeleceu para os entrepostos, usinas e beneficiamento, responsáveis pelo abastecimento de leite "in natura" do Estado da Guanabara, a obrigatoriedade da apresentação semanal de boletim referente ás entradas e saídas do produto, conforme o modêlo anexo, sendo que o item "saídas" especificará as qualidades distribuídas para consumo e industrialização.

FIRMA:

PERÍODO DE..........A........

ENDERÊÇO:

BAIRRO: Telefone:

DIAS		Estoque Anterior (A)	Entradas (B)	Sub total (C)	SAÍDAS			Total (G)	Estoque que passa (H)
MÊS	SEMANA				Para consumo (D)	Para indústria (E)	Quebras (F)		
	Segunda								
	Têrça								
	Quarta								
	Quinta								
	Sexta								
	Sábado								
	Domingo								
	Total Geral								

O GEIDA será instalado até 19-12-68 (Decreto n.º 63.775, de 11-12-68 — DO de 12-12-68, pág. 10.762).

LEITE "IN NATURA" — Boletim — Apresentação Semanal

A SUNAB determinou às firmas encarregadas do abastecimento de leite "in natura", em Brasília, a apresentação semanal de boletim referente às entradas e saídas do produto.

O boletim terá de discriminar, obrigatòriamente, o estoque anterior, o total de entradas e saídas dia a dia

Os Boletins serão entregues à Delegacia da SUNAB às segundas-feiras até 17 horas, correspondendo ao movimento da semana anterior, sendo obrigatória a apresentação das declarações negativas e conterão: o estoque anterior; o total das entradas e saídas, dia a dia, durante a semana, e o estoque do último dia da semana.

Tais disposições estarão vigendo a partir de 14-11-68 (MA — SUNAB — Portaria n.º 21.1068 — DO de 11-11-68, pág. 9.823).

legislação agrícola

MILHO — Exportação — Teor de Umidade — Alteração

O Conselho Nacional do Comércio Exterior alterou para 14,5% o teor máximo de umidade nos tipos de milho incluídos nas especificações anexas à Resolução n.º 26, de 1968, do Conselho (ver BLA n.º 36, pág. 268) (MF — CONCEX — Resolução n.º 39, de 14-11-68 — DO de 4-12-68, pág. 16.503).

NÚCLEOS COLONIAIS — IBRA — Extinção

Foram extintos os Distritos de Colonização de Duque de Caxias e de Santa Cruz, cujos Núcleos Coloniais com glebas já emancipadas em sua totalidade serão incorporados à vida autônoma dos respectivos municípios e desvinculados de qualquer subordinação ao IBRA. O Núcleo Colonial de Santa Alice continuará incorporado ao patrimônio do IBRA enquanto não fôr emancipada a gleba Cacaria. Os recursos financeiros liberados em conseqüência da extinção já referida serão aplicados pelo IBRA na execução de outros projetos na Área Prioritária do Rio de Janeiro (Decreto n.º 63.712, de 2-12-68 — DO de 6-12-68, pág. 10.586).

ÓLEOS VEGETAIS — Produção — Grupo de Trabalho

O Conselho Nacional do Comércio Exterior criou Grupo de Trabalho encarregado de, no prazo máximo de 90 dias, estudar a situação da produção e comercialização externa de óleos vegetais, principalmente de soja, mamona, amendoim, caroço de algodão, girassol, babaçu e de milho.

O GT será constituído por representantes dos Ministérios do Planejamento, Agricultura e Fazenda, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, dos Sindicatos de Azeite e Óleos Comestíveis de São Paulo e Paraná, de Óleos Vegetais do Rio Grande do Sul e do Nordeste (MF — CONCEX — Comunicado n.º 4, de 5-11-68 — DO de 14-11-68, pág. 9.954).

PELES — COMÉRCIO DE — Criadouros — Regulamentação

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal determinou que o comércio e a industrialização de espécimes da fauna, bem como de seus produtos e subprodutos, serão autorizados mediante comprovação de origem, certificada pelo IBDF, e registro prévio, nesse órgão, das pessoas físicas ou emprêsas dedicadas a essa atividade.

Os animais, objeto de comercialização, ou industrialização terão de proceder de criadouros naturais ou artificiais devidamente legalizados (MA — IBDF — Portaria n.º 253, de 18-4-68 — DO—II de 20-4-68, pág. 904).

PESCA — ARRASTÃO DE PORTAS — Proibição — Lagoa do Estado do Rio

A SUDEPE proibiu, nas lagoas de Araruama, Saquarema e Maricá, o emprêgo do aparelho de pesca denominado "Arrastão de Portas" Otter Trawl ou similar, assim como o uso de qualquer aparelho ou rêde cuja malha seja inferior a 30 mm, medida esta tomada entre dois ângulos opostos, com a malha esticada.

É permitido o uso da rêde denominada "cal-cal", que tenha no máximo 40 m de comprimento e de malha mínima 30 mm. O emprêgo de "tarrafa" só será permitido com a malha mínima citada.

As infrações serão punidas com multa de metade até um salário-mínimo vigente na Capital da República, independentemente da apreensão do material e produto da pescaria, dobrando-se a multa na reincidência (MA — SUDEPE — Portaria n.º 623, de 22-10-68 — DO—II de 27-11-68, pág. 2.692).

PESCA — ESTÍMULOS — Estudo de Projetos

O Conselho Deliberativo da SUDEPE determinou que serão examinados, até 30-4-69, apenas os novos projetos que objetivem, tão-sòmente, a comercialização do pescado. Os demais projetos continuarão a ser recebidos para exame após a data citada (MA — SUDEPE — Resolução n.º 47, de 16-10-68 — DO — II de 27-11-68, pág. 2.692).

A SUDEPE proibiu a pesca com rêde de qualquer

A SUDEPE proibiu a pesca com rêde de qualquer tipo nos rios Maquiné e nos canais de Cornélius e João Pedro, no Rio Grande do Sul.

Nas lagoas de Itapeva, dos Quadros e da Pinguela, a pesca só era permitida com "rêdes de espera", cuja malha mínima seja de 60 mm, medida esta tomada entre dois ângulos opostos, com malha esticada.

É proibido o uso de qualquer aparelho de pesca de arrasto, em tôdas as lagoas, rios e canais do Rio Grande do Sul.

As infrações ao disposto acarretarão multa de metade a um salário-mínimo vigente na Capital da República, independentemente da apreensão do material e produto da pesca, dobrando a multa no caso de reincidência (MA — SUDEPE Portaria n.º 644, de 22-10-68 — DO — II de 27-11-68, pág. 692).

PESCA — REDES DE ARRASTO — Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás — Proibição

A SUDEPE proibiu o uso das rêdes de arrasto nas atividades de pesca. Nas corredeiras e cachoeiras a pesca sòmente será permitida com o emprêgo de molinete, caniço simples e linha de mão.

Proibiu, ainda, a SUDEPE, a pesca com aparelhos denominados de lambada, espinhel, tarrafão, gancho, arpão e covos em Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, bem como a construção de "cercadas" e "paris" ou qualquer outro aparelho fixo no curso dos rios dêsses Estados (MA — SUDEPE — Portaria n.º 617, de 16-10-68 — DO — II de 13-11-68, pág. 2.810).

PESCA — TUCUNARÉ — Proibição — Ribeirão da Laje

A SUDEPE proibiu a pesca do tucunaré comum na reprêsa Ribeirão da Laje, no período de 15 de outubro a 31 de dezembro de 1968 (MA — SUDEPE — Portaria n.º 616, de 16-10-68 — DO—II de 13-11-68, pág. 2.810).

PESCADOR PROFISSIONAL — Qualificação

A SUDEPE determinou que o pedido de autorização prévia para obtenção de matrícula de pescador profissional será feito a requerimento escrito ou verbal, juntando Atestado de Atividade emitido pelo Presidente da Colônia a cuja jurisdição o interessado pertença. Não havendo colônia no local do domicílio ou atividade do interessado, o atestado será assinado por dois pescadores profissionais matriculados.

Não tendo o interessado vínculo com a atividade pesqueira, requererá o documento de autorização prévia à repartição da SUDEPE existente na região ou ao Executor do Convênio de fiscalização com o Govêrno do Estado, que inscreverá o interessado na Colônia da zona mais próxima.

Para os interessados que forem estrangeiros, deverão constar no Atestado de Atividade o número, data de expedição e repartição expedidora do documento de permanência no País. Os naturalizados deverão tr nscrever os dados relativos ao decreto de naturalização. Os menores, além do Atestado de Atividade, apresentarão autorização do Juiz competente da Região (MA — SUDEPE — Portaria n.º 622, de 22-10-68 — DO — II de 27-11-68, pág. 2.692).

PINHO — Exportação — Índices de Participação — Validade

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal determinou que as parcelas atribuídas às emprêsas exportadoras de pinho, nas distribuições dos contingentes exportáveis para os mercados supervisionados pela Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira, que, em 31-12-68, permanecerem pendentes de vinculação à execução de contratos de vendas, perderão a sua validade, para todos os efeitos. A partir de 1-1-69, terão a sua validade apenas as parcelas adjudicadas às emprêsas em função dos percentuais de participação apurados em 31-12-68, conjugados com os índices consignados no quadro sob o título Reflorestamento, da Portaria n.º 107, de 1967, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (ver BLA n.º 1, pág. 14).

As vendas correspondentes ao saldo do contingente pertencente ao Rio Grande do Sul, no volume de ......

2 484 256 p², serão distribuídas às emprêsas jurisdicionadas a Pôrto Alegre que figuravam com saldos credores nos mapas de rateios em 31-10-68.

As realizadas por conta do contingente de 15 004.500 p², instituído pelo Conselho Administrativo da Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira, serão distribuídas às emprêsas exportadoras habilitadas.

O setor que deixar de vender sua parcela até .... 31-12-68 perderá o seu contingente ou o saldo (MA — IBDF — Portaria n.º 666, de 12-11-68, DO — 6 de 26-11-68, pág. 2.683).

PREÇOS MÍNIMOS — Algodão — Arroz — Farinha — Feijão — Mamona e Milho — Região Setentrional — 1969

Foi assegurada a garantia de preços mínimos do algodão farinha de mandioca, feijão, mamona e milho, da Região Setentrional da safra de 1969, atendidas as condições estabelecidas. Os preços mínimos básicos expressos nas tabelas aprovadas são aquêles que serão efetivamente pagos aos produtores ou suas cooperativas, sendo livres de quaisquer despesas adicionais, inclusive impôsto e taxas. A Região Setentrional abrange os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e os Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima.

Foram, também, estabelecidas condições para as operações de financiamento ou aquisição dos gêneros já mencionados, que serão realizadas com produtores ou suas cooperativas podendo as de financiamento com opção de venda ser extendidas, em caráter excepcional, a terceiros. Será, entretanto, necessário para tal extensão que os terceiros comprovem ter pago aos produtores preços nunca inferiores aos mínimos básicos fixados nas tabelas aprovadas.

Os limites, prazos e demais condições de financiamento inclusive normas e padrões de classificação dos produtos, serão fixados pela Comissão de Financiamento da Produção (Decreto n.º 63.809, de 13-12-68 — DO de 16-12-68, pág. 10.849).

REFORMA AGRÁRIA — Desapropriação de Terras — Suspensão

O Ministro da Agricultura determinou que seja sustada a desapropriação de terras por interêsse social, ressalvados os casos de extrema urgência. A sustação surtirá efeito apenas, enquanto se aguarda a apresentação das conclusões do Grupo de Trabalho Interministerial que estuda a execução da Reforma Agrária (MA — GB — Portaria n.º 374, de 14-11-68 — DO de 25-11-68, pág 10.231).

REPRODUTORES (V. Sementes)

RESERVA INDÍGENA — Interdição — Maranhão

Foi interditada temporàriamente, a área indígena habitada pelos índios "Gavião", situada no Estado do Maranhão, Município de Imperatriz, facultando-se à Fundação Nacional do Índio a requisição da cooperação da Polícia Federal para o impedimento ou restrição da incursão de pessoas, cujas atividades sejam consideradas nocivas, na área interditada (Decreto n.º 63.515, de 31-10-68 — DO de 5-11-68, pág. 9.644).

SEMENTES E MUDAS — Comércio — Fiscalização — Análise

O Ministro da Agricultura conceituou têrmos usados em análise de sementes, determinando que os resultados dos exames de sementes silvestres nocivas sejam, por espécie e globalmente, relatados no boletim de análise em número de sementes silvestres nocivas por amostra analisada.

As sementes silvestres comuns e as sementes cultivadas deverão ter os resultados de suas respectivas determinações, ambos feitos na análise de pureza, relatados no boletim de análise em números dessas sementes por amostra analisada (MA — GB — Portaria n.º 382, de 29-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.881).

SEMENTES E MUDAS — Comércio Internacional

O Ministro da Agricultura, para efeito de comércio internacional, relacionou as sementes silvestres nocivas quando encontradas em lotes de sementes importadas (MA — GB — Portaria n.º 382 — B, de 29-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.881).

SEMENTES E MUDAS — Comércio Internacional de Importação — Amostragem

O Ministro da Agricultura autorizou às Diretorias Estaduais a credenciarem os encarregados da amostragem dos lotes de sementes nos portos e aeroportos e da remessa das respectivas amostras acompanhadas de suas fichas de identificação para os laboratórios oficiais (MA — GB — Portaria n.º 382-D), de 19-11-68, DO de 17-12-68, pág. 10.882).

SEMENTES E MUDAS — Comércio Internacional — Diretorias Estaduais

O Ministro da Agricultura designou as Diretorias Estaduais do Ministério da Agricultura para, através de seus órgãos competentes, concederem autorização às entidades interessadas na realização do comércio internacional de sementes e mudas — (MA — GB — Portaria n.º 382-C, de 19-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.882).

SEMENTES E MUDAS — Comércio Interestadual

O Ministro da Agricultura considera válida, para efeito de comércio interestadual, a relação das espécies de sementes silvestres nocivas e seus limites máximos estipulados por atos oficiais do Estado para o lote de semente que tenha sido consignado, transportado ou vendido, desde que êsse Estado tenha firmado convênio com o Ministério da Agricultura (MA — GB — Portaria n.º 382-A, de 29-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.881).

SEMENTES E REPRODUTORES — Impôsto de Importação — Regulamentação das isenções

A isenção do impôsto de Importação compreende: sementes em geral, bulbos, cebolas, tubérculos, raízes tuberosas, brotos crisomas importados exclusivamente para plantio; árvores e arbustos, inclusive os destinados a enxertia plantas de qualquer espécie, raízes vivas e demais elementos de propagação vegetal importados exclusivamente para introdução de novas espécies ou melhoramento das já existentes; eqüinos, asininos, muares, bovinos, ebulinos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos e leporinos com o devido certificado individual de registro genealógico, importados exclusivamente para a melhoria dos rebanhos; peixes e aves domésticas, estas acompanhadas do certificado de registro pertinente, e outras espécies de animais importados exclusivamente para reprodução.

O Conselho de Política Aduaneira poderá, por solicitação do Ministério da Agricultura, suspender tal isenção, comprovado, para tanto, o interêsse da produção nacional (Decreto n.º 63.683, de 22-11-68 — DO de 25-11-68, pág. 10.217).

STUD BOOK BRASILEIRO — Regulamento

O Secretário-Geral de Agricultura aprovou o nôvo regulamento do Stud Book Brasileiro, contendo as normas para registro genealógico de cavalos puro-sangue de corrida e seus mestiços. O Stud Book Brasileiro funcionará através do Escritório de Produção Animal da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo, que exercerá contrôle e fiscalização da procriação, registro genealógico, de identidade e filiação, inscrição da propriedade, transferências, inscrições de animais importados e outorga da certificados de exportação (MA — SGA — Portaria n.º 284, de 22-11-68, DO de 9-12-68, página 10.642).

legislação agrícola

ZOOTECNISTA — Exercício da Profissão

A profissão de zootecnista será exercida pelos portadores de diploma expedido por escolas oficiais, por profissionais estrangeiros com diploma revalidado no País e por agrônomos e veterinários.

As principais atribuições dos zootecnistas consistem em planejar e realizar pesquisas destinadas a orientar a criação de animais domésticos e aplicar medidas visando ao aumento de sua produção. Cabe-lhes, igualmente, supervisionar exposições oficiais de animais e de acompanhar os exames para a inscrição nas Sociedades de Registro Genealógico (Lei n.º 5.550, de 4-12-68 — DO de 5-12-68, pág. 10.529).

ESTADO DE SÃO PAULO

ALGODÃO — Estoque — Estatística

O Secretário de Agricultura determinou que o levantamento estatístico do estoque total de algodão em pluma no Estado será organizado e executado pela Divisão de Inspeção e Classificação Agrícola do Departamento de Assistência Supletiva, da Coordenação de Assistência Técnica Integral, com a colaboração da Bôlsa de Mercadorias de São Paulo.

Tal levantamento abrangerá todo o estoque de algodão em pluma existente no território Estadual às 24 horas do dia 31-12-69 e será executado principalmente: a) nas máquinas de beneficiamento de algodão e nos respectivos depósitos; b) nos depósitos particulares de firmas comerciais e industriais no interior, na capital e em Santos; c) nos Armazéns Gerais; d) nas Docas de Santos; e) nas fiações e outros estabelecimentos industriais; f) nas estradas de ferro e de rodagem, em trânsito ou nos respectivos armazéns, esperando embarque ou retiradas.

Tôdas as pessoas físicas ou jurídicas proprietárias ou depositárias de algodão em pluma estão obrigadas a comunicar, até o dia 10-1-69, os seus estoques por meio de questionários fornecidos pelos órgãos competentes (SA — Atos s/n.º de 5-12-68 — DO — SP de 17-12-68, pág. 20).

ARROZ — (V. Carne)

ARROZ BENEFICIADO — ICM — Redução da Base do Cálculo

Foi reduzida para 33,3% até 5-3-69, a base de cálculo do impôsto de circulação de mercadorias incidente sôbre as saídas de arroz beneficiado, realizadas dentro do território paulista, com destino a contribuintes estabelecidos no Estado.

Os contribuintes, inclusive as companhias de armazéns gerais, que tenham realizado, no corrente exercício, operações de circulação de mercadorias com arroz, em casca e/ou beneficiado de sua propriedade ou de terceiros, ficam obrigados a apresentar, até 12-12-68, à repartição fiscal a que estiverem subordinados uma declaração contendo no mínimo os seguintes elementos: nome endereço e número de inscrição do declarante; quantidade de arroz, em casca e/ou beneficiado existente em estoque no dia 31 de dezembro de 1967; quantidade de arroz, em casca e/ou beneficiado, existente em estoque no dia 5 de dezembro de 1968; assinatura do responsável.

Os contribuintes que mantiverem estoques em locais diversos de seus estabelecimentos estarão, também, obrigados a tal declaração. Constarão, no entanto, em separado os estoques de propriedade de terceiros. As companhias de armazéns gerais declararão as quantidades totais em estoque, dispensada a discriminação dos depositantes. A declaração será apresentada em 3 vias, sendo a terceira devolvida ao declarante como comprovante de entrega.

A obrigação referida não se aplica aos estabelecimentos de produtores, bem como aos que operem exclusivamente no varejo.

A redução da base de cálculo não beneficiará os contribuintes que não prestarem a declaração citada (Decreto Estadual n.º 50.992, de 4-12-68 — DO—SP de 5-12-68, pág. 2).

CAFÉ CRU — ICM — Base de Cálculo — Alteração

Foi modificada a redação do § 5.º do artigo 2.º do Decreto Estadual n.º 48.161, de 1967, referente à base de cálculo do ICM nas operações de café cru, que passa a determinar: "o valor das operações tributáveis poderá ser fixado em pauta expedida pelo Coordenador da Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda, a qual poderá ser modificada, a qualquer tempo, para alteração do valor fixado". (Decreto Estadual n.º 51.037, de 9-12-68 — DO—SP de 10-12-68, pág. 6).

CAFÉ CRU — Distribuição de Quotas — Prefeituras Municipais

A Contadoria Geral do Estado publicou a relação das quotas de participação sôbre operações realizadas com café cru, devidas às Prefeituras Municipais (SF—CGE — Comunicado n.º 10, de 12-11-68 — DO—SP de 12-11-68, pág. 30).

CARNE, MILHO, SOJA E ARROZ — ICM — Saída para o Exterior — Prorrogação de Prazo

Foi prorrogado, até 30-6-69, o prazo de redução da base de cálculo do ICM nas saídas, para o exterior, de carne, milho, soja e arroz (Decreto Estadual n.º 51.202, de 30-12-68 — DO—SP de 31-12-68, pág. 2).

CONSERVAÇÃO DO SOLO — Concurso

O Secretário de Agricultura regulou os concursos de Conservação do Solo, que serão realizados, bienalmente em três escalões: nos âmbitos Sub-Regional, Regional e Estadual.

Aos concursos Sub-Regionais concorrerão as propriedades escolhidas e indicadas pelas Casas da Agricultura. Os proprietários que tenham, em qualquer época, executado trabalhos de Conservação do Solo, executando-se os campeões estaduais, serão considerados inscritos pelas Casas da Agricultura.

Aos concursos Regionais concorrerão as propriedades classificadas em primeiro lugar nos concursos Sub-Regionais. Aos Estaduais, concorrerão as propriedades classificadas em primeiro lugar nos concursos Regionais.

Os campeões estaduais dos anos anteriores têm vedada a sua participação em qualquer âmbito do concurso.

As inscrições para os concursos de Conservação do Solo serão encerradas no dia 31 de janeiro dos anos coincidentes com os certames referentes aos serviços executados até aquela data. O julgamento e a classificação das propriedades obedecerão aos seguintes prazos: até 31 de março — concurso Sub-Regional; até 30 de setembro — concurso Regional; até 31 de dezembro — concurso Estadual.

O critério de julgamento das propriedades será uma combinação de: a) fatôres e condições de conjunto indicadores de aspectos conservacionistas gerais de tôda a propriedade; b) maior ou menor perfeição e intensidade com que cada gleba, de per si, é conservada e c) um fator de compensação pelo maior tamanho das propriedades, proporcional às dificuldades gradualmente crescentes, com a extensão das áreas a serem conservadas. Para a composição da nota final, o "conjunto da propriedade" entrará com 40%; a perfeição das "conservações por glebas isoladamente" com 50% e, finalmente, a compensação do "tamanho da propriedade" com os restantes 10% do total.

Aos agricultores classificados nos três primeiros lugares dos concursos Regionais e no campeão estadual serão outorgados títulos alusivos e prêmios honoríficos (SA — DA — Ato s/n.º, de 3-12-68 — DO—SP de 3-12-68, pág. 20).

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS — Análises — Preços

O Secretário de Agricultura determinou os preços dos serviços de análises dos defensivos agropecuários e ensaios biológicos no laboratório e no campo, postos à livre disposição dos interessados pelo Instituto Biológico, da Secretaria, segundo a tabela a seguir: determinação de princípio ativo e substâncias complementares (preço para cada princípio ativo ou substância complementar),

NCr$ 60,00; acidez ou alcalinidade, expressa em H_2SO_4 ou Na OH, NCr$ 30,00; porcentagem de material insolúvel em acetona, NCr$ 30,00; porcentagem de água ...... NCr$ 20,00; pêso específico, NCr$ 30,00; ponto de fusão, NCr$ 30,00; ensaios de peneira; porcentagem em 150 micra (100 mesh) e 74 micra (200 mesh), NCr$ 50,00; mobilidade de pós, NCr$ 20,00; estabilidade do armazenamento, NCr$ 60,00; fitotoxidade, NCr$ 40,00; suspensabilidade, NCr$ 20,00; características molháveis dos pós dispersíveis, NCr$ 20,00; características molháveis para as culturas, NCr$ 40,00; formação de espuma, NCr$ 20,00; estabilidades dos concentrados emulsionáveis e soluções a baixa temperatura, NCr$ 30,00; ponto relâmpago das soluções e emulsionáveis, NCr$ 50,00; viscosidade, ... NCr$ 30,00; miscibilidade das soluções com hidrocarbonetos, NCr$ 30,00; estabilidade das emulsões, ... NCr$ 20,00; teor de pó não granulado, NCr$ 40,00; densidade aparente, NCr$ 40,00; extração em Soxhelet e determinação na porcentagem de princípio ativo em iscas, NCr$ 200,00; absorção dos pós inertes, NCr$ 30,00; densidade absoluta dos pós inertes, NCr$ 30,00; densidade relativa dos pós inertes, NCr$ 30,00; higroscopicidade, NCr$ 30,00; mobilidade, NCr$ 30,00; óleo miscível ou mineral, NCr$ 20,00; parte não-sulfonável, NCr$ 60,00; determinação de resíduos de defensivos agrícolas nos diferentes tipos de produtos agrícolas, NCr$ 200,00; ensaios biológicos de laboratórios dos defensivos agropecuários, NCr$ 50,00; ensaio biológico de laboratório e de campo dos defensivos agropecuários, NCr$ 500,00; determinação ph, NCr$ 20,00; parecer técnico, NCr$ 50,00 (Sag — GB — Ato s/n.º, 20-11-68 — DO — SP de 21-11-68, pág. 17).

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS — Registro — Certificado do Instituto Biológico

O Secretário da Agricultura baixou instruções para obtenção de certificados do Instituto Biológico necessário ao registro de defensivos agrícolas no Ministério da Agricultura (SA — GB — Ato s/n.º, de 5-12-68 — DO—SP de 6-12-68, pág. 15).

DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA — Estrutura do

O Departamento de Orientação Técnica da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura passou a ter a seguinte estrutura: I — Direção e Conselho Departamental; II — Divisão Fitotécnica (DF), compreendendo: Seção de Cereais; Seção de Plantas Oleaginosas; Seção de Plantas Fibrosas; Seção de Raízes e Tubérculos; Seção de Plantas Tropicais; Seção de Plantas Sacarinas; Seção de Olericultura e Floricultura; Seção de Leguminosas; Seção de Fruticultura, Seção de Café; Seção de Silvicultura e Seção de Defesa Sanitária Vegetal; III — Divisão Zootécnica (DZ), compreendendo: Seção de Grandes Animais; Seção de Médios Animais; Seção de Pequenos Animais e Seção de Nutrição Animal e Pastagens; IV — Divisão de Veterinária (DV), compreendendo: Seção de Zoonoses; Seção de Epizootiologia e Seção de Defesa Sanitária Animal, V — Divisão de Conservação do Solo e da Água (DCS), compreendendo: Seção de Manejo do Solo e da Água; Seção de Foto-interpretação Agrícola e Seção de Fertilidade do Solo e Nutrição Vegetal; VI — Divisão de Sócio-Economia Rural (DSE), compreendendo: Seção de Administração Rural; Seção de Promoção e Organização; Seção de Trabalho com a Juventude Rural; Seção de Economia Doméstica Rural e Seção de Crédito, Legislação e Tributação Rural (Decreto Estadual n.º 50.853, de 18-11-68 — DO — SP de 19-11-68, pág. 28).

ENSINO AGRÍCOLA — Expansão

Foram criados colégios técnico-agrícolas nos seguintes municípios: Cabrália Paulista, Cândido Mota, Cerqueira César, Franca, Garça, Igarapava, Itu, Itapetininga, Jundiaí, Miguelópolis, Mirassol, Monte Aprazível, Paranapanema, Quatá, Rancharia, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão e Vera Cruz.

Fica mantido, temporàriamente, o funcionamento dos atuais ginásios agrícolas e escolas de iniciação, providenciando-se a gradual cessação de suas atividades como unidades de ensino técnico. O pessoal técnico-administrativo e docente dos atuais ginásios e escolas de iniciação agrícola será relotado ou redistribuído para as novas unidades criadas (Decreto Estadual n.º 51.094, de 16-12-68 — DO—SP de 17-12-68, pág. 10).

INSETICIDAS SISTÊMICOS — Grupo de Trabalho — Prorrogação

Foi prorrogada até março de 1969 a existência do Grupo de Trabalho incumbido de estudar a utilização de inseticidas sistêmicos e suas implicações com a saúde pública (Palácio do Govêrno — GB — Resolução n.º 2.158, de 9-12-68 — DO—SP — de 10-12-68, pág. 10).

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO — Preços de Serviços

Foram fixados os novos preços dos serviços — análises, ensaios e pesquisas, entre outros —, a cargo do Instituto Geográfico e Geológico, da Secretaria da Agricultura, com base na variação dos níveis de salário-mínimo na capital paulista (Decreto Estadual n.º 51.147, de 23-12-68 — DO—SP, de 24-12-68, pág. 11).

MILHO — (V. Carne)

REFORMA AGRÁRIA — Estudos e Sugestões — Grupo de Trabalho

Foi criado Grupo de Trabalho Permanente, junto à Secretaria de Agricultura, para promover estudos sôbre reforma agrária e manter entendimentos com autoridades do Govêrno Federal (Palácio do Govêrno — GB — Resolução n.º 2.160, de 10-12-68 — DO—SP, de 11-12-68, pág. 5).

SACOS DE JUTA — ICM — Isenção — Prorrogação de Prazo

Foi prorrogado, até 30-6-69, o prazo de isenção do ICM às saídas de sacos fabricados com juta (Decreto Estadual n.º 51.202, de 30-12-68 — DO—SP de 31-12-68, pág. 2).

SEMENTES — Certificado — Registro de Produtores

Ficam instituídos na Secretaria de Agricultura a Certificação de Sementes e o registro dos Produtores de Sementes Certificadas.

A Certificação de Sementes e o certificado que garante a qualidade genética, as condições fitossanitárias, o valor cultural e os demais padrões estabelecidos para cada espécie (Decreto Estadual n.º 51.148, de 23-12-68 — DO—SP de 24-12-68, pág. 13).

SEMENTES E MUDAS — Comércio — Fiscalização

O comércio de sementes e mudas será fiscalizado pela Coordenação de Assistência Técnica Integral, da Secretaria de Agricultura. Essa fiscalização será exercida junto a qualquer pessoa física ou jurídica que atue na manipulação, armazenamento, transporte ou distribuição de sementes e mudas com fins comerciais dentro do Estado (Decreto Estadual n.º 51.149, de 23.12.68 — DO—SP de 24-12-68, pág. 13).

SOJA — (V. Carne)

ESTADO DA GUANABARA

ICM — Feijão Prêto — Arroz — Saída de Mercadorias

O Secretário de Finanças determinou que os estabelecimentos que transacionam com feijão prêto e arroz, nas operações de saída para destinatários localizados dentro do Estado da Guanabara, deverão emitir, em separado, Nota Fiscal, exclusiva para êsses cereais, utilizando talão especialmente destacado para essa finalidade. No documento fiscal, consignar-se-á o débito do ICM, à taxa de 15%, realmente incidente sôbre as operações de saída. No livro "Registro de Saída de Mercadorias", a escrituração das citadas notas fiscais far-se-á na coluna "outras saídas". No "Registro de Escrituração do Impôsto", os contribuintes lançarão, também em separado, na linha imediatamente a seguir ao balanço normal, o valor da saída de feijão prêto e arroz, seguido do débito correspondente, e transportando tal débito para as colunas "Cálculo do Impôsto" e da "Verba Utilizada", apurando-se, finalmente, o nôvo saldo do ICM, após a devida dedução. Na linha relacionada com o lançamento de saídas de arroz e feijão prêto da coluna "observações" do "Registro de Escrituração do Impôsto", os contribuintes farão a declaração "Cálculo sob a alíquota de 15%, na forma do Decreto "N" n.º 1.166/68" (SFI — GB — Portaria "N" n.º 42, de 10-12-68 — DO—GB de 12-12-68, pág. 18.311).

Agrônomos

Definem-se sôbre Reforma do Ensino

Eng. Agron. *José Calil*

O Conselho Deliberativo da Federação das Associações de Engenheiros-Agrônomos do Brasil — FAEAB — reunido em Brasília, DF, após receber o subsídio da Mesa Redonda que discutiu a Reforma do Ensino Agronômico realizada em Goiânia, com a participação de representantes de diversas escolas de agronomia do País, divulga o seguinte documento que representa o ponto-de-vista da entidade nacional dos engenheiros-agrônomos a respeito do assunto.

O AGRÔNOMO QUE O PAÍS NECESSITA

O Brasil atravessa uma etapa em seu desenvolvimento sócio-econômico na qual são encontradas diferentes estruturas na produção agrícola: existem, desde as formas mais avançadas de emprêsa capitalista, até imensos latifúndios improdutivos, bem como minifúndios, ambos perigosamente anti-sociais, que se constituem em estruturas inadequadas que entravam o processo do desenvolvimento nacional.

A FAEAB definiu no V Congresso Brasileiro de Agronomia a necessidade do engenheiro-agrônomo engajar-se no processo de reforma agrária, evento mais importante que o País aguarda, eis que o engenheiro-agrônomo é o profissional mais vinculado ao problema agrícola e, por isso mesmo, deve participar ativamente na elaboração dos programas e dirigir a respectiva execução.

Para isso, o engenheiro-agrônomo deve ser um profissional de alta capacitação e qualificação intelectual, capaz de participar eficiente e ativamente dos mais altos conselhos da República, ao mesmo tempo que sua formação profissional lhe deve capacitar a executar qualquer trabalho da prática agrícola. Em outras palavras, as escolas necessitam de abrir seu ensino às ciências humanísticas, ao mesmo tempo que o currículo das disciplinas de aplicação deve se revestir de objetividade, integrando teoria e prática em um só conceito e dando ao profissional o indispensável conteúdo teórico mas, ao mesmo tempo, ensinando-o a fazer, fazendo.

DURAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS CURRÍCULOS

Dadas as características da realidade nacional, a FAEAB considera que o currículo de formação do engenheiro-agrônomo deve ser de quatro anos, dividido em oito semestres.

O regime de aprovação precisa ser modificado para se introduzir, com urgência, o sistema de créditos, segundo o qual o estudante possa obter o grau de engenheiro-agrônomo em tempo superior ou inferior a quatro anos, de acôrdo com a capacitação intelectual e ou a disponibilidade de tempo.

Os currículos das escolas de agronomia devem possibilitar a opção pelo estudante para a formação eclética ou diversificada, sempre porém, o diploma expedido será de engenheiro-agrônomo, sem qualquer referência ao critério de formação, o qual será explicitado através de certidão específica.

METODOLOGIA DO ENSINO

É imperiosa uma urgente reformulação da metodologia do ensino para que as modernas técnicas de comunicação sejam imediatamente incorporadas à rotina de nossas escolas.

O ensino deve caracterizar-se, nas disciplinas básicas, pelo seu relacionamento com as disciplinas de aplicação e nessas pelo emprêgo de técnicas objetivas e uso de unidades práticas de treinamento.

A capacitação didática do corpo docente em todos os níveis deve ser procedida imediatamente e êsse processo deve ser incorporado à rotina das escolas, para que nenhum professor ministre aulas, antes de aprender a dar aulas.

REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

A FAEAB considera correta a diferenciação dos níveis salariais em docente simples, tempo integral e dedicação exclusiva.

Essa diferenciação permitirá, em muitos casos, corrigir distorções no ensino e na pesquisa.

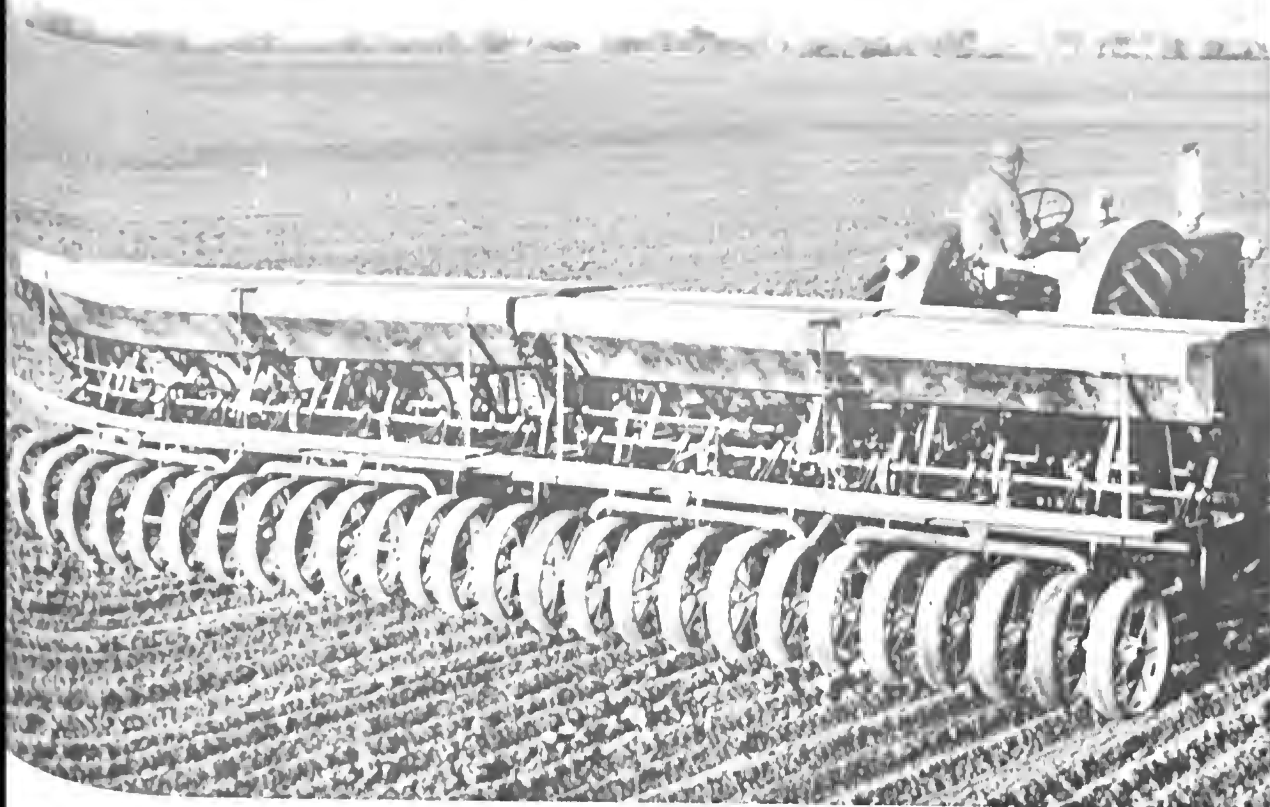
Porém, ela não deve, por si só, constituir-se em mérito, pois, é altamente desejável que os docentes das disciplinas de aplicação tenham vinculação com o processo da produção, a fim de levarem para dentro das escolas não só a tecnologia da produção mas, sobretudo, os problemas e a vivência da produção.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII — MAIO-JUNHO 1969



Duas sementeiras conjugadas lançam simultâneamente dezenas de semen tes nos canteiros de uma planície do nordeste dos EUA

ÍNDICE

Sapos e Sapatos 2
História do café 5
Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Curso Rápido Agrícola 6
Reminiscências — Os 70 anos da Penha (I) — Luiz Marques Poliano 7
Reforma Agrária — J. Sampaio Fernandes 8
I Conferência Nacional de Comercialização 9
Ministro libera verba para Escola de Horticultura Wensceslão Bello 11
Roupas de Papel nos Estados Unidos 12
Reforma Agrária-Entrevista do Sen. Flávio da Costa Britto 13
Recordações de um centenário — Antônio Guedes Tavares 16
As Excelências do Arroz 17
Tributação da Atividade Rural de Pessoa Física 18
Agricultura na Guanabara 19
Cultura dos Citrus — Eng. Agr. Almiro Gonçalves de Castro 20
Insetos — Prós e Contras — Eng. Agr. Luiz Guimarães Júnior 22
Goiabeira — Ariosto Rodrigues Peixoto 25
A Foto Internacional 27
O Preço do Leite — Otto Frensel 28
INDA — Executa com Fidelidade suas metas 30
Pesquisa e Desenvolvimento — Prof. Heitor Grillo 33
Instantâneos de gente da roça — Tocaia — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá 39
Climas de Goiás — Adalberto Serra 40
Escola de Veterinária do Exército — Conclusão do Curso de Auxiliares de Granja 45
Livros e Publicações 56
"A Lavoura" — Há 70 anos 56
Notícias e Informações 57
Legislação Agrícola 57

Nossa Capa: Sementeira Múltipla. Métodos cada vez mais modernos de agricultura vêm sendo criados nos Estados Unidos, com a utilização de equipamentos maiores e mais rápidos, que desempenham papel importante para o melhor uso da terra. Na foto, duas sementeiras conjugadas lançam simultâneamente dezenas de sementes nos canteiros de uma planície do nordeste dos EUA. Um fertilizador é usado conjuntamente, para aplicar cêrca de 56 quilos de fertilizante, por hectare. Essas máquinas de semear foram projetadas para operar em terras pobres. (IPS, especial para "A Lavoura").

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

Maio — Junho — 1969

Presidente da Sociedade
LUIZ SIMÕES LOPES
Eng.º Agrônomo

Diretor-Responsável e Redator-Chefe
LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
KURT REPSOLD
Eng.º Agrônomo

Consultor Técnico
LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
Eng.º Agrônomo

Chefe da Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo
"REVESPE"
Representação de Revistas Especializadas
Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 601 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:
AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950
Caixa Postal: 1245
RIO DE JANEIRO
Estado da Guanabara

SAPOS E SAPATOS

O sapo estêve em cartaz recentemente, quando, em face da crescente exportação de suas peles, a imprensa chamou a atenção de nossas autoridades — advertindo-as de que, continuada a caça desenfreada àqueles benéficos animais, haveria o risco da extinção da espécie.

É que a letra de nossas leis não vinha sendo obedecida pelos que, à vista do lucro imediato, estavam armando um incalculável prejuízo para a nossa agricultura, sobretudo na parte referente às hortas e jardins.

É sabido que o sapo ingere consideráveis quantidades de larvas e insetos daninhos, livrando por um método natural e por isso barato e muito cômodo, o trabalho do homem do campo da maioria dos inimigos, também naturais, das plantas cultivadas.

A exportação de suas peles se destinava à feitura de bôlsas, sapatos e de outros artefatos, sobretudo de uso feminino.

A proibição da caça e pois da matança do sapo se enquadra na letra da lei que protege os animais úteis, entre os quais o sapo ocupa papel de destaque.

O seu veneno, a natureza lho deu — sem contudo permitir que o utilize à sua própria vontade. Se um animal o quiser engolir, e o comprime, aí a peçonha é expelida, o mesmo acontecendo quando o homem, geralmente por mera perversidade ou inadvertência, lhe pressiona as glândulas segregadoras da peçonha.

É crença, de longa data, segundo Eurico Santos, que numerosos efeitos e malefícios lhe eram devidos como o de que "por onde passasse, deixava germes de cobreiro; que a planta em que roçasse envenenaria quem a comesse; que o seu hálito era infecto. Animal impuro e mau, mamava nas vacas, fazia os vinhos azedarem, comia os ovos dos pássaros e mijava nos olhos das criaturas humanas, só de mau, para cegá-los".

Mas êsse tempo passou e o sapo conseguiu, graças à ciência moderna, um lugar de relêvo como animal de rara utilidade para o homem. Como voraz insetívoro, devorador de formigas, vespinhas, mariposas, vagalumes, coleópteros, lagartas, grilos, larvas de tôda espécie, aranhas, centopéias e outros animais nocivos ao homem e às plantas, tornou-se prestimoso auxiliar do agricultor.

Subsistem contudo alguns implacáveis inimigos do sapo: a magia negra, que o utiliza para os seus "despachos" nas encruzilhadas; o automóvel nas estradas, que o esmaga aos milhares e, mais recentemente, os produtores de peles que a indústria dos calçados está movimentando contra êle e contra o espírito e a letra da lei.

Diz, textualmente, o artigo 18 da Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967, sancionada pelo saudoso Presidente Castello Branco: "É proibida a exportação para o exterior, de peles e couros de anfíbios e répteis, em bruto".

No final dêste artigo, nas suas duas últimas palavras, contudo, encontrou o interêsse comercial a válvula de escape para que continue o sacrifício do sapo, e a extinção da espécie sobrevenha, afinal, se não forem coibidas a sua caça e matança para fins industriais.

Sim, porque a exportação só é proibida "em bruto", daí deduzindo muitos e, recentemente, o senhor encarregado da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil no Recife, que a venda para o estrangeiro de artigos manufaturados com a pele de anfíbios e répteis é perfeitamente legal.

EDITORIAL

Eis o que noticia a respeito o "Diário Econômico e Financeiro do Banco do Brasil", de junho dêste ano: "é possível a fabricação de calçados de pele de sapos, que tem a sua exportação proibida, porém uma vez industrializada, poderá sair livremente do país". E mais: que — "depois que o Govêrno concedeu isenção do IPI, do ICM e do impôsto de Renda às exportações, os calçados brasileiros estão conseguindo mercado no exterior e inclusive algumas indústrias já enviaram amostras a importadores dos Estados Unidos e da Inglaterra".

Se se proibe a exportação da pele para proteger a espécie, como permitir que êsse mesmo produto, transformado em calçado, possa "sair livremente do país?"

Na lei citada e no Código de Caça e Pesca, permite-se a caça e apanha dos animais silvestres *apenas em certas épocas no ano*, ou *quando se destinam a entidades públicas* e *privadas, de fins culturais e científicos.*

Mas nesses diplomas é terminantemente proibida a "Caça profissional". Ora, quem apanha, mata e vende o produto da caça, está fazendo disso profissão e tal prática não é permitida no país.

A lei de 1967 abriu uma porta ao extermínio dêsse e de outros animais, mas o que é preciso deixar bem claro — e daqui o fazemos com tôda a veemência, e que a intenção do legislador foi *proteger*, preservar êsses animais. Mas o que se verifica, é que essa intenção está sendo burlada.

Os incentivos à exportação, inclusive de manufaturas, merecem de nossa parte todo o apoio. Em documento recente, elaborado pelo ilustre e operoso Ministro Delfim Neto se afirma que o calçado de fabricação brasileira (a indústria atravessa perigosa crise) está tendo grande aceitação, sobretudo nos Estados Unidos. Daí, a nosso ver, a sugestão do funcionário do Banco do Brasil: transforme-se em sapato o couro do sapo e, com isto, salve-se a indústria sapateira, e se obtenham as cobiçadas divisas, mesmo com o sacrifício do maior auxiliar natural da agricultura. Que importa à alta finança desapareça êle das nossas hortas e jardins?

Alertamos daqui, as autoridades para o fato de que o sapo pode ser hoje equiparado à cobaia e a outros animais de laboratório. A indústria farmacêutica utiliza o seu veneno para a obtenção de uma droga que encerra propriedades tônico-cardíacas, vaso-constritoras, hipersecretoras, hemostáticas e analgésicas. Refere o já citado e saudoso divulgador agrícola que o "National Hart Institute", de Bethseda, Maryland, tomara conhecimento dos resultados obtidos com o veneno do sapo no tratamento das doenças que geralmente ocorrem no gado bovino após o ataque da aftosa. Os animais assim tratados se mostram mais resistentes à infecção, o apetito melhora pela hipersecreção gástrica. A bufotalina — princípio encontrado na secreção peçonhenta do sapo, estimula a diurese e reforça o miocárdio.

Não é sem razão que, segundo se lê em "La Vie des Animaux", de Leon Bertin, na França, em determinadas épocas do ano, chegam a um laboratório farmacêutico de Paris caminhões pejados de centenas de milhares de batráquios, os quais, uma vez aliviados da peçonha, destinada às manipulações a que o autor chama de "Bufoterapia", são, após, recambiados aos seus lugares de origem, para que continuem a "trabalhar" com a sua natureza em benefício do homem, exatamente daquele que o persegue, maltrata e o acabará exterminando!

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente	— FLÁVIO DA COSTA BRITTO
2.º Vice-Presidente	— KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente	— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
3.º Secretário	— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
4.º Secretário	— SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA
1.º Tesoureiro	— RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALBERTO TORRES FILHO
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
LUIZ HERMANY FILHO
OSMAR LOPES REZENDE
JOÃO BATISTA LUSARDO
JÚLIO CÉSAR COVELLO
MÁRIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS	*OCUPANTES*
1 — ENNES DE SOUZA	— Rafael da Silva Xavier
2 — MOURA BRASIL	— Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	— Geraldo Goulart da Silveira
4 — BARÃO DE CAPANEMA	— Kurt Repsold
5 — ANTONINO FIALHO	— Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLAU BELLO	— Armênio da Rocha Miranda
7 — SYLVIO RANGEL	— Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEÃO	— Frederico Murtinho Braga
9 — LAURO MULLER	—
10 — MIGUEL CALMON	— Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	— Edgard Teixeira Leite
13 — SIMÕES LOPES	— Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	— Jayme Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	— Paulo Simões Lopes
16 — TRAJANO DE MEDEIROS	— Luiz Hermanny Filho
17 — PAULINO CAVALCANTI	— Luiz Guimarães Júnior
18 — FERNANDO COSTA	— Iris Meinberg
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	— Júlio César Covello
20 — GUSTAVO DUTRA	— Oswaldo Balarin
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE	— José Augusto Bezerra de Medeiros
22 — IGNÁCIO TOSTA	—
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO	— Fábio Luz Filho
24 — JOSÉ BONIFÁCIO	— Mário Penteado de Faria e Silva
25 — LUIZ DE QUEIROZ	— Francisco de Assis Iglésias
26 — CARLOS MOREIRA	—
27 — ALBERTO SAMPAIO	— Honório Monteiro Filho
28 — NAVARRO DE ANDRADE	—
29 — ALBERTO TORRES	— Rômulo Cavina
30 — SÁ FORTES	— Otto Frensel
31 — THEODORO PECKOLT	— Oswaldo Lazzarini Peckolt
32 — RICARDO DE CARVALHO	— Rômulo Joviano
33 — BARBOSA RODRIGUES	— José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA DE CAMPOS	— Sylvio Fróes Abreu
35 — AMÉRICO BRAGA	—
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	—
37 — MELLO LEITÃO	— João Carlos Bello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	— Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	— Flávio da Costa Britto
40 — GETÚLIO VARGAS	— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acôrdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.



Produzir café de boa qualidade para a conquista dos mercados internacionais, deve ser preocupação constante do cafeicultor.

HISTÓRIA DO CAFÉ

Embora o café tenha origem etiópica, os árabes foram os primeiros a cultivá-lo, no século XV, privilégio que se esforçaram em guardar, mas em vão. Em 1610, são plantados os primeiros cafeeiros em MISORE, na ÍNDIA. Em 1614, já os holandeses estudam as possibilidades da sua cultura; em 1696 prosperam os cafèzais em JAVA, de que o Jardim Botânico de AMSTERDAM recebe exemplares em 1706; PARIS, mais tarde, recebe cafeeiros de AMSTERDAM. Em 1714, os holandeses introduzem a planta em SURINAM (GUIANA HOLANDESA). Em 1720, o oficial GABRIEL MATHIEU DE CLIEU embarca para as ANTILHAS, trazendo de PARIS três mudas de cafeeiro. Depois de uma viagem acidentada, pôde ser salva uma única muda, que foi levada à MARTINICA.

Foi da GUIANA HOLANDESA, entretanto, que o café se irradiou pelas ANTILHAS, passando à GUIANA FRANCESA, de onde o introduz no BRASIL, em BELÉM do PARÁ, em 1727, sob o reinado de D. JOÃO V, outro militar, o capitão-tenente guarda-costa, FRANCISCO DE MELO PALHETA. Dos Estados do Norte, o café vem ao RIO DE JANEIRO pelo Desembargador JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO. O café foi plantado, inicialmente, nas fraldas do Corcovado e da Serra da Tijuca, espraiando-se logo a onda cafeeira pelos Distritos de Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Formou-se assim, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro núcleo de mudas e sementes, invadindo os territórios: fluminense, mineiro, paulista, etc.

Nos primeiros anos da sua

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"

CURSOS RÁPIDOS AGRÍCOLAS

2ª série de 1969 — 7 de junho a 24 de agôsto

Dias aula	CURSOS	Horário	Período	PROFESSÔRES
Sábados	Solos e Adubação	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Hélio Raposo
"	Práticas de Combate as Doenças e Pragas dos Vegetais	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Jalmirez Gomes
"	Multiplicação Vegetal	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. João Castello
"	Contabilidade Agrícola	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Pedro Goulart
"	Hortaliças Foliáceas	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Agrícola Borges
"	Apicultura	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. José Cordeiro
"	Conservação e Armazenagem de Produtos Vegetais	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Diogenes S. Cardoso
"	Avicultura	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Reflorestamento	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Helio Raposo
"	Doenças e Pragas dos Citrus	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Jalmirez Gomes
"	Citricultura	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. João Castello
"	Cooperativismo Rural	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Pedro Goulart
"	Hortaliças de Fruto	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Agrícola Borges
"	O Cinema e a Educação Rural	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Sylvio Amaral
"	Cunicultura	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Suinocultura	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. José Cordeiro
Domingos	Solos e Adubação	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Hélio Raposo
"	Prát. de Comb. às Doenc. e Prag. Vegetais	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Jalmirez Gomes
"	Avicultura	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Apicultura	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. José Cordeiro
"	Reflorestamento	10.00 às 12 horas	8-6 a 24-8-96	Prof. Hélio Raposo
"	Doenças e Pragas dos Citrus	10.00 às 12 horas	8-6 á 24-8-69	Prof. Jalmirez Gomes
"	Cunicultura	10.00 às 12 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Suinocultura	10.00 às 12 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. José Cordeiro

propagação, a "onda verde" seguiu dois rumos importantes em terras fluminenses: o do noroeste, destacando-se os centros de São Marcos e Rezende, e o do norte dando origem às grandes lavouras de Vassouras e Paraíba do Sul. A onda cafeeira continuou a sua marcha penetrando em São Paulo pelo chamado norte paulista (fins do século XVIII — princípios do XIX) através das cidades de Areias, José do Barreiro e Bananal, contíguas ao território fluminense. A "onda verde" penetrou também em MINAS GERAIS, através do Vale da Paraíba, atingindo a Zona da Mata. Assim, Mar de Espanha, Leopoldina, Juiz de Fora, Cataguazes e Ubá, tornaram-se logo importantes núcleos cafeeiros.

De 1817 em diante a cultura do café chegou a Campinas, Limeira, Araras, Rio Claro, etc., atingindo a zona da Alta Mogiana, onde Ribeirão Prêto se transformou na verdadeira capital do café, graças à feracidade das suas terras. Continuando a sua marcha, o café rumou para o oeste do Estado de São Paulo, expandindo-se para Minas Gerais (sul), Mato Grosso e, posteriormente, para o Norte do Paraná, que é hoje a região preferida para as grandes culturas cafeeiras. Muitos fatôres concorreram para essa expansão: o clima, a altitude de planalto e, sobretudo as famosas "terras roxas", resultado da decomposição das rochas vulcânicas (diabásio), abundantes no planalto paulista.

Foi o café que deu ao Brasil nos últimos decênios um lugar proeminente na economia mundial. Os cafèzais do Brasil abastecem o mundo e carreiam para os cofres da nação as divisas indispensáveis para o seu desenvolvimento econômico.

O café é hoje uma bebida universal, a bebida favorita, senão a mais popular. Particularmente no Brasil, o café tem um consumo espantoso. O brasileiro toma café desde que se levanta até às últimas horas do dia. É um prazer estimulante, e nas horas dos encontros, utiliza-se o café como símbolo de hospitalidade, pois geralmente é a bebida que se oferece às visitas, quentinho e feito na hora.

(De uma publicação do IBC)

Luiz Marques Poliano

Os 70 anos da Penha (I)

A "Penha", para os da Sociedade, é a designação da antiga "Estação Filoxérica", do "Hôrto Vinícola", do Hôrto Frutícola", do "Aprendizado Agrícola" — que hoje é a "Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Tôdas essas designações, representando modificações estruturais do estabelecimento, denotam o constante empenho dos diretores da Sociedade Nacional de Agricultura em manter, sempre aperfeiçoando, o despretensioso "Aprendizado Agrícola" com que, desde 1899, vem funcionando na área da antiga "Fazenda Grande". É estabelecimento de ensino por onde têm passado, desde aquela época milhares de jovens.

As notas que serão registradas a seguir correspondem a merecida homenagem aos que, desde o penúltimo ano do século passado, lá trabalharam e produziram, dando muito de si para que o atual Estado da Guanabara, não sendo forte em agricultura, não aparecesse no conjunto das unidades da federação com o seu panorama escolar falho em estabelecimentos de ensino agrícola médio. E também, louvor à tenacidade e à determinação de todos os Diretores da SNA em conservar, melhorando sempre, aquêle setor importantíssimo de suas atividades.

Pela ata da 113.ª sessão da Diretoria, *Lucio de Albuquerque* foi designado para, "provisòriamente", fiscalizar os serviços a serem feitos na Fazenda Grande da Penha (março de 1901), tendo sido êsse portanto o primeiro delegado da entidade a ter ingerência nos negócios da "Fazenda", havia um ano apenas fôra entregue à Sociedade.

Em 1902, *João Batista de Castro, Jens Sand e Silva Gandra*, todos Diretores da SNA, foram nomeados para, em comissão, estudarem as condições em que se achava a "Fazenda da Penha".

Na mesma reunião (15 de junho), *João Batista de Castro* foi designado "Presidente" do estabelecimento, onde ficou até 1902 (2-9) sob o nome de "Hôrto Vinícola da Penha".

Em "A Lavoura", de agôsto de 1905, verifica-se que o Dr. Wenceslão Bello assumiu a "presidência" do "Hôrto da Penha", sucedendo-o o Dr. João Batista de Castro, em 1907/1908.

Em 1905 havia tido início, segundo editorial de "A Lavoura", de 1908, o funcionamento regular do "Hôrto Frutícola da Penha".

Em 1908, a "presidência" e a "diretoria" cederam lugar a uma "superintendência", e *Manoel Paulo Cavalcanti* foi colocado à frente do então "Aprendizado Agrícola da Penha".

Aí ficou até 1911, quando *Vitor Leivas* foi nomeado seu "presidente", e, com êste título, ficou encarregado do estabelecimento. Durante a gestão dêste ilustre e operoso gaúcho, engenheiro agrônomo, foram muito ativos o "Hôrto" e o "Aprendizado" até 1928, quando pediu demissão. Verifica-se que havia uma grande distinção entre uma e outra função da antiga "Fazenda Grande". Talvez a do "Hôrto" sobrelevasse a do "Aprendizado", pois é nessa época que a produção de mudas, principalmente cítricas, tomou grande impulso. Segundo uma estatística, havia o "Hôrto da Penha", no período, produzido e distribuído mais de um milhão de mudas, da, surgindo a pujança da citricultura carioca e fluminense.

REFORMA AGRÁRIA

J. SAMPAIO FERNANDES

(Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura)

Parece que afinal sairá a execução da REFORMA AGRÁRIA. E já não é sem tempo. O Brasil nunca terá um progresso sólido enquanto não tiver uma agricultura capaz de absorver em grande escala a produção industrial.

O equilíbrio entre a indústria e uma agricultura poderosa, dar-nos-á uma situação que nos aproximará da que existe nos Estados Unidos. Mas agricultura poderosa depende de classe agrícola rica, lidando junto à gleba. Isso precisa de propriedade rentável — não a grande propriedade tipo fazenda de café de quarenta anos atrás, nem da extensão de engorda, nos imensos pastoreios em que o gado para viver e engordar, precisa da época das chuvas, ou do andar quilométrico que o desgasta, nem ainda do minifúndio do antigo colono, que se vê hoje obrigado a emigrar da gleba que seus avós receberam, quando da sua vinda para o Brasil, nos idos da segunda metade do século passado, mas da propriedade de razoável tamanho que atenda às peculiaridades do solo, aguadas, montanhas, vales férteis, planícies aráveis — além das condições de escoamento e de mercado que permitam ao agricultor transformar em bens de consumo, em utilidades domésticas, em confôrto para os seus e em ensino e encaminhamento dos filhos, o que receber do seu esfôrço de agricultor-produtor.

A reforma não deve e não pode ser violenta, como a que sucedeu na Rússia, depois que os comunistas se apoderaram do poder, nem como a da China, mais recente, mas precisa ser real e não sòmente efetuada no papel: glebas de tamanho adequado, assistência centralizada e efetiva com maquinaria agrícola à disposição com seu pessoal habilitado, técnicos que orientem os cultivos ou tipos de criação mais apropriadas à região, aparelhagem de preparo da produção para os mercados, ou instalações que permitam ao produto seguir pronto para o intermediário ou diretamente para o consumidor; associações de tipo cooperativo, modeladas nas que já possuímos e que provaram como as de Cotia, ou da Brás Holanda e, principalmente, preços que permitam ao agricultor sentir que vale a pena o sacrifício de morar fora dos centros urbanos, porque com lucros poderá se dar ao luxo de "também" poder ir, de vez em quando, aos mesmos centros para o seu fim de semana ou para o gôzo, com a família, das suas férias.

Os regimes a adotar deverão ser igual e cuidadosamente planejados, para que nas propriedades maiores, onde haja necessidade de braços estranhos, êstes encontrem a compensação de uma justa meiação, ou de justos arrendamentos, se o proprietário não deseja, êle próprio, tocar a propriedade.

A todo custo convém evitar o perigo do minifúndio, reagrupando sempre que possível os que existirem.

As desapropriações devem ser efetuadas a preço justo e com moeda ou títulos de liquidez fácil, para não abrir uma fonte de descontentamento desnecessário.

Iniciar pelas áreas de produtividade garantida e de fácil escoamento, sempre em núcleos que permitam assistência técnico-econômico-financeira, que garantam o sucesso da atividade.

Na França de De Gaulle, algumas províncias antigas, como a Bretanha, de terras relativamente pobres, estão em luta com o Poder Central, justamente porque certas medidas restritivas dêste, para evitar um maior encarecimento da vida do povo francês, vieram chocar-se com os interêsses de uma população de vida difícil, que tem nos preços dos produtos agrícolas uma garantia do pão quotidiano, desde que o preço seja o justo, o que não significa que seja o desejado pelas populações das grandes cidades, os grandes consumidores, que fazem pressão, como em tôda parte, para ficarem com a parte do leão — isto é, comprar barato o que o agricultor-criador produz à custa de ingentes esforços e alto custo as utilidades, (adubos, sementes selecionadas, implementos agrícolas, etc. que lhe custam caro).

A REFORMA AGRÁRIA pertence, por isso, a um conjunto de medidas que se devem entrosar, para a finalidade comum do progresso nacional. Que ela triunfe para o bem de todos.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO

Do consócio Dr. Juvenal da Silva Azevedo, representante da SNA no Conselho de Contribuintes do Estado da Guanabara, e integrante de nossa delegação junto à Conferência Nacional de Comercialização, recebemos o seguinte Relatório:

"Antes, quero agradecer a honrosa designação de participar da Comissão Representativa de nossa Sociedade Nacional de Agricultura à I Conferência Nacional de Comercialização, instalada sob os auspícios da Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

O presente relatório cinge-se tão-sòmente ao item 3 do temário da Conferência, referente a matéria tributária, assunto de minha especialização.

Assim, participei como membro atuante daquela Comissão, tomando parte de discussão e aprovação de tôdas as proposições ali apresentadas, devendo informar que o nosso trabalho obteve aprovação unânime da Comissão e do Plenário. (Vide trabalho anexo).

Como resultado dos citados trabalhos, as propostas aprovadas foram trabalhadas em relatório conclusivo para o envio às autoridades competentes do Govêrno, valendo destacar a indicação aprovada de se propor ao Govêrno a criação de uma Comissão permanente de alto nível, com composição paritária, isto é, com a participação de representantes das Confederações: Comércio, Indústria e Agricultura, para oferecer solução e dirimir controvérsias originadas da legislação tributária, no âmbito nacional".

Segue-se o trabalho apresentado pelo nosso delegado àquele certame, no qual, aliás, a SNA estêve representada pela seguinte comissão, além do seu signatário Embaixador João Baptista Lusardo e Engs. Agros. Julio Cezar Covello e Carlos Arthur Repsold:

A nossa participação nessa I Conferência Nacional de Comercialização, instituida por feliz e oportuna iniciativa da prestimosa Confederação das Associações Comerciais do Brasil, reunindo em tôrno de interêsses comuns tôdas as entidades representativas de atividades econômicas da iniciativa privada de nosso País, reafirma o alto interêsse que o conclave despertou em meio ás classes empresariais.

Cabe-nos, por esta oportunidade, trazer a nossa colaboração, em parte, no que diz respeito ao item 3 do temário "PROBLEMAS TRIBUTÁRIOS" — com o nosso exame puramente técnico no Código Tributário Nacional, cuja apreciação obedece à seguinte ordem:

1 — Código Tributário Nacional — Sistema Tributário Nacional e Normas Gerais de Direitos Tributários.
2 — Do Sistema Tributário.
3 — Das Normas Gerais de Direito Tributário.
4 — Do Processo e Justiça Fiscal.
5 — Conclusão.

A Reforma Tributária Instituída pela Emenda Constitucional n.º 18, de 1.º de dezembro de 1965, e ratificada em têrmos pela Constituição de 1966, já agora com as alterações do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, encontra-se regulada pela norma complementar intitulada Código Tributário Nacional, Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, em vigor com as alterações que lhe foram feitas, estabelece em seus dois livros o Sistema Tributário e as normas Gerais de Direito Tributário, com império de âmbito nacional para a sua aplicação.

O sistema tributário então instituido e conceituado no primeiro livro do Código, repete enumeradamente os tributos constitucionalmente instituídos e partilhados entre a União, os Estados e os Municípios.

O nôvo sistema tributário, visto sob o aspecto sócio-econômico, há de sofrer a nossa crítica por haver acolhido o critério de basear a receita pública nos impostos indiretos, embora tècnicamente estarem tais impostos universalmente taxados como anti-econômicos e anti-sociais, e em contraposição determina-

do o papel quase inexpressivo dos impostos diretos.

Dos impostos indiretos então instituídos e que mais agravam por suas incidências a crise sócio-econômica com que nos defrontamos, são o Impôsto de Produtos Industrializados (em substituição ao Impôsto de Consumo) e o Impôsto Sôbre Operações de Circulação de Mercadorias (em substituição ao Impôsto Sôbre Vendas e Consignações), cujo ônus recai ora no produtor (industrial ou agropecuário), descapitalizando-o, embora de um modo geral por 60, 90 e 120 dias, nas vendas a prazo, ou repercutindo no compradar final, subtraindo em conseqüência mais de 60% da capacidade de consumo do mercado interno, causando sério entrave ao desenvolvimento econômico (aumento de produção); tendo em vista que o aumento da produção está naturalmente vinculado e condicional do correspondente de consumo. O ônus dêsses tributos tanto eleva o custo de nossas mercadorias que o próprio govêrno, em assim reconhecendo, para possibilitar o nosso comércio no mercado internacional, visando a paridade do custo com outros países produtores, suspendeu as incidências dos referidos impostos (ICM e IPI) para as operações de exportação. O que mostra à evidência o desajuste que os mesmos tributos causaram a nossa economia. Não só pelo aspecto — técnico — doutrinário contra-indicado, bem como pelo altíssimo índice das alíquotas fixadas, incompatíveis com a capacidade econômica dos contribuintes, isto é, o "de jure" e o de fato sôbre o qual, por repercussão, recai via de regra o encargo fiscal.

Não perfilhamos a escola seguida pelos economistas do F.N.I. e do Banco Mundial denominada "poupança pela tributação", isto é, a elevação do nível das poupanças internas através da política orçamentária, quer dizer, reduzindo o consumo individual mediante o aumento de impostos, quando nos países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento estiverem a carecer de capital para proporcionar aquêle objetivo, e a sangria tributária diminui a capacidade de investimento do capital privado, única fonte real para a sua efetivação. Para que haja produção é preciso que existam os três fatores de produção: terra, capital e trabalho, em não assim sendo nada é possível fazer.

Outrossim, cabe-nos apontar os desajustamentos que revelam as normas estabelecidas no Sistema Tributário Nacional, em particular, para os tributos: ICM e IPI, cujas definições de incidência, do fato gerador e assento, encontram-se ao arrepio dos postulados jurídicos e a vontade constitucional vigente. Porque tais definições, fugindo ao sistema constitucional tributário, e por conseguinte a suas limitações no que tange, em especial, à conceituação de incidência e do fato gerador, faz caracterizar outros fatos e outros sujeitos passivos da obrigação forçando outro entendimento que não o jurídico, por prevalência da vontade arbitrária e da conveniência leiga que o inspirou, contrariando dêste modo as limitações constitucionais, única garantia para uma perfeita justiça fiscal com a prevalência do direito, estabelecendo-se dêste modo a coexistência, em clima de respeito mútuo, entre o fisco e os contribuintes.

Dentro dêste aspecto, verifica-se na definição Constitucional a vontade expressa de vincular, em relação ao ICM o fato gerador às "operações de circulação de mercadorias configuradas no ato das respectivas saídas do estabelecimento produtor ou comercial, vinculando-se tais saídas à transferência de propriedade da mercadoria, porque só em havendo a transferência de propriedade ocorre a operação econômica tributária, pois, assim é a própria filosofia original do tributo então instituído entre nós, porque cada operação econômica resultante do ciclo de comercialização do produto, isto é, desde o momento em que produzida a mercadoria até a operação final do consumidor, quando se chega à tributação integral, calculada sôbre o último valor obtido no ciclo de comercialização. Se o princípio é o da não cumulatividade, neste se compreende que as referidas saídas só poderão ter o sentido econô- propriedade. Contra o que lutam os fiscos estaduais, obrigando a conceituação desvinculada do fato jurídico, e até mesmo de qualquer fato econômico, fazendo-o conceituar na simples accp- mico da transferência de ção do vocábulo — qualquer saída.

Não menos importante, é o aspecto do custo operacional impôsto aos contribuintes em nome da exação fiscal de tais tributos, o que vem agravar ainda mais o Sistema Tributário em vigor. As obrigações impostas aos contribuintes pelo fisco, as quais evoluem dia a dia de modo inconseqüente, elevam por demais o custo operacional das referidas obrigações fiscais, ou seja a do pagamento do tributo devido. Não menos inconveniente para a sociedade em geral, é o custo da exação dêsses tributos, considerando-se o exército de fiscais que mantém o Poder Público e a participação dêstes na receita pública extraordinária (multas).

Outro fato que está a reclamar sérias providências às autoridades competentes, é a falta de estabilidade da legislação fiscal. Muda-se a estrutura de um tributo, ampliando-se não só o "quantum" da obrigação, mas também do custo operacional de tais tributos a todo momento, dificultando não só os contribuintes, mas também os auditores e demais profissionais que prestam os seus serviços técnicos a êles, por fôrça da complexidade da implantação dos tributos instituídos, gerando completa confusão e com isto a criação de clima de corrupção e descrédito, com flagrante prejuízo para o interêsse público.

Ante o demonstrado, e a experiência que nos trouxeram êsses primeiros anos de implantação do nôvo sistema tributário, há de se sugerir ao govêrno, como medida que se impõe para atender o melhor interêsse da economia Nacional, é o que propomos, a instituição do impôsto único para os produtos agropecuários comercializa-

dos "in natura", com a incidência do impôsto territorial sôbre as propriedades rurais, com assento sôbre o seu valor venal, dêste excluídas as benfeitorias.

Ainda sôbre o tema do Sistema Tributário, trazemos o nosso apoio à tese levantada pelo ilustre delegado Roberto J. T. N. Osório, em relação à recomercialização de bens usados.

Realmente à mercadoria que após haver atingido o ciclo de comercialização com a operação ao consumidor final, quando já arrecadou o fisco o impôsto integral ao fim do processo, e esta mercadoria volta a nova fase de comercialização, deve-se atribuir um crédito fiscal compensatório à operação seguinte, porque do contrário, haverá a quebra do princípio constitucional da não cumulatividade do tributo (ICM), pois que no valor da mercadoria, ainda que desvalorizada, persiste o do tributo pago que lhe está incorporado indiretamente.

Sôbre as "Normas Gerais de Direito", constante do Livro II, do Código, vale a sugestão de louvarmos a iniciativa do Poder Público, porque a inclusão de tais normas no direito positivo marcou entre nós orgulhosamente o aperfeiçoamento do nosso direito fiscal. Porquanto, se antes buscávamos vagamente na doutrina aquelas conceituações, hoje a temos como direito e obrigados por seu império. Entretanto, cabe aqui a advertência, de não ficar o direito no que diz respeito às Normas Gerais como letra morta, devendo os órgãos exatores observá-los como se fôra um mito religioso a ser seguido.

Em conclusão propomos:

1 — O reexame do sistema tributário Nacional objetivando-se a simplificação da exação fiscal e o barateamento do custo operacional do contribuinte, bem como a revisão dos impostos indiretos no sentido de se reduzir as suas alíquotas.

2 — a adoção do impôsto único para a comercialização dos produtos agropecuários "in natura", com a incidência do impôsto territorial calculado sôbre o valor venal da propriedade rural.

3 — instituição de um processo fiscal uniforme com a indicação de autoridade julgadora de primeira instância para os litígios fiscais equidistantes do interêsse na participação das multas, bem ainda da preservação dos Conselhos de Contribuintes, com atribuições de tribunais administrativos de última instância.

4 — concessão de crédito fiscal ao comerciante, quando da aquisição de bens usado para nova comercialização na importância resultante do cálculo com alíquota vigente do impôsto sôbre o valor da operação de compra.

5 — recomendar ao Govêrno a consolidação da legislação tributária, estabelecendo um mínimo de tempo para sua vigência sem qualquer alteração".

Ministro libera verba para Escola de Horticultura "Wencesláo Bello"

A LIBERAÇÃO de NCr$ 75 mil para custeio dos cursos agrícolas de nível médio mantidos pela Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", da Sociedade Nacional de Agricultura, foi anunciada pelo Ministro Ivo Arzua, ao ressaltar o caráter pioneiro daquele estabelecimento de ensino, que é o único no gênero existente na Guanabara e, portanto, indispensável para atender à crescente necessidade de mão-de-obra qualificada para as atividades agrícolas.

Esclareceu o Ministro que, em decorrência de convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e a Sociedade Nacional de Agricultura, foi possível o aproveitamento de candidatos dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Goiás, Pará e Pernambuco, nos diversos cursos ministrados naquela Escola, que vêm assim contribuindo de forma decisiva para concretização da revolução tecnológica na agricultura.

CURSOS

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" mantém um Curso Profissional, de dois anos, para formação de horteiões, fruticultores e floricultores; um Curso Prévio, de quatro meses, destinado à preparação para o ingresso no Curso Profissional; Curso de Treinamento Agrícola, em oito meses, para formação de práticos rurais e Cursos Rápidos, em três meses, para especialização na Agricultura, sem qualquer exigência quanto à idade e grau de instrução, recebendo candidatos de ambos os sexos. São ministrados aos sábados e domingos, tendo sido realizados 29 dêsses cursos em 1968.

Mantém ainda Cursos Especiais e Rápidos Intensivos, com duração variável e de finalidades específicas, como os ministrados em 1968 a 26 tenentes, 20 cabos e 11 sargentos da Escola de Veterinária do Exército, como complemento dos ensinamentos especializados que êsse estabelecimento militar vem proporcionando aos oficiais e praças que atuam em suas granjas, hoje em número de 200 em todo o Brasil, e aos destacados para as unidades de fronteira.

(Transcrito de **O Globo**, de 13-5-68)

Especial para A LAVOURA

ROUPAS DE PAPEL NOS ESTADOS UNIDOS

Roupas, lençóis, toalhas, cortinas, toalhas de mesa e centenas de outros artigos, fabricados com materiais especiais, usualmente identificados como "não-tecidos", estão-se tornando hoje um nôvo fator importante na economia dos EUA.

Os materiais são fabricados por companhias de papel dos EUA, que usam processo semelhante ao da fabricação do papel. Mas, em virtude de todos os papéis serem, em sentido literal, "não-tecidos", é importante identificar os novos tipos de materiais e saber como são produzidos.

Geralmente, os "não-tecidos" são formados de uma ou várias camadas de tecido — muito parecido com os conhecidos lenços de papel — que são reforçados com um tecido grosso ou recobertos de fibras sintéticas. O material resultante é forte e resiste muito mais à água e ao fogo do que qualquer produto de papel anteriormente o conseguia. É ainda bastante barato, em relação aos tecidos com os quais competirá.

A combinação de papel com materiais que lhe dão maior consistência resulta num produto macio, barato e durável, com possibilidades consideráveis no mercado.

Uma das principais companhias norte-americanas de fabricação de papel, a Kimberly-Clark, produz dois tipos. Um é denominado "scrim-reinforced material", ou SRM isto é, material reforçado com tecido grosseiro, usado para fabricar esfregões, toalhas, aventais e outras roupas. O material é feito com uma malha aberta de fios ou filamentos e a laminação de uma ou duas camadas de tecido de cada lado.

A Kimberly-Clark produziu pela primeira vez o SRM em 1952, quando procurava um substituto para a gaze de algodão.

O outro "não-tecido" produzido por essa emprêsa é o "tissue-fiber-laminate", TEL, ou laminado tecido-fibra. Difere do SRM por ser o seu refôrço básico formado de fibras finas do mesmo tipo, que são dispostas umas muito junto das outras, para criar um material base macio e mais denso.

Uma camada de tecido é laminado de cada lado, o que torna o produto macio e forte, especial para lençóis, fronhas, vestidos e outros artigos semelhantes.

O mercado para produtos de papel é bastante extenso. Os hospitais pelo perigo de os germes se espalharem têm grande preferência por êsses produtos que se usam e são jogados fora. Geralmente, há uma economia muito grande no espaço de armazenagem, quando se substituem os produtos que se usam muitas vêzes pelos fabricados de papel.

Outros mercados incluem hotéis, escolas, ferrovias, emprêsas de aviação e fôrças militares.

O mercado doméstico está apresentando um crescimento fora do comum, principalmente em virtude da mudança do modo de viver dos norte-americanos. Há mais famílias jovens hoje, e elas dispõem de mais dinheiro. Muitas espôsas jovens trabalham, ou participam em larga escala dos assuntos da comunidade, e a vida no lar obrigou a substituir os produtos formais de linho e bordado. As famílias nos EUA estão procurando produtos que dispensem o uso de empregadas, pois estas são raras e dispendiosas. O resultado tem sido uma procura cada vez maior de confecções que se usam uma só ou poucas vêzes. O bom gôsto da mulher norte-americana é consciente, e suas preferências mudam rápida e regularmente. O mercado de roupas femininas tem-se aproveitado dos "não-tecidos", e mais de meio milhão de vestidos de papel foram vendidos em lojas de departamentos e pelo correio, nos últimos meses. O mercado está se ampliando para incluir artigos de uso limitado, tais como roupas de crianças, vestidos de formatura, vestidos de casamento, e até roupas de banho.

Não se espera uma expansão muito rápida, nem que êsse tipo de produto seja usado com exclusividade, e uma penetração de 100 por cento não é considerada possível em hotéis e motéis em futuro próximo. Mas tais artigos deverão conseguir grande incremento nessas áreas, e seu uso deverá aumentar consideràvelmente em residências, hospitais e na indústria, nos próximos anos.

Considerando tais fatôres, o mercado em potencial para os artigos "não-tecidos" atualmente vai além de 1.000 milhões de dólares, embora apenas cinco por cento dêsse mercado estejam sendo utilizados. A expansão do uso de tais artigos, segundo se espera, será feita à razão de 20 por cento anuais, nos próximos cinco anos. (IPS).

N. da R.: E o que será do algodão, da lã, da sêda e das várias fibras naturais? Aí fica a indagação, como advertência aos homens da agroeconomia brasileira.

REFORMA AGRÁRIA

Entrevista do Presidente Flávio da Costa Britto, da C. N. A.

— Com respeito ao Ato Institucional n.º 9 e ao recente Decreto-Lei, ambos objetivando providências relacionadas com a Reforma Agrária, posso adiantar que a classe rural os recebeu com tranqüilidade, pois ambos incluíram providências que a Confederação pleiteara para corrigir pontos de vista extremados de alguns elementos integrantes do Grupo Interministerial, incumbido do estudo do problema.

Ficou, assim, evidenciada a cautela com que a Presidência da República examina os projetos que lhe são apresentados, dando-lhes o indispensável tom de equilíbrio e prudência.

Com efeito, conforme tivemos oportunidade de ressaltar em nossas restrições a certas medidas propostas pelo Grupo, é indispensável não perder de vista tudo quanto as atividades agropecuárias já representam para a economia nacional, impondo-se respeitar o que já está feito e o que pode ser aperfeiçoado, em vez de pretender-se reabrir uma estaca zero.

Aliás, em matéria de atividades rurais, já hoje, no mundo todo, é pacífico que o verdadeiro problema é a produtividade, colocando-se a ampla distribuição de terras em plano até mesmo duvidoso quanto aos seus benefícios e receptividade pelos favorecidos.

Porém, não é a propósito disto que a imprensa solicita meu pronunciamento, nesta oportunidade. Passo, pois, à análise dos atos a princípio referidos.

O AI-9 introduziu três modificações significativas no texto constitucional. A primeira eliminou a expressão "prévia", referindo-se à indenização do expropriado e a segunda qualificou a expressão "justa indenização", para acrescentar-lhe "fixada segundo critérios que a lei estabelecer".

Quanto à primeira, não me parece que tenha maiores efeitos práticos, já que o expropriado permanecia exposto à perda da posse desde o depósito preliminar. A cautela referia-se, pois, apenas à transferência do domínio. A modificação visou a facilitar a titulação dos beneficiários, já na posse, independentemente da conclusão do processo judicial.

Quanto à segunda alteração, deixando à lei ordinária definir critérios de fixação do justo valor, sem dúvida reduziu a margem de segurança. Porisso, certamente, o Presidente da República apressou-se em baixar, concomitantemente, o Decreto-Lei onde se considera justa a indenização baseada nos valôres declarados pelo próprio interessado, abrindo-lhe prazo para rever, dentro de 80 dias, suas declarações cadastrais no IBRA.

Esta medida foi pleiteada pela CNA, atendendo a que, consoante critério aceito por essa autarquia, tais valôres deveriam ser prudentes, aquém dos valôres venais. Já agora, porém, a declaração valerá como uma verdadeira opção de venda.

É verdade que ficou reservado ao expropriante impugnar tais valôres, quando os julgar exorbitantes, caso em que restará o arbitramento judicial, após o depósito prévio na base estimada pelo IBRA.

A terceira alteração constitucional substituiu a redação do § 5.º do artigo 157, revogando a exigência de a reforma agrária ser executada por um colegiado constituído por brasileiros de notável saber e idoneidade, nomeados pelo Presidente da República após a aprovação da escolha pelo Senado Federal. O nôvo texto apenas dispõe que é privativo do Presidente declarar as áreas prioritárias, podendo delegar os podêres para desapropriação.

Devo ressaltar que as situações de que estamos tratando sòmente se verificarão nas áreas consideradas prioritárias, tendo-se assentado, no Grupo Interministerial, que tais áreas não mais abrangerão grandes extensões e até mesmo Estados inteiros. Foi pensamento unânime que tais áreas serão limitadas aos diferentes projetos, aplicáveis a regiões que satisfaçam condições mínimas, características de tensão social e estrutura fundiária manifestamente condenável.

Finalmente, desejo louvar também, pela prudência e

elevado critério que presidiu a elaboração final dos textos, a proibição de aplicar-se a desapropriação excepcional de que se trata aos imóveis que, embora em área prioritária, preencham as condições de emprêsa rural. Êstes ficarão sujeitos à regra geral das desapropriações, nos têrmos do artigo 150, § 22 da Constituição, isto é, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Como se vê, não há motivo para preocupações de parte daqueles que, realmente, dedicam-se aos nobres labores da agricultura. Ameaçados sòmente podem sentir-se os latifundiários absenteístas, que conservam a terra para fins especulativos.

É o seguinte, na íntegra, o Ato Institucional n.º 9, ontem assinado:

"Considerando a motivação contida nos preâmbulos dos Atos Institucionais números 5 e 6, respectivamente de 13 de dezembro de 1968 e 1.º de fevereiro de 1969;

Considerando, ainda, que a reforma agrária, para a sua execução, reclama instrumentos hábeis que impliquem alterações de ordem constitucional, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

"Art. 1.º — O Parágrafo 1.º, do Artigo 157 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157 — . . . .

. . . .

Parágrafo 1.º — Para os fins previstos neste Artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinqüenta por cento do impôsto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

Art. 2.º — É substituído o parágrafo 5.º do Artigo 157 da Constituição Federal pelo seguinte:

Parágrafo 5.º — O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais, por interêsse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias.

Art. 3.º — Revoga-se o parágrafo 11 do Artigo 157 da Constituição Federal.

Art. 4.º — Êste Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário".

COMO FAZER A REFORMA

O Decreto-Lei assinado juntamente com o AI-9 é do seguinte teor:

Art. 1.º — A união poderá promover a desapropriação, por interêsse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, nos têrmos do Artigo 157 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pelo Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969.

Parágrafo 1.º — A desapropriação a que se refere êste artigo far-se-á por ato do Presidente da República, ou de outra autoridade a quem forem delegados podêres bastantes.

Parágrafo 2.º — O ato expropriatório deverá conter a descrição e demais características do imóvel.

Art. 2.º — Ainda quando situados nas áreas de que trata o Artigo 1.º, não serão objeto de desapropriação, na forma prevista neste decreto-lei, os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como emprêsa rural, fixados na Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e sua regulamentação.

Art. 3.º — Na desapropriação a que se refere o Artigo 1.º, considera-se justa indenização da propriedade:

I — o valor fixado por acôrdo entre o expropriante e o expropriado;

II — Na falta de acôrdo, o valor da propriedade, declarado pelo seu titular para fins de pagamento do impôsto territorial rural, se aceito pelo expropriante; ou

III — O valor apurado em avaliação, levada a efeito pelo expropriante, quando êste não aceitar o valor declarado pelo proprietário, na forma do inciso anterior, ou quando inexistir essa declaração.

Parágrafo 1.º — Se entre a data da declaração a que se refere o inciso II e a do ato expropriatório houver decorrido mais de um ano, o valor da indenização será corrigido monetàriamente, de acôrdo com os índices oficiais.

Parágrafo 2.º — Para a avaliação prevista no inciso III, que será precedida do cadastramento ex-ofício, o expropriante basear-se-á no efetivo rendimento econômico do imóvel, verificado no ano agrícola imediatamente anterior.

Parágrafo 3.º — Dentro do prazo de cento e oitenta dias, contados da data da publicação dêste decreto-lei, os proprietários de imóveis rurais poderão apresentar, mediante justificação, nova declaração do respectivo valor, em substituição à anteriormente formulada para efeito de pagamento do impôsto territorial rural.

Art. 4.º — Não havendo acôrdo, o expropriante depositará, em banco oficial, o valor da indenização fixado nos têrmos do Artigo 3.º e seus parágrafos.

Parágrafo Único — O valor da terra nua será depositado em títulos especiais da dívida pública, e o das benfeitorias, em moeda corrente do País.

Art. 5.º — A ação da desapropriação será proposta perante o juiz federal do Distrito Federal, do Estado ou do Território onde estiver situado o imóvel.

Art. 6.º — Na petição inicial, o expropriante, juntando um exemplar da publicação, em órgão oficial, do ato de desapropriação, bem como o recibo bancário do depósito feito nos têrmos do Artigo 4.º e seu Parágrafo Único, requererá seja o depósito convertido em pagamento do preço e ordenadas em seu favor, a imissão na posse do bem e a respectiva transcrição no Registro de Imóveis.

Art. 7.º — De plano, ou no prazo máximo de quarenta e oito horas, o juiz deferirá a inicial, declarando efetuado o pagamento do preço e determinando a expedição, dentro de vinte e quatro horas, dos competentes man-

dados, em nome do expropriante.

Parágrafo Único — A transcrição da propriedade no Registro de Imóveis far-se-á no prazo improrrogável de três dias, contados da data da apresentação do mandado.

Art. 8.º — Certificado nos autos o cumprimento dos mandados de que trata o Artigo anterior, o juiz ordenará a citação do expropriado para responder aos têrmos da ação.

Art. 9.º — A contestação só poderá versar sôbre o valor depositado pelo expropriante ou sôbre vício do processo judicial.

Art. 10 — Contestada a ação, a causa seguirá o rito ordinário.

Art. 11 — Na revisão do valor da indenização deverá ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo, o valor declarado pelo proprietário, para efeito de pagamento do impôsto territorial rural, e eventualmente reajustado nos têrmos do parágrafo 3.º do Artigo 3.º.

Art. 12 — Aplica-se às desapropriações por interêsse social, de que trata êste Decreto-Lei, o disposto, relativamente às desapropriações por utilidade pública, no Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 13 — O depósito, que se haverá como feito à disposição do juízo da ação de desapropriação, será levantado mediante prova da propriedade, da quitação de dívidas que recaiam sôbre o bem expropriado, e das multas delas decorrentes, e depois de publicados editais, na capital do Estado e na sede da comarca da situação do bem, com o prazo de trinta dias, para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único — Havendo dúvida fundada sôbre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo.

Art. 14 — Os bens expropriados, uma vez transcritos em nome do expropriante, não poderão ser objeto de reivindicação, ainda que fundada na nulidade da desapropriação.

COMITÊ 4-S

Os programas educativos do Comitê Nacional de Clubes 4-S, entidade de apoio e incentivo à juventude rural, receberam nôvo suporte, através de um Acôrdo de Patrocínio assinado com a IBM do Brasil S/A, para o corrente ano. O CNC4-S considera que tais contribuições de emprêsas privadas constituem o "aceleramento do desenvolvimento social, educacional e econômico do meio rural, e sua integração no complexo de desenvolvimento do País."

O suporte concedido pela IBM será aplicado no Fundo Nacional de Bôlsas de Estudo, para a educação formal de sócios de Clubes 4-S, e no Congresso Interamericano de Clubes Juvenis Rurais, realizado anualmente em um país da América Latina selecionado pelo promotor do conclave, o Programa Interamericano para a Juventude Rural. Dêsse encontro participam sócios de Clubes, líderes e técnicos dos países congressistas. Parte da contribuição da IBM será, ainda, destinada às despesas administrativas do CNC4-S, que engloba gastos com a manutenção dos escritórios e dos funcionários.

Parágrafo único — Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Art. 15 — O juiz que descumprir os prazos estabelecidos neste Decreto-Lei incorrerá na sanção prevista no Artigo 24 do Código de Processo Civil, aplicada mediante representação de uma das partes ao Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único — Tratando-se de serventuário da justiça, ou de oficial do Registro de Imóveis, ficará êle sujeito a multa igual a dois terços do maior salário-mínimo do País, por dia de retardamento.

Art. 16 — O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RECORDAÇÕES DE UM CENTENÁRIO

de Antônio Guedes Tavares, dedicado ao seu distinto amigo sr. Luiz Marques Poliano, Secretário-Geral da SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA.

Lavrador, com 25 anos de idade, recebi, na Prefeitura de Caçapava, as credenciais para representar o Município no 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, no Rio de Janeiro, nas Festas de Homenagem ao 1.º Centenário da Independência do Brasil, onde defendi a tese "Pelo Norte Paulista", que foi plenamente aprovada.

Era o eminente estadista Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, — de quem tenho uma carta e a sua fotografia com dedicatória — o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, e Presidente da Subcomissão dos Congressos do Centenário; o Dr. Ildefonso Simões Lopes, Presidente de Honra dêsse 3.º Congresso, e o Dr. Augusto Ramos, Presidente efetivo, Congresso promovido pela dita Sociedade Nacional de Agricultura, sob os auspícios do Ministério da Agricultura e da Comissão Executiva da Exposição Nacional, com a orientação de técnicos de reconhecido valor científico, como o Dr. Gonçalves Junior, o Dr. Victor Leivas, — que assinou o meu "Cartão de Congressista" — fazendo parte personalidades de destaque nos meios políticos, comerciais, industriais e agrários.

Para representar Sua Excelência o Senhor Dr. Epitácio Pessoa, Presidente da República, que, pouco antes, tinha ido presidir a reunião com banquete oferecido nos Embaixadores Especiais enviados do estrangeiro, inclusive o General Dr. Eduardo Costa, Chefe do Estado Maior do Exército do Uruguai, para assistirem às festas programadas, e que, por isso, não pôde estar presente no momento solene da sessão inaugural do mencionado 3.º Congresso, compareceu o ilustre engenheiro Dr. Pires do Rio, Ministro da Viação e interino da Agricultura, que, em brilhante oração, declarou abertos os trabalhos, dando a palavra ao Dr. Miguel Calmon para, em belíssimo improviso, expor os fins do importante certame. Em seguida, falou o sr. Carlos Jordão, representante da Associação Comercial do Rio de Janeiro, demonstrando o valor do comércio como principal veículo da produção agrícola. Falou, depois, pela Comissão Promotora dos Congressos, o Dr. Lemos de Brito que declarou, entre outros pontos de relêvo: "Nenhuma classe melhor do que a agricultura e a pecuária, poderá falar em nome do Brasil. Nenhuma outra falará com a mesma autoridade. Não é só o movimento da nossa grandeza econômica, o que lhe devemos nós; a própria emancipação política, é a sua obra, porque foi seu labor indefesso na colônia, que nos fêz prósperos e fortes, e foi na consciencia dessa pujança que se debuxou, cresceu e se expandiu o ideal nativista dos nossos avós."

Como delegado do Govêrno do Estado de São Paulo, o Dr. Paulo de Morais Barros, Presidente da Sociedade Rural Brasileira, e ex-Secretário de Agricultura dêsse mesmo Estado, discorreu longamente sôbre o aproveitamento e replantação das florestas e fibras, a necessidade da irrigação no nordeste, a utilização do álcool como combustível, a forma de preparar os couros para a exportação, o cultivo da vinha no Rio Grande do Sul e a sua influência na diminuição da compra de vinhos estrangeiros, a redução de fretes nas vias férreas, o crédito agrícola, a eletrificação das usinas de açúcar, o tratamento da medicina veterinária e muitos outros problemas de interêsse agrário e financeiro.

Em nome da Sociedade Nacional de Agricultura falou, finalmente, o Dr. Augusto Ramos, enumerando tudo o que o Govêrno tinha feito para o desenvolvimento dos centros produtores do País, e salientando importantes considerações relativas aos notáveis progressos da lavoura, discurso que causou excelente impressão. E, agradecendo aos altos dirigentes da Nação os auxílios que prestaram para a realização do citado 3.º Congresso, concluiu, dizendo: "Aos ilustres representantes dos Estados, dos Municípios, de associações rurais e de lavradores que nos vieram trazer as suas valiosas contribuições, a nossa profunda e eterna gratidão."

Salve! a agricultura nacional na sociedade,

Salve! a Sociedade Nacional de Agricultura!

Da côrte imperial chinêsa, há cinco mil anos passados, o arroz passou a figurar nas mesas de quase tôdas as nações do mundo. Os Estados Unidos, atualmente, consomem tipos insípidos, atendendo "conveniências".

AS EXCELÊNCIAS DO ARROZ

Em Roma o arroz é denominado *risotto*. Em Madri, *paella*. No Cairo faz-se dêle o *pilaf*. Porém, em qualquer parte dos Estados Unidos é arroz mesmo.

Dos antigos campos asiáticos, o arroz foi-se integrando, durante séculos, nos cardápios de quase todos os países do mundo.

O cidadão americano consome atualmente, em média, 7,3 libras-pêso de arroz por ano — justamente como o fazia no ano de 1909. Durante todos êsses anos passados seu apetite diminuiu durante algum tempo, até que em 1956 êle absorvia apenas 5,6 libras-pêso.

Pode ser mera coincidência, porém o apetite das classes menos favorecidas do povo americano começou a despertar para o arroz, ao mesmo tempo que os tipos "convenientes" daquele cereal começaram a aparecer nas prateleiras das mercearias.

Antes de chegar ao atual processo de empacotamento do arroz, houve uma longa história de um dos alimentos mais versáteis da humanidade.

Essa planta é nativa nos deltas dos rios asiáticos — o Yangtze, o Ganges, e o Tigre e o Eufrates.

Há cinco mil anos atrás, na China, o cerimonial completo para o plantio do arroz era reservado sòmente ao imperador. Hoje em dia, sua cultura se estende pelo mundo inteiro, desde os campos aplainados do Oriente, onde o plantio é feito a mão, às fazendas modernas, altamente mecanizadas, dos Estados Unidos.

O arroz demorou algum tempo a chegar no Nôvo Mundo. Dizem os historiadores que êle foi introduzido acidentalmente, no último quartel do século XVII, quando um navio estrangeiro, carregado do cereal, perdeu a rota e aproou nas praias coloniais da Carolina do Sul.

Mais tarde, no Século Dezenove, seu cultivo se espalhou da Carolina do Sul até a Luisiana e o Texas e, dali até Arkansas e o Mississipi. Desde essa época, a Califórnia tornou-se o maior produtor de arroz do país.

Espalhadas pelo mundo, existem, pelo menos 7.000 variedades conhecidas de arroz. Felizmente para o consumidor americano, não terá êle que enfrentar uma escolha tão variada, para a sua aquisição.



Plantio de arroz da Colônia Agrícola de Itaboraí — Goiás

Aqui neste país, há apenas umas poucas variedades. Muitas delas são naturais, ou hibridas-controladas, selecionadas de acôrdo com sua adaptabilidade ao nosso solo e clima.

O arroz branco, pilado, usado por nossas avós, ainda existe em boa quantidade, e é preferido por muitos consumidores. Êsse tipo provém de três variedades.

O arroz agulha é de grão longo, cujo comprimento é de três ou quatro vêzes a largura. Fica perfeitamente sêco e macio quando preparado. Os grãos são tenros e geralmente permanecem separados após o cozimento. Essas propriedades fazem daquele tipo de arroz um prato ideal.

Os grãos de variedades mé-

Tributação da Atividade Rural de Pessoa Física

Para conhecimento da classe, transcrevemos mais abaixo dispositivos do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro último, que trata do regime da tributação dos rendimentos das atividades rurais, modificando fundamentalmente a situação até agora vigente.

Êsse sistema deverá entrar em vigor a partir das declarações do impôsto de renda de 1971, o que vale dizer que, salvo opção pela renda presumida, elevada para 5% sôbre a renda bruta, a lei exigirá a organização de contabilidade na atividade individual do agricultor e criador.

Em circular às suas filiadas, a Confederação Nacional da Agricultura está pedindo sugestões, sobretudo no que se refere à exeqüibilidade do nôvo sistema, dado o seu custo e a notória carência de profissionais de contabilidade no país.

Daqui, reforçamos o pedido da CNA com a divulgação do texto legal, que é o seguinte:

DECRETO-LEI N.º 401 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968.

Art. 14. A partir do exercício de 1971, ano-base de 1970, os rendimentos decorrentes da exploração por pessoas físicas, das atividades rurais enumeradas no artigo 9.º do Decreto-lei número 5.844, de 23 de setembro de 1943, inclusive as componentes de parcerias rurais contratadas por escrito, ficarão sujeitas ao impôsto de renda de acôrdo com o disposto neste artigo.

§ 1.º — O exercício das atividades referidas neste artigo, por pessoas físicas é considerado emprêsa individual, cujo rendimento anual será apurado com base em escrituração regular de receita e despesas relativas à exploração.

§ 2.º — O rendimento apurado em cada ano ficará sujeito ao impôsto de renda à alíquota de 10% (dez por cento), como lucro da emprêsa individual. Só quando distribuído ao titular da emprêsa, o lucro será incluído na cédula G de sua declaração de rendimentos de pessoas físicas, no exercício a que corresponder.

§ 3.º — As pessoas físicas que explorarem as atividades mencionadas neste artigo poderão optar pela inclusão do rendimento na cédula G de sua declaração de rendimentos, dispensada a declaração de emprêsa individual.

§ 4.º — Na hipótese do parágrafo anterior, o rendimento a ser incluído na cédula G será equivalente a 5% da receita bruta, especificada esta em anexo à declaração.

---

dias e pequenas são sujeitos a empapar quando cozidos, tornando-os fàcilmente empregados como matéria-prima de pudins, panquecas e broas quentes.

Há pouco mais de 10 anos foi introduzido no mercado o arroz pré-cozido, ou conversível. Nesse caso o arroz é tratado por um processo especial de pressão-vapor antes de ser moído. As vitaminas naturais e os sais minerais contidos na cutícula são incorporados no mesocarpo (massa do grão). O processo também faz com que os grãos se mantenham firmes e separados durante o cozimento. Ao contrário do arroz pilado, que aumenta três vêzes o seu volume durante o processo de cocção, o arroz pré-cozido aumenta quase quatro vêzes.

Possìvelmente, o arroz mais fácil de ser preparado é o pré-cozido, o qual na realidade, não precisa, absolutamente, de ser cozido. Necessita apenas ser aquecido em água fervente, de onde sai com o seu volume dobrado.

O arroz escuro é a qualidade mais nutritiva que existe, uma vez que, no beneficiamento, é apenas removida a casca. O arroz assim contém vitaminas do complexo B, bem como sais minerais (13).

(Traduzido de "The Farm Index", do U. S. Dept. of Agricult, março 1968).

§ 5.º — O Ministro da Fazenda fixará o limite da receita bruta anual a que se refere o § 4.º dêste artigo.

§ 6.º — O regime dêste artigo aplica-se também à exploração das atividades citadas em terras arrendadas.

§ 7.º — Nos exercícios de 1969 a 1970, o rendimento das atividades a que se refere êste artigo será apurado e tributado de acôrdo com as normas legais em vigor.

§ 8.º — O contribuinte obrigado à escrituração e que não a tiver ou que não a mantiver em ordem, ficará sujeito ao arbitramento, pela autoridade competente, de seu lucro tributável, aplicando-se, para êsse efeito, no que couber, as normas legais que regem o arbitramento das pessoas jurídicas em geral.

§ 9.º — As emprêsas individuais que declararem seus rendimentos conforme apurados em escrituração regular poderão compensar os prejuízos ocorridos num exercício com os lucros obtidos com a mesma atividade nos exercícios subseqüentes.

§ 10.º — O Ministro da Fazenda expedirá as normas para a escrituração das emprêsas individuais a que se refere êste artigo.

Art. 15. Até 30 de junho de 1969, as pessoas jurídicas poderão atualizar além dos limites de correção monetária o valor dos terrenos e construções constantes do seu ativo imobilizado, desde que recolham, tão-sòmente impôsto na fonte de 15% (quinze por cento) sôbre a reavaliação adicional assim efetuada, o qual poderá ser pago, parceladamente, a requerimento do interessado, nos têrmos das normas em vigor.

§ 1.º — O impôsto a que se refere êste artigo não será cobrado se a emprêsa optar pela compra em dôbro do seu valor, de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, intransferíveis por cinco anos, a serem adquiridas no mesmo número de parcelas.

§ 2.º — O valor da reavaliação deverá ser levado à conta do capital da emprêsa, que não poderá ser reduzido antes do prazo de cinco anos.

§ 3.º — No caso de alienação de imóvel objeto da reavaliação de que trata êste artigo, eventuais prejuízos não serão dedutíveis do lucro tributável.

Art. 16. A despesa operacional relativa à remuneração dos sócios, diretores ou administradores de sociedades comerciais ou civis, de qualquer espécie, assim como a dos titulares das emprêsas individuais, não poderá exceder, para cada beneficiado, até o limite colegial de 7 (sete), a 5 (cinco) vêzes o valor fixado como mínimo de isenção na tabela de desconto do impôsto na fonte sôbre rendimentos do trabalho assalariado.

§ 1.º — A dedução das remunerações pagas na forma dêste artigo em cada ano-base não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do lucro tributável antes de feita a dedução dessas mesmas remunerações.

§ 2.º — Em qualquer hipótese, mesmo no caso de prejuízo, será sempre admitida para cada um dos sócios, diretores ou administradores, retirada mensal igual ao valor do limite mínimo de isenção para efeito do desconto na fonte de rendimentos do trabalho assalariado.

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para Julho e Agôsto

OLERÍCOLAS

Julho — Continuam os plantios de foliáceas, cenoura, nabo e rabanete, e inicia-se o do pepino e do melão.

Agôsto — Neste mês inicia-se o semeio em local definitivo de abóbora, maxixe, melancia, pepino e quiabo. Semeia-se em canteiros de sementeira, beringela, jiló, pimentão, plantando-se ainda batata doce e aipim.

FRUTÍCOLAS

Julho — Continuam os trabalhos iniciados no mês anterior, poda e adubação. Inicia-se a colheita de laranjas tardias (pêra, valência e natal) e termina a colheita do caqui.

Agôsto — Início da brotação e floração das árvores frutícolas, tais como: mangueiras, abacateiros, cajueiros, laranjeiras etc. É boa época para a formação de novos pomares com o transplante de mudas.

Inicia-se o plantio da melancia e melão e termina a colheita das laranjas precoces, tais como: lima, balaninha e seleta.

CULTURA DOS CITRUS

Eng.º Agr.º
Almiro Gonçalves
de Castro

A citricultura já teve grande desenvolvimento em nosso Estado, representando ainda a laranjeira, a fruteira que ocupa a maior área cultivada. Hoje, os objetivos são o da produção de laranjas, para o consumo interno, escolhendo-se variedades seletas, para a mesa, ao lado das tangerinas e dos limões.

Variedades — Dentre as laranjas, recomendamos o plantio de variedades precoces, isto é, de maturação mais cedo (março-maio) e tardias. Das variedades precoces indicamos: Hamlin, Baianinha e a Lima. Das variedades tardias indicamos: Pêra, Valência, Natal e Seleta.

Dentre as tangerinas, dificilmente outra variedade, em nossas condições poderá concorrer com a tangerina Rio, no entanto, mais tardia que a Rio e que apresenta boas características de fruto, é a tangerina Dancy.

Dos limões, as variedades mais recomendáveis são o limão Rio (casca fina) e o limão Tahiti, êste sem sementes e com frutos bem maiores que o casca fina.

Solo — As plantas cítricas são pouco exigentes em solo, adaptando-se a qualquer tipo. Se tivéssemos que indicar um tipo de solo diríamos que elas dão preferência a um solo sílico-argiloso, de boa profundidade, e bem provido de elementos nutritivos.

As condições físicas do solo são mais importantes que as químicas, assim, terrenos pouco profundos e com subsolo impermeável não devem ser escolhidos, pelas despesas que obrigariam, a fim de manter em boas condições a cultura.

Mudas — É da maior importância para o agricultor, conhecer uma boa muda ou enxêrto, pois dela dependerá o sucesso ou fracasso do seu pomar.

Uma muda bem formada apresenta-se com haste reta, sem curvas, tendo 60 a 65 cm de altura, terminando por 3 a 4 galhos que saem dos últimos 15 cm de haste. O seu sistema radicular deve ter uma única raiz pivotante (pião), reta e longa, provida de abundantes raízes secundárias e radículas. A grossura da muda, na altura do ponto de enxertia deve ser de 2 cm.

Para se obter uma muda nessas condições, são necessárias de 2 a 2 1/2 anos, a partir da sementeira.

Se o lavrador preferir fazer êle próprio suas mudas, ao invés de adquirí-las de viveiristas tradicionais, deve antes se instruir sôbre o tipo de cavalo mais conveniente, bem como da obtenção de borbulhas, que deverão ser retiradas de plantas isentas de viroses (doenças que são transmitidas pela enxertia) nos Postos Agrícolas e Serviço de Horticultura do Estado.

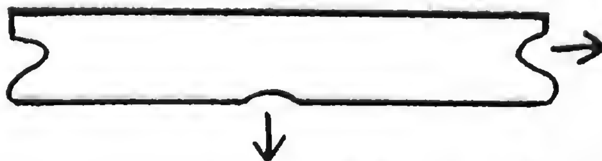
A muda poderá ser plantada de raiz nua ou com torrão; no primeiro caso, as raízes mais grossas devem ser podadas, retirando-se suas extremidades, bem como tôdas aquelas que se apresentarem defeituosas, no caso do plantio com torrão, evitar seu rompimento a fim de não danificar as raízes finas.

Preparo do Solo — A ração profunda, feita com bastante antecedência e se possível com duas arações, gradeações de modo que o terreno fique bem pulverizado.

Marcação e abertura de covas — Marcar as covas em linha de nível, espaçadas de 5 x 5 m em solos pobres ou 6 x 6 em solos férteis. As covas deverão ter 60 x 60 x 60 cm, enchendo-as com terra da superfície, enriquecida com a seguinte adubação:

Farinha de ossos	—	500 gr
Cloreto de potássio	—	50 "
Salitre do Chile	—	30 "

Plantio — Com auxílio de uma tábua de plantar, que consiste em uma peça de madeira com 2 cm de espessura, 15 cm de largura e 1,20 cm de comprimento, tendo três cavidades, uma em cada extremidade e uma central. As duas extremidades serão as guias da tábua e a central será colocada na estaca de alinhamento do pomar. Abertas as covas sem retirar as estacas guias, recoloca-se a tábua de plantio sendo a muda alinhada pela cavidade central da tábua.



O plantio deverá ser efetuado nos meses de junho a novembro, com a disposição triangular ou quadrangular, irrigando-se as mudas até sua pega.

Tratos culturais — Durante a formação do laranjal pode e deve o lavrador efetuar plantios intercalares com plantas hortícolas, que devem ser adubadas convenientemente.

As mudas cítricas devem receber uma vigilância constante, a fim de que não sejam atacadas por pulgões ou outras pragas que atrasam sua formação, bem como a retirada da brotação que surja na haste, abaixo da formação da copa.

Formado o pomar, não se deve fazer mais culturas intercalares, recebendo capinas na época sêca e roçadas no verão com coroamento das árvores, bem como, os tratamentos fito-sanitários indispensáveis e adubações anuais.

Adubação — A partir do 2.º ano deverá o pomar receber uma adubação química, de acôrdo com o que a análise do solo determinar.

Recomenda-se que para cada caixa de laranja produzida, deverá o pomar receber anualmente, a fim de repor ao solo o que lhe foi retirado, os seguintes adubos:

1000 gramas de nitrocálcio
350 " de fosforita de Olinda
160 " de cloreto de potássio

Adubos êsses que serão aplicados em cobertura, sendo que o nitrocálcio deverá ser parcelado em quatro aplicações, a primeira junto com os demais adubos, em março, ou abril e as outras três em: agôsto, novembro e fevereiro.

Nos terrenos com elevada acidez, pH entre 4,0 e 5,5, deverá ser efetuada uma calagem usando-se calcário dolomítico até que o pH se eleve ao índice 6,0. Deficiências de elementos menores (zinco, manganês, ferro, etc) poderão ser corrigidas com adubações foliares, utilizando-se adubos existentes no comércio.

Poda — Essa operação deve se limitar à retirada de galhos secos ou de brotação que surja do cavalo. Qualquer redução de galhos da copa ocasiona diminuição da produção.

..**Irrigação** — Quando possível é uma prática da maior importância, concorrendo para a precocidade na florada, e na maturação, o que possibilita melhores preços da fruta que sai primeiro que a safra.

Colheita — As plantas cítricas, atingem a fase de produção no 4.º ano. A colheita deve ser feita com cuidado, utilizando tesoura de colheita, evitando deixar que a fruta caia no chão.

As frutas não devem ser jogadas, o seu manuseio deve merecer tôda a atenção do lavrador, que receberá em troca melhores preços pelas suas frutas.

O rendimento dos citrus varia conforme a idade da árvore e as condições culturais do pomar, de 1/2 caixa a 5 caixas pequenas, por árvore.

— (Chefe do Serviço de Horticultura do DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, da SECRETARIA DE ECONOMIA do ESTADO DA GUANABARA — BOLETIM TÉCNICO N.º 1 — MAIO/1968.)

INCENTIVOS EM ÁREA RURAL

Portaria baixada pelo Superintendente da Sudene, General Tácito de Oliveira, prevê que os recursos provenientes dos incentivos fiscais para o Nordeste que não tiveram sua aplicação indicada pelos depositantes, serão destinados, prioritàriamente, para a execução de projetos agropecuários na região.

Foi iniciada, também, uma campanha para aumentar as deduções do impôsto de renda em favor do Nordeste, com a expedição de cinco mil cartas aos principais empresários do país, onde se explica que 78 mil pessoas jurídicas já deduziram NCr$ 1 bilhão para aplicar na região e solicitando-lhes que participem de um dos 680 projetos já aprovados pela Sudene. Acompanha as cartas amplo material explicativo sôbre o desenvolvimento da região.

PLANO DA SAFRA CAFEEIRA

O Plano da safra cafeeira para 69-70, já em fase final de discussão, prevê a adoção do registro móvel e da taxa cambial acompanhando a posição dos preços internos, segundo revelou fonte governamental. Os produtores exigem 90 cruzeiros novos por saca, sendo que "talvez seja atendida parte das reivindicações dos produtores. Estão sendo examinadas também com atenção as reivindicações dos exportadores".

Os países-membros do Acôrdo Internacional do Café deverão chegar a um acôrdo para a redução das quotas de todos os países produtores, inclusive o Brasil, para evitar que o atual critério de seletividade prejudique os produtores de "robusta" e "arábicas suaves", face a agressividade do Brasil no mercado internacional. Julgam êsses países que a redução do preço dêsses tipos forçará também a baixa do preço do café brasileiro, prejudicando a todos os produtores.

As quotas de exportação dos produtores de café da categoria "outros arábicos suaves" foram reduzidas definitivamente em três por cento, automàticamente, pelo órgão executivo da OIC. Em conseqüência, 291 mil sacas de café procedentes principalmente da América Central ficam assim retiradas do mercado. Com as 347 mil sacas da variedade robusta afetadas já pela seletividade, um total de 638 mil sacas desaparecem do mercado, pelo resto do ano cafeeiro.

INSETOS

Prós e Contras

Eng. Agr. LUIZ GUIMARÃES JUNIOR

É sabido que alguns insetos e outras formas vivas afins, constituem destacado e tremendo problema do nosso homem do campo e, diga-se de passagem, de tôda a humanidade.

Sirvo-me, porém, para iniciar o assunto, dos profundos e universais conceitos de dois grandes entomólogos norte-americanos, Metcalf e Flint:

"A guerra entre o homem e os insetos teve início muito antes dos pródromos da civilização; vem prosseguindo, sem cessar, até os tempos atuais e continuará por certo, enquanto a humanidade existir. E a razão disso é que, tanto o homem quanto certas espécies de insetos vivem em constante anseio pelas mesmas coisas, ao mesmo tempo.

A intensidade dessa luta é oriunda da importância vital, para ambos, do objeto pretendido, e, o constante entrechoque resulta da situação de igualdade em que se firmaram os contendores. Nós geralmente nos supomos os senhores e conquistadores da Natureza, porém, os insetos já vêm dominando o mundo, em tôda a plenitude, muito antes de qualquer tentativa do homem. Obtiveram êles, por conseguinte, tôda a vantagem dessa posse antecipada até o início da contenda, e vêm disputando conosco, palmo a palmo, o terreno já conquistado com tanta persistência e sucesso, que mal nos podemos vangloriar de algumas pequenas vantagens sôbre eles. Em certos casos tem havido tréguas, acôrdos tácitos ou até mesmo sociedades, com vantagem para ambas as partes (é o caso das abelhas e do bicho da sêda, por exemplo), porém, tôda vez que os interêsses se choeam, a luta prossegue e nenhum dos litigantes poderá reivindicar para si a vitória final".

Ninguém, homem nenhum, talvez, seria capaz de afirmar que ainda não foi vitima de qualquer prejuizo ou foi afetado, de qualquer maneira, por insetos. Ésses terriveis bichinhos fazem de nós, quase sempre, o que bem entendem, sobretudo se não nos precavemos da melhor maneira possivel, contra seus ataques. Se decidem devorar nossas plantações, êles o fazem com rapidez e insidiosamente; se pretendem chupar o sangue de nossos animais domésticos; bois, cavalos, galinhas e o nosso próprio sangue, chupam-no à vontade, sob as nossas vistas, às vêzes; estragam cereais e grãos em nossos depósitos; devoram nossos alimentos nas despensas e até em nossas próprias mesas; perturbam o nosso sono; transmitem-nos moléstias terriveis, enfim, trazem-nos em constantes preocupações, em guerra surda e interminável.

Felizmente para nós, os insetos também movem terrível guerra entre si. E pobre da humanidade se isto não acontecesse, porque êles se reproduzem e se multiplicam quase sempre de maneira prodigiosa, aos milhares, aos milhões. Alguns há que se dão ao capricho de formar novas gerações em três a quatro dias, desde o momento da postura do ôvo até a saida ou eclosão das formas jovens, ou filhotes. Ora, o que seria de nós se êles mesmos não se entredevorassem com pleno êxito?

Responde um biólogo que a humanidade seguramente não sobrexistiria por mais de seis anos.

O combate aos insetos e outras pragas afins tem sido tão intenso e tem exigido tanto dinheiro e tanto elemento humano, em alguns países, que qualquer pessoa que não esteja a par do assunto ficaria, por certo, estarrecida e talvez até nem acreditasse. E a intensidade do combate a essas pragas, ouso dizer, está na razão direta do grau de civilização de cada povo.

Nas múltiplas formas de atividades dos insetos, quero destacar algumas, ou porque sejam mais comuns, ou porque afetam mais sèriamente os nossos interêsses. Para conhecimento geral daqueles que ainda não tiveram oportunidade de verificá-las, diremos apenas que êles, dados os seus hábitos de vida, podem comer as fôlhas das plantas; devoram as raizes, fazem galerias nos troncos ou em outras partes do vegetal; sugam a seiva; servem de vetores ou transmissores de doenças várias; formam "galhas" ou excrescências nas plantas (aliás, é êste talvez um dos casos mais extraordinários da Biologia no tocante à profunda influência de um organismo sôbre o outro); os insetos incomodam com seu zão-zão ou seu zumbido, com seu cheiro nauseante, seu mau gôsto, sua insistência em pousar na pele, com sua própria presença repelente; ferem-nos com suas picadas, enojam-nos com seus dejetos... e mais.

Para conseguirem tôda essa série de ataques êles adotam vários e ardilosos estratagemas. Por exemplo: um dos casos interessantes e já bem conhecidos é o que se

refere à proteção dispensada por algumas formigas a certas formas nocivas de afídeos e percevejos. Em troca de algumas gotinhas açucaradas, segregadas pelos afídeos (ou piolhos das plantas), elas, as formigas, dispensam-lhes proteção carinhosa, imprescindível à vida daqueles humildes animalejos. Carregam-nos como o fazem as mães mais extremosas. Cuidam de sua alimentação e até de seus hábitos de higiene. Levam-nos aonde se encontram os seus mais apreciados acepipes, isto é, às nossas plantas cultivadas, especialmente o milho e as frutas cítricas. Já ouvi, de um cientista brasileiro, que essas formigas cuidam de seus protegidos como um bom estancieiro de suas vacas leiteiras; fazem currais liliputianos para onde conduzem as vaquinhas (no caso os afídeos) e ali tiram o seu leite açucarado, o que, aliás, deve ser um ótimo quitute para elas, está claro.

Quem não conhece também as estruturas variadas, como as casas dos termitas — os terráveis cupinzeiros — que já têm inutilizado grandes áreas de terras agricultáveis? Eu mesmo já vi, e com tristeza, a perda total de extensa zona paulista onde se encontrava, pràticamente, em cada dois metros quadrados, no máximo, um cupinzeiro. E os terríveis exércitos de formigas saúvas que deixam atrás de si terra devastada — verdadeira calamidade pública e que constituem um dos mais sérios problemas da economia rural brasileira?

Os surtos de gafanhotos, como há tempos se verificou no sul do país e recentemente em outras regiões, têm sido também na América do Norte, no Japão e em outros países, verdadeiras pragas do Egito. Arrasam tudo. E exigem gastos enormes no seu combate. Mas, não precisamos ir tão longe, na Europa ou na Ásia. Quem, como eu, estava acostumado, desde longa data, a saborear com grande proveito alimentar, as deliciosas e, inigualáveis laranjas do antigo Distrito Federal e do Estado do Rio, forçosamente há de estar sorumbático, senão revoltado mesmo, com a interferência indébita (houve outros fatôres também) e inamistosa da môsca do Mediterrâneo. Tiron-nos, inapelàvelmente, o mel da bôca. As laranjas de hoje, na Guanabara e adjacências, são geralmente ruins e caras!

Estêve, há anos passados, em debate público, o grave problema do estefanoderis, isto é, da broca do café. Uns argumentavam, com sobejas razões técnicas, que a eficiência do combate estaria na aplicação das famosas vespas de Uganda, ao passo que outros preconizavam apenas o *repasse* e limpeza dos cafèzais. Enquanto isto, a praga continuava a arrasar culturas e mais culturas, causando prejuízos tremendos à economia pública e particular.

Há tôda uma série de coisas e fatos com que os insetos nos castigam e nos prejudicam... Seria um nunca acabar!

Entretanto, se tôda medalha tem duas faces e se as coisas, por piores que sejam, podem ter alguma utilidade, não seria justo que deixássemos aqui, de fazer alusão ao lado útil dos insetos. Abstrair-nos-emos, porém, dos casos das abelhas e do bicho da sêda por serem demasiadamente conhecidos, e cuja utilidade e volume de produção (o mel, a cêra, a sêda) já de longa data fazem parte da economia universal e das necessidades humanas. Falaremos resumidamente de alguns outros.

Há insetos que produzem tintas indeléveis e inimitáveis; outros, como a célebre cochonilha que se transforma em laca, produto de alto consumo; alguns produzem ou servem de medicamento (cantaridas e outros), outros ainda se constituem em alimentos. Na própria Bíblia há passagens a respeito de indivíduos que se alimentam de gafanhotos e outros insetos. Mas não precisamos ir ate ao Livro Santo. Aqui mesmo no Brasil, em vários Estados, muitas pessoas, sobretudo crianças, que na época do vôo das tanajuras se põem a persegui-las, não com o intuito mais nobre de evitar que essas terríveis funcionárias de setembro e outubro dêem início, cada uma, a um nôvo formigueiro, mas, para transformá-las em substancial acepipe nas chapas dos fogões! Retiram, para comer, a parte posterior do inseto — a ovoteca — diriam os neologistas. E apregoam seu magnífico sabor!

Alguém já disse (se não me engano Tilliard) que as libélulas "são o fator decisivo na manutenção do equilíbrio da vida insetífera das lagoas, rios, lagos e cercanias". Apesar de serem chamados pelo povo, de *cavalo-de-judeu, cavalo-do-cão ou do diabo, feiticeira, come-cobra*, e outros nomes que tais, as pobrezinhas não fazem feitiço, não se alimentam de cobras, não picam, não ferroam e nada têm com o Diabo! Pelo contrário, são boas amigas do homem. Limpam as águas de miasmas e imundícies.

As formigas, as abelhas e outros insetos de vida social, têm servido de exemplo extraordinário para as sociedades humanas e de motivo a belas e instrutivas páginas literárias. São paradigmas da divisão do trabalho e de graves princípios de economia política.

Encontramos insetos e outras formas vivas inferiores que representam papel importante na formação e conservação dos solos produtivos. Auxiliam a desagregação das partículas das rochas, trazendo-as à superfície, onde ficam expostas à ação da água e de outros agentes. As numerosas galerias e túneis por eles construídos facilitam a circulação do ar no solo, fator essencial para a conservação da saúde das plantas: são larvas brancas, ninfas de cigarras, minhocas e muitos outros.

Alguns insetos têm grande valor estético.

As borboletas e mariposas são universalmente conhecidas e apreciadas como tais.

Há inúmeros besouros, abelhas, môscas, vespas, mantídeos (Louva-Deus), etc. que servem de objeto de adôrno e de modêlo para floristas, modistas e artistas em geral.

A influência do inseto na polinização das plantas é enorme e valiosíssima.

Há frutos, como o figo de Beirute, que sòmente apresentam suas esplêndidas e peculiares características, quando têm as flôres polinizadas por um certo tipo de vespas muito miudinhas.

IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO

De Israel, do Sr. S. Blass, criador do sistema de irrigação designado pelo título acima, recebeu o Redator-Chefe desta revista — que já publicou anteriormente duas notas a respeito — a carta que se segue:

"Há poucos meses atrás escrevi um memorando em hebreu, no qual descrevia um nôvo sistema de irrigação que estava sendo aperfeiçoado em Israel, e que se denomina "O Sistema de Irrigação em Gotejamento".

Segundo penso, êste sistema irá provocar uma revolução na Agricultura de todos os países carentes de irrigação, em futuro próximo.

O "Sistema de Irrigação em Gotejamento" se baseia em fazer pingar a água através de tubos de polietileno, regando tratos de terra com gotejadores também feitos de material plástico.

Desde que comecei a fazer experiências com êsse aparelho, há dez anos passados, muitos aperfeiçoamentos já foram a êle incorporados, e em comparação com o sistema de aspersores a céu aberto, por exemplo, economiza a água, e o braço; reduz o aparecimento de ervas daninhas e ainda facilita a aplicação de fertilizantes juntamente com a água, além de permitir a entrada na área de trabalho de irrigação a qualquer tempo, sem causar qualquer perturbação.

Porém, o fato mais digno de nota verificado durante êsses experimentos, foi o revolucionário aumento de produção das safras.

Isto ficou perfeitamente provado nas áreas quentes e áridas do sul de Israel, onde, em muitos casos, houve aumento de 100% e mesmo mais.

Conseqüentemente, devido a êsses fantásticos resultados, o "Drip Irrigation System" está sendo empregado em tôdas as fazendas do sul de Israel e atualmente, se estendendo também às áreas do nordeste.

Estou lhe remetendo, pelo correio, em separado, a tradução em inglês do memorando que escrevi, o qual, penso, será de interêsse para V.S. e no qual poderá obter uma descrição dêsse sistema.

Estamos certos de que, após uma experiência do referido sistema de irrigação, em seu país, poderá verificar as vantagens do mesmo a que acima me referi, assim como está acontecendo no país de Israel.

Agradecemos as informações complementares prometidas pelo Sr. Blass.

Nas ciências como a Genética, por exemplo, a môsca drosófila suplantou todos os elementos experimentais até há pouco em uso, pelas condições especiais que apresenta: grande poder de multiplicação, ciclo vital reduzido, manutenção e manuseio fáceis e baratos; e, afinal, manifesta, com fidelidade, todos os fenômenos da hereditariedade. Além disso, dadas certas condições das células dos insetos, têm êles servido de campo vasto ao estudo da Citologia, ciência que interessa de perto à vida do homem, sobretudo para os que desejam viver muito. Creio que não cometo qualquer indiscrição em arrolar a todos nós nessa categoria!

Os naturais de certas regiões da América do Sul, África, Itália e Portugal, aprisionam grilos e esperanças para ouvir seus cantos e fabricam gaiolas ornamentais que oferecem à venda, nas ruas, com êsses pequenos cantores. Quem já não ouviu falar das brigas de grilos arquitetadas pelos japonêses? Criam e adestram êsses insetos com tal habilidade e paciência que isto hoje se tornou em apreciadíssimo esporte e tem servido até de diversão em circos de cavalinhos. E cada exemplar adestrado custa, relativamente, uma fortuna; por milhões de cruzeiros tem-se vendido grilos de briga!

Nas Bahamas, Austrália e outros lugares, os nativos freqüentemente usam colares feitos com o que êles denominam "pérola da terra" e que nada mais é do que a casca ou concha segregada pela ninfa de uma espécie de coccídeo. São de côres variadas e têm, muitas vêzes, belíssimo brilho furta-côr. Nas Antilhas as mulheres costumam colocar insetos fosforescentes, vivos (vagalumes), dentro de gazes, para enfeitar os cabelos. E assim por diante...

Como vêem, neste rápido escôrço, os insetos têm sido acérrimos inimigos da humanidade, mas também, têm concorrido para grande soma de conhecimentos do homem em vários campos da Ciência e ainda, fornecido produtos de imensa utilidade e hoje indispensáveis à sua vida comum.

GOIABEIRA

Ariosto Rodrigues Peixoto

É pomareira de grande valor econômico, embora seja mais explorada extrativamente desde o Acre até o Rio Grande do Sul; seus produtos alcançam elevado preço no País e no estrangeiro.

Solo — Pode-se dizer que produz em qualquer solo, exceto quando o lençol de água é muito superficial. Prefere, todavia, o solo areno-argiloso, profundo, não muito fértil, o de tabatinga convém ser desprezado.

Clima — Prospera em clima quente desde o litoral até mil e seiscentos metros de altitude; nos temperados, prospera melhor nas imediações do mar.

Propagação — Faz-se quase sòmente de pé franco ou semente sem seleção; pode-se adotar a multiplicação por alporquia e enxertia de escudo e de garfo. O escudo pode ter a forma de losango, de 2,5 x 1,2 cm, retirado do galho com uma fôrma de ferro dêsse feitio, de bordos cortantes; enxerta-se de preferência entre dezembro e fevereiro. O enxêrto é empregado quando o galho é do mesmo diâmetro que o cavalo de um ano; a melhor época para operar vai de junho a outubro.

As raízes de 1/2 a 1 cm também podem fornecer mudas; são descobertas, cortadas em pedaços de 15 cm de comprimento e plantadas deitadas na profundidade de 10-16 cm; conserva-se o solo sempre fresco e coberto de palha.

Semeação — Empregam-se caixotes rasos, que se enchem da mistura de 5 partes de terra, 3 de estêreo e 1 de areia; as carreiras terão 5 cm entre si e as sementes ficam a 1-2 cm uma da outra. Cobre-se com 1/2 cm de terra e estrume bem curtido, peneirado e misturado em partes iguais. No fim de 3 semanas as sementes germinarão, se a terra fôr mantida fresca.

Repicagem — Quando têm 5-7 cm, as mudas de hastes mais grossas e sadias vão para jacazinhos, laminados, sacos plásticos perfurados ou outro invólucro. As regas são indispensáveis. Podem ser pulverizadas, quinzenalmente, com solução nutritiva contendo 50 g de superfosfato, 25 g de salitre e 10 g de cloreto potássico, dissolvidos em dez litros de água (solução suficiente para 250 mudas); no dia da aspersão não se faz a rega normal.

Transplantação — Levam-se para o campo as mudas outra vez selecionadas; as mais robustas, com 25 cm mais ou menos de altura. As regas são imprescindíveis, mesmo se a transplantação é feita durante as chuvas.

Preparo do solo — Processa-se com muita antecedência, lavrando-se uma vez e gradeando-se em sentido cruzado duas ou mais vêzes em épocas diferentes. Se o terreno é ácido, pode-se aplicar 1.000 kg. de calcário por hectare.

Compasso — Pode-se adotar 4 x 6 ou 5 x 5.

Coveamento — As covas devem ter 60 cm em todos os sentidos. Cada uma receberá 15-20 litros de estrume, 500 g de fosforita ou farinha de ossos, 150 g de cloreto de potássio, misturados na terra raspada próxima à cova. Pode-se aplicar 500 g de calcário nas paredes da cova.

Plantação — Duas ou mais semanas de cheias as covas, plantam-se as mudas sem enterrar a haste, retirando-se o invólucro sem quebrar o bloco. Depois da muda plantada faz-se uma bacia em volta e rega-se bem, cobre-se de palha. Nos terrenos inclinados planta-se a goiabeira em linhas niveladas.

Capinas — Coroa-se ou espelha-se o solo em redor de cada muda; o terreno restante pode ser apenas ceifado para evitar a erosão; em vez de ceifar, pode-se gradear.

Cobertura morta — Proporciona grande vantagem manter a superfície do solo coberta com capim colonião ou jaraguá picado em pedaços de 10-12 cm; e evita a perda de umidade por evaporação, impede a erosão e a prejudicial ação direta do sol e dispensam-se as capinas onerosas.

Consorciação — Nos dois primeiros anos pode-se cultivar feijão, batata-doce, batatinha, amendoim e outras culturas de pequeno porte. Nos terrenos pobres usa-se adubo verde ou processa-se a cobertura morta.

Adubação anual — Cada goiabeira em produção, antes do florescimento, pode receber 100-200 g de sulfato de amônio, 100 g de superfosfato, 400-600 g de fosforita ou farinha de ossos, 150 g de cloreto potássico misturados a vinte litros de estêrco. Enterra-se na superfície da periferia da projeção da copa.

O salitre é aplicado cada 3-4 meses, 20 g por m2.

Poda de formação — Do solo até 60 cm eliminam-se todos os galhos; de 60 a 80 cm deixam-se crescer 3 ou 4 ramos partindo e tomando direções diferentes; êstes galhos são depois podados para que se bifurquem lateralmente; desta forma obtém-se uma planta com os ramos cada vez mais abertos, depois das podas sucessivas; a goiabeira fica, assim, de porte baixo, o que facilita as pulverizações para debelar as pragas e doenças, selecionar ou ralear os frutos para aumento de tamanho e facilitar a colheita.

Poda de limpeza — Consta de eliminação dos galhos secos, doentes, entrelaçados, o que concorre para melhor arejamento e eliminação da árvore e, assim, aumento de produção e melhor sanidade.

Poda de restauração — Os frutos são menores nas árvores velhas; nesse caso renova-se a planta, raleando e rebaixando os ramos de 2 a 3 anos, o que estimula a produção de ramos frutíferos, fortes, que fornecerão frutos volumosos. Repete-se essa poda de 2 em 2, ou de 3 em 3 anos.

Colheita — Realiza-se de janeiro a abril a colheita de frutos maduros para uso imediato, ou "de vez", quando são transportados; estão maduros quando passam de côr verde para a amarela. Obtém-se uma safrinha em novembro.

Acondicionamento — As caixas tipo querosene são as que comumente se empregam; as caixas maiores esmagam os frutos nos transportes descuidados.

Uso e aplicações — É uma das frutas mais ricas em vitamina C, que se conserva, embora em reduzida quantidade, ainda na goiabada; daí se infere a vantagem do seu uso na alimentação, principalmente no estado natural, pelo valor nutritivo e teor em vitamina C, em média 100 mg por 100 g de fruto.

É utilizada para o preparo de doce em calda ou compota, geléia, sorvete, além da goiabada.

Variedades — Classificam-se as goiabas quanto à côr da polpa em:

a) vermelho carregado, tipo preferido no fabrico da goiabada.

b) rosada ou côr de rosa, mais utilizada para o preparo de compota.

c) amarela, que não tem preferência específica.

d) branca, mais apreciada para consumo no estado natural.

As goiabas preferidas devem ter polpa de grossa espessura e firme, tamanho médio, rica em açúcar e sadias. Os frutos prediletos para alimentação em estado fresco devem ser aromáticos e livres de bicho.

Esta fruta ainda tem sido classificada segundo a sua forma em pêra, oval e oblonga.

Pragas — A broca é a pior praga; ataca-a e pode matá-la. O combate é de preferência preventivo, pulverizando com "malatox" ou calda bordaleza a 1%, contendo enxôfre. Depois de broqueado o tronco, injeta-se com conta-gôtas no orifício, 2 cm3 de bissulfureto de carbono ou formicida comum, tapando em seguida com cêra ou barro; costuma-se, ainda, combater a broca, introduzindo um arame no furo e matando-a.

O bicho das môscas causa sérios prejuizos em certos períodos de ano. Reduz-se a infestação, colhendo-se os frutos bichados na árvore e caídos no chão e enterrando-se a meio metro, no mínimo, no solo.

Convém aplicar as pulverizações com "malatox", ou calda bordaleza com enxôfre. Os frutos para comer em estado natural devem ser ensacados.

Acondicionamento preferido — Para consumo "in natura" convém utilizar caixas semelhantes às de figo. Frutos de forma e de tamanho uniformes, mesmo grau de amadurecimento, sem broca, aromáticos, devem ser reunidos na mesma embalagem.

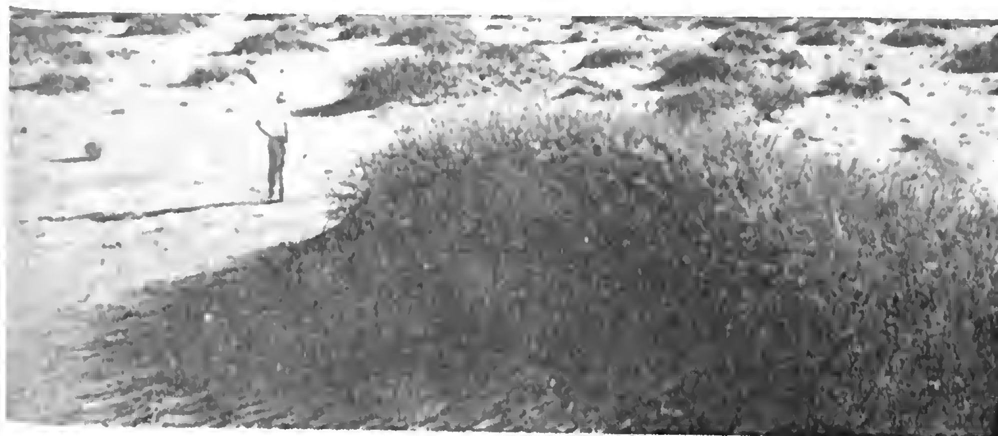
Irrigação — Nas regiões áridas e semi-áridas, onde as estiagens são prolongadas, convém irrigar as goiabeiras, 3 ou 4 vêzes por mês, dando em cada rega uma espessura de 4 a 6 mm de água, correspondendo, assim, a 4 a 6 mm de chuva.

Rendimento — Uma goiabeira em plena produção e bem tratada pode fornecer até 20 kg de frutos anuais. A produção média é de 10 a 15 quilos.

* * *

(INSTRUÇÃO TÉCNICA N.º 5, M.A.)

A FOTO INTERNACIONAL





Há trinta anos, ao sul do Estado do Nôvo México, as duas regiões que nos mostra a foto acima eram idênticas. Tudo igual. A que vemos na parte superior da foto está a pouco mais de dois quilômetros da que vemos na parte inferior, que foi tratada para se tornar fértil, com a destruição completa do tipo de vegetação nociva à terra e à agricultura em si mesma. Em diferentes e extensas áreas nos Estados Unidos, o U. S. Agricultural Service vem atuando no sentido de limpar a terra da vegetação daninha, para torná-la não sòmente útil à agricultura, mas cada vez menos árida no sentido de mudar condições ambientes, que vão desde as de ordem climática até as de natureza alimentar para o homem e os animais (Foto IPS, especial para A LAVOURA).

O PREÇO DO LEITE

Especial para
"A Lavoura"

OTTO FRENSEL

Como em tudo, também em economia há duas estradas à seguir: uma suave, bem tratada, a qual leva ao fracasso certo; outra, cheia de óbices, cansativa e longa, que permite alcançar, com muita persistência e esfôrço, o resultado almejado. É o que ocorre, tanto com a economia em geral, como com a economia lacticinista em particular.

Desde que as vacas produzem êste precioso alimento que é o leite, não desprezando o das demais fêmeas, discute-se o preço do leite com o qual os produtores, ou sejam os proprietários das citadas vacas, jamais estiveram satisfeitos, tanto aqui no Brasil, como nos demais países.

Por enquanto se tem procurado a solução no aumento simplista do preço do leite. Não assim fàcilmente, é certo, pois, cada aumento é sempre precedido de uma grande barganha, a qual finda num preço que não satisfaz ninguém, pois jamais foi objeto de estudo profundo, nem acompanhado de medidas adequadas, as quais realmente pudessem garantir a produção e o consumo.

Aqui no Brasil sòmente houve, uma única vez, um levantamento de profundidade do preço de custo do leite, o que ocorreu em 1952 pela Comissão Nacional de Pecuária do Leite, sob a elevada orientação do nosso grande zootecnista Dr. Romulo Joviano. Embora dispondo de tão excelente base, jamais êste precioso trabalho foi atualizado, embora se reconhecesse a imprescindível necessidade de tal medida, a fim de permitir o conhecimento real do preço de custo do leite.

Muitas medidas de incentivo à produção foram toma- quais não vamos relacionar das no correr dêstes anos, as aqui, mas que teriam produzido resultados muito maiores, se obedecessem a uma orientação realística e unificada, além de complementadas por outras medidas imperiosamente necessárias, como a racionalização da própria produção, da industrialização e da comercialização do leite e de seus derivados. É o que vimos apregoando reiteradamente nestas colunas e continuamos convencidos de que de outra forma jamais se chegará a resultados satisfatórios. Muito ao contrário, esta falta de uma orientação rigorosamente coordenada e completa, está enfraquecendo, cada vez mais, o consumo de leite e derivados, o que é tanto mais lamentável, quando êste aqui no Brasil, ainda não atingiu uma média "per capita" aceitável.

O aumento desordenado da produção, mesmo motivada por aumento de preço e incentivos vários, não resolve o problema, se, simultâneamente, não houver uma racionalização em todos os setores. A prova se encontra no recente "preço de cavalheiros" o qual, sòmente pôde ser mantido para a quota do leite de consumo e pouco leite industrial. A ex-



Mais leite, graças aos processos que nos últimos anos vem alcançando a medicina veterinária.

tra-quota, freqüentemente, foi paga por muito menos, não porque não houvesse consumo, mas sim porque não há racionalização em setor algum. Mesmo os grandes produtores, como as grandes organizações, cooperativas, industriais e comerciais, são arrastadas por esta falta de racionalização geral. O aumento simplista do preço do leite e dos incentivos, pode apenas levar ao ilusório sistema sobvencionista, cujas malfadadas conseqüências vemos imperar em outros países, com os seus excedentes. Subvencionismo, certamente, não é uma solução, pois, sempre beneficia aparentemente uns em detrimento de outros. Não, a solução está na racionalização e na organização de todos os setores, não em apenas alguns, já se vê. Dizem que a média de produção de leite no Brasil Central é de 25 litros por estabelecimento. A sua renda mensal na base de NCr$ 0,26 é, portanto, de NCr$ 195,00. Mesmo a duplicação dessa renda ou sejam NCr$ 390,00 mensais, não resolveria os problemas dêsse produtor de leite em cujo nome tanto se argumenta. Há muitas cooperativas que manipulam diàriamente 3.000, 4.000 e 5.000 litros de leite. No momento a sua margem permite auferir bruto NCr$ 405,00 — 480,00 e 675,00 respectivamente. Como é que pode existir um estabelecimento com tal margem? Como cumprir as mínimas necessidades sanitárias, econômicas, etc.? Aumentando ou dobrando mesmo a margem? Passariam para NCr$ 810,00 — 960,00 e 1.350,00 respectivamente. É claro que continuaria insuficiente, mas também sobrecarregaria excessivamente o preço para atender ao poder aquisitivo de grande maioria dos consumidores. Convém lembrra que esta grande maioria dos consumidores, são aquêles que ganham salário-mínimo, raramente mais e às vêzes até menos. No setor da industrialização não é diferente, mesmo em se tratando de cooperativas, donde resulta o pagamento da extra-quota ou mesmo simplesmente do leite destinado à industrialização por preço bem inferior ao tal do acôrdo de cavalheiros, resultando numa média bem inferior.

A única solução é mesmo a diversificação, a racionalização e, principalmente, o esfôrço sério de querer sobreviver. Os incentivos oficiais são muito úteis, mas não podem, nem devem, servir de base para a sobrevivência. A sobrevivência depende do esfôrço de cada um e da cooperação em geral. Pode parecer utopia, mas o crescimento da população mundial e as suas crescentes necessidades alimentares, não tem outra solução: ou trabalhar ou desaparecer. Mas trabalhar racional — e coordenadamente. Os tempos são outros mesmo e ainda mudarão muito mais com o correr dos anos. A racionalização e unificação dos estabelecimentos produtores, industrializadores e mercantilizadores se torna cada vez mais uma necessidade imperiosa. Lembramo-nos muito bem de recente esfôrço para unificar grupos de cooperativas, a fim de torná-los mais aptos econômicamente. Todos concordaram com esta inegável necessidade, mas, na hora de concretizar, não foi possível conseguir maioria, quanto mais unanimidade para a localização do estabelecimento. Em se tratando de estabelecimentos particulares, a sobrevivência depende das possibilidades econômicas. As cooperativas "sobrevivem" mais tempo apenas à custa dos seus cooperados, o que é evidentemente ilusório.

Quando falamos em racionalização, não nos referimos apenas à capacidade do estabelecimento, mas também ao aproveitamento integral do leite, evitando desperdícios e mantendo orientação adequada na qualidade, no transporte e na comercialização. Um produto de boa qualidade, bem promovido e apresentado, não terá falta de consumidor satisfeito.

SEMENTES

Chegou ao Brasil a 16 de maio o Prof. A. S. Carter, Consultor especializado em Legislação de Sementes e Execução de Programas, que aqui veio sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, pelo Projeto IV — Política Nacional de Sementes, pela Universidade do Estado do Mississipi e pela USAID para, na qualidade de Assessor a Curto Prazo, colaborar com as autoridades brasileiras no desenvolvimento da implantação da Lei de Sementes.

Para a estada daquele técnico, foi organizado pelo Projeto IV um roteiro para a sua permanência entre nós, de 16 de maio a 3 de julho, quando regressará aos Estados Unidos.

A pedido do Projeto referido, a SNA terá junto ao Prof. A .S. Carter um representante.



INDA

EXECUTA CO... SUAS ...

RECURSOS DO INDA PARA PUC NO RS

Foi celebrado convênio entre o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelo qual a autarquia de desenvolvimento agrário contribuirá com recursos, visando a beneficiar a Faculdade de Zootecnia da PUC-RS. O Convênio foi firmado pelo sr. Dix-Huit Rosado, presidente do INDA, e pelo Irmão José Otão, reitor da Pontifícia Universidade Católica do RS, presentes ainda os srs. Fernando Freire e Luís Carlos Hosken, funcionários da autarquia. Para mais essa medida de estímulo e incentivo ao ensino técnico e à agropecuária o INDA contribuirá com recursos no valor de NCr0 138.985,58.

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO LEVOU INDA EM STA. CATARINA A OPERAR TAMBÉM NA PESCA

O convênio do INDA com a Secretaria da Agricultura de Santa Catarina possibilitou a Diretoria de Organização da Produção do Estado a ampliar suas atividades de promoção, assistência e fiscalização do cooperativismo no Estado, durante o ano de 1968, movimentando oito inspetorias regionais no interior catarinense, respectivamente sediadas em Florianópolis, Blumenau, Joinville, Araranguá, Pôrto União, Chapecó, Curitibanos e Joaçaba, dando, assim, satisfatória assistência ao meio rural e realizando fiscalização mais direta às Cooperativas, como ressalta a inspeção da Delegacia Regional do INDA em Santa Catarina, constante do seu relatório anual.

Destaca ainda a Delegacia do INDA que com a contribuição financeira ao Serviço de Extensão da Pesca do Estado, para execução do Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo Pesqueiro em Santa Catarina, foram executados estágios de líderes dos pescadores catarinenses em cooperativas de pescadores dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e S. Paulo, como executados cursos sôbre cooperativismo pesqueimo como parte do pré-serviço do pessoal a ser admitido no Serviço de Extensão Pesqueira implantado em Santa Catarina como plano-pilôto nacional, estando, assim, funcionando os Escritórios de Laguna, Florianópolis, Itajaí e São Francisco do Sul, completando-se o serviço com a organização e funcionamento de cooperativas de pescadores.

COLÉGIO AGRÍCOLA NO PARANÁ TERÁ CAPACIDADE AMPLIADA

O Colégio Agrícola Getúlio Vargas, localizado em Palmeira, Paraná, tendo em vista a procura de vagas por parte dos filhos dos agricultores, solicitou e obteve ajuda do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário para a ampliação de suas instalações. Nesse sentido, foi firmado um têrmo aditivo ao convênio anteriormente firmado com o Govêrno daquele Estado.

COLÉGIO AGRÍCOLA DE ARACAJU SERÁ REFORMADO

O INDA aplicará a soma de NCr$ 10 mil na ampliação e melhoramentos do Colégio Agrícola Fazenda de Bom Jesus, em Aracaju, Sergipe. Nesse sentido foram mantidos entendimentos com o Mosteiro de São João Batista de Aracaju, responsável pelo estabelecimento.

VETERINÁRIOS FAZEM CONGRESSO EM MINAS

A Sociedade Mineira de Medicina e Veterinária fará realizar no período de 26 a

FIDELIDADE
METAS

31 de agôsto próximo, o I Congresso Mineiro de Medicina Veterinária. O INDA, apoiando a iniciativa, liberou a verba de NCr$ 10 mil para ajuda financeira à realização do aludido Congresso.

ELETRIFICAÇÃO RURAL BENEFICIA 4.800 HABITANTES EM SANTA CATARINA

O relatório da Delegacia Regional do INDA no Estado de Santa Catarina ressalta que "a execução de obras de eletrificação rural em diversos municípios do Estado, apesar das dificuldades em virtude da seleção de áreas a serem eletrificadas, operou numa extensão aproximada de linhas e rêdes de 292,30Km., no cumprimento do Convênio INDA — Govêrno do Estado de Santa Catarina, executado pela CEE, órgão governamental".

Os municípios e distritos atendidos, nos trabalhos realizados, somam a uma população servida, aproximadamente, de 4.800 habitantes; com 1.170 consumidores de imediato, em 44 rêdes com transformadores de 360 KVA e 24 outros de 705 KVA.

APROVADOS LOTEAMENTOS RURAIS NO PR E MG

O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, aprovou projetos de loteamentos nos Municípios de São José dos Pinhais, no Paraná, e Divinópolis, em Minas, o primeiro com 968 mil metros quadrados, para a formação de 44 sítios, e o segundo com área de 474 mil metros quadrados, na localidade denominada Catalão-Pari, para a formação de 629 lotes para fins de expansão comercial e urbana.

INDA APROVA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

Atendendo decisão favorável do Conselho Diretor do órgão, o presidente do INDA, sr. Dix-Huit Rosado, aprovou a contribuição financeira no valor de NCr$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos cruzeiros novos), destinada ao 36.º Batalhão de Infantaria da 11.ª Região Militar, em Uberlândia, Minas Gerais, para ampliação das instalações da Fazenda Tatu.

Em outra portaria, o presidente do órgão homologou contribuição financeira de NCr 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros novos), concedida **ad referendum** do Conselho Diretor, à Escola Normal Rural Murialdo, em Caxias, no Rio Grande do Sul, para implantaãço do projeto Ana Rech.

INDA INCREMENTA PRODUÇÃO LEITEIRA

O Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, sr. Dix-Huit Rosado, aprovou a renovação de convênio com a Associação Brasileira dos



INDA HOMENAGEIA SEU PRESIDENTE

O sr. Dix-Huit Rosado, presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — pelo transcurso de seu aniversário natalício foi alvo, em seu gabinete de trabalho, de carinhosa e expressiva homenagem prestada por seus colaboradores imediatos — diretores, assessôres, auxiliares da presidência — e demais funcionários da autarquia. Na oportunidade, o sr. Dix-Huit Rosado completava, ainda, dois anos de efetiva administração à frente do órgão federal de desenvolvimento agrário.

Criadores de Zebu, no valor de NCr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), para observação do desenvolvimento ponderal e contrôle leiteiro na região de Uberaba, Minas Gerais.

ELETRIFICAÇÃO RURAL CHEGA A ITARIRI — SP

O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, aprovou a aplicação de mais .... NCr$ 109.841,84 nas obras de eletrificação rural do Vale do Itariri, em São Paulo. Para êsse fim, foi assinado têrmo aditivo no convênio entre o INDA e a Cooperativa de Eletrificação Rural daquela região, objetivando o prosseguimento dos trabalhos.

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM TEM CURSO NA PARAÍBA

Para o atendimento das necessidades de formação de engenheiros especializados em irrigação e drenagem para a área do Nordeste brasileiro, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário firmou convênio com a Universidade Federal da Paraíba para a promoção de um curso de treinamento e a elevação do nível técnico dos engenheiros-agrônomos daquela área. O INDA aplicará êste ano a verba de NCr$ 30 mil para a manutenção dêsse curso. O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente da Autarquia, firmou convênio nesse sentido.

TRATORES PARA O EXÉRCITO

O INDA aprovou, em reunião do Conselho Diretor, a aquisição de tratores e conjuntos de arado e grade para cessão, em regime de comodato, ao Grupamento de Elementos de Fronteira da Amazônia, do Comando Militar daquela região. Foi empregada na transação a importância de aproximadamente 66 mil cruzeiros novos.

AUXÍLIO À SOCIEDADE DE AGRÔNOMOS: GO

Quarenta mil cruzeiros novos foram aprovados pelo INDA, à guisa de auxílio à Sociedade de Engenheiros Agrônomos de Goiânia, em Goiás. Os recursos serão empregados na instalação de sede própria daquela sociedade de técnicos em agronomia.

LOTEAMENTO EM DIVINÓPOLIS: MG

Localizado no município mineiro de Divinópolis, teve seu projeto de loteamento aprovado pelo INDA o chamado Catalão-Pari, com área total de 474.000,00 m2. O projeto prevê a formação de 29 lotes urbanos, para fins de expansão residencial e comercial.

RECURSOS DO INDA PARA O NORDESTE

Estêve no Nordeste o presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, dr. Dix-Huit Rosado, a fim de entregar os recursos liberados pelo órgão, destinados a obras de desenvolvimento, expressas em convênios vigentes. O total da verba liberada soma NCr$ 2.519.315,31, favorecendo seis Estados, nas seguintes parcelas:

Pernambuco, com .... NCr$ 404.684,25, destinada à Cia. de Eletricidade de Pernambuco (CELPE);

Rio Grande do Norte, com NCr$ 255.000,00, à Cia de Melhoramentos de Mossoró S.A.;

Ceará, com .... NCr$ 489.898,17, à Cia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (CENORTE); e ..... NCr$ 200.000,00, para a Cia. de Sondagens e Perfurações;

Paraíba, com .... NCr$ 100.054,89, para a S.A. de Eletrificação da Paraíba; e NCr$ 300.000,00, para a Sociedade Agrícola Industrial e Comercial do Estado da Paraíba;

Piauí, com .... NCr$ 250.000,00, para as Centrais Elétricas do Piauí S.A.; e NCr$ 100.000,00, para a Cooperativa de Minérios Sagres Ltda.;

Alagoas, com .... NCr$ 50.000,00, para a Cia. Industrializadora de Leite de Alagoas; e NCr$ 369.678,00, para a Cia. de Abastecimento Dágua e Saneamento do Estado de Alagoas.

TRATORES PARA REVENDA SERÃO IMPORTADOS PELO INDA

A importação de 293 tratores de esteira e seus respectivos implementos, financiados em oito anos, com um ano de carência, para revenda aos agricultores através de cooperativas e outras entidades, foi aprovada por Deliberação do Conselho Diretor do INDA e pelo presidente da autarquia, dr. Dix-Huit Rosado Maia.

O plano de distribuição dos referidos tratores será o seguinte: 23 unidades para os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Acre; 60 para os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe; 70 para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e 140 para São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro Espírito Santo, Bahia, Goiás e Mato Grosso.

DOURADOS GANHA MAIS VAGAS NO COLÉGIO AGRÍCOLA

Na ampliação das instalações da Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco, em Dourados, Mato Grosso, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aplicará a importância de .... NCr$ 40 mil. Essa aplicação é feita com o objetivo de atender ao crescente número de pedidos de vagas por parte dos filhos dos agricultores locais. Dourados é uma imensa e próspera colônia agrícola, antigo núcleo colonial criado e instalado pelo Govêrno, que desenvolvido, foi emancipado.

ACRE TERÁ SILAGEM

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário financiará com NCr$ 50 a construção de silos metálicos no Estado do Acre. Nesse sentido, firmou convênio com a Secretaria da Agricultura local. O sr. Dix-Huit Rosado Maia, presidente da entidade, firmou deliberação nesse sentido.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

O Prof. Heitor Grillo, Vice-Presidente da SNA e do Conselho Nacional de Pesquisas, proferiu na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 1969, a aula inaugural que abaixo inserimos.

Trata-se de uma bem concatenada e oportuna resenha não só da vida daquele estabelecimento de ensino, como da pesquisa agronômica no Brasil.

Foi o Prof. Grillo, ao tempo do Ministro Fernando Costa, o técnico escolhido para dar forma e conteúdo à Universidade Rural.

A sua vivência do assunto confere autoridade mais que suficiente às referências que faz aos fatos e pessoas, e que a sua magnífica aula faz desfilar perante o leitor.

É trabalho digno de leitura atenta, que recomendamos.

"Foi para mim uma grande honra a indicação do meu nome pelo Conselho Universitário desta Universidade Rural para proferir a aula inaugural do corrente ano letivo.

A última vez que ocupei esta tribuna, em situação idêntica, foi em 1946, quando proferi a aula inaugural a que dei o título de "O ensino e as pesquisas agronômicas no Brasil".

Naquela ocasião éramos todos ainda jovens e imbuídos de um ideal superior, que felizmente ainda não se extinguiu. O ideal superior de dar a esta Universidade Rural, centro adiantado de ensino agronômico e veterinário, as condições físicas necessárias à sua estabilidade funcional e à elevação do nível do seu ensino superior associado à pesquisa. Naquele ano de 1946 estávamos na fase final da instalação desta Universidade neste Quilômetro 47. As dificuldades a vencer eram numerosas, mas a decisão e o amor que todos nós tínhamos por esta instituição eram tão grandes que não havia obstáculos invencíveis. Acompanhamos a vida desta instituição desde a nossa mocidade e sabíamos de sua instabilidade quanto à sua sede, que não permitia o desenvolvimento de um programa integrado de ensino e de pesquisa agropecuária. A sua instabilidade era tão grande que um dos mais ilustres professôres desta Universidade, o saudoso zoólogo Cândido de Mello Leitão disse certa vez "que há nela um pouco de alma zíngara, adquirida no muito viajar a que a obrigaram". De fato, fundada em 1913, no Paláclo do Duque de Saxe, na cidade do Rio de Janeiro com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, foi depois transferida para Pinheiro, no Estado do Rio, depois para Niterói e, mais tarde, para o Rio de Janeiro, onde se instalou no grande edifício do Ministério da Agricultura, na Praia Vermelha. Depois veio o seu desdobramento em três escolas nacionais: — de agronomia, de veterinária e de química, as duas primeiras integradas no Ministério da Agricultura e a última na então Universidade do Brasil. Quando assumimos a direção da Escola Nacional de Agronomia em 1937, depois de uma grande reforma por que passou o Ministério da Agricultura, a situação de nossa profissão não era das mais brilhantes. A elite brasileira corria para as escolas de Direito, Engenharia e Medicina. O Ministério da Agricultura era, no dizer do grande Pandiá Calógeras, "o refúgio dos náufragos de tôdas as profissões". O panorama começou a se modificar com as sucessivas reformas do Ministério da Agricultura, especialmente a feita pelo ministro Juarez Távora, que criou grandes departamentos técnicos, onde colocou engenheiros agrônomos, médicos veterinários, químicos e engenheiros de minas. Quando o agrônomo Fernando Costa assumiu a direção do Ministério da Agricultura em 1937, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas, os problemas da agricultura brasileira já recebiam melhor tratamento técnico. As nossas escolas superiores de agricultura e veterinária continuavam, entretanto, com um ensino excessivamente teórico e fora da realidade agrícola nacional, com poucos trabalhos práticos e quase nenhuma pesqui-

sa agropecuária. Foi, então, que se pensou em unir o ensino à pesquisa agropecuária, criando-se o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA). Para isso foi organizado um Plano Nacional visando a criação da rêde nacional de pesquisas agronômicas, com um Instituto agronômico e estações experimentais em cada uma das regiões brasileiras — norte, nordeste, centro, leste, oeste e sul. O comando seria aqui no Quilômetro 47, onde se projetou e se executou um dos maiores conjuntos de ensino e pesquisas agrícolas do mundo. Tive a honra de organizar êsse plano e de executá-lo em grande parte. O trabalho foi árduo, mas coroado de êxito, porque encontrou total compreensão e apoio das autoridades da época, especialmente do dr. Luiz Simões Lopes, então presidente do DASP e da Comissão de Orçamento do Govêrno Federal. Com a sua visão de engenheiro agrônomo, de economista e de agricultor no Rio Grande do Sul, Luiz Simões Lopes deu integral apoio ao plano, que contou com o entusiasmo do presidente Getúlio Vargas. O interêsse do presidente Vargas era tão grande, que aqui vinha constantemente acompanhar as obras do Quilômetro 47. O seu ministro da Agricultura, o agrônomo Fernando Costa era o grande animador desta obra do Quilômetro 47 e, certa vez, recebeu do presidente Vargas o título de "professor de entusiasmos". De fato, foi Fernando Costa o iniciador desta obra lançada para ser uma grande escola nacional de agronomia com numerosas estações experimentais. O plano inicial foi assim traçado e a mim coube a apresentação do projeto, depois de acurados estudos. Fernando Costa, grande ministro da Agricultura e saudoso amigo, recomendou que os edifícios deveriam ser em estilo colonial com pátios internos. E assim foram projetados e executados os três atuais pavilhões desta Universidade. Fernando Costa não podia compreender como as nossas Escolas Nacionais de Agronomia e de Veterinária sediadas no asfalto da Praia Vermelha poderiam formar verdadeiros engenheiros agrônomos e médicos veterinários. Era Fernando Costa um agrônomo que conhecia os nossos problemas agrícolas, especialmente os do Estado de São Paulo. E afirmava sempre enfàticamente que a solução dêsses problemas cabia aos profissionais da agronomia e da veterinária, os únicos capazes de dar à nossa agricultura as condições técnicas necessárias para elevá-la a um alto nível tecnológico e econômico.

Fernando Costa deixou a semente e quando partiu para São Paulo para dirigir êsse grande Estado, os três pavilhões da nossa Universidade Rural já estavam levantados. Veio depois a segunda fase — a da organização do ensino com a pesquisa agropecuária através da criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), que foi executada neste local e em todo o território nacional. Foi a fase de trabalho árduo, sem horas de descanso. Contamos com uma plêiade de brilhantes colaboradores na execução dêsse Plano Nacional, que aí está prestando relevantes serviços à nossa agricultura e, especialmente, dando-lhe as bases técnicas e científicas de que carece para elevar a sua produtividade. Quando o Plano Nacional de união do ensino com a pesquisa agrícola já estava montado e em funcionamento e quando se esperava a integração de ensino e pesquisa para que associados dessem ao Brasil os rendimentos alcançados em países mais desenvolvidos, veio a reforma universitária e passou as Universidades Rurais para o âmbito do Ministério da Educação. Essa reforma, entretanto, permite convênios com os Institutos de Pesquisas Agrícolas, que permaneceram no Ministério da Agricultura como esteios da rêde nacional de pesquisa e experimentação agropecuária. E é de se esperar que o convênio já assinado marque uma nova fase de pesquisa associada, somando esforços, capacidade e instalações em benefício da pesquisa agrícola brasileira.

Já é lugar comum dizer que a pesquisa deve estar sempre associada ao ensino superior, que se renova através da investigação científica. Já é do conhecimento de todos, especialmente dos estudantes, que o desenvolvimento das nações se faz através de um trabalho árduo e persistente, no qual a a ciência e a tecnologia ocupam papel relevante. Todos conhecem os exemplos americano e russo e o papel que a ciência e a tecnologia representaram para transformar os Estados Unidos e a Rússia nas superpotências de hoje. A política que êsses países desenvolveram em planos pràviamente traçados, todos apoiados na investigação científica e tecnológica conduziu essas nações ao seu atual apogeu. O apoio, pois, aos verdadeiros cientistas e tecnólogos, núcleos dêsse desenvolvimento, serviu de exemplo às demais nações. Foi graças ao poder da ciência que nações subdesenvolvidas conseguiram elevar o padrão de seus povos, substituir agriculturas rotineiras por agriculturas de alta tecnologia, indústrias obsoletas e de baixo rendimento em indústrias prósperas. Foi através da ciência que o homem moderno conseguiu inventariar e melhor aproveitar os recursos naturais com que nos dotou a Natureza. Só através da ciência é que a humanidade hoje poderá obter alimentos em qualidade e quantidade suficientes às crescentes populações mundiais. É através da ciência que o homem domina o espaço cósmico e consegue dar voltas em tôrno da lua, para conhecer a sua estrutura. É através da ciência que a Cirurgia faz transplantes de órgãos, recriando o homem. É pela ciência que as telecomunicações aproximaram as nações distantes e tornaram o mundo um só. É através da ciência de computação que o homem criou máquinas de processamento de dados para a coleta e classificação de informes, abastecendo a memória dos computadores eletrônicos, que controlam as grandes organizações. É através da ciência que a Biologia desvenda os mistérios da célula e esclarece os complexos processos químicos da vida, conduzindo a uma revolução "muito maior, em potencial" à descoberta da bomba atômica

de urânio e hidrogênio. A ciência e a tecnologia são, pois, os meios de que dispõe o homem moderno para atingir o progresso econômico e social.

O Brasil não poderia ficar indiferente a êsse movimento processado nos grandes países, de dar à ciência e aos cientistas o lugar que merecem no nôvo quadro mundial. O Conselho Nacional de Pesquisas criado para promover e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico do País vem trabalhando silenciosamente, mas com grande eficácia na transformação do quadro científico brasileiro. A sua atuação tem sido tão benéfica no amparo aos verdadeiros cientistas e aos centros que realmente labutam na ciência, que já se afirmou que "a história da ciência no Brasil tem duas fases — antes e depois da criação do Conselho Nacional de Pesquisas". Realmente são numerosos os pesquisadores formados com bôlsas do Conselho, no País e no exterior. São numerosos os pesquisadores que recebem auxílios para o desenvolvimento de um programa sério de trabalhos científicos ou tecnológicos. Onde há cientistas com programas em execução, o Conselho comparece com bôlsas ou auxílios financeiros para complementar a ação das Universidades ou dos Institutos de Pesquisas onde os mesmos trabalham. À ação normal do Conselho junta-se agora a do seu Plano Qüinqüenal para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil. A ciência e a tecnologia de hoje atingiram tal desenvolvimento que requerem planejamento e coordenação. A especialização alterou os conceitos antigos de trabalho individual e impôs o sistema de equipes nas quais diversos especialistas colaboram num projeto comum e multiforme.

O Plano Qüinqüenal de desenvolvimento científico e tecnológico foi elaborado no Conselho Nacional de Pesquisas sob a orientação do seu atual operoso presidente Prof. Antônio Couceiro, que contou com a colaboração dos mais eminentes especialistas brasileiros nos vários setores de atividades. Na Introdução dêsse importante documento, o primeiro no gênero que já se fêz no Brasil, lê-se o seguinte:

> "A ciência e a tecnologia não têm preferidos e Tecnologia Moderna é acessível a qualquer país, desde que seus governantes efetivamente se decidam a promover o desenvolvimento científico, assistindo convenientemente seus tributários: ensino de ciência mais prolongado e de alta qualidade, maior proporção de cientistas no corpo docente, laboratórios adequados aos diferentes setores da investigação, pós-graduação em padrão internacional, formação e condições salariais condignas à grandeza da missão que desempenha o pesquisador na sociedade moderna".

O Plano prevê medidas básicas visando a ampliação do pessoal científico, de alto nível, através de pós-graduação no País e no exterior; prevê melhoria de equipamento e reequipamento dos centros de pesquisas nacionais a serem atendidos prioritàriamente, em têrmos de qualificação de pessoal e operosidade, medida em produção científica original e regular; prevê contratos de pesquisadores nacionais e estrangeiros para refôrço dos centros de pesquisa mais qualificados; prevê programas setoriais de pesquisa fundamental e aplicada nos domínios da Agricultura, da Astronomia, da Biologia, das Ciências Sociais, da Física, da Geologia, da Matemática, da Química e da Tecnologia; prevê programas integrados visando a exploração e o inventário da região amazônica e o estudo da plataforma continental brasileira; prevê a integração dos Institutos do CNPq nesse Plano Qüinqüenal e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em particular com o centro nacional de informática, ligado a uma rêde de informações técnicas e científicas que alimentariam as universidades e institutos de pesquisas.

O programa, como se vê pelo enunciado, é grandioso e requer recursos financeiros vultosos, previstos já no Plano Trienal do Govêrno Federal.

Dentre os programas setoriais avulta o referente à agricultura, que tem por objetivo desenvolver a pesquisa agropecuária no Brasil, mediante a complementação de recursos pelo CNPq às instituições federais e estaduais para os seus programas científicos, evitando-se duplicações e dando-se prioridade aos problemas mais prementes e de maior interêsse econômico e alimentar. O Plano Qüinqüenal prevê a melhoria da produtividade vegetal e animal, geralmente baixa no Brasil; prevê o aproveitamento dos recursos naturais em áreas já cultivadas, mas particularmente nas regiões de baixo índice habitacional, como a Amazônia, o Brasil Central e as áreas de cerrados. Um plano dessa natureza, abrangendo tantos setores, para alcançar melhor rendimento selecionou áreas prioritárias de pesquisa em cinco setores principais, a saber:

1 — recursos naturais;
2 — pesquisas fitotécnicas;
3 — pesquisas zootécnicas e veterinárias;
4 — pesquisas econômicas e sociais;
5 — pesquisas tecnológicas agrícolas.

Os órgãos participantes seriam os Institutos do Escritório de Pesquisa Agropecuária do Ministério da Agricultura, os órgãos de pesquisa agrícola das Secretarias de Agricultura dos Estados e as Universidades Rurais, entre as quais se acha a nossa Universidade Rural do Rio de Janeiro.

Na programação de cada um dos setores citados o Plano previu prioridades. Assim para os Recursos Naturais, visando o melhor conhecimento do solo, do clima, da vegetação e da água foram estabelecidas seis prioridades. Também o setor de pesquisas fitotécnicas estabeleceu prioridade para o estudo de melhoramento genético das plantas econômicas—cereais, leguminosas, café e cacau, raízes e tubérculos, fibras, oleaginosas, fruticultura tropical, das pragas e doenças das plantas, da fi-

siologia vegetal, introdução e domesticação de plantas e pesquisas com espécies florestais. No setor das pesquisas zootécnicas e veterinárias as prioridades visaram os campos da alimentação, dos sistemas de criação, manejo e instalações, melhoramento genético e doenças e reprodução; no setor das pesquisas econômicas e sociais os estudos prioritários prevêem os três seguintes itens: produção, mercados e preços e política agrícola; no setor de tecnologia agrícola o plano prevê o desenvolvimento da pesquisa aplicada à indústria de alimentos.

A execução de um Plano Qüinqüenal de Ciência e Tecnologia só poderá ser coroada de êxito se tiver como meta principal e prioritária o recrutamento, a formação e o aperfeiçoamento do elemento humano para a pesquisa fundamental e aplicada. "A falta de pessoal com formação adequada", assinala o Plano, para atender a intensificação da pesquisa científica e a renovação do ensino de ciências, sentida em todos os centros nacionais, necessita ser corrigida com urgência". E essa formação deve ser feita nos cursos de pós-graduação que apresentem altas condições quanto aos seus professôres e equipamentos científicos e bibliográficos. Daí o projeto do Conselho de estabelecer os centros de excelência recrutados entre os melhores do País.

Estamos vivendo uma fase da vida nacional caracterizada por grandes reformas. A reforma da educação, já decretada pelo Govêrno Federal e a implantação do Plano Qüinqüenal de Desenvolvimento Científico e Tecnológico constituem peças mestras e essenciais para promover a saída do Brasil do seu estado de país subdesenvolvido para Nação em desenvolvimento. A reforma da educação tem como ponto de partida a reformulação do ensino primário e médio e a preparação de recursos humanos de alto nível, através da reforma do ensino superior. E para isso a reforma prevê a modificação da estrutura institucional da Universidade, do seu regime didático e científico, do seu magistério, a integração da Universidade no processo de desenvolvimento e a integração do estudante na Universidade e nos programas de desenvolvimento.

Oxalá possa a atual Reforma da Educação brasileira modificar o quadro existente, alterando o academicismo, implantando novos métodos de ensino e introduzindo definitivamente a pesquisa nos quadros universitários. Só assim é que poderemos formar os líderes que faltam ao Brasil. Só assim é que poderemos formar os nossos cientistas e com êles implantar a ciência no País, alimentando o nosso desenvolvimento com o resultado das nossas investigações científicas e tecnológicas. Evidentemente não podemos dispensar a colaboração da ciência estrangeira e dos seus cientistas, indispensáveis, sobretudo, nesta fase atual de intensificação e implantação definitiva da ciência no Brasil. Já se tem escrito muito a êsse respeito. Já se tem dito que o nosso progresso tecnológico se basela em alugar a técnica de fora. E essa técnica é indispensável até que tenhamos a nossa própria feita com trabalho perseverante e através de homens preparados para êsse mister. Foi pensando assim que idealizamos a rêde nacional de pesquisa agrícola para o estudo dos nossos solos, das nossas plantas cultivadas, da nossa pecuária, das doenças que infestam a nossa agricultura e criação, para enfim conhecermos o nosso meio agrícola, melhorá-lo e elevá-lo a condições de alta rentabilidade e de segurança contra os seus inimigos naturais. Porque só com os nossos próprios experimentos e pesquisas agrícolas é que poderemos conhecer as variáveis dos nossos solos, das nossas plantas, dos nossos climas e dos demais fatôres que presidem a produção agropecuária. Evidentemente muitas técnicas e ciências alienígenas podem ser aceitas depois de convenientemente experimentadas ou adaptadas. Mas é fundamental que tenhamos a nossa própria experimentação e pesquisa agropecuária, como também é indispensável lançarmos as bases de uma pesquisa industrial mais realista e compatível com as necessidades de nossa indústria, que utiliza muito pouco a pesquisa. Um estudo realizado no Instituto Rob Simonsen de S.P. mostrou que menos de 1/4 da indústria paulista utilizava a pesquisa.

Já muito se tem escrito que as nações desenvolvidas têm organizações capazes de dominar as nações subdesenvolvidas, estabelecendo uma tutela econômica e financeira. O já famoso livro de Servan-Schreiber "O desafio americano" mostra que a indústria americana na Europa representa a terceira potência nesse Continente. E isso devido ao valor que os americanos dão à pesquisa e à tecnologia associadas às técnicas de fabricação e aos métodos de gestão gerencial. Os industriais europeus viram-se assim obrigados a racionalizar as suas fábricas e nelas introduzir as tecnologias modernas e os modernos métodos de administração e comercialização. E isso se passou na Europa, onde a civilização atingiu alto nível e a ciência e a tecnologia nasceram e floresceram em institutos de pesquisas renomados pelas suas descobertas. E êsse fato vem nos mostrar que não basta desenvolver apenas a ciência. É indispensável preparar um programa estratégico de desenvolvimento com todos os fatôres da produção associando govêrno com atividade privada. É o que está fazendo o Ministério do Planejamento e Coordenação no Brasil. E a taxa de crescimento do Brasil é boa e revela a capacidade que tem o país de resistir às suas crises políticas e econômicas.

Quando o meu caro amigo Prof. Fausto Alta Gal transmitiu-me o convite do Conselho Universitário desta Universidade para proferir a aula inaugural passei em revista retrospectiva tudo o que sabia dessa instituição e dos homens que a fizeram e a engrandeceram. E veio-me logo a figura daquele professor que dedicou tôda a sua vida ao estudo dos insetos-Angelo Moreira da Costa Lima. Êle foi o verdadeiro cientista. O cientista nato, que se enriqueceu no estudo quotidiano e atingiu os mais altos pon-

tos na sua especialidade, a Entomologia. Ainda estamos a vê-lo no seu laboratório, estudando espécies novas, preparando trabalhos, revendo estudos, organizando coleções, respondendo cartas dos seus colegas brasileiros e estrangeiros, dando aulas, conversando com os seus amigos e aqui Costa Lima era a mais humana criatura que conheci. Era o desprendimento em pessoa. Era o dinamo em pessoa. Era o dinamo de trabalho infatigável. Tornou-se pelo seu trabalho científico conhecido no mundo inteiro, como um dos primeiros, senão o primeiro entomologista de sua época. Era um monumento de nossa cultura científica. A sua "Vida e Obra" já estão escritas pelo seu biógrafo, o escritor e teatrólogo Pedro Bloch, em volume encomendado pelo Conselho Nacional de Pesquisas, que quis assim perpetuar, em livro, a passagem luminosa dêsse extraordinário homem pela terra, êle que foi o exemplo da dignidade e do saber.

Em sua biografia de Costa Lima, Pedro Bloch escreve: "Que fôrças estranhas moviam êsse homem em sua deambição de glória e dinheiro, fama e riqueza, reconhecimento ou justiça?" "Que molas o impulsionavam, em seus derradeiros anos, o coração enfartado várias vêzes, os olhos cegando, os passos recuando, a energia fugindo?" É que Costa Lima tinha o ideal da ciência e o sentido de sua responsabilidade como professor e pesquisador. A fôrça que o alimentava nos seus últimos anos de vida era o seu amor pela ciência entomológica e a necessidade que sentia em revelar os seus estudos esclarecendo pontos duvidosos ou pouco conhecidos da ciência entomológica. Quando principiou a sua carreira o Ministério da Agricultura não tinha organização técnica nem científica, apenas burocrática. E Costa Lima venceu tôdas as dificuldades até encontrar melhores dias, melhores organizações científicas e colaboradores em maior número. Foi um exemplo do que pode a vontade férrea de um homem realizar em ciência uma obra duradoura e fundamental. Que a sua figura esteja sempre presente nos quadros desta Universidade, que êle amou como a sua casa e onde formou discípulos, hoje mestres e espalhados por todo o país no exercício de sua profissão de entomologista ou de fitossanitarista.

E, neste momento, em que o Brasil procura os meios para implantar a pesquisa nas universidades e intensificá-la nos institutos científicos, o nome de Angelo Moreira da Costa Lima deve ser recordado como a figura simples e agradável do professor que foi um exemplo no ensino superior brasileiro e do pesquisador que se desdobrava em trabalhos e que fazia da ciência a sua profissão.

Não sei bem se deveria falar mais de ciência e desenvolvimento nesta cerimônia de inauguração dos cursos desta Universidade Rural. Estamos diante de professôres e alunos que freqüentam os seus cursos e outros que agora iniciam a sua atividade escolar. Aos estudantes o que se pode dizer é que o problema fundamental do Brasil é o da Educação. Precisamos multiplicá-la e melhorá-la em todos os graus de ensino. Precisamos colocá-la em padrões internacionais, à altura dos padrões norte-americanos, que colocaram os Estados Unidos na vanguarda das nações desenvolvidas. O exemplo de suas instituições de ensino e pesquisas agrícolas deve ser estudado e analisado por nós brasileiros, que temos grandes e graves problemas a vencer na nossa conjuntura agrícola. Porque estudando e analisando o trabalho dessa grande nação, poderemos tirar conclusões que somadas à nossa experiência no domínio da agricultura nos habilitarão a diminuir o nosso atraso tecnológico e a recuperar o tempo perdido.

Aos estudantes das várias escolas que compõem esta Universidade Rural poderemos afirmar, depois de uma longa vida profissional, que não há profissão mais nobre e de maior interêsse para o Brasil do que as do engenheiro agrônomo, do médico veterinário, do técnico em educação rural, do engenheiro químico, do engenheiro florestal, do educador familiar, do portador da licenciatura em História Natural e Química e, em breve, zootecnista, porque todos têm por objetivo estudar os problemas da nossa agricultura, base e sustentáculo da Nação. Os que hoje iniciam os seus estudos vão adquirir novas técnicas mais poderosas do que as de ontem e capazes de gerar a transformação da nossa agricultura, cheia de empirismos na maior parte das nossas regiões agrícolas, em uma agricultura estável, como fonte produtora de alimentos.

A história de nossa agricultura começa com a célebre frase de Pero Vaz de Caminha, o escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, que dizia: "a terra é tão graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo". Aqui encontraram os portuguêses por ocasião do descobrimento, indígenas vivendo uma fase de economia primitiva caracterizada pela caça e pesca. Só algumas tribos praticavam uma agricultura incipiente, como os tupi-guarani, que cultivavam as duas espécies de mandioca, com 24 variedades e outras plantas como o milho, as batatas, o feijão, o gerimum, várias espécies de cucurbitáceas, a banana, o ananás, o caju, a mangaba, o mamão, o genipapo, etc. E foi com os índios que aprendemos os métodos de derrubada da mata e sua queima, ainda hoje infelizmente predominando em numerosas regiões agrícolas do País.

Se fizermos um balanço de nossas atividades técnicas em benefício da agricultura brasileira verificaremos que houve nesses últimos trinta anos consideráveis progressos, quer no domínio do fomento agropecuário, quer no domínio da pesquisa, quer no da economia rural e no da tecnologia agrícola. Estamos agora traçando novos rumos para tornar efetiva a tão decantada reforma agrária brasileira. No domínio do fomento temos exemplos edificantes. Contamos com a ABCAR, que hoje se espalha em quase todos os estados da federação, promovendo a melhoria dos métodos de nossa produção através de um íntimo contato de seus técnicos com os fazendeiros, sitiantes e arrendatários de terra. Conta-

mos em alguns Estados com resultados certos na produção agropecuária através de programas bem conduzidos. No domínio da pesquisa já é reconhecida a ação dos Institutos agronômicos do Ministério da Agricultura e de suas estações experimentais, bem como o trabalho de alguns órgãos congêneres dos Estados, sobressaindo o Instituto Agronômico de Campinas e o Instituto Biológico de S. Paulo.

No domínio da economia são exemplos dignos de imitação os praticados pelo serviço da Secretaria de Agricultura de S. Paulo. No da tecnologia de alimentes o Centro de Tecnologia Alimentar de Campinas marca uma nova fase no aproveitamento e industrialização de nossa produção agrícola. Os médicos veterinários alcançaram vitórias marcantes na sua luta contra os inimigos de nossa pecuária. Já conhecemos as doenças que limitam a nossa produção animal e já estamos habilitados a promover os meios para o seu combate e limitação da sua área de ação. O mesmo podemos dizer em relação às pragas e doenças que atacam as nossas plantas cultivadas. Contamos com bons fitopatologistas, entomologistas e fitossanitaristas, quer no âmbito federal, quer estadual. A contribuição científica no domínio da Fitopatologia e Entomologia Agrícola é vultosa e já pesa na balança das nossas realizações científicas. Os estudos de solos brasileiros têm merecido atenção especial do Govêrno Federal e de alguns Estados. Já é grande o acervo realizado através de mapas pedológicos de vários estados. As pesquisas fitotécnicas tomaram grande desenvolvimento nestes últimos anos e já contamos com o milho híbrido, com variedades de arroz selecionadas, com importantes pesquisas sôbre o trigo e outros cereais, com variedades de feijão selecionadas, com estudos sôbre o café e o cacau, com trabalhos sôbre a mandioca e a batata, com sementes melhoradas de algodão e outras fibras, com importantes estudos sôbre o dendê e o amendoim, com trabalhos básicos sôbre a nossa fruticultura tropical, com melhoramento genético de plantas olerícolas, com importantes estudos sôbre espécies florestais para as diferentes regiões do País. As pesquisas zootécnicas e veterinárias assumem importância fundamental no mundo de hoje por causa do consumo de proteínas de origem animal. Carne, leite e ovos são alimentos essenciais e deficitários na dieta do brasileiro. E a situação da produção animal é idêntica à da produção vegetal no Brasil — baixo rendimento por unidade de área, redução de desfrute e ínfimo índice de tecnificação. Há, evidentemente, algumas exceções a essa regra geral. A experimentação animal é mais longa do que a experimentação vegetal. Exige mais tempo, mais dinheiro e mais pertinácia. O trabalho a seguir por sucessivas gerações de técnicos é fascinante, quer no domínio da alimentação animal, quer nos sistemas de criação e manejo, quer no estudo das instalações indispensáveis, quer, sobretudo, no melhoramento genético. Aguarda, pois, a bovinocultura brasileira, quer de carne ou de leite ou mista, a suinocultura, a avicultura, a ovinocultura e caprinocultura, os estudos dos técnicos brasileiros para elevá-las ao nível de suas congêneres americanas ou européias.

Não menor será o trabalho dos médicos veterinários no estudo da patologia animal. As doenças dos animais domésticos são fatôres de redução do desfrute dos nossos rebanhos. A luta contra a febre aftosa, apesar de constante, constitui um dos mais graves problemas de nossa pecuária, porque reduz as possibilidades da exportação de carne brasileira para determinados mercados. Não só o contrôle da aftosa, mas o estudo das doenças de reprodução, especialmente a brucelose, o estudo das epizootias, das ecto e endo parasitoses, o dos helmintos em ruminantes e suínos, o estudo do berne, dos exidicos constituem capítulos para outras gerações de médicos veterinários estudarem e aplicarem à nossa pecuária o resultado de suas pesquisas.

O esbôço feito não é completo. Apenas desejamos assinalar os problemas mais cruciais, aquêles que estão pedindo uma ação mais enérgica e duradoura dos podêres públicos e a cooperação das classes interessadas-agricultores, criadores e suas organizações de classe.

E a ação desta Universidade Rural já está traçada, quer na formação de seus alunos, através de um ensino superior moderno e condizente com a realidade agrícola brasileira, quer no domínio da pesquisa, esclarecendo os problemas agrícolas da região em que está situada e concorrendo assim para se integrar na agricultura local e elevá-la a um alto nível. Só assim é que conseguiremos atingir os nobres objetivos universitários: promover alto padrão de ensino superior, realizar pesquisas de nível internacional e difundir êsses conhecimentos de modo que a instituição se integre no meio em que vive.

Aos estudantes e professôres desta Universidade Rural eu apresento as minhas boas-vindas. E a todos eu convido a pensar e a trabalhar pelo Brasil.

Instantâneos de gente da roça

TOCAIA —

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

Destruição de lavouras, pastagens, cêrcas e matas a poder de fogo, pôsto, salteado, à cautela, com uso de mecha; liquidação de gado, com sal envenenado jogado no campo — tudo feito à noite, sistemática, impiedosamente, sem possibilidade de identificação de autoria — provocações de tôda espécie, em vão: nada do homem se ir; renitente como êle só; difícil de enxotar. Um subversivo, cabeçudo.

De dinheiro barato da cidade, trouxera, para a região, uma lotada de perturbadoras inovações: salário-mínimo, oito horas de trabalho, auxílio-doença, aposentadoria, pensão e, até, férias! Desassossegara o povo; gente boa de não discutir paga, pegar no serviço de escuro a escuro, morar, contente, em tapera, andava, agora, cheia de exigência de não se poder aturar.

O sujeito empregava um horror de pessoal, escolhido do melhor, atraído, de léguas em volta, por aquêles despropósitos.

Para acabar de estragar o lugar, construíra, para pobre, casa de rico, com chuveiro, pia e privada. Chegava (era o fim!) a ponto de dar, a diarista, o tratamento de patrão, convidando-o para refeição, em sua companhia, na casa grande. Além disso, audacioso e descarado, quando o velho chefe político, de então, o acusara, indignado, em encontro acidental, no cartório, de lhe ter roubado — contados pelos dedos, vinte e nove camaradas — a cabeceira de sua fazenda, respondeu lampeiro, a fazer graça desaforada: "Roubei, não. Libertei."



O jeito era, mesmo, acabar com o tipo. Seu Nico, entendido em lei e que já fôra subdelegado, assegurou que se mais de dez mandassem a criatura ver S. Pedro, não havia crime.

O diabo é que o anjo da guarda do homem era forte p'ra valer. Os vinte e dois que na encruzilhada atacaram o carro, onde, conforme informação obtida, de certeza, o danado devia vir do Rio, só encontraram, na escuridão, quando, na bruteza, em gritaria, abriram a porta do automóvel, um major, amigo dêle, que vinha trazer o cobre do pagamento. Um imprevisto retivera o maldito no fim da semana na Capital. O coitado do oficial, do susto grande que passou, andou de gagueira e fala fina até voltar para a cidade.

Ao saber que a polícia, a quem dera queixa, assistido de advogado caro, concluíra sob pressão política, que o militar entendera errada a cousa — o que os 22, todos, gente qualificada, donos de terra e parentela, queriam, é verdade que em ocasião e local impróprios e de forma inadequada, era obter uma contribuição para melhoria do cemitério, da localidade — doido de raiva, o peste, que desde que o caso começara a engrossar, tinha, na calada, de prevenção, trazido do norte, disfarçados, no meio de famílias de lavradores, uns

Adalberto Serra

CLIMAS DE GOIÁS

(Estudo realizado no Conselho Nacional de Pesquisas)

Iniciaremos neste ponto a descrição dos Climas Aw de Savana (inverso sêco) encontrados no interior do Brasil.

CATALÃO — 18º 10' S — 47º 58' W — 840 m. — clima Aw

Atinge 21º,3 a media anual da temperatura, sendo mais quente a primavera, com Setembro a Novembro acima de 22º (Outubro 22º,9), e mais fresco o inverno, quando Maio a Julho têm menos de 20º (Julho — 18º,5).

Será assim de 4º,4 a amplitude anual, notando-se aliás uma segunda onda fraca, de Mínimo Dezembro (21º,9), e Máximo Março (22º,2)). Aliás o período Janeiro-Março registra todo êle 22º 2.

A média das máximas, 27º,3 resulta de valôres mensais entre 29º,1 (Setembro) e 25º,6 (Julho), numa amplitude 3º,5. As tardes mais quentes ocorrem na primavera, superando 27º,5 de Agôsto a Novembro. Mas após o mínimo secundário em Dezembro (26º,8) segue-se um nôvo período quente à tarde, entre 27º e 28º, de Janeiro a Abril, com máximo secundário 27º,7 em Março.

Principia então o declínio até Julho, as máximas do período Maio-Julho sendo as mais baixas do ano, próximo de 26º.

A média das mínimas, 16º,6 corresponde a extremos 18º,5 (Janeiro) e 12º,7 (Julho), permanecendo o elemento acima de 18º no período Novembro a Março, e abaixo dos 15º de Maio a Agôsto, os meses realmente frios pela madrugada sendo Junho (13º,3) e Julho (12º,7). A amplitude anual é assim de 5º,8, e a da segunda onda quase nula (0,1).

A amplitude diurna alcança 10º,7, mais elevada no período Junho a Setembro, acima de 12º (13º,3 em Agôsto), e mais baixa de Novembro a Março, aquém de 10º (com 8º,4 em Dezembro).

A máxima absoluta foi de 35º,4 (Outubro), o elemento podendo superar 30º em todos os meses, mas nunca atingindo 31º em Junho e Julho, ou 33º no primeiro semestre.

A mínima absoluta desceu pràticamente a zero, sendo aliás de 0º,2 (Junho), e valôres aquém de 5º ocorrem de Maio a Agôsto, os abaixo de 10º podendo se verificar de Abril a Setembro. Nos meses restantes, as mínimas se situam acima de 10º, porém de 13º no período Dezembro-Março.

Temos em resultado a forte amplitude anual de 35º,2.

Em Catalão quase todos os dias são quentes (301), com apenas 64 frescos por ano, e que ocorrem a taxas médias de 4-5 por mês em geral, ou 7-10 no período Maio-Julho.

Quanto às noites se apresentam sempre frescas, as raras quentes (9 por ano) ocorrendo à taxa de 1 cada mês, de Setembro a Março.

Os ventos, relativamente frescos, em média 1,8 mps, têm maior velocidade (2,2) em Setembro, e menor (1,6) em Maio. Mas sòmente 5 ventanias surgem em média por ano de Outubro a Março, 1 cada mês.

A umidade é regular, de média 72%, oscilando entre 82,6% (Dezembro) e 55,2% (Agôsto, numa amplitude 27,4%. Os meses úmidos, Novembro a Abril, superam 75%, com Dezembro a Março acima de 80%. No período sêco, Agôsto e Setembro têm menos que 60%.

A nebulosidade, com normal, 5,1, indica céu claro a nublado, sob índices acima de 6,0 no período Novembro a Março (7,9 em Dezembro), e aquém de 3,0 de Junho a Agôsto (2,2 no último mês), do que resulta uma amplitude 5,5. O céu é portanto bastante claro na fase de Maio a Setembro.

Temos dêsse modo 105 dias encobertos: acima de 10 por mês de Outubro a Março, com 19 em Dezembro. Abaixo de 5 nos vários meses de Maio a Julho, sob mínimo 1 em Julho. Os dias claros quase atingem aquela freqüência, pois totalizam 97 por ano, superando 10 cada mês de Maio a Setembro (19 em Agôsto), e com menos de 5 mensalmente de Novembro a Março. Há em resumo apenas 18 dias encobertos de Abril a Setembro, e 16 claros de Outubro a Março.

O Sol brilha por 2684 horas, mais que 200 por mês de Março a Outubro, com máximo de 290 em Agôsto e mínimo 148 em Dezembro.

Vejamos a precipitação: totalizando 1767 mm, distribui-se com mais de 200 mm mensalmente de

cangaceiros sem alma, mandou um seu empregado — o falador mais afamado da terra — dizer ao coronel Felício, chefe da tocaia, para vir, no lugar em que ela se dera, no claro, em hora marcada, no dia seguinte, com os outros 21, preparados para decidir, a tiro, a questão. Se não comparecessem, largassem em definitivo, de causar aborrecimentos, porque, caso contrário, estivessem certos, incêndio e morte de bicho de tôda espécie, ia suceder, p'ra todo lado.

Felizmente, o desafio não foi aceito. Tudo acabou em nada. Se tivesse sido, a desgraceira não teria medida. Para dar idéia da ruindade do cara e dos jagunços, basta dizer que, como depois se soube, quando — após dar, feito fera, instruções para a luta, onde se incluía a recomendação de atirar no umbigo para que os adversários, atingidos mortalmente, sentissem o máximo de dor, durante o maior tempo, antes de expirar — indagou se alguém tinha alguma cousa para dizer, só houve um comentário, partido de um cabra de apelido Bom Môço: "Achu mió atirá nu "figu". Dói mais que nu "bígu".

Novembro a Março, e menos 50 nos meses de Maio a Agôsto, os do inverno apresentando 8 mm (Junho ou Julho), ou sòmente 5 (Agôsto). Os extremos correspondem assim a Dezembro (367) e Agôsto (5). 24 horas atingiu 116 mm (Janeiro), Junho a Agôsto nenhum registro ultrapassando 50 mm.

Temos assim 124 dias de chuva, com máximo Dezembro (22), e mínimo 1 (Julho e Agôsto).

Os meses de Novembro a Março apresentam cada um mais de 15 dias, os de Maio a Agôsto menos que 3 cada, num total de 7 para o período.

No conjunto, perto de 55 dias registram acima de 10 mm.

A trovoada não é muito freqüente, numa contagem de 76 por ano, ocorrendo mais que 10 dias por mês, de novembro a março, com máximo de 13 em janeiro, seguindo-se um período mais escasso, sob 1 trovoada cada mês de maio a agôsto. Assim o total de abril a setembro alcança 13 dias.

O nevoeiro é porém muito raro, 14 por ano, à média mensal de 1, igualmente distribuída.

Quanto ao orvalho soma 95 dias, sendo mais freqüente de março a junho, com 10 a 16 dias cada mês (16 em abril ou maio), e mais raro (1-2 dias) no inverno, de junho a agôsto, sob total de 5 dias.

Catalão tem dêsse modo um clima bastante suportável, com máximas e mínimas reduzidas, as temperaturas oscilando de 35º,4 a 0º,2. Os dias são quentes, mas as noites sempre frescas. Chuvas regulares, à taxa de um dia cada três, e com poucas trovoadas.

A insolação é acentuada, e a nebulosidade não muito, predominando contudo os dias encobertos sôbre os claros.

A umidade apenas regular, mas o vento fraco. De tudo resulta um clima satisfatório.

PIRENÓPOLIS — 15º 51' S — 48º 58' — 746 m. — Clima Aw

A maior altitude torna mais reduzida a temperatura média, com uma normal do ano 22º,4. Os valôres extremos são 24º,1 — setembro e 20º,3 — junho, sob amplitude 3º,8 — a segunda ondulação ficando reduzida a um patamar de dezembro a abril, e todo o período conservando médias de 22º,7. Assim, só se apresenta mais quente o conjunto setembro e outubro, em tôrno de 24º, pois de novembro a abril temos o valor 22º,7 (aliás 22º,9 em novembro), o declínio se processando no inverno, com junho e julho abaixo de 21º.

A média das máximas já é sensìvelmente menor que nas demais estações até agora versadas: 28º,8, oscilando de 31º,3 (setembro) a 27º,5 (dezembro), sob amplitude 3º,8, igual à da média.

Contudo, persiste o aquecimento à tarde no inverno, com dias quentes, a segunda ondulação tendo máximo em abril (29º,0) e mínimo julho (28º,0), numa amplitude 1º,0.

As tardes são bem quentes de agôsto a outubro, sob média superior a 30º, mas nos períodos de verão e inverno situam-se em tôrno a 28º.

As mínimas permanecem contudo mais elevadas que em Goiás, pois têm média anual 17º,3 Sob as chuvas, conservam-se acima dos 18º de outubro até abril (18º,8 em dezembro), só nos meses de inverno caindo abaixo de 16º, com 14º,1 em julho e amplitude anual 4º,7. O período de noites mais frescas, abaixo de 17º, decorre aliás de maio a agôsto.

Temos por comparação uma amplitude média diária de 11º,4 oscilando de 14º,4, agôsto) a 8º,7 (dezembro), sendo de notar que só de novembro a abril o elemento fica abaixo de 11º, mas acima dos 13º no período junho a setembro.

A máxima absoluta atingiu 36º,6 (setembro), e apenas durante a fase abril a julho não logra superar 33º, enquanto de setembro a novembro ultrapassa 35º.

Já a mínima absoluta foi menos pronunciada que em Goiás com 6º,0 (julho). Todos os meses, de maio a setembro, estão sujeitos a valôres aquém de 10º (ou de 7º entre junho a agôsto). Mas de novembro a abril nunca se registrou valor menor que 13º. Foi assim de 30º,6 a amplitude absoluta.

Os dias permanecem geralmente quentes (18 cada anos) ocorrem tôcos ocorrendo, distribuídos a taxas de 5 por mês, de dezembro a fevereiro e 1 a 2 dias nos meses restantes.

Pelo contrário, tôdas as noites são frescas, dado que as raras quentes (18 cada ano) ocorrem tôdas de setembro a abril, a taxas de 1-4 mensalmente.

Malgrado a altitude, são fracos os ventos, com média de 0,9 mps, mais elevada (1,3) em agôsto e menos 0,6 em janeiro. Sòmente no período maio-setembro a velocidade supera, 1,0 mps., de tudo resultando 1 ventania por ano.

A umidade é acentuada, média anual 74,1%, e de dezembro a março supera 80% (81,7% no primeiro mês), enquanto fica abaixo dos 70% de julho a setembro (61,3% em agôsto). É assim, de 20,4% a respectiva amplitude anual. Caso comparados à normal, 74,1%, os meses de novembro a maio a superam, a sêca correspondendo portanto ao período abril-outubro.

Não é muito acentuada a nebulosidade, uma vez que a média do ano 5,4, ressalta de um máximo 7,7 em dezembro e mínimo 2,6 julho, com amplitude 5,1. Nota-se que os valôres superam 6,0 de outubro a março, e 7,0 de novembro a fevereiro. Descem contudo abaixo de 4,0 entre maio e agôsto, ou de 3,0 em junho e julho.

Há assim sòmente 88 dias encobertos por ano, mais freqüentes (16) em dezembro, mas nunca ocorrendo (0) em junho e julho.

Na verdade, os meses de outubro a março registram todos acima de 10 (com o limite 16 já indicado) de maio a agôsto só a 2 dias se verificando, a soma de abril a setembro atingindo 13, inferior portanto à contagem de janeiro, por ex. (14).

Os dias claros, lògicamente, são mais comuns no inverno, os meses de junho e agôsto superando 10 (com 16 em julho), enquanto de novembro a janeiro aquêles não ocorrem, apenas 1 surgindo em fevereiro ou março. O total do ano é assim de 60.

A forte insolação acumula 2547 horas, sendo agôsto o mês de máximo (293), e dezembro o de mínimo (130).

No período abril a outubro todos os registros superam 200 horas, ficando abaixo de tal limite nos demais meses.

As chuvas alcançam 1678 mm por ano, sendo mais pesadas em dezembro (293) e mais fracas em junho — 3 mm apenas. Prossegue bem sêco o período junho-agôsto (todos meses com menos de 10 mm) e mais chuvoso o de novembro a março, quando os vários registros superam 200 mm, ainda abril e outubro tendo mais que 100 mm.

Quanto à maior altura em 24 horas foi de 83,9 mm, só de junho a agôsto os índices máximos não ultrapassando 30 mm, para superarem 60 nos demais meses.

O número dos dias de chuva é de 140, com máximo 23 em dezembro, e mínimo de 1 nos diversos meses do inverno.

Ocorrem acima de 19 dias de novembro a março, e menos que 10 em cada mês, de maio a setembro (total 12 no período).

No conjunto, 56 dias cada ano superam os 10 mm.

As trovoadas somam 95, sendo mais freqüentes (24) em janeiro, e ocorrendo a taxas de 11-14 dias nos meses de outubro a março (janeiro 24, como vimos). Apenas 1 trovoada por mês se verifica de junho a agôsto, o total do período sêco (maio a agôsto) sendo de 5.

Há por fim, sòmente 7 nevoeiros, todos concentrados no verão (1-2 cada mês, de dezembro a abril). Mas formam-se 70 dias de orvalho, com freqüências 2-4 nos meses de agôsto a fevereiro, e 14-15 em maio e junho.

O clima de Pirenópolis é assim quente de dia, mas não em demasia, e fresco à noite, com extremos de 37º e 6º. Úmido, de céu nublado, sob forte insolação e regularmente chuvoso, com freqüentes trovoadas, mas raros nevoeiros.

Há mais dias encobertos (88) que claros (60), de tudo resultando condições bastante suportáveis.

SANTA LUZIA — 16º 16,8 — 47º 53'W — 910 m. (Luziânia) — Clima Aw.

Como já vimos, o clima da área não está bem representado por êste pôsto, situado na vertente sul. Além disso, nenhuma estação de Goiás se enquadra realmente no clima Temperado do Planalto; para tanto, S. Luzia deveria ter o mês de julho com 17º,9, em lugar de 18º,1. Mas de qualquer modo, a marcha dos elementos em maiores altitudes não irá diferir muito da aqui consignada.

Temos média anual de 20º,7, com outubro mais quente (2º,0), e julho mais frio (18º,1), numa amplitude térmica de 3º,0. A segunda onda registra mínimo em dezembro (21º,2) e máximo fevereiro (21º,7), pouco sensível, portanto.

Na verdade, a temperatura se conserva elevada desde setembro (31º,8, até abril (21º,2), declinando então para a fase mais fria (junho 18º,5, julho 18º,1).

Climas de Goiás

O período maio-agôsto é assim bem mais fresco que o anteriormente citado.

A elevada altitude confere 28º,1 à média das máximas, a qual só em setembro atingirá 30º,4. Há mínimo secundário de 27º,7 em dezembro, época chuvosa, com máximo de 28º,3 em março. O mínimo principal é julho (26º,4), numa amplitude 4º,0, quase igual à da média.

As máximas superam 28º na primavera (agôsto a novembro) ou durante o verão (janeiro a abril), ficando aquém de 27º em junho e julho.

A média das mínimas é de 14º,4, o maior valor do elemento se verificando em dezembro (16º,7). Na verdade, desde novembro até março temos índices acima de 16º, numa situação estável, proveniente das chuvas. De maio a setembro o elemento está abaixo de 15º, ou mesmo dos 12º de junho a agôsto. Julho é aliás bem frio de madrugada, sob média 9º,9. A amplitude anual atinge assim 6º,8, bem superior à da temperatura média. Mas só existe uma única onda, de máximo dezembro e mínimo julho.

A amplitude diurna, bastante elevada, alcança 13º,8 na média anual, oscilando de 11º,1 dezembro) a 17º,4 (agôsto). A fase estável, entre 11 e 12º, transcorre de novembro a fevereiro, enquanto de julho a setembro o elemento supera 16º.

Foi de 36º,0 a máxima absoluta registrada (novembro), os valôres observados ultrapassando 35º de setembro a janeiro, exceto dezembro com 34º. Em julho nunca se verificou mais que 30º,4, de fevereiro a julho não tendo os termômetros passado além de 33º

As mínimas absolutas são intensas, quase chegando a 0º. Temos com efeito 1º,2 (julho), salvo no período janeiro a março, quando o instrumento nunca desceu abaixo de 11º, no restante chegou a menos de 10º. Note-se que em qualquer dos meses maio a setembro, índices de 2º (maio-junho) ou 3º (agôsto-setembro) foram observados.

Resultou assim 34º,8 para a amplitude absoluta no local

Êste será beneficiado pela completa ausência de noites quentes, podendo-se dizer que tôdas são frescas (365); já os dias quentes alcançam 328, com apenas 37 frescos, em geral 2 a 5 nos meses do verão 6-7 nos de inverno.

Os ventos, fracos, têm média anual de 1,7 mps, pràticamente constante nos diversos meses. Também só 2 ventanias ocorrem normalmente durante todo o ano.

A umidade, elevada, registra média anual de 79,9%, com máximo 86,9 (dezembro) e mínimo 68,2 (agôsto), portanto amplitude 18%. O período úmido, acima de 80%, transcorre de novembro a maio, com dezembro a março ainda de 85%. O sêco é mais nítido em agôsto e setembro, abaixo dos 70%.

Atinge 4,9 a nebulosidade anual, assim relativamente fraca, o que é uma condição do Planalto Central. Torna-se mais elevada em dezembro (7,2) e menor em agôsto (2,4), com amplitude anual 4,8. No período chuvoso permanece acima de 6,0 (outubro a março), mas inferior a 4,0 de junho a setembro, ou a 3,0 em julho e agôsto.

É aliás de 77 a contagem dos dias encobertos, que ocorrem a taxas de 1-3 mensalmente no período sêco, de maio a setembro (mínimo 1 em julho); mas superam 10 no verão (novembro a janeiro), com 15 em dezembro.

Os dias claros, lògicamente surgem mais no inverno (11 em junho, 15 em julho, 17 agôsto, 13 em setembro) e menos no verão: 1 — novembro ou dezembro, 2 — janeiro ou fevereiro, 3 — março.

Chove bastante, um total de 1704 mm por ano, mais de 200 mm caindo cada mês, de novembro a março (330 em dezembro), e menos de 56 mensalmente de maio a setembro, com mínimo 5 em julho.

Quanto ao maior total em 24 horas atingiu 85 mm, valôres acima de 60 podendo ocorrer de outubro a abril, mas com máximo de 20 mm em julho.

Dos 122 dias de chuva, 57 têm mais de 10 mm. O máximo ocorre em dezembro (21), os meses de outubro a março registrando entre 13 e 18 dias (dezembro 21). No período sêco maio e setembro têm 3 e 5 dias, e os meses de inverno (junho a agôsto) 1 cada, totalizando 11 dias.

A trovoada é rara, 54 dias, e ocorre a taxas de 6-9 por mês de outubro a março, mas 1-6 no período de inverno, maio a agôsto.

Prossegue raro o nevoeiro, 5 dias por ano, agrupados na fase de março a julho. Igualmente escasso o orvalho, total 9 dias, a taxas mensais de 1-2 no período dezembro-junho.

S. Luzia tem assim um clima úmido e chuvoso (122 dias) com poucas trovoadas, e apenas nublado.

A temperatura é reduzida, embora com tardes quase sempre quentes. Os extremos observados, de 1,2 e 36º,0 mostram que no Planalto, valôres abaixo de 0º costumam ocorrer.

As noites são sempre frescas, tudo constituindo um clima bastante agradável.

BRASÍLIA — 15º 47'S — 47º 56'W — 1.161 mm — Clima Cwa.

O clima da nova Capital ainda não pôde ser fixado, salvo na sua característica de Cwa, dada a curta série de observações (1961-64). Médias provisórias foram calculadas, constantes do quadro anexo e das quais se depreende o seguinte:

A temperatura média é de 20º,6 (valor anual) apresentando-se mais quente o mês de setembro, com 22º,4 e mais frio junho sob 17º,6, resultando assim 4º,8 de amplitude anual. A segunda onda, de mínimo dezembro (20º,8) e máximo março (21º,8) tem amplitude 1º,O.

As temperaturas superam 22º na primavera, de setembro a novembro (o último com 21º,8, aliás), e ultrapassam 20º de setembro a abril, mas em junho e julho estão abaixo de 18º.

As máximas, de média anual 26º,8, são mais elevadas de agôsto a novembro, acima de 27º atingindo o extremo em setembro com 29º,8. O período de verão, sob as chuvas, tem menores máximas, em tôrno a 26º, notando-se nova elevação no outono, quando março e abril superam 27º. Existe assim uma amplitude anual de 5º,3 (setembro 29º,8 e maio 24º,0 mês de menores máximas).

Quanto à onda secundária registra mínimo em dezembro (25.7) e máximo março (27,9). No período maio a julho os valôres oscilam ao redor de 24º. Já a amplitude diurna, 11º,1 na média, desce para 8º,2 em dezembro, subindo até 14º,1 no mês de agôsto.

A máxima absoluta alcançou 34º,5, mas no inverno nunca ultrapassa 28º.

Quanto à média das mínimas se situa em 15º,7 (valor anual).

O elemento é estável de outubro a março, em tôrno a 17º,5 sob as chuvas, e decresce abaixo de 14º no período de inverno, com junho e julho aquém dos 12º. Os extremos ficam situados em março (17º,6) e julho (11º,3), numa amplitude anual 6º,3, mas sob ondulação simples.

Valôres abaixo de 10º ocorrem apenas no inverno, quando também se verificou a mínima absoluta: 6º,0.

Brasília tem um clima relativamente sêco, de média anual 6%, as taxas superando 70% de novembro a maio e 80% em janeiro-fevereiro. Para agôsto e setembro a umidade média desce a 50%, situando-se os extremos em 48% (setembro) e 82% (janeiro), com amplitude 34%.

A nebulosidade média é reduzida (4), o período bastante nublado correspondendo a outubro-março, acima de 5, com índice 7 em dezembro-janeiro. Os valôres caem a 2 de junho a agôsto, sob amplitude anual de 5. Dêsse modo, o inverno sêco, sob baixa umidade é céu limpo e muito insolado, uma das características desagradáveis de Brasília.

A insolação anual atinge com efeito 2130 horas, superando 200 horas nos vários meses de maio a setembro.

Chove em média 115 dias por ano, com taxas mensais 15-20 de outubro a fevereiro (20 neste último), reduzidas a menos de 5 dias cada mês, de junho a setembro (O em junho); neste período, o total é de 10 dias. A altura da precipitação alcança normalmente 1533 mm, os meses de novembro a fevereiro tendo acima de 200 (com 300 mm em janeiro) enquanto os de maio a setembro registram menos de 50 (0 em junho).

Quanto à maior precipitação em 24 horas foi de 133 mm. Êstes os dados baseados nas tabelas Ou-

Climas de Goiás

tras conclusões podem ser extraídas do exame das cartas

contraste à amplitude térmica anual de 4°,0.

responde a dezembro, junho e julho, mas em agôsto ou setembro

Brasília Médias (1961-1964)

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Agos.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Média Max.	26.0	26.7	27.9	27.4	24.0	24.7	24.9	27.3	29.8	28.1	27.6	25.7	26.8
Média Mín.	17.7	17.6	17.6	16.5	14.1	11.8	11.3	13.2	16.0	17.4	17.5	17.5	15.7
Temp. Média	21.0	21.3	21.8	21.3	19.0	17.6	17.7	19.9	22.4	22.1	21.8	20.8	20.6
Hum. relativa	82	81	74	74	73	65	60	52	48	64	73	74	69
Nebulosidade	7	6	5	4	4	2	2	2	3	5	6	7	4
Dias - chuvas	18	20	6	9	5	0	3	0	2	15	19	15	115
Precipitação	300	231	149	92	41	0	3	0	29	129	265	285	1.533

(Meses de maio a setembro acima de 200 horas) Insolação 2130 hs.
Precipitação máxima em 24 horas: 133 mm.

Máxima absoluta: 34°,5, em junho não ultrapassando 28°.

Mínima absoluta 6°,0 valôres abaixo de 10° só ocorrendo em junho, julho e agôsto.

De novembro a abril não se observam índices abaixo de 14°.

Clima Cwa, Temperado, de inverno sêco, com verão quente.

É assim que os dias quentes podem ser estimados em 300 por ano, não existindo aliás noites quentes.

Os ventos sopram de N. no período novembro a março, evoluindo para E-SE na época sêca, de abril a outono, sob uma velocidade fraca, de 2 mps. Reinam calmarias em 40% dos dias, havendo médias 5 ventanias por ano.

É muito baixa a pressão, (média 886,5 mb), o que agrava os males cardíacos, favorecendo porém a cura de doenças pulmonares, auxiliado o clima pela fraca umidade. Esta contudo agrava os males renais.

Quanto aos nevoeiros, alcançam uma contagem de 30 por ano, a trovoada, em compensação, se fazendo ouvir por 100 dias. O orvalho totaliza 90 dias, os dias claros perfazendo 30 e os encobertos 120 por ano. O comportamento meteorológico da nova Capital se aproxima do tipo andino, de climas equatóriais, temperados pela altitude. Suas conseqüências no plano político têm sido comprovadas pela instabilidade que se apossou dos Governos alí estabelecidos.

FORMOSA — 15° 32'S — 47° 18'W — 914 m — Clima Aw.

A temperatura média é mais elevada que em S. Luzia, pois embora com máxima menor de 0°,6, a mínima sobe 1°,5.

Temos realmente média anual 21°,2 os valôres mensais se conservando, de novembro a abril, entre 21°,5 e 21°,8, estáveis portanto

O período quente é a primavera, permanecendo setembro e outubro sob 22°,7. Fase mais fria o inverno-julho 19°,0 e julho com o mínimo de 18°,7, os demais meses registrando acima de 20°. A segunda ondulação, fraca, tem mínimo 21°,5 dezembro — máximo 21,8 — março — com osciliação 0,3 em

Quanto às máximas, de média anual 27°,5, elevam-se bastante na primavera, acima dos 28° de agôsto a outubro (29°,8 em setembro).

Há uma segunda ondulação, de mínimo dezembro (26°,7) e máximo abril (27°,5), o mínimo principal ocorrendo em julho (26°,1).

As menores máximas têm lugar assim de maio a julho (26°,1, a 26°,9) elevando-se de janeiro a abril (acima de 27°), e superando 28° de agôsto a outubro. É pois de 3°,7 a amplitude.

As mínimas de média anual 15°,9 se mantêm acima de 17° de outubro a março (17°,8 em novembro) e abaixo de 14° nos meses do inverno (12°,0 em julho, com amplitude anual 5°8).

É portanto estável o período chuvoso, a grande variação correspondendo à fase da sêca.

A amplitude diurna torna-se menor que em S. Luzia, com 11°,6 de média anual, oscilando de 8°,8 em dezembro a 14°,9 (agôsto). Permanece inferior a 10° no período novembro a março, acima ou próximo de 14° na fase de junho a setembro.

A máxima absoluta chegou a 35°,8 (outubro), valôres acima dos 35° ocorrendo de setembro a novembro; mas de maio a julho nunca o termômetro ultrapassou 32°, ou mesmo 30° em junho

É bem superior à de S. Luzia a mínima absoluta (5°,1 junho) as madrugadas podendo registrar valôres de 5° a 6° no inverno, ou abaixo de 10° no período abril a setembro. Mas nos meses restantes o termômetro nunca declina aquém de 10°, ou dos 13° no verão (dezembro a março).

Em resumo, teremos 30°,7 para a amplitude absoluta.

Não existem noites quentes, tôdas sendo frescas, pois unicamente 1 quente ocorre em outubro.

Já os dias são na sua maioria quentes (300), os frescos ocorrendo no total de 59, em média 5 a 8 cada mês; o último valor corsó 2 dias frescos se verificam.

A velocidade do vento é regular, em média 2,2 mps, e pràticamente constante, dado que oscila de 2,4 (agôsto) a 2,0 (fevereiro).

Não foram registradas ventanias.

Examinando a umidade, constata-se que não é muito acentuada; média anual 71,6%, com extremos dezembro (83,3%) e agôsto (52,9%) daí resultando uma amplitude 30%.

No período chuvoso, de novembro a março, temos índices acima de 80% e no sêco, de julho a setembro, abaixo de 60%.

Analisando agora a nebulosidade, esta será mais acentuada que em S. Luzia, pois temos média de 6,0 com extremos 8,4 (dezembro) e 3,3 (agôsto), numa amplitude 5,1. No período chuvoso, novembro e dezembro superam 8,0, e janeiro-fevereiro março a 7,0. Durante o inverno, valôres entre 3 e 4 ocorrem de junho a agôsto.

Existe contudo forte taxa de dias encobertos, 133 por ano, superando 15 por mês de outubro a março (23 em dezembro), com apenas 2-3 de junho a agôsto, os meses de abril a setembro tendo menos que 10 dias cada um.

Em contraste, será fraco o número dos dias claros, apenas 51, de máximo 13 de agôsto, contra 0 no período dezembro a fevereiro; 1 apenas ocorre em março, abril ou novembro, em contraste aos 11 de julho, ou 13 em agôsto.

Permanece elevada a insolação, no total de 2672 horas, agôsto registrando 308 e novembro só 144. Os meses de março a outubro têm acima de 200 horas, ou mesmo de 250 no período maio-agôsto, contra menos de 150 em novembro e dezembro.

A precipitação é mais reduzida que em outros pontos, alcançando 1594 mm. O máximo (dezembro) chega a 349, e o mínimo em julho desce a 4 mm.

Mas só os meses de novembro a fevereiro ultrapassam 200 mm, menos de 50 cada mês ocorrendo de maio a setembro, ou aquém, de 10 desde junho até agôsto.

Por outro lado, foi de 107 mm a maior altura registrada em 24 horas, índice que de novembro a fevereiro ultrapassa 100 mm, de maio a agôsto, ficando abaixo de 50 mm.

Isto nos leva a examinar os dias de chuva, 133 por ano, máximo 22 (dezembro) e mínimo 1 nos meses de junho-julho ou agôsto. De outubro a abril há mais de 10 dias (22 de dezembro, 21 de janeiro), de maio a setembro 5 ou menos, cada mês.

No conjunto, 49 dias têm precipitação de 10 mm.

As trovoadas são freqüentes, 117 dias por ano, mais que 10 ocorrendo mensalmente de outubro a março (19 de janeiro), e apenas 1 em julho ou junho, com 3 em maio e 2 em agôsto.

No período abril a setembro formam-se 22 trovoadas.

São relativamente comuns os nevoeiros, 51 por ano, a taxas mensais de 3-4 no segundo semestre, e 5-6 no primeiro. Também acentuada a contagem do orvalho, 101 dias; mais elevada no inverno, com 12-16 mensalmente de abril a julho, é mais fraca de agôsto a dezembro, entre 2 e 6 dias cada mês.

Resumindo, atribuiremos a Formosa um clima quente de dia e fresco à noite, mas com baixa temperatura média, e extremos não muito pronunciados.

A umidade é apenas regular, e o céu muitas vêzes encoberto; mas forte insolação e vento regular. A chuva não é excessiva, mas freqüente, com trovoada em grande número, e nevoeiro mais raro. Resulta nessas condições um clima aceitável, mais fresco aliás que o de S. Luzia.

GOIÂNIA — 16° 41'S — 49° 17' — 732 — Clima Aw.

Não possuímos dados médios de nenhum elemento na capital de Goiás.

Contudo, algumas freqüências e totais permitem obter uma noção do respectivo clima.

A insolação alcança 2570 horas, com máximo 292 em agôsto, mínimo 132 em dezembro. De maio a agôsto temos acima de 250 horas, e de março a outubro mais que 200.

São 136 os dias encobertos, chegando a 25 em dezembro; de novembro a janeiro, mais que 20 ocorrem por mês, de outubro a abril acima de 10, contra sòmente 3 a 5 em cada um dos meses do inverno. Os dias claros totalizam 42, com 8-10-20 em junho-julho-agôsto, e de O a 1 nos demais, não ocorrendo aliás de novembro a fevereiro.

Apenas 11 noites quentes são encontradas por ano, a taxas de 2-3 nos meses de outubro a março. Mas cêrca de 340 dias permanecem quentes. Chove normalmente 1575 mm, atingindo o máximo em dezembro (269) e mínimo julho (6), os meses de novembro a fevereiro tendo mais que 200 mm., e março ou outubro acima de 100. No período de inverno caem 6-7-8 mm (junho a agôsto o total da época sêca, maio a agôsto, atingindo 50 mm.

Há assim 138 dias de precipitação, com máximo 24 em dezembro e mínimo 1 em junho. Mais de 15 ocorrem para cada mês de outubro a março, e ainda 10 em abril; contudo, abaixo de 3 mensalmente no período maio-agôsto, cujo total é de 7. No conjunto do ano, 52 dias superam 10 mm.

As trovoadas são apenas 53, mais freqüentes, com 4 a 9 cada mês, de setembro a abril e só 1 mensalmente de maio a agôsto (neste zero).

Assim de abril a setembro e fenômeno registra uma contagem de 11.

O nevoeiro surge 40 dias por ano, sobretudo de março a julho, sob taxas mensais 4-7, pois nos demais meses não ultrapassa 3, em novembro ou dezembro sòmente 1 sendo registrado.

Temos por fim 88 dias de orvalho, os meses de abril a julho apresentando mais que 10 cada um, e os de setembro a dezembro sòmente 3 ou 4.

Os poucos dados recolhidos não permitem uma análise do clima.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE AVICULTURA

Sob os auspícios do Ministério da Agricultura, Secretaria de Economia da Guanabara e a colaboração de várias entidades de classe, será realizada nos dias 19 a 26 de julho próximo, no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, o I CONGRESSO BRASILEIRO DE AVICULTURA, com a finalidade de congregar técnicos e industriais ligados à avicultura, bem como as pessoas que desempenham atividades a ela relacionadas, para o debate dos problemas atuais e futuros do ramo, cuja sessão solene de abertura, será presidida pelo Ministro Ivo Arzua, da Agricultura.

ESCOLA DE VETERINÁRIA DO EXÉRCITO

Conclusão do Curso de Auxiliares de Granja

Em solenidade realizada a 30 de junho, com a presença do General Stoessel Guimarães Alves, Diretor de Veterinária do Exército e do Sr. Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola de Horticultura "WENCESLÁO BELLO", realizou-se a entrega dos certificados aos sargentos que concluiram o Curso de Auxiliares de Granja, num total de 10 graduados.

O Coronel Estevão Alves Correia Filho, Comandante da Escola, ao abrir os trabalhos, pronunciou o seguinte discurso:

"Exmo. Sr. Gen. STOESSEL GUIMARAES ALVES, Diretor de Veterinária do Exercito;

Ilmo. Sr. Diretor, LUIZ MARQUES POLIANO, Diretor da Escola "WENCESLÁO BELLO";

Instrutores civis e militares;

Formandos de 1969

Concluiram hoje o Curso de Auxiliar de Granja, 2 sargentos enfermeiros Veterinários e 8 Sargentos Mestre-Ferradores.

Esse Curso iniciado a 3 de março teve um caráter intensivo até a presente data e contou com a proveitosa atuação dos dignos instrutores militares, com a colaboração eficiente, útil, prática e imprescindivel dos professôres da "Escola Wenceslão Bello".

A existência de cêrca de 160 granjas militares das quais 22 na 1.º RM, 15 na 2.º RM, 53 na 3.º RM, 12 na 4.º RM, 16 na 5.º RM e na 8.º RM, 13 granjas na 9.º RM, além de granjas nas 6.º, 7.º, 10.º e 11.º RM tornam de real importância o Curso que ora finda, com o número significativo de sargentos especializados.

A produção dessas granjas foi apreciável no ano técnico 67/68 chegando a um valor de NCr$ 6.878.235,00, com um lucro de NCr$ NCr$ .... 486.367,00 tudo nas bases de preços dos produtos com um valor muito inferior aos do comércio local.

A existência dos animais nessas granjas é considerável, totalizando 170.402 aves, 13.979 suinos, 9.047 bovinos e 5.341 ovinos.

A produção dêsse efetivo considerável apresenta os seguintes dados tudo referente ao ano técnico 1967/1868:

Avicultura: 931.858 dúzias de ovos e 676.766 quilos de carne;

Suinocultura: 478.638 quilos de carne e 40.505 quilos de banha;

Bovinocultura: 2.513.464 litros de leite e 706.961 quilos de carne.

A produção agrícola não deixa nada a desejar comparativamente à produção pecuária. Aí notamos o desenvolvimento dessas atividades nas seguintes áreas:

Horticultura: 302 ha.
Pomicultura: 349 ha.
Forrageiras: 1.986 ha.
Lavoura: 20.054 ha.
Silvicultura: 1.281 ha.

Por aí os diplomandos de hoje vêem o que o Serviço de Veterinária está fazendo em proveito da produção agropecuária.

Haverá conseqüentemente uma alimentação adequada e a baixo preço ao pessoal militar.

As granjas também cooperam de maneira acentuada no refôrço das verbas das Unidades permitindo ao Comandante aumentar o patrimônio das organizações com as construções de novos pavilhões e instalações para essas atividades. A sua utilidade é de tal natureza que originou a Portaria n.º 241-GB de 16 de agôsto de 1967, sôbre instruções para o funcionamento de cursos de conhecimentos agropecuários, expedida pelo Exmo. Sr. Ministro do Exército que diz textualmente:

"O Exército na atual conjuntura brasileira, deve estender sua participação no desenvolvimento nacional do setor agropecuário, através de decidida colaboração com a política agropecuária governamental — estimular o homem proveniente das zonas rurais de convocação, a voltar para o seu meio, após a prestação do serviço militar — orientá-lo para que possa produzir mais e em melhores condições, por meio da aquisição de hábitos apropriados e da aplicação de técnicas modernas".

Foram também atribuidas as funções de instrutores dêsses cursos nos veterinários militares e aos elementos das Delegacias Regionais do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e outros profissionais das Universidades Rurais de Agronomia.

A organização dêsses Cursos deve conter assuntos sôbre:

— trato de gado leiteiro e de outros animais de criação;

— melhoria de pastagens, hortaliças e frutas;

— obtenção de sementes e mudas;

— obtenção de crédito rural;

— aplicação de novas práticas agrícolas;

— assistência técnica especializada;

— defesa sanitária, vegetal e animal;

— cuidados com as habitações rurais.

Existem ainda instruções sôbre aquisições de hábitos positivos, criação de tendências e desenvolvimento de práticas e idéias de interêsse social.

Por aí os senhores vêem a importância do Curso que acabam de concluir e a sua alta relevância face às missões que serão atribuídas aos seus concluintes.

Cabe-me agora expressar os nossos agradecimentos à equipe de professôres da Escola "Wencesláo Bello" que tão bem vem orientando os alunos desta Escola, na teoria e prática dos assuntos agropecuários que lhes são solicitados.

Os instrutores desta Escola colaboraram também eficientemente na transmissão dos seus conhecimentos atualizados, buscando nas várias Faculdades o que de nôvo surgia para orientar os seus alunos.

Agradeço penhorado a presença das autoridades que aqui vieram para abrilhantar esta solenidade simples mas que representa o esfôrço dos instrutores civis e militares para cumprir com eficiência a missão que lhes foi confiada.

A todos meu muito obrigado e os votos de felicidades a mais uma Turma especializada em agropecuária".

O Diretor da Escola "Wenceslão Bello, por motivo imperioso, não estêve presente, mas se fêz representar e recebeu do General Stoessel Guimarães Alves expressivo diploma de agradecimento pela colaboração que o estabelecimento que dirige vem prestando àquela tradicional Unidade do nosso Exército.

PARA ATIVAR A LAVOURA ALGODOEIRA

Os Estados do Maranhão, Piauí, Minas Gerais e Goiás tiveram as suas plantações de algodão beneficiadas com a liberação pelo Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, de NCr$ 86,8 mil a serem aplicados em quatro programas visando o aumento da produtividade daquelas culturas.

Os recursos deverão ser aplicados em áreas prèviamente selecionadas naquelas regiões, através dos dois Institutos de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias a elas referentes, sendo que, para os dois primeiros Estados trata-se do estabelecimento do Nordeste — IPEANE — e para os dois últimos o do Centro-Oeste — IPEACO.

REUNIÃO DE ZOOTÉCNICOS EM BELO HORIZONTE

A Sociedade Brasileira de Zootécnica, que congrega os técnicos em zootécnica do país, realizará uma reunião em Belo Horizonte, de 15 a 18 de julho próximo, sob os auspícios da Escola de Veterinária. Serão discutidos diversos trabalhos de pesquisa, realizados em institulções oficiais e particulares e reformulados os estatutos da entidade.

Os sócios que tiverem trabalho original para apresentação, até dez dias antes do início da reunião devem entregar com o pedido de inscrição 200 exemplares do resumo, para ser discutido.

CURSO DE CRÉDITO RURAL

A partir do dia 15 de julho estarão abertas as inscrições para o CURSO DE CRÉDITO que o INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E ORGANIZAÇÃO, em convênio com o INSTITUTO DE POLÍTICA ECONÔMICA, fará realizar a partir de 1.º de agôsto próximo.

A duração do CURSO é de dez (10) semanas, a inscrição será feita na Av. Rio Branco, 277/17.º andar, conjunto n.º 1703 A, das 13 às 17 horas e custará NCr$ 150,00 (cento e cinqüenta cruzeiros novos). Independentemente das aulas haverá Conferências sôbre CRÉDITO RURAL a serem pronunciadas por técnicos especialmente convidados.

Notícias e Informações

CAI A PRODUÇÃO ARGENTINA DE TRIGO

Após manter a média, nos cinco anos anteriores, de 7.969 milhões de toneladas na sua produção de trigo, a Argentina baixou para 7.320 milhões em 1967/68 e a estimativa para a safra 68/69 prevê uma queda para 5,9 milhões de toneladas.

O volume exportado do cereal também acompanhou a queda, descendo da média nos mesmos cinco anos de 3,979 milhões de toneladas, para 2,414 milhões em 1967/68. Também os demais cereais produzidos naquele país — à exceção do milho — sofrerão uma baixa considerável na última safra, segundo as estimativas, em relação àqueles cinco anos.

PLANTIO DE LARANJA NA ZONA DE SOROCABA

Terminou a proibição da cultura de plantas cítricas na região sorocabana do Estado de São Paulo. A interdição é parte do programa de combate a terrível praga, e já se prolongava há mais de 12 anos. Técnicos do Instituto Biológico continuam porém mantendo severo contrôle: só poderão ser plantadas, por exemplo, mudas fornecidas pela Secretaria da Agricultura. O plantio das primeiras doze mil mudas foi festivo, e até o fim dêste mês deverão ser plantadas mais de 50 mil.

DEFICIT DE MADEIRAS EM 1970

Cêrca de NCr$ 154,9 milhões foram investidos no reflorestamento, em um ano e meio. A informação é do Ministério da Agricultura, que acrescenta ser equivalente à plantação de 396 milhões de árvores, numa área total de 171 mil hectares de sete Estados do Centro e Sul do Brasil.

Êsses números perdem muito de sua grandiosidade quando se compara com a área destruída nos últimos 42 anos; a plantação de julho de 1967 para cá representa apenas 0,003% (três milésimos por cento) das árvores abatidas, ou seja, foi plantado um pé para cada 33.333 abatidas.

O consumo de madeira no Brasil mostra uma tendência nitidamente crescente. A madeira é o material estratégico mais importante (celulose, explosivos, álcool, borracha sintética, óleos pesados). Na Conferência da FAO realizada em 1965, em Viña del Mar (Chile), os países latino-americanos foram alertados para explorarem racionalmente suas reservas de madeiras, visto que em 1975 a demanda de produtos florestais será superior a US$ 1,7 bilhões por ano. A importação apenas de celulose e papel deverá atingir US$ 1 bilhão, o que abre possibilidades extremamente favoráveis ao pinheiro, que fornece uma das melhores madeiras para a fabricação de celulose.

A partir de 1970, os países em desenvolvimento, como o Brasil, enfrentarão grande deficit de madeiras. Caso nosso país efetue um reflorestamento sistemático de suas reservas florestais, em grande escala, ser-lhe-ão oferecidas grandes possibilidades.

Segundo o Ministro Ivo Arzua, da Agricultura, os portadores de títulos de terras distribuídas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) serão obrigados a conservar numa certa extensão uma reserva florestal como cobertura florestal permanente. Além das tarefas florestais, cabem ao IBDF também a comercialização e as medidas de contrôle da indústria e exportação madeireiras.

De qualquer forma, ainda são derrubadas 300 mil árvores por ano no Brasil, e muitas sem qualquer justificativa de aproveitamento econômico.

BOA COLHEITA DE CAFÉ

A colheita de café no sul de Minas será uma das maiores dos últimos dez anos, segundo informações do engenheiro Abdênago Lisboa, do Ministério da Agricultura, na última reunião da Sociedade Mineira de Agricultura. Fêz um relato de sua viagem aos cafèzais do sul de Minas, com técnico enviado pelo Ministério da Agricultura.

No relatório de viagem, elogiou o trabalho que vem sendo realizado pelos cafeicultores da região, os quais "estão seguindo as determinações oficiais de conservação das matas e florestas do Estado, para evitar as devastações, que trazem grandes prejuízos às qualidades dos cafèzais".

Para o engenheiro Abdênago Lisboa "há um espírito nôvo de conservação da natureza florestal no sul do Estado. Em tôdas as cidades que visitei, via plantação de novas árvores formando verdadeiras matas. Isto representa que as mensagens de doutrinação não se perderam e devem continuar educando o povo brasileiro, principalmente o homem do campo, que é o primeiro a sentir os efeitos das derrubadas de matas. A recuperação é promissora em numerosas regiões do sul mineiro".

Depois da leitura do relatório, o plenário aprovou um voto de louvor ao trabalho que está sendo desenvolvido pelos cafeicultores do sul de Minas, no sentido da melhoria de sua produção e da conservação do solo da região.

FINANCIAMENTO PARA A AGRICULTURA

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil concederá empréstimos especiais, extra-limite de suas aplicações, destinados à aquisição de tratores, máquinas agrícolas e seus implementos de fabricação nacional, a agricultores e pecuaristas que comprovem dispor de condições para obtê-los. O financiamento é de 80% do valor da máquina e dos implementos, podendo porém, ser elevado até 100%, segundo as necessidades do interessado. Prazo e forma de pagamento: 5 anos para tratores, em prestações anuais de 10%, 15%, 20% e 30%, vencendo a primeira dentro de um ano após a assinatura do contrato; até 5 anos para máquinas e implementos, fixando-se as prestações de acôrdo com a capacidade de pagamento dos proponentes. Juros: 12% ao ano.

PREJUIZOS NA RIZICULTURA GAÚCHA

Atingem 15% os prejuízos da lavoura de arroz no Rio Grande do Sul, em conseqüência da incidência da brusone. A previsão da safra, logo após o plantio, era de 23 milhões de sacas, mas até agora já se perderam cêrca de 3,4 milhões. Haverá ainda o problema qualitativo, que só será conhecido quando do beneficiamento do produto. Três aviões do Ministério da Agricultura estão sendo usados no combate à praga em Santo Antônio, Osório e Rosário do Sul, municípios duramente atingidos.

LEVANTAMENTO DE TERRAS EM PARATI

O Departamento de Recursos Fundiários do INDA já iniciou um levantamento do uso potencial das terras que estão sendo invadidas por mais de 3.000 famílias no Município de Parati, e provocando a devastação das reservas florestais, "a fim de discriminá-las em áreas para atividades agropastoris, para reserva florestal, e para turismo e mineração".

Informou o INDA que "êsse estudo é a busca de uma fórmula de cooperação do INDA com o IBDF, do Estado do Rio, cujo diretor, sr. Camilio Fonseca Klein, nos expôs a situação daquele município e nos pediu contribuição para encontrar uma solução para o problema". Devido à intensidade do problema, "pois os lavradores invasores estavam devastando as matas e plantando bananais nas áreas devastadas", o sr. Camilo Klein chegou a pensar "em pedir auxílio da Marinha, porque o IBDF só conta com dois guardas florestais para fazer a fiscalização naquela região".

Os principais estudos que o DRF promove são de estereoscopia, ou seja "fotos de interpretação" da região. Por êsse sistema é delimitada a geomorfologia e as características determinantes "do uso potencial das terras". O INDA, solicitou ao sr. Camilo Fonseca Klein que "indicasse as áreas de maior atrito daquela região", para que "se dê a elas um caráter prioritário nos estudos".

O problema da invasão, segundo diversos técnicos, "é muito mais sério do que se pensa". Isso porque, embora a maioria daquelas terras pertençam ao Estado do Rio, "muitos dos ocupantes já estão de posse de documentos das mesmas".

CRESCIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Buenos Aires será, dentro de 11 anos, a mais populosa capital da América do Sul, seguida de São Paulo, Rio, Bogotá, Cidade do México, entre as 27 cidades que terão mais de um milhão de habitantes cada.

Estas e outras revelações foram dadas à luz pelo relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento dedicado às modificações urbanísticas da América Latina, no qual se adverte que, se a atual tendência de urbanização continuar, a AL enfrentará uma problema em proporções consideràvelmente maiores do que as já enfrentadas.

"É também claro que além dos problemas de ordem econômica, haverá os de caráter sócio-político" afirma o relatório, solicitando, em seguida, uma maior e mais eficiente ajuda no investimento, que deve ser orientado primeiramente para atividades produtivas, tais como trabalho intensivo em indústrias de manufatura.

Buenos Aires, em 1980, terá 9.815.000 habitantes; São Paulo, 7.780 000; Rio, ... 6.290.000; Bogotá, 5.208.000; Cidade do México, 4.550.000; Santiago do Chile, 4.400.000; Caracas, 4.115.000 e Lima .. 3.563.000. Estas e outras vinte cidades terão mais de um milhão de habitantes, sendo que as sete primeiras constituirão "zonas metropolitanas gigantes de tamanho e características semelhantes aos maiores complexos metropolitanos".

No corpo de seu estudo, o relatório do BIRD afirma ainda, que embora a agricultura conte sòmente para

20% do produto bruto da AL, ela emprega 45 por cento da população econômicamente ativa da região, e conseqüentemente "o auxílio para uma taxa mais alta de desenvolvimento nesse setor seria justificado não sòmente para aumentar a disponibilidade do produto agrícola, mas também para elevar o rendimento **per capita** dos agricultores".

Entre os países da região, que mais recentemente se desenvolveram, o relatório cita o Brasil, a Argentina e a Colômbia.

FINANCIAMENTOS DA CREAI

Os financiamentos concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, do Banco do Brasil, no período de janeiro a setembro de 1968, segundo o último Boletim Trimestral daquêle estabelecimento, indicam um sensível incremento em relação à época idêntica no ano de 1967. A Agricultura, nos nove primeiros meses daquele ano, com recursos da ordem de NCr$ 742 milhões, em 1968, em igual período, recebeu NCr$ 1.040 milhões, um aumento portanto da ordem de 40%. A Indústria, em têrmos relativos, foi mais beneficiada, com um incremento de aproximadamente 80%, já que em 1967 recebeu NCr$ 255 milhões e em 1968 NCr$ 469 milhões. A Pecuária, com financiamento, em 1967, da ordem de NCr$ 163 milhões e em 1968 de NCr$ 312 milhões, indica uma elevação superior a 90%.

ISENÇÃO DA COBRANÇA DO ICM

A extinção da cobrança do ICM sôbre os produtos agropecuários na sua primeira transação comercial voltou a ser defendida pelo Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, que ponderou que as mesmas, pelo menos, poderiam ser minimizadas.

Idêntica posição foi assumida pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Em sua explanação o Ministro Ivo Arzua ressaltou que a sua posição é uma velha reivindicação do Govêrno federal, no sentido de que os produtores agrícolas deixem de pagar o ICM, como forma de incentivar a aceleração de suas atividades. Pelo menos — frisou — as alíquotas do tributo deveriam ser reduzidas ao mínimo possível, de modo a não terem participação volumosa nos custos da produção agrícola.

Referindo-se à projetada reunião dos Governadores do Nordeste, que se declaram insatisfeitos com as isenções e reduções nos impostos concedidas por São Paulo e Paraná para o algodão, alegando que as mesmas iriam prejudicar a produção nordestina daquela fibra, declarou que as possíveis decisões que venham a tomar sòmente serão definidas na própria área estadual, uma vez que não é possível uma intervenção federal no assunto, de competência exclusiva das legislações estaduais.

ANÁLISE DO SOLO FLUMINENSE

O INDA, através da Delegacia Regional do Estado do Rio de Janeiro, reunirá em solenidade os criadores e agricultores da região norte-fluminense, para conhecimento dos resultados das análises objetivas do levantamento agrológico visando à recuperação daquela área rural, bem como do estado sanitário do gado bovino da região.

O levantamento efetuado abrange 190 estudos analíticos do solo na zona de Porciúncula com recomendações para uso agrícola adequado beneficiando o total de 129 fazendas, bem como estudos sôbre as condições climáticas, fornecendo sugestões técnicas.

Em Natividade, os mesmos processos foram aplicados em benefício de 180 fazendas.

AJUDA ÀS EXPOSIÇÕES NO INTERIOR

O Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aprovou proposta da Delegacia de Goiás para que o INDA colaborasse com os Sindicatos Rurais dos municípios onde houvessem exposições de gado, êste ano. O Conselho aprovou a solicitação, recomendando que a verba de 78 mil cruzeiros novos fôsse distribuída, de acôrdo com o movimento social de cada Sindicato.

EXPANSÃO DA AGRICULTURA

Estimam os economistas que a taxa de desenvolvimento do país, êste ano, deverá alcançar uma média global em tôrno dos 7%, o que é considerado como excelente e dentro de tôdas as previsões. Quanto à expansão do setor industrial, estima-se que venha a atingir 9% e a agricultura em tôrno dos 5%. No ano passado, a indústria experimentou um desenvolvimento superior a 14%, mas isso se deve a que ela recuperou, no período, tôda a capacidade ociosa de produção que havia perdido. Os técnicos mais abalisados são da opinião de que ainda não alcançamos uma taxa de crescimento muito maior, em virtude das limitações a que fica imposta a área de investimento no setor da importação. Essa anomalia só poderá ser corrigida no passar dos anos, com uma coerente política de exportação cada vez mais profunda.

VOLUNTÁRIOS DA PAZ EM GOIÁS

Procedentes dos Estados Unidos e com destino a Goiânia, chegaram 39 Voluntários da Paz, que deverão substituir no Estado de Goiás o grupo ali atuante. Após um período de 6 semanas de treinamento em Goiânia, os Voluntários darão início à sua tarefa de 2 anos trabalhando em clubes agrícolas do interior goiano.

O treinamento constará de estudo da língua portuguêsa, da cultura brasileira e de instruções técnicas diversas, complementando assim um período idêntico de treinamento de 6 semanas já realizado nos Estados Unidos. Após o treinamento em Goiânia os Voluntários serão enviados para pequenas cidades do in-

terior do Estado onde, em grupo de dois, receberão instruções dos Voluntários já experimentados na comunidade. A seguir serão designados para trabalhar nas escolas primárias e organizações brasileiras interessadas no desenvolvimento da agricultura e do bem-estar social.

FINANCIAMENTOS ESPECIAIS

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil vai conceder empréstimos especiais, extra-limites de suas aplicações, destinados à aquisição de tratores, máquinas agrícolas e seus implementos de fabricação nacional. Os contratos das operações observarão as instruções em vigor, no que não colidirem com as seguintes condições especiais: **Limite de financiamento** — 80% do valor da máquina e dos implementos financiados, podendo tal percentagem ser elevada até 100%, de acôrdo com as necessidades do interessado; **Prazo e forma de pagamento** — a) 5 anos para tratores, em prestações anuais de 10%, 15%, 20%, 25% e 30%, respectivamente, do valor do empréstimo, vencendo-se a primeira, dentro do período de um ano, a contar da assinatura do contrato, à época em que os ruralistas auferiram as rendas de suas atividades preponderantes; b) até 5 anos, para máquinas e implementos, fixando-se as prestações em função da real capacidade de pagamento dos proponentes, em parcelas anuais e sucessivas; **Juros** — à taxa de 12% a.a., calculados sôbre os respectivos saldos devedores, para pagamento juntamente com as prestações anuais; **Comissão de fiscalização** — à taxa de 3% a.a., exigível simultâneamente com os juros, no vencimento de cada prestação anual e na liquidação da dívida.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

O Projeto de Impacto do Ministério da Agricultura, destinado ao fornecimento de verbas para os trabalhos de congelamento de sêmen, método revolucionário de inseminação artificial e que consiste — ao contrário do observado nos demais países que o conservam em pote único — no acondicionamento de doses próprias em ampolas de plásticos que são mantidas em temperatura de 196º abaixo de zero, já proporcionou ao Brasil lucro na ordem de NCr$ 9,544 milhões.

INCIDÊNCIA DE BROCA NOS CAFÈZAIS

Ocorre sensível redução nos índices de incidência da broca nos cafèzais paranaenses, segundo levantamento realizado pelo Serviço de Combate à Broca do Café da Secretaria da Agricultura do Paraná. O grau médio de infestação revela que no Norte Velho, principalmente, a broca foi pràticamente extinta. Um programa de trabalho que visa reduzir mais ainda êstes índices em outras áreas já foi elaborado e consta bàsicamente de: a) construir em Maringá um depósito de inseticidas, mantendo com antecipação estoques e equipamentos para atender tôda a região do Norte Novíssimo; b) automatização das operações de carga na nova unidade misturadora para a produção de inseticidas; c) ampliar os postos de revenda de inseticidas; e d) intensificar a prestação de assistência técnica aos cafeicultores no combate à broca.

Na realidade mais de quatro mil visitas foram feitas pelos técnicos do Serviço de Combate à Broca do Café, aos cafeicultores nos últimos meses, com a finalidade de melhor aproveitar a aplicação de inseticidas e fungicidas indicados no contrôle das doenças e pragas que afetam o café.

OS NÚMEROS

Para se ter idéia da redução nos índices de infestação das brocas nos cafèzais, depois de um sistemático trabalho de combate, aquêle serviço informou que em Jacarèzinho a infestação é hoje de 1,67 por cento contra 4,09 em 1961. Em Santo Antonio da Platina êste índice era de 11 por cento e hoje não alcança mais de 4,68. Em Ribeirão do Pinhal, Jundiaí do Sul, Cambará, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Sertaneja e Uraí o índice de grau médio de infestações não ultrapassa agora mais de 1,82 quando já chegou a ter mais de 4,13 por cento.

FINANCIAMENTO PARA O ARROZ

A diretoria do Banco do Brasil decidiu deferir o pedido de financiamento, formulado pelo IRGA, para comercialização de excedentes exportáveis da safra de arroz do Rio Grande do Sul. Essa decisão foi tomada após entendimentos com êsse estabelecimento de crédito, mantidos pelo presidente do Instituto Riograndense de Arroz, sr. Ubirajara de Jesus Pereira, que veio ao Rio para tratar do assunto.

O contrato de financiamento, num montante de 60 milhões de cruzeiros novos, entre o IRGA e o Banco do Brasil, será celebrado brevemente.

Com a utilização do crédito obtido, o IRGA pretende retirar do mercado os excedentes de produção, de modo a evitar o aviltamento dos preços pagos ao produtor, pelo produto em casca, que pode ocorrer em virtude da safra abundante, ora em fase de colheita. Estima-se em cêrca de 28 milhões de sacos a produção de arroz em casca do Rio Grande do Sul. O preço mínimo básico, que é o do grão médio, é de NCr$ 13,76 por saco de 50 quilos. O IRGA vai comprar o produto já beneficiado, dos usineiros, desde que êstes se comprometam a pagar aos produtores do arroz em casca os preços mínimos estabelecidos.

Ao contrário do que vinha fazendo nos anos anteriores, o IRGA irá adquirir arroz com 25 a 30% de grãos quebrados, o que facilitará a exportação, podendo entrar em mercados menos exigentes. Adquirindo o pro-

duto com reduzida percentagem de grãos quebrados, cujo preço é mais elevado, encontrará dificuldades em mercados de maior poder aquisitivo, como os europeus, pois terá de concorrer com exportadores tradicionais do produto de tipos especiais, como a Tailândia e os Estados Unidos. Este ano, o arroz beneficiado adquirido para exportação, será dos tipos A e B. O tipo A contém 25% de quebrados, sendo 20 de "canjicão" e 5 de "canjica". O tipo B tem 30% de quebrados, sendo 25 de "canjicão" e 5 de "canjica".

PARA MELHORAR A PRODUÇÃO

O Departamento de Zootecnia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul iniciará, brevemente, a execução de importante projeto destinado ao estudo de diferentes métodos de criação e alimentação sôbre o desenvolvimento de animais da raça holandesa, durante o período de crescimento. Para isso, a UFRRGS acaba de firmar convênio com o Escritório de Pesquisas e Experimentação do Ministério da Agricultura, através do SERPA.

O projeto se desenvolverá na Estação Experimental da Palma de UFRRGS, tendo como fase física, para avaliação dos resultados a área de influência da Universidade. Seus objetivos prioritários são os seguintes: 1) Determinar um sistema de aleitamento artificial adequado para a região, tendo em vista as condições ecológicas e econômicas predominantes; 2) Estudar os diferentes sistemas de criação das terneiras, no período de aleitamento; 3) Estudar o efeito do manejo das pastagens sôbre o desenvolvimento das fêmeas, tendo em vista reduzir a idade da primeira cobertura.

A curto prazo, visará estabelecer normas de criação para as terneiras, capazes de baixar seu custo de produção (aleitamento artificial), diminuir a idade da primeira cobertura e, em conseqüência, aumentar sua vida produtiva. A médio prazo, buscará comprovar os resultados experimentais obtidos, em escala-pilôto, com a colaboração dos criadores regionais. A longo prazo, finalmente, recolherá recomendações, destinadas aos órgãos competentes, contendo as técnicas comprovadamente susceptíveis de proporcionar o aumento da produção leiteira.

COMBATE À AFTOSA

Seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros novos, destinados especificamente a dar continuidade à Campanha de Combate à Febre Aftosa no Rio Grande do Sul, já se encontram depositados, pelo Ministério da Agricultura, no Banco do Brasil. A informação foi dada pelo Sr. Athos Muniz Vasconcelios, diretor estadual daquela Pasta. Acentuou que a verba foi liberada graças ao esfôrço do ministro Ivo Arzua, com vistas a não interromper a campanha de vacinação do rebanho gaúcho. O sr. Athos Muniz Vasconcelios disse que com um saldo de cêrca de NCr$ ...... 60.000,00 elevam-se acima de NCr$ 700.000,00 os recursos para o prosseguimento da campanha.

FEIRA DO BAIXO-AMAZONAS

Será promovida êste ano a I Feira Agropecuária do Baixo-Amazonas. A Secretaria da Agricultura do Pará, já está em entendimentos com as cooperativas de produtores que lá farão "stands". O regulamento da feira já foi elaborado. Um consórcio internacional com predominância italiana está interessado na compra de enormes quantidades de fibra de juta — o maior produto do Baixo-Amazonas — e vai mandar um representante acertar pessoalmente com os produtores e exportadores amazônicos um esquema de embarque, preços e condições de pagamento. Os entendimentos foram iniciados por intermédio do Itamarati.

AMÉRICA LATINA

O relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, referente ao ano passado, consigna referências de especial destaque sôbre a melhoria das condições econômicas da América Latina, em geral, e notadamente, do Brasil, Argentina e Colômbia. O crescimento econômico do Continente foi de 5 a 5,5%, significativamente superior ao do ano passado. Destaca aquêle documento que a América Latina avança ràpidamente no rumo de uma economia tìpicamente industrial, embora persista um hiato no que concerne à expansão agrícola que não acompanha o ritmo da atividade fabril. A manufatura latino-americana sofreu considerável incremento, ao passo que a produção rural estacionou num compasso de espera injustificável. Daí, operar-se, nesta parte do hemisfério, fenômeno verdadeiramente absurdo, tal como o de haver nações que simultâneamente exportam produtos industriais, da mais alta qualidade, e importam gêneros alimentícios, que sòmente não cultivam por displicência em armar uma infra-estrutura agrária adequada. É ilusória a idéia de que um país pode ser grande, no plano industrial, sem o ser igualmente no domínio agrícola. O relatório do BID, no cunho pragmático e imparcial em que foi impresso, comporta sugestões de inapreciável valor para os Governos latino-americanos, todos êles, decerto, animados de propósitos em favor do desenvolvimento harmônico desta parte do mundo, de relevante papel no futuro.

CENTRO DE ABASTECIMENTO EM TRIBOBÓ

A construção do primeiro centro de abastecimento da região da Guanabara e Estado do Rio será iniciada brevemente, em Tribobó, Município de São Gonçalo.

O contrato para a obra deverá ser firmado entre a Secretaria da Agricultura e

Abastecimento do Estado do Rio e a firma Atlanta Engenharia. O centro será o segundo do Brasil, adotando a experiência da Ceasa, em São Paulo.

O centro de abastecimento é um conjunto de armazéns, estufas, frigoríficos, bancos, escritórios técnicos de agricultura e pecuária, que servem de apoio à produção agropecuária, ao tempo em que garantem o abastecimento da área de grande densidade demográfica. Bàsicamente procura atender ao mercado de consumo e, pela garantia de comercialização, oferecer uma política estável de preço mínimo, com financiamento da produção e orientação técnica aos plantadores e criadores.

Não tem característica de mercado de atacadista, servindo, inclusive, de apoio à distribuição de produtos para êles e à rêde de mercadinhos populares, para venda ao consumidor. Os centros de abastecimento eliminam a atividade do intermediário, que no Estado do Rio, para garantir um preço abaixo da realidade, chegavam a financiar os pequenos e médios produtores, fornecendo sementes, adubos e transportes para os centros de consumo dos produtos.

COMPRA DE SACARIA COM FINANCIAMENTO

Objetivando remover dificuldades que possam surgir no escoamento das safras agrícolas, devido à escassez de sacaria nos locais de produção e beneficiamento, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil resolveu conceder empréstimos destinados à aquisição de sacaria nova para o acondicionamento da produção.

Sòmente em casos excepcionais, quando o mercado local não dispuser de sacaria nova para atender à demanda, a CREAI financiará a aquisição de sacos usados, desde que em bom estado de conservação, para acondicionamento de qualquer produto e quando sejam, também seus beneficiários, exclusivamente, produtores agrícolas ou suas cooperativas.

DIMINUIÇAO DO GADO DE CORTE

Nos próximos três anos haverá considerável diminuição da produção do gado de corte no Rio Grande do Sul, o que está preocupando os pecuaristas e determinando providências que possam atenuar as conseqüências do mal. Enquanto isso, em outros Estados ativam-se trabalhos para incremento da produção.

Entre os Estados que contam com êsse serviço organizado racionalmente, está o de Minas Gerais, graças, em boa parte, aos esforços da Associação Brasileira de Criadores de Zebu. Essa entidade de classe, sediada em Uberaba, acaba de pôr em execução um plano de reformas, inclusive dos estatutos sociais, elaborado por uma equipe de técnicos pertencentes aos quadros do Instituto de Organização Racional do Trabalho — IDORT, de São Paulo.

REFLORESTAMENTO DO PAÍS

Quase 500 milhões de árvores estão sendo plantadas em oito Estados por particulares que se beneficiam dos incentivos fiscais para reflorestamento instituídos pelo Govêrno e, por outro lado, os exploradores de florestas e exportadores de madeiras estão obrigados a plantar quatro mudas por metro cúbico extraído ou exportado.

A informação foi prestada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a propósito da conferência do paisagista Burle Marx, no Conselho Federal de Cultura, na qual afirmou que, se o Govêrno não fizer legislação mais adequada, vastas regiões se transformarão em desertos.

A mesma fonte disse que seria um açodamento pretender fazer, agora, nova legislação sôbre as florestas, pois o Código Florestal foi aprovado em 1965, os incentivos fiscais para reflorestamento e o IBDF foram criados em 1967, estando, pràticamente, no início a implantação da nova política florestal do Govêrno.

FINANCIAMENTO PARA REPRODUTORES BOVINOS

Os pecuaristas nacionais podem utilizar-se dos financiamentos oferecidos pelo Banco do Brasil, que são proporcionados pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX). Os financiamentos da CREAI visam a sustentar vendas a prazo e beneficiam os pecuaristas tradicionais e conceituados, possuidores de rebanhos de criação puros de origem e por cruza.

Estabelece-se como limite de financiamento o necessário para permitir a venda anual das crias machos, de plantéis de alta linhagem.

O levantamento do crédito é feito mediante a apresentação, para cobrança por intermédio do Banco, de promissórias rurais emitidas pelos criadores a favor do beneficiário do crédito aberto e que representam o valor da venda de touros e tourinhos produzidos pelo rebanho do mutuário.

CRÉDITO RURAL NO NORDESTE

Vinte e sete mil, trezentas e vinte e quatro operações de crédito rural foram contratadas, no ano passado, pelo Banco do Nordeste, do Brasil.

O valor de tais operações é estimado em NCr$ 198 milhões com a média de NCr$ 7 mil por empréstimo, situando-se 72% dos financiamentos na faixa de NCr$ 6,5 milhões.

Somaram 16.591 as operações destinadas a custeio, o que representa recursos equivalentes a NCr$ 101 milhões, enquanto as destinadas a investimentos atingiram a 10.733, consumindo NCr$ 97 milhões, com a média de NCr$ 9 mil por operação contratada.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NA PARAÍBA

A Paraíba contará, em breve, com um Banco de Inseminação Artificial para aprimoramento do rebanho

bovino do Estado e melhoria de suas condições sanitárias, o que possibilitará ainda aos pecuaristas uma acentuada redução nos custos de manutenção do gado leiteiro e de corte.

O Banco de Inseminação Artificial foi idealizado pela equipe técnica da Delegacia Regional do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário na Paraíba e o plano, submetido à apreciação da administração central do órgão, foi recentemente aprovado.

Aprovado o plano, o INDA entrou em entendimentos com a Equipe Técnica de Fisioterapia da Reprodução e Inseminação Artificial, que enviará à Paraíba um grupo de técnicos para cuidar da implantação do projeto em todos os seus aspectos e treinar o pessoal que prestará serviços no Banco de Inseminação Artificial.

FESTA DO ABACATE

Muitas cidades ou regiões promovem festas agrícolas, como Patos de Minas, a capital brasileira do milho, que realiza todos os anos sua "Festa do Milho". Em São Paulo muitas cidades fazem regularmente festas de colheita de seus produtos — uva, em Jundiaí; pêssego, em Itaquera; caqui, em Mogi das Cruzes; morango, em Valinhos, etc. Isso parecia restrito às frutas de maior consumo, mas agora também o abacate entrou na lista das promoções. Em Nôvo Horizonte, município paulista da antiga linha Douradense, os plantios dessa fruta se expandiram, e já conseguiram sua inclusão na programação oficial das festividades. Assim, de agora em diante, no mês de janeiro haverá o "Dia do Abacate", em Nôvo Horizonte.

CAI SAFRA DE ARROZ

Goiás terá êste ano um prejuízo de mais de 6 milhões de sacos de arroz, pois sua produção não ultrapassará 12 milhões, quando as estimativas iniciais, à época da plantação, eram de que as colheitas se elevariam a 18 ou 20 milhões de sacas.

É que extensa área agrícola em Goiás foi prejudicada, dentre elas as de Goiatuba, Quirinópolis, Vale de São Patrício e parte da zona de São Luís de Montes Belos.

REDUÇÃO NA SAFRA ALGODOEIRA

A safra algodoeira do Paraná deverá sofrer uma redução de 20% no volume e não deverá, portanto, ultrapassar a casa das 656 mil toneladas. A cultura de um modo geral vinha exibindo ótimo aspecto vegetativo, embora apresentando menor carga que as lavouras do período 67-68, com predominância nas lavouras mais tardias e naquelas onde há excesso das plantas. O clima que até dezembro se apresentava mais favorável do que negativo à cultura, foi responsável, no final, pela queda prevista, que será da ordem de 20%.

Se ocorrer a quebra prevista, a responsabilidade caberá exatamente ao problema climático. Os elementos essenciais de composição da safra funcionaram de maneira considerada excelente.

A "Café do Paraná" vendeu, para a corrente safra, cêrca de 756.696 sacas de sementes de algodão, das quais 5 mil foram levadas para o Estado de Mato Grosso. Estima-se que entraram no Paraná, procedentes de São Paulo, sem contrôle daquela emprêsa mista, 82 mil sacas. Assim sendo foram plantadas nesta safra 833.696 sacas de sementes de algodão, ocupando uma área de 601 hectares da safra passada, numa proporção de 77%. A cultura expandiu-se mais nas regiões chamadas Norte Nôvo e Norte Novíssimo, com grande destaque para as regiões de Campo Mourão, onde se registrou superior a 200%; Maringá, com 100%; e Cruzeiro do Oeste, com 85% de aumento da área cultivada. No Norte Velho, as regiões de Cornélio Procópio e Andirá apresentaram os maiores índices de aumento, com 100%.

A lavoura algodoeira foi retardada em relação à safra passada; houve grande retardamento na germinação, que geralmente quase só ocorreu a partir da segunda quinzena de novembro e outras só nasceram em dezembro, embora em áreas insignificantes.

BRASIL — 1980

De acôrdo com informação do IPEA, a população total do Brasil, em 1980, poderá atingir aproximadamente a 123 milhões de almas. Embora se trate, apenas, de uma estimativa da ordem de grandeza provável das populações estaduais até aquêle ano, há que inquirir as exigências dêsse alto índice demográfico aos setores primordiais da Nação. E a primeira delas refere-se à produção agrícola, responsável pela alimentação e sobrevivência dessas grandes camadas populacionais.

O índice de mecanização da nossa lavoura é um dos mais baixos do mundo: enquanto na Inglaterra há um trator para cada sete hectares e, na Alemanha Ocidental, há um para cada doze, no Brasil a proporção é desnorteante — um trator para 470 hectares. Mais ainda; mesmo que já tivéssemos colocado em serviço mais cem mil tratores, ainda assim, continuaria o índice dramático de um para quatrocentos e vinte hectares.

REVOLUÇÃO NA ÁREA RURAL PAULISTA

Quarenta e nove projetos; sendo 11 referentes ao programa de conservação do solo, 6 relativos à fitotecnia, 14 de defesa sanitária vegetal, 5 de zootecnia, 6 de defesa sanitária animal e 7 de sócio-economia, estão em plena execução na região de Sorocaba. Trata-se de plano elaborado pela Diretoria Regional Agrícola e que conta com 6 programas e 12 diretrizes.

O objetivo do plano é o de melhorar a agropecuária paulista pelo único caminho possível, o da técnica. O mecanismo empregado será o de elaborar projetos próprios a cada situação, a partir da análise das atuais condições agrícolas regionais.

Denominado Plano Regional de Assistência Técnica à Agricultura — Prata — o programa vem exposto em 3 volumes e 900 páginas e foi elaborado pelos técnicos assessôres da DIRA de Sorocaba.

PIAUÍ É O 2.º PRODUTOR DE ARROZ DO NE

O Piauí é o segundo produtor de arroz no Nordeste, contribuindo com 10,5% da produção rizícola da região, segundo o trabalho "Aspectos Econômicos e Agronômicos do Arroz no Piauí", publicado pelo Departamento (ETENE), do Banco do Nordeste .

Evoluindo a um ritmo de 15% no período 1960-67, o arroz piauiense representa 10% na formação da renda interna, assumindo lugar de destaque na agricultura, da qual é o segundo produto em têrmos de valor da produção.

ERRADICAÇÃO

A erradicação de cafèzais nas Zonas da Mata e do Rio Doce começou a trazer preocupações às classes produtoras daquelas regiões, onde, segundo estimativas otimistas, gira em tôrno de duzentos mil o número de trabalhadores agrícolas ociosos. Inúmeras famílias, cujos chefes são lavradores sem trabalho, já iniciaram penosa marcha migratória para a Guanabara e São Paulo, à procura de ocupação.

As autoridades locais não condenam inteiramente a política de erradicação do IBC. Sustentam, entretanto, que a falta de uma política para implantação de uma nova infra-estrutura agrícola gerou uma série de problemas sociais e econômicos que poderão ter graves conseqüências.

FLORESTAS VÃO SER PRESERVADAS

A preservação de maciços florestais situados no Vale do Paraíba será objeto de estudos especiais, a cargo de comissão nomeada pelo governador do Estado de São Paulo, em cumprimento à lei sôbre o assunto, assinada no ano passado. A presidência da comissão caberá ao engenheiro-agrônomo Raul Audi, do Serviço de Fotointerpretação do Instituto Agronômico, e será constituída pelos engenheiros Pedro Luís Donzeli, do mesmo Serviço; Celso Merbach Chagas e Francisco José Ribeiro Kronka, ambos do Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura.

CEREAL DO FUTURO SERÁ PRODUZIDO EM LABORATÓRIO

Triticale, um combinado de trigo e centeio obtido em laboratório, será, dentro de alguns anos, um dos cereais mais cultivados no mundo, segundo revelou o Sr. Marcelino F. Garcia, delegado norte-americano à V Conferência Latino-Americana sôbre Produção de Alimentos.

Ao tratar do problema da diversificação da cultura, o Sr. Marcelino Garcia explicou que os geneticistas de todo o mundo estão provocando evoluções instantâneas de espécies, que, "naturalmente, levariam milhões de anos para se transformarem".

Para Consumo

O nôvo combinado deverá ser entregue aos lavradores de todos os países até 1970. Atualmente êle já é cultivado, de modo experimental, no México, Canadá e Equador.

Algumas espécies de Triticale apresentam 18% de proteínas, contra 14% apresentados pelas melhores qualidades de trigo e os 12% contidos na aveia. Na avicultura, o nôvo produto pode substituir perfeitamente o trigo .

O delegado norte-americano informou que um outro tipo de cereal, denominado Crambe, que dá com facilidade no Mediterrâneo, vem subindo muito no conceito dos especialistas, devido às suas boas propriedades.

— Basta dizer que antes de 1967 não havia cultura da espécie. Hoje, sòmente em dois Estados norte-americanos, estão sendo plantados 50 mil acres.

O Sr. Marcelino F. Garcia revelou que os investimentos aplicados na cultura do crambe são sensìvelmente menores do que se os agricultores tivessem plantado milho ou soja.

Do crambe pode ser obtido um óleo de ótima qualidade, que poderá ser aproveitado pelas indústrias de aço. A semente do produto é também rica em proteína.

Até agora, o cereal apresentou dois inconvenientes: um dêles é a presença de Tioglicosideos, que podem inibir o crescimento. O outro é uma substância amarga que desagrada aos animais. Os estudiosos buscam uma fórmula de afastar êsses problemas.

Durante a sessão falaram também o norte-americano P. J. Muender e o brasileiro Gervásio Inoue, um dos diretores da Cooperativa Agrícola de Cotia, de São Paulo.

PIMENTA

Até o ano de 1948, o Brasil importava pimenta-do-reino para atender ao seu consumo. Hoje, vinte anos depois, somos até exportadores.

A produção brasileira de pimenta-do-reino é obtida no Norte e no Nordeste. Sobe a 5 mil hectares a área plantada, e a safra de 1967 foi de 13 mil toneladas de sementes, no valor de 11 milhões de cruzeiros.

No Pará está o maior contingente de produção — cêrca de 3 mil hectares plantados e produção de mais de 12 mil toneladas. A região da serra da Borborema oferece condições excelentes para esta cultura, com sua temperatura variante de 20 a 25° C e com chuvas entre 1.200 a 2.200 mm por ano.

Todavia, a produtividade das lavouras é reduzida: colhe-se, em média, um quilo e meio por pé, enquanto em Bombaim o rendimento é de 24 quilos por pé.

CACAU "TEMPORÃO" RENDERÁ ÊSTE ANO US$ 80 MILHÕES

A CEPLAC e outros órgãos do comércio e indústria do cacau estimam a safra do temporão, cuja colheita já

se iniciou, em 1.400.000 a .. 1.600.000 sacos que aos preços atuais proporcionarão uma receita em dólares de 75 a 80 milhões, mais que tôda a safra do ano passado.

O temporão é colhido de maio a setembro e a safra pròpriamente dita de outubro a janeiro. A colheita total, segundo estimativa da CEPLAC, deverá proporcionar uma receita em dólares que devolverá ao cacau sua posição de relêvo na balança das exportações brasileiras, colocando-o, no mínimo, em quarto lugar.

A Associação Baiana da Indústria de Cacau informa que persiste o deficit no mercado internacional, comparadas as cifras do consumo atual, os estoques e as estimativas da produção. Êsse deficit aproxima-se de 500 mil toneladas, daí a reação das cotações, que passaram de 26 centavos de dólar por libra pêso, em julho-agôsto de 1968, para 38-40 centavos no corrente ano. Os estoques em Nova Iorque, em abril dêste ano, são de 146.714 sacos, contra 416.054 e 577.770 sacos nos anos de 1968 e 1967, respectivamente. Em Filadélfia a posição é mais séria ainda: 261.157 sacos em 1969, contra 683.940 e 1.003.14 em 1968-1967.

Comercialização

A Bahia, nesta altura do ano, já vendeu aproximadamente 200 mil sacos de cacau do temporão, tendo a comercialização se iniciado no dia 9 de abril. Tudo indica, segundo a ABIC, que êsse será um bom ano para o cacau e, conseqüêntemente, para a lavoura e o Govêrno.

SUBEMPRÊGO NO PAÍS

A estimativa do subemprêgo no Brasil é de aproximadamente 50% da população ativa. Entende-se por subemprêgo o trabalho inferior a 39 horas por semana. Diversos estudos feitos estabelecem que o subemprêgo abaixo de 15 horas semanais pode ser considerado como desemprêgo em caráter permanente ou temporário.

O problema do subemprêgo também existe nos países de agricultura racionalizada, mas em menor escala, uma vez que o contingente de trabalhadores rurais é reduzido. No Brasil, a mão-de-obra agrícola está ocupada durante um determinado período do ano, ou seja, na época do plantio e da colheita. O mesmo fato também pode verificar-se com relação às áreas de turismo ou veraneio, que ocupam parte da população ativa sòmente durante um determinado período mais ou menos curto do ano.

Desemprêgo

Um estudo feito no ano passado pelo Departamento Nacional de Pesquisas do IBGE por amostra de domicílios demonstrou que o índice de desemprêgo no Nordeste foi naquele ano de 2,7%; na região Sul, de 2,5%; e no Centro de 2,6%. Levando em conta que a faixa compreendida até 5% de uma população ativa desempregada pode ser tomada como fato normal em qualquer país, constatou-se que os levantamentos feitos não correspondem à realidade.

Para que fôsse feita uma estimativa real do desemprêgo, a partir dêste ano, estão sendo realizados novos trabalhos estatísticos pelo IBGE em conjunto com o Ministério do Trabalho. Outro fato que também ficou demonstrado pelo estudo anterior é que no Nordeste, onde pode ser verificado o maior índice de desemprêgo cêrca de 22,5 da população ativa trabalham um total inferior a 39 horas por semana.

Mercado

Para 1969, a previsão de oferta de novos empregos, de acôrdo com o regime da CLT, é de 900 mil empregos. Em 1968, a oferta do emprêgo efetivamente preenchida foi de 700 mil, correspondendo a 6,5 milhões de pessoas, cêrca de 20% da população ativa do País. O INPS, que levantou êsses dados, fixou ainda a necessidade de novos empregos em aproximadamente um milhão por ano. A maior oferta foi observada com relação ao setor industrial, com 400 mil empregos, incluindo-se a construção civil, que tem uma taxa de crescimento do emprêgo industrial acima de 10%. Logo a seguir vem o setor do comércio e prestação de serviços, com um índice de 300 mil empregos aproximadamente, como foi verificado em 68. Ainda no ano passado, foram admitidos no País, cêrca de 2.968.402 empregados sendo 488.337 no primeiro emprêgo. No mesmo período, o total de desligamentos foi da ordem de 2.380.241.

DISTRIBUIÇÃO DE COLHEDEIRAS

Mais 35 colhedeiras da marca "Zmaj", importadas da Iugoslávia pelo Ministério da Agricultura, aproveitando nosso saldo na balança de pagamentos, chegaram a Curitiba, totalizando, com as 10 entregues em 1968, 45 máquinas que a Diretoria Estadual do MA está entregando aos agricultores paranaenses, em financiamento de 6 anos, à taxa de 6% ao ano, de juros.

As colhedeiras, que estão sendo entregues através do Grupo Executivo de Engenharia, destinam-se exclusivamente a agricultores, que pagarão por unidade NCr$. 42.766,30, sendo que desta importância, apenas NCr$. 5.397,68 no ato do recebimento. Seis colhedeiras serão distribuídas a agricultores da região de Curitiba, 15 foram enviadas ao município de Cascavel, 7 ao município de Maringá e 7 ao município de Londrina.

Livros e Publicações

COMPÊNDIO VETERINÁRIO

Indicador Terapêutico dos Produtos para Medicina Veterinária — 5.ª Edição Revista e Atualizada. Organização Andrei Editôra S.A. Caixa Postal 4989 — Fones: 220 — 7246 e 51-3839 — São Paulo — 328 pgs.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO BRASIL

Volume VI — Parte VIII Roberto Macedo — 291 pgs. DASP — Serviço de Documentação 1964.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO BRASIL

Volume IV — Alfredo Libânio Guedes — DASP — Serviço de Documentação — 196 págs. 1962

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

Anteprojeto do Plano de Reforma Agrária da Área Prioritária de Emergência do Estado do Ceará — 293 pgs. Rio de Janeiro — IBRA 1968

CASTANHA DO PARÁ RELATÓRIO E ESTUDO

Economista Frederico Alberto Andrade — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM — Ministério do Interior — Belém — Pará 1968, 23 pgs.

MADEIRAS DA AMAZÔNIA

Economista José Roberto M. Rodrigues — Superintendência do Desenvolvimento ad Amazônia-SUDAM-Belém — Pará — 1968, 38 pgs.

RELATÓRIO AO GOVÊRNO DO BRASIL SÔBRE PRODUÇÃO E MERCADO DE MADEIRA NA AMAZÔNIA

O. H. Knowles — Técnico Florestal da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO).

Traduzido do original inglês por Délcio Seawright Salgado — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — (SUDAM) — Ministério do Interior — 169 pgs. Belém-Pará 1966.

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

JUNHO DE 1899

Dr. Campos da Paz, G. V; *As pestes importadas* II G.V.; *Criação no Brasil*, Alberto Araujo F. Jacobina; *Núcleos Coloniais*, O. B.; *Sôbre uma nova moléstia do fumo* (continuação), Trad. de Dr. S. Barradas; *A peste dos suinos*, Dr. Julio Leite; *Prêmios à Lavoura*, indicação à Câmara Municipal de São Paulo pelo Vereador Dr. Veiga Filho; *As nossas galinhas*, G. V.; *Estrumeiras* II. G. V.; *Ferrugem do Feijão*, G. V.; *Parasitas da Videira*, Carlos Moreira; *Charles Naudin* (necrologia), red.; *Variedades*: Imigração estrangeira da República Argentina; Máquinas de beneficiar o arroz; Sociedade Cooperativa Agrícola (Bangu).

JULHO

As pestes importadas III, (il) Germano Verti; *Pomologia* — A indústria da conservação das frutas, Antonio de Medeiros; *Queijo de manteiga do Seridó*, Red.; *Efeitos de certos métodos de tratamento do solo sôbre a produção do milho*, T. L. Lyon, Trad. do Dr. Germano Verti; *A cultura do aspargo nas regiões tropicais*, G. V.; *As lagartas do repolho e sua destruição*, G.V.; *Variedades*: Os adubos e a produção do açúcar; A propaganda do Chá em Ceilão; Semeadores de Milho; Museu Comercial de Filadélfia; Aguardente de Ananás; A degeneração das Batatas; A água, os terrenos e os fertilizantes.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias, demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos a janeiro e fevereiro de 1969

GOVÊRNO FEDERAL

AÇÚCAR — Assistência Social

O Conselho Deliberativo do IAA determinou que os produtores de cana de açúcar e álcool são obrigados a aplicar, em benefício dos trabalhadores agrícolas e industriais das usinas, destilarias e fornecedores de cana, e no de suas famílias, em serviço de assistência médica, hospitalar, farmacêutica, e social, importância correspondente, no mínimo, às seguintes percentagens, de 1% sôbre o preço oficial do saco de açúcar de 60 quilos, de qualquer tipo; de 1% sôbre o preço oficial da tonelada de cana entregue, a qualquer título, às usinas e destilarias, pelos fornecedores ou lavradores da referida matéria; de 2% sôbre o valor oficial do litro de álcool, de qualquer tipo, produzido nas destilarias.

Foi determinada, outrossim, a forma de aplicação da assistência citada (MIC-IAA — Revolução n.º 2.017, de 27-11-68 DO—II de 3-1-69, p. 9).

AÇÚCAR — Produção Individual — Pernambuco — Safra de 1968/69

O Presidente do IAA determinou que a produção autorizada às usinas do Estado de Pernambuco, na safra de 1968/69, fica mantida em 14,4 milhões de sacos de açúcar. A distribuição da produção será a seguinte, pos sacos de 60 quilos; contingente a produzir um açúcar demerara — 7.300.000; em mel rico invertido — 1.400.000; em açúcar cristal — 5.700.000.

O programa de fabricação de mel rico invertido, na safra de 1968/69, fica reduzido a 140 mil toneladas métricas, equivalentes a 1,4 milhões de sacos de açúcar demerara, em decorrência da transferência para a safra de 1969/70 da produção de uma parcela de 600 mil toneladas métricas de mel rico invertido, correspondente a 600 mil sacos de açúcar demerara.

A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco ficará responsável pela integral realização do saldo de 22 mil toneladas métricas de mel rico invertido, transferido da safra de 1967/68 para a safra em curso, cabendo a ela indicar as usinas que deverão produzir êsse saldo e atribuir os respectivos volumes individuais. O volume de 220 mil sacos de açúcar, referentes ao saldo supracitado, será deduzido das parcelas individuais de açúcar cristal atribuídas às respectivas usinas (MIC—IAA — Ato n.º 28, de 21-12-68 — DO-II de 13-1-69, p. 69).

BORRACHA — Programa — Cotas de Suprimento

O Conselho da Borracha decidiu que as projeções das séries históricas de consumo e produção nacional de borrachas vegetais e sintéticas deverão ser preparadas pela Superintendência da Borracha até 31 de dezembro de cada ano civil. Estas projeções serão utilizadas em conjunto com informações individuais complementares na elaboração das previsões de consumo e suprimento do produto no mercado nacional.

Com base no estudo da Superintendência, o Conselho Nacional da Borracha aprovará os valôres-limites de importação para os diversos tipos de borrachas para o exercício seguinte (MIC — CNB — Resolução n.º 20, de 14-11-68 DO-II 8-1-69, p. 52).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Preços — Brasília

O Delegado Regional da SUNAB em Brasília, fixou os preços máximos de carne verde de vaca no comércio varejista do Distrito Federal, liberando apenas os preços do filé e do contrafilé. (MA—SUNAB—DF — Portaria n.º 1, de 8-1-69 — DO de 10-1-69, p. 298).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Preços — Pernambuco

O Superintendente da SUNAB estendeu ao Estado de Pernambuco as normas relacionadas aos preços máximos de venda da carne bovina, que inicialmente abrangiam a Guanabara e a cidade de São Paulo (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.391, de 19-12-68 — DO de 7-1-69, p. 124).

CAVALO DE CORRIDA — Plano Nacional para Criação de Exploração

O Presidente da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional ordenou o cumprimento, pelos órgãos federais e atividades privadas em atitudes sujeitas à coordenação da CCCCN, do Plano Nacional para Criação e Exploração Racional de Eqüídeos (MA—CCCCN — Portaria n.º 52, de 26-11-68 — DO de 17-1-69, p. 569).

COBAL — Fundo para Melhoria da Distribuição de Gêneros Alimentícios — Extinção.

O Fundo para Melhoria da Distribuição de Gêneros Alimentícios da COBAL foi estimado, sendo os recursos adicionados ao Fundo para a Constituição de Estoques Reguladores (Decreto n.º 63.922 ,de 30-12-68 — DO de 2-1-69, p. 1).

CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUÁRIA II — Carta de Brasília

Foram aprovadas as faixas de atuação e as áreas de execução, em âmbito nacional, fixadas nas Reuniões Regionais Preparatórias ao II Congresso Nacional de Agropecuária, bem como os objetivos da Carta de Brasília com a atualização feita nesse conclave (Decreto n.º 64.003, de 17-1-69 DO de 24-2-69, p. 1.617).

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA — Regimento Interno.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia teve o seu nôvo Regimento Interno aprovado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e revogado o Regimento de 25 de janeiro de 1966 (MTPS — CREA — DO—II de 6-2-69, p. 260).

ERVA-MATE — Exportação — Mercado Chileno

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou os seguintes preços para exportação, para pagamento à vista, de erva-mate beneficiada, com destino ao Chile, através dos portos de embarque dos Estados do Paraná e Santa Catarina:

legislação agrícola

Tipo PC—1: Acondicionada em pacotes de um e dois quilos — US$ 195 a tonelada; em bôlsas ou sacos de 5 a 25 quilos — US$ 180 a tonelada.

Tipo PC—5: Acondicionada em pacotes, sòmente de um e dois quilos — US$ 145 a toneladas; em bôlsas ou sacos de 5 a 25 quilos — US$ 130 a tonelada.

As vendas fechadas antes da vigência da portaria terão validade, uma vez comprovada a existência de carta de crédito bancário irrevogável (MA—IBDF — Portaria n.º 787, de 29-1-69 DO—II de 11-2-69, p. 287).

ERVA-MATE — Exportação — Preços Mínimos

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou os preços mínimos de erva-mate beneficiada tipo chá, verde ou queimado, por tonelada FOB — portos brasileiros, para venda nos mercados externos: Tipo queimado PP—I (pura fôlha), US$300,00 a ton; Tipo verde PVE—1 (pura fôlha), US$ 235,00 a ton. Êstes preços se referem ao mate acondicionado em caixas de madeira com 22,700 kg — o equivalente a 50 libras (MA—IBDF — Portaria n.º 763, de 9-1-69 — DO-II de 22-1-69, p. 137).

ERVA-MATE — Preço Mínimo — Safra de 1969

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou em NCr$ 3,50 por quinze quilos o preço mínimo para a safra de erva-mate em 1969, produzida nos Estados do Paraná e Santa Catarina e colocada em Curitiba ou Mafra. Nas demais localidades, o preço será idêntico, deduzidas as despesas de transporte entre os locais de aquisição e um daqueles dois pontos de referência (MA—IBDF — Portaria n.º 786, de 29-1-69, DO—II de 11-2-69, p. 287).

FRUTOS CÍTRICOS — Exportação — Padronização — Normas

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou as novas especificações, com vigência a partir de 1-3-69, de padronização, classificação e fiscalização das frutas cítricas destinadas à exportação (MIC—CONCEX — Resolução n.º 45, de 22-2-69 — DO de 26-2-69, p. 1 729).

GADO BOVINO — Abastecimento — Abate em 1969

O abate de fêmeas até cinco anos de idade, inclusive bezerras, foi proibido em todo o território nacional. Excluem-se dessa proibição as fêmeas que tenham deficiências orgânicas, apresentem defeitos fisiológicos ou estejam afetadas por doenças que justifiquem o seu abate. No Rio Grande do Sul, o abate será regulado pelo Instituto Sul-Rio-grandense de Carnes, em convênio com o Ministério da Agricultura (Decreto n.º 64.047, de 31-1-69 — Do de 4-2-69, p. 1.163.

GADO BOVINO — Marcação — Alteração

Foi suspensa, durante o ano de 1969, a aplicação de multa de valor equivalente a 5% do maior salário-mínimo vigente no País aos estabelecimentos de abate que sacrifiquem gado cuja marcação não tenha sido feita de acôrdo com as seguintes determinações:

a) marcação a ferro candente na cara, no pescoço e nas regiões situadas abaixo de uma linha imaginária, ligando as articulações fêmuro-rótulo-tibial e úmero-rádio-cubital, de sorte a preservar de defeitos a parte do couro de maior utilidade, denominada "grupon";

b) proibição de uso de marca cujo tamanho não possa caber em círculos de onze centímetros de diâmetro;

c) proibição do emprêgo de marca de fogo, por parte dos estabelecimentos de abate de gado bovino, para identificação de couros (Decreto-lei n.º 460, de 10-2-69 — DO de 10-2-69, p. 1.329).

LEITE "IN NATURA" — Abastecimento — Preço — Pernambuco

O Superintendente da SUNAB homologou portaria baixada pela delegacia regional de Pernambuco, fixando para êsse Estado os preços máximos para o leite in natura (MA—SUNAB — Portaria n.º 17, de 12-2-69 — DO de 25-2-69, p. 1.681).

MADEIRAS — Exportação — Proibição

O Conselho Nacional do Comércio Exterior manteve a proibição de exportações de diversos tipos de madeira, em toros, blocos para laminação ou peças serradas sem esquadrar ou refilar. Entre essas madeiras figuram jacarandá, pau-ferro, caviúna, pau-brasil, mogno, cedro, canela, pau-roxo, peroba e sucupira (MF — CONCEX — Resolução n.º 44, de 22-1-69 — DO de 5-2-69, p. 1.222).

MAQUINARIA AGRICULTURA — Financiamento

O Conselho-Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário autorizou a alteração da Cláusula Sexta do convênio-padrão para financiamento de máquinas agrícolas, implementos e materiais agropecuários diversos destinados à revenda, cuja redação passa a ser a seguinte: "Quando o valor do material fornecido fôr acima de 100 e inferior a 310 salários-mínimos: a) prazo de carência — 6 meses; b) prazo de amortização — 54 prestações iguais e mensais; c) juros de 8% ao ano".

"No que tange à taxa de Administração visando a facilitar a amortização da mesma por parte dos interessados, a importância relativa no seu pagamento deverá em todos os casos, ser incorporada cumulativamente ao valor das promissórias emitidas" (MA—INDA — Deliberação n.º 1.678, de 30-1-69 — DO—II de 30-1-69, p. 219).

MECANIZAÇÃO AGRICULTURA — Grupo de Trabalho

O Ministro da Agricultura determinou a constituição de Grupo de Trabalho incumbido de estudar o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Mecanização Agrícola e de definir o programa de mecanização a ser adotado em 1969. O GT será integrado por representantes dos Ministérios da Agricultura e do Planejamento (MA—Gb — Portaria n.º 6, de 23-1-69, DO de 4-2-69, p. 1.170).

PESCA — Acôrdo Brasil/Argentina

Foi aprovado o Acôrdo de Pesca firmado entre o Brasil e a Argentina em 29-12-67, pelo qual cada uma das partes contratantes autoriza os nacionais da outra pescar, com isenção de taxas, nas águas exteriores a um limite de 6 milhas, contadas a partir das linhas de base que serveu para calcular a largura do respectivo mar territorial (Decreto-lei n.º 453, de 5-2-69 — DO de 6-2-69, p.l. 241).

PESCA — Acôrdo Brasil—Uruguai

Foi aprovado o Acôrdo de Pesca e Preservação de Recursos Vivos entre o Brasil e o Uruguai, assinado em Montevidéu a 12 de dezembro de 1968 (Decreto-lei n.º 412, de 9-1-69 — DO de 10-1-69, p. 273).

PINHO — Exportação — Liberação de Contingente

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal liberou o contingente de 40 012.000 pés quadrados de madeira de pinho destinado à exportação no período janeiro/abril de 1969 pela Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira. As parcelas foram assim distribuídas:

Curitiba	6.294.400
Joinville	6.909.200
Itajaí	11.930.400
Pôrto Alegre	14.878.000
TOTAL	40.012.000

(MA—IBDF — Portaria n.º 758, de 6-1-69 — DO—II de 29-1-69, p. 211).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Notas Fiscais

O Superintendente da SUNAB determinou que as notas fiscais emitidas pelos atacadistas, com relação aos produtos hortigranjeiros, devem discriminar a

espécie do produto, sua quantidade em quilogramas ou dúzias e o respectivo preço por quilo ou dúzia. Na venda do produto ao consumidor, o varejista fica obrigado a oferecê-lo separado, por espécie e qualidade, a fim de ser identificado em relação ao preço da nota fiscal emitida pelo atacadista (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.392, de 20-12-68, DO de 6-1-69, p. 73).

PRODUTOS VETERINÁRIOS — Fabricação — Fiscalização

Foi estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização da indústria, do comércio e do emprêgo de produtos destinados ao uso veterinário em todos os estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais, ou entidades congêneres que se dediquem ao fabrico, fracionamento, comercialização ou armazenamento dêsses produtos. A fiscalização se estenderá, também, à manipulação, ao acondicionamento e à fase de utilização. Essa tarefa é da competência do Ministério da Agricultura, através do Serviço de Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária.

Todos os produtos veterinários, parcial ou totalmente importados, deverão ser integralmente elaborados no País dentro do prazo de três anos, a contar de 14 de fevereiro de 1969. A licença relativa à comercialização de tais produtos — total ou parcialmente importados — terá a validade de três anos (Decreto-lei n.º 467, de 13-2-69 — DO de 14-2-69, p. 1.465).

PROPRIEDADE RURAL — Estrangeiro — Proibição

Art. 1.º A aquisição de propriedade rural no território nacional sòmente poderá ser feita por brasileiro ou por estrangeiro residente no País.

Parágrafo único. O desposto neste artigo não se aplica aos casos de transmissão causa mortis.

Art. 2.º Para os efeitos dêste Ato, considera-se residente no País o estrangeiro que nêle possua permanência definitiva.

Art. 3.º Lei especial determinará as condições, restrições, limitações e demais exigências a que ficará sujeita a aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira natural ou jurídica, tendo em vista a defesa da integridade do território nacional, a segurança do Estado e a justa distribuição da propriedade (Ato Complementar n.º 45, de 30-1-69 — DO de 31-1-69, p. 1.081).

RECURSOS NATURAIS do Atlântico-Sul — Conservação dos — Acôrdo Brasil—Argentina.

Foi aprovado o Acôrdo Brasil—Argentina, assinado a 29 de dezembro de 1967, em Buenos Aires, para 'Conservação dos Recursos Naturais do Atlântico-Sul (Decreto-lei n.º 454, de 5-2-69 — DO de 11-2-69, p. 1.377).

REFLORESTAMENTO — Projetos — Incentivos Fiscais

Os projetos de florestamento ou de reflorestamento apresentados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal até 29 de novembro de 1968 e ainda não aprovados pelo órgão darão direito à dedução ou abatimento condicional nas declarações de renda de pessoa física ou jurídica. Os comprovantes de aprovação do projeto cujas despesas foram condicionalmente abatidas — fornecidos pelo IBDF — deverão ser apresentados até a data da declaração do exercício financeiro de 1970, ano-base de 1969 (Decreto-lei 461, de 10-2-69, DO de 10-2-69, p. 1.330).

VINHO — UVA — Produção — Regulamento

Foram reguladas a produção, a circulação e o consumo dos vinhos e seus derivados e dos vinagres, e fixadas as normas para o contrôle e a fiscalização desses produtos. A denominação vinho será reservada exclusivamente ao líquido obtido pelo processo de fermentação alcoólica do mosto da uva fresca e madura, ficando proibida a venda, sob essa denominação, de produtos obtidos por outra qualquer forma, sob pena de apreensão e multa.

Para efeito de produção e comercialização, os vinhos, os produtos derivados da uva e dos vinhos e os vinagres de origem nacional terão as suas características especificadas de acôrdo com normas técnicas e padrões fixados pelo Ministério da Agricultura, que constarão de regulamentação posterior.

Todos êsses produtos — de procedência estrangeira — sòmente poderão entrar no País acompanhados de certificados oficiais de origem e análise, sem prejuízo da fiscalização.

Os vinhos e seus derivados, tanto os nacionais como os estrangeiros, e outras bebidas derivadas da uva sòmente poderão ser comercializados ou entregues ao consumo depois de prévio exame em laboratório oficial, devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura (Decreto-lei n.º 470, de 25-2-69 — DO de 26-2-69, p. 1 705).

ESTADO DA GUANABARA

FEIRAS-LIVRES — Matrículas

O Diretor do Departamento de Abastecimento decidiu reabrir, a partir de 3-69, o protocolo para revisão das matrículas dos feirantes, lavradores e mercadores. Fixou ainda, até 31-3-69, o prazo para requerimento de matrícula definitiva por parte dos portadores de autorizações provisórias para comercialização nas feiras livres (SE—DAb — Ordem de Serviço 'E' n.º I, de 16-1-69 — DO—GB de 27-1-69, p. 1.284).

FEIRAS-LIVRES — Matrículas Novas — Prazo

O Diretor do Departamento de Abastecimento autorizou, a partir de 3-2-69, a entrada de requerimento para a concessão de matrículas novas para tôdas as categorias de feirantes das Zonas Norte, Suburbana e Rural (SE-DAb, Ordem de Serviço 'E' n.º 6, de 28-I-69 — DO—GB de 7-2-69, p. 2.003).

ESTADO DE SÃO PAULO

CAÇA E PESCA — Fauna Indígena — Preservação

O Diretor-Técnico da Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres, do Departamento da Produção Mineral da Secretaria da Agricultura, instituiu a lista oficial das espécies animais, sob ameaça de extinção no Brasil, proibindo em todo o País a captura, coleta ou caça, compra ou venda, comércio, transporte e a exportação de exemplares das espécies constantes da lista salvo para fins científicos ou exibição em instituições científicas, desde que o IBDF conceda licenças especiais (SA—DPA — Portaria n.º 569, de 28-1-69 — DO—SP de 5-2-69, p. 13).

COOPERATIVAS — Consignações — Descontos — Associações

O Coordenador da Administração Financeira comunicou aos órgãos preparadores e pagadores, da Capital e do Interior, que sòmente efetuem descontos de consignações a favor de associações cooperativas ou entidades de classe de servidores públicos estaduais, após as mesmas terem sido regularmente admitidas como consignatárias por despacho do Secretário da Fazenda (SF—CAF — Comunicado n.º 4, de 27-2-69, — DO—SP de 28-2-69, p. 11).

FLÔRES E PESCADO — (V. Produtos Hortigranjeiros)

LEITE CRU — ICM

A primeira saída de leite cru do estabelecimento em que tenha sido produzido com destino a comerciante ou industrial do Estado, inclusive cooperativas, dará direito ao estabelecimento destinatário, até 30-6-69, a um crédito correspondente ao impôsto que seria devido sôbre o valor da operação. Para êste efeito, o valor da operação não poderá exceder a NCR$ 0,26 por litro de leite.

A cooperativa que optar pelo favor fiscal agora concedido não fará jus à isenção aludida no inciso XXXIII do artigo 5.º do Regulamento do ICM (Decreto n.º 51.469, de 27-2-69, DO—SP de 28-2-69, p. 3).

legislação agrícola

PLANTAS MATRIZES — Registro

Foram instituídos, na Coordenação de Assistência Técnica Integral, o Registro de Plantas Matrizes e a Comissão de Registro de Plantas, a fim de estimular a produção de mudas de boas qualidades genéticas, fitossanitárias e cultivares (Decreto n.º 51.292, de 20-1-69, DO-SP de 21-1-69, p. 3).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Flôres e Pescado — Intermediação — São Paulo

O Delegado Regional da Superintendência Nacional do Abastecimento determinou que as operações no comércio atacadista de produtos horti-frutigranjeiros, flôres e pescado só poderão ser efetuadas no Entreposto Terminal de Jaguaré, do Centro Estadual de Abastecimento S/A — CEASE. Os preços máximos deverão ser obrigatòriamente praticados no período de sua vigência, ficando proibidas a marcação de caixarias, a qualquer pretexto, e as vendas de qualquer espécie antes do início da comercialização, bem como as vendas entre usuários localizados no entreposto, isto é, a realização de mais de uma transação interna (MA—SUNAB — SP — Portaria n.º 1, de 10-1-69 — DO—SP de 11-1-69, p. 48).

PRODUTOS PRIMARIOS — ICM — Exportação

Os produtos primários exportados pela praça de São Paulo, com exceção do café cru, ficam isentos do pagamento do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias. Para êsse benefício, consideram-se produtos primários aquêles in natura ou que tenham passado por qualquer espécie de beneficiamento.

A isenção do ICM será igualmente aplicada às saídas de produtos primários com destino a emprêsas comerciais que operam exclusivamente no comércio de exportação e a armazéns alfandegários e entrepostos aduaneiros (Decreto n.º 51.344, de 31-1-69 — DO—SP de 1-2-69, p. 3).

PROPRIEDADE RURAL — Estrangeiro — Proibição de Compra

O Diário Diário Oficial de São Paulo de 27-2-69 p. 45, publicou o Ato Complementar n.º 45, de 1969, que dispõe sôbre a aquisição de propriedade rural no território nacional.

TRIGO NACIONAL — ICM — Banco do Brasil

O Coordenador da Administração Tributária determinou que o ICM incidente sôbre as sucessivas saídas do trigo nacional procedente de outra unidade da Federação, efetuadas no Estado pelo Banco do Brasil, será por êste recolhido, após a venda do produto a moinho situado em território paulista, até o quinto dia útil de cada quinzena. O documento hábil para movimentação do trigo será o conhecimento de transporte expedido por emprêsa devidamente credenciada pelo Banco ou conta de embarque por êste emitida.

O trigo será armazenado em silos ou armazéns utilizados neste Estado para manutenção dos estoques reguladores (SF—Gb — Instrução n.º 3, de 13-1-69 — DO—SP de 14-1-69, p. 10).

SOJA EM ESCALA COMERCIAL

A necessidade de organizar a produção de sementes de soja em escala comercial, visando à substituição de variedades de baixa produtividade por outras que melhor se adaptaram às regiões produtoras do Sul do País, foi anunciada pelo ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, ao criar as Comissões Estaduais de Sementes de Soja, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As comissões serão organizadas mediante acôrdos entre os órgãos do Ministério da Agricultura, as Secretarias de Agricultura dos Estados produtores, e entidades públicas ou privadas de qualquer natureza, que estejam interessadas na produção de sementes de leguminosa, em escala comercial a fim de atender à demanda, nas épocas de plantio.

Esclareceu o ministro Ivo Arzua que caberá ao Govêrno apenas organizar, orientar e fiscalizar a produção de sementes de soja, dentro de um sistema convenientemente adaptado às condições e peculiaridades de cada Estado, ficando o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul (IPEAS) e o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias Meridional (IPEAME) com a incumbência de constituírem as Comissões Estaduais nas respectivas áreas de jurisdição, dentro do princípio da descentralização executiva preconizada pela Carta de Brasília.

Frisou o ministro Ivo Arzua que a execução dos trabalhos e a comercialização das sementes serão entregues aos produtores, através de suas associações de classe, ou realizadas diretamente pelos órgãos do Govêrno, seguindo a filosofia da nova política nacional agropecuária, que só admite a intervenção estatal em caráter supletivo e desde que não concorra com a iniciativa privada.

Concluiu o ministro Ivo Arzua afirmando que as Comissões Estaduais de Semente de Soja constituem mais uma fase do Plano Nacional de Sementes (PLANASEM), elaborado pelo Ministério da Agricultura e que se encontra em estudo nos órgãos governamentais desde o ano passado, depois de aprovado no II Congresso Nacional da Agropecuária.

EXPOSIÇÃO DE CORDEIRO

Será realizada pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, no período de 13 a 17 de julho próximo, a II Exposição Estadual de Cordeiro. Na mesma oportunidade será promovida a XXVII Exposição Agropecuária e Industrial do município. A solenidade de abertura deverá contar com a presença do Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, e do Governador Geremias Fontes, além de técnicos federais e estaduais, e criadores de várias regiões. A programação ainda está sendo elaborada pela Secretaria de Agricultura.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII

JULHO AGOSTO 1969



Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Aula Prática

242

ÍNDICE

Seguro Agrário ... 2
Cultura do Coqueiro-Anão — Eng. Agro. Almiro Gonçalves de Castro 5
Mérito Agrícola — Agraciados em 1969 6
Reminiscências — Os 70 Anos da Penha (11) — Luiz Marques Poliano 7
Economia Rural Brasileira e Reforma Agrária — Fábio Luz Filho 8
Livros e Publicações 10
"A Lavoura" — Há 70 anos 10
O Represamento da Água das Chuvas — Lloyd E. Myers 11
Produção de Mate Caiu 50% nos Últimos 10 anos — Ennio L. Leitão 12
Inda Estimula 14
Instantâneos de Gente da Roça — Tião — D. Carminha — Ilutração de Luiz Sá 17
Arrendamentos de Terras Agrícolas para Lavouras, em Dinheiro, Valôres Médios em Fins de Sementes 18
A Foto Internacional 21
O Mate — Ennio L. Leitão 22
A Pobreza dos Brancos no Meio Rural Norte-Americano 28
Vizinhança — Othello Tormin 29
Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Cursos Rápidos Agrícolas 30
Previdência Social Rural 31
O Desenvolvimento Agrícola nas Terras do Deserto por Meio da Irrigação em Filêtes D'água — D. Golbert e M. Shmueli 32
Aspectos da Economia Rural Brasileira — Eng. Arthur Natividade Seabra 38
Climas de Mato Grosso — Adalberto Serra 41
Abate do Gado Bovino 46
Kiri — (ou Quiri) 47
A Produção Mundial do Algodão Diminuiu em 6 Anos 48
Agricultura na Guanabara 49
Integração Econômica para América Latina — Hugo Martin 50
Notícias e Informações 51
Legislação Agrícola 55

NOSA CAPA:

Sob orientação dos Profs. Jalmirez Guimarães Gomes e João Nunes Castello, alunos internos dos Cursos Profissionais recebem aulas práticas.

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

Julho — Agôsto — 1969

Representante em São Paulo

"REVESPE"

Representação de Revistas Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 604 — TEL. 31-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

SEGURO AGRÁRIO

No momento em que o Govêrno se empenha a fundo para implantar a Reforma Agrária no país, òbviamente não passará desapercebido às autoridades responsáveis pelo problema que não será sòmente a outorga de um título de propriedade ao lavrador sem terra que aquêle objetivo oficial será concretizado.

Uma série de medidas complementares se impõe para que o nôvo proprietário possa exercer a sua atividade, de maneira a lhe proporcionar estabilidade econômica e financeira; a propiciar à atividade uma necessária e maior rentabilidade, pela melhoria da produtividade, a fim de que a profissão se torne menos desatraente, e a alimentação da população não venha a sofrer colapsos perigosos, bem assim a sempre crescente demanda de matérias primas para a indústria seja convenientemente atendida.

Sabemos que tais medidas exigem recursos financeiros bem mais vultosos dos que os empregados na simples redivisão das terras agricultáveis, e dentre elas cumpre anotar a imperiosa necessidade do imediato atendimento da educação e da saúde do homem do campo, o que vale dizer — dar-lhe as condições mínimas para que possa utilizar a terra que recebeu.

Recente ato federal procurou dar corpo a uma já tardia inclusão do rurícola no programa asistencial de que gozam, e há muito tempo, os trabalhadores das demais categorias econômicas, através a previdência social. Sem a assistência médica, a aposentadoria por invalidez e outros benefícios da instituição implantada no país por Getúlio Vargas, o trabalhador rural — parte ponderável na nossa população — tem até agora constituído uma chocante legião de párias na massa da população brasileira.

Êste problema — assim o esperamos — caminha para solução rápida — e através a sua implantação, a educação e a saúde do nosso homem do campo já terão meios de iniciar a demarragem da estagnação em que se encontra atualmente.

Um outro, dos vários aspectos da nossa organização rural, que precisa urgentemente ser desde logo posto em prática, é a instituição do Seguro Agrário.

Em representações encaminhadas pela Sociedade Nacional de Agricultura aos ilustres Ministros da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura, em maio de 1967, fizemos sentir a essas altas autoridades o êrro que foi a extinção, pura e simples, pelo Decreto-lei n.º 73, de 21

EDITORIAL

de novembro de 1966, da Companhia Nacional do Seguro Agrário, criada pela lei n.º 2.168, de 11 de janeiro de 1954.

Essa Companhia, após dez anos de intenso trabalho e experiência, embora sem o necessário apoio de governos anteriores, mas graças à compreensão do saudoso Presidente Castelo Branco, estava a ponto de produzir os seus frutos, quando o decreto-lei citado, abruptamente a atingiu

Havia, a êsse tempo, conseguido a Companhia uma nova lei que a restruturava, preparando-a inclusive para estabelecer convênios com o Banco do Brasil em primeiro lugar e, em seguida, com tôda a rêde bancária que dispusesse de carteiras de empréstimos rurais adstritas ao Banco Central.

Extinta a organização que apenas ensaiava os seus primeiros passos, até hoje continuam os nossos lavradores e criadores à mercê de tôdas as calamindades tanto climáticas como de outra natureza, que afetam a atividade, quando tudo aconselharia a que, antes de ser aquela emprêsa riscada de nossos quadros administrativos, mais prudente seria a correção de possíveis defeitos, pois que a instituição do Seguro Agrário proporciona os maiores benefícios à agricultura de países os mais adiantados, como a Alemanha, os Estados Unidos, a Holanda, o México e o Japão, para sòmente citar êstes.

Voltamos mais tarde ao assunto junto ao ilustre Ministro Ivo Arzua, que em resposta, (ofício de 17 de dezempro do ano passado) tranqüilizou a classe ao informar à Sociedade Nacional de Agricultura que por sua vez, se havia dirigido aos Ministros do Planejamento e da Indústria e Comércio solicitando, *com vivo empenho, providências no sentido de ser acelerada a implantação do Seguro Agrícola, medida de grande alcance para o desenvolvimento agropecuário e meta preconizada na Carta de Brasília.*

Ao invés de medidas esporádicas, de auxílio nas ocasiões críticas como é caso das enchentes da zona da baixada fluminense, recentemente, e na presente situação criada nos cafèzais do sul pela geada, aí estaria o Seguro Agrário cumprindo sua missão.

Que se atinja a meta da Carta de Brasília, como é desejo do Ministro Ivo Arzua, e se saia do ponto morto em que nos encontramos, lançando, o quanto antes, não dessa "medida de grande alcance para o desenvolvimento agropecuário", na feliz definição do Ministro da Agricultura.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente — FLAVIO DA COSTA BRITTO
2.º Vice-Presidente — KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente — HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
4.º Vice-Presidente — JOAO BATISTA LUSARDO
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário — LUIZ GUIMARAES JÚNIOR
3.º Secretário — JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
4.º Secretário — SUBAEL MAGALHAES DA SILVA
1.º Tesoureiro — RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro — OTTO FRENSEL
Secretário-Geral — LUIZ MARQUES POLIANO

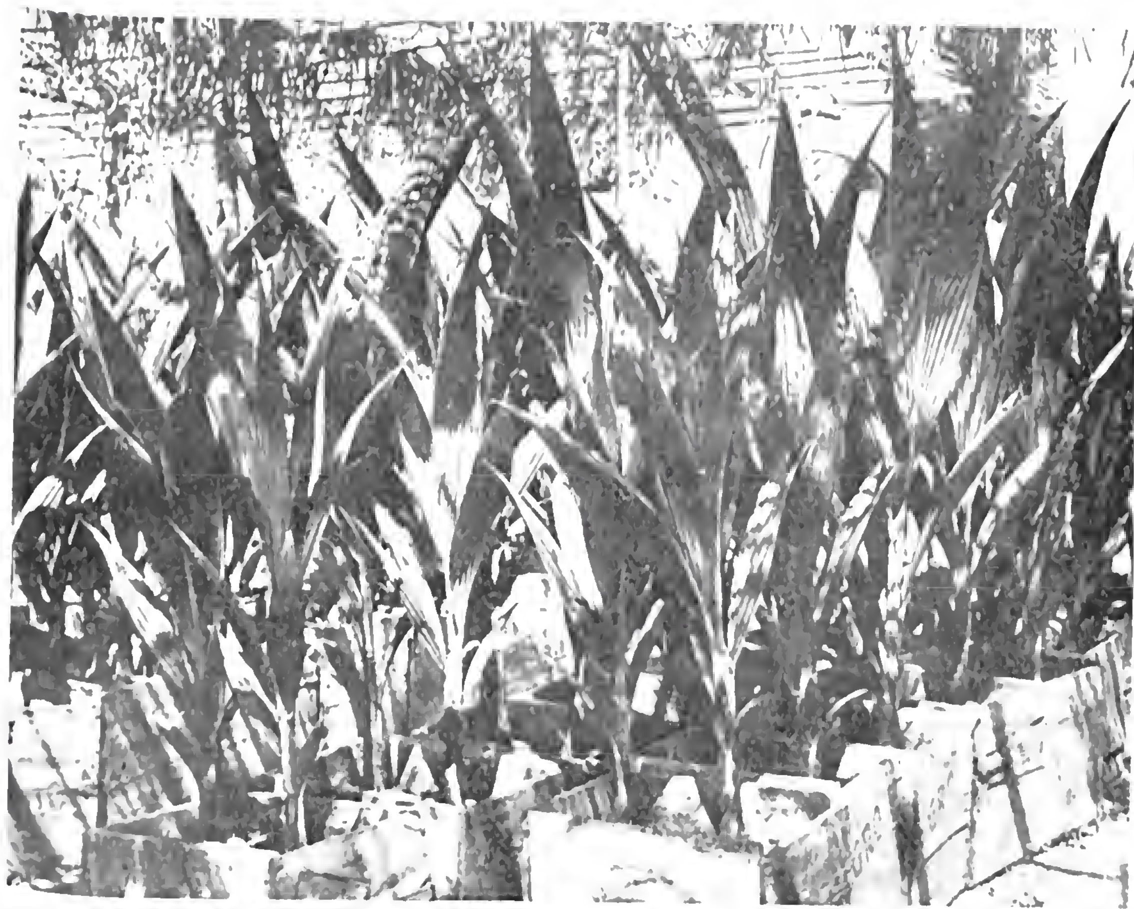
DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
LUIZ HERMANY FILHO
OSMAR LOPES REZENDE
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JÚLIO CÉSAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS	*OCUPANTES*
1 — ENNES DE SOUZA	— Rafael da Silva Xavier
2 — MOURA BRASIL	— Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	— Geraldo Goulart da Silveira
4 — BARÃO DE CAPANEMA	— Kurt Repsold
5 — ANTONINO FIALHO	— Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLÃO BELLO	— Armênio da Rocha Miranda
7 — SYLVIO RANGEL	— Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEAO	— Frederico Murtinho Braga
9 — LAURO MULLER	—
10 — MIGUEL CALMON	— Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	— Edgard Teixeira Leite
13 — SIMÕES LOPES	— Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	— Jayme Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	— Paulo Simões Lopes
16 — TRAJANO DE MEDEIROS	— Luiz Hermanny Filho
17 — PAULINO CAVALCANTI	— Luiz Guimarães Júnior
18 — FERNANDO COSTA	— Iris Meinberg
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	— Júlio César Covello
20 — GUSTAVO DUTRA	— Oswaldo Balarin
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE	— José Augusto Bezerra de Medeiros
22 — IGNÁCIO TOSTA	—
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO	— Fábio Luz Filho
24 — JOSÉ BONIFÁCIO	— Mário Penteado de Faria e Silva
25 — LUIZ DE QUEIROZ	
26 — CARLOS MOREIRA	—
27 — ALBERTO SAMPAIO	— Honório Monteiro Filho
28 — NAVARRO DE ANDRADE	—
29 — ALBERTO TORRES	— Rômulo Cavina
30 — SA FORTES	— Otto Frensel
31 — THEODORO PECKOLT	— Oswaldo Lazzarini Peckolt
32 — RICARDO DE CARVALHO	— Rômulo Joviano
33 — BARBOSA RODRIGUES	— José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA DE CAMPOS	— Sylvio Fróes Abreu
35 — AMÉRICO BRAGA	—
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	—
37 — MELLO LEITÃO	— João Carlos Bello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	— Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	— Flávio da Costa Britto
40 — GETÚLIO VARGAS	— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.



Magníficas mudas de coqueiro-anão da Chácara Santa Cruz, localizada na Av. da Areia Branca, Santa Cruz, Guanabara.

CULTURA DO COQUEIRO-ANÃO

(Côco mucifera L.)

Eng.º Agr.º
Almiro Gonçalves
de Castro

"O coqueiro anão, segundo W. P. Handover, é o resultado de uma mutação do coqueiro comum, existindo na Filipinas, Java, Ceilão, Madagascar, Ilhas Maldivia e Nicabor, variedades cujos frutos são diferenciados no formato, tamanho, cor e produção.

Clima — O coqueiro dá preferência à temperatura cuja média seja acima de 20 graus centígrados e onde as precipitações pluviométricas são da ordem de 1 000 mm anuais.

Solo — Leves, silicosos ou sílico-argilosos de boa profundidade são os preferidos pelo coqueiro, não suportando solos encharcados, muito embora necessite de uma grande quantidade de água para seu desenvolvimento.

Variedade — A variedade Nyior Gading, introduzida pelos agrônomos Paulo Burle e C. M. Browne, da Malásia, tipo verde, foi eleita entre os lavradores cariocas, sendo hoje largamente cultivada.

Sementeiras — Os cocos maduros são colocados de 20 em 20 cm no leito da sementeira, que anteriormente foi preparada, deixando-se passagens de 2 em 2 m para os trabalhos de regas e capinas.

Os cocos podem ser colocados nos sulcos, na posição

MÉRITO AGRÍCOLA
Agraciados em 1969

O Conselho da Medalha do Mérito Agrícola estêve reunido a 19 de agôsto sob a presidência do Senador Flávio da Costa Britto, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, para escolha das personalidades que mais se destacaram nas cinco secções em que se divide aquela Condecoração: Lavoura, Pecuária, Divulgação, Ação Social e Ciência.

Após várias reuniões, em que foram examinados os "currículos" dos indicados, o Conselho elegeu os Srs. Senador José Ermírio de Morais, no setor da **Lavoura**; Lamartine Mendes, na **Pecuária**; Gervásio Tadashi Inoue, na **Divulgação**; Kurt Repsold, na **Ação Social** e Jaime de Almeida Lins, na **Ciência**.

Do Conselho, reconhecido pelo Govêrno da República através o Decreto-Lei n.º 48.577, de 22-7-60, fazem parte representantes das seguintes entidades: Confederação Nacional da Agricultura (Ademar Moura de Azevedo); Sociedade Nacional de Agricultura (Luiz Marques Poliano); Associação Brasileira de Imprensa (José Serzedelo Machado); Ministério da Agricultura (Luiz Guimarães Júnior); Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (Virgílio Galassi); Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (Gilberto Castro de Oliveira); e Associação Brasileira de Química (Ennio Luiz Leitão).

O Conselho do Mérito Agrícola é secretariado por Gastão Lamounier e voltará a reunir-se para a indicação da data da solenidade da entrega das medalhas.

horizontal ou vertical, sendo esta última a preferida, desde que a sementeira seja sombreada.

Colocados os côcos no solo, cobre-se com terra deixando-se a parte superior (hilo) aparecer fora da terra.

As sementes, desde que não falte umidade necessária a sua germinação, brotarão entre o 3.º e 6.º mês.

As mudas assim obtidas poderão ser retiradas, para o campo, tão logo apresentem desenvolvimento satisfatório, tomando-se o cuidado de não danificar o palmito interno, segurando-se a muda por baixo do côco e não pelo estipe.

O transplante deve ser realizado com o solo umedecido, e em dias nublados.

Espaçamento — O espaçamento entre as covas deve ser de 9 x 9 m, sendo que em terrenos inclinados essas covas devem ser marcadas em linhas de mesmo nível.

Adubação — As covas com 40 x 40 cm abertas depois do terreno ter sido arado e gradeado, devem receber uma adubação básica, com a antecedência de 10 dias antes do plantio com os seguintes elementos:

Estrume curtido ....
Cloreto de potássio ....
Superfosfato simples .....
30 Kg
200 gramas
100 "

Iniciada a produção do coqueiral, o que se verifica depois do 4.º ano, proceder-se-á anualmente a uma adubação completa, sendo que o elemento mais solicitado pelo coqueiro é o potássio, que deve entrar com uma dose mínima de 1 Kg/ano, na forma de cloreto de potássio.

É necessário, no entretanto, dosar os outros elementos como o nitrogênio e fósforo. Assim, aconselha-se por árvore a seguinte adubação:

Estêreo de galinha curtido
Cloreto de potássio ......
Sulfato de amônia ....
10 Kg
1000 gramas
500 "

Tratos culturais — Durante os primeiros anos é aconselhável se fazer culturas intercalares, plantando hortaliças de fruto. Depois que a plantação não permitir mais o cultivo intercalar, procedem-se as capinas e a limpeza dos coqueiros, com a retirada de espatas, cachos secos, envoltórios, bem como de fôlhas sêcas que serão cortadas a 30 cm da base.

O coqueiro necessita de uma vigilância fitossanitária constante, assunto que será abordado páginas adiante neste anuário.

Rendimento — O coqueiro depois de seu 7.º ano produz em média 200 a 250 côcos por ano, que são vendidos verdes."

(Departamento de Agricultura do Estado da Guanabara. Boletim Técnico n.º 1).

Luiz Marques Poliano

Os 70 anos da Penha (II)

O Dr. Vitor Leivas foi diretor do Hôrto Fruticola da Penha e de seu Aprendizado Agrícola de abril de 1911 a julho de 1928, quando pediu demissão.

Durante a sua gestão — já o assinalamos na nota do número anterior — teve grande incremento a produção de mudas de árvores frutiferas, sobretudo dos citrus. Foi durante aquêle periodo que se introduziram grandes melhoramentos no estabelecimento, inclusive reforma do edificio da antiga Casa da Fazenda Grande; construção do edificio-residência do Diretor, reforma do sistema de abastecimento de água e construção da grande caixa para distribuição do liquido por gravidade e, ainda, a reforma dos imóveis hoje denominados Pavilhões Miguel Calmon e Torres Filho.

A 1.º de agôsto de 1928, tomou posse como Diretor do Hôrto e Aprendizado o Dr. Ottoni Soares de Freitas, que havia ingressado nos quadros da Sociedade Nacional de Agricultura a convite do Presidente Ildefonso Simões Lopes, como componente do corpo de Delegados Técnicos, criado por aquêle antigo Ministro da Agricultura, a fim de percorrerem o Brasil, visando à consolidação do sistema associativo de que era órgão de cúpula a Confederação Rural Brasileira — a primeira —, fundada em 1928. Durante a direção Ottoni de Freitas foram construidas a pocilga (hoje, a n.º 1, já que existem 4 atualmente); a estrumeira e o estábulo, hoje readaptado para "Oficina Rural".

Sucedeu-o o Eng. Agrônomo Jorge Aguirre, que ocupou o cargo durante apenas cêrca de um ano, em 1931.

Em 1932 assumiu a direção do Hôrto o Eng. Agrônomo Antônio de Arruda Câmara, que nesse pôsto permaneceu até 1958, quando dêle se afastou definitivamente por motivo de doença.

Foi durante a gestão do Dr. Arruda Câmara que o antigo Aprendizado se transformou na atual Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", em 1937.

O antigo diretor, Prof. Manoel Paulino Cavalcante, a convite do Presidente Arthur Torres Filho, foi o autor do plano da remodelação, aprovado pelo Ministério da Agricultura, em decorrência do Decreto-Lei do Presidente Getúlio Vargas, n.º 20.294, de 12 de agôsto de 1931.

Vale referir que foi durante a gestão Arruda Câmara, que, em 1934, se iniciaram na Escola, ainda "Hôrto" e "Aprendizado", os Cursos Rápidos de Horticultura, destinados aos pequenos lavradores do então Distrito Federal.

Êsses Cursos vêm sendo ministrados até o presente, com grande freqüência, há, portanto, 35 anos, ininterruptamente. Em outro local desta revista estampamos uma foto do dia da inauguração do 2.º periodo dêstes Cursos neste ano, a 7 de junho.

Com a saida do Dr. Arruda Câmara, e não tendo podido assumir a direção do estabelecimento o Vice-Diretor, Prof. Geraldo Goulart da Silveira, foi o autor destas notas chamado a dar assistência administrativa ao estabelecimento, na qualidade de delegado da Diretoria.

Ao cabo de um ano, tendo obtido a cooperação técnica do já citado Prof. Geraldo Goulart da Silveira, passou ao Eng. Agrônomo Cineas de Lima Guimarães a direção da Escola. Nesse pôsto, o ilustre e saudosos técnico veio a falecer, em 7 de maio de 1960, sendo então convidado o Prof. Geraldo Goulart da Silveira para dirigi-la.

Foi diretor até 2 de março de 1962, quando a diretoria, aceitando a sua demissão por motivos particulares, designou o signatário desta para o cargo, onde ~~até hoje permanece~~.

ECONOMIA RURAL BRASILEIRA E REFORMA AGRÁRIA

Fábio Luz Filho

Já dissemos em "**Rumo à Terra**" (5.ª edição) que a economia rural brasileira precisa, essencialmente, de coordenar racional e econòmicamente, todos os elementos que possam incentivar e garantir o regular funcionamento da emprêsa agrícola, para que dê um rendimento máximo com um mínimo de desperdícios. Envolve, pois, como assunto complexo, numerosos fatôres, desde os ecológicos até os sócios-econômicos (cooperativismo, crédito agrícola, seguros agropecuários, organização do trabalho, etc.) Dentro dêsse quadro vasto, deve atuar o economista rural e seus conhecimentos devem ter a amplitude necessária para êsse efeito.

Outrossim, deve merecer atenção o estudo da "azienda" agrícola e os fatôres que contribuem para a sua gestão econômica, notadamente os ecológicos e as práticas e princípios agronômicos norteadores dessas práticas; gestões técnico-administrativas da exploração agrícola; a justa noção da natureza tripartida do capital agrícola e as possibilidades de sua aplicação específica, de sua utilização pelo instrumento econômico moderno: o cooperativismo.

Sendo a economia rural uma aplicação da economia política e constituindo matéria complexa que envolve conhecimentos de todos os demais ramos da ciência agronômica, não é possível especificar qual das disciplinas deve ser a predominante e nossos quadros técnicos se estão, para isso, aprimorando e ampliando.

De nada adiantará produzir sem que isto seja feito econômicamente e com possibilidades de remuneração certa e segura à riqueza produzida, pela facilidade de colocação nos mercados. Como conseqüência virá a elevação do nível rural e do próprio padrão de vida do agricultor, com todos os seus corolários felizes. E isso depois de resolvido um dos fatôres decisivos da equação agrícola: o movimento cooperativo, do que, pode-se dizer, defluirá todo o mais, automàticamente.

A geografia humana, a sociologia rural, a estatística, a higiene rural, darão também seus contingentes. Necessário se torna um mais profundo conhecimento da capacidade dos solos agrícolas, nos meios tropicais, e a fórmula de restituição de sua capacidade em elementos de nutrição; a alimentação vegetal, o modo de conduzir a adubação, etc., são assuntos fundamentais, assim como a contabilidade, a organização racional do trabalho nas emprêsas agrícolas e o papel preponderante do capital circulante como fecundante do capital fixo.

Outro campo é a técnica do trabalho agrícola no sentido estrito; o contrôle dêsse trabalho e sua remuneração nas diferentes regiões do País; a medida dêsse trabalho e sua remuneração e o trabalho humano e mecânico como fatôres de emprêsa agrícola; o papel do trabalhador agrícola na economia pública; as razões do êxodo rural e suas conseqüências e o recrutamento da mão-de-obra, a irrigação, a nucleação cooperativa, etc. A situação subjetiva dos trabalhadores; a duração do trabalho nos campos, contratos, etc., são outros campos, essenciais uns e outros, subsidiários. O mercado interno de consumo (dada a baixa capacidade aquisitiva rurícola), problemas de transporte, etc. precisam ser desenvolvidos.

Há um gigantesco esfôrço que fazer, no Brasil, no sentido de tudo o que ficou acima dito, embora o panorama atual tenha melhores côres.

A lei da reforma agrária foi reformulada. Provocou, como era natural, debates acesos de tom passionário, em tôrno de nossa estrutura fundiária, como já o dissemos destas mesmas colunas do caráter inédito e pioneiro do diploma. Não se poderia esperar que o **Estatuto da Terra**, organizado por uma maioria de elementos tècnicamente capazes, agradasse a gregos e troianos, e tivesse surgido sem jaças, ante a magnitude e complexidade de problemas cruciários brasileiros, como se procedesse de inspirados e luminosos limbos ou fontes Feúrgicas, e não da falibilidade dos homens. Era êle até cauteloso, às vêzes até criando peias, com a preocupação do justo meio, a ação inibitiva de certas situações secularmente

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"



Conjunto titular de football dos alunos internos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Ao lado, o professor de cultura física, Cladir Silveira.

sedimentadas de direitos adquiridos legitimamente e de direitos adquiridos solertemente contra a Nação, a evitação do pior no pressuposto de que se pratica o melhor, ou o sofrível, em atenção a contingências de momento indesbordáveis, o que é até certo ponto compreensível, embora remoroso (**Nam vitis nemo sine nascitur**).

Situações de fato existem, de organização e, produtividade, cuja eversão só de inconscientes poderiam desejar.

Sabe-se que as próprias Constituições não são mais intocáveis, nestes tempos convulsionados em que vivemos, Códigos outros se aniquilam, incapazes de atender às necessidades atuais das gentes, ao toque de incoercíveis mudanças sociais e econômicas nascidas de técnicas, concepções e costumes novos. As jurisprudências, como já dissemos, se tornam cada vez mais flexíveis quando as leis se tornam tabus, esotéricas ou anquilosadas. Assim sendo, nada obstava que o **Estatuto da Terra**, que não foi elaborado por deuses mas pela falibilidade humana, pudesse ter, em futuro próximo ou remoto, revisados ou retificados pontos ou dados que a experiência ou certas contingências tenham mostrado serem inexeqüíveis, na irrealidade de seus aspectos, excessivos, onerosos ou demasiado tímidos, ou ajustados a interêsses particularistas, ou situações petrificadas ou receios intimidados, compreensíveis face a condições novas que se iam criar. Há que considerar as naturais resistências psicológicas, as incompreensões, os apegos naturais a tradições e usanças, e a própria necessidade vital de não se provocar o caos, respeitado o que existe de bom e produtivo nos moldes clássicos e do bom-senso econômico, sem outras fórmulas ou alternativas. Haverá que, inevitàvelmente, considerar as distorções de infra-estrutura, percalços graníticos, sedimentados em séculos de imobilismos e de burocratismos, maus governos, costumes tardonhos, uma exclusiva agricultura de exportação, o esquecimento dos valôres fundamentais da criatura humana, o que existe de orgânico nas antigas estruturas. Aguardemos.

Livros e Publicações

APOSTILHAS DO CURSO RÁPIDO DE CONTABILIDADE AGRÍCOLA — Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho. Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" da Sociedade Nacional de Agricultura — Av. Brasil n.º 9.727 — Penha — Rio de Janeiro — Est. da Guanabara — Período de Set. a Outubro de 1968.

APOSTILHAS DO CURSO RÁPIDO DE COOPERATIVISMO RURAL — Prof. Pedro Goulart Silveira Filho. Escola de Horticultura "Wesceslão Bello" da Sociedade Nacional de Agricultura — Av. Brasil n.º 9.727 — Penha — Rio de Janeiro — Est. da Guanabara — Período de Set. a Outubro de 1968.

O PROBLEMA DA SEMENTE MELHORADA EM SÃO PAULO E NO BRASIL — Discurso do Deputado José Calil na Assembléia Legislativa do Est. de São Paulo, em 30 de Maio de 1968.

ABACAXI NO NORDESTE — Tendências da Produção e do Mercado. Publicação do Banco do Nordeste — Ministério do Interior, Fortaleza — Ceará, 1968, 59 págs.

MERCADO CONSUMIDOR DE AVES E OVOS EM SALVADOR — Publicação do Departamento de Estudos Econômicos (ETENE) do Banco do Nordeste do Brasil S.A. 44 págs. Fortaleza-Ceará. Agôsto 1968.

INQUÉRITO DE SONDAGEM CONJUNTURAL JUNTO À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO — Publicação do Centro de Estatística e Economia do Instituto Brasileiro de Econometria — Fundação Getúlio Vargas n.º 10 — Janeiro 1968.

AÇÚCAR: SUBPRODUTO DO MELAÇO — José Rezende Peres — Brasil Açucareiro — Setembro 1968.

REVISÃO DE ESTIMATIVA DE CUSTO DA PRODUÇÃO DE ARROZ NA SAFRA 1968/69 — Folheto do Instituto Rio-Grandense de Arroz (IRGA) 28 págs.

APRECIAÇÃO GERAL SÔBRE O COMPORTAMENTO DA AGRICULTURA — por Ruy Miller Paiva. Relatório apresentado no Seminário de Análise do Proc. de Form. de Polít. Governamental — Centro de Pesquisas Administrativas da Esc. Bras. de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. 56 págs. Outubro 1968.

INDA — BOLETIM DE SERVIÇO N.º 13 ANO V — 20-1-1969 PÁG. 10 — Deliberação n.º 1.679, de 14-1-69. Aprova Convênio com a Sociedade Nacional de Agricultura para expansão da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS — Estado do Espírito Santo. Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Nov. 1968 — 166 págs.

CENSO INDUSTRIAL DE 1960 — Matérias-Primas e Produtos VII Recenseamento Geral do Brasil — Série Especial Vol. V — 422 págs. Fundação IBGE — Inst. Bras. de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento — 1968.

ANUÁRIO DOS CRIADORES — 324 págs. Ano VIII — n.º 9 — 1968.

BRASIL — Sua Indústria e Exportação — Cadastro Delta XV Edição — 1968 Vol. I — Albeisa do Brasil (Editôres) Ltda.

BRASIL — Sua Indústria e Exportação — Cadastro Delta XV Edição 1968 Vol. II — Albeisa do Brasil (Editôres) Ltda.

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

Agôsto de 1899

A Apicultura no Brasil; (II), Germano Vert; **As batatas indígenas**, Dr. Henrique Vaz; **Contra os inimigos**, Carlos Moreira; **6.º Congresso Internacional de agricultura, 1900, Paris**, Jules Méline; **A Maniçoba**, Germano Vert; **Variedades**: A fabricação dos perfumes florais nos Alpes Marítimos; Meio de preservar as sementes dos ataques dos pássaros; A escaldadura do trigo; Charruas para arrotear; Seleção das sementes do milho; A castração das vacas e a produção de leite; A cãibra e a tração; Leguminosas forrageiras indígenas.

O REPRESAMENTO DA ÁGUA DAS CHUVAS

Por Lloyd E. Myers

(Diretor do Laboratório de Conservação da Água, do Serviço de Pesquisas Agrícolas dos EUA). Especial para "A LAVOURA".



Este reservatório, revestido de plástico, coletará mais de 19 milhões de litros de água para atender às necessidades de uma fazenda de gado, nos Estados Unidos.

A escassez de água nos Estados Unidos está obrigando ao lançamento de extensos programas de dessalinização da água do mar e de modificação atmosférica para aumentar a precipitação das chuvas e das neves e de reutilização das águas desperdiçadas.

Essas técnicas de mágica da ciência moderna funcionarão em alguns lugares, mas não em todos. Muitas áreas não têm água para importar, dessalgar, ou reusar. Onde irão obtê-la?

Uma das possibilidades é aplicar a tecnologia moderna a uma antiga prática denominada coleta de água — colhêr e armazenar água das chuvas, antes que ela desapareça diante de nossos olhos.

Dois terços da chuva e da neve que caem nos Estados Unidos nunca aparecem como corrente de água. Na Bacia do Rio Colorado, menos de 10 por cento da precipitação se transforma em água para o rio. A maior parte dessa água infiltra-se no solo sêco e se evapora inùtilmente.

O total de chuva que cai pode ser surpreendente. Um milímetro de chuva num metro quadrado chega a um litro de água. O mais sêco estado dos EUA, Nevada, recebe uma média anual igual a 230 litros de água por metro quadrado de terra.

A precipitação anual em muitos lugares do estado mais úmido dos Estados Unidos, o Havaí, excede a 5.000 litros por metro quadrado. E apesar disso o Havaí sofre escassez de água.

A chuva penetra nos poros da terra, infiltrando-se até o nível do mar, mas é freqüentemente contaminada pelo sal do oceano. Grandes quantidades de água pura podem ser conseguidas colhendo-se as águas das chuvas antes que estas cheguem ao solo.

A coleta de água não é uma técnica nova. Durante a Idade do Bronze — há cêrca de 4.000 anos — os agricultores limpavam os morros, tirando-lhes as pedras, para facilitar a descida da água, abriam valetas morro abaixo para coletar água e levá-la até reservatórios mais baixos. Êste sistema foi usado para o plantio de cereais no deserto de Negev, onde a média pluviométrica anual era de cêrca de 10 centímetros apenas.

A coleta e o represamento da água da chuva vinda das montanhas foi uma prática comum nos Estados Unidos, até tornar-se obsoleta com a criação de sistemas de abastecimento de água e o uso de bombas para pequenos poços residenciais.

Com o passar dos anos, nossa técnica ancestral — nascida da necessidade — tendeu a ser esquecida. A recente necessida-

Produção de mate caiu 50°/₀ nos últimos 10 anos

Sob o título acima, "O Globo" publicou, na sua edição de 17 de julho extensa informação prestada àquêle vespertino pelo Sr. Flávio Calazans Vieira, Diretor do Departamento de Erva-mate do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

A propósito, o nosso Diretor Técnico Dr. Ennio Luiz Leitão produziu o o comentário que abaixo transcrevemos:

Lemos com tôda a atenção o artigo sôbre mate publicado no "O Globo" de 17 do corrente, página 19 onde várias considerações são feitas por dois funcionários do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Industrial, Srs. Flávio Calazans e Armando Faria.

Inicialmente queremos afirmar que a presente situação foi por nós prevista quando deixamos o Instituto do Mate em 1945, declarando pela imprensa que o Brasil iria perder o mercado da Argentina.

Fui então considerado "um ingênuo" e aquêles que isto declararam, e responsáveis por essa *débâche* continuaram a dilapidar a economia e r v a t eira, preocupando-se mais em aumentar o preço do produto, em vez de reduzi-lo e produzir racionalmente, quando na Argentina, na Região de Missões, a erosão destruía os ervais.

A alta do preço do nosso mate encontrou os governantes argentinos empenhados em preparar um dispendioso plano de combate à erosão, cujos resultados compensaram plenamente, pois fizeram cessar a importação do mate brasileiro, que os nossos conservadores acharam que ninguém poderia produzir igual.

O mesmo fenômeno que aconteceu com o mate já ocorreu com a borracha, a laranja, e café.

Os técnicos estrangeiros selecionaram as sementes, plantaram, aclimataram e deram aos seus países aquilo que eles precisavam.

Quando exercemos nossas atividades no INM tentamos inicialmente racionalizar a

---

de imperiosa de criar novos meios de abastecimento de água levou engenheiros e cientistas a examinar, à luz dos conhecimentos modernos, essa antiga idéia de represar a água das chuvas.

Armadilhas de borracha artificial podem ser usadas em algumas regiões, mas são ainda muito caras para uso em larga escala. Pesquisadores do Laboratório de Conservação da Água, dos EUA, em Phoenix, Arizona, estão procurando baixar o custo da coleta da água.

Entre os materiais que estão sendo examinados para a coleta e represamento da água estão o asfalto, fitas de plástico e de metal, sais de sódio e impermeabilizantes.

O asfalto, dissolvido em querozene, é espalhado sôbre o solo. A camada torna-se razoàvelmente resistente, mas apresenta porosidades, que são fechadas com uma mistura de asfalto e água.

Reservatórios dêsse tipo, com capacidade para mais de 1.000 metros quadrados, são hoje usados nos Estados Unidos para coletar água destinada ao gado. O preço da construção é bastante baixo, mas reparos ocasionais são exigidos.

Plástico fino e fitas de metal podem ser usados como revestimento econômico para cobrir o solo, mas são fàcilmente destruídos pelos ventos. Outro material promissor é a fôlha de alumínio, que pode ser fixada ao solo com asfalto. Reservatórios de fôlhas de alumínio são de preço relativamente acessível e permitem quase 100 por cento de coleta das águas da chuva. Uma pequena instalação dêsse tipo não apresentou nenhum sinal de desgaste causado pelo tempo, depois de quatro anos de exposição ao ar livre.

Outra maneira de coletar a água é espalhar na superfície do solo uma solução química que o tornará impermeável à água. Apenas 45 quilos de um produto químico testado foi bastante para impermeabilizar um hectare de solo arenoso. Reservatórios assim feitos podem recolher cêrca de 70 por cento das águas das chuvas.

A coleta da água, nos Estados Unidos e em outros países está proporcionando uma nova dimensão ao planejamento de recursos. (IPS).



Erval nativo no interior de Santa Catarina

plantação, colheita e produção do mate cancheado, que é a matéria-prima da bebida mate, de modo a dar um paladar uniforme ao produto.

Após alguns anos de trabalho, resolvemos retirar-nos do Instituto por havermos concluído, que estávamos perdendo tempo e prejudicando talvez o nosso nome técnico.

Lamentamos a presente situação, pois, o mate tem características fabulosas para vencer no mercado mundial, desde naturalmente que seja preparado de acôrdo com a técnica e seja vendido a preço acessível ao consumidor.

Não há na realidade uma determinação certa do custo do produto no erval e, isto é primário. As operações sapêco e cancheamento são um tanto empíricas e o contrôle do produto no erval e, isto é nulo. O sistema usado é ainda, com alguma pequena modificação, o mesmo usado pelos índios guaranis.

Hoje, na época em que já se vai à Lua, acreditamos que o processamento deve ser outro, de modo a têrmos um produto "standard".

Como dissemos antes, o mate tem propriedades ótimas, e é ao mesmo tempo estimulante. Mas qualquer campanha publicitária que se fizesse para o mate fracassaria porque a qualidade de produto é variável, prejudicando inclusive sua industrialização total.

Não sabemos em que pé está o desenvolvimento da indústria ervateira no momento, mas segundo o Sr. Flávio Calazans os industriais do mate estão, a partir de agora, entrando numa fase de transição, procurando adaptar uma linha de produção a cada região do País, segundo as condições climáticas e os hábitos já adaptados.

Conhecemos e apreciamos o Sr. Flávio Calazans, mas pedimos vênia para esta diretriz: é princípio comezinho de comercialização a uniformidade do produto e, além do mais, é antieconômico preparar pequenas porções de mate para cada região do País. O segrêdo da venda de refrigerantes, cerveja, etc. está em ser o produto igual em qualquer lugar do País. Porque haver mate diferente para o sul, norte, oeste e leste do Brasil?

Se apenas um tipo uniforme é difícil produzir, quanto mais vários dêsses tipos.

Um outro ponto que deve ser olhado com atenção é de cogitarmos ràpidamente de retificar os ervais, isto é, cobrir os claros existentes de modo a baratear a colheita, assim como cogitarmos de variedades selecionadas.

Há estudos já feitos e muitos dêles bem elaborados por técnicos capazes, cabendo ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal coordenar êstes estudos de modo a salvar a nossa preciosa "ilicinea" que na realidade nunca teve um tratamento digno.

Flávio e Armando, se não me falha a memória, são ex-funcionários do Instituto do Mate e devem se lembrar do esfôrço que fizemos para colocar o mate no lugar que êle merece.

PROIBIDA A VAQUEJADA

As vaquejadas, que sempre se constituíram numa das atrações das populações sertanejas do Nordeste, foram consideradas irregulares e ameaçadas de extinção pelas autoridades do país, tendo em vista um recurso impetrado pela Sociedade Protetora dos Animais.

PRODUÇÃO NACIONAL DE TRIGO

Estão sendo realizados diversos estudos para aumentar a produção nacional de trigo de 400 mil toneladas para 1,5 milhão de toneladas dentro dos próximos cinco anos.

INDA ESTIMULA

NE RECEBE
NCr$ 2.330.478,40
DO INDA

O presidente do INDA, sr. Dix-Huit Rosado, viajou para o Nordeste onde fêz entrega de recursos destinados para o desenvolvimento agrário em varios Estados daquela Região. Os recursos entregues pelo INDA são provenientes de compromissos assumidos anteriormente pela autarquia, através de inúmeros convênios, com distribuição às seguintes entidades: Cia de Eletrificação Rural do Nordeste — programa de obras em Mossoró — RN — NCr$ 800.000,00, no Vale do Apodi; Departamento de Cooperativismo do NCr$ — NCr$ 35.000,00; — Cia de Eletrificação de Alagoas — CEAL — NCr$ 485.478,40 — obras de energização rural naquele Estado; Secretaria de Agricultura de Sergipe — aquisição de máquinas perfuratrizes, NCr$ 60.000,00; Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe, NCr$ 800.000,00; Associação Rural de Campina Grande, NCr$ 10.000,00; Secretaria de Agricultura da Paraiba — recursos para ensiladeiras, NCr$ 120.000,00; e Universidade Federal de Pernambuco — programa de ensino agrícola — NCr$ 20.000,00, num total de NCr$ .... 2.330.478,40 em recursos.

COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS TERÃO FOSFATO DE ARAXÁ PARA REVENDA AOS AGRICULTORES

O fornecimento do fosfatato de Araxá, para revenda aos agricultores, nas quantidades de 600, 200 e 300 toneladas, às Cooperativas Agropecuárias de Patrocinio Ltda, em Minas Gerais, Cooperativas Agropecuária de Catalão Ltda., em Goiás e Departamento da Produção Animal da Secrearia de Agricultura do Estado de São Paulo, respectivamente, no valor total de NCr$ 50.600,00 (cinquenta mil e seiscentos cruzeiros novos), teve aprovado a celebração de convênios em Resolução do Conselho Diretor do Institnto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA e pelo presidente do órgão, sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia.

Estabeleceu a deliberação que "o fornecimento de fosfato de Araxá, pelo INDA, ficará condicionado à apresentação dos documentos exigidos na cláusula oitava de anteprojeto de convênio aprovado em 1967".

ORGANIZAÇÃO DE
GRANJA NO RS

Tendo em vista a organização de uma granja no município gaúcho de Taquari foi aprovada pelo INDA a celebração de convênio entre a autarquia e o Instituto Cultural São Francisco de Assis. Para tal iniciativa o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário concorrerá com verba de NCr$ 70.000,00, a ser liberada em duas parcelas, sendo a granja de propriedade do Seminário Seráfico São Francisco, instalada com o fim de proporcionar treinamento de atividades agropecuárias aos jovens internados naquele Seminário.

ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINARIA — PR

Colaborando no programa de desenvolvimento de atividades da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná o INDA concederá ajuda financeira àquela entidade de ensino superior, no valor de vinte mil cruzeiros novos. Os recursos fornecidos pela autarquia federal de desenvolvimento agrário serão empregados na realização de uma excursão de componentes daquela escola à Região Nordeste do País.

CONSTRUÇÃO DE ESCOLA EM MUNICIPIO GOIANO

Objetivando à construção da primeira etapa de construção da Escola Técnica Agricola no Município goiano de Itumbira, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou contribuição em recursos no valor de NCr$ 200.000,00, importância a ser consignada à Prefeitura Municipal daquele município.

AJUDA A FAERN

Para aplicação de recursos destinados ao melhoramento das instalações da sede da Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, o INDA aprovou a concessão de NCr$ 50.000,00 àquela entidade nordestina, de acôrdo com as disponibilidades financeiras do órgão.

MATADOURO MUNICIPAL EM SANTARÉM

Contrato de financiamento entre o INDA e a Prefeitura Municipal de Santarém, no Pará, foi aprovado pela autarquia federal de desenvolvimento agrário, tendo em vista a construção e equipagem de matadouros para aquêle município. Dentro do programa do Plano de Financiamento para a implantação de Indústrias Rurais, sob aprovação do Ministério da Agricultura, o INDA contribuirá para o empreendimento com NCr$ 150.000,00.

Cooperativa Agropecuárias — Organização de Granjas — Escolas de Agronomia e Veterinária — Construções de Escolas — Análise de Solo — Feiras Agropecuárias — Eletrificação Rural — Combate Aftosa — Treinamento Agrícola — Revenda de Material Agropecuário.

ESCOLA DE FORMAÇÃO AGROPECUÁRIA EM CASTANHAL

Com a finalidade de aplicar recursos visando à conclusão de complementação da Escola de Formação Agropecuária do Município paraense de Castanhal, a Prefeitura daquela localidade conseguiu a aprovação para celebração de convênio firmado entre aquela prefeitura e o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário. A autarquia, que já tem prestado valiosa contribuição à administração municipal de Castanhal, contribuirá nesta oportunidade com recursos da ordem de cento e cinquenta mil cruzeiros novos.

ANALISE DE SOLO: FERTILIDADE

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — aprovou celebração e Experimentação Agropecuárias do Nordeste — IPEANE —, pelo qual o INDA concederá àquele Instituto de Pesquisas recursos no valor de NCR$ 50.000,00, que serão aplicados em programa de ajuda aos agricultores e pecuaristas com a realização de análises de fertilidade do solo, nos municípios de Surubim, Pernambuco; Palmeira dos Indios, em Alagoas; e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

EMBARCAÇÕES GELEIRAS NO MARANHÃO

Têrmo aditivo a convênio firmado anteriormente com a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura do Maranhão foi aprovado pelo INDA, através do qual a autarquia desenvolvimentista fornecerá cêrca de NCr$ .... 87.000,00, que serão empregados na execução do Plano de Motorização das Embarcações Geleiras, que operam na zona do litoral maranhense.

AÇÃO FRATERNAL DE ITABUNA: BA

Dentro do seu programa de ajuda e assistência a diversas entidades e atendendo a apêlo feito no respectivo sentido, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou a concessão de recursos no valor de NCr$ 15.000,00 à Ação Fraternal de Itabuna, na Bahia, permitindo assim a aquisição de um projetor cinematográfico, destinado àquele educandário, que atende a crianças do meio rural.

TUPACIGUARA: FEIRA AGROPECUÁRIA

De acôrdo com respectiva aprovação o INDA concederá ao Sindicato Rural de Tupaciguara — Minas Gerais — cem mil cruzeiros novos que serão aplicados por aquela entidade na construção de instalações da Feira Agropecuária local que visa a desenvolver atividades de engorda em confinamento e promover concursos leiteiros.

ELETRIFICAÇÃO RURAL EM MINAS GERAIS

Referendando convênio estabelecido com a Cia. Fôrça e Luz Catagueses, que trata de execução de obras de eletrificação rural em várias regiões de MG, o INDA autorizou prorrogação de prazo de carência para o desenvolvimento das obras específicas de eletrificação das áreas rurais, constantes do documento. O prazo prorrogado estende-se até março de 1971.

CENTRO DE TREINAMENTO AGRÍCOLA NO PARANÁ

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário ampliou a sua ajuda financeira em mais NCr$ 100 mil à Universidade Federal do Paraná para a conclusão das obras do Centro de Treinamento na Fazenda Experimental, em instalação naquela Universidade. Nesse sentido, o sr. Jerônimo Dixhuit Rosado Maia assinou ato.

INDA COMBATE AFTOSA NA PARAÍBA

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário ajudará o Estado da Paraíba no combate à febre aftosa. Nesse sentido foi firmado convênio. O INDA aplicará no trabalho a verba de NCr$ 10 mil.

CONTRIBUIÇÃO DO INDA À EXPOSIÇÃO FEIRA DE LIVRAMENTO — RS

Destinada à realização da Exposição-Feira de Animais e Produtos Derivados, em Livramento, no Rio Grande do Sul, o Conselho Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, aprovou a contribuição do órgão, no valor de NCr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos), em nome da Associação Rural de Livramento, responsável pela mostra regional.

CONVÊNIO DE REVENDA INDA — PREFEITURA DE SANTARÉM DE MATERIAL AGROPECUÁRIO

Convênio do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA e a Prefeitura Municipal de Santarem, no Estado do Pará, no valor de NCr$ 30.000,00 (trinta

mil cruzeiros novos), visando à concessão de material agropecuário, para revenda aos agricultores do município, foi aprovado na última reunião do Conselho Diretor do INDA e pelo presidente do órgão, sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia.

INDA APROVA ADITIVO EM CONVÊNIOS COM COOPERATIVAS PARA REVENDA DE MATERIAL

A revenda de material agropecuário processado pelo INDA, com cooperativas do Pará e Piauí, teve aprovado a celebração de Têrmo Aditivo, em resolução do Conselho Diretor e do presidente do órgão desenvolvimentista agrário. Assim, os convênios, respectivamente, com a Cooperativa Agrícola Mista Santa Maria, de Tomé-Açu, no Estado do Pará, terá elevado o teto de recursos concedidos, para NCr$ 25.129,11; e a Cooperativa Agropecuária de Parnaíba Ltda., no Estado do Piauí, terá com o aditivo NCr$ 62.040,00.

MATERIAIS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS TÊM ADITIVO EM CONVÊNIO DO INDA EM SERRINHA; BAHIA

O teto de recursos do INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, destinado à revenda de materiais agropecuários e de implementso agrícolas, do convênio com a Sociedade Cooperativa dos Agricultores de Serrinha, de Responsabilidade Ltda., no Estado da Bahia, teve aprovado a celebração de Têrmo Aditivo que eleva o mesmo teto ao valor de NCr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), em resolução do Conselho Diretor do órgão.

EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA TERÁ SEDE PERMANENTE

Objetivando dar uma solução permanente e menos onerosa aos centros e instalações onde se realizam, nos municípios, anualmente, exposições agropecuárias, locais êsses que construídos por particulares ou Prefeituras são sempre feitos com a ajuda financeira dos cofres estaduais ou federais, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou projeto no sentido de fazer de forma definitiva e dentro dos requisitos técnicos os locais das feiras agrícolas.

Nesse sentido, o sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente do INDA, assinou ato liberando uma verba de NCr$ 400 mil para atendimento dos projetos específicos apresentados pelas seguintes Prefeituras com as dotações que se seguem:

Nova Venécia, Espírito Santo, NCr$ 100 mil; Prata, Minas, NCr$ 100 mil; Mossoró, Rio Grande do Norte, Escola Superior de Agricultura, NCr$ 100 mil; Francisco Beltrão, Ponta Grossa, Palmeira, Maringá e o Instituto de Biologia, todos no Paraná, com NCr$ 20 mil cada.

As exposições agropecuárias, que se realizam todos os anos, são autênticos centros de troca de informações, vendas e ponto de encontro dos agricultores e criadores. Daí o relevante papel que desempenham no desenvolvimento agrícola do País, e, conseqüentemente, a ajuda do INDA para a sua efetivação.

ELETRIFICAÇÃO RURAL DE TAQUARI

Para a eletrificação rural do Município de Taquari, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aplicará a soma de NCr$ 900 mil. Os trabalhos serão realizados pela Companhia Estadual de Energia Elétrica. O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente do INDA, assinou ato aprovando a celebração do convênio.

ENERGIZAÇÃO DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE MARINGÁ — PARANÁ

Celebração de contrato de financiamento, no valor de NCr$ 14.998,35, com a Cia. Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), foi aprovado pelo Conselho Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), pelo qual se processará a energização da Estação Experimental de Maringá, no Paraná.

É mais um impulso no processo de eletrificação rural no sul do País, estimulado pelo INDA no programa do desenvolvimento agrário em que se empenha a dinâmica da estrutura do Govêrno Federal.

AGRÔNOMOS TÊM ENCONTRO EM MINAS

Os engenheiros-agrônomos de Minas estarão reunidos, para contato e troca de informações técnicas, em Belo Horizonte, no mês de julho em curso. Será a 19.ª reunião da entidade de classe, que contou com a ajuda financeira do INDA para realizar essa reunião.

DUNAS DE BENFICA PREJUDICAM LAVOURA

Para a fixação das dunas, cuja constante transferência natural provocada pelos ventos causa enormes prejuízos à lavoura da região Agrícola de Benfica, no Rio Grande do Norte, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário resolveu, para a solução do problema, ajudar financeiramente à Prefeitura local. Nesse sentido, o presidente da entidade, sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, assinou ato.

TIÃO —

D. Carminha
Ilustração de Luiz Sá



Moleque Tião não completara, ainda, dez anos, mas era danado de sabido. Pequeno para a idade, de olhos muito vivos e ouvidos muito abertos, assuntava tudo e todos, dentro e fora da cozinha da casa grande onde passava a maior parte do dia ajudando as domésticas em pequenos serviços de limpeza e copa.

Bisbilhotar a vida dos servidores da fazenda, observar jeitos a trejeitos individuais para repeti-los como macaquices, levar e trazer fraseados dêste ou daquele e ficar olhando firme o resultado, mão nos quadris, perninhas abertas para logo correr se preciso fôsse, a fim de evitar um tapa ou cachação, era sua especialidade...

Gostava muito de mim e eu o mimava bastante trazendo-lhe presentes e balas quando vinha da cidade nos fins-de-semana. Por êle sabia o que ocorrera na propriedade sem nem sequer indagar; cousa alguma lhe escapava e seus comentários cheios de ingênua malícia me eram de sabor delicioso.

Num sábado, ao ver-me chegar à cozinha, lépido, tropeçando nos bancos e quase caindo sob o pilão, largou o serviço e, correndo para mim, antes mesmo do abraço costumeiro, foi, logo, dizendo: "madama, chamaro a senhora de chata".

Disfarcei para não criar embaraços, acarinhei-lhe a carapinha e tratei de distraí-lo com uma estória de automóveis e aviões, dando em seguida as ordens para o almôço do dia seguinte, quando receberia amigos e convidados de certa cerimônia. Ao voltar pouco depois para um lembrete qualquer, o moleque, quieto, cabisbaixo, de seu canto, sem largar a panela de cobre que lustrava com uma flanela, ainda, esfregando a orelha meio inchada foi, rápido, esclarecendo, "Madama, não sei de nada, não ouvi nada."

ARRENDAMENTOS DE TERRAS AGRÍCOLAS PARA A LAVOURA, EM DINHEIRO

VALÔRES MÉDIOS EM FINS DE SEMESTRES

ANOS DE 1966 A 1968

(Em NCR$)

ZONAS FISIOGRÁFICAS SEGUNDO OS ESTADOS	ARRENDAMENTOS DE TERRAS PARA LAVOURAS (ha/ano)					
	Ano de 1966		Ano de 1967		Ano de 1968	
	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem	1.º sem.	2.º sem.
MARANHÃO	15,00	20,63	23,13	24,88	24,63	26,13
Baixo Mearim	15,00	25,00	30,00	30,00	25,50	25,50
Itapecuru	...	16,25	16,25	19,75	23,75	26,75
CEARÁ	19,93	24,26	27,25	32,68	34,29	37,58
Litoral	23,00	20,00	15,00	16,95	16,40	29,70
Sertão Central	30,00	30,00	40,00	40,00	38,00	38,00
Sertão Centro-Norte	12,00	12,67	13,33	19,00	20,00	20,00
Sertão do Sudoeste	10,70	11,20	15,42	30,00	35,00	35,00
Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe	22,20	23,10	26,71	32,00	34,09	38,35
Araripe	15,50	19,00	22,50	28,50	23,50	20,00
Baturité	...	42,00	48,90	53,90	60,43	70,00
Ibiapaba	...	...	30,00	41,00	52,10	52,10
Carirí	26,12	35,32	33,41	35,49	33,41	42,65
Médio Jaguaribe	...	...	...	30,00	30,00	30,00
RIO GRANDE DO NORTE	16,65	17,28	21,26	28,87	31,70	33,76
Salineiros	16,00	23,00	30,00	37,00	45,00	45,00
Litoral	10,00	10,00	12,00	28,00	32,50	33,67
Agreste	12,25	18,40	21,67	30,33	31,00	32,50
Centro-Norte	20,00	20,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Seridó	10,00	15,00	17,65	24,00	25,00	32,65
PARAÍBA	16,82	22,77	28,06	28,34	29,72	29,04
Agreste e Caatinga Litoranea	10,62	11,20	12,00	13,53	17,19	24,41
Brejo	10,00	17,67	18,33	11,00	15,57	18,33
Borborema Oriental	12,50	14,00	16,00	20,00	30,00	28,00
Borborema Central	...	...	30,00	34,35	33,35	35,85
Sertão de Piranhas	14,00	22,00	31,00	47,50	50,00	25,00
Sertão do Oeste	37,00	49,00	61,00	43,67	32,20	42,67

ZONAS FISIOGRÁFICAS SEGUNDO OS ESTADOS	ARRENDAMENTOS DE TERRAS PARA LAVOURAS (ha/ano)					
	Ano de 1966		Ano de 1967		Ano de 1968	
	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.
PERNAMBUCO	16,24	21,44	21,78	23,62	25,19	25,97
Litoral e Mata	17,00	22,00	28,00	34,00	32,71	32,71
Agreste	15,47	20,87	20,31	24,80	29,23	30,53
Sertão do Moxotó	...	...	20,00	16,67	17,23	18,35
Sertão do São Francisco	...	...	16,00	19,00	21,60	22,50
ALAGOAS	9,50	13,00	15,83	17,25	18,75	27,50
Mata	9,00	14,00	17,50	...	...	...
Sertaneja	10,00	12,00	15,00	17,00	20,00	25,00
Serrana	...	...	15,00	17,50	17,50	30,00
SERGIPE	26,77	29,17	27,44	36,53	37,25	53,38
Litoral	...	...	...	50,00	50,00	75,00
Central	45,00	45,00	30,00	30,00	30,00	...
Sertão do São Francisco	12,00	16,00	18,00	...	...	...
Oeste	20,33	26,50	34,33	29,58	31,75	31,75
BAHIA	31,10	31,62	35,66	36,99	47,69	53,01
Litoral Norte	14,60	16,20	16,60	18,20	15,47	16,82
Recôncavo	50,00	40,00	50,00	47,50	45,00	61,67
Cacaueira	...	...	...	...	89,00	79,25
Nordeste	15,00	19,00	16,70	18,60	39,00	33,67
Feira de Santana	45,90	47,90	50,00	52,00	...	70,00
Jequié	30,00	35,00	45,00	48,67	50,00	56,67
ESPÍRITO SANTO	23,60	28,20	38,00	48,70	63,13	59,63
Norte	...	...	40,00	41,70	46,90	30,00
Baixo Rio Dôce	20,00	30,00	40,00	60,00	80,00	100,00
Itapemirim	8,00	10,00	20,83	...	...	...
Serrana do Centro	31,00	40,00	45,00	50,00	70,00	36,00
Serrana do Sul	35,40	32,80	44,16	43,09	55,63	72,50
RIO DE JANEIRO	23,75	30,26	38,04	38,52	46,35	62,56
Baixada de Goitacazes	10,40	11,00	13,50	20,83	49,25	79,00
Baixada de Araruama	...	...	...	...	25,00	49,50
Baixada da Guanabara	20,00	40,00	60,00	...	...	...
Muriaé	34,00	39,00	42,55	39,55	43,30	71,50
Cantagalo	19,83	31,13	42,60	46,67	74,00	58,80
Alto da Serra	41,60	41,60	48,50	52,75	56,20	77,10
Resende	16,67	18,83	21,10	25,33	30,33	40,00
Baixada do Rio Guandu	...	...	...	...	..	62,00
PARANÁ	19,29	23,58	29,50	42,86	54,63	54,94
Curitiba	14,50	15,00	17,27	22,50	41,10	26,67
Campos Gerais	22,33	26,00	27,50	33,50	47,00	47,00
Tomazina	11,40	20,00	29,00	34,36	51,28	54,58
Alto Ivaí	15,00	20,00	22,00	22,00	33,00	39,50
Irati	16,50	19,00	25,25	32,50	36,00	37,00
Oeste	36,00	41,50	45,00	54,28	68,50	61,13
Norte	...	...	50,00	93,76	115,16	118,67
Campos do Oeste	...	...	20,00	50,00	50,00	...

ZONAS FISIOGRÁFICAS SEGUNDO OS ESTADOS	ARRENDAMENTOS DE TERRAS PARA LAVOURAS (ha/ano)					
	Ano de 1966		Ano de 1967		Ano de 1968	
	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.
SANTA CATARINA	43,64	49,19	69,27	74,25	80,91	91,02
Litoral de São Francisco	48,00	60,00	126,00	138,33	153,00	165,50
Bacia do Itajaí	97,75	89,57	91,38	103,18	110,69	115,22
Florianópolis	66,67	74,75	88,60	83,60	93,14	88,33
Laguna	36,00	42,00	61,58	70,13	79,71	91,40
Canoinhas	16,67	18,67	18,25	20,07	22,00	26,50
Rio do Peixe	14,00	14,00	30,00	43,33	47,33	68,50
Oeste	30,00	52,00	95,00	68,75	72,83	91,59
Campos de Lajes	40,00	42,50	43,33	66,00	68,60	81,10
RIO GRANDE DO SUL	16,33	19,20	25,43	32,64	32,48	36,23
Depressão Central	16,06(+)	18,88(+)	25,00	26,00	27,50	27,50
Missões	13,94(+)	16,38(+)	21,70	28,40	28,40	29,30
Campanha	...	..	..	36,00	33 40	50,00
Encosta do Sudoeste	...	..	...	...	30,00	30,00
Planalto Médio	22,48(+)	26,43(+)	35,00	40,00	40,00	45,00
Encosta Inferior do Nordeste	12,84(+)	15,10(+)	20,00	27,80	35,60	35,60
MATO GROSSO	33,67	40,00	38,18	43,83	52,98	52,98
Poxoréu	38,00	44,00	41,55	46,50	60,00	60,00
Campo Grande	40,00	50,00	45,00	45,60	50,00	50,00
Rio Pardo	23,00	26,00	28,00	40,00	48,93	48,93
GOIÁS	49,50	57,86	71,58	85,15	89,71	90,86
Meia Ponte	52,00	57,50	90,00	100,00	93,50	106,75
Ipameri	39,00	37,75	53,00	64,50	75,56	75,56
Planalto	...	...	...	...	45,00	40,85
Alto Tocantins	...	...	...	100,00	130,00	130,00
Rio Verde	...	...	60,00	80,00	100,00	100,00
Mato Grosso de Goiás	57,50	78,33	83,33	81,25	94,17	92,00
BRASIL (15 estados)	23,30	27,81	31,90	38,01	41,94	44,64

(*) Dados estimados.
(Da publicação "Salários, arrendamentos, vendas de terras, empreitadas", da Fundação Getúlio Vargas)

Pesquisas Científicas

O Instituto Nacional de Pesquisas e Experimentação Agropecuária, com autonomia administrativa e financeira, necessárias à dinamização dos programas de pesquisas agronômicas e veterinárias do Govêrno Federal, deverá ser criado, ainda êste ano, segundo anunciou o secretário-geral do Ministério da Agricultura, Sr. Raimundo Bruno Marussig, falando em nome do Ministro Ivo Arzua, ao encerrar, na Academia Brasileira de Ciências, o Seminário Internacional sôbre Administração da Pesquisa Agropecuária.

Explicou o Secretário-Geral da Agricultura que a criação do Instituto Nacional de Pesquisas e Experimentação Agropecuária virá reforçar o apoio tecnológico que o atual Govêrno vem emprestando à agricultura e à pecuária brasileira, concentrando sob sua orientação grande número de instituições que operam sob autoridades administrativas diversas e independentes, com sistemas de administração diferentes.

A FOTO INTERNACIONAL



A revolução agrícola nos Estados Unidos é permanente, tantas são as novidades tecnológicas e as descobertas de laboratório em favor da produção agro pecuária, como a engenharia agrícola com suas novas máquinas. Mas em alguns casos, essa revolução chega a ser tão simples que admira. É o caso da irrigação em curva, como nos mostra o clichê acima, de uma grande fazenda que adotou a técnica de irrigação e a lavra em curva, simples, eficiente e que oferece maiores e melhores resultados. (*Foto IPS, especial para A LAVOURA.*)

O MATE

Há alguns anos atrás tivemos oportunidade de prestar nossa colaboração ao extinto Instituto Nacional do Mate, e, naquela ocasião, procuramos imprimir, no nosso setor, um trabalho metódico, visando, inicialmente, a racionalizar a atividade, obtendo-se assim um produto uniforme.

Infelizmente, depois de alguns anos de árduo trabalho, chegamos à conclusão de que estávamos perdendo tempo e assim fomos empregar nossa atividade em outros setores, embora sem nos afastar do nosso ponto de vista básico, isto é, o da necessidade da industrialização de nossos produtos agrícolas.

O Brasil dispõe de recursos imensuráveis neste campo e, se fôsse estabelecido um programa honesto e bem feito, poderíamos auferir os mais compensadores resultantes.

Existe em Campinas um grupo que nos parece estar no caminho certo, haja vista o atual Instituto de Tecnologia Alimentar, recentemente criado.

Se o mate tivesse uma orientação mais acertada não estaríamos hoje na situação de perda de nossos mercados.

Lembramo-nos que demos entrevista tão logo saímos do Instituto, prognosticando o futuro do nosso mate.

Assim, como tinhamos já elaboradas estas notas, achamos que as mesmas poderiam ter alguma utilidade para os nossos estudiosos em assuntos agrícolas.

Dividimo-las em três itens:

1 — História do Mate;
2 — Química do Mate;
3 — Tecnologia do Mate.

Ao coligirmos estas notas tivemos em mira contribuir indiretamente para o conhecimento do mate, que nunca mereceu — repetimos — um cuidado sincero dos nossos responsáveis.

História do Mate

ENNIO L. LEITÃO

Químico Industrial Diretor-Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

1 — Origem

Duas escolas pretendem explicar a origem do uso do mate, uma peruviana, outra guarani.

A primeira, muito divulgada entre nós, por Romario Martins (1), baseia-se em afirmativas de dois antropólogos franceses, *Mortillet* (2) e *Rochebrune* (3), de indiscutível nomeada. Infelizmente não nos foi possível encontrar suas obras no Brasil e o conflito europeu, ora encerrado, impediu-nos de procurá-las na França, sendo igualmente impossível achá-las no Peru, cuja Biblioteca Nacional há pouco foi totalmente destruída pelo fogo. Assim, ficamos na contingência de nos ater às palavras de Romario Martins, que afirma: "O mais remoto uso da erva-mate prende-se aos "Quichuas". E, mais adiante: "O fato foi constatado pela descoberta dêsse produto alimentar ao lado de objetos destinados ao seu uso, nos túmulos pré-colombianos de Ancon, perto de Lima".

O historiador paranaense, para reforçar essas suas palavras, acrescenta: "Além dessa circunstância, reveladora da antiguidade com que a bebida dessa predestinada planta nativa da América se tornara usual e famosa entre os povos mais antigos do continente, acresce que *Mati*, hoje ligeiramente alterado para *Mate*, é vocábulo quíchua, segundo Alcides D'Or-

bigny, e significa cabaça, cuia, porongo."

A despeito de ignorarmos o contexto dos trabalhos de Mortillet e Rochebrune, observamos que uma série de circunstâncias contribui para contrariá-los como veremos a seguir.

Em primeiro lugar, a civilização quéchua nunca atingiu o "habitat" da erveira, pois seu imperialismo esbarrou com dois obstáculos que não conseguiu transpor:

a) A acidentada topografia da região que separa seu país da bacia Paraná-Paraguai; só os audazes espanhóis, vencedores do mar oceano conseguiram atravessá-lo, e após quantos fracassos.

b) A belicosidade dos povos que habitavam essa região.

É verdade que existiram quéchuas em Santiago del Estero, na Argentina, porém apareceram por lá após o esfacelamento de sua nação.

E que instrumentos poderiam ser os encontrados nos Túmulos de Ancon? A mais primitiva forma de consumir mate foi, incontestàvelmente, o chimarrão, absorvido por intermédio de cuia e bomba ou bombilha. As cuias, porém, como veremos adiante, não se destinavam exclusivamente ao uso do mate. As bombas metálicas são de invenção espanhola baseadas em tipos primitivos e perecíveis que os aborígenes faziam de bambu...

Sabemos ainda que um botânico norte-americano, Sanford, da Smithsonian Institution, examinando fôlhas provenientes de sepulturas peruvianas, tidas como de erva-mate, chegou à conclusão de que se tratava de fôlhas de coca, fàcilmente identificáveis pela peculiaridade das duas nervuras que ladeiam a principal.

Aliás, é do conhecimento de todos o uso que os quéchuas faziam da coca, mascando suas fôlhas, cujo alcalóide anestesia a mucosa gástrica e afasta a sensação de fome. Assim, não usariam erva mate, cuja finalidade é idêntica, sem possuir entretanto os efeitos danosos da coca, pois apenas facilita a assimilação das reservas orgânicas.

Além disso é curioso que, de acôrdo com o prof. Silvio Julio — cuja autoridade é incontestável no assunto — não se encontre a menor referência ao mate na vasta bibliografia relativa aos quéchuas, nem nos autores antigos, nem nos modernos: Sarmiento de Gamboa, Garcilaso Inca, Cieza de Leon, Concolor Corvo, Urteaga, Solá, Borja, etc.

Vejamos, agora, o argumento acrescentado por Romario Martins: O fato da palavra "mate" ser incontestàvelmente (com d'Orbigny (4) ou contra êle) de origem quéchua nada significa, porquanto grande é o número de palavras quéchuas adotadas, não só pelos espanhóis, como até pelos próprios portuguêses: "chácara", "pampa", "cancha", "charque" e, entre tantas outras, até a própria palavra "gaúcho" cuja etimologia, embora controvertida, bem parece quéchua. Estas palavras foram trazidas pelos espanhóis (jesuítas ou não) como afirma o prof. Silvio Julio, sendo que poderão também ter influído em sua vulgarização os quéchuas de Santiago del Estero, como insinua d'Orbigny (4).

Mesmo que "mate" não fôsse palavra de importação ela significa apenas "porongo", "cabaça", fruto de uma cucurbitácea, a cabaceira (*Legenaria vulgaris*), significação que ainda hoje é conservada no Paraguai. Só muito mais tarde tomou o sentido que atualmente possui, pois os autores antigos não a usavam, falando apenas em "yerba del Paraguay".

Além disso, êsse porongo, cabeça ou cuia, não é, nem nunca foi, recipiente característico da infusão feita com erva-mate. Usavam-no os aborígenes, principalmente, guaranis, para muito fins (as "maracás" centro-americanas, remanescentes dos "maracás" rituais, estão no caso), principalmente para bebidas, porquanto nem tôdas as tribus conheciam a cerâmica. Nesse recipiente era ingerido o cauim como ainda hoje o é, no Pará, o refrêsco de assaí. Aliás, diz-se por lá que o assaí fica mais gostoso quando tomado em cuia, do mesmo modo que o gaúcho não compreende que se tome chimarrão em xícara. Há quem veja nisso simples efeito de sugestão.

Repetindo a ressalva da nossa ignorância quanto ao texto das obras de Mortillet e de Rochebrune, acreditamos, pela argumentação exposta, insustentável a origem quéchua do uso do mate. Passemos, pois, à outra.

Em seus primórdios, principalmente a Companhia de Jesus teve grandes figuras admiradas mesmo pelos seus mais acérrimos inimigos. Assim, Anchieta no Brasil e Montoya no Paraguai. Dêste, Francisco Jarque (5), seu contemporâneo e seu biógrafo, diz: "Fazia o ofício de lavrador para ajudar (*aos guaranis*) em suas sementeiras; de médico e cirurgião para curar seus achaques, sangrando-os com sua mão e aplicando-lhes diferentes remédios que lhe ensinava o Divino Amor." E prossegue: "Não se limitava a ensinar-lhes os mistérios da fé. Parece que o céu lhe havia infundido o magistério de todos os ofícios mecânicos, dando-lhes lição para cortar suas vestes, fabricar suas choças, beneficiar seus campos, com o que vieram a tomar-lhe tanto amor que os governava com muita facilidade."

Montoya, pioneiro da catequese no Guaira, missionário na mais verdadeira acepção da palavra, além de homem de ação, o era também de

pensamento, sendo seu valor intelectual testemunhado pela voga que ainda hoje têm suas obras. Em uma delas, "Conquista espiritual" (6) afirma que, havendo inquirido cuidadosamente a origem do uso do mate entre macróbios de oitenta a cem anos das tribos com que conviveu, poude chegar à conclusão de que, no tempo em que êles eram moços, não se consumia mate, sendo seu uso conhecido apenas por um célebre pagé que exigia a ingestão de mate àqueles que desejavam consultá-lo. Daí à vulgarização do uso foi um passo.

Isso, afora as lendas que correm sôbre o assunto, das quais nosso curso não permite tratar.

2 — O MATE NO PARAGUAI

De início queremos advertir que abrangemos sob êsse título a história do mate na primitiva província espanhola do Paraguai, que abrangia território bem mais amplo do que o do país que atualmente possui êsse nome, incluindo nêle, outrossim, as reduções jesuíticas.

Êste ponto será abordado de forma sumária, não apenas pelo interêsse relativo que possui para o nosso curso como também pelas deficiências da bibliografia. Compreende um período de duzentos anos, desde o início do século XVII, até os primórdios do século XIX.

Vimos como, possivelmente, o uso do mate começou. Sua vulgarização foi rápida, não apenas entre os guaranis, como entre os próprios espanhóis. Êstes, cúpidos por excelência, à falta de outra fonte de renda, logo deram início à exploração dos ervais, nela empregando o braço guarani, sob forma de escravidão, velada embora, pois tais escravos recebiam a denominação de "protegidos"...

Fácil é imaginar-se as conseqüências disso entre os aborígenes quando se conhece sua índole avêssa à submissão, ao trabalho organizado, e se sabe quão dura à a lida nos ervais acrescida da distância de cento e trinta léguas que êles eram forçados a percorrer a pé. Daí a mortandade em massa que isso acarretou entre os guaranis, sendo, pois, natural que os jesuítas, ao chegarem no Paraguai no início do século XVII, logo se declarassem contra a exploração dos ervais, no intuito de poupar tantas vidas. Estigmatizaram o mate como "yerba del diablo", porém êsse hábito já estava por demais arraigado e os discípulos de Inácio de Loiola tiveram que buscar outra fórmula para resolver o problema: plantar a erva junto aos seus povoados. Com isso obtinham numerário para pagar o tributo devido à coroa espanhola e também para adquirir utilidades que não podiam fabricar em suas "reduções", como tecidos, por exemplo. Deve-se aos jesuítas aperfeiçoamentos na tecnologia da erva-mate; foi por êles introduzido o malhador ou cancha, adaptação da "mola jumentária" ou moinho de trigo dos romanos. Incontestàvelmente resolveram também o problema do baixo coeficiente germinativo da semente, um dos mais sérios na agriculturação da erveira. São acusados de conservar secreto seu processo, o que parece não corresponder à verdade.

Os jesuítas produziram um tipo especial de mate, o "cáa mini", de larga aceitação e que os espanhóis nunca conseguiram igualar.

Seja por influência jesuítica ou não, o hábito de consumir mate adquiriu raízes na bacia do Prata, chegando ao Chile, ao Peru e mesmo até a Europa, onde não se fixou — consta — por interferência da Inglaterra, então nascente como potência mundial, que não desejava tivesse a Espanha tal fonte de renda, mormente por colocar em xeque o comércio britânico do chá da Índia.

Ainda hoje são explorados os ervais nativos do Paraguai.

3 — O MATE NO BRASIL

Antes do primeiro quartel do século passado não se industrializou mate no Brasil, pelo menos com fins comerciais, embora já em 1720 o ouvidor Rafael Pires Pardinho tenha visto nêle uma riqueza a explorar e obtido da metrópole autorização para irem os habitantes do litoral sul comerciar, na colonia do Sacramento, entre outros artigos, mate.

Mas só um século após, por volta de 1820, começou nossa exportação dêsse produto para os mercados platinos, por haver o ditador Francia fechado os portos do Paraguai. Assim, ante essa abrupta interrupção, lembraram-se os mercadores do rio da Prata que no Brasil também havia mate e vieram buscá-lo, dando origem à nossa indústria ervateira que, assim, começou e se desenvolveu de uma forma curiosa — para exportação, pois, comparativamente tem sempre sido pequeno nosso consumo interno.

Além do mercado, deu-nos o Paraguai um técnico — D. Francisco de Alzagaray experimentado lidador dos ervais guaranis. Ignora-se quais as circunstâncias que teriam contribuido para sua longa viagem pela bacia do Iguaçu, até Paranaguá. Seria um trânsfuga da tirania de Francia? Ou, produtor de mate, teria vindo para cá, tangido pelo espírito comercial, em busca de um nôvo campo de ação? Ou, ainda (como o pai de França que, brasileiro, fora ao Paraguai como técnico contratado pelo govêrno para intensificar a produção algodoeira daquele país) teria êle vindo ao Brasil sob contrato? Saint-Hilaire (7) que — além da probidade, da cultura e do agudo espírito de observação esteve na comarca de Paranaguá justamente quando já iniciava D. Francisco suas atividades, conta-nos o interêsse que demonstrava seu administrador, homem enérgico e dinâmico, pela obra do paraguaio, insinuando, mesmo, que sua permanência era oficial. Ainda Saint-Hilaire dá-nos preciosas informações sôbre o processo local de preparação do mate e minunciosa descrição do "moderno" método paraguaio que, embora muito rudimentar, ainda hoje é ado-

tado (com ligeiras modificações), no tocante à primeira fase do preparo do mate — o cancheamento.

— • —

O Mate brasileiro, a princípio, não agradava ao paladar dos platinos, dizem que devido à imperfeição dos processos de beneficiamento. Porém a razão talvez não fosse exclusivamente essa: nosso mate era e é diferente do paraguaio. Fàcilmente se compreende, pois, o motivo daquela estranheza.

A queda de Francia e a conseqüente reabertura dos portos paraguaios foi, portanto, motivo de júbilo para os consumidores platinos e terá provocado um ligeiro colapso nesse nosso nascente ramo de comércio. Mas logo veio a tirania de Lopez que, indo contra a Tríplice Aliança, devolveu ao Brasil o mercado ervateiro platino. Daí até 1927, nossa posição foi lá de domínio absoluto.

A guerra contra o Paraguai coincidiu, também, com os primórdios da província do Paraná, época de grande emulação na ex-comarca paulista. Só em Paranaguá existiam, então, noventa moinhos de mate, já movidos a fôrça hidráulica. Mas Curitiba, com a abertura da estrada da Graciosa, passou a ser a capital da nossa indústria ervateira. Nesse período apareceu a figura inconfundível do Barão de Serro Azul, espírito progressista e empreendedor, dêsses que hoje chamamos "businessman". Financiou êle grandes aperfeiçoamentos no sistema de beneficiamento do mate, realizados pelo engenheiro patrício Francisco de Camargo Pinto, que introduziu a máquina de vapor na indústria ervateira. O prematuro desaparecimento, em circunstâncias revoltantes, daquele varão ilustre, veio perturbar o ritmo progressista imprimido à técnica dos moinhos de mate.

— • —

A história do mate em Santa Catarina está desde o início, sincronizada com a do Paraná, não apenas física, mas também econômicamente, embora haja começado seu desenvolvimento um pouco mais tarde, segundo se depreende do que em 1849 declarava o dr. Severo Amorim do Vale, presidente em exercício, à Assembléia Legislativa Provincial, na sessão de 1.º de março: "A erva-mate, ramo considerável de exportação em Paranaguá, bem vizinho do nosso limite, de que abundam os campos e sertões de Lajes, tem estado em perfeito abandono; ao mesmo tempo que um ou outro no distrito dessa vila a prepara, acha pronto comprador, que a exporta para o Rio Grande." Mas o velho problema do transporte já então emperrava a produção da erva-mate que "ainda estava por assim dizer escondida nos sertões de São Francisco e nas matas de Lajes", na dizer do presidente J. J. Coutinho.

Costa Pereira (8) supõe "haver sido em Lajes que se estabeleceram os primeiros engenhos catarinenses de erva-mate que "eram pequenos e de reduzida produção", só em 1853 se instalando "uma fábrica em maior escala" que teve os lucros absorvidos pelo frete para o Destêrro, pois custava mais de mil réis por arrôba, em virtude do mau estado da estrada, o que levou o citado presidente Coutinho a propor "um auxílio indireto à emprêsa e que consistiria em "um auxílio indireto à emprêsa e que consistiria em mandar proceder-se ao concerto da estrada e isentar a erva-mate do impôsto de exportação."

Diz Costa Pereira que também cedo se começou a canchear mate nas colônias de Angelina, Teresópolis e Santa Tereza, mas que em 1864 a produção era pràticamente insignificante, em virtude do baixo preço conforme se depreende do testemunho do presidente Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. Em 1871 Angelina produziu duzentas arrôbas.

As dificuldades de transporte foram, finalmente, obviadas, pelo menos em parte, pela construção da estrada Dona Francisca que, como a da Graciosa no Paraná, é um marco na indústria ervateira de Santa Catarina. Essa via, iniciada em 1858, sete anos após a fundação da colônia do mesmo nome, ligou a Joinvile a zona produtora do norte, transformando aquela cidade em capital da indústria ervateira catarinense, onde logo apareceram bons engenhos, em virtude da proximidade do porto de São Francisco a que ficaram ligados, fàcilmente, os municípios ervateiros de Rio Negro, Campo Alegre e Mafra. Assim, fixou-se definitivamente em Joinvile, a exploração industrial do mate, "desaparecendo a que se tentara, tìmidamente e com pouco êxito, ensaiar em outros municípios catarinenses".

Já em 1885 o vice-presidente Pinto de Lemos afirmava constituir o mate a principal produção da província, transportado através da estrada D. Francisca "em grandes carros puxados por animais e que suportavam o pêso de 2.000 a 2.500 quilogramas".

— • —

Tão remuneradora era essa indústria nos derradeiros anos do século passado que surgiu, na arena, uma potência para disputar a hegemonia catarino-paranaense: — Mato Grosso.

Em 1878 Thomaz Laranjeira entregou-se à exploração dos ervais que descobrira ao sul daquele estado, como fornecedor da comissão que demarcou nossos limites com o Paraguai, após a guerra. Paulatinamente aumentou sua produção e firmou o conceito do seu produto no mercado de Buenos Aires, criando, numa zona antes inexplorada, uma próspera indústria nacional.

Logo a nascente companhia ressentiu-se de falta de capital, para expandir-se e Laranjeira bateu às portas do Banco Rio e Mato Grosso, daí nascendo a Companhia Matte Laranjeira, com o capital de três mil contos, constituída por escritura pública a 5 de setembro de 1891, cuja diretoria, constituída pelos drs. Francisco Murtinho e Lucídio Alexan-

dre Martins, entrou em exercício a 15 do mesmo mês.

A concessão fôra feita pelo decreto 436 C de 4 de julho de 1891.

No primeiro ano de atividade a produção, que era de 120.000 arrôbas castelhanas no tempo da casa Laranjeira, passou a 180.000, para que também contribuiu a recente autonomia do Estado de Mato Grosso.

A Companhia tinha interêsses igualmente no Paraguai, na Argentina e no Uruguai, sendo sua primitiva sede a vila Concepción, no primeiro daqueles países.

O beneficiamento era feito na casa de Francisco Mendes & Cia, de Buenos Aires, passando em 1894 a ser executado por fábrica da própria companhia, instalada igualmente em Buenos Aires.

Já então se esboçava a primorosa organização da Mate Laranjeira, pioneira do progresso em Mato Grosso: foram sendo instalados postos de muda, futuros povoados, em que pessoal e animais eram substituídos nas carrêtas. O pôrto de embarque foi transferido para o Brasil.

Os negócios da firma prosperaram ràpidamente, para isso contribuindo — é verdade — a revolução de 1893, que desmantelou o mercado produtor ervateiro catarino-paranaense.

Em 1915 quebrou-se o monopólio que desfrutavam e, a seguir, nova sociedade comercial constituiu-se no Brasil — a firma Laranjeira, Mendes & Cia. que, em 1917, se transformou na Empreza Mate Larangeira S/A, constituída na Argentina, com os mesmos acionistas.

Em 1929 foram separados em duas companhias os bens existentes no Brasil e na Argentina, ficando, entretanto, em mãos estrangeiras muitas ações da companhia do Brasil, inconveniente sanado com o decreto de nacionalização das empresas, promulgado pelo presidente Vargas.

Ainda hoje não se beneficia mate nessa região, ora integrante do Território de Ponta Porã.

No Rio Grande do Sul, estado em que mais se consome mate, êsse uso irradiou-se das antigas reduções catequistas — os Sete Povos das Missões.

Os Jesuítas, nos últimos tempos do seu domínio no Paraguai, cultivavam o mate nas proximidades das reduções, como vimos, sistema que parece não ter tido muito êxito na região dos Sete Povos, onde o terreno não se mostrava propício. E seus habitantes logo conheceram os ervais nativos da zona serrana setentrional, onde iam fazer erva.

Diz uma testemunha ocular (9): "Todos os anos, em tempo próprio, saiam (os reduzidos) para os ervais, fazendo considerável número de arrôbas de erva-mate, se recolhiam aos povos e nêles eram recebidos com repiques de sinos, toques de tambores e gaitas e certas escaramuças de cavalo, dirigindo-se sempre à Igreja em ação de graças".

"Esta erva-mate, que é um dos principais ramos de comércio para todos os povos do rio da Prata, Paraná e Corrientes, era vendida a bom preço, reservando-se aquela porção calculada para o consumo anual dos povos, e era êste um negócio privativo dos guaranis, sem que mais ninguém pudesse aproveitar-se dos seus ervais".

Extinta a Ordem dos Jesuítas e passados aquêles lugares para a coroa portuguêsa (1801), por obra dos bandeirantes paulistas, persistiu o hábito de consumir mate, que fôra trazido do Paraguai, por ocasião do grande êxodo provocado também por obra das incursões predatorias dos bandeirantes, na região do Guaíra.

Até hoje ainda se reflete a origem na organização da indústria ervateira gaúcha, onde predomina o produtor independente, possuidor de pequenas instalações como soques, monjolos, etc.

4 — O MATE NA ARGENTINA

A Argentina, tradicionalmente o maior mercado consumidor de mate, não possuia ervais nativos e, assim, limitava se a importar erva.

Em fins do século passado e início do presente, Misiones, na Argentina Setentrional, era um Território selvagem e desabitado

Com o intuito de povoar essa fronteira, organizaram-se, algumas companhias colonizadoras, com o beneplácito do govêrno, a despeito das más condições mesológicas daquela região. Fracassada a lavoura, dedicaram-se os colonos à exploração desenfreada que redundou na exaustão das reservas florestais do território. Situação difícil para todos colonos e companhias. Que fazer? Alguém terá lembrado as experiências de Bonpland, aquela figura curiosíssima de sábio e aventureiro francês que, cêrca de meio século antes, ensaiara com relativo sucesso a cultura da erva-mate naquela região. A preciosa ilicínea resolveria a situação e da mais airosa forma possível pois, além de atingir bons preços, evitaria não só o êxodo dos colonos, com também a drenagem do ouro argentino para o estrangeiro. E começou, então, a luta admirável, épica, do homem contra a natureza pois Misiones está fora do "habitat" daquela ilicínea e os ensaios do grande Bonpland não tinham sido definitivos.

Geadas inclementes destruiram enormes plantações, pragas destruidoras assolaram grandes ervais; mas a tenacidade do homem argentino conseguiu vencer paulatinamente, com farto auxílio do seu govêrno e incrível incúria do nosso, surdo aos brados de nossos diplomatas e viajantes que por lá andaram.

Em 1901 exportamos, principalmente para a Argentina, 39.887 toneladas, número que segundo uma curva ascendente, atingiu 91.092 toneladas em 1927.

De 1928 para cá a curva da nossa exportação tornou-se decrescente como demonstra o quadro seguinte:

TONELADAS

Anos	Exp. total do Brasil	Exp. para a Argentina	%
1927	91.092	68.780	75,6
1928	88.180	63.253	71,7
1929	85.972	62.018	72,1
1930	84.846	58.406	68,7
1931	76.760	53.134	69,1
1932	81.400	52.701	64,7
1933	59.222	33.706	56,9
1934	64.702	33.315	51,4
1935	61.498	31.609	51,3
1936	66.606	35.456	53,2
1937	65.519	38.051	58,0

Vejamos as estatísticas ervateiras argentinas no mesmo período:

TONELADAS

Anos	Consumo total	Produção Argentina	%
1927	97.232	16.200	16,7
1928	92.847	22.000	23,7
1929	96.259	23.000	23 9
1930	98.647	25.446	25,8
1931	97.205	32.000	32,9
1932	99.144	38.000	38,3
1933	90.723	51.027	56,2
1934	99.390	63.874	64,3
1935	144.116	75.361	52,3
1936	119.106	80.450	67,5
1937	146.917	106.330	72 4

Assim, o Paraná, que tinha toda sua economia alicerçada no comércio de mate, esteve a pique de sofrer um colapso. Clamou-se, então pelo auxílio oficial, por um órgão que centralizasse e orientasse nossa política ervateira, que pugnasse pela conquista de novos mercados, para isso aperfeiçoando, também, os métodos de produção.

Esse clamor iniciando por volta de 1928, veio ecoar em 1938, quando se criou e instalou o Instituto Nacional do Mate.

(1) Romario Martins — "Ilex — Mate — Chá Sul-Americano" —
(2) Mortilet — "Le cimitiKre d'An-
Curitiba, 1926
con" — Bull. Soc. Anthropol. —
Paris, 1876
(3) Rochebrune, A. T. de — "Recherches d'ethnographie botanique sur la flore des sepultures péruviennes d'Ancon — 1879
(4) D'Orbigny, Alcides — "Voyage pittoresque dans les deux Amériques" — Vol. I, nota à pág. 77 — Paris, 1835
(5) Francisco Jarque — "Ruiz de Montoya en Indias (1608—1652)" — 1º vol, pág. 234 — Madrid, 1900.
(6) Montoya, Antonio Ruiz de — "Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañia de Jesus en las provincias de Paraguay, Paraná, Uruguay y Tapes" — Madrid, 1639 e Bilbao, 1892 (Apud Carlos Teschauer, S. J. — "Porranduba Riograndense pág 372 — Pôrto Alegre, 1929)
(7) Saint-Hilaire, Auguste de — "Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte Catherine — II.º vol, pág. 155 e seguintes — Paris, 1851.
(8) Costa Pereira — "A região das Araucarias" In Rev. Inst. Hist. Geog. de S. Catarina — II.º semestre de 1943 — pág 47 e seguintes.
(9) Thomaz da Costa Correa Rebello e Silva — "Memória sôbre a Província de Missões" — Rev. Instituto Hist. Bras. — Vol. II (1840-41) pág. 158.

RACIONALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA

O primeiro projeto integrado de racionalização da agroindústria canavieira nordestina foi entregue ao GERAN pela Companhia de Melhoramentos em Pernambuco. O documento inclui a usina Cucaú, do Município de Rio Formoso, e engloba inversões num total de NCr$ 14.897.500,00.

REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO

Quarenta fazendas do Estado do Rio, cujas propriedades são duvidosas, deverão ser desapropriadas pelo IBRA, com base no Ato Institucional número nove.

As áreas onde estão localizadas as fazendas a serem desapropriadas foram citadas na "Carta de Brasília" — primeiro instrumento da reforma agrária no País — e, em sua maioria, estão localizadas nos municípios fluminenses de Magé, Parati, Angra dos Reis, Campos, Vassouras, Macaé e Santo Antonio de Pádua. Em Magé existe grande tensão entre cinco mil famílias que residem nas Fazendas "Ferraz", "Camarão", "Conceição do Suruí", "Cachoeira Grande", as quais estão vivendo sob a ameaça de expulsão por parte dos supostos proprietários daquelas terras.

A POBREZA DOS BRANCOS NO MEIO RURAL NORTE-AMERICANO

Entre cinco famílias rurais pobres, quatro são de indivíduos brancos. Porém, sua situação é, muitas vêzes, despercebida, porque elas se acham espalhadas por todos os quadrantes dos Estados Unidos, em grande número, assim como as áreas empobrecidas.

As famílias que recebem 3.000 dólares por ano, vivem, por definição, na pobreza. Pelas últimas informações, cêrca de metade das famílias pobres da América, vivem na zona rural. E, entre cinco dessas famílias, quatro se constituem de gente branca. Tais criaturas se encontram em variados locais. Vivem nas fazendas ou fora delas, porém sempre em áreas rurais ou em pequenas cidades. Como um todo, elas participam do grupo daquelas pessoas que comumente necessitam de recursos econômicos e sociais, dos quais o resto da nação usufrue.

Pesquisadores da ERS estudaram, recentemente, alguns dos principais fatôres econômicos e certas condições especiais em que vivem as comunidades pobres americanas de raça branca. Delinearam êles quatro situações básicas nas quais a maioria dessas famílias pobres vivem. Cada uma dessas situações apresentam problemas especiais para aquêles que procuram atenuar os males da pobreza, a saber:

Áreas deprimidas onde a maioria dos residentes são pobres da raça branca.

O sudoeste dos Apallachias, o Ozarks e a parte alta dos Grandes Lagos são exemplos marcantes dessa situação de pobreza branca.

Isolados da nossa principal corrente econômica por falta de estradas e outras vias de comunicação, essas áreas estão, desde há muito, tornando-se empobrecidas.

Os escassos empregos que existem se limitam, geralmente, aos centros de indústrias decadentes, como a mineração.

A depressão dessas fontes naturais tem deixado a mão-de-obra desempregada ou empregada em condições precaríssimas.

A pobreza tem se tornado um meio de vida para as famílias dessas áreas e pouca possibilidade existe para que a juventude possa quebrar essa muralha.

As facilidades escolares são, geralmente, pobres em qualidade. A maioria das vêzes, os jovens que procuram emprêgo em cidades distantes, encontram-se em condições precárias no que concerne à educação de base, e capacidade requeridas para a ocupação.

Áreas deprimidas onde a maioria dos residentes são de raça negra.

Espalhadas pela parte central do sudoeste dos Estados do Atlântico Sul, encontram-se muitos pobres de côr branca que vivem em comunidades que não são de pobreza branca.

A maioria dos pobres de raça branca dessas áreas vive ou trabalha em fazendas excessivamente pequenas e impróprias para uma produção rendosa.

Tipicamente, não existe um número suficiente de empregos fora das fazendas — apesar de que as vagas em indústrias leves ou manufaturas têm aumentado. As novas técnicas aplicadas à agricultura vêm causando sérios embaraços a muita mão-de-obra branca e não branca, as quais não possuem a capacidade necessária para colocação em outros lugares.

As pessoas de côr, participam mais comumente de programas de antipobreza e bem-estar social nessas áreas do que os brancos, embora tais programas sejam organizados por todos os grupos.

A juventude branca das primeiras idades para o trabalho, tem emigrado para cidades do Nordeste em busca de colocação. Logo em seguida, há uma proporção sempre crescente de velhos que se encontram incapacitados para o trabalho ou que não estão mais em idade de treinamento para nôvo emprêgo. Para essas pessoas, o restante de suas vidas quase que invariàvelmente será escoado na pobreza, a menos que os programas de antipobreza sejam reorientados.

Ricas áreas de brancos relativamente com poucas famílias pobres constituidas de gente branca.

As áreas que se compõem de fazendas altamente produtivas, mecanizadas, do Meio-Oeste e as de propriedades especializadas na cultura de produtos alimentares dos Estados do Michigan, Washington e do Vale Central da Califórnia são exemplos evidentes dêsse tipo de situação de pobreza.

Nessas áreas, o pobre e o opulento acham-se geogràficamente misturados, porém, ainda há pouco contato social entre os dois grupos. Poucos são os brancos pobres que participam plenamente das atividades comunitárias — talvez porque trabalhem em situação de pouca regularidade, em horas diferentes, ou porque lhes faltem a

roupa conveniente, atributos sociais, ou mesmo a confiança.

Seus filhos também deixam de freqüentar a muitas atividades escolares. Apesar de terem êles acesso a melhores escolas do que os brancos pobres das áreas deprimidas, poucos conseguem fazer maiores progressos do que aquêles, em matéria de estudos.

A pobreza migratória de trabalhadores rurais, a qual ganha a vida nas grandes fazendas daquelas áreas, talvez seja a mais difícil de ser debelada entre todos os tipos de pobreza de gente branca.

Seu contato com a comunidade é, geralmente, transitório.

A êles falta a assistência médica e cuidados sanitários. E seus filhos atendem às escolas irregularmente, com pequena freqüência.

Áreas em que a economia é mista e a gente pobre é racialmente balanceada.

Difícil de se marcar com alfinêtes em um mapa, os exemplos dêsse tipo de pobreza branca se encontram assim distribuídos: em áreas onde algumas fazendas dispõem de implementos modernos e prósperos, ao passo que outras não os possuem; em áreas onde a economia básica está passando da agricultura para a indústria leve; e, em áreas nas imediações dos centros das grandes cidades ou onde uma faixa suburbana se estende até a zona rural.

Casos representativos dêsse tipo podem ser encontrados em quase todos os pontos da Nação, principalmente nos Estados próximos da Zona Rural do Sul, bem como em áreas selecionadas dos Estados do próprio Sul.

Os pobres de raça branca dessas áreas (onde a fôrça econômica varia do pobre ao potentado) enfrentam alguns problemas especiais.

Êles competem com os pobres de outras raças, como ainda com os próprios residentes não muito pobres, com relação a empregos.

Seus problemas de ajustamento social e psicológico se intensificam como resultado do maior contato com pessoas de mais elevada condição social, como, também, com outros pobres de raça não-branca.

(The Farm Index, U. S. Depertment of Agriculture, 1968, vol. VII, n.º 3).

VIZINHANÇA

Othello Tormin

Faz lembrar o fazendeiro muito conhecido, que (palavras suas ao encerrar uma das muitas provas verbais de sua popularidade) passeando de carro com o Papa, em Roma, viu e ouviu um "paesano" gritar: — Eh! Zeca, quem é que está a seu lado?"

— Pois é, ao lado de meu Entrequetem (a rocinha que um dia vai dar o que falar), a USIBA foi se instalar. Começou fazendo quiném eu: — terraplanando, endireitando limites com cêrcas impassáveis e dando arrumação no mato. Com uma pequena diferença. A USIBA está fazendo tudo no chão e eu fiz no papel. Pois é, vale a visita para ver in-loco a trabalheira. Coisa decente. Colorindo de vermelho uniforme o plano, em substituição ao verde sujo, despigmentado, de antes, a USIBA está aplicando um esfôrço enorme para retificar o terreno. Gostei do que vi. Acho que ela vai ser um bom vizinho, embora eu (muita gente boa também) não saiba muito bem o que ela pretende fazer.

E não fica bem ao vizinho antigo bisbilhotar a vida de recém-vindo. Bem-vindo, mas novato na região. Acredito que os Diretores da USIBA dentro em breve soltem a língua e confidenciem seu programa. Se não pedirem reserva, então contarei aos amigos. Espero que isso aconteça logo, pois já ando cansado de ouvir perguntas a respeito. Então, se alguém na multidão me perguntar quem está ao lado, nas proximidades de meus feudos, informarei: — "É a USIBA. Uma emprêsa colosso. Com auxílio da SUDENE vai fabricar..." — Palavra que informarei o quê. De bom grado. E satisfeito. Vizinho é pra isso.

QUIRI
(14 dias depois)

Antes do que eu pensava, a USIBA abriu o bico e contou de sua razão de ser. Vai fabricar chapas metálicas para todo o Nordeste. Eu não disse, crônicas atrás, que meu vizinho não era sopa? Mas o importante para esta coluna não é metal e suas combinações ou complicações. A USIBA contratou um agrônomo tarimbado para, entre outras coisas, formar um viveiro de quiri para o reflorestamento da região limítrofe de Água Comprida com Salvador.

QUIRI — Que que é quiri? É uma planta que vira árvore, que aos quatro anos apresenta um tronco de 30 cm de diâmetro. Mais precoce que eucalipto e que pinho. Madeira de apreciável serventia, a **quiri**, além de ajudar o reflorestamento rápido, ainda é boa fonte de renda. Será que vou plantar quiri em meus feudos?

Não me decidi por enquanto, mas se está na pauta das realizações da USIBA (aprovadas pela SUDENE), lògicamente que deve ser para mim, que também sou grande.

O mais gozado é que, como muita gente boa, ainda não vi a quiri. Verdade que não vi ainda, pessoalmente, a Jane Fonda. Mas se ela quisesse vir morar no meu Entrequetem, e ser vizinha da USIBA, eu a receberia com satisfação (ora se...), externando um "muito prazer" ao conhecê-la. Acredito que, de outra forma, a vegetal, adotarei a quiri. Árvore bonitona, precoce, rentável (dizem). Que poderá valorizar e embelezar minhas terras à beira da rodovia plantada. E plantadas com quiri espero.

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"

CURSOS RÁPIDOS AGRÍCOLAS

De 8 de março a 25 de maio dêste ano, foram realizados aos sábados e domingos na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", 15 Cursos Rápidos Agrícolas, reunindo 347 matrículas, como se vê abaixo:

Cursos ministrados aos sábados:

	Alunos matri-culados
Cooperativismo Rural	30
Contabilidade Agrícola	31
Enxertia	15
Reflorestamento	14
Apicultura	16
Avicultura	31
Restauração de Pomar	10
Combate às Doenças e Pragas da Horticultura	20
Solos e Adubação	31
Tratamento de Solo, sementes e mudas	30
Suinocultura	28

Cursos ministrados aos domingos:

Reflorestamento	12
Tratamento do Solo, sementes e mudas	28
Solos e Adubação	22
Combate às Doenças e Pragas da Horticultura	29
TOTAL de matrículas	347

Foram professôres nesses Cursos:

Eng. Agr. Hélio Raposo
" " Jaimirez Guimarães Gomes
Contabilista — Pedro Goulart da Silveira Filho
Técnico Rural — João Nunes Castello
Médico Veterinário — Maynard Leite Freire.

EXPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO ESTADOS UNIDOS

GREENVILLE, Carolina do Sul — Empresários de nove países e 19 Estados norte-americanos já fizeram reservas em hotéis desta cidade, para comparecerem à Feira Internacional de Máquinas Têxteis Norte-americanas (ATME-I), que será realizada aqui, em outubro.

O Sr. J. R. Ellis, diretor-adjunto da ATME-I, disse que êles constituem a vanguarda de um público que comparecerá à exposição, vindo da maioria dos países do Mundo Livre e de todos os Estados produtores de têxteis.

Onze agências de turismo, do Japão à Suíça, da Argentina ao Canadá, estão organizando grupos de dirigentes de indústrias de tecidos para visitar a mostra gigantesca, que apresentará maquinaria têxtil de 15 países, disposta pela vasta área do Textile Hall.

Nesses pedidos de reservas não se incluem os membros das 16 missões comerciais que estão sendo organizadas sob os auspícios do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, para estudar as últimas criações no campo da maquinaria têxtil que serão mostrados aqui.

Os pedidos de reservas vieram da Argentina, da Austrália, do Brasil, do Canadá, de El Salvador, dos Países Baixos, da Itália, do México, da Venezuela e de mais de uma dezena de Estados dos EUA.

Outras informações sôbre a Exposição poderão ser obtidas na Seção Comercial da Embaixada dos EUA, no Rio de Janeiro.

PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

O Presidente da República, atendendo à Exposição de Motivos do Ministro Jarbas Passarinho, do Trabalho, e com base no parágrafo 1.º, do Artigo 2.º, do Ato Institucional n.º 5, assinou decreto-lei dispondo sôbre a Previdência Social Rural.

Na sua íntegra, tem o decreto-lei a seguinte redação:

"Art. 1.º — A emprêsa abrangida pelo Plano Básico de Previdência Social, instituído pelo Decreto-lei n.º 564, de 1.º de maio de 1969, poderá ser incluída no Sistema Geral da Previdência Social (Lei n.º 3.807, de 26 de agôsto de 1960), por ato do Ministro do Trabalho e Previdência Social, tendo em vista o nível de organização da atividade e as condições econômicas da região.

Parágrafo único — A emprêsa incluída no Sistema Geral da Previdência Social, na forma dêste artigo, ficará dispensada da contribuição para o Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) e obrigada tão-sòmente ao recolhimento das contribuições de que tratam os itens I a III e VIII do quadro constante do artigo 35, parágrafo 2.º, da Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965, observando o disposto no parágrafo 1.º do mesmo artigo.

Art. 2.º — O caput e o item I do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 564, de 1 de maio de 1969, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2.º — São segurados obrigatórios do Plano Básico, à medida que se verificar sua implantação, na forma do artigo 9.º, os empregados:

I — do setor agrário da emprêsa agroindustrial."

Art. 3.º — Serão também incluídos no Plano Básico os empregados:

I — das emprêsas produtoras e fornecedoras de produto agrário "in natura";

II — dos empreiteiros ou organizações, que, não constituídos sob a forma de emprêsa, utilizem mão-de-obra para produção e fornecimento de produto agrário "in natura".

Art. 4.º — A Carteira Profissional devidamente anotada será documento hábil para obtenção das prestações do Plano Básico de Previdência Social.

Parágrafo único — Nenhuma outra obrigação trabalhista decorrerá para a emprêsa do disposto neste artigo.

Art. 5.º — A emprêsa agroindustrial anteriormente vinculada, inclusive quanto a seu setor agrário, ao extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e em seguida ao Instituto Nacional de Previdência Social, continuará vinculada ao Sistema Geral da Previdência Social, observado, porém, a partir da vigência dêste Decreto-lei, o disposto no parágrafo único do artigo 1.º.

Art. 6.º — Fica prorrogado até 31 de agôsto de 1969, o prazo para regulamentação do Decreto-lei n.º 564, de 1 de maio de 1969.

Art. 7.º — Êste Decreto-lei entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NAS TERRAS DO DE[...]

D. GOLBERG

Professor, Chefe do Dep. de Irrigação da Faculdade de Agricultura da Universidade Hebraica, Rehovot, Israel

O têrmo "deserto" evoca imediatamente, em qualquer pessoa, a idéia de áreas crestadas e estéreis, por absoluta ausência de chuvas — talvez um oásis em longínqüos horizontes — porém, de um modo geral, áreas despidas de vegetação natural e, dadas as condições dos conhecimentos atuais, consideradas incapazes de suportar a vida humana.

Além disso, os solos desérticos — onde apenas uma simples camada de terra pode ser considerada como tal — são naturalmente de baixa fertilidade e, em muitos casos, salinos, devido principalmente à falta de chuvas para provocarem o escoamento dos sais. Também a água, quando em quantidades suficientes, retiradas de poços perfurados nos próprios locais, contém, invariàvelmente, alto teor de sais; e se trazida de outras áreas distantes por meio de tubulações, as quais vêm serpenteando através dos contôrnos do deserto, representa, geralmente, um custo proibitivo.

Nessas condições, poucas esperanças existem de se poder criar estabelecimentos agrícolas com dsenvolvimento da produção de alimentos, em situação econômica, para a formação de oásis .

Êste veredicto, parece-nos, está próximo de ser afastado, uma vez que, um trabalho pioneiro, tendente a desenvolver sistemas favoráveis de irrigação, acompanhado de prá-

O DESERTO

O Arava — vale estreito e alongado — ocupa a parte sul de Israel, estendendo-se para o sul, desde o Mar Morto até o pôrto de Eilat, o qual demora bem em frente ao Gôlfo de Ákaba.

As chuvas se escasseiam durante vários meses, com menos de duas polegadas por ano, o que não traz qualquer efeito benéfico. A temperatura média varia mensalmente, de um máximo de quase 103 graus Farhheit, em agôsto, a um mínimo de 68° F. em janeiro; não existem geadas naquela região.

A umidade relativa é baixa, variando de 30 por cento em agôsto a 68 por cento em novembro. Conseqüentemente, a evaporação é alta e atinge (de acôrdo com a panmensuração Classe A), a cêrca de 20 polegadas em agôsto (média diária de 0,68 polegadas), com valôres similares em junho e julho e cêrca de 6 a 10 polegadas em cada um dos outros meses (novembro a março), ou seja de 0,2 a 0,3 de polegadas por dia.

A cobertura do solo na maior parte desta região consiste em seixos ou areia grossa, tangidos pelo vento e, daí, sua semelhança estrutural com as dunas típicas dos desertos, apesar de que, costumam surgir, ocasionalmente, algumas manchas de rochas sedimentares. No seu estado natural, êsses solos possuem uma média de salinidade correspondente a cêrca de 30 milliohms/cm e, conseqüentemente, requerem uma pesada lixiviação.

Naturalmente, não existem águas superficiais perenes na área e sim pequenos fluxos momentâneos provenientes das montanhas a leste de Arava.

Êsses filêtes d'água enchem os **uadis** várias vêzes durante o ano, em curtos períodos, por poucas horas cada vez.

A retenção da água na superfície do solo é, em muitos casos, impraticável, porém tal água serve para reabastecer o reservatório de irrigação. Contudo, êste reservatório é salino, possuindo uma condutividade elétrica de 3.000 microohms/cm e contendo um pouco mais de 600 mg/litro de cloretos e cêrca de 700 mg/litro de sulfatos.

Águas dêsse tipo são classificadas, de acôrdo com os padrões do Laboratório de

...ERTO POR MEIO DA IRRIGAÇÃO EM FILÊTES D'ÁGUA

...dicio

M. SHMNELI

Chefe do Laboratório de Água e Solo
de Yotvata, em Arava, Israel

...ticas agrícolas modernizadas, vem apontando o caminho de se capitalizar a quase ilimitada radiação solar do deserto para a produção de safras fora da estação própria.

Isto tem sido amplamente possível em face dos resultados de experimentos realizados em Arava — deserto meridional de Israel — nos últimos cinco anos.

O incentivo que vem escudando êsses esforços ultrapassa a finalidade dêste artigo e não nos cabe trazê-lo a baila, nesta emergência.

Basta dizer que êle faz parte da luta do homem para cruzar novas barreiras, a fim de realizar aquilo que foi prèviamente considerado irrealizável; uma parte da luta do homem para sobrepujar os caminhos impérvios do deserto e desenvolver florescente agricultura em áreas antes incapacitadas.

Antes de apresentarmos os detalhes do sistema de irrigação por gotejamento, usado durante êsses experimentos, métodos de aplicação e as práticas agrícolas empregadas, queremos principalmente descrever as condições em que se encontra o deserto em Arava.

Essas condições — ver-se-á — assemelham-se a outras inúmeras áreas desérticas do mundo, e as lições trazidas por êsses experimentos, são aplicáveis a muitas dessas áreas.

...SUL DE ISRAEL

Salinidade dos Estados Unidos, como C4-S2.

Nessa oportunidade deve-se saber que estas águas, com um teor de mais de .. 1.200 mg/litros de cloretos foram aplicados em um certo número de experimentos dando resultados animadores.

Isto, na verdade, parece indicar que os resultados obtidos até agora não excederam à tolerância permitida para o triplo de salinidade empregada nas práticas agrícolas.

Isto induz também a se reavaliar a necessidade de se dessalinizar as águas salobras nas condições descritas, podendo-se obter resultados satisfatórios sem a necessidade de se recorrer a processos dispendiosos de intensiva tecnologia.

Práticas Agrotécnicas

As principais práticas agrícolas postas em execução e que tornaram possível o desenvolvimento de Arava como abastecedor de grande valor quanto a produtos de safras fora da estação, quer para uso interno quer para exportação, serão descritas a seguir:

Preparação e Melhoramento da terra

As dunas de areia, uma vez que não são passíveis dos convencionais métodos de irrigação de superfície, requerem apenas um ligeiro nivelamento. Por conseguinte, não há necessidade de estudos topográficos detalhados ou operações especiais de nivelamento e o trabalho pode ser feito quase todo a ôlho.

Cortes mais profundos, às vêzes, são necessários para se obter a forma desejada da terra sem, contudo, influírem na fertilidade do solo que é sempre baixa, através de todo o primeiro horizonte.

O escoamento dos sais é, portanto, a fase mais importante da preparação do solo. Como ficou dito anteriormente, a terra virgem contém, em média, 30 millíohms/cm de sais e esta lixiviação tem de ser feita com água que por sua vez contém cêrca de 3.000 microohms/cm — isto é, 3 millíohms/cm de sais. Essa lixiviação visa a reduzir a sali-

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NAS TERRAS DO DESERTO

nidade em cêrca de 7 milliohms/cm, nível êste considerado satisfatório para a produção agrícola em Arava.

Um dos primeiros problemas a serem atacados foi sôbre os métodos de lixiviação a serem empregados. A irrigação por aspersão foi naturalmente a escolhida e os trabalhos foram conduzidos de maneira a determinar os efeitos da lixiviação durante o dia e a noite. Êsses estudos revelaram que, durante o dia, a metade da água espargida evaporava antes de atingir o solo, aumentando assim, de fato dobrando, o teor de sais na água de irrigação. De sorte que quer os efeitos quantitativos como os qualitativos da lixiviação foram reduzidos.

Por outro lado, a irrigação durante as horas da noite com a intensidade de 4 a 6 mm por hora apresentou resultados satisfatórios. Verificou-se que uma aplicação total de cêrca de 20 polegadas foram necessárias para reduzir a salinidade do solo ao nível de 7 milliohms/cm; nessa ordem de idéias deve-se notar que os solos arenosos, sem estrutura própria, são lixiviados com maior facilidade.

Tomam-se, periòdicamente, amostras dos solos durante o período de lixiviação a fim de certificar se os objetivos colimados estão sendo atingidos.

Outras formas de lixiviação têm sido empregadas, como a que se pratica durante o crescimento da planta, porém com pequenos resultados. De acôrdo com êsse método, faz-se o plantio de espécies que tolerem melhor a salinidade do solo e aplica-se a irrigação com quantidades de água visando também à lixiviação. Todavia, o conflito entre a manutenção do nível de fertilidade do solo em relação as plantas cultivadas (deve-se ter em mente a baixa fertilidade dos solos de Arava) e a conveniente lixiviação que não se apresenta satisfatória nesta contingência e daí ou a safra é pobre ou não se obtém a lixiviação.



Um pomar de peras com tubos de matéria plástica vistas na base das árvores.

Irrigação por Gotejamento

O maior sucesso obtido na agricultura dentro das condições adversas do Arava, deve-se atribuir, sem dúvida, ao método de irrigação por gotejamento.

O sistema de irrigação por gotejamento empregado foi do tipo "netafim", manufaturado pelo Kibutz Hatzerim, próximo de Bersabé, e aperfeiçoado por Mr. S Blass, o veterano engenheiro israelita, pioneiro dêsse método de irrigação em Israel.

O sistema consiste do seguinte:

I) uma peça principal composta de uma válvula elevatória, um medidor de pressão, medidor de água e um filtro;

II) um depósito de fertilizantes através do qual passa o fluxo de água, carreando a necessária dosagem do fertilizante;

III) um tubo alimentador conjugado com o depósito de fertilizantes para conduzir a água aos circuitos secundários;

IV) os circuitos secundários ou laterais da irrigação que consistem de tubos de polietilene com 12 a 16 milímetros de diâmetro nos quais são adaptados bicos ou orifícios à distância de 18 polegadas um do outro.

Nas experiências realizadas, o espaçamento entre os tubos laterais variava de acôrdo com a distância entre as fileiras das plantas, variando de 4 a 6 pés.

Aplicaram-se vários orifícios de descarga com capacidade para 0,2 a 1,54 galões (Us)/hr.

O depósito de fertilizantes injeta o produto no sistema a uma proporção predeterminada, de maneira que a

POR MEIO DA IRRIGAÇÃO EM FILÊTES D'ÁGUA

água gotejada dos bicos se acha empregnada da quantidade necessária de fertilizantes para adubar as plantas.

A irrigação por gotejamento pode ser comparada a uma forma de irrigação em sulcos. Contudo, o sistema de irrigação por gotejamento difere da irrigação em sulcos das seguintes maneiras, nas quais reside a vantagem dêsse nôvo sistema de irrigação, especialmente nas condições apresentadas pelos desertos:

I) não exige abertura de sulcos com certo declive, e daí não requerer o trabalho de nivelamento que necessita a formação dos sulcos de irrigação;

II) não existe fluxo de água na superfície ao longo dos sulcos, daí não haver erosão do solo ou perda de água;

III) os bicos lançam a água em filêtes, ao longo das fileiras das plantas, cada bico distribuindo, com relativa aproximação, a mesma quantidade de água (a perda de pressão nos tubos laterais é mínima).

Nessas condições, a distribuição da água é altamente uniforme e plenamente controlada;

IV) as quantidades aplicadas podem ser reajustadas mediante tamanhos diferentes de bicos, com maior ou menor descarga. As distâncias entre os bicos ao longo das laterais e entre êstes, podem variar de acôrdo com as condições do solo e da planta

As safras correspondem

Os resultados das experiências feitas revelaram uma relação direta entre a produção das safras e a pressão da umidade.

Isto poderá ser apreciado na figura n.º 1 que mostra, dada a mesma quantidade de água, as safras aumentam de muito, uma vez que os intervalos das aplicações seja reduzido.

Além disso, pode-se notar que, sob as condições do deserto, onde se mostra alta a evaporação-transpiração, os solos ásperos e de baixa capacidade de retenção da água, as irrigações diárias ou mesmo mais de uma irrigação por dia, produzem as maiores safras.

Nessas condições, nota-se que na irrigação por gotejamento, onde os sistemas são geralmente estacionários, ou semipermanentes, várias aplicações podem ser feitas diàriamente quer seja manualmente ou por meio de contrôles automáticos, pràticamente sem qualquer trabalho adicional. As freqüentes irrigações produzem naturalmente o efeito de manter baixa a tensão da umidade do solo, isto é, entre a capacidade do solo e sua saturação. Daí a capacidade das plantas de suportarem as altas tensões osmóticas inerentes às águas de alto teor de salinidade.

Os efeitos depreciativos dos pobres arejamentos, muitas vêzes encontrados nos solos de fina textura, por manterem quantidades maiores de água, não acontecem nos solos ásperos dos desertos e, por esta razão, parece que o método de irrigação por gotejamento é o mais aconselhável para os solos de formação arenosa áspera.

As aplicações da irrigação e a produção obtida nos experimentos realizados sôbre o tomate, o pepino, o melão-moscado, a pimenta e o milho doce, sob irrigação por aspersão e (em um caso) sob irrigação em sulcos, encontram-se no quadro n.º 1.

Foram feitas aplicações no sentido de que a relação planta-água usada variou para as diferentes safras de 0,8 a 1,0 da classe A pan-evaporação.

Torna-se impossível, neste artigo, dar completos detalhes ou uma perfeita análise dos experimentos e dos resultados obtidos. É bastante notar-se, como se vê do quadro n.º 1, que, em todos os casos, a produção sob a irrigação por gotejamento exce-



Um talhão com tomateiros sendo irrigado pelo método Blass.

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NAS TERRAS DO DESERT[O]

deu em muito àquela provocada pela irrigação em sulcos e por aspersão e, em alguns casos, foi mais do que o dôbro. As quantidades de água aplicadas a cada espécie de plantação foram mais ou menos idênticas em todos os métodos.

Deve-se dar especial atenção à produção de tomates obtida por meio da irrigação por gotejamento e por aspersão (quadro nº 2), empregando-se água da própria área, a qual possui, como já ficou dito, uma condutibilidade elétrica de 3.000 microohms/cm e outra, de boa qualidade, com uma condutibilidade elétrica de 400 microohms/cm. A irrigação por gotejamento produziu maiores safras do que pela irrigação por aspersão sem levar em consideração a qualidade da água.

Ademais, na irrigação por gotejamento, pràticamente não existiu diferença na produção empregando-se água de baixa ou de alta qualidade.

Discutimos, nesses últimos períodos, apenas os efeitos na produção das safras e na tensão da umidade provocada pela irrigação por gotejamento, e, mesmo assim, mui resumidamente.

Contudo, muitas outras observações, tais como os efeitos sôbre o crescimento vegetativo, o conteúdo de cloretos na folhagem, a distribuição das raízes do plantas, a salinidade do solo e a influência dos orifícios de descarga e do espaçamento dos laterais, foram feitos.

Os resultados dessas observações indicam que a irrigação por gotejamento é vantajosa, sob todos os aspectos, com referência aos outros métodos considerados.

QUADRO N.º 1

PRODUÇAO DE SAFRAS SOB IRRIGAÇAO POR GOTEJAMENTO, POR ASPERSAO EM SULCOS

Safra	Período de crescimento	Irrigação água aplicada polegadas	PRODUÇÕES — Gotejamento	Aspersão	Sulcos
			Toneladas por acre		
Tomates	Setembro a Março	38.7	26.0	15.6	—
Pepinos	Setembro a Dezembro	26.4	19.6	sem produção	—
Melão-Moscado	Agôsto a Dezembro	25.8	17.2	9.6	9.6
Pimentas	Setembro a Março	55.8	3.8	1.9	—
Milho Doce	Fevereiro a Maio	26.6	4.9	2.1	—

Nos meses de Dezembro a Janeiro, as pimenteiras foram cultivadas sob coberturas de plásticos.

QUADRO N.º 2

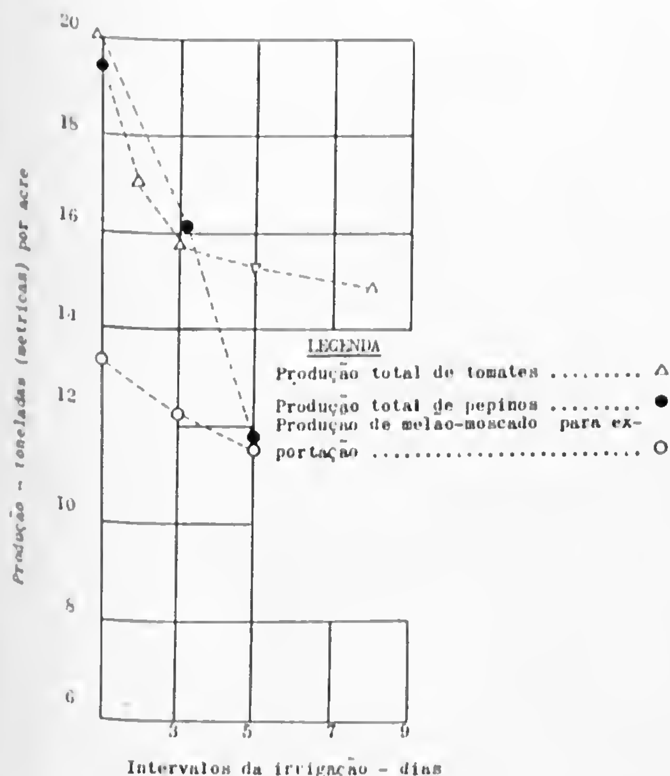
PRODUÇÃO DE TOMATES SOB IRRIGAÇAO POR GOTEJAMENTO E POR ASPERSAO COM ÁGUA DE BOA E DE MÁ QUALIDADE

Método de Irrigação	Água de alta qualidade E.C. — 400 microohms/cm	Água Salobra E.C. — 3.000 microohms/cm
Gotejamento	26.7	26.0
Por Aspersão	20.8	15.7

POR MEIO DA IRRIGAÇÃO EM FILÊTES D'ÁGUA

QUADRO Nº 1: EFEITO DA IRRIGAÇÃO

Intervalo sôbre a produção de tomates, pepinos e melão-moscado sob irrigação por gotejamento.



Para completo conhecimento dêsses experimentos vejam o trabalho de D. Goldberg e M. Shmueli, "Irrigação por Gotejamento" — um método destinado a aumentar a produção sob as condições de águas salinadas e solos impróprios. Relatório apresentado na Conferência Internacional sôbre Terras Áridas, realizada em Tucson, Arizona.

Safra de Feijão Reduzida a 50%

JOÃO PESSOA (Sucursal) — A safra de feijão da Paraíba êste ano será de 30 mil toneladas, significando uma queda de 50% em relação à produção do ano passado, segundo informou o diretor do Serviço de Informações Agrícolas do Ministério da Agricultura na Paraíba.

Cigarrinha ameaça Pastagens Baianas

A "cigarrinha" está ameaçando as pastagens da região de Feira de Santana, e poderá se alastrar a ponto de devastar as pastagens do Recôncavo. Técnicos do Instituto Biológico da Bahia constataram a existência da praga nos campos de capins "pangola" e "sempre verde" dos municípios de Feira de Santana, Oscar Cardoso, Bonfim de Feira e Santo Antônio de Argoim.

Rebanho Bovino

Segundo o Ministério da Agricultura, o rebanho brasileiro é de 90 milhões de cabeças, distribuídos por todos os municípios. O maior contingente de bois é encontrado em Minas Gerais, que possui 19,2 milhões de animais; Mato Grosso vem em segundo lugar, com 12,5 milhões ;segue-se São Paulo, com 11,7 milhões e depois o Rio Grande do Sul, com 11,2 milhões. O rebanho de equinos atinge a 9,2 milhões de exemplares, distribuídos por cêrca de 3.800 municípios, sendo que o de suínos sobe a 62,1 milhões de animais para tôdas as cidades brasileiras.

Aspectos da Economia Rural Brasileira

Eng.º Agr.º

Arthur Natividade Soabra

Em nosso País, os estudos e as soluções para os grandes problemas da agricultura vinham sendo relegados a um plano secundário, quando não esquecidos. Não havia, conscientemente, uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura e nem se procurava conter a descapitalização da emprêsa agrícola. Daí a estrutura da economia rural brasileira, com empresários ainda apegados a métodos rotineiros, e, na sua grande maioria, como ocorre no Norte e Nordeste, sem as condições para utilizar os bens da atual civilização, caracterizada pelo seu alto desenvolvimento científico e técnico. Êsse notável desenvolvimento da civilização atual, tem como exemplo marcante o emprêgo da energia nuclear, que permite usar, intensivamente, os radioisótopos e as radiações, na agricultura, para aumentar as colheitas e nos produtos, para preservar os estoques de alimento e garantir, assim, a subsistência alimentar da humanidade. O átomo é hoje soberano, e o seu impacto no desenvolvimento de nossa civilização é verdadeiramente ciclópico e dêle não podemos prescindir.

Segundo a FAO, o agricultor da América Latina perde um têrço de sua magra colheita por causa das doenças e dos insetos, por deficiências nos transportes e no armazenamento, ao passo que seu colega da América do Norte perde apenas 10 por cento. No Brasil, pela falta de processos modernos de conservação, os produtos alimentícios estariam tendo uma enorme perda, estimada em 40%, entre o centro de produção e o de consumo. É incrível que um País de extensão continental, com imensas possibilidades para o desenvolvimento da agricultura, como realmente tem o Brasil, sofra das violentas rarefações econômicas no meio rural, como aconteceu em 1963, quando a taxa de desenvolvimento agrícola caiu para 0,9%. Enquanto isso, aqui mesmo no Continente Americano, um lavrador estadunidense, utilizando em 1964, um complexo científico e técnico invejável, produzia para atender ao consumo de 29 pessoas. Prosseguindo nesse ritmo espantoso de progresso, como deverá fazê-lo, o lavrador estadunidense poderá, no ano 2000, segundo a previsão de Fritz Baade, alimentar entre 70 a 90 pessoas. Face a essa gigantesca expansão da produtividade agropastoril norte-americana e ao desenvolvimento retardado do setor primário nacional é imperioso e urgente que se examine e se procure dar solução aos grandes e fundamentais problemas da agricultura brasileira, pois sombrios serão os dias do futuro, se não se procurar engrandecê-la e redimi-la dos erros do passado. A tecnificação da agricultura e a coordenação dos seus fatôres básicos de produção, para evitar desperdício e assegurar uma taxa melhor de desenvolvimento, são condições de sobrevivência para o Brasil, pois é sabido que *nem um país garante sua independência, com economia fraca*. As extraordinárias potencialidades da agricultura brasileira são uma bandeira de redenção que deve ser empunhada agora, já, porque, depois, talvez seja tarde demais. O Govêrno do preclaro e douto Marechal Arthur da Costa e Silva está criando as condições políticas e econômicas, para dar ao País um Super Ministério da Agricultura, inclusive procurando dar-lhe uma infra-estrutura moderna e grandiosa, como deve ser a do órgão máximo da produção nacional. Essa intenção, aliás, já se afirmou no Programa de Ação do seu Govêrno, que contemplou o Setor Agrícola em suas áreas estratégicas, dando alta prioridade aos itens: 1. *Elevação da produção e da produtividade agrícola* 2. *Ruptura das barreiras do abastecimento*, isto é, dar soluções aos principais problemas ligados à estrutura e ao funcionamento da comercialização de alimentos, pois de nada adiantaria equacionar o problema da produção, sem antes preparar o mercado consumidor; 3. *Eliminação das principais deficiências e pontos de estrangulamento existentes na infra-estrutura econômica*. Na CARTA DE BRASÍLIA o Govêrno reafirmou solenemente a sua intenção, definiu e estabeleceu as diretrizes básicas e gerais da política nacional da produção agropecuária e do programa de objetivos e metas dessa política, que se há de concretizar, para completa redenção do meio rural brasileiro. Ao assinar a CARTA DE BRASÍLIA, em

magna e imponente solenidade realizada no Congresso Nacional, disse o Presidente Costa e Silva: *Precisamos sair, urgentemente, dêsse quadro de sombras. Devemos atacar rigorosamente o setor da agropecuária, como condição para dar consistência e efetividade ao processo de industrialização, pois hão de ser ambos entendidos como eixos conjugados do desenvolvimento. Para êsse trabalho está convocada tôda a Nação.* Se êsse Govêrno predestinado tiver a firme e sábia determinação de assim continuar, poderá acionar, efetivamente na sua plenitude, tôdas as fôrças produtivas da extraordinária agricultura brasileira. Resta-lhe, portanto, essa excepcional e grandiosa oportunidade, talvez sem precedente na história, de articular uma política nacional, concentradora de esforços e de recursos científicos e materiais, visando ao desenvolvimento da produção agropecuária do País, que afortunadamente ainda dispõe, em abundância, de terras para cultivar e pastorear. *Desde já, estejamos certos de que nenhuma economia pode ser construída sôbre um sistema agrário de natureza falha, de estilo inadequado, de condição obsoleta e de tipo escravizador.* Senador Robert Kennedy. Temos que vencer, com o talento e a técnica, com a ciência e a nossa firme determinação, todos os óbices que se antepuserem ao desenvolvimento da agricultura brasileira. Embora as pesquisas científicas, especialmente no campo da engenharia agronômica e da física nuclear, tenham conseguido aumentar, consideràvelmente, a produção de alimentos, inclusive pela recuperação e aproveitamento de novas terras para a agricultura e o pastoreio, o problema crucial da alimentação do homem não foi ainda resolvido e se apresenta como um tema central e da maior preponderância, para tôda a humanidade. Essa inquietante situação, que tende a se agravar com o crescimento vertiginoso da população do Globo, levou os Go-



Durante a sua palestra, o Dr. Arthur Natividade Seabra prendeu a atenção do auditório, composto de alunos dos Cursos Rápidos da E.H.W.B.

vêrnos a iniciarem a exploração dos oceanos em larga escala. Memorável e feliz há de ser o dia em *que a população mundial possa ser mantida ao nível dos recursos de alimentação, moradia e educação. Precisamos estar vigilantes contra a catastrófica alternativa de uma era dramática, caracterizada pela impossibilidade de continuar o progresso intelectual, científico e social da Humanidade.* Tornar irrelevante a ação deletéria da fome é uma obra ingente, é uma tarefa gigantesca que teremos de realizar, especialmente porque sabemos que há terras para cultivar e pastorear, ainda em quantidade suficiente. Nas áreas subdesenvolvidas do Mundo, um dos maiores obstáculos à expansão do desenvolvimento econômico e social tem sido a explosão demográfica, isto é, o rápido crescimento da taxa populacional. Referindo-se à gravidade dêsse problema, disse o Prof. Jacob Viner: "Já julguei necessário referir-me a êste fator como um obstáculo à prosperidade econômica, no sentido de um alto nível de renda *per capita*, como também à necessidade que para os países pobres representa a miséria em massa de população crescente. Êste fator é capaz de anular, e mais que anular, tôda a contribuição à prosperidade econômica que os demais fatôres possam oferecer". Neste momento, em que se estima o crescimento da população do Globo em cêrca de 60 milhões de habitantes por ano, as notáveis considerações feitas, recentemente, pelo Secretário da Agricultura dos Estados Unidos, Orville Freeman, são oportunas e, a nosso ver, merecem atento exame e ponderação. Em síntese, as judiciosas considerações do Secretário da Agricultura estadunidense, são as seguintes: 1. Mais de um milhão de almas, por semana, é acrescido à população da Ásia; 2. De exportadores, os países em desenvolvimento tornaram-se importadores; 3. Se nada fôr feito para desacelerar o crescimento populacional — o panorama para o ano 2000 será, na verdade, aterrador; 4. Podemos ter um mundo melhor se mantivermos a determinação, a persistência e a habilidade para mobilizar e utilizar as técnicas já disponíveis no mundo desenvolvido; 5. Os olhos do mundo estão voltados para a América Latina e as esperanças são de que seu fabuloso potencial agrícola venha a suprir as necessidades futuras para o fornecimento de alimentos; 6. A história da Agricultura norte-americana, um recorde de miraculosa produção, demonstra o que pode ser feito.

Bibliografia Agrícola do Brasil

Quando êste número estiver circulando, já estará entregue aos interessados na nossa agropecuária o primeiro volume da "Bibliografio Agrícola do Brasil", organizada e publicoda em virtude de Convênio entre a Sociedade Nacionol de Agricultura e a Confederação Nacional da Agricultura.

O volume em causa se refere ao que foi publicodo no Brasil em 1968, seja em volumes, folhetos, avulsos e periódicos, inclusive diários.

O volume relotivo ao corrente ono de 1969 já se acha em elaboração.

Do que foi dito ressalta a intenção e a preocupação para que os países menos desenvolvidos encontrem a trilha do progresso, chegando mesmo a extrair da miséria a lição da fartura, pois como bem disse o Presidente Lyndon Johnson, *a longo prazo, devem êsses países tornarem-se auto-suficientes em matéria de alimentos.* Indiscutivelmente, o desenvolvimento econômico, com ênfase no setor da Agricultura é o tema central e dominante em tôdas as áreas subdesenvolvidas do Mundo, mas, para que a miséria e a fome sejam delas varridas, é necessário que se atente para uma coisa simples, mas de transcedental importância, magistralmente dita pelo Ministro Hélio Beltrão, quando afirmou: *Que o segrêdo do desenvolvimento é o esfôrço produtivo; que ainda não se inventou nenhuma fórmula capaz de operar* o *milagre do desenvolvimento sem trabalho; que, seja qual fôr a orientação do govêrno e a teoria econômica que adotar, os inimigos a combater continuarão sendo a improdutividade,* o *desperdício, a capacidade ociosa, o parasitismo econômico, a centralização burocrática, a desorganização, a incompetência, a inércia bem paga, o trabalho mal remunerado.*

Há hoje uma conscientização e um profundo interêsse pelo desenvolvimento do País. Assim, as medidas determinadas pelo Govêrno estão permitindo ao Ministério da Agricultura infletir de um ponto de expectativa para um período de auspicioso renascimento. Graças a êsse período renascentista, em que as Metas básicas e prioritárias do Govêrno passaram a ser as do Setor Agrícola, uma nova revolução tecnológica e de estrutura está em curso no País, pois como bem acentuou o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, em um de seus momentosos pronunciamentos à Nação brasileira: *Não há notícia de País civilizado em que a Agricultura e a Pecuária, ou ambas simultâneamente, não representem a fonte primeira da riqueza nacional, e cujo valor econômico não seja, pelo menos, igual ao da produção industrial.*

As esperanças e as determinações solenes para que tudo aquilo que ainda brutaliza a criatura humana seja varrida da face da Terra, estão em marcha para a completa redenção do meio rural brasileiro e da própria humanidade.

CLIMAS DE MATO-GROSSO

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

ADALBERTO SERRA

A temperatura média torna-se mais baixa, inferior a 22°, nos meses de junho e julho, neste último descendo a 20°,9.

Supera 24° na primavera, de setembro a novembro (24°,8 em outubro) e novamente no outono, em março e abril. A amplitude anual é assim de 3°,9 e a dupla onda bem caracterizada, com mínimo principal em julho e outro secundário em janeiro (23°,9). Máximo principal outubro e o secundário março (24°,5), a ondulação menor tendo 0°,6 de amplitude. Não precisamos recordar a explicação de mínimo na fase chuvosa e máximo com o retorno do Sol. Quanto à média anual das temperaturas é de 23°,5.

Por falha de registro, não temos média anual de máximas. Estas são mais elevadas em agôsto (33°,7), e mais baixas em maio (30°,4), com uma amplitude anual de 3°,3. Em toda a fase chuvosa, de dezembro em diante e até o início do inverno, as máximas permanecem abaixo de 31°, mas se elevam na primavera acima de 33° em agôsto — setembro, e de 32° em outubro.

Das mínimas, temos a média anual: 17°,5, com valôres extremos de 20°,0 em dezembro e 12°,1 — julho, numa amplitude acentuada, de 7°,9. Não há dupla onda porém, a fase de noites mais quentes, acima de 19°, se estendendo de outubro a abril (época das chuvas), enquanto o inverno acarreta noites mais frescas 13°,3 — 12°,1 — 14°,8 em junho — julho — agôsto.

Nada sabemos quanto à média anual da amplitude diária, apenas dos seus extremos: 18°,9 em agôsto e 10°,1 em dezembro.

É o inverno a fase de grandes amplitude, acima de 17°, devido ao declínio das mínimas.

Mas no verão, de dezembro a fevereiro, as primeiras se aproximam de 10°, sob as fortes chuvas.

Como máxima absoluta verificou-se 39°,8 (setembro), valôres acima de 37° podendo ocorrer de agôsto a fevereiro, mas só abaixo daquele limite em junho .... (33°,4) ou julho (36°,2).

A mínima absoluta, em zona sujeita a friagens, logrou descer a 2°,6 (junho), valôres de 3°,0 a 4°,2 tendo ocorrido em julho e agôsto, e de 7°,4 ou 7°,6 em maio e setembro. Mas no período outubro a abril nunca o termômetro desceu aquém de 10°, ou de 14° entre fevereiro e abril.

Temos finalmente para a amplitude absoluta o valor de 37°,2. Utiarity experimenta apenas 59 dias frescos por ano, dado que os quentes somam 306. Os primeiros, 9 em cada mês, de dezembro a fevereiro, são apenas 7 em junho ou julho, pràticamente não ocorrendo de agôsto a outubro, ou em maio. Já as noites quentes se apresentam relativamente poucas para a baixa latitude, apenas 120 por ano; assim, de maio a setembro quase tôdas são frescas, de novembro a março ocorrendo perto de 12 em cada mês.

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez	Ano
Noites quentes	19	17	12	10	1	—	—	1	4	10	19	20	120
Noites frescas	12	11	19	20	30	30	31	30	26	21	11	11	215

Há assim 245 noites frescas por ano.

Os ventos são sensíveis, com velocidade média 1,8 mps, atingindo 2,1 no período de maio a julho, e descendo para 1,5 nos meses de fevereiro a abril.

Quanto às ventanias, 7 ocorrem normalmente por ano, concentradas a taxas de 1-2 cada mês, no período chuvoso, de setembro a fevereiro.

A úmidade relativa, do valor anual 79,2, oscila com amplitude 18%, entre o máximo de 86,0 (fevereiro) e o mínimo 67,7 em agôsto.

A fase mais úmida transcorre de novembro a abril, acima de 80%, com dezembro a fevereiro ultrapassando 85%. A mais sêca, abaixo de 75%, corresponde a julho-setembro.

A nebulosidade média, de 5,9, oscila entre 7,6 — fevereiro, e 3,1 — julho, com amplitude 4,5. Na fase chuvosa de novembro a março, transcorre acima de 7,0, reduzindo-se porém a menos de 4,0 no inverno, de junho a agôsto.

Contudo, são apenas 79 os dias encobertos, mais que 10 por mês de outubro a fevereiro, e, abaixo de 5, de maio a setembro, com extremos 15 em janeiro, e 1 em agôsto, tendo falhado contudo os registros de março a abril. Já os dias claros, sob um total de 44 por ano, nunca ocorrem de novembro a março, mas só de abril a outubro, sob freqüências 1, 6, 7, 12, 12, 5 e 1.

Assim, julho e agôsto têm a maior contagem, 12 cada um. É evidente que os dias encobertos surgem na fase chuvosa, os claros na de sêca.

Dada a situação na Bacia Amazônica, chove bastante, acima de 2 metros, com uma altura anual de 2025 mm. É mais úmido fevereiro-408 mm e quase sêco julho, com 2 mm. Os meses de outubro a abril superam 100 mm, e os de novembro a março 200 mm. Por outro lado, de maio a agôsto todos os meses têm menos de 35 mm, com junho e julho sob 10 e 2 mm.

Foi de 145 mm a maior altura diária (novembro), na fase de maio a julho, nunca ocorrendo mais de 30 mm/24 horas.

Chove um dia cada três, ou melhor 133 por ano, acima de 15 mensalmente no período de novembro a março, ou de 20 em janeiro-fevereiro.

Durante o inverno, de maio a agôsto, abaixo de 5, ou mesmo 0 em julho. Temos:

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Dias de Chuva	21	22	18	14	3	1	—	1	6	11	17	19	133

Note-se que 60 dias cada ano ultrapassam os 10 mm de precipitação.

As trovoadas são raras, só 48 no total, com freqüências de 7-10 por mês na primavera e 2-6 nos meses de verão; mas 1-5 nos de outono e 0-1 nos de inverno. Só de setembro a novembro, um total de 25, ou seja, mais da metade da contagem anual, se verificou. Enquanto isso, de maio a agôsto, o fenômeno soma 3 dias. São também raros os nevoeiros, totalizando 42, a taxas mensais 5-6 de novembro a março, mas apenas 1-2 de maio a outubro (5 em junho, porém). O fenômeno é assim típico do verão, e ligado às chuvas.

Quanto ao orvalho, só 13 ocorrências se verificam por ano, em média 0-3 mensalmente na fase maio a dezembro, e de janeiro a abril.

Concluímos que Utiarity, embora com dias quentes, só os apresenta mais penosos na primavera; as noites permanecem geralmente frescas, embora com menor freqüência de novembro a março. Extremos acentuados, sobretudo quanto à mínima, e céu nublado em geral. O vento é regular, e chove bastante, mas com freqüências de apenas 133 dias. Raras trovoadas e nevoeiros, sob umidade elevada, redundam num clima satisfatório para a baixa latitude.

Cuiabá — 15°35'S — 56°06'W — 165 ms. — Clima Awgi

É bastante elevada a média anual das temperaturas nesta região, com 25°5. Ocorre contudo uma única onda sob máximo de 27,0 em outubro, e mínimo 22,5 em julho, a segunda ondulação ficando limitada ao patamar de 26,2 em março. A amplitude anual é pois de 4°,5.

A fase mais quente, acima de 26°, decorre na primavera e no verão, de setembro a abril, com valôres bastante estáveis, em tôrno a26°,7 até dezembro e a 26°,2 de janeiro a abril. Só é mais fresco o período junho-julho, abaixo de 23°, notando-se que de maio a agôsto ocorre menos que 25°.

As máximas são acentuadas, com média anual de 31°,9, e oscilam entre 33°,7 (setembro) e 30°,3 (junho), sob amplitude 3°,4. As tardes mais quentes, acima de 33°, se verificam de agôsto a outubro. Novembro (32°,5) constitui a transição ao período estável de dezembro a abril, sob 31°,8, devido às chuvas. Fevereiro, com 31°,6, indica pequena onda, de amplitude 0°,2. Mas apenas o início do inverno, de maio a julho, abaixo de 31°, tem tardes mais suportáveis, embora ainda aquecidas.

A média das mínimas, 21,1, mostra noites em geral quentes, o elemento se estabilizando num máximo de 23°,0 de dezembro a março, com nebulosidade acima de 7,0.

Desce contudo a 16°,5 em

julho, o que acarreta uma forte amplitude anual, de 6º,5.

Na verdade, as mínimas superam 20º desde setembro, 22º a partir de outubro, e 23º de dezembro a março, com 22º,1 em abril No período de maio a agôsto estão abaixo de 20º, e aquém dos 18º em junho e julho.

A amplitude diária atinge assim 10º,9, variando de 14º,5 em agôsto a 8º,6 em fevereiro; mas se conserva acima dos 11º de maio a outubro, abaixo dos 10º de novembro a abril, ficando estabilizada em 8º,8 de dezembro a março.

A máxima absoluta foi bastante elevada, 42º 2 tendo sido registrados em outubro. Valôres acima de 40º podem ocorrer de agôsto a outubro, apenas em junho e julho o elemento nunca tendo ultrapassado 38º.

A mínima absoluta desceu a 1º,2 (junho), só de outubro a abril os valôres permanecendo acima de 12º (ou de 15º na fase dezembro a março).

Mas, temperaturas entre 5º e 8º ocorreram nos meses de maio a setembro, descendo como vimos a 1º 2 em junho. Atingiu assim 41º,0 a amplitude absoluta.

Cuiabá tem quentes quase todos os dias (349), apenas 16 frescos ocorrendo, com freqüência mensal 3-4 de maio a julho. Estatística antiga aponta uma taxa anual de 100 dias muito quentes, acima de 31º.

Há contudo 104 noites frescas, pois as quentes somam 261. Desde maio já temos maioria das primeiras, que irão predominar de junho até agôsto, ainda ocorrendo em setembro.

Transcrevemos o quadro das noites frescas na fase mais significativa:

Maio	junho	julho
16	23	25
agôsto	setembro	outubro
20	9	5

Os ventos são fracos, em média, 1,5 mps., bastante estável, com máximo 1,7 de setembro a janeiro, e mínimo 1,2 de abril a junho. Também 13 ventanias ocorrem por ano, na taxa fixa de 1 cada mês.

A umidade relativa, sob normal 74,2%, apresenta amplitude 23%, pois oscila de 82,8 (março) a 59,8 (agôsto).

A fase mais úmida corresponde a dezembro — maio, ou melhor, janeiro a abril, com mais de 80%. A mais sêca, abaixo de 70%, se enquadra em julho a outubro, agôsto e setembro estando próximos de 60%.

Em regra sob 79% as 7 horas, a umidade desce a 62% às 14 horas, atingindo 74% às 21 horas.

A nebulosidade é reduzida, com média anual 5,6, e corresponde a extremos 7,5 — dezembro, e 3,1 — agôsto, sob uma amplitude 4,4. O período chuvoso é naturalmente mais encoberto, superando 6,0 de outubro a março, e 7,0 desde dezembro.

A fase mais limpa, junho a agôsto, tem menos que 4,0. Contudo, é elevada a taxa dos dias encobertos, 111 por ano, com extremos, 16 (dezembro) e 3 (julho). Os meses de outubro a março apresentam mais que 10 cada um (14 a 16 de dezembro a março), e os de junho a agôsto sòmente 3-4.

Já os dias claros são apenas 68, mais freqüentes (11-15-13) nos três meses do inverno, junho a agôsto. A taxa corespondente declina a 1 por mês de dezembro a março.

Quanto à insolação totaliza 2037 horas por ano, entre o máximo de 225 (julho) e o mínimo 122 (fevereiro). Os meses mais iluminados são maio a agôsto, com pouco acima de 200 horas cada, estando os menos favorecidos, de dezembro a março, todos abaixo de 150. As chuvas se apresentam bem mais escassas que em Utiarity, com normal de 1378 mm, o mês mais úmido sendo março (222) e o mais sêco julho (9 mm). A fase chuvosa transcorre de outubro a abril, meses todos com mais que 100 mm, ou acima de 200 no período dezembro a março. Já na sêca, maio e setembro, têm menos que 50 mm, os intercalados, junho, julho, agôsto, 13-9 e 26 mm.

A normal do ano pouco difere da encontrada por Delgado de Carvalho (1300), que citava como extremos mais sêco e mais chuvoso da série 1000 e 1850 mm.

Já a maior altura em 24 horas alcançou 133 mm., os meses de agôsto a março tendo registros acima de 90 mm, enquanto junho e julho nunca superaram 55 mm em 24 horas.

O número dos dias de chuva é 132, com uma freqüência estável de 18-19 cada mês no período dezembro a março, o igualmente uniforme 3-2-2 em junho — julho — agôsto. No período outubro a abril todos os meses superam 10 dias, maio e setembro tendo 6 cada um, e o inverno a contagem já transcrita.

Note-se que 43 dias por ano recolhem acima de 10 mm.

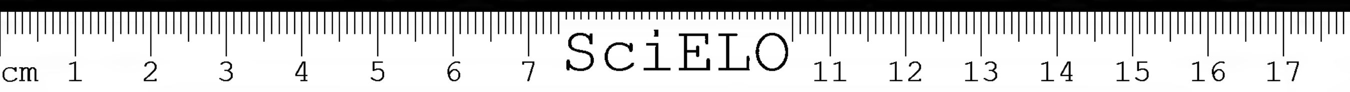
As trovoadas, quase tão freqüentes como a chuva, totalizam 103, os meses de outubro a abril tendo taxas de 11-13 ou mesmo 15 em março. Já os de junho-agôsto apenas 1-2 cada.

Quanto aos nevoeiros são raros, 29 por ano, e ocorrem na fase do outono-inverno, a taxas mensais 4-5 de abril a agôsto, 1-2 em fevereiro, março, setembro e outubro. Não se formam nevoeiros de novembro a janeiro.

O orvalho, por fim, é muito freqüente, 168 dias, com 8-9 ocorrências em setembro e outubro, 10-15 nos meses de novembro a março, 19-20 de abril a julho e 13 em agôsto.

Resumindo, Cuiabá tem um clima muito quente dia e noite, máximas elevadas, forte umidade e freqüentes dias encobertos. Chove bastante, e a insolação é acentuada. Trovoadas repetidas e o forte calor, redundam em um verão insuportável, com inverno apenas tolerável.

COXIPÓ — 15º 36'S — 56º 03'W 146 m. — Clima Awgi.



Climas de Mato-Grosso

Trata-se de localidade muito próxima de Cuiabá, e cujo clima só será descrito de modo sucinto, comparando-se aos dados daquela estação.

A temperatura média anual é um pouco menor, cerca de 0°,6, atingindo 24°,9. Mais baixa em julho, 21°,4, torna-se mais elevada em novembro, 26°,5, com amplitude 5°,1, pouco maior que a de Cuiabá (4°,5). A marcha do elemento é análogo à daquela estação, com valôres acima de 26° de outubro a março, e abaixo de 23° em junho e julho.

Contudo a temperatura máxima é maior que 0°,8 (média anual 32°,7), ficando acima de 33° de agôsto a novembro, (máxima em setembro, 34°,4). Após a estabilização em 32°,4 (dezembro a abril), as máximas descem a 31,2 em maio.

Já a mínima, de média anual 19°,8 (1°,3 inferior a Cuiabá), é menor em julho (14°,0, portanto 2°,5 a menos que na capital) e maior em janeiro sob 22°,5.

O elemento se conserva estável de novembro a abril, em tôrno a 22°, declinando então ràpidamente, para permanecer no inverno aquém de 16°.

Cuiabá tem assim menores máximas, mas Coxipó as menores mínimas.

A amplitude média alcança 12°,9 (2° acima de Cuiabá), com mínimo de 10° (dezembro), e que se mantém até março, seguido de elevação a 18°,1 em agôsto. A máxima absoluta foi contudo inferior à da capital, pois só atingiu 40°,6, enquanto a mínima absoluta registra valor negativo, com 1°,7, (junho); índices aquém de 5° podem ocorrer no inverno, mas só acima de 14° no verão. A amplitude absoluta é igual à de Cuiabá, com 42°,3.

Os dias são todos quentes, num total de 348, apenas de abril a agôsto 2 a 5 dias frescos surgindo cada mês.

As noites frescas são mais freqüentes que em Cuiabá, pois as quentes somam 216. Pràticamente estas últimas dominam de novembro a abril, e as frescas de maio a agôsto.

Noites Frescas

Jan	Fv.	Mar	Ab	Maio	Jn
2	2	2	6	23	28
Jl	Ag	St	Ot	Nv	Dz	Ano
30	28	15	7	4	2	149

A humidade é bem superior à de Cuiabá, com 18,1%, oscilando de 84,7 (março) a 67,7 (agôsto), portanto 17%.

De dezembro até maio o elemento ultrapassa 80%, descendo em agôsto e setembro abaixo dos 70%.

Como parece lógico, a nebulosidade é idêntica à da capital, com 5,6, variando de 7,3 (dezembro) a 3,2 (julho), sob amplitude 4,1.

Existem assim 96 dias encobertos, os meses de novembro a março superando 10 (com 14 em dezembro), enquanto os de junho a agôsto registam abaixo de 5 (com 2 em agôsto). Há portanto menos 15 encobertos que em Cuiabá.

Os dias claros são também mais reduzidos (9) do que na capital, pois somam 59, com 14 em julho e 0 dezembro, os meses do inverno tendo todos mais que 10, e os do verão de 0 a 1.

Ocorre desse modo, embora com a mesma média anual de nebulosidade, maior insolação, que supera em mais de 300 horas a de Cuiabá. Temos realmente 2365 horas, com extremos em agôsto (266) e fevereiro (159). Todos os meses, de abril a outubro, registam acima de 200 horas.

Quanto à precipitação, alcança 1400 mm, quase idêntica à de Cuiabá, e oscilando de 237 (março) a 10 mm (julho). Os meses de maio a setembro registam todos menos que 50 mm, e os de dezembro a março mais que 200, excetuando janeiro (192).

Por fim, foi 108 mm a maior altura registada em 24 horas (Cuiabá 133).

Os dias de chuva somam 118 (menos 14 que Cuiabá), distribuidos a taxas mensais acima de 10 dias desde Outubro até abril, notando-se que de dezembro a março todos os meses têm igualmente 17.

No inverno registam-se 2-1-2 dias em junho, julho, agôsto, com 5 em maio e setembro. No total do ano, 43 dias recolhem mais que 10 mm.

Não existem observações da velocidade, mas só de ventanias, 4 por ano, todas durante a primavera (Cuiabá 13).

Quanto às trovoadas são 91, os meses de outubro a março superando 10, com os de inverno sob apenas 1-2. Muito raro o nevoeiro, apenas 9 dias por ano, 1-2 cada mês de fevereiro a agôsto. Mais freqüente o orvalho, 205 dias, acima de 20 mensalmente de abril a julho, e entre 11 e 17 nos meses restantes.

Coxipó tem assim um clima mais extremo que Cuiabá, com máximas e mínimas relativamente acentuadas. Portanto maior taxa de noites frescas, mas igual número de dias quentes. Chove com menor freqüência, mas total idêntico, trovejando menos.

Apresenta portanto ligeira vantagem à noite com relação à capital.

DIAMANTINO — 14°24'S — 56°27'W — 259 m. — Clima Awgi.

Existem sòmente observações de temperaturas extremas. As máximas, de média anual 32°,6, são mais elevadas no início da primavera, acima dos 33° de agôsto a outubro (34°,6 em setembro).

No verão se conservam em torno a 32°, com 31°,9 em fevereiro, e menor valor, 31°,7 em junho. Pode-se dizer que os índices são estáveis de dezembro a julho, em tôrno a 32°, a amplitude anual alcançando 2°,9, com dias mais quentes em agôsto e setembro, um pouco menos em outubro.

As mínimas, de média 17°,8, oscilam mais, cêrca de

4°,9, entre 19°,6 (janeiro) e 14°,7 (julho).

Permanecem estáveis, sob 18°,5, de setembro a dezembro, elevando-se de janeiro a março a 19°,4 em média; o outono traz declínio para 17°,0 (maio), com o inverno sob 15°6 — 14°,7 — 16°,5, respectivamente em junho, julho e agôsto.

É assim 14°,7 a amplitude diária, menor em janeiro (12°,6), e maior em agôsto (17°,8).

Conserva-se entre 12° e 15° de outubro a março, mas acima de 17° em julho e agôsto.

A máxima absoluta atingiu 40°,2 (setembro), o termômetro nunca ultrapassando 37° de dezembro a maio, mas chegando além dos 39°, de agôsto a outubro.

A mínima absoluta, muito baixa, desceu a 0°,8 (junho), índices aquém de 10° podendo ocorrer de maio a dezembro, mas só acima de 14° entre janeiro e março. Foi assim de 39°,4 a amplitude absoluta.

A estatística dos dias quentes foi desprezada, mas a das noites quentes totaliza. 81, como dêsse modo 284 frescas, o que parece excessivo temos:

	J	F	M	Ab	M	Jn	Jl	Ag	St	Ot	Nv	Dz	Ano
Noite quentes	13	12	13	10	2	—	—	1	5	8	8	9	81
Noites frescas	18	16	18	20	29	30	31	30	25	23	22	22	284

A velocidade do vento, em média 1,1 mps, oscila pouco, de 1,3 (setembro) a 0,9 (março), notando-se na região 7 ventanias, tôdas durante a primavera e o verão, 1 cada mês.

A nebulosidade, em média 51, oscila de 7,1 (dezembro) a 2,6 (agôsto), com uma amplitude 4,5. Torna-se mais elevada, acima de 6,0 de novembro a março, e inferior a 3,0 de junho, a agôsto.

Corresponde aliás a 90 dias encobertos: acima de 10 nos meses de novembro a março, com 15 em dezembro, mas 2-3 nos meses de maio a agôsto.

Já os dias claros, 76 por ano, ultrapassam 10 nos diversos meses de maio a agôsto (17 no último), descendo para 0-1 nos de dezembro a março.

Podemos examinar agora a precipitação, 1.786 mm por ano, com extremos 322 mm (janeiro) e 8 (julho). A partir de outubro as alturas mensais superam 100 mm, e desde dezembro até março 200 mm (322 em janeiro, como vimos, com abril ainda sob 162).

De maio a agôsto todos os meses registam menos de 50 mm.

Por fim, foi 138 mm a maior precipitação em 24 horas, os totais se limitando a 40 mm de maio a julho.

Chove 106 dias por ano, dos quais 46 acima de 10 mm.

Todos os meses, de novembro a março, têm acima de 10 dias, com 18 em janeiro. Abril traz declínio, que se processa ràpidamente, junho-julho e agôsto registando apenas 1 dia de chuva cada.

Há 95 trovoadas, os meses de outubro a março todos superando 10 dias, salvo fevereiro, enquanto 14 se registam em outubro. Já nos meses de inverno, só 1-2 trovoadas ocorrem.

São apenas 13 os nevoeiros, todos de dezembro a julho, sob taxas mensais 1-3, a última em março e abril. O orvalho se torna escasso, com 46 dias, mais freqüente (6-10 mensalmente) de abril a julho, e menos (2) de novembro a março.

Diamantino tem assim um clima quente de dia, mas fresco à noite, com extremos mais pronunciados no sentido da mínima, quase 0°. Nebulosidade regular e chuva elevada, mas de freqüência reduzida, pouco superior à das trovoadas. Noites geralmente frescas, e dias sempre quentes num clima portanto tolerável.

(Cont. no próximo número)

EXTINÇÃO DA MONOCULTURA

A monocultura será extinta em tôda a região brejeira do Estado da Paraíba, até a conclusão do "Anel do Brejo", rodovia que cortará os principais municípios produtores da cana de açúcar e sisal.

Estudos para implantação de uma variedade de produtos agropecuários na área estão sendo realizados por uma equipe de engenheiros-agronomos do Ministério da Agricultura e de outros órgãos ligados ao setor na Paraíba.

A maior preocupação dos técnicos visa a extinção da monocultura em tôda a zona brejeira e a implantação de outros produtos agropecuários, alem do feijão, arroz, milho e mandioca.

A estrada denominada "Anel do Brejo" cortará as cidades de Alagoa Grande, Esperança, Areia, Guarabira, Alagoinha além de suas ramificações diretamente com os municípios de Alagoa Nova, Alagoa de Roça, Mulungu, Areial etc., e, segundo pretende o governador João Agripino, deverá ser iniciada no próximo ano.

Dentro do plano para a exitinção da monocultura na aludida área, funcionará ao mesmo tempo um outro de combater à saúva e de execução dos trabalhos de fitopatologia existentes, que segundo os técnicos poderão oferecer maiores possibilidades de safra para os agricultores, que também receberão orientação sôbre como plantar, colhêr e ensilar seus produtos.

Com a publicação do Decreto n.º 64.047 — de 31 de janeiro de 1969 (DO de ... 4/2/69), ficam estabelecidas as normas para o abate de gado bovino, no ano de 1969. As fêmeas até cinco anos de idade só serão abatidas, inclusive bezerras ou terneiras, mediante prévia e rigorosa inspeção veterinária na qual revelem ser portadoras de deficiências orgânicas tornando anti-econômica sua manutenção no rebanho; apresentem defeitos morfológicos, fisiológicos ou vícios que invalidem para a reprodução; e estejam afetadas por doenças que justifiquem o seu abate como medida profilática, sendo necessário, nesse caso, a apresentação do certificado oficial.

O decreto é o seguinte:

"Art. 1.º — O abate de gado bovino no ano de 1969 reger-se-á pelas normas contidas no presente Decreto.

Art. 2.º — Fica proibido em todo o território nacional o abate de fêmeas até 5 (cinco) anos de idade assim consideradas as que não apresentem os dentes incisivos igualados, incluindo-se na proibição as bezerras.

§ 1.º — Exclui-se da proibição de que trata êste artigo o abate de fêmeas, inclusive bezerras ou terneiras, que mediante prévia e rigorosa inspeção veterinária:

a) demonstrem ser portadoras de deficiências orgânicas que tornem antieconômica sua manutenção no rebanho;

b) apresentem defeitos morfológicos, fisiológicos ou vícios que as invalidem para a reprodução; e

c) estejam afetadas por doenças que justifiquem o seu abate como medida profilática exigindo-se, nesse caso, a apresentação do certificado veterinário oficial.

§ 2.º — Excluem-se também, da proibição constante dêste artigo, mediante exibição de atestado oficial, as fêmeas refugadas dos trabalhos zootécnicos que visem, através de cruzamentos entre raças diferentes, a formação de nova raça;

Art. 3.º — O abate de fêmeas no Estado do Rio Grande do Sul será regulado pelo Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, nos têrmos de ajuste a ser estabelecido com o Ministério da Agricultura.

Art. 4.º — A inobservância do disposto neste Decreto importará para os estabelecimentos sob inspeção federal, bem como para aquêles sob jurisdição dos Estados, Territórios ou Municípios, na aplicação das penalidades previstas no artigo n.º 880, letra "d", n.º 11, do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal aprovado pelo Decreto n.º 30.691, de 29 de março de 1952, alterado pelo Decreto nº 1.255, de 25 de junho de 1962.

Art. 5.º — Serão proibidos de funcionar os estabelecimentos abatedores que não se enquadrem no regime de inspeção federal previsto no Regulamento citado no artigo anterior, quando infringirem as normas previstas neste Decreto.

Art. 6.º — Será cassada a atividade dos marchantes que violarem o disposto no art. 2.º dêste Decreto.

Art. 7.º — Serão responsabilizados, nos têrmos da legislação vigente, os órgãos, entidades, autoridades e os servidores públicos que incumbidos da aplicação dêste Decreto, deixarem de cumprir o que nele se estatui.

Art 8.º — Ao Ministério da Agricultura, através do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária — DDIA, compete zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas no presente Decreto.

Art. 9.º — A Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) colaborará com os órgãos fiscalizadores e responsáveis pelo cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 10 — O Ministério da Agricultura cooperará com o Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX) e a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) na elaboração e execução dos planos de estocagem e de exportação de carnes bovinas.

Art. 11 — A observância das medidas e aplicação das penalidades constantes do presente Decreto competem:

a) ao Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas (SIPAMA), do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária (DDIA), do Ministério da Agricultura, nos estabelecimentos sujeitos a inspeção federal;

b) aos órgãos oficiais dos Estados, Territórios e Municípios que explorem matadouros para abastecimento regional e local ou sejam encarregados da inspeção em estabelecimentos dêsse gênero;

c) às Prefeituras Municipais, Associações Rurais ou outros órgãos aos quais venha a ser delegada competência, nos estabelecimentos sujeitos à jurisdição municipal.

Art. 12 — Os demais órgãos do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária (DDIA), localizados nos Estados e Territórios bem como os Serviços de Acôrdos, celebrados pelo Ministério da Agricultura e vinculados àquele órgão, cooperarão, quanto aos estabelecimentos não sujeitos à inspeção federal, na fiscalização do cumprimento das normas estatuídas neste Decreto.

Parágrafo único — Com êsse objetivo deverão os ór-

KIRI

(OU QUIRI)

O autor do artigo inserto nêste número, sob o título "Vizinhança", indaga sôbre a planta cujo título encabeça esta nota.

Vamos, daqui, procurar satisfazer-lhe a curiosidade.

Evôneo Berti Filho, bolsista pelo Convênio USAID/BOSU-ESALQ, junto à Cadeira de Entomologia da ESLAQ-USP, em artigo na revista "O Solo", do Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz", de São Paulo, informa-nos que o "Kiri" é uma planta oriunda de Formosa e introduzida na zona sul do Japão, de onde a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz importou sementes da espécie *Paulownia fortunei* (Scrophulariacea) e P. Kawakami.

Trata, no artigo, de algumas pragas que, infelizmente, já atacam as nossas plantações, referindo que, em literatura não científica, foram assinalados: formigas quem-quem e besourinho das folhas, êste não determinado pelo autor, além do ataque do nematóide *Meloidogyne arenari* (Lordeleo Kazanawa).

E cita as seguintes pragas na referida plantação:

a) Ordem Lepidóptera
Família: Noctuidae
Heliothis virescens Fabr.
Prodenia latifascia Walker
Família: *Nymphalidae*
Junonia Genoveva Cramer

b) Ordem Coleptera
Família: *Chrysomelidae* (*Alticionae*)
Crimissa sp.

c) Ordem Hemiptera
Família: Pentatomidae (Pentatominae)
Nezara viridula Linné
Família: Miridae
Engytatus sp. (*E. notatus* (Distant)?
Ainda encontramos um predador de N. viridula, parasita das formas jovens: Reduvidae (Zelinae).

d) Ordem Acarina
Família: *Tetranychidae*
Tetranychus ludeni (Zacher)

A Lima G. Pereira e A. G. Zagatto, no Vol. XXXIV de "O Biológico", também de São Paulo, oferecem-nos novos informes a respeito da planta asiática, adiantando que o "Kiri" encontrou naquele Estado ótimas condições ecológico-sanitáris e que sua cultura vem tendo grande desenvolvimento, por oferecer as vantagens de um crescimento rápido, aliado à produção de madeira leve, ideal para caixotaria, móveis, lápis, etc.

Mas também nos dão a notícia de que o "Kiri" se constituiu em nôvo hospedeiro do *Agrobacterium tumefaciens*.

Informam os autores citados que, em inspeções realizadas numa cultura de "Kiri" procedente de Formosa, foi registrada uma série doença no município de Santana de Parnaíba, com perda de 10% das plantas. A recuperação vinha sendo tentada por meio de decepa das árvores a fim de provocar a formação de uma nova parte do vegetal.

Eis como os técnicos citados descrevem a doença:

"Os pés atacados podem ser reconhecidos a distância pelo aspecto típico conferido pela distribuição de galhas de aparência globosa e com dimensões até de 8 centímetros, situados em locais de inserção das fôlhas opostas que alternavam em ângulo reto com as fôlhas imediatamente superiores e inferiores. As maiores galhas situam-se nas partes do tronco de maior vegetação. Os pés atacados emitem inflorescência prematuramente. Com o progredir da doença, pode ser observado, no local dos tumores, o rompimento da casca e mostrando no seu interior, um tecido escuro e decomposto, que estendendo-se além da zona da casca, provoca rápida decadência do vegetal. Tumores secundários e em fase de desenvolvimento foram observados em alguns pés em brotação, que sofreram a decepa a cêrca de 12 centímetros do solo."

Plantemos o Kiri, mas tratemos de defendê-lo dos seus inimigos que, pelo visto, já não são poucos no Brasil.

L.M.P.

---

gãos previstos neste artigo manter entendimentos com as autoridades estaduais e municipais, visando a celebrar convênios ou adotar medidas necessárias à fiscalização.

Art. 13 — As autoridades de defesa sanitária animal da União, dos Estados, Territórios e Municípios não poderão fornecer certificado sanitário para o trânsito de fêmeas destinadas ao abate em desacôrdo com o disposto no art. 2.º seja qual fôr o meio de transporte usado.

Art. 14 — Nos casos de dúvida ou omissão quanto a aplicação das normas fixadas no presente Decreto, caberá ao Ministério da Agricultura decidir.

Art. 15 — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

A PRODUÇÃO MUNDIAL DO ALGODÃO DIMINUIU EM 6 ANOS

A produção mundial do algodão em 1967/68 está calculada em 47,1 milhões de fardos, (1) a menor desde 1961.

Equivale a 1,2 milhões de fardos menos do que a safra de 1966/67 e 6,8 milhões abaixo da de 1965/66 que foi recorde.

Há dois anos consecutivos que a redução tem se revelado sobretudo nos Estados Unidos.

Quer a produção dos países estrangeiros do Mundo Livre, estimada em 23,2 milhões de fardos, quer a dos países comunistas orçada em 16,4 milhões de fardos, aumentaram desde o ano passado.

A área ocupada com a cultura do algodão, bem como a média de produção por acre apresentaram-se também reduzidas em 1967/68 em comparação com o ano anterior.

A área total ocupada com algodão nessa safra é de 75,7 milhões de acres, 1,0 menos do que 1966/7 e menos, aproximadamente, de 5,0 milhões da média dos anos de 1960/64.

A média de produção correspondente a 29 libras de fibras por acre ficou aquém da média de produção da safra anterior que equivaleu a 302 libras .

O beneficiamento final da safra algodoeira de 1967/68 nos Estados Unidos revelou a produção de 7.455.000 fardos, isto é, a menor colheita desde 1895, e inferior em cêrca de 2 milhões de fardos à safra de 1966/67.

A área colhida, cêrca de 8 milhões de acres, foi inferior à do ano anterior em 1,6 milhões de acres e um pouco acima da metade da média dos anos de 1960/64.

A média de produção desta safra — 447 libras-pêso de pluma por acre — é a mais baixa desde a safra de 1961 e se aproxima das 480 libras-pêso da safra de 1966/67.

PRODUÇÃO LATINO-AMERICANA

Comparada com a produção de 1966/67, a safra de 1967/68 para a América do Sul deve ser maior, ao passo que a da América Central e do México sofrerão um decesso.

Na América do Sul, em muitos países, exceto o Brasil, a produção algodoeira sera mais ou menos igual à safra de 1966/67.

A atual safra brasileira está calculada em 2.300.000 fardos, o que representa um aumento de 250.000 fardos sôbre a do ano anterior. A produção do Peru está estimada em cêrca de 465.000 fardos, portanto com uma queda de 10.000 fardos em relação à última safra.

A primeira estimativa oficial da safra argentina realizada pelo Ministério da Agricultura daquele país, acusa uma produção em tôrno de 320.000 fardos em comparação com os 400.000 da safra anterior. Esta foi a menor produção desde a Segunda Grande Guerra.

A produção algodoeira da América Central tem diminuído consecutivamente durante as três últimas safras. Sua produção está orçada em 1.010.000 fardos em comparação com 1.051.000 fardos da safra 1966/67.

A produção do algodão diminuiu em El Salvador, Honduras e Nicarágua, aumentando na Costa Rica e na Guatemala. A safra dêste ano no México, está orçada em 2 milhões de fardos, 11 por cento menos do que a última colheita e 24% menos do que a safra recorde de 1965/66.

EUROPA E RÚSSIA

A produção algodoeira da Europa está calculada em 863.000 fardos, uma diminuição, portanto, de 86.000 fardos da safra 1966/67. A redução mais acentuada verificou-se na Espanha, cuja produção de 300.000 fardos baixou para mais de uma quarta-parte da última safra. Na Grécia, tem havido um aumento consecutivo nos últimos quatro anos agrícolas, a produção está calculada em cêrca de 443.000 fardos, acima portanto da última safra que equivaleu a 404.000 fardos.

A produção da Rússia está sendo esperada em cêrca de 9.300.000 fardos. Esta produção, mais ou menos igual à da última safra, porém, obtida em área um pouco menor.

A produção dêste ano está calculada em 744 libras-pêso por acre, isto é, 12 libras-pêso por acre a mais do que no último ano.

GRANDE REDUÇÃO NAS SAFRAS AFRICANAS

Em muitos países dos maiores produtores da África, a produção algodoeira foi prejudicada pela ação do tempo.

A produção da Nigéria está calculada em 125.000 fardos, cêrca de 50% menos do que no ano anterior. Na República da África do Sul a safra está sendo esperada em 50.000 fardos, isto é, 25.000 fardos a menos do ano agrícola 1966/67.

O excesso de chuvas durante o período de crescimento das culturas, fizeram com que houvesse um corte na produção da safra de 1967/68

(1) Todos os fardos são de 480 libras-pêso líquidos.

em Uganda, equivalente a .. 275.000 fardos, inferior à do ano anterior que foi de .. 350.000.

A safra da Tanzânia orçou em 300.000 fardos em comparação com os 360.000 do ano anterior.

A produção das Repúblicas Árabes Unidas, estimada em 2 milhões de fardos, foi 90.000 fardos inferior à da safra anterior.

A safra do Marrocos, cuja maior parte se constitui de variedades algodoeiras de fibras extralongas, baixou para 25.000 fardos, isto é, cêrca de 10.000 fardos a menos do que a safra de 1966/67.

A produção da Rodésia está sendo calculada em tôrno de 80.000 fardos, mais .... 20.000 do que a safra anterior.

A safra sudanesa provàvelmente não ultrapassará os 900.000 fardos, isto é, um pouquinho mais do que à de 1966/67.

ORIENTE MÉDIO, ÁSIA, AUSTRÁLIA

As safras algodoeiras da Turquia, Índia, Paquistão e Austrália atingiram a níveis recordes neste ano agrícola.

A produção da Índia em 1967/68 está calculada em 5.200.000 fardos, portanto, superior aos 4.600.000 fardos do ano agrícola 1966/67 e igual ao de 1963/64, que foi um ano recorde.

O Paquistão produziu ... 2.240.000 fardos o que constitui um recorde, sobrepujando a última safra em ... 140.000 fardos.

Espera-se, na Turquia, um recorde de produção, correspondendo a 1.800.000 fardos, isto é, mais 50.000 fardos do que a última safra.

A produção da Síria está estimada em 550.000 fardos, menor do que à de 1966/67, que foi de 650.000 fardos.

A Austrália espera um recorde de produção nesta safra, equivalente a 140.000 fardos, muito acima dos .. 85.000 fardos do último ano agrícola e da média dos anos de 1960/64, que foi apenas de 17.000 fardos.

A China Continental obteve uma produção correspondente a 7.000 000 de fardos, um aumento, portanto, em relação aos 6.500.00 fardos da safra de 1966/67.

MENOR PRODUÇÃO DE FIBRAS EXTRALONGAS

A produção de fibras extralongas no Mundo Livre, em 1967/68, está calculada em tôrno de 1.800.000 fardos, menor do que à da safra de 1966/67 que equivaleu a 2.000.000 de fardos.

Calcula-se a produção das Repúblicas Árabes Unidas em 59.000 fardos menos do que no ano passado.

A safra sudanesa, que no momento está sendo colhida, dará, talvez, 30.000 fardos menos do que a produção do ano anterior.

A produção do Marrocos está sendo esperada com 10.000 fardos menos do que a última safra.

E a produção peruana está calculada em 65.000 fardos menos do que à do ano agrícola 1964/67.

A safra do algodão egípcio-americano, nos Estados Unidos, será de 70.000 fardos aquém da última estação.

Este artigo foi extraído da nova publicação-circular "World Cotton Crop Smallest In 6 Years", fornecida graciosamente pelo Serviço Exterior de Agricultura, USDA, Sala 5.918, Washington, D.C. 20250.

FINANCIAMENTO PARA A PECUÁRIA

O Banco do Brasil tem 20 milhões de cruzeiros novos para aplicar, até o fim do ano, no financiamento de planos de desenvolvimento rural integrado, ao nível de fazendas, nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Paraná.

SAFRA DO MILHO NO CEARÁ

O Ceará vai ter uma das maiores safras de milho de sua história, enquanto o algodão deverá chegar a 75 milhões de quilos, igual ao que foi produzido no ano passado. O arroz também terá excelente safra, embora sem acompanhar o ritmo de produção de 1968, a maior de todos os tempos. Já o feijão decrescerá, tendo a região de Crateús sofrido queda substancial nos níveis de produção.

AGRICULTURA NA GUANABARA
Calendário para Setembro e Outubro

OLERÍCOLAS

Setembro — Continua-se no plantio de quiabo, abóbora, maxixe, melancia, espinafre, berinjela, jiló, pimentão. Termina a época do semeio de cenoura.

Ótimo mês para o plantio de batata-doce.

Outubro — Termina o semeio de alface (variedades repolhudas), só se plantando daí para a frente variedade de verão. Semeia-se couve tronchu para Natal e planta-se milho.

FRUTÍCOLAS

Setembro — Término da estação de fertilização dos pomares. Ótimo mês para a limpeza e desbrota dos bananais. Colhe-se sapoti, abio, banana, laranjas tardias e mamão.

Outubro — Bom mês para a retirada e plantio de mudas de bananeiras. Último mês para o plantio da melancia. Inicia-se a colheita do caju, colhendo-se ainda laranja seleta, mamão e sapoti.

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA

Por Hugo Martin

Especial para "A Lavoura"

A integração econômica, embora não tenha avançado tão ràpidamente como seria do agrado de muitos na América Latina e nos Estados Unidos, é, atualmente, um projeto da mais alta prioridade para a maioria dos líderes em economia, já que sabem que, sem ela, não se conseguirá um progresso verdadeiramente importante.

Isso ficou demonstrado, recentemente, ao realizar-se uma conferência auspiciada conjuntamente pela Universidade Austral, de Valdivia, Chile, e a Universidade Nacional do Sul, de Baia Blanca, Argentina. Foi essa a primeira reunião que, sob tais patrocínios, se realizou com o propósito único de discutir os problemas da integração econômica.

Das deliberações resultaram duas importantes conclusões: I — Embora lentamente, continua-se avançando para a integração econômica da América Latina; 2 — Os obstáculos à integração não são insuperáveis.

Além disso, tornou-se claro que a integração é o mais importante instrumento para garantir a adequada aplicação da tecnologia moderna às economias latino-americanas.

Às vêzes, perde-se de vista o fato de que a idéia da integração econômica da América Latina é relativamente nova, tendo atraído a atenção dos economistas e líderes pela primeira vez há apenas um decênio. Foi em 1960 que se assinaram os primeiros acôrdos de integração o Tratado de Manágua, pelo qual se criou o Mercado Comum Centro-Americano; o Tratado de Montevidéu, para estabelecer a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), e o acôrdo que deu origem ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

Um acontecimento importante, foi a reunião de Chefes de Estado das Repúblicas Americanas, realizada, em 1967, em Punta del Este, Uruguai. Nessa reunião, fixaram-se prazos para o estabelecimento de um Mercado Comum Latino-Americano.

Já se conseguiu considerável progresso nesse sentido, embora ainda reste muita coisa por fazer. O comércio entre os membros de grupos regionais aumentou substancialmente; conceberam-se e levaram-se a efeito projetos multinacionais de desenvolvimento nos campos do transporte e comunicações; negociaram-se tratados complementares e estabeleceram-se programas integrados para o desenvolvimento de zonas e regiões virgens.

Ao ampliar-se os mercados latino-americanos, mediante maior integração, serão abertos os caminhos para uma diversificação das exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados. Êsse fato faria aumentar a eficiência na produção e provocaria uma baixa dos preços, o que poria um maior número de artigos ao alcance dos consumidores de tôdas as classes. A ampliação dos mercados também aumentaria as receitas, permitindo a elevação dos salários dos trabalhadores e o aumento dos lucros das emprêsas.

A integração econômica é um processo que favorece não só os países em desenvolvimento, mas também os desenvolvidos, por isso que todos se beneficiariam do aumento do número de pessoas com capacidade para comprar, além daquilo que é indispensável à vida, algumas das coisas que tornam a existência mais agradável.

A brecha tecnológica entre os países em desenvolvimento e as nações industrialmente avançadas é, freqüentemente, fonte de desânimo para os países que procuram colocar-se à altura dos mais progressistas.

Os países em desenvolvimento têm numerosas dificuldades, como, por exemplo, a insuficiência de verbas para pesquisas, a escassez de meios de ensino, o êxodo de profissionais e a falta de elementos com capacidade administrativa para suas emprêsas. Mediante a integração, muitos dos recursos naturais, que podem parecer pequenos, considerados isoladamente, serão reunidos a outros e, dêsse modo, beneficiarão todos os interessados. (IPS)

RECORDES DO ALGODÃO

O algodão está batendo três recordes: de produção no País, com perspectiva da colheita nacional alcançar, nesta safra, 700.000 toneladas de pluma; na exportação brasileira, com estimativa de 320.000 toneladas; e na produtividade por alqueire, em São Paulo, com o registro de colheita de 245 arrôbas.

Notícias e Informações

SOLUÇÃO GOVERNAMENTAL PARA OS CAFÈZAIS PERDIDOS

A diversificação da lavoura nas regiões cafeeiras do Paraná, atingida pelas geadas, através da utilização de sementes classificadas, da correção e da adubação do solo e da assistência direta aos lavradores serão as medidas adotadas pelo Govêrno para resolver o problema da lavoura paranaense.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

A Secretaria da Agricultura da Bahia obteve do Instituto Brasileiro do Café recursos no montante de 400 mil cruzeiros novos para aplicá-los na mecanização da lavoura, nas regiões onde os cafèzais improdutivos foram erradicados para o plantio de novas culturas. Êsses recursos serão liberados em parcelas, a primeira das quais será paga, brevemente, para a aquisição de tratores e outros implementos agrícolas.

REDUZIDA A SAFRA DE ARROZ EM GOIÁS

A safra do arroz, no período 68/69, não será superior a 16 milhões de sacos e será inferior à do período anterior em quase um têrço, em virtude da queda (de 20 por cento) ocasionada pela estiagem e também porque o volume de plantio permaneceu estacionário, ainda que se utilizando de uma área de beneficiamento bastante maior.

CRISE DA MANDIOCA EM SÃO PAULO

Estão em crise os produtores de mandioca do Estado de São Paulo, porque não encontram preços compatíveis com os custos, para comercializar sua produção. Várias regiões do Estado dedicam-se ao cultivo dessa raiz, porém a mais afetada pela crise é a Alta Sorocabana, onde, em Assis, Candido Mota, Ibirarema, Palmital e Maracaí, mais de 8 mil alqueires de terras são cobertos pela mandioca. E os lavradores não encontram perspectivas para seus negócios, oprimidos pelos industriais que não alcançam, por sua vez, melhor preço na colocação do produto para o consumo.

NOVOS TRATORES PARA O ESTADO DO RIO

No início do mês de julho, chegaram da Iugoslávia 50 tratores encomendados pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, para ajudar os agricultores do Norte fluminense nos trabalhos de irrigação e açudagem.

PECUÁRIA NORDESTINA

O rebanho bovino do Nordeste cresceu em 44%, no decênio 1950/60, evoluindo de 12,7 mil cabeças para 18,3 mil. No mesmo período, o rebanho brasileiro cresceu apenas em 35%.

São elementos estatísticos liberados pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, que classifica o Nordeste como detentor do terceiro rebanho do País.

AVIAÇÃO AGRÍCOLA

Embora com relativo atraso em relação a muitos países, surgiu no Brasil o emprêgo de aviões na defesa da lavoura; dez emprêsas de aviação agrícola se dedicam a êsse tipo de negócio, com 30 aviões.

VENDA DE EXCEDENTES DE ARROZ

A cotação baixa no mercado internacional dos preços do arroz está ocasionando uma enorme dificuldade para a comercialização dos excedentes da produção arrozeira do Rio Grande do Sul.

NOVOS CENTROS DE PESQUISA AGRÍCOLA

Três importantes centros de pesquisas instalados a partir de 1960 no Estado de S. Paulo, completaram a tradicional rêde de instituições criadas para estabelecer as bases do aprimoramento da agricultura paulista. O Centro de Mecânica de Jundiaí, o Centro de Nutrição Animal de Nova Odessa e o Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos de

Campinas constituíram o tripé que estava faltando à velha estrutura da Secretaria da Agricultura, até então integrada, neste setor, apenas pelo Instituto Biológico e pelo Instituto Agronômico.

ANTIINFLAÇÃO NA AGRICULTURA

A tendência antiinflacionária do setor agrícola brasileiro é resultante da estabilização dos preços do arroz, feijão e milho, em conseqüência das colheitas abundantes do ano passado e das previsões favoráveis para as safras de 1969/70.

NOVA INDÚSTRIA BAIANA

Entre agôsto e setembro dêste ano, mais uma nova indústria estará em funcionamento no Centro Industrial de Aratu, Bahia: a Tramontina Industrial Ltda. A nova emprêsa vai ocupar uma área de 37.500 metros quadrados e é destinada à fabricação de equipamentos agrícolas. A produção prevista para o primeiro ano de operação é de 1.750 mil peças, atendendo a grande parte do consumo no Norte e Nordeste do Brasil.

PRODUÇÃO DE UVA

Nova fonte de produção agrícola abriu-se nos últimos tempos ao Norte do Paraná. Trata-se da produção de uvas de mesa. Atualmente, mais de 300 produtores se dedicam a esta atividade, que está proporcionando bons lucros e criando possibilidades de diversificação também para uvas destinadas ao preparo de vinhos.

FINANCIAMENTO A QUATRO COOPERATIVAS ESTADUAIS

Do total de NCr$ 10 milhões e 250 mil em financiamentos federais às cooperativas de avicultores do Rio, Estado do Rio, São Paulo e Espírito Santo, NCr$ 8 milhões serão destinados ao depósito de milho e o restante custeará a estocagem de frangos abatidos.

FINANCIAMENTO PARA MAQUINA DE PEGAR ABELHAS

A máquina foi batizada por Núcleo Alvorada de Atração. Compreende várias câmaras de aprisionamento e um instrumento especial para evaporação de preparado à base de néctar e mel. Isto atrai as abelhas em poucos minutos, permitindo a seleção das africanas que, segundo resolução apresentada pelo Ministério do último Congresso Brasileiro de Apicultura, não devem ser eliminadas, mas cruzadas.

PARAÍBA AUMENTA PRODUÇÃO ALGODOEIRA

A Paraíba produzirá, êste ano, 450 mil toneladas de algodão, sendo esta, segundo prevê o Escritório Central de Planejamento e Contrôle do Ministério da Agricultura, a maior safra da colheita paraibana.

GRANDE SAFRA PARAIBANA

Choveu muito no sertão da Paraíba. Na região de Campina Grande as chuvas foram excepcionais e consideradas as melhores de todos os tempos. Divulgando tais informações, a Secretaria da Agricultura anunciou que a safra de 1969/70 será a maior e melhor de tôda a história paraibana.

ÊXODO SERINGALISTA

O reajustamento do preço da borracha em 20 por cento deverá melhorar o padrão de vida dos seringalistas evitando desta maneira o seu êxodo para as cidades.

RAIVA ATACA REBANHO MINEIRO

Duas mil cabeças de gado foram dizimadas pela raiva, na Zona da Mata, em Minas Gerais. Nem todos sabem que a raiva pode atacar os rebanhos. Êstes podem ser atingidos pela fúria de algum animal louco, como o cão, e neste caso a doença atinge apenas alguns animais do rebanho. Outras vêzes, pode ocorrer verdadeira epidemia de raiva bovina quando transmitida por morcegos hematófagos. Contra a raiva bovina se prepara uma vacina semelhante à utilizada para proteger os cães.

PROBLEMAS DA PECUÁRIA NORDESTINA

A exploração pecuária nordestina se caracteriza por um regime de criação extensiva ou de pasto, e por uma quase completa falta de especialização. Várias causas, direta ou indiretamente, respondem pelo baixo rendimento e baixa produtividade do setor. Dentre os fatôres que mais acintosamente se opõem ao desenvolvimento da produção pecuária, e que dificultam a elevação do nível de renda dos produtores, destacam-se as deficiências alimentares, as condições sanitárias, as limitações zootécnicas, a assistência técnica e creditícia e o comportamento do pecuarista.

ESTOCAGEM DE TRIGO

Até silos de plástico serão empregados no Rio Grande do Sul, se necessário, para armazenar a próxima safra de trigo, que se anuncia capaz de atingir um milhão de toneladas, a maior de todos os tempos e que, dentro do Plano Estratégico do Govêrno Federal, estava prevista sòmente para 1971/72.

GUIANA ABASTECE RORAIMA

A população do Território Federal de Roraima, estimada em 44 mil habitantes espalhados por uma área de 230 mil quilômetros quadrados, vem sendo abastecida nos produtos básicos da alimentação pelas Guianas, que, através da BR-401 (em construção), fornece não só a batata, cebola, arroz, mas também trigo e borracha. A causa ligada em parte à economia da região — bàsicamente a criação de gado — deve se principalmente à falta de estradas, uma vez que no momento a única via de ligação terrestre com Ma-

naus — a BR-174 — ainda se encontra em fase de desmatamento, com apenas 238 km, dos 970, semiconstruidos, conforme o DNER.

NORDESTE AUMENTA PRODUÇÃO DE ARROZ

A produção de arroz do Nordeste alcançou, em 1967, a cifra de 933 toneladas, ocupando uma área de 741 mil hectares e atingindo um valor de produção da ordem de NCr$ 152,2 milhões.

FINANCIAMENTO PARA O NORDESTE

Para fomentar a produção e a industrialização do leite em Pernambuco, desenvolver o ensino agrícola no Rio Grande do Norte, instalar silos metálicos na Paraíba, incentivar o cooperativismo no Piauí, intensificar a eletrificação rural no Ceará e inaugurar, em Alagoas, o Laboratório do Solo e da Água, do Instituto de Tecnologia, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário acaba de fazer entrega a diversas entidades estaduais da verba global de NCr$ .... 1.110.388,20.

FLOR BRASILEIRA NO MERCADO MUNDIAL

O alto valor das flôres brasileiras no mercado mundial — principalmente na Europa e Estados Unidos — e as possibilidades que se abrem para o Brasil nesse campo, está possibilitando a criação de uma cooperativa de produtores, que cuidará do aumento da produção e colocação de produtos selecionados no mercado exterior.

CESARIANA EM GADO VACUM

No estabelecimento de propriedade do Sr. Inácio Lucena, no Rio Grande do Sul, os médicos-veterinários, Dr. Paulo Kersting e dra. Elenir da Costa realizaram uma operação cesariana em uma vaca de propriedade do Sr. Inácio, sendo, na ocasião, extraído um "tapichi" monstro de duas cabeças e de dois corações. A vaca está viva e o "novilho-monstro" que morreu no momento da extração foi recolhido à Faculdade de Zootecnia, onde se encontra em estudos.

AUMENTO DA PRODUÇÃO DE BORRACHA

O Brasil contará com a produção de mais dois milhões de seringueiras que estão sendo plantadas na região amazônica, melhorando substancialmente a produção nacional de borracha vegetal, que oscila em tôrno de 22 mil toneladas anuais.

IMPORTAÇAO DE TRATORES

Foi assinado convênio, no valor de US$ 10.000,00, entre o BNDE e a Caterpillar Americas Co., para importação de tratores, com prazo de 7 anos e a juros módicos, através do INDA.

MELHORAMENTO NOS REBANHOS BOVINOS BRASILEIROS

A Universidade Federal Rural de Pernambuco recebeu, recentemente, da Alemanha, uma doação de sêmen congelado de bovinos da raça Holandesa. O sêmen recebido é proveniente de reprodutores provados e de alto valor zootécnico, tendo suas filhas, produção média, em várias lactações, acima de 6.500 quilos de leite, com mais de 4% de gordura.

INVESTIMENTO PARA MELHORIA DO CACAU

Estão estimados em NCr$ 62 milhões os novos investimentos a serem introduzidos para a melhoria da lavoura cacaueira no exercício de 69, visando sobretudo à implantação de programas de recuperação e de infra-estrutura em tôda a região localizada no Sul do Estado da Bahia.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

O Serviço de Inseminação artificial do Ministério da Agricultura em Goiás divulgou ontem que já nasceram mais de 100 bezerros, filhos de puro-sangue, através da inseminação artificial, "numa contribuição realmente vantajosa para a melhoria do rebanho do gado leiteiro do Estado." O serviço está trabalhando com bois puro-sangue, de origem canadense e holandesa.

ESPECULAÇÃO SÔBRE O ALGODÃO

Com as últimas chuvas caídas no interior do Estado do Rio Grande do Norte já começam as especulações em tôrno do preço do algodão para a safra do próximo ano. Nos últimos períodos os preços da arrôba de algodão estavam acusando 28 a 30 cruzeiros para o algodão mata e 37 cruzeiros para o chamado algodão seridó.

VACINAÇÃO EM MASSA NAS ALAGOAS

Mobilizando todos os seus veterinários e engenheiros agrônomos, e contratando também muitos outros em setores privados, a Secretaria da Agricultura iniciou uma campanha gigante de vacinação dos rebanhos de Alagoas, que está sendo apontada como a maior e mais objetiva até hoje planejada e realizada em todo o País. Os estoques de vacina, contra tôdas as moléstias, são de mais de 500 mil doses. Arapiraca, Viçosa, Capela, Jacará dos Homens, Ôlho d'Água das Flôres, Delmiro Gouveia e Flexeiras são os municípios onde há os maiores rebanhos de gado bovino, ovino e caprino do Estado.

MILHÕES PARA PECUÁRIA

O Banco do Brasil acaba de vincular-se ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária, decorrente de empréstimo do BIRD, e já dispõe de NCr$ 20 milhões para aplicar, até o fim do ano, no financiamento rural integrado ao nível de fazendas, nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e norte do Paraná.

IMPORTAÇÃO DE GADO URUGUAIO

Começou a importação de gado do Uruguai, através da linha de fronteira situada em Santana do Livramento. O prazo concedido pelo go-

vêrno uruguaio para a saída do gado é curto e, assim, só deverão ser importadas dez mil cabeças. Os frigoríficos encarregados do abate pediram a dilatação do prazo, a fim de que a importação seja maior. Os animais foram vacinados contra a aftosa e nenhuma cabeça poderá ser abatida antes de 15 dias.

SAFRA ALAGOANA

A produção de cereais, em Alagoas, no corrente ano, deverá atingir novos recordes, especialmente de feijão, milho, mandioca e algodão.

FINANCIAMENTO DO BNB

O Banco do Nordeste está concedendo um financiamento de NCr$ 1,2 milhão à Cooperativa Agropecuária de Bom Conselho, em Pernambuco, dentro do convênio BID/SUDENE/BNB, para relocalizar uma unidade de beneficiamento de algodão naquele Município, investimento que, no total, irá aos NCr$ 1.950 mil.

IRRIGAÇÃO

Sete mil hectares de terra do alto Sertão pernambucano vão ser irrigados pela Superintendência do Vale do São Francisco, como parte de um projeto considerado o maior do país, no gênero.

RECURSOS PARA O RIO GRANDE DO SUL

O Secretário-Geral do Ministério da Agricultura, Sr. Raimundo Bruno Marussig, disse ontem em Pôrto Alegre que o Ministério da Agricultura aplicará NCr$ 11,5 milhões no Rio Grande do Sul para projetos de pesquisa e experimentação agropecuária, defesa animal e vegetal, obras de engenharia rural, utilização racional do solo e da água, serviços de classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal e melhoramento do gado leiteiro.

DESCOBERTA AUMENTARÁ PRODUÇÃO DO CACAU

Um dos maiores problemas das lavouras cacaueiras de todo o Mundo, a "podridão parda" chega, pràticamente, ao seu final, com a descoberta de técnicos do Centro de Pesquisas de Cacau (CEPEC), da CEPLAC, que, após vários anos de pesquisas de laboratório, produziram um híbrido de cacau, resultado do cruzamento do Catongo brasileiro (cacau branco), com o "Scavina-6" equatoriano, totalmente resistente à doença, já cognominado de "Cacau Bahia".

MERCADO DE SOJA

O Brasil participa no mercado mundial como o terceiro exportador de soja, movimentando cêrca de 3% do comércio internacional. Ocupando o primeiro lugar vêm os Estados Unidos, que contam com a participação de aproximadamente 90% da soma de transações comerciais em todo o mundo.

CRÉDITO ESPECIAL PARA FRUTAS NATIVAS

Incentivo especial está sendo concedido pela SUDENE para agricultores que queiram iniciar cultivos de frutas típicas regionais, visando a incrementar a produção das espécies industrializáveis do Nordeste. Dezesseis espécies nativas estão incluídas na classificação do programa do Departamento de Agricultura da autarquia.

RENOVAÇÃO DA CAFEICULTURA

O Estado do Espírito Santo decidiu iniciar imediatamente o programa governamental de renovação da cafeicultura capixaba, já dispondo para isso de quatro milhões de mudas de café de alta qualidade.

EXPOSIÇÃO PARA DEZEMBRO

Entre os dias 7 e 14 de dezembro será realizada, em Salvador, a III Exposição Agropecuária de Ipiaú. Desde já a mostra começa a empolgar os pecuaristas da região que, a exemplo dos anos anteriores, estarão exibindo os melhores exemplares de seus plantéis. A Exposição Agropecuária de Ipiaú é uma das maiores de quantas se realizam no País e a sua fama atrai criadores de vários Estados.

GADO NA AMAZÔNIA

A família que mais possui terras no mundo — a Kleberg, do Texas — está investindo milhões de dólares, através de sua gigantesca emprêsa de carnes, "King Ranch", para transformar 121.200 hectares de terras da Amazônia "na mais eficiente região de pastagem de gado vacum do mundo."

SEGURO RURAL

A regulamentação definitiva do seguro rural, com o objetivo de garantir as operações de crédito rural contra os riscos aleatórios que lhes são peculiares, com a cobertura dos financiamentos contra as perdas ou diminuições da produção agropecuária, foi debatida em Brasília, durante o III Congresso Nacional da Agropecuária, com base nos estudos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento da Agricultura (CDA), órgão presidido pelo Ministro da Agricultura.

CHUVAS NO NORDESTE

As chuvas ocorridas no nordeste durante o último mês de maio, dizimaram 80% da lavoura algodoeira dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, deixando os pequenos proprietários em vias de venderem suas terras aos latifundiários, para poderem cumprir seus compromissos com diversos bancos financiadores, que exigem o pagamento do empréstimo.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias, e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de março a junho de 1969

GOVÊRNO FEDERAL

ABASTECIMENTO — Boletins de Estoque — Fins Estatísticos

O Superintendente Nacional do Abastecimento resolveu que em todo o território nacional os atacadistas, cooperativas, representantes, consignatários, indústrias, depósitos, trapiches, silos, frigoríficos, armazéns gerais e as organizações varejistas que importam diretamente seus produtos ficam obrigados a fornecer mensalmente boletins de estoques, respeitadas as unidades de medidas consignadas nos mesmos e a indicação dos locais de armazenamento.

Os boletins correspondentes ao movimento do mês anterior serão entregues à Delegacia Regional da SUNAB até o 5.º dia útil de cada mês, sendo obrigatório a apresentação de declaração negativa. São os seguintes os estoques: arroz (grãos curtos, médios e longos), feijão prêto e de côres, banha animal, milho (exclusive canjica, pipoca e milho picado), gorduras vegetais (tôda aquela que fôr composta de óleos e gorduras vegetais), óleos vegetais comestíveis, incluindo azeite de oliveira (exclusive óleo de dendê e outros do tipo filigrana).

Poderão ser relevadas as divergências de dados que não excedem a 5% do estoque final (MA—SUNAB — Portaria n.º 21 de 28-2-69 — DO de 8-4-69, p. 2.970).

ABASTECIMENTO — Boletins de Estoque — Guanabara

O Delegado da Superintendência Nacional do Abastecimento no Estado da Guanabara baixou instruções para preenchimento de Boletins de Estoque:

Boletim — Código 001

1 — Para os atadistas, cooperativas, representantes, consignatários e organizações varejistas que importam seus produtos diretamente (varejões), será utilizado o Boletim de Código 001;

2 — Os boletins deverão ser preenchidos de forma clara e legível, de preferência a máquina, sem rasuras e em um original e três cópias, que serão entregues na Delegacia Regional da SUNAB;

3 — Serão declarados apenas os estoques dos produtos, a saber:

Arroz — grãos curtos, médios e longos;

Feijão prêto e de côres;

Banha animal — banha de porco;

Milho — exclusive o de pipoca, branco ou canjica, e milho picado;

Gorduras vegetais — margarinas, gorduras de côco e tôda aquela que fôr composta de óleo ou gordura vegetal ;

Óleos vegetais — exclusive óleo de dendê e outros do tipo filigrana.

Observação: Ao declarar os estoques de óleos vegetais, inclua todos os tipos (algodão, soja, amendoim, milho etc.), inclusive azeite de oliveira importado ou não;

4 — Os estoques deverão ser declarados em quilos e mililitros, na forma estabelecida na coluna A do boletim, não sendo necessário mencionar a embalagem dos produtos;

5 — Serão reveladas as divergências de dados que não excederem a 5% dos estoques finais de cada produto;

6 — Os boletins (Códigos 001) serão assim preenchidos;

Estoque anterior — Mencionar os estoques finais do mês anterior;

Entradas — Somar as colunas "C" e "D";

"Total das entradas" — É o resultado da soma das colunas "C" e "D";

Saídas — Somar as colunas "F" e "G";

Estoques finais — Somar o estoque anterior (coluna "B") com o "Total das entradas" (coluna "E"). Do resultado obtido subtrair o "Total das saídas" (coluna "H").

Resumindo:

$E = C + D$
$H = F + G$
$I = B + E - H$

Local de armazenagem — Mencionar o (s) local (is) em que se encontram armazenadas as mercadorias.

Boletim — Código 002

7 — Para os depósitos, trapiches, silos, frigoríficos e armazéns gerais, que mantenham sob sua guarda os produtos sujeitos à intervenção de Portaria Super (de propriedade de terceiros);

8 — Ficam as emprêsas acima obrigadas ao cumprimento dos itens 2 e 3 da presente instrução;

9 — Os estoques serão declarados em quilos ou em mililitros;

10 — Os boletins (Código 002) serão assim preenchidos:

Depositante — Mencione o nome da firma que possui estoque dos produtos constantes no item 3;

Enderêço (do depositante) — Mencione o enderêço da firma depositante;

Produtos — Mencione os produtos estocados pelos depositantes;

Unidade — Mencione a unidade de medida correspondente ao produto armazenado (quilo ou mililitro);

Estoque anterior — Mencione o estoque final existente no mês anterior;

Entrada — Mencione as entradas havidas no mês;

Saídas — Mencione as saídas havidas no mês;

Estoque final — Somar o estoque anterior (coluna "E") com as entradas (coluna "F"). Do resultado obtido, subtrair as saídas.

Resumindo:

$H = E + F - G$

Boletim — Código 003

11 — Para as emprêsas que industrializam ou envazam óleos e azeites;

12 — Os boletins deverão ser preenchidos de forma clara e legível, de preferência a máquina sem rasuras e em um original e três cópias, que serão entregues na Delegacia Regional da SUNAB;

13 — Os estoques deverão ser declarados obedecendo-se a unidade de medida em uso (mililitro);

14 — Serão relevadas as divergências de dados que não excederem à 5% dos estoques finais;

15 — Os boletins do Código 003 serão assim preenchidos;

Matéria prima:

Estoque anterior — Mencionar os estoques finais do mês anterior;

Etradas — Somar as colunas "B" e "C";

"Total das entradas" — É o resultado da soma das colunas "B" e "C";

Saídas — Somar as colunas "E" e "F";

"Total das saídas" — É o resultado da soma de "E" + "F";

Estoque final — Somar o "Estoque anterior" (coluna "A") com o "Total das entradas" (coluna "D"). Do resultado obtido, subtrair o "Total das Saídas".

Resumindo:

$H = A + D - G$

legislação agrícola

industrializado ou embalado.

Estoque anterior — Mencionar o estoque final do mês anterior já industrializado ou embalado;

Entradas — Somar as colunas "J", "K" e "L";

"Total das entradas" — É o resultado da soma das colunas "J", "K" e "L";

Quebras — É a parcela da perda proveniente da industrialização obtida pela diferença da matéria-prima saída para industrialização (coluna "E") e a absorção pela industrialização;

Saídas — Somar as colunas "O" e "P";

"Total das saídas" — É o resultado da soma das colunas "N", "O" e "P";

Estoque final — Somar o estoque anterior (coluna "I") com o total das entradas (coluna "M"). Do resultado obtido subtrair o total das saídas (coluna "Q").

Resumindo:

R = I+M—Q

(MA—SUNAB—GB — Instrução s/n.º, de 8-4-69 — DO de 8-4-69, p. 2.971).

AÇÚCAR — Acôrdo Internacional — Nações Unidas.

Foi aprovado o Acôrdo Internacional do Açúcar, que o Brasil assinou a 18 de dezembro de 1968, em Nova York (Decreto-lei n.º 492, de 6-3-69 — DO de 27-3-69, p. 2.649).

AÇÚCAR — Certificado de Pesagem — Registro de Canas de Fornecederores — Alteração.

O Conselho Deliberativo do IAA alterou a Resolução n.º 2.011, de 1969, nas partes relativas ao Certificado de Pesagem e ao Registro de Canas de Fornecedores, dando aos arts. 2.º e 3.º a seguinte redação:

"O Certificado de Pesagem (mod. IAA-II. 281) será impresso sob a forma de talonários ou blocos, com cem fôlhas numeradas, tipogràficamente, em três vias cada, destinando-se a 1.ª ao fornecedor; a 2.ª, ao escritório da fábrica, onde ficará classificada por fornecedor; a 3.ª à balança das fábricas onde permanecerá prêsa (indestacável) ao bloco, havendo uma série de blocos para cada balança em funcionamento com numeração de 000001 a 999999.

Parágrafo único — O Certificado de Pesagem a que se refere êste artigo poderá ser utilizado em fôlhas sôltas, semprejuízo da numeração e demais dizeres, para propiciar a escrituração mecânica ou datilográfica, observadas as exigências quanto ao destino das vias".

"O Registro de Canas do Fornecedores (mod. IAA—II. 260) será impresso sob a forma de livro, com encadernação de cem fôlhas numeradas, tipogràficamente, em quatro vias cada, destinando-se a 1.ª à fábrica (indestacável); a 2.ª, à fábrica que a manterá classificada, em ordem cronológica, por fornecedor; a 3.ª ao fornecedor, e a 4.ª ao IAA.

§ 1.º Será facultado às fábricas o uso do livro referido neste artigo sob a forma de fôlhas sôltos, para propiciar a escrituração mecânica ou datilográfica, desde que, para fins de fiscalização, sejam classificadas e arquivadas:

a) as primeiras vias, pela ordem numérica de suas fôlhas;

b) as segundas vias, em ordem cronológica, por fornecedor;

§ 2.º Os livros ou fôlhas sôltas serão numeradas de 000001 a 999999, podendo haver tantas séries quantas necessárias para atender às exigências da organização de cada fábrica" (MIC—IAA — Resolução n.º 2.026, de 14-5-69 — DO—II de 30-5-69, p. 1.321).

AÇÚCAR — Costas Individuais de Comercialização — Cota Compulsória de Suprimento — Rio de Janeiro e São Paulo.

O Presidente do IAA reajustou as cotas individuais de comercialização deferidas às cooperativas centralizadoras de vendas e as usinas não cooperadas dos Estados do Rio e São Paulo.

Também reajustou as cotas compulsórias de suprimento às refinarias autônomas do Estado da Guanabara atribuídas às cooperativas centralizadoras de vendas e às usinas não cooperadas dos mesmos Estados (MIC—IAA — Ato n.º 2, de 12-2-69 DO—II de 10-3-69, p. 575).

AÇÚCAR — Financiamento Direto — Prorrogação de Prazo

O Presidente do IAA prorrogou até 15-6-69 o prazo autorizando a concessão de financiamento direto aos produtores quando comprovarem o cumprimento dos requisitos aprovados no Ato n.º 18, de 1968 — BLA — 1968, p. 191 — (MIC—IAA — Ato n.º 7, de 25-4-69 — DO—II de 30-5-69, p. 1.321).

AÇÚCAR — Moagem — Safra 1969/70

O Conselho Deliberativo do IAA fixou para os dias 16 de junho a 1.º de setembro de 1969 o início da moagem das canas relativas à safra de 1969/70, nas usinas da Região Centro—Sul e Norte—Nordeste, respectivamente.

Em função do regime de águas vigente e das condições climáticas locais, o início da moagem nos Estados e seguir poderá ser antecipado para estas datas 16 de maio — Goiás, Mato Grosso e Município de Tupaciguara Estado de Minas, 16 de junho — Maranhão, Piauí e Ceará; 1.º de agôsto — Rio Grande do Norte e Paraíba; 15 de agôsto — Zona Norte de Pernambuco e Vales do Coruripe e Santo Antônio, no Estado de Alagoas (MIC—IAA — Resolução n.º 2.025, de 30-4-69 — DO—II de 16-5-69, p. 1.222).

AÇÚCAR — Preços — Safra de 1969/70

O Presidente do IAA fixou em NCr$ 19,56 e NCr$ 26,66, respectivamente, os preços de liquidação do açúcar cristal standard para as regiões Centro—Sul e Norte—Nordeste. Os preços de faturamento, também para as mesmas regiões, foram estabelecidos em NCr$ 25,81 e NCr$ 30,77. Para o açúcar demerara, destinado à exportação, os preços passam a ser de NCr$ 17,80 e NCr$ 24,26, para o Centro—Sul e Norte—Nordeste, respectivamente.

Nas vendas diretas de açúcar cristal consideradas de varejo e nas vendas às indústrias, o produtor terá direito de usar a margem de 8% fixada para o atacadista.

Tôdas essas estipulações referem-se aos preços do açúcar e da cana para a safra de 1969/70 aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (MIC—IAA — Ato n.º 12, de 29-5-69 — DO—II de 3-6-69, p. 1.351).

AÇÚCAR — Produção do Tipo Cristal — Safra de 1968/1969

O Presidente do IAA autorizou, na safra de 1968/69, a produção adicional de açúcar cristal, do tipo standard, nas usinas dos Estados de Alagoas e Sergipe, respectivamente, no total de 356.542 e 50 mil sacos. Êsses contingentes receberão o benefício da defesa, ficando, porém, retidos nas próprias usinas ou em armazéns indicados pelas cooperativas de produtores fora de comercialização, até 31 de agôsto de 1969, quando serão incorporados às disponibilidades para consumo, dentro do regime de cotas que fôr fixado para a safra de 1969/70 (MIC—IAA — Ato n.º 6, de 13-3-69 DO—II de 11-4-69, p. 742).

AÇÚCAR — Produção Suplementar — Pernambuco e Alagoas — Safra 1968/69

O Presidente do IAA autorizou a produção de um contigente suplementar de 1,5 milhão de sacos de açúcar demerara nas usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas, na safra de 1968/69, com redução de igual volume na produção de açúcar cristal já atribuída às mesmas usinas (MIC—IAA — Ato n.º 3, de 5-3-69 — DO—II de 26-3-69, p. 630).

AGRICULTURA — Administração Pública — Órgãos de de Coordenação — Regimento

O Ministro da Agricultura aprovou o regimento dos órgãos de coordenação de tôdas as atividades do Ministério da Agricultura (MA—Gb — Portaria n.º 63, de 12-3-69 — DO de 2-4-69, p. 2.877).

ALGODÃO — Exportação — Preços Mínimos

A Carteira de Comércio Exterior comunicou as bases mínimas de preços para exportação de algodão em pluma da região setentrional do País, em dólares americanos ou seu equivalente em outras moedas FOB, por libra-peso.

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., de conformidade com o disposto nos itens II e VI da Resolução n.º 12, de 10 de março de 1967, CONCEX, torna público que, a partir desta data, passarão a vigorar as seguintes bases mínimas de preços para exportação de algodão em pluma da região setentrional do País, em dólares americanos ou seu equivalente em outras moedas FOB, por libra-peso.

Os exportadores que, acaso, não observarem as bases mínimas fixadas ficarão sujeitos ao imediato recolhimento da diferença de preço verificada, sem prejuí-

zo de sanções a serem aplicadas por esta Carteira. (MIC—CACEX — Comunicação n.º 263 de 6-3-69 — DO—II de 26-3-69, p. 638).

AMENDOIM — Exportação

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil fixou em US$ 220,00 e US$ 240,00 por tonelada FOB as bases mínimas de preços para amendoim selecionado, respectivamente com e sem casca, objeto de oferta ao exterior.

As exportações sòmente serão permitidas se o produto contiver um teor de aflatoxina nunca superior a 50 mcg/kg (BB—CACEX — Comunicado n.º 267, de 23-4-69 — DO—II de 29-5-69 p. 1.315).

ARROZ — Preços Mínimos

O Presidente da República decretou novos preços mínimos básicos para o arroz, segundo as zonas geo-econômicas — (Decreto n.º 64 292, de 31-3-68 — DO de 1-4-69, p. 2.811).

BORRACHA — Importação — Similaridade

O Conselho Nacional da Borracha determinou que a Superintendência da Borracha examinará as especificações de matéria-prima importada para fabricação de borrachas especiais, a fim de conceder benefícios de importação com relação à falta de similar nacional.

Para tanto, as emprêsas que utilizam aquêles produtos apresentarão as especificações da matéria-prima à Superintendência da Borracha.

Quaisquer dúvidas referentes às especificações técnicas das borrachas importadas serão esclarecidas através de exame realizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia ou pelo Instituto de Pesquisasa Tecnológicas de São Paulo.

São consideradas como tendo similares ou sucedâneos de produção nacional as borrachas que se enquadrem, sob qualquer de suas formas, nos tipos denominados polibutadieno, SBR e tôdas as borrachas vegetais (MIC—CNB — Resolução — n.º 1, de 21-3-69 — DO—II de 10-4-69, p. 735).

CAÇA — Amadorista — Alteração

O artigo 5.º, da Portaria n.º 252, cujas normas regulam o exercício da caça amadorista, passa a vigorar com a seguinte redação:

a) nas seguintes áreas geográficas:

Região Sul — Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo; Região Nordeste — Estados do Piauí e Maranhão; Regiões Centro-Oeste — Estados de Goiás e Mato Grosso (exceto a Zona do Pantanal); Região Norte — Estados do Amazonas, Pará, Acre e Território do Amapá, Roraima e Rondônia;

b) com início no dia 1.º de maio de cada ano, e término em 31 de agôsto, nas Regiões Sul e Leste; 20 de setembro nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O artigo 10 dessa portaria teve suprimido o seu parágrafo único.

Os degados Estaduais nas unidades federativas mencionadas poderão, através de portaria, fixar as normas necessárias ao exercício da caça amadorista nas áreas de sua jurisdição e, quando houver motivo relevante, autorizar a caça amadorista fora da temporada oficial, principalmente nos casos de aves ou animais daninhos ou prejudiciais à lavoura de qualquer espécie (MA—IBDF — Portaria n.º 851, de 18-3-69 — DO—II de 31-3-69, p. 665).

CAFÉ — Aprovação do Convênio Internacional

Foi promulgado o Convênio Internacional do Café, assinado pelo Brasil a 28 de março de 1968 (Decreto n.º 64.141 de 27-2-69 — DO de 17-3-69, p. 2.249).

CAFÉ — Certificado de Origem

A Diretoria do Instituto do Café instituiu dois tipos distintos de Certificados de Origem: Modêlo O, destinado a cobrir embarques para mercados tradicionais, e Modêlo X, destinado a cobrir embarques para mercados novos (MIC—IBC — Resolução n.º 456 de 27-3-69 — DO—II de 8-4-69, p. 716).

CAFÉ — Exportação — Cambiais — Aquisição

A Diretoria do IBC resolveu que as cambiais representativas da exportação de café da safra 1968/69, e anteriores serão adquiridas pelo Banco do Brasil e demais bancos autorizados (MIC—IBC — Resolução n.º 455, de 2-3-69 — DO—II — de 8-4-69, p. 715).

CAFÉ — Exportação — Contrato

A Diretoria do IBC resolveu que tôda exportação de café destinada a países relacionados no Anexo B do Convênio Internacional do Café de 1968 deverá ser coberta por um contrato entre o exportador e o importador, ou comprador (MIC—IBC — Resolução n.º 457, de 27-3-69 — DO—II de 8-4-69, p. 716).

CAFÉ — Exportação — Safra 1968/69 — Prorrogação de Prazo

A Diretoria do IBC prorrogou, até a entrada em vigor da safra 1969/70, o prazo para os despachos de Café da safra 1968/69, anteriormente fixado para 30 de abril de 1969 (MIC—IBC — Resolução n.º 460 de 29-4-69 — DO—II de 8-5-69, p. 1 081).

CAFÉ — Safra 69/70 — Comercialização

A Diretoria do IBC resolveu que o escoamento dos cafés da safra de 1969/70, das áreas de produção para os portos de embarque e para os armazéns do interior, será comercializado em uma única série, denominada, Série de Mercado, subdividida em 2 quotas: despolpada e comum.

É livre a movimentação de café até o tipo 8, sendo proibidas os trânsitos e o comércio de café inferior a êsses tipo, produto de beneficiamento, rebeneficiamento e cotação.

Todos os cafés recebidos a despachos deverão ser encaminhados para os portos ou armazéns do interior, no prazo de 60 dias podendo êste prazo modificado se julgado conveniente. As emprêsas transportadoras, qualquer que seja o meio de transporte, deverão, obrigatòriamente, fazer conta do respectivo conhecimento de frete e o nome do Município onde foi produzido o café.

Os transportadores rodoviários, não organizados em emprêsas, ficarão obrigados, quando necessário, ao porte de guias de transporte, talões de quitação dos tributos devidos ao Estado produtor de café que estiverem transportando, ou documentação reconhecidamente hábil que permita o transporte.

Nenhuma emprêsa transportadora poderá emitir conhecimentos de frete sem o efetivo requirimento dos cafés declarados nesses documentos.

Os cafés produzidos nos Municípios do Estado de São Paulo, localizados na Vale do Paraíba, deverão ser registrados na Agência do IBC do Rio de Janeiro e encaminhados para as armazéns pela mesma indicados.

Os despachos de café da safra 1969/70, serão iniciados em 15-5-69 e encerrados em 14-5-70, executados os da quota despolpada, que poderão ser realizados livremente durante todo o ano (MIC—IBC — Resolução n.º 464 de 14-5-69 — DO—II de 23-5-69, p. 1.271).

CAFÉ — Torrefação e Moagem — Rgistro e Fiscalização

A Diretoria do IBC tornou obrigatório o registro das torrefações e moagens no próprio IBC, sem o que não poderão funcionar em qualquer parte do território nacional. Para autorizar a instalação da indústria, o órgão levará em consideração a localidade, a população do Município, os índices de consumo per capita da região, o número de torrefações instaladas na área, a maquinaria a ser utilizada, a marca de indústria e comércio original, o capital a registrar e a idoneidade des componentes da firma.

Além da documentação básica que acompanhará os pedidos de registro, a Agência do IBC sob cuja jurisdição estiver o Município onde fôr estabelecida a a firma requerente, encaminhará à Administração Central dois modêlos de cada tipo e capacidade dos envoltórios e relatório de tudo que fôr apurado na vistoria do estabelecimento.

É obrigatório, também, o registro dos moinhos instalados nos estabelecimentos comerciais sem vínculo com torrefações, os quais terão de apresentar marca própria e adequirir o livro-registro modêlo IBC 10 11.

O IBC estabeleceu os tipos de café próprios para o consumo, proibindo o reaproveitamento do pó no preparo da bebida, a adição de qualquer produto no café destinado à infusão, além da fabricação, do comércio e do consumo de quaisquer sucedâneos do produto.

Sem prejuízo da ação própria das autoridades federais, estaduais e municipais, a fiscalização das torrefações e moagens e do comércio do café destinado ao consumo será feita pelo IBC (MIC—IBC — Resolução n.º 465, de 22-5-69 — DO—II — de 30-5-69, p. 1.322).

CAFÉ SOLÚVEL — Impôsto de Exportação — EUA

Está em vigor, desde o dia 1.º de maio de 1969, o impôsto de NCr$ 9,51675 por 0,45359 quilogramas de café

legislação agrícola

solúvel destinado à exportação para o mercado dos Estados Unidos, nos têrmos do acôrdo recentemente firmado entre os Governos brasileiros e norte-americano.

O impôsto será recolhido ao Banco do Brasil, em conta especial a crédito do Tesouro Nacional, mas não incidirá sôbre as exportações registradas no IBC até 30 de abril de 1969, com câmbio contratado até aquela data.

O prazo para o recolhimento terá como limite o momento em que se consumar a liquidação da operação, ficando o impôsto sujeito às variações da taxa cambial (Decreto-lei n.º 557, de 29-4-69 — DO 29-4-69, p. 3.625).

CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUÁRIA — Reuniões Regionais — Regimento

O Ministro da Agricultura aprovou o Regimento das Reuniões Regionais Preparatórias do III Congresso Nacional de Agropecuária, nas quais serão avaliados os resultados da execução da Carta de Brasília e recomendadas medidas destinadas ao desenvolvimento da agricultura nacional (MA—Gb — Portaria n.º 64, de 14-3-69 — DO de 20-3-69, p. 2.415).

COOPERATIVAS — Funcionamento — Autorização

O Presidente do Conselho Nacional de Cooperativismo estabeleceu que, até 26-8-69, as cooperativas deverão apresentar aos órgãos normativos a documentação comprobatória ao atendimento da legislação vigente.

As sociedades que não atenderem a essa imposição terão cancelada a sua autorização para funcionamento (MA—CNC — Instrução n.º 1, de 12-4-69 — DO—II de 26-5-69, p. 1.283).

CRÉDITO RURAL — Contribuição Sindical — Alteração.

O art. 2.º do Decreto-lei n.º 300, de 28 de fevereiro de 1967, relativo a operações de créditos rural, teve suprido o seu parágrafo único e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Aplicam-se à constribuição sindical as mesmas normas e princípios estabelecidos no art. 37 e seu parágrafo único da Lei n.º 4.829, de 5 de novembro de 1965" (Decreto-lei n.º 563, de 30-4-69 — DO de 2-5-69, p. 3.705).

CRÉDITO RURAL — Incremento da Produção — Comissões Estaduais

O Ministro da Agricultura determinou a criação, em cada unidade da Federação, de uma Comissão Estadual de Crédito Rural, que funcionará como órgão de assessoramento do Conselho de Agricultura do Estado e ficará tècnicamente vinculada ao Ministério da Agricultura, através da Equipe de Coordenação do Crédito Rural (ECRED), do Escritório Central de Planejamento e Contrôle (ECEPLAN).

Entre as principais atribuições dessas Comissões figuram:

a) elaborar planos e projetos de crédito especializado para execução nos Estados;

b) promover a conjugação dos programas de crédito rural com os de desenvolvimento sócio-econômico regionais integrando as entidades incumbidas dessas atividades;

c) efetuar estudos e pesquisas para aplicação correta e atualização dos programas de crédito rural;

d) avaliar os resultados das aplicações realizadas, de acôrdo com as diretrizes da Política Nacional da Produção Agropecuária (MA—Gb — Portaria n.º 78, de 9-4-69 — DO de 18-4-69, p. 3.333).

CRÉDITO RURAL — Recomendações aos Bancos

O Banco Central expediu instruções aos bancos privados para aplicação dos recursos destinados ao crédito rural, divulgando os três mapas a serem preenchidos a partir da posição de 5-4-69, para entrega à Gerência de Operações Bancárias O reajuste das posições será procedido com base nos balanços semestrais e nos balancetes de 5 de abril e 5 de outubro de cada ano. Para liberação dos recolhimentos já afetuados, fica facultada a apresentação da posição das aplicações nos balancetes de quaisquer dos outros meses.

Determinou o Banco Central que os recolhimentos serão feitos até o dia 5 dos meses de maio, agôsto, novembro e fevereiro de cada ano, tomando-se por base as posições levantadas a 5 de abril e 5 de outubro, cancelando-se a faculdade antes admitida, de se considerar, na composição dos cálculos, as aplicações realizadas após o levantamento das posições (MF—BCB — Circular n.º 125, de 27-2-69 — DO—II de 16-4-69, p. 772).

ERVA-MATE — Exportação

O Presidente substituto do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal instituiu a Guia de Trânsito de uso obrigatório nas transações de compra e venda de erva-mate cancheada e beneficiada para industrialização e consumo no País.

A Guia de Trânsito — emitida pelo produtor ou industrial, quando da emissão da Nota Fiscal à qual estiver vinculada — será da emissão e expedida em 3 vias; a primeira, para acompanhar a mercadoria; a segunda, para ser encaminhada à Delegacia Estadual do IBDF no primeiro dia útil após os dias 10, 20 e 30 de cada mês, e a terceira, para arquivo do emitente (MA—IBDF — Portaria n.º 876, de 11-4-69 — DO—II de 23-4-69, p. 877).

ERVA-MATE — Exportação — Autorização

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal autorizou as firmas exportadoras de erva-mate registradas na CACEX a solicitarem permissão para exportar no Instituto, até que sejam baixadas novas normas sôbre a matéria. Essa determinação excluiu as exportações destinadas ao Uruguai, Argentina e Chile, que sòmente poderão ser efetuadas por exportadores já registrados anteriormente no IBDF.

Para obter autorização do IBDF, os exportadores devem apresentar os seguintes documentos:

a) certidão de contrato social, registrado em Junta Comercial;

Devem, ainda, cumprir os preços mínimos fixados para a exportação de erva-mate beneficiada e observar a legislação em vigor no tocante aos tipos de mate e embalagem (MA—IBDF — Portaria n.º 887, de 18-4-69 — DO—II de 6-5-69, p. 1.022).

ENSINO AGRÍCOLA — Ano Letivo e 1968 — Registro de Diploma.

O Diretor-Substituto do Ensino Agrícola autorizou à Divisão de Fiscalização Escolar e Profissional a considerar para efeito de registro de diploma, relativamente ao ano letivo de 1968, as disciplinas do currículo estabelecidas nas Portarias 100, de 1965, 29 de 1967, bem como as disciplinas constantes das propostas apresentadas por alguns educandários e efetivamente ministradas embora não tenham sido aceitas no correículo posteriormente aprovado (MEC—DEA — Portaria n.º 58 de 25-3-69 — DO de 10-4-69, p. 3.065).

FEIJÃO — Preços Mínimos

O Presidente da República decertou novos preços mínimos básicos para o feijão, segundo as zonas geo-econômicas (Decreto n.º 64.293, de 31-3-69 — DO de 1-4-69, p. 2.811).

FERTILIZANTES — Funfertil — Extinção

A Junta Deliberativa do Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais fixou para 29-4-70 a data em que o FUNFERTIL cessará as atividades, sendo responsável até então pelo pagamento dos subsídios das operações realizadas. Tôdas as transações efetuadas posteriormente à data da extinção do FUNFERTIL passarão a correr por conta dos interessados (MF—BCB — FUFERTIL Resolução n.º 69 de 14-5-69 — DO—II de 23-5-69, p. 1.266).

LEITE EM PÓ — Abastecimento — Declaração de Estoque

O Superintendente da SUNAB estabeleceu para as cooperativas, usinas e indústrias de leite, sediadas em todo o território nacional, a obrigatoriedade de, no prazo de 15 dias, contados a partir de 11-6-69, fornecerem às Delegacias Regionais da SUNAB e declaração de estoque de leite em pó, com as quantidades específicas do tipo Spray, desnatado e integral (MA—SUNAB — Portaria n.º 55, de 30-5-69 — DO—II de 11-6-69, p. 1.408)

LEITE "IN NATURA" — Abastecimento — Margens de Lucro na Comercialização

O Superintendente da SUNAB manteve liberado o preço da venda do leite "in natura" entregue pelo produtor na plataforma da usina regional

Fixou, ainda, para as bacias leiteiras integradas pelos Estados do Espírito Santo, Guanabara, São Paulo, Goiás e Distrito Federal, os seguintes limites máximos de margem de participação na comercialização do produto, tipo C padronizado em 3,1% de gordura:

a) leite engarrafado ou acondicionado em invólucros especiais, mecânicamente e com fecho inviolável:

I — Da usina regional, posto na plataforma do entreposto 0,045

II — Do entreposto pela distribuição ao varejista 0,077

III — Do varejista ao consumidor 0,022

b) leite a granel:

I — Da usina regional, posto na plataforma do entreposto. 0,045.

II — Do entreposto na sua plataforma ao varejista 0,038

III — Do varejista ao consumidor 0,018

As margens de comercialização acima já incluem tôdas as taxas ou serviços que possam incidir sôbre a venda do leite, com exceção do impôsto sôbre circulação de mercadorias — ICM —, cujas incidências, quando houver e desde que o seu recolhimento seja devidamente comprovado, poderão ser computadas na formação do preço de venda.

No Estado de Minas Gerais, o respetivo Delegado Regional da SUNAB fixará o preço mínimo de compra do produto a ser pagos aos produtores, bem como o preço máximo de venda ao consumidor daquele Estado.

As usinas regionais e os órgãos de classe de produtores de leite deverão apresentar, no prazo de 30 dias, contados a partir de 29-5-69, um estudo circunstanciado para a adoção, pela SUNAB, de um critério único que regule a fixação de quotas de leite "in natura", o valor da matéria gorda, o processo de mediação do teor no leite e a contagem de gordura a ser vendido ao consumidor.

Os preços do leite de teor de gordura inferior a 3,1% poderão ser reajustados mediante estudos que a SUNAB efetuar (MA—SUNAB — Portaria n.º 49, de 14-5-69 — DO de 20-5-69, p. 4 275).

LEITE "IN NATURA" — Abastecimento — Rio Grande do Sul.

O Superintendente da SUNAB fixou, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, as seguintes margens máximas de participação na comercialização do leite "in natura", tipo C, padronização em 3% de gordura, engarrafado:

À usina 0,075; ao distribuidor, 0,928; ao varejista, 0,017; ao consumidor, 0,43.

As margens de comercialização fixadas incluem tôdas as taxas ou serviços que possam incidir sôbre o comércio do leite, sendo proibido o acréscimo de qualquer outra. O leite entregue pelo produtor na plataforma da usina regional continua liberado. (MA—SUNAB — Portaria n.º 51, de 21-5-69 — DO—II de 30-5-69, p. 1.318).

LEITE "IN NATURA" — Embalagens Plásticas — Identificação

O Diretor da Equipe Técnica de Padronização, Classificação e Inspeção de Produtos de Origem Animal determinou que as embalagens de plásticos de leite "in natura" devem apresentar as seguintes côres: azul, leite pasteurizado tipo A; verde, tipo B; cinza, tipo C; vermelho, leite pasteurizado magro; amarelo, leite pasteurizado desnatado; marron, leite pasteurizado reconstituído (MA—POA — Portaria n.º 5, de 7-5-69 — DO de 15-5-69, p 4.127).

MADEIRAS — Exportação — Amazônia

O Conselho Nacional do Comércio Exterior autorizou nos portos da região amazônica as exportações de madeira em toros, roliços ou não; em blocos ou pranchas para laminação de quaisquer dimensões ou bitolas; em peças serradas em esquadria e/ou em peças aplainadas ou cepilhadas, de quaisquer dimensões ou bitolas

O embarque será autorizado nos seguintes casos: até 31-12-69, por emprêsas que participaram na exportação do produto pelos portos da Amazônia de 1966 até agora; até 31-12-70, por firmas que tiverem ou vierem a ter projetos para industrialização de madeira ou de desenvolvimento agropecuária na região aprovados pela SUDAM ou SUFRAMA. Ou, ainda, projetos de transformação de florestas heterogêneas em homogêneas

A exportação não abrangerá os seguintes tipos de madeira: acajau, aguano, araputanga, coaba, mara, mogno, cedro, andiroba, carapa, pará-mahogany bicuiba, bicuiba-branca, bicuiba-rajada, bocuva, ucuúba, virola, frei-jorge e jacarandá (MIC—CONCEX —Resolução n.º 48, de 26-5-69 — DO de 4-6-69,p 4.767).

MADEIRAS — Exportação — Preços Mínimos

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal determinou os preços mínimos para as madeiras destinadas à exportação,incluindo, entre outras espécies, mogno, pau-brasil, cedro, ipê, canela, peroba, pau-roxo, sucupira e pau-marfim (MA—IBDF — Portaria n.º 829, de 12-3-69 — DO—II de 22-4-69, p. 859).

MAMONA — Preços Mínimos

O Presidente da República decretou novos preços mínimos básicos para a mamona, segundo as zonas geoeconômicas, alterando os incisos II e VI, respectivamente, dos Decretos n.ºs. 63.145 e 63.809, de 1968, que passaram a ter a seguinte redação:

"O saco de 60 quilos de baga de mamona do tipo 3, excluídas as variedades pretas, observadas as especificações baixadas pelo Decreto n.º 8.982, de março de 1942, ou outros equivalentes que vierem a ser estabelecidos oficialmente para o produto acondicionado em sacaria de juta" (Decreto n.º 64.290, de 31-3-69 — DO de 1-4-69, p. 2.810).

MANDIOCA — Farinha de — Preços Mínimos

O Presidente da República decretou novos preços mínimos básicos para a farinha de mandioca, segundo as zonas geoeconômicos.

Quanto à raiz de mandioca, teve o preço alterado para NCr$ 1,10 por 50 quilos, mantidas as demais condições (Decreto n.º 64 291, de 31-3-69, DO de 1-4-69, p. 2.811).

MAQUINAS AGRICOLAS — Tratores — Restituição do Imposto — IPI

O Secretário da Receita Federal baixou instruções para a restituição do Impôsto sôbre Produtos Industrializados relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem adquirida no período de 1.º de maio de 1968 a 31 de dezembro de 1969 pelos estabelecimentos fabricantes de tratores e máquinas agrícolas.

Para terem direito àquele benefício, os contribuinte do IPI devem seguir as seguintes instruções.

a) manter em seu "Livro de Registro do Crédito do Imposto" os créditos oriundos da aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados nos produtos das posições 84.24 e 87.01, durante o período de 1-5-68 a 31-12-69, e conseqüente dedução sôbre o valor do impôsto devido;

b) deduzir na sua conta corrente fiscal os créditos referentes ao valor do IPI incidente sôbre outros produtos, de sua fabricação, não alcançados por isenção legal.

Se ocorrer impossibilidade do ressarcimento, com base nas exigências anteriores, o interessado apresentará requerimento fundamentado à repartição da Secretaria da Receita a que estiver jurisdicionada, que se incumbirá de processar a restituição (MA—SRF — Portaria n.º 462, de 17-4-69 — DO de 25-4-69, p. 3.550).

MAR TERRITORIAL BRASILEIRO — Limites

O mar territorial do Brasil abrange tôdas as águas que banham o litoral do País numa faixa de 12 milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar entre o Cabo Orange, na foz do Rio Oiapoque, e o Arroio Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

Estas milhas serão contadas a partir da linha tranversal que unir os dois pontos opostos mais próximos dos pontos de inflexão da costa, distantes um do outro 24 milhas marítimas ou, menos, nos lugares onde a costa — incluindo o litoral das ilhas — apresenta inflexões que formam baías, enseadas e outras reentrâncias (Decreto-lei n.º 553, de 25-4-69 DO de 28-4-69, p 3.585).

METEOROLOGIA — Regimento

O Ministro da Agricultura aprovou o Regimento do Escritório de Meteorologia, no qual estão definidos a estrutura, o funcionamento e os objetivos do órgão de previsão meteorológica (MA—Gb — Portaria n.º 61, de 12-3-69 — DO de 26-3-69, p. 2 621).

PATRULHAS MOTOMECANIZADAS — Manual de Instruções

O Ministro da Agricultura aprovou o nôvo Manual de Instruções para Funcionamento das Patrulhas Motomecanizadas, no qual estão contidos os critérios para a formação e operação das patrulhas, cujo objetivo é incrementar a produção e a produtividade no setor agropecuário (MA—Gb — Portaria n.º 5, de 17-1-69 — DO de 25-4-69, p 3.553).

PESCA — Campos de Invertebrados Aquáticos — Concessão de Exploração

O Superintendente da SUDEPE baixou instruções relativas às normas e procedimentos para a concessão

legislação agrícola

de exploração de campos de invertebrados aquáticos. Essa permissão será concedida à pessoa física ou jurídica, com a fixação das quantidades e épocas da exploração dêstes campos. Ficará condicionada ao pagamento de prestação de serviços à SUDEPE, a título de indenização das despesas de avaliação dos campos e fiscalização da exploração.

Os interessados na exploração deverão encaminhar o pedido à SUDEPE, através do representante dêsse órgão em sua localidade, acompanhando a documentação de descrição completa do campo e indicação da técnica para explorá-lo (MA—SUDEPE — Portaria n.º 207, de 29-5-69 — DO—II de 10-6-69, p. 1.399).

PESCA — Exercício — Autorização

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca regulamentou as atividades da pesca profissional, amadorista e científica em todo o território nacional, estabelecendo para tôdas estas classes a obrigatoriedade de autorização da SUDEPE, que, no caso de amadores nacionais ou estrangeiros, terá validade para o exercício em que fôr expedida, podendo ser revalidada até 31 de março de cada ano. No exercício da pesca amadorista, só será permitido o uso de caniço simples linha de mão, molinete, puçá, tarrafa com malha mínima de 24 mm e comprimento máximo de 2 metros, espingarda de mergulho e arpão. Êstes dois últimos aparelhos serão utilizados exclusivamente na pesca subaquática.

A concessão da licença aos amadores está condicionada ao pagamento de uma taxa anual calculada sôbre o salário-mínimo mensal vigente no Distrito Federal, segundo estas modalidades de pesca: a) terra firme — NCr$ 60,00; b) embarcação de recreio — NCr$ 20,00; e c) subaquática — NCr$ 25,00.

Nos casos de entidades científicas que patrocinarem expedições no mar territorial brasileiro, ou nas águas interiores do Brasil, é indispensável que a programação detalhada dos trabalhos seja remetida à SUDEPE. Também estão obrigados ao registro na SUDEPE os clubes ou associações que se dedicarem à pesca amadorista.

Quanto à pesca profissional, obedece ao Regulamento da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha, e ao disposto no Decreto-lei, 221, de 28 de fevereiro de 1967 (MA—SUDEPE — Portaria n.º 109, de 31-3-69 — DO—II de 14-4-69, p. 748).

PESCA — Exercício — Licença — Registro — Instruções

O Superintendente da SUDEPE regulamentou a concessão de registro para pescadores profissionais e amadores, expedições científicas, aqüicultores profissionais, manutenção de cercadas fixas, armadores de pesca, industriais pesqueiras e embarcações pesqueiras nacionais.

Essa regulamentação abrange exigência relacionadas com registro de embarcação na Capitania dos Portos, especificação de apetrechos de pesca, programa de estudos, apresentação de cópia de estatutos, projetos de instalações, autorização para instalação de cercadas e pagamento de taxas. (MA—SUDEPE — Portaria s/n.º 16-5-69 — DO—II de 28-5-69, p. 1.300).

PESCA — Reserva Biológica de Jacarepaguá — Guanabara

O Superintendente da SUDEPE constituiu área de reserva as lagoas e respectivas margens situadas na baixada de Jacarepaguá, na Guanabara.

A pesca, inclusive a captura de crustáceos, fica proibida na área da Lagoinha, Canal das Taxas, Lagoa de Marapendi e Canal da Barra da Tijuca até a Ilha do Mangue Alto (MA—SUDEPE — Portaria n.º 198, de 16-5-69 — DO—II de 28-5-69,p. 1.300).

PESCA — Tráfego Marítimo — 3.º Grupo de Pescadores — Alteração

Novas seções e categorias foram incluídas no 3.º Grupo de Pescadores, de acôrdo com a classificação do Regulamento para o Tráfego Marítimo. Alterou-se, ainda, a redação do art. 370 do regulamento que agora condiciona a concessão de cartas de habilitação de Patrão de Pesca e de Condutor-Motorista de Pesca aos brasileiros natos, maiores de 21 anos de idade. As cartas de Motorista de Pesca e Pescador Profissional Especializado serão concedidas a brasileiros natos ou naturalizados ou a estrangeiros maiores de 18 anos de idade.

O 3.º Grupo de Pescadores passa a contar com as seguintes categorias para trabalho em convés: patrão de pesca em alto-mar, patrão de pesca costeira, patrão de pesca regional; pescador profissional especializado e aprendiz de pesca. Para o setor de máquinas as categorias são de condutor-motorista de pesca (Decreto n.º 64.548, de 20-5-69. — DO de 21-5-69, p. 4.319).

PESCA DE LAGUNA — Companhia Pôrto de — Constituição de Sociedade de Economia Mista

O Presidente da República autorizou o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis a construir uma sociedade de economia mista, por ações, sob a denominação de Companhia Pôrto de Pesca de Laguna — CPPL —, destinada a administrar os serviços portuários e atividades correlatadas e assemelhadas à pôrto de pesca (Decreto-lei n.º 525, de 8-4-69 — DO de 11-4-69, p. 3.081).

PESCADO — Abastecimento — Preços — Delegação de Podêres

O Superintendente da SUNAB autorizou aos seus delegados, em todo o território nacional, a baixarem atos fixando os preços máximos do pescado fresco ou congelado, para a venda ao consumidor, que deverão ser afixados, com letras e algarismos maiores de 1 centímetro de altura, e mlocal visível e de fácil acesso de leitura (MA—SUNAB — Portaria n.º 29, de 24-3-69 — DO de 28-3-69, p. 2.721).

PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO — Regimento do Escritório

O Ministério da Agricultura aprovou o Regimento do Escritório de Pesquisas e Experimentação, órgão incumbido de elaborar programas de pesquisas e experimentação, dirigir e coordenar os trabalhos em execução e avaliar os seus resultados, providenciar recursos indispensáveis ao aceleramento de programas e da ativação de tôdas as suas atividades, tendo em vista o cumprimento dos objetivos da Política Nacional da Produção Agropecuária e o desenvolvimento econômico do País (MA—Gb — Portaria n.º 58, de 12-3-69 — DO de 31-3-69, p. 2.769).

PLANEJAMENTO E CONTRÔLE — Agricultura — Escritório Central

O Ministro da Agricultura aprovou o Regimento do Escritório Central de Planejamento e Contrôle, órgão destinado a planejar, organizar, controlar, avaliar e fiscalizar atividades do Ministério da Agricultura, relacionadas à elaboração e coordenação da Política Nacional da Produção Agropecuária e do correspondente Orçamento-Programa (MA—Gb — Portaria n.º 55, de 12-3-69 — DO de 20-3-69, p. 2 409).

PRODUÇÃO ANIMAL — Planejamento — Regimento

O Ministro da Agricultura aprovou o regimento do Escritório de Produção Animal, órgão central de planejamento incumbido da coordenação, contrôle, avaliação e fiscalização das atividades relacionadas à produção, nutrição, fisiopatologia da reprodução e inseminação artificial, defesa sanitária animal, padronização, classificação e inspeção dos produtos de origem animal e dos bens essenciais à produção animal (MA—Gb — Portaria n.º 57 de 12-3-69 — DO 24-3-69, p. 2.528).

PRODUÇÃO VEGETAL — Escritório — Regimento

O Ministro da Agricultura aprovou o regimento do Escritório de Produção Vegetal, órgão subordinado ao Escritório Central de Planejamento e Contrôle e incumbido de planejar, coordenar, controlar, avaliar e fiscalizaras atividades ligadas à produção e defesa sanitária vegetal, classificar e inspecionar os produtos de origem vegetal e bens destinados à produção agrícola, bem como à produção de sementes e mudas, para a execução e atualização permanente da Política Nacional da Produção Agropecuária (MA—Gb — Portaria n.º 56, de 12-3-69, p. 2.464).

PRODUTOR RURAL — Débitos para com o Funrural — Cooperativas de Produtos Rurais

O Presidente da República facultou aos produtores rurais a liquidação de seus débitos para com o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural anteriores a fevereiro de 1967, da seguinte forma:

I — A contribuição de 1% devida ao FUNRURAL terá por base o valor da produção constante da declaração única encaminhada ao IBRA, para o devido cadastramento da propriedade;

II — Esta contribuição incidirá sôbre as importâncias resultantes da aplicação, ao valor da produção destas percentagens: 25%, de 1-2-64 a 31-1-65; 50%, de 1-2-65 a 21-1-66; 75%, de 1-2-66 a 31-1-67; 8,3%, fevereiro de 1967;

III — Dos débitos assim apurados será deduzido o valor correspondente aos recolhimentos parciais de contribuições já efetuadas ou a serem processados. As cooperativas de produtores rurais ficam, entretanto, desobrigadas do recolhimento das contribuições devidas ao FUNRURAL antes de fevereiro de 1967, que, por fôrça

de convênio com o extinto IAPI, deveriam ter sido descontadas do produto da venda das mercadorias entregues por seus associados. Estas cooperativas continuam obrigadas ao recolhimento das contribuições descontadas e não recolhidas, mas acrescidas dos juros de mora de 1% no mês.

Este precentual será acrescentado nos débitos não cancelados — computado a contar do dia que se seguir ao término de cada período mencionado até a data da liquidação ou do parcelamento;

IV — O débito total será liquidado, sem multa nem correção monetária, de uma só vez, até o último dia do mês de agôsto, e em 36 prestações iguais e sucessivas, com juros de 1% ao mês sôbre o saldo devedor e vencimento no último dia de cada mês, a começar do mês imediatamente posterior ao do parcelamento do débito, o qual ficará condicionado à emissão, pelo devedor, de notas promissórias com aval idôneo

Os débitos remanescente referentes a período de um ano ou a fevereiro de 1967 serão cancelados quando inferiores a NCr$ 120,00 e NCr$ 10,00 respectivamente (Decreto-lei n.º 626, de 12-6-69 — DO de 13-6-69, p. 5.057).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Estado do Rio

A Superintendência do Abastecimento estendeu ao Estado do Rio de Janeiro a fixação de preços máximos de venda e o contrôle dos produtos hortigranjeiros (MA—SUNAB — Portaria n.º 93, de 28-3-69 — DO de 8-4-69, p. 2.973).

PINHO — Exportação

O Presidente do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal liberou os contingentes de 15.000.000 e 12.000.000 de pés quadrados de madeira de pinho destinados à exportação (MA—IBDF — Portarias n.ºs 864/5, de 2-4-69 — DO—II de 23-4-69, p 876).

PINHO — Exportação — Contratos — Contas de Crédito

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestral fixou os preços mínimos para a exportação de pinho em peças serradas, madeira de pinho resserrada e madeira de pinho beneficiada. Determinou ainda que nos contratos ou cartas de crédito referentes às vendas ou à exportação de madeira de pinho deverá figurar a cláusula "classificação de acôrdo com o Decreto n.º 30.325, de 21-12-51" (MA—IBDF — Portaria n.º 808, de 27-2-69 — DO—II de 22-4-69, p. 858).

REFORMA AGRARIA — Aceleração — Reorganização do IBRA

O Presidente da República fixou medidas para a dinamização da Reforma Agrária no País, estabeleceu novas bases para a organização e o funcionamento do IBRA e criou o Grupo Executivo da Reforma Agrária — GERA —, alterando os artigos 37 e 38 e seus parágrafos, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, que passaram a vigorar com a seguinte redação: São órgãos específicos para a execução da Reforma Agrária:

I — O Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA);

II — O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), diretamente ou através de suas Delegacias Regionais;

III — As Comissões Agrárias.

O IBRA será dirigido por um Presidente nomeado pelo Presidente da República.

O Presidente do IBRA terá a remuneração correspondente a 75% do que percebem os Ministros de Estado. Integrarão, ainda a Administração Superior do IBRA, Diretores até o máximo de seis, de nomeação do Presidente do IBRA, mediante aprovação do GERA. (Decreto-lei n.º 582, de 15-5-69 — DO de 16-5-69, p. 4.169).

REFORMA AGRARIA — Propriedade Rural — Desapropriação

ATO INSTITUCIONAL N.º 9, de 25-4-69:

Art. 1.º — O § 1.º do artigo 157 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157 ....
....

§ 1.º Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinqüenta por cento do impôsto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

Art. 2.º É substituído o § 5.º do artigo 157 da Constituição Federal pelo seguinte:

"§ 5.º O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais, por interêsse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias".

Art. 3.º Revoga-se o § 11 do artigo 157 da Constituição Federal.

Art. 4.º Êste Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário (Publicado no DO de 25-4-69, p. 3.537).

REGULAMENTAÇÃO

Art. 1.º A União poderá promover a desapropriação, por interêsse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, nos têrmos do artigo 157 da Constituição, com a redação que lhe foi dada pelo Ato Institucional n.º 9 de 25 de abril de 1969.

§ 1.º A desapropriação a que se refere êste artigo far-se-á por ato do Presidente da República, ou de outra autoridade a quem forem delegados podêres bastantes.

§ 2.º O ato expropriatório deverá conter a descrição e demais características do imóvel.

Art. 2.º Ainda quando situados nas áreas de que trata o artigo 1.º, não serão objeto de desapropriação, na forma prevista nêste decreto-lei, os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como emprêsa rural, fixados na Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e sua regulamentação;

Art. 3.º Na desapropriação a que se refere o artigo 1.º, considera-se justa indenização da propriedade:

I — O valor fixado por acôrdo entre o expropriante e o expropriado;

II — Na falta de acôrdo, o valor da propriedade, declarado pelo seu titular para fins de pagamento do impôsto territorial rural, se aceito pelo expropriante; ou

III — O valor apurado em avaliação, levada a efeito pelo expropriante, quando êste não aceitar o valor declarado pelo proprietário, na forma do inciso anterior, ou quando inexistir essa declaração.

§ 1.º Se entre a data da declaração a que se refere o inciso II e a do ato expropriatório houver decorrido mais de um ano, o valor da indenização será corrigido monetàriamente, de acôrdo com os índices oficiais.

§ 2.º Para a avaliação prevista no inciso III, que será precedida do cadastramento ex officio, o expropriante basear-se-á no efetivo rendimento econômico do imóvel, verificando no ano agrícola imediatamente anterior.

§ 3.º Dentro do prazo de 180 dias, contados da data da publicação dêste decreto-lei, os proprietários de imóveis rurais poderão apresentar, mediante justificação, nova declaração do respectivo valor, em substituição à anteriormente formulada para efeito de pagamento do impôsto territorial rural.

Art. 4.º Não havendo acôrdo, o expropriante depositará em banco oficial, o valor da indenização, fixado nos têrmos do artigo 3.º e seus parágrafos.

Parágrafo único O valor da terra nua será depositado em títulos especiais da dívida pública, e o das benfeitorias, em moeda corrente do País.

Art. 5.º A ação da desapropriação será proposta perante o Juiz Federal do Distrito Federal, do Estado ou do Território onde estiver situado o imóvel.

Art. 6.º Na petição inicial, o expropriante, juntando um exemplar da publicação, em órgão oficial do ato de desapropriação, bem como o recibo bancário do depósito feito nos têrmos do artigo 4.º e seu parágrafo único, requererá seja o depósito convertido em pagamento do preço e ordenadas, em seu favor, a emissão na posse do bem e a respectiva transcrição no Registro de Imóveis.

Art. 7.º De plano, ou no prazo máximo de 48 horas, o juiz deferirá a inicial, declarando efetuado o pagamento do preço e determinando a expedição, dentro de 24 horas, dos competentes mandados, em nome do expropriante.

Parágrafo único A transcrição da propriedade no Registro de Imóveis far-se-á no prazo improrrogável de 3 dias, contados da data da apresentação do mandado.

Art. 8.º Certificado nos autos o cumprimento dos

legislação agrícola

mandados de que trata o artigo anterior, o Juiz ordenará a citação do expropriado para responder aos têrmos da ação.

Art. 9.º A contestação só poderá versar sôbre o valor depositado pelo expropriante ou sôbre vício do processo judicial.

Art. 10. Contestada a ação, a causa seguirá o ritmo ordinário.

Art. 11. Na revisão do valor da indenização, deverá ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo, o valor declarado pelo proprietário, para efeito de pagamento do impôsto territorial rural, eventualmente reajustado nos têrmos do § 3.º do artigo 3.º.

Art. 12. Aplica-se às desapropriações por interêsse social de que trata êste decreto-lei o disposto relativamente às desapropriações por utilidade pública, no artigo 9.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 13. O depósito, que se haverá como feito à disposição do juízo da ação de desapropriação, será levantado mediante prova da propriedade, da quitação de dívidas que recaiam sôbre o bem expropriado e das multas delas decorrentes, e depois de publicados editais, na Capital do Estado e na sede da comarca de situação do bem, com o prazo de 30 dias, para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único. Havendo dívida fundada sôbre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo.

Art. 14. Os bens expropriados, uma vez transcritos em nome do expropriante, não poderão ser objeto de reivindicação ainda que fundada na nulidade da desapropriação.

Parágrafo único. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Art. 15. O Juiz que descumprir os prazos estabelecidos neste decreto-lei incorrerá na sanção prevista no artigo 24 do Código de Processo Civil, aplicada mediante representação de uma das partes ao Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. Tratando-se de serventuário da Justiça, ou de Oficial do Registro de Imóveis, ficará êle sujeito à multa igual a dois terços do maior salário-mínimo do País por dia de retardamento.

Art. 16. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Decreto-lei n.º 554, de 25-4-69 — DO de 25-4-69, p. 3.538).

REVENDA

O Ministro da Agricultura aprovou as normas e condições fixadas pela Equipe de Revenda Agrícola, do Escritório de Engenharia, segundo as quais a revenda será permitida de preferência às cooperativas de lavradores e criadores devidamente registradas, ou, individualmente, aos lavradores e criadores registrados, ou os cadastros nos órgãos da administração direta ou indireta do Ministério da Agricultura e às secretarias de Agriculturas nos Estados, prefeituras, sociedades de economia mista e autarquias, observados os princípios e os objetivos da Carta de Brasília.

A revenda a prazo de material permanente será objeto de contrato com cláusula de reserva de domínio, sendo de quatro salários-mínimos regionais o limite mínimo para financiamento. O limite máximo será fixado com base na capacidade econômico e financeira do requerente, na possibilidade de aproveitamento do material e em sua vida útil.

Quatro aos prazos dos contratos, variam de um até mais de cinco anos, de acôrdo com o montante do financiamento. Os juros serão de 10% ao ano, acrescidos aos 90% do valor da transação.

Embora não haja lucro nas revendas de materiais e reprodutores, sôbre elas incidirão o ICM e a taxa de administração, que varia de 3% a 10%, de acôrdo com êstes valôres:

material de custo até NCr$ 10.000,00 — 10%; de NCr$ 10.000,00 a NCr$ 20.000,00 — 5%; de NCr$ 20.000,00 em diante — 3%; e reprodutores 5% (MA—Gb — Portaria n.º 109, de 24-4-69 — DO de 2-5-69, p. 3.716).

SEMENTES — Impostos de Importação — Isenção

O Ministro da Agricultura delegou competência aos Diretores Estaduais do Ministério para que autorizem as repartições aduaneiras a aplicar a isenção do Impôsto de Importação a favor de produtores e comerciantes de sementes e espécies vegetais para plantio, não abrangendo as destinadas ao comércio de consumo e à industrialização. (MA—Gb — Portaria n.º 68, de 19-3-69 — DO de 7-4-69, p. 2.919).

TRABALHADOR RURAL — Previdência Social — Plano Básico. O Presidente da República instituiu o Plano Básico de Previdência Social, destinado a assegurar aos empregados e seus dependentes não abrangidos pelo sistema geral da Lei da Providência Social o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez e por velhice, auxílio-reclusão, auxílio-funeral, pensão por morte e assistência médica.

Para efeito dêsses benefícios, são segurados obrigatórios os empregados e os trabalhadores avulsos do setor rural da agroindústria canavieira e das emprêsas de outras atividades que, de acôrdo com o seu nível de organização, possam ser incluídas no Plano. O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez e por velhice corresponderão a 70% do salário-mínimo regional.

O Plano Básico será custeado pelas seguintes contribuições: 1) do segurado — quatro a seis por cento do salário-mínimo regional; 2) da emprêsa — em quantia igual à soma das contribuições de seus empregados e dos trabalhadores avulsos que lhe prestem serviço, e em 2% do salário-mínimo regional por empregado, para custeio dos serviços decorrentes de acidentes do trabalho; 3) da União — em quantia suficiente para atender às despesas de pessoal e de administração e para cobertura de eventual insuficiência financeira. Êstes recursos serão providos pelo Fundo de Liquidez da Previdência Social.

A assistência médica ao segurado e ao dependente será prestada pelo FUNRURAL — Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural. Para isso o INPS lhe transferirá 25% das contribuições previstas no Plano Básico (Decreto-lei n.º 564, de 1-5-69, DO de 2-5-69, p. 3.705).

TRATORRES AGRÍCOLAS — Importação — Máquinas Rodoviárias e Cultivadores Motorizados — Isenção

O Conselho de Política Aduaneira concedeu isenção do impôsto de importação para os equipamentos e máquinas, com os respectivos acessórios, aparelhos, instrumentos e ferramentas, e para as partes complementares, destinados à produção nacional de tratores agrícolas, máquinas rodoviárias e cultivadores motorizados. A isenção não se aplica ao similar nacional, mas, exclusivamente, aos bens importados de acôrdo com os projetos aprovados pelo GEIMEC.

O não-cumprimento, pelo beneficiário, das obrigações assumidas perante o GEIMEC resultará na revogação da insenção, com o conseqüente recolhimento dos tributos devidos e das penalidades a que estiver sujeito (MA—CPA — Resolução n.º 665 de 21-5-69 — DO de 3-6-69, p. 4.726).

TRIGO — Abastecimento — Estoque — Recolhimento de Diferença de Preços

O Presidente da República, com o objetivo de cobrar a diferença de preços sôbre estoques de trigo em grão e seus derivados, de preferência nacional ou estrangeira, das indústrias moageiras do País, autorizou à SUNAB, através de seu Departamento de Trigo, a proceder ao levantamento dêsses estoques na data em que entrar em vigor o nôvo preço de venda do trigo em grão.

As indústrias moageiras deverão recolher ao Banco do Brasil a diferença de preços referentes ao trigo em estoque. Êsses recolhimento será efetivado mediante apresentação da modificação de débito, expedida pela Divisão de Arrecadação de Diferença de Preços (DADP), notificação essa que será distinta para os casos de recolhimento referente aos estoques de trigo nacional ou estrangeiro.

Para efeito de cálculo de recolhimento, a SUNAB considerará tôda a farinha de trigo em poder da indústria moageira, proporção de 78 kg de farinha para 100 kg de trigo em grão.

No caso da farinha produzida com trigo nacional, o cálculo será feito com base de peso específico consignado no documento de venda expedido pelo Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN) do Banco do Brasil.

As importâncias arrecadadas serão contabilizadas na CACEX, em conta especial à ordem do Banco Central do Brasil, e êsses recursos, mediante autorização

do Ministério da Fazenda, serão utilizados, na proporção de 90% no atendimento de programas de pesquisas e experimentação da lavoura tritícia e, nos restantes 10%, no custeio dos encargos e despesas do Departamento de Trigo da SUNAB.

As indústrias moageiras que, no devido tempo, não recolherem a diferença de preço de seus estoques de trigo, sujeitar-se-ão à autuação e interdição que poderá ser promovida pela SUNAB, além de ter suspenso o fornecimento de trigo, na proporção de 1/300 de suas quotas anuais em cada dia de atraso no recolhimento, a contar da data em que a indústria receber notificação para aquela finalidade.

Para fins de desapropriação, são considerados de utilidade pública os estoques de trigo em grão, subprodutos e derivados que se encontrem em poder das indústrias moageiras, indústrias e comerciantes, atacadistas ou varejistas (Decreto n.º 64.569, de 22-5-69 — DO de 23-5-69, p. 4.394).

TRIGO — Abastecimento — Preço de Venda

O Superintendente da SUNAB fixou em NCr$ 335,00 o preço de venda aos moinhos da tonelada métrica do trigo em grão, de qualquer procedência, adquirida pelo Banco do Brasil.

Nos Estados produtores, o trigo de produção nacional destinado à industrialização, será entregue nos moinhos, nos locais de estocagem, pelos preços abaixo indicados:

(Por tonelada métrica a granel

78	335,00
77	331,65
76	328,30
75	324,95
74	321,60
73	318,25
72	314,90
71	311,55
70	308,20
69	304,85
68	301,50
67	298,15
66	294,80
65	291,45

lote de mil frangos com 12 semanas de idade — classe

O preço de venda ao moinho será acrescido, em cada Estado, das despesas portuárias poupadas abaixo descriminadas:

	NCr$
Rio Grande do Sul	4,20/t
Santa Catarina	6,27/t
Paraná	6,45/t

Os preços dos produtos e subprodutos da moagem de trigo em grão, então vigorantes poderão sofrer um aumento de até 21,39%, excetuando-se os preços de venda da farinha de trigo pura, vendida em sacos de 1 a 5 kg, das farinhas semoladas e dos resíduos de trigo.

O preço máximo de venda que o produtor poderá cobrar pela farinha de raspa de mandioca foi fixada em NCr$ 13,00 o saco de 50 kg, nêle incluído o frete da local de produção até a capital do Estado excluído o ICM quando incidente (MA—SUNAB — Portaria Super n.º 50 de 19-5-69 — DO de 23-5-69, p. 4.415).

TRITICULTURA — Produção de Sementes

O Ministro da Agricultura delegou ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul (IPEAS), poderes para promover, nas próximas safras a produção de sementes de trigo de qualidade garantida, através de Comissões Estaduais de Sementes nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mediante acôrdo com as respectivas secretarias de Agricultura, cabendo a orientação e fiscalização da produção de sementes à ação governamental. O sistema de produção deverá ser convenientemente adaptado às condições de cada Estado. A comercialização far-se-á por intermédio das associações de classes dos produtores. (MA—Gb — Portaria n.º 123, de 12-5-69 — DO de 19-5-69, p. 4.249).

VETERINÁRIA — Fiscalização de Produtos — Regulamento

O Presidente da República aprovou o Regulamento de fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos responsáveis pela sua fabricação (Decreto n.º 64.499, de 14-5-69 — DO de 19-5-69, p. 4.227).

ESTADO DA GUANABARA

BATATAS E CEBOLAS — ICM — Isenção

O Governador do Estado isentou do impôsto sôbre circulação de mercadorias as saídas de batatas e cebolas "in natura", para consumo interno, bem como as remetidas a outro Estado ou ao exterior, excluídas as destinadas à industrialização.

Até o dia 10 de maio de 1969, será apresentado na unidade fiscal, a que estiver jurisdicionado o contribuinte, uma relação dos estoques de batas e cebolas existentes, contendo os seguintes elementos:

a) nome do fornecedor, praça e sua inscrição estadual;

b) número da nota fiscal do fornecedor;

c) quantidade estocada em quilos;

d) valor, por quilo, da parte em estoque, tomando por base o da última aquisição;

e) valor total da mercadoria estocada;

f) ICM calculado sôbre os valôres parciais referidos na alínea d, com a alíquota consignada nas correspondentes notas fiscais de entrada.

Os contribuintes exclusivamente varejistas, sujeitos ao regime de pagamento por estimativa, ficam desobrigados das exigências (Decreto "E" n.º 2.788, de 25-4-69 — DO (GB, de 28-4-69, p. 7.511).

CEBOLAS (v. Batatas)

FEIRANTE — Matrícula — Suspensão

O Diretor de Departamento de Abastecimento, da Secretária de Serviços Públicos, suspendeu o recebimento de pedidos de novas matrículas para qualquer categoria de feirante e solicitações de transferência de feiras e comércios (SSP—DAb Ordem de Serviço "E" n.º 9, de 12-3-69 — DO—GB de 18-3-69, p. 3.899).

LAVRADORES — Premios — Tabela de Pontos

O Secretário de Economia aprovou a tabela de pontos para julgamento dos candidatos inscritos nas várias classes de atividades agrícolas, com base no volume de produção, nos índices de produtividade, nas organizações de suas emprêsas e nos preços e qualidades dos produtos no exercício de 1969.

Estabeleceu, por outro lado, mais duas classes de atividades adicionais: referentes a frango de corte e criações que apresentarem melhor produtividade em II; e fruticultura — classe I, abrangendo os lavradores que registrarem maior volume de produção de frutas em um pomar de 1 hectare, área base (SE—GB — Portaria "E" n.º 1 de 13-5-69 — DO GB de 21-5-69, p. 9.001).

ESTADO DE SÃO PAULO

ALIMENTOS — Inspeção — Grupo de Trabalho

O Secretário da Agricultura do Estado instituiu uma comissão para estudar e propor as medidas aconselháveis, visando à possibilidade da integração na Secretaria de Saúde dos serviços de inspeção dos produtos alimentícios de origem animal, desde sua saída da propriedade agrícola até a entrega final ao consumidor (SA—GB — Ato s/n.º, de 26-5-69 — DO—SP de 27-5-69, p. 15).

CAFÉ CRU — ICM — Exportação

O Coordenador da Administração Tributária determinou que nas saídas de café cru para o exterior a base para o cálculo de ICM devido será de NCr$ 89,11 por saca, inclusive quando a exportação se verificar através de pôrto de outro Estado.

Nas saídas com destino a outra unidade de Federação a base de cálculo será, por saca, até 30-6-69, de NCr$ 78,70; a partir de 1-7-69, NCr$ 84,00; a partir de 1-10-69, NCr$ 88,80; a partir de 1-1-70, NCr$ 94,00. Nas saídas de café cru para a industrialização, a base de cálculo será o valor da operação, devendo os documentos fiscais e a guia de recolhimento do impôsto conter a observação "café destinado a industrialização".

As bases de cálculos serão alteradas, nas mesmas proporções, sempre que se modificarem os valôres das cambiais representativas de exportação ou os preços de garantia estabelecidos pelo IBC.

legislação agrícola

Relativamente aos cafés oriundos de outros Estados, sòmente serão admitidos créditos do ICM até o valor dos respectivos preços de garantia fixados pelo IBC, com exceção dos cafés acobertados por certificados de origem emitidos até 31-3-69, em relação aos quais serão aceitos os créditos constantes dos respectivos certificados

(SFCAT — Instrução n.º 8, de 12-5-69 — DO—SP de 13-5-69, p. 15).

CAFÉ — Medidas de Defesa Vegetal

O Instituto Biológico declarou infestados pelo nematóide M. Coffeicola os Municípios da Média Sorocabana, Bragantina a Alta Mogiana. Proibindo, ainda, a entrada, no Estado de São Paulo, de mudas de café provenientes do Estado do Paraná (Sag — Instituto Biológico — Portaria n.º 31, de 30-5-69 DO—SP de 3-6-69, p. 20).

CHÁ EM FÔLHA — ICM — Isenção

O Secretário da Fazenda incluiu o chá em fôlha na lista dos produtos agrícolas "in natura" do ICM na primeira saída efetuada pelo produtor (SF—Gb — Ato n.º 569, de 12-3-69 DO—SP de 13-3-69, p. 8).

HORTIGRANJEIROS — ICM Isenção — Alteração

O Governador do Estado estendeu as saídas de alho, cebola, batata, mandioca e flôres naturais a isenção do impôsto sôbre circulação de mercadorias, alterando o parágrafo 11 do artigo 5.º do Regulamento do ICM, que passou a vigorar com a seguinte redação:

São os seguintes os produtos referidos no inciso XVIII:

a) abóbora, abobrinha, acelga, alho, aipim, aipo, alface, almeirão, alcachôfra, alecrim arruda, alfavaca, alfezeioa, aneto, aniz, azedim;

b) batata, batata-doce, berinjela, bertalha, beterraba brócolos;

c) camomila, cará, cardo catalonha, cebola, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, coento cominho couve-flôr cogumelo;

d) erva-cidreira, erva-doce, erva-de-santa-maria, ervilha, espinafre, escarola, endivia, aspargo;

e) flôres, frutas frescas nacionais ou provenientes dos países-membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALAC) e funcho ;

f) gengibre, inhame, jiló, losna;

g) mandioca, milho verde, manjericão, manjerona, maxixe, morango;

h) nabo, nabiça;

i) palmito, pepino, pimentão, pimenta;

j) quiabo, repôlho, rabanete, rúcula, raiz-forte, ruibarbo, salsa, salsão, segurelha;

l) taioba, tampala, tomate, tomilho e vagem.

O alho, a cebola, a batata, a mandioca e as flôres naturais foram excluídas da relação constante do parágrafo 9.º do artigo 5.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 47.763, de 17 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo artigo 1.º do Decreto n.º 51.345, de 31 de janeiro de 1969 (Decreto n.º 51.677 de 14-4-69 — DO—SP de 15-4-69, p. 3).

IMPÔSTO TERRITORIAL RURAL — ICM — Débitos Fiscais — Parcelamento — Multas

Os débitos fiscais (impôsto e multa) referentes ao impôsto sôbre circulação de mercadorias poderão ser pagos em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, ou em 60 vêzes em casos excepcionais, e critério do Secretário da Fazenda.

O recolhimento até 12 parcelas não sofrerá qualquer acréscimo; dêsse limite até 24 vêzes será cobrado percentual resultante da multiplicação do índice de 0,5% pelo número de parcelas, que se elevará para 1% nos casos do pagamentos em até 36 ou 60 quotas. Êsse benefício também se aplica aos devedores executados em juízo, mas que sòmente poderão requerer o parcelamento 60 dias depois da vigência do decreto e desde que não tenham interposto embargos à penhora de bens.

Para ter direito ao parcelamento, o contribuinte terá de pagar regularmente os tributos devidos durante o período do recolhimento das quotas, pois, em caso contrário, será exigida a liquidação do saldo devedor. Aquêles que estejam recolhendo dívidas em face de parcelamento anteriores poderão solicitar, em substituição, os novos prazos estabelecidos mais dilatados.

O decreto altera, ainda, os critérios de fixação de multas aplicáveis por infiação à legislação do ICM. Abrandam-se as penalidades, levando-se em linha de conta a gravidade da infração, sua importância para os interêsses de arrecadação, as circunstâncias que evidenciem dolo, fraude, simulação e demais atos de má fé. Também se concedem prazos mais amplos para o pagamento das multas, diminuindo o percentual de sua incidência nos casos de quitação espontânea do ICM fora dos prazos legais

Haverá descontos de 25% (antes era de 20%) para os infratores que renunciarem aos recursos legais contra o pagamento de multas. E as autoridades julgadoras poderão reduzir as multas impostas, de até um têrço do seu valor, quando a infração tenha resultado de motivo de fôrça maior ou êrro de fato excusável.

As multas já aplicadas, desde que não ajuizado o débito, serão revistas de acôrdo com êsses critérios.

A correção monetária passará a ser aplicada sòmente aos débitos relativos ao ICM e respectivas multas, e não mais às taxas de tributo, desde que exigidos através de auto de infração, lavrado a partir de 1-7-69. Em conseqüência, ficam isentos da atualização do seu valor monetário os pagamentos espontâneos do tributo efetuado fora do prazo legal. A Correção monetária também não incidirá durante o período de pagamento parcelado dos débitos, efetuado mediante acôrdo. Se o contribuinte depositar em dinheiro a importância questionada, na Secretaria da Fazenda, fica suspensa a partir dêsse ato a incidência da correção monetária.

Ficam revogados os débitos fiscais resultantes da incidência do impôsto territorial rural e competência do Estado, relativo aos exercícios de 1961 a anteriores, bem como os originários das chamadas "multas sanitárias".

Revogam-se, finalmente, tôdas as normas da legislação anterior sôbre parcelamento de débitos referentes ao ICM, bem como dispositivos dispondo sôbre correção monetária dessas dívidas. Contudo, são mantidos os acôrdos já autorizados e garantidos os direitos dos contribuintes que tenham requerido a concessão de benefícios fiscais com base nas normas anteriores em vigor. (Decreto-lei n.º 79, de 28-5-69 — DO—SP de 29-5-69, p. 2).

MEDICINA VETERINARIA — Produtos Farmacêuticos — Entorpecentes

O Diretor do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional baixou normas para a manutenção em estoques, por serviços, clínicas, e hospitais de medicina veterinária, de produtos farmacêuticos e entorpecentes sujeitos a contrôle e fiscalização.

Para êsse fim, aquêles estabelecimentos deverão manter profissional habilitado e responsável pelo estabelecimento, livro próprio para registro de medicamentos e registro no Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional.

Até o dia dez dos meses de abril, julho, outubro e janeiro, os estabelecimentos de medicina veterinária remeterão ao SFEP um balanço, nos moldes do destinado para entorpecentes, de tôdas as compras e utilização dessas substâncias e produtos, durante o trimestre anterior (SSP—SFEP — Portaria n.º 7, de 24-5-69 — DO—SP de 24-5-69, p. 40).

PESCA — Clubes — Regulamentação

O Executor do Acôrdo de Pesca no Estado de São Paulo regulamentou o exercício da pesca amadorista e científica no âmbito estadual. Para os amadores, a autorização será concedida após pagamento de taxa, permitindo-se o emprêgo apenas dos seguintes aparelhos: caniços simples, linha de mão, molinete, puçá, tarrafa, espingarda de mergulho e arpão. Para o licenciamento de clubes ou associações, exige-se seu prévio registro na SUDEPE, e os associados são obrigados a portar licença concedida pelo Executor e rigistro das embarcações que possuírem na classe de recreio.

Para a realização de programas de pesquisas no mar territorial brasileiro ou nas águas interiores do Brasil, as instituições científicas devem ter prévia autorização da SUDEPE. A programação de seu trabalho deverá ser remetida à SUDEPE através do Conselho Nacional de Pesquisas (SA—DPA — Portaria n.º 579, de 19-4-69 — DO—SP de 19-4-69, p. 22).

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII

SETEMBRO OUTUBRO 1969



Clínica de Árvores. — Milhões de sementes experimentais de árvores, plantadas em fazendas especializadas nos EUA

2¼

ÍNDICE

Nôvo Govêrno 2

Mérito Ministro Fernando Costa 5

Reminiscências — Um Divulgador Agrícola — Luiz Marques Poliano 7

Dr. Alberto Torres Filho 8

Desapropriação por Interêsse Social 10

Reformar Só? Não! Organizar a Reforma — J. Sampaio Fernandes 13

Cultura do Mamão — Almir Gonçalves Castro 14

Instantâneos de gente da roça — Continuísmo — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá 17

Diretrizes Objetivas para o Desenvolvimento Agrário da Nação 18

A Doutrina Cooperativista como Fator da Educação — Maria Heloisa P. de Carvalho 21

O Mate — 2-Química do Mate — Ennio L. Leitão ... 24

Reforma Agrária — Prioridade da América Latina — Hugo Martin 34

XX Semana do Lacticinista — Otto Frensel 36

A Agropecuária — Júlio Cezar Covello 37

Livros e Publicações 54

A Lavoura — Há 70 Anos 54

Francisco de Assis Iglêsias 55

Climas de Mato Grosso — Adalberto Serra 57

Curso de Crédito Rural 62

Produtos Veterinários sob Fiscalização do Ministério da Agricultura 63

Notícias e Informações 65

Legislação Agrícola 69

Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" — Cursos Rápidos Agrícolas 76

Nossa Capa: Clínica de Árvores

Milhões de sementes experimentais de árvores, plantadas em fazendas especializadas nos EUA, têm sua germinação cuidadosamente controlada e estudada. Apenas as mudas consideradas tècnicamente perfeitas são transplantadas. Várias dessas "clínicas de árvores" são mantidas pela Weyerhaeuser Company, o maior proprietário particular de florestas nos Estados Unidos. Na foto, uma dessas "clínicas" em plena atividade. (Especial para A LAVOURA-IPS)

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

Setembro — Outubro — 1965

Presidente da Sociedade
LUIZ SIMÕES LOPES
Eng.º Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
KURT REPSOLD
Eng.º Agrônomo

Consultor Técnico
LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
Eng.º Agrônomo

Chefe da Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

"REVESPE"

Representação de Revistas Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 604 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

NÔVO GOVÊRNO

Ao anunciar à Nação, a 27 de outubro, os nomes dos brasileiros que comporão o seu govêrno, o ilustre Presidente General Emílio Garrastazu Médici, expôs as linhas mestras do seu programa de govêrno, e de como dirigirá os destinos do Brasil até março de 1974, ao mesmo tempo que mostrou o critério adotado para a escolha dos seus mais diretos auxiliares.

É documento da mais alta significação para o país e que deve ser difundido o quanto possível entre os brasileiros.

Não apenas como voto de confiança a S. Exa., mas também porque ali conclama o nôvo chefe do govêrno todos os brasileiros a com êle colaborarem na ingente tarefa de encaminhar o Brasil na trilha que o levará aos seus altos destinos, levamos ao corpo social da Sociedade Nacional de Agricultura os conceitos altamente promissores e patrióticos em que S. Exa. vazou a sua fala à Nação. Esta revista tem a honra de inseri-lo na íntegra, no lugar de maior destaque da sua paginação.

Eis o notável pronunciamento:

"Referendada a escolha de meu nome pelo Congresso Nacional, cumpre-me apontar à Nação Brasileira os homens que me ajudarão na imensa tarefa de dirigir os seus destinos, sucedendo ao eminente Presidente Costa e Silva.

Dado que jamais aspirei a chegar à Presidência da República e que nela me vou investir no cumprimento dessa missão, dificilmente poderá a História registrar exemplo de Chefe de Estado que, assim livre de pressões, de vinculações, de compromissos, pôde escolher seus auxiliares imediatos segundo seu próprio julgamento, seus próprios valôres, sua responsabilidade total.

O exercício da chefia do órgão nacional de informações, ao longo de mais de dois anos, fêz-me conhecer um pouco do direito e do avêsso das coisas e dos homens do Brasil.

Valho-me agora dêsses conhecimentos e de meu próprio julgamento na escolha isenta de meus Ministros, imune a pressões de tôda ordem, de ordem sentimental ou racional — políticas, militares, econômicas.

Não uso critérios políticos ou regionalistas, não pago dívidas eleitorais que não precisei contrair, não tenho a vocação do favoritismo e da cortesia no exercício de meu dever, e me declaro incompetente na mecânica da composição, do conchavo, da barganha.

Compromissos, só os tenho com a minha consciência e com o futuro de meu País. E se alguma confiança me é dada pela Nação e por êste momento de História, que se comece confiando nos homens em que confio."

"Cuidei buscá-los em tôda parte. Quis encontrá-los, a todos, segundo meus valôres. Busquei a inteligência e a objetividade, a austeridade e a coragem moral, a iniciativa e a aptidão para o trabalho em equipe, a energia e o equilíbrio, o espírito criador e o realismo.

Visei à reunião de homens firmes e tenazes, identificados com a Revolução de Março de 64 e que coloquem o interêsse nacional acima, muito acima de qualquer interêsse; homens capazes de ouvir e de comunicar; homens capazes de escolher outros homens; homens com sentido de humildade, grandeza de intenções, permeáveis à realidade do hoje e sensível à visão do amanhã.

Cuidei encontrá-los, e se todos em tudo assim não forem como os busquei, cada um haverá de identificar-se com o meu propósito, sublimar-se na ação e integrar-se ao espírito de unidade.

Empenho minha responsabilidade pessoal nessa unidade que desejo a marca de meu Govêrno, unidade que de mim haverá de emanar, unidade de pensamento, de objetivo, de ação, de coerência.

Não haverei de ter Ministérios prevalentes, mas áreas, setores e problemas prioritários. Almejo a continuidade administrativa como princípio, mas não tenho compromisso de duração da tarefa de meus auxiliares, que essa duração será feita de nossa mútua confiança.

Meu propósito primeiro é ter um Ministério unido e coeso, com espírito de equipe e de cooperação, de trabalho associativo e integrado. Quero a meu lado ministros que tenham em mira a interdependência, a interpretação, o recíproco respeito, a visão de conjunto entre os Ministérios.

Deus haverá de ajudar-me para que eu tenha sempre um Ministério que, na fôrça de seu todo, não sejam ilhas, seja continente; e que, na energia e na chama, não sejam estrêlas solitárias ou errantes, seja constelação".

"Quero, assim, apontar à Nação os homens que me ajudarão a dirigir o País nos anos do meu Govêrno.

Meu companheiro na Vice-Presidência da República, o Almirante Augusto Hammann Rademaker Grunewald, cujo nome o Congresso Nacional já ratificou, é a expressão de uma certeza, a certeza da continuidade do processo revolucionário. Esta certeza vem de longe, vem de sua presença decisiva na primeira hora da Revolução, como um dos três membros de seu Comando Supremo.

Agora, o Ministério, setor por setor, Ministro por Ministro.

Primeiro, o SETOR POLÍTICO:

Ministro da Justiça: Professor ALFREDO BUZAID.

Ministro das Relações Exteriores: Embaixador MÁRIO GIBSON BARBOSA.

SETOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

Professor JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO.

SETOR ECONÔMICO:

Ministro da Fazenda: Professor Antônio Delfim Neto. Ministro dos Transportes: Coronel Mário David Andreazza.

Ministro da Agricultura: Engenheiro Agrônomo Luís Fernando Cirne Lima.

Ministro da Indústria e do Comércio: Senhor Fábio Riodi Yassuda.

Ministro das Minas e Energia: Engenheiro Antônio Dias Leite.

Ministro do Interior: Deputado José Costa Cavalcânti.

SETOR SOCIAL:

Ministro da Educação e Cultura: Senador Jarbas Gonçalves Passarinho.

Ministro do Trabalho e Previdência Social: Professor Júlio de Carvalho Barata.

Ministro da Saúde: Professor Francisco de Paula da Rocha Lagoa.

Ministro das Comunicações: Coronel Higino Caetano Corsetti.

SETOR MILITAR:

Ministro da Marinha: Almirante-de-Esquadra Adalberto de Barros Nunes.

Ministro do Exército: General-de-Exército Orlando Geisel.

Ministro da Aeronáutica: Marechal-do-Ar Márcio de Sousa e Melo.

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

Chefe do Gabinete Civil: Professor João Leitão de Abreu.

Chefe do Gabinete Militar: General-de-Brigada João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Chefe do Serviço Nacional de Informações:

General-de-Brigada Carlos Alberto da Fontoura."

"Apresentados os homens que escolhi e que escolherão outros homens, e pôsto que estamos na hora da verdade, quisera confidenciar à Nação brasileira haver sido meu propósito primeiro escolher Ministros que não fôssem candidatos, que não estivessem pensando, desde já, numa cadeira no Congresso, num palácio de Govêrno, ou mesmo na Presidência. É que eu os queria só Ministros, e Ministros totalmente devotados à missão que lhes darei.

Seria, de certo modo, comprometer-lhes o futuro e, quem sabe, até, desfalcar meu Ministério de alguns valôres que não dispenso.

Não impus a condição limitativa do amanhã, que é dêles. Imponho, sim, e a Nação é testemunha, que não façam de seus Ministérios a plataforma de lançamento, a base eleitoral, a cornucópia de favores que, em passado que a Revolução de 64 deixou atrás, aplainava o caminho dos pretendentes aos cargos eletivos." "Quero dizer, bem alto, como vejo um Ministro de Estado. Vejo-o consagrar-se, de tôda a alma, à sua imensa tarefa como um fim, não como um meio: vejo-o servir a todo o povo brasileiro; e harmonizar-se e integrar-se no conjunto de minha equipe, sem travar jamais a velha luta da rivalidade das ambições políticas de cada um.

Quero ter de todo Ministro de meu Govêrno a imagem da austeridade, da decência, da determinação no rumo do esfôrço coletivo.

E, assim, o futuro haverá de ser para todos a tranqüila colheita do presente.

Com êsses homens e com êsses propósitos, haveremos de prosseguir, nos primeiros anos 70, o esfôrço nacional de acelerar a vinda dos novos tempos, os tempos em que o homem mais ignorado, do mais distante pedaço de Brasil, sinta, na sua própria pele, e não na palavra dos outros, que os dias melhores estão chegando."

MÉRITO

MINISTRO FERNANDO COSTA

Em sessão solene realizada no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura, a 20 de outubro último, a Associação dos Servidores do Ministério da Agricultura homenageou diversas personalidades pelos seus relevantes serviços à causa da agropecuária brasileira.

Presidiu os trabalhos o Eng. Agr. Rufino d'Almeida Guerra Filho, Secretário Geral daquela entidade, o qual convidou para a mesa os Srs. Luiz Simões Lopes, Heitor Grilo, José Pires de Almeida e Waldemar Gurgel do Amaral.

Iniciada a sessão, informou à numerosa assistência que a sua Associação ali estava para agradecer de público à seleta plêiade de brasileiros os valiosos serviços que durante longos anos prestaram e vêm prestando à agricultura nacional.

Fêz, a seguir, referência a cada um dos homenageados, que em seguida receberam a medalha de prata que reproduzimos e o diploma respectivo.

Na ocasião, foram lidas as seguintes referências relativas aos nomes agraciados:

AMILCAR SAVASSI

Italiano de origem radicado no Brasil há mais de setenta anos onde foi o iniciador da nossa Sericicultura. Deve-se a êle a criação da Estação de Sericicultura de Barbacena.

Funcionário aposentado do Ministério da Agricultura onde conta com amigos, admiradores e seguidores da sua especialidade, a quem transmitiu ensinamentos sôbre a cultura do bicho da sêda e sua industrialização.

É um modêlo de virtudes.

HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO

Engenheiro Agrônomo de renome nacional, prestou relevantes serviços ao Ministério da Agricultura, nem só como fito-patologista consumado, bem como destacado administrador.

Foi o executor da grande obra que se tornou a Universidade Rural do Brasil, no km 47 da Rodovia Rio-São Paulo. Ocupou, ainda, o cargo de Secretário da Agricultura do atual Estado da Guanabara.

Exerce, no momento, as funções de Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

JOÃO CLEOPHAS DE OLIVEIRA

Foi durante algum tempo, Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, seu Estado natal, onde ocupou também, o Govêrno daquela unidade da Federação.

Foi Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura no Govêrno Provisório (Getúlio Vargas), tendo tido grande destaque na criação do Serviço Social Rural no país, além de haver tomado uma série de medidas tendentes à mecanização da lavoura em todo o território nacional.

JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agronomia hoje Universidade Rural do Brasil.

Fêz curso de especialização nos Estados Unidos — Prêmio de Viagem. Especializou-se em óleos vegetais, e idealizou e fundou o Instituto Nacional de Óleos do Ministério da Agricultura. Antigo professor da 19.ª Cadeira da Universidade Rural.

Foi e continuou a ser um batalhador no sentido do desenvolvimento da cultura e da indústria dos óleos vegetais, tintas e vernizes, no País.

Faz parte do Corpo Diretor do Club de Engenharia e da Sociedade Nacional de Agricultura.

JOSÉ AMANAJÁS TOCANTINS

Advogado e Pecuarista tendo se especializado nos assuntos atinentes ao Cooperativismo e por êste motivo integrou diversas comissões que estudaram e apresentaram projetos sôbre o Seguro Agrário, Cooperativismo e Crédito Rural.

Atualmente é Chefe do Gabinete da Presidência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A., do qual é procurador.

Realizou os Cursos: de Crédito Rural no Kansas University (USA); Purdue University (USA) e Escola Superior de Guerra.

JUAREZ DO NASCIMENTO FERNANDES TAVORA

Revolucionário de 1930, Juarez Távora ocupou a Pasta da Agricultura no Govêrno Getúlio Vargas.

Como chefe daquela Secretaria de Estado realizou reformas de fundo integrando os profissionais da Agronomia e da Veterinária nos quadros daquele Ministério. Foi um impulsionador da Agricultura no País, e posteriormente, no Govêrno do Presidente Café Filho, ocupou a Pasta da Viação. É um estudioso dos problemas sócio-econômicos do Brasil.





KURT REPSOLD — Engenheiro Agrônomo, formado pelas antigas Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária "São Bento", de Pernambuco, turma de 1918.

Funcionário aposentado do Ministério da Agricultura, onde exerceu as mais altas comissões e ocupou os mais importantes cargos, inclusive o de Diretor Geral, ainda hoje continua em atividade.

É assessor da Confederação Nacional da Agricultura e Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Recentemente foi agraciado com a Medalha do Mérito Agrícola.

LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR

Mineiro de Cordisburgo. Filho de Luiz Guimarães e Maria Lima Guimarães.

Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte e Post-Graduado pela Universidade de Georgia U.S.A. É Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura.

Na sua carreira funcional exerceu tôda gama de atividades culminando com a de Ministro da Agricutura interinamente.

Tendo se especializado em algodão, escreveu diversos trabalhos sôbre esta malvácea dos quais destacamos:

I — O algodão em Minas
II — Apontamentos sôbre o algodão e
III — Aspectos of Brazilian Cotton (em Inglês).

De sua autoria é também:
Nas Selvas do Brasil (Tradução).
Conservemos êste Solo.
A Caminho do Egito.
De Nôvo no Oriente.

LUIZ MARQUES POLIANO

Há muitos anos Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, onde vem prestando os mais assinalados serviços. Com sua dedicação e eficiência tem conseguido imprimir àquela antiga e prestigiosa instituição, verdadeiro desenvolvimento utilitário.

Possui notável cultura humanística e grandes conhecimentos históricos. Iniciou sua carreira como Conservador de Museu do Ministério de Educação e Cultura após graduação em Museologia pela antiga Universidade do Brasil. É membro do Conselho da Medalha do Mérito Agrícola, instituição criada pelo Govêrno Federal, condecoração que recebeu em 1966"; Redator-Chefe da Revista A LAVOURA, da Sociedade Nacional de Agricultura, a mais antiga, no gênero, em circulação no País e Diretor da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", da mesma Sociedade.

LUIZ SIMÕES LOPES

Engenheiro Agrônomo, iniciou sua carreira profissional como técnico do Ministério da Agricultura, no antigo Serviço Florestal do Brasil.

Mais tarde ocupou a Chefia da Casa Civil do Presidente Vargas, de quem era dedicado amigo e conterrâneo. Foi sincero defensor dos problemas agrícolas, quando no exercício da citada função.

Foi o criador e primeiro Diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público Federal (DASP), em cujas funções prestou relevantes serviços ao País, especialmente na organização administrativa dos Ministérios e demais organismos da órbita federal e criando o Estatuto dos Funcionários Públicos Federais.

É membro de várias instituições nacionais e estrangeiras ocupando, atualmente, a presidência da Fundação Getúlio Vargas, órgão por excelência, orientador da Economia Nacional; presidiu a Assembléia da fundação da atual Confederação Nacional da Agricultura, exercendo também, há longos anos a Presidência da Sociedade Nacional de Agricultura.

E. L. L.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente	— FLÁVIO DA COSTA BRITTO
2.º Vice-Presidente	— KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente	— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
4.º Vice-Presidente	— JOÃO BATISTA LUSARDO
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
3.º Secretário	— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
4.º Secretário	— SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA
1.º Tesoureiro	— RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
ENNIO LUIZ LEITÃO
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JÚLIO CÉSAR COVELLO
LUIZ HERMANY FILHO
MÁRIO DE OLIVEIRA
OSMAR LOPES REZENDE

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS	*OCUPANTES*
1 — ENNES DE SOUZA	— Rafael da Silva Xavier
2 — MOURA BRASIL	— Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	— Geraldo Goulart da Silevira
4 — BARÃO DE CAPANEMA	— Kurt Repsold
5 — ANTONINO FIALHO	— Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLÃO BELLO	— Armênio da Rocha Miranda
7 — SYLVIO RANGEL	— Ennio Luiz Leitrão
8 — PACHECO LEÃO	— Frederico Murtinho Braga
9 — LAURO MULLER	—
10 — MIGUEL CALMON	— Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	— Edgard Teixeira Leite
13 — SIMÕES LOPES	— Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	— Jayme Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	— Paulo Simões Lopes
16 — TREJANO DE MEDEIROS	— Luiz Hermanny Filho
17 — PAULINO CEVALCANTI	— Luiz Guimarães Júnior
18 — FERNTNDO COSTA	— Iris Meinberg
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	— Júlio César Covello
20 — GUSTAVO DUTRA	— Oswaldo Balarin
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE	— José Algusto Bezerra de Medeiros
22 — IGNÁCIO TOSTA	—
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO	— Fábio Luz Filho
24 — JOSÉ BONIFÁCIO	— Mário Penteado de Faria e Silva
25 — LUIZ DE QUEIROZ	—
26 — CARLOS MOREIRA	— Honório Monteiro Filho
27 — ALBERTO SAMPAIO	—
28 — NAVARRO DE ANDRADE	— Rômulo Cavina
29 — ALBERTO TORRES	— Otto Frensel
30 — SÁ FORTES	— Oswaldo Lazzarini Peckolt
31 — TREODORO PECKOLT	— Rômulo Joviano
32 — RICARDO DE CARVALHO	— José Sampaio Fernandes
33 — BARBOSA RODRIGUES	— Sylvio Fróes Abreu
34 — GONZAGA DE CAMPOS	—
35 — AMÉRICO BRAGA	—
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	— João Carlos Bello Lisboa
37 — MELLO LEITÃO	— Milton Freitas de Souza
38 — ARISTIDES CAIRE	— Luiz Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	— Armênio da Rocha Miranda
40 — GETÚLIO VARGAS	— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

Luiz Marques Poliano

UM DIVULGADOR AGRÍCOLA

Havia decorrido sòmente poucos meses da fundação da Sociedade Nacional de Agricultura, a 16 de janeiro de 1897, e já a sua revista, no número de 12 de janeiro seguinte, inseria em lugar de destaque um longo e sentido necrológio: o de um de seus mais destacados entusiastas, o seu Vice-Presidente Honorário, o Dr. Frederico Guilherme de Albuquerque, nascido na Cidade do Rio Grande, a 18 de dezembro de 1839, e falecido a 4 de novembro daquele ano.

Êste ilustre gaúcho foi um dedicado à causa da Agricultura, um verdadeiro precursor da evolução e da divulgação das modernas práticas agrícolas.

Após haver desistido do seu curso de engenheiro, na antiga Escola Central, desta então capital do Império, foi convidado por D. Pedro II para integrar, em 1872, a equipe de Botânica do Museu Nacional, ao tempo do Diretor Nicolau Moreira.

Apaixonado pelas ciências naturais, "por não se conformar com a aridez do estudo das matemáticas", fundou no subúrbio do Encantado, em 1867, um "Instituto de Sementes" onde produzia sementes e mudas, dentro da técnica então vigente, e onde realizou numerosas reuniões, os chamados "Comícios Agrícolas". Oito anos após, transferiu êsse estabelecimento para São Bernardo, em São Paulo, conhecido de todos os lavradores brasileiros da época, sob o nome de "Boliche", e já no regime republicano aceitou o cargo de diretor dos Jardins Públicos de São Paulo, ao qual resignou, retornando ao Rio de Janeiro em 1892.

Por essa época, recusara o cargo de diretor de nosso antigo Jardim Zoológico, propriedade do Barão de Drumond, porque "de envôlta com a questão científica, lobrigava interêsses de ordem diversa, que não se coadunavam com sua índole, infensa à exploração de certo gênero." Tratava-se do chamado "Jôgo do bicho", que haveria de, até os tempos que correm, constituir-se em sério problema social da cidade e quiçá do Brasil.

O seu pendor pelos assuntos da Natureza e de Agricultura êle o revelou incorporando-se à Sociedade dos Comícios Agrícolas do então Distrito Federal — precursora da Sociedade Nacional de Agricultura — e fundando e constituindo-se no principal redator da "Revista Agrícola" (1872), da "Revista de Agricultura" (1878) e do "Jornal de Agricultura" (1881-1886).

Mas, o que intentamos, nesta nota, é caracterizar o grande divulgador agrícola de quase um século, que foi Frederico de Albuquerque. A sua atividade jornalística se fêz sentir em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no "Jornal de Comércio, do Rio de Janeiro, defendendo sempre, "com vigor e patriotismo, as idéias salvadoras da situação econômica do país, a policultura, o ensino agrícola, a adoção de novos processos de arrancar nossa primeira indústria dessa imobilidade que faz o seu declínio".

Publicou:

"— Da videira, sua origem e história; conveniência de sua cultura variedades preferíveis. Rio de Janeiro, 1876, 22 págs. in-4.º. É uma memória que o autor apresentara ao conselheiro T. J. Coelho de Almeida, e saíra no "Diário Oficial", e mais tarde na "Revista de Horticultura", tomo 1.º, págs. 52, 115 e 156.

— O jardineiro brasileiro; noções de agricultura, horticultura e paisagens, adaptados ao clima do Brasil, seguido do discurso sôbre o mesmo assunto, pronunciado nas conferências do Museu Nacional, Rio da Janeiro, 1878, in-8.º

— "Revista de Horticultura": "Jornal de Agricultura" e "Horticultura Prática". Começou a sair em janeiro de 1876 em folhetos mensais de 20 pags., redigido por F. de Albuquerque com a colaboração de J. Barbosa Rodrigues e outros. De seu redator só no 1.º ano, além de muitos trabalhos e notícias, se acham

Dr. Alberto Torres Filho



O corpo de Diretores Técnicos da Sociedade Nacional de Agricultura sofreu, com o falecimento a 1.º de agôsto dêste ano, um rude golpe com o imprevisto falecimento do Dr. Alberto Torres Filho. O passamento verificou-se na Capital de São Paulo, aonde fora buscar tratamento para o mal que o acabou abatendo.

O Dr. Alberto Torres Filho, além das suas atividades como advogado militante no foro da Cidade do Rio de Janeiro era adiantado criador do Município de Três Rios.

Nasceu nesta Cidade a 3 de dezembro de 1893, e era filho do notável sociólogo Alberto Torres.

Do seu currículo consta que cursou o Colégio São Vicente de Paula (Petrópolis); o Colégio Anchieta (Nova Friburgo); e St. Paul's School — Londres, Inglaterra, e a Faculdade Nacional de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Foi Tradutor Público Juramentado. Quando de sua morte, era Diretor da Companhia Industrial São Paulo e Rio (CISPER), Companhia Electroquímica Pan-Americana, Companhia Meridional de Mineração, Naegeli S.A. — Indústrias Químicas e Xerox do Brasil S.A. — Reproduções Gráficas e ainda Gerente da TORREMCO — Sociedade de Navegação e Comércio Ltda. Fêz várias viagens à Europa e aos Estados Unidos. Proferiu conferências sôbre assuntos profissionais. Publicou: "Memoriais Jurídicos".

---

os seguintes escritos: Cycadeas, com o respectivo desenho, págs. 6 a 8. A quina, idem, págs. 27 a 30. Algas, págs. 65 a 67. Os jacintos, com duas estampas, págs. 129 a 135 Dioscores ilustrada, com o respectivo desenho, págs. 170 a 173.

No Museu Nacional, foi companheiro e amigo de Sérgio de Carvalho, como êle fundador da Sociedade Nacional de Agricultura — o qual lhe traçou o necrológio publicado na "A Lavoura", no ano citado.

Muitas coisas mudaram, no setor da atividade agrícola, nestes quase cem anos, mas não tanto, como era desejo e empenho do venerável brasileiro.

No Rio Grande do Sul, para onde voltaria, abandonando os bancos acadêmicos, fundou, na ilha dos Marinheiros, um estabelecimento de horticultura, dedicado principalmente à viticultura, e lá introduziu diversas variedades dessa planta, dando — aí grande impulso ao fabrico do vinho, "por processos especiais e excelentes, de que só sua família tem o segrêdo."

Segundo Sérgio de Carvalho, deve-se também a Frederico de Albuquerque a aclimação, na ilha citada, em frente à cidade de Rio Grande, sua terra natal, do "encalipto, cujos primeiros exemplares foram por êle plantados" ali.

Por proposta da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, por ocasião de seu falecimento, foi inaugurado o retrato a óleo do nosso homenageado na galeria da antiga Caixa de Amortização, pintado pelo grande Antonio Parreiras.

Convidado por Ennes de Souza para presidir a Sociedade Nacional de Agricultura, quando de sua fundação, recusou, para aceitar, depois, a sua designação como 1.º Vice-Presidente Honorário, ao lado de Luiz Pereira Barreto e de Pedro Caldeira.

Em atenção aos seus serviços no "Boliche", no Encantado, por sua notável apresentação na Exposição Agrícola e no Congresso Regional de 1897, foi-lhe atribuída medalha de ouro, entregue à família após a sua morte.

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"



Cursos Rápidos — Aula de estaqueamento de tomateiros.



Alunos dos Cursos Rápidos Agrícolas dos sábados, aguardando o início das aulas.

Desapropriação por interêsse social

A Constituição do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, no § 22 do seu artigo 179 garantia o direito de propriedade, "em tôda sua plenitude", admitindo, como única exceção, o seu uso, pelo Poder Público, mediante prévia indenização. Não previa, ainda, a desapropriação.

A primeira Constituição da República, de 24 de fevereiro de 1891, manteve a plenitude do direito de propriedade, ressalvando, contudo, o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, também com indenização prévia.

Também a Carta de 16 de julho de 1934 não incluia a hipótese, embora tenha sido a primeira a mencionar a obrigatoriedade da observância do interêsse social ou coletivo exercício do direito de propriedade.

De fato, o seu artigo 113, § 17 determinava:

"É garantido o direito de propriação por necessidade ou ser exercido contra o interêsse social ou coletivo, na forma que a lei determina. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos têrmos da lei, mediante prévia e justa indenização.

Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar a propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvando o direito à indenização". A novidade foi o surgimento da expressão justa indenização.

Do mesmo feitio foi a Carta de 10 de novembro de 1937: "Art. 122 — A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos têrmos seguintes:

"14: o direito de propriedade, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. O seu conteúdo e os seus limites serão os definidos nas leis que regularem o exercício".

Desapareceu a referência à justa indenização.

Só em 18 de setembro de 1946 é que o instituto da desapropriação por interêsse social foi consagrado em texto constitucional .

Em contrapartida ao avanço, a inovação do pagamento da justa indenização em dinheiro".

Foi preciso a Emenda Constitucional n.º 10, de 10 de novembro de 1964, à implantação no Brasil do sistema de pagamento em títulos, nos casos de desapropriação por interêsse social, da propriedade territorial rural, e ainda assim, com cláusula de EXATA correção monetária, excluídas as benfeitorias "SEMPRE pagas em dinheiro".

Porém, nem tôdas as indenizações podem assumir a forma de pagamento em títulos. É essencial que as desapropriações indicam sôbre imóveis situados em zonas antecipadamente declaradas prioritárias para fins de Reforma Agrária e fixadas em decreto do Poder Executivo.

Veio a Constituição de 24 de janeiro de 1967 incorporar a Emenda, originando o § 1.º do seu art. 157:

"§ 1.º — Para os fins previstos nêste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinqüenta por cento do impôsto territorial rural e com pagamento de preço de terras públicas".

Finalmente, em 25 de agôsto dêste ano, o Govêrno Revolucionário do Marechal Artur da Costa e Silva editou o Ato Constitucional n.º 9, da mesma data, para modificar a Constituição vigente, em especial, o precitado § 1.º do artigo 157.

Em conseqüência do A.I.9 foi derrocado o princípio do pagamento PRÉVIO da indenização de imóveis rurais desapropriados e condicionado o seu justo valor a critérios que a lei estabelecer.

A Nova Lei

O Decreto-Lei n.º 554, de 25 de abril de 1969 que dispõe sôbre a desapropriação por interêsse social de imóveis rurais para fins de reforma agrária é resultado imediato, da nova filosofia do Govêrno Federal e representa, inegàvelmente, um passo à frente, no caminho árduo da execução da Reforma Agrária Brasileira esboçada no Estatuto da Terra.

No regime da lei antiga, as discussões sôbre preço no âmbito do Poder Judiciário, eram intermináveis, o IBRA — órgão executor da Reforma Agrária — ficava tolhido na missão de implantar seus projetos de assentamento e colonização.

A lei nova regula a matéria de forma adequada e moderna simplificando os trâmites processuais de maneira a permitir pronta e decida resolução das desapropriações, no âmbito administrativo e no judiciário.

Isto se deve, principalmente a forma pela qual estabelece os critérios de justa indenização da propriedade territorial rural.

Dá, em primeiro lugar, preferência a conclusão da desa-

MAURO FONSECA PINTO NOGUEIRA

Chefe da Divisão de Desapropriações do

Departamento de Recursos Fundiários do IBRA

propriação por ACÔRDO, onde o preço será arbitrado entre Expropriado e Expropriante. Se na falta dêste é que o Poder Público depositará em banco oficial o valor da indenização fixada com base na declaração do proprietário para fins de pagamento do Impôsto Territorial Rural, se aceito pelo IBRA.

Não sendo aceito o valor declarado, ou na ausência de declaração, a indenização corresponderá à avaliação que o Expropriante mandar proceder levando em consideração o efetivo rendimento econômico do imóvel, verificando no ano agrícola imediatamente anterior, precedida esta avaliação de cadastramento ex-offício.

Merece todo realce o fato de não ser desapropriável por interêsse social para fins de Reforma Agrária, a emprêsa rural, legalmente conceituada no Estatuto da Terra e sua regulamentação como "empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômicamente e racionalmente imóvel rural, dentro de condições de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel, segundo padrões fixados, pública e prèviamente pelo Poder Executivo. Para êsse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas, naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias" (inciso VI, do art. 4.º da Lei 4.502, de 30 de novembro de 1964).

É prova de que o Govêrno não deseja executar uma Reforma Agrária contra os empresários, em detrimento e com o sacrifício das explorações econômicamente rentáveis e sim para atingir aquêles, meros proprietários, que se utilizam dos imóveis rurais simplesmente para especulação imobiliária ou para obtenção de crédito agrícola junto à rêde bancária pública e privada.

Preocupou-se, também, o Govêrno na nova lei, em facultar aos proprietários rurais a oportunidade de retificação de suas declarações imprecisas e feitas, muitas vêzes, apressada e inadvertidamente, quem sabe se com o fim de pagar menor impôsto. Foi-lhe assegurado, no § 3.º do art. 3.º do Decreto-Lei, o prazo de 180 dias para, mediante justificação, elaborarem nova declaração, do respectivo valor.

Aspecto processual

A ação de desapropriação deve ser proposta perante o juiz Federal do Distrito Federal, do Estado ou do Território onde estiver situado o imóvel.

O pedido será instituído com um exemplar da publicação do ato de desapropriação — não necessàriamente um Decreto, porque é delegável nos têrmos do A I-9 a atribuição e desapropriação de imóveis rurais e, mais, com o recibo bancário do depósito feito.

O Expropriante, na iniciativa, requererá a conversão do depósito em pagamento do preço; imissão de posse imediata e, ainda, a transcrição no Registro de Imóveis competente, para adquirir, logo a propriedade do bem desapropriado.

Transcrito o imóvel em nome do Expropriante, o que será ordenado pelo Juiz, de plano ou no prazo de 48 horas, não pode o mesmo ser objeto de reivindicação, ainda que fundada na nulidade da desapropriação. Qualquer ação julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

O documento hábil para a transcrição é o próprio mandado judicial.

Cabe lembrar que o contraditório só tem início após a transcrição do mandado, e versará, exclusivamente, sôbre o valor depositado pelo Expropriante ou vício do processo. Assim mesmo deverá ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo do preço, o valor declarado pelo proprietário para pagamento do ITF.

Contestada a ação, a causa seguirá o rito ordinário.

Aplicabilidade

A nova lei é aplicável aos casos pendentes de julgamento, isto é, às ações judiciais sem decisão definitiva irrecorrível. (coisa julgada).

O Decreto-Lei n.º 3.365, de de 21 junho de 1941, que dispõe sôbre desapropriação por utilidade pública, alterada pela Lei 2.786, de 21 de maio de 1956, não foi revogado. O seu artigo 9.º por exemplo, será aplicado aos casos de desapropriação por interêsse social porque neste sentido há remissão expressa no art. 12 do Dec-Lei 554 em exame.

Também está mantida a enumeração dos casos de desapropriação por interêsse social, quais sejam os do art. 1.º do Estatuto da Terra:

"Art. 18 — A desapropriação por interêsse social tem por fins:

a) condicionar o uso da terra à sua função social;

b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade;

c) obrigar a exploração racional da terra;

d) permitir a recuperação social e econômica de regiões;

e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica;

f) efetuar obra de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais;

g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural;

h) faturar a criação de áreas de proteção à fáuna, à flora ou a outros recursos naturais a fim de preservá-los de atividades predatórias".

Estão revogados os dispositivos do Estatuto da Terra colidentes com os da nova Lei (dentre outros, o critério para fixação do justo valor).

Atuação do IBRA

Criado em novembro de 1964 o **Instituto Brasileiro de Reforma Agrária**, recebeu a incumbência de dar prosseguimento a algumas das ações de desapropriação propostas pela extinta Superintendência de Política Agrária (SUPRA).

Assim é que continuou as demandas referentes à expropriação dos imóveis PENHA CAIXÃO, com área de 731,10 hectares; CAPIVARI, com 743,52 ha, PIRANEMA, com 580,80 ha, FLORESTA, com 894,57 ha, SÃ JOSÉ DA BOA MORTE, com 4.549,60 ha e REBÔJO, com 3.325 ha, tôdas na Área Prioritária do Rio de Janeiro. A exceção é de Rebôjo, no Estado de São Paulo.

Mas, a primeira desapropriação de exclusiva responsabiiidade do IBRA, foi da **USINA CAXANGÁ S/A e CIA AGROPECUÁRIA DE AMARAGI**, no Estado de Pernambuco, iniciada em 5 de maio de 1965 **e ainda não concluída.**

A USINA situa-se na Área Prioritária do Nordeste e compreende uma área de aproximadamente 17.000 hectares.

Ainda na Área Prioritária do **Nordeste** (Pernambuco e Paraíba) foi de cêrca de 41.000 hectares.

Na Área Prioritária de Brasília apenas foi desapropriado um imóvel da "Noroeste de Minas Gerais (MG), com 33.755 hectares, não concluída e desapropriação.

Na Área Prioritária do Rio Janeiro foram desapropriados 12 imóveis, no total de ...... 16.925,76 hectares:

Penha Caixão	— área de	731,10 ha SUPRA
Capivari	— área de	743,52 ha SUPRA
Piranema	— área de	580,80 ha SUPRA
Santa Alice	— área de	1.063,34 ha SUPRA/IBRA
Floresta	— área de	894,57 ha SUPRA
São José da Boa Sorte ...	— área de	4.549,60 ha SUPRA
Carmo (Gleba Sebastiana)	— área de	396,04 ha SUPRA
Quinzanga	— área de	1.063,34 ha SUPRA
Guapiaçu	— área de	1.890,45 ha SUPRA
Vecchi	— área de	2.488,68 ha SUPRA
Vargem Grande	— área de	2.063,17 ha SUPRA
Pôrto da Cana	— área de	96,80 ha SUPRA

Na Área Prioritária do **Rio Grande do Sul** (todo o Estado) foram desapropriados 4 imóveis rurais que perfazem a área de 11.637,88 hectares:

Perseverança com	3.080 ha
Florida com	7.733,05 ha
Mangueirão som	486,03 ha
Bela Vista com	338,74 ha

Recentemente foi publicado Decreto considerando de interêsse social para fins de desapropriação mais três imóveis rurais: BOA VISTA, ITAÍBA e COLORADOS, cujas áreas de 9.745,97, ha 3.343,56 ha e 3.160 ha respectivamente adicionadas às dos 4 outros imóveis já desapropriados perfazem a área total de 27.887,41 ha.

Vale dizer que as ações a serem propostas para os 3 novos imóveis do Rio Grande do Sul obedecerão ao disposto no Dec-Lei 551, de 25 de agôsto dêste e só serão ajuizadas na hipótese de inviabilidade de acôrdo.

Finalmente, vale salientar que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) já desapropriou 32 imóveis rurais perfazendo um total de ... 170.611,51 hectares.

INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA

Desde a criação da política de incentivos fiscais para a Amazônia, até junho dêste ano, foram aprovados para a região 260 projetos, o que significa um investimento de cêrca de NCr$ 1 bilhão e meio. A metade foi empregada no setor primário (agricultura).

130 MIL NOVOS EMPREGOS NO NORDESTE

A SUDENE já comprometeu um bilhão e meio de cruzeiros novos, arrecadados de 70 mil empresários de todo o País, no programa de desenvolvimento do Nordeste. Com isto, 130 mil pessoas obterão emprêgos diretos estáveis, enquanto 520 mil empregos indiretos serão criados como conseqüência da ação conjugada Govêrno — livre iniciativa.

ESTIAGEM PROLONGADA DIZIMA LAVOURA PAULISTA

A estiagem que assola o Estado de São Paulo está preocupando sèriamente a Confederação Nacional da Agricultura, pois as pastagens e as lavouras estão sendo dizimadas, comprometendo as próximas safras paulistas, principalmente de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

NOVILHAS HOLANDESAS PARA OS CRIADORES MINEIROS

Dando início à política de fomento da produção animal, o govêrno do Estado de Minas Gerais adquiriu 32 novilhas holandesas, malhadas de prêto e branco, para serem cedidas aos criadores mineiros, sem lucro.

REFORMAR SÓ? NÃO!

ORGANIZAR A REFORMA

J. Sampaio Fernandes

Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

Efetuar a Reforma Agrária é uma necessidade. O Brasil não pode ficar com suas terras mal aproveitadas. Regiões que estão a dois passos de excelentes centros de consumo, têm baixo rendimento agropecuário, salvo as exceções de alguns pontos bem aproveitados, por iniciativa de abnegados lutadores. Não posso, evidentemente, tratar dos vários aspectos da vastidão brasileira mas posso aflorar pontos do problema de uma região, da região que circunda o hoje o Estado da Guanabara, que me é mais familiar, como fluminense que sou, nascido à margem da baía, na Praia Grande, e criado na serra, na região do rio Prêto, a dois passos da junção do rio das Flôres com o Prêto, em terras que, de cafèzais em extinção — que uma excepcional queda de chuva de pedras liquidou ainda mais ràpidamente aí pelos idos de novembro de 1902-3, não me lembra bem — passou ao regime de pastoreio extensivo, de produção de leite. O Estado do Rio, com suas importantes cidades, formando o cinturão da antiga metrópole federal, Nova Iguaçu, Caxias, Nilópolis, Niterói, Petrópolis, um pouco mais longe, constitui sòzinho um conjunto populacional de alto valor, que adicionado ao da cidade do Rio de Janeiro e ao das cidades em expansão da serra fluminense — Barra do Piraí, Volta Redonda, Barra Mansa, Rezende, Valença, Teresópolis, Friburgo, Vassouras e mais as da Baixada — Campos, a rainha do Paraíba e as demais, da Costa, turísticas ou da margem do Paraíba, desde Três Rios a São Fidélis, valem um esfôrço governamental conjunto federo-estadual, para que a Reforma Agrária o transforme numa Suiça, com melhores perspectivas agropecuárias de serra na sua parte montanhosa e numa Holanda na sua Baixada, trazendo, se preciso fôr, núcleos coloniais suiços, reforçando os já existentes, que datam do Brasil Império, e holandeses, à semelhança dos que hoje fazem prosperar regiões em tôrno de Campinas, no Estado de São Paulo e do Paraná, creio que na região de Castro. E são modelos recentes, relativamente. Muita coisa se poderá fazer: aumento e melhoramento da produção leiteira na zona serrana, com associação de granjas avícolas — o exemplo do poderoso núcleo de produção avícola do Vale do Piabanha até São José do Rio Prêto, pode ser estendido, como em tentativas, aqui e ali, já o é, pelo estudo e desenvolvimento da fruticultura regional — Bananais, Laranjais, Jabuticabais — as jabuticabas dessa região serrana são famosas — e quem já estudou a possibilidade de uma incrementação comercial e até da sua possibilidade de colocação no mercado externo, melhorando-lhe os tipos, com menores caroços, frutas maiores, de pele fina, ou até sem caroços? Há três anos enviei por avião um punhado delas a minha filha, que reside nas Canárias, depois de conservá-las por 4 ou 6 dias no congelador a 5ºC abaixo de zero — e já não eram frescas mas apanhadas horas antes, em Três Rios, na fazenda de um amigo, que as enviou à noite para minha casa. Chegaram perfeitas. E quantas outras fruticulturas possíveis, como a fruta de conde, a manga, tôdas passíveis de exportação, como os abacates? E a produção de flôres-rosas, cravos, palmas, gladíolos, cuja exportação a região fluminense de Sapucaia ou outra das proximidades, já tenta com sucesso. Que apoio teve tal iniciativa? Não poderão as autoridades fortalecer tal apoio, centralizando o auxílio técnico e fazendo-o chegar, facilitando a aquisição de adubos, rações, material de combate às pragas, aconselhando na escolha das glebas, no seu preparo, na enxertia adequada, na construção de "casas de preparo" devidamente aparelhadas para classificar, encaixotar, armazenar e ao mesmo tempo preparando o transporte, quer para os importantes centros nacionais da região fluminense-guanabarina já citados, que, só êles, poderão garantir mercados bons, quer para o transporte para o exterior — navios frigoríficos rápidos, com câmaras desde 12-15º acima de zero para bananas, abacates, abacaxis, frutas de conde até 5ºC abaixo de zero para jaboticabas (se os estudos confirmarem a possibilidade) morangos, goiaba, etc. Impossível, um tal programa? Não! Perfeitamente exequível e sem que a exportação leve a concorrer com outros produtores, salvo no caso da laranja, da banana anã — mas poderemos tentar a colocação de outros tipos deliciosos, como a ouro, a maçã, a prata. O mundo pede alimentos. As terras ei-

CULTURA DO MAMÃO

(Carica papaya L.)

Eng.º Agr.º
Almiro Gonçalves de Castro

O mamoeiro, planta tropical, apresenta em nosso Estado ótimas condições ecológicas para o seu desenvolvimento, possibilitando alta rentabilidade nas culturas tècnicamente conduzidas. Produzindo ràpidamente, do décimo quarto mês após o plantio e durante todo ano, frutos com elevado teor de vitaminas, constitui uma das principais sobremesas do carioca.

O mamoeiro é uma planta que apresenta três formas sexuais, (Tripolígamo): masculina, feminina e hermafrodita.

A forma hermafrodita pode apresentar-se como: hermafrodita fértil e hermafrodita estéril no verão, isto é, que na maior parte do ano produzem flôres masculinas.

Para um programa de melhoramento do mamoeiro, medida que se faz necessário entre nós, há necessidade de se conhecer os tipos de flôres que são encontrados no mamoeiro. São seis os tipos de flôres, a saber:

Tipo I — flor fêmea, sempre unissexual, com ovário funcional de cinco carpelos. Ocorre em plantas femininas, raramente em plantas macho ou hermafrodita. O fruto originário dêsse tipo de flor apresenta um bom aspecto variando na forma, de esférico a abóveos.

Tipo II — flor bissexual pentândrica, ocorre em plantas das formas, hermafroditas e macho, apresentando-se com pistilos e estames, êstes em número de cinco, curtos, alternando com as pétalas. Os filamentos dos estames estão soldados com o ovário na base das pétalas, deixando cicatriz bastante visível no fruto. O pistilo é formado, por cinco carpelos com profundos sulcos, sôbre os quais se ajustam os estames. Êste tipo de flor dá origem a frutos globulosos ou levemente ablongos, com cinco sulcos longitudinais.

Tip III — flor bissexual carpelóide ou intermediária. É caracterizada por distorção do pistilo, ocasionada pela "carpelização" dos estames, que podem assumir estruturas de estigmas. O número de carpelos pode variar de cinco a dez, mal fundidos entre si, deixando aparecer os óvulos externamente. Ocorre em plantas das formas hermafroditas e macho. Os frutos resultantes são mal conformados, apresentando aspectos grotescos.

Tipo IV — flor bissexual elongata. Apresenta pistilo alongado; as cinco pétalas estão fundidas entre si, cêrca de 3/4 do seu comprimento formando um tubo soldado na base do pistilo. Da garganta dêsse tubo, surgem os estames, em número de dez, arranjados em duas séries, uma subséssil e oposta às pétalas e a outra alternando com os filêtes curtos que são soldados à corola. Pistilo, geralmente formado por cinco carpelos, podendo no entanto êsse número variar de um a dez. Ocorre em plantas das formas hermafroditas e macho. Os frutos resultantes de flôres com mais de cinco carpelos são alongados, dando origem ao tipo denominado melão. Se a flor apresentar pistilo com menos de cinco carpelos, o fruto resultante será comprido e fino.

Tipo IV — flor idêntica à anterior sem pistilo funcional, pela ausência do estigma. Êsse tipo de flor aparece em plantas da forma hermafrodita, que apresentam o fenômeno denominado esterilidade de verão, por ocorrer nos meses de verão,

---

tadas têm imensa capacidade de aproveitamento. No setor avícola, a exportação de aves abatidas, de ovos... E a baixada? É verdade que a cana domina na região de Campos. Mesmo nesse setor a melhora do rendimento é possível. Não foram os holandeses os criadores das famosas POJ? E ao lado dos talhões de cana, não haverá possibilidade da introdução de outros cultivos rotativos — milho, mandioca, amendoim, feijões, êstes últimos restituindo a fertilidade nitrogenada, a batatinha, as culturas hortigrangeiras de fácil mercado na região de cidades citadas? E não será isso melhor do que a permissão, quase criminosa, de transformar tais terras em lotes residenciais que nada trazem de produtivo, mas agravam o aspecto de imensa urbes operária que é o de certas áreas fluminenses em tôrno do Rio-urbes-favela, diga-se de passagem.

Pensem nisso as autoridades tanto federais como estaduais, pois mais vale fazer um bom núcleo — prova, dos benefícios da Reforma Agrária, que desandar a desapropriar em áreas sem mercado de consumo, sem estradas de escoamento, distantes dos portos...

não produzindo frutos e só fornecendo pólen.

Tipo V — flor macho — caracteriza-se pela presença de pistilo rudimentar com cinco pétalas e dez estames, formando a corola um tubo alongado. Ocorre em plantas macho durante todo o ano e em plantas hermafroditas, onde se apresentam bem maiores. Essas flôres só fornecem pólen, sendo um complemento do Tipo I.

Da compreensão das formas sexuais do mamoeiro e da variação dos tipos de flôres que apresentam, se entende como uma única planta pode produzir frutos de formas diferentes; bem como, da dificuldade de se obter culturas uniformes quando se emprega sementes provenientes de plantação onde a polinização é aberta.

Consideradas as formas sexuais e os tipos de flôres, para um programa de melhoramento do mamoeiro, visando a produtividade aliado a tipo de fruto comercial, devemos observar os seguintes fatôres:

1 — *Estatura* — é sabido que existe uma relação entre a altura do mamoeiro e a precocidade, além do fato de que as plantas depois de seu segundo ano já com elevada altura, dificultarem a colheita; daí selecionarmos aquelas plantas que dentro da variedade com que estamos trabalhando apresentarem floração dentro de três meses após o plantio e tenham a mais baixa estatura, com a sua primeira produção nunca acima de 50 cm do solo.

2 — *Esterilidade de verão* — devido ao atrofiamento do pistilo, não funcional (flor do tipo IV +), fenômeno que ocorre em plantas hermafroditas, nos meses de verão, possibilita eliminar êsse defeito genético, através da seleção de plantas sementes, depois do 1.º ano e nos meses de inverno, pois que os mamoeiros que se apresentarem possuidores dêsse fenômeno, permanecerão improdutivos por vários meses, facilitando sua descoberta no pomar.

3 — Carpeloidia — fenômeno muito comum em plantas hermafroditas, em nosso Estado, deformando os frutos que se apresentam com aspectos grotescos, resultando da carpelização de estames, fenômeno já descrito no tipo de flor n.º III. Num programa de melhoramentos, as plantas que apresentarem esse fenômeno devem ser eliminadas.



Mamoeiro com esplêndida frutificação, no município alagoano de Camaragibe.

4 — Produtividade — Selecionar plantas mais produtivas, com frutos bem distribuídos no pé.

5 — *Tamanho e forma* — o mercado carioca exige que o mamão, tenha um pêso médio entre 1,0 a 1,5 kg, o que além de atender às exigências do consumidor facilita a embalagem dos frutos para o mercado.

6 — *Qualidade da pôlpa* — uma boa qualidade do mamão é apresentar pôlpa de coloração uniforme e amaciamento perfeito com o amadurecimento.

A côr da pôlpa que pode ser vermelha, amarela e rosada, deve apresentar-se suculenta, macia, sem fibras, com bom teor de açúcares e sem excesso de papaína.

Finalmente deve ser observado, que, no planejamento do melhoramento do mamoeiro devemos levar em consideração as duas raças hortícolas — a dióica e a hermafrodita.

De acôrdo com a raça, dependerá o método do trabalho de campo, para o melhoramento do mamoeiro. Na raça hermafrodita o método é mais simples devido à possibilidade de auto fecundação. No caso de plantas de auto fecundação natural, bastará a proteção das flôres com saquinhos de papel impermeável; em plantas de fecundação cruzada, devemos controlar a auto fecundação. Nas variedades dióicas, o trabalho será controlar a polinização de flô-

res de plantas fêmeas, com o pólen da planta macho. Para se efetuar a proteção das flôres que terão polinização controlada, usa-se saquinhos de papel impermeável.

7 — *Solo* — O mamoeiro é exigente em solos permeáveis, de preferência arenosos, com bom teor de fertilidade. Recomenda-se não plantar em solos ácidos e de pequena profundidade, isto é, aquêles que são sujeitos ao encharcamento.

O preparo do solo deve ser esmerado, feito com bastante antecedência.

8 — Demarcação e coveamento — A linha de plantio, deve ser espaçada de 3 metros entre si, demarcadas com auxilio de riscador ou arado pequeno de tração animal. As covas, serão abertas com distância de 2 a 3 metros, nas linhas, com auxilio de enxadão tendo a largura de 40 x 40 x 40 cm.

9 — Mudas — Para o plantio definitivo, devem ser levadas as mudas que foram semeadas em copinhos de plásticos de polietileno cheios de terra fértil e formadas em viveiros adredemente preparados. O saquinho plástico deve ter um tamanho de 10 x 15 cm., no mínimo, a fim de facilitar o desenvolvimento das raizes, semeando-se em cada copinho 3 a 4 sementes.

As sementes devem provir de plantas selecionadas na cultura, pela sua precocidade, vigor e produtividade e nunca de frutos isolados.

Na Guanabara a semeadura poderá ser feita durante todo o ano, apenas nos meses frios, o desenvolvimento da planta é muito lento. As sementes devem ser tratadas com um desinfetante a fim de prevenir o aparecimento de doenças na plantinha nova (Tilex).

Quando as plantinhas alcançarem o tamanho de 15 a 20 cm., podem ser levadas para o campo, dando preferência a dias nublados ou chuvosos para êsse transplante, tendo o cuidado de cortar os saquinhos plásticos, antes de colocados nas covas, sem desmanchar o torrão.

10 — Adubação — Deve ser feito uma adubação básica nas covas, com antecedência de no mínimo 10 dias, com os seguintes adubos:

Estêrco de galinha bem curtido 5 litros
Superfosfato simples 300 grs.

Iniciado o florescimento do mamoeiro, aplicar em cobertura, ou em pequenos sulcos, distanciados de 60 cm do tronco, a seguinte mistura:

Sulfato de amônio ou salitre do Chile 40 gramas
Superfosfato simples 350 gramas

Cloreto de Potássio 100 gramas.

Repetir essa adubação de 5 (cinco) em 5 (cinco) meses.

11 — *Desbaste* — Iniciado o florescimento das plantas, o que ocorre no 4.º ou 5.º mês após o plantio no campo, proceder ao desbaste das plantas nas covas, deixando-se a mais vigorosa, eliminando plantas macho e as dominadas.

Se estivermos plantando variedades da raça dióica, deixar de 10 a 20% de plantas masculinas, para garantir a fecundação das flôres femininas.

12 — *Tratos culturais* — A cultura deverá ser mantida livre de ervas daninhas através de carpas manuais ou mecânicas, sem danificar as raizes laterais.

Eliminar as brotações laterais que prejudicam o desenvolvimento da planta, além de facilitarem o abrigo ao ácaro da carecа do mamoeiro. Esta operação deve ser feita quando os brôtos ainda são pequenos.

13 — *Colheita e embalagem* — No 10.º ou 12.º mês inicia-se a colheita, do mamão, que deve ser apanhado quando apresentar sinais de seu amadurecimento, com faixas longitudinais amareladas.

Os frutos colhidos devem ser envolvidos em fôlhas de jornal ou palha de bananeira e acondicionados em pregados (caixas duplas de tomate). O papel protege o fruto de esfolamento da casca, evitando podridões, bem como auxilia a maturação, que se faz mais rápida.

Na colheita é conveniente o uso de luvas, para prevenir queimaduras com a papaína.

O rendimento médio de uma cultura bem conduzida é de 30 a 40 kg por pé e por ano.

Nas culturas bem conduzidas o mamoeiro poderá ser explorado até o seu 4.º ano, quando então deverá ser renovado o pomar.

14 — *Mercado* — Os frutos acondicionados empregados, que tem de 30 a 32 kg líquidos de frutos, são levados nos mercados e feiras-livres, sendo que no verão os preços são bastante compensadores.

(DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA. (GUANABARA) — BOLETIM TÉCNICO N.º 1 — MAIO/1868.)

ESTAGIÁRIOS DO INDA

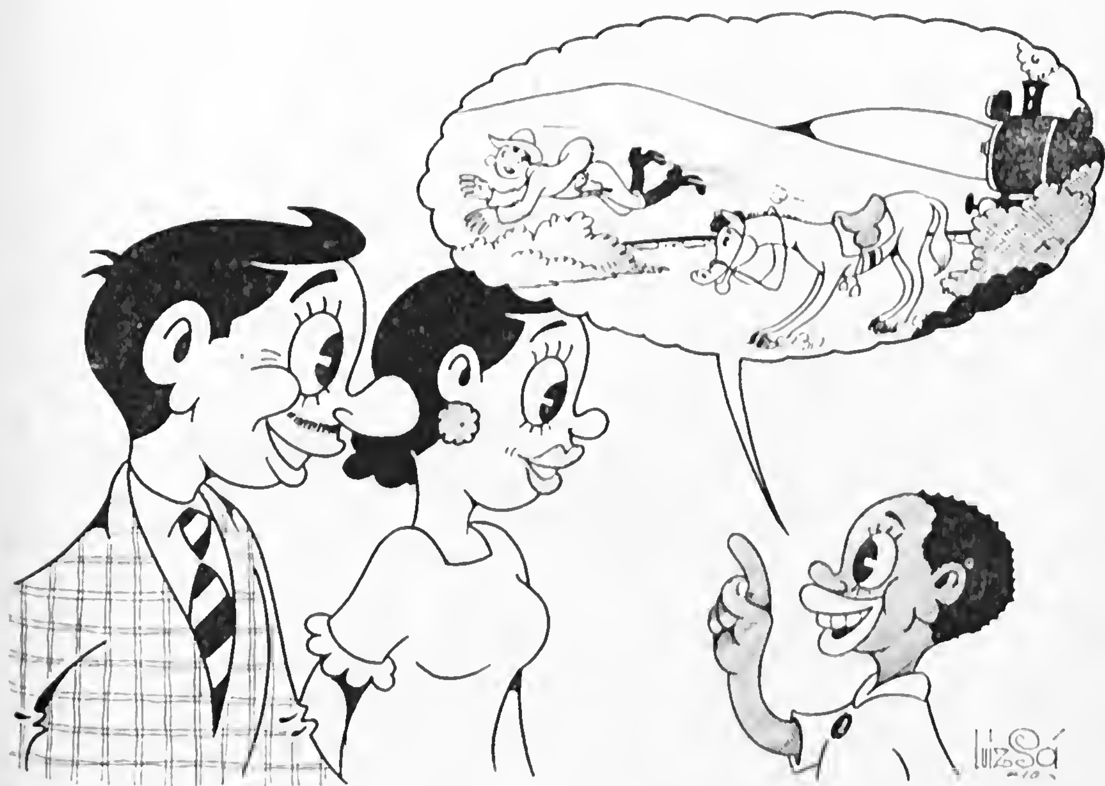
Com o objetivo de proporcionar a observação direta de cooperativas do interior do Estado de Pernambuco, no seu aspecto global de funcionamento, principalmente o da comercialização, os participantes do II Curso Regional de Cooperativismo, realizado no Centro de Treinamento do Nordeste, sob o patrocínio do INDA, viajaram aos municípios de Carpina, Orobó, Bonito e Camocim de São Félix e outros municípios.

Durante o estágio, a cada um de seus participantes coube a tarefa de entrevistar, no mínimo, dez sócios de cooperativas, procurando não se avaliar as relações com a sociedade, como também, verificar sua situação econômica e cultural, além de transmitir a mensagem cooperativista, ressaltando os aspectos positivos do cooperativismo, a importância da unidade e solidariedade dos pequenos e médios agricultores, para conseguir maior desenvolvimento e bem-estar.

CONTINUÍSMO —

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá



De botas altas, culote, luvas, chibata com castão de prata, camisa de cambraia de linho, chapéu panamá, revólver ostensivo à cinta, montado num puro-sangue anglo-árabe, trotando alta, aprumada, em sua sela militar, acompanhada, sempre, do Zezito, moleque metediço, escarrapachada numa bela mula, a homem, nôvo ainda, grande negociante no Rio, dona recente de uma das maiores propriedades do distrito, exibia-se ufana, todo domingo, na praça, por ocasião da saída da missa.

Dia chegou em que correu notícia que levara séria queda do cavalo, sofrendo fraturas no braço e costelas, tendo sido, até, removido para hospital ***especializado*** *da capital.*

Perguntado como se dera o acidente, Zezito, compenetrado, cheio de importância, para cada um, ia resumindo: "Vai que êle tava apostando corrida com o trem. Quando chegou perto da parada do Fundão, o danado apitou. O cavalo desistiu; o doutô continuou..."

Diretrizes Objetivas para o Desenvolvimento Agrário da Nação

NE TEM AJUDA PARA ELETRIFICAÇÃO RURAL E POÇOS ARTESIANOS

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — aplicará a importância de NCr$ 1,2 milhão na continuação dos trabalhos de perfuração de poços artesianos destinados à irrigação, aquisição de maquinaria destinada à extração do óleo do algodão, financiamento de cooperativas agrícolas e eletrificação rural no Nordeste Brasileiro. Nesse sentido, o sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente do INDA seguiu para Fortaleza, Ceará.

Os trabalhos de perfuração de poços artesianos estão se processando no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. A continuidade dêsses serviços no ano em curso custará ao INDA a soma de NCr$ 150 mil.

É trabalho de alta prioridade, pois com os recursos de água do subsolo não só se tornou possível o abastecimento de água potável às populações como também o atendimento de pequenas fazendas de criação.

No Ceará o Presidente do INDA assinou convênio com a Cooperativa Agrícola dos Produtores do Médio Jaguaribe. Juntamente com o Banco de Crédito Cooperativo o INDA empregará NCr$ 250 mil na aquisição de maquinaria para extração de óleo de algodão — principal riqueza daquela região.

Do Ceará, o sr. Dix-Huit Rosado Maia seguiu para o Rio Grande do Norte, onde firmou convênio com a emprêsa local de eletrificação rural, órgão do govêrno. Financiará NCr$ 800 mil, prosseguimento dos trabalhos de eletrificação rural, que nas diretrizes de trabalho do atual govêrno, está em primeiro plano tendo em vista a sua importância na economia rural.

POÇOS ARTESIANOS NA REGIÃO ALGODOEIRA

Para a abertura de poços artesianos na região do Seridó, Ceará, grande produtora de algodão de primeira qualidade, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aplicará a importância de NCr$ 300 mil, dentro do programa de abertura de poços para abastecimento de água potável às populações rurais. A zona agora beneficiada será a Chapa da Serra de Santana. Para o cumprimento dêsse trabalho, o sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente do INDA, firmou convênio com o Comando do 1.º Batalhão de Engenharia de Construção, do IV Exército.

MAIS VAGAS NO COLÉGIO DE CAICÓ

Com o objetivo de aumentar o número de vagas à disposição dos filhos dos trabalhadores agrícolas de Caicó, no Rio Grande do Norte, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aplicará a importância de NCr$ 250 mil, nas obras de complementação do Colégio Agrícola local. Nesse sentido, o sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente do INDA, firmou convênio com a Prefeitura Municipal.

TEM CONTRIBUIÇÃO DO INDA OBRAS EM COLÉGIO DE PATROCÍNIO

Atendendo às necessidades de complementação de obras no Colégio Agrícola Sérgio Freitas Pacheco, no Município de Patrocínio, no Estado de Minas Gerais, o Conselho Diretor do INDA aprovou a contribuição financeira de NCr$ 150 mil (cento e cinqüenta mil cruzeiros novos), à Prefeitura do referido município, destinada àquela obra.

FOSFATO PARA COOPERATIVA

Tendo em vista o fornecimento de mil toneladas de fosfato de Araxá para a Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Araraquarense sediada em S. José do Rio Prêto, em S. Paulo, o INDA aprovou celebração de convênio com aquela Cooperativa contribuindo em recursos para o desenvolvimento do programa de revenda de material agropecuário.

EXPOSIÇÃO-FEIRA DE PECUÁRIA NO AMAPÁ

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou contribuição de recursos ao Govêrno do Território do Amapá no valor de NCr$ ... 15.000,00, dentro do programa de promoção e realização, através daquele govêrno territorial, da I Exposição-Feira de Pecuária daquele território federal. O importante acontecimento agropecuário no Amapá ocorrerá de 19 a 23 de novembro próximo, em Macapá.

RECURSOS PARA MINAS GERAIS

Suplementação de recursos foi aprovada pelo INDA

em consignação a sua Delegacia no Estado de Minas Gerais, tendo em vista a aplicação da verba no programa de auxílio financeiro destinado à realização de diversas exposições agropecuárias naquele Estado. Os recursos atingem a cifra de dezesseis mil cruzeiros novos.

ELETRIFICAÇÃO RURAL BA

Recisão do anterior e celebração de nôvo convênio com a COELBA — Cia. de Eletricidade da Bahia — foi aprovado pelo INDA, dentro da programação de eletrificação rural em áreas baianas. Pelo nôvo documento fica estabelecida a aplicação de NCr$ 70.000,00 na construção de linhas de eletrificação rural das localidades de Alagoinhas e Pedrão.

SEDE DO INDA NO DISTRITO FEDERAL

Cumprindo o que se expressa e dispõe sôbre a instalação dos órgão de atuação na área federal na capital da República e de acôrdo com aprovação do ministro da Agricultura, o INDA aprovou proposta para aquisição de pavimentos do Palácio do Desenvolvimento, em Brasília, tendo em vista a implantação da nova sede da autarquia no Distrito Federal, aprovada proposta de firma especializada, sendo prevista a aquisição de seis pavimentos no Palácio do Desenvolvimento, localizado no setor Bancário Norte-Brasília, devendo a entrega efetuar-se num período de vinte meses, prazo máximo estabelecido para a conclusão das obras.

GERAN

Contribuição financeira no valor de NCr$ 138.000,00,

Sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

concedida *ad referenuum*, foi homologada pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário para o Grupo Especial para Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste — GERAN. Os recursos por parte do INDA objetivam à manutenção da estrutura técnico-administrativa daquela entidade, consoante convênio básico firmado com esta finalidade.

RECURSOS PARA EXPERIMENTO EM PB

Foi aprovada a liberação de recursos da ordem de cinco mil cruzeiros novos, a serem concedidos pelo INDA, em consignação à Delegacia do órgão na Paraíba, para aplicação no trabalho de experimento de campo em terras do Instituto Agrônomo José Augusto Trindade — São Gonçalo, Souza. Os referidos serviços visam à recuperação de solos salinos para a produção de arroz.

CONVÊNIO INDA-EXÉRCITO: ADUBOS

Um convênio com o II Batalhão Ferroviário (Batalhão Mauá), do Comando Militar de Brasília, foi aprovado pelo INDA para o fornecimento de vinte toneladas de Fosfato de Araxá. O produto será empregado nas granjas daquela unidade militar.

CONVÊNIO INDA/ACS-MT

Foi aprovada celebração de convênio entre o INDA e a Associação de criadores do



Sul de Mato Grosso, sediada em Campo Grande. Pelo documento o auxílio proporcionado pela autarquia permitirá o fornecimento de fosfato de Araxa e de ceifadeiras-colhedeiras de forragens, destinados ao programa de revenda. Com o emprêgo de trinta mil cruzeiros novos serão fornecidas cêrca de 200 toneladas de fosfato e adquiridas cinco ceifadeiras-colhedeiras, marca Taarup.

MATERIAL AGROPECUÁRIO

Têrmo aditivo a convênio firmado anteriormente entre o INDA e a Secretaria de Agricultura do Pará foi aprovado pela autarquia, objetivando aumentar o teto de recursos concedidos para o valor de até NCr$ 373.000,00 e cuja aplicação visa ao fornecimento de novas quantidades de materiais agropecuários previstos no Plano de Trabalho da Divisão de Comercialização e Revenda do Departamento de Desenvolvimento Rural.

TREINAMENTO DE LÍDERES EM 68

Verba de NCr$ 185.000,00 foi aprovada pelo Instituto

Nacional de Desenvolvimento Agrário destinada à realização de diversos Cursos de Treinamento de Líderes Sindicais Rurais em diversos pontos do território, de conformidade com a programação do Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural da autarquia federal de desenvolvimento agrário para o exercício de 1968. A aprovação autoriza celebração de convênio com várias entidades sindicais rurais, com a finalidade de dinamizar o campo da extensão rural e do cooperativismo, com a formação de pessoal habilitado a cumprir efetivamente as diretrizes da atual política de desenvolvimento rural, superintendida pelo INDA.

RECURSOS PARA

MARANHÃO

Trinta mil cruzeiros novos foram aprovados pelo INDA para serem distribuidos à Delegacia do órgão no Maranhão, destinados ao emprêgo de ajuda na realização de exposições agropecuárias naquele Estado.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

EM BARRA DO CORDA

TEM CONVÊNIO COM INDA

A presidência do INDA, por deliberação do Conselho Diretor do órgão, aprovou celebração do têrmo aditivo ao convênio firmado em 1966, com o Govêrno do Estado do Maranhão e a Centrais Elétricas do Maranhão .... (CEMAR).

No referido convênio, por seu aditivo, o INDA coloca à disposição da CEMAR a importância de quinhentos mil cruzeiros novos (NCr$ 500 mil), para aplicação em análise do projeto existente visando à eletrificação, para aplicação em matériais da rêde de distribuição e também para montagem da rêde, de Barra de Corda; provendo mais a aquisição e montagem de dois grupos geradores e subestação elevadora, construção civil da Usina, reserva técnica e eventuais, e despesas com administração das obras e instalações do escritório.

ELETRIFICAÇAO RURAL

NO AGRESTE

PERNAMBUCANO

O Conselho Diretor do INDA e o presidente do órgãos, sr. Dix-Huit Rosado Maia, aprovaram o contrato de financiamento com a Cooperativa de Eletrificação Rural no Agreste Pernambucano Ltda., CERAPE, com sede em Caruaru, Pernambuco, no valor de NCr$ 88.633,00, para a execução de obras de eletrificação rural destinadas aos associados.

INDA AJUDA

ASSOCIATIVISMO

O Conselho Diretor do INDA e o presidente do órgão, sr. Dix-Huit Rosado Maia, aprovaram deliberações pelas quais a Associação Sergipana de Agrononia receberá a contribuição financeira de NCr$ 10 mil, para melhoramentos de suas instalações; e a Associação dos Engenheiros Agrônomos da Paraíba receberá NCr$ 40 mil, para a construção da sede própria, em concordância com o programa de Coordenação da Política de Colonização, Desenvolvimento e Extensão Rural do plano nacional.

FACULDADE DE

VETERINÁRIA DE SANTA

MARIA TERÁ PAVILHÃO

DE ISOLAMENTO

O INDA contribuirá financeiramente para a instalação do Pavilhão de Isolamento, da Faculdade de Veterinária, da Universidade de Santa Maria, com o valor de NCr$ 50 mil, por deliberação aprovada pelo Conselho Diretor e pelo presidente do órgão desenvolvimentista.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

NO R. G. DO NORTE

Foi aprovada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário uma suplementação de recursos relativos a convênio anteriormente celebrado com a Cia. de Eletrificação Rural do Nordeste. A verba suplementar, no valor de NCr$ 800.000,00 destina-se à realização de estudos e projetos de eletrificação rural no Rio Grande do Norte, visando a execução de projeto eletro-rural de Mossoró.

INDA LIBERA VERBAS

PARA BAHIA

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA aprovou liberação de verbas, consignadas à Delegacia Regional do órgão na Bahia, destinadas à ajuda financeira para a realização de diversas Exposições a serem instaladas naquele Estado. Os recursos com liberação aprovadas atingem a cifra de trinta mil cruzeiros novos.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

PELO GEPA NO E. SANTO

TEM AJUDA NO INDA

Contribuição financeira no valor de NCr$ 60 mil foi aprovada por deliberação do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA e pelo presidente do órgão, sr. Dix-Huit Rosado Maia, destinada à Equipe Técnica de Fisiopatólogia da Reprodução e Inseminação Artificial — ETEFRIA, do Escritório de Produção Animal do Ministério da Agricultura, para a implantação dos Serviços de Inseminação Artificial a ser executado pelo GERA, Estado do Espírito Santo, com a instalação de uma Central Regional, em Cachoeiro do Itapemirim, no referido Estado.

A DOUTRINA COOPERATIVISTA COMO FATOR DA EDUCAÇÃO

Maria Heloisa
P. de Carvalho

Após uma viagem realizada recentemente aos Estados Unidos, a convite do ETA (ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA), sob os auspícios da USAID, concluímos que o Brasil ainda precisa fazer muito em prol do cooperativismo.

As observações por nós colhidas, localmente, quando de nossa visita a organizações cooperativistas nos diversos Estados da Federação Americana, bem como, a entidade governamentais do citado país, despertou-nos a idéia de divulgar o que vimos, pretendendo difundir, entre nós, como é sentida pelo povo americano a idéia cooperativista.

É princípio básico no desenvolvimento de uma nação a educação de seu povo, e nada melhor para que isso se torne realidade do que se estabelecer um elo entre educação e cooperativismo.

Baseados nesse princípio, redigimos as notas que se seguem.

I — INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um sistema que poderá atenuar as dificuldades em vários setores da vida econômica e social.

A divulgação da doutrina cooperativista deve ser intensificada, tanto através de cursos como de campanhas, nas quais, além da doutrina, também se divulgaria o que já se tem feito em matéria de cooperativismo no Brasil.

A divulgação assumiu hoje características bastante técnicas, podendo-se atingir as massas com facilidade, transmitindo-lhes qualquer tipo de mensagem. Folhetos, cartazes, jornais, revistas, rádio, cinema e TVs, são os meios mais usados para se levar ao povo a informação desejada. Todavia, a mensagem deve ser adequadamente preparada, para que o público a que se destina esteja apto a recebê-la. Êsse é um fato que se deve ter presente, quando se propõe a executar uma campanha de divulgação do cooperativismo no Brasil, pois, como sabemos, o analfabetismo atinge cêrca de 40% (quarenta por cento) da população brasileira de idade superior a 18 anos. Tal fato dá outra dimensão ao problema, tornando muito mais complexo o processo.

II — A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil está regida por uma lei federal, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual, dando ampla liberdade às instituições para que elaborem seus currículos, determina entretanto as matérias básicas durante os cursos.

O ensino institucionalizado está dividido em três fases distintas: primário, secundário e superior.

O curso primário é obrigatório a tôda criança maior de sete anos de idade. Calcula-se, todavia, que se apenas 79,2% seja o índice de escolarização infantil na população brasileira. As dificuldades de acesso aos estabelecimentos de ensino, devem-se em parte aos obstáculos surgidos, principalmente nos lares mais modestos, onde os responsáveis, tendo que sair para o "ganha-pão", deixam os filhos menores sob os cuidados dos mais velhos, já em idade escolar. Outros porque moram em lugares distantes, sem condução coletiva, dependendo de carros particulares que passem pelas estradas. Mesmo assim, há os que andam algumas léguas para alcançar a escola mais próxima.

A grande maioria das escolas primárias é mantida pelos governos estaduais ou municipais. Os professôres devem ter educação secundária completa e especializada.

A taxa de escolarização em nível secundário é de 11,2% e os professôres devem possuir educação universitária. Tanto o govêrno como entidades particulares mantêm essas escolas, sendo livre a escolha por parte do interessado.

O Brasil possui escolas superiores de alto nível e, em 1960, a população universitária era de aproximadamente 93.000 estudantes, havendo, nos quatro anos seguintes, recebido um incremento de mais de 50%.

A procura pela educação têm aumentado muito nos últimos anos, não sendo maior o número de estudantes devido ùnicamente a deficiências da rêde escolar, que não tem crescido o suficiente para atender aos candidatos.

A educação cooperativista poderia ser ministrada em todos os escalões do sistema educacional brasileiro, ao mesmo tempo em que se desenvolve o curso regular.

Segundo os princípios de Rochdale, a cooperação implica em interêsse dos demais, visando o bem comum. Significa mais, — é viver em união. A cooperação significa trabalhar para alcançar uma finalidade em busca do bem geral.

III — O COOPERATIVISMO NO BRASIL

Desde fins do século passado, quando a doutrina cooperativista foi sistematizada por Charles Gide e Beatriz Webb, a idéia e a prática cooperativista penetraram no Brasil.

Um grupo de intelectuais e idealistas passou a pregar êsses princípios de solidariedade, como um meio eficaz para atingir de nôvo o equilíbrio entre patrões e empregados, quando a abolição da escravatura agravou a situação social.

Posteriormente, o cooperativismo embrionário passou a contar com a experiência de alguns grupos de imigrantes, sobretudo dos de origem alemã, italiana e japonêsa.

IV — A MULHER EM FUNÇÃO DO COOPERATIVISMO

A mulher pode e deve desempenhar papel importante no cooperativismo, em diversos setores, concorrendo para o seu desenvolvimento econômico e social.

Além de suas obrigações domésticas, pode também atuar em outros ramos como, nas Escolas e Repartições, aplicando seus conhecimentos, coordenando cursos para doutrinação do cooperativismo.

É necessário o apoio à mulher brasileira para que possa integrar-se nêsse campo, pois com nossa mentalidade, na maioria das vêzes, não se acredita em sua capacidade de realização fora do lar, privando-a de participar ou colaborar em determinadas divisões.

V — DOUTRINA COOPERATIVISMO ATRAVÉS DA PRÁTICA

O desenvolvimento do cooperativismo dependerá da sua doutrinação em todo o País, o que se conseguiria nas escolas, além da implantação de cursos nas Repartições, como:

a) **Na Escola** — Muito interessante e fácil para doutrinar o cooperativismo, que iniciaria com o desenvolvimento intelectual, disciplinando os menores e pondo-o em prática, sem esfôrço, desde que orientados por mestras esclarecidas.

Para isso, seria necessária a distribuição de trabalhos, onde a criança tivesse responsabilidade de administração, obrigando-se o rodízio, dando-se assim oportunidade a tôdas, de desenvolver o espírito de iniciativa, o espírito de iniciativa.

Caberia às orientadoras, supervisionar, sem no entanto deixar que os mesmos o sentissem, para que adquirissem desembaraço e auto-suficiência.

A exemplo, relacionamos alguns setores acessíveis e possíveis de serem postos em prática:

— COOPERATIVA ESCOLAR
— BIBLIOTECA

COOPERATIVA ESCOLAR

— Com a finalidade de atender à compra de material escolar, uniforme e outros correlatos a preços acessíveis. Como se sabe, o uso do uniforme é obrigatório e, com a organização de uma pequena cooperativa, mantida por meio de importância depositada, mensalmente, pelos que dispusessem de maiores recursos, os quais se tornariam os associados; os demais poderiam adquirir o exigido pelas normas escolares.

Para seu funcionamento, os cargos poderiam ser ocupados pelos próprios alunos, distribuindo-se-lhes responsabilidades, cabendo-lhes desempenhar desde o Cargo de Gerente, Tesouraria e Contador ao de Auxiliar. Acrescido dêste último, de acôrdo com o volume de trabalho.

BIBLIOTECA — Proporcionaria uma cultura geral, desde que se mentivessem livros bons e adequados aos diversos períodos.

Além dos exigidos ao ensino, úteis também seriam os recreativos, como as enciclopédias ou outras coleções, e as histórias ilustradas, para as primeiras leituras.

Uma biblioteca bem organizada, além de disciplinar, contribuiria com outros benefícios, como:

— organização e zêlo pelos livros;
— intercâmbio de livros, através de correspondência;
— fundação de jornalzinhos, para difusão de idéias e apresentação de críticas construtivas;
— programas recreativos.

Aí estão alguns dos resultados que adviriam dêsse descometimento, afora outros, em que seriam também distribuidas incumbências aos estudantes.

Evidentemente, só poderiam ocupar os lugares os que tivessem conhecimento de leitura, e apresentassem os necessários pendores e espírito de organização.

b) **Nas Repartições** — Implantação de cursos de divulgação e treinamento, pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, no nível federal; e pelos Departamentos de Assistência ao Cooperativismo — DACs de cada Estado, no nível estadual.

Êsses departamentos específicos também comporta-

riam outros mais amplos e complexos, podendo ser divididos em três (3) níveis, a saber: básico, médio e superior, como sugere Bruno Pedro Andreuci.

VI — SUMÁRIO

COOPERATIVISMO — Não se resume em teoria, sem procurar implantá-lo e sem buscar o caminho para solucionar os problemas mais importantes ou básicos de uma população.

Dentro do atual estágio de desenvolvimento econômico e social em que se encontra o Brasil, o cooperativismo poderia ser um importante instrumento para acelerar o seu progresso. O grande problema, todavia, é o baixo nível de educação ainda imperante, que dificulta a divulgação das idéias cooperativistas.

VII — CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Enquanto existir a falta de instrução em grande escala, também haverá dificuldade para que o trabalho seja aceito como parte da formação pessoal, repercutindo na população do País, prejudicando-o de geração para geração.

Um fator importante para o qual se deve atentar seria o de proporcionar estímulo aos estudantes, possibilitando a êstes a partir do ginásio, remunerações, embora pequenas, conseguidas com ocupações permanentes ou com serviços avulsos (biscates), a fim de que pudessem dispor de meios para a manutenção dos estudos, se não totalmente pelo menos em parte.

É óbvio que isso seria um bom passo para evitar que a obtenção dos meios de sustento se processe de forma humilhante.

Quando se conseguir mentalidade para alcançar e compreender que, por meio do cooperativismo é que se obterão maiores benefícios econômicos e sociais, ter-se-á conseguido então grande avanço na eliminação do subdesenvolvimento.

Café, a Bebida Favorita dos Norte-Americanos

NOVA YORK, (IPS) — Segundo um relatório divulgado pelo Escritório Pan-Americano do Café, o café continua sendo a bebida favorita dos norte-americanos.

Diz o relatório que 69,6 por cento das pessoas com mais de 10 anos preferem o café ao leite, aos sucos de frutas ou de vegetais, às bebidas gasosas e ao chá.

As pessoas entre 50 e 59 anos têm grande preferência pelo café e 90,8 por cento das pessoas dessa idade interrogadas disseram que o preferiam a qualquer outra bebida. Todavia, o volume de café consumido é maior no grupo das pessoas de 30 a 39 anos, que tomam, em média, 4,06 xícaras diárias.

Declara também o relatório que o consumo atual de café nos Estados Unidos é de 2,72 xícaras diárias por pessoa, o que representa uma ligeira diminuição em relação com a média registrada no estudo anterior, feito em 1967.

O Escritório Pan-Americano do Café informou que o preço de uma xícara de café nos restaurante e estabelecimentos semelhantes norte-americanos aumentou de 7,09 centavos de dólar, em 1950, para 11,60 centavos, em 1968. Êsses preços são a média verificados no país.

Agropecuária no Piauí

A agropecuária piauiense debateu-se com sérios problemas, tendo em vista a inexistência de uma infra-estrutura que facilitasse a sua expansão. Hoje entretanto, graças a intensiva e constante ação de diversos órgãos (SUDENE, Ministério da Agricultura, INDA, Secretaria de Agricultura e ANCAR — PIAUÍ) eclodiu um palpável surto de progresso em todos os setores das atividades rurais, faltando às emprêsas rurais e aos técnicos que a elas prestam cobertura técnico-financeira, os veículos de informação rural, indispensável aliás, para a racional execução de suas atividades.

A ANCAR-PIAUÍ, embora lutando com muitas dificuldades, instalou-se no Estado há três anos e já conta hoje, com 19 Escritórios Municipais, espalhados estratègicamente por esta Unidade da Federação, prestando constante e profícua assistência técnica, social e financeira, criando nos empresários rurais a necessidade de aquisição de insumos para serem utilizados em suas explorações com reais vantagens, não só para a agricultura, como também para o comércio e a indústria, promovendo do desenvolvimento do país.



Erval em Mato Grosso

O MATE

ENNIO L. LEITÃO

Químico Industrial Diretor-Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

CONTINUAÇÃO

2 — Química do Mate

1 — NOÇÕES DE HISTÓRIA DA QUÍMICA DO MATE

Pela rápida expansão que logo granjeou seu uso, o mate cedo atraiu a atenção dos químicos de diferentes países.

Cita-se, como primeiro analista da "chá sul-americano", o alemão Trommsdorff (1) que, em 1836, verificou existirem nesse produto diversas substâncias resinosas, matéria corante amarela, ácido tânico etc.

A seguir, Stenhouse (2), em 1843, identificou um alcalóide no mate — a cafeína, cuja descoberta, tendo sido feita simultâneamente por Lloyd Bullock, é também a êste atribuída. Aliás, a rigor, a cafeína não é um alcalóide, como geralmente se diz, porém um composto de base púrica.

Em 1848, Rochleder (3) verificou que o princípio ácido contido no mate era igual no encerrado pelo café.

Lenoble (4), em 1850, sem ter conhecimento das pesquisas dos seus predecessores, identificou o composto de base púrica do mate, chamando-o de psolareína, da antiga e falsa denominação do vegetal: Psolarea glandulosa.

Para glória nossa, Teodoro Peckolt (5), em 1868, pratica inúmeras e exaustivas análises de mate que vogaram como clássicas quase que até hoje. É claro que os escassos recursos científicos da época e a falta de apoio oficial não permitiram obra mais perfeita.

Em 1876, Bynsson (6) dá ao composto de base púrica encerrado pela Ilex mate a denominação de mateína, sancionada em 1897 por Moreau, do Instituto Pasteur de Paris. Tal extravagância foi destruída entre nós, em 1918, pelo dr. Julio Lohmann, professor da Escola Politécnica, hoje Escola Nacional de Engenharia, que faz um completo estudo comparativo entre os princípios ativos do café, do mate, do chá e da noz de cola.

Ùltimamente muitos técnicos brasileiros e argentinos vêm se dedicando ao estudo do mate e, tendo em vista que não é possível realizar nenhum trabalho de pesquisa sem consultar os existentes, ao organizarmos um plano para as futuras atividades da nossa Seção no INM incluímos nêle um item diferente a coleta e divulgação do que havia sido feito até aqui.

Assim, verificamos que, embora o mate venha sendo estudado há tanto tempo sob o ponto de vista químico, as análises, até então realizadas, não se apresentavam uniformes.

Procurando iniciar a correção dessas falhas, imaginamos, quando exercemos nossas atividades no extinto Instituto Nacional do Mate, um prévio levantamento botânico-químico, dos ervais, que viria garantir uma matéria-prima uniforme, e ainda a seleção das melhores variedades. Êsse trabalho, conforme o idealizamos, compreende, duas fases:

1 — colheita do material para classificação botânica e análise química, relacionadas às análises dos solos de que procediam as amostras;

2 — com êsses elementos, elaboração de gráficos e mapas de ocorrências, especificando teores em cafeína, tanino, cinzas e umidade.

Quanto à parte pròpriamente de análises químicas do mate, tivemos em mente o seguinte:

1 — organização de um fichário com tôdas as análises realizadas sôbre mate, especificando autor, método (quando possível), local e época em que foram realizadas, procedência e aspecto do produto;

2 — padronização dos métodos de análises, por iniciativa nossa e de acôrdo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas; divulgação ampla dêsses métodos, por meio de entendimentos com os laboratórios nacionais e estrangeiros;

3 — estudo dos tipos e marcas existentes, a fim de verificar suas propriedades;

4 — estudos comparativos entre talinhos, goma, fôlha, paus, etc., visando a determinar suas características.

As providências acima foram por nós iniciadas e acreditamos que, com essa nossa modesta contribuição, seja possível dispor de elementos seguros para melhor conhecimento químico do nosso mate.

2 — CONSTITUINTES QUÍMICOS; PADRONIZAÇÃO DAS ANÁLISES

O mate é um produto que apresenta uma composição química muito variada, conforme se pode ver nas análises clássicas que transcrevemos a seguir:

Teodoro Peckolt (1868), em mil gramas, encontrou:

Umidade	104,600
Óleo essencial	0,179
Esteropteno	0,019
Substâncias ceráceas e gordurosas	18,800
Clorofina e resina mole	51,200
Matéria corante	10,800
Ácido resinoso	84,500
Cafeína	16,750
Princípio aromático (do grupo dos fenóis)	2,500
Ácido matetânico ...	44,975
Ácido viridínico cristalizado	0,025

Matéria extrativa, substância amarga etc.	65,130
Substâncias albuminosas, sais inorgânicos	36,102
Matéria extrativa, sacarina	6,720
Celulose, etc.	687,900

Moreau de Tours, em 1897, divulgou a seguinte análise, em percentagem:

Umidade	9,171
Mateína	1,820
Cinzas	5,540
Cêra e clorofila	2,200
Celulose e fibras ...	10,075
Tanino	6,680
Resinas	1,500
Dextrina	1,500
Goma	2,496
Óleo essencial	0,010
Azôto total	1,034
Matérias azotadas ..	6,4625
Matéria amiláceas ..	11,550

Entre as análises químicas do mate, podemos citar a seguinte, feita no laboratório de Frederic Damrau, em New York (30 de julho de 1940):

Umidade	5,50%
Resina	4,80
Fibra bruta	17,60
Óleo volatil (método de distilação frac.)	0,30
Cinza total	4,26
" solúvel em água	1,90
" insolúvel em água	2,35
" solúvel em ácido	4,12
" insolúvel em ácido	0,13
Nitrogênio (método Kjeldahl) ...	3,00
Tanino, como ácido quercetânico (método de Neubaer por índice de oxigênio)	12,40
Cafeína (método Dekker)	1,20
Teofilina (método Dekker)	0,05
Clorofila (método colorimétrico) ..	1,90

Entre as muitas que fizemos no I.N.M., citamos a seguinte, média de um saco de cancheada procedente do município de São Mateus, Estado do Paraná (1941):

Umidade	6,516%
Cinzas total	8,324
" solúvel em água	4,217
" insolúvel em água	4,107
" insolúvel em ácido clorídrico a 10% ..	4,107
Extrato sêco	34,000
Tanino	9,050
Cafeína (trimetilxantina)	1,170

Andrew L. Winton e Kate Barber Winton (7) organizaram um quadro com os resultados das análises realizadas por Bertrand e Devuyst, Katz, Rammstedt, Hennings e Krauze, compreendendo umidade, proteína, cafeína, gordura, tanino, fibra, cinzas e extrato aquoso; e parece-nos interessante mostrar as porcentagens extremas a que chegaram êsses pesquisadores:

Umidade: 9,38% (Katz) e 13,04% (Rammstedt)

Proteína: 12,81% (Katz) e 19,50% (Rammstedt)

Cafeína: 0,58% (Krauze) e 2,10% (Hennings)

Gordura: 6,57% (Katz) e 7,75% (Hennings)

Tanino: 7,74% (Katz) e 11,22 (Bertrand e Devuyst)

Cinza total: 5,98% (Bertrand e Devuyst) e 7,38 (Krauze)

Cinza solúvel: 2,26% (Hennings) e 2,61% (Katz)

Extrato aquoso: 31,38% (Katz) e 49,60% (Krauze)

Os Winton fizeram também uma verificação de açucar, tendo calculado seu teor médio, como sacaroso, em 6,08%. Encontraram óleos voláteis numa média de 0,08% e 20,40% de fibras. Fazem ainda, referências a outros trabalhos sôbre a química do mate: constituição das cinzas, composições das fôlhas de acôrdo com a idade e uma nota sôbre o princípio adstringente denominado **flobafeno.**

Como vimos, têm sido feitas muitas análises de mate de diversas procedências e de diferentes tipos, através dos tempos; mas quem se der ao trabalho de confrontá-las, pasmar-se-á ante a divergência dos resultados e, ao conhecedor do assunto, mesmo que algumas delas se pareçam, tal analogia não é digna de confiança, pois terá sido mera coincidência.

Daí poder-se dizer que a composição química do mate ainda oferece muitas dúvidas e, para tanto, contribuem principalmente três fatôres:

1 — as diferentes qualidades das amostras; alguns exames foram feitos em fôlhas, outros em chimarrão, outros em chá queimado, alguns em chá verde, etc.;

2 — o polimorfismo desta ilicínea, polimorfismo também presente na composição química;

3 — a divergência dos métodos de análises.

Temos procurado sanar tais inconvenientes. Assim, entramos em contato com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, onde foi criada uma comissão integrada por representantes do Instituto Nacional do Mate, Departamento Nacional do Café, Associação Química do Brasil, Instituto de Química Agrícola, Laboratório Polin, Laboratório Bromotológico do Distrito Federal, Instituto Nacional de Técnologia e Laboratório Nacional de Análises.

Realizou-se a primeira reunião a 23 de novembro de 1942 e, a 15 de setembro do ano seguinte, por ocasião do 5.º Congresso da A.B.N.T., foram aprovados e recomendados métodos para colheita e preparo da amostra, determinações de umidade, extrato aquoso, cafeína, cinzas, cloretos, substâncias tânicas, fibra bruta e nitrogênio.

Dentre êsses métodos, transcreveremos os referentes à colheita e preparo da amostra, às determinações de umidade e cinzas, que são os de maior interêsse para o nosso curso.

Colheita e preparo da amostra

a) — Mate em sacas — Recolher, pelo método usual de perfuração, uma quantidade de amostra correspondente a um mínimo de 0,1% da partida de mate. Misturar bem e quartear até dois quilogramos.

b) — Mate em barricas ou caixas — Perfurar com uma pua ou broca e pelo orifício retirar 0,1% do pêso existente.

c) — Mate em pequenos envases ou pacotes — Nesses tipos de embalagem o preparo é dispensável e os exames devem ser procedidos sôbre o conteúdo do recipiente original.

A amostra média, colhida em conformidade com o descrito em a, b ou c deverá ser moída integralmente no pó mais fino que se puder obter. Passa-se,

em seguida, todo o moldo através de peneira de 11 malhas por centímetro línear (28 meshes, N. B. S. sieve number 30) e coloca-se em frasco cilíndrico, com capacidade de cêrca de 1 ½ vez maior que o volume da amostra moída e peneirada e fecha-se hermèticamente. Homogeiniza-se por meio de rolamento durante cinco minutos.

Determinação de umidade:

Em pesa-filtro, provido de tampa de esmeril, com 70 mm de diâmetro por 15 de altura, prèviamente tarado, pesar cinco gramas da amostra preparada como acima, tendo-se o cuidado de espalhá-la o máximo possível no fundo do referido pesa-filtro. Levar à estufa aquecida a + 100/110°C durante três horas seguidas. Transferir então o pesa-filtro para um dissecador de cloreto de cálcio e pesar após o resfriamento. Anotar o pêso encontrado, voltar à estufa por mais trinta minutos e pesar após o resfriamento. Repetir essas últimas duas operações até que duas pesadas seguidas sejam iguais ou apresentem diferença inferior a um decimiligrama. Calcular a unidade em percentagem.

"Determinação de cinzas

Pesar 2 gr da amostra preparada como anteriormente ficou dito e queimar em baixa temperatura, usando cápsula de platina, de modo que não ultrapasse 525°C e até que fique isenta de carbono. Se não fôr possível obter, dêste modo, cinzas livres de carbono, tratar a massa queimada com água quente, receber o resíduo insolúvel em filtro de cinzas conhecidas e queimar o filtro e seu conteúdo até cinzas brancas ou quase brancas. Adicionar o filtrado, evaporar à secura e calcinar ràpidamente à temperatura de 525°C. Deixar resfriar em dissecador a cloreto de cálcio pesar e calcular em percentagem, referindo ao material sêco."

Por ocasião da viagem que realizamos à Argentina e ao Uruguai, procuramos entendimentos com os laboratórios de fiscalização dos respectivos governos, a fim de que futuramente sejam uniformes todos os métodos de análises de mate e seus resultados admitam confronto.

O que pretendíamos fazer com o mate, já é feito nos Estados Unidos com a maioria dos produtos. Lá existe uma entidade, a American Standards Association, que atua como órgão coordenador dos programas de padronização feitos por industriais técnicos e repartições públicas, tendo como fito a existência de um só conjunto de padrões nacionais.

A A.B.N.T. vem realizando trabalho análogo entre nós e já pode se orgulhar de estar cumprindo seus objetivos.

3 — INDÚSTRIA DA CAFEÍNA

Tendo em vista que o excedente de mate crescia de ano para ano a partir de 1927, cogitou-se de criar um órgão oficial que coordenasse êsse setor da economia nacional. Surgiu, assim, a 13 de abril de 1938, pelo Decreto-Lei 375, o Instituto Nacional do Mate, entre cujas finalidades figurava o estudo químico do produto.

Iniciadas as pesquisas para novas aplicações do mate apareceu, como primeiro resultado, o seu aproveitamento como matéria-prima para a produção de cafeína.

Ainda é por muitos discutida a conveniência do emprego de mate nessa indústria: assim, procuraremos não só historiar, como também esclarecer o assunto.

Quando, em 28 de dezembro de 1940, declarávamos, em entrevista concedida ao "Correio da Manhã" que havia possibilidade de se extrair industrialmente cafeína de erva-mate e que, em estudos por nós realizados, tínhamos conseguido resultados bem animadores, não faltou quem duvidasse, argumentando que, se a nossa "preciosa ilicínea" servisse para êsse fim, já outros paises mais adiantados teriam estudado e resolvido o assunto. Esqueciam-se, êles, porém, que nas análises até então realizadas, se tinha desprezado o fator mais importante: uniformidade da matéria-prima.

Juntamente com o levantamento botânico-químico, que visa determinar as melhores variedades para os diferentes fins, estudamos meios para melhorar a extração de cafeína. Verificamos inicialmente que a sua purificação era dificultada pela presença de uma goma-resina e, afim de sanar êste inconveniente, várias experiências foram feitas. Inicialmente pensamos na industrialização da erva-mate verde, idéia logo abandonada, não só pela dificuldades de transportar a matéria-prima nesse estado, como também devido à facilidade com que se deteriorarn.

Verificou-se, entretanto, que a cafeína extraída do mate cancheado apresentava-se mais escura.

Numerosas e exaustivas investigações levaram-nos à conclusão de que o incoveniente acima mencionado tinha sua origem numa destilação pirogenosa ocorrida durante o espaço.

Preparamos, então, um tipo de mate em que era omitida essa fase, secado portanto sòmente em barbaquás ou estufas a uma temperatura inferior a 65°C. Êsse tipo, que recebeu a denominação de "caficrva", tem se revelado excelente matéria-prima para a extração de cafeína. Temos por norma, sempre que tratamos dêste assunto, enaltecer a inestimável cooperação que recebemos da parte do produtor Wiegando Olsen, de Canoinhas, Santa Catarina, que nos proporcionou tôdas as facilidades para êsse trabalho.

Essa indústria recebeu tôda a cooperação do Instituto Nacional do Mate, quer técnica, quer em outros setores, mas infelizmente, tendo em vista o alto preço do mate — uniformidade de bebida — têve seu aproveitamento paralisado

Damos a seguir o método que preconizamos para a extração da cafeína da erva-mate:

I — Fazer inicialmente uma infusão de mate, onde o volume d'água empregado seja de quatro vêzes o pêso da erva utilizada. Nesta infuzão adicionar cal (CaO), na proporção de 1/3 do pêso, do mate empregado. Em alguns casos é bastante usar sòmente 10%. Aquecer à temperatura de 90 a 95°C, no máximo, durante quatro horas e após esta operação filtrar. Reduzir o volume do líquido obtido e em seguida tratá-lo por um dos processos abaixo descritos:

a) Juntar a solução s ibacetato de chumbo e eliminar o excesso de chumbo pelo ácido sulfúrico. Filtrar reduzir o volume do filtrado, e tratar o mesmo por tricloro-

etileno, clorofórmio ou benzol, afim de retirar a cafeína.

b) Junta à solução ácido clorídrico até reação ácida ao litmus, e em seguida alcalinizá-la ligeiramente pela soda (reação ao litmus). Filtrar, reduzir o volume do filtrado, filtrar e tratar o mesmo pelo tricloro-etileno, clorofórmio ou benzol, para extrair a cafeína.

2 — Tratar a erva em extrator tipo "Soxhlet", com um dos dissolventes acima citados. Facilitará sobremodo a extração se adicionar juntamente com a erva no extrator uma parte de cal para cada 4 de erva.

A cafeína obtida por um dos processos acima citados pode ser purificada, e para isto basta dissolvê-la em alcool quente ou água quente, juntar carvão ativado filtrar e evaporar lentamente o alcool, ou a água, afim de serem obtidos belos cristais.

Funcionaram seis fábricas de cafeína à base de mate, três no Estado de Santa Catarina e outras três no Paraná, produzindo um total de duzentos e oitenta quilos diários.

A produção de cafeína foi prejudicada pelo regime cooperativista da economia ervateira, cujo caráter compulsório impediu o produtor de, trabalhando livremente, entregar seu mate a quem melhores condições oferecesse. Sôbre êste assunto, tivemos oportunidade de enviar um memorial ao Exmo. Sr. Presidente da República, protocolado sob o n.º 13.398/45 no Palácio do Catete, mas, infelizmente, não produziu resultados.

Embora o I.N.M. fizesse tudo no sentido de desenvolver a indústria da cafeína, encontrar uma série de entraves.

* * *

Vejamos agora algumas determinações de cafeína por nós realizadas em diversos pontos da zona ervateira:

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Campo Alegre

Avenca do Rio Negro	1.94%
Oxford	1.49
Fragosos	1.31
Mato Prêto	1.22
Avenquinha de Santo Antônio	1.20

Município de Canoinhas

Propriedade Groskpf	1.84%
Propriedade Rodolfo Zipper (Parado)	1.70
Propriedade Roberto Ehlke	1.70
Colônia São Bernardo Paula	1.60
Propriedade Francisco e Silva	1.59
Propriedade Benedito Linzmayer	1.58

Município de Pôrto União

Propriedade José Sinder	1.70%
Propriedade Frederico Straubee	1.35
Propriedade Germano Klabunde	1.00

ESTADO DO PARANÁ

Município de São Mateus

Fazenda Santo Antonio (Putinga)	1.22%
Rio das Pedras	1.22
Roseira	1.20
Queimados	1.19
Faxinal dos Ilhéus	1.15
Vargem Grande	1.13
Olho D'água	1.10
Cambará do Sul	1.01
Tesoura	1.00

Município de Teixeira Soares

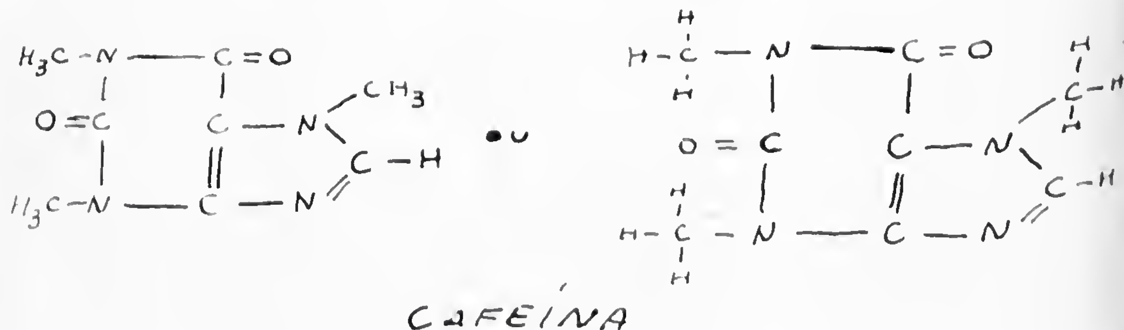
Noroeste da Vila Angaí	0.92%

Município de Palmeira

Faxinal do Quartin	0.98%

* * *

A cafeína, de fórmula bruta $C_8H_{10}O_2N_4$, e de fórmula estrutural



é um poderoso excitante do sistema nervoso e dos músculos, possuindo ação tônica particular sôbre o coração, bem como propriedades antinevrálgicas, razão pela qual encontra emprêgo em inúmeros medicamentos, particularmente nos paliativos, como aspirina, etc.

É, ainda, muito usada em bebidas gasosas, como por exemplo a Pepsi-Cola e Coca-Cola. Recente decreto obriga os produtores de refrigerantes, como guaraná, etc. a incluir cafeína nessas bebidas.

Sinonímia: teína, mateína, trimetil-xantina e metil-teobromina.

* * *

4 — APROVEITAMENTO DOS SUBPRODUTOS

Dentre os componentes da erva-mate passíveis de indus-

trialização além da cafeína e com algum interêsse econômico, podemos citar a clorofila, a trigonelina, os taninos, a amirina, os carotenos, a teofilina e a teobromina, de que a seguir daremos algumas noções.

I — Clorofila

As plantas verdes obtêm carbono principalmente do ar atmosférico. A pequena porcentagem de gás carbônico existente na atmosfera, cêrca de 0,002% a 0,004%, é mais do que suficiente para suprir de carbono os vegetais. E a clorofila é o agente que êles utilizam nessa reação.

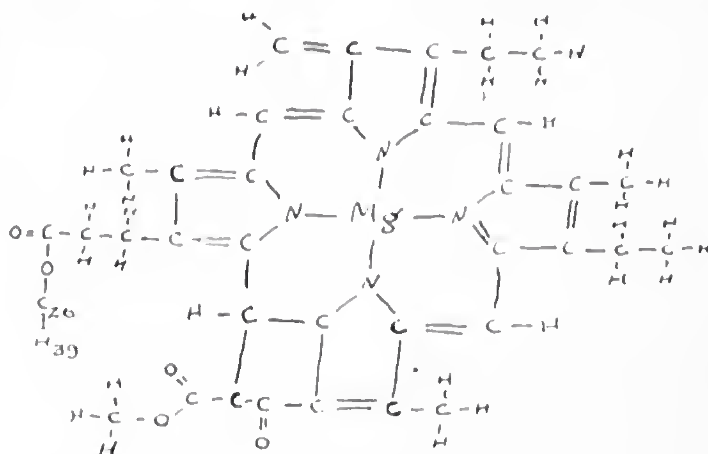
Graças à clorofila, uma planta verde exposta à luz pode obsorver o gás carbônico e decompô-lo, fixando o carbono no tecido e rejeitando uma determinada quantidade de oxigênio. Êste fenômeno, base de tôdas as sínteses orgânicas, é conhecido sob o nome de **função clorofiliana.**

A clorofila é um pigmento do mesmo tipo geral da hamatina, impregnado de corpúsculos vivos, os **leucitos**, incluídos na célula e tendo natureza protoplásmica. Nas partes da planta expostas à luz, êstes leucitos contêm pigmentos associados, de várias côres. Um é amarelo (xantofila); outro vermelho (eritrofila); o terceiro, por isso denominado cloroleucito é verde (clorofila).

A clorofila é um éter metilfitílico de um diácido tetrapirólico magnesiano chamado magnésio rodoporfilina. Em sua fórmula completa verifica-se, ainda, a ocorrência de uma ciclização no radical gama.

Compreende duas variededes muito semelhantes, chamadas clorofila alfa e clorofila beta. Esta tem menos dois átomos de hidrogénio do que aquela, os quais foram substituídos por um de oxigênio.

A constituição química da clorofila ainda não está bem estabelecida; entretanto, a cadeia pirrol e o magnésio são características de suas moléculas. Sua fórmula bruta é $C_{55}H_{72}O_5N_4Mg$, que desenvolvida estruturalmente dá:



CLOROFILA

O teor clorofílico da ervamate é variável. Descartes (8), dosando-a em fôlhas verdes procedentes do Paraná, encontrou de 1.2 a 1.4% de clorofila bruta. Nós, no Instituto, obtivemos em fôlha de mate "sem sapeco" (isto é, sòmente secada em barbaquá) um teor médio de 0.2% de clorofila. Frederico Bamrau, em análise já citada, encontrou 1.90%, trabalhando com amostra de mate cancheado.

Essas porcentagens são muito diferentes pela desuniformidade do material (porquanto algumas obtidas em mate "sem sapeco', outras em fôlhas, outras ainda em mate concheado, etc) e pelas diferenças dos métodos analíticos usados.

O processo mais vulgarizado para extração de clorofila é o da acetona, que descrevemos em linhas gerais, a seguir:

Depois de moer as fôlhas, adiciona-se-lhes acetona a 80%, contendo 1% de uma solução a 5% de sulfato de cobre. Após alguns esgotamentos, o extrato começa a sair amarelo-esverdendo, indicando o fim da extração. Junta-se um pouco de talco, com a finalidade de absorver a clorofila e, em seguida, retire-a dêsse absorvente, operação que pode ser feita por diversos modos.

Pode-se também obter clorofila por meio de uma extração alcoólica.

Êste pigmento encontra emprêgo como agente corante para sabões, óleos, gorduras e, também, na medicina destacando-se aqui o seu uso como hemostático.

II — Taninos

Muito se tem discutido a propósito do tanino da ervamate. Quem o identificou foi Rochleder, já citado, e desde então inúmeros trabalhos vêm sendo feitos visando determinar a verdadeira constituição desta substância.

No número 61, volume 31 (junho de 1943) dos Anais da Associação Química Argentina encontramos um trabalho de equipe feito por V. Deulofeu, H. Diaz, M. E. Fondovilla e J. R. Mendive sob o título de "O chamado tanino da erva-mate Ilex paraguafensis)", onde interessantes considerações são feitas sôbre êste assunto. Vejamos suas conclusões:

"A substância isolada por Hauschild da erva-mate e que precipita com sais de chumbo em meio alcalino, é um ácido que dá, por hidrólise, ácido caféico".

Os taninos são matérias amorfas muito espalhadas entre os vegetais, tendo por tipo o **tanino da noz de galha.** Possuem propriedades adstringentes, são solúveis na água, muito oxidáveis no ar e se fixam sôbre a pele impedindo a putrefação; daí o emprêgo que encontram na indústria de curtume.

A sua constituição é muito complexa e, procurando evitar polêmicas e divergências nos resultados adotou-se na reunião das Normas Técnicas em que foram estudados métodos analíticos, para o mate, a denominação de tanóides, procuran-

do assim nas análises de contrôle não mais denominar de tanino uma substância que apresentava dúvidas de constituição.

As pesquisas prosseguem e acreditamos que se possa brevemente determinar os principais constituintes da substância tânica existente no mate.

III — Amirina

É alcool Terpênico sólido, que pode ser aplicado como emulsificador ou como veículo na indústria dos produtos chamados "de beleza": cosméticos, cremes etc., capaz de substituir os álcoois cetílico, mirístico ou outros álcoois sólidos sintéticos.

A percentagem média da amirina encontrada por Descartes, já citada foi de 2.6%.

Apresenta-se a amirina, quando purificada, em agulhas longas, brancas e sedosas fundindo entre 174° e 184°C.

IV — Carotenos

Como tôdas as fôlhas verdes contém a erva-mate carotenóides onde predomina o betacaroteno ou provitamina A.

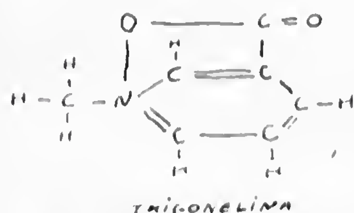
Encontrou Descartes 0.015 a 0.020% de caroteno.

V — Trigonelina

A trigonelina, isolada pela primeira vez por Palladino, nos grãos de café, deve seu nome ao fato de haver sido também encontrada na trigonela (TRIGONELA FOENUM GRAECUM L.), uma luguminosa.

É a betaina do ácido N-metilnicotínico e, embora não devidamente estudada sob o ponto de vista fisiológico, admite-se a possibilidade da sua transformação no organismo em ácido nicotínico, que não é mais do que a niacina.

Tem a trigonelina como fórmula bruta $C_7H_7O_2N$, sendo sua fórmula estrutural



A extração da trigonelina no mate é segundo Resenthaler e Scott (9) a seguinte:

Pulverizar o mate e fazer a extração, com álcool purificado onde se adiciona prèviamente ácido tartárico. Tratar o soluto com acetato básico de chumbo, filtrar, eliminar o excesso de chumbo e concentrar a solução; juntar álcool (sem ácido tartárico) e éter, agitando bem, alcalinizar com amônia, adicionar clorofórmio para extrair a cafeína, filtrar e reduzir o volume.

A trigonelina apresenta-se como cristais aciculares muito deliquescentes.

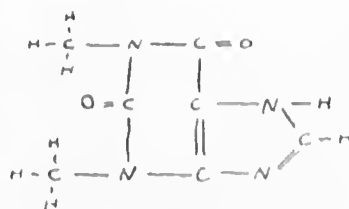
Seu teor na erva-mate é variável. Oscar Ribeiro (10) encontrou 0.0274% em amostra de mate comercial .

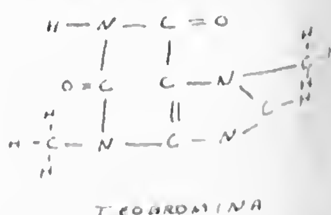
VI — TEOFILINA E TEOBROMINA

Vem sendo também estudado o aproveitamento destas duas purinas que são do mesmo grupo da cafeína. A teobromina é a dimetil-xantina; e a teofilina, a metil-xantina.

Tem sido obtido baixo rendimento mas, tendo-se em vista o incremento que a indústria de cafeína está alcançando, exigindo sempre maior emprêgo de matéria-prima, poderão os industriais cogitar do aproveitamento de mais êsses dois subprodutos. Aliás, temos notícia de que uma das fábricas de cafeína realiza estudos bem adiantados nesse sentido.

A fórmula bruta da teofilina é $C_7H_8O_2N_4H_2O$ e a da teobromina, $C_7H_8O_2N_4$, sendo suas fórmulas estruturais respectivamente:





VII — VITAMINAS

Muito divergentes e, até mesmo, contraditórios são os autores quanto à ação fisiológica do mate.

Vários estudos têm sido feitos com o intuito de esclarecer as dúvidas existentes, e no tocante às vitaminas o assunto já pode ser considerado resolvido.

Daremos, de início, algumas noções gerais sôbre êste assunto, particularmente sôbre aquelas vitaminas encontradas no produto que estudamos afim de reavivar as noções que os alunos tenham, e, em seguida, trataremos das pesquisas que diferentes autores fizeram a propósito das vitaminas contidas na erva-mate.

° ° °

O estudo das vitaminas teve início em 1911, pela D. São elas complexos orgânicos com várias funções fisiológicas essenciais à vida e no perfeito equilíbrio do organismo.

Sob o ponto de vista etimológico, a palavra origina-se de "vita" (do latim, vida) e "amina," nome de função estudada em química orgânica e caracterizada pela presença de nitrogênio.

Vitamina A: — Beta-caroteno, de fórmula $C_{20}H_{30}O$; dá aos organismos resistência às infecções, embora não os imunize. O corpo humano requer um mínimo de 4.000 unidades internacionais por dia.

Vitamina B₁: — Cloreto de tiamina, de fórmula $C_{12}H_{18}ClN_4OS$; é empregada na cura da beribéri (polineurite), tendo oferecido alguns resultados favoráveis no diabete e no alcoolismo; é um laxativo brando. Seus cristais fundem a 241°C. Solúvel na água e, ligeiramente, no alcool.

Vitamina B₂ ou G: — Riboflavina, de fórmula $C_{17}H_{20}N_4O_6$. Previne a anemia e a pelagra

Vitamina C: — Ácido ascórbico, de fórmula $C_6H_8O_6$ é um pó cristalino, não higroscópico, estável à luz e ao ar, com ponto de fusão 189-192°C. Dissolvido, a oxidação o destrói. Previne o escorbuto e mantém a vida das substâncias intercelulares.

Coube à Dra. Maria Julia Otero (11), Química do Laboratório de Química Biológica e Físico-Química do Instituto Modêlo de Clínica Medica da Universidade de Buenos Aires, identificar as primeiras vitaminas na erva-mate, em 1930.

Preocupada com a causa dos efeitos fisiológicos da infusão feita com êsse produto, atribuiu-a às vitaminas e fêz pesquisas no sentido de corroborar sua hipótese, havendo chegado às seguintes conclusões:

1) — A erva-mate contém um fator hidrossoluvel, capaz de atenuar a polineurite nos pombos, prolongando-lhes a vida, e favorecer a nutrição dos ratos avitaminados, reduzindo a hiperglicemia produzida pela carência de vitamina B na dieta e curando as afecções dérmicas típicas da mesma carência.

2) — A erva-mate encerra, outrossim, um fator lipossolúvel, que favorece o desenvolvimento normal de ratos submetidos a dietas isentas de vitamina A, evitando e curando a xeroftalmia provocada por essa dieta.

Estavam, assim, identificadas as vitaminas B_1, B_2 e A.

Gilberto Villela (12), sábio brasileiro da plêiade de Manguinhos, comentando êsses trabalhos, lamenta que não tenha sido realizada nenhuma determinação quantitativa, acrescentando: "Os testes feitos com o pombo forneceram resultados poucos demonstrativos; nem a dieta, nem a sintomatologia foram tampouco referidas. O critério citado da hiperglicemia também não serve como índice de vitaminose. A ação sôbre o crescimento do levêdo é igualmente destituída de valor porquanto é inespecífica. Todavia os resultados obtidos nos animais fazem entrever a presença de vitamina B na erva-mate."

Ainda sôbre esta vitamina, cujo estudo minucioso foi por êle feito no trabalho citado, em bibliografia, historia Villela: "Em 1934, M. Saraiva (13) publicou uma pequena nota sôbre o mate, em revista não técnica, em que incidentemente cita algumas experiências por êle executadas no Instituto de Química sôbre a presença de vitamina B_1 na infusão do mate. E, adiante, concluiu que a erva-mate contém vitamina antineurítica suficiente para prevenir a polinevrite quando ministrada liberalmente. Devemos lembrar que não foi feita nenhuma dosagem quantitativa." Continua Villela: "Dado o número pequeno de observações e a falta de determinações quantitativas nos propuzemos a verificar se, de fato, a erva-mate encerra vitamina B_1 e em que quantidade. Os trabalhos anteriores não esclarecem se a vitamina encontrada é realmente a antineurítica ou o conjunto dos fatôres do grupo B".

Êsse autor, usando o teste de Schopfer-Jung e a reação de Jansen, obteve, em dosagens feitas em diversas amostras de mate, valôres variáveis de 80 a 100g de fôlhas de mate sêcas, concluindo: "O mate verde contém, em média, quantidades superiores às do mate sêco. Das amostras estudadas por nós, provenientes de várias fontes, sempre encontramos valôres médios em tôrno de 100 g. O mate chamado q u e i m a d o também contém aneurina em concentração próxima a êsse valor".

Quanto à vitamina C, cuja presença na erva-mate tem motivado tanta celeuma, já em 1933 o Prof. Escudero afirmava, na sua seção especializada, em "La Prensa", que a erva-mate devia ser uma fonte útil dessa vitamina, levado a tal conclusão por observações clínicas: a ausência de escorbuto entre as populações rurais da Argentina, onde tão difundido foi sempre o uso do mate.

Na guerra do Chaco, os contendores viram-se obrigados a uma dieta deficiente sendo, em conseqüência dos trabalhos de Escudero, dobrada a ração de mate das tropas paraguaias. Os resultados não foram satisfatórios, havendo os doentes só obtido melhoras quando enviados à retaguarda e submetidos a uma dieta especial, com fartura de legumes, frutas e carne fresca. Tal fato levou um grupo de investigadores paraguaios constituído por Gath, Menendez e Knallnisky à pesquisa da presença de vitamina C na erva-mate, chegando, pelo método biológico (cobaia), à conclusões negativas, cuja causa veremos adiante.

O mês de dezembro de 1936 tem um significado particular para êste assunto: No dia 16, o Dr. Goldfien (16), na França, afirma a presença da vitamina C na erva-mate, embora sem fornecer dados numéricos, o que só seria feito dois anos depois, na Argentina, por Waisman (16).

Os doutôres Adolfo Escudero, Sagastume, Senra e Jantorno (16) publicaram o resultado das pesquisas que fizeram sôbre o mesmo assunto, concluindo pela afirmativa, mesmo em mate comercial.

No seu número do dia 31, o jornal "La Prensa" trouxe outro trabalho de Pedro Escudero, sob o título "El mate es un alimento" ao qual eram sintetizadas as experiências feitas no Laboratório de Bromatologia do Instituto Municipal de Nutrição de Buenos Aires, com onze amostras distintas de mate comercial. Elas demonstraram que as infusões de erva-mate, quentes ou frias, continham ácido ascórbico em quantidades oscilantes entre 17 e 31 miligramas por 100 gramas de erva.

Referveram as discussões e dificuldades de ordem técnicas faziam fracassar as experiências biológicas: a cafeína matava as cobaias, quando excedia 35 miligramas por dia, fato a que não prestaram atenção os pesquisadores paraguaios.

Usando mate isento de cafeína pode-se chegar ao resultado previsto por Pedro Escudero, resultado êsse bem próximo ao do reativo de Tillman, tido como desaconselhável para os vegetais que possuem tanino.

Quanto ao caso dos soldados paraguaios, assim o justificava Escudero: "A experiência demonstrou que as coletividades que padecem de uma alimentação incorreta adoecem, não por uma deficiência, mas por muitas. O exército paraguaio, alimentado com milho, farinha, arroz polido, bolachas, amendoim, banha, açucar, sal e mate, adoeceu, não de escorbuto, porém de avitaminose múltipla, por deficiência de vitamina A, B, C e G e pela desarmonia de sua alimentação. Assim, como não haviam de continuar doentes os soldados, apesar do mate?

Se fôssem tratados no campo de luta pela administração de ácido ascórbico, se houvessem continuado a campanha sem outro medicamento, então, sim, poder-se-ia dizer que padeciam ùnicamente de escorbuto. Um

segundo fator foi esquecido. Em 1936 afirmamos que a erva-mate do comércio tinham vitamina C em quantidades sumamente variáveis entre 17 e 31 miligramas por 100 gramas. Um escorbuto grave requer uma dose diária de 300 miligramas; n u n c a poderíamos curá-lo pela simples ingestão de mate. Supondo-se o uso de uma erva de 1ª qualidade, dever-se-ia consumir então cerca de dois quilos por dia.

Prosseguiram os estudos das diferentes vitaminas do mate. Assim, nas pesquisas encomendadas em 1941 pelo I.N.M. ao Laboratório Eddy, de New York, obteve-se o seguinte resultado, para 100 gramas de erva:

Vitamina A .. 2.200 unidades internacionais
Vitamina B_1 ..... 57 unidades internacionais
Vitamina B_2 ..... 69 gramas
Vitamina C .... 142 unidades internacionais

Em 1944, o Instituto Nacional de Nutrição de Buenos Aires publicou a seguinte tabela (18):

VALOR VITAMÍNICO DA ERVA-MATE
Conteúdo em 100 g

VITAMINAS	VALÔRES — Mínimos	VALÔRES — Máximos	Média aritmética sôbre 13 determinações
Carotina	0,693 mg	2,267 mg	1,234 mg
Carotina em vit. A	1,065 UI	3,779 UI	2,095 UI
Tiamina em vit. B_1	62,3 g	313,1 g	222,7 g
Riboflavina em vit. B_2 .	246,0 g	573,9 g	404,3 g
Ácido ascórbico	8,2 mg	20,7 mg	11,9 mg
Ácido nicotínico	2,54 mg	10,36 mg	6,92 mg

No ano passado J. M. Chaves (19), do Instituto de Tecnologia Alimentar, refêz as pesquisas das vitaminas B_1, B_2 e C, chegando às seguintes conclusões:

1) A erva-mate contém elevado teor de vitamina B_1.
2) Não conseguiu resultado com o processo fluorométrico para a dosagem da vitamina B_2 na erva-mate, devido à intensa fluorescência azulada peculiar aos extratos de erva que interfere, mascarando os resultados. Ensaiando o método microbiológico, encontrou resultados muito baixos.
3) É baixo o teor de ácido ascórbico na erva-mate.

Resumiu seus trabalhos nos dois quadros seguintes, que se referem, respectivamente, às vitaminas B_1 e B_2:

AMOSTRA	Unidade %	de Tiamina em 100 ml de bebida	de Tiamina em 100 ml de extrato	de Tianina em 100 g de fôlhas
Mate Barbacoá 1	8,5	5,9	6,3	126
Mate Barbacoá 2	8,7	6,7	8,7	174
Mate Barbacoá 3	9,2	8,1	9,7	194
Mate verde sapecado	46,1		5,5	110

AMOSTRA	UMIDADE	MÉTODO MICROBIOLÓGICO	MÉTODO FLUOROMÉTRICO
Mate Barbacoá 1	8,5	8	—
Mate Barbacoá 2	8,7	14	—
Mate Barbacoá 3	9,2	8	—
Mate verde sapecado	46,1	—	—

No corrente ano, Oscar Ribeiro (20) publicou os seguintes resultados pertinentes à vitamina A, em unidades internacionais, para 100 gramas de mate:

Fôlhas frescas	6.513
Mate verde	1.503
Mate queimado	668

São, pois, bem satisfatórios os teores vitamínicos do mate.

BIBLIOGRAFIA

1) TROMMSDORFF, J. B. — Einige Bemerkungen über den Paraguay-Thee (Algumas observações sôbre o chá do Paraguai) — Annalen der Chemie — Vol. XVIII — págs. 89-96 — Berlim, 1836

2) STENHOUSE, J — Thein im Paraguay-Thee (Teina no chá do Paraguai) Vol. 45 — págs. 368-371 — Berlin, 1843

3) ROCHLEDER — Untersuchung der Kaffebohnen (Pesquisas nos grãos de café) — Annalen der Chemie — Vol. 59 — págs. 300 e segs. — 1846

4) LENOBLE, O. De la Yerba Maté du Paraguay — Journal de Pharmacie te de Chimie — Serie III, vol. 18 — pág. 199 — Paris, 1850

5) PECKOLT, T. — Analyses de materia medica brasileira — Rio, 1868

6) BYASSON — Note on Mate or Paraguay-tea — The Pharmaceutical Journal — Serie 3, Vol. VIII — Londres, 1878

7) WINTON, Andrew L. e Kate Barber — Leaves of the holly family — The structure and composition of foods — Vol. IV — P. 87-93 — N. Y. 1944

8) DESCARTES, Ruben — O mate — matéria-prima para a indústria (nota prévia) — Contribuição ao estudo do mate — Págs. 31-44 — Rio, 1944

9) ROSENTHALER E SCOTT — apud Luiz Ribeiro Guimarães — "Sôbre a presença da trigonelina no mate" — Revista de Química Industrial — Ano XIII — N.º 147 — pág. 16 — Rio, julho de 1944

10) RIBEIRO, Oscar — A presença da trigonelina no mate — Boletim do Instituto Nacional do Mate — Ano I, n.º 2 — Págs. 13-16 — Rio de Janeiro, dezembro de 1940

11) OTERO, Maria Julia — Las vitaminas en la yerba mate — Atas do Congresso Internacional de Biologia realizado em Montevidéu, de 8 a 12 de outubro de 1930

12) VILLELA, Gilberto G. — Estudos sôbre a determinação da vitamina B, (aneurina, tiamina) na erva-mate — Memórias do Instituto Osvaldo Cruz — Tomo 34 — Fasc. 2 — Rio de Janeiro, julho de 1939

13) SARAIVA, M. — Bol Men Cam. Ar. Bras. — Rio de Janeiro, 1934

14) GATH, C; MENENDEZ, P. e KNALLNISKY, A. Influencia de la carne y de la yerba mate sobre un brote de escorbuto humano y sobre el escorbuto experimental — Novena Reunión de la Sociedad Argentina de Patologia Regional — Tomo II — pág. 924 — Mendoza, 1937.

15) GOLDFIEM, Dr. Jean Schunck —Étude clinique de l'emploi des drogues à base purique — La Presse Medicale — N.º 101, pág. 2.039 — Paris, 16 de dezembro de 1936

16) WAISMAN, G. — Trabajos y publicaciones — Inst. Nac. Nut., 2, 703 — Buenos Aires, 1938

17) ESCUDERO, A.; SAGASTUME, M.; SENRA, R. A. e YANTORNO, J. H. — Sobre la presencia de acido ascorbico (vitamina C) en la yerba mate (Ilex paraguayensis) — Semana Médica — N.º 53 — Buenos Aires, 1836

18) Dietologia — II, 60 — Buenos Aires, 1944

19) CHAVES, J. M. — Vitaminas B1, B2 e C em diversos tipos de erva-mate — Revista Alimentar — Ano VIII, n.º 11, pág. 5 — Rio de Janeiro, novembro de 1044

20) RIBEIRO, Oscar — O valor da vitamina A de alguns vegetais brasileiros — Revista Alimentar —Ano IX, n.º 3, pág. 8 — Rio de Janeiro, março de 1945

NORDESTE E O CRÉDITO RURAL

O crédito rural, segundo a Federação da Agricultura da Paraíba, "não tem gerado riqueza nem bem-estar para as populações agrícolas do Nordeste e, ao contrário do que preceitua a lei que o institucionalizou, está servindo ao produtor rural apenas como sustentação temporária, prorrogando a chegada do caos e, o que é mais grave, contribuindo para aprofundar o abismo.

PREÇOS MÍNIMOS DE ESTÍMULO

Reunido sob a presidência do Ministro Delfim Neto o Conselho Nacional do Abastecimento — SUNABAO — fixou os novos preços mínimos de estímulo para as próximas safras de algodão, amendoim e mamona da região Centro-Sul do País. Outra decisão importante do Conselho diz respeito à redução de um centavo no preço do litro de leite vendido com embalagem de plástico.

REFORMA AGRÁRIA - PRIORIDADE DA AMÉRICA LATINA

Por Hugo Martin

Especial para "A Lavoura"

Embora lentamente, a reforma agrária avança a passos firmes na América Latina. A maioria dos países da região aprovou novas leis para melhorar a estrutura agrária — diz o relatório de 1968 emitido pelo Fundo Fiduciário de Progresso Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Graças a isto, os mercados internos melhoraram, enquanto se criaram novas oportunidades e incentivos comerciais.

Naturalmente, o progresso foi mais rápido em alguns países e menos em outros. O México, a Bolívia e a Venezuela são os países onde o impacto foi mais significativo, mas os outros países, em sua maioria, estão desenvolvendo grandes esforços, segundo suas possibilidades, para assumir o seu lugar nesse campo extremamente importante do progresso econômico e social.

O México, evidentemente, tem uma longa história de reforma agrária, tendo redistribuído, sòmente nos três últimos anos, 12 milhões e 30 mil hectares de terras entre 238 mil famílias, inclusive cêrca de 70 mil, em 1968. Substanciais facilidades de crédito foram também concedidas a pequenos agricultores.

Embora ainda haja grandes problemas envolvidos na reforma agrária mexicana, já se observam apreciáveis resultados. Mediante a mobilização da fôrça de trabalho dos agricultores, o movimento criou, virtualmente, uma nova classe social de proprietários rurais.

Na Bolívia, a maior redistribuição de terras verificou-se na década de 1950/60, mas o govêrno continua modernizando a estrutura da posse da terra em tôda a República. No transcorrer de 1968, a Bolívia iniciou um programa de "Brigadas Móveis", constituída cada uma de um juiz agrário e um topógrafo. Segundo se acredita, essas brigadas terão visitado tôdas as áreas do país que delas necessitam, nos próximos cinco anos.

Êsse programa tem o apoio da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional ...... (USAID). Sua execução foi proposta num relatório preparado, em 1967, pelo Estudo da Estrutura Agrária da Bolívia, patrocinado conjuntamente pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) e o Centro de Posse de Terras da Universidade de Wisconsin. Até fins de 1967, já tinham sido emitidos títulos de propriedade que afetavam 8.456 fazendas, numa área total de 7.600.000 hectares. De um modo ou outro, foram beneficiadas 190 mil famílias de agricultores.

Como resultado dêsse programa, aumentaram as receitas familiares. Isto se adverte em melhores habitações e no maior consumo de muitos tipos de mercadorias, bem como no fato de haver aumentado o número de centros rurais. Os agricultores são agora mais do que produtores. São também compradores, não só das coisas de que necessitam para suas fazendas, mas também de bens de consumo. Mais importante ainda, do ponto de vista social, são as modificações introduzidas na educação rural e o maior número de pessoas que sabem ler e escrever.

Na Venezuela, uma eficiente reforma agrária teve início em 1959, com o apoio de diversos grupos políticos. Em dezembro de 1961, o então Presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, foi à Venezuela, com sua espôsa, participar com o então Presidente Venezuelano, Rômulo Betancourt, de uma entrega simbólica de terras a quatro agricultores, em Morita, nas vizinhanças de Caracas. Em seu discurso de boas-vindas, disse o Presidente Betancourt que "a formulação fundamental da Declaração de Punta del Este está passando para o terreno das coisas realizadas. O sistema está em ação".

Respondendo às palavras de Rômulo Betancourt, o Presidente Kennedy deu uma prova eloqüente do interêsse que o povo e govêrno dos Estados Unidos sempre tiveram em ajudar a realizar tais programas na América Latina.

Disse o então Presidente Kennedy, em parte:

"É apenas aqui, na terra e entre o povo, que os discursos dos Presidentes, as conferências dos diplomatas, os planos dos governos e os sonhos dos estadistas podem transformar-se em realida-

AÇÚCAR

Noticia-se que as culturas de cana da região Centro-Sul sofrerão em face da escassez de chuvas, e conseqüentemente a produção de açúcar deverá terá uma pequena queda. Os temores maiores são com relação à produção de cana do ano que vem, mas êsses presságios estão em vias de se desfazer, com a ocorrência das primeiras chuvas.

Antecipa-se que qualquer baixa na produção de açúcar na região terá de ser completada pelo mercado produtor do Nordeste, o que envolve problemas de comercialização os mais complexos. Lembra-se, a propósito, que a produção de açúcar do Nordeste tem métodos próprios, inteiramente diferentes daqueles em prática na região Centro-Sul, a começar pela época das colheitas, o que cria problemas de certo modo insuperáveis.



de. Hoje, 86 famílias receberão os títulos de propriedade de suas terras, de acôrdo com um programa graças ao qual já se instalaram 38.000 famílias em 3.800.000 hectares... O povo dos Estados Unidos apoia os ideais representados nesse programa... Trago-lhes uma mensagem de meu país e do povo norte-americano...".

Outros países latino-americanos também fizeram progressos visíveis no campo da reforma agrária. Figuram entre êles a Colômbia, Chile, Equador e Peru.

Em outras nações, como em Honduras, por exemplo, os programas para fomentar a reforma agrária estão tomando forma definitiva, já que tais países estão percebendo, mais e mais, o importante papel que isto poderá desempenhar em seu progresso futuro.



AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para novembro e dezembro

OLERÍCOLAS

Novembro —

Último mês para o semeio de berinjela, jiló e pimentão, semeando-se ainda tronchа.

Dezembro —

Prosseguem as semeaduras de bertalha, mostarda e salsa.

FRUTÍCOLAS

Novembro —

Inicia-se a colheita do abacaxi, de jaca e manga. Colhem-se ainda banana, caju, laranjas, limão e sapoti.

Dezembro —

Inicia-se a colheita da jaca, jambo, maracujá e uva. Colhem-se abacaxi, banana, caju, laranja, limão, manga e sapoti.

Observação:

Os calendários olerícolas e frutícolas foram baseados em notas do Eng. Agrônomo Eduardo Hugo Frota.

XX SEMANA DO LACTICINISTA

OTTO FRENSEL

Especial para "A Lavoura"

Extremamente honrados com tão honrosa missão, representamos a nossa benemérita Sociedade Nacional de Agricultura também durante a XX Semana do Lacticinista, realizada de 7 à 11 de julho p.p. pelo Instituto de Laticínios "Cândido Tostes", em Juiz de Fora, Minas Gerais. Apenas duas vêzes, em 1963 e 1966 quando nos encontrávamos, respectivamente, nos Estados Unidos e na Europa, em viagens lacticinistas, deixamos de comparecer a êste nosso acontecimento lacticinista máximo, cuja repercussão, sempre convém recordar, já há muito ultrapassa os limites do Brasil. Assim, esta grande iniciativa do nosso inesquecível amigo, Dr. Sebastião Senna Ferreira de Andrade, se tornou um marco de maior profundidade para o progresso dos lacticínios brasileiros e da sua crescente importância para um dos mais importantes ramos da produção, industrialização, comercialização e alimentação do Povo Brasileiro.

A organização e o programa desta última Semana do Lacticinista, novamente apresentaram inovações de grande interêsse e utilidade para os 170 participantes, em sua grande maioria, técnicos formados pelo próprio I.L.C.T., bem como diretores de cooperativas agro-pecuárias e de produtores de leite, industriais de laticínios, jornalistas, funcionários especializados federais, estaduais e municipais. Os seus trabalhos foram orientados sob o tema Central "Subconsumo do Leite — Equacionamento e Soluções". Além das cerimônias habituais em iniciativas dessa ordem, teve lugar um "Curso Rápido" sôbre "Culturas Láticas para Queijos e Manteiga" pelo Professor Antônio Carlos Ferreira, do I.L.C.T. o qual estêve muito concorrido. Tôdas as palestras e comunicações, de alto nível, tiveram o maior interêsse, motivando amplos debates. Êstes trabalhos foram os seguintes: O. Ballarin "Inspeção Federal de Produtos de Origem Animal — Emprêsa Privada" — Otto Frensel "Seleções Lacticinistas Mundiais" — Equipe da ABCAR — ILCT (sob orientação de D. Pautilha Guimarães) "Subconsumo de leite no Brasil" — J. J. Carneiro Filho "Progressos Técnológicos e Leite Esterilizado" — Carlos da Veiga Soares "Produção, Industrialização e Comercialização do Leite" — José Leitão e Silva "Aspectos da produção e consumo de leite no Brasil" — José dos Santos Botelho "Padronização do leite para fabricação de queijos" — José Castilho Pinto "Particularidades da indústria laticinista na região de Jaraguá do Sul, Santa Catarina" — José Sátiro de Oliveira "Influência das culturas na fabricação de manteiga" — Luiz Gonçalves Vieira "O teor gorduroso do leite das diversas raças leiteiras — Leite Magro (2%)" — José Octavio Pinheiro Vilela "Aumento do consumo pela diversificação — Leites Modificados" — Jacob Spiegel "Análise complexométrica com titriplex III" Eberard Fischer "Revestimentos protetores antiácidos" — Marly Montenegro "Pesquisa de conservadores" — Bruno V. Christensen "Produção de queijos no Brasil" — Robinson de Vasconcellos Costa "PLAMAM — suas finalidades — sua atuação".

Além da mesa coordenadora, cuja Presidência coube ao Prof. Dr. Cid Maurício Stehling, Diretor do I.L.C.T e a Vice-Presidência ao autor destas linhas, foram instituidas três Comissões à saber: Produção Industrialização e Comercialização. Os seus trabalhos e conclusões foram apresentados na sessão final, sendo amplamente debatidos e, em seguida, aprovadas duas moções, respectivamente referentes ao I.C.M. no Estado de Minas Gerais e à constituição de uma Comissão Permanente para garantir a complementação, continuidade e efetividade das conclusões das Semanas do Lacticinista.

Realizada, como sempre, num elevado nível cultural, mais esta XX Semana do Lacticinista contribuiu para o estudo e progresso dos lacticínios brasileiros. Não pretendemos repisar as sugestões e recomendações que vimos repetindo há cinqüenta anos, mas expressar a nossa satisfação pelo muito de útil que as Semanas do Lacticinistas vêm proporcionando aos lacticínios brasileiros e a nossa irreversível fé no seu crescente progresso para o maior benefício do Produtor e do Consumidor e, portanto, do Brasil.

A AGROPECUÁRIA

Atividade fundamental da humanidade. Condições atuais em que se processa. Decorrente fatalidade de carência alimentar progressiva e generalizada.

JÚLIO CEZAR COVELLO

Diretor técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

Desde os primórdios das eras registradas pela História, a humanidade, tanto sob o ponto de vista de seu crescimento demográfico como de desenvolvimento cultural, apresentava e ainda apresenta dois grupos de características marcantes e estágios diferentes quanto à distribuição quantitativa e qualitativa das populações que a constituíam e constituem:

Populações rurais, com baixo índice de cultura geral e numèricamente superiores às urbanas, porém dispersas ou diluídas através de grandes áreas;

Populações urbanas, de mais elevado índice de cultura, numèricamente inferiores às rurais e concentradas em reduzidas áreas.

As do primeiro grupo, na sua fase remota, embora a agropecuária que então praticavam estivesse subordinada a procedimentos rotineiros que a tradição aconselhava, desprovidos ainda de quaisquer técnicas e subordinados ao uso de instrumentos manuais primitivos, de produziam, entretanto, em conevolução melhoradora lenta, dições normais de ambiente e graças também aos baixos índices de crescimento populacional então vigentes, alimentos que satisfaziam e atendiam não só as suas próprias necessidades como as dos habitantes das cidades e dos burgos. Êstes núcleos populacionais, pelas suas deficiências infra-estruturais, orgânicas e funcionais, oriundas no atraso cultural generalizado em que tôda a humanidade ainda se debatia, não ofereciam, então, condições materiais atrativas e de trabalho que seduzissem e provocassem o deslocamento do homem rural para seu ambiente. O baixo nível de cultura dêsse rurícola, bastante inferior ao do habitante da cidade, forçava sua permanência no meio rural, muito embora o seu instintivo espírito gregário, comum à Espécie, o impulsionasse no esfôrço consecutório do convívio social urbano que, pràticamente, não existia nas zonas rurais onde imperavam o isolamento e o silêncio. Nestas, a própria sobrevivência dependia da capacidade de adaptação e resistência de cada um e da sua habilidade ou inteligência no aproveitamento dos recursos do meio.

Ao alvorecer do século XIX e transcurso de sua primeira metade, as populações rurais, na generalidade das nações, ainda sobrepujavam, quantitativamente, as urbanas numa proporção ao redor de 70 para 30.

Subseqüentemente, sobrevindo o surto industrial e, como conseqüência reflexa dêste, o melhoramento paulatino e lento da produção e da produtividade de agropastoril pelo início da mecanização do trabalho agrícola e aplicação da melhor técnica agronômica apesar de incipiente ainda, começam em pequena escala, as migrações do braço rural para as cidades, tanto do marginalizado pela recente introdução da mecanização agrícola como daquêle que, insatisfeito, vivia sonhando com a fuga da gleba. Essas migrações vêm se acentuando dessa época para cá, na proporção direta do desenvolvimento das indústrias, da técnica agropecuária e, conseqüentemente, da agricultura e trabalhos rurais mecanizados e moto-mecanizados em vertiginosa intensificação.

Hoje, nestas últimas décadas do século XX, nos países de desenvolvimento acentuado, aquela distribuição da população total entre zonas rurais e centros urbanos, que preponderava nos meados do século passado, inverteu-se pràticamente.

Nos países subdesenvolvidos, onde ainda permanecem maiores quantitativos populacionais nas zonas rurais embora menores que os antigos, principalmente naqueles de baixo índice de educação e de deficiente tecnologia aplicada além de seu alto crescimento demográfico como conseqüência, firmou-se o desconforto e instalou-se a penúria alimentar, tanto nos campos como nas suas cidades, estas com a situação agravada pelo poder de atração que exercem sôbre os excedentes rurais, a elas levados pela ilusão de ali encontrarem uma assistência satisfatória, impossibilitada, total ou parcialmente, pela inexistência ou carência crônica de recursos.

Tal é o ambiente que o Mundo Moderno apresenta na atualidade, suscetível de ser assim resumido:

— Países subdesenvolvidos, jungidos pelo seu atraso educacional e material à subnutrição permanente e às crises periódicas de fome epidêmica, intensiva, no decurso de sua normal situação de carência alimentar endêmica; e

— Países desenvolvidos, com produção agropastoril satisfatória, porém, de nível produtor

A Agropecuária

oscilante, nem sempre condizente com os respectivos índices demográficos. Todavia, vez por outra, dispõem de saldos alimentares, em reserva, para cobertura futura de maiores necessidades previstas e programadas, ou imprevistas, decorrentes de ônus deficitários e, zados no socorro das popula- algumas vêzes, também utilições carentes de alimentos nas crises intensas dos subdesenvolvidos.

Pelo exposto, verifica-se que a produção agropastoril, quer nos países desenvolvidos, ou nos subdesenvolvidos, apresenta, ainda, variações positivas e negativas, que independem tanto da técnica utilizada e dos recursos de aparelhamento como também do alcance mental do rurícola, pois que resultam, principalmente, da ocorrência de fatôres naturais favoráveis ou contrários, de graves desastres acidentais de largas amplitudes e, por isso, incontroláveis, e na excepcionalidade de extensas ou generalizadas manifestações de fatôres biológicos desastrosos. Destas contingências perturbadoras da produção agrária, da desproporcionalidade de quase genérica entre o seu índice de expansão produtora e aquêle do crescimento demográfico que se apresenta, geralmente, em progressiva escala geométrica, principalmente entre os subdesenvolvidos, resultou a intensificação do clamor atual contra o espantalho batizado de Explosão Demográfica.

CRECIMENTO DEMOGRÁFICO E SEU CONTRÔLE

O problema sob a epígrafe supra vem sendo, nos últimos tempos, debatido intensamente na imprensa mundial e na nacional, por sociólogos e economistas. Considerado, como está sendo, sob a pressão contingencial da carência atual e progressiva de alimentos, e da perspectiva de sua evolução para próximas "epidemias de fome intensa, de maior amplitude nas áreas atuais subdesenvolvidas, todos aquêles debates e manifestações opinativas, de aspectos preventivos alguns, e redutores de seus efeitos a maioria, podem se resumir, até agora, apenas nas seguintes questões a serem consideradas:

— Há deficiência mundial de produção quantitativa de alimentos tendo em vista as necessidades atuais da humanidade? Sim.

— Os recursos naturais básicos de produção já estão mundialmente esgotados, ou em vias de esgotamento? Não.

— Êsses recursos, inclusive os potenciais ainda não mobilizados, existem em abundância em grandes áreas de regiões subdesenvolvidas e mesmo nas desenvolvidas? Sim.

— Nas comunidades subdesenvolvidas há capacidade educacional satisfatória à formação de profissionais especializados e necessários à mobilização dos seus recursos naturais básicos de produção? Não.

É de esperar que o desensenvolvimento científico geral, pelo que já conseguiu e vem conseguindo em todos os setores, dada a intensidade da ampliação contínua e geométrica de seus horizontes, promova novos métodos de produção e descortine, ainda, fontes insuspeitadas de novos alimentos? Sim.

— A taxa atual, global, da produção obtida nas regiões subdesenvolvidas é inferior à taxa, também global, dos respectivos crescimento demográficos? Sim.

Desnecessárias são, por óbvias, quaisquer justificativas às respostas das questões formuladas.

Então, a despeito da evidência conclusiva do questionário supra, simplistamente, como conseqüência, procura-se promover, com urgência, a redução da taxa de natalidade mundial, vigorante no momento, principalmente entre os países pouco desenvolvidos. Se há deficiência de alimentos para o volume populacional que já existe, não há outro caminho a seguir, segundo a maioria dos sociólogos e economistas que debateram e debatem o assunto, senão aquêle de reduzir o número de bôcas esfaimadas e promover o aumento da produção até que se estabeleça e se verifique um equilíbrio permanentemente estável entre o que se produz e o que se necessita para o consumo de manutenção das populações numèricamente controladas através de procedimentos anticoncepcionais.

Examinamos, superficial e isoladamente, a proposta de redução de natalidade.

O contrôle desta já não vem sendo praticado pelas populações mais educadas do mundo, e agora através de um prévio planejamento da família com alvo? Êste contrôle de natalidade não é fruto indiscutível e expontâneo de um certo grau de educação e cultura já atingido e existente no meio em que está sendo praticado, que permite mesmo a sobreposição de sua prática às próprias convicções religiosas e morais ainda imperantes e apesar delas? Não é verdade, também, que essa gama de educação adquirida, individual e coletiva, entre os que assim procedem, resultou de desenvolvimento econômico anterior como primeiro estágio, ou concomitantemente a êle? É possível a existência de educação nas áreas destroçadas pela miséria imperante, onde a economia não poderia existir senão sob escala incipiente e de absoluto primarismo?

Partindo-se do estágio do homem primitivo e analizando a evolução da humanidade através das várias civilizações transactas e modernas, verifica-se que o lento e paulatino desenvolvimento da economia precedeu sempre a conquista e melhoramento da educação e da cultura, possibilitando o prosseguimento destas e a intensificação daquela.

Diante dêsse singelo raciocínio torna-se evidente, portanto, que o homem moderno, das áreas econômicamente desenvolvidas, e por isso mesmo culta, vem, expontaneamente, planificando a constituição da própria família pelo contrôle da natalidade na sua prole, induzido também, e principalmente a êsse procedimento pela sua natural e elevada tendência egoística, generalizada, de melhor gozar, com a máxima tranqüilidade, os frutos que a civilização dessas áreas econômicamente organizadas conseguiu oferecer.

Verifica-se do exposto que a limitação da natalidade, e, embora ainda sem intensidade, vêm se processando normal e crescentemente, nos centros urbanos como consequência do melhor nível educacional de parte de seu contingente humano — classes médias e elites —, melhor nível êsse existente por obra e graça de fatôres econômicos positvos al instalados e orgânicamente definidos que o antecederam e possibilitaram. Resta entretanto, como principal, o problema crucial da sua propaganda e implantação prática não só entre as ignoras populações rurais das regiões subdesenvolvidas, *sem economia em desen-*

volvimento, como entre aquelas emigradas do campo, de nível qualitativo paralelo, marginalizada em grande parte e amontoada nas favelas dos centros urbanos, conjuntamente com as suas camadas populacionais pobres.

Do que foi dito conclui-se, portanto, que o êxodo rural das regiões subdesenvolvidas para outras melhor organizadas econômicamente, e para os centros urbanos dos próprios países subdesenvolvidos, quando outras zonas atrativas, de melhores perspectivas não existem, constitui um procedimento desesperado e irrefreável ditado pelo instituto de conservação do homem rural acuado pela miséria. Muito embora o nôvo habitat procurado, pelas suas precárias condições existentes, possa agravar ainda mais a situação anterior a que o imigrante estivera sujeito no seu meio de origem, assim como a do nôvo ambiente em que se fixou, determina isto a apresentação, aos olhos da cidade, dos trágicos cenários então majorados, que antes se diluíam através das extensões do meio rural, onde não eram vistos, além de pouco suspeitados.

Daí o intenso agigantamento dos problemas urbanos atuais sem possibilidades materiais de solução, pois que estas decorrem da elevação do índice de renda financeira de cada aglomerado urbano que é, por sua vez, dependente do estado de sua economia produtora, inclusive das próprias zonas rurais.

No Brasil, apesar das migrações dêsse tipo, a atual posição demográfica percentual entre cidade e campo é ainda de 45% para 55% respectivamente.

Sendo o excesso de natalidade um índice positivo de miséria e esta um efeito de baixo ou nulo desenvolvimento econômico, e, consequentemente, da reduzida produção alimentar, absoluta ou relativa, chegaremos à conclusão de que a propaganda, ou campanha que se pramava para o contrôle da natalidade, além de custo elevado terá repercussão mínima entre as massas, enquanto não houver condições de seu apoio na melhoria econômica do meio e da sua resultante educacional.

O mundo atual está, portanto, ante uma grave circunstância que impõe duplo esfôrço tanto aos órgãos dirigentes de tôdas as nações como às várias e distintas camadas qualitativas da sociedade — elite, classes médias e povo consciente — irmanados no ciclópico esfôrço de criar e repor a humanidade num ambiente de tranqüilidade social pela melhoria e equilíbrio de suas condições materiais e educacionais.

Êsse duplo esfôrço, cuja execução deverá ser conjugado, consiste em:

— promover ou criar condições econômicas que se desenvolvem paulatinamente nas áreas assoladas pelo desenvovimento, o grande responsável original e mantenedor dos marginais da humanidade — massas ignaras, ou párias —, e,

— paralela e concomitantemente, trabalhar intensamente essas massas no sentido de se conseguir a redução e contrôle da natalidade em seu seio, cuja consecução crescente será proporcional ao melhoramento paulatino das condições econômicas ambientais que infelizmente não poderão deixar de ser senão de evolução lenta.

A essas populações marginais, embotadas e dizimadas pela miséria crônica, sem quaisquer perspectivas de esperança por melhores dias, pois que não vislumbram quaisquer horizontes menos negros, nada interessa, no estágio de depauperamento em que estão, senão morrer o mais lentamente possível em obediência ao seu instinto animal de conservação. E, sob esta lenta agonia coletiva, agravada por apatia ou inação forçada, resultantes também, da própria condição generalizada de ignorância e incultura, permanece vivo apenas o ingênito impulso de sua função sexual que praticam ativamente levadas pelo fugaz prazer físico sentido e que, por isto, é exercida ao máximo, despreocupadas do resultante ônus procriador subseqüente que não altera a sua sensibilidade já sob a anestesia permanente da miséria física e mental em que vegetam.

Essas populações, depauperadas por longos processos de desnutrição, contínuos e crescentes, que se levam ao estágio final de inanição abreviadora do seu ciclo vital, perfilha elevadamente nessa fase, talvez devido também às leis biológicas que regem a perpetuação da espécie, a exemplo do que ocorre no reino vegetal quando um indivíduo, ainda não senil, porém doente às vésperas de extinção, frutifica exageradamente na sua última safra de produtos raquíticos mas ricos de sementes que garantirão a sobrevivência e perpetuação da espécie a que pertence.

Entre nós, exemplo frizante do acima descrito foi o verificado com as populações rurais e urbanas da região do chamado Vale do Paraíba, em território paulista, nos fim do século passado e início dêste, quando a economia vigente era exclusivamente rural.

Empobrecida essa região por fôrça da migração rápida de sua cultura cafeeira decadente para o oeste do Estado, lá pelos últimos quartéis do século XIX, formou-se ali um vazio econômico onde um grande remanescente da antiga poulação econômica da região, e de suas cidades reduzidas a taperas, foi aos mais baixos índices, caindo sua população rural principalmente na mais completa miséria e marasmo, que a desinteressava de tudo, inclusive da própria saúde e instrução, cuja assistência e prática o Estado ainda mantinha perdurando essa situação por várias décadas.

Êsse marasmo só começou a sentir as primeiras vibrações de quebra de sua inércia através da construção da primeira rodovia Rio — São Paulo.

Só então as "Cidades Mortas da região passaram a reagir, lentamente, aos novos fatôres econômicos originados inicialmente pela rodovia citada, fatôres êsses que subsequentemente passaram a revivificar a grande região, hoje renascida inclusive no seu potencial econômico agropastoril. Até então, o Vale do Paraíba só fornecia, a quem procurasse, famílias numerosas de antigos lavradores das propriedades cafeeiras desaparecidas e que ali permaneceram fixadas e asfixiadas pela pobreza extrema, mas que reagiam ao torpor mortal da desesperança logo que se lhes apresentava nôvo horizonte econômico. O grande Monteiro Lobato perpetuou na literatura essa época dolorosa da região e a figura resultante do "Jeca-Tatu" que sintetizou o seu homem rural, deprimido pela desnutrição, pelo abandono e pelas doenças endêmicas.

As famílias que então dali saíam para outras regiões, levadas por aliciadores de braços rurais, eram submetidas, no nôvo ambiente, a um prévio estágio de recuperação — alimentar e de saúde — para posterior entrada em serviço, já sob outras condições de capacitação física e de melhoria psíquica.

A favor da procriação intensiva na família rural, além da razão sexual, há, também, atuando fortemente ainda, como segunda natureza residuária oriunda de passadas épocas

agrícolas, o fator tradicional da antiquíssima vantagem de numerosos membros trabalhantes na prole, a fim de esta, considerada apenas a execução braçal vigorante de todos os trabalhos rurais, pudesse produzir mais largamente. Êste critério, hoje ultrapassado, foi levado à caducidade pela mecanização motorizada intensiva dos trabalhos rurais. Todavia, seu conseqüente caráter antieconômico deficitário ainda subsiste no Brasil por influência da bicentenária lavoura cafeeira que preferia sempre, e continua preferindo, a contratação de grandes famílias, constituídas de numerosas "enxadas" ou braços, que os cafesais, mesmo agora, ainda não dispensam completamente, inclusive pela irremovida fatalidade da colheita manual de suas safras. Também porque as grandes famílias de lavradores pobres, quer exerçam suas atividades como empreiteiros de trabalhos rurais, de parceiros, de arrendatários, ou de "situantes" quando atingem a meta de pequenas proprietárias, gozam de auto suficiência na execução de serviços, independendo por isso do auxílio de braço assalariado e da correspondente despesa a que estariam sujeitas se dêle precisassem.

Um esfôrço ou procedimento isolado visando apenas a consecução do contrôle da natalidade na massa, desacompanhado da incrementação econômica nas regiões subdesenvolvidas, além da problematicidade da obtenção de resultados positivos satisfatórios, seriam êstes, se conseguidos, de índices tão baixos e lentos que desapareceriam diluídos ante a extensão das populações a serem trabalhadas.

As vastas áreas asiáticas, africanas e latino-americanas subdesenvolvidas, de difícil penetração, onde a ignorância e a crendice de suas populações sobrepujam as de quaisquer outras por fôrça da inexistência de organização econômica, mesmo incipiente, e de conseqüente e contínuo fator educacional melhorador, só poderão reagir satisfatòriamente a uma campanha exclusiva pelo contrôle da natalidade forçadas pela miséria absoluta. O exemplo do que, já vem ocorrendo com resultados positivos, em países não subdesenvolvidos, de pequenas áreas e de fortíssima densidade populacional, demonstra que a existência de um grau de cultura coletiva satisfatória é indispensável à aceitação da campanha, de suas razões e dos resultados econômico-sociais reflexos.

Diante dêsse quádruplo aspecto — biológico, econômico, educacional e social como resultante — verifica-se que, em última análise, a campanha pela restrição ou contrôle da natalidade, para sua execução bem sucedida, precisa e tem que ser planejada conjugadamente com a aplicação contemporânea de medidas e procedimento paralelos de incentivos econômico-produtores nas regiões escolhidas.

Não cabe discussão, pensamos nós, sôbre se a redução da natalidade como medida isolada, se exeqüível, seria o alvo principal e necessário ao levantamento econômico da humanidade e conseqüente eliminação do pauperismo agudo hoje existente, ou se a implantação exclusiva de medidas que acarretem o desenvolvimento econômico, se possível, com suas conseqüências educacionais, seriam as condições básicas necessárias ao contrôle expontâneo da natalidade, ou através de sua propaganda.

No estágio populacional em que o mundo se encontra aquêles dois conceitos seriam certos ao exeqüíveis considerados isoladamente.

Todavia, ambos estarão fundamentalmente errados desde que qualquer planejamento que venha a ser elaborado para atacar o problema, que apresenta as duas referidas faces distintas mas interdependentes, não conjugue, a partir do seu início, paralelismo e concomitância de ação indispensável ao seu tratamento econômico e social, principalmente tendo em vista as lentas reações daquele.

Certo é que a melhoria econômica das regiões atualmente subsenvolvidas, em relação ao presente estágio dêsse subdesenvolvimento, possibilitaria às suas populações certo grau de educação que, por sua vez, permitiria melhor penetração e frutificação da idéia de contrôle da natalidade e mesmo a sua prática expontânea. A questão, entretanto, para a consecução dessa melhoria, reside no volume de romances financeiros a serem investidos nas mesmas. Se à humanidade fôsse possível trilhar a senda do pacifismo por fôrça de nova e efetiva política internacional das grandes potências, que promoveriam a auto-eliminação do seu poder letal, então não faltariam os recursos materiais e finaceiros necessários que transformariam a face do conturbado e angustiado mundo atual num verdadeiro. Paraíso, sem lutas sociais. Isto, todavia, é UTOPIA pura. A impudente política internacional vigente continuará promovendo, como até hoje, sob o signo absoluto do Egoísmo dominante, a redução periódica do potencial humano tanto pela miséria como através dos sangrentos morticínios da guerra, hoje facilitados pelo Poder Nuclear que os ampliará como queira o deus Marte, muito embora aquela redução possa não visar, possivelmente, como resultado aparente direto, objetivo e declarado, a violenta contração demográfica periódica da humanidade.

Os comentários, dissertações, estudos e manifestações opinativas em geral, pró e contra o contrôle da natalidade, constantes da literatura lançada à publicidade, nem sempre se fixam nos aspectos e condições do meio rural subdesenvolvido.

Entretanto, é necessário, por isso, não ficar olvidado que êsse meio rural, das regiões subdesenvolvidas, caracteriza-se pela incidência de numerosos fatôres negativos tais como:

— isolamento e abandono do homem ignorante aos seus próprios recursos e aos do meio em que sobrevive, mas que, todavia, poderia melhor mobilizar não fôsse a sua incultura;

— precariedade habitacional do rurícola confrontada a sua moradia típica com a do operário urbano, não favelado;

— desconhecimento tanto do relativo confôrto do operário urbano como das suaves condições em que aí se realizam os trabalhos domésticos, hoje facultados pela indústria através dos aparelhos, instrumentos, ferramentas e conjuntos mecânicos operacionais que produz mas que dificilmente penetram nos meios rurais das áreas subdesenvolvidas, por fôrça da sua incapacidade aquisitiva;

— deficiente ou nula assistência médica, farmacêutica e odontológica, mesmo retribuída, e seus reflexos sôbre a saúde regional;

— deficiente ou nula assistência jurídica e de segurança policial do rurícola conta a violência;

— precária ou nula assistência escolar e ausência dos mais comezinhos recursos culturais e de diversões;

— ausência generalizada de assistência técnica orientodora mínima e melhoradora

das rotineiras fainas de produção agrícola e pecuária de subsistência;

— continuidade de subordinação do rurícola e de sua indefensabilidade à permanente exploração e especulação do comércio intermediário, seu supridor e comprador, fatôres máximos de manutenção de sua penúria e desânimo;

— seu distanciamesto e conseqüente isolamento dos centros urbanos não só pela lonjura dos percursos a vencer como pelos maus caminhos, periòdicamente impraticáveis;

— fraco ou nulo retorno, às suas áreas, sob a forma de benfeitorias à comunidade, de fração dos impostos pagos ou dos proventos da industrialização de matérias primas agropecuárias que produz, utilizadas e comercializadas nos estabelecimentos urbanos;

— nula tendência do capitalismo de investir na produção rural;

— ação bancária desconhecida nessas áreas;

— fuga crescente de empresários das áreas da produção rural em busca de atividades menos problemáticas e mais lucrativas.

— • —

É em ambiente dêsse tipo, de difícil penetração, e de mais difícil recepção e aceitação de idéias e procedimentos novos que se preconiza a campanha de contrôle da natalidade.

Resta assinalar a irreal convicção unilateral, de sociólogos e economistas ocidentais, de que o agravamento das crises de produção alimentar, até uma situação de subnutrição generalizada e de fome mais intensa resultará, exclusivamente, da falta de combate ao aumento da densidade demográfica.

Esqueceram-se êles ou evitam propositalmente a focalização dos inesgotáveis recursos de aumento da produção mundial agropecuária a serem mobilizados, e de procedimentos outros que facultarão novas fontes de alimentos hoje desconhecidos, além da melhoria dos processos produtores agora existentes. Entre êsses fatôres de ampliação e melhoradores das condições alimentares mundiais sobressaem:

— A utilização de novas áreas para agricultura e pecuária, ainda não exploradas. Só no Brasil estas áreas devem abranger a cêrca de 400 milhões de hectares de terras em condições de serem trabalhadas.

— Descoberta e criação de novos produtos vegetais alimentares, além do melhoramento dos já existentes, através da conquista de novos procedimentos pela ciência agronômica;

— Melhoria progressiva na produção quantitativa e qualitativa de alimentos cárneos através da zootecnia, da genética, da bromatologia e da agostologia;

— Consecução de maior produtividade de carnes e vegetais pela aplicação de técnica crescentemente aperfeiçoada, resultante da pesquisa e desenvolvimento científico e garonômico;

— Utilização de produtos vegetais aquáticos ainda não explorados;

— Adoção de novos processos e equipamentos de captura na pesca marítima a várias profundidades, assim como na lacustre e fluvial;

— Consecução, pela ciência, de novos produtos alimentares. — O enorme desenvolvimento científico que estamos presenciando, que abrange um incomensurável campo de atividades, sempre de ampliação geométrica, deverá proporcionar ao homem, nestas próximas décadas, novos produtos alimentares insuspeitados no momento, de alto valor nutritivo e de baixos custos.

— • —

Entre os nossos estudiosos do problema da natalidade descontrolada e de sua relação agravante do subdesenvolvimento, avulta pela objetividade de seus trabalhos e estudos já divulgados, e segurança dos conceitos emitidos, o Dr. GLYCON DE PAIVA. Assinalou êsse estudioso que "O caminho claro de fuga ao subdesenvolvimento é o investimento na agricultura para aumentar a produtividade das fazendas, seguido do investimento no indústria para acomodar paulatinamente a população em êxodo, deslocada pela mecanização e pela tècnologia agrícola". Essa afirmativa é precedida e seguida de várias considerações próprias assim como de outras autoridades mundiais especializadas. Verifica-se, portanto, destas afirmações que o autor, embora focalizando com ênfase, em seus trabalhos, a questão demográfica por excelência, situou a redução paulatina do subdesenvolvimento na dependência de seu ataque conjunto sob dois ângulos: o do melhoramento econômico das zonas rurais produtoras, e do contrôle demográfico das regiões subdesenvolvidas, — *facilitado êste e possibilitado por um índice de cultura nascente resultante de melhoramento econômico paralelo, repetimos nós*, de acôrdo com a assertiva verdadeira de Marion Jones citada por GLYCON:... "o progresso social é um pré-requisito para medidas efetivas de contrôle populacional". Progresso social é, todavia, resultante de economia em desenvolvimento. Diz Marion Devis Jones, ainda nas citações de Glycon Paiva, que "uma população ràpidamente crescente *atrapalha* o progresso econômico e social". Não concordamos com o uso do verbo adotado nessa afirmativa nem com sua generalização. Uma população em crescimento rápido só *desequilibra* o progresso econômico e social do ambiente desde que êste progresso seja um poderoso indutor repentino dêsse aumento populacional só possível por efeito imigratório. Como os fenômenos demográficos, mesmo os de decréscimo populacional não estão sujeitos, normalmente, a variações instantâneas, ou rápidas, a não ser por fôrça de fatôres anormais, benéficos ou desastrosos, aquêle equilíbrio perturbado pela "população ràpidamente crescente" é passível de correção por administração capaz e consciente do fenômeno, cuja identificação obriga a atenção especial, dada a lentidão relativa de seu processamento diante dos efeitos de oportunos procedimentos administrativos.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E PREVISÕES

Segundo os recenseamentos nacionais realizados até 1960 e a estimativa de 1967, o crescimento da população brasileira vem se comportando conforme os quantitativos abaixo anotados:

A Agropecuária

Ano base

1872 — 10.000.000 habit.					
1890 — 14.334.000 "	+ 43,34% = 2,46%	média	p/ano		
1900 — 17.439.000 "	+ 21,66% = 2,16%	"	"	"	
1930 — 30.635.000 "	+ 75,67% — 3,78%	"	"	"	
1940 — 41.236.000 "	+ 34,60% — 1,73%	"	"	"	
1950 — 51.967.000 "	+ 26,00% = 2,60%	"	"	"	
1960 — 70.967.000 "	+ 36,56% — 3,65%	"	"	"	
1967 — 87.000.000 (estimativo) "	+ 22,59% = 3,22%	"	"	"	

Considerando-se a distribuição do total da população existente no país, nas áreas urbanas e rurais, por ocasião dos recenseamentos de 1940 — 1950 e 1960 os seus quantitativos percentuais foram os seguintes:

1940 — população urbana — 31%
população rural — 69%

1950 — população urbana — 36%
população rural — 64%

1950 — população urbana — 46%
população rural — 54%

Numèricamente aquela distribuição assim se comportou:

1940 — população *urbana* — 12.880.182
população *rural* — 28.356.133
1950 — população *urbana* — 18.782.891
— aumentou 45,8% sôbre 1940
população *rural* — 33.161.506
— aumentou 16,9% sôbre 1940
1960 — população *urbana* — 31.990.938
— aumentou 70,3% sôbre 1950
população *rural* — 33.161.506
— aumento 17,5% sôbre 1950

Os aumentos percentuais, médios anuais, dêsses dois grupos de população nos decênios acima considerados foram os seguintes:

De 1940 a 1950 — população urbana — taxa anual + 4,5%
De 1940 a 1950 — população rural — taxa anual + 1,6%
De 1950 a 1960 — população urbana — taxa anual + 7,0%
De 1950 a 1960 — população rural — taxa anual + 1,7%

Êsses números sugerem os comentários seguintes:

Considerando-se que o supra verificado aumento de população rural não se processou devido a fatôres imigratórios, pois que o ambiente sócio-econômico ali reinante não reduz a ninguém, e constatados os seus baixos índices anuais de aumento (de 1,6% de 1940/50 e de 1,7% de 1950/60), e que a imigração do rurícola para as áreas urbanas *é absolutamente preponderante entre as camadas de adultos solteiros*, não se poderia fugir à conclusão de que o elevado índice de aumento demográfico do país pesa principalmente sôbre as populações urbanas.

Se tal de fato ocorresse, após verificação confirmadora e estudos de especialistas, o combate à natalidade excessiva seria facilitado, pois que o campo de ação principal da campanha seria a cidade, de fácil acesso e penetração.

Dados referentes a estudos demográficos realizados pela ONU e divulgados pelo "Mensário" da Confederação Nacional do Comércio, n.º 56, de janeiro de 1966, indicam que a população mundial, em 1964, havia atingido 3.283 milhões de sêres humanos, prevendo um aumento de 65 milhões por ano. Nestas condições, em 1980, a população mundial seria da ordem de 4,3 bilhões. A taxa média anual de crescimento seria de 1,93% no referido período — 1964 — 1980.

As perspectivas de aumento da população brasileira, tendo-se em vista a sua taxa média de crescimento anual verificada no decênio 1950/1960 seriam a de sua quase duplicação no ano 2000.

— • —

PRODUÇÃO NACIONAL — ANÁLISE — CONSIDERAÇÕES E COMENTÁRIOS

Pelo que foi exposto até aqui e, diante da variada literatura esparsa, divulgada através da imprensa diária e da especializada, verifica-se que apenas um aspecto do problema constituído pela carência mundial de alimentos, atual e futura, foi encarado com relevância quase absoluta pelos seus debatedores, sociólogos e economistas — a redução urgente da natalidade — principalmente entre os incapacitados pelo subdesenvolvimento de produzirem mais e com eficiência. Os capacitados, tanto pelo índice econômico conseguido como pela resultante educação adquirida, já vêm praticando, expontâneamente, aquêle contrôle de natalidade visando a família planejada.

O outro aspecto, que transcende a todos os mais — o da urgentíssima ampliação de produção de alimentos —, apesar disso não tem merecido a devida atenção analítica, embora encerre êle imprescindível, indisfarsável e intranferível importância capital. Essa importância capital abrange aqui dupla significação, ambas terrivelmente expressivas como significado punitivo: a que lhe confere o caráter básico, fundamental de redução da natalidade, e aquela outra, sinistra porque visível, de eliminadora das vidas condenadas pela desnutrição progressiva endêmica, e pela fome intensa, epidêmica.

É evidente que a obtenção de resultados positivos no que concerne à redução da natalidade nos meios rurais subdesenvolvidos, dependerá, portanto, do aumento das respectivas produções de alimentos, sob índices de produtividade que a tècnologia agronômica faculta, desde que aplicada.

As massas populacionais das regiões subdesenvolvidas e, por isso mesmo, ignorantes e abandonadas de assistência, já vem trabalhando, contra si, um forte índice de mortalidade total. Entre nós e consideradas apenas as capitais de 13 Estados brasileiros, o seu índice de mortalidade total, em 1966, atingiu a média de 12,6 por cem habitantes, podendo-se, portanto, aquilatar o volume dêsse índice em relação às populações rurais do país.

— • —

Considerada a situação nacional de produção rural sob pequenas flutuações anuais, os discutíveis efeitos da nossa chamada Explosão Demográfica têm sido agravados pelo relativo estacionamento de produção e produtividade agropecuárias conseguidas, ou mesmo pela sua retração diante dos índices de crescimento populacional verificados.

Os dados que agora passaremos a consignar em prosseguimento a êste trabalho confirmarão o que dissemos linhas atrás;

1.º) PRODUÇÃO AGRICOLA NACIONAL das CULTURAS PERMANENTES no Período de 1952 a 1967.

Resultado de estudo comparativo da evolução quantitativa de sua tonelagem total (sem especificação de produtos) quanto a Áreas Cultivadas, Rendimentos por Ha e Produções Obtidas em função da taxa anual de crescimento demográfico médio no mesmo período.

— *Área Cultivada* —
— Taxa percentual, média de crescimento anual constatada no período (calculada tendo em vista as variações verificadas cada ano em relação ao anterior) = + 1,5%.

A taxa anual média de aumento demográfico (3,8%) superou em 1,3% a taxa anual média de ampliação da Área Cultivada.

— *Rendimento por Ha* —
— Taxa percentual, média anual, constatada no período (calculada tendo em vista as variações verificadas cada ano em relação ao anterior) = + 5,0%

A taxa de Rendimento por Ha superou a de crescimento da população em 1,2% ao ano;
Superou também a da área cultivada em 3,5%

— *Produção Obtida* —
— Taxa percentual, média anual, constatada no período (calculada tendo em vista as variações verificadas cada ano em relação ao anterior) = + 5,6%

Esta taxa superou a de Aumento Demográfico (3,8%)
em 1,8%;
em 0,6% a do Rendimento por Ha.;
em 4,1% a do aumento da Área Cultivada

Aos aumentos verificados tanto no rendimento por Ha como na produção obtida não é extranha à ampliação das áreas de cultura em novas zonas ou regiões de terras virgens durante o período aqui considerado, de quinze anos. Esta observação é válida também para as culturas temporárias.

2.º) PRODUÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL das CULTURAS TEMPORÁRIAS no Período de 1952 a 1967

— • —

Resultado de estudo comparativo da evolução quantitativa de sua tonelagem total (sem especificação de produtos) quanto a Áreas Cultivadas, Rendimentos por Ha. e Produções Obtidas em função da taxa anual de crescimento demográfico médio no mesmo período.

— • —

— *Área Cultivada* —
— Taxa percentual, média anual, constatada no período (calculada tendo em vista as variações de cada ano em relação ao anterior) = + 4,1%

Esta percentagem superou em + 0,3% a taxa média de crescimento atual da população.

— *Rendimento por Ha.* —
— Taxa percentual anual constatada no período (calculada tendo em vista as variações de cada ano em relação ao anterior) = + 4,1%

A taxa de aumento médio anual da população (3,8%) ultrapassou a de Rendimento por Ha. em 2,8%
Foi ultrapassada em + 3,1% pela de Área Cultivada.

— *Produção Total Obtida* —
— Taxa percentual, média anual, constatada no período (calculada tendo em vista as variações de cada ano em relação ao anterior) = + 5,2%

Esta superou
Em + 1,4% a de crescimento da população;
em + 1,1% a de áreas cultivadas; e
em + 4,2% a de Rendimento por Ha.

Tendo em vista o crescimento populacional do país, cuja taxa média anual de aumento, no período considerado, atingiu a 3,8%, o resumo abaixo fixa, em relação a esta como base, as taxas médias anuais da nossa produção agrícola nos 15 anos considerados.

— • —

Culturas Permanentes
— Área Cultivada = 2,3% abaixo da taxa de aumento demográfico.
— Rendimento por Ha = 1,2% acima da taxa de aumento demográfico.
— Produção total obtida = 1,8% acima da taxa de aumento demográfico.

Culturas Temporárias (Responsáveis absolutas pelo propiciamento da maior massa de alimentos ao país).
— Área cultivada — 0,3% acima da taxa de aumento demográfico.
— Rendimento por Ha — 2,8% abaixo da taxa de aumento demográfico.
— Produção total obtida — 1,4% acima da taxa de aumento demográfico.

3.º) Como ficou demonstrado, o aumento anual médio da Produção Agrícola das Culturas Temporárias, de 1952 a 1967, atingiu a taxa de 5,1%, e a do Aumento Demográfico anual, no mesmo período, foi de 3,8%, restando, portanto, um saldo percentual a favor da Produção Agrícola de Alimentos de, tão sòmente, 1,4% por ano.

Considerada a produção agrícola das Culturas Permanentes, também no período de 1952 a 1967, a sua taxa média anual de aumento percentual foi de 5,6%. Diante daquela taxa média anual de crescimento demográfico acima registrada (3,8%) foi conseguido um aumento positivo na Produção de apenas 1,8%.

Resta frisar, todavia, que dos totais brutos da produção global agrícola registrada nos Anuários do IBGE devem ser deduzidas, para melhor julgamento, as médias aproximadas de cêrca de 25% constituídos de produtos não alimentares da classe das Culturas Temporárias, assim como 75% correspondentes a produtos do grupo das Culturas Permanentes, integrando esta percentagem não só os grandes produtos de exportação, excedentes do consumo interno, como também os de utilização industrial não alimentar, consumidos no país e exportados.

Diante de mais essas conside-
não considerada neste trabalho,
rações e da "quebra" de safras sofrida pelos produtos agrícolas alimentares não período entre sua colheita e respectiva entrega ao consumidor — "quebra" esta motivada por vários fatôres entre os quais devem ser assinalados o deficiente preparo do produto após colheita; seu "benefício" redutor da tonelagem computada na estatística; o seu precário armazenamento pelo produtor; a ação de gorgulhos, roedores e formigas; a deficiente aparelhagem transportadora rural e os maus caminhos convergentes para os centros municipais de comercialização, providos na generalidade de armazéns deficientes; as perdas nos transportes dos produtos para os grandes centros de consumo e, finalmente, na sua embalagem e distribuição do atacadista ao

A Agropecuária

comércio varejista e dêste ao consumidor — pode-se admitir que a relação das percentagens focalizadas linhas atrás deve sofrer sensível redução, agravadora do desequilíbrio já evidenciado anteriormente entre o crescimento populacional verificado e as disponibilidades de alimentos de origem agrícola.

Os comentários acima alinhados têm, como seu respaldo comprovante, demonstrando insuspeitamente a escassez da nosso Produção, o recurso importador, freqüente e regularmente utilizado para sanar as deficiências nacionais de produtos alimentares básicos, resultantes de contínuas e comuns anomalias verificadas nos ciclos das respectivas culturas.

Tornam-se necessários e mesmo indispensáveis êsses comentários porque as quotas anuais da produção vegetal por habitante, obtidas segundo os volumes da produção consignada nas estatísticas dos anuários do IBGE, seriam não apenas satisfatórias mas abundantíssimas e mesmo grandemente excedentes segundo passaremos a demonstrar, anulando elas, portanto, aos olhos dos observadores menos avisados, a razão de todos os comestários sôbre os baixos níveis da nossa produção de alimentos. Essas quotas seriam as seguintes:

ANO	Produção das culturas *Temporários* Quota por habitante ano	Produção das culturas *Permanentes* Quota por habitante ano
1952	1.154 kg	225,0 kg
1953	1.180 "	225,0 "
1954	1.125 "	226,0 "
1955	1.216 "	231,0 "
1956	1.241 "	226,8 "
1957	1.293 "	235,9 "
1958	1.271 "	260,8 "
1959	1.321 "	314,8 "
1960	1.327 "	310,6 "
1961	1.393 "	319,2 "
1962	1.424 "	324,6 "
1963	1.443 "	334,4 "
1964	1.459 "	300,5 "
1965	1.602 "	342,2 "
1966	1.578 "	323,4 "
1967	1.578 "	344,9 "

Sôbre a suficiência alimentar dos quantitativos acima assinalados, seriam óbvios quaisquer comentários desde que houvessem existido.

— • —

Quanto a carnes em geral — (de tôdas as espécies domésticas — aves, pequenos, médios e grandes animais), a produção nacional pode ser apreciada através do quadro abaixo que demonstra a sua evolução de 1962 — ano-base analítico — a 1967.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL NO QÜINQÜÊNIO 1963-1967

Ano-base de comparação — 1962

ANOS	Carne produzida (em carcaças) (toneladas)	Diferenças de produção de cada ano s/o anterior	Disponibilidades per capita dia da carne produzida
1962 +	1.997.683	—	72,7 gramas
1963	1.990.877	— 0,34%	70,3 "
1964	2.081.318	+ 4,5%	71,4 "
1965	2.165.695	+ 4,0%	72,1 "
1966	2.198.318	+ 1,5%	71,1 "
1967	2.255.983	+ 2,6%	71,3 "

NOTA: + ano-base.

— Média anual de aumento vegetativo da população no qüinqüênio sôbre a do ano-base 3,0%
— Aumento da produção (taxa média anual apurada das diferenças de cada ano sôbre o anterior) 2,4%
— Taxa excedente de crescimento vegetativo da população sôbre a de aumento da produção .... + 0,6%
— A disponibilidade média, per capita, de 1967 em relação ao ano-base de 1962, baixou de 1,9% (2,0%)
— Quota média diária per capita, no quinquênio 71,2 gramas.

EXPORTAÇÕES DE CARNES NO PERIODO
(Toneladas)

1962 (base)	—	25.088
1963	—	19.586
1964	—	28.214
1965	—	55.630
1966	—	37.372
1967	—	20.017

ANOS	SALDO DA PRODUÇÃO TOTAL DEDUZIDOS OS QUANTITATIVOS EXPORTADOS	DISPONIBILIDADES PER CAPITA DIA PARA CONSUMO INTERNO
1962	1.972.259	71,7 gramas
1963	1.971.291	69,6 "
1964	2.053.104	70,4 "
1965	2.110.065	70,3 "
1966	2.160.946	69,9 "
1967	2.235.966	70,7 "

— Quota média diária de carne per capita, (deduzida a exportada) no qüinqüênio 1963 — 1967 .... 70,1 gramas

Considerada a produção exclusiva de carne bovina no período analizado, o seu comportamento foi o seguinte:

PRODUÇÃO EXCLUSIVA DE CARNE BOVINA

1962	—	1.355.958	
1963	—	1.360.928	+ 0,36
1964	—	1.437.185	+ 5,6
1965	—	1.496.849	+ 4,1
1966	—	1.452.331	— 3,0
1967	—	1.505.502	+ 3,6

— Média anual de aumento no qüinqüênio — 2,1%

— Aumento vegetativo da população — 3,0%

— Deficit da produção anual em relação à taxa anual de crescimento demográfico

— Quota média diária per capita, de total da carne bovina, no qüinqüênio 1963 — — 1967 — 48,1 gramas

— Quota média diária per capita do saldo da carne bovina produzida, deduzidos os quantitativos exportodos durante o quinquênio — 47,2 gramas

PESCADO

A produção nacional do Pescado, inclusive moluscos, crustáceos, mamíferos aquáticos, quelônios, etc., atingiu aos seguintes quantitativos no período de 1964 a 1967:

1964 — 377.008 toneladas
1965 — 422.289 "
1966 — 435.787 "
1967 — 429.422 "

O aumento constatado em 1967 sôbre 1964 foi de 13,9%

A média de aumento anual atingiu a 3,4%

Em 1967, pela produção registrada, a quota teórica aritmética de consumo per capita dia, sem dedução do volume exportado, seria de 13 gramas de pescado não eviscerado, que corresponderia, talvez, a 10 gramas úteis, dose esta verdadeiramente farmacêutico-homeopática.

Entretanto, aquêles totais anuais ainda foram reduzidos pelas exportações havidas:

Em 1964 de 1.819 toneladas
em 1965 de 2.438 toneladas
em 1966 de 2.968 toneladas, e,
em 1967 de 2.220 toneladas

— • —

SITUAÇÃO NACIONAL

Pelos dados expostos verifica-se que, em matéria de recursos alimentares provenientes da nossa produção, estamos situados num estreito altiplano, de elevação insuficiente ante as necesidades nacionais de área reduzida que poderíamos chamar de vértice ou aresta onde, pela sua exigüidade, o equilíbrio alimentar do país é dificílimo frente às taxas nacionais de desenvolvimento demográfico vegetativo e aos frequentes fatôres adversos (metereológicos, pragas e pestes) prejudiciais ao rendimento do esfôrço de produzir e redutores de quaisquer sobras como margens de segurança abastecedora, indiscutivelmente necessárias a qualquer país.

A migração do rurícola para os centros urbanos visando ocupação menos dura e melhor retribuída, quer na rural quer seja na indústria ou em outras atividades — migração decorrente não só da mecanização agrícola acentuadora da liberação de fôrça braçal rural, como também dos resultados tão instáveis obtidos do seu antigo esfôrço diuturno e empobrecedor de produzir sem visão de menos obscuros horizontes, e, por fôrça ainda do chamariz constituído pelo propalado surto de industrialização do país —, vem determinando, pela ausência de um satisfatório aparelhamento material da nossa agropecuária, um encarecimento crescente e alarmante das colheitas não só pelo respectivo custo devido a carência de braços nos momentos intransferíveis de sua realização como também pela sua imperfeição executória devido ao braço utilizado, pouco experiente, indistintamente catado, inclusive entre as populações marginais dos pequenos centros urbanos do nosso interior.

— • —

O declínio da produção agropastoril do país frente aos índices de crescimento demográfico vegetativo verificado, ou o seu estacionamento, ou, mesmo, na melhor das hipóteses, o seu aumento a uma taxa insuficiente que nos acoberte das carências alimentares tão frequentemente sofridas, verificado o que se constatou na análise estatística procedida, torna-se impositivo que se promovam maiores investimentos naquele campo de produção. A própria concentração relativa da indústria de alimentos, nas regiões de maior produção agrária do país e que vem funcionando na base de uma larga ociosidade crescente de sua capacidade, de efeitos ruinosos a curto prazo, justifica a necessidade de uma nova corrente de capitais de origem não agrícola a serem investidos para incremento urgente das atividades rurais produtoras.

Mesmo que os baixos lucros líquidos, poucas vêzes auferidos pelos produtores rurais, sejam por êstes reinvestidos, sistemàticamente, no desenvolvimento quantitativo e tecnológico de suas respectivas explorações, não permitiriam êsses problemáticos reinvestimentos de baixa renda líquida problemática obtida, elevar substancialmente a massa de produção alimentar a níveis compatíveis com as necessidades crescentes do país. Os custos atuais da tecnologia aplicada ao melhoramento quantitativo e qualitativo da produção rural de alimentos, ou de matéria-prima para industrialização, está acima da capacidade financeira dessa classe de produtores, principalmente dos que se restringem à exploração de áreas médias e pequenas. A aparelhagem tecnológica melhoradora dos índices de produção rural é dispendiosíssima e, por isto, proibitiva a êsses produtores. As próprias grandes emprêsas, que possuem condições financeiras para vastos cometimentos, além de disporem de organização técnica própria, necessitam de eficiente organização não só de ação executiva como de contrôle contábil, indispensável tanto para identificar e eliminar perdas, como para apurar os reduzidos lucros eventuais de cada ano rural.

A Agropecuária

A atividade produtora rural não permite largos proventos mesmo às grandes emprêsas. Ela, além de ser exigente e dispendiosa, depende, tanto quanto as pequenas, de fatôres que ainda hoje escapam ao contrôle do homem, tais como os meteorológicos. Os biológicos — como as pragas, as pestes eventuais — também são de contrôle difícil, ou mesmo impossível, tais sejam sua intensidade e virulência, além do acontecimento acidental de desastres físicos destruidores, não previstos, tais como incêndios e inundações.

As condições expostas, e os fatôres maléficos relacionados, abrangem, e restringem, a produção rural de todos os países, quer sejam êles desenvolvidos ou não. Daí a humilhante ou depreciativa mas sobretudo depressiva posição sempre solicitante da agropecuária mundial como atividade através de seus promotores e empresários.

Diante dêste último aspecto doloroso e da ausência de promoções melhoradoras dessa situação tanto dos Govêrnos como das demais classes ou grupos produtores que necessitam de tranquilidade para permanecerem tem-se a impressão, até, de que o equilíbrio sócio-econômico e político do mundo nada tem a ver com aquela atividade básica agropecuária.

— • —

Tanto os países desenvolvidos quanto os demais sofrem das contingências restritivas que temos relatado.

Por isso o fenômeno, aparentemente contraditório, de redução numérica das pequenas unidades rurais de produção para sua aglutinação constitutiva de grandes unidades produtoras, econômica, financeira e tècnicamente mais eficientes na função de produzir em melhores condições de custo. Essa evolução para melhor, forçada pela carência alimentar, vem se observando em vários países, principalmente na Alemanha Ocidental, onde a propriedade rural fôra sendo crescentemente subdividida ao ponto de se tornar prática e economicamente imprópria às práticas agrícolas. Entre seus efeitos figura a liberação do braço pela mecanização intensiva. A redução das pequenas propriedades dêsse país aglutinadas em unidades de áreas maiores sob trabalhos mecanizados já atinge mais de 500 mil unidades, resultando para a nação não só mais braços para as indústrias como uma produção atual agropastoril elevada que já atendeu a cêrca de 78% das suas necessidades consumidoras, segundo tem sido proclamado na imprensa.

Nos Estados Unidos, apesar de sua produção vir sendo, de há muito subvencionada sob várias modalidades pelo Govêrno Federal, conforme a política externa do Estado, tem havido, nos últimos anos, forte descontentamento de seus fazendeiros por fôrça tanto da elevação contínua dos custos dos insumos e demais produtos necessários à agropecuária como pela adoção, segundo o clamor geral dos produtores, da política oficial de barateamento dos alimentos aos consumidores.

Os próprios subsídios, sob várias modalidades, ali concedidos pelo Govêrno Federal à produção, comprovam a insuficiente remuneração ao produtor rural pelo seu trabalho, prejudicado também por fatôres contrários incontroláveis.

Já em meados de 1967 generalizou-se uma onda de protestos entre os fazendeiros das planícies centrais americanas, cuja extensa área que abrange 5 Estados da região (Colorado, Nebraska, Kansas, Wisconsin, Iowa) é o celeiro dos Estados Unidos. A sensação dominante era a de que o fazendeiro estava esquecido e subsidiando com seus prejuízos a maioria consumidora.

Mesmo entre os grandes produtores rurais a situação era a de obter, pela venda da produção conseguida, quantia igual ao seu custo contábil, havendo lucrado apenas, no período, "o prazer de morar na Fazenda".

Segundo depoimentos vários, "o débito agrícola está se elevando a um nível perigoso. A renda agrícola não é suficientemente alta para saldar as dívidas e os fazendeiros não poderão continuar, indefinidamente, vivendo de dinheiro emprestado". O aumento do débito agrícola foi observado pelo Banco Federal de Reserva de Chicago em relatório de meados de 1967. Êsse Banco, situado no centro do "cinturão" de milho e laticínios do país, abrangendo Michigan, Illinois, Indiana, Wisconsin e Iowa denunciava, já em 1966, um aumento de 15% de créditos, em débito, para financiamentos de produção rural e compra de maquinaria agrícola. A grita contra os preços de venda abaixo dos custos estendeu-se também à pecuária de corte e leiteira, prevendo-se, entretanto, subsequente reação dos preços por fôrça da retração produtora. Constatou-se que poucos são os jovens que, na emergência atual, ingressam nas atividades de produção rural, e isto pelas desvantagens que esta vêm apresentando. A média de idade dos empresários rurais é progressivamente mais avançada. Considerava-se, na região do meio oeste, que o aspecto da crise é bem mais sombrio que aquêle de após a II Guerra Mundial.

Em meados de 1967, pela insatisfação existente nas áreas rurais produtoras citadas, foi assentada marcha coletiva de tratores rurais sôbre Washington para protestar contra a situação, e levada a efeito a greve do leite.

A situação da agricultura européia não é mais animadora.

A Itália e a França, com programas reformistas, estão atuando no sentido de, pela redução de pastagens, aumentar suas áreas de cultura sob modernos métodos de trabalhos agrícolas mecanizados a fim de, reduzindo os deficits das respectivas produções, atender melhor as necessidades consumidoras crescentes de suas populações.

A evidência mundialmente reconhecida e aceita, tanto nos países ocidentais como nos orientais, da imperativa necessidade da predominância de grandes áreas de cultura nas explorações rurais, exigidas para maior rendimento econômico através da moderna tècnologia aplicada que envolve a mecanização máxima de todos os seus trabalhos e que pode facultar, portanto, menos elevado custo da produção nelas obtida; a evidência, também, dos males inversos do minifúndio hoje constatados, nos leva a esperar uma reforma agrária nacional encaminhada por sendas mais convenientes à economia do país, graças à clarevidência dos homens que a orientam e dirigem.

Nos Estados Unidos, nos últimos 5 anos, desapareceram 5.600.000 propriedades de pequeno porte que, aglutinadas, permitiram a organização de unidades agrárias mais extensas, e por isso, de valôr econômico mais elevado. Essa evolução assinalada pela revista "Fortune" em 1958 não parece que haja influído nos conceitos atuais da reforma agrária brasileira.

Pelo que já sabemos através de publicações especializadas, de escassa leiteratura e do nosso noticiário econômico, aliás nem sempre atento ao que ocorre de importante na esfera agropecuária mundial, não poderíamos deixar de transcrever, pela sua clareza e oportunidade, da Secção — Opinião — da revista

especializada "Coopercotia" de maio último, trechos da seguinte matéria ali divulgada e comentada:

"SICCO L. MANSHOLT, duas vêzes Ministro da Agricultura da Holanda e que exerce desde 1958 o cargo de vice-presidente da Comissão Executiva do Mercado Comum Europeu (MCE), está empenhado de corpo e alma na campanha em prol da revolução da agricultura européia. Afirma êle que se essa revolução não se processar dentro dos próximos doze anos haverá dramática defasagem de desenvolvimento entre os setores rural e industrial.

O chamado Plano Mansholt, divulgado em dezembro de 1968, parte do princípio de que nos seis países-membros do MCE *a política agrícola se torna cada vez mais dispendiosa*. As seis nações gastarão em 1969, 11 bilhões de francos para melhorar as estruturas e mais 11 bilhões para sustentar os mercados *sob a forma de subvenções*.

No entanto, a despeito dêsses 22 bilhões de francos, "nunca a agricultura européia esteve em piores condições". Nos últimos anos verificaram-se diversos sinais de profunda inquietação e *até mesmo agitações de camponeses em vários países da Europa*.

Mansholt aponta a causa dessa triste situação: "A renda dos agricultores continua sendo 30% inferior à dos outros grupos profissionais comparáveis".

Prosseguindo, diz o vice-presidente da Comissão Executiva do MCE que no plano da indústria os salários tendem a ser duplicados no decorrer dos próximos quinze anos. Conseqüentemente para manter a paridade dos agricultores com os operários será preciso que a renda agrícola triplique nesses 15 anos.

Mansholt acha que sòmente existem dois caminhos para se conseguir tal aumento da produtividade agrícola:

Metade dos 10 milhões de agricultores europeus deverá abandonar a terra nos próximos doze anos, quer deslocando-se para outros setores quer mediante aposentadoria garantida pelo Estado.

Os que permanecerem no campo deverão ampliar e desenvolver as atividades a que se dedicam, seguindo os moldes dos métodos industriais.

O dirigente do MCE observa que atualmente a mecanização intensiva dos campos, realizada com ajuda de subvenções governamentais, alcança resultados desastrosos *em vista da exígua dimensão das áreas exploradas*.

Para levar avante os projetos abrangidos nos dois itens anteriores será necessário que durante dez anos os países sacrifiquem até 6% de seus orçamentos nacionais em benefício da agricultura.

Após essas despesas iniciais, segundo Mansholt, será reencontrado o equilíbrio, garantindo-se ao mesmo tempo vida decente aos camponeses. Resultaria daí nova harmonia entre as cidades e os campos.

Mas o que nos impressiona sobremaneira (diz o comentarista) é que também na Europa dos Seis — o MCE com alto índice de desenvolvimento econômico — existe o grave problema do empobrecimento da agricultura, por causa de sua baixa rentabilidade. Os governos são obrigados a subvencionar produtos da terra para que a agricultura sobreviva".

Feita esta rápida digressão apreciativa sôbre as condições econômicas agropastoris das principais nações ocidentais consideradas desenvolvidas, desnecessários seriam por supérfluos quaisquer exames e comentários adicionais que assinalassem o estado daquelas mesmas atividades nos países não desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento, ambos, geralmente, também, sob taxas elevadas de aumento vegetativo das respectivas populações. Essa situação, diuturnamente divulgada pelo noticiário escrito e falado, assim como pela literatura especializada, é de pleno conhecimento tanto no que se refere à situação produtora carencial agropastoril que os afeta, como seus graves aspectos gerais ou particularizados.

O PROBLEMA FINANCEIRO DA PRODUÇÃO

Além do aumento vegetativo das populações, o grave problema que vem afetando a produção agropecuária mundial, principalmente a partir da segunda década dêste século, dificultando e impedindo crescentemente mesmo, a partir dessa época, a alimentação satisfatória de grandes grupos populacionais do planêta é o constituído, em última análise, pelo custo elevadíssimo de aplicação da tècnologia moderna à produção agropastoril para obtenção de rendimentos elevados de produção. Frente aos baixos lucros auferidos pelos produtores rurais, em tôdas as épocas conhecidas e em todos os países, decorrente dos preços insatisfatórios os seus esforços de produzir alimentos; diante da impossibilidade vigorante ainda hoje, de resistir às baixas ofertas pela ausência de infra-estrutura própria que lhes faculte essa resistência e, antigamente pelo poder da fôrça extorsiva dos senhores e magnatas urbanos, seus substitutos, temos tido e presenciado até hoje a permanente probreza do meio rural, que atinge as raias da miséria em certas regiões não só brasileira como de numerosos outros países.

O crédito financeiro, como discutível auxílio valioso à produção rural, em sua generalidade, aqui e lá fora, tem funcionado apenas como o necessário entorpecente destinado a, embaindo o produtor, prejudicar-lhe o discernimento claro, conservando-o assim na gleba, pelo máximo tempo possível, para a consecução de sua produção indispensável à coletividade. A própria segurança jurídica de sua condição de proprietário da unidade rural desaparece frente aos ônus dos financiamentos creditícios recebidos, de restituições problemáticas. Esta situação final, que provoca o máximo apêgo do produtor à sua condição combalida de proprietário, assegura perpetuidade de sua permanência, no eito da produção rural, muito embora sempre sacrificado, à espera, entretanto da ilusória safra salvadora do ano seguinte, sempre transferida.

Êste quadro, que muitos acharão exagerado, não é apenas o real e específico retrato do que se passa nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Êle o é também dos produtores rurais dos grandes países desenvolvidos.

O regime escravocrata, tanto nas suas diversas modalidades antigas e medievais como nas modernas, foi a única condição capaz de permitir fortunas tanto aos senhores como aos proprietários rurais da época, que acumulavam também a condição de criadores de cativos, crioulos produzidos pelos importadores, fator êste de valor não só específico como de maior e crescente produtividade rural. Essa fase passou, restando delas, hoje, apenas as fortunas remanescentes ainda sólidas porque aplicadas em outras atividades.

Presentemente, só as emprêsas rurais de envergadura, possuidoras de sólidos recursos, conseguem estabilidade rentábil graças às possibilidades financeiras que têm de aplicações da tècnologia moderna. Todavia, ainda assim, o custo desta, pela sua altitude em relação aos valôres dos produtos que proporciona, reduz a algumas unidades apenas os lucros percentuais líquidos dessas explorações, que não atingem a classe das dezenas.

A Agropecuária

As possibilidades financeiras dos lucros agrícolas são tão pouco freqüentes e êstes tão baixos que o seu reinvestimento mesmo que sistemático, na exploração das propriedades médias e pequenas e nas grandes sem sólido respaldo financeiro, não permitiria a adoção e utilização plena da técnica agronômica e da mecanização agrícola atual, fatôres êsses em evolução constante.

Nos próprios Estados Unidos há poucos anos atrás (2 ou 3), os investimentos só *para equipamento* de uma propriedade de 250 ha exigiam cêrca de 200 mil cruzeiros novos na nossa moeda. Por isso, as subvenções oficiais, sob várias modalidades, concedidas aos produtores rurais dos vários países, inclusive dos superdesenvolvidos.

No Brasil, onde a população rural coresponde ainda a cêrca de 54% da total, a sua percentagem de crescimento médio anual no decênio de 1950/60 sôbre o de 1940/50 foi de 1,7% enquanto que, nos mesmos períodos comparados, o da população urbana foi de 7%. Estas enormes diferenças percentuais de crescimento, muito mais acentuadas nos países superdesenvolvidos é que vêm forçando as subvenções concedidas pelos governos aos produtos alimentares destinados às populações urbanas, produtos êsses de custos crescentemente mais elevados pois que se avolumam, exclusivamente, pela ação de uma técnica aplicada dispendiosíssima, tanto em função dos novos insumos preconizados como de tôda a aparelhagem indispensável. Diante dêsses fatos, pois que podem ser constatados por quem quer que seja e a qualquer momento, aqui, ali, lá ou acolá, a rentabilidade financeira da agropecuária é de baixos índices como já assinalamos, não ultrapassando, infelizmente, os fracos limites de apenas algumas minguadas unidades percentuais. Isto, entretanto, nos anos de condições satisfatórias. E todos nós, lavradores, agrônomos e economistas, sabemos que êstes são de ocorrência moderadíssima.

Em 1967, ORVILLE L. FREEMAN, então Secretário de Agricultura dos Estados Unidos, num seu trabalho publicado sob o título "O Mundo no Ano 2000" teceu uma série de comentários valiosos pelas verdades que encerravam e que continuam mais válidas hoje, tanto em relação ao que de maléfico atingirá o mundo superpovoado, desprotegido das medidas acauteladoras que delineou, como aos resultados benéficos destas, desde que aplicadas.

Após considerações e conclusões terrificantes disse êle que "se nada fôr feito para modificar as atuais tendências" (pelo aumento da produção e desaceleração do crescimento da população) "o panorama do ano 2000 será, na verdade aterrador. Se nada fôr feito, repito, poderemos esperar então, o seguinte, no ano 2000: — Um mundo onde as nações desenvolvidas sacrificariam a compaixão no altar da sobrevivência — alimentando sòmente a si próprios enquanto se encolheriam por trás das fronteiras das armas e das tarifas".

Se essas previsões, alinhadas para dar maior ênfase ao que deve ser praticado para evitálas, e que o articulista assinala no seu trabalho, se consubstanciarem em fatos, não acreditamos que o encolhimento dessas grandes nações, protegidas pela fronteira tarifária e de suas armas, permaneçam incólumes ao vendaval social que varrerá o mundo e cujos primeiros sopros já se têm feito sentir.

Não sendo elas auto-suficientes e necessitando, portanto, do comércio internacional, seriam atingidas por desastres econômicos e movimentos sociais internos inevitáveis.

Depois de prever a solução da equação população-alimento e de delinear como conseqüência, as futuras melhores condições mundiais a serem conseguidas até o ano 2000, diz Freeman, em prosseguimento e entre outras cousas que, entretanto, para isso

"serão necessários recursos. Serão necessários meios de organizar recursos e aplicar conhecimentos. Será necessária uma compreensão ampla de urgência do problema. Serão necessárias habilidade e determinação".

"Porém os esforços para vencer a guerra contra a FOME não podem ser limitadas a governos sòmente". Diz êle ainda e prossegue:

"Isto é verdadeiro porque existe, afinal, a questão prática do dinheiro. O capital de investimento provém em sua maior parte, não do Govêrno, mas da iniciativa privada.

Assim também a iniciativa privada é o mais eficiente mobilizador e administrador de tècnologias e recursos".

Sugere êle, também, às nações em desenvolvimento, "políticas de preços mais versáteis, para encorajar os seus agricultores a utilizarem os recursos necessários".

Seria absurdo discordar-se dos pontos de vista fundamentais delineados no trabalho que comentamos.

O grande problema, entretanto, é aquêle da necessidade de grandes investimentos para acelerar a produtividade agropastoril e ampliar ao máximo o volume da produção em tempo oportuno.

Que é uma responsabilidade fundamental da iniciativa privada não há dúvidas. Que aos Governos compete promover medidas que encorajem a produção, também não há dúvida.

Todavia, como encorajar a iniciativa privada a maiores investimentos numa atividade produtora que proporciona normalmente baixos lucros e isso mesmo nos anos de ocorrências satisfatórias? Esperar-se que o produtor agrário profissional, como classe, que não pode ou não pôde ainda fugir à sua condição, consigne maiores índices de produção até a consecução do equilíbrio entre volume produzido e a massa consumidora, apenas com o reinvestimentos dos seus problemáticos e parcos lucros anuais, não é apenas utopia, é simplesmente ignorância crassa, pura e simples, do que se passa nos mundos da produção agropastoril, do comércio de seus produtos, dos financiamentos bancários a essa atividade e do peso-custo da atual tecnologia a ela aplicada, inclusive da mecanização generalizada de seus trabalhos. Isto significa a ineficácia da técnica agronômica atual e da correspondente tecnologia aplicada, diante dos baixos investimentos hoje aplicados na agropecuária e da impossibilidade de sua majoração aos altos níveis que ela exige.

Além das causas indiretas dos baixos lucros da atividade rural, além daquele fator político-oficial de compressão unilateral exercido sôbre esta, há as diretas tais como

as *meteorológicas* —

- — chuvas excessivas, prematuras ou atrasadas;
- — enchentes;
- — sêcas prolongadas e extemporâneas;
- — calores intensos, prolongados e fora de tempo;
- — frios excessivos, prematuros e atrasados;
- — vendavais — úmidos, sêcos, quentes ou frios.

as *biológicas*

- — pestes e pragas em geral, endêmicas e epidêmicas;
- — ocorrências parasitárias na produção;

A Agropecuária

— ocorrências biológicas perniciosas no solo.

as *acidentais*

— inundações;
fogos.

as de *deficiências estrutural*

— ausência de infra-estrutura própria ou coletiva comercializadora de seus produtos;

as *econômicas e sociais*

— ação conseqüente de intermediários comerciais na colheita fácil de máximos lucros;

— dificuldades de arregimentação para defesa comum.

Diante de tais aspectos, haveria possibilidade de investimentos relativamente elevados facultados pelas rêdes bancárias, nacional e internacional especializadas, a baixos juros e a largos prazos, a fim de proporcionar um desenvolvimento rápido da produção de alimentos? Não cremos nessa hipótese. O que então deveria ser praticado? Como agir?

Diante dessa contingência interrogativa passaremos a delinear a conceituação da única forma, segundo nos parece, de atacar o grave problema.

A dinamização da atual produção agropecuária para que se efetue na necessária intensidade e no tempo desejado, só poderá ser conseguida mediante uma canalização acentuada de investimentos novos, de capitais oriundos de outras fontes de atividade. Êste procedimento investidor terá que ser adotado como política nacional e internacional.

A inobservância dessa política provocará o crescente aumento da efervescência social de hoje que se elevará aos mais altos e explosivos níveis à medida que nos avizinhemos do novo século, impondo essa evolução periculosa, para a automanutenção das entidades estatais hoje e então existentes, a aplicação de medidas corretivas violentas — contra a vasta população mundial que se debate, luta e protesta diante da fome e desnutrição em elevação de intensidade.

Essa necessária corrente de novos investimentos nas atividades agropecuárias, de capitais oriundos de outras fontes, deverá resultar do pleno conhecimento de seus possíveis investidores do precário negócio em que estarão entrando, dada a baixíssima rentabilidade do mesmo.

Não só os fatôres já citados e determinantes das exíguas rendas da atividade, como a feição político-social que os governos a ela emprestam e atribuem através de compressões unilaterais, reduzem as perspectivas de quaisquer margens de lucros que não sejam as previstas aqui, isto porque o preço dessa produção para consumo não pode ultrapassar o nível médio da capacidade financeira do grande consumidor que é a massa da população.

Esse nível de capacidade financeiro-aquisitiva é estabelecido e bitolado tanto pela estatuída política salarial dos governos, como pela de lucros convenientes adotada pelos Chefes dos grandes órgãos empresariais empregadores, tanto nacionais como externos.

Pelo visto, e em última análise, o produtor agropecuário e a massa consumidora são os polos únicos que sofrem as injunções criadas pela conveniência tanto do princípio da traquila consecução de lucros empresariais convenientes, como dos órgãos oficiais na tentativa de condicionarem o preço da produção à capacidade aquisitiva do salário da massa que êle próprio estabelece. Isto tudo a despeito das tentativas de ação coretora de órgãos classistas sindicais.

— • —

Consideradas as atividades produtoras gerais e fundamentais do mundo moderno, podem elas ser agrupadas em seis grandes conjuntos básicos, cuja classificação, por fôrça de sua importância e interferência atuante na estrutura do mundo atual, por qualificação prioritária de isterdependência decrescente, seria a seguinte:

1.º — Atividades Bancárias
2.º — Transportadoras
3.º — Mineiras
4.º — Industriais
5.º — Comerciais
6.º — Agropecuárias

Verifica-se, de início, que êste último conjunto, o das atividades produtoras agropecuárias, embora sendo o fundamental, do qual todos os demais dependem por fôrça direta e incoercível das exigências fisiológicas do homem, tem sido, todavia, relegado a planos inferiores de atenção. Só hoje, com surprêsa quase geral, está começando a ser focalizado pela sua magnitude inquietante quanto ao momento e ao que êste significa para a estabilidade social da humanidade, dependente da extinção da fome no planêta. Não foi atingida ainda, em profundidade, pela maioria das classes sociais, inclusive as cossideradas cultas, a gravidade de sua importância quanto ao estado atual de seu deficientíssimo desenvolvimento produtor.

Considerados os cinco primeiros grupos das atividades relacionadas, verifica-se a elevação do seu nível de desenvolvimento comparada ao do 6.º, o agropecuário, mormente se levada em conta a responsabilidade dêste ante o crescimento da massa consumidora mundial.

Esse desenvolvimento, daqueles cinco grupos, que poderíamos chamar de hipertrópico em relação ao que vem se passando no agropecuário, decorre de reinvestimentos sucessivos e elevados dos lucros que êles facultam e que fogem a qualquer possibilidade comparativa com os proporcionados pela agropecuária. Essa comparação seria desnecessária porque, como tôda a evidência, ela aflora dos fatos, e êstes, no caso, são representados tanto pelos balanços anuais tornados públicos, como pela capitalização dos lucros nestes anotados depois de hábeis processamentos contábeis especializados.

Entretanto convém assinalar que aquêles grupos têm:

1.º — rentabilidade contínua e não apenas anual como ocorre na agropecuária;

2.º — reinvestimentos maciços à medida das respectivas conveniências;

3.º — não atingidos diretamente por fatôres meteorológicos contrários, pragas e pestes, por inundações e fogos — aquelas raríssimas nessas atividades e êstes defensáveis pelos Seguros, inclusive aquelas (inundações);

4.º — rendas médias anuais elevadas.

Quando afirmamos a necessidade urgente de altos investimentos novos na agropecuária, de capitais oriundos de outras fontes, êstes só poderiam provir dos cinco grupos relacionados.

A esta afirmativa somos levados ainda porque os referidos grupos são também os grandes beneficiários dos créditos e financiamentos concedidos à agropecuária e que a êles convergem através das aquisições promovidas por esta que arca com todos os ônus e responsabilidades das operações crediticias que realiza.

Diante desta única saída possível para solução do grave problema pendente, de aumento rápido da produção de alimentos, nacional e mundial surgirão, fatalmente, justificativas ao abstencionismo de lançamentos de capitais daqueles grupos a uma outra atividade estranha; e críticas à suges-

tão de se indicar um campo de atividades produtoras de baixos lucros e capitais a serem deslocados das áreas de atividade proporcionadoras de altas taxas de lucros.

Diríamos apenas, contestando aquelas pretensas justificativas, que os investimentos de capitais resultantes de outras atividades não obrigaria a que os investimentos passassem também a exercer diretamente a função produtora agropecuária. Eles seriam meros investidores nas emprêsas já existentes, ou nas que venham a se formar.

As críticas condenatórias da sugestão de se indicar um campo de baixos rendimentos para capitais oriundos de atividades altamente apresentadoras, diríamo tão-sòmente que não foi uma sugestão apresentada, mas sim uma única saída, e contingencial, para que aquêles cinco grupos e seus respectivos beneficiários possam sobrexistir com a relativa tranqüilidade de que ainda gozam, embora com sobressaltos freqüentes mas até agora passageiros, num mundo futuro plenamente abastecido de alimentos ao ser atingido o equilíbrio entre a produção dêstes e as necessidades consumidoras.

Essa será a única saída e contingencial, repetimos. Poderíamos esperar algo de definitivo do crédito bancário, proveniente da rêde geral existente, ou dos bancos internacionais especiais na ação produtora privada através de financiamentos individuais, ou de cooperativas de crédito, ou de poderosa organização cooperativista dos produtores pelo tempo que exige para sua implantação, ou, finalmente, de isolados investidores expontâneos de capitais próprios? As modalidades relembradas, diante de suas condições e vultos já comprovados como ineficazes até agora na ampliação produtora rural, não devem mais ser submetidos a novos testes de eficiência, pois não há mais tempo a ser perdido com isso.

Da inteligência, do espírito prático analítico, da compreensão e vontade de sobrexistir dos dirigentes das emprêsas constitutivas daqueles cinco grandes grupos das atividades mundiais, de seu espírito público e de legítima defesa em última análise, dependerá exclusivamente, a nosso ver, a sua participação investidora expontânea no processo da produção agropecuária. Essa participação deverá ser considerada como um investimento de consolidação das atividades daqueles próprios grupos e da continuidade de sua existência regular como única resultante lucrativa, além das decorrentes do melhoramento aquisitivo das classes rurais como reflexo de sua melhoria econômico-social.

Não havendo aquela compreensão, nem o espírito de cooperação no esfôrço de solucionar o grande problema básico desta época, o da FOME conjugado ao da NATALIDADE ELEVADA, aquêles cinco grandes grupos citados, de atividades mundiais, não ficarão incólumes aos impactos resultantes de fatais estremecimentos e agitações sociais, que fatalmente se encaminharão, em fase final, para o estuário insurrecional e revolucionário.

Aos governos nacionais do mundo democrático ocidental não seriam possíveis não só a instituição de medidas coordenativas visando a cooperação forçada daqueles grupos no processo resolutivo do problema, como também a sua participação direta na produção de alimento que é viscerałmente de ordem especializada, fora de seus diversos campos de ação.

Todavia, através de legislação adequada, a exemplo de medidas já aqui adotadas, como a da concessão e encaminhamento de incentivos fiscais para o desenvolvimento de determinadas áreas, poderão ser desenvolvidas e produzir grandes efeitos, como providências oficiais complementares, desde que haja compreensão suficiente dos órgãos oficiais não só de canalizar êsses recursos às áreas rurais possuidoras de infra-estrutura e de capacitação técnica capazes de reagir eficiente e ràpidamente aos investimentos daqueles novos recursos, além da correção necessária às atuais correntes das mesmas, já estabelecidas e dirigidas para regiões ou zonas de fraca repercussão produtora pela ausência de infra-estrutura indispensável.

Tôdas as razões regionalistas que possam dificultar a ação oficial complementadora aqui preconizada não devem prevalecer em hipótese alguma. O imperativo é o combate à fome com a máxima eficiência, e a consecução menos demorada de maior produtividade. Sempre defendemos, para melhor garantia futura de desenvolvimento, para mais breve utilização satisfatória de regiões atrasadas, porém de valor produtivo em potencial, a mobilização econômica preferencial daquelas que estão melhor aparelhadas não só de infra-estrutura como de capacidade técnica.

A nossa reforma agrária, ainda em ser, poderia, também, cooperar no assunto mais rápido da produção rural, através de medidas instituidoras de novos órgãos agrários de produção, em escala de grandes unidades empresariais, cuja capacitação financeira, dada a sua condição de emprêsa, seria menos falível.

— • —

As medidas sugeridas resultarão na melhoria das atuais condições econômicas do meio rural e na possibilidade de difusão educacional no ambiente. Esta difusão por sua vez, permitirá, nas massas rurais, melhor compreensão e receptividade da campanha para redução expontânea da procriação.

A restrição da natalidade intensiva seria necessária até conseguir-se equilíbrio populacional ante os fatôres econômicos de melhor e maior produção.

Dêste ponto, tais sejam as perspectivas de maior produtividade por melhor técnica, a restrição da natalidade seria paulada pelos índices da ampliação produtora por fôrça dessa melhor técnica então existente. Atingido êste ponto, não acreditaríamos que pudesse haver regressão aos anteriores índices elevados de natalidade, principalmente pela fôrça egoística do fator comodismo, como já dissemos. Permaneceria o contrôle expontâneo visando principalmente a família planejada.

A Agropecuária

EVOLUÇAO DO NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS E DE SUAS ÁREAS

Dados dos Censos realizados em 1940 — 1950 e 1960

Populações — 41.236.315 em 1940 — 51.944.317 em 1950 e 70.967.185 em 1960

Taxas médias anuais de crescimento sôbre 1940 — 2,59% e 3,66% respectivamente aos decênios de 1940/50 e 1950/60

Censo de 1940 — Número de propriedades — 1.904.589
Área total em Ha — 197.720.247

Censo de 1950 — Número de propriedades — 2.064.642
Aumento sôbre 1940 — 8,3%
Aumento anual — 0,83%
Taxa de aumento anual da população — 2,59%

Censo de 1960 — Número de propriedades — 3.349.484
Aumento sôbre 1950 — 62,2%
Aumento anual — 6,22%
Taxa de aumento anual da população — 3,66%

1950 — *Área total em Ha* — 232.211.106

Aumento sôbre 1940 — 17,4%
Aumento anual — 1,74%
Taxa de aumento anual da população — 2,59%

1960 — *Área total em Ha* — 265.480.800

Aumento sôbre 1950 — 14,3%
Aumento anual — 1,43%
Taxa de aumento anual da produção — 3,66%

Dos dados supra verifica-se que o aumento do *número de propriedades* não admite conclusões otimistas, possibilitando apenas inferir-se decadência em 1950 sôbre 1940 dado que sôbre um aumento anual no decênio decorrido, de 0,83% a taxa anual de aumento populacional foi de 2,59%.

Em 1960 sôbre 1950 o aumento das propriedades foi de 6,22% por ano contra 3,66% de população no mesmo período.

A *área total* dessas propriedades em 1950 sôbre 1940 aumentou anualmente apenas .. 1,74% para 2,59% de população. Em 1960 sôbre 1950 êsse aumento foi apenas de 1,43% para 3,66% da população. Além dêsse desequilíbrio entre aumento de área das propriedades e da população, constata-se que o aumento do número de propriedades resultou principalmente de subdivisão das já existentes.

Em 1940 a área média das propriedades existentes foi 103,7 Ha.
Em 1950 ela atingiu a .... 112,4 Ha.
Todavia, em 1960 ficou reduzida a 79,2 Ha.

o que significa que o aumento de propriedades foi conseqüência da redução de suas áreas médias.

Diante dêsses números expressivos não há necessidade de comentários.

Em 1967 o número de propriedades a mais sôbre as existentes em 1960 foi apenas de .... 42.573 unidades, correspondendo êsse insignificante aumento a 1,2% em sete anos, ou de .. 0,17% anual.

Essa taxa representa, pràticamente, num país das condições territoriais do Brasil, uma franca paralisação do crescimento da área explorada.

A área, entretanto, apresenta um aumento de 19,1% nesse período de 7 anos correspondendo a 2,7% por ano, taxa, ainda assim, inferior ao do crescimento populacional.

Êsse aumento de área ...... (50.709.717 Ha) em função do referente ao número de propriedades (42.573) permitiu a estas uma área unitária de 1.191 Ha, contrastando, evidentemente, não só com as áreas médias verificadas de 1940 a 1960 como com a de 1960 a 1967 cuja área atingiu apenas a 94,3 Ha.

Êsse contraste deve decorrer talvez, como efeito, da aplicação de incentivos fiscais nas áreas da SUDAM e SUDENE, principalmente naquela.

— • —

Não se discute mais sôbre a necessidade imperiosa de aumento da produção agropecuária como imposição de ordem mundial. No Brasil êsse aumento é presente não só para satisfação ampla das necessidades alimentares internas, como para exportação a países de produção deficitária, exportação essa já industrializada para o consumo direto dos importadores. Para tanto, duas condições são necessárias ao país além daquela, primordial, de novos investimentos na atividade agropecuária:

1.º — Melhoria no tratamento do produto colhido — Atribuição executória do produtor, assistido pelo Estado através de literatura e de ação direta de seus prepostos técnicos;

2.º — Consecução de boas e ótimas condições de escoamento da produção dos meios rurais para os centros de armazenamento, industrialização, comercialização e exportação. Este item é de responsabilidade do Estado, que trata de criar e aperfeiçoar a infra-estrutura necessária a qualquer produção, abrangendo rêde de estradas, emprêsas transportadoras, estabelecimentos armazenadores, inclusive frigoríficos. No que se refere a emprêsas transportadoras e estabelecimentos armazenadores, o Estado, no nosso atual meio econômico, ainda tem obrigação de ser o realizador até que o volume da produção, ao atingir determinado nível, provoque a iniciativa privada, que, de então, substituirá o Estado, atraído pela consecução de lucros facultados pela grande massa da produção em trânsito.

O fator de importância básica, além do financeiro, investidor, indispensável ao desenvolvimento da nossa produção rural é o da técnica aplicada que abrange a necessidade de um conjunto de profissionais constituído de agrônomos, veterinários e zootecnistas, técnicos e mestres agrícolas.

Os atuais recursos nacionais disponíveis dêsses elementos profissionais de alta necessidade têm sido considerados quantitativamente deficientes.

Essa consideração, a nosso ver, não se estriba em fundamentos razoáveis pelos seguintes motivos:

1.º — deficiente procura dos técnicos supra-relacionados motivada pelo baixo desenvolvimento, sobretudo empresarial da agropecuária do país;

A Agropecuária

2.º — em conseqüência dêsse fator o seu desvio para o grande e quase exclusivo empregador limitado que é o Estado, resultando daí desestímulo e o encaminhamento forçado dos profissionais forçado dos profissionais sobrantes, alguns para restritas atividades colaterais ou da produção, e outros para funções completamente extranhas à economia agropecuária.

3.º — maus vencimentos pagos pelo Estado.

Apesar do exposto, em 1968, registrados na então Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, hoje Diretoria do Ensino Agrícola, dispunha o país de

10.745 — Engenheiros Agrônomos
3.288 — Médicos Veterinários
9.187 — Técnicos e Mestres Agrícolas

Em 1965 a situação do Ensino Agronômico e Veterinário apresentava o seguinte quadro no país:

	Agronômico	*Veterinário*
N.º de vagas	1.289	605
Candidatos	3.587	1.241
Aprovados	1.230	479
Total de matrículas nos Estados	4.397	1.740

Ainda mais. Em 1966 o total de nossos agrônomos e veterinários registrados foi de 899 profissionais. Em 1967 elevou-se êle a 1.071, equivalente a mais 19% sôbre o ano anterior.

Do exposto verifica-se que o quantitativo de técnicos de nível superior necessários à produção agropecuária do país já é satisfatório e auspiciosa a sua evolução de aumento. Pode-se admitir, sem sombra de exagero, que êsse corpo de técnicos será ampliado, nos próximos anos, de 2 a 2.500 novos profissionais por período.

Quanto aos técnicos de nível médio, práticos rurais, capatazes e feitores, além de mecânicos rurais e mestres tratoristas, sôbre os quais repousa a execução dos serviços de campo, a sua formação constitui tarefa importante, porém relativamente fácil, cuja intensificação resultará da maior procura dêsse tipo especializado de pessoal. Esta é, atualmente, a situação nacional atinente à possibilidade de maior produção do país sob os melhores processos tecnológicos, planejados, adotados e controlados por técnicos profissionais superiores.

— • —

Procuramos até agora transmitir, através de nossa exposição de fatos e dos nossos pontos de vista e convicções, o quadro mais nítido possível da situação por que passa o mundo atual, em marcha batida para mais obscuros e trágicos destinos, sob as vistas incrìvelmente otimistas de alguns, a indiferença quase que generalizada de personalidades e camadas melhor situadas, e sob a incredulidade de uma maioria que, não devendo ser confundida com a grande massa (elemento passivo e sofredor dos desacertos, desajustes e de todos os males decorrentes da atuação de estadistas e governos vários, insatisfatórios), não possui, todavia, fácil tempo disponível nem condições mentais na altura de apreciação analítica dos acontecimentos quotidianos noticiados, ou dos comentários que suscitam. A adoção da velha máxima que a elas agradaria como único elemento de convicção — ver para crer — só lhes permitirá ver, em futuro próximo, um velho mundo social combalido, sob contorsões revolucionárias destruidoras de sua estrutura em desmoronamento, se nôvo sentido de ação reformista não venha a ser adotado desde já, e com a máxima urgência.

A objetividade e crescente produtividade mundial de alimentos deverá ser conseguida, sem qualquer tipo de subsídio oficial, através dos investimentos de capitais oriundos de outras fontes, pelos seus novos acionistas e associados, os componentes dos grandes grupos das atividades mundiais já enunciados — Bancário, Transportador, Mineiro, Industrial e Comercial.

Para consecução dêste resultado é indispensável acentuar-se que os imperativos investimentos de capitais dêsses cinco grupos nas atividades agropecuárias (imperativos para que êles próprios possam subsistir) não devem ficar circunscritos, no mundo ocidental, à fronteiras políticas ou geográficas de países. Êles devem estender-se a regiões ou zonas ecológicas mais apropriadas e melhor aparelhadas para mais pronta resposta produtiva desejada que os prazos fatais previstos exigem. Segundo disse RALPH PHILLIPS, um dos diretores da FAO em 1967, essa resposta produtiva deverá ascender, no início do nôvo século, a 174% da produção verificada naquele ano.

A ação dos governos para maior produção agropecuária só poderá ser esperada no sentido complementador do esfôrço privado, através de investigações, experimentação e fomento como ação divulgadora.

Sua atuação principal, esta sim, dispendiosa e de resultados demorados pelas dificuldades de sua penetração na massa, deverá se exercer através de campanha multiforme e intensa para redução crescente da natalidade.

Êsses dois fatôres decisivos — maior produção a ser obtida pelo esfôrço privado e menor natalidade, pelos dos órgãos oficiais, a serem praticados com urgência e decisão, possibilitarão previsões futuras menos negras que aquelas evidentemente resultantes da realidade atual desde que inalterada.

— • —

Já focalizamos neste trabalho a opinião franca e rudemente expressa por O. L. FREEMAN sôbre os dois máximos problemas mundiais da atualidade aqui focalizados — natalidade e produção de alimentos. Sua condição de Secretário da Agricultura do E.U.A. quando daquele pronunciamento impressionante impôs respeito e atenção máxima aos conceitos que ali emitiu. Todavia, os efeitos dêsse brado de alarma foram se diluído no tempo e sendo esquecidos. Agora, entretanto, outro nome de projeção internacional, também norte-americano, volta com tôda a energia, a forçar nova focalização da atenção mundial para aquêles problemas.

Em discurso pronunciado a 1.º de Maio na Universidade de Notre Dame, Indiana, **ROBERTO MCNAMARA**, ex-Secretário da Defesa dos Estados Unidos e atualmente Presidente do Banco Mundial, debateu quase que exclusivamente o problema demográfico.

Todavia, quando considerou a situação dos países de grandes áreas desabitadas (sertanejas) e de possível utilização, afirma que

"O necessário são os capitais para investimentos e não habitantes em grande quantidade". Prosseguindo passa a afirmar ainda que
"É exatamente essa grande quantidade de habitantes que faz com que se torne extremamente difícil a acumulação de capitais excedentes."

Foi incisivo no afirmar, depois de longas considerações sôbre a necessidade de reduzir a natalidade nos países em desenvolvimento, que

"É absolutamente ingênuo supor-se que o progresso eco-

nômico, por si só, *sem o apoio de um planejamento familiar bem organizado*, possa lograr êsse objetivo num período satisfatório."

(O grifo é nosso).

Admite também que a redução da natalidade é aspiração "quase universal" das populações pobres daquele tipo de países, mesmo entre suas classes ignorantes, e nas grandes massas populacionais subnutridas e esfaimadas, segundo observações nos países subdesenvolvidos.

Êsse depoimento de MC NAMARA na sua integridade, apoia inteiramente nosso ponto de vista de que havendo uma perspectiva econômica, a idéia de melhoramento da familia pelo seu planejamento seria bem recebida e adotada. O que jamais terá possibilidade de êxito, segundo nossas convicções, é o combate à natalidade excessiva entre uma população atolada na miséria física e mental, esta inclusive pela ausência de quaisquer objetivos menos negros.

Sôbre os investimentos adicionais necessários ao desenvolvimento da produção agropecuária nada foi sugerido entretanto, a não ser a aplicação de problemáticos recursos governamentais pesadamente comprometidos no atendimento de outros problemas nacionais graves, entre os quais os de ordem social tais como educação, saúde e os militares.

— • —

Diante do exposto, não cabe dúvidas de que apenas duas saídas existem para a difícil situação do mundo atual:

a) — redução acentuadíssima e urgente dos preços de todos os insumos e aparelhagens necessários à maior produção agropecuária; redução máxima e imediata dos impostos nacionais incidentes sôbre ela; redução de fretes e aumento dos preços retributivos a essa produção, ou

b) — investimentos imediatos e crescentes nas atividades agropecuárias, de capitais novos oriundos de outras fontes não rurais, advindos dos cinco grupos de atividades já mencionadas.

A saída contida na letra *a* que envolve quatro itens

— redução dos preços de insumos e aparelhagens;
— redução dos impostos nacionais incidentes sôbre a atividade;
— redução dos custos de transporte da produção obtida, e
— aumentos dos preços retributivos à produção,

foi mencionada apenas para efeito de registro, pois que a eventualidade de sua adoção seria, a nosso ver, surpreendente não só pelas iniludíveis dificuldades burocráticas a vencer, como pela resistência e lutas que determinaria, desde que afetaria interêsses vários e a necessidade de modificações em tôda uma estrutura econômica entrelaçada, abrangendo órgãos e funções respectivas de ordem oficial e fiscal, transportadores, industriais e comerciais e financeiras ou bancárias.

Permanece, portanto, únicamente como sugestão válida, a do item *b*, para cuja adoção não há o recurso oficial para sua imposição legal.

Ela, entretanto, dependerá, exclusivamente, do pleno reconhecimento, pelas cupulas pensantes daqueles cinco grupos que englobam as atividades mundiais e orientam as respectivas politicas desenvolvimentistas, da grave situação que o mundo atual atravessa e que tende se acentuar perigosamente sob ritmo acelerado desde que a sua contribuição inversionista expontânea não intervenha urgentemente nas atividades do mais importante grupo produtor — o agropecuário — no sentido de desenvolver ao máximo a sua produção.

Poder-se-á alegar que, graças aos incentivos fiscais instituidos pelo nosso govêrno já estão sendo praticados no país investimentos de capitais, eventualmente na agropecuária provenientes de lucros dos demais grupos de atividades. A essa alegação nós diríamos que é o govêrno o investidor indireto, uma vez que as quantias investidas resultam de concessões percentuais daquilo que lhe é devido por fôrça de lei fiscal. Há ainda que as quantias resultantes daquelas bonificações fiscais não são obrigatòriamente canalisadas às atividades agropecuárias. O beneficiário investidor é livre de escolher a atividade onde aplicar o quantum que o Govêrno lhe concede. No caso nacional, mesmo que a totalidade dos incentivos fiscais concedidos fôssem obrigatório e exclusivamente investidos na agropecuária, isso não dispensaria novos investimentos expontâneos de capitais nesse campo de produção, oriundos dos cinco outros grupos restantes das atividades globais. Se a totalidade dos incentivos fiscais, em 1967, atingisse a 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros novos, e desde que aplicada in-totum na agropecuária através dos 316.190.517 hectares das propriedades então existentes no país, não poderia dinamizar a sua produção tanto quanto necessária à consecução da produção que necessitamos como nivel médio constante. Caberia a cada Ha 4,7 cruzeiros novos. Se considerarmos ainda que uma propriedade agrícola de área média, ou sub-média se quizerem, de cêrca de 200 ha, adquira um trator de rodas, dos mais comuns existentes no comércio, cujo prêço atual gira ao redor de 25.000 cruzeiros novos, teremos cada Ha da propriedade adquirente gravado em cêrca de 125 cruzeiros. E todos os que possuem essas máquinas sabem ainda a quanto se eleva o custo da sua manutenção, através de consertos e de aquisição de peças substitutivas que o desgaste funcional impõe.

— • —

Cremos que, embora palidamente, demos uma idéia do problema alimentação-população que assoberba o mundo atual e o assombrará dentro de poucos anos, a menos que suas classes pensantes, reconhecendo a veracidade de tudo quanto já foi descrito e esplanado, tanto aqui como na vasta literatura mundial, esparsa e quase que diuturnamente divulgada, e, cônscias de suas responsabilidades, resolvam agir espontâneamente, em conjunto, independentemente de quaisquer influências oficiais, sempre tardias e poucas vêzes eficientes.

Como já dissemos e mencionamos, nos cinco grandes grupos das atividades mundiais é que repousa a responsabilidade exclusiva de ampliar rapidamente a produção mundial através de seus investimentos expontâneos na agropecuária. Essa expontaneidade de ação investidora nada mais será que o reconhecimento da realidade de uma explosiva situação que deve ser transposta em futuro próximo, para permanência e melhoramento da estrutura do mundo de hoje, em evolução para novos estágios no próximo século XXI.

Se as cúpulas dirigentes, ou as lideranças daqueles cinco grupos de atividades mundiais continuarem, cegas ou indiferentes, na caça exclusiva de maiores lucros como até aqui, esquecidas dos fatôres evidentes necessários à sua própria sobrevivência, então teremos o caos no início do nôvo século, antecedendo uma nova ordem social que virá sôbre os escombros desta, já em plena crise, embora não reconhecida ou aceita por conveniência ou displicência, mas de existência real indiscutível.

Livros e Publicações

PESQUISA AGRÍCOLA DO ESTADO DA GUANABARA — Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia — Fundação "Getúlio Vargas" — 201 páginas — Setembro de 1967.

CADERNOS DE ORIENTAÇÃO SINDICAL — N.º 6 — Departamento de Orientação e Assistência Rural da Confederação Nacional da Agricultura — 32 páginas — Fevereiro de 1969.

CADERNO DE TÊRMOS APLICADOS À AGRICULTURA — pelo Prof. Osvaldo Martins Furtado de Souza — Engenheiro Agrônomo do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste (IPEANE) e do Colégio Agrícola da Universidade Federal Rural de Pernambuco — 39 páginas — Recife — 1968.

INFORME GERAL DA LAVOURA — SUDESUL — Ministério do Interior — 278 páginas — RS. Dezembro — 1968.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS — Setor Primário — Rio Grande do Sul — Publicação da SUDESUL — Ministério do Interior — Responsável Técnico: Econ. Luiz Carlos Zancan — Dezembro — 1968.

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS — Estado do Espírito Santo — Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia — da Fundação "Getúlio Vargas" — 166 páginas — Novembro de 1968.

21 ANOS DE EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA — Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 98 páginas — Janeiro de 1969.

PUBLICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA sôbre a CARTA DE BRASÍLIA — Escritório de Pesquisas e Experimentação — IPEANE — Recife, Pernambuco — 1968 — 178 páginas — AYRTON ZANON — Diretor.

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

Setembro 1899

O solo, as águas e os micróbios, Germano Vert; *Os primeiros louros*, Antonio de Medeiros; *Mais uma árvore que produz cêra*, Antonio de Medeiros; *A produção do trigo na Argentina*, Antonio de Medeiros; *A Granja Cruxen*, Albino Costa; Organização Agrícola (Tradução) Germano Vert; *Sociedade Agrícola* (Goiás) — Transcrição; *Saneamento da Baixada do Rio de Janeiro;* Conferência na SNA pelo Dr. A. M. de Oliveira Bulhões; *As nossas galinhas*, G. V.; Variedades: a produção do fumo na Bahia; Exposição de gado da Argentina; A baixa do café; Moinho para moer milho com o sabugo.

Outubro

O gado e a lavoura, G. V.; *O progresso do Estado do Pará*, Antonio de Medeiros; Transcrições; *A cultura do trigo nos Estados Unidos*. extraído de "Moderne", G. V.; *Ensino Agrícola — Os coelhos*, G. V.; *Henrique de Vilmorim*, (Negócio) G. V. *Variedades:* Remédio contra a gosma; Máquina de matar formigas; As chuvas nas várias partes do mundo; Policia Sanitária do gado; Os cereais franceses; O azôto dos estrumes; o maior pomar do mundo; A maior charrua do mundo.

Francisco de Assis Iglésias



Faleceu a 13 de julho, em Campinas, o Eng.º Agrônomo Francisco de Assis Iglésias, membro titular da Sociedade Nacional de Agricultura, ocupante da cadeira patrocinada por Luiz de Queiroz, e a cujos quadros pertencia há longos anos.

A Diretoria, na sua sessão de 28 daquêle mês, ao tomar conhecimento da infausta notícia, fêz inserir na ata um voto de profundo pesar. O Presidente Luiz Simões Lopes proferiu então um sentido necrológio do ilustre fundador do Serviço Florestal, relembrando a sua inigualável atuação no setor agronômico do Serviço Público, tanto federal como estadual.

Não só a SNA como esta revista, pranteiam a grande perda para o Brasil que representa o desaparecimento do ilustre técnico e cujo riquíssimo currículo vai inserto neste número, como última homenagem a quem tanto deu de si, durante a sua longa e profícua existência, visando ao bem da Pátria e dos seus semelhantes, sendo, como era, portador, dentre outras incontáveis qualidades, da bondade, inata no dizer do Presidente Luiz Simões Lopes.

Nascido em Piracicaba, a 6 de janeiro de 1889, formou-se na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" em 1909.

Estava escrevendo "As Memórias de um Agrônomo" e daqui fazemos os melhores votos para que as tenha terminado e sejam publicadas, pois dos fatos que viveu e da experiência que adquiriu, ao lado de um penetrante poder de observação, muitos benefícios poderão resultar para aquêles que as puderem ler.

PRINCIPAIS ATIVIDADES E CARGOS QUE EXERCEU:

1909-13 — Administrador do Instituto Butantan (S Paulo), estudando e se especializando em em Parasitologia animal e vegetal.

1913 — Chefe da Seção de Biologia da Comissão destinada ao estudo das plantas produtoras de borracha, no Estado do Piauí.

1914 — Chefe da Colônia Agrícola "David Caldas", no Estado do Piauí.

1915 — Encarregado dos Estudos dos insetos daninhos ao algodoeiro, na Estação Experimental do Algodão, em Coroatá — Estado do Maranhão.

1916-17 — Diretor da Organização Agro-pecuária, no Estado do Piauí, onde:
a) fundou a vila Eng.º DODTT;
b) descobriu, às margens do Rio Gargeia, a qualidade ofiófaga: Conepatus Chilensis, animal precioso na profilaxia do ofidismo.

1918-19 — Assistente do Dr. Vital Brasil, no Instituto Butantan (São Paulo) — período da gripe espanhola.

1919 — Como funcionário do Instituto Butantan (S. Paulo) volta ao Estado do Piauí, a fim de de prosseguir estudos sôbre o Cangabá.

1920-23 — Superintendente e organizador do Serviço de Sementeiras, do Ministério da Agricultura (Rio de Janeiro).

1924-25 — Incumbido, pelo Ministério da Agricultura (Rio de Janeiro) de apresentar o ante-projeto de Código Florestral (decreto federal n.º 23.793 de 23-1-1944).

1925-32 — Diretor geral e organizador do Serviço Florestal do Brasil.

Instalou:

a) Parque Nacional da Foz do Iguaçu (Est. do Paraná);

b) Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Teresópolis);

c) Parque Nacional de Itatiaia (Rio de Janeiro).

1933 — Administrador da Firma "Mate-Laranjeira", em Mato Grosso.

1933-35 — Gerente da Indústria de Sêda Nacional S/A, em Campinas. Incumbido da propaganda sericícola nacional.

1935-38 — Chefe da 3.ª Secção-Sericicultura, do Departamento de Indústria Animal, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, com sede em Campinas:

a) em 1937 — Viagem de estudos aos Centros Sericícolas da Itália;

b) basendo na legislação italiana, encaminha o ante-projeto da lei da PALAVRA SÊDA (Decreto-lei n.º 290 de 23-2-1938 — regulamentação pelo decreto n.º 2.630 de 5-5-1938.

1939-42 — Em comissão assume o cargo de Diretor e reorganizador do Serviço Florestral do Ministério da Agricultura (Rio de Janeiro).

1942-46 — Em comissão assume o cargo de Diretor e organizador do Serviço de Ensino Prático de Agricultura, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo:

a) em 1945 — viajam aos Estados Unidos a fim de estudar a organização agrícola.

1947-56 — Reassume o cargo de Diretor efetivo do Serviço de Sericicultura, em Campinas, onde se aposenta.

ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS ou LITERÁRIAS A QUE PERTENCEU

1910 — Sócio da Sociedade Científica de São Paulo.

1913 — Sócio da Societé d'Entomologie de France.

— Sócio e Membro-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí.

— Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

1934-36 — Presidente do Centro de Ciência Letras e Artes de Campinas.

1956 — Membro da Academia Campineuse de Letras, em Campinas.

HOMENAGENS RECEBIDAS:

1919 — O Instituto Butantan (São Paulo) liga seu nome:

a) ofídios: (RINOSTUMA IGLESIASII).
(BOTHROPS IGLESIASII).
b) insetos: (MELINOPHERA INGLESIASII).

.... — O Instituto Florestal liga seu nome:

a) botânica: (CAMPYLOCENTRUM INGLESIASII-Brade — n.s.p. (In: Orchidaceae novae brasilelensis (V), por Brade. Separata de: Arq. Serv. Florestal (Rio de Janeiro) — 1 (2): 1-4=3 pl., 1941).

.... — Título de Comendador da Benemérita Ordem da Árvore (Instituto do Pinho — Rio de Janeiro).

.... — Presidente honorário da Associação Paulista de Sericicultores (São Paulo).

1952 — Busto colocado no Serviço de Sericicultura de Campinas (oferecimento dos sericicultores paulistas).

1958 — Sócio titular, ocupando a cadeira n.º 25 "Luiz de Queiroz", que lhe dá a qualidade de membro vitalício da Sociedade Nacional de Agricultura (Rio de Janeiro).

1959 — Medalha "Machado de Assis", pelo seu livro Caatingas e Chapadões, pela Academia Brasileira de Letras — Rio de Janeiro.

1965 — Medalha alusiva ao Centenário de nascimento de Vital Brasil, pelo Govêrno do Estado de São Paulo.

1965 — Sócio honorário do Rotari Clube de Campinas.

196 — Título de Cidadão Campineiro, pela Câmara Municipal de Campinas.

196 — Medalha do Mérito Agrícola, pela Confederação Rural Brasileira (Rio de Janeiro).

PRINCIPAIS TRABALHOS PUBLICADOS:

1911 — As formigas e agricultura. Fazendeiro (SP)

1913 — Ipidea brasileiros — diagnose de duas espécies novas. Rev. Museu paul. (SP) — 9:128-133.

1913 — A môsca doméstica. Est. S. Paulo (o) (SP) de 23-7-1913.

1914 — Insetos contra insetos: coccinellidae Rev. Museu paul. (SP) 9:357-362.

1916 — Insetos nocivos e úteis ao algodoeiro: tese. 1ª Conferência Algodoeira do Rio de Janeiro.

a) idem in — Brasil agric. (Rio de Janeiro) — 1916.
b) idem Separata editada pela Gráfica Jornal do Brasil, 1916 — 38 p.
c) idem in Vida doméstica (Rio de Janeiro)
d) idem Separata editada pela Gráfica Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) 1921 — 2ª edição.

1916 — Origem do gado caracu no norte do país. An 1.º Congr. Pecuária (São Paulo).

1917 — Sôbre um mamífero ofiófago do Brasil: conepatus chilensis ou cangabá. An. paul. Med. Cirurg. (SP) — 9(9):

CITADO em:

a) Brazil:past/present and future, by J. C. Cakenfull. London, J. Bale, 1919 — p. 393-301.
b) Higiene (II) medicina preventiva, por Afrânio Peixoto. 3.ª ed. Rio de Janeiro, F. Alves 1922 — p. 184.

1918 — Animais ofiófagos — conferência, Brasil agric. (Rio de Janeiro).

1918 — Sôbre o vicio da diamba. An. paul. Med. Cirurg (SP) 9(12):274.

CITADO em:

a) Direito penal — parte especial, por Nelson Hungria e Roberto Lyra. Rio de Janeiro. Livr. Jacinto 1936 — p. 258.
b) Maconha — coletânea de trabalhos brasileiros. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Gráf. IBGE. 1958 — p. 15-23.
c) Comentários ao código penal brasileiro, por Nelson Hungria. 9:138.

1919 — Cinco anos no Norte do país. Rev Brasil (Rio de Janeiro).

1930 — Crescimento das essências florestais brasileiras — trabalho apresentado à Conferência Interamericana de Agricultura, Silvicultura e Indústria Animal — Washington 1930. Rio de Janeiro, s.c.p., 1930 (Bol. n.º 3 — Serv. Florestal do Brasil — Rio de Janeiro)

1939 — Sericicultura — conferência. São Paulo, s.c.p., -939.

1940 — Album florístico. Rio de Janeiro, s.c.p., 1940 (Serv. Florestal — Rio de Janeiro).

1940 — Parques nacionais. Rio de Janeiro, s.c.p., 1940. (Serv. Florestal — Rio de Janeiro).

1942 — Homenagem ao Dr. Fernando Costa — discurso. São Paulo, s.c.p.

1942 — Os parques nacionais existentes — contribuição apresentada ao IX.º Congresso Brasileiro de Geografia. Bol. Minist. Agric (Rio de Janeiro) — 31(4):29-34, 1942.

1943 — A indústria caseira. São Paulo, s.c.p.

1951 — Caatingas e chapadões. São Paulo, Ed. nac. 1951 (Brasiliana — n.º 271).

1958 — Idem 2.ª edição.

CITADO em:

a) Quando os lôbos uivam, por Aquino Ribeiro. São Paulo, Anhembi, 1959 — p. 11.
b) Folclore da alimentação, por Luís da Câmara Cascudo. Rev. brasil. Folclore. (Rio de Janeiro) — 3(7):215, 1963.

1966 — Ildefonso Simões Lopes — o grande Ministro da Agricultura.

CLIMAS DE MATO GROSSO

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

(Continuação)

ADALBERTO SERRA

MATO GROSSO — 15° 00'S — 59°57'W — 257 mm. — Clima Aw

Sob média anual 23°,9, a temperatura cresce de 20°,3 (julho) a 25°,6 (novembro). Há um pequeno mínimo em dezembro (25°,0), com máximo março (25°,1), mas a onda principal apresenta 5°,3 de amplitude anual.

Os valôres se conservam em tôrno a 25° de setembro a abril e 22° em maio e agôsto; junho tem 21°,2 e julho 20°,3, como já vimos.

As máximas não são muito elevadas, pois a respectiva média anual atinge 30°,6.

Os extremos são 32,3 (setembro) e 29,1 (junho), sob uma amplitude anual de 30,2. Mais elevadas, pouco acima de 32° em agôsto-setembro, declinam um pouco em outubro e novembro. Mas baixam a 29°,8 (dezembro), com oscilações até de 30°,5 (fev.) e 30°,8 (abril), para permanecerem de maio a julho aquém de 30°.

As mínimas, de média 20°,1, atingem maior valor em fevereiro (22°,5) e o menor em julho (14°,7), com 7.°,8 de amplitude. Estabilizados pouco acima de 22° de novembro a março, situam-se no inverno abaixo de 17° (junho a agôsto).

Temos assim 10°,5 para amplitude anual, com valôres em tôrno a 8° de dezembro a março, (7°,6 no primeiro), e acima de 10° de maio a outubro (julho 14°8, agôsto 15°,9).

Já a máxima absoluta atingiu 39,2 (setembro), valôres acima de 38° podendo surgir de setembro a dezembro, mas só abaixo dos 35° de maio a julho.

Quanto à mínima absoluta foi relativamente baixa, (4°,4 agôsto), valôres aquém de 7° podendo ocorrer no inverno, mas só acima dos 14° na fase novembro a abril.

Resulta assim 34°,8 para a amplitude absoluta.

Os dias quentes somam 334, e apenas no inverno, de maio a julho, 5 dias frescos se verificam cada mês, contra 3 em abril, agôsto ou setembro.

As noites quentes — 228 — dominam de novembro a abril, mas desde maio já temos 18 noites frescas, e em junho 25, julho 30, agôsto 26, setembro 13, e outubro ainda 10.

Somados aos dos demais meses perfazem o total de 137 noites frescas.

Os ventos, de velocidade média 1,5, osciIam entre 1,2 (julho) e 1,8 (janeiro), sendo assim fracos. As ventanias, no total de 13, ocorrem apenas durante o período chuvoso, de setembro a maio, sob taxas mensais de 1 a 2.

A umidade média é elevada, 80°,5%, oscilando entre 87,0 (janeiro) e 70,7 (agôsto), sob amplitude 16%. A fase úmida, com mais de 80%, corresponde ao período novembro-junho, notando-se que de dezembro a abril o elemento supera 85%.

O período sêco, abaixo de 75%, se estende de agôsto a outubro.

Quanto à nebulosidade, em média 6,2 oscila de 8,4 (fevereiro), a 2,9 (julho). A cobertura ultrapassa 8,0 de dezembro a março, ficando aquém de 5,0 de junho a agôsto, com amplitude anual de 5,5.

São freqüentes os dias encobertos, 143 por ano, superando 10 nos meses de outubro a abril, e atingindo 19-20 nos de dezembro a março. Durante o inverno é constante a taxa de 4 por mês (junho, julho, agôsto).

Os dias claros correspondem à última estação, com freqüências 14-17-21 respectivamente em junho-julho e agôsto, mas apenas 7 em maio ou setembro, e 1 a 4 nos demais meses, excluindo dezembro e fevereiro, sob 0.

O total do ano é de 76 dias claros.

A precipitação total alcança 1.344 mm, com extremos de 230 (jan.) e 17 (jun). Os meses de dezembro a março têm mais de 200 mm cada, os de junho a setembro menos de 40, com todos abaixo de 100 mm no período abril-outubro.

Climas de Mato Grosso

Foi de 94 mm a maior altura recolhida em 24 horas, ùnicamente valôres abaixo de 50 mm, surgindo de julho a setembro.

Temos na região 136 dias de chuva, 42 dos quais superam os 10 mm. Desde novembro até abril ocorrem mais que 10 dias cada mês, com 22 em janeiro e 21 em março. No período mais sêco, julho e agôsto têm 2 dias cada.

As trovoadas superam a chuva, pois ocorrem na freqüência de 160 por ano, mais de 10 mensalmente de outubro a maio (22 em novembro, 26 dezembro, 16 ou 17 nos vários meses de janeiro a abril).

Mesmo no inverno, temos 6-2-4 dias em junho-julho-agôsto.

Os nevoeiros permanecem escassos, 33 por ano, ocorrendo de outubro a julho, a taxas de 2-3 cada mês até fevereiro, 4-6 de março a junho, e 1 em julho.

Quanto ao orvalho é muito freqüente, 219 dias por ano, subordinado a contagens de 21-23 nos meses de abril a agôsto, 15-17 nos demais, em geral.

Mato Grosso é assim quente de dia, mas freqüentemente fresca a noite, com uma fase de baixas mínimas. Chove regularmente, e o vento é fraco, mas a nebulosidade acima da média. Extremos não muito intensos e umidade elevada, havendo precipitação um dia em cada três, clima portanto tolerável para a região.

A velocidade do vento é fraca, 1,5 mps., oscilando apenas de 1,6 (agôsto) a 1,3 (abril), enquanto só 7 ventanias, 1 em cada mês, de outubro a abril, costumam ocorrer.

Examinando agora a umidade, registra-se um índice anual elevado, de 78,1%, com oscilação de 24% entre o máximo de 86,5 (fevereiro) e o mínimo 62,4 em agôsto. No período novembro a abril o elemento supera 80%, ou mesmo 85% de dezembro a março. Durante o período sêco, de julho a setembro, fica abaixo de 70%.

A nebulosidade é apenas regular, com média anual 5,3, e oscila 4,7, entre o mínimo 2,7 em julho e o máximo 7,4 de dezembro. Supera 6,0 de outubro a março, e 7,0 de dezembro a fevereiro. Mas desce abaixo de 4,0 na fase maio a agôsto, ou de 3,0 em julho-agôsto.

Resultam assim 94 dias encobertos, mais que 10 nos meses de verão, novembro a março, com 15-14-14 em dezembro, janeiro e fevereiro. O declínio se processa desde abril, até 1-2 para os vários meses do inverno, o total de maio a agôsto atingindo apenas 7 dias.

Quanto aos dias claros, sob contagem de 69, concentram-se de junho a agôsto, a taxas mensais 12-15-15, logo declinando para 0-1 nos meses de novembro a março, retornando em abril. O total de precipitação, ainda sob a influência do clima amazônico, é bastante elevado, 1641 mm, com extremos 288 em dezembro, mas só 7 mm em junho.

Na fase úmida, outubro tem 116 mm, e os vários meses de novembro a março todos mais que 200, declinando para 109 em abril. Maio tem 40 mm, e os três meses de inverno 7 mm cada. O total do inverno é assim de 21 mm, cêrca da metade do total de maio.

A maior precipitação em 24 horas atingiu 222 mm

SANTA CRUZ — 15° 43'S — 52° 45' W — 416 ms. Clima Aw.

É de 23°,5 a média anual, entre os extremos 25°,1 (setembro) e 20°,9 (julho), com amplitude de 4°,2. Permanece ínfima a segunda onda, podendo-se observar médias estáveis, de 24°,0 a 24°,1 no período dezembro a abril. As mais elevadas ocorrem na primavera, com 25°,1 — 24,6 de setembro a novembro.

Abaixo de 22° temos junho a julho, sob 21,1 e 20,9.

Já as máximas, com 30°,9 no valor anual, são mais acentuadas de agôsto a outubro, acima de 32° (33,4 em setembro) e mais baixas em dezembro (29°,7), numa amplitude anual de 3°,7. O seu valor é estável em tôrno a 30° de dezembro a março, e com exceção de abril, assim permanece até julho.

A segunda ondulação, de máximo em abril (30°,8), tem menor valor em maio (30°,2).

Já as mínimas são muito baixas, devido à altitude, com média anual 17°,8, oscilando entre 20°,3 (fev.) e 12,5 (jul.).

Conservam-se estáveis, sob 20°,2 em média, de novembro a março, e abaixo de 15° durante o inverno. É assim de 7°,8 a respectiva amplitude anual.

Quanto à amplitude diária, mais acentuada que a oeste, alcança 13°,0, variando de 9°,5 (dezembro) a 18,°4 (agôsto). Permanece sob 9,5 a 9,6 no verão de dezembro a fevereiro, enquanto supera 10° nos demais meses, ou 16% nos de inverno.

A máxima absoluta atingiu 39,7 (outubro), podendo ultrapassar 37° de agôsto a novembro, mas ficando abaixo de 35° de março a junho.

A mínima absoluta desce a valôres negativos, com 1°,3 em junho, o período junho-setembro tendo menos de 7°; mas de dezembro a março o termômetro se mantém acima de 15°, exceto em fevereiro (11°,4).

Quanto à amplitude absoluta alcançou 41°,0.

Há assim 348 dias quentes, sempre de 1 a 3 frescos podendo ocorrer cada mês; e apenas 119 noites quentes, mesmo na fase do verão nunca se registando mais que 17 a 19 por mês (novembro a março). Temos com efeito um total de 246 noites frescas:

	J	F	M	Ab	M	Jn	Jl	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Ano
NOITES FRESCAS	13	11	13	20	29	30	31	30	25	19	13	12	246
NOITES QUENTES	18	17	18	10	2	—	—	1	5	12	17	19	119

(dezembro), mas em outros meses geralmente não ultrapassou 100 mm, de junho a setembro mal chegando a 50 mm.

Há 131 dias de chuva, 50 dos quais ultrapassam 10 mm. Os primeiros ficam concentrados de outubro a abril (acima de 10 por mês), os meses de verão, dezembro-janeiro-fevereiro, tendo 22-21-19. É praticamente sêco o período maio a setembro, como o demonstra a série:

21—19—17—10—4—1—1—1—6—12—17—22 = 131 que registra os dias de chuva para os vários meses, a partir de janeiro, bem como a soma anual.

Quanto às trovoadas, muito freqüentes, totalizam 116, ocorrendo mais que 15 por mês de outubro a março, e sòmente 1 a 2 na fase do inverno, os meses de maio a setembro tendo menos que 8, conforme a serie anexa:

15—14—16—10—4—1—1—2—8—15—16—14 = 116

Os nevoeiros continuam escassos, apenas 29 por ano, a taxas de 1-4 cada mês, tornando-se mais raros no período maio a novembro, e um pouco mais freqüentes de dezembro a abril.

O orvalho soma 150 dias, sendo mais comum no outono e início do inverno, com 14-19-21-19-15 dias para os vários meses de março a julho. Declina a seguir, mantendo-se entre 7-10 dias nos meses de agosto a fevereiro.

Santa Cruz tem assim um clima bem tolerável, com noites frescas, os dias contudo quentes. Chove bastante, e a umidade é elevada, enquanto a temperatura varia de 1º,3 a quase 40º. Nebulosidade regular, e freqüentes trovoadas, mas precipitações apenas um dia cada três.

No conjunto, um dia em quatro é coberto, e um em seis claro. Como era de esperar, a altitude minora os efeitos da latitude.

PRESIDENTE MURTINHO
15º38'S — 53º55'W — 480 mm
Clima Aw.

Embora pouco mais elevada, esta localidade é bem mais fresca que a anterior, com média anual 22º,2 (Santa Cruz 23º,5).

Variam as temperaturas de 23º,5 (outubro) a 18º,8 (julho), sob amplitude anual 4º,7.

A segunda onda se reduz a um patamar nos meses de verão, pouco diferindo, êste último período, da primavera.

Com efeito, de setembro até abril a temperatura permanece superior a 23º, com 22º,9 no último mês. Maio traz declínio, conservando-se junho e julho abaixo de 20º, mas agôsto já mais elevado.

Quanto às máximas, são pouco inferiores às de S. Cruz, com média anual 30º,4. O maior valor alcança 32º,6 em setembro, e o menor 29º,5 em dezembro, numa amplitude 3º,1. Como sempre, nota-se dupla onda, após o mínimo de dezembro a temperatura máxima se eleva até abril (30º,5), declinando para o mínimo secundário de julho (29º,8).

Dêsse modo, as máximas superam 32º em agôsto e setembro, caindo abaixo dos 30º de dezembro a fevereiro. Segue-se nova elevação acima daquele limite (março a abril), conservando-se os valôres aquém de 30º entre maio e julho, com brusco aumento em agôsto.

As mínimas são bastante baixas, sob média anual 16º.

Mais elevadas, em tôrno a 19º de novembro a março, (19º,2 em dezembro) declinam em abril, permanecendo no inverno abaixo de 12º, (11º,4- — 9º,9 — 11º,5 em junho-julho-agôsto). É assim de quase 10º (ou melhor, 9º,3) a amplitude).

A máxima absoluta se apresenta contudo acentuada, 39º,0 (fevereiro), a fase de maiores extremos transcorrendo de agôsto a outubro, com cêrca de 38º. De dezembro a março não ultrapassa o termômetro os 37º (salvo em fevereiro, como vimos), mas de abril a julho nenhum valor superou 35º.

Quanto à mínima absoluta desceu a 2º0 (junho), valôres de 0º,2 tendo surgido em julho.

Em verdade, temperaturas muito baixas, entre 0 e 2º podem ocorrer de maio até setembro, mas só em tôrno a 8º para abril e outubro. Novembro e dezembro ainda registram 12º, e com exceção de fevereiro (9,0), janeiro e março não tiveram registro inferior a 14º.

É assim de 41º,0 a amplitude absoluta.

Não poderemos esquecer a amplitude média, com índice anual de 14º,4 e valôres extremos 10º,3 (dezembro) ou 20º,6 (agôsto). Permanece estável, entre 10 e 11º, de novembro a março, já em maio superando 15º até setembro, ainda com 17º,2.

Os dias são assim quentes (321 por ano), normalmente 5 mais frescos ocorrendo cada mês, de julho a novembro, com 2 a 3 nos restantes, até junho.

Quanto às noites, raramente são quentes (32), e sòmente no período outubro a abril, em taxas muito fracas, 2—5—7—6—6—4—2; donde se depreende que mesmo no verão, há apenas 7-6-6 (em dezembro-janeiro-fevereiro).

Na série de meses assim se apresentam as frequências:

Climas de Mato Grosso

	J	F	M	Ab	M	Jn	Jl	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Ano
NOITES QUENTES	6	6	4	2	—	—	—	—	—	2	5	7	32
NOITES FRESCAS	25	22	27	28	31	30	31	31	30	29	25	24	333

O vento embora fraco, como em toda a região, conserva-se estável sob média anual 1,8 mps. e extremos 2,0 (setembro) ou 1,6 (abril). 11 ventanias são notadas, à taxa de 1 cada mês no período setembro a maio com exceção de novembro (3).

Compete-nos examinar agora a umidade, sob valor anual 79,2%, e que oscila entre 85,9 (março) e 66,2 (agôsto), ou seja 20%. Os meses de novembro a maio registram acima de 80%, com mais de 85% na fase dezembro-março.

O declínio principia em abril, para se acentuar em junho. No período mais sêco, julho-agôsto-setembro, temos 72,2% — 66,2% e 69,4%, com rápido aumento em outubro (76,9).

Analisemos a nebulosidade: Sob média anual 5,6, apresenta uma amplitude 4,7, entre os valôres de 7,6 (dezembro) e 2,9 (agôsto).

São mais nublados, acima de 7,0 os meses de novembro a março, com declínio em abril, enquanto o período maio a setembro tem menos que 5,0, e julho ou agôsto apenas 2,9.

Há assim 109 dias encobertos, a taxas acima de 10 desde outubro até março, com 16-17 em dezembro, janeiro e fevereiro. Mas 5 ou menos ocorrem de maio a setembro, os meses de inverno apresentando uma freqüência uniforme de 2 dias.

Quanto aos dias claros, somam 63, distribuídos sobretudo no inverno (11-15-15 em junho-julho-agôsto), mas ainda ocorrendo nos meses restantes, a taxas de 1-3 (março, abril, outubro e novembro), ou 7-8 (maio-setembro). Na época do verão, de dezembro a fevereiro, não se notam dias claros.

Podemos considerar agora a precipitação, ainda mais elevada que em S. Cruz, pois alcança 1817 mm. Desde outubro já supera 100 mm, para ultrapassar 200 mm nos meses de novembro a março, atingindo mesmo 306 em dezembro. O período sêco transcorre de maio a agôsto, abaixo de 50 mm por mês, sob mínimo de 8 mm em junho.

Quanto à maior altura diária, alcançou 112 mm, (abril), mantendo-se os máximos de maio a outubro, em tôrno a 70 mm.

Chove 145 dias por ano em P. Murtinho, mais que 10 por mês de outubro a abril, com 23-22-21 no período dezembro-janeiro-fevereiro. Por outro lado, apenas 1-2 ocorrem no inverno, junho a agôsto.

Temos de janeiro a dezembro frequências de 22—21—18—12—5—2—1—1—7—14—19—23, totalizando 145 dias, dos quais 56 superam 10 mm.

São freqüentes as trovoadas, 133 por ano, mais que 10 cada mês de setembro a abril, estabilizada a frequência em 18 no período outubro-janeiro. É brusca a queda em maio, no inverno ocorrendo 1-2 dias cada mês.

Continuam escassos os nevoeiros, 32 por ano, ainda comuns (3-5) de dezembro a junho, com máximo 5 em março. E mais raros, 1 mensalmente, de agôsto a outubro.

Já o orvalho, muito freqüente — 173 dias por ano —, forma-se sobretudo no inverno, de abril a agôsto, chegando a 22 dias nos vários meses de maio a julho. Mesmo nos do verão ainda ocorrem 9-10 dias.

Tem pois Presidente Murtinho um clima agradável à noite, mas quente de dia! Muito chuvoso e trovejado, com extremos abaixo de 0°, e mínimas geralmente baixas. Umidade elevada, céu nublado em metade dos casos encoberto um dia cada três, e claro um em cada seis. Chove dois dias em três no verão, mas quase nunca durante o inverno.

Quanto aos dias, só na primavera são mais quentes, de tudo resultando um clima tolerável face às temperaturas, mas ainda assim úmido.

S. LUIZ DE CACERES
16° 03' — 57° 41' — 118 ms.
— Clima Aw

Situada em níveis baixos, ao norte do Pantanal, tem esta localidade temperaturas semelhantes às de M. Grosso, mas bem inferiores às de Cuiabá. É de 23°,9 a média anual, com amplitude 5°,3 entre os extremos de 25,5 (outubro) a 20,2 (julho). A fase mais quente transcorre acima de 25° desde outubro até março, com valôres pouco abaixo daquele nível em abril e setembro. De maio a agôsto temos menos que 23°, junho e julho apresentando 20°,9 e 20°,2.

As máximas são elevadas, sob média anual 32°,1, e amplitude 4°,6, entre 34°,2 (outubro) e 29°,6 (junho). Permanecem mais quentes as tardes de setembro e outubro, acima de 34°, já no período dezembro a abril as máximas se fixando em tôrno a 32°, com pequenas ondulações, sob amplitude 0°,2, de fevereiro (31°,9) a março (32°,1).

No período maio a julho situam-se abaixo de 31°, com 29°,6 em junho, como vimos.

As mínimas traduzem noites geralmente quentes, pois sob a média anual de 19°,7, oscilam 8°,3 entre 22°,5 (janeiro) e 14°,2 (julho).

É estável a fase novembro a março, pouco acima de 22°, notando-se rápido declínio em abril, com o inverno apresentando 16°,1 — 14°,2 — 16°,1 (junho-julho-agôsto).

Temos assim 12°,3 para a amplitude média, estabilizada no verão, sob pouco me-

nos que 10º,3 para a amplitude média, estabilizada no verão, sob pouco menos que 10º de janeiro a março, mas se elevando desde abril para superar 15º no inverno. Tem como extremos 9º,5 (fevereiro) e 16º,8 (agôsto).

A máxima absoluta é muito acentuada, 42º,0 (outubro), e valôres acima de 39º ocorrem de agôsto a janeiro, excetuado dezembro. Mas sempre inferiores a 36º de maio a julho.

Já a mínima absoluta desceu quase a zero (0º,5 — agôsto), temperaturas inferiores a 2º se tendo verificado de junho a agôsto, e menores que 5º de maio a setembro. De outubro a abril superam as mínimas sempre os 10º, e de dezembro a março 14º. Foi de 41º,5 a amplitude absoluta.

Os dias quase todos quentes (330), apenas de junho a dezembro, 3 a 5 frescos por mês podendo ocorrer, reduzidos a 1 nos restantes.

Já as noites quentes somam 218, permitindo que em abril 6 frescas se verifiquem, no inverno quase todas o sendo, contra metade das de setembro, como o prova o quadro.

Enquanto isso, a nebulosidade é menos acentuada que nas estações do leste; média anual 5,2, e amplitude 4,0, entre 7,0 — fevereiro e 3,0 — julho.

Realmente de novembro a março o elemento supera 6,0, enquanto desce abaixo de 4,0 na fase de inverno, junho a agôsto.

Isto nos conduz aos dias encobertos, que totalizam 98, superando 10 cada mês de dezembro a março (13-14, em dezembro e janeiro); mas se mantendo sob taxas mensais 6-9 no outono e primavera, com declínio para 3-4 no período de inverno, junho a agôsto.

Quanto aos dias claros, de total 85, são mais comuns na época fria, com registro de 15 em julho ou agôsto, e acima de 10 por mês de maio a setembro. Declinam contudo a taxa mensal 2 de dezembro a março.

Nesta localidade podemos apreciar a insolação, com um total de 2382 horas, mais acentuada em agôsto (249) e mais fraca em fevereiro (156). Os meses de maio a agôsto superam todos 200 horas, os de abril setembro-outubro-novembro tendo 190.

12 dias de precipitação, sob máximo 17 em janeiro. Mais sêca porém a fase do inverno, sob 2-3 dias cada mês. Temos, de janeiro a dezembro, as frequências abaixo: 17—15—15—8—4—3—2—2—4—8—12—15. Total 105 dias.

É pràticamente o mesmo o número de trovoadas — 104, distribuídas em taxas mensais superiores a 10 de outubro a abril, com 13-14 dias nos vários meses de dezembro a março. Como sempre, o inverno registra menor número (3 dias) em junho, julho ou agôsto.

Os nevoeiros continuam raros, 27 por ano, a taxas de 1 por mês de setembro a janeiro, agravadas para 2-4 de fevereiro a julho, maio chegando mesmo a registrar 6 dias.

Como sempre, é muito frequente o orvalho (110 dias), formado sobretudo de abril a julho, em taxas mensais 14-15, reduzidas para 8 no verão e 4-5 na primavera. S. Luiz de Cáceres é assim quente de dia, com boa contagem de noites frescas, e muito umida, sob céu nublado em geral, e insolação regular.

	J	F	M	Ab	M	Jn	Jl	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Ano
NOITES QUENTES	30	27	30	24	9	2	1	3	15	23	25	29	218
NOITES FRESCAS	1	1	1	6	22	28	30	28	15	8	5	2	147

Pràticamente não há ventos, pois a velocidade média é apenas 0,5 mps, constante todo o ano, ou melhor, oscilando ligeiramente de 0,6 (janeiro) a 0,3 (abril).

São raríssimas as ventanias, apenas 5, sobretudo no verão, com em média 1 por mês.

Vemos que é forte a umidade, sob média anual 81,0 e amplitude 17% entre 87,2 (março) e 69,8 (setembro). Os valôres superam 80% desde novembro até junho, e 85% de janeiro a abril. Mais secos, realmente, são os meses de agôsto (71,7) e setembro (69,8), pois outubro registra 74,9%.

Vejamos a precipitação: altura mais reduzida, 1269 mm, variando de 228 (janeiro) a 10 (agôsto). Os meses de dezembro a fevereiro ultrapassam 200 mm, enquanto de maio a setembro os totais são inferiores a 50 mm, no inverno ocorrendo 22-10-10 cm (junho, julho, agôsto).

Quanto à altura máxima em 24 horas foi de 167 mm. (dezembro), não ultrapassando 60 mm os valôres registrados no inverno.

Os dias de chuva são apenas 105, dos quais 38 ultrapassam 10 mm. Permanece mais chuvoso o período novembro a março, quando todos os meses têm mais que

Extremos pronunciados, de 0 a 42º. Como as trovoadas acompanham as chuvas, o clima se torna desagradável.

CURSO DE CRÉDITO RURAL

A 7 de agôsto dêste ano, o Prof. Manoel Coutinho dos Santos, Diretor Geral do Instituto Superior de Economia e Organização, proferiu a aula inaugural do Curso de Crédito Rural, que aquêle Instituto promoveu. Transcrevemo-la, a seguir:

Neste nosso primeiro contato, se nos afigura bastante mais produtivo traçamos um panorama geral do CURSO que ora se instala e dos objetivos que procuramos atingir através dêle.

De certo modo causa espécie que, na Guanabara, Estado em que a área rural pràticamente desaparceeu ou, pelo menos, — econômicamente deixou de significar qualquer cousa no cômputo geral de sua arrecadação, alguém venha, com seriedade, tratar de assuntos rurais. A estranhesa, se houver, é no entanto, sem razão:

1.º — porque o Estado pode ter deixado de ser agrícola, mas conserva, ainda, a sua posição como CENTRO IRRADIADOR DE CULTURA e de PENSAMENTO para todo o País;

2.º — porque mantém, igualmente uma das mais importantes REDES BANCÁRIAS do País, com ramificações ou agências em tôdas as unidades da Federação;

3.º — porque muitas das mais importantes decisões administrativas nacionais são tomadas ou engendradas aqui.

Ora, o CRÉDITO RURAL, como INSTITUIÇÃO e como sistema, repousa ou se apoia na Rêde bancária e a sua Política, em princípio, é fixada pelo Banco Central, cuja sede se mantém na Guanabara. Assim, justificamos as primeiras razões que motivaram o CURSO ora instalado. Mas, tais razões por muito forte que sejam, não são as únicas Com efeito, o CRÉDITO RURAL, situa-se num contexto mais amplo e mais profundo, qual seja o da Economia Rural cujo fortalecimento o Govêrno, em documentos da envergadura do Programa Estratégico de Desenvolvimento — 1968 — 1970, preconiza como de fundamental interêsse para o País.

Quem tiver atentamente observado a Ação do CREP, através de suas iniciativas e das realizações de seu Instituto (1) verá que essas entidades sempre foram muito sensíveis aos problemas da agropecuária, já porque nesta reconheça os alicerces para o Desenvolvimento Econômico mais bem ordenado do povo brasileiro, já porque, reconhece as magníficas oportunidades de trabalho que se irão abrir para o Economista Profissional, razão primeira da existência das duas entidades e ao qual, sem desservir o País, elas procuram assistir com apoio e orientação.

Assim justificado o nosso interêsse, esclareçamos, do mesmo passo, os objetivos que procuramos atingir com a realização do CURSO DE CRÉDITO RURAL. Abstração feita do que é rotineiro e se inscreve nas próprias razões determinantes da criação do CURSO DE CRÉDITO RURAL, agora instalado, divulgar, porque de súbito interêsse para o PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO em que se empenham Govêrno e povo brasileiros, os resultados dos estudos que têm sido recentemente efetuados sôbre o assunto, quer no campo técnico da Economia e das Finanças, quer no estritamente político de sua aplicação e segurança. Òbviamente, acrescentaremos a tais contribuições ao conhecimento e prática do CRÉDITO RURAL, um pouco de nossas experiências e reflexões sôbre o mesmo.

Entretanto, como o nosso auditório não se constitui, tão sòmente de economistas ou de bancários, estruturamos o nosso CURSO com uma parte geral onde, ligeiramente é claro, serão dadas algumas noções sôbre o CRÉDITO e sôbre os BANCOS que são as suas principais agências. A partir dêste embasamento, podemos visualizar o CRÉDITO RURAL, dando ênfase, muito naturalmente ao que se pratica entre nós.

Há um aspecto, todavia, que não poderíamos deixar sem reparo, visto a sua magnitude face as incertezas do labor agrícola, queremos nos referir, aqui, à SEGURANÇA que deve, proteger, envolvendo-os, CREDORES E DEVEDORES rurais.

Realmente, o SEGURO DO CRÉDITO, vitorioso e aceito noutras áreas, ainda se não pode afirmar haja penetrado a área agrícola mas, mesmo que o houvesse feito, quer nos parecer, pouco favoreceria o trabalhador da

(1) Cfr. A Economia e os Economistas Brasileiros e contribuições Brasileiras às Ciências Econômicas.

PRODUTOS VETERINÁRIOS SOB FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Os produtos de uso veterinário estão, com a publicação do D.D. de 14/2/69, do Decreto-Lei n.º 467 de ..... 13/2/69, sujeitos à obrigatoriedade da fiscalização da indústria, do comércio e do emprêgo, em todo território nacional.

A fiscalização será exercida em todos os estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais ou entidades congêneres que fabriquem rações, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário, estendendo-se essa fiscalização desde à sua manipulação até a fase de utilização. Para tanto, ficam obrigados ao registro no M.A., através do Serviço de Defesa Sanitária Animal, — para efeito do licenciamento — todos os produtos elaborados no País ou importados, como também os estabelecimentos que os fabriquem ou fracionem e ainda aquêles que comerciem ou armazenem produtos de natureza biológica.

Eis, na íntegra, o decreto-lei:

"Art. 1.º É estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização da indústria, do comércio e do emprêgo de produtos de uso veterinário em todo o território nacional .

Parágrafo único. Entende-se por produtos de uso veterinário para efeito do presente Decreto-Lei, todos os preparados de fórmula simples ou complexa, de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinados a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais, ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal.

Art. 2.º A fiscalização de que trata o presente Decreto-Lei será exercida em todos os estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais ou entidades congêneres que fabriquem, fracionem, comerciem ou armazenem produtos de uso v e t e r i nário, estendendo-se essa fiscalização à manipulação, ao acondicionamento e à fase de utilização dos mesmos.

Art. 3.º — Todos os produtos de uso veterinário, elaborados no País ou importados, e bem assim os estabelecimentos que os fabriquem ou fracionem e ainda aquêles que comerciem ou armazenem produtos de natureza biológica e outros que necessitem de cuidados especiais, ficam obrigados ao registro no Ministério da Agricultura, para efeito de licenciamento.

§ 1.º — A licença que habilitará ao funcionamento do estabelecimento será renovada anualmente.

§ 2.º — A licença que habilitará a comercialização dos produtos de uso veterinário, elaborados no País, será válida por 10 (dez anos).

§ 3.º — A licença para comercialização de produtos de uso vterinário, importados parcial ou totalmente, terá validade máxima de 3 (três) anos, podendo ser renovada para os casos da execução prevista no Art. 5.º dêste Decreto-Lei.

§ 4.º — Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da entrada do pedido de registro ou da renovação da licença do produto no órgão Central competente, quando êste não houver se manifestado, será imediatamente emitida licença provisória válida por 1 (um) ano, salvo os casos especiais definidos na regulamentação do presente Decreto-Lei.

Art. 4.º — Os produtos definidos no Artigo 1.º parágrafo único, parcial ou totalmente importados, deverão ser integralmente elaborados no país, dentro de pra-

---

gleba se, desacompanhado de seu complemento a PRODUÇÃO agropecuária. É que, sobretudo no caso brasileiro, proteger com o SEGURO apenas o INVESTIDOR agrícola, poderia atrair capitais para o Meio Rural, mas, pelo desamparo em que ficaria o PRODUTOR, não criaria, em épocas de intempérie sobretudo, as condições de serenidade tão necessárias ao prosseguimento das fainas agropecuárias e, mais que isso, no processo de expansão econômica do SETOR AGRÍCOLA NACIONAL.

Resta-nos, para concluir, dizer alguma coisa respeitante a quarta e última parte de nosso Programa. Trata-se, conforme sabemos, da POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL. Em que pese a importância do que se disser ou fizer em prol do CRÉDITO RURAL o mesmo só adquirirá o sentido que a legislação brasileira sabiamente especificou se, a sua POLÍTICA fôr bem inspirada e aceita e seguida sem desfalecimentos. Isto se explica e compreende fàcilmente se, se tiver em conta que está na esfera política o decidir e normalizar as formas de aplicação de CRÉDITO RURAL, especificando os quântuns e as datas de tôdas as aplicações.

Em síntese é o que poderemos informar sôbre o CURSO DE CRÉDITO RURAL, os detalhes virão com o tempo e nas aulas subseqüentes.

zo de 3 (três) anos, exceto quando devidamente comprovada a impossibilidade de sua fabricação no território nacional, através da Entidade de Classe da Indústria Veterinária.

Parágrafo único — O prazo a que se refere êste artigo será contado, a partir da data da publicação dêste Decreto-Lei, para os produtos já licenciados e da data do respectivo licenciamento, para aquêles que, nas mesmas condições, venham a ser comercializados.

Art. 5.º — Pela execução dos serviços de fiscalização previsto neste Decreto-Lei, serão cobradas as seguintes taxas:

a) de licenciamento anual dos estabelecimentos que importem, fabriquem, fracionem, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário — até 10 (dez) produtos — um salário mínimo do maior valor vigente no País, e, acima, dois salários mínimos;

b) de licença para comercialização de cada produto — meio a dois salários-mínimos de maior valor vigente no país, de acôrdo com a natureza e as características de cada produto e de conformidade com o que estabelecer a regulamentação do presente Decreto-Lei.

Parágrafo único — Os estabelecimentos oficiais, cooperativas e sindicatos rurais, ficam isentos do pagamento das taxas referidas neste artigo.

Art. 6.º — As infrações ao presente Decreto-Lei e respectiva regulamentação ficam sujeitas a penas de advertência, ou multas correspondentes ao valor de 1 (um) a 3 (três) vêzes o maior salário-mínimo vigente no País, dobrados sucessivamente nas reincidências até 3 (três) vêzes, sem prejuízo, quando fôr o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis.

Art. 7.º — Das multas e demais penalidades, aplicadas pelo órgão incumbido da execução dêste Decreto-Lei, caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, dentro do prazo de 30 (trinta) dias e recurso dentro de igual período, subseqüente, ao Senhor Ministro da Agricultura, ressalvado o recurso ao Poder Judiciário, se cabível.

Art. 8.º — A responsabilidade técnica dos estabelecimentos a que se refere êste Decreto-Lei, caberá obrigatòriamente a veterinário, farmacêutico ou químico, conforme a natureza do produto, a critério do órgão incumbido de sua execução.

Art. 9.º — É vedado a todo servidor em exercício no órgão fiscalizador, e ao seu consorte, empregarem sua atividade em estabelecimentos particulares que produzem, fracionem, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário, ou mantenham com os mesmos qualquer relação comercial, ainda que como acionistas, cotistas ou comanditários.

Art. 10.º — Fica criado, no Ministério da Agricultura, Veterinária, que terá sua Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, a Comissão de Biofarmácia Veterinária, que te ára sua organização e atribuições definidas na regulamentação do presente Decreto-Lei.

Art. 11.º — Compete ao Ministério da Agricultura, através do Serviço de Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, a execução do presente Decreto-Lei, bem como da respectiva regulamentação.

Art. 12.º — O presente Decreto-Lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, será regulamentado pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, ficando revogadas as disposições em contrário".

Incentivador da Mecanização Agrícola

Realizou-se a 31 de julho, último, na sede da Sociedade Paulista de Agronomia, na Capital, o grande almôço com que amigos e colegas do ex-Diretor do Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura, Dr. Paulo da Rocha Camargo, atualmente na direção da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo — ...... CEAGESP, (antigo, C.E.A. S.A.), homenagearam êsse engenheiro agrônomo, pelos relevantes serviços por êle prestados à agricultura de São Paulo e do Brasil, principalmente no setor de mecanização agrícola.

Cêrca de 150 pessoas compareceram ao almôço que contou com a presença do Diretor-Geral do DEMA, Dr Raul José Collet Silva, a quem coube presidi-lo.

Ao Dr. Paulo da Rocha Camargo foi entregue na ocasião pelo Dr. Ciro de Camargo Braga, Diretor de Divisão de Mecanização do DEMA, em nome dos funcionários dêsse Departamento, uma placa de prata em cujos dizeres se ressalta o seu papel de "grande incentivador da mecanização agrícola" e o "exemplo de probidade e idealismo" do homenageado. Pela direção do DEMA foi conferido ao Dr. Paulo da Rocha Camargo um diploma de "Tratorista Honorário", mencionando-se nesse documento o idealismo do homenageado durante o período de 29 de janeiro de 1950 a 12 de junho último, datas essas que marcam a sua entrada e saída daquele Departamento A placa foi entregue pelo Diretor-Geral do DEMA, Dr. Raul José Collet Silva. Na oportunidade foi oferecido à Sra. D. Carmem de Camargo, espôsa do Dr. Paulo da Rocha Camargo, lindo ramalhete de rosas, entregue à mesma pela espôsa do Diretor da Divisão de Mecanização, Sra. D. Silva Palhano Braga.

Notícias e Informações

FINANCIAMENTO PARA MILHO, FEIJÃO E ARROZ

Através da sua Secretaria da Agricultura, o Govêrno baiano já encaminhou ao Banco do Brasil proposta-convênio para, através do Instituto Baiano de Crédito Rural, ampliar o sistema de financiamento para as culturas consideradas essenciais: milho, feijão e arroz.

NÚCLEOS AGRÍCOLAS

O Rio Grande do Norte e a Paraíba foram escolhidos pela SUDENE, para sede de núcleos agrícolas que serão mais tarde estendidos a outros Estados. As últimas liberações da autarquia, destinadas ao Rio Grande do Norte, através dos benefícios oriundos dos artigos 34/18, já somam mais de NCr$ 5 mil.

MILHO

Os técnicos em abastecimento estão eufóricos com a safra de milho prevista para êste ano, que deverá ser superior a 13,8 milhões de toneladas.

A boa perspectiva da safra fêz com que as autoridades estudassem o melhor aproveitamento dos subprodutos do milho para consumo industrial, inclusive a mistura de fubá à farinha de trigo destinada à indústria de panificação, abrindo assim um nôvo mercado para o cereal.

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Está na fase final a elaboração do projeto de patrulhas moto-mecanizadas, que irão integrar o sistema assistencial da Companhia de Desenvolvimento Agropecuária do Ceará — CODAGRO, em benefício da agricultura do Estado, conforme previsto no programa de atividades dêsse órgão para o ano em curso.

SUDENE INVESTE NO COOPERATIVISMO

Através de convênios com organizações estaduais ligadas a cooperativas nordestinas, a SUDENE vai aplicar no cooperativismo da Região cêrca de NCr$ 400 mil.

SUDENE INVESTE NO COOPERATIVISMO

A Secretaria de Minas e Energia do Estado do Rio começará a estudar a viabilidade da criação da Cooperativa de Eletrificação Rural Teresópolis — Friburgo, para beneficiar dois mil agricultores.

FINANCIAMENTO DO BID À AGROPECUÁRIA

Financiamentos no total de US$ 26 milhões, provenientes do Banco Interamericano, de Desenvolvimento (BID), serão concedidos pelo Conselho de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE) aos criadores de gado de corte da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

CANA-DE-AÇÚCAR

Fornecedores de cana afirmaram que as sêcas constituem a principal causa da quebra de produção, que êste ano apresenta um quadro desanimador para o produtor, prejudicado ainda nas suas finanças pela falta de critério de pagamento da cana por parte de algumas usinas.

ESTADO DO RIO JÁ MATOU 5 MIL MORCEGOS

A Secretaria de Agricultura informou que uma campanha conjunta com técnicos do Ministério da Agricultura, destinada a combater as zoonoses dos rebanhos bovinos fluminenses, já permitiu, êste ano, a captura e eliminação de mais de cinco mil morcegos hematófagos, transmissores de raiva. É muito pouco mas já é alguma coisa.

PRIMEIROS RESULTADOS DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Os dois primeiros bezerros gerados através do processo de inseminação artificial, introduzido no Distrito Federal pela Secretaria de Agricultura e Produção, nasceram esta semana, na fazenda Fittipaldi, assistidos por veterinários do Departamento Agropecuário da Fundação Zoobotânica.

BRUCELOSE E FEBRE AFTOSA

O Grupo Executivo da Produção Animal efetuou, durante o corrente ano, cêrca de 600 testes de brucelose no rebanho bovino de Alagoas, afirmando que, paralelamente, 14 mil animais foram imunizados contra a febre aftosa na zona sertaneja.

INDÚSTRIA DO CACAU CARECE DE PROTEÇÃO

As investidas de indústrias estrangeiras sôbre a produção bruta do cacau da Bahia e outros Estados brasileiros, deixando as indústrias de derivados sem matéria-prima, poderá levá-las ao fechamento caso não se adote medidas de proteção à indústria cacaueira.

FALTA DE MILHO AMEAÇA 100 MIL AVES

Cêrca de 100 mil aves pertencentes às granjas de todo o Ceará estão ameaçadas de morrer de fome por falta de rações, já que falta milho na praça e não há sorgo para a preparação do alimento das aves.

INDA E IMPORTAÇÃO DE TRATORES

O INDA aprovou o financiamento de importação de 293 tratores de esteira e respectivos implementos. Prazo de 8 anos, um ano de carência. Cooperativas e outras entidades farão a importação, para revenda a agricultores .

CLASSE MÉDIA RURAL

As medidas adotadas pelo Govêrno na região da agroindústria canavieira do Nordeste vão possibilitar o aparecimento, dentro em breve, de uma nova classe média rural, cuja renda **per capita** absorverá apreciável parcela da produção industrial nordestina.

INDA FINANCIA BALANÇAS A CRIADORES

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) está financiando a aquisição de balanças aos criadores interessados nas provas zootécnicas. Os implementos serão vendidos através da Sociedade Nordestina dos Criadores, financiados por cinco anos com juros e taxas num total de 12% ao ano.

ABERTURA DE POÇOS

O Govêrno baiano, através da Secretaria de Agricultura, com a colaboração financeira do Banco do Brasil, executará um programa de desenvolvimento da pecuária na região da Encosta da Chapada Diamantina, perfurando poços tubulares, já que a falta de água representa o fator limitante dos rebanhos naquela área. Os poços destinam-se exclusivamente às finalidades da pecuária e a perfuração será efetuada depois de estudos geológicos.

COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

Mais duas cooperativas de eletrificação rural constam no Plano Trienal de energia para o agricultor, elaborado e remetido ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário pela Superintendência de Eletrificação Rural de Alagoas.

Os projetos de constituição das Cooperativas já estão sendo elaborados e deverão ser executados em 1970 e 1971, atingindo as propriedades localizadas nas zonas canavieiras, agreste e grande parte do sertão de Alagoas.

FERTILIDADE DO SOLO

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), em acôrdo celebrado com o Instituto de Pesquisas Agropecuária do Nordeste, vai aplicar .... NCr$ 50.000,00 com a realização de análises de fertilidade do solo nos municípios de Surubim (Pernambuco), Palmeira dos Índios (Alagoas) e Mossoró (Rio Grande do Norte).

NOVOS PROJETOS AGROPECUÁRIOS PARA O NORDESTE

Os seis projetos agropecuários aprovados na última reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE possibilitarão uma maior produção anual de aves, carnes de boi e porco, além de caju, goiaba e côco.

A implantação dêsses projetos propiciará, ainda, o aumento da oferta de alimentos para os rebanhos nordestinos, através da criação e melhoramento de pastagens.

COLHEITA DE GIRASSOL

Já foi iniciada em Caruaru a colheita, para aproveitamento industrial, da primeira safra do girassol. Foram aproveitadas duas toneladas e meia de sementes, para fabricação do óleo de girassol.

NOVA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Brasília — Na Universidade de Brasília começou a funcionar em agôsto a Faculdade de Ciências Agrárias, cujos cursos, com aulas práticas numa fazenda, formarão especialistas em Agronomia, Veterinária, Floresta e Zootécnica.

CEM MILHÕES DE DÓLARES PARA O ABASTECIMENTO

Será de US$ 100 milhões o custo aproximado das onze primeiras Centrais de Abastecimento a serem construídas no País, segundo revelou o ministro da Agricultura, sr. Ivo Arzua, ao anunciar os planos de implantação da Rêde Nacional de Abastecimento (RENA), emprêsa descentralizada a ser estruturada nos moldes do Banco Nacional da Habitação, com a participação de capitais do Govêrno e da iniciativa privada, e que será uma das etapas do programa destinado a modernizar o sistema nacional de comercialização de produtos agropecuários.

FEIJÃO EM CÔRES

Está sendo considerada apenas regular a procura pelo chamado feijão em côres, pôsto à venda pela SUNAB por NCr$ 0,34 o quilo, através da rêde CADEP, para enfrentar o que aquêle órgão considera "manobra especulativa" dos atacadistas, os quais estariam retendo o feijão-prêto estocado para forçar a alta nos preços.

SAFRA ALGODOEIRA

O Brasil terá, êste ano, uma safra sem precedente de algodão, calculada em 6.200.000 fardos, enquanto que a do México será de apenas 2.100.000.

Um informe do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos sôbre a próxima safra de dois dos principais produtores latino-americanos, indica que a do Brasil continua aumentando, enquanto a do México tende a diminuir.

SAFRA DO AÇÚCAR PERNAMBUCANO

Na moagem de cana que se inicia oficialmente a primeiro de setembro no Nordeste, Pernambuco espera produzir uma safra recorde de açúcar, como resultado de um dos mais favoráveis invernos à lavoura canavieira, nos últimos dez anos.

CONTRÔLE DA ACIDEZ DO SOLO

A aplicação dos resíduos dos altos fornos, resultantes da fabricação de ferro-gusa e de aço, no contrôle da acidez dos solos, poderá ser feita pelos ruralistas brasileiros, após testes efetuados e que tiveram resultados positivos.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA GAÚCHA

Projeto pioneiro no Brasil canalizará para o Rio Grande do Sul recursos da agência Internacional para o Desenvolvimento que serão empregados na instalação de escolas para o ensino prático de mecanização agrícola, incluindo manejo e conservação das máquinas.

EXPORTAÇÃO AGRÍCOLA DE 1968

A exportação de produtos primários, exceto café, cacau e açúcar, cuja produção não se encontra na esfera do Ministério da Agricultura, produziu, em 1968, uma receita de divisas da ordem de US$ 503,3 milhões, o que representa um incremento da ordem de 57,1% em relação à média registrada no decênio 1958/67.

REBANHO DOBRADO

O rebanho bovino de Alagoas tem condições de duplicar em pouco tempo. Se as condições climáticas favorecerem e com os incentivos que o Govêrno está oferecendo não há quem impeça o dôbro do gado que pasta nos campos alagoanos. Hoje há mais de um milhão de cabeças.

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO

O Brasil é atualmente o segundo exportador mundial de algodão, tendo superado nesse campo a União Soviética e ficando atrás apenas dos Estados Unidos. A produção algodoeira do Brasil para êste ano está prevista em 350 mil toneladas.

SEMENTES PARA PERNAMBUCO

A SUDENE e o Govêrno de Pernambuco assinaram convênio para produção de 400 toneladas de sementes, o que solucionará, a partir de 1970, a carência de grãos selecionados na agricultura pernambucana.

PADRONIZAÇÃO DA COTONICULTURA NORDESTINA

Caberá à Bôlsa de Mercadorias de São Paulo a tarefa de elaborar os planos para que o algodão do Nordeste brasileiro possa ser classificado e padronizado, como é feito em São Paulo há muitos anos. Essa foi a colaboração da delegação paulista ao Encontro Algodoeiro do Nordeste, que reuniu oito Estados produtores em Natal, no Rio Grande do Norte.

POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL

A dinamização do trabalho de Crédito Rural Educativo é um dos pontos que se destacam dentro do Plano de Ação a ser executado êste ano pelo Serviço de Extensão Rural de Pernambuco, dando maior amplitude, e profundidade à nova política adotada pelo Banco Central, visando a levar o financiamento às atividades agrícolas das comunidades rurais.

FÁBRICA DE FERTILIZANTES

Investimentos de .... NCr$ 39,7 milhões serão feitos na implantação, no Rio Grande do Sul, de uma fábrica de fertilizantes, com produção anual de 300 mil toneladas, segundo projeto aprovado pelo Grupo Executivo da Comissão de Desenvolvimento Industrial.

OITENTA MILHÕES DE DÓLARES PARA AGROPECUÁRIA

Recursos da ordem de US$ 80 milhões, provenientes de acôrdo firmado pelo govêrno brasileiro com o Banco Mundial, serão aplicados nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Noventa e um pecuaristas já pediram empréstimos que atingem a um montante de NCr$ 31,5 milhões.

POVILHAMENTO AÉREO

Em Pernambuco, operam regularmente duas aeronaves especializadas em polvilhamentos aéreos, que, em apenas um mês de funcionamento, já têm pràticamente concluídos êsses serviços para as usinas Pumaty e Pedrosa, com uma cobertura total em tôrno de 6 mil hectares.

MECANIZAÇÃO DO CAMPO EM PERNAMBUCO

O Govêrno do Estado de Pernambuco dentro de seu plano de modernização agrícola, vai instalar no Interior — Ouricuri, São José do Egito, Petrolândia e Vertentes — mais quatro agências da Companhia de Mecanização Agrícola de Pernambuco, para ajudar o homem do campo na dinamização e racionalização de suas atividades.

TENDÊNCIA AO MAIOR INVESTIMENTO EM TERRAS

Pesquisa realizada na bacia leiteira de Alagoas mostra que 58% do capital das emprêsas é representado pelo fator "terra"; 24%, pelo item "rebanho"; 16%, por benfeitores e apenas 2% em equipamentos.

O estudo foi realizado pelo Banco do Nordeste do Brasil, sob o título "Análise de Uma Função de Produção", concluindo haver tendência generalizada do produtor rural para investir em terras.

ELETRÔNICA NO COMBATE A SAÚVA

O Sincron-Cicloton da Universidade Federal Fluminense — acelerador de partículas que produz radiosótopos — vai ser utilizado agora no combate à saúve, através de convênio com a administração estadual.

COMBATE À CIGARRINHA

Três aviões foram adquiridos recentemente pelo Instituto do Açúcar e do Álcool e têm como especialidade o emprêgo na polvilhação de inseticida, devendo nesta missão atuar contra a cigarrinha numa área que abrange 25 usinas nos Estados de Pernambuco e Alagoas, durante o período de um mês.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE 1969-1970

A produção agrícola na safra 1969-70 deverá apresentar um crescimento de cêrca de 10%, embora a escassez de chuvas em algumas regiões tenha trazido algum prejuízo às lavouras. O aumento na área plantada em 1969 é da ordem de 3%, enquanto o consumo de fertilizantes cresceu em 30%.

SUDENE EMPREGA NORDESTINOS

Mais 630 mil nordestinos terão emprêgo, com os 700 projetos aprovados pela SUDENE, dos quais pelo menos 200 já foram implantados, sòmente no setor industrial, segundo anunciou o Coronel Costa Cavalcanti, ao enfatizar o que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em quase dez anos de atuação, vem conseguindo modificar na região.

FINANCIAMENTO PARA FEIJÃO É DE 50 MILHÕES

O Conselho Nacional de Abastecimento — SUNABAO — aprovou o esquema financeiro que beneficiará os plantadores de feijão como cultura intercalada de café e cana-de-açúcar, calculando em tôrno de ..... NCR$ 50 milhões o total do financiamento.

PRODUÇAO COMO MEDIDA DE SEGURANÇA

O aumento da produção agrícola para alimentação da crescente população brasileira é um imperativo de segurança nacional, principalmente se considerarmos que nos casos de conflitos internacionais os grandes produtores mundiais suspendem imediatamente as exportações dos gêneros básicos a subsistência, provocando o racionamento nos países importadores, como aconteceu no Brasil durante a II Guerra Mundial. (Ministro Ivo Arzua).

SÊCA PREJUDICA AGROPECUÁRIA

A prolongada estiagem que se vem verificando êste ano em São Paulo, segundo técnicos da Secretaria da Agricultura, está prejudicando tôdas as culturas tradicionais do período das sêcas. A situação é considerada das mais graves porque já começaram a escassear as pastagens, e afetando, conseqüentemente, a agropecuária.

INDÚSTRIA DA BANANA

A instalação de um complexo industrial no vale do Ribeira para aproveitamento dos excedentes das safras de banana, reclamada há muitos anos por autoridades e agricultores da região, tem sido motivo de promessas jamais cumpridas. Tais excedentes são calculados em 10 a 15 milhões de cachos, representando mais de 30% das colheitas.

PRODUÇÃO DE MANDIOCA

A produção de mandioca contribui com 11% para a formação da renda bruta da lavoura maranhense, correspondendo essa cultura a 10% da safra nordestina do produto.

ABACAXI

Para explorar as 700 mil caixas de abacaxi, produção estimada da safra dêste ano na Paraíba, os exportadores recolherão ao Erário estadual cêrca de NCr$ 1 milhão em ICM. Ano passado a Paraíba exportou 630 mil caixas.

TENDÊNCIA DOS PRODUTORES NORDESTINOS

A tendência dos produtores rurais do Nordeste é pelo investimento nas terras da região, foi o que revelou uma pesquisa realizada pelos técnicos do Banco do Brasil, levada a efeito na bacia leiteira de Alagoas e determinando, que das emprêsas locais, 58 por cento do capital são representados por terras. Com 24 por cento, vêm em segundo lugar os investimentos em rebanhos e, em seguida, o capital empregado em benfeitorias: 16 por cento.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao periodo de julho — agôsto de 1969

GOVERNO FEDERAL

AÇÚCAR — Abastecimento — Homologação de preço de venda

O Superintendente da SUNAB homologou os preços de liquidação e faturamento do açúcar cristal standard, com polarização de 99,3.º, por saco de 60 quilos bruto, na condição PVU (pôsto no vagão ou veículo na usina), fixado pelo IAA através do Ato n.º 12. de 1969 .

Os preços de liquidação homologados são de ...... NCr$ 10,56 na Região Centro-Sul e de NCr$ 26,66 na Região Norte-Nordeste, e os de faturamento homologados são de NCr$ 25,81 na Região Centro Sul e de NCr$ 30,77 na Região Norte-Nordeste, incluídos, em ambos os preços, a contribuição de NCr$ 1,86 para o IAA, criada pelo Decreto-lei n.º 308, de 1067, e o valor do ICM, calculado na base de 17% para a Região Centro Sul e de 18% para a Região Norte-Nordeste.

Ambos os preços sòmente se aplicam para a comercialização do açúcar cristal dentro do Estado produtor. Quando êsse açúcar se destinar a outro Estado, que não o produtor, o preço de faturamento, na quantidade e condições referidas, será de NCr$ 25,20, na Região Centro-Sul e de NCr$ 29,68, na Região Norte-Nordeste, incluídos, em ambos os preços, a contribuição para o IAA de NCr$ 1,86 e o montante do ICM, calculado na base de 15%.

Os tipos de açúcar de qualidade superior terão os seguintes ágios sôbre o preço oficial de liquidação do açúcar cristal standard, não incluído o valor correspondente ao IPI, quando incidente:

TIPOS	CENTRO/SUL	NORTE NORDESTE
	NCr$	NCr$
Cristal superior (5%)	0,08	1,33
Cristal triturado ou moído (6%)	1,17	1,60
Cristal superior peneirado (10%)	1,96	2,67
Cristal especial (15%) ...	2,93	4,00
Granulado americano comum de produção direta, não refinado (15%)	2,93	4,00
Granulado americano superior, de produção direta, não refinado (20%)	3,91	5,33
Refinado amorfo de primeira (24%)	4,96	6,40
Refinado amorfo extra (tipos finos) (30%) ..	5,87	8,00
Refinado granulado (30%)	7,43	10,13

(MA—SUNAB — Portaria n.º 65, de 18-6-69 — DO—II, de 27-6-69, p. 1.686).

AÇÚCAR — Cana — Preços — Safra 1969/70

O IAA fixou os preços oficiais para os diversos tipos de açúcar e de cana da safra 1969/70. O açúcar na Região Centro—Sul e NCr$ 26,66 na Região Nortecristal standard será remunerado na base de NCr$ 19,56 Nordeste, por saco de 60 quilos brutos.

O faturamento será na base de NCr$ 25,81 e...... NCr$ 30,77 para as mesmas regiões.

Os preços de liquidação do açúcar demerara, destinado à exportação para mercados externos, foram fixados em NCr$ 17,80 e 24,26 para as Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, respectivamente, por saco de 60 quilos brutos. Seu pagamento será efetuado semanalmentte pelo IAA.

Quanto à cana, os preços-base da tonelada do produto colocado na esteira e fornecido às usinas do País, na safra de 1969/70, serão de NCr$ 17,80 na Região Centro-Sul e NCr$ 27,40 na Região Norte-Nordeste. O cálculo tomará por ponto de referência o rendimento de 00 quilos de açúcar cristal por tonelada de cana na primeira região de 94 quilos na segunda. O pagamento será feito quinzenalmente e compreenderá os fornecimentos da quinzena anterior.

O IAA também promoverá o financiamento do açúcar cristal e dos tipos superiores não refinados na base de até 80% dos preços oficiais de liquidação. Êsse benefício, contudo, será suspenso para as usinas em atraso no pagamento das canas recebidas ou as que tiverem retido para crédito do IAA ou Banco do Brasil importância descontadas dos fornecedores (MIC-IAA — Resolução n.º 2.028, de 27-6-69 — DO—II de 17-7-69, p. 1.921).

AÇÚCAR — Comercialização — Safra junho/agôsto de 1969

O Presidente do IAA fixou as cotas mensais de comercialização de açúcar cristal para o periodo de safra, compreendido entre 1.º de junho e 31 de agôsto de 1969, a serem observadas pelas cooperativas centralizadoras e vendas e usinas não cooperadas de Pernambuco e Alagoas.

Os saldos finais das contas não utilizados até 31-8-69 ficam cancelados e incorporados às disponibilidades para a safra de 1969/70 (MIC—IAA — Ato n.º 25, de 22-7-69 — DO—II de 11-8-69, p. 2.118).

AÇÚCAR — Cota de Comercialização — São Paulo

O Presidente do IAA estabeleceu, para o Estado de S. Paulo, as cotas de coremeialização de açúcar cristal da safra 1969/70, que serão distribuídas em dois períodos: o primeiro entre 1.º julho e 30 de novembro, e o segundo estendendo-se de 1-12-69 até 30-6-70 (MIC—IAA — Ato n.º 24, de 8- 7-69 — DO—II, de 23-7-69, p. 1.985).

AÇÚCAR — Cotas Compulsórias à Guanabara

O Presidente do IAA atribuiu às usinas fluminenses não-cooperadas e à Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool a entrega das cotas compulsórias de suprimento das refinarias autônomas da Guanabara, a cargo das usinas paulistas, e correspon-

legislação agrícola

dentes nos meses de julho e agôsto de 1969. Para efeitos fiscais, essas cotas são consideradas antecipação de saídas, por conta das cotas de comercialização dos meses seguintes (MIC—IAA — Ato n.º 23, de 8-7-69 — DO—II de 23-7-69, p. 1.985).

AÇÚCAR — Moagem de Cana — Região Centro-Sul

O Conselho Deliberativo do IAA autorizou as usinas dos Estados da Região Centro-Sul a prosseguir a moagem de canas até o volume das respectivas cotas oficiais de produção de açúcar, uma vez atingidas as autorizações individuais de acôrdo com o Plano de Defesa da Safra 1969/70 (MIC—IAA — Resolução n.º 2.026, de 16-7-69 — DO—II de 23-7-69, p. 1.985).

AGRÔNOMOS — ARQUITETOS — ENGENHEIROS — Fiscalização da Profissão

O Presidente da República revogou o Decreto-lei n.º 620, de 1969, que limitara a um só órgão fiscalizador das atividades dos engenheiros, agrônomos e arquitetos.

Ficou, em conseqüência, restabelecida, para êsse fim, a competência dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), mantidas igualmente as atribuições do Conselho Federal, que receberá 15% da renda proveniente das taxas de expedição das carteiras profissionais e de registro e das multas aplicadas de acôrdo com aquêle dispositivo legal (Decreto lei n.º 711, de 29-7-69 — DO de 30-7-69, p. 6.481).

ALGODÃO, AMENDOIM, ARROZ, FEIJÃO, MAMONA, MILHO, SOJA e MANDIOCA — Preços Mínimos — Safra 1969/70

Foram fixados os novos preços mínimos para financiamento ou aquisição de algodão, amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão, mamona, milho e soja, das Regiões Centrais e Meridional, da safra 1969/70, correspondente à colheita do ano agrícola compreendido de 1-8-69 a 31-7-70. As regiões abrangidas referem-se aos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal e Território de Rondônia.

As operações serão realizadas de preferência com produtores ou suas cooperativas, podendo, contudo, as de financiamento com opção de venda ser estendidas a terceiros em caráter excepcional (Decreto n.º 64.933, de 5-8-69 — DO de 7-8-69, p. 6.754).

AMENDOIM — Preços Mínimos — (V. Algodão)

ARROZ — Preços Mínimos — (V. Algodão)

BORRACHA VEGETAL — Preços — Reajuste

O Conselho Nacional da Borracha decidiu reajustar em 20%, a partir de 1-7-69, o preço básico das borrachas vegetais nacionais silvestres (MIC—CNB — Resolução n.º 6, de 27-6-69, DO de 22-7-69, p. 6.226).

CAFÉ — Compra pelo IBC — Normas de Faturamento

A diretoria do IBC aprovou as normas referentes às compras de cafés da safra 1969/70. O produto deverá ser acondicionado em sacaria nova, com o pêso de 60,5 quilos brutos, com taxas e impostos pagos. Os preços do IBC variam a quota ou a data de seus despachos ou entregas, dividindo-se os tipos do produto em cafés da quota despolpada e cafés da quota comum. O pagamento das faturas será feito, pelas agências do Banco do Brasil, um mês após sua apresentação ao IBC, contra a entrega dos documentos representativos do café faturado (MIC—IBC — Resolução n.º 467, de 30-6-69 — DO II de 8-7-69, p. 1.866).

CAFÉ — Exportação — Aquisição de Cambiais — Preços Mínimos

O IBC estabeleceu que o Banco do Brasil e demais estabelecimentos bancários autorizados adquirirão aos seguintes preços mínimos de registro básico, por saca de 60,5 quilos brutos, as cambiais das exportações da café embarcado a partir de 26 de junho de 1969:

— NCr$ 112,20 — cafés despolpados com características de tipo e bebida peculiares e preços mínimo de US$ 0,36.50 por libra-pêso na declaração de vendas; NCr$ 101,30 — cafés do tipo 6, bebida isenta de gôsto "Rio Zona", preço mínimo de US$ 0,36,50 por libra-pêso na declaração. Os preços fixados para as cambiais nestes dois casos valerão para embarques em qualquer pôrto; NCr$ 66,00 — cafés do tipo 6 com o preço mínimo de US$ 0,35.50 por libra-pêso — embarques nos portos de Paranaguá e Antonina; NCr$ 80,10 — cafés do tipo 7/8, melhor bebida "Rio Zona", US$ 0,32.50 por libra-pêso — embarques nos portos do Rio de Janeiro e Niterói; NCr$ 72,10 — cafés tipo 7/8, melhor bebida "Rio Zona", ao preço de US$ 0,31.00 por libra-pêso — embarques nos portos de Vitória, Recife, Salvador e Itajaí.

Os valôres em moeda nacional para aquisição das cambiais prevalecerão para as compras de letras à vista, e a parcela das cambiais correspondentes à diferença para mais entre os preços de venda declarados e os registro mínimo será negociada a taxa livremente contratadas.

O IBC admite a remessa, pelos exportadores, em "Conta Gráfica", de comissões de 1,5% e 3% no máximo, nos casos de exportação para os Estados Unidos da América e para os demais destinos, respectivamente, à exceção da Argentina e Uruguai. Nestes dois últimos casos, o IBC admite remessa de comissão de 6,25%, independentemente de pagamento pelo exportador (MIC—IBC — Resolução n.º 466, de 26-6-69 — DO—II de 30-6-69, p. 1.665).

CANA-DE-AÇÚCAR — Preço-Base — Região Centro-Sul — Safra 1968/70 — ICM

O IAA resolveu que o preço-base da tonelada de cana posta na esteira e fornecida às usinas da Região Centro-Sul na safra de 1969/70 deverá ser acrescido quando houver a incidência do impôsto sôbre circulação de mercadorias:

1) de NCr$ 3,65 — alíquota de 17% — para entregas às unidades produtoras situadas dentro do território do Estado. Preço final; NCr$ 21,45 por tonelada;

2) de NCr$ 3,14 — alíquota de 15% — quando as entregas se destinarem a unidades produtoras de outro Estado.

Em conseqüência, os preços da tonelada de cana na esteira, já incluído o ICM, serão de NCr$ 21,45, quando incidente a alíquota de 17%, e de NCr$ 20,94, quando incidente a alíquota de 15%.

Os valôres de NCr$ 3,65 ou NCr$ 3,15, correspondentes à incidência do ICM sôbre a tonelada de cana, constituirão crédito fiscal da usina recebedora dessa matéria-prima, na base de NCr$ 2,33 ou NCr$ 2,00 por saco de açúcar, respectivamente (MIC—IAA — Ato n.º 17, de 12-6-69 — DO—II de 30-6-69, p. 1.065).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Lucro e Normas de Comercialização

O Superintendente da SUNAB estabeleceu para os pecuaristas a obrigação de, sempre que lhes forem solicitados, preencherem e entregarem ao representante da representante da SUNAB indicado, contra recibo e no prazo de 48 horas, devidamente assinados, os questionários de cadastro de sua atividade.

Para os frigoríficos, matadouros, marchantes, entrepostos, cooperativas, distribuidores e demais firmas que operam com atacadistas de carne bovina, foi instituída a obrigação de apresentarem, às Delegacias Regionais da SUNAB, os Boletins de Distribuição diária, relativos à carne bovina recebida e distribuída, com a discriminação das peças (dianteiro e traseiro), os respectivos pesos e preços, ainda que a distribuição ocorra em sábados, domingos ou feriados. A apresentação deverá ser feita até às 17 horas do dia útil e imediato ao relatado, devendo o boletim ser apresentado, ainda que não ocorra distribuição.

A partir de 1-8-69 as firmas acima mencionadas estabelecidas nos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul deverão fazer constar nas notas fiscais aos varejistas o valor real e o valor tributável correspondentes à redução de ICM a elas concedida, na forma do que foi deliberado no VI Convênio dos Secretários da Fazenda da Região Centro-Sul.

Ao atacadista fica proibido incluir na nota fiscal de venda de carne bovina ao varejista qualquer acréscimo correspondente à comissão de distribuição ou carrêto, sendo que o valor dêste deverá ser cobrado em nota à parte à fiscalização da SUNAB.

Para o varejista foram estabelecidas normas de comercialização da carne bovina, dispondo: a proibição de venda ao consumidor de carne que contenha sebo ou aponevrose; que o contrapêso só poderá ser adicionado à carne com concordância do comprador e sempre de carne do mesmo tipo e qualidade da solicitada; que na carne vendida com osso o pêso deste não poderá ultrapassar de 20% o pêso de carne adquirida pelo comprador, exceto no caso de costela; que o preço de venda para a fração do quilograma será proporcional ao preço exposto para o quilograma; que os embrulhos para qualquer tipo de carne e derivados (inclusive aves, peixes e outros produtos de origem animal) deverão ser feitos com embalagem apropriada, em envoltório plástico ou em papel que não contenha corantes, tintas de impressão ou outras substâncias químicas do nem como refôrço de embrulho; que é obrigatória a prejudiciais à saúde, que também não poderá ser usa-afixação da tabela de preços do quilograma da carne de todos os tipos, qualidades ou especialidades, em local visível e de fácil leitura, com letras e algarismos de, pelo menos, três centímetros e que nos Estados da Guanabara, São Paulo e Rio de Janeiro a pá (paleta), acém, peito sem osso e capa de filé ficam classificadas como carnes de segunda qualidade, devendo, nas demais unidades da Federação, os Delegados da SUNAB procederem à classificação, obedecendo aos costumes regionais.

A partir de 1-8-69, o Superintendente da SUNAB estabeleceu, também, as seguintes margens de comercialização, a incidir sôbre os menores valôres dos dianteiros e traseiros constantes das notas fiscais respectivas, quando os açougues receberem carne de diferentes procedências:

Carne sem Osso

Alcatra — até 42% sôbre o preço do traseiro; Carne de 1.ª — coxão mole, coxão duro (chã de dentro e chã de fora), patinho, lagarto até 32% sôbre o preço do traseiro; Carne de 2.ª — pá (paleta) até 55% sôbre o preço do dianteiro, acém, capa de filé e peito sem osso — até 30% sôbre o preço do dianteiro.

Carne com osso

Carne de 1.ª — até 12% sôbre o preço do traseiro; Carne de 2.ª — até 10% sôbre o preço do dianteiro; Costela; — até 8%, não podendo ser vendida descarnada.

Estão sujeitos às margens de comercialização subtraídas os açougues sediados no :

Estado da Guanabara:

Estado do Rio de Janeiro, nas cidades de: Angra dos Reis, Araruama, Barra do Piraí, Barra Mansa, Cabo Frio, Campos, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Itaperuna, Macaé, Magé, Niterói, Nilópolis, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Paraíba do do Sul, Petrópolis, Resende, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Teresópolis, Três Rios, Valença, Vassouras, Volta Redonda.

Estado de São Paulo, nas cidades de: Arujá, Atibaia, Barueri, Boituva, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cabreúva, Caieiras, Cajamar, Campinas, Campo Limpo, Carapicuíba, Cotia, Cubatão, Diadema, Elias Fausto, Embu, Embu-guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarujá, Guarulhos, Ibiúna, Igaratá, Itanhaém, Itapecerica da Serra, Itaquaquecetuba, Itariri, Itatiba, Itu, Itupeva, Jacareí, Jarinú, Joanópolis, Jundiaí, Juquitiba, Louveira, Mairinque, Mauá, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Morungaba, Nazaré Paulista, Osasco, Pedreira, Pedra Bela, Peruíbe, Piedade, Pinhalzinho, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Praia Grande, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salto, Santana do Parnaíba, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José dos Campos, São Paulo, São Roque, São Vicente, Sorocaba, Suzano, Taboão da Serra, Valinhos, Vargem, Vinhedo e Votorantim.

Os Delegados da SUNAB com jurisdição sôbre as cidades e Estados não citados acima submeterão à aprovação do Superintendente da SUNAB as margens de comercialização que instituírem, compatíveis com as condições locais, quando julgarem necessário fixar as aludidas margens.

Fica, entretanto, excluída de qualquer fixação de margem de comercialização, permanecendo, por conseguinte, liberada, a carne denominada "Kosher ou Kasher", destinada ao consumo exclusivo da Colônia Israelita Ortodoxa, tendo em vista o processo de abate de bovinos destinados à sua preparação (MA—SUNAB — Portaria n.º 76, de 29-7-69 — DO—II de 5-8-69, p. 2 088).

CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUÁRIA III — Regimento

O Ministro da Agricultura aprovou o Regimento do III Congresso Nacional de Agropecuária, no qual estão fixadas as normas que regerão o funcionamento do conclave (MA—GB — Portaria n.º 181, de 18-6-69 — DO de 26-6-69, p. 5 413).

CRÉDITO RURAL — Regulamento das Comissões Estaduais

Ministro da Agricultura aprovou o Regulamento das Comissões Estaduais de Crédito Rural, órgãos de assessoramento e consulta dos Conselhos Estaduais de Agricultura em assuntos alusivos a crédito rural (MA—GB — Portaria n.º 179, de 16-6-69 — DO de 20-6-69, p. 5 242).

DÍVIDA AGRÁRIA — Correção Monetária — Títulos da — 3.º Trimestre/69

O Ministro da Fazenda fixou os seguintes valôres nominais para os Títulos da Dívida Agrária com referência ao trimestre de julho a setembro de 1969:

Valor de referência: NCr$ 50,00; NCr$ 100,00; NCr$ 200,00; NCr$ 500,00; NCr$ 1 000,00.

Valor nominal reajustado: NCr$ 195,00; NCr$ 390,00; NCr$ 780,00; NCr$ 1.950,00; NCr$ 3.900,00 (MF-GB — Portaria n.º 248 de 8-7-69 — DO de 15-7-69, p. 5.990).

legislação agrícola

FARINHA DE MANDIOCA — Preços Mínimos Básicos

O Presidente da República tornou sem efeito a tabela de preços mínimos para a farinha de mandioca, de que trata o § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 63.809, de 1968, e alterou para NCr$ 1,55 por 50 quilos o preço da raiz de mandioca, mantidas as demais condições constantes do § 2.º do art 3.º do mesmo Decreto

PREÇOS MINIMOS LIQUIDOS

Grossa — Tipo 2 — —Saco de 50 quilos
Zonas Geo-Econômicas

	NCr$/50 kg
Maranhão	
Única	6,63
Piauí	
Única	6,31
Ceará	
Única	6,38
Rio Grande do Norte	
Única	6,52
Paraíba	
PB-6	6,33
PB-7	6,78
Pernambuco	
PE-3	6,04
PE-4	6,68
Alagoas	
Única	6,67
Sergipe	
Única	6,77
Bahia	
BA-5	5,74
BA-6	6,49
BA-7	6,77
BA-8	6,46
Acre — Amapá — Amazonas — Pará (exclusive Bragança) — Rondônia — Roraima	——
Tôdas	7,04
Região de Bragança (Pará)	6,43

(Decreto n.º 64.852 de 21-7-69 — DO de 21-7-69, p. 6 153).

FEIJÃO — Preços Mínimos (V. Algodão)

FUMO EM FÔLHA DA BAHIA — Exportação — Preços — Safra 1968/69.

A Carteira de Comércio Exterior fixou novos preços mínimos em US/kg para o fumo em fôlha originário da Bahia — safra de 1968/69 e dos estoques remanescentes das safras anteriores:

PROCEDÊNCIA

Classe	Mata Fina	Mata Sul	Mata Norte	Feira	Sertão
PSF	3,42	3,06	2,59	——	——
PF	2,85	2,55	2,16	——	——
PP	2,66	2,38	2,02	——	——
P	2,37	2,12	1,80	——	——
1.º	1,61	1,44	1,22	0,92	0,63
2.º	1,33	1,19	1,00	0,75	0,56
2.º 2.º	1,14	1,02	0,86	0,65	0,48
FA, 3.º	1,09	0,98	0,83	0,62	0,46
3.º 3.º	1,04	0,93	0,70	0,60	0,44
O e FL	0,25	0,85	0,72	0,50	0,40
FF	1,19	1,00	0,90	0,67	——
FLM	0,71	0,04	0,54	0,40	0,30
FR	0,47	0,42	0,36	0,30	——
XXA	1,42	1,27	1,08	0,82	——
XXA/SD	2,18	1,95	1,65	1,25	——
XA	1,23	1,10	0,94	0,70	0,52
XB	0,85	0,76	0,65	0,50	0,30
BG	——	0,18	0,18	0,18	0,18
BM	——	0,14	0,14	0,14	0,14

(MF-CACEX — Comunicado n.º 275 de 14-7-69 — DO — II de 24-7-69, p. 2 004).

GUIA FLORESTAL — Fichas de Contrôle — Exportação de Madeiras.

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal regulamentou a concessão de Guia Florestal e Fichas de Contrôle às emprêsas que realizam exploração de florestas, transportam, armazenam ou negociam matéria-prima destinada à indústria ou seu beneficiamento.

As normas para habilitação incluem também as emprêsas dedicadas à exportação de madeiras e seus derivados. Definiu, ainda, o significado da madeira e seus derivados, com o objetivo de caracterizar corretamente êsses produtos para fins legais (MA-IBDF — Portaria n.º 1.026, de 4-7-69 — DO — II de 28-7-69, p. 2 016).

MADEIRA DE PINHO — Exportação — Liberação de Contingente

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal complementou os contingentes de madeiras de pinho a que se referem as Portarias n.ºs 758, 804, 864 e 865, de 1969, liberando mais ....

5.000 000 p2 para exportação. Por solicitação do Conselho Administrativo da Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira, foi liberado também o contingente de 44.000 000 p2 de tabuados e 4 000 000 p2 de quadradinhos de pinho em peças serradas — destinado aos mercados constantes da Resolução n.º 11 do CONCEX, item II.

As vendas limitadas a êsse contingente deverão processar-se entre 1.º de junho e 30 de setembro de 1969, observados as condições e os preços estipulados nas listas da CCEM e o rateio entre os exportadores habilitados (MA-IBDF — Portaria n.º 938 de 3-6-69 — DO — II de 17-6-69, p 1.452)

MAMONA — Preços Mínimos — (V. Algodão

MANDIOCA — Preços Mínimos — (V. Algodão)

MÉDICO VETERINÁRIO — Conselhos de Medicina Veterinária — Exercício da Profissão

O Presidente da República aprovou o regulamento em que estão enquadrados o exercício da profissão de médico-veterinário e os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, desde o dia 19 de junho de 1969 (Decreto n.º 64.704, de 17-6-69 — DO de 19-6-69, p. 5.196).

MILHO — Preços Mínimos — (V. Algodão)

ÓLEO DE MENTA — IPI — Isenção

O Ministro da Fazenda autorizou a suspensão do impôsto sôbre produtos industrializados nas saídas do óleo de menta em bruto produzido por lavradores com emprêgo de matéria-prima da própria lavoura, quando o produto fôr adquirido pelos estabelecimentos industriais, diretamente ou através de postos de compra, e nas remessas feitas pelos postos de compra aos estabelecimentos industriais.

Nas saídas diretas, o produto poderá usar a Nota de Compra adotada pela legislação fiscal estadual, emitida pelos estabelecimentos industriais ou pelos postos de compra; nas remessas feitas pelos postos de compra aos estabelecimentos industriais é obrigatório o uso da Nota Fiscal série B ou C, com os dizeres: 'saído com suspensão do impôsto sôbre produtos industrializados, nos têrmos do art. 10 do Decreto-lei n.º 400, de 1968' (MF-GB — Portaria n.º 229, de 25-6-69 — DO de 2-7-69, p. 5.573).

PESCA — Industrialização e Comercialização — Prazo para Execução de Projetos

O Conselho Deliberativo da SUDEPE revogou as Resoluções n.ºs. 47, de 1968, e 2 e 4, de 1969, autorizando o exame dos projetos industriais e de comercialização do pescado que deram entrada no órgão para apreciação até 30-4-69, bem como daqueles que forem apresentados posteriormente.

Uma vez aprovados os projetos industriais, os interessados terão o prazo de seis meses para o início de sua execução. A aprovação perderá a validade, após vencido êste período, podendo ser protelado se a execução do projeto fôr julgada conveniente ao programa estabelecido pela SUDEPE.

Quanto aos projetos já aprovados, já foram expedidas as respectivas autorizações, o prazo de validade é igual, mas a contar do dia 7 de agôsto de 1969.

A prorrogação estará condicionada ao preenchimento das exigências estabelecidas para os casos antes mencionados (MA-SUDEPE — Resolução n.º 5, de 24-7-69 — DO — II de 7-8-69, p. 2.106).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Comercialização — Afixação de Preços de Venda

O Superintendente da SUNAB determinou para os estabelecimentos que comerciam com produtos hortigranjeiros nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia a obrigatoriedade de manterem, em local visível e de fácil leitura, os preços de venda dêsses produtos.

Os preços poderão ser afixados em tabuletas colocadas junto dos produtos expostos, ou em uma tabela geral, com letras e algarismos de, no mínimo 3 cm de altura.

Nos supermercados ou nos estabelecimentos que empregam o sistema de auto-serviço, os preços de venda poderão ser carimbados nos invólucros dos produtos (MA-SUNAB — Portaria n.º 64, de 18-6-69 — DO — II de 27-6-69, p. 1.685).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Afixação de Preço de Venda — Mato Grosso

O Superintendente da SUNAB estendeu aos estabelecimentos que comerciam com produtos hortigranjeiros no Estado de Mato Grosso a obrigatoriedade de manterem, em local visível e de fácil leitura, o preço de venda dos produtos expostos.

Os preços serão afixados em tabuletas colocadas sôbre os produtos ou em tabuletas gerais, com letras e algarismos de, no mínimo, três centímetros de altura.

Os supermercados e estabelecimentos que utilizam o sistema denominado auto-serviço afixarão os preços de venda por meio de carimbo nos invólucros dos produtos

A obrigatoriedade de afixação de preço de venda dos produtos hortigranjeiros estava limitada aos estabelecimentos localizados nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (MA-SUNAB — Portaria n.º 74, de 21-7-69 — DO — II de 25-7-69, p. 2 008).

REFORMA AGRÁRIA — Grupo Executivo — Regulamentação

O Presidente da República regulamentou o Decreto-lei n.º 582, de 1969, definindo as atribuições e a estrutura do Grupo Executivo da Reforma Agrária (Decreto n.º 64 851, de 21.7.69 — DO de 21.7.69, p. 6 153).

SEMENTES — Comércio — Identificação

O Ministro da Agricultura decidiu que, no prazo máximo de 180 dias, tôdas as sementes produzidas e comercializadas devem ser acondicionadas com os seguintes elementos de identificação: a) nome do vendedor; b) endereço do vendedor; c) semente de ...; d) origem de....; e) sementes puras ....; f) variedade ...; g) número de lote ...; h) germinação ...; i) teste de germinação ...; j) pêso líquido/kg (MA-GB — Portaria n.º 107, de 17-7-69 — DO de 23-7-69, p. 6.267).

SOJA — Preços Mínimos — (V. Algodão)

TRABALHADOR RURAL — Previdência Social — Assistência Médica

O Conselho Diretor do Departamento Nacional da Previdência Social recomendou ao Presidente da Comissão Diretora do FUNRURAL o exame da possibilidade de assistência médica aos trabalhadores rurais e seus dependentes nas áreas onde cessarem os convênios mantidos pelo INPS com as municipalidades (MTPS-DNPS — Resolução n.º 260, de 11-6-69 — DO de 24-6-69, p. 5.344).

TRABALHADOR RURAL — Safristas — Regulamentação

O Presidente da República regulamentou o trabalho dos safristas, assim considerados os empregados, inclusive trabalhador rural, cujo contrato tenha a duração dependente de variações sazonais da atividade agrária. O contrato de trabalho do safrista será considerado por prazo determinado sempre que suceder a outro de duração limitada; após seu término, a emprêsa pagará ao safrista, a título de indenização do tempo de serviço, a importância correspondente a 1/12 do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 14 dias.

As jornadas de trabalho do safrista não poderá ultrapassar oito horas. As horas extraordinárias, não excedentes de duas, deverão ser remuneradas com acréscimo de 20% sôbre o valor da hora normal.

Para todos os efeitos, inclusive o de estabilidade, serão somados os períodos descontínuos de serviço do safrista na mesma emprêsa, aplicando-se a êsse trabalhador as normas da CLT, do Estatuto do Trabalhador Rural e da legislação complementar desde que não conflitantes com essa regulamentação.

Essas disposições entram em vigor 90 dias após a publicação dêsse Decreto-lei (Decreto-lei n. 761, de 14-8-69 — DO de 15-8-69, p. 6.945).

TRIGO EM GRÃO — Abastecimento — Índice de Moagem — 2.º Semestre de 1969

O Superintendente da SUNAB manteve inalteradas as quantidades básicas de trigo previstas, mas não asseguradas, para cada zona de consumo.

Fixou também as cotas de trigo dos moinhos, com base nas quais serão processadas as distribuições durante o 2.º semestre de 1969 (MA-SUNAB — Portaria n.º 77, de 30-7-69 — DO — II de 4-8-69, p. 2 0077).

VINHOS — Comércio — Safra de 1969

O Diretor do Instituto de Fermentação do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária, fixou o dia 10 de julho para início do comércio de vinhos da safra de 1969 em todo o território nacional, exceto na Região do São Francisco, em Pernambuco (MA — DPEA — Portaria s/n.º, de 9-7-69 — DO de 21-7-69, p. 6.168).

legislação agrícola

VINHOS DE MESA E A TÔRNO — Venda no Comércio

Os vinhos de mesa — produtos obtidos pela fermentação da uva, à exceção dos licorosos — e os vinhos a tôrno — classificados como de mesa sêcos — podem ser vendidos, excepcionalmente, em recipiente de capacidade superior a 5 litros, durante um período de três anos, a contar de 18-6-69. Trata-se de uma exceção ao art. n.º 23, do Decreto-lei n.º 476, de 1969, aplicada exclusivamente ao produto de fabricação nacional.

Terão permissão para a venda dêsses produtos os estabelecimentos que satisfaçam às exigências previstas nos regulamentos dos serviços de Higiene e Saúde Pública e estejam devidamente autorizados a operar no comércio de refeições — cantinas e similares —, bem como as adegas e postos de vinhos. Enquanto vigorar êste prazo, os estabelecimentos produtores, suas filiais ou entrepostos, atacadistas e engarrafadores ficam autorizados a vender os vinhos de produção nacional às casas comerciais mencionadas, em recipientes de até 100 litros (Decreto-lei n.º 632, de 17-6-69 — DO de 18-6-69, p. 5 161).

ESTADO DA GUANABARA

ARROZ E FEIJÃO — ICM — Alíquota — Prorrogação de Prazo

O Governador, prorrogou até 31 de dezembro de 1969 a redução da alíquota do Impôsto sôbre circulação de mercadorias que incide nas operações internas referentes ao arroz e feijão prêto (Decreto 'E' número 2.920, de 1-7-69 — DO — GB de 2-7-69, p. 1.114).

CARNE — ICM — "VI CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO"

As saídas das mercadorias compreendidas nas alíneas a e b da cláusula 1.ª do VI Convênio do Rio de Janeiro (carne verde de bovinos, suínos, caprinos e de coelhos, bem como de outros produtos de respectiva matança) gozarão dos favores nêle contidos, no período de 1-8-69 a 30-11-69, desde que acompanhados dos respectivos documentos fiscais e lançados regularmente nos livros de escrituração do ICM. Os estabelecimentos exclusivamente retalhistas procederão à escrituração das entradas das mercadorias amparadas pelo favor fiscal no livro 'Registro de Entradas de Mercadorias', sem consignar o crédito relativo às mesmas, sendo facultativo o lançamento das demais operações nos outros livros fiscais.

Dos estabelecimentos que exerçam mais de uma atividade, exigir-se-á a escrituração de todos os livros entradas das mercadorias, compreendidas no favor fiscais, observando-se o seguinte: a) lançamento das fiscal, no 'Registro de Entradas de Mercadorias'; b) escrituração na coluna 'Operações Isentas ou não Tributáveis', do livro "Registro de Saída de Mercadorias", das operações relativas às saídas. Os contribuintes amparados pelo favor fiscal cuja escrituração registre, após o confronto, a 31-7-69, créditos a seu favor estornarão essa diferença mediante lançamento a débito no "Registro de Escrituração do Impôsto", e, na hipótese de ocorrer saldo favorável ao Estado, êste será recolhido até 15-8-69 (Decreto "E" n.º 2.944, de 15-7-69 — DO — GB de 17-7-69, p. 12.207).

CARNE VERDE — ICM — Redução — Região Centro-Sul — Convênio

O Governador aprovou o convênio assinado pelos Secretários de Fazenda dos Estados integrantes da Região Geo-Econômica Centro-Sul, para reduzir, em 15%, a base de cálculo do ICM nas saídas de carne verde de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e de coelhos, bem como de outros comestíveis, efetuados pelo estabelecimento abatedor, e isentou do ICM as saídas dêstes produtos para territórios do Estado, quando efetuados por estabelecimentos varejistas. Esta isenção vigorará por um período de quatro meses a contar de 1.º de agôsto de 1969 (Ato n.º 17 de 7-7-69 — DO — GB de 17-7-69, p. 12.209).

ESTADO DE SÃO PAULO

CAFÉ CRU — ICM — Cálculo

O Coordenador da Administração Tributária fixou as bases de cálculo para o ICM incidente sôbre as saídas de café cru para o exterior, para outros Estados e para fins de industrialização.

Nas saídas de café cru para o exterior, a partir de 20-6-69, o ICM devido será de NCr$ 90,66 por saca, mesmo que o produto seja exportado através de outro Estado.

Nas saídas de café cru de São Paulo para outros Estados, o cálculo do tributo obedecerá aos preços de garantia estabelecido pelo IBC, que são os seguintes por saca: até 30-6-69, NCr$ 78,70; a partir de 1-7-69, NCr$ 84,00; a partir de 1-10-69, NCr$ 88,80; a partir de 1-1-70, NCr$ 94,00 Nas saídas de produto com destino a indústrias de café solúvel, localizadas em São Paulo ou fora dêle, o ICM será calculado com base no valor da operação, de acôrdo com o regulamento do Impôsto sôbre circulação de mercadorias.

As bases de cálculo serão alteradas, nas mesmas proporções, sempre que se modificarem os valôres das cambiais representativas de exportação ou os preços de garantia estabelecidos pelo IBC. Quanto aos cafés oriundos de outros Estados, sòmente serão admitidos créditos do ICM até o valor dos respectivos preços de garantia fixados pelo IBC. Essa disposição, contudo, não se aplica aos cafés de outros Estados garantidos por certificados de origem emitidos até 31-3-69, em relação aos quais serão aceitos os créditos constantes dêsses documentos (SF-CAT — Instrução n.º 11, de 23-6-69 — DO — SP de 24-6-69, p. 9).

CARNE — ICM — VI CONVÊNIO DO RIO DE JANEIRO

O Governador aprovou o VI Convênio do Rio de Janeiro celebrado em julho de 1969 entre os Secretários de Fazenda dos Estados da Região Geo-econômicas Centro-Sul, para a ampliação de favores fiscais a gêneros de primeira necessidade, e isentou do Impôsto sôbre circulação de mercadorias, até 30-11-69, as saídas de carne verde de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e de coelhos, além de outros produtos de matança, para o território do Estado, efetuadas por estabelecimentos varejistas, cujo conceito abrange os que promovem a saída de carne retalhada com destino a hotéis, pensões, restaurantes, hospitais e colégios.

A base de cálculo do ICM, nas saídas dos mesmos produtos, efetuadas pelos abatedouros, sofreu a redução de 15%, também em vigor até 30-11-69.

Os contribuintes localizados no Município de São Paulo beneficiados pela isenção ficam desobrigados do regime de pagamento por estimativa, sem prejuízo do nôvo enquadramento relativo às operações não dispensadas do pagamento do tributo.

Ao contrário, os contribuintes localizados nos demais Municípios continuarão enquadrados no recolhimento por estimativa, mas com a dispensa do pagamento das parcelas relativas aos meses de agôsto a novembro de 1969 (Decreto n.º 52.243, de 30-7-69 — DO — SP de 31-7-69, p. 3).

FRUTAS — Abastecimento — Entreposto Terminal do Jaguaré — Atacado de — Prorrogação de Prazo

O Delegado Regional da SUNAB prorrogou por 90 dias, a contar de 27 de junho de 1969, o prazo para transferência das operações ao nível de atacado de frutas para o Entreposto Terminal de Jaguaré, do CEAGESP — (MA-SUNAB-DRSP — Portaria n.º 10 "E", de 26-6-69 — DO — SP de 27-6-69, p. 48).

PESCADO — (V. Produtos Hortifrutigranjeiros)

PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E PESCADO — Abastecimento — Preços de Varejo

O Delegado Regional da SUNAB estabeleceu margens de varejo, para vendas ao consumidor final, a partir dos preços constantes das notas fiscais representativas de compra no atacado, conforme a tabela de conversão fiscal divulgada pelo órgão.

Os produtos constantes da tabela deverão ser encimados por tabuletas que mostrem os respectivos preços de venda ao consumidor final. Essas tabelas deverão ser colocadas em lugares visíveis com letras e algarismos de altura no mínimo de cinco centímetros. Quanto aos documentos fiscais hábeis de compra no atacado, serão aquêles que não contenham preços superiores aos máximos verificados no mercado atacadista e publicados no Boletim de Preços do Convênio CEAGESP — Secretaria da Agricultura.

PRODUTO	CONVERSÃO		Margem Percentual
	Atacado	Varejo	
Laranja pêra	caixa	28 kg	40
Banana nanica (madura	Ton. verde	600 dzs	200
Alface lisa	engradado	200 pés	50
Repôlho liso japonês	saco	40 kg	50
Pepino	caixa	25 kg	45
Abobrinha italiana	caixa	23 kg	45
Chuchu	caixa	26 kg	45
Tomate	caixa	27 kg	40
Cenoura	caixa	28 k	40
Vagem	quilo	quilos	45
Berinjela	caixa	17 kg	45
Pimentão verde	caixa	14 kg	45
Mandioquinha	caixa	28 kg	40
Batata comum especial	saco	60 kg	30
Batata lisa especial	saco	60 kg	30
Cebola do Estado	saco	42 kg	45
Cebola de outros Estados	saco	42 kg	45
Ôvo de casca branca	engradado	30 dzs	25
Sardinha	quilo	quilo	80
Pescada media	quilo	quilo	50

(MA -SUNAB—DRSP — Portaria n.º 11 "E", de 26-6-69 — DO—SP de 27-6-69, p. 48).

(Decreto n.º 52 065, de 23-6-69 — DO—SP de 24-6-69, p. vos Valôres

As multas previstas no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal de São Paulo tiveram seus valôres reajustados. Em conseqüencia, passou a vigorar com aseguinte redação o art. 3.º do Decreto n.º 51.372, de 1969: As multas previstas no art. 880 do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, em vigor no Estado de São Paulo, terão os seguintes novos valôres, calculados através do Indice de correção monetária vigente:

a) NCr$ 200,00 a .... NCr$ 500,00
b) NCr$ 500,00 a .... NCr$ 1.000,00
c) NCr$ 1.000,00 a .... NCr$ 2.000,00
d) NCr$ 2.000,00 a .... NCr$ 5.000,00
e) NCr$ 500,00 a .... NCr$ 5.000,00

(Decreto n.º 52 065,, de 23-6-69 — DO—SP de 24-6-69, p. 3).

SACOS DE JUTA — ICM — Isenção — Perrogação de Prazo

O Governador prorrogou até 30 de junho de 1970 a prazo previsto para a validade da isenção do ICM relativo às saídas de sacos fabricados com juta (Decreto n.º 52.110, de 1-7-69 — DO—SP — de 2-7-69, p. 2).

VETERINARIA — Produtos Biológicos — Exames e Análises — Isenção de Taxas

O Secretário da Agricultura reajustou os preços de produtos biológicos de uso veterinário e de serviço postos à disposição dos interessados pelo Instituto de Biologia da Secretaria do AOgricultura.

Estão isentos de taxas os exames e análises referentes a animais de propriedade do Estado ou da União, os de interêsse científicos, exames e análises solicitados por assistenciaais sem fins lucrativos e os produtos biológicos de uso veterinário objeto de doação (SA—GB — Ato s/n.º, de 23-7-69 — DO—SP de 24-7-69, p. 15).

Eleita a Nova Diretoria da Federação da Agricultura do Estado de Alagoas

Em Assembléia Geral Ordinária realizada a 9 de agôsto último, foi eleita e empossada a nova Diretoria da Federação da Agricultura do Estado de Alagoas, que ficou assim constituída:

Presidente — Dr. João Carlos de Albuquerque Filho; 1.º Vice-Presidente — José Ribeiro Toledo; 2.º Vice-Presidente — Ivan Lopes Barbosa; 1.º Secretário Enoch Marques Macedo; 2.º Secretário Aristheu Teixeira Cavalcante; 1.º Tesoureiro — Dourival Angelin do Couto e 2.º Tesoureiro — Juarez Aguiar.

CONSELHO FISCAL

Laércio Malta Brandão, Gilvan de Menezes Passos, Ismael Carnaúba Brandão.

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO AO CONSELHO DA CNA

João Carlos de Albuquerque Filho, Dourival Angelin do Couto, Aristheu Teixeira Cavalcante e Gilvan de Menezes Passos.

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"

CURSOS RÁPIDOS AGRÍCOLAS

3.ª Série de 1969 — 13 de setembro a 30 de novembro

Dias aula	Cursos	Horário	Período	Professôres
Sábados	Solos e Adubação	7,30 às 10 hs	13-9 a 29-11	Prof. Hélio Raposo
"	Doenças e Pragas dos Citrus	7,30 às 10 hs	13-9 a 29-11	Prof. Jaimirez Gomes
"	Enxertia	7,30 às 10 hs	13-9 a 29-11	Prof. João Castello
"	Contabilidade Agrícola	7,30 às 10 hs	13-9 a 29-11	Prof. Pedro Goulart
"	Hortaliças de Raízes	7,30 às 10 hs	13-9 a 29-11	Prof. Agrícola Borges
"	Apicultura	7,30 às 10 hs	13-9 a 29-11	Prof. José Cordeiro
"	A Comunicação e o Meio Rural	7,30 às 10 hs	13-9 a 29-11	Prof. Sylvio Amaral
"	Avicultura	7,30 às 10 hs	13-9 a 29-11	Prof. Maynard Leite
"	Reflorestamento	10,00 às 12 hs	13-9 a 29-11	Prof. Hélio Raposo
"	Doenças e Pragas das Plantas Hortícola ..	10,00 às 12 hs	13-9 a 29-11	Prof. Jaimirez Gomes
"	Restauração do Pomar	10,00 às 12 hs	13-9 a 29-11	Prof. João Castello
"	Cooperativismo Rural.	10,00 às 12 hs	13-9 a 29-11	Prof. Pedro Goulart
"	Hortas Domésticas ..	10,00 às 12 hs	13-9 a 29-11	Prof. Agrícola Borges
"	O Cinema e a Educação Rural	10,00 às 12 hs	13-9 a 29-11	Prof. Sylvio Amaral
"	Cunicultura	10,00 às 12 hs	13-9 a 29-11	Prof. Maynard Leite
"	Suinocultura	10,00 às 12 hs	13-9 a 29-11	Prof. José Cordeiro
Domingos	Solos e Adubação ...	7,30 às 10 hs	14-9 a 30-11	Prof. Hélio Raposo
"	Doenças e Pragas dos Citrus	7,30 às 10 hs	14-9 a 30-11	Prof. Jaimirez Gomes
"	Conservação e Armazenamento de Produtos Vegetais	7,30 às 10 hs	14-9 a 30-11	Prof. Diógenes Cardoso
"	Avicultura	7,30 às 10 hs	14-9 a 30-11	Prof. Maynard Leite
"	Apicultura	7,30 às 10 hs	14-9 a 30-11	Prof. José Cordeiro
"	Reflorestamento	10,00 às 12 hs	14-9 a 30-11	Prof. Hélio Raposo
"				
"	Doenças e Pragas Plantas Hortícolas ...	10,00 às 12 hs	14-9 a 30-11	Prof. Jaimirez Gomes
"	Cunicultura	10,00 às 12 hs	14-9 a 30-11	Prof. Maynard Leite
"	Suinocultura	10,00 às 12 hs	14-9 a 30-11	Prof. José Cordeiro
"	Alimentação e Pastagem	10,00 às 12 hs	14-9 a 30-11	Prof. Claudionor Aguiar
"				
"				

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

NO LXXII NOVEMBRO DEZEMBRO 1969



Uma família mineira sadia e numerosa



242

ÍNDICE

Desenvolvimento Agrícola 2
Reminiscências — A Saúva Perante o Tribunal — Luiz Marques Poliano 5
Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos 6
Árvores — Leonam de A. Pena 7
Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Encerramento do Ano Letivo de 1969 8
Café — Lendas 11
Inda Promove Adestramento para Gerentes de Cooperativas 12
Instantâneos de gente da roça — Um Caráter — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá 15
O Mate-3.º Tecnologia do Mate — Ennio Luiz Leitão 16
A Foto Internacional 21
A Cultura do Fumo — Francisco Dias Nogueira 22
Cultura do Maracujá — Almiro Gonçalves de Castro . 33
Assalariado Agrícola, ou Operário Agrícola — J. Sampaio Fernandes 34
Os cerrados e sua importância para o Desenvolvimento do País — Ady Raul da Silva 35
Livros e Publicações 38
Climas de Mato-Grosso — Adalberto Serra 39
Irrigação por Gotejamento com Fertilizante 43
A Era Dinâmica da Agricultura — Joseph Ackerman . 44
A Posição do Brasil no Panorama da Agricultura Latino-Americana 46
Principais Causas de Insucesso na Avicultura 47
Preços Médios do Boi Gordo para corte e da Lã na área do Convênio de Empréstimo n.º 516 BR .. 48
Centro de Pesquisas sôbre fibras Duras 54
Agricultura na Guanabara 54
Subdesenvolvimento e Quadros Humanos — Fábio Luz Filho 55
A Lei de Sementes e sua Implantação no Brasil 57
Valorização do Agrônomo 62
Notícias e Informações 63
Legislação Agrícola 66
"A Lavoura" — Há 70 anos 72

Nossa Capa:

Grande criador e dos maiores produtores de leite de Cordesburgo, Dr. José Saturnino Filho, médico conceituado, dedica-se com inteligência e afinco às lides da pecuária. Representante de tradicional família rural mineira, é casado com Dona Emilia Mattana Saturnino, e sua prole numerosa conta os seguintes filhos: Helio, Heloisa, Helvecio, Helena, Helcio, Heli, Helton, Helder e Helene. É como se vê, uma família com H grande.

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

Novembro — Dezembro — 1969

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

APÓS O LIMITADO PERÍODO do ciclo do pau de tinta, contou a economia incipiente da Colônia com o açúcar, cuja agro-indústria se extende até nossos dias, e a efêmera febre do ouro.

* * *

HÁ CERCA DE SÉCULO E MEIO interferio decisivamente na nossa economia, com firmeza e continuidade, a produção do café, juntamente com um fugaz intermeio da atividade extrativa da goma elástica — produto cada dia mais necessário à humanidade, mas cujo monopólio perdemos para as plantações do Oriente e, mais recentemente, para o produto sintético. O cacau, o algodão, a mamona, a cêra de carnaúba, agora a soja e outros produtos da terra também vêem contribuindo para a obtenção das divisas com que temos, até aqui, alicerçado a nossa vida econômica de país independente.

* * *

NOS PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE MÉDICI, em todos êles, deparamos uma preocupação constante: educação, saúde e abastecimento. Estamos, pois, no limiar de uma fase administrativa em que, no menor espaço de tempo possível, terão os brasileiros — govêrno e povo — de se entregarem de corpo e espírito à meta ambiciosa — mas perfeitamente exeqüível e legítima — de nos deslocarmos do ponto de país "em desenvolvimento" para o de uma grande potência internacional.

NO QUE TANGE À EDUCAÇÃO, conquanto não seja desanimador o quadro atual, muito teremos de trabalhar para alcançar uma posinção satisfatória. O analfabetismo ainda é mácula, que teremos de apagar o quanto antes; os ensinos médio e técnico, visando à formação de profissionais qualificados, terão de ser também escôpo imediato de nossas administrações — federal, estaduais e municipais; o ensino superior terá de multiplicar, por muitas vêzes, as matrículas, evitando-se o triste espetáculo dos "excedentes", proporcionando ensino ao crescente número de jovens brasileiros, em cujo preparo científico teremos de nos apoiar para sair da situação de inferioridade em que nos encontramos, até mesmo em confronto com países de muito menores possibilidades. Quando se fala em desenvolvimento agrícola, não poderemos deixar de mencionar os técnicos rurais e os agrônomos e veterinários.

E qual é a posição do Brasil nêste setor? Ouçamos a palavra do ilustre Prof. Eugênio Gudin, que se louvou na do Presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo. Pelos dados que nos apresentou, em 1964, formamos apenas 548 agrônomos, 1.596 médicos, 2.298 engenheiros e 4.170 bacharéis em direito. O quadro atual não deve ser muito diferente do daquêle ano. Como não pode haver desenvolvimento agrícola sem técnica, é pois necessário que formemos todos os anos muitos milhares de agrônomos e veterinários. E, para que o consigamos, além de escolas, teremos de dar atrativos a essas profissões, que sabidamente são as mais mal remuneradas do nosso mercado de trabalho. Quanto aos técnicos rurais (êle se refere também a outros) damos ainda uma vêz a palavra ao antigo Ministro da Fazenda: "Presicamente de técnicos. Temos doutores demais."

* * *

A SAÚDE É O MAIS VALIOSO PATRIMÔNIO de uma nação, mas também nêste terreno, não vamos lá mui bem. Comunicado do Ministério da Saúde nos acena com a alviçareira expectativa da malária totalmente erradicada em 1970. O mal está sendo combatido mas ainda é êle o responsável pela paralização de milhões de braços no interior do país. A total debelação dessa endemia, pois, se apresenta viável em futuro próximo, mas a natureza da sua incidência exige a aplicação de recursos vultosos, permanente e ininterruptamente.

A esquistossomose e o mal de Chagas são outras doenças que estiolam a atividade rural, porque ocorrem particularmente entre as populações interioranas:

EDITORIAL

Comprometem, as duas, segundo estimativas oficiais, cêrca de quinze milhões de brasileiros, corroídos, paralizados, tornados pêso morto no seio de nossa população. Não falemos das verminoses, que dependem, tôdas elas, de medidas administrativas envolvendo esgôtos, rêdes de abastecimento de água, de tratamento sanitário de vilas e povoações, preservando a natureza e evitando a poluição dos rios e mananciais das áreas interiores, que o homem, com sua simples presença, vai destruindo.

* * *

NÃO SERÁ APENAS DANDO TERRA — segundo a judiciosa palavra do Presidente Médici — que alcançaremos o progresso do homem rural, o aumento da produtividade, o desenvolvimento enfim da agricultura, na medida desejada e no espaço de tempo em que temos de estruturar o nosso "Brasil Grande". Cumpre-nos executar um imenso programa, dependente de variada e dispendiosa gama de medidas e de ajustamentos administrativos que só uma vontade férrea e uma determinação inabalável do Govêrno e do povo poderão proporcionar.

* * *

NÃO BASTA PRODUZIR, necessário se torna estocar, distribuir, comercializar, organizar enfim a produção, inclusive a sua industrialização. É êsse também um ponto muito debatido e estudado e do qual já cogitou o atual govêrno, e esperamos que as providências encaminhadas alcancem o desejado resultado.

* * *

MAS NÃO NOS FURTAMOS ao ensejo de pedir a atenção dos podêres públicos para a verdadeira tirania burocrático-fiscal que flagela a produção agrícola.

É desolador o quadro, no que toca aos tributos e embaraços fiscais a que está sujeita a atividade rural. Uma enorme lista de impostos, de taxas, de proporcionais, de guias, de registros, de vias e mais vias, perturbam e complicam a atividade produtora e, também, o processo de distribuição. O Impôsto de Renda terá a sua incidência definida sòmente no próximo ano, por depender da opção — a produção ou contabilidade do fazendeiro. Haja guarda-livros e contadores para atender aos milhões de proprietários de todo o país.

É porisso longo o caminho do produtor ao consumidor, pois tôda essa papelada, seu processamento e recolhimento dos tributos custarão dinheiro, tempo e trabalho, o que encarece sobremaneira o produto até que chegue ao consumo.

* * *

O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, ao findar 1969, criou mais uma sigla, o *FUNDAC*, que vem a ser "Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola", com recursos da ordem de quatrocentos e cinqüenta milhões de cruzeiros novos.

É uma cifra respeitável, substancial, mas não relativamente, pois que com êste numerário se propõe o govêrno a uma enorme tarefa de amparo e de estímulo ao desenvolvimento agrícola do país. Segundo o Ministro Delfim Netto, tais recursos serão automàticamente creditados na medida da venda do café do IBC para o consumo interno, o qual gira em tôrno de 9 milhões de sacas.

Visa esta aplicação ao aumento das áreas de plantio de uma safra para outra, ao financiamento das exportações de produtos grícolas, a operações de emergência na comercialização e transporte das safras, e a dar estímulo de tôda natureza para a redução dos custos de produção e conseqüente fonte de renda do produtor.

Trata-se de um primeiro e grande passo na senda do programa lançado pelo atual Govêrno, dentro do terreno pròpriamente agrícola, devendo esperar se outras medidas adicionais de caráter indireto visando aos mesmos fins, sem o que êstes 450 milhões de pouco valerão no conjunto do desenvolvimento prometido pelo Presidente Médici.

MAS DESDE LOGO, VALE COMO RECONHECIMENTO OFICIAL à exígua dotação com que a Pasta da Agricultura foi contemplada no orçamento para 1970, a qual para uma receita prevista de 19.703.318.000,00, disporá (incluindo pessoal) de apenas 399.918.610,00, o que vale dizer que aquêle Ministério terá, no cômputo geral das despesas do país a irrisória participação de apenas 2,03%. Se a arrecadação e a aplicação do FUNDAG forem realmente cumpridos no exercício, a agricultura terá os seus recursos dobrados com a receita da venda do café do IBC no consumo interno.

* * *

AS MEDIDAS ANUNCIADAS, contudo, devem trazer alento e otimismo aos produtores agrícolas, até aqui muito pouco considerados apesar da importância que a atividade rural representa na economia nacional, como responsável pela alimentação de quase cem milhões de brasileiros e de supridores de matérias primas a numerosas indústrias no país, além de atender às exportações para a obtenção de divisas, para as quais contribui com mais de 80% de seu montante

* * *

AS NOSSAS FERROVIAS, as frotas de cabotagem e de longo curso; o saneamento e o desbravamento do nosso imenso território; a estruturação de nossa administração pública, em todos os seus aspéctos; as comunicações; o fortalecimento e o equipamento das fôrças armadas; a educação e a saúde; as rodovias, a eletrificação industrial, urbana e mais recentemente a rural; o aparelhamento dos nossos portos, as cidades e vilas — tudo, enfim, que hoje apresentamos com Nação aos olhos do mundo, tem tido o seu embasamento econômico-financeiro firmado na atividade do homem do campo

* * *

O SURTO INDUSTRIAL DO BRASIL, que hoje se projeta para que tenhamos em futuro uma posição destacada no conceito das grandes nações, repousa, pois, nessa imensa infra-estrutura criada pelo trabalho agrícola, pela produção que nos vem da terra.

O justo e o razoável seria que a indústria e o comércio destinassem uma parte substancial de seus lucros, quando evitam o pagamento do impôsto de renda, aos investimentos na atividade rural, com o que começariam a resgatar a sua enorme dívida para com a "mãe da nossa economia".

* * *

OS INCENTIVOS FISCAIS, a indústria e o comércio os estão aplicando em fábricas e usinas, principalmente no Nordeste. Porque não fazerem *mesmo* agricultura, estimularem e melhorarem a criação, ao lado da instalação de fábricas de cimento, de papel e outras, como seria certo e necessário ao equilíbrio de economia da região? Se não nos voltarmos para a agricultura de subsistência naquêle vasto território, e o quanto antes, estaremos em breve transportando feijão e farinha de mandioca de avião para que o nordestino, desviado para a faina fabril, não venha a morrer de fome.

* * *

NÃO SE FALE aqui da decantada "paridade" de preços entre a indústria e a agricultura, que, isto é simplesmente, um mito. Veja-se o algodão, que, transformado em tecido, é de retôrno vendido a quem o produz, em certos casos, por um preço cinqüenta ou cem vêzes maior.

* * *

COMO É SÔBRE O PRODUTO DA VENDA DO CAFÉ que o FUNDAG vai operar, chegamos à seguinte e surpreendente conclusão: a nossa descapitalizada Agricultura vai agora financiar-se a si própria!

Luiz Marques Poliano

A SAÚVA PERANTE O TRIBUNAL

Ou o Brasil acaba com a saúva,
ou a saúva acaba com o Brasil.
Saint Hilaire

Pode parecer piada mais o episódio é verdadeiro.

Vieira Fazenda, o saudoso e respeitado Mestre da história da Cidade do Rio de Janeiro, dedica algumas páginas nas suas "Antiqualhas" ao "estraordinário pleito" suscitado no Século XVIII pelos Religiosos Menores da Provincia da Piedade, no Maranhão, contra as formigas saúvas — rés, no caso.

Refere êle a narração do grande Manuel Bernardes segundo o qual, naquela Capitania, "as formigas, que são muitas e mui grandes e daninhas, para extenderem o seu reino subterraneo e ensancharem os seus celeiros, de tal sorte minaram a despensa dos frades, afastando a terra debaixo dos fundamentos, que ameaçava ruina. E acrescentando delito a delito, furtavam, para o cotidiano abasto da Comunidade."

Os religiosos, observa Bernardes, que podiam livrar-se das formigas simplesmente matando-as, consideraram que seria indicio de mau caráter fazer mal aos animais, pois que São Francisco de Assis chamava de *irmão* a tôdas as criaturas: irmão lobo, irmã andorinha, e que, porisso, preferiram propor demanda àquelas "irmãs formigas" perante o Tribunal da Divina Providência. Foram, então nomeados procuradores para os autores e para as rés, sendo Juiz o seu prelado.

O procurador dos frades justificou o libelo com o fato de que viviam de esmolas, além do seu árduo trabalho na roça; que as formigas, contrariando o Evangelho, os roubavam ,e além disso, usavam de violência, com o propósito de os desalojar, arruinando-lhes a casa. E pedia a morte das ditas "com algum ar pestilente", ou afogadas por inundação, exterminadas, enfim.

O procurador das formigas, obtemperou que elas gozavam do beneficio da vida, como os homens, da mão do Criador e que assim tinham o direito natural de a conservar pelos meios ao seu alcance, isto é, com os que lhes ensinara o mesmo Criador, ajuntando nesta vida para a eterna exemplos de previdência, de diligência, de caridade, ajudando-se umas às outras, quando a carga era pesada demais; e também de religião e piedade, dando sepultura aos mortos de sua espécie. E acrescentava o procurador das formigas:

"que o trabalho que elas punham na sua obra era muito maior, que o dêles, autores, em ajuntar, porque a carga muitas vêzes era maior que o corpo e o ânimo que as fôrças. Que suposto fôssem os Franciscanos irmãos mais nobres e dignos, todavia diante de Deus também eram umas formigas que haviam ofendido ao Criador, não observando as regras da razão, como elas observam as da natureza; pelo que se faziam indignos de que criatura alguma os servisse e acomodasse; pois maior infidelidade era nêles, defraudarem a glória de Deus por tantas iras, do que nelas furtarem sua farinha."

E mais:

"que elas estavam de posse do terreno, antes dos autores haverem fundado o convento, e por isso não podiam ser esbulhadas. Que os frades defendessem a sua casa e farinha, pelos modos humanos, que soubessem, porque isso lhes não tolhiam; porém, que elas sem embargo haviam de continuar as suas diligências, pois do Senhor, e não dêles era a terra e quanto esta cria!"

Após réplicas e tréplicas, houve a sentença geral: fôssem os frades obrigados a demarcar dentro do terreno área para nela as formigas viverem e que elas (as formigas) sob pena de excomunhão, mudassem logo de pouso. Intimadas pelo Juiz, à bôca dos formigueiros, imediatamente "sairam a tôda pressa milhares daquêles animalejos, que formando longas e grossas fileiras, demandaram o signalado campo deixando as antigas moradas; e livres de sua molestissima repressão, aquêles santos religiosos renderam a Deus as graças por tão admirável manifestação de seus poderes e providência."

Refere Vieira Fazenda que D. Frei João de S. José Queiroz, na sua obra "Viagem e Visita ao Sertão", no Bispado do Grão-Pará (1762/1763) informa que o fato narrado por Bernardes se deu em Avinhão, na França, e não no Maranhão.

Êsse prelado não pecava pela justeza dos seus relatos, dando como tendo se passado no Brasil coisa que aconteceram na Europa, lu-

Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos

Sugestões da Delegação brasileira

Simultâneamente com o VI Congresso Brasileiro de Agronomia, realizou-se em Pôrto Alegre, no período de 8 a 12 de novembro, o I Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos, em que foram debatidos assuntos relacionados com a estrutura agrária, bases para o desenvolvimento agrícola e muitos outros itens de grande relevância para o setor agronômico dêste continente.

Visando a facilitar os trabalhos dêsse certame, a Delegação do Brasil elaborou uma série de sugestões que sintetizou em trabalho a que deu o título de "Documento Básico" apresentando-o como uma contribuição. Essas sugestões que foram aceitas e aprovadas em quase sua totalidade são as seguintes:

1 — Coleta de informações sôbre a estrutura agrária, legislação e desenvolvimento de programas agrários.

2 — Desenvolvimento agrícola, seus índices nos últimos anos, fatôres limitantes dêsse desenvolvimento e quais as medidas de estímulo à produção rural.

3 — Estudo dos currículos básicos da formação do engenheiro-agrônomo e legislação vigente sôbre a profissão.

4 — Obtenção de *informações de cada um dos países participantes sôbre medidas de incremento* do comércio de produtos da agropecuária, nos diversos grupos econômicos regionais.

5 — Levantamento dos acôrdos e ou convênios culturais e técnicos existentes entre os diversos países sôbre o exercício profissional.

6 — Não inclusão de temas científicos e técnicos nos futuros encontros de engenheiros-agrônomos, reservando-os para estudo dos problemas regionais agropecuários fundamentais e os assuntos de interêsse profissional.

7 — Realização do I Congresso Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos no Brasil, em Brasília, em novembro de 1970.

8 — Instituição de campanhas nacionais para obtenção de fundos para custeio dêsse Congresso e funcionamento do Centro.

Foi também sugerida pela Delegação do Brasil a constituição de um centro preparatório, para um (segundo) II Encontro que se realizará em julho, do próximo ano em Buenos Aires onde se destaca o estatuto da Entidade Latino-Americana, cuja finalidade será coordenar as seguintes atividades:

— a criação de uma Associação Latino-Americana de Engenheiros-Agrônomos;
— intercâmbio de informações entre as diversas entidades nacionais;
— preparação de um Congresso Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos;
— estudo preliminar de um planejamento integrado da produção agropecuária;
— estudo das possibilidades do mercado de trabalho para o engenheiro-agrônomo em cada país;
— estudo para ampliação e atualização de um cadastro técnico por especialidades, e por graduações, bem como levantamento dos índices de aplicação da profissão agronômica em relação à densidade demográfica de cada país.

---

clusive que segredara a íntimos, no Nôvo Mundo, "que Sebastião José de Carvalho (o Marquês de Pombal), antes seu amigo, *mandara matar misteriosamente um homem*, por não poder provar na justiça, com que fazia morrer outro nas Berlengas". Isto lhe valeu ser recambiado a Lisboa, e recolhido ao Mosteiro de São João do Pendureba, onde morreu oito meses depois (1763).

Mas João Francisco Lisboa, de cujo *Jornal de Timon* V. F. extraiu êstes apontamentos, assevera que a demanda das formigas foi fato real, tendo visto os autos no Convento, e dêles tirou cópia. Os autos teriam a data de 17 de janeiro de 1713, enquanto que na obra de Manoel Bernardes, a sentença final é de 1706.

Refere o autor das "Memórias", a inquirição de uma testemunha, o Capitão Urbano Duarte, maior de 94 anos, que disse serem as rés umas criaturas sem malícia, sem uso da razão, não distingüindo o bem do mal, sendo, por outro lado, naturais da terra, na qual sempre viveram, espalhando-se pelas cidades e campos, já havendo formigas quando os frades chegaram ao local. A coisa parou 6 anos.

Segundo Lisboa, o processo não teve andamento, depois da citação das rés, enquanto que, segundo Bernardes, houve a sentença de que resultou a demarcação de nôvo local para as formigas.

Termina V.F. afirmando que "não foi sem motivo que trouxemos para estas páginas a história dêsse processo, que caracteriza uma época e dá a medida do quanto os nossos antigos eram apreciadores das tricas forenses e de demandas, que muitas vêzes por motivos fúteis levavam anos e anos. Ser chicanista era uma prenda de alto valôr e os finórios levavam sempre a melhor".

A "Antiqualha" de V.F. é de abril de 1902. Êle tem razão quanto aos chicanistas coloniais. Também essa era a opinião de Maurício de Nassau que, através a pena de Gaspar van Baerle, verificou, pela época, o mesmo fenômeno no Brasil holandês e para êle alertou os seus sucessores.

"É preciso refrear a ganância dos advogados, procuradores, tabeliães, escreventes, leguleios e meirinhos, mal a que se deve pôr côbro, assim como às procrastinações das demandas".

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente	— FLAVIO DA COSTA BRITTO
2.º Vice-Presidente	— KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente	— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
4.º Vice-Presidente	— JOAO BATISTA LUSARDO
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— LUIZ GUIMARAES JÚNIOR
3.º Secretário	— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
4.º Secretário	— SUBAEL MAGALHAES DA SILVA
1.º Tesoureiro	— RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
ENNIO LUIZ LEITAO
JALMIREZ GUIMARAES GOMES
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JÚLIO CÉSAR COVELLO
LUIZ HERMANY FILHO
MARIO DE OLIVEIRA
OSMAR LOPES REZENDE

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS	*OCUPANTES*
1 — ENNES DE SOUZA	— Rafael da Silvo Xavier
2 — MOURA BRASIL	— Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	— Geraldo Goulart da Silveira
4 — BARAO DE CAPANEMA	— Kurt Repsold
5 — ANTONINO FIALHO	— Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLAO BELLO	— Armênio da Rocha Miranda
7 — SYLVIO RANGEL	— Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEAO	— Frederico Murtinho Brogo
9 — LAURO MULLER	—
10 — MIGUEL CALMON	— Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	— Joaquim Bertino de Moroes Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	— Edgard Teixeiro Leite
13 — SIMÕES LOPES	— Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	— Jayme Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	— Poulo Simões Lopes
16 — TREJANO DE MEDEIROS	— Luiz Hermanny Filho
17 — PAULINO CAVALCANTI	— Luiz Guimarães Júnior
18 — FERNANDO COSTA	— Iris Meinberg
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	— Júlio César Covello
20 — GUSTAVO DUTRA	— Oswaldo Balarin
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE	— José Augusto Bezerro de Medeiros
22 — IGNACIO TOSTA	—
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO	— Fábio Luz Filho
24 — JOSÉ BONIFACIO	— Mário Penteado de Fario e Silvo
25 — LUIZ DE QUEIROZ	—
26 — CARLOS MOREIRA	—
27 — ALBERTO SAMPAIO	—
28 — NAVARRO DE ANDRADE	— Honório Monteiro Filho
29 — ALBERTO TORRES	— Rômulo Cavina
30 — SÁ FORTES	— Otto Frensel
31 — TEODORO PECKOLT	— Oswaldo Lazzarini Peckolt
32 — RICARDO DE CARVALHO	— Rômulo Joviano
33 — BARBOSA RODRIGUES	— José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA DE CAMPOS	— Sylvio Fróes Abreu
35 — AMÉRICO BRAGA	—
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	—
37 — MELLO LEITÃO	— João Carlos Bello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	— Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	— Flávio da Costo Britto
40 — GETÚLIO VARGAS	— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: *Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.*



Aspecto da mesa presidida pelo Sr. Luiz Marques Poliano, diretor da Escola, tendo à direita os Senhores Otto Frensed e Luiz Guimarães Júnior e à esquerda, Geraldo Goulart da Silveira e Ennio Luiz Leitão

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"

Encerramento do Ano Letivo de 1969

A 28 de novembro, durante concorrida sessão no auditório do tradicional estabelecimento de ensino agrícola da Sociedade Nacional de Agricultura, foi encerrado o ano letivo de 1969, tendo presidido os trabalhos o diretor da Escola, Sr. Luiz Marques Poliano.

À mesa sentaram-se os diretores da SNA Luiz Guimarães Júnior, Ennio Luiz Leitão, Frederico Murtinho Braga e Otto Frensel, bem assim o decano do corpo docente, Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

Ao abrir os trabalhos, o Diretor anunciou que, em 1969 registrou-se o seguinte provimento na Escola:

Internato:

Cursos Profissionais ...	36
Curso de Treinamento Agrícola	10
Curso Prévio	23
Passaram para 1970 (2.º ano)	10
TOTAL	79

Externato

Cursos Rápidos	62
Cursos Especiais	6
Cursos Avulsos	3
Total dos cursos	71



Parte da assistência



Tradição: o aluno do segundo ano que sai, passa às mãos do que fica o símbolo do 'esfôrço escolar'

nos quais foram matriculados 1.450 alunos de ambos os sexos, e sem outra exigência que a de serem portadores de documento de identidade.

Oportunamente, foram entregues os certificados e diplomas a 1.342 alunos dos cursos externos.

Anotou o Diretor que, nos 8 anos da sua administração (1962-1969) realizaram-se na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" 457 Cursos de diversa natureza nos quais se matricularam 9.161 alunos, quando receberam certificados e diplomas 7.478 aprovados.

A seguir, foram entregues os diplomas de:

HORTELÃO, FRUTICULTOR e FLORICULTOR

1 — Alceo Antonio Mai	—	Esp. Santo
2 — Cândido Fausto Ramos	—	Guanabara
3 — Carlos Antônio Pereira	—	Est. do Rio
4 — Darcy Alves Magalhães	—	Minas Gerais
5 — Edson Neves do Nascimento	—	Pará
6 — Gilson de Almeida Ramos	—	Guanabara
7 — Edmundo Fábio de Arruda Câmara	—	R. G. do Norte
8 — José Domingues de Andrade	—	Guanabara
9 — Jorge dos Santos Batista	—	Guanabara
10 — Lucrécio Fausto Ramos	—	Guanabara
11 — Marco Antônio Lopes Santa Barbara	—	Guanabara
12 — Natanael Góis	—	Esp. Santo
13 — Reinaldo Alves Raphael	—	Guanabara
14 — Paulo Maurício de Oliveira	—	Est. do Rio
15 — Ari dos Santos	—	Guanabara
16 — Oswaldo Xavier da Silva	—	Guanabara
17 — Joaquim Jorge Maurício	—	Guanabara
18 — Paulo Ney da Costa	—	Guanabara

Receberam diplomas do:

CURSO DE TREINAMENTO AGRÍCOLA

1 — Eduardo Dantas Campello	—	Guanabara
2 — Gedião Dias de Azevedo	—	Est. do Rio
3 — Hugo Alexandre	—	Guanabara
4 — João Batista Pinheiro	—	Paraná
5 — Moisés Batista Deodato	—	Est. do Rio
6 — Waldir Gomes Nunes	—	Guanabara

Após a entrega dos diplomas, foi feita a distribuição do prêmio "Ildefonso Simões Lopes" aos alunos abaixo, cabendo a medalha de ouro ao aluno Paulo Maurício de Oliveira, a de prata a Paulo Ney da Costa e a de bronze a Jorge dos Santos Batista, respectivamente com 88, 87 e 81 pontos.

A seguir, falou o aluno, orador da turma, que proferiu as seguintes palavras:

"Neste momento de grande significação para todos nós, desejamos render nossas homenagens àqueles que durante dois anos nos proporcionaram os momentos felizes que aqui passamos, recebendo os ensinamentos necessários para podermos enfrentar o futuro com otimismo e sem temor.

Assim, queremos agradecer ao Exmo. Sr. Diretor da Escola Sr. Luiz Marques Pollano a sua constante presença em todos os momentos em que precisávamos de amparo; aos Senhores Professô-

res pela paciência e sabedoria com que procuraram transmitir-nos os seus conhecimentos; e também ao Sr. Administrador e aos demais funcionários por tudo o que fizeram por nós, suportando as nossas faltas. A êstes apresentamos também as nossas desculpas.

Fazemos aqui uma referência tôda especial ao nosso paraninfo, Dr. Luiz Guimarães Júnior, homem de elevado gabarito e que por várias vêzes ocupou o cargo de Ministro da Agricultura e que muito nos honrou em aceitar ser nosso paraninfo, e, na ocasião, não poderemos deixar de mencionar com todo o carinho o seu não menos ilustre irmão Dr. Cynéas Guimarães, já falecido, antigo Diretor desta Escola, e, do qual todos guardamos uma carinhosa lembrança pelas suas qualidades de homem bom e justo e de emérito educador.

A todos prometemos nesta hora zelar pelo bom nome da nossa Escola, aplicando na vida prática o que aqui aprendemos, para manter a tradição do estabelecimento e para o engrandecimento de nossa pátria.

A todos o nosso muito e muito obrigado".

O paraninfo, Dr. Luiz Guimarães Júnior, Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura, proferiu o seguinte discurso:

"A trama da vida humana foi urdida em teares de terra. Tôda ela rescende a argila... Por mais que o espírito humano possa se alcandorar... é pelo estômago que a humanidade como um exército, sempre tem de avançar; abaixo do estômago está a vegetação; abaixo desta, o solo; e, abaixo do solo, o incessante e variável tumulto das fôrças telúricas. Êsse conceito lapidar de J. H. Bradley em seu livro "Autobiografia da Terra", está servindo de aviso ao meio rural norte-americano, através da notável publicação da Russel Lord, "Conservemos êste Solo". Chama a atenção dos produtores agrícolas sôbre a responsabilidade que lhes cabe de preservar o solo arável para as futuras gerações, com o maior e mais valioso patrimônio que nos foi dado por Deus.

E para conservação do solo as práticas agrícolas se constituem no mais valioso dos elementos.

Esta advertência feita ao povo norte-americano serve para todos os países, para todos os povos.

Realmente, a exploração agrícola baseada apenas na rotina, nas tradições milenárias, não pode trazer a emancipação a nação alguma, a nenhum indivíduo. O atraso em que nós, brasileiros, vivemos nêsse ramo da atividade humana, é simplesmente desolador. Isto é sabido e propalado, mas, quase nunca tem despertado na consciência do homem público, algum estímulo no sentido de procurar pelo menos, melhorar tão desoladora situação. A educação rural, se constitue, no meu entender, o problema mais cruciante do Brasil, e, enquanto não se dispuzer o país a solucioná-lo eficientemente, sem demagogias ou omissões, nada resta a fazer para o desenvolvimento real (tão falado e discutido) da nossa imensa Nação.

Esta Escola é, não há dúvida, um dos objetivos meios de propiciar a jovens brasileiros, de todos os quadrantes do País, os necessários elementos para que êles possam ganhar a vida honestamente e prestar grande colaboração à comunidade rural brasileira.

Aqui, perante professores competentes e dedicados, Vocês meus jovens amigos, receberam os conhecimentos necessários ao exercício de uma honrada e indispensável profissão.

Concito-os, pois, a aplicar com lucidez e entusiasmo, para atender ao seu próprio interêsse e ao de inúmeras pessoas de sua convivência. Apresento-lhes os meus mais sinceros votos de felicidades e que sempre recebam a proteção divina.

Agradecendo ao honroso mandato de ser o padrinho modesto de sua festa de formatura, auguro-lhes os maiores prazeres e contentamento no fim desta bela jornada que acabam de percorrer.

Um grande abraço."

Finalizando a solenidade o aluno Dalvino Antonio Cazzoto, o mais antigo que ficou, passando para o 2.º ano, recebeu do aluno Oswaldo Xavier da Silva que finalizou o Curso Profissional, o símbolo do "esfôrço escolar", cerimônia que se realiza há cêrca de trinta anos na Escola, por essa mesma ocasião, após o que foi servido um lanche aos presentes.

SAFRA MENOR DO ALGODÃO

É considerada imprevisível, pelos técnicos do Departamento de Economia Rural, a safra algodoeira dêste ano no Ceará.

Não deverá ela, pelo menos, segundo os mesmos técnicos, corresponder à expectativa de cem milhões de quilos de algodão em pluma, feita em julho último.

CULTURA DO CÔCO INDUSTRIALIZADA

A cultura do côco na Paraíba poderá ser industrializada a partir do próximo ano consistindo o côco importante matéria-prima.

FUSÃO DE GRUPOS NA ÁREA INDUSTRIAL

O Govêrno paulista decidiu acelerar a execução do Plano de Renovação da Lavoura Cafeeira e criar um fundo para esmular as operações de fusão, incorporação e recomposição de emprêsas industriais nacionais.

CRIAÇÃO BOVINA

Goiás é o quinto Estado do País em número de bovinos e o seu rebanho, que ascendeu já 8,8 milhões de cabeças, tem o seu valor estimado em 1 bilhão e 136 milhões de cruzeiros correspondendo a 300 milhões de dólares.



Produzir café de boa qualidade para a conquista dos mercados internacionais, deve ser preocupação constante do cafeicultor brasileiro.

CAFÉ

LENDAS

Quando faltam prescrições históricas, prevalecem as fábulas. O café não podia fazer exceção à regra e tem as suas lendas. Dentre elas, a mais repetida é a de um pastor árabe de nome KALDI. Notara êsse pastor que suas cabras, com a voracidade peculiar a êstes animais, cada vez que ingeriam fôlhas e frutos de um certo arbusto agreste, tornavam-se mais lépidas e agitadas do que de costume. Movido por natural curiosidade, quis o pastor experimentar os misteriosos frutos e ficou maravilhado pelos resultados obtidos. Revelou-os a um monge de um convento situado na vizinhança do sítio em que experimentara. O monge, por sua vez, fêz uso dos frutos e, colhendo os mesmos efeitos estimulantes, prepara com êles uma decocção. Subministrara a beberagem aos religiosos do convento, que graças a êsse filtro mágico, prolongam, insones, os exercícios litúrgicos até alta noite.

Outra lenda muito espalhada é a do Sheik Omar que, tendo tido dissenções, com os seus superiores, foi exilado no deserto, em Ousab, na Arábia. Abandonado sem alimentos, para não morrer de inanição, nas melancólicas solidões, Omar ia utilizando as ervas e frutos que lhe caíam sob as mãos. Tentaram-lhe as lindas bagas de um arbusto. Comendo-as, o Sheik Omar como que renasce à vida, sentindo uma euforia que jamais experimentara. Êle próprio qualifica de mágicas as propriedades da planta estranha. Torrando os frutos e fervendo-os n'água, melhores ainda foram os resultados. Visitado por enfêrmos, ministrou-lhes o filtro miraculoso, que aliviava e curava os males. Os sucessos obtidos, com o uso da nova panacéia não tardaram em ser propalados. O retiro do pobre monge tornou-se um centro de romaria e sua fama foi tal que Omar, no cabo de certo tempo, convidado a voltar à Méca, entrou triunfalmente na cidade, sob delirantes aplausos da multidão.

Um mosteiro foi construído em honra do Sheik, que foi depois, santificado.

(De uma publicação do IBC)

INDA

PROMOVE ADESTRAMENTO PARA GERENTES DE COOPERATIVAS



Aula sôbre eletrificação rural ministrada pelo prof. Afrânio do Amaral

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário dando cumprimento à programação do seu Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural, por intermédio de sua Delegacia Regional no Estado do Rio de Janeiro, realizou dois cursos de adestramento de gerentes de cooperativas, promovidos pela Autarquia, com a finalidade de capacitar pessoal de nível executivo que, em ação nas entidades cooperativistas, desempenhará atribuições necessárias e primordiais à promoção sócio-econômica do rurícola.

OS CURSOS

Os dois cursos realizados, em Cordeiro — o primeiro —, e em Barra do Piraí — o segundo —, tiveram a participação de DAC/RJ, SAA, ACAR/RJ, DAC/SP, UNASCO/RJ, CCL/SP, SUNAB/GB, CNA e FBC/SP órgãos que enviaram técnicos habilitados para ministrar aulas, contando, ainda, com a colaboração da equipe especializada da Delegacia do INDA no Rio de Janeiro, que trabalhou intensivamente a fim de assegurar o pleno êxito das duas iniciativas.

O primeiro curso, abrangendo a região Centro-Norte do Estado fluminense — realizado de 2 a 6 de setembro e de 15 a 19 do mesmo mês — contou em seu índice de freqüência com cêrca de vinte e seis cursistas, oriundos de cooperativas agropecuárias dos municípios de Cantagalo, Cordeiro, Carmo, Trajano de Moraes (Visconde de Imbé) e Pádua. Também outras cooperativas prestigiaram a iniciativa do INDA entre as quais as Cooperativas de Consumo de São Fidélis, de Friburgo, de Cordeiro e de Três Rios.

Ao segundo curso, que alcançou todo o Sul do Estado do Rio, levado a efeito em Barra do Piraí nos períodos de 21 a 25 de outubro e de 4 a 8 de novembro, compareceram vinte e cinco cursistas, representantes de 17 cooperativas daquela região: Agropecuária Nossa Senhora do Amparo, Conceição de Macabu, Sapucaia, São Fidélis, Barra Mansa, Regional de Rio Bonito, Agrícola de Itaguaí, Rio Prêto, Santa Isabel, Resende, Barra do Piraí, Volta Redonda, Conservatória, Cooperativa Mista de Produção e Consumo dos Trabalhadores Rurais de Paracambi, Coop. de Eletrificação Rural de Itaguaí, de Consumo Ferroviário da Central do Brasil de Barra do Piraí e Cooperativa Regional Avícola Valenciana.

CURRÍCULO

Matérias como Administração de Cooperativas, Legislação, Gerência, Legislação Tributária, Relações Públicas, Organização da Contabilidade de Coperativas e Organização de Serviços, Comercialização, Pesquisa e Informação do Mercado, Eletrificação Rural e Doutrina Cooperativista foram disciplinas que compuseram o programa dos cursos que incluiu, ainda, em seu currículo a realização de "visitas orientadas" a expressivas entidades, visando-se ao estudo local das condições de funcionamento das mesmas e ao intercâmbio de idéias e de informações para o aperfeiçoamento geral do sistema.

Da programação dos Cursos de adestramento para gerentes de cooperativas, promovido pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, à guisa de complementação dos trabalhos desenvolvidos, foram proferidas palestras de interêsse geral as quais versaram sôbre Serviços da ACAR/RJ em âmbito estadual, regional e local; Processos da Comunicação; Manejo de Gado Leiteiro; e Observações sôbre o Cooperativismo norte-americano, além de projeção de filmes educativos sôbre manejo de gado leiteiro, técnica agrícola e funcionamento de Cooperativas e Sindicatos Rurais em países europeus, norte e sul-americanos, e brasileiros, em particular.



Visita orientada à Cooperativa Agropecuária de Macuco

REPERCUSSÃO

Comprovando o interêsse e a repercussão que os Cursos realizados em Cordeiro e Barra do Piraí despertaram, é digno de registro o entusiasmo manifestado por autoridades federais, estaduais e municipais, prestigiando e reconhecendo na iniciativa do INDA fator decisivo para a dinamização das entidades e melhor atendimento ao homem do campo, ressaltando vários líderes e dirigentes cooperativistas que a medida contribue efetivamente para a consecução das soluções reclamadas pelos complexos problemas com que se depara o meio rural.



Flagrante de avaliação de aproveitamento dos cursistas





Encerramento do curso com respectiva entrega de diplomas

INDA APLICA 30 MILHÕES DE DÓLARES NO PROGRAMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL EM TODO O PAÍS

Visando ao mais efetivo cumprimento do programa de eletrificação rural das áreas rurais, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — que já aplicou cêrca de US$ 20 milhões de importante plano de eletrificação rural em todo o País, acaba de receber do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento — BID —, recursos no valor de 30 milhões de dólares para prosseguimento e complementação do significativo Plano de Eletrificação Rural, levado a efeito pela administração do sr. Dix-Huit Rosado.

Quinhentos mil brasileiros habitantes das áreas rurais serão os maiores beneficiados, levando-se em conta que a eletrificação é elemento básico no desenvolvimento das demais atividades da política de dinamização rural, com o programa que vem sendo executado pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e que compreende vinte e oito mil propriedades rurais nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

O Plano elaborado pelo INDA e executado com ajuda do BID — para os anos 69, 70 e 71 — tem como características técnicas, à implantação de 27 mil km de linhas de transmissão e rêde de distribuição de energia numa freqüência de 50/60 ciclos em tensão de 13,8 KV, utilizando 16.927 transformadores, baixa tensão a 280/120 Volts, 206.273 KVA e cinco mil toneladas de fios.

Com essa substancial ajuda do BID, o INDA poderá estimular e fortificar sua principal atividade desenvolvimentista, incrementando a política de desenvolvimento rural em diretrizes e recomendações expressas do Govêrno Federal.

INDA LIBEROU MAIS DE NCr$ 800 MIL PARA AJUDA AO MEIO RURAL

O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, liberou a importância de NCr$ 847.197,94 para o atendimento de compromissos financeiros assumidos pela Autarquia com diversos Estados dentro da programação de trabalho do INDA para o fim do exercício corrente. Determinou ainda que a aludida importância seja creditada aos signatários dos aludidos compromissos feitos em forma de convênios.

A verba está distribuída pelos seguintes Estados com os seguintes fins:

Minas Gerais, Federação de Agricultura, convênio firmado em 28-12-68, para assistência técnica e veterinária aos sindicatos rurais, ... NCr$ 96.356,00;

Piauí, convênio com a Companhia de Luz e Fôrça, convênio INDA/CLEP, assinado em 14-12-69, para obras de eletrificação rural no Município de Parnaíba, NCr$ 156.000,00;

São Paulo, convênio com o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para obras de eletrificação rural nos Municípios de Rio Acima, Sabaúna e Ibiúna, NCr$ 100.000,00;

Rio Grande do Norte, convênio com a Escola Superior de Agricultura de Mossoró, para amparo ao ensino técnico, ... NCr$ 150.000,00;

Paraná, para implantação do Centro de Cooperativas Treinamento Agrícola no Município de Candido de Abreu, NCr$ 60.000,00;

Paraná, Associação Paranaense de Apicultôres, para cumprimento do programa de treinamento e capacitação agrícola, NCr$ 15.000,00;

Paraná, para ajuda ao Centro de Pesquisas e Estudos de Ciências Puras aplicadas à Tecnologia, em Vila Zaimira, União Vitória, programa de racionalização da apicultura, NCr$ 10.000,00;

São Paulo, para execução de obras de eletrificação rural no Vale do Itariri, a cargo do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de SP, NCr$ 109.841,94;

São Paulo, para ajuda aos serviços de desembarque de imigrantes em Tie-Ara, convênio INDA/govêrno do Estado de SP, NCr$ 50.000,00;

Rio de Janeiro, Banco do Estado, para inversões no meio rural, acôrdo firmado em outubro de 1968, ... NCr$ 100.000,00.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO EM MINAS: INDA ENTREGA RECURSOS

Recursos da ordem de .... NCr$ 835.000,00 foram entregues pelo presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, sr. Dix-Huit Rosado, no Estado de Minas Gerais, dando cumprimento aos convênios assinados anteriormente com vários órgãos de diversas localidades mineiras entre as quais Prata, Patrocínio, Uberlândia, Araguari, Tupaciaguara e, ainda recursos para obras de eletrificação rural no Estado a cargo da ERMIG.

Do total acima referido fornecido pelo INDA, ... NCr$ 100.000,00 foram entregues pelo sr. Dix-Huit Rosado à Cooperativa Agropecuária Limitada de Uberlândia para serem empregados na obtenção de equipamento das instalações daquela Cooperativa; ainda para Uberlândia, relativo a convênio firmado pela autarquia com o Ministério do Exército — 36.º Batalhão de Infantaria —, serão carreados .... NCr$ 10.000,00 destinados às despesas de obras de Eletrificação Rural da área da Granja do Centro Social daquela Unidade Militar.

Seguem-se nesta série de recursos fornecidos pelo INDA para o desenvolvimento agrário das áreas de Minas a entrega de NCr$ 15.000,00 em favor do 12.º Batalhão Ferroviário da II Região Militar do I Exército, sediado em Araguari, para desenvolver as atividades agropecuárias daquela Unidade do Exército e ainda em Araguari consignados a Sociedade de Defesa Contra a Lepra para atender contribuição financeira àquela Sociedade; destinada ao Educandário do Triângulo Mineiro Eunice Weaver a quantia de ...... NCr$ 10.000,00; para Tupaciguara, em favor do Sindicato Rural de Tupaciguara a importância de NCr$ 100.000,00 contribuição da autarquia federal do desenvolvimento agrário tendo em vista a construção da instalação da Feira Agropecuária para engorda em confinamento e concurso leiteiro naquele Município; e em cumprimento a convênio firmado com ERMIG para desenvolvimento de obras de eletrificação rural no Estado montanhês cêrca NCr$ 350.000,00.

UM CARÁTER

D. Carminha
Ilustração de Luiz Sá

Sessentão, magrete, mediano, cabelos louro-baço-esbranquiçados, olhos garços, orelhas acabanadas, mãos nodosas, pés descalços esparramados com dedos em leque, calças e camisa lotadas de remendos, desdentado, diz: — Com licença?

Respeitoso, deferente, atencioso, sobe na vagareza os degraus do alpendre, coloca, lento, no cabide o chapéu de matuto de palhinha se acabando que trazia na mão, estende-a, aperta firme, ligeiramente demorado a do novo Senhor da Conceição e, voz baixa, rouquenha, profunda fala: — Vim para conhecê-lo; chamo-me Belário. Seu nome, como todo mundo, nestas bandas, soube assim que comprou êsse fazendão, Dr. Silvio. Alegra-me que tenha simpatizado comigo. Sei disso por ter ao nos cumprimentarmos, instintivamente, batido de leve nas minhas costas à altura do ombro como que buscando aproximar-me de si. Quando uma pessoa não vai logo com outra, põem-lhe, sem disso ter consciência, a mão no peito para mantê-la longe do coração.



—Veja o que é o destino! Não molenguei, não mandriei, não descansei, não preguicei. A vida tôda, uma faina incessante, só trabalho, lida, serviço, uma existência dura, penosa, de esfôrço contínuo, a formar lavoura na Bela Esperança. Litros sem conta de suor a regá-las — e nada. Ao fim cheguei ao que vê. Um molambo coberto de molambos. Moço, saudável, forte, dando tudo de mim, jamais com o pouco, escasso, minguado ganho, poderia uma vez única que fôsse vestir-me assim no trinque, no apuro, no esmero. Tivesse nascido em família rica, recebido trato e educação talvez me mostrasse como o senhor, uma distinção de criatura. Imagine, mesmo agora, que figurão: — De botas de couro fino, culote de gabardina, camisa de linho puro, capacete lonado de desbravador — êsse velho caco de gente ainda faria!

Quinzena após era de ver o sucesso, o assombro provocado por Belário a zanzar no gasto pangaré — o Fumaça — exibindo a indumentária, presente revelador, como apregoava, da alma diamantina do amigo que recem fizera.

Por anos a fio, no primeiro domingo de sol (se chovesse não arriscava o vestuário) de cada mês, era certo ir à Conceição levar um mimo: favos de mel silvestre, espiga de milho verde, meiro danado de cantador, chicote trançado em casa, frutas do mato, queijo fresco de leite de cabra, porrête de ipê-mirim tirado no minguante, frango nôvo.

No dia em que a bela Esperança foi incorporada à Conceição — assinada a escritura de compra aos herdeiros de Sô Fidelino — bateu-se Dr. Silvio direto para a casa de Belário, o mais antigo colono da propriedade adquirida, o qual muito o ajudara com conselhos e diligências na efetuação do excelente negócio, não foi pequena a surprêsa, foi grande o espanto que teve ao saber que na manhã daquele mesmo dia, o velho Belário mudara-se para o Buracão. Tocou-se para lá e ao defrontá-lo — vindo da arrumação dos teréns, para atender ao chamado — foi logo indagando da razão do extranho procedimento.

— É que — ouviu — a colocação que tinha lá era a melhor da propriedade; estou acabado, produção minha é pouca, mesmo no esfôrço. O senhor precisa de renda, tenho em vista um camarada nôvo, entendido, prático em verduragem, com quatro enxadas de casa para tornar aquilo o que era no meu tempo de môço.

O MATE

O preparo do mate compreende dois ciclos: cancheamento e beneficiamento, aquêle realizado pelo produtor, no erval, êste pelo industrial, no engenho.

3 - Tecnologia do Mate

1 — CANCHEAMENTO

As operações de limpeza do erval, corte, sapeco, secagem, malhação e coagem realizadas na erva-mate constituem o primeiro ciclo do preparo do produto, ou seja, o **cancheamento**, chamando-se de **cancheado** o mate resultante.

LIMPEZA DO ERVAL

Quando o erval é nativo, inicia-se a colheita com a limpeza e roçada, retirando-se tudo aquilo que possa dificultar o trabalho, tais como pequenos arbustos, toras, etc. e fazendo-se uma ligeira capina.

A roçada é de grande benefício, pois, além de facilitar a colheita, torna-a mais produtiva e menos sujeito a pragas o erval.

Quando se trata de plantação, o trabalho de limpeza fica muito reduzido, quase nulo mesmo, o que torna o custo de colheita muito menor.

Transcreveremos, a seguir, o que diz a respeito da cultura de erva-mate a monografia "Exploração do Mate", publicada em 1929 pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas:

SEMENTES

Geralmente a erva-mate floresce e frutifica de outubro a dezembro, porém, os seus frutos só ficam completamente maduros nos meses de fevereiro e março, quando se deve proceder a colheita para as sementeiras. Os frutos destinados a fornecer as sementes, devem ser cuidadosamente escolhidos e bem maduros. É uma operação morosa sobretudo porque a maturescência é irregular e não se deve empregar sementes de frutos verdoengos ou mal sazonados. Escolhidas as bagas completamente m a d u r a s, que apresentam uma coloração vermelho-arrozeada, são elas postas, em maceração até que, esmagadas entre os dedos, a pôlpa glutinosa se separe fàcilmente das sementes. Sucessivas lavagens e peneirações da massa facilitam a completa separação das sementes que são, a seguir, secas à sombra.

ESTRATIFICAÇAO DAS SEMENTES

Os processos seguidos para a germinação variam e constituem ainda objeto de estudos e observações dos fatôres favoráveis à aceleração. Está provada a benéfica influência de certos tratamentos alcalinos nas sementes, entretanto, o processo de estratificação mais seguido e ao alcance de qualquer é o seguinte:

Em lugar sombreado enterra-se uma caixa de madeira ou lata, das de querozene, por exemplo, furada no fundo e de modo que as bordas fiquem à superfície. Coloca-se-lhe depois uma camada de terra fina, misturada com areia, e, em seguida sôbre essa camada espalha-se certa porção de sementes e assim, sucessivamente, até encher o recipiente. Conservam-se as sementes, mediante regas moderadas, em boas condições de humidade e, sete ou oito meses após está terminada a operação, devendo-se esvaziar a caixa ou lata e separar as sementes, peneirando cuidadosamente o terriço.



ENNIO L. LEITÃO

Químico Industrial Diretor-Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

(Conclusão)

Erval nativo no interior de Santa Catarina

SEMENTEIRA

A semeadura pode ser feita diretamente em canteiros bem preparados e convenientemente abrigados ou em caixões. Êstes, além da facilidade de proteção contra as intempéries, oferecem a vantagem do fácil transporte aos viveiros ou local da primeira transplantação.

Um bom tamanho para os caixões é o de 0,50 m de comprimento por 0,35 m de largura e 0,08 m de altura.

Na sementeira deve-se ter em vista a natureza e o preparo da terra empregada que deve ser leve, fértil e muito bem trabalhada.

As terras de mata são as preferíveis constituindo um bom tipo, o sílico-argiloso, se possível, peneirado ou muito bem esmiuçado.

As sementes são então distribuídas a granel na superfície do canteiro ou caixão e a seguir cobertas por tênue camada de terra peneirada e, ligeiramente comprimida com o auxílio de uma taboinha.

Trinta a quarenta dias depois aparecem as plantinhas, devendo, durante êsse tempo, se fazer a rega necessária para manter as sementes em boas condições de humidade e conservar os canteiros ou caixas limpos de ervas estranhas.

É necessário conservar as sementeiras ao abrigo dos raios diretos do Sol e dos fortes aguaceiros, usando, para isso, ripados de madeira ou uma cobertura de palha, capim etc., a altura conveniente.

Os ripados oferecem, incontestàvelmente maiores vantagens e, como construções mais ou menos duradouras e cuidadas, ao abrigo dêles se criam as mudinhas de sucessivas sementeiras.

Um bom tipo de ripado é constituído de tal modo que as ripas ou taboas são pregadas, em cada seção paralela e regularmente, a espaços iguais ao ocupado pela sua largura. Deve ser espaçoso, mais alto que um homem e cobertos de madeira a impedir que as águas gotejantes danifiquem as plantinhas.

VIVEIROS

Para que as plantinhas se transformem em mudas vigorosas devem, ao atingirem o desenvolvimento de 8 a 10 centímetros, ser mudadas para os viveiros, situados êstes, de preferência, em terras do mato, fértil e frescas. Os canteiros precisam ser cuidadosamente preparados como os que serviram nas sementeiras, cavados a preceito, bem esmiuçados à superfície, e, devidamente abrigados. A terra sílico-argilo-humosa é a preferível.

As mudinhas são plantadas mais ou menos a distância de 30 centímetros em todos os sentidos e aí se desenvolvem até a época de transplantação definitiva que deve ser feita quando alcançam 30 a 50 centímetros de altura.

Os cuidados necessários para se manter os viveiros em condições favoráveis ao crescimento das plantas são os das mondas e regas oportunas. Os canteiros devem, pois, ser mantidos limpos de ervas daninhas e com a humidade e frescura necessárias ao rápido desenvolvimento vegetativo das mudas.

A proteção das plantas em viveiro contra os raios ardentes do Sol, o excesso de chuvas e as geadas, é tão necessária quanto as regras e mondas. Daí a importância dos abrigos, sobretudo para os viveiros em campo, podendo-se fazer econômicas coberturas com ramos, etc. suspensos em estacas a uma altura conveniente. As coberturas com panos de serapilheiras não são tão vantajosas além de mais caras.

A criação das plantas em balainhos ou cestas de taquara é pouco usada, embora ofereça a vantagem de nenhum risco na transplantação para o sítio definitivo.

Dos viveiros são as mudas retiradas de acôrdo com as necessidades dos trabalhos de transplantação para o estabelecimento do erval.

A extração das plantas nos canteiros exige maiores cuidados, devendo-se atenuar quanto possível os freqüentes danos sofridos ao serem as plantas arrancadas. As mudas antecipada e gradualmente habituadas às condições do meio onde vão ser cultivadas, oferecem maior segurança. Os canteiros, abundantemente regados de véspera, facilitam o trabalho do arrancamento das plantas. Essa operação é geralmente feita com uma pá direita e de modo a não ofender as raízes principais da muda, devendo-se tirá-la cuidadosamente, com o bloco de terra aderente às raízes.

No caso dos viveiros situados longe do erval em formação torna-se necessária a embalagem das mudas para evitar o desprendimento da terra protetora do sistema radicular, tendo-se em vista o melhor aproveitamento das vantagens inerentes ao viveiro.

A embalagem das mudas destinadas ao transporte a maiores distâncias não difere da de outras plantas acondicionadas para a exportação, sendo o bloco de terra envolvido em serapilheira, grama, etc., de maneira a manter a planta em favoráveis condições de vitalidade até o seu definitivo plantio.

TRANSPLANTAÇAO

Uma vez preparado o terreno para a formação do erval, são as mudas plantadas em covas de 40 a 50 centímetros de cubo e alinhadas a distâncias compatíveis com o futuro desenvolvimento da planta. Os dias chuvosos são os preferidos para essa operação em que se deve observar, ter em vista, a conveniência de cobrir as raízes com a terra mais arejada da superfície de maneira que a retirada do fundo, por ocasião da abertura da cova, seja utilizada para completar o enchimento da mesma, ficando assim exposta, e, pouco a pouco, melhorando sob a benéfica influência dos agentes atmosféricos.

Geralmente são as mudas escolhidas, segundo o seu desenvolvimento e, preferidas quando atingem 30 a 50 centímetros de altura.

As mudas desenvolvidas nos **jacazinhos**, **balainhos**, ou cestos de taquara ou em qualquer dos recipientes indicados para o enviveiramento das plantas arbustivas e arbóreas, nada sofrem com a transplantação, limitando-se o trabalho ao simples enterramento do vaso cujas paredes fàcilmente apodrecem e permitem o livre crescimento das raízes.

A erva-mate é tida como planta padrão de terras inferiores na região do seu **habitat**, entretanto, na escolha de um terreno para o estabelecimento de um erval, deve-se ter em vista que as terras férteis, permeáveis e profundas lhes são sempre favoráveis. As terras sílico-humosas parecem preferíveis, notando-se que nas de campo, geralmente pobres em humos, o desenvolvimento da planta é retardado em relação ao atingido nas de mato ou "terras de planta" como se diz no sul do país.

PREPARO DA TERRA

O preparo da terra para o estabelecimento da cultura que, como se sabe, é ainda feita em pequena escala nas próprias regiões ervateiras do país, é muito rudimentar quando nos terrenos de mato e mais cuidado quando se tem em vista o plantio no campo.

Os terrenos de mato são apenas roçados, deixando-se as maiores árvores, principalmente o pinheiro, para abrigo do erval e os de campo são lavrados, destocados e gradeados e assim facilitado o arejamento, a penetração e conservação das águas pluviais, prèviamente melhoradas as suas condições culturais.

ALINHAMENTO

Em seguida é feito o alinhamento para a abertura das covas, adotando-se as disposições em quadrados, quinconcios e retângulos. Mas, não obstante facilitar essa última forma o aproveitamento da superfície com maior número de plantas a distâncias e compatíveis com o seu desenvolvimento, as plantações em quadrados ou retângulos são mais freqüentes e preferidas.

No alinhamento em quadrado, de todos os mais simples, as covas são abertas a igual distância em todos os sentidos, enquanto que, na disposição em quinconcio, embora as covas fiquem rigorosamente equidistantes, os intervalos entre as linhas são menores que os de cova ou planta em qualquer sentido. A distribuição em retângulo, também de fácil e muito simples alinhamento, deixa entre as linhas carreiras mais largas e, se por um lado, apresenta desvantagem de dificultar os trabalhos culturais no sentido transversal, as carreiras principais nos terrenos planos ou ondulados como são quase sempre os de campo, facilita, por outro lado, o trânsito e assim os trabalhos culturais e a colheita no sentido das carreiras.

MARCAÇAO DAS COVAS

Qualquer que seja a disposição preferida para o estabelecimento da cultura, a marcação dos lugares para a abertura das covas é feita de acôrdo com as necessidades do crescimento de árvore e segundo os métodos comuns nos trabalhos de alinhamento para as culturas de plantas arbustivas e arbóreas de longa duração.

DISTANCIAS

Nos ervais de cultura, até agora formados, as distâncias adotadas para o plantio variam de 2,50 a 3 metros entre as covas, e 3 a 4 metros entre as linhas. Entretanto, são recomendadas e preferíveis, as distâncias de 3,50 x 4 para as disposições em retângulo e 4 x 4 metros para as plantações em quadrados e quinconcios comportando assim o hectare 625 a 722 plantas nas culturas abrigadas.

ABERTURA DAS COVAS

Nos terrenos de campos as covas são maiores que nos de mato ou "terra de cultura". Naqueles devem ser abertas, para o melhor desenvolvimento das plantas, a uma fundura de 40 a 50 centímetros e outros tantos de bôca. O tamanho das covas, variando com a natureza do terreno, deve assegurar no "guacho" ou muda da erva-

mate, um volume de terra bem preparada e assim uma reserva de alimentos e de humidade favoráveis ao seu rápido desenvolvimento. Daí a conveniência de serem as covas abertas com antecedência para que os agentes atmosféricos beneficiem o subsolo e dos cuidados recomendados na transplantação sôbre a melhor maneira do enchimento parcial ou total da cova.

COLHEITA

Feita de acôrdo com o sistema de sapeco adotado. No caso dêste ser manual, corta-se galhos grandes e no sapeco mecânico, fôlhas e pequenos galhos.

Não é conveniente retirar mais do que 70 a 80% da folhagem pois, como a erveira é uma planta de fôlha permanente, suas funções vitais não sofrem solução de continuidade e, se fizermos poda total, provocaremos interrupção dessas, com sérios inconvenientes, em geral atribuídos às geadas, ao sol forte, à secura do tempo etc.

Nenhuma erveira deve ser cortada no período de floração e frutificação, pois sabido é que, então, as reservas das fôlhas desaparecem, em parte ou totalmente. O critério em voga para a escolha da época da colheita é empírico, mas deve ser seguido até que estudos mais precisos venham estabelecer uma base sólida para a escolha.

Os galhos devem ser cortados para cima, afim de não prejudicar a planta e, geralmente, o período de colheita inicia-se em maio e termina em setembro nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sendo que nos Territórios de Ponta Porã e Iguaçú a safra vai até o mês de novembro.

A colheita, da forma realizada no sul, é uma verdadeira poda degenerando, por vêzes, num bárbaro esgalhamento que deixa as árvores quase que totalmente desprovidas de fôlhas.

A legislação brasileira só permite o corte de fôlhas maduras, isto é, de pelo menos três anos de idade, pois, embora as fôlhas novas sejam mais ricas em cafeína, apresentam deficiências noutros elementos, como extrato sêco, por exemplo.

Nota-se ainda, muito primitivismo no atual processo de colheita e, o Instituto já elaborou um plano que visa tornar mais racional êsse trabalho.

Em sucessivas entrevistas que demos à imprensa, quer em Curitiba (O Dia, 13 de junho de 1944), quer no Rio (Correio da Noite, 17 de junho de 1949) dissemos:

"No momento, cogita o Instituto de realizar uma obra que podemos considerar de suma importância. Trata-se da retificação dos ervais. Já em outubro do ano passado, foi aprovado, em linhas gerais, o trabalho a ser realizado, após uma viagem à região ervateira, em companhia do Dr. Carlos Gomes de Oliveira, presidente do Instituto, afim de verificar a viabilidade do que se propunha fazer. Autorizou o presidente do Instituto a realização dos estudos preliminares, afim de ser feita a retificação dos ervais. O trabalho será longo, mas acredito que muito lucrará a indústria ervateira com a realização do mesmo. Apresentamos à presidência do Instituto um plano para execução do serviço que, em linhas gerais, obedece ao seguinte: procurar interessar um ou mais produtores no trabalho que se pretende realizar, mostrando as vantagens do mesmo selecionar as variedades que melhor se adaptem à região, afim de, no plantio, procurar dar uma uniformidade ao produto, dar ao erval trabalhado a maior simetria possível.

Para iniciar o trabalho — continuou o nosso entrevistado — baixou o Instituto instruções que serão enviadas às Cooperativas afim das mesmas colherem dos produtores os dados necessários. Nestas instruções, pedimos: número de erveiras existentes no erval; quantidade colhida na presente safra e número de erveiras podadas, e qual a variedade predominante.

Êste trabalho deverá ser sumamente facilitado pelas Cooperativas, pois a centralização dos produtores num só local torna mais fácil o contato dêles com o Instituto. Pensamos, mesmo, que o trabalho principal das Cooperativas é o da melhoria do produto, e acreditamos que uma entrosagem das mesmas com a Seção de Produção e Indústria, de grande utilidade será para todos, pois far-se-á assim com muito mais facilidade a divulgação dos métodos mais aconselhados para um racional aproveitamento da erva-mate. Embora o empirismo deva ser respeitado, pois a ciência moderna vem confirmando a razão de ser de vários processos usados pelos nossos antepassados, não devemos, por esta razão, deixar de procurar melhorar o que atualmente existe.

A retificação dos ervais corresponde a um reflorestamento de nossa zona ervateira, com a diferença de que, aqui colaborando com a natureza, transformamos de maneira econômica e natural um erval nativo em um erval plantado, dando ao mesmo a vantagem de tornar mais fácil a colheita, o tratamento e, ao mesmo tempo, ausência dos perigos de erosão.

Acreditamos que os serviços realizados pelo Instituto Nacional do Mate incentivarão uma melhoria do produto dando assim margem à colocação em novos mercados desta nossa "ilicínea", possuidora de tão magnânimas propriedades."

Por aí se verifica que o Instituto vem estudando a questão com o interêsse que ela merece.

No plano de trabalho de nossa Seção, enviado à Presidência do I.N.M, em 4 de outubro de 1943, no mesmo ano encaminhado à Junta Deliberativa, preconizávamos na letra b do item III, referente à produção: "providenciar a retificação dos ervais afim de:

"melhorar a colheita e torná-la mais econômica, retirando as variedades pobres, as de mais idade e atacadas por moléstias e, quando necessário, plantar novas erveiras."

Normalmente o trabalho de colheita é realizado por empreitada, recebendo o trabalhador uma determinada importância para colhêr quarenta e cinco quilos de fôlhas verdes que correspondem a quinze quilos de erva-sêca, isto é, uma arroba.

SAPECO

Denomina-se sapeco a ação direta das chamas sôbre a fôlha de erva-mate, produzindo uma ligeira tostação destinada a evitar que a fôlha fermente.

Segundo o químico colombiano Dr. Cortez (1), os principais efeitos benéficos da fôlha se derivam de uma enzima denominada "clorofilase" encontrado na matéria corante-verde da fôlha do mate. O trabalho acima citado vem confirmar que o empirismo dos iniciadores do preparo do mate estava certo ao começar pelo sapeco. Assim, a ciência moderna vem sancionar essa prática, como indispensável é obtenção de uma boa bebida.

Como dissemos, o sapeco pode ser manual ou mecânico. Aquêle é feito junto à erveira, logo após o corte, constituindo, em linhas gerais, no seguinte:

O mate conduzido para o sapecador, composto, geralmente, de duas paredes de um metro de altura, formadas por toros de madeira verde, medindo aproximadamente vinte centímetros de diâmetro por 1,30 m de comprimento, possui um intervalo entre as duas paredes que varia de 50 a 60 cm e onde se faz o fogo para o sapeco. Como combustível emprega-se geralmente a lenha seca e não resinosa.

Os galhos grandes são colocados sôbre as chamas e o operador, fazendo um movimento de rotação, distribui o calor com uniformidade, de maneira a que tôdas as fôlhas sejam atingidas pelas chamas.

Esta operação requer certa prática e o produto naturalmente apresenta variações de acôrdo com os operadores que a realizam, e êste inconveniente sugeriu experiências com o sapeco mecânico, hoje bastante empregado.

Nesta operação usa-se um cilindro reforçado, com paredes de arame grosso tendo aberturas de meia polegada. O sistema de funcionamento do cilindro varia. Alguns possuem um eixo interno, outros funcionam sôbre rodas que recebem o movimento de uma máquina.

O cilindro tem mais ou menos dois metros e meio de comprimento por 70 a 80 cm de diâmetro e fica colocado sôbre uma fornalha feita especialmente para o fim a que se destina, sendo o cilindro instalado com uma inclinação de 20 a 25 graus sôbre a horizontal.

Feito o fogo, cuja chama deve rodear o cilindro, coloca-se dentro do mesmo as fôlhas de erva, pela parte superior um operário ou um dispositivo mecânico qualquer, movimenta-o a pequena velocidade para que os galhinhos movendo-se dentro do cilindro recebam o calor uniformemente. Assim com pouca volta e graças à inclinação do cilindro, êles passam sôbre as chamas e saem pela abertura inferior já sapecados.

A erva assim sapecada perde 20% do seu pêso ao sair do aparêlho e adquire uma côr amarelada e um odôr característico.

No sapecador mecânico a temperatura varia de 200 a 250º centígrados.

O mate sapecado é então conduzido, num intervalo, nunca superior a 12 horas, ao barbaquá ou secador.

SECAGEM

O mate depois de sapecado é levado para a secagem final, e geralmente são empregados 3 sistemas.

a) carijó-furna
b) barbaquá sistema Paraguaio
c) barbaquá brasileiro ou guarani.
e) Câmaras de secagem

a) O **CARIJÓ-FURNA** — é um processo já pouco usado. Uma escavação em declive de terreno é coberto por uma espécie de engradado onde se coloca a erva sapecada recebendo aí o calor do piso direto provindo da base da escavação.

Geralmente, a distância do piso do carijó à parte de madeira, onde se coloca a erva a secar, é de 2 metros variando o tempo de secagem de 12 a 24 horas, obtendo-se no entanto erva da melhor qualidade, quando se utiliza o último espaço de tempo, isto é, 24 horas.

O sistema carijó-furna, ainda é usado nos arredores de Curitiba e nos municípios de Prudentópolis e Guarapuava, no Paraná.

A **"erva-de-carijó"**, apresenta um odôr empireumático proveniente de fumaça desprendido durante a secagem. Protejendo o carijó contra as intempéries, há sempre uma cobertura feita de madeira, ou folhagem.

De um modo geral o carijo é um tendal suspenso sôbre forquilhas, feito com troncos de pequenos diâmetros, protegido com uma cobertura e aberto dos lados.

SUDENE

A SUDENE pediu ao Conselho Coordenador da Aliança para o Progresso (COCAP) que obtenha, junto a organismos estrangeiros, empréstimos no valor de NCr$ 7,7 milhões, para aplicar ao programa de energia elétrica.

• • •

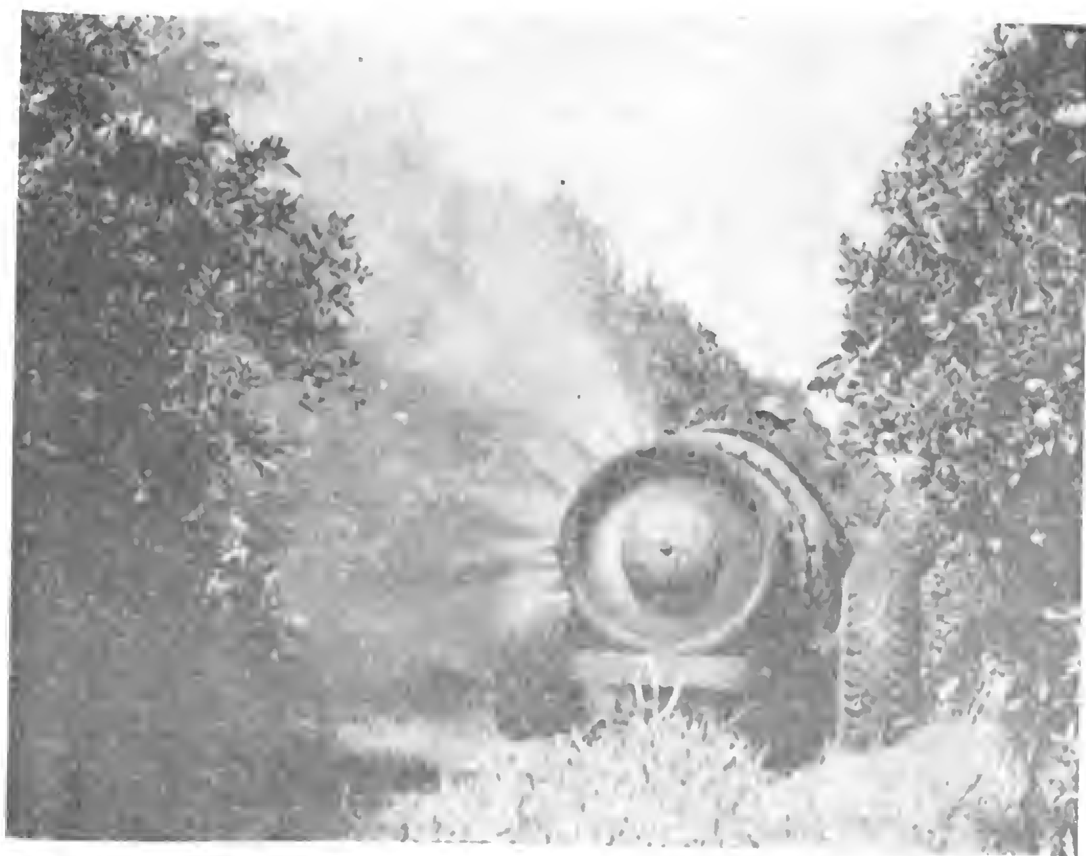
Mais 469 mil cruzeiros novos foram liberados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, referentes a parcelas de convênios firmados com diversos órgãos estaduais nordestinos, visando a execução de programas de infraestrutura e de agricultura. A maior parcela é destinada ao Rio Grande do Norte.

A LAVOURA

1897 — 1969

72 ANOS

A FOTO INTERNACIONAL



O tratamento químico em qualquer tipo de plantação nos Estados Unidos, contra insetos, já é matéria de rotina. A luta contra todos os tipos de pragas e ervas daninhas é incessante e os inseticidas tornam-se cada vez mais numerosos e mais eficientes. Mas se os produtos químicos se aperfeiçoam, também a maneira de aplicá-los apresentando novas máquinas para borrifar as plantações. A foto nos mostra o último tipo de máquina para lançar inseticida a alta velocidade, sendo o jato produzido por uma hélice modificada de uma aeronave comercial. (Foto IPS, especial — para A LAVOURA).

A CULTURA DO FUMO

Sua tendêncio e importâncio sócio-econômico paro o Zona da Mota — MG — Resultodos experimentais

Francisco Dios Nogueiro

I — SEMENTEIRA DE FUMO

1 — LOCALIZAÇÃO

Deve ser localizada em terreno plano. Se tiver inclinação precisa ser defendido contra a invasão das águas e também ser abrigada dos ventos fortes.

Uma vez preparado, com arado, enxadão ou mesmo enxada, deveremos dividi-lo em canteiros de 10 metros de comprimento por um metro de largura, tendo os bordos protegidos por varas de bambus ou mesmo de madeira inferior, separados por ruas de 50 cm.

Depois de bem pulverizada e nivelada a terra do leito, deveremos cobri-la com uma fina camada de estêrco de curral bem curtido e peneirado, na proporção mais ou menos de 2 a 3 quilos de estêrco por metro quadrado.

Depois de 8 a 10 dias, faz-se nova escorificação superficial no terreno, sòmente na parte que recebeu o estêrco peneirado e depois de bem fôfa e livre de plantas daninhas procede-se a semeadura.

2 — DESINFECÇÃO DAS SEMENTES

Antes do semeio devemos fazer a desinfecção das sementes, a fim de garantir o estado de sanidade do viveiro. Por isto preparamos uma solução de nitrato de prata a 1%, isto é, 1 grama de nitrato de prata e 100 grs. de água. Amarramos as sementes dentro de um pequeno saco de algodão ou morim e deixamos mergulhados na solução por um espaço de 15 minutos deixando secar à sombra. Depois de sêcas misturamos com cinza para semear.

3 — QUANTIDADE DE SEMENTES

A quantidade de sementes necessárias para semear 10 canteiros de 1m x 10, ou sejam 100 metros quadrados de sementeira deve ser de 7 a 10 gramas de sementes que se mistura com 2 litros de cinza peneirada. Duas colheres de sôpa, razas, de sementes pesam 10 gramas mais ou menos.

Uma grama de sementes de fumo tem mais ou menos 8.000 mudas. Calcula-se 50% de redução para desbaste e outras perdas, ainda teremos, em 100 metros quadrados de sementeiras 40.000 mudas, após repicagem ou desbaste, número suciente para plantar 4 hectares com o espaçamento de 1m x 1m, como é comum na Zona da Mata de Minas Gerais.

Cumpre esclarecer que um metro quadrado de sementeira não deve conter mais de 400 mudas na época do transplante. Êsse número conseguimos arrancando as plantinhas muito juntas, de modo que fiquem guardando entre si, no mínimo, um espaço de 5 cm.

Com o desbaste e maior espaçamento obtemos mudas repolhudas, bem formadas, fortes, de caule consistente, e com bom enraizamento, além de evitarmos a formação de blocos maciços de mudas caneludas, esbranquiçadas, desclorofiladas.

Grande parte do insucesso dos preparadores de sementeiras de fumo se atribui ao excesso de sementes que lançam no terreno provocando enorme competição entre as mudas e o aparecimento da meia das sementeiras.

O uso do torrão paulista para a repicagem das mudas jovens (20 a 30 dias após a germinação) tem sido odotado pela Estação Experimental de Rio Pomba, com ótimos resultados. Êsse nôvo método evita perda de mudas ao fazer o desbaste e garante melhor êxito do plantio definitivo mesmo quando feito com sol quente porque as plantas repicadas para o torrão, após 5 dias, dispensam toldo, permanecendo ao ar livre

4 — ÉPOCA DA SEMEADURA

Nesta região as sementeiras são feitas no período de 20 a 31 de dezembro. Todavia, com a irregularidade do regime pluviométrico alguns agricultores estão tentando produzir fumo das águas e para isto é necessário fazer a semeadura no fim de agôsto até a primeira quinzena de setembro.

5 — PRÁTICA DE SEMEADURA

Utilizamos uma pequena lata de goiabada, furada com pregos finos, como se fôsse uma

peneira. Com ela, apliquemos uniformemente 5 gramas de sementes misturadas com 2 litros de cinza sôbre o canteiro preparado.

Terminada a semeadura, com um regador de crivo fino, faz-se uma rega com solução de DDT, ou sejam 250 g de DDT para 25 litros de água. A solução dêste produto controla os insetos que perseguem as sementes no solo.

6 — COBERTURA DA SEMENTEIRA

Uma vez semeados os canteiros deverão ser cobertos com panos de algodão, palhas de palmeira, sapé ou outros recursos de que os agricultores lançam mão. A cobertura além de constituir ótimo abrigo para as plantas tenras, conserva a umidade do leito por maior espaço de tempo.

7 — ADUBAÇÃO

Decorridos 10 dias de germinação, podemos fazer uma irrigação com salitre na base de 2 colheres de sopa de salitre para cada 10 litros de água.

8 — DEFESA FITOSSANITÁRIA DAS SEMENTEIRAS

Se o tempo estiver bom deveremos pulverizar as sementeiras de 8 em 8 dias. Diminuiremos o espaço para 4 dias e até para de dois em dois dias se o tempo permanecer úmido e chuvoso.

As pulverizações podem ser com calda bordaleza, Manzate, Horta Pó Du-Pont, Ditane Z-78. Com a aplicação dêstes fungicidas fazemos o tratamento preventivo contra a mela e outras doenças das sementeiras.

Para combater grilos, outros insetos e suas lavras, utilizam-se os inseticidas: DDT, Rhodiatox, Terraldrin, aldrin, dieldrin, ditane, etc.

II — PLANTIO DEFINITIVO

1 — ESCÔLHA DAS VARIEDADES

1.1 — *Fumo para corda ou rôlo:*

Sul de Minas
Cabeludinho
Azulão
Tietê
Gigante
Groteiro
Goiano
Descalvado
Vuelta Abajo 9

HIBRIDOS

K 5 — 38
P 38 — 5
R 38 — 2
M 2 — 38

1.2 — *Fumos de fôlhas para cigarros:*

Chinês
Virgínia
Santa Cruz
Rio Pardinho
Sanzoun
F. 195
Herzegovinia
Sary
Thaddyan n.º I
M.D. Broad leaf
Kavala
Conneticut broad leaf
Burley
Sumatra
Tobacks etc.

1.3 — *Fumo de Fôlhas para charuto*

Brasil—Bahia
Kentucky
Havana 211
Amarelinho tipo A-33
Colônia
Jorjão, etc.

2 — *Época*: — A intensidade maior do plantio é na 1.ª quinzena de março aproveitando-se os dias de umidade relativa do ar acima de 80%.

3 — *Preparo do solo*: — A maioria dos agricultores nesta região ainda plantam o fumo consorciado com o milho o que não recomendamos. Nêste caso o trabalho de arar e, raramente, de gradear é feito apenas para o milho. Para o plantio do fumo usam-se a capina e o coveamento.

O que recomendamos é o preparo bem feito do terreno (1 aradura e 2 gradeações) com bastante antecedência, para a cultura do fumo isolada, a fim de que o mato enterrado se decomponha antes do plantio do fumo. A 2.ª gradagem pode ser 1 dia antes do plantio e tem finalidade de combater algumas ervas daninhas que sempre germinam após o ato da 1.ª gradagem. As ervas daninhas não devem concorrer com a cultura.

4 — *Prática do plantio definitivo*: — Pode adotar-se a abertura de sulcos com a distância de 1m entre êles ou co-

vamento distanciado de 1m entre covas. Um terreno de 100m x 100m (1 ha) comporta cem sulcos numa mesma direção ou dez mil covas para plantio no espaçamento de 1m.

Todavia os agricultores não obedecem rigorosamente esta prática porque plantam o fumo consorciadamente com o milho, em espaçamento variado de 1m até 1,20m. A maioria dos agricultores adota o processo de plantar a muda de raiz nua necessitando para isto de dias chuvosos ou excessivamente úmidos. A ocorrência de tempo especial para o plantio definitivo será dispensada se as mudas estiverem no torrão paulista e em pleno ar livre, portanto aclimatada perfeitamente com as condições de campo.

Além desta vantagem, as mudas que vão no torrão, para o campo, garantem o êxito do plantio, evitando a replanta exigida por traumatismo radicular, falta de aclimatação e ganham maior índice de desenvolvimento. A profundidade da cova ou sulco deve equivaler à altura do torrão.

Como combate preventivo aos insetos, especialmente à "lagarta rôsca", coloca-se aldrin em tôrno da cova, depois de plantada a muda.

5 — COBERTURA MORTA (MULCHING): — A cultura do fumo agradece muito a cobertura, morta, principalmente para fumais plantados mais tarde, por duas causas: a 1.ª é a manutenção da umidade no solo e a 2.ª evitar o aparecimento de ervas daninhas. Os agricultores que plantam fumo consorciadamente com o milho fazem uma cobertura precária com os restos culturais do milho (colmos).

6 — ADUBAÇÃO: — Em se tratando de planta esgotante do solo a Subestação Experimental de Pomba tem dado maior atenção aos estudos de adubação da cultura do fumo, para a manutenção do alto nível de produção e atualização de fórmulas para dosagem da adubação.

Para avaliar o quanto de elementos minerais a cultura do fumo absorve do solo, estabeleceu-se a relação entre o pêso de suas cinzas que representa de 19-28% do pêso da fôlha antes da combustão. Portanto nenhuma planta contém tantas substâncias minerais como o tabaco e conclui-se que não há cultura que esgota o solo no mesmo grau.

Isto justifica a preocupação que se deve ter com a manutenção da fertilidade do solo no qual se pratica a cultura do fumo.

As modificações na adubação atribuem-se então ao esgotamento natural do solo e à qualidade ou "cabedal" que ela pode proporcionar ao produto industrializado.

Em 1950, estudos destinados sòmente ao aumento da produção econômica, concluídos na Subestação Experimental de Pomba, publicados no Boletim n.º 6 do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, recomendavam a seguinte adubação para a Zona da Mata de Minas Gerais:

300 kg/ha de salitre do chile
400 kg/ha de superfosfato
150 kg/ha de Cloreto de potássio
10 ton/ha de estrume de curral.

Com esta fórmula foi obtida uma produção média de 1.598 kg de fôlhas curadas por hectare.

Em 1957, com avanço da ciência os grandes centros de pesquisas já tinham conhecimento de que o uso do cloreto de potássio prejudicava a combustibilidade do fumo.

Uma nova publicação, o Boletim Técnico n.º 1 do Instituto Agronômico do Oeste (hoje IPEACO), divulgou a atualização da fórmula anterior que se modificou pela introdução do sulfato de potássio no lugar do cloreto de potássio, na mesma dosagem com o fim de melhorar a combustibilidade do produto.

A recomendação passou a ser:
300 kg/ha de salitre do chile
400 kg/ha de superfosfato
150 kg/ha de sulfato de potássio

Não se recomendou o estêrco pela escassez e prêço muito elevado.

Com esta adubação foi obtida a produção de 1.150 kg/ha de fôlhas curadas.

Todavia há quem recomende a aplicação de traços de cloreto de potássio (6 kg/ha) quantidade que não prejudica a combustibilidade e melhora o cabedal. Porém êste uso precisa ser repetido experimentalmente para uma recomendação segura.

Em 1965, comparados os resultados daquêle ano com os obtidos em 1950 e 1957, verificou-se a necessidade de nova reformulação uma vez que a produção vinha decrescendo. Iniciou-se então, na Subestação Experimental de Pomba, o Experimento de Níveis de Adubação do Fumo nos solos da Zona da Mata de Minas Gerais, com macro e micro nutrientes (elementos maiores e menores), encerrado em 1968 com 3 anos de execução.

O melhor resultado obteve-se com o tratamento 2-3-2 + zinco que corresponde à seguinte adubação:

300 kg/ha de sulfato de amônia
600 kg/ha de superfosfato
167 kg/ha de sulfato de potássio
1,5 grama de sulfato de zinco por cova

A produção foi de 2.640 kg ha de fôlhas curadas:

Outro tratamento 2-2-3 sem micro nutriente e que corresponde à adubação de:
300 kg/ha de sulfato de amônia
400 kg/ha de superfosfato, e
250 kg/ha de sulfato de potássio, proporcionou a produção de 2.600 kg/ha de fôlhas curadas.

Quanto à adubação em cobertura, o fumo responde bem dependendo das condições higroscópicas do solo, modo de aplicar (exposta ao ar livre ou enterrada). A adubação foliar em cobertura também tem dado bons resultados em aumento de produção e aspecto de fôlha. Como é mais um ônus sôbre a cultura é conveniente fazer um estudo econômico, sôbre colocação da safra antes de usá-la.

7 — TRATOS CULTURAIS: — Encerram-se nas capinas, desolhas, capação e a defesa fitossanitária.

Capina — É feita geralmente após o plantio 15 a 20 dias decorridos. Quando se faz esta operação aproveita-se o ensejo para chegar terra à planta. Pode ser manual ou mecânica. Se usar a cobertura morta a capina será desnecessária e bastará uma ligeira escarificação em tôrno da planta.

Desolha — A escolha pode iniciar-se antes ou depois da capação dependendo da variedade que está sendo cultivada. Por exemplo, nas variedades Santa Cruz, Virginia e Chinês a emissão de brotos auxiliares começa antes da emissão da inflorescência. Esta operação faz-se quantas vêzes forem necessárias especialmente em se tratando de fumo cultivado nesta região que se destina à produção de corda ou rôlo.

Capação — Consiste na eliminação da inflorescência e é feita, quando 30% da cultura aproximadamente já emitiu o botão floral.

Tanto a desolha como a capação visam dar maior corpo (cabedal) às fôlhas que, numa cultura bem desenvolvida são em n.º de 25 (em média) por planta.

8 — DEFESA FITOSSANITÁRIA: — Consiste no combate às pragas (insetos) e moléstias.

O inseto que causa maiores danos é a lagarta rôsca (Agrotisypsilon) que corta a planta rente ao solo, exigindo que se faça a replanta.

Pertence à ordem dos Lopdópteros, tem hábitos noturnos, permanecendo quieta durante o dia, sob a terra, em volta da planta.

São grossas, lisas, côr cinza escura com listras laterais e ventrais pouco visíveis.

Seu combate tem sido feito com terraldrin e aldrin sendo que o último deu melhor resultado. Além do uso de produtos químicos (inseticidas) recomenda-se a catação em tôrno de mudas mutiladas para depois fazer a replanta.

Quanto às moléstias tem havido ocorrência mais frequente de viroses (mozaico e necrose branca) e menos frequente a murchadeira (doença bacteriana causada por Pseudomonas solanacearum).

Sendo as infestações de maior grau casos isolados, normalmente, os agricultores não adotam defesa fitossanitária no campo porque a cultura seria muito onerada.

Todavia os meios de combate seriam evitar a doença através da escôlha de variedades ou linhagens resistentes, aplicação de produtos químicos por pulverização ou polvilhamento. Experimentalmente tem sido aplicado Dithane, Manzate, Cuprosan, Cupravit, com bons resultados.

9 — COLHEITA: A colheita se faz quando as fôlhas atingem sua maturação que se inicia da base da planta para a extremidade, dando até 4 colheitas assim distribuídas:

baixeiras — são as fôlhas mais fracas cuja transformação em corda dá o pior produto (fraco, sem paladar e sem massa).

Nem todos os agricultores aproveitam as fôlhas baixeiras para corda. Têm sido vendidas para firmas baianas, para exportação.

1.ª e 2.ª colheitas: Fôlhas que dão produto já apreciável,

3.ª colheita ou ponteiro: Fôlhas de maior teor de nicotina que dão produto categorizado ou do melhor "cabedal".

O teor de nicotina, numa planta, varia, em ordem crescente, da base para a extremidade. Isto é importante para a classificação do tabaco.

O aproveitamento da brotação ou "soca" pelos agricultores é condicionado pela ocorrência do tempo. Quando falta chuva para períodos críticos do 1.º ciclo da cultura a safra diminue muito. A brotação desenvolve se chove no início da colheita e, levando em conta uma adubação bem feita, a cotação do produto no mercado, a ocupação da mão-de-obra ociosa às vêzes compensa o aproveitamento da brotação ou soca.

Todavia, normalmente não recomendamos porque começam aparecer pulgões e outras pragas que não só depreciam o produto como também poderão infestar o terreno para o plantio seguinte.

III — MELHORAMENTO FITOTÉCNICO: Além de preocupar com o aumento da produtividade do fumo através de melhor adubação e fertilidade do solo que são fatôres extrínsecos à planta, a Subestação Experimental de Pomba, através de Experimento de Competição de Variedades e Híbridos obteve também bons resultados com o trabalho de dotar a planta de maior capacidade produtiva sem prejuizo das boas características do produto. Conseguiu-se aumentar a produção do fumo em corda constituindo híbridos resultantes do cruzamento entre as variedades Porchician x Santa Cruz, Sul de Minas x Porchician: K5 — 38, 38-2, M2-38.

A produção média em 3 anos de execução foi de 2.000 kg/ha de fôlhas curadas e a característica do produto é de fumo forte, com alto teor de nicotina.

O melhoramento do tabaco, como em tôdas as plantas é orientado para finalidades diferentes e é feito através de seleção de variedades, hibridação.

A seleção pode ser massal, individual e industrial.

Como variedades para corda, galpão e estufa a SEP está com uma coleção de 119, que satisfazem às necessidades exigidas para os mais diversos mercados.

Na nossa agenda de trabalho para o ano agrícola 68/69 consta ensaios de aclimatação, espaçamento, competição de variedades de fumos aromáticos (sementes importadas pela Cia. de Cigarros Souza Cruz) e competição de variedades maiores produtoras de sementes, entre portes maiores e menores. Em observações preliminares, conseguimos, por planta com as variedades Chinês, Santa Cruz e Virgínia (porte grande) a produção média de:

Chinês	88,48 gramas/plantas (em 95 pés)
Virgínia Bright	83,42 gramas/plantas (em 103 pés)
Santa Cruz	53,57 gramas/plantas (em 56 pés)

IV — TECNOLOGIA E COMERCIALIZAÇÃO — (*Ligeiros aspectos*): A tecnologia como a comercialização exigem tratamentos específicos de acôrdo com a finalidade a que se destina o tabaco.

A industrialização do tabaco exige que as fôlhas estejam sêcas e curadas, tanto para a produção de cordas, como para cigarros, charutos e desfiados para cachimbo.

Consegue-se secar as fôlhas sôbre 3 condições diferentes.

1) — Ar livre (pouco usado na Zona da Mata)
2) — Galpão (muito usado na Zona da Mata)
3) — Estufa (usado apenas experimentalmente na Zona da Mata)

Na primeira e segunda condição, obtem-se um tipo de produto comum em aspectos e qualidades. Entretanto, é indispensável o galpão seja maior ou menor para prevenir-se contra chuvas ocasionais na época das safras.

O fumo de estufa já difere muito do produto obtido nos 2 primeiros casos tanto em aspecto como em qualidade.

O tratamento de estufa elimina certas enzimas que durante a cura dariam aspecto mais escuro e desuniforme às fôlhas, bem como qualidades de sabor, e aroma inferiores.

Tanto o fumo de galpão como o fumo de estufa podem ser usados na indústria de cigarros, em misturas, dentro de proporções diferentes de acôrdo com as variedades e marcas comerciais lançadas pelos fabricantes de cigarros.

Nas indústrias de cigarros de papel as nervuras depois de cilindradas e achatadas até com menos de 1mm de espessura são também desfiadas e aproveitadas para o enchimento de cigarros.

A Cultura do Fumo

Na primitiva indústria do fumo em corda, as nervuras não passam de resíduos.

Na indústria de charutos, o recheio recebe geralmente o tratamento de galpão e a capa e sôbre capas são tratados em estufa.

A cultura do tabaco para obter fôlhas para capa e sôbre capa de charutos precisa do sombreamento. O sombreamento tem por fim desencorpar a fôlha e pode ser feito sob a sombra de outra planta ou sob especial.

Além da produção de fôlhas para fornecimento às ind. de cigarros e tabacarias deve-se ainda pensar na produção de tabaco para a extração de óleo, nicotilamida e ácido isonicotínico.

A extração de óleo seria para atender à demanda da ind. de tintas e vernizes. A nicotilamida e o ácido isonicotínico são subprodutos de largo uso na indústria química farmacêutica sendo quase indispensáveis nas fórmulas de drogas fortificantes, associação de vitaminas especialmente do complexo B 12. No Brasil, a produção dêsses subprodutos é ainda nula necessitando nossa indústria farmacêutica de importá-los para a composição de suas fórmulas.

Mas esta região continua produzindo ùnicamente o fumo em corda que se vende em todo o Brasil e um pouco no Uruguai, contando portanto mais com mercado interno. A produção anual da região tem oscilado entre 20.000 a 30.000 toneladas.

Alguns agricultores vendem as fôlhas de baixo padrão (AP) para algumas firmas exportadoras de Salvador (Bahia) — Amerino Portugal S/A e CRONOR Com. e IND. S/A). Todavia, essa operação triangular, através da Bahia, para exportação de resíduos e fôlhas AP tem sido uma barreira para incrementarmos a exportação do fumo Mineiro porque sendo o pior produto comprado por firmas baianas continua a nossa melhor mercadoria desconhecida no estrangeiro. Por bem da economia mineira, devia o Govêrno proibir a venda de produto AP para firmas exportadoras sediadas em outros Estados.

Também as firmas SEITA — Serviço d'Explotation industrielle des tabacs et des allumettes e Emprêsa dos Tabacos de Angola têm feito contactos na região para negócios.

V — CUSTO DA PRODUÇÃO DE 100.000 MUDAS (500 ARROBAS), FUMO FEITO EM TERRA DE VARZEA

Preparo da sementeira, capinas, etc.	85 serviços
Aração de trator e preparo do terreno, 3 alqueires goianos (48.000 m2)	NCr$ 512,00
Distância de pé a pé e rua 1,20m.	
Plantio e covação do terreno	160 serviços
1.ª capina	70 "
2.ª capina	70 "
3.ª capina	60 "
4.ª catação	30 "
Capação	30 "
1.ª desolha	90 "
2.ª desolha	90 "
3.ª desolha	90 "
1.ª panha	40 "
2.ª panha	40 "
3.ª panha	40 "
Pindobação das 100.000 mudas	650 "
Destalas (serviço de mulheres)	650 "
Um homem para fiar e molhar as fôlhas no ponto de entregar às destiladeiras	90 "
Outro para ajudar a fiar, dos pavios e ajuntar cordas	90 "
Um menino que auxilia os 2 fiadores	90 "
Cura, tomar conta da vira da fumada	110 "
Um menino para tocar janga (serviço de menino)	110 "
Preço atual de 1 serviço	NCr$ 3,00

Barracão para secagem das fôlhas 40m de comprimento; 8m de largura e 3m de altura.



VI — PRODUTIVIDADE E RENDA BRUTA P/HA DA CULTURA DO FUMO NO BRASIL 1965/66

ESTADOS	Área cultivada (1.000 ha)		Produção p/ha (1.000 kg)		Renda bruta p/ha Ncr$	
	1965	1966	1965	1966	1965	1966
Rondônia..	0,021	0,015	1,3	1,3	436	920
Acre......	0,437	0,422	0,6	0,6	407	551
Amazonas..	0,348	0,352	0,8	0,8	334	418
Roraima...	—	—	—	—	—	—
Pará.	3,086	2,661	0,7	0,6	495	338
Amapá.....	0,030	0,035	0,3	0,3	129	175
Maranhão ..	6,340	6,908	0,7	0,6	323	460
Piauí................	1,982	1,903	0,5	0,5	230	314
Rio Grande do Norte	0,111	0,087	0,9	0,4	436	218
Ceará.......	2,0	3,9	0,6	0,7	145	279
Paraíba........	5,589	4,651	0,6	0,6	123	136
Pernambuco...	4,2	2,5	0,5	0,9	135	177
Alagoas........	21,046	16,486	0,8	0,7	194	229
Sergipe.......	4,869	2,777	1,3	0,8	475	317
Bahia.........	55,5	50,9	0,8	0,8	395	321
Minas Gerais...	28,5	26,0	0,6	0,5	300	325
Espírito Santo..	0,174	0,150	0,8	0,8	73	89
Rio de Janeiro	0,790	0,988	0,5	0,4	80	73
Guanabara....	—	—	—	—	—	—
São Paulo....	1,8	1,5	0,6	0,6	370	409
Paraná..........	8,3	9,0	1,5	1,2	340	320
Santa Catarina......	32,291	32,573	1,2	1,4	371	521
Rio Grande do Sul	88,6	93,6	1,0	0,9	320	354
Mato Grosso....	0,365	0,332	0,6	0,5	223	239
Goiás............	7,6	7,3	0,8	0,9	307	468
Distrito Federal..........	—	—	—	—	—	—

VII — LEGISLAÇAO

Não há para o fumo em corda uma legislação oficial e a sua classificação é apenas uma prática comercial não havendo padronização.

Contudo, para o fumo em fôlha foi possível estabelecer normas oficiais que são as seguintes:

DECRETO N.º 57.820, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1966

Aprova as novas especificações da padronização do TABACO em FÔLHA, para cigarros e desfiados, visando a sua classificação e à fiscalização da exportação.

O Presidente da República, usando de atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o art. 6.º do DECRETO-LEI n.º 334, de 15 de março de 1938, e o art. 94, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, decreta:

Art. 1.º — Ficam aprovadas as especificações baixadas por êste Decreto e expedidas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, dispondo sôbre a padronização do tabaco em fôlha, para cigarros e desfiados visando a sua classificação e à fiscalização da exportação.

Art. 2.º — Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas tôdas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de fevereiro de 1966, 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELO BRANCO
NEY BRAGA

ESPECIFICAÇÕES da padronização do Tabaco em Fôlha (Nicotiana tabacum L.), para cigarros e desfiados visando à sua classificação e fiscalização da exportação, aprovadas pelo Decreto n.º 57.820, de 15 de Fevereiro de 1966, em virtude de disposições contidas no Decreto-lei n.º 334 de 15 de março de 1938 e do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940.

Art. 1.º — O tabaco em fôlha para cigarros e desfiados, será classificado em categorias, subcategorias, grupos, subgrupos, classes, subclasses e tipos, segundo os processos de secagem, procesos de fermentação e esterilização, modo de arrumação ou apresentação, comprimento, sua posição no pé da planta, côr e qualidade.

Art. 2.º — O tabaco em fôlha, segundo os processos de secagem, será classificado em duas categorias, assim denominadas:

I — TG ou Tabaco de Galpão, constituído de fôlhas submetidas a secagem natural, à sombra ou Galpão.

II — TE ou Tabaco de Estufa, constituído de fôlhas submetidas a secagem artificial, em estufas.

§ 1.º — O tabaco de galpão, quando submetido a fermentação ou esterilização será classificado em duas subcategorias, assim denominadas:

I — TGF ou Tabaco de Galpão Fermentado, constituído de fôlhas devidamente fermentadas após sua secagem natural ou em galpão.

II — TGE ou Tabaco de Galpão Esterilizado, constituído de fôlhas devidamente submetidas a esterilização em aparelhos adequados, após sua secagem natural ou em galpão.

Art. 3.º — As fôlhas de tabaco de qualquer categoria, segundo a sua arrumação ou apresentação, serão classificadas em sete grupos, assim denominadas:

I — FM — fôlhas manocadas
II — FS — fôlhas sôltas
III — FA — fôlhas arrumadas
IV — FDS — fôlhas destaladas sôltas
V — FDA — fôlhas destaladas arrumadas
VI — FSDS — fôlhas semi-destaladas sôltas
VII — FSDA — fôlhas semi-destaladas arrumadas

§ 1.º — Enquadra-se no Grupo FM o conjunto de 20 a 25

A Cultura do Fumo

fôlhas uniformes, amarradas, pelas extramidades dos talos por uma fôlha, formando o que se denomina de manoca.

§ 2.º — Enquadra-se no Grupo FS, o conjunto de fôlhas a granel e com talo inteiro.

§ 3.º — Enquadra-se no Grupo FA, o conjunto de fôlhas a granel com o talo inteiro, colocadas umas sôbre as outras, formando maços uniformes.

§ 4.º — Enquadra-se no Grupo FDS, o conjunto de fôlhas a granel das quais foi retirada a nervura principal.

§ 5.º — Enquadra-se no Grupo FDA, o conjunto de fôlhas a granel das quais foi retirada a nervura principal e colocadas umas sôbre as outras formando maços uniformes.

§ 6.º — Enquadra-se no Grupo FDS, o conjunto de fôlhas a granel, das quais foi retirada apenas parte da nervura principal.

§ 7.º — Enquadra-se no Grupo FSDA, o conjunto de fôlhas, a granel, das quais foi retirada apenas parte da nervura principal e colocadas umas sôbre as outras formando maços uniformes.

Art. 4.º — As fôlhas de tabaco, de galpão, segundo o seu comprimento, serão divididas em três subgrupos, a saber:

I ou Curto
II ou Médio
III ou Longo

§ 1.º — Enquadra-se no subgrupo I ou Curto, o conjunto de fôlhas de comprimento entre 25 a 35 centimetros.

§ 2.º — Enquadra-se no subgrupo II ou Médio, o conjunto do fôlhas de comprimento acima de 35 a 55 centimetros.

§ 3.º — Enquadra-se no subgrupo III ou Longo, o conjunto de fôlhas de comprimento acima de 55 centimetros.

Art. 5.º — As fôlhas de tabaco, de galpão, quanto à sua posição na planta, se dividem nas seguintes classes:

1 — X ou Baixeiras
2 — C ou Semimeleiras
3 — CB ou Meleiras
4 — T ou Ponteiras
5 — G.

§ 1.º — Enquadra-se na classe X ou Baixeiras as 5 (cinco) primeiras fôlhas, aproximadamente, da parte inferior da planta.

§ 2.º — Enquadra-se na classe C ou Semimeleiras, as fôlhas situadas no meio da planta, de contextura mais fina do que as da classe GB.

§ 3.º — Enquadra-se na classe GB ou Meleiras, as fôlhas situadas no meio da planta encorpadas, espessas e substanciosas.

§ 4.º — Enquadra-se na classe T ou Ponteiras, as cinco últimas fôlhas, aproximadamente da parte superior da planta.

§ 5.º — Enquadra-se na classe G, as fôlhas de qualquer parte da planta, que apresentem a côr esverdeada.

Art. 6.º — As fôlhas de tabaco, de estufa, quanto a sua posição na planta, se dividem nas seguintes classes:

1 — X ou Baixeiras
2 — C ou Meleiras
3 — T ou Ponteiras

§ 1.º — Enquadra-se na classe X ou Baixeiras, as seis (6) primeiras fôlhas, aproximadamente, da parte inferior da planta.

§ 2.º — Enquadra-se na Classe C ou Meleiras, as fôlhas existentes entre as baixeiras e as ponteiras.

3.º — Enquadra-se na classe T ou Ponteiras, as seis (6) últimas fôlhas da parte superior da planta.

Art. 7.º — As fôlhas de tabaco, de galpão, quanto à côr dividem-se nas seguintes subclasses:

1 — L ou Claro
2 — F ou Amarelo
3 — D ou Castanho
4 — M ou Misturado

§ 1.º — Enquadra-se na subclasse L ou Claro, o conjunto de fôlhas que se caracterizam por uma coloração acentuadamente clara, em ambas as faces;

§ 2.º — Enquadra-se na subclasse F ou Amarelo, o conjunto de fôlhas que se caracteriza por castanho;

§ 4.º — Enquadra-se na subclasse D ou Castanho, o conjunto de fôlhas que se caracteriza por uma coloração escura;

§ 4.º — Enquadrase na subclasse M ou Misturado, o conjunto de fôlhas que não foi separado pela coloração.

Art. 8.º — As fôlhas de tabaco, de estufa, quanto à côr, divide-se nas seguintes subclasses;

1 — D
2 — E
3 — F
4 — G

§ 1.º — Enquadra-se na subclasse D, o conjunto de fôlhas de côr amarelo-alaranjado claro, com leves manchas nas bordas;

§ 2.º — Enquadra-se na subclasse E, o conjunto de fôlhas de côr alaranjada, amarela ou avermelhada, com leves manchas acastanhadas nas bordas;

§ 3.º — Enquadra-se na subclasse F, o conjunto de fôlhas de côr castanho-claro ou escuro, que não se enquadre na subclasse anterior;

§ 4.º — Enquadra-se na subclasse G, o conjunto de fôlhas que apresentar a côr esverdeada.

Art. 9.º — As fôlhas de tabaco de qualquer categoria, no ato da entrega pelo produtor, quanto à qualidade, serão separadas em dois tipos fundamentais assim discriminados:

1 — S ou Superior
2 — I ou Inferior

§ 1.º — O Tipo S ou Superior, será constituida por fôlhas maduras, bem encorpadas, lustrosas, na coloração caracteristica da subclasse, macias ao tato, de aroma agradável, de boa conservação e sanidade, isentas de qualquer impureza ou matérias estranhas.

§ 2.º — Tipo I ou Inferior, será constituido por fôlhas de aspecto esbranquiçado, ou acinzentado, duras ou lenhosas com pouca elasticidade, variedades conhecidas vulgarmente como "Chileno" e "lingua-de-vaca", quando proveniente do tabaco de galpão, e Z, quando proveniente do tabaco de estufa. Isentas de impurezas de qualquer natureza, de fôlhas menores de vinte e cinco (25) centimetros, mofadas, deterioradas ou ardidas.

Art. 10 — O tabaco em fôlha, que pelos seus caracteristicos não se enquadrar nas especificações ora estabelecidas ou cujos defeitos só permitam o aproveitamento de, no minimo, vinte por cento (20%), será classificado sob a denominação de "AP" *Abaixo do Padrão* ou "N" (Nondescript).

Art. 11 — Os fragmentos ou restos de fôlhas, em condições normais, serão classificado sob a denominação de "Residuos" assim caracterizados:

FSF — fragmentos de fôlhas sôltas, constituido de fragmentos de fôlhas à granel, com talo de tamanho não inferior a três (3) centimetros quadrados;

FDF — fragmentos de fôlhas sôltas destaladas — constituido de fragmentos de fôlhas à granel, destaladas, de tamanho não inferior a três (3) centimetros quadrados;

SC — aparas ou "scraps' — constituido de fragmentos de fôlhas sem talo, de tamanho inferior a três (3) centimetros quadrados;

ST — talos ou "stems" — constituido de nervura principal das fôlhas despojadas totalmente dos respectivos limbos.

Art. 12 — o tabaco em fôlha deverá se apresentar em bom estado de conservação; caso contrário, deverá ser submetido a uma segunda secagem, em aparelhos de ressecagem (esterilizador), sem o que não será permitida a sua exportação.

Art. 13 — Os fardos do tabaco em fôlha terão dimensões forma e densidade que facili-

tem o seu transporte e armazenamento e não prejudiquem as suas características tecnológicas e comerciais.

§ 1.º — Terão pêso máximo de setenta e oito (78) quilos, no ato do enfardamento.

§ 2.º — Serão envolvidos, em tôdas as suas faces, de aniagem de boa qualidade ou de material de outra natureza, em perfeito estado de conservação desde que ofereça eficaz resistência e garanta perfeita proteção ao produto.

§ 3.º — Serão marcados com tinta indelével, em uma das cabeças, com as seguintes indicações:

a) categoria
b) subcategoria
c) grupo
d) subgrupo
e) classe
f) subclasse
g) tipo
h) safra
i) pêso
j) n.º do fardo

§ 4.º — A outra cabeça e faces serão destinadas às marcações exigidas por lei e pelo importador.

Art. 14 — Verificada qualquer irregularidade contida no curso do enfardamento ou, ainda, que atente contra os preceitos estabelecidos nas presentes especificações, será todo o lote examinado, ficando o proprietário, ou quem suas vêzes fizer, sujeito ao pagamento das despesas de inspeção e reenfardamento correspondentes.

Art. 15 — Nos casos de fraudes e infrações, devidamente comprovadas, o infrator, além das despesas decorrentes da movimentação e enfardamento do produto, ficará sujeito, conforme o caso, as penalidades legais.

Art. 16 — Considera-se fraude:

a — adição de água e de matérias estranhas;
b — mistura de categoria
c — formação de lotes com fôlhas infestadas e não expurgadas.

Art. 17 — A retirada das amostras deverá obedecer o que estabelece o capítulo IV do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5739, de 29 de maio de 1940, observados os seguintes parágrafos:

§ 1.º — A retirada, acondicionamento e o transporte das amostras serão levadas a efeito mediante auxílio do proprietário da mercadoria, ou quem suas vêzes fizer.

§ 2.º — A amostra que se destinar aos órgãos classificador e de fiscalização da exportação não poderá exceder a um (1) quilo.

§ 3.º — Serão observadas, na execução de qualquer das tarefas a que se referem as alíneas anteriores, as exigências constantes do Capítulo IV do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5739, de 29 de maio de 1940.

Art. 18 — Para cada partida ou lote de tabaco em fôlha examinado será emitido um certificado de classificação em modêlo oficial, e com as indicações indispensáveis à perfeita identificação da mercadoria.

Art. 19 — Os certificados de classificação serão válidos pelo prazo de 180 dias, contados da data da emissão.

Art. 20 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Serviço de Padronização e Classificação com a aprovação do Ministro da Agricultura.

Art. 21 — Estas especificações entrarão em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

H. CASTELO BRANCO
NEY BRAGA

D. O. de 23/2/66
/LPC

VIII — DETALHES E TENDÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS DA ZONA DA MATA, ESPECIALMENTE DA REGIÃO FUMAGEIRA

A Zona da Mata de Minas necessita de uma estrutura econômica rígida para que não seja ameaçada de crises econômicas quando se findam os ciclos ou fluxos de matéria-prima ou produtos manufaturados como fôra respectivamente da madeira e café.

As reservas florestais foram indisciplinadamente exploradas, sem um planejamento que assegurasse às gerações atuais e futuras não sòmente a matéria-prima florestal mas também evitasse o esgotamento dos solos íngremes hoje lixiviados pelas águas pluviais, o que colocou em conseqüência de outras improvisações, a região em decadência econômica.

A erradicação do café sem planejamento de outras atividades substitutivas representa outro prejuízo considerável para a Zona da Mata de Minas Gerais.

Precisa assegurar à região, o equilíbrio social e econômico porque sua expansão demográfica no período de 1955 a 1967 foi de ordem geométrica, 5,7% ao ano, portanto sensìvelmente mais alta que a do Brasil que — é de 3,3% no ano. Esta expansão trouxe problemas complexos, como o do minifúndio dentro da Zona da Mata de Minas e o êxodo rural a favor da área urbana.

A natureza em si já dotou a região de condições básicas solo e clima para produção de matéria-prima para alimentação (cereais) e matéria-prima para exportação, o tabaco conhecido em todo o Brasil e até no estrangeiro com o nome de fumo de Ubá sendo portanto importante na economia uma vez que tem sido exportado em operação triangular para o estrangeiro através de firmas baianas.

A meta é portanto produzir matéria-prima para autosuficiência e mais ainda para a exportação com o fim de suprir alimentos e obter divisas, aproveitar a mão-de-obra treinada para o campo e fixar o homem à terra.

Vamos tomar como unidade o Município de Rio Pomba em que se localiza a Subestação Experimental de Pomba a qual se situa dentro da região fumageira. O diagnóstico aqui feito meticulosamente identifica também os mesmos problemas dos 12 municípios cuja produção básica é o fumo, seguida do feijão, arroz, milho e pecuária:

1 — ASPECTOS FÍSICOS:

De relêvo montanhoso suave, com altitude média de 430m, o Município de Rio Pomba, incluído na "Zona da Mata", pertence geològicamente, ao período Arqueano. A sede municipal é situada a S.S.E. da Capital mineira distando da mesma 250 km por estrada asfaltada.

A comuna fica limitada pelos municípios seguintes:

— a norte: SILVERÂNIA E DORES DO TURVO
— a sul: TABULEIRO E GUARANI
— a leste: PIRAÚBA E TOCANTINS
— a oeste: MERCÊS E TABULEIRO

De 1955 até 1968, por causa de vários desmembramentos, a área do Município ficou reduzida de 418 para 262 km².

O sistema hidrográfico consta de três rios, dois de direção oeste-leste e um norte-sul.

O clima é do tipo subtropical, com temperaturas médias, máximas de 38º e mínimas de 15º, grau higrométrico médio anual de 66%, invernos sêcos e verões chuvosos.

2 — ASPECTOS DEMOGRÁFICOS:

2.1. — Aspectos estáticos:

Em 1950 74% da população estava localizada no campo e 26% na cidade. A densidade po-

pulacional era de 37 habitantes/km^2 em 1955, atingindo hoje cêrca de 70 habitantes/km^2. Hoje segundo estimativa de dezembro de 1967, a zona urbana representa 55% da população, enquanto a zona rural é povoada pelos restantes 45%.

Em 1960, a população ativa de 10 anos e mais representava 35% do total, sendo a seguinte sua distribuição de acôrdo com os ramos de atividades:

Fonte: 1955: IBGE
1966: Banco do Brasil
— Valor de 1966 deflacionado: 1955 = 100

3.2. — Setor Secundário (Indústria)

Valor da produção em NCr$
1955 .... NCr$ 43.100
1966 .... NCr$ 661.000
1966 a preços de 1955 ..... NCr$ 14.900
Fonte: IBGE

SETOR DE ATIVIDADES	%
— Primário (agro-pecuária)	34
— Secundário (indústria)	4
— Terciário (serviços, Govêrno, Comércio, etc.	8
— Inativos	8
— Domésticos	46
	100

Fonte: IBGE

Não se conseguiu dados mais recentes — por falta de tempo a não ser para o setor industrial que empregava 894 operários em 1955 e 160 em 1965, segundo dados do IBGE.

2.2. — Aspectos dinâmicos:

De 1955 até 1957 a população passou de 15.274 habitantes para cêrca de 18.000. Levando em conta que o Município foi amputado naquêle mesmo período de 37% do seu território, a taxa geométrica populacional atinge 5,7% ao ano.

De 1950 até 1967 a população urbana amentou de 49%, enquanto a rural baixou de cêrca de 34%.

Enfim a população ativa empregada no setor industrial decresceu de 82% entre 1955 a 1965.

3 — ASPECTOS ECONÔMICOS:

3.1. — Setor primário (agropecuária)

Esse setor apresentou os seguintes resultados:

PRODUTOS	1955		1966		
	ton.	NCr$	ton.	NCr$	NCr$/1955
— Milho	2.740	8.201	8.830	732.990	20.400
— Café	276	7.170	426	140.400	4.000
— Arroz	820	4.080	1.968	419.660	11.600
— Fumo	490	3.589	1.050	1.050.000	29.300
— Feijão	424	2.759	840	447.920	12.400
— Diversos	—	2.100	—	—	—
TOTAIS	4.750	27.905	9.400	2.790.970	77.700
— Leite	—	—	9.400	1.504.000	42.000
TOTAL GERAL .		27.905		4.294.970	119.700

Obs.: Não foi possível obter o valor adicionado.

Uma fábrica de tecidos e duas de laticínios são as indústrias mais representativas do setor

3.3 — Setor terciário: (Comércio e Serviços)

Não foi possível coletar dados representativos e fidedignos.

3.4 — Finanças Públicas:

De 1955 a 1966 a arrecadação, no Município, apresentou o seguinte quadro:

SETOR	1955	1966	1966 a preços de 1955
— Municipal	658	22.050	535
— Estadual	5.520	140.048	3.400
— Federal	3.258	237.095	5.700

Fonte: IBGE
— Receita tributária
— Deflacionado de acôrdo com o Indice Geral dos Preços da Fundação Getúlio Vargas

3.5 — Rêde Bancária:

Consta de agências do
— Banco do Brasil S/A
— Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A.
— Banco do Estado de Minas Gerais S/A
— Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

4 — ASPECTOS INFRA-ESTRUTURAIS:

4.1 — Energia

É fornecida pela Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, com uma usina no Município, interligada ao resto do sistema formado por mais três usinas

No momento, há uma sobra de energia, porém não avaliada e, provàvelmente, de pouca importância.

4.2 — Transportes:

Por estradas asfaltadas, o Município é ligado a Belo Horizonte (250 km), Ubá, Barbacena, Juiz de Fora, Rio de Janeiro (254) e São Paulo. Breve terá ligação asfaltada com Salvador por Cataguases.

Diàriamente, Rio Pomba dispõe de 60 horários de ônibus.

4.3 — Educação:

O Município possui:
— 3 grupos escolares primários e várias escolas rurais;
— 1 Colégio Estadual "Prof. José Borges de Morais", 1.º e 2.º ciclo;
— 1 Ginásio e Colégio feminino ("Regina Coeli"), com internato e externato;

— 1 Colégio Agrícola — masculino, dependendo do Ministério da Educação e Cultura;
— 1 Escola de Comércio.
Deverá ainda entrar em funcionamento uma Faculdade de Filosofia.

4.4 — Assistência Agro-pecuária:

O Município e a região fumageira contam com a Subestação Experimental de Pomba, Residências ou postos do Grupo executivo da Produção Vegetal (Antigo Dep. de Promoção Agropecuária), Escritórios Regionais e Locais da ACAR.

4.5 — Diversos:

Rio Pomba dispõe ainda de:
— 1 Departamento dos Correios e Telégrafos, com prédio moderno, teletipo e bastante funcionários;
— 1 Serviço telefônico da C.T.M.G. com rêdes urbana e interurbana;
— 1 Hospital "São Vicente de Paulo" com salas de radiografia e cirurgia, moderno e bem aparelhado;
1 — Pôsto de Saúde, com assistência médica e dentária.

5 — TENDÊNCIAS DO MUNICÍPIO:

5.1 — População:

A população cresce a uma taxa sensivelmente mais alta que a do Brasil (3,3%) ou mesmo de Minas Gerais (2,4% a.a.).
Os resultados acusam também um forte êxodo rural a favor da área urbana, fato normal no Brasil, porém negativo já que a mão-de-obra que vem do campo é inaproveitada e aumenta o número de marginais, criando um problema social cada dia mais difícil de resolver.
Enfim, a população ativa empregada no setor industrial que ficou reduzida a 18% do seu valor de 1955 é outro fato especialmente desfavorável. Essa regressão do setor industrial indica, seguramente, uma falta de dinamismo das classes produtoras do Município.
Resumindo, se o crescimento da população é um índice de certa prosperidade, o êxodo rural e o desemprêgo da mão-de-obra operária estão criando um ambiente social dos mais tensos na cidade.

5.2. — Economia:

Entre 1955 e 1966 a produção agropecuária cresceu à taxa anual de 14,2% a.a., enquanto o valor da produção industrial decresceu de 9% a.a. Globalmente os dois setores apresentaram uma taxa de crescimento de 6% a.a.
Comparando essa taxa a de 5,7% a.a. relativa ao crescimento populacional, conclui-se que, pelo menos em relação a êsses dois setores, de 1955 para 1966, a renda *per capita* sofreu um aumento inexpressivo.
De 1955 para 1966, o quadro seguinte retrata as variações apresentadas pelos principais produtos agrícolas do Município:

PRODUTO	% de variação global	
	pêso (a)	valor (b)
— Milho	+ 222	— 23
— Café	+ 54	— 64
— Arroz	+ 140	+ 18
— Fumo	+ 114	+ 280
— Feijão	+ 98	+ 116
Média	+ 98	+ 8

(a) relativo à produção física
(b) relativo ao valor unitário a preço constante
Dêsse quadro deduz-se que:
— a produtividade aumentou sensivelmente, considerando ainda que o território do Município diminui;
— fumo é o produto cujo valor real unitário atingiu o índice mais elevado, seguido pelo feijão e o arroz;
— o café sobretudo e o milho perderam parte expressiva do valor real unitário.
Para terminar, o quadro seguinte indica a participação percentual dos principais produtos em relação ao valor total da produção:

PRODUTO	Participação percentual	
	1955	1966
— Milho	32	26
— Café	28	5
— Arroz	16	15
— Fumo	14	38
— Feijão	10	16
TOTAL	100%	100%

Como se pode notar de 1955 para cá houve uma sensível mudança de estrutura a favor dos produtos cujo valor real unitário aumentou; estão nêsse caso, por ordem, o fumo e o feijão. O arroz, cujo preço pouco oscilou, estacionou. O milho, e o café, em particular, apresentam percentual de participação decrescente.
Antes de deixar o setor primário, não se pode deixar de ressaltar a produção de leite, inexistente nas estatísticas de 1955, porém de pêso sensível em 1966, já que representa cerca de 55% do valor da produção agrícola.
Pouco se tem a dizer do setor industrial, cuja produção, em 1966, não alcançava 35% do valor de 1955.

5.3. — Finanças Públicas:

De 1955 até 1966 a arrecadação municipal baixou de 18%, a estadual também decreceu de 38%, enquanto a federal aumentou de 75%.

A baixa arrecadação municipal é devido à falta de relacionamento das taxas e impostos com o índice de inflação. Esse fato, que tem solução, torna o Município financeiramente dependente das órbitas Estadual e Federal. De outro lado, o mais importante, a Prefeitura fica privada de verbas destinadas à conservação e construção de obras de infra-estrutura municipais o que permitiria absorver parte da mão-de-obra desocupada.
O decrescimo da receita estadual indica uma retração do movimento comercial, senão maior sonegação. De qualquer modo é um péssimo sinal.

O aumento da arrecadação federal significa que lucros e rendas aumentaram ou, pelo menos, que o sistema da arrecadação se tornou mais eficiente. O resultado, porém, é que maiores recursos vivos são carreados fora do Município. Comparando, contudo, os resultados globais das três esferas públicas constata-se que, de 1955 a 1966 à preços constantes, a carga fiscal total estacionou, decrescendo mesmo se levar em conta que tanto a população

como a produção do Município aumentou.

5.4. — Infra-estrutura:

De 1955 para cá, a não ser no setor energético, o Capital Social Básico cresceu substancialmente sob forma, sobretudo, de estradas asfaltadas e escolas. Êsse investimento é um dos mais rendosos; é porém, uma faca de dois gumes. As estradas tanto podem ajudar a entrar como a sair as escolas são ainda mais perigosas, porque os que dela saem, se não encontrarem oportunidades no próprio Município, não têm dúvida em abandonar a terra que os nutriu e educou.

6 — POSSIBILIDADES DA REGIÃO:

A região que tem por centro o Município de Rio Pomba oferece vantagens que devem propiciar seu crescimento se forem bem aproveitadas.

6.1 — Localização:

Rio Pomba é um nó de comunicações cujos raios atingem Belo Horizonte, Barbacena, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Leopoldina (Rio-Bahia), Ubá, etc.

A região fumageira é ligada aos centros polizadores acima enumerados por estradas asfaltadas, tornando-se para muitos dêles um ponto de passagem obrigatório.

6.3. — Setor Agro-Pecuário:

Reorganizada a sua produção, o fumo oferece as melhores possibilidades econômicas para a região (12 municípios), sendo que a produção do Município de Rio Pomba já representa cêrca de 20% do total da região.

O milho, geralmente plantado pelos fumicultores (consorciadamente), é outro produto cuja cultura pode ser desenvolvida com vantagem, inclusive para sua industrialização. O leite, enfim, oferece alternativa industrial, certamente mais lucrativa que sua comercialização in-natura.

6.4 — Setor Industrial:

Atualmente, a isdústria local — uma fábrica de tecidos, duas de laticínios, uma de guarda-chuvas, um pastifício, uma torrefação de café, várias serrarias e marcenarias, e uma congeladeira para exportação de leite — tem certamente condições de expansão. A não ser para a fábrica de tecidos, teledirigida pela matriz do Estado do Rio, um estudo de mercado poderia abrir horizontes novos para as demais indústrias.

6.5 — Setor Comércio:

As possibilidades de exportação do fumo em fôlha para o estrangeiro são grandes uma vez que a CRONOR e a SETTA que é uma firma que controla o monopólio de Tabaco e fósforo do mercado comum europeu já fizeram a apreciação do nosso produto, e consultas para negócios.

7 — CONCLUSÕES:

De acôrdo com a análise, as bases infra-estruturais da região são excelentes, a produção Agropecuária é razoável. O setor industrial é inexpressivo. A espinha dorçal da economia é a fumicultura.

Subestação Experimental de Pomba, 14 de novembro de 1968.

Francisco Dias Nogueira

Bibliografia: 1 — *Gisquet, Hitier, La Production Du Tabac Vielmond Le Brum* — 2 — *Diagnóstico Piloto da Economia da Zona da Mata* 3 — *Arquivo da S.E.P.*

MINERALIZAÇÃO DO GADO BOVINO

O Presidente do INDA, Sr. Jerônimo Dix Huit Rosado, acaba de fazer publicar, em folheto de 77 páginas, òtimamente impresso, o trabalho do Cel. Alfredo Ellis Júnior, sob o título acima.

Trata-se de estudo publicado em capítulos, durante vários meses, por esta revista, o qual despertou o maior interêsse.

Agora, o trabalho do Cel. Ellis Júnior alcançará mais profundamente a classe interessada — a dos pecuaristas — e com isto mais um serviço esta revista e aquela instituição prestam à nossa agricultura.

CULTURA DO MARACUJÁ

(PASSIFLORA EDULIS SIMS)

Engenheiro-Agrônomo
Almiro Gonçalves
de Castro

Considerações — O maracujá é planta tropical que no Estado da Guanabara apresenta ótimas condições ecológicas para o seu desenvolvimento, representando uma cultura rendável, pelo preço que alcança no mercado, dada a sua grande procura para sucos.

Existem várias espécies de frutos comestíveis e ornamentais, algumas delas nativas do Brasil.

O maracujàzeiro é uma planta trepadeira, de ramos lenhosos, com fôlhas trilobadas e de limbo denteado, com gavinhas nas axilas foliares. Suas flôres, isoladas, de belo aspecto, constituídas de cinco sépalas, e cinco pétalas, com duas fileiras de filetes que formam a carola. O órgão masculino é formado por cinco estames de grandes anteras onde se encontra o pólem. Ovário com estigma tripartido, com papilas estigmáticas viscosas.

O maracujá possuindo flor completa é no entretanto, auto-estéril, dependendo de polinização cruzada para frutificação. O fruto resultante é uma baga globosa com elevado número de sementes envolvidas por um arilo carnoso.

Variedades — O maracujá comercialmente mais aceito é o amarelo — variedade flavicarpa — vulgarmente conhecido entre nós como maracujá peroba. Os frutos são redondos, de casca amarelo-canário quando maduros, com suco bastante perfumado e de elevada acidez.

Solo — O maracujá se adapta a qualquer tipo de solo, desde que apresente permeabilidade, isto é, não sujeito a encharcamento. Os solos leves e de bom teor de fertilidade são no entretanto os mais aconselháveis ao seu cultivo.

Formação de mudas — A semeação do maracujá pode ser efetuada durante todo o ano, sendo que nos meses de inverno, seu desenvolvimento é bastante moroso. Aconselhamos seu plantio nos meses de julho a setembro, quando um ano após, estará dando sua primeira colheita.

A semeadura deverá ser feita em saquinhos de 10x15 cm de plástico cheios de terra fértil, semeando-se três a quatro sementes em cada copinho. Quando essas mudas tiverem atingido 3 a 5 cm de altura, desbastar deixando-se a muda mais vigorosa.

O transplante das mudinhas para o campo se dará quando elas alcançarem o tamanho de 25 a 30 cm., quando sem desmanchar o torrão, cortamos o saquinho, com auxílio de uma gilette, colocando-o na cova adrede preparada.

Preparo do terreno e Coveamento — O terreno deverá ser arado e gradeado convenientemente, com antecedência de alguns dias.

As covas serão abertas com as linhas de plantio, espaçadas de 4 a 5 m entre si e nas entrelinhas de 3 a 4 m.

Em terrenos com inclinação, as linhas deverão ser marcadas em nível.

As covas devem ter 40x40x40 cm., recebendo uma adubação básica de:

Estêrco de galinha curtido	3 litros
Superfosfato simples	60 gramas
Cloreto de potássio	30 gramas

Êstes adubos deverão ser colocados e misturados na cova 10 dias antes do transplante das mudas.

Transplantadas as mudas para o campo, a primeira florada ocorrerá 10 dias antes do transplante das mudas.

Transplantadas as mudas para o campo, a primeira florada, ocorrerá 10 meses depois.

Formação da latada — Sendo o maracujá uma panta trepadeira, há necessidade de se sustentar sua ramagem, o que fazemos com a construção de latadas horizontais de arame. Essas latadas para nossas condições, tem dado ótimos resultados, muito embora ofereça dificuldades para os tratamentos fitossanitários.

O arame, fio n.º 14 é entrelaçado formando malha de 50 x 50, sustentados por moirões de madeira de lei e bambús, com altura livre de 2,0 m sendo que na periféria é colocado arame de fio n.º 8 para aguentar a rêde de arame.

Cada planta é guiada por uma estaca de bambú até alcançar o arame da latada, eliminando-se tôda brotação vizinha do solo.

Tratos culturais — Até que as plantas cubram tôda a latada, devemos manter a cultura, livre de ervas daninhas, bem como conduzindo a brotação para seu perfeito desenvolvimento sôbre a latada.

Seis meses após o plantio, deveremos proceder a uma nova adubação, aplicada em cada pé, em sulco distanciado de 50 cm do pé, por 15 cm de profundidade com os seguintes adubos:

Sulfato de amônio ou Salitre do chile	50 gramas
Superfosfato simples	200 gramas
Cloreto de Potássio	60 gramas

ASSALARIADO AGRÍCOLA, OU OPERÁRIO AGRÍCOLA?

J. Sampaio Fernandes
da Sociedade Nacional de Agricultura

Li, há pouco, interessante comentário de uma revista francesa sôbre a real situação de um assalariado agrícola. Pode êle ser considerado um operário no sentido industrial? O assalariado agrícola não é considerado, pelos operários das cidades, como operário. Na Europa, ou, pelo menos na França, um jovem nunca confessará a uma jovem, num baile, que trabalha no campo. Seria desprezado. Para o operariado das cidades, êle é um homem que goza de vantagens, que, êles da cidade, não possuem. São simplesmente agricultores que possuem as vantagens do patrão: "Vocês gozam do ar puro. Vocês não têm horário rígido. Vocês possuem uma hortazinha, um jardinzinho, nas terras do patrão, que vos empresta seus implementos, se precisarem"...

Qual é a realidade? O operário das usinas ou de outros setores, sabe quando sai de manhã, qual o trabalho que o espera, a hora de entrada, a hora da saída. O assalariado agrícola, sai, pela manhã sem saber bem o que espera. Deveria colhêr milho, por exemplo, mas quando chega, o patrão lhe diz: "Olá, tu virás comigo. Vamos tirar a terra do caminho", ou "vamos cavar os buracos para os moirões", ou outra coisa qualquer. Às vêzes, como o tempo mudou, isso pode ser razoável, mas, na pior parte dos casos, nunca o assalariado compreende porque foi desviado do seu serviço. Às vêzes, pela manhã: "Tu irás almoçar às onze horas". "Assim ficarás livre mais cêdo." "Previno minha mulher que irei almoçar a essa hora, mas pouco depois, uma contra-ordem e acabo indo almoçar à uma da tarde, um almôço requentado e uma espôsa furiosa".

Muito presos às condições do tempo e do trabalho, o assalariado agrícola, raramente sabe de antemão e com segurança se poderá dispôr de tempo livre. E no dia em que êle o previu, é quando chega um caminhão para descarregar e como mora perto da casa do patrão, êste o chama: "Não poderias dar-me uma mãozinha?". Que fazer? Recusar? Isso, é impossível de acôrdo com os hábitos rurais, que sobrevivem pois, o trabalho e a vida rurais se confundem. É verdade que a agricultura mecanizada e racionalizada está tendendo a nivelar o trabalho agrícola ao trabalho industrial, mas, entre nós, como fazer diante da realidade agrícola brasileira? E poderemos, sem perigo de pôr abaixo a estrutura agrícola brasileira, introduzir logo as leis trabalhistas no setor agropecuário? Respondam os que o tentarem, mas estejam certos que nossa produção agropecuária sofrerá tremendamente, se isso fôr levado a rigor, como os comentários do assalariado agrícola francês o deixa perceber Tanto mais que todo cuidado é pouco para, ao levar o salário-mínimo ao campo, não descurar das peculiaridades rurais — que as autoridades poderão exigir que tenham um mínimo de confôrto, facilidades de terras próprias para cultivo — que a autoridade pode determinar em um mínimo ajustável à vida do assalariado e de sua família; a forma de trabalho — salário simples, descontado o valor da residência e da gleba de proveito próprio — ou trabalho de meiação ou outro que esteja nos hábitos da região, e aí a autoridade poderá determinar as bases de proteção do assalariado ou meiador, sem esmagar os interêsses de quem possui a terra, os capitais e os meios de manter a propriedade como uma unidade viva e produtiva.

Após a colheita, deverá ser feita uma nova adubação, usando os mesmos elementos em quantidades iguais ou maiores, na dependência do estado da cultura.

No segundo ano da cultura, pouco antes da brotação devem ser eliminados todos os galhos sêcos ou que apresentem lesões.

Colheita — A produção do maracujá se verifica entre o décimo e décimo segundo mês após o plantio, dando duas ou mais safras por ano.

Se bem conduzida a cultura, poder-se-á explorá-la até seu terceiro ano.

A produção de maracujá é em média de 600 a 900 caixas que contém cêrca de 200 frutos e pesa 16 quilos.

Comércio — Existe grande procura pelas casas de refrêscos e da fábrica Kibon, alcançando a caixa de maracujá bons preços no mercado.

(Boletim Técnico n.º 1 — maio/1968 — Departamento de Agricultura do Estado da Guanabara).

Os cerrados e sua importância para o desenvolvimento do país

Por: ADY RAUL DA SILVA

A formação vegetal conhecida como "cerrado", ocupa uma área de 1.590.700 km², ou seja, 159,7 milhões de hectares distribuídos por Estados e Territórios conforme o quadro abaixo: (3)

DISTRIBUIÇÃO DOS "CERRADOS" POR ESTADOS E TERRITÓRIOS

Unidade da Federação	Superfície km²	Área de cerrado km²	Área de cerrado %
Alagoas	27.700	5.000	18,0
Amapá	140.300	15.000	10,6
Bahia	561.000	117.500	21,0
Distrito Federal	5.800	5.500	95,0
Goiás	642.100	440.000	68,5
Maranhão	328.660	126.000	38,3
Mato Grosso	1.231.550	416.000	33,7
Minas Gerais	587.000	300.000	51,1
Piauí	250.930	60.000	23,1
Rondônia	243.000	50.000	20,5
Rorâima	230.100	15.000	6,5
São Paulo	247.900	38.200	15,4
Sergipe	21.994	2.500	11,4

Verifica-se que em percentagem têm maior área em "cerrado" o Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, com mais de 50%, enquanto em km² Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais têm mais de 300.000, e no Maranhão e Bahia existem mais de .... 100.000 km².

No quadro acima não estão computados Estados onde êles ocorrem em áreas pequenas e onde vários tipos de vegetação se interpenetram.

É difícil, se conhecer exatamente as áreas em cerrado pela ausência de levantamentos precisos, sendo o quadro acima, apenas uma estimativa para dar uma idéia de grandeza.

O Estado de São Paulo possui um levantamento aerofotogramétrico da cobertura vegetal.(5)

Sob a denominação genérica de "cerrado" incluem-se outras categorias descritas como: cerradões, cerrados pròpriamente ditos, campos sujos e campos limpos. Os dados de São Paulo incluem as 4 categorias, sendo que segundo o levantamento aerofotogramétrico, feito em meados de 1962, os campos limpos constituíam 1,7% da área, os campos cerrados e cerrados 10,8% e os cerradões 2,9%.

DEFINIÇÕES

Considerando-se que existe muita variação em tôrno do conceito de cerradões, cerrados e campos, a Comissão da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, coordenada por Marques Ferreira, apresentou definições que foram incorporadas ao decreto n.º .... 49.141 de 28-12-1967 do Govêrno do Estado de São Paulo que dispõe sôbre a exploração e uso dos cerradões, cerrados e campos sujos daquêle Estado. (5)

Transcrevemos abaixo as definições estabelecidas no citado decreto.

Campo limpo ou campo pròpriamente dito é a formação com apenas um andar de cobertura vegetal, constituída principalmente de leguminosas, gramíneas e ciperáceas de pequeno porte, onde raramente ocorrem formas arbustivas ou arbóreas.

Campo sujo ou campo cerrado é a formação do campo limpo entremeado de arbustos esparsos e raras formas arbóreas, onde a área de vegetação rasteira é sempre dominante.

Cerrado é a formação vegetal constituída por dois andares: o primeiro de vegetação rasteira e o segundo de arbustos e formas arbóreas que raramente ultrapassam 6 metros de altura, apresentando caules tortuosos recobertos de espêssas cascas, com fôlhas coreáceas e aparência de vegetação xeromorfa, havendo dominância do segundo andar.

Cerradão é a formação vegetal constituída de três andares distintos: o primeiro apresenta espécies rasteiras ou de pequeno porte umbrófilas; o segundo arbustos e pequenas formas arbóreas, constituindo sub-bosque, e o terceiro, o principal, formado de árvores geralmente de 5 a 6 até 18/20 metros de altura, de troncos menos tortuosos, com predominância de madeiras duras.

Determina o decreto que os campos sujos, os campos limpos e os cerrados estão liberados as explorações agro-pastoris, enquanto que a dos cerradões é condicionada a sua utilização para fins agro-silvopastoris à normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura, sendo os cerradões considerados florestas, enquanto que os cerrados não o são.

POPULAÇÃO

A população rural na região de cerrados tem baixa densidade, embora esta varie muito com a sua localização.

A população urbana localizada dentro da região do cerrado ou na sua periferia tem crescido muito nos últimos anos, e especialmente após a construção de Brasília.

Os principais centros urbanos na região dos cerrados, são: Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Uberaba (MG), Uberlândia (MG), Campo Grande (MT), Anápolis (GO).

A população dessas 7 cidades era estimada em 1967 em mais de 2.100.000 habitantes.

UTILIZAÇAO DOS CERRADOS

A imensa área ocupada com os cerrados vem tendo uma utilização muito pequena e limitada para pastagens, para madeira, para carvão vegetal e para as lavouras.

A maior área é empregada como pastagem, que por ser extremamente pobre suporta uma densidade de gado muito baixa.

Há considerável utilização dos "cerrados" para fornecimento de madeira especialmente em São Paulo e nas áreas próximas as estradas de ferro, mas os cerradões constituem uma fração pequena em relação ao total.

Os cerrados de Minas Gerais, especialmente os mais próximos às indústrias siderúrgicas, vêm fornecendo grande quantidade de carvão vegetal, porém o seu rendimento por área é muito pequeno, constituindo apenas um apoio muito limitado a uma pequena população.

A utilização para lavouras vem se desenvolvendo especialmente em São Paulo, no Sul de Goiás e no Triângulo Mineiro. Os cerradões que ocorrem em terras mais férteis são os mais transformados em terras de cultura, mas mesmo os cerrados vêm sendo utilizados para culturas, especialmente o arroz.

O desmatamento dos cerrados é relativamente fácil em relação as terras de mata utilizando-se o método do correntão tracionado por dois potentes tratores de esteiras, sendo amontoadas as árvores derrubadas, em curvas de nível para proteger o solo contra a erosão.

Após o desmatamento, cultiva-se o arroz com adubação leve e após 2 ou 3 cultivos semeia-se uma pastagem.

Outras culturas, além do arroz, vêm sendo cultivadas em solos ocupados antes por cerrados, como a soja, o milho e o algodão.

No seu conjunto a percentagem de terras cobertas originalmente por cerrados e transformadas em terras de cultura ou em pastagens artificiais ainda é muito pequena.

POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇAO DAS TERRAS DE CERRADO PARA LAVOURA E PASTAGENS

Como fatôres favoráveis à sua utilização para lavouras, destaca-se a sua topografia, freqüentemente plana ou ondulada permitindo que grande parte possa ser utilizada com o emprêgo de máquinas agrícolas de grande porte.

Outro fator favorável é a sua constituição física que favorece o preparo do solo a qualquer tempo, pois em geral os solos não são excessivamente argilosos, têm predominância de areia, o que facilita a drenagem tanto superficial como profunda.

O clima da maior parte da área caracteriza-se por um período de chuvas abundantes de 5 a 6 meses de duração, no verão e um período de sêca de 5 meses, com os restantes com pequenas precipitações. O período de 5 a 6 meses de chuvas abundantes permite o cultivo de plantas anuais com êsse ciclo, aliás o comum em grande parte do País.

O total das precipitações varia de 1.000 a 1.400 mm por ano, sendo que é suficiente e equivalente ao da maioria das regiões do País onde a agricultura é feita com sucesso .

O clima não é fator limitante segundo Paes de Camargo (2,3).

A facilidade da eliminação da vegetação nativa constitue um fator importante para a sua transformação em lavouras. Comparando-se o seu custo com o da adaptação de um terreno coberto por matas, verifica-se que no caso do cerrado êle é muito menor vindo decrescendo do cerradão para o cerrado pròpriamente dito, e dêste para o campo sujo e finalmente, o campo limpo.

A sua topografia relativamente plana, a sua ocorrência nos vertedouros, faz com que venha sendo preferido para a localização das es-

tradas de penetração do território nacional. Assim, as grandes estradas novas atravessam cerrados extensos como a Belo Horizonte à Brasília, Brasília à Belém, Brasília à Cuiabá, Cuiabá ao Acre e a Brasília à Fortaleza.

É relativamente fácil a construção e conservação de estradas nas regiões de cerrado pela natureza do terreno, ausência de matas e número limitado de rios e córregos, que são mais distantes que nas zonas de matas.

Outro aspecto atraente para a utilização das terras de cerrado é o seu baixo preço, embora varie muito em relação a sua localização e região, é em geral 1/10 a 1/5 do valor de uma terra fértil utilizada para agricultura.

Há regiões onde a terra em cerrado não tem valor estabelecido, constando nas escrituras apenas a área de terras férteis, referindo-se a parte em cerrado como a correspondente sem estabelecer os limites. Já em outras regiões onde os cerrados vem sendo transformados com sucesso em terras de cultura ou em pastagens artificiais o seu valor tende a se aproximar das terras de culturas.

As possibilidades de transformação de cerrados em terras de culturas dependem de muitos fatôres e nem todos os solos poderão ser transformados. Grande parte dos campos, campos limpos e campos sujos, têm um solo muito raso, com rocha a pequena profundidade ou camada de cascalho impermeável. É por isso que são campos. Êstes não poderão ser cultivados, porém poderão ser melhorados.

DIFICULDADES NA UTILIZAÇÃO DOS CERRADOS COMO TERRAS DE CULTURA E PASTAGENS ARTIFICIAIS

O principal fator limitante dos solos do cerrado é a sua baixa fertilidade. Esta se caracterizada por uma deficiência muito grande de quase todos os elementos nutritivos, especialmente o fósforo, o nitrogênio, cálcio, magnésio, matéria orgânica, micro elementos como zinco e molibdeno e, freqüentemente o potássio. Têm pequeno complexo sortivo tanto orgânico como mineral. Freqüentemente os solos de cerrado são muito ácidos, necessitando de calcáreo para sua correção.

São solos muito antigos que foram lixiviados e as suas propriedades físicas facilitam essa lixiviação por serem arenosos ou por terem a sua argila floculada.

Assim, a utilização dos solos de cerrado, depende dos estudos de fertilidade do solo para a produção vegetal, enquanto a produção animal depende da produção de forragens em maior quantidade e melhor qualidade no verão e a resolução do problema da alimentação na sêca, que é comum a outras regiões do centro do País.

Os estudos de fertilidade do solo têm demonstrado que os solos de cerrado, mesmo os muito pobres como os de Brasília, quando bem adubados, não só com os macro elementos mas também com micro elementos permitem a obtenção de rendimentos elevados como os de 6.700 kg/ha de milho e .... 3.000 de soja, em 2 anos consecutivos. (4)

BALANÇO DAS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DOS "CERRADOS"

Partindo do princípio que o solo é o fator limitante na região dos "cerrados", e que existem muitos tipos de solos sob a vegetação de "cerrado", e que esta também varia desde o cerradão ao campo limpo, as possibilidades não são uniformes.

Considerando a grande área existente que se aproxima da quarta parte do País, e que tôda a área em cultivo no País é atualmente de cêrca de 32 milhões de hectares, ou seja, a quinta parte da área total coberta com "cerrados", verifica-se que um dos pontos mais importantes é a escolha dos "cerrados" que oferecem as melhores condições, pois, por muitos anos não haverá necessidade de sua incorporação total a produção agrícola, embora uma grande área poderia ser melhorada e utilizada para a produção de carne, inclusive para exportação.

Um dos fatôres mais importantes para o seu desenvolvimento é a pesquisa aplicada a sua utilização.

Sendo o fator pedológico o mais importante, é necessário conhecer os solos determinando os seus grandes grupos e séries principais e fazer o seu mapeamento .

Quais os melhores adubos, em que quantidade, como e quando devem ser aplicados, como corrigir a acidez do solo, são perguntas que precisam ter resposta.

Quais as culturas, quais as espécies, quais as variedades que melhor se adaptam às condições onde ocorrem os "cerrados", é uma outra série de questões a serem resolvidas.

Quais as pastagens que melhor se adaptam, como suprir a alimentação na sêca, como manejar o rebanho, como mantê-lo sadio, como corrigir as deficiências em alimentos minerais, como controlar as plantas tóxicas, como assegurar o abastecimento de água para o gado, são outras das muitas questões que uma pesquisa agropecuária precisa solucionar.

E o conjunto de respostas não pode ser encarado apenas pelo lado técnico, mas também pelo econômico.

Êste por um lado mostra-se favorável em face ao mercado crescente, resultante, principalmente, da nova capital e do movimento para o oeste e para o Brasil Central da população. Por outro lado a melhoria do transporte e acesso até os centros tradicionalmente produtores, fazem com que êstes compitam com sucesso no abastecimento dos mercados locais, pois se têm contra si o prêço do transporte, têm outros fatôres a seu favor.

Muito dependerá a utilização dos "cerrados", da relação dos preços dos produtos agrícolas para os preços dos meios de produção, especialmente dos adubos, corretivos do solo e maquinária agrícola.

Nessa enorme área há possibilidade de se implantar uma agricultura do tipo empresarial, com alto nível técnico, com elevada aplicação de insumos para a obtenção de altos rendimentos.

Livros e Publicações

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Est. do Espírito Santo
Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 166 págs. Novembro de 1968.

21 ANOS — de Evolução da Agricultura
Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 98 págs. Janeiro de 1969.

O PRODUTO AGRÍCOLA SEGUNDO OS TIPOS DE PAGAMENTO AOS FATÔRES

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 23 págs. Julho de 1967.

MUNICÍPIOS ONDE SE CONCENTRA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — Praia de Botafogo, 186 — Rio de Janeiro — Guanabara — 159 págs.

PREÇOS DE 10 PRODUTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas' 1.º Semestre de 1969 — Setembro de 1969 — 14 págs.

APOSTILA DO CURSO ESPECIAL DE CONTABILIDADE AGRÍCOLA

pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho, da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Sociedade Nacional de Agricultura Trabalho mimiografado contendo aulas especiais sôbre Contabilidade Agrícola em forma simples e objetiva de grande interêsse para todos aquêles que desejam administrar propriedade agrícola, dentro das exigências atuais de produção.

Conta o trabalho de duas partes: a primeira diz respeito de conhecimentos gerais de Contabilidade e a outra consta de modelos de escrituração agrícola.
Preço — NCr$ 5,00

SALÁRIOS, ARRENDAMENTOS, VENDAS DE TERRAS E EMPREITADAS

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — Números Absolutos e Índices — 100 págs. — (1966 a 1968) — Rio, 1968.

PREÇOS DE 10 PRODUTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — Números Absolutos e Índices — 15 págs. Março, 1969.

Nessas condições poderíamos ter o tipo ideal de propriedade agrícola em que com pequena mão-de-obra fôsse possível obter rendimentos elevados, permitindo um bom padrão de vida aos agricultores.

O abastecimento local de produtos da agricultura intensiva oferece menos dificuldades e as condições de solo têm menor influência. Assim para a olericultura, a fruticultura e a avicultura não constituem os solos de "cerrado" dificuldade séria a vencer.

TRABALHOS CITADOS

1 — CAMARGO, A. P. de Clima do cerrado. — In: **Simpósio sôbre o cerrado / São Paulo / Ed. da Univ. S. P.**, p. 93-113. 1963.

2 — CAMARGO, A. P. **Problema climático inexiste. Coopercotia**, 22 (232): 21-25. 1969

3 — CAMARGO, P. N. **Falta incentivo ao cerrado. Coopercotia**, 26 (232): 14-19. 1969.

4 — FREITAS, L. M. M., E. LOBATO E W. V. SOARES. **Experimentos de calagem e adubação em solos de cerrado do Distrito Federal. Pesquisa Agropecuária Brasileira** (no prelo) 1969.

5 — SECRETARIA da Agricultura Coordenadoria de Assistência Integral São Paulo. **Exploração e uso dos cerradões, cerrados e campos. Boletim Técnico-SCR** — n.º 23 — 1968.

CLIMAS DE MATO GROSSO

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

(Continuação)

ADALBERTO SERRA

Corumbá — 19°00'S — 57°39'w — 145 ms — Clima Aw.

É de 24°,6, quase tão elevada como em Cuiabá, a temperatura média anual, o que se explica pela proximidade do centro quente do Chaco. Desde outubro as temperaturas atingem 25°,7, e de novembro a março permanecem acima de 26°, com máximo em dezembro (26°,8).

Há uma única onda térmica com declínio já acentuado em abril, notando-se em maio 22°,6, junho 21°,2 e em julho o mínimo de 21°,0. Dêsse modo, os meses de maio a agôsto registram menos que 23° (o último 23°,1, aliás).

A amplitude anual é assim de 5°,8.

As máximas permenecem bastante elevadas, com média anual 31°,2 e oscilam entre os extremos de 33°,4 (dezembro) e 27°,4 (junho), com amplitude 6.° Os respectivos valôres, acentuados de outubro (32°,5) a março (32°,7), situam-se desde dezembro até fevereiro acima de 33°.

Só existe porém uma ondulação, e de maio a agôsto as máximas ficam aquém de 30°, ou mesmo de 28° em junho e julho.

É aquele assim o único período de tardes mais frescas.

Quanto às mínimas, têm média anual 19°,9, com amplitude 6.°, 5 entre os extremos de 22°,4 (janeiro) e 15°,9 (julho), sob uma única onda igualmente.

As noites mais quentes correspondem ao verão, superando 22° no período dezembro a fevereiro, e 20° desde outubro até abril. A fase de noites mais frescas, aquém de 18°, ocorre em junho-julho-agôsto, sob 17°,0 — 15°,9 — 17°,6.

Daí resulta uma amplitude média diária de 11°,3, com variação mensal bastante fraca, entre 12°,1 (setembro) e 10°,6 (abril).

Os respectivos valôres permanecem sob 10 e 11° de janeiro a junho, e acima dos 12.° na primavera, de agôsto a outubro. A fraca variação da amplitude diária já caracteriza a proximidade do Trópico.

A máxima absoluta é elevada, atingindo 41°,8 (outubro).

Pode-se dizer que de setembro a fevereiro valôres acima de 40° são possíveis, mas sòmente abaixo de 38° de maio a julho, no máximo decorrendo 35,8 em junho.

A mínima absoluta foi 0°,8, verificada em junho. Valôres abaixo de 6° são possíveis de maio a setembro (friagens), mas sòmente acima de 10° nos meses restantes, nunca descendo o termômetro, em janeiro ou fevereiro, abaixo de 14°.

Da comparação resulta uma amplitude absoluta de 41°,0 para Corumbá.

Os dias são sempre quentes, 325 por ano, podendo-se esperar 40 frescos, a taxas mensais de 0-0-1-2-6-9-9-6-4-2-1-0 = 40.

Assim, é de janeiro a dezembro e sobretudo de maio a agôsto que alguns ocorrem, com 9 em junho ou julho.

As noites quentes totalizam 222, o que deixa um saldo de 143 frescas, predominando estas últimas de maio a setembro, mas ainda ocorrendo em abril, ou até novembro, como vemos no quadro:

	J	F	M	Ab	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Noites quentes	29	26	26	19	12	9	5	12	15	19	22	28	222
Noites frescas	2	2	5	11	19	21	26	19	15	12	8	3	143

O vento é fraco em Corumbá, sob média anual 1,5 mps, variando de 1,9 (agôsto) a 1,2 (janeiro), enquanto apenas 1 ventania por ano foi registrada (agôsto).

A umidade é relativamente reduzida, média 74,7, com amplitude 19% entre o máximo de 81,5 (março) e o mínimo 62,6 (agôsto). Só de janeiro a abril se verificam médias pouco acima de 80%, na fase mais sêca declinando abaixo de 70% (ju-

Climas de Mato Grosso

lho a outubro), ou mesmo do 66% (agôsto-setembro).

Quanto à nebulosidade, tem média anual bem reduzida, de 4,6, no verão os indícios mal superando 5,0 de dezembro a março, enquanto permanecem abaixo de 4,0 em julho e agôsto. O céu é assim mais limpo, dada a proximidade da Baixa Central, que na faixa setentrional da região.

A amplitude anual atinge 2,7, entre 5,9 (janeiro) e 3,2 (agôsto).

Por isso mesmo, são poucos os dias encobertos, 77 por ano, a taxas pràticamente constantes de 7-9 nos meses de verão (outubro a março) e 5-6 nos de inverno (abril a setembro), com extremos 9 (dezembro) e 4 (agôsto).

Simultâneamente, cresce bastante o número de dias claros, 104 por ano, sob frequências 14-15 em julho e agôsto, ou acima de 10 cada mês no período maio a setembro. Mas só 4-5 nos meses de verão, dezembro a fevereiro.

Dêsse modo, a insolação é muito elevada em Corumbá, alcançando quase 2700 horas (exatamente 2696). Pode-se afirmar que ultrapassa 200 horas em todos os meses, com extremos 255 (agôsto) e 198 (fevereiro).

Ainda aí temos a influência do núcleo mais quente continental do Paraguai.

Analizemos agora a precipitação; apresenta-se bem reduzida, com total de .... 1121mm, nenhum mês ultrapassando 200mm, mas todos acima de 100mm no período outubro a março, (177 em janeiro). Os restantes recolhem menos que 100, e abaixo de 50 os meses do inverno, com mínimo em julho .... (17mm).

Foi de 180mm a maior altura recolhida em 24 horas, valôres sempre abaixo de 100 correspondendo à fase de junho a setembro.

Analizemos os dias de chuva.

São relativamente poucos, 88 por ano, ùnicamente a época do verão apresentando taxas acima de 10, com máximo 13 em janeiro.

Enquanto isso o inverno ainda tem frequências 2-3, e o outono e primavera 5-7 5-9 respectivamente. Assim o comprova a série transcrita 13-12-11-7-5-3-2-2-5-8-9-11, no total já citado de 88 dias, dos quais 36 ultrapassando 10mm.

É esta aliás a frequência das trovoadas, 36 por ano, bastante reduzida devido à estabilidade da Baixa, e fraca umidade. Sòmente os meses de outubro a março têm taxas de 4-5, reduzidas a 1 nos de maio a agôsto, sob invasões frontais.

Não há nevoeiros (3 por ano) e o orvalho é também raro, 70 dias sòmente, com mínimo de 2-4 nos meses da primavera, e 7 a 10 nos do verão e outono.

Tem assim Corumbá um clima sêco e aquecido, muito insolado, de nebulosidade fraca; dias quentes, com apenas um terço das noites frescas. Extremos de temperatura acentuados (de 1° a 42°), mas pouca precipitação relativamente à região, chovendo um dia cada quatro, e maior salubridade, sob um aquecimento porém desagradável.

Coxim — 18°29'S — 54°46'W — 259ms. — Clima Aw

São muitos escassas as observações neste ponto, situado contudo em uma região central.

Não temos com efeito média anual da temperatura, apenas podemos citar a respectiva amplitude (8°), entre os extremos de 26°,2 (dezembro) e 18°,2 (julho).

Aos normais são em média 26° no período novembro a março, ficando abaixo de 20° em junho-julho. O período mais fresco, aquém de 21° corresponde a maio-agôsto, e o mais quente ao verão, dezembro a fevereiro.

Não existem observações de temperaturas extremas nem de amplitude, sòmente dos respectivos valôres absolutos.

A máxima alcança 42°,8 (outubro), índices acima de 40° ocorrendo na primavera (setembro a novembro). Mas de abril a julho nunca superaram as máximas a 36°.

Quanto a mínima absoluta desceu a 0°,5 (agôsto), temperaturas abaixo de 3° ocorrendo em qualquer dos meses de maio a agôsto. Mas sempre acima de 12° na fase novembro a abril.

Resulta assim 42°,3 para a amplitude absoluta.

Os dias são quentes, num total de 300 por ano, só não ocorrendo dias frescos no período agôsto a novembro.

Contudo, 6 se verificam em dezembro ou janeiro, 10 em fevereiro ou março, e 7 nos diversos meses de abril a julho, num total de 65.

Já as noite quentes são poucas, 93 por ano, o predomínio das frescas se acentuando de abril a outubro, para se tornar absoluta de maio a agôsto, como veremos a seguir:

	J	F	M	Ab	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Noites quentes	18	13	17	7	—	—	—	—	3	6	12	17	93
Noites frescas	13	15	14	23	31	30	31	31	27	25	18	14	272

Não temos índices da umidade anual, mas o elemento oscila de 83,3% (maio) a 74,3 (outubro), apenas 9% portanto. Pode-se dar como úmida, acima de 80%, a fase janeiro a julho, e sêca a primavera, setembro-outubro.

A nebulosidade é também mal observada, sabendo-se apenas que oscila 3,3 entre o máximo de 6,4 (janeiro) e o mínimo 3,1 (julho). A maior cobertura, superior a 5,0, ocorre de outubro a abril, com janeiro e fevereiro acima de 6,0, enquanto de junho a agôsto temos valôres aquém de 4,0.

São equivalentes as frequências dos dias encobertos



(64) e claros (65), os primeiros ocorrendo a taxas mensais de 6-7 na fase setembro a março, contra 2-3 nos meses de inverno. Os segundos, entretanto, surgem com 6-9 dias nos vários meses de maio a outubro (14 em julho), para se reduzirem a 2-3 no final do ano, e 1 em janeiro, fevereiro ou março.

Não há observações da precipitação, apenas um indício da maior chuva em 24 horas, com 74,5mm. Também não temos contagem dos dias de chuva, ùnicamente das trovoadas (48 por ano), a taxas mensais variáveis de 5-8 na fase outubro a março, a 0-2 na de maio a agôsto.

Os nevoeiros totalizam 14 por ano, concentrados de abril a agôsto, sob taxas de 1-4, reduzidas de janeiro a março para 1 cada mês.

Quanto ao orvalho, muito freqüente (292 dias), corresponde a contagem mensais de 22-30.

Não cabe evidentemente apreciar o clima, com dados tão escassos.

Campo Grande — 20.° 27.S — 54°37'W — 561ms — Clima Aw

Devido à sua altitude, a localidade se beneficia de menores temperaturas, com média anual 22°,0, e amplitude 5°,1, entre os extremos de 23°,9 (janeiro) e 18°,8 (julho).

A temperatura se conserva acima de 23° desde novembro até março, e abaixo dos 21° de maio a julho.

As máximas são igualmente mais reduzidas (292), oscilando 3°,9, entre 30°,7 (março) e 26°,8 (julho). Neste elemento ocorrem três ondulações, com máximos secundários em novembro e janeiro.

Podemos dar como mais quente à tarde o período setembro a março, acima ou próximo de 30°, e mais fresco apenas o de maio a julho, aquém de 28°, ou a bem dizer só junho e julho, ambos com 26°,8.

As mínimas são bastante baixas, em nenhum mês suas médias ultrapassando 20°. O valor anual é de 16°,7, e a amplitude 6°,4, entre o menor índice de 13°,0 (julho) e o maior de 19°,4 (janeiro). Na fase mais quente à noite, de dezembro a março, as madrugadas superam 19°, na mais fresca, de inverno, descendo abaixo de 15° (14,0 — 13,0 — 14,4 em junho — julho — agôsto).

Continua estável o valor da amplitude diurna anual 12,5 e extremos 11,0 (dezembro) ou 14.°,3 (agôsto). Êste elemento se conserva entre 11-12.° de dezembro a abril, superando 13° de julho a outubro.

A máxima absoluta atingiu 38°,9 (outubro), e de um modo geral, valôres acima de 35° podem ocorrer de agôsto a março, mas sempre abaixo de 32° em junho e julho.

A mínima absoluta desceu a 0°,4 (agôsto), e de maio a 3° já se verificaram, mas sòmente acima de 5° em outubro e novembro, ou de 10° entre dezembro e março.

Alcança dessa forma 38°,5 a amplitude absoluta.

Os dias são sempre quentes (320), apenas de maio a setembro ocorrendo pequena contagem de dias frescos, sob máximo de 8 em julho. Em verdade, a série mensal de tais dias soma 45 por ano, ou seja, a partir de janeiro:
4-0-0-3-6-6-8-5-6-4-2-1 = 45

Já as noites quentes são raras, totalizando 49, e apenas um pouco mais freqüentes no verão, mesmo assim com predomínio das frescas, como vemos na tabela:

	J	F	M	Ab	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Noites quentes	10	8	5	2	1	—	—	1	3	4	5	10	49
Noites frescas	21	20	26	28	30	30	31	30	27	27	25	21	316

Ocorrem portanto 316 noites frescas na localidade, pràticamente tôdas o sendo de março a novembro, e ainda uma grande maioria no verão.

A velocidade do vento torna-se mais acentuada, sob média 2,1mps, variando de 2,5 (setembro) a 1,6 (março), o período mais calmo sendo o de fevereiro-abril, abaixo de 2,0. Notam-se contudo apenas 2 ventanias, ambas no verão.

Analizando agora a umidade, constatamos valôres relativamente baixos: média anual 73,5%, com extremos 80,1 (abril) e 57,8 (agôsto), do que resulta amplitude 22%. Na verdade, o período mais úmido transcorre de dezembro a maio, com valôres próximos de 80% e o mais sêco, abaixo de 70% de agôsto a outubro, o primeiro mês tendo como vimos 57,8%.

Podemos examinar neste ponto a nebulosidade, bastante reduzida aliás, com média 5,2, e amplitude 3,3 entre os extremos de 6,7 — janeiro e 3,4 — agôsto.

Os valôres superam 6,0 na fase de verão, dezembro a março, mantendo-se próximo a 4,0 de maio a agôsto, com céu muitas vêzes claro.

Há realmente 85 dias encobertos, mais raros no inverno, sob taxas mensais de 4-5 no período maio-agôsto; as mesmas se elevam a 7-9 na primavera, e 9-11 nos meses de verão, com posterior declínio para 6-8 no outono.

Os dias claros são menos freqüentes, 71 por ano, e dominam no inverno, sob contagens 9-9-10-14-9 de maio a setembro, mais elevadas portanto em agôsto. No verão as mesmas se reduzem a 0-2.

A precipitação é relativamente elevada, com 1416mm, apenas janeiro e fevereiro superando 200mm (o último 213), enquanto de outubro a abril todos os meses ultrapassam 100mm, os do inverno registrando menos de 50 (julho 33mm).

Mas é pouco intenso, de apenas 11mm, o maior registro em 24 horas, mantidos abaixo de 60mm os do inverno, junho a agôsto.

Vejamos portanto os dias

de chuva: são 122 por ano, mais 10 por mês de outubro a abril (17 em dezembro ou janeiro), e apenas 3-4 na fase do inverno, como vemos na série abaixo, iniciada com janeiro.

No total de maio a setembro ocorrem apenas 23 dias, tanto como em outubro a novembro.

Do conjunto anual, 47 dias superam 10mm, as frequências dos dias chuvosos assim se distribuindo: 17-16-15-10-6-4-4-3-6-11-13-17 = 122.

As trovoadas são comuns, totalizando 97 por ano, a taxas 10-15 nos meses de outubro a março (15 no último), mas reduzidas a apenas 1-2 nos meses do inverno. Troveja assim em média por 14 dias de maio a setembro, em associação com as Frentes.

Os nevoeiros continuam escassos, 11 por ano, verificando-se sob contagens mensais 1-2 de março a agôsto, a última para junho e julho.

Quanto ao orvalho não se constitui tantas vêzes como noutros pontos, pois totaliza 88, a taxas 10-13 de dezembro a março, 7-8 de abril a junho, e 2-3 de agôsto a outubro.

Campo Grande tem assim um clima quente de dia e fresco à noite, com chuva regular, umidade mais reduzida, o céu apenas nublado. As máximas não se elevam muito, mantendo-se forte a amplitude, pois ocorrem valôres desde 0° até 39°.

Sopram regularmente os ventos, enquanto trovoadas e chuvas ocorrem à razão de 97 e 122 dias.

Em suma, um clima bastante satisfatório.

Aquidauana — 20° 28'S — 55° 48'W — 156 ms — Clima Aw

É de 23°,2 a média anual da temperatura, com amplitude 6°,9 entre os extremos de 25°,9 (janeiro) e 19,0 (junho). Devido à maior proximidade do Trópico, a fase mais quente vai se deslocando para o verão em contraste com a da primavera, mais ao norte. Corresponde assim no período novembro a março, todo acima de 25°, com dezembro a fevereiro sob 25,8 — 25,9 — 25,8.

As médias se reduzem para 23°,8 em abril e 21°,0 em maio, o inverno, ou melhor junho e julho registrando valôres aquém de 20° (19,0 em julho). Já em setembro os mesmos superam 22°.

As máximas são elevadas, pois a estação tem altura mais reduzida que Campo Grande; alcançam assim .. 31,0, com amplitude 4°,9 entre 32,7 (dezembro) e 27,8 (junho). Nota-se fraca ondulação secundária, com mínimo janeiro e máximo fevereiro, mas amplitude 0°,3. A fase mais quente à tarde, tôda acima de 32.°, decorre de outubro a março, e a mais fresca, abaixo de 29°, de maio a julho.

As mínimas são relativamente baixas, sob média anual 18°,3, oscilando entre 2°,0 (janeiro) e 13°,2 (julho), com amplitude 8°,8.

As noites sempre quentes em geral, têm pela madrugada valôres acima de 21° no verão (dezembro a março).

O período mais fresco corresponde aos três meses de inverno, todo abaixo de 15° (junho 14°,5, julho 13°,2, agôsto 14°,7); ou se incluirmos maio e setembro, aquém de 17°.

Segue-se uma amplitude diária de 12°,6 na média anual, variando desde o mínimo 10°,2 (janeiro) ao máximo 15°,9 (agôsto). Como sempre, é estável a fase úmida do verão, com valôres em torno a 11° de dezembro a abril, só em julho e agôsto as amplitudes superando 15°.

Quanto à máxima absoluta atingiu 40°,8 (setembro), valôres acima de 38° podendo ocorrer de agôsto a março, mas nunca além de 36° de maio a julho.

A mínima absoluta atingiu o setor negativo (-1°,2 em julho), ou 0°,0 (junho), todo o período maio a setembro tendo registrado temperaturas abaixo de 4°, ou aquém de 8° se incluirmos abril e outubro. Conservam-se porém acima de 12° em janeiro-fevereiro, no primeiro mês sendo 16°,2 a menor mínima ocorrida.

Foi assim de 42°,0 a amplitude absoluta encontrada.

Há portanto maioria de dias quentes (308), apenas de março a setembro ocorrendo alguns frescos, ou até 10 cada mês em junho ou julho, como vemos no quadro:

	J	F	M	Ab	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Dias quentes	30	24	25	27	24	21	21	25	27	28	28	28	308
Dias frescos	1	4	6	3	7	9	10	6	3	3	2	3	57

Já as noites quentes estão em minoria, podendo-se dizer que tôdas são frescas no período maio a setembro, e pelo menos a metade em abril, outubro e novembro. Há dêsse modo 148 noites quentes e 217 frescas.

	J	F	M	Ab	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Noites quentes	27	22	22	13	3	1	—	1	5	13	17	24	148
Noites frescas	4	6	9	17	28	29	31	30	25	18	13	7	217

O vento é fraco em Aquidauana, sob média anual 1,2 mps, e índices estáveis (1,4 setembro, 1,1 março). Não houve registro de ventanias, o que parece uma falha do observador.

A região é bastante úmida, contudo; média anual 78,9%, com amplitude 10% entre o máximo de 82,6% (maio) e o mínimo 73,3 (agôsto). O 80%, transcorre de janeiro a período úmido, acima de junho, e poderíamos alongá-lo para dezembro-julho. Pois o verdadeiramente mais sêco (ou menos úmido), abaixo de 75%, corresponde à pri-

IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO COM FERTILIZANTE

O método desperta a atenção universal

Informa-se de Tel-Aviv que o método Blass para irrigação por gotejamento está sendo adotado na África do Sul e na Austrália.

Foi criada uma Estação Experimental no México e existem grandes possibilidades de serem exportados os aparelhamentos para o Peru, Brasil e Argentina, bem como para a Coréia do Sul, Japão, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia.

Presentemente, cêrca de 10.000 *dunams* (2.500 acres) acham-se sob irrigação por êsse método, em Israel. Os resultados têm sido os seguintes: em Ein Yahav, foram produzidas 14 toneladas de tomates por *dunam*, ao em vez de duas a três toneladas em produção normal e em Yotvata, seis toneladas e meia de tomates em comparação com as 3,9 toneladas conseguidas por outros métodos.

Êsses dados foram recentemente publicados em entrevista a imprensa, pelos Srs. Oded Winkler, chefe da Cia. Netafim (com quatro anos de existência), do Kibbutz Hatzerim, a qual fabrica o equipamento para o sistema; pelo Professor Dan Golberg da Faculdade de Agricultura da Universidade Hebráica, o qual fêz demonstrações das vantagens do método em Israel, e por Simcha Blass que, (com seu filho Isaias) arquitetou o sistema.

Apesar de o sistema de irrigação por gotejamento, o qual consiste de um conjunto de tubos de substância plástica que conduzem água impregnada de fertilizantes gotejando lentamente no solo, custar uma vez e meia mais caro do que os outros sistemas comuns, os resultados são tão espetaculares, dizem os entrevistados, que as despesas iniciais tornam-se insignificantes.

Uma vez que as gotas d'água caem no solo, junto da planta (e não como acontece com os aparelhos de aspersão que desperdiçam muita água), o consumo d'água é 25% menor, além do mais a água não se espalha pelo meio das fileiras das plantas, de sorte que não estimula o aparecimento de plantas daninhas, economizando, assim, os trabalhos de cultura, e, finalmente, as safras das plantas irrigadas diretamente pelo sistema, tornam-se muito maiores.

Êsse método é mais preconizado — segundo afirmam — para regiões áridas, de solos pobres.

---

mavera, agôsto a outubro.

A nebulosidade torna-se pouco acentuada (5,8) com amplitude 3,2, desde 7,5 (janeiro) a 4,3 (agôsto).

É mais nublado, em torno ou acima de 7,0, o verão (dezembro a março), é mais limpo, com 5,0 ou menos, a fase de maio a setembro, (julho e agôsto 4,3).

Teremos aliás 134 dias encobertos, mais que 10 por mês de outubro a abril, com 15-17 nos meses de verão, dezembro a fevereiro. O período restante, maio a setembro, tem apenas 7-9 dias mensalmente, o primeiro valor correspondendo a julho e agôsto.

Já os dias claros totalizam menos da metade dos anteriores, com 75 por ano, e maior frequência em julho-agôsto (11 cada), ou de maio a setembro, sob 8 a 11. A menor corresponde ao verão, 2-3 dias por mês, de dezembro a fevereiro.

Chove regularmente em Aquidauana, 1428 mm por ano, apenas janeiro superando 200 mm (com 232). Os meses de outubro a abril registram acima de 100 mm, o mínimo correspondendo a julho e agôsto, com 37 ou 36 respectivamente, julho aliás tendo só 53 mm.

Mas foi de 133 mm (abril) a maior precipitação recolhida em 24 horas, apenas durante a fase junho-setembro não tendo sido registrados alturas acima de 70 mm.

É reduzido o número dos dias de chuva-83, dos quais 43 acima de 10 mm. Os meses de verão têm todos acima de 10 dias, com máximo 12 em janeiro. E os do inverno menos de 5, como vemos na série abaixo, de janeiro a dezembro: 12-10-8-6-5-4-3-3--5-8-8-11-83.

Assim, durante todo inverno chove tanto como em fevereiro.

As trovoadas são também escassas, 62 por ano, a taxas mensais 7-8 no verão, de novembro a março, reduzidas para 2 nos meses mais frios junho a agôsto, e traduzindo passagens Frontais.

Muito raro o nevoeiro, 6 dias por ano, todos de março a setembro, na taxa de 1 por mês. Mas frequente o orvalho, sob 163 dias, com máximo de abril a julho (18 por mês) e mínimo durante o verão (8-11).

Em resumo: dias quentes, mas muitas noites frescas (mais de 200) poucos dias de chuva (um em cada quatro). Raros nevoeiros e trovoadas umidade acentuada, vento fraco, nebulosidade e extremos pronunciados (-1,2 e 40º,8) indicam para Aquidauana um clima suportável, mas com muitos dias opressivos.

ERA DINÂMICA DA AGRICULTURA

Por
Joseph Ackerman
Especial para "A Lavoura"



Perto de Greeley, no Colorado, EUA, encontramos êstes currais magníficos para alimentação científica do gado, com capacidade para mais de 60.000 cabeças. Com 120 hectares, no total, a área é servida por computadores e outros aparelhos, que regulam e registram a alimentação do gado.

Vivemos numa era que o mundo jamais conheceu — uma era de desafios, exigente e perigosa, e ao mesmo tempo a mais interessante, bela e dadivosa que até hoje atravessamos. Uma era dinâmica da história.

Como esta é uma era de educação do espírito, as mudanças científicas e tecnológicas que se farão sentir na próxima década atingirão o ponto mais elevado da história.

Nas zonas rurais dos EUA, as evidências dessas mudanças são notadas em tôda parte. Os desenvolvimentos tecnológicos trouxeram mudanças impressionantes na produção rural, na organização e no funcionamento das fazendas; melhoraram os meios de transporte e comunicações, e a modernização quase alterou completamente a vida do campo.

A agricultura está, com efeito, experimentando uma revolução tecnológica e econômica. Está se transformando de um negócio de artes e artesãos para um negócio enraizado profundamente na ciência e na tecnologia.

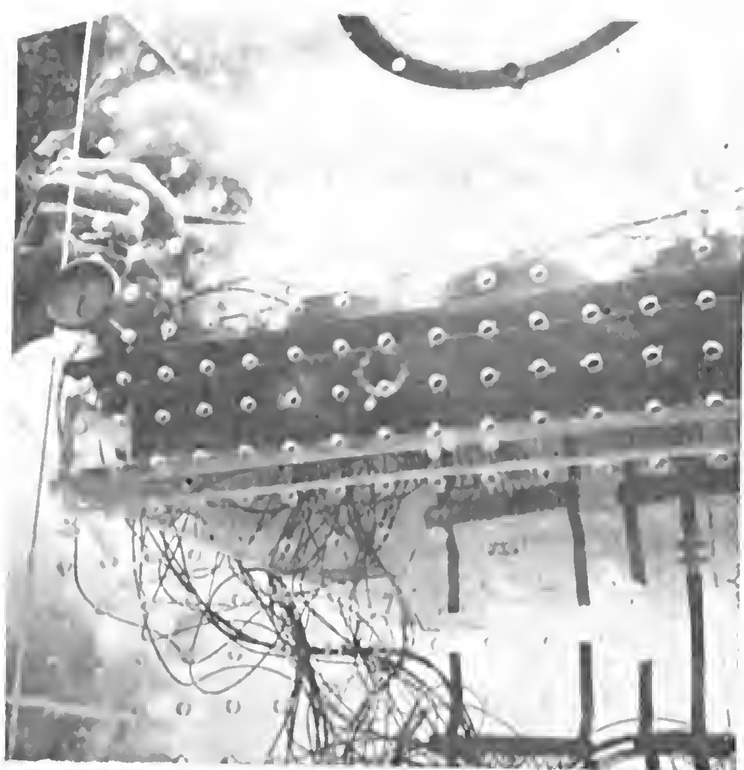
A agricultura nos EUA transformou-se numa atividade complexa. Para ter sucesso, o agricultor precisa planificar, cuidadosamente. A adoção de um simples método nôvo pode mudar tôda a estrutura do negócio agrícola.

Grande soma de informações deve ser conseguida e analisada, para se chegar a uma decisão lógica. Dentro da economia, altamente complexa, dos dias atuais, o agricultor precisa considerar muitos problemas além daqueles relacionados com a produção. Maior atenção deve ser conferida aos grandes problemas relativos à distribuição, abastecimento e procura, crescimento econômico e outros assuntos, muito amplos e com inúmeras facêtas, para serem analisados pelo agricultor médio, ou mesmo por um profissional que use métodos e táticas antiquadas.

O agricultor do futuro terá de encontrar melhor meio de controlar a qualidade e a quantidade de seus produtos, e reuní-los em grupos mais vendáveis para a indústria alimentícia.

Em qualquer dos casos, a

Um fisiologista do Departamento de Agricultura dos EUA usa uma pinça para podar plantas, numa câmara que simula as condições do exterior. São estudados os efeitos do meio ambiente, como a poluição do ar no crescimento do vegetal.



agricultura necessitará de grande número de serviços de alto nível, científicos de engenharia e de gerência. Como a agricultura está se elevando para novos níveis, assim também os serviços de que ela se serve necessitam atingir os mesmos padrões modificando-se e ajustando-se de acôrdo.

Os agricultores devem ter a assistência de técnicos em programas de desenvolvimento, para o uso eficiente da terra, do trabalho e do capital, e recursos de administração. Necessitam, ainda, de uma soma cada vez maior de informações científicas para desenvolver seu plano anual, e fazer ajustes de conformidade com as condições imprevistas de tempo, preços, ou outros fatôres que mudem o quadro.

A agricultura não está se estabilizando. Há evidências de que novas mudanças, mais rápidas e maiores, virão nos próximos anos.

Com o uso de conhecimentos técnicos disponíveis, os agricultores aumentarão a automatização de suas operações. Alguns vegetais já estão sendo colhidos, lavados, classificados e embalados sem serem tocados por mãos humanas.

A produção da pecuária vem se tornando altamente científica. A alimentação é cuidadosamente controlada para produzir a máxima quantidade e a mais alta qualidade de carne por determinada quantidade de alimento. O rebanho está recebendo tratamento de antibióticos, hormônios, sais minerais e outras substâncias que evitam doenças e promovem o crescimento exatamente requerido. Num dia que não está longe, equipamentos eletrônicos poderão ajustar as fórmulas de alimentação dos rebanhos com os resultados que se tem em mira.

No mundo agrícola, métodos e procedimentos que eram apropriados ontem são inferiores e inadequados hoje e serão obsoletos amanhã.

Nos anos vindouros, a agricultura sofrerá inúmeras mudanças de grande vulto, as quais redundarão em progresso dinâmico para o futuro.

MEDALHA MINISTRO FERNANDO COSTA

Devido a um lapso lamentável da nossa redação, na notícia publicada no número anterior, sob o título acima, foi omitido o nome do nosso prezado consócio, Dr. Fábio Luz Filho, também agraciado com êste prêmio, na mesma ocasião.

O nome do Dr. Fábio Luz Filho, conhecido líder cooperativista, autor de numerosas obras sôbre o assunto, de que se tornou um luminar no Brasil, dispensa maiores comentários, sobretudo para os nossos leitores, habituados aos seus magníficos artigos nas colunas desta Revista, na qual colabora há dezenas de anos.

A omissão redunda, afinal, num destaque especial, e esta retificação nós lhe encaminhamos com o nosso pedido de desculpas pela falta involuntária.

L. M. P.

A POSIÇÃO DO BRASIL NO PANORAMA DA AGRICULTURA LATINO-AMERICANA

A produção agrícola latino-americana diminuiu cêrca de 2% em 1968, segundo estatísticas recém-divulgadas pela Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas.

Segundo o relatório preliminar sôbre o **Estado Mundial de Alimentação e Agricultura em 1968**, em tôdas as regiões do mundo aumentou a produção, exceto na América Latina, onde esta situação é atribuída principalmente a condições desfavoráveis de tempo. Mas afirma o relatório da FAO, que, apesar disso, o desenvolvimento econômico geral da região alcançou um nível satisfatório. Entre os mais graves problemas apresentados figuram as condições institucionais, econômicas e sociais que prevalecem no setor agrícola e o montante da dívida pública para com o estrangeiro. Adiante o documento que "nêstes últimos anos os três países de economia mais desenvolvida na região — Argentina, Brasil e México — tiveram que destinar de 1/5 a 1/3 de suas divisas ao pagamento da dívida externa".

A sêca

A sêca, iniciada em 1967, prolongou-se durante todo o ano de 1968 e, em algumas regiões, até meados de 1969. Em conseqüência, o rendimento das colheitas foi afetado na Argentina, Chile, Equador, Peru, Uruguai e países do Caribe. Nas províncias centrais e septentrionais do Chile, a sêca revestiu-se de características de verdadeira catástrofe, ocorrendo quase o mesmo um pouco mais ao norte, na parte septentrional do Peru, chegando até Guaiaquil. No Uruguai, a sêca foi de tal severidade que chegou a determinar redução no fornecimento de energia elétrica em todo o País.

A queda da produção agrícola foi de 11% em Cuba, de 9 % na Argentina, de 5% na República Dominicana e de 2% no Equador, Guatemala e Peru. Em compensação, o Brasil e a Venezuela mantiveram pràticamente os mesmos níveis de 1967.

Entre os principais produtos cultivados na região, sòmente registraram aumentos de produção o arroz e o algodão. A produção de arroz aumentou um pouco em todos os países entre os quais sobressaíram o Brasil, a Colômbia e Cuba. A produção de algodão foi também maior no Brasil, no México e na Colômbia, porém baixou no Peru.

A produção de trigo, milho, açúcar, bananas, carne e café também apresentou baixa na região, em índices que oscilam entre 3 e 11%.

A baixa na produção regional de trigo foi de 11%. A Argentina, que em 1967 tivera uma excelente colheita, sofreu uma redução de 20% em 1968, enquanto que a produção mexicana baixou 8%. A produção regional de milho diminuiu em 44%, principalmente devido à considerável baixa registrada na Argentina.

A produção de açúcar caiu 7% devido sobretudo, a uma grande baixa ocorrida em Cuba; por outro lado, aumentou a produção no Brasil, na Colômbia e no Peru.

A produção regional de bananas baixou em 5% em 1968 — apesar de ter continuado a aumentar a produção centro-americana — devido a considerável baixa sofrida pelo Equador.

A produção de café do Brasil foi menor em cêrca de 28%, mas a média da baixa na região como um todo foi de apenas 4% em relação à produção do ano anterior.

A produção de carne bovina não desceu muito porque a grande redução registrada na Argentina foi compensada por aumentos em vários outros países, entre os quais a Colômbia e o México.

Comércio internacional

O volume das exportações agrícolas regionais baixou ligeiramente em 1968. Por outro lado, aumentaram as importações de produtos agrícolas devido, em parte, à escassez causada pela sêca. O comércio entre os países da Associação Latino-Americana de Livre Comércio diminuiu pelo segundo ano consecutivo, enquanto continuaram a aumentar, tão ràpidamente como nos anos anteriores, as trocas entre os países do Mercado Comum Centro-Americano.

O valor das exportações regionais de cereais baixou cêrca de 12% em 1968, por terem diminuído as remessas de trigo, milho e sorgo, e pelo fato de terem caído os preços de todos os cereais, exceto o do arroz. As exportações de açúcar baixaram cêrca de 6% em seu volume, mas aumentaram 2% em valor.

Baixaram ligeiramente o valor das exportações regio-

PRINCIPAIS CAUSAS DO INSUCESSO NA AVICULTURA

Cêrca de 95% dos motivos de insucesso na exploração avícola são de responsabilidade do próprio avicultor. Os 10 mais freqüentes são os seguintes:

1 — **Empreender um negócio avícola sem estar tècnicamente capacitado para isso.**

2 — **Falta de compreensão das leis básicas da natureza.** A simples observação da localização de certos galinheiros e seus interiores é suficiente para revelar êste fato.

3 — **Excesso de crédito.** Há avicultores que trabalham sem base econômica, contando quase exclusivamente com crédito bancário. Basta uma pequena crise (queda de preços, alta mortalidade, diminuição da produção etc.) para pôr em risco o negócio.

4 — **Falta de planejamento.**

5 — **Basear-se em palpites em vez de nos fatos.** O negócio avícola tem qualquer coisa de parecido com as corridas de cavalo: os avicultores só comentam o sucesso...

6 — **Falta de previsão.** A maioria dos avicultores não economisa dinheiro nas "boas épocas" para poder enfrentar uma crise eventual.

7 — **Crescimento desordenado**, isto é, aumento excessivamente rápido da granja com conseqüente prejuízo da qualidade da produção.

8 — **Avicultura como atividade secundária.** São muito comuns (no Brasil) os avicultores chamados de "fim-de-semana", isto é, pessoas dedicadas a outras atividades e que nos fins-de-semana cuidam de algumas aves. A tendência dêsse tipo de avicultor, no futuro, é acabar. Estas pequenas granjas, geralmente funcionando sem um contrôle de produção eficiente, serão substituídas por granjas maiores, verdadeiras indústrias avícolas, (como já existem várias) com maior capacidade de produção e comercialização.

9 — **Despesas evitáveis**, ou seja, avicultores que não exitam em despender grande quantidade de dinheiro, quando em "apuros" (presença de doença na granja etc.), mas que relutam em gastar em bons pintos, boas rações, boas vacinas, equipamentos adequados etc. para evitar aquelas grandes despesas.

10 — Tentar ser bem sucedido usando o mesmo tipo de pinto e ração de um bom criador, mas sem capacidade de criar nas mesmas condições que êle.

Se a você não se aplicar nenhum dos erros acima enumerados, é muito provável que seja um avicultor bem sucedido.

nais de carne e de lã, apesar de terem aumentado as quantidades exportadas dêste último produto.

O valor das exportações latino-americanas de café subiu 5% e o das exportações de algodão uns 16%. Apesar de ter baixado o preço das bananas no mercado mundial, o valor das exportações latino-americanas aumentou cêrca de 2%, por ter sido maior o volume de exportações.

Na maioria dos países latino-americanos a reforma agrária continuou a ser importante matéria de política agrícola, apesar de que, como ressalta o relatório da FAO, sua aplicação, com raras exceções, continuou sendo lenta.

Outros assuntos de política agrícola de especial interêsse na América Latina, são a necessidade de reduzir a importação de alimentos e a de promover a diversificação de monoculturas tradicionais como a do café, do açúcar e da banana. No caso do café, a diversificação foi facilitada pelo Fundo de Diversificação estabelecido em 1968, por ocasião da renovação do Acôrdo Internacional do Café.

Preços médios do boi gordo para corte e da lã na área do convênio de empréstimos n.º 516 BR

A Fundação Getúlio Vargas, através de seu Instituto Brasileiro de Economia, submete ao Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária — CONDEPE, referentes às áreas do Convênio de Empréstimo N.º 516 BR, firmado entre o Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, mais uma série, a terceira, de seis meses (janeiro a junho de 1969) de preços médios do boi gordo para corte e de lã. Estão disponíveis agora, portanto, observações alusivas a 18 meses consecutivos, a partir de janeiro de 1968.

É interessante recordar que, para servir como alicerce à construção futura dos índices destinados aos reajustamentos do principal dos empréstimos, o Instituto Brasileiro de Economia obteve a média de preços do boi gordo (pronto para corte) e de lã comercializada, segundo valôres pagos aos pecuaristas, ao nível municipal de cada Unidade da Federação integrante dos Projetos I (Rio Grande do Sul), II (Mato Grosso, São Paulo e Paraná) e III (Goiás e Minas Gerais).

A rêde de coleta de preços utilizada para os Estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul é formada por técnicos vinculados às entidades filiadas ao Sistema de Extensão Rural — ABCAR. Suas informações foram complementadas com dados fornecidos por organismos de govêrno, nas diversas esferas, particularmente prefeituras municipais, assim como emprêsas particulares participantes do processo produtivo da carne e lã. Para os Estados de Minas Gerais e São Paulo os preços foram colgidos por departamentos especializados de suas respectivas Secretarias de Agricultura.

As Instituições e pessoas que de algum modo contribuíram, na fase de coleta, para êste trabalho, o Centro de Estudos Agrícolas, do Instituto Brasileiro de Economia renova seus agradecimentos.

Convém também relembrar que a sistemática de construção dos índices compreende ponderações em níveis sucessivos de agregação. Os preços vigentes em cada município foram ponderados pelo valor relativo do produto considerado (bovino ou lã) dentro de zonas fisiográficas, resultando em um preço médio para cada zona.

Êstes preços foram, por seu turno, ponderados pelo valor do produto na zona fisiográfica, dando origem aos preços médios estaduais. (*)

Considerando pi a cotação vigente do produto no município i, o preço médio pj da zona fisiográfica j é obtido através da expressão:

$$p_j = \frac{\sum_i p_i \cdot v_i/_j}{\sum_j v_i/_j},$$ onde $v_i/_j$ é o valor relativo do produto no município i em relação à zona j.

O preço médio mensal p_k da Unidade da Federação k, foi obtido por

$$p_k = \frac{\sum_j p_j \cdot v_j/_k}{\sum_j v_j/_k},$$ onde $v_j/_k$ representa o valor relativo do produto na zona j em relação ao Estado k.

(*) As ponderações estão apresentadas nos quadros anexos e são originários dos valôres do rebanho bovino e da produção de lã, no ano de 1966, segundo as estimativas disponíveis mais recentes da Equipe Técnica de Estatística Agropecuária (nova denominação do Serviço de Estatística da Produção), na época do início dêste trabalho.

A média aritmética

$$p_o = \frac{\sum_k p_k}{6}$$

no período de janeiro a junho de 1968, incluída em publicação anterior (**) servirá de base para o cálculo dos índices que, no futuro, deverão corrigir os saldos dos empréstimos.

Com referência ao Projeto I, além dos preços médios para cada produto, também é calculado um preço médio misto de gado bovino e lã, com duas ponderações alternativas:

a) utilizando os valôres relativos estaduais dos dois efetivos; e b) empregando uma relação técnica pré-determinada de 5 cabeças de

gado ovino para uma de bovino (***).

Ainda em relação ao Rio Grande do Sul, convém esclarecer que as cotações originalmente coletadas para o gado bovino, ao nível dos municípios, representam os preços em têrmos do pêso-vivo. Para assegurar a comparabilidade com os demais Estados abrangidos pelo Empréstimo adotou-se um coeficiente de correção que decorre da estimativa de 50% como quebra do pêso após o abate. Esta percentagem foi considerada como aceitável por grande número de pessoas consultadas a respeito. Não obstante ser possível certa variabilidade em tôrno dêsse percentual, a experiência de cada uma seria no caso irrelevante: o que importa é a constância de critério, pois os números índices vão medir um ritmo de evolução de preços.

(**) Preços Médios do Gado Bovino e Lã. 1.º semestre de 1968. Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV. Publicado (circulação restrita) em julho de 1968.

(***) Na alternativa "a", em valor, cêrca de 86,5% de bovinos e 13,5% de ovinos e, na alternativa "b", em número de milhares de cabeças, ... 11.238 de bovinos e 2.357 unidades de ovinos (11.785 milhares de cabeças + 5).

Escapam à metodologia geral aqui descrita, quanto ao processo de agregação dos preços, os casos de Minas Gerais e São Paulo. Isto acontece em função dos procedimentos de coleta próprios das fontes anteriormente mencionadas, em contraste com os demais Estados onde os técnicos enumeradores obedecem a procedimentos uniformizados por êste Instituto.

Quanto a Minas Gerais, os dados de preços, remetidos pelo Departamento de Estudos Rurais da Secretaria da Agricultura, vêm ao nível das zonas fisiográficas, processando-se, no Instituto Brasileiro de Economia, a segunda fase da agregação, para chegar ao preço médio do Estado.

Em São Paulo, segundo o Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura, os informantes acham-se localizados nos municípios de maior expressão agrícola no Estado. Antes de chegar a um preço médio agregado para o Estado, há dois níveis de ponderação, correspondendo a conceitos próprios de "zona" e "setor", sendo o preço básico a média aritmética simples de preços municipais, também agrupadas num conceito próprio de "regiões".

("Preços Médios do Boi Gordo e Lã"
1.º Semestre de 1969 — julho/69.
Instituto Brasileiro de Economia
Fundação Getúlio Vargas).

PROJETO I

(alternativa "a")

RIO GRANDE DO SUL

PREÇO MISTO DO BOI GORDO PARA CORTE E DA LÃ

(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr$/15 kg (Pj)

PREÇOS	Vi/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Preço Médio do Boi Gordo para Corte	86,54	16,65	16,56	16,50	16,69	16,79	16,79
Preço Médio da Lã	13,46	40,23	41,20	40,27	40,27	40,31	40,04

PREÇO MISTO (BOI GORDO + LÃ)							
MÉDIA ESTADUAL	NCr$	19,82	19,88	19,70	19,86	19,96	19,92

PROJETO I

(alternativa "b")

RIO GRANDE DO SUL

PREÇO MISTO DO BOI GORDO PARA CORTE E DA LÃ

(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr$/15 kg ($p_j$)

PREÇOS	$V_{j/k}$	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Preço Médio do Boi Gordo para Corte	82,52	16,65	16,56	16,50	16,69	16,79	16,79
Preço Médio da Lã	17,48	40,23	41,20	40,27	40,27	40,31	40,04
PREÇO MISTO (BOI GORDO + LÃ) MÉDIA ESTADUAL	NCr$	20,77	20,87	20,65	20,81	20,90	20,85

RIO GRANDE DO SUL

PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE

(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr$/15 kg ($p_j$)

ZONAS FISIOGRÁFICAS	V_{jk}	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Litoral	4,94	17,40	17,40	17,40	17,10	16,80	17,10
Depressão Central	11,60	17,40	18,00	18,00	18,00	18,00	16,80
Missões	11,18	17,49	17,58	17,16	16,50	16,67	15,71
Campanha	25,21	16,70	16,45	16,11	16,76	16,80	17,82
Serra do Sudeste	9,82	16,50	16,50	16,32	16,32	16,32	16,32
Encosta do Sudeste	6,45	16,20	16,20	16,20	16,20	16,50	16,50
Alto Uruguai	7,30	14,81	14,14	15,07	16,10	16,30	16,18
Planalto Médio	7,92	16,26	15,42	15,88	16,37	16,85	16,34
Encosta Inferior do Nordeste	5,41	16,65	17,06	16,79	16,66	16,66	17,06
Encosta Superior do Nordeste	2,06	15,48	15,48	15,48	15,39	15,39	15,39
MÉDIA ESTADUAL ($\Sigma p_j v_{j/k} \div \Sigma v_{j/k}$)	NCr$	16,65	16,56	16,50	16,69	16,79	16,79

RIO GRANDE DO SUL

PREÇOS MÉDIOS DA LÃ

(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr$/15 kg ($p_j$)

ZONAS FISIOGRÁFICAS	$V_{j/k}$	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Litoral	9,41	20,00	25,00	30,00	30,00	30,00	25,00
Depressão Central	4,04	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	40,00
Missões	7,94	40,00	44,44	44,44	44,44	44,94	44,94
Campanha	56,15	47,75	47,99	45,00	45,00	45,00	45,00
Serra do Sudeste	12,40	33,00	33,00	35,33	35,33	35,33	35,33
Planalto Médio	2,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Encosta Superior do Nordeste	0,12	34,50	34,50	34,50	34,50	34,50	34,50
MÉDIA ESTADUAL $(\Sigma p_j v_{j/k} \div \Sigma v_{j/k})$	NCr$	40,23	41,20	40,27	40,27	40,31	40,04

PROJETO II

SÃO PAULO — PARANÁ — MATO GROSSO

PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE

(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr$/15 kg ($p_j$)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	$V_{j/k}$	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
São Paulo	54,60	20,22	19,46	19,02	18,76	18,95	20,71
Paraná	11,94	18,44	19,01	18,79	18,30	18,34	18,44
Mato Grosso	33,46	18,89	18,03	17,59	16,53	18,04	18,91
MÉDIA DOS ESTADOS $(\Sigma p_j v_{j/k} \div \Sigma v_{j/k})$	NCr$	19,56	18,93	18,51	17,96	18,57	19,84

SÃO PAULO (*)
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr$/15 kg ($^{p}j$)

PREÇOS	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
MÉDIA ESTADUAL $(\Sigma p_j v_{j/k} \div \Sigma v_{j/k})$	20,22	19,46	19,02	18,76	18,95	20,71

(+) - Coleta e cálculos do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura do Estado

PARANÁ
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr$/15 kg ($^{p}j$)

ZONAS FISIOGRÁFICAS	Vj/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Castro	2,39	21,60	21,60	21,60	17,50	18,00	18,00
Curitiba	4,10	17,86	17,86	17,86	18,85	19,04	19,04
Campos Gerais	6,19	22,53	22,53	21,54	21,65	21,45	21,77
Tomazina	4,10	18,13	18,26	17,25	17,25	17,83	16,96
Alto Ivaí	2,20	17,25	17,51	16,75	16,75	16,75	16,75
Irati	2,15	17,40	17,72	18,26	18,26	18,26	18,52
Oeste	46,21	17,99	19,03	18,94	17,97	17,88	18,17
Norte	25,10	18,68	18,52	18,26	18,29	18,51	18,40
Campos do Oeste	6,59	17,00	18,60	18,60	18,60	18,60	18,60
MÉDIA ESTADUAL $(\Sigma p_j v_{j/k} \div \Sigma v_{j/k})$	NCr$	18,44	19,01	18,79	18,30	18,34	18,44

MATO GROSSO
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr$/15 kg ($^{p}j$)

ZONAS FISIOGRÁFICAS	Vj/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Chapada	2,62	14,56	14,63	14,82	15,00	15,00	15,00
Poxoréu	4,61	14,04	14,80	13,99	13,99	13,99	13,99
Campo Grande	24,99	17,58	17,73	17,31	15,58	19,24	18,08
Rio Pardo	14,04	20,27	16,71	15,11	15,11	16,71	17,52
Encosta Norte	0,45	17,00	18,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Encosta Sul	14,08	...	...	...	...	...	...
Baixada Norte	6,90	16,00	16,00	16,00	16,00	16,00	20,00
Baixada Sul	32,31	21,00	20,00	20,00	18,50	19,00	21,00
MÉDIA ESTADUAL $(\Sigma p_j v_{j/k} \div \Sigma v_{j/k})$	NCr$	18,89	18,03	17,59	16,53	18 04	18,91

PROJETO III
MINAS GERAIS — GOIÁS
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr$/15 kg ($p_j$)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	vjk	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Minas Gerais	75,81	19,35	19,12	18,66	18,66	18,72	19,30
Goiás	24,19	17,53	17,37	16,75	17,05	17,72	16,68
MÉDIA DOS ESTADOS $(\Sigma p_j v_{j/k} : \Sigma v_{j/k})$	NCr$	18,91	18,70	18,20	18,08	18,48	18,67

MINAS GERAIS (*)
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr$/15 kg ($p_j$)

ZONAS FISIOGRÁFICAS	vj/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Médio Jequitinhonha	5,57	23,00	21,00	20,00	19,50	21,00	20,50
Mucuri	7,73	20,50	21,00	20,50	20,00	19,50	20,50
Rio Dôce	11,76	19,00	19,50	19,50	19,50	19,50	20,50
Mata	9,86	18,50	18,00	18,00	18,00	18,00	18,50
Alto Jequitinhonha	1,07	20,50	21,50	19,50	19,50	18,50	21,00
Itacambira	1,97	21,00	20,50	20,00	22,00	20,50	22,00
Metal Urgica	6,60	20,50	20,00	19,00	18,00	19,00	19,50
Campos das Vertentes	4,23	18,00	17,50	18,00	18,00	19,50	19,00
Sul	13,13	18,50	19,00	18,50	18,00	18,00	18,50
Alto Médio São Francisco	3,17	20,00	19,00	16,50	15,50	18,00	20,00
Montes Claros	3,98	19,00	19,50	19,00	19,00	18,50	19,00
Alto São Francisco	9,45	18,50	19,00	18,50	18,50	19,00	19,50
Paracatu	3,06	17,00	17,00	16,50	17,50	16,00	17,50
Alto Paranaíba	6,88	19,50	18,00	18,00	17,50	17,50	17,50
Triângulo	11,54	19,50	18,50	18,00	17,50	18,50	19,00
MÉDIA ESTADUAL $(\Sigma p_j v_{j/k} : \Sigma v_{j/k})$	NCr$	19,35	19,12	18,66	18,41	18,72	19,30

(+) Coleta do Departamento de Estudos Rurais, da Secretária de Agricultura do Estado.

GOIÁS
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr$/15 kg ($p_j$)

ZONAS FISIOGRÁFICAS	vj/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Norte Goiano	11,26	14,68	15,05	14,62	14,24	15,37	14,44
Meia Ponte	10,79	18,06	16,99	16,69	16,41	16,56	17,87
Ipameri	15,38	20,05	19,25	17,80	20,11	21,45	16,07
Planalto	5,07	15,62	15,16	15,14	14,50	16,04	15,63
Alto Tocantins	6,87	20,00	20,00	20,00	21,00	21,00	21,50
Rio Verde	14,67	18,28	17,73	17,19	16,64	16,22	16,67
Mato Grosso de Goiás	24,96	16,30	16,95	16,27	16,39	17,31	16,44
MÉDIA ESTADUAL $(\Sigma p_j v_{j/k} : \Sigma v_{j/k})$	NCr$	17,53	17,37	16,75	17,05	17,72	16,68

Centro de Pesquisas sôbre fibras duras

A criação de um Centro Internacional de Pesquisas sôbre Fibras Duras — cujo funcionamento poderia inspirar-se no do Secretariado Internacional da Lã ou no Instituto Internacional do Algodão — foi proposto pelo Grupo Consultivo de Trabalho de Pesquisa sôbre as Fibras Duras, que acaba de encerrar sua sessão no escritório central da FAO em Roma.

O referido Grupo de Trabalho — composto de representantes de onze países: Bélgica, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Honduras, Quênia, México, Países Baixos, Reino Unido, República Federal da Alemanha e Tanzânia — acredita que os problemas da economia mundial das fibras duras só podem ser resolvidos através de um "programa-impacto" de pesquisa.

Segundo o Grupo, tais problemas decorrem principalmente do desenvolvimento insuficiente da demanda nos últimos anos, e a solução mais eficaz seria reduzir os custos de produção, propiciar a criação de novos mercados para tais fibras (sisal, abacá, agave, etc) e manter os atuais escoamentos ante a concorrência dos produtos sintéticos.

O Grupo de Trabalho prevê que as perspectivas a longo prazo para as fibras duras são pouco animadoras, a menos que providências sejam tomadas imediatamente para fomentar a criação de mercados através de um programa coordenado de pesquisa, em plano internacional.

O "Centro Internacional", ora proposto, seria encarregado de organizar a pesquisa sôbre as utilizações finais das fibras duras, os mercados e a agronomia, assim como a promoção comercial destas fibras através, principalmente, da publicidade. O Centro teria caráter internacional e poderia trabalhar segundo as diretrizes do Grupo de Estudos sôbre Fibras Duras, assegurando, dêste modo, sua coordenação.

O relatório do Grupo de Trabalho propôs que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) forneça recursos para estudar-se a viabilidade de criação da entidade

AGRICULTURA NA GUANABARA

OLERÍCOLAS

Janeiro — Mês impróprio para atividades olerícolas, poucas são as espécies que podem ser plantadas ou semeadas, devido ao forte calor e a intensidade pluviométrica.

Das olerícolas apenas a bertalha, a mostarda e alface-de-verão são semeadas.

Fevereiro — Durante êsse mês iniciam-se os trabalhos para formação de sementeiras e viveiros, que recebem no mês de março as sementes.

São semeados nêste mês a alface-de-verão, mostarda, bertalha e salsa.

Os trabalhos de reforma das latadas de chuchu, são iniciados, preparando-se o terreno com arações profundas.

FRUTICOLAS

Janeiro — Nêste mês procede-se à enxertia de plantas cítricas, bem como a poda de formação das mudas. Fim da estação e do plantio de mudas de bananeiras.

Durante êsse mês iniciam-se a colheita da jaboticaba.

Prossegue a colheita de abacaxi, manga, maracujá e sapoti, terminando a colheita da uva.

Fevereiro — Os pomares devem ser roçados, coroando-se os pés das árvores. Inicia-se a colheita do abacate, fruta-de-conde e goiaba. Colhe-se ainda: banana, caju, maracujá, figo e sapoti. Fim da colheita da manga e do abacaxi.

Observação: Os calendários olerícola e fruticola foram baseados em notas do Eng. Agrônomo Eduardo Hugo Frota.

SUBDESENVOLVIMENTO E QUADROS HUMANOS

Fábio Luz Filho

Ao discorremos sôbre o tema acima, não poderíamos deixar de fazer uma referência de saudade, emoção e respeito à memória de *Arthur Torres Filho*, a cujos elevados méritos devemos o apoio que sempre nos deu, total e sem vacilações, no combate, que iniciamos em 1926, contra os falsos "bancos populares", que se atribuiam gratuitamente, as características dos Bancos Luzzatti italianos, de tão bela tradição. E à sua confiança no cooperativismo devemos a nomeação da *Comissão* (Luciano Pereira, *José Saturnino Britto* e *Adolfo Gredilha*), que elaborou a ótima lei 22.239, de 19 de dezembro de 1932, nossa colaboração foi indireta, sobretudo no que tange às cooperativas escolares, a qual foi a terceira lei verdadeiramente orgânica surgida na América Latina, e a qual *Domingos Bórea*, o grande técnico e economista rural argentino, autor de um dos maiores tratados sôbre cooperativismo escritos neste continente, classificou de excelente. Hoje a 22.239 está revogada. O ministro Lira Castro prestigiou-a. Além da redação final que deu à lei 22.239, *Adolfo Gredilha* elaborou ótimos estatutos-modelos para cooperativas, três tipos fundamentais, e para sindicatos agrícolas, estatutos êsses a que obedecem, até hoje, com variantes, as cooperativas brasileiras de todos os tipos. Com adaptações, incluímo-las nas cinco edições que tiveram as "*Instruções para organização de sociedades cooperativas*" (tiragem global de 10.000 exemplares), que elaboramos oficialmente, tendo deixado uma sexta edição, ampliada e refundida, que nunca mais saiu, quando nos aposentamos em 1961.

Para coadjuvar a ação oficial foram surgindo *aos poucos*, no Brasil, entidades particulares inspiradas e mantidas por homens cheios de idealismo sincero. Um dêles foi o "*Centro Nacional de Estudos Cooperativos*" ...... (C.N.E.C.), primeira organização privada, de tipo cultural aparecida no Brasil preposta à difusão da idéia cooperativa, e filiada à *Aliança Cooperativa Internacional*, de Londres. Trabalhou êle intensamente durante quinze anos, sob nossa presidência e a ação dinamizadora de seu incansável Secretário Geral, o ilustre publicista *Vaidiki Moura*. Hoje se encontra êle incorporado à "*Aliança Brasileira de Cooperativas*", fundada em 1964, nela continuando a tarefa de divulgação através de "*Arco-Iris*", a conceituada revista que o C.N.E.C. com enormes sacrifícios conseguiu manter durante tôda a sua existência, sempre num alto nível publicitário, considerada uma das melhores, quiçá a melhor, da América Latina. (Hoje a publicidade está a cargo da capacidade de um técnico do gabarito de *Waldirio Bulgarelli*, de vez que a *ABCOOP* se transferiu para São Paulo, deixando, assim, *Vaidiki Moura* de orientá-la). Como o C.N.E.C., tem a ABCOOP área nacional.

A *União Nacional das Associações Cooperativas* .... (UNASCO) também mantém uma revista de divulgação e alguns *Departamentos de Cooperativismo* estão voltando a manter revistas especializadas, etc.

Bruno Pedro Andreucci dirige com proficiência em São Paulo a *Escola Livre de Cooperativismo*. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul é conhecida a ação meritória das respectivas "Escolas de Cooperativismo", com seus cursos anuais, inclusive para o cooperativismo escolar, mantidos pelo prestigioso Departamento de Assistência ao Cooperativismo de São Paulo e pela operosa e capaz equipe do Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Rio Grande do Sul. E outros cursos estão surgindo.

Em março de 1964 fundou-se em São Paulo o "Instituto Superior de Pesquisas e Estudos Cooperativos". Pelos intelectuais de valor e competentes técnicos que estão à sua frente, surge como um órgão de prol a suplementar a ação oficial, em tantos casos precária no domínio cultural. Dêle participam, dentre outros, a ilustre professôra universitária, *Diva Benevides Pinho*, que já nos brindou com excelentes livros sôbre Cooperativismo e Desenvolvimento Econômico, e *Waldirio Bulgarelli*, conhecido por sua valiosa contribuição ao estudo da legislação

cooperativa brasileira e estudos de direito comparado. Entre outros, dêle também participa *Carlos Pinho*, autor de uma bela tese sôbre cooperativas escolares. Vê-se que o panorama se está modificando, felizmente, lentamente mas continuamente.

Guilherme King já dizia, em 1830, que o primeiro e o último passos para conduzir o cooperativismo a um bom fim, é combater por todos os meios a ignorância.

Eugênio Gudin, num de seus candentes artigos de crítica econômica, disse bem que a escassez de *quadros humanos*: engenheiros, operários, professores, enfermeiros, etc., torna impraticável uma "arrancada" (*take-off*) capaz de safar qualquer nação do subdesenvolvimento. A isso, em *"As cooperativas e os problemas da terra"* (1966) aludimos, longamente, como já o havíamos feito em *"Rumo à Terra"*, desde a sua primeira edição (hoje em quinta edição), e em outros livros de nossa lavra.

Realmente há, nos países subdesenvolvidos, a imperiosa necessidade da formação dêsses *"quadros humanos"*, para asseguração de um *status* de auto-suficiência, ou de *take-off*.

Diz *Felipe Carrera*, na grande revista da Universidade da Venezuela (96-97) denominada "Cultura Universitária", que *Alfredo Sauvy* já acentuou que, se existem muitos países pobres e com aparência de excesso de população, de desemprêgo e de miséria, é porque seus recursos são mal explorados, sem nenhuma consideração para com a técnologia moderna, pela não — formação — daqueles "quadros humanos".

Em 1963, diz ainda êle, no *Congresso Mundial da Alimentação*, realizado em Washington, foi acentuado, com veemência, que o estado atual da ciência agronômica e da nutrição permite eliminar a fome no mundo. No entanto, a Índia continua com os seus Centros de *"Family Planning"*, que utilizam em grande escala meios anticoncepcionais, etc. Êsses órgãos, disso encarregados, são uns 15.000. Outros 15.000 distribuem gratuitamente anticoncepcionais, etc. Já houve a esterilização espontânea de uns 2 milhões de homens!

Para que se aquilate do caráter explosivo do problema, basta dizer que a média de filhos por mulher, na Índia, é de 7, não sendo incomuns casos de 14 filhos! A população atual da Índia é de mais de 300 milhões de pessoas, cujo crescimento é vertiginoso!

Em todo êsse quadro sombrio, não haverá necessidade de considerar que, para a doutrina cooperativa, a economia não deve continuar a ser dominada pelas duas premissas básicas do vigente sistema econômico: o móvel do lucro e o princípio do laisser-faire? Embora, atualmente, pela pressão explosiva dos fatos, já estejam sendo cepilhadas em algumas de suas arestas mais aculeadas... Há esperanças...

Acadêmicos de Agronomia querem oferecer mais bôlsas de estudo

Uma Comissão de acadêmicos da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, estêve dia 28 de julho último em visita à Sociedade Paulista de Agronomia a fim de expor à diretoria dessa entidade os planos das campanhas que vêm desenvolvendo, uma em favor de bôlsas de estudos para estudantes daquela escola e outra contra a proliferação indiscriminada de escolas de agronomia no País.

A Comissão integrada pelos acadêmicos Antônio Carlos de Mendes Thame, Presidente do Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz"; Walter Politano, Diretor-Secretário do Fundo Assistencial Banco Agronômico "Luiz de Queiroz"; Allomar Gabriel da Silva, Diretor da revista "Solo", editada pelo CALQ e Luiz Carlos Freitas foi recebida pela Diretoria da SPA, durante sua reunião semanal. Nessa oportunidade, os acadêmicos fizeram uma exposição sôbre ambos os casos, solicitando o apoio da entidade que os recebia.

Falando sôbre o FABALQ o acadêmico Walter Politano referiu-se à finalidade dêsse departamento do "Centro", que é propiciar bôlsas de estudos, reembolsáveis, aos acadêmicos necessitados, daquela Escola. Salientou ainda que em 1969, foram distribuídas 37 bôlsas, num total de NCr$ 13.760,00, mas que muitas outras solicitações estão sem poderem ser atendidas por falta de recursos. Foi, então, solicitada a cooperação da SPA no sentido de que se intensifique a campanha para obtenção do numerário com que o "Fundo" possa atender a maior número de estudantes necessitados, tendo sido sugerida a idéia de que os engenheiros agrônomos doem mensalmente um dia de seu trabalho àquele departamento.

Com referência à criação de novos estabelecimentos de ensino agrícola, pediram que a SPA os apoie para que se consiga uma união de esforços, visando a impedir a criação de escolas sem que sejam feitos prèviamente estudos de mercado de trabalho e da situação geo-econômica das regiões que pleiteam tais estabelecimentos.

Ficou acertado que a SPA daria o seu apoio às duas campanhas que estão sendo levadas a efeito pelos estudantes de Piracicaba, sob o patrocínio do CALQ.

A LEI DE SEMENTES E SUA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

O Prof. A. S. Carter, consultor da Universidade Estadual do Mississipi (contratado pela USAID), pronunciou na Sociedade Nacional de Agricultura, a 30 de junho último, uma conferência versando o assunto acima.

O conferencista falou em inglês, sendo a sua palestra traduzida no momento, por uma funcionária da Embaixada dos Estados Unidos.

Posteriormente, enviou-nos SS. um resumo escrito do que foi dito na ocasião, e é êste o texto que inserimos a seguir, em tradução do nosso ilustre companheiro Engenheiro-Agrônomo Luiz Guimarães Júnior:

"É, para mim, realmente, um grande prazer, estar hoje aqui para discutir convosco certos assuntos que considero de magna importância para o Brasil.

Uma vez que estaremos a lidar, em parte, com o cumprimento rigoroso da Lei, gostaria de contar-vos uma história e talvez, por êsse intermédio, procurar achar se tendes frequentado a Igreja ùltimamente.

Certo indivíduo tinha um sério compromisso, bem no centro de uma grande cidade. Êle rodou seu carro, pra-qui, prá-li, indefinidamente, sem encontrar um local em que pudesse estacionar.

Finalmente, em desespêro de causa, parou ilegalmente junto a um hidrante, porém, deixou um bilhete no para-brisa dizendo:

"Tenho um encontro a que não posso faltar. Andei em tôrno do quarteirão dez vêzes sem quo encontrasse um lugar para estacionar. Se eu não comparecer a êsse encontro perderei muito dinheiro. Perdoe-nos a transgressão". Quando êle voltou, encontrou no mesmo lugar que havia deixado o bilhete, um aviso de multa e o seguinte recado: Sou o encarregado da fiscalização de estacionamento dêste quarteirão durante vinte anos. Se eu não o multar, perderei meu emprêgo. Livrai-me das tentações."

Especialistas em assuntos de estatística das populações dizem-nos que a população do mundo dobrará, em número, no ano 2.000. Nada existe que se possa fazer no planejamento das famílias ou por outros meios que se consiga evitar que isto aconteça nos próximos trinta anos. Depois disso alguma coisa será feita, talvez.

Essa população adicional, vossos filhos e netos terão que alimentar. Dêsse modo, a agricultura brasileira não será apenas para o Brasil, mas, para a humanidade. Poderá ela, a população adicional, ser alimentada? Deverá ser, até que o crescimento populacional seja diminuido e então continue a ser alimentado.

O Brasil é conhecido no mundo como país de grandes recursos naturais. Assim, se tivermos que enfrentar o problema, devemos mobilizar essas fontes para benefício do povo — de todo o povo. Não necessitamos apenas de alimentos, carecemos de melhor vida na terra. Uma agricultura mais eficiente produzirá maior volume de alimentos e matérias-primas, facilitando o trabalho do povo nas indústrias.

Uma indústria mais eficiente fabricará e distribuirá maior número de coisas que o povo necessita e deseja. Maior número de objetos e serviços satisfarão às necessidades e carências, o que quer dizer, um melhor padrão de vida. Existirá algum pai ou alguma mãe que não gostaria de deixar seus filhos em melhor situação do que a que êles próprios se encontram? Com melhor padrão de vida do que a dêles?

Vamos examinar como isto aconteceu em meu país, os Estados Unidos.

Quando obtivemos nossa independência, cêrca de 200 anos passados, 5% da população viviam nas cidades e 95% nas fazendas. Eram precisos 95% da população para alimentarem a si próprios e aos 5% das cidades.

Atualmente muito menos do que 5% trabalham no meio rural para sua subsistência e produzem tanto alimento e tanta matéria-prima, que os excedentes se tornaram um sério problema político, como os senhores sabem.

Mas, não pode haver dúvidas, a Agricultura é a base de tudo isto. E continuará a ser.

A agricultura aperfeiçoada e eficiente requer muitas coisas. Requer maquinária aperfeiçoada para produção, colheita e beneficiamento dos produtos agrícolas. Requer bons fertilizantes. Envolve também a criação de animais selecionados e práticas de alimentação racionais e muita coisa mais.

Boas sementes de variedades selecionadas devem ser colocadas no tope da lista dos insumos que são necessários para uma eficiente agricultura. Uma boa variedade, por exemplo, deve corresponder eficientemente aos efeitos dos fertilizantes, de sorte a que seu crescimento se proceda de tal modo que as máquinas aperfeiçoadas possam fazer a colheita; do contrário, quer as sementes, quer os adubos, serão aplicados em pura perda.

Embora o custo da semente possa representar apenas 1 a 3% dos elementos empregados para a obtenção da safra, é bem possível que seja o mais importante de todos.

Nessas condições, os senhores dirão: Vamos produzir boas sementes. Naturalmente devemos produzir boas sementes em quantidade.

Algumas sementes boas já estão sendo produzidas no Brasil, atualmente. Porém, não suficiente e nem tão boas como seria de desejar, pois nós nunca estamos plenamente satisfeitos e nem devemos estar. Mas, vamos não ficar aqui em matéria de produção, vamos lançar um golpe de vista sôbre a distribuição das sementes, por um momento.

Atualmente, ninguém pode vender sementes de qualquer qualidade e fazer falsa propaganda para elas sem perigo de alguma impugnação. Qualquer um pode, se quizer, apresentar sementes certificadas uma vez que não existe ainda, no Brasil, o certificado oficial. Isto, porém, se modificará completamente uma vez quo a Lei de Sementes no País, estiver em plena vigência. Vamos dar um ou dois exemplos. Existe um tipo de capim forrageiro no Brasil que possue cerca de 2 milhões de sementes por quilo, e, estou informado que pode ser escolmado em 95% ou mais para obtenção de sementes puras. É comumente vendido no País contendo apenas 1 a 2% de sementes puras. Isto é um fato comprovado por inúmeras experiências de laboratório.

Ora, se eu tivesse de adquirir essas sementes, iria pagar mais ao que duas vêzes o correspondente a 1% em comparação com as de 2% de sementes puras, por quilo.

Quer isto dizer que eu deixaria de pagar essa diferença se a semente fôsse corretamente tabelada, sabendo-se, portanto, o que se estava comprando.

Porém, não esqueçamos que, no momento, não se exige que as sementes sejam tabeladas ou certificadas, e se eu tiver de comprá-las, o farei como um cego: no escuro.

Vamos comparar essas sementes de 3% de pureza com sementes similares com 95% de pureza.

Se eu adquirir um lote, de sementes com 3% de pureza, necessitarei de pagar mais 30 sacos, mais 30 vêzes de frete e de manuseio, mais 30 vêzes de comissão, encher 30 vêzes mais etiquetas, etc.

Sementes ruins são um mau negócio mesmo que venha etiquetadas. O que representam, pois, os objetivos de uma campanha de melhoramento de sementes para o Brasil" Tornar possível aos lavradores brasileiros que desejarem, adquirir sementes de valor comprovado, portadores de etiquetas em que se especifiquem suas qualidades. A falsa propaganda e os reclamos enganosos deverão ser eliminados.

Como devemos esperar que isto se realize? O primeiro passo será uma Lei que regule o assunto, aliás, como já possuimos. Os regulamentos e os trâmites administrativos já foram adotados, de maneira a fazer cumprir a Lei.

O Brasil possue muitos e bons laboratórios para verificar as qualidades das sementes. Assim, como vêem, já chegamos na ocasião de dar início à implementação da Lei, e êste é um dos motivos porque aqui me encontro.

Deve-se ter em mente que a obrigação legal que determina o emprêgo da etiquêta se aplica apenas às sementes comerciais. O fazendeiro pode continuar a plantar sua própria semente, se assim o desejar, a menos que esteja convencido de que as sementes comercializadas sejam melhores.

Sementes comerciais, de acôrdo com a Lei, são aquelas postas a venda ou vendidas para fins de plantios, por intermédio de agentes de vendas particulares, por agências governamentais do ramo, por cooperativas — ou qualquer pessôa — exceto o lavrador na sua propriedade.

Quando estiver implantada a Lei de Sementes, todos àqueles a ela sujeitos, só poderão vender sementes que forem submetidas a estudos de laboratório e etiquetadas de acôrdo com suas qualidades.

No momento só ouvimos falar a respeito de quantos sacos de sementes foram distribuídos em certos Estados, durante certos períodos. Desejamos modificar tudo isto, e espero que no futuro ouviremos falar da quantidade de certos tipos de sementes distribuídas de tais ou quais variedades.

A etiquêta tornar-se-á a base da Lei de Sementes. Ela dará ao provável comprador a necessária informação a fim de que êle possa fazer uma inteligente aquisição. Ela indicará a qualidade, a variedade e a percentagem de pureza (o conteúdo do saco que corresponde a qualidade a variedade inscrita na etiquêta), a percentagem de germinação, origem, pêso líquido, etc.

Nessa altura, devemos perguntar a respeito dos efeitos da literatura nas compras.

Suponhamos que o futuro comprador não saiba ler; o que acontece?

Gostaria de dizer-vos algo a respeito do meu respeitável avô, inglês de nascimento e que veio para os Estados Unidos quando tinha nove anos de idade. Logo após sua família haver se instalado no país, seus pais morreram e êle se tornou um empregado de fazenda. O resultado foi que êle aprendeu a ler e escrever seu nome depois de já haver se casado.

No entanto, meu avô teve grande sucesso como fazendeiro e durante vários anos antes de sua morte êle distribuía para cada um de seus oito filhos vivos, mil dólares pelo Natal, na época em que um dólar era realmente um dólar! Aqueles que não sabem ler podem lidar com dinheiro e geralmente possuem amigos e

parentes que o sabem. Não saber ler — não quer dizer falta de inteligência.

Contudo, a simples presença de uma etiquêta não representa que as sementes sejam de alta qualidade — a etiquêta deve ser lida e compreendida. Entretanto a Lei de Sementes brasileira estabelece certas qualidades-padrão abaixo das quais as sementes não podem ser negociadas.

E convém lembrar que a Lei proibe qualificações mentirosas e falsa propaganda. Isto implica em que a Lei deve ser cumprida.

Os fiscais dessa legislação nem sempre são pessoas das mais populares da região. Seja-me permitido citar uma jovem que regressou a casa em visita, após passar algum tempo fora. Ela começou a passear pela redondeza, até que se encontrou às margens do Reservatório, nos confins da cidade. O dia estava muito quente. Viu-se ela tentada a dar uns bons mergulhos, e, após dar um golpe de vista em tôrno do local, e observando que ninguém a espreitava, ela caminhou até junto de uns arbustos, escondendo-se, retirou as roupas e já ia se lançar no lago quando um policial surgiu de trás de uma moita e disse-lhe: "Lamento muito minha Senhora, mas é proibido nadar no Reservatório da cidade."

"Porque o Sr. não me disse isto antes de eu tirar a roupa."

"Por que não há lei nenhuma que proiba tirar a roupa, respondeu-lhe."

Estou informado de que é muito fácil conseguir-se a aprovação de uma lei no Brasil. Porém, leis e regulamentos são apenas pedaços de papel até que sejam postos em execução. Os inspetores são designados para verificar oficialmente as amostras de tôdas as sementes que estão sujeitas à determinações da lei. As sementes serão submetidas a exames, descritas e o resultado publicado. Quando se executa um trabalho eficiente de fiscalização, a etiquêta deixa de ser pedaço de papel para se transformar em verdadeira descrição das sementes.

A Lei de Sementes é uma lei do Código Criminal. Ela prescreve penalidades para aquelas que a violarem. Significará isto, pois, que devemos multar o povo e botá-lo na cadeia imediatamente? Não. Torna-se necessário antes fazer-se um trabalho de educação neste sentido.

Porque: se o povo acredita na necessidade de uma lei; se sabe que sua aplicação atinge a todos igualmente; se sabe exatamente como cumpri-la, pode-se dizer que já se conseguiu uma grande colaboração voluntária. Isto é fato comprovado.

Eu próprio já dei inicio ao cumprimento de três novas leis e posso garantir a eficácia dêste método.

Queremos o inspetor para educar e informar; para dizer ao povo, com o qual tenha contato, que existe uma lei, como para cumpri-la com exatidão; como procurar um serviço de amostragem para obter informações sôbre a etiquêta, e como enviá-la com exatidão, como interpretar os resultados de um exame de laboratório, como registrar a informação na etiquêta, onde conseguir etiquetas em branco, e como reetiquetar as sementes quando expirar o prazo do exame de germinação.

Se se fizer um bom trabalho educativo como ficou dito, teremos como resultado uma grande colaboração voluntária e se assim procedermos na amostragem, no relatório dos exames de laboratório, nós podemos destacar e identificar aquêles 1 e 2 % daquêles vendedores que não querem cumprir a lei. Há sempre alguns poucos individuos que têm de aprender a duras penas.

Recomenda-se que as penalidades máximas sòmente sejam aplicadas em casos de flagrante repetição de violação, grave negligência ou fraude; nesses casos a penalidade é necessária e deve ser aplicada com firmeza.

Isto tudo quer dizer, naturalmente, que a chave de todo o esquema é o inspetor.

Êle deve ser:

1 — Cidadão de absoluta integridade.
2 — Servidor público dedicado.
3 — Bem pago e bem tratado.
4 — Que saiba educar e informar com a necessária paciência.
5 — Capaz de estimular seu próprio entusiasmo mesmo quando afastado de sua séde.
6 — Uma pessoa amiga e atenciosa.
7 — De firme personalidade — tão firme quanto necessário para o exato cumprimento do dever.

Não pode ser arrogante e se apresentar exagerando sua própria importância.

Poder-se-á encontrar êsse homem? Êle deve ser procurado, contratado, treinado, suprido do material necessário, assim como de meios de locomoção. Sem meios de locomoção êle nunca poderá cumprir sua tarefa de acôrdo com as necessidades do povo brasileiro.

Tenho despendido muitos anos — 31, de fato — administrando leis agricolas. Surgiram-me êsses cabelos brancos (e podeis acrescentar com propriedade que perdi um bocado dêles), nesse mister.

Em verdade, posso dizer-vos hoje que êsse programa funcionará plenamente se se aproximar do que vimos delineando.

Isto funcionará com grande êxito porque ao mesmo tempo que falamos a respeito de sementes estamos em contato com o povo, e o povo é mais ou menos o mesmo em tôda parte. Alguns dizem que os brasileiros são diferentes. Podem ser diferentes mas no fim tudo é igual. E a implementação da lei há de realizar-se e se realizará.

Vamos fazer uma revisão do que foi dito.

Primeiramente o vendedor prepara amostras de seu lote ou seus lotes de sementes e envia-as para exames.

Com isto êle eliminará os lotes imprestáveis. Providenciará a aquisição de etiquetas que preencherá, fazendo a descrição das sementes e as colocará nos sacos.

O inspetor retirará amostras de todos os lotes de sementes que encontrar e as envia ao Laboratório do Estado. As amostras podem alcançar ou não o padrão minimo estabelecido. Nesse caso ou ela será aprovada normalmente ou será desclassificada de acôrdo com a inspeção. A venda de sementes abaixo do padrão ou de sementes sem etiquetas ou

de etiquetas que não correspondam com a realidade, será cessada e a violação será corrigida com nova etiquêta se fôr o caso, permitindo-se que sejam aproveitadas na alimentação em geral ou em caso de haver perigo de envenenamento, devem ser queimadas ou enterradas.

Os resultados dos exames de laboratório das sementes certificadas deverão ser publicados e cada produtor de sementes que se destacar no cumprimento da legislação será apontado na imprensa para que todos tomem conhecimento.

O que vimos expondo, portanto, diz respeito especialmente à implementação da lei pelas Secretarias com relação às sementes oferecidas a venda dentro do Estado. Todavia, há dois outros aspéctos da Lei brasileira de sementes, que devem ser mencionados. O Ministério da Agricultura é o responsável pela inspeção de tôdas as sementes importadas de outros paises.

Algumas exigências já foram estabelecidas para que as sementes possam ser importadas.

O Ministério é também responsável pelo comércio de sementes entre os próprios Estados. Isto se torna necessário uma vez que a legislação de um Estado não vigora no outro. Se o inspetor estadual encontrar sementes falsificadas que vierem de outro Estado, êle deve comunicar ao representante do Ministério da Agricultura informando o número de sacos, via de transporte, exames eralizados, etc., o qual notificará ou multará o exportador das sementes que violou a lei.

A implementação da Lei de Sementes faz parte de um programa global de melhoramento, mas não é tudo.

Os fazendeiros precisam ser educados para melhorar seus conhecimentos. Como as máquinas de colher substituem velhos métodos, podem, daí, resultar sérios prejuizos, sendo, no caso, necessária melhor educação e maior vigilância. A demanda de boas sementes cada vez cresce mais, sendo, pois, conveniente melhorar os processos de plantio. As condições atmosféricas na maior parte do Brasil, em que se encontram altas temperaturas ao lado de altos graus de umidade, tornam indispensáveis que a maior parte das sementes sejam artificialmente ressecadas e o aumento da capacidade de ressecamento se constitue em pesada tarefa.

Por outro lado, os compradores de sementes também precisam ser educados para melhor compreenderem sua missão, — outra grande tarefa. Tonra-se necessária a cooperação de tôdas as agências para a colimação dêste trabalho educativo.

Devemos produzir boas sementes, beneficiá-las, submetê-las a provas de laboratório, etiquetá-las e então colocá-las a venda.

Repito: A VENDA.

Nos Estados Unidos têm-se realizado inúmeros levantamentos no sentido de se determinar se os fazendeiros em geral, adquirem o que realmente êles precisam, em matéria de sementes. Porque o fazendeiro adquire certo tipo de fertilizante, certo tipo de sementes, certos herbicidas e certos tipos de rações para animais. É interessante notar que os resultados estatisticos são todos similares, indepente da mercadoria em jôgo.

Como era de esperar, alguns fazendeiros dizem que obtiveram suas informações do Serviço de Extensão, outros das revistas especializadas, outros dos boletins dos Estações Experimentais e outros ainda, de vizinhos progressistas. PORÉM quase todos os levantamentos revelaram que 80 a 90% das informações obtidas eram oriundas de anúncios dos vendedores.

Estais surpreendidos?

Não deveis estar, porque é a pura verdade e se derdes um pouco de atenção à história, verificareis que é a verdade.

Eu trabalhei no Serviço de Extensão Agricola há muitos anos, na época em que se publicou um levantamento estatístico mostrando que os fazendeiros obtêm cêrca de 80% de suas informações dos próprios vendedores.

Era duro de se acreditar mas, não se podia fugir à realidade dos fatos.

Se a coisa é assim, precisamos educar os vendedores que vivem contando a mesma história e dando as mesmas informações fornecidas pelas Universidades, pelo Serviço de Extensão, etc.

Nos Estados Unidos, nenhuma agência governamental produz ou distribue sementes para fins comerciais. Milhares de firmas particulares realizam êsse trabalho. O agrônomo brasileiro Dr. Carlos Repsold, visitou os Estados Unidos o ano passado, e êle poderá informar a respeito dos serviços prestados pela indústria privada de sementes. O Dr. Repsold poderá ainda informar que tais firmas estão sujeitas à legislação federal e estadual sôbre sementes e que tais leis representam uma proteção contra a competição negligente, irresponsável e desonesta.

E essas firmas particulares não são subsidiadas por nenhuma taxa especial. Ao invés disto, tôdas elas pagam 48% de seus lucros líquidos ao Govêrno Federal, além de outras taxas pesados impostas pelo Govêrno Estadual e pelo Govêrno Municipal.

Além disso, os acionistas dessas empresas voltam a pagar novas taxas sôbre os dividendos recebidos (após 200 dólares de dedução sôbre todos os dividendos recebidos).

Na minha opinião, êste sistema de absoluta liberdade de competição de empresas realiza estupendo trabalho de produção, beneficiamento, educação, financiamento, armazenamento e venda.

Além disso, convém saber que, pelo menos a metade dos fundos aplicados na pesquisa de sementes nos Estados Unidos, provém da própria indústria das sementes.

Para que haja sucesso na industrialização das sementes, cada membro da emprêsa deve dar ênfase à qualidade das mesmas.

Êle não pode competir sòmente na base de preços.

Faz parte da politica do Ministério da Agricultura do Brasil incentivar o desenvolvimento da indústria privada de sementes e procurar retirar de suas dependências a faculdade de produzir e distribuir sementes, logo que a indústria particular possa encarregar-se dêste mister. Ótimo.

Um programa completo de desenvolvimento de preparação de sementes deve incluir a semente certificada. Há muita

confusão sôbre êste ponto no Brasil.

Num sentido universal, semente certificada significa um programa que se destina a aumentar a produção de sementes de novas e eleitas variedades, de sorte a manter-se sua pureza e identidade durante o processo de multiplicação.

A produção de semente certificada deve ser voluntária e não compulsória. Deve ser administrada por agência completamente independente, e de natureza técnica. Deve ser autosuficiente financeiramente após sua instalação, porém pode requerer algum suporte financeiro antes de começar a produzir.

Os Governos não têm condições de desenvolver a produção de semente certificada; nem o Govêrno norte-americano nem o do Brasil, ou outro qualquer.

A lei brasileira de sementes prevê oficialmente a semente certificada no tempo oportuno. Nesse meio tempo vamos concentrar nossas energias na implantação da lei de sementes, conforme o que vimos explanando aqui em linhas gerais. Isto não é tarefa fácil. Existem milhares de pormenores técnicos na solução do problema. Não é fácil, mas, também não é impossível.

Lembre-se que temos a lei, temos laboratórios de sementes, e alguns deles excelentes. Agora precisamos de deslocar as palavras do papel, as quais representam as leis e regulamentos para a vida ativa da implementação e observância.

Carecemos de entusiasmo no Ministério, nas Secretarias de Agricultura dos Estados e por todo o Estado Maior dêsses organismos. E precisamos também do apoio entusiástico de instituições como a Sociedade Nacional de Agricultura. A ela peço o apoio e o auxílio em favor não só de seus próprios membros, como de tôda a população do Brasil.

Ao terminar esta exposição foi-me formulada uma pergunta que traz importantes implicações. A pergunta foi a seguinte: "Uma vez que a lei de sementes trata de pureza, germinação e outros assuntos afins, e,sabendo-se que variedades superiores são de tal importância, não lhe parece que a lei de sementes está incompleta?"

A resposta deve constar de duas partes. Primeiramente deve chamar a atenção para o fato de que a percentagem da qualidade ou tipo e da variedade em causa. Além do mais, está preconizado que, ao lado de cada laboratório de sementes deve existir uma área de terra na qual se verifica a exatidão das qualidades das variedades.

Em certos casos a variedade pode ser conhecida pelo simples exame das sementes. Quando é êsse o caso torna-se muito fácil e deve ser feito pelos funcionários incumbidos da amostragem. As vêzes a variedade pode ser identificada pelo seu modo de agir perante a infecção de doenças, sabido que se trata de variedade resistente a doença. Em outros casos os técnicos em sementes precisam de cultivar a variedade para determina-la. Com essas medidas rigorosas, o comprador terá a necessária proteção na aquisição de suas sementes.

A segunda parte da resposta será naturalmente, que a certificação das sementes é orientada inteiramente no sentido de assegurar a verdadeira identidade da variedade quando se trata de sementes vendidas como, sementes registradas ou certificadas. Dêsse modo, quando estiver em andamento no Brasil um programa genuino de certificação de sementes, os compradores dêsse tipo de sementes estarão protegidos pelo *pedigree*, pela inspeção no campo, nos depósitos e na venda das sacas. Em outras palavras, êles terão a vantagem de serem protegidos por todos os métodos de fiscalização capazes de assegurar-lhes a identidade das variedades.

VII EXPOSIÇÃO REGIONAL DE ANIMAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE

De 16 a 22 de março dêste ano será realizada na sede do próspero Município, de colaboração com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, a Federação de Agricultura e a Prefeitura local, a VII Exposição Regional de Animais.

O certame se desenvolverá durante uma semana, destacando-se no programa os "Rodeios" (4), que serão sem dúvida interessantes atrações do certame.

Gentilmente convidada, esta Revista estará presente.

VALORIZAÇÃO DO AGRÔNOMO

Abordando aspectos relacionados com a valorização e conscientização profissional, o engenheiro-agrônomo Rubens Tellechea Clausell, vice-presidente da Sociedade Paulista de Agronomia, apresentou, como candidato à presidência da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, um programa que, aceito pela maioria, o levou àquele cargo, na recente eleição da FAEAB, realizada em Pôrto Alegre, durante o VI Congresso Brasileiro de Agronomia e I Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos.

Antecedendo o programa, o engenheiro-agrônomo Rubens Tellechea Clausell fêz interessante recapitulação da profissão agronômica, historiando os cursos de agronomia em nosso País. Referiu-se, depois, à nova etapa que agora se inicia com a definição das atribuições do engenheiro-agrônomo pela Resolução n.º 184, do CONFEA — Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Ainda, antes de apresentar seu programa, o presidente eleito da FAEAB, referiu-se à "Década da Agricultura", como está sendo mundialmente denominado o período 1970/80. Será fácil verificar-se o quanto falta a ser realizado, não só nos aspectos profissionais do engenheiro-agrônomo, como no desenvolvimento de nossa agricultura. A implantação de uma tecnologia agrícola que faculte maior densidade econômica à produção rural e o estabelecimento de uma estratégia regional do desenvolvimento agrário.

Quanto ao programa que procurará desenvolver à frente da entidade, afirmou que a primeira tarefa da diretoria da FAEAB deverá ser, daqui por diante, a ampliação do mercado de trabalho para o engenheiro-agrônomo, sem prejuízo da profissão afim, do médico veterinário. A reforma agrária que vem sendo iniciada permitirá o aproveitamento de milhares de agrônomos, o que vai ampliar o seu mercado de trabalho.

Sôbre a conscientização do engenheiro-agrônomo em seu papel de técnico em sua especialidade e, como profissional, que tem deveres para com seus colegas e para com a coletividade, o engenheiro-agrônomo Tellechea desenvolveu suas idéias, entre as quais deu ênfase à de reivindicar-se a ocupação efetiva de todos os cargos onde se faça necessária a presença do técnico em agricultura.

Afirmando que dentro de cada associação deve-se procurar o aprimoramento profissional do engenheiro-agrônomo, preconizou a criação de centro de debates agronômicos em cada entidade, além de outras medidas, entre as quais figura a da criação de delegacias profissionais nos principais núcleos agronômicos.

O programa do nôvo presidente da FAEAB pode ser assim resumido:

1 — Participação efetiva nos grandes problemas nacionais;
2 — Reivindicação de cargos e funções privativas;
3 — Conscientização profissional;
4 — Ampliação do mercado profissional;
5 — Desenvolvimento das Associações;
6 — Criação de uma Câmara Agronômica em cada CREA;
7 — Núcleos ou delegacias em todo o interior;
8 — Melhores salários profissionais e observância da tabela de honorários;
9 — Adaptação dos currículos das escolas de agronomia às condições do mercado de trabalho;
10 — Organização financeira da FAEAB.

BND É AGENTE DO BIRD

O Banco Mundial (BIRD) concedeu 70 milhões de dólares de empréstimos ao Banco do Nordeste do Brasil e ao mesmo tempo, credenciou essa instituição oficial de crédito como seu mais nôvo agente financeiro no Brasil para empréstimos à indústria e à agricultura.

TREINAMENTO DE COLONOS

Vinte e cinco colonos estão sendo treinados em Petrolina para receberem 500 hectares de terra preparada no lado pernambucano do rio São Francisco, dentro do "Projeto Bebedouro". Os ensinamentos que recebem dizem respeito ao manejo de canais de irrigação e cuidado com solos, além de trato com culturas totalmente desconhecidas dêles.

MARACUJÁ PARA A EUROPA

O suco de maracujá produzido em alta escala pela Cooperativa Agrícola de Pindorama, em Alagoas, vai exportar para a Alemanha, onde será a base para industrialização de produtos destinados ao mercado europeu. O produto de Pindorama foi selecionado entre vários outros similares oriundos da Ásia, da África e América.

FINANCIAMENTO PARA AÇÚCAR E ÁLCOOL

A Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo abriu um crédito de .... NCr$ 1.250 mil, com recursos do IBC-GERCA, à Usina Paineiras, de Itapemirim, para aplicação no aumento do índice de produção de açúcar.

Notícias e Informações

PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

O Ministério do Interior vai executar projetos de irrigação acompanhados de ação integrada para o aproveitamento das terras, devendo ser mobilizados cêrca de 150 milhões de cruzeiros novos.

PARAÍBA

O jumento é agora uma nova fonte de riqueza para a Paraíba. Mais 822 animais selecionados, foram vendidos a uma emprêsa mineira, que prepara a carne de jumento para ser exportada — em forma de xarque — para a Argélia, Itália e Japão.

CRISE NA EXPORTAÇÃO DO AÇÚCAR

O ex-presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, afirmou que o Brasil não dispõe atualmente de produção exportável de açúcar e que todo o produto do Estado do Rio destina-se ao consumo externo.

EMPRÉSTIMO DO BID PARA O BRASIL

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, anunciou ao presidente Garrastazu Médici que a diretoria daquele estabelecimento aprovou a concessão de nôvo empréstimo ao Brasil, no valor de 30 milhões 800 mil dólares, por conta do "Fundo para Operações Especiais". A importância será aplicada no programa de eletrificação rural em nove Estados da Federação.

MISSÃO DA FAO E BIRD AJUDA SUDAM

Novos planos de ajuda à SUDAM vão ser postos em execução, tendo chegado a Belém, com tal objetivo uma equipe de técnicos da FAO e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

COMPANHIA DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

A Companhia de Mecanização Agrícola de Pernambuco (COMAPE) já está mandando para o interior (filiais de Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina), os 50 tratores recentemente adquiridos acompanhados de completo conjunto de implementos e as seis motoniveladoras para que entrem em funcionamento de imediato, aproveitando o verão. Os tratores destinam-se a ajudar os agricultores a preparar as suas terras com o que há de mais moderno em tecnologia agrícola disponível no Brasil.

CACAU

Os produtos híbridos de cacau, dos quais depende hoje a renovação da lavoura cacaueira do País, estão sendo largamente produzidos pelo Centro de Pesquisa do Cacau da CEPLAC, na Bahia, através do cruzamento de seleções locais (clones) e seleções importadas do México, Costa Rica, Trinidad, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela.

BRASIL VOLTA A PRODUZIR SÔRO CONTRA A AFTOSA

O sôro contra a febre aftosa volta a ser produzido breve no Brasil numa unidade que está sendo instalada no pôsto de Mateus Leme do Ministério da Agricultura. Os laboratórios deixaram de produzir o medicamento depois que as autoridades ministeriais regulamentaram a fabricação, através de uma portaria considerada muito exigente.

PROJETOS RECEBERAM NCR$ 796 MILHÕES DA SUDENE

O Departamento de Industrialização da SUDENE durante o último mês de agôsto liberou mais de 44 milhões de cruzeiros novos destinados ao financiamento de projetos agropecuários

e industriais, os quais somados aos recursos liberados de 1963 até hoje totalizam investimentos superior a .... NCr$ 796 milhões.

MELHORA DO PLANTEL PECUÁRIO PARANAENSE

Com uma média mensal superior a 100 inseminações artificiais em bovinos, o Departamento de Produção Animal da Secretaria de Agricultura vem intensificando assim o programa avançado de melhoria qualitativa do plantel pecuário paranaense.

AGRICULTURA BAIANA TERÁ AJUDA ALEMÃ

O Govêrno da Alemanha Ocidental participará do programa de desenvolvimento da colonização do Estado da Bahia contribuindo com pessoal técnico e material próprio para aumentar a produção das unidades agrícolas do setor.

EXPORTAÇÕES DE CARNE E PESCADO RENDEM DIVISAS AO BRASIL

As exportações de carne, pescado e seus derivados proporcionaram ao Brasil uma receita de US$ 53 milhões em 1968 e neste ano, apenas no primeiro quadrimestre, já produziram .... US$ 13 milhões.

ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA

O índice do custo de vida no mês de agôsto, segundo dados divulgados em setembro pela Fundação Getúlio Vargas, apresentou um aumento de 1,6%, perfazendo uma alta acumulada no período de janeiro a agôsto de 14,7%, em comparação com os 17,5% em igual período no ano passado.

MÁQUINA PARA TRATAMENTO DE SEMENTES

A primeira máquina para tratamento de sementes selecionadas, no Nordeste, foi adquirida pela Secretaria de Agricultura visando modernizar os métodos adotados até agora pela Divisão de Defesa Sanitária do Departamento de Produção Vegetal.

BRASIL IMPORTA GADO SUECO

Está chegando ao Brasil um nôvo lote de gado sueco branco e prêto, e de gado vermelho sueco, que, na Fazenda Baronesa, do Grupo Axel Johnson, perto de São Paulo, irá contribuir para o apuramento de novas linhagens, já completamente adaptadas ao clima brasileiro, elevando a produção de leite e de carnes no País.

ÍNDIOS NA PRODUÇÃO DE TRIGO

Centenas de índios foram mobilizados para o "Projeto Trigo", no Paraná. Em área de 553 hectares, com uma produção estimada de 10.300 sacos, o trabalho executado já tem prazo para indicar quais os primeiros resultados alcançados: em novembro a FUNAI verá que os 138 mil cruzeiros novos despendidos darão um lucro de 102 mil.

PLANTAS TÓXICAS MATAM GADO BAIANO

Com o objetivo de descobrir quais as plantas tóxicas que vêm matando cêrca de 5% do total do rebanho bovino na Bahia, o Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE firmou convênio com o Instituto Biológico daquele Estado, ficando êste encarregado das pesquisas — com financiamento do órgão de desenvolvimento regional.

UNIÃO DE COOPERATIVAS

As duas maiores entidades cooperativistas do Brasil — a UNASCO e a ABCOOP — que até agora trabalhavam isoladamente, decidiram fundir-se numa única organização, em plano nacional, para definir, orientar e defender o cooperativismo em todo o País.

FINANCIAMENTO FRANCÊS

O Banco francês Credit Lyonais ofereceu ao Consultor Técnico da Presidência do Banco do Brasil, uma linha de crédito no valor de 30 milhões de francos franceses para financiamento, mediante repasse, de máquinas e equipamentos franceses aos importadores brasileiros.

ICM DO CAFÉ

O Banco francês Crèdit de São Paulo, anunciou que destinará ao plano de reorganização da cafeicultura paulista a receita decorrente da arrecadação do ICM sôbre o café estimada em 70 milhões de cruzeiros novos.

COLHEITA DE TRIGO

A previsão para a colheita de trigo, êste ano, é de um milhão e cem mil toneladas, ou seja 900 por cento a mais da produção verificada em 1963, o que representa um dos maiores sucessos do Govêrno no setor da Agricultura, pois aliviará, sensivelmente, as importações brasileiras do trigo.

OVINOS DO SUL PARA O ORIENTE MÉDIO

O banco argentino "Petrol" está transportando para o Oriente Médio 18.000 ovinos em pé, embarcados no pôrto do Rio Grande. O gado ovino, criado nas fazendas gaúchas, está sendo exportado graças à iniciativa de criadores e exportadores rio-grandenses, devendo ser a primeira de uma série de transações a serem efetivadas entre o nosso Estado e os países do Oriente Médio.

QUADRIVACINA PARA BOVINOS

O Instituto Biológico da Bahia, através de seus técnicos descobriu uma nova quadrivacina que poderá imunizar os rebanhos contra a brucelose, carbúnculo sin-

tomático, carbúnculo hemático e gangrena gasosa, com a aplicação de uma só dose.

INDA DISTRIBUI VERBAS A SEIS ESTADOS

Verbas num montante de mais de oitocentos mil cruzeiros novos foram liberados pelo presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrícola.

Os recursos são destinados à prestação de ajuda ao meio rural de seis Estados da Federação: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraná, Piauí e Rio de Janeiro.

AMEAÇADOS 49 PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

Quarenta e nove planos de desenvolvimento em 15 nações da América Latina enfrentam um futuro incerto com a redução dos recursos para a ajuda externa no Congresso dos Estados Unidos.

A Comissão de Assuntos Exteriores da Câmara diminuiu em 145,2 milhões de dólares o total de 482,5 milhões de dólares solicitado pela OEA à administração do Presidente Nixon. A soma aprovada, 337,5 milhões de dólares, representa uma queda de 31,1% sôbre o pedido. Isso afetará todos os países da América Latina, com exceção do México, Haiti e Argentina.

AÇÚCAR

O Instituto do Açúcar e do Álcool está promovendo a vinda de "experts' internacionais em açúcar para que conheçam os problemas da cultura açucareira nacional.

CRISE DE ESTOQUES DE FUMO

Os produtos de fumo da Zona da Mata, em Minas Gerais, estão diante de uma das piores crises, principalmente os dos municípios de Rio Pomba, Ubá, Piraúba, Tocantins e Guarani, onde por falta de comercialização ficaram em poder dos produtores 210.000 quilos de fumo em corda e 90.000 quilos em mãos dos comerciantes, quantidade correspondente às duas últimas safras que ao preço de NCr$ 1,50 por quilo, representa a quantia de NCr$ 450 mil que se encontra imobilizado na região.

PRODUÇAO DE TRIGO

A produção recorde de trigo que o Brasil alcançou êste ano — 1 milhão de toneladas — poderá elevar-se nos próximos 3 anos, tornando o Brasil, auto-suficiente no que diz respeito ao produto.

COLHEITA DE ALGODAO

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos estimou a produção de algodão brasileira para a presente safra em cêrca de 3,3 milhões de fardos — a mesma do ano passado, e sublinhou que a sêca verificada no Sul do Brasil prejudicou sensivelmente, a plantação enquanto as fortes chuvas posteriormente, atrasaram a preparação da terra.

CINQUENTA NOVOS TRATORES PARA O ESTADO DO RIO

Chegaram a Niterói, procedentes da Iugoslávia, os cinqüenta tratores adquiridos pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, de acôrdo com o Plano Estadual de Mecanização Agrícola iniciado há dois anos pelo govêrno fluminense.

VERBAS PARA A PESQUISA DO CACAU

O Govêrno Federal aplicará em 1970, através da CEPLAC, NCr$ 710 mil (710 milhões de cruzeiros antigos) do Fundo do Cacau em projetos de pesquisas e experimentação sôbre cacau e diversificação agropecuária das regiões cacaueiras (Bahia e Espírito Santo) nas estações experimentais do Ministério da Agricultura e em outras áreas localizadas nas regiões produtoras, além do Centro de Pesquisas de Cacau.

IBRA DOA MAIS TERRAS NO PARANA

O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, em colaboração com o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, vai promover, em janeiro próximo, a distribuição de mais cinco mil títulos de propriedade rural entre os trabalhadores do campo, na faixa da fronteira daquele Estado, onde mais de 1.200 contratos já foram registrados.

CONTAINERS PARA SÊMEN

O Conselho Diretor do INDA aprovou Têrmo de Ajuste a ser firmado com o Ministério da Agricultura através do qual serão fornecidos containers (botijões) adequados para conservação de sêmen congelado e entrega de 95 unidades, num valor total de NCr$ 420.014,84, destinadas à revenda pela Equipe Técnica da Fisiopatologia da Reprodução e Inseminação Artificial — ETEFRIA, órgão do Ministério da Agricultura.

RECURSOS PARA ELETRIFICAÇÃO RURAL EM PERNAMBUCO

Convênio sôbre eletrificação rural entre o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e a Companhia de Eletrificação de Pernambuco — CELPE — foi aprovado pela autarquia federal, tendo em vista a execução de obras de eletrificação rural no Município pernambucano de Surubim.

O convênio a ser firmado entre os dois órgãos prevê a concessão por parte do INDA de financiamento no valor de NCr$ 950.333,56, sendo esta oportunidade mais um passo no importante plano de eletrificação rural elaborado pelo INDA para todo o País e que vem se cumprindo gradativamente, conforme as necessidades e possibilidades.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de Setembro/Outubro de 1969.

GOVERNO FEDERAL

AÇÚCAR — Comercialização — Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe.

O Presidente do I.A.A. estabeleceu as cotas mensais de comercialização de açúcar para os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, de acôrdo com o Plano de Defesa da Safra de 1969/70 (MIC--IAA — Ato n.º 37, de 5-9-69 — DO-II de 17-9-69, p. 2.418).

AÇÚCAR — Cotas de Comercialização — Paraíba — Safra de 1969/70

O Presidente do I.A.A. fixou as cotas de açúcar cristal a serem comercializadas, durante o mês de agôsto de 1969, pelas usinas situadas no Estado da Paraíba. Para efeitos fiscais, essa autorização é considerada antecipação de uma parcela do contingente de açúcar cristal a ser comercializado na safra de 1969/70. (MIC-IAA — Ato n.º 27, de 6-8-69 — DO-II de 20-8-69, p. 2.190).

AÇÚCAR — Excedentes — Comunicação

O Presidente do I.A.A. determinou que as usinas situadas nos Estados da Região Centro Sul cuja produção estiver próxima do volume das respectivas cotas oficiais e ainda disponham de matéria-prima para a continuação da moagem, deverão fazer a necessária comunicação ao respectivo Delegado Regional do I.A.A. nas seguintes jurisdições:

DELEGADO REGIONAL EM BELO HORIZONTE — Usinas do Estado de Minas Gerais;

DELEGADO REGIONAL EM CAMPOS — Usinas dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

DELEGADO REGIONAL EM SÃO PAULO — Usinas dos Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso;

DELEGADO REGIONAL EM CURITIBA — Usinas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

Recebida a comunicação, o Delegado Regional do I.A.A. dentro do prazo máximo de 24 horas, autorizará a usina a continuar a moagem das canas, após atingido o volume da cota oficial de produção de açúcar, para o efeito do total aproveitamento de suas disponibilidades de matéria-prima.

Deferida a autorização solicitada pela usina, o Delegado Regional do I.A.A. remeterá, imediatamente, cópia do respectivo expediente à Inspetoria Fiscal Regional, em cuja jurisdição esteja localizada a usina, para as medidas complementares.

Os excedentes individuais, autorizados pelo Delegado Regional do I.A.A. serão fabricados por conta dos saldos das autorizações de produção de açúcar não utilizados no Estado durante a safra de 1969/70, ficando incorporados às disponibilidades destinadas ao suprimento dos centros de consumo de cada área, sujeitas, porém, ao regime de comercialização estabelecido por atos da Presidência do I.A.A., segundo o disposto no art. 21, da Resolução n.º 2.025, de 1969 — ver BLA/69, p. 311 (MIC-IAA — Ato n.º 33, de 21-8-69 — DO-II de 5-9-69, p. 2.302).

AÇÚCAR — Mel Residual — Preços

O Conselho Deliberativo do I.A.A. aprovou as novas tabelas com especificações e preços do mel residual das usinas, que o I.A.A. poderá adquirir para processar em suas destilarias centrais. Também fixou os volumes mínimos de melaço par fins de industrialização (MIC-IAA — Resolução n.º 2.030, de 13-8-69 — DO-II de 28-8-69, p.2.245).

AÇÚCAR — Plano de Defesa da Produção de Álcool — Safra de 1969/70

O Conselho Deliberativo do I.A.A. aprovou o Plano de Defesa da Produção de Álcool na safra de 1969/70, que prevê a repartição entre as destilarias e fixa para o produtor os preços por litro de álcool anidro que lhe fôr entregue para fins carburantes (MIC-IAA — Resolução n.º 2.032, de 22-8-69, DO-II de 12-9-69, p. 2.392).

AÇÚCAR — Produção de Demerara — Safra de 1969/70

O Presidente do I.A.A. fixou os esquemas de produção da açúcar demerara para as usinas de Alagoas e Pernambuco, no total de 12,5 milhões de sacos de 60 quilos brutos. Os contingentes deferidos correspondem ao Plano de Safra de 1969/70 (MIC-IAA — Ato n.º 35, de 22-8-69 — DO-II de 12-9-69, p. 2.391).

AÇÚCAR — Rendimento Industrial

O Presidente do I.A.A. autorizou as Inspetorias Técnicas Regionais a acompanhar, durante a safra em curso, o comportamento do rendimento industrial nas usinas do País. O objetivo é a identificação das causas de eventuais reduções, quando ocorrer (MIC-IAA — Ato n.º 30, de 20-8-69, DO-II de 5-9-69, p. 2.301).

AÇÚCAR — Rendimento Industrial — Levantamento

O I.A.A. atribuiu às Inspetorias Fiscais Regionais das áreas de localização das respectivas usinas, a incumbência de proceder ao levantamento do rendimento industrial médio dos Estados das Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, verificando durante os primeiros 90 dias, contados do início da safra de 1969/70, considerados, para êsse efeito, os períodos de safra decorridos entre 16/6 e 15/9, na Região Centro-Sul, e 1/9 e 30/11, na Região Norte-Nordeste.

Essas disposições não se aplicam às usinas do Estado de São Paulo (MIC-IAA — Ato n.º 39, de 17-9-69 — DO-II — de 6-10-69, p. 2.633).

AÇÚCAR — Rendimento Industrial — São Paulo

O Presidente do I.A.A. incumbiu a Inspetoria Técnica Regional do Estado de São Paulo de proceder ao levantamento do rendimento industrial médio das usinas paulistas durante os primeiros 90 dias, contados do início da safra 1969/70, na Região Centro-Sul. Para isso, será considerado o período de safra decorrido entre 16 de junho e 15 de setembro de 1969 (MIC-IAA — Ato n.º 31, de 21-8-69 — DO-II de 5-9-69, p. 2.301).

AÇÚCAR — Usinas Fluminenses — Suprimento à Guanabara

O Presidente do I.A.A. autorizou as usinas fluminenses "não cooperadas" e a Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool a entregarem às refinarias autônomas da Guanabara as cotas de suprimento a cargo das usinas

legislação agrícola

paulistas, correspondentes ao mês de setembro de 1969.

Para efeitos fiscais, as quotas atribuídas às usinas do Estado do Rio são consideradas antecipações de saída, por conta das quotas de comercialização dos meses seguintes (MIC-IAA — ATO nº 34, de 22-2-69 — DO — II ,de 5-9-69 p. 2.303).

AÇÚCAR — Venda do Melaço

O Presidente do I.A.A. baixou normas para a tramitação das propostas das usinas interessadas na venda de melaço ao I.A.A. As propostas deverão ser encaminhadas diretamente às destilarias centrais, às quais compete a aquisição de matéria-prima destinada à normalidade de seu funcionamento (MIC-IAA — Ato n.º 34, de 22-8-69 — DO-II de 5-39-69, página 2.302).

AGRICULTURA — Emprêgo da Aviação

Fixadas as normas gerais, a serem seguidas pelo Ministério da Agricultura, para implantação da aviação agrícola no País, cujas atividades principais compreendem o emprêgo de defensivos e fertilizantes, semeadura, povoamento de águas e combate a incêndios em campos ou florestas. As emprêsas que se dedicaram a êsse setor terão direito à assistência creditícia dos bancos oficiais e orientação técnica e econômica por parte do Ministério da Agricultura (Decreto-lei n.º 917, de 7-10-69 — DO de 8-10-69, página n.º 8 489).

ARROZ — Taxa de Irrigação — Camaquã

O Ministro do Interior determinou que, durante a safra de arroz do período 1969-70, na região de Camaquã, no Rio Grande do Sul, o beneficiário dos serviços de irrigação pagará........ NC$ 79,37 por hectare de terra irrigada. O fornecimento de água será efetuado mediante convênio entre o DNOCS e os rizicultores interessados no serviço de irrigação (MI-GM — Portaria n.º 296, de 14-8-69 — DO de 21-8-69, página 7.115).

AGRÔNOMOS, Engenheiros e Arquitetos — Anuidades

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia fixou os valôres para as anuidades devidas aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia pelos profissionais, firmas individuais e pessoas jurídicas sob sua jurisdição.

O pagamento das anuidades será feito até 31 de março de cada ano e seus valôres sofrerão um acréscimo de 10%, a título de mora, quando recolhidos fora dêste prazo.

Nos casos de certidões, translados, registros provisórios, registros temporários e protocolo, quando da anotação da substituição de responsabilidade técnica em obras e serviços de engenharia em geral é do profissional ou firma.

Não será permitida a cobrança da Taxa de Protocolo quando os

aros ou serviços a serem prestados pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a criação de quaisquer outros ônus, bem como alteração das denominações e valôres contidos nestas normas (MTPS-CFEAA — Resolução nº 181, de 11-7-69 — DO-II de 26-8-69, página 2.229).

AGRÔNOMOS, Engenheiros e Arquitetos — Habilitação — Registro

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia autorizou os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a procederem ao registro para habilitação profissional dos diplomados por convênios culturais — (MTPS-CFEAA — Resolução nº 180, de 10-7-69 — DO-II de 26-8-69 p. 2.229).

BORRACHA CERNAMBI-RAMA — Similaridade com a Vegetal

O Conselho Nacional da Borracha decidiu incluir a borracha do tipo cernambi-rama nas atuais tabelas de preços de borrachas vegetais. A fixação do preço dêsse produto será efetuada tomando-se por base o último valor correspondente à sua participação nas tabelas oficiais (MIC-CNB — Resolução nº 8, de 11-6-69 — DO de 19-8-69, p. 7.050).

BORRACHA — Equiparação de Preço

O Conselho Nacional da Borracha vegetal, tipo cernambi côcho, ao tipo cernambi-virgem, de acôrdo com suas zonas de produção (MIC-CNB — Resolução nº 11, de 5-9-69 — DO de 16-9-69, p. 7.830).

BORRACHA — Importação — Pagamento da Tormb — Momento da Incidência

O Conselho Nacional da Borracha determinou que o importador do produto ficará obrigado a pagar a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (TORMB) antes do desembaraço da matéria-prima (MICCNB — Resolução nº 15, de 19-9-69 — DO de 29-9-69, p. 8.188).

BORRACHA — Regimento Interno do CNB — Alteração

O Conselho Nacional da Borracha, alterou o item XV do artigo 12 da Resolução nº 1, de 1967, que aprovou o Regimento Interno, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12. ....

XV ....

Parágrafo único. Os contratos celebrados pela Superintendência da Borracha, em decorrência de atos emanados de sua aprovação" (MIC — DO de 10-9-69, p. 7.677).

CAFÉ — Aquisição pelo IBC — Safra 1969-70

A Diretoria do IBC garantiu comprar, através do Banco do Brasil e a partir de 1-10-69 — à opção do vendedor — os cafés das quotas despolpado e comum da safra 1969-70 aos seguintes preços por saca de 60,5 quilos:

Quota comum: NCr$ 94,99 — tipo 6 — melhor bebida Rio-Zona e produzido nas regiões do grupo I. NCr$ 67,70 — tipos 7 e 8 — sem discriminação de bebidas, produzido nas regiões do Grupo II.

Quota despolpado: NCr$ 105,20 — tipo 4 para melhor — produzido em qualquer parte do território nacional (MIC IBC — Resolução nº 475, de 9-9-69 — DO-II de 16-9-69, p. 2.410).

CAFÉ — Cooperativas — Promissórias — Prorrogação

O IBC transferiu para 30-6-79 os vencimentos das promissórias dos representantes das cooperativas de cafeicultores e prorrogou até 30-10-69 a data de recebimento de pedidos previstos nos itens 6 e 2 das normas estabelecidas para o financiamento divulgado através do Comunicado nº 29, de 1969 (MIC-IBC — Comunicado nº 34, de 3-9-69 — DO-II de 12 de setembro de 1969, p. 2.395).

CAFÉ — Exportação — Cambiais — Safra 1969-70

A Diretoria do IBC determinou que as cambiais da exportação dos cafés da safra 1969-70 e anteriores, cujos embarques se realizarem a partir de 1-10-69, serão adquiridas pelo Banco do Brasil e demais Bancos autorizados pelos seguintes preços, por saca de 60,5 quilos brutos de café verde, ou equivalente em café torrado:

Embarques em qualquer pôrto

NCr$ 117,20, por saca, para cafés "despolpados", com as características de tipo de bebida peculiares.

Embarque em qualquer pôrto

NCr$ 117,29, por saca, para cafés "despolpados", com as características de tipo e bebida peculiares.

Embarques em qualquer pôrto

NCr$ 106,30, por saca, para cafés do tipo 6 para melhor, bebida isenta de gôsto "Rio-Zona".

Embarques pelos portos de Paranaguá e Antonino

NCr$ 101,00, por saca para cafés do tipo 6 para melhor bebida isenta de gôsto "Rio Zona".

Embarques pelos portos do Rio de Janeiro e Niterói

NCr$ 85,10, por saca, para cafés do tipo 7/8 para melhor, bebida "Rio-Zona".

Embarques pelos portos de Vitória, Salvador, Recife e Itajaí

NCr$ 77,10 por saca, para cafés do tipo 7/8 para melhor, bebida "Rio-Zona" (MIC-IBC — Resolução nº 476, de 30-9-69 — DO-II de 9-10-69, p. 2.673).

CAFÉ — Exportação — Valôres Cambiais

A Diretoria do IBC estabeleceu os preços mínimos de registro no IBC para as exportações de café verde, em grão ou correspondente em café torrado, conforme os períodos de embarque: até 30-9, de 1-10 a 30-11; e de 1 a 31-12-69. Os preços se referem às safras 1969-70 e anteriores e variam em função dos portos de escoamento do produto. De acôrdo com o mesmo critério, foram fixados os valôres das cambiais representativas da exportação por saca de 60,5 quilos (MIC-IBC — Resolução nº 474, de 9-9-69 — DO-II de 16-9-69, p. 2.409).

CAFÉ — Financiamento do BBC

O IBC comunicou às cooperativas de cafeicultores registradas em sua Divisão de Cooperativismo que estão abertas as operações de financiamento do BBC (MJC-IBC — Comunicado n.º 35, de 12-9-69 — DO- II de 12-9-69, p. 2.396).

CAFÉ — Registros de Exportação — Suspensão

O IBC suspendeu os registros de exportação de café a partir de 1 de outubro de 1969 (MIC-IBC — Aviso s/nº de 10-10-69 — DO-II de 10-10-69, p. 2.683).

CARNE — Abastecimento — Margens de Comercialização — Brasília

O Superintendente da SUNAB autorizou seu Delegado em Brasília a fixar as margens de comercialização para o quilo dos diversos tipos de carne bovina naquela capital (MA-SUNAB — Portaria nº 100, de 7-10-69 — DO-II de 14-10-69, p. 2.699).

Nota da Redação: A autorização foi concedida tendo em vista a Portaria nº 76, de 1969 (ver BLA/69, p. 517).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Margens de Comercilização em Goiás

O Delegado da SUNAB, em Goiás, classificou a carne bovina de consumo naquêle Estado em:
— Carne extra: filé e contrafilé.

— Carne especial: alcatra, coxão mole ou chá-de-dentro e patinho.

— Carne de 1.ª coxão duro e chá-de-fora e lagarto.

— Carne de 2.ª pá ou paleta, lombo e peixinho.

— Carne de 3.ª acém, capa de costela, capa de filé, peito sem osso, palmatória, músculo, fralda ou fraldinha e cupim.

Determinou, outrossim, as margens de comercialização para o quilo do produto:

— 60% sôbre o custo do traseiro para a carne especial.

— 40% sôbre o custo do traseiro para a carne de 1.ª.

— 60% sôbre o custo do dianteiro para a carne de 2.ª.

— 40% sôbre o custo do dianteiro para a carne de 3.ª.

Em razão do percentual acima foi fixado o preço do quilo do produto para o consumidor:

	NCr$
Filé e contrafilé	liberados
Coxão mole ou chá-de-dentro	3,20
Alcatra e patinho	3,20
Coxão duro e lagarto ..	2,80
Pá ou paleta, lombo e peixinho	2,10
Acém, capa de costela, capa de filé, peito sem osso, palmatória, músculo, fralda ou fraldinha e cupim	1,80

Os açougues ficam obrigados a manter carne de dianteiro em quantidade suficiente ao abastecimento e a manter a tabela de preço de carne com letras de, pelo menos, três centímetros (MA-SUNAB — Portaria nº 53, de 30 de setembro de 1969 — DO-II de 8 de outubro de 1969, p. 2.650).

Nota da Redação: O Ato foi baixado em decorrência da autorização do Superintendente da Autarquia, constante da Portaria nº 91, de 1969 (Ver BLA/69, página 661) e da isenção de ICM decretada pelo Govêrno do Estado.

CARNE BOVINA — Abastecimento — Margens de Comercialização em Goiás

O Superintendente da SUNAB autorizou o Delegado Regional do Estado de Goiás a fixar as margens de comercialização dos diversos tipos de carne bovina naquêle Estado, classificados segundo as peculiaridades regionais.

A autorização constitui medida prevista na Portaria nº 76, de 1969 (Ver BLA/69, p. 517), que estabelece princípios gerais para a comercialização do produto no território nacional (MA-SUNAB — Portaria nº 91, de 17-9-69 — DO-II de 25-9-69, nº 2.538).

CASTANHA-DO-BRASIL — Exportação

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil fixou os preços mínimos de venda da Castanha-do-Brasil da safra de 1969, de acôrdo com a seguinte tabela:

CASTANHA COM CASCA

TIPOS	Amêndoas por libra pêso		US$ FOB por libra pêso		
	Nat.	Desid.	Nat.	Desid.	Polida
1 (extra large)	30-35	40-45	0,18	0,23	0,25
1 (large)	35-40	45-50	0,16	0,22	0,24
1 (weak large)	40-45	50-55	0,15	0,21	0,23
2 (extra medium)	45-50	55-60	0,14	0,20	0,22
2 (medium)	48-58	58-68	0,13	0,19	0,21
3 (small)	58 acima	—	0,13	—	—

CASTANHA SEM CASCA

TIPOS	Amêndoas p/libra pêso	US$ FOB p/libra pêso
1A e 2A (tiny)	180-220	0,52
3A (midget)	160-180	0,50
4A (small)	140-160	0,49
5A a 6A (medium)	110-130	0,48
7A (large)	90-110	0,45
8A (chipped)	—	0,43
9A (broken)	—	0,38

(UF-CACEX — comunicado n.º 273, de 25-6-69 — DO — II de 4-7-69, p. 1.743).

legislação agrícola

CRÉDITO RURAL — Aplicações Mínimas — Sistemática

O Diretor do Banco Central do Brasil alterou a sistemática de contrôle das aplicações mínimas dos estabelecimentos bancários nas operações de crédito rural constantes das Resoluções n.ºs 96, de 1967, e 97 de 1968. Estas aplicações, a partir da posição levantada excepcionalmente em 5 de novembro de 1969, estarão relacionadas com a média dos depósitos da seguinte forma:

I — Em 5 de fevereiro, 5 de março e 5 de abril, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de novembro, 5 de dezembro e 31 de dezembro;

II — Em 5 de maio, 5 e 30 de junho, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de fevereiro, 5 de março e 5 de abril;

III — Em 5 de agôsto, 5 de setembro e 5 de outubro, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de maio, 5 e 30 de junho;

IV — Em 5 de novembro, 5 e 31 de dezembro, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de agôsto, 5 de setembro e 5 de outubro. As aferições das aplicações do mínimo obrigatório serão feitas mensalmente.

De acôrdo com a nova sistemática, o item II-8 do mapa n.º 2 passará a indicar a média das exigibilidades do trimestre-base e não o valor do percentual (10% A-41 da data considerada (MF-BCB — Circular n.º 129, de 22 de setembro de 1969 — DO-II de 26 de setembro de 1969, p. 2.549).

Nota da Redação: Foi cancelada a Circular n.º 125, de 1969, mantidos, porém, os mapas números 1 e 2 ou 3 a que ela se refere, feitas as alterações alusivas à substituição do percentual pela média das exigibilidades do trimestre-base.

CRÉDITO RURAL — Cooperativas de Produtores — Serviços Mecanizados.

O Presidente da República modificou dois dispositivos da lei que regulamentou a aplicação do crédito rural (Lei n.º 4.829, de 1965) quanto à modalidade da operação e às garantias oferecidas

O item III do art. 11, da referida Lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Crédito às cooperativas de produtores rurais, como antecipação de recursos para funcionamento e aparelhamento inclusive para integralização de quotas-partes de capital social, destinado a programas de investimento e outras finalidades, prestação de serviços aos cooperados, bem como para financiar êstes, nas mesmas condições estabelecidas para as operações diretas de crédito rural, os trabalhos de custeio, coleta, transportes, estocagem e a comercialização da produção respectiva, e os gastos com melhoramentos de suas propriedades".

O art. 29, também da Lei número 4.829, passa a ter a seguinte redação:

"A critério da entidade financiadora, os bens adquiridos e as culturas custeadas ou formadas por meio de crédito rural poderão ser vinculados ao respectivo instrumento contratual, inclusive título de crédito rural, como garantia especial.

Parágrafo único — Em qualquer caso, os bens e culturas a que se refere êste artigo sòmente poderão ser alienados ou gravados em favor de terceiros mediante concordância expressa da entidade financiadora".

Os benefícios previstos para o crédito rural, de acôrdo com a Lei n.º 4.829, são também extensivos às pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como "produtor rural", dedicam-se à pesquisa e à produção de sementes e mudas melhoradas ou à prestação, em imóveis rurais, de serviços mecanizados de natureza agrícola, inclusive de proteção do solo (Decreto-lei n.º 784, de 25-8-69 — DO de 26-8-69, página 7.237).

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL — Atestados — Veterinário Particular

As repartições do Ministério da Agricultura poderão aceitar, para fins relacionados com a defesa sanitária animal, atestados firmados por médico-veterinário, sem vínculo com o serviço público (Decreto-lei n.º 818, de 5-9-69 — DO de 8-9-69, p. 7.569).

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL — Certificado Fitossanitário

O Secretário-Geral do Ministério da Agricultura tornou obrigatória a apresentação de certificado fitossanitário de trânsito para a entrada, no Estado do Rio de Janeiro, de partes reprodutivas dos seguintes gêneros botânicos: Citrus, Poncirus, Fortunella, Evodia, Melicope Casimiroa e Toddalia (MA-SU — Portaria n.º 241, de 22 de setembro de 1969 — DO de 25-9-69, p. 8.103).

ENGENHEIROS-AGRÔNOMOS — Atribuições

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia fixou as atribuições do Engenheiro-Agrônomo, entre as quais se destacam a Engenharia Rural, defesa sanitária mecanização agrícola, construção de moradias rurais e de estradas de interêsse agrário, pesquisas de matrizes de sementes, mudas e reprodutores vegetais, execução de parques e jardins, floricultura e fruticultura, florestamento e reflorestamento, conservação e renovação de recursos naturais para fins agropecuários e agro-industriais, meteorologia, colonização rural, Economia e Administração Rural (MTPS-CONFEA — Resolução n.º 184, de 29-8-69 — DO-II de 16-9-69, p. 2.407).

EXPLORAÇÃO AGROPASTORIL — Impôsto de Renda — Incentivo

Será concedida redução do impôsto de renda até o limite de 80% do lucro auferido por pessoas físicas cuja atividade consista na exploração agrícola ou pastoril O benefício também se aplica a rendimentos oriundos das indústrias extrativas vegetal e animal, e da transformação dos produtos agrícolas e pecuários quando feita pelo próprio agricultor ou criador bem como da exploração de apicultura, sericultura e piscicultura Para ter direito à redução da tributação, os beneficiários, inclusive parceiros rurais, incluirão na cédula "G" de sua declaração de rendimentos os resultados obtidos por uma das seguintes formas: a) resultado contábil, ou escritural, quando a receita bruta no ano base fôr superior ao limite estabelecido pelo Ministro da Fazenda; b) resultado estimado, quando a receita fôr inferior a êsse limite. Excepcionalmente, no exercício financeiro de 1970, ano-base de 1969, poderá ser facultado àquelas pessoas físicas declararem o resultado de suas operações independentemente de escrituração.

As emprêsas constituídas nos próximos dez anos, para a exploração de atividades agrícolas e pastoris, e transformação de produtos agrícolas e pecuários, gozarão dos seguintes incentivos: 1) isenção do impôsto de renda no primeiro biênio; 2) 50% de redução devido no terceiro ano; 3) 25% de abatimento devido no quarto ano (Decreto-lei n.º 902, de 30-9-69 — DO de 1-10-69, p. 9.265).

FLORESTAMENTO — Projetos — Modêlo-Padrão

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal instituiu um modêlo-padrão para a elaboração de projetos de florestamento e reflorestamento de que trata a Lei n.º 5.106, de 1966, pelos contribuintes daquêle Instituto.

O modêlo-padrão será impresso e distribuído aos interessados pela Administração Central e Delegacias Estaduais do IBDF (MA-IBDF — Portaria n.º 1.099, de 5-9-69 — DO-II de 3-10-69 p. 2.610).

LEITE CRU — Abastecimento — Proibição de Venda

Fica proibida, em todo o território nacional, a venda de leite cru para o consumo direto da população, exceto nas localidades que não possam ser abastecidas permanentemente com leite beneficiado.

O Ministério da Agricultura promoverá, no prazo de 60 dias, a regulamentação dêste decreto-lei, especificando as proibições e cominando penalidades (Decreto-lei n.º 923, de 10-10-69 — DO de 13-10-69, p. 8.601) .

LEITE "IN NATURA" — Abastecimento — Entrepostos e Usinas no Espírito Santo.

O Superintendente da SUNAB estendeu aos entrepostos, às usinas e à de beneficiamento de leite in natura sediadas no Estado do Espírito Santo a obrigatoriedade da apresentação semanal, à Delegacia Regional da Superintendência naquêle Estado, de boletim referente à entrada e saída do produto.

O boletim semanal deverá ser entregue até às 17 horas de segunda-feira da semana subseqüente à que se referir, sendo obriga-

tória a apresentação de declarações negativas.

O boletim deve conter:

1) o estoque anterior ;
2) o total das entradas e saídas, dia a dia, durante a semana;
3) o estoque do último dia da semana;
4) no item "saída", as quantidades distribuídas para consumo da população e as destinadas à industrialização.

(MA-SUNAB — Portaria n.º 87, de 29-8-69 — DO-II de 4-9-69, p. 2.287)

MUSEU DO CAFÉ — Fundação — Criação

Será criada pelo Executivo Federal a Fundação Museu do Café, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com sede e fôro na Cidade de Campinas, em São Paulo, com a finalidade de documentar a história do café, bem como as técnicas empregadas nas diversas fases de sua produção, beneficiamento e comercialização (Decreto-lei n.º 777, de 20-8-69 — DO de 21-8-69, p. 7.098).

MUSEU DO CAFÉ — Fundação — Estatutos

Aprovados os estatutos da Fundação Museu do Café, compreendendo a discriminação dos seus órgãos constitutivos, as funções de seus dirigentes, composição dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como o regime financeiro da entidade (Decreto n.º 65.198, de 19-9-69 — DO de 22-9-69, p. 7.977).

PEIXE — Abastecimento — Margens de Comercialização na Bahia

O Superintendente da SUNAB autorizou ao Delegado da Autarquia na Bahia a fixar as margens de comercialização para a venda do peixe fresco e congelado, eviscerado ou não (MA-SUNAB — Portaria n.º 96, de 29-9-69 — DO-II de 6-10-69, p. 2.630).

PESCA — Arrasto de Portas — Estado do Rio

O Superintendente da SUDEPE proibiu o emprêgo de arrasto de portas ou pelo sistema de parelhas em áreas costeiras ao Estado do Rio de Janeiro, em profundidades inferiores a 15 metros, aos barcos maiores de 5 toneladas de carga (MA-SUDEPE — Portaria n.º 330, de 3-9-69 — DO-II de 15-9-69, p. 2.398).

PESCA — Arrasto de Portas — Proibição — Santa Catarina

O Superintendente da SUDEPE proibiu o emprêgo de arrasto de portas, mesmo pelo sistema de parelhas, em áreas costeiras de Santa Catarina, de profundidades inferiores a 15 metros, aos barcos de mais de 5 toneladas de carga (MA-SUDEPE — Portaria n.º 309, de 22-8-69 — DO-II de 27-8-69, p. 2.234).

PESCA — Bagre — Proibição — Rio Grande do Sul

O Superintendente da SUDEPE proibiu a pesca e venda de bagre de qualquer espécie no Estado do Rio Grande do Sul entre 1º de janeiro e 31 de março de cada ano; obrigou os estabelecimentos que industrializam e comercializam o pescado a apresentarem, durante o período de proibição até 31 de dezembro de cada ano, ao Serviço do Acôrdo de Pesca e demais autoridades competentes, seus estoques de bagre para serem liberados, total ou parcialmente, mediante fornecimento de Guia de Trânsito pelos portos de fiscalização do Serviço do Acôrdo; e fixou em 30 cm o tamanho menor do bagre para pesca no Estado (MA-SUDEPE — Portaria n.º 305, de 22-8-69 — DO-II de 27-8-69, p. 2.234).

PESCA — Camarão Sete Barbas — Proibição — Stª. Catarina

O Superintendente da SUDEPE proibiu, no Estado de Santa Catarina, a pesca do Camarão Sete Barbas com uso de rêdes tipo arrasto de portas que tenham mais de 12 metros de comprimento na tralha permitido o emprêgo de uma rêde por embarcação de pesca (MA-SUDEPE — Portaria n.º 307, de 22-8-69 — DO-II de 27-8-69, p. 2.234).

PESCA — Convenção — Conservação do Atum do Atlântico

O presidente da República promulgou a Convenção Internacional para a conservação do atum e afins do Atlântico, aprovada pelo Decreto-lei n.º 478, de 1969 (Decreto n.º 65.026, de 20-8-69, DO de 22-8-69, p. 7.151).

PESCA — Pescador Profissional — Renovação de Autorização

O Superintendente da SUDEPE decidiu que todo pescador profissional deverá renovar anualmente a autorização concedida pelo órgão. Essa renovação será efetuada pelas Inspetorias Estaduais da SUDEPE mediante a apresentação pelo interessado, de sua Caderneta de Inscrição Pessoal (MA-SUDEPE — Portaria n.º 296, de 12-8-69 — DO-II de 19-8-69, p. 2.173).

PESCA — Proibição — São Paulo

O Superintendente da SUDEPE proibiu a pesca nas seguintes localidades do Estado de São Paulo:

a) represamento de Limoeiro, Euclides da Cunha e Graminha, no Rio Pardo, Município de nomes idênticos;

b) postos de piscicultura de Varginha e Pedreira, nos Municípios de São Bernardo do Campo e Santo Amaro.

A proibição também se aplica às distâncias menores de mil metros à jusante e 500 metros a montante de tôdas as barragens, saltos e escadas para peixes (MA-SUDEPE — Portaria n.º 339, de 11-9-69 — DO-II de 24-9-69, p. 2.469).

PESCA — Taxa — Amadores — São Paulo

O Superintendente da SUDEPE determinou a cobrança de taxa no valor de 1/10 do salário-mínimo vigente em Brasília para a pesca exercida por amadores, com linha de mão, caniço simples e puçá, nas seguintes localidades do Estado de São Paulo:

a) Reprêsa de Barra Bonita e de Bariri, no rio Tietê, localizadas nos Municípios do mesmo nome;
b) Barragem de Usina Lucas Nogueira Garcez, no rio Paranapanema, Município de Santo Grande;
c) Pôsto de Americana, rio Atibaia, Município de Americana;
d) Cocheira de Emas, Município de Piraçununga;
e) Barragem de Jupiá, e reprêsa de Ilha Solteira, no Alto Paraná;
f) Reprêsa de Xavantes, rio Paranapanema, Município de Xavantes;
g) Reprêsa de Jurumirim, rio Paranapanema, Município de Piraju;
h) Barragem de Ibitinga, rio Tietê, Município de Ibitinga;
i) Barragem de Promissão, rio Tietê, Município de Promissão;
j) Barragem de Santa Branca, Município de Santa Branca (MA-SUDEPE — Portaria n.º 340, de 11-9-69 — DO-II de 24-9-69, p. 2.469).

PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL — Regulamento

Aprovado o Regulamento da Previdência Social Rural que transforma em segurados obrigatórios do sistema, filiados ao INPS, os trabalhadores de emprêsas produtoras e fornecedoras de cana-de-açúcar, os safristas e os empreiteiros e organizações, embora não constituídas sob forma de emprêsa, mas que utilizem aquela mão-de-obra. Os beneficiários terão direito a auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, e a seus dependentes será garantido o recebimento de auxílio-reclusão, auxílio-funeral e pensão por morte. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural prestará assistência médica aos segurados e dependentes.

As contribuições do segurado serão calculadas inicialmente na base de 4% do salário-mínimo regional. As emprêsas terão de recolher quantia igual à devida por seus empregados do setor rural e 2% do salário-mínimo regional por empregado, para custeio das prestações decorrentes de acidente de trabalho. A emprêsa abrangida pelo Plano Básico fica dispensada, com relação a seu setor rural, de qualquer outra contribuição para a Previdência Social, para o FUNRURAL ou para fim análogo (Decreto n.º 65.106, de 5-9-69 — DO de 8-9-69, p. 7.573).

REFLORESTAMENTO — Exportação — Pinho — Alteração

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal alterou a Portaria n. 107, de 1967, que trata da participação das emprêsas no quadro de exportadores de madeira de pinho, dando a seguinte redação ao art. 7.º:

"As emprêsas que excederem, com os seus reflorestamentos, as exigências mínimas requeridas para assegurar a sua participação no quadro de exportadores de madeira de pinho, terão computados os excedentes com o objetivo de aumentar os seus percentuais, a contar de 1-1-69 na relação do fator de aferição representada pelas médias resultantes dos índices apurados na conformida-

legislação agrícola

de do que estabelece a Resolução n.º 50 de 1969, do CONCEX A fim de permitirem a divulgação prévia dos percentuais de reflorestamento, as emprêsas exportadoras deverão apresentar até 30 de novembro de 1969 os projetos técnicos relativos às obrigações de florestas; caso contrário, ficarão sujeitas ao cancelamento do registro e à suspensão da atribuição dos contingentes exportáveis (MA-IBDF — Portaria n.º 1.076, de 25-8-69 — DO-II de 12-9-69, p. 2.388).

REFLORESTAMENTO — Prazo para Projetos

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou a data de 30-11-69 como prazo máximo para entrega dos projetos de florestamento e/ou reflorestamento de que trata a Lei n.º 5.106, de 1966 (MA-IBDF — Portaria n.º 1.132 de 26-9-69 — DO-II de 8-10-69, p. 2.649).

TRABALHADOR E EMPREGADOR RURAL — Sindicatos — Enquadramento

Para efeito de enquadramento sindical, foi fixada a conceituação de trabalhador e empregador rural, bem como definidos os critérios da contribuição sindical rural. Por trabalhador rural entende-se: a) pessoa jurídica que presta serviços a empregador rural, mediante remuneração de qualquer espécie; b) quem, proprietário ou não, trabalhe, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros. Empregador rural considera-se: 1) a pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende a qualquer título atividade econômica rural; 2) quem, mesmo em regime de economia familiar, e ainda que sem empregado, explora área que exceda o módulo rural ou outro limite que venha a ser fixado, para cada região, pelo Ministério do Trabalho.

A contribuição devida às entidades sindicais da categoria profissional será lançada e cobrada dos empregadores rurais, tomando-se por base um dia do salário-mínimo regional por módulo e fração contidos no imóvel rural objeto do lançamento. O IBRA cuidará a partir de 1970, do lançamento e cobrança daquêle impôsto (Decreto-lei n.º 789, de 26-8-69 — DO de 27-8-69, p. 7.274).

TRIGO NACIONAL — Abastecimento — Ensacado — Preços

O Superintendente da SUNAB alterou o preço do trigo de produção nacional quando vendido em sacos de primeiro e segundo usos, autorizando um aumento de, respectivamente, NCr$ 0,80 e NCr$ 0,55 sôbre o preço do cereal a granel na quantidade de 60kg. Pela Portaria n.º 80, de 1969 (Ver BLA/69, p. 555), o acréscimo do preço do produto era de NCr$ 1,00, se acondicionado com saco de primeiro uso, e de NCr$ 0,80, se acondicionado com o de segundo uso (MA-SUNAB — Portaria n.º 83, de 28-8-69 — DO-II de 4-9-69, p. 2.287).

TRIGO NACIONAL — Abastecimento — Safra 1969/70 — Preços

O Superintendente da SUNAB fixou os preços do trigo de produção nacional a ser adquirido, integralmente, pelo Govêrno através do Banco até 30-1-70, bem como os preços de entrega do produto aos moinhos para industrialização .

É a seguinte a tabela dos preços a serem pagos aos triticultores:

Pêso p/hectolitro	Preço (NCr$ 60 kg)
84	28,62
83	28,35
82	28,08
81	27,81
80	27,54
79	27,27
78 (básico)	27,00
77	26,73
76	26,46
75	26,19
74	25,92
73	25,65
72	25,38
71	25,11
70	24,84
69	24,30
68	23,76
67	23,22
66	22,68
65	22,14

Êsses preços referem-se a 60 quilos de trigo a granel, são e limpo, com grau de umidade de 13%. O trigo com grau de umidade até 14% terá o preço diminuído de NCr$ 0,35 em cada 60kg e o que tiver mais de 14% até 15% sofrerá o desconto de NCr$ 0,70 em cada 60kg, dedução essa a ser efetuada da parcela no ato da compra.

O trigo será entregue aos moinhos para industrialização, nos locais de estocagem, mediante faturamento aos preços abaixo indicados, por tonelada métrica a granel (exclusive ICM)

Pêso p/hectolitro	Preço (NCr$/t)
78	335,00
77	331,65
76	328,30
75	325,95
74	321,60
73	318,25
72	314,90
71	311,55
70	308,20
69	304,85
68	301,50
67	298,15
66	294,80
65	291,45

O preço de venda ao moinho será acrescido das despesas portuárias abaixo discriminadas, por Estado:

Rio Grande do Sul .. NCr$ 6,00/t
Santa Catarina ...... NCr$ 9,00/t
Paraná .... NCr$ 9,00/t

(MA-SUNAB — Portaria n.º 80, de 14-8-69 — DO-II de 15-8-69, p. 2.157)

Nota da Redação: Os preços do trigo em grão nacional ora fixados, substituem aquêles estabelecidos pela Portaria n.º 938, de 1968 (Ver BLA/68, p 228) revogada pela presente portaria.

ESTADO DA GUANABARA

AGRICULTURA — Produtividade — Tabela de Pontos

O Secretário de Agricultura introduziu modificações na tabela de pontos para julgamento em 1969, dos candidatos inscritos na Categoria de Produtividade Classe D, estabelecida pela Lei n.º 584, de 1964:

II — Categoria de Produtividade

Classe D — Aos criadores que apresentarem maior produção de ovos, por lote, base de 500 aves,

ITENS	Pontos máximos por item
a) Número de ovos produzidos em percentagem	60
b) Pêso médio dos ovos coletados	20
c) Limpeza dos ovos na coleta	10
d) Uniformidade	8
e) Características da raça	2
TOTAL	100

Escala de pontos para preenchimento da tabela:

	Pontos
a) Número de ovos produzidos em percentagem:	
I — 70% ou mais	60
II — cada 1% para menos, deduzir	0,8
b) Pêso médio dos ovos coletados:	
I — 60 gramas ou mais ..	20
II — até 55 gramas	15
III — até 50 gramas	10
IV — menos de 50 gramas	0
c) Limpeza dos ovos na coleta:	
I — 100% limpos	10
II — até 95% limpos	5
III — menos de 90% limpos	0
d) Uniformidade	8
e) Característica da raça	2

(MA-NAB — Portaria "E" n.º 2, de 22-8-69, DO-GB de 5-9-69, p 15.271)

FEIRAS-LIVRES — Suspensão de Matrícula de Feirantes

O Secretário da Agricultura suspendeu a concessão de novas matrículas de feirantes, a partir de 25-9-69, e o funcionamento dos caminhões de produtor nas cabeceiras das feiras-livres, a partir de janeiro de 1970 (SA-GB — Portaria "E" n.º 4 de 24-9-69 — DO-GB de 2-10-69, p. 16.661).

ESTADO DE SÃO PAULO

CAFÉ CRU — ICM — Saídas

O Coordenador da Administração Tributária alterou as bases de cálculo do ICM para as saídas de café cru, enquadrando-as neste esquema:

1 — Saídas para o Exterior — De 10 a 30 de setembro de 1969, NCr$ 93,34 por saca. A partir de 1.º de outubro, NCr$ 104,00;

2 — Saídas para outros Estados — De 10 a 30 de setembro, NCr$ .. 87,00. A partir de 1.º de outubro NCr$ 94,00.

3 — Saídas para industrialização — Com destino direto às indústrias de solúvel localizadas em São Paulo ou em outros Estados. Nêstes casos a base de cálculo será o valor da operação, na forma prevista no Regulamento do ICM. Sempre que houver alterações nos valôres das cambiais representativas de exportação ou nos preços de garantia fixados pelo IBC, as bases de cálculo serão modificadas na mesma proporção.

Quanto aos cafés oriundos de outros Estados, os créditos do ICM sòmente serão admitidos até o valor dos respectivos preços de garantia, salvo quando se trata de cafés procedentes de outros Estados acobertados por certificados de origem emitidos até 31-3-69, em relação aos quais serão aceitos os créditos constantes dos respectivos certificados.

Nas saídas do território paulista e quando o produto destinado à exportação deixe o País através de pôrto de outro Estado, a base de cálculo será igual à estabelecida para as saídas diretas com destino ao exterior.

Os contribuintes que houverem recolhido o ICM de 10 a 18 de setembro de 1969, em desacôrdo com estas normas, poderão pagar as respectivas diferenças, até 30-9-69, sem multas ou qualquer acréscimos (SF-CAT — Portaria n.º 2, de 17-9-69 — DO-SP de 18-9-69, p. 14).

CITRICULTURA — Comemoração — Calendário

O Governador instituiu o Dia do Citricultor, que será comemorado anualmente na 2.ª segunda-feira do mês de junho, na Estação Experimental de Limeira — Município de Cordeirópolis.
(Decreto s/n.º de 22-8-69 — DO-SP de 26-8-69 p. 4).

DEFESA SANITARIA VEGETAL — Cancro Cítrico — Incineração

O Instituto Biológico proibiu, até segunda ordem, a formação de novos viveiros e o cultivo de qualquer planta cítrica, nos Municípios de Dracena e Junqueirópolis, e saída de mudas, galhos frutas, sementes e fôlhas dêsses tipos de plantas, determinando no mesmo tempo, a incineração das existentes em viveiros, pomares ou quintais nas zonas rurais e urbanas (SA-III — Portaria n.º 65 de 26-9-69 — DO-SP de 30-9-69, p. 22).

SEMENTES — Certificação

O Secretário da Agricultura regulamentou a certificação de sementes, definiu as suas finalidades e estabeleceu que a certificação será exercida através do órgão específico do Departamento de Assistência Supletiva e das Divisões Regionais Agrícolas (SA-GB — Resolução s/n.º, de 20-8-69 — DO-SP de 21-8-69, p13).

SERICICULTURA — Amoreira — Ovos de Sirgos — Preços

O Secretário da Agricultura aprovou a nova tabela de preços para a venda de ovos de sirgos, estacas e mudas de amoreira pelo Serviço de Sericultura:

Ovos de sirgos	NCR$
Criadores em geral	0,50 o grama
Fora do Estado ..	0,75 o grama

Mudas e estacas	
Estacas comuns ...	2,00 o cento
Mudas enraizadas .	10,00 o cento
Mudas enxertadas .	30,00 o cento

Os preços de estacas e mudas, para fora do Estado, ficam majorados em 50%.

O pedido de estacas e mudas não podem ser inferior a 500 (SA-GB — Resolução n.º 2, de 30-9-69 — DO-SP de 1-10-69, p. 30)

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

NOVEMBRO 1899

Mais uma árvore que produz cêra, N.D.R.; *O crédito agrícola na França*, do Antônio de Medeiros; *Prosperidade do Estado da Bahia*, Antônio de Medeiros; *A Escola Primária e a Lavoura, G.V.;* Transcrições: *A Seleção e os seus efeitos sôbre as plantas cultivadas*, por Henry L. Vilmorim, tradução do Dr. G. Vert; *O Lavrador*, Boletim do Club Agrícola do Alto do Imbé, N.D.R.; *Ensino Agrícola, A cultura da amoreira no Japão*, G.V.; *Duas plantas oleaginosas*, G.V.; Conferências: *Apicultura*, Resumo das conferências realizadas pelo Dr. Germano Vert; Necrologia: Crônicas Agrícolas; *Variedades:* Liceu de Pelotas; Fibra de Ananás; As fôlhas de tomates; Uma fazenda de cobras; Os tetos de fôlhas de zinco; Os falsificadores e a legislação na Idade Média; Uma nova saída para a mandioca; Lavoura mecânica; Melhoramentos na preparação do café em grãos; Farinha de bananas.

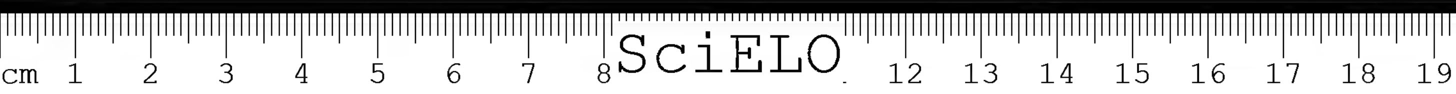
DEZEMBRO

Campos de demonstração G. V.; *Uma visita ao Engenho Central do Capim* em Urural (Campos—RJ), Dr. Ad. Morales de Los Rios; *Transcrições; A Seleção e os efeitos sôbre as plantas cultivadas*, por Henry L. Vilmorim, tradução do Dr. G. Vert (conclusão); *Propaganda do café*, Capitão do Mar e Guerra José Carlos de Carvalho; *Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul;* Conferências: *Resumo da conferência realizada na Sociedade*, Carlos Kastrup; *Ensino Agrícola, Ainda as batatas inglêsas*, G.V. Subsolamento, G. V.; Crônicas Agrícolas; *Variedades:* Cultura do trigo no Brasil; O Capim Limão; Vasilha de ferro para o álcool; Destruição da cuscuta, ou cipó-humano; Resistência das videiras americanas; Agrônomos regionais nas colônias portuguêsas; Nôvo concorrente no mercado do café.


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 8
SciELO
12 13 14 15 16 17 18 19